

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXI Nº 7 TERÇA-FEIRA, 16 DE FEVEREIRO DE 2016

BRASÍLIA - DF

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
Presidente

Senador Jorge Viana (PT-AC)
1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
2º Vice-Presidente

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PDT-MG)
2º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)
3º Secretário

Senadora Ângela Portela (PT-RR)
4ª Secretária

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
4º - Senador Douglas Cintra (PTB-PE)

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Rogério de Castro Pastori
Diretor da Secretaria de Atas e Diários

Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações

Roberta Lys de Moura Rochael
Coordenadora de Elaboração de Diários

José Farias Maranhão
Coordenador Industrial

Deraldo Ruas Guimarães
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – 6ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 15 DE FEVEREIRO DE 2016
1.1 – ATA 5
1.1.1 – ABERTURA 5
1.1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE 5
1.1.2.1 – Oradores
SENADOR *PAULO PAIM* – Preocupação com a situação econômica do Estado do Rio Grande do Sul; e outros assuntos. 5
SENADOR *JOÃO CAPIBERIBE* – Comentários sobre o projeto denominado de Igarapé Sustentável, aprovado pelo Ministério da Integração Nacional; e outros assuntos. 9
SENADORA *VANESSA GRAZZIOTIN* – Defesa da conjugação de esforços para a superação da crise econômica do País; e outros assuntos. 11
SENADORA *LÍDICE DA MATA* – Defesa do Projeto de Lei do Senado nº 764/2011, de autoria de S. Exª, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação; e outros assuntos. 14
SENADOR *ALVARO DIAS* – Apelo para que as atividades da Usina de Industrialização do Xisto de São Mateus do Sul, localizada no Estado do Paraná, não sejam interrompidas. 17
1.1.2.2 – Expediente encaminhado à publicação (vide item 1.2.1) 18
1.1.2.3 – Oradores (continuação)
SENADOR *JOSÉ AGRIPINO* – Preocupação com a inflação do País e críticas à gestão do PT na Presidência da República 18
SENADOR *RAIMUNDO LIRA* – Contentamento com o tema "Casa comum, nossa responsabilidade", utilizado pela Campanha da Fraternidade de 2016, promovida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. 21
1.1.3 – ENCERRAMENTO 22
1.2 – PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS E DOCUMENTOS
1.2.1 – EXPEDIENTE
1.2.1.1 – Avisos de Ministros de Estado
Nº 148/2016, na origem, do Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, em resposta ao Requerimento nº 1.088/2015, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária 23
Nº 41.650/2016, na origem, do Ministro de Estado das Comunicações, em resposta ao Requerimento nº 1.291/2015, da Senadora Vanessa Grazziotin 23
1.2.1.2 – Comunicação
Do Senador Jorge Viana, que encaminha relatórios de viagens realizadas por S. Exª em missões em 15 de abril último; no período de 3 a 10 de setembro último; e em 21 de setembro último 23
1.2.1.3 – Mensagens da Presidente da República
Nº 8/2016 (nº 37/2016, na origem), que submete à apreciação do Senado a indicação do Sr. OSWALDO BIATO JÚNIOR, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Ucrânia e, cumulativamente, na República da Moldova 24
Nº 9/2016 (nº 38/2016, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Sr. LEONARDO CARVALHO MONTEIRO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Mauritânia 89
1.2.2 – MATÉRIAS DO CONGRESSO NACIONAL
1.2.2.1 – Ofício da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste
Nº 1/2016-CN (nº 157/2016, na origem) que encaminha a Programação do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste, referente ao exercício de 2016. *Estabelecimento de calendário para tramitação da matéria* . 121
1.2.2.2 – Ofício do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Nº 2/2016-CN (nº 23/2016, na origem) que encaminha Relatório Gerencial Trimestral do referido Banco, referente ao quarto trimestre de 2015. *Estabelecimento de calendário para tramitação da matéria* 234

1.2.2.3 – Relatórios

Relatório de Gestão Fiscal referente ao período de setembro de 2014 a agosto de 2015, do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região **(Ofício nº 389/2015, na origem) (republicação) (vide item 4)** 347

Relatórios de Gestão Fiscal referentes ao terceiro quadrimestre de 2015, dos seguintes órgãos: Supremo Tribunal Federal **(Mensagem nº 2/2016, na origem)**; Ministério Público da União e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios **(Ofício nº 73/2016, na origem)**; Conselho Nacional de Justiça **(Ofício nº 20/2016, na origem)**; Superior Tribunal de Justiça **(Ofício nº 25/2016, na origem)**; Tribunal Superior Eleitoral **(Ofício nº 272/2016, na origem)**; Tribunal de Contas da União **(Aviso nº 40/2016, na origem)**; Conselho da Justiça Federal **(Ofício nº 168/2016, na origem)**; Tribunal Regional Federal da 1ª Região **(Ofício nº 121/2016, na origem)**; Tribunal Regional Federal da 2ª Região **(Ofício nº 1.778/2016, na origem)**; Tribunal Regional Federal da 3ª Região **(Ofício nº 1/2016, na origem)**; Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região **(Ofício nº 13/2016, na origem)**; Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região **(Ofício nº 6/2016, na origem)**; Tribunal Regional do Trabalho da 5º Região **(Ofício nº 66/2016, na origem)**; Tribunal Regional do Trabalho da 6º Região **(Ofício nº 68/2016, na origem)**; Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região **(Ofício nº 24/2016, na origem)**; Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região **(Ofício nº 41/2016, na origem)**; Tribunal Regional do Trabalho da 20º Região **(Ofício nº 13/2016, na origem)**; Tribunal Regional do Trabalho da 21º Região **(Ofício nº 33/2016, na origem)**; Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte **(Ofício nº 53/2016, na origem)**; referentes ao período de janeiro a dezembro de 2015: Poder Executivo Federal **(Mensagem nº 31/2016, na origem)**; Câmara dos Deputados **(Ofício nº 35/2016, na origem)**; Tribunal Superior do Trabalho **(Ofício nº 35/2016, na origem)**; Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região **(Ofício nº 1/2016, na origem)**; Tribunal Regional do Trabalho da 4º Região**(Ofício nº 29/2016, na origem)**; Tribunal Regional do Trabalho da 8º Região **(Ofício nº 1/2016, na origem)**; Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região **(Ofício nº 1/2016, na origem)**; Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região **(Ofício nº 30/2016, na origem)**; Tribunal Regional do Trabalho da 16º Região.**(Ofício nº 27/2016, na origem)**; Tribunal Regional do Trabalho da 19º Região **(Ofício nº 07/2016, na origem)**; Tribunal Regional do Trabalho da 23º Região **(Ofício nº 33/2016, na origem)**; Tribunal Regional do Trabalho da 24º Região **(Ofício nº 9/2016, na origem) (vide item 4)** 348

1.2.2.4 – Término de prazos

Término do prazo, ontem, sem edição de decreto legislativo que discipline as relações jurídicas decorrentes da adoção da Medida Provisória nº 676/2015. *Extinção da Comissão Mista destinada à apreciação da matéria* 390

Término do prazo, em 13 do corrente, sem edição de decreto legislativo que discipline as relações jurídicas decorrentes da adoção da Medida Provisória nº 677/2015. *Extinção da Comissão Mista destinada à apreciação da matéria* 390

Término do prazo, em 13 do corrente, sem edição de decreto legislativo que discipline as relações jurídicas decorrentes da adoção da Medida Provisória nº 686/2015 390

2 – ATAS

2.1 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO CONGRESSO NACIONAL

Ata da 5ª Reunião, realizada em 9 de novembro de 2015 391

Ata da 6ª Reunião, realizada em 7 de dezembro de 2015 502

Ata da 7ª Reunião, realizada em 7 de dezembro de 2015 610

3 – ATOS

3.1 – ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Nº 2/2016 664

3.2 – ATOS DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

Nº 47/2015 664

Nº 1/2016 664

3.3 – PORTARIAS DO 1ª SECRETÁRIO

Nº 22/2015 665

Nº 1/2016 665

4 – SUPLEMENTO À PRESENTE EDIÇÃO

Relatórios de Gestão Fiscal

SENADO FEDERAL

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL 666

6 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL 669

7 – LIDERANÇAS 670

8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS 672

9 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO 691

10 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES 701

11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS 748

CONGRESSO NACIONAL

12 – COMISSÕES MISTAS 772

13 – CONSELHOS E ÓRGÃOS 786

Ata da 6ª Sessão, Não Deliberativa, em 15 de Fevereiro de 2016

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência do Sr. João Capiberibe, das Sras. Vanessa Grazziotin e Lídice da Mata e dos Srs. Alvaro Dias e José Agripino.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 8 minutos e encerra-se às 16 horas e 5 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Declaro aberta a sessão e passo a palavra ao primeiro orador inscrito desta sessão de hoje, segunda-feira, depois do Carnaval.

Cumprimento a Senadora Vanessa Grazziotin, que está entrando no plenário.

Passo a palavra ao Senador do extremo sul, lá do Rio Grande do Sul, o combativo Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador João Capiberibe, que preside a sessão, Senadora Vanessa, eu queria primeiro fazer um registro. Quero agradecer ao Presidente Renan Calheiros, porque nessa sexta-feira eu recebi, em nome da Casa, aqui na Presidência do Senado, a Delegação da Festa da Uva do Rio Grande do Sul. Estiveram lá com a Presidenta Dilma e depois estiveram comigo. Quero cumprimentar aqui, a quem recebi com muito carinho, a Rainha Rafaelle; Princesas Laura e Patrícia; o Prefeito de Caxias do Sul, Alceu; e recebi também o Edson Néspolo, Presidente da Festa da Uva, e ainda o fotógrafo Antônio ABC.

Quero agradecer muito ao Presidente da Festa da Uva, o nosso querido amigo Edson Néspolo, que não só esteve aqui comigo, mas também já esteve no meu gabinete e dialogamos muito. Foi dele o convite que eu recebi para ser jurado da Festa da Uva. Estive lá, e foi um belo momento. E voltarei, provavelmente, nos dias 3 e 4, a convite dele, na Festa da Uva de Caxias do Sul.

Edson, um abraço. Tenho muito orgulho de ser seu amigo, de você, que é o Presidente desta belíssima festa, internacional, que é a Festa da Uva de Caxias do Sul.

Mas, Sr. Presidente, já que entrei no tema do Rio Grande do Sul, eu quero também falar um pouco, hoje, sobre a situação econômica do meu Estado. Não é novidade a grave crise financeira pela qual passa o Estado do Rio Grande do Sul. Há tempos venho tratando desse tema. A situação se agravou em agosto do ano passado, quando as contas do Estado ficaram então bloqueadas, em consequência da não quitação de parcela da dívida com a União, no valor de 280 milhões. Na época, ao priorizar a quitação dos salários dos funcionários, restaram 60 milhões do saldo em caixa, que seriam usados para pagamento de hospitais e prefeituras, conforme a visão do governador.

Ocorre, Sr. Presidente, que o montante foi sequestrado das contas do Estado, pela União, conforme contrato firmado.

A explicação da Secretaria do Tesouro Nacional era de que se tratava tão somente de execução das garantias contratuais, tendo sido promovida a recuperação da cota-parte do Fundo de Participação dos Estados (FPE), referente ao mês do agosto.

A realidade é que o Estado gaúcho enfrenta uma situação da maior gravidade. A dívida inicial, contratada no montante de R$9,7 bilhões, ultrapassou os R$50 bilhões, sendo que o povo gaúcho já pagou, nominalmente, R$21,6 bilhões.

Sr. Presidente, desculpem-me alguns a expressão, mas é uma verdadeira agiotagem da União com o seu ente federado, uma conta absurda, especialmente porque não estamos tratando de financiamento bancário, mas de empréstimo entre entes federados.

Entendo que os Estados-membros são autônomos, mas são, ao mesmo tempo, a própria personificação do Poder nacional. Nesse sentido, não pode ser tratado como entes apartados da União. A cobrança de juros, essa monta é leonina, vista a posição privilegiada do emprestador, as altas taxas da operação, a ausência de cláusula de equilíbrio econômico – naturalmente, econômico e financeiro – e a exigência de garantias robustas.

Quero aqui destacar, Sr. Presidente, mostrando também que essa luta para resolver a crise no Rio Grande não é uma luta ideológica e muito menos partidária, ou de disputa de beleza entre um e outra personagem política de meu Estado, a visita que tive um tempo atrás do Deputado, Constituinte e amigo Hermes Zaneti,

que não é do meu Partido, mas que apresentou, a mim e aos Senadores gaúchos, uma sugestão de projeto de lei complementar que traria um alento à situação no meu Estado e à dos demais que se encontram em situação semelhante.

Ouvi, Sr. Presidente, com muita tranquilidade, o meu amigo Zaneti, estive num jantar na casa dele. Foram convidados os três Senadores – eu, Senadora Ana Amélia e o Senador Lasier.

E discutimos a importância dessa proposta. Por fim, Presidente, resolvi encampar o projeto, e apresentei o PLS 561, de 2015, com o apoio dos outros dois Senadores; enfim, os três: assinei primeiro e, em seguida, vieram, a Senadora Ana Amélia e o Senador Lasier Martins.

O que é esse projeto, Presidente, do qual venho à tribuna destacar a importância? Propõe a indexação dos contratos somente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), proibindo a incidência de qualquer outra taxa ou a cobrança de juros sobre os valores devidos. A proposta pretende, Srª Presidenta, Senadora Vanessa Grazziotin, resolver definitivamente a situação de endividamento em que se encontram Estados e Municípios do Brasil, acabando com o passivo gerado pelos encargos, e corrigir uma injustiça histórica praticada contra os princípios federativos. A ideia que apresentei e que me foi apresentada pelo Zaneti, em que tive o apoio dos outros dois Senadores gaúchos, é colaborar com as medidas necessárias para colocar fim nessa gravíssima situação.

No último dia 11 de fevereiro, a União, Presidente – por isso que volto ao projeto –, voltou a bloquear as contas do Estado, retendo R$68,2 milhões de ICMS, segundo dados divulgados e conhecidos por todos. Desde 2015, quando a crise se agravou, a União já determinou o bloqueio das contas oito vezes.

A Secretaria da Fazenda do Estado tem feito verdadeira operação tapa-buracos, para conseguir saldar as despesas mais urgentes, como, por exemplo, e fundamental, o salário dos servidores, repasses para a saúde, entre outros. E, quando falo em servidores, quero que se olhe para os que estão na ativa e também para os aposentados.

Hoje, 15 de fevereiro, o Governador Ivo Sartori irá se reunir com a bancada gaúcha, para tratar da situação econômica do Estado e de outros assuntos do interesse do Rio Grande. Como eu estava aqui em Brasília, devido a esses dois compromissos, uma audiência na Comissão de Direitos Humanos hoje pela manhã e esta sessão promovida pelo Senador Cristovam e pelo Jungamann, Deputado Federal de Pernambuco, que trata de um incentivo para que toda a população e todo o povo cristão, e naturalmente ampliando para toda a sociedade, façam uma ampla campanha em defesa do saneamento básico, para o enfrentamento dos mosquitos que estão aí matando muita gente...

Presidente, conforme últimas informações divulgadas pela mídia, os governadores intencionam ingressar em ações no Supremo Tribunal Federal contra a União, questionando a aplicação da chamada Selic capitalizada no lugar da Selic simplificada. Srª Presidenta, quero aqui lembrar da responsabilidade do Senado Federal com a Federação brasileira. Somos também responsáveis pela aprovação de matérias que venham ao encontro dos interesses de todo o povo brasileiro, e isso se reflete no socorro aos Estados e Municípios. Precisamos ter um olhar crítico para as propostas que tendem a retirar receitas dos entes federados; não podemos ficar alheios a esse debate.

Por isso, faço um apelo aos Senadores e Senadoras, no sentido de que se aprove o PLS 561. Esse projeto que apresentei com o apoio de outros Senadores é uma alternativa viável que atenderá não somente ao Rio Grande, mas todos os demais Estados e Municípios, que, na ampla maioria, estão endividados com a União. O ano está se iniciando, e esse deve ser um dos motes da nossa caminhada, para melhorar a qualidade de vida de toda a nossa gente.

Srª Presidenta, por fim, eu queria ainda destacar o que fizemos hoje pela manhã, na Comissão de Direitos Humanos. Houve um balanço dos trabalhos daquela Comissão durante o ano de 2015. Foi um momento de valorização não só da Comissão de Direitos Humanos, mas de todos os funcionários daquela Comissão; da cobertura, repito aqui, mais uma vez, brilhante da TV Senado – a quem fiz uma homenagem, na semana passada, pelos seus 20 anos –; de toda a Agência Senado, Rádio e Jornal; enfim, de todo o sistema de comunicação do Senado.

E repito aqui alguns números que marcaram. Hoje pela manhã, recebi muita correspondência, depois que me desloquei para o plenário do gabinete, sobre os números, sobre se eram aqueles números mesmos. Digo, sim, foram os números.

Foram 600 painelistas durante o ano de 2015, e mais de 15 mil pessoas foram ouvidas nas audiências públicas e debates na Comissão de Direitos Humanos. Foram momentos inesquecíveis, em que lá travamos o bom debate, como aquele do combate ao trabalho escravo, com a presença do Prêmio Nobel da Paz, que resultou na rejeição da urgência ao projeto que iria oficializar o trabalho escravo. Com isso, ficamos com a PEC que proíbe o trabalho escravo.

Outro momento marcante foi a NR-12. Iriam revogar a NR-12, e, com isso, o nosso povo não teria mais a segurança contra os acidentes de trabalho nos moldes em que hoje temos. Conseguimos, depois de um amplo debate, com a presença, inclusive, do nobre Senador Cássio Cunha Lima, rejeitar, retirar a urgência, e salvamos a NR-12, mediante um amplo entendimento.

Foi lá na Comissão que fizemos um amplo debate com toda a sociedade, e conseguimos fazer com que se rejeitasse a emenda – que já estava aprovada na Comissão – à medida provisória, para prevalecer o negociado à lei. O mais importante seria a negociação entre empregado e empregador, e não a lei, que protege o mais fraco, e conseguimos reverter também.

Por fim, eu diria dois pontos importantes a que dou destaque, entre inúmeros – foram centenas de iniciativas, de debates –, como o momento em que conseguimos barrar o chamado PLC 30, que ia terceirizar, inclusive, a atividade-fim. Conseguimos e, a partir daí, fomos a todos os Estados. Fomos a 21 Estados e vamos agora a mais seis, a partir deste final de semana.

E agradeço à Comissão Especial, ao Senador Otto Alencar, que me indicou como Relator. O meu relatório, claro, vai pela rejeição do projeto da Câmara e pela aprovação, na linha em que falou o próprio Presidente Renan Calheiros, da regulamentação, sim, dos 13,5 milhões que são terceirizados.

Esse, sim, ampliando o direito deles, e não querendo fazer com que 45 milhões de brasileiros tenham prejuízo em relação aos direitos que eles têm hoje garantidos pela CLT e pela própria Constituição.

Um destaque especial, que também foi dado nesse ano, foi a aprovação do Estatuto da Pessoa com Deficiência pela Comissão, que envolve o interesse direto de 45 milhões de pessoas e veio se somar ao Estatuto da Igualdade, ao Estatuto do Idoso e ao próprio Estatuto da Juventude.

E travamos um bom debate também lá este ano, porque havia um movimento para que o idoso não tivesse mais o direito de pagar a meia-entrada em todas as situações; queriam delimitar uma cota. E a Comissão participou desse debate, e nós fomos o Relator do Estatuto da Juventude e asseguramos isso. No Estatuto do Idoso, de que também fui o Autor, também asseguramos isso, bem como junto ao Estatuto da Igualdade Racial e, depois, na política de cotas, para que não houvesse essa discriminação com o idoso.

Enfim, Srª Presidenta, acerca do Estatuto da Pessoa com Deficiência – e destaco a relatoria de Mara Gabrilli, de Celso Russomanno, de Flávio Arns e do Romário –, hoje é uma alegria enorme quando chegamos nos Estados e entregamos o Estatuto já impresso aqui no Senado em braile para que todos tenham acesso a ele. O Estatuto teve alguns questionamentos, mas nós respondemos que é só uma questão de ajuste na regulamentação, porque o Estatuto está de acordo com a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Para construir o Estatuto foram 1,5 mil encontros, cinco conferências regionais.

Naturalmente, agradecemos aqui a todos aqueles que colaboraram, principalmente às entidades das pessoas com deficiência, às famílias das pessoas com deficiência e às próprias pessoas com deficiência. É claro que o Judiciário ajudou, o Ministério Público ajudou e o Parlamento foi fundamental, mas eu fico com a com a frase das pessoas com deficiência: tudo conosco; nada sem nós.

Foi nessa lógica que nós construímos o estatuto que entrou em pleno vigor a partir de janeiro. Por isso que estamos fazendo este debate, lembrando que ele já está em pleno vigor, e ele entrou em pleno vigor a partir de janeiro, embora aprovado ainda em setembro do ano passado. Foi um marco no dia 21 de setembro, que é o Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência, que é uma lei que construímos com as pessoas com deficiência e que teve a sanção do Presidente Lula.

Queremos também enfatizar que para nós foi muito importante, nessa mesma linha de conduta, embora em uma lei paralela, ter aprovado a Lei dos Autistas. Depois de muita discussão, depois de dialogar com eles no Rio de Janeiro, dialogar aqui, dialogar em Porto Alegre e, também, em São Paulo, chegamos, então, a um entendimento e construímos a Lei dos Autistas, que hoje beneficia, com certeza, milhões de brasileiros.

Senadora, termino aqui o meu pronunciamento, em que falei sobre a Campanha da Fraternidade. Hoje pela manhã, houve aqui um belíssimo evento, que reuniu todas as igrejas do mundo cristão, não só a católica. E, nesse belíssimo evento, tive a satisfação de fazer o pronunciamento de encerramento, com a Presidência do Senador Cristovam, que foi o Autor, juntamente com o Jungmann. Falei também de uma atividade da minha cidade, que é a Festa da Uva; falei sobre a dívida do Rio Grande; e, por fim, falei sobre o balanço da CDH, hoje pela manhã.

Como fiquei exatamente nos meus 20 minutos, eu agora encerro, porque, já que falei de tantos assuntos, não foi começar a...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ... trazer outros agora para o debate.

Mas, com certeza, teremos, a partir do fim do Carnaval, um debate muito profundo aqui, Srª Presidente. E eu sou muito franco em dizer: não contem comigo para a reforma da Previdência. Repito: não contem comigo para a reforma da Previdência.

Vou fazer o debate aqui como puder e votarei contra, porque sei bem como essa história começa. Quando vi reforma da Previdência e reforma trabalhista, resultado: tira direitos do trabalhador, tira direitos da trabalhadora, tira direitos do aposentado e tira direitos da aposentada. Eu não concordo – não é por estar na sua presença – com essa ideia de a mulher se aposentar aos 65 anos, e não aos 55. Mas a gente prova por A mais B!

Eu poderia, Senadora Vanessa, só para ajudar aqui nesta reflexão rápida, por exemplo, dizer: por que não deixam aprovar aqui que a mulher tem que ter direito ao mesmo salário que o homem na mesma função?

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso é uma luta antiga. O projeto está aqui, foi aprovado na Câmara. (*Fora do microfone.*)

E não aprovam.

Por que não fazem, então, um histórico da dupla jornada ou tripla jornada da mulher, que todos nós sabemos que existe? Ninguém é bonzinho, porque quer que haja uma diferença entre a mulher e o homem. E é de 5 anos a diferença: 55 e 60. Agora, querem tirar da mulher 10 anos! Querem botar 65.

V. Exª não defende isso. Eu sei. Mas V. Exª é uma líder das mulheres.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – É o maior equívoco isso. O maior equívoco que nós já vimos é essa proposta, que vem de setores do Governo – porque eu não diria que essa é uma proposta do Governo, tampouco uma proposta oficial, mas de alguns setores.

Equívoco por quê? Porque não se pode levar em consideração somente a expectativa de vida. Temos que levar em consideração, principalmente, a sobrecarga de trabalho que ainda recai sobre a mulher.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Corretíssimo.

V. Exª não tenha dúvida, Senador Paim.

(Soa a campainha.)

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não só nós mulheres, mas homens como V. Exª, todos nós não permitiremos que essa proposta – que é injusta, é incorreta, que deseduca a população brasileira – vingue, em hipótese alguma, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito obrigado, Presidente, pelo comentário.

Encerro o meu pronunciamento feliz da vida, porque sei que vamos ter parceiro. Aquele ali vai ser parceiro também!

Senador Capiberibe, já apontei para V. Exª, porque sei que você é parceiro nessa batalha.

Muito obrigado, Presidente.

(Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. João Capiberibe deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª Vanessa Grazziotin.)

(Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, a Srª Vanessa Grazziotin deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. João Capiberibe.)

(Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. João Capiberibe deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª Vanessa Grazziotin.)

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Cumprimento o Senador Paim pelo pronunciamento e, na sequência, convido o Senador Capiberibe, que fará seu pronunciamento como orador inscrito.

Sem dúvida alguma, Senador Capiberibe, o Senador Paim lançou um desafio, não há dúvida. Nós temos uma pauta complexa todos os anos, mas em especial neste ano de 2016, até para darmos conta do enfrentamento dessa crise econômica.

(Soa a campainha.)

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas isso não significa dizer que o galho tenha de quebrar sempre para o lado do mais fraco – de jeito nenhum. Acho que o

Senado Federal principalmente – não podemos falar pela Câmara, mas podemos falar pelo Senado –, Senador Capiberibe, nesses últimos tempos, tem colaborado e contribuído muito com a luta dos trabalhadores, dos homens e das mulheres deste País.

Com a palavra, V. Exª, Senador Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Srª Presidenta Vanessa Grazziotin.

Senador Paim, está aqui o suplente do Senador Davi Alcolumbre.

Senador, V. Exª começou falando sobre os juros escorchantes que são cobrados da dívida pública. Não só da dívida pública, mas também dos indivíduos. O sistema bancário global e nacional hoje tem controle das economias e da sociedade. Antigamente se discutia a apropriação dos meios de produção. Hoje, a indústria, os meios de produção estão totalmente dependentes do sistema financeiro.

V. Exª falou também do caso do Rio Grande do Sul: você paga juros, e a dívida cresce. É o caso do Brasil. Cinquenta por cento do Orçamento Público da União vai para o serviço da dívida.

O Congresso Nacional aprovou aqui a auditoria da dívida pública, para a gente saber por que... Eu fiz um empréstimo no Banco do Brasil para pagar em 48 parcelas fixas. Terminou de pagar as parcelas, acabou a dívida. A dívida pública, não: você paga uma parcela, está devendo duas. Então, há algum mistério aí que precisa ser esclarecido.

O Congresso aprovou, e a Presidente Dilma vetou, e vai vir para cá. Faço um apelo a V. Exª, faço um apelo à Senadora Vanessa Grazziotin para que derrubemos o veto. É fundamental derrubar o veto, para que saibamos como chegamos a quase 70% do PIB em dívida pública.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Acho que aqui não está funcionando, mas pode contar comigo!

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – O Senador Paim comunica à Nação que vai votar pela derrubada do veto da auditoria pública. Isso é muito importante. Não custa nada. Nós não vamos deixar dar o calote na dívida; nós só queremos saber como é que funciona. Por que a sociedade brasileira está tão sacrificada desse jeito, pagando uma dívida insuportável? O Rio Grande do Sul está falindo, vários Estados estão em dificuldade.

Eu queria falar também sobre o Carnaval. O Carnaval é uma grande manifestação de cultura popular, que mobiliza milhões de pessoas no País como um todo. E se falava no Carnaval da crise. Olha, para quem gosta, e ama, e se diverte com o Carnaval, nunca houve crise. Eles sempre viveram na crise; então... O Carnaval vem do povo, e o povo neste País sempre esteve excluído, sempre esteve à parte daqueles que consideram qualquer dificuldade nas suas contas bancárias como crise. Então, o povo foi para a rua, dançou o Carnaval, festejou.

Nós temos um dos maiores espetáculos da Terra, que é o desfile das escolas de samba do Rio de Janeiro. Qual país não gostaria de ter um espetáculo tão grandioso quanto o das escolas de samba do Rio de Janeiro, durante duas noites seguidas?

Aqui eu queria aproveitar para cumprimentar a Mangueira, que se sagrou campeã deste Carnaval, com muito merecimento; um desfile belíssimo.

Acho que deveríamos nos orgulhar desse grande espetáculo que temos. Qualquer país se interessaria por esse grandioso espetáculo.

Aqui as elites ficam criticando. Claro, o Carnaval tem origem popular, e tudo aquilo que tem origem popular leva séculos para ser aceito. O samba hoje é aceito, mas antes o samba do morro era excluído.

Sr. Presidente, V. Exª sabe que, para políticos, o Carnaval não é só diversão; há um pouco de diversão também, porque ninguém é de ferro, mas eu aproveitei para fazer algumas reuniões.

Estive em Mazagão, um Município vizinho de Macapá, e deparei-me com uma situação absurda, inusitada. Sobre o Rio Matapi, foi construída uma ponte – acredito que tenha mais de 300 metros, em torno de 400 metros –, que está pronta. Já foi pago algo em torno de R$80 milhões. Eu estou preocupado porque nós temos outra ponte no extremo norte, uma ponte sobre o Rio Oiapoque, pronta desde 2011, e até hoje não serve para absolutamente nada! Estamos aguardando a inauguração dessa ponte. Mais uma vez, apelo ao Governo Federal, à Presidente Dilma: vamos inaugurar essa ponte. Os franceses estão com tudo arrumado, e, do lado brasileiro, tudo precário, uma vergonha.

Com relação à ponte sobre o Rio Matapi, já foram pagos R$90 milhões, restam, creio, não mais que R$20 milhões, R$25 milhões. A ponte está pronta há alguns meses. Falta a cabeceira. A cabeceira não falta, porque a cabeceira é aterrar de uma ponta a outra e encerrou; isso é obra para R$1 milhão no máximo. Mas é que a empresa já tinha levado calote de uma ponte anterior. A empresa construiu a ponte, o Governo não pagou, e todo mundo sabe que gato escaldado tem medo de água fria. Assim, a empresa não entrega a ponte antes de receber o valor que o Governo lhe deve. Essa é a realidade.

E os meios de comunicação do Amapá, cuja maioria é controlada pelos interesses que unem meios de comunicação e governo do Estado, silenciaram. A sociedade não tem conhecimento, a ponte está lá parada, e as pessoas passando horas para atravessar em balsa o Rio Matapi.

Mas nem tudo é notícia ruim. Tenho ótimas notícias também. Eu visitei um instituto federal de tecnologia e inovação, o Ifap, de Macapá. O Ifap hoje conta com uma estrutura preciosa, valiosa, fantástica e está em ampliação.

Eu estive lá com a Deputada Janete Capiberibe, que tem contribuído e apoiado com suas emendas, e nós também estamos apoiando com uma emenda para ampliar a estrutura do Ifap. Mas eu fiquei admirado com a estrutura existente no *campus* de Macapá – e o Ifap também está presente em Laranjal do Jari, está presente em Santana, está em construção no Oiapoque, em Porto Grande e em outros Municípios.

Isso, claro, eu não posso deixar de reconhecer, mesmo com todas as críticas aos governos do PT. Nessa área do ensino técnico e do ensino universitário também, para o Amapá, foram muito positivos esses dois governos, os três governos já do PT. E digo isso porque, no Governo que antecedeu o PT, nós tínhamos uma universidade nanica, uma universidade que ficou paralisada no tempo, não se construiu nenhuma escola técnica durante toda a vida do Estado, e isso começou a partir de 2004/2005 para cá. Portanto, eu faço esse reconhecimento. Eu não posso apontar o dedo apenas para os equívocos, que são muitos, deste Governo, mas, quando existe alguma coisa certa, vejo-me na obrigação de vir aqui e destacar.

Também gostaria de falar aqui rapidamente, Senadora Lídice da Mata: nós estamos desenvolvendo um belíssimo projeto e estamos fechando o ciclo virtuoso da transparência.

O Ministério da Integração – quando era Ministro o nosso colega hoje de Senado Fernando Bezerra – aprovou um projeto que nós denominamos de Igarapé Sustentável. É um projeto de adensamento de cadeias produtivas.

No projeto, consta a construção de três fábricas: uma de polpa de frutas, outra de processamento de vegetais e outra de processamento de camarão. Nós temos um camarão fantástico na foz do rio, com uma grande produção, e nós queremos adensar a cadeia desse produto, produzir o camarão seco, produzir o hambúrguer de casca de camarão, a sopa liofilizada de camarão.

Nesse projeto, consta também um centro de atendimento ao turista no Igarapé da Fortaleza, que é um igarapé que separa... É um rio; acho que o resto do Brasil não conhece essa nomenclatura de igarapé, mas, para nós, igarapé é um rio estreito. Quem mora na foz do Rio Amazonas, que não enxerga a outra margem, tem uma noção diferente do que é rio. E ali, então, vai ser instalado um píer, um trapiche para atendimento ao turista, para receber a produção ribeirinha, e também haverá a pavimentação de quatro quilômetros e meio de asfalto.

Esse projeto está em andamento. Então, quando eu falo de fechar o círculo virtuoso é porque há o acompanhamento passo a passo, o que evita e impede o jogo malandro da corrupção. O dinheiro transferido do Ministério da Integração cai na conta do Governo diante dos olhos de todo o mundo, e a Secretaria de Transportes executa; quando coloca a nota de empenho, a gente acompanha pelo Portal da Transparência; quando emite a nota fiscal e paga, também está lá no Portal da Transparência. O melhor de tudo isso é que a comunidade acompanha todas as obras. Nós temos hoje uma rede, um grupo de WhatsApp, em que estão presentes o Governo do Estado, o nosso mandato, a comunidade, e tudo o que acontece ali é de conhecimento de todos.

Portanto, o projeto avança, e eu devo voltar ao Ministro da Integração esta semana para apresentá-lo. O Ministério está entrando com R$13 milhões, e o Governo do Amapá, com R$13,5 milhões. O Governador Waldez Góes tem garantido a contrapartida, e nós trabalhamos juntos nesse projeto. Nós somos adversários políticos, adversários ferrenhos, mas, na hora de defender o interesse comum, aí nós estamos juntos, aí não há divergência política que possa nos atrapalhar.

Então, esse projeto está andando, exatamente em função... E é um projeto que se inscreve dentro dessa perspectiva nova produzida pela COP 21, de repensar o modelo de desenvolvimento, conjugar a atividade econômica com a preservação ambiental e com a equidade social, e também dentro do pensamento da Igreja Católica, que, pela nova encíclica, propõe uma mudança de modelo. Esse projeto é um grande exemplo de sustentabilidade socioambiental e também de transparência. O projeto fecha o ciclo e impede qualquer tipo de interferência duvidosa em relação à execução física e financeira.

Portanto, eu queria parabenizar a comunidade, queria parabenizar todos os atores: a Secretaria de Transportes do Estado, a nossa Assessoria que trabalha ali, a Secretaria de Agricultura, enfim, todos aqueles que estão trabalhando.

E nós queremos trazer isso para o País, nós queremos mostrar essa possibilidade de acompanhamento e fiscalização de todo o processo de liberação de recursos.

Era isso, Srª Presidente.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Cumprimento V. Exª, Senador Capiberibe, pelo pronunciamento e passo imediatamente a direção dos nossos trabalhos para a Senadora Lídice, porque serei a próxima oradora a utilizar da palavra.

(A Srª Vanessa Grazziotin deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª Lídice da Mata.)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Com a palavra, como oradora inscrita, a Senadora Vanessa Grazziotin, pelo tempo regimental.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Senadora Lídice.

Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, companheiros e companheiras, antes de iniciar o pronunciamento que faço no dia de hoje, quero registrar e encaminhar à Mesa, para que, se possível, seja inserido nos Anais da Casa o pronunciamento e uma homenagem que faço à Campanha da Fraternidade.

Conforme relatado aqui pelo Senador Paim, hoje pela manhã tivemos uma sessão solene, importante, significativa, no plenário desta Casa, que homenageou, saudou a Campanha da Fraternidade, sobretudo a forma justa e oportuna como ela se manifesta neste ano, com o tema "Casa comum, nossa responsabilidade." E o lema bíblico, Sr. Presidente, "Casa comum, nossa responsabilidade," apoia-se em Amós 5:24, que diz – abre aspas –: "Quero ver o direito brotar como fonte e correr a justiça qual riacho que não seca" – fecha aspas. Ou seja, destaca uma questão fundamental para o nosso povo, que diz respeito ao saneamento básico e à necessidade de diminuir as desigualdades sociais que ainda imperam no Brasil.

Portanto, eu passo a V. Exª e peço a inclusão nos Anais, pois seria a homenagem que eu faria se tivesse condições de comparecer à sessão pela manhã. E faço a homenagem não apenas em meu nome.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – A Presidência acolhe, de acordo com o Regimento.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada.

Faço a homenagem não apenas em meu nome, mas em nome do meu Partido, o Partido Comunista do Brasil, que reconhece, aplaude e respeita as ações desenvolvidas, sobretudo pela Igreja Católica – e não só a Igreja Católica –, nesta Campanha da Fraternidade, no sentido de organizar a população, no sentido de contribuir, colaborar concretamente para a construção de uma nova sociedade, uma sociedade em que as pessoas sejam mais reconhecidas e mais valorizadas.

Mas, Senadora Lídice, Srs. Senadores, voltando aos nossos trabalhos – eu retorno hoje –, em primeiro lugar, quero cumprimentar as escolas de samba que foram campeãs do Carnaval deste ano de 2016 e reforçar o que disse o Senador Capiberibe: apesar de toda a crise, assistimos a um belo Carnaval de norte a sul do País. Na sua Bahia, aquele Carnaval fenomenal, o Carnaval que é diferente. Na minha cidade, na minha terra, nós temos também desfile de escolas de samba. Lá, duas escolas empataram e, portanto, foram vitoriosas: a Escola de Samba Aparecida e o Reino Unido da Liberdade, a quem cumprimento e apresento meus votos de congratulações, assim como às demais escolas que ajudaram a fazer um belo Carnaval.

No meu Estado, depois das apresentações das escolas de samba no sambódromo, nós temos o Carnaboi. Na Bahia também. Na Bahia, o Carnaval é diferente. Ou seja, o Brasil inteiro mostrou que, apesar de todas as dificuldades, o povo brasileiro está disposto a cultivar a alegria, e não só no momento do Carnaval. Creio, Senadora Lídice, que o ambiente político que vem sendo construído desde dezembro do ano passado, passando pelo mês de janeiro, que já se foi, e fevereiro, indica que vamos poder sair daquela luta política sem fim, uma luta desnecessária, uma luta sem razão, repito, uma luta que é motivada somente por pretensões políticas de partidos que fazem a política em nosso País, sobretudo os partidos de oposição, que, repito, não se conformaram em perder as eleições. Perderam as eleições. Venceu a Presidente Dilma, que assumiu, mas, infelizmente, durante todo o ano de 2015, não apenas ela, não apenas o seu Governo, mas nós aqui, no Congresso Nacional, tivemos como ponto número um da pauta o *impeachment*, que, na realidade, mais soa como uma tentativa golpista do que propriamente como *impeachment*.

Portanto, Srª Presidente, o clima mostra que este ano nós devemos, sim, estar mais concentrados em superar a crise econômica, que não é uma crise só do Brasil, mas do mundo inteiro. Aliás, os indicadores, os economistas, aqueles que fazem previsões baseados, obviamente, em dados, em situações econômicas do País e do mundo inteiro, já apresentam uma nova preocupação: a possibilidade de os Estados Unidos e a Europa voltarem a ter déficit, voltarem a ter problemas mais graves em suas economias.

São economias frágeis, mas que se encontram neste momento em processo de recuperação. Há a possibilidade, a previsão de que essas duas economias importantes para o mundo inteiro e para o Brasil, porque são nossos parceiros comerciais, se não se recuperarem conforme se imaginava, podem ainda piorar um pouco mais a situação do País.

Portanto, eu creio que não há tempo, não há condições, e nem é isso que a população espera do Congresso Nacional, de dispersar forças em embates políticos em vez de se concentrar e trabalhar para ajudar o País a superar este momento difícil e a se preparar para a construção de um novo momento de desenvolvimento, de geração de emprego, etc.

Srª Presidente, nós temos um grande desafio, que vai demandar grandes esforços de nossa parte para reencontrar o rumo do crescimento econômico e superar a atual crise política. Para isso, o diálogo entre os diversos segmentos da sociedade passa a ser fundamental, como bem frisou a Presidente na abertura dos trabalhos legislativos.

Na primeira reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, o chamado Conselhão, no final do ano passado, também ficou patente a necessidade de um chamamento que não deve ser visto como um chamamento da Presidenta do País, da Presidente Dilma, mas um chamamento de toda a sociedade brasileira – toda, absolutamente toda a sociedade brasileira.

No entendimento dos empresários – e aqui me refiro novamente à reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social –, dos dirigentes sindicais e de representantes de diversas entidades, o Governo deixou claro que nenhuma pauta vai interditar esse diálogo, cuja finalidade é a retomada do crescimento.

Eu, em particular, Srª Presidente, e o meu Partido, o PCdoB, temos a convicção de que a maioria das forças políticas, senão a totalidade, já compreendeu que este é o início do caminho a ser trilhado este ano. E quero dizer que será lamentável, profundamente lamentável, se alguns setores da sociedade ou, mais especificamente, alguns setores da política brasileira ainda insistirem no discurso golpista do *impeachment*.

E digo isso com muita tranquilidade, apesar de saber que isso incomoda muito sobretudo aqueles que até agora empunharam, com muita força, a bandeira do *impeachment*, dizendo que o que eles defendem é o *impeachment*, e não o golpe. E nós temos dito que *impeachment* sem razão nada mais é do que golpe.

Não cremos que haja razão para que ocorra um *impeachment* contra a Presidente Dilma. Mesmo porque, se tudo for levado ao pé da letra, tenho certeza e convicção absoluta de que não haveria governador deste País que permanecesse no cargo.

Primeiro falaram das tais pedaladas. Qual o Estado brasileiro cujo governo, cuja administração não utiliza desse mesmo mecanismo, dessa forma? Aliás, para o próprio Tribunal de Contas, isso era algo normal. Não eram razão, até pouco tempo, até o ano passado, as tais pedaladas, que não são novidade nenhuma. Não eram razão nenhuma para a rejeição de contas. Nunca foram. Ano passado, sim. Por que, no ano passado, foram? Por conta de que vivemos esse momento difícil, de disputa.

Eu espero, Srª Presidente, Srs. Senadores, que, neste ano de 2016, todos nós nos esforcemos: aqueles que apoiam o Governo, os partidos que mantêm uma postura de independência e até mesmo aqueles que fazem oposição. Mas os que fazem oposição o fazem ao Governo, e não ao País. E quem precisa de nós, quem precisa do Congresso é o País, não é o Governo.

Refiro-me a esse novo clima porque, na minha opinião, tudo começou com a decisão importante adotada pelo Supremo Tribunal Federal, que deu um basta à tentativa da Câmara dos Deputados. E quando falo Câmara, quero falar, com muita força, da forma como a Câmara vem sendo conduzida pelo Presidente Eduardo Cunha, que, em duas ou três sessões, definiu qual seria o rito e elegeu a comissão processante, inclusive não a indicada pelos partidos, conforme determina o rito. Mas fez eleições, foi para a disputa. Enfim, todo esse rito foi desfeito pelo Supremo Tribunal Federal. O julgamento já se encerrou, já foi publicado, mas há novos questionamentos feitos ao Supremo Tribunal Federal, que têm que ser respondidos. E eu fico feliz com isso.

O Governo Federal, os Governos estaduais e municipais e a população brasileira sentem as dificuldades econômicas. Depois de muito tempo, o nível de desemprego cresceu a percentuais que há tempos nós não conhecíamos e com os quais nós não convivíamos. E também é o ponto que no País, hoje, o número de desempregados e de postos de trabalho fechados é maior do que o de postos de trabalho criados.

Portanto, neste momento de extrema dificuldade precisamos trabalhar pelo País, Srª Presidente. E essa é a minha expectativa, a expectativa do meu partido, o PCdoB, e, tenho certeza, é a expectativa de toda a população brasileira, que também já entendeu que os defensores da tese do *impeachment*, do golpe, são movidos por interesses meramente eleitorais e de poder, tanto que o alvo, ultimamente, deixou de ser o Governo diretamente e passou a ser o ex-Presidente Lula. Quem assistiu aos telejornais, quem ouviu o rádio, quem leu os jornais viu que o ex-Presidente Lula foi manchete em quase todos os dias do mês de janeiro nos meios de comunicação. É contra ele que as elites se voltam agora, porque querem destruir a imagem de um homem que conduziu e, sem dúvida nenhuma, ajudou muito a mudar a história deste País. E não querem destruir o ex-Presidente Lula com medo da sua volta no ano de 2018, mas querem destruir um projeto político diferente de tudo aquilo que nós víamos sendo aplicado no País.

Podemos enumerar, uma a uma, as diferenças do projeto de Brasil, do projeto de desenvolvimento nacional do governo do Presidente Lula, continuado pela Presidente Dilma, dos governos anteriores. As diferenças são muitas, desde a política externa até a política interna e a política econômica. Houve muitas concessões? Sem dúvida nenhuma. Muitas concessões ao capital? Ao modelo anterior? Sem dúvida nenhuma. Mas temos que entender que vivemos em um país cujo sistema é presidencialista e que depende do Parlamento, sem o qual não governa.

É óbvio que não podemos caracterizar nem o governo do ex-Presidente Lula e nem o Governo da Presidente Dilma como governos de rupturas. São governos que procuraram mudar o rumo da política brasileira, valorizando o projeto do desenvolvimento nacional. E um dos exemplos mais fortes que está sendo duramente combatido agora é a questão do desenvolvimento da indústria nacional. A partir da maior empresa do Brasil, que é a Petrobras, decidiu-se aprovar novas regras, novas legislações, no sentido de que houvesse um conteúdo nacional significativo na cadeia do petróleo do Brasil, um conteúdo nacional importante. Mas no dia seguinte se fala que isso foi corrupção. Opa!

A corrupção é outra coisa, não é culpa da política. A mesma coisa seria dizer que o doente está muito mal, com a doença muito agravada e, por isso mesmo, tem de morrer. Não. Não temos de matar o doente; temos de curar a doença. Então, há gente – e isso é a oposição – que luta muito na esfera política para derrubar a Presidente do poder; não conseguindo nas eleições, derrubar depois. Para quê? Para aprovar e colocar em prática o seu projeto, o seu projeto de pôr fim à política de conteúdo nacional, de pôr fim à garantia do direito dos trabalhadores, porque, mal ou bem, Presidente, Senadora Lídice da Mata, nós temos hoje, no País, uma política de valorização do salário mínimo, uma política que garante que todos os trabalhadores terão os seus ganhos salariais aumentados e evoluindo de acordo com a evolução o Produto Interno Bruto do nosso País, ou seja, de acordo com a evolução do próprio País. Conforme a nossa economia cresce, crescem os salários também. Tanto que, logo que a crise – não se iniciou – se agravou, o que é que nós ouvimos desses economistas, sobretudo os economistas que sustentam a economia neoliberal, aquela que foi sustentada no governo do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso? Nós os ouvimos dizer que é impossível, neste momento de crise, manter essa política de valorização do salário mínimo, com a garantia de aumento real todos os anos, porque isso é inflacionário, isso não ajuda, isso atrapalha.

O que é inflacionário – na minha opinião –, o que não ajuda e o que atrapalha a nossa retomada do crescimento são esses juros escorchantes. Todas as empresas, de todos os setores – automobilístico, de quatro rodas, de duas rodas, eletroeletrônico, calçadista, de transporte, etc. –, conviveram, nesse último ano, com perdas significativas e importantes. Apesar disso, o sistema financeiro, todo ele, do banco Itaú, passando pelo Bradesco, pelo Santander, todos os bancos, inclusive os públicos, bateram novos recordes de lucratividade. É para esses que nós temos de olhar; é neles que nós temos de mirar, e não no salário mínimo do pobre coitado do trabalhador brasileiro. Não é nele que nós temos de mirar. Nós temos de mirar nisso e mudar essa política.

Quanto a essa política dos juros elevados, nessa última reunião do Copom, no mês de janeiro, quando muitos criticaram não a decisão, mas a forma como a decisão foi tomada... Veja bem, Senadora Lídice: não criticaram a decisão, mas a forma por que teria o novo Ministro da Fazenda antecipado alguma coisa, dado alguma entrevista. Isso que foi alvo de crítica. No fundo, não se sentiram à vontade em criticar aquilo que queriam criticar, que foi a manutenção das taxas oficiais de juros – que já são altas, 14,25% –, que colocam o Brasil no topo da relação dos países que praticam as mais elevadas taxas de juros. Ainda queriam que ela aumentasse mais para enfrentar a inflação. Ora, aumentou muito e em que mesmo enfrentou a inflação? Não conseguiu.

Então, não é essa política ortodoxa, não são esses métodos que têm de ser utilizados, não há ambiente mais para juros altos, não há mais ambiente para corte de despesas, para segurar a inflação, porque isso tudo significa a piora na qualidade do serviço público, significa o encarecimento do crédito, a dificuldade no processo de ampliação da produção em nosso País. Não é mais assim que temos de enfrentar a crise. Pelo contrário, temos de enfrentar a crise econômica adotando medidas contrárias, baixando ainda mais as taxas de juros, que são, sem dúvida nenhuma, um grande problema nacional, que vêm sendo combatidas não só por nós...

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... mas combatidas por todos os setores produtivos.

Creio que a população brasileira tem de ser mais enérgica no sentido da cobrança. Ora, todos vão mal: o setor de petróleo, siderúrgico, transporte – todos, absolutamente todos –, da produção, setor químico, farmacêutico, mas o setor financeiro, não, para esse, o lucro é cada vez maior.

Isto é o que o Brasil precisa mudar: a política econômica. E, sem dúvida nenhuma, a nossa participação será fundamental, Senadora Lídice.

Lamento muito que a pauta do Congresso se inicie com dois projetos... Aliás, encerramos no ano passado e iniciamos também, apesar de que, na última sessão, tivemos um bom acordo, porque já queria o Plenário, e a Presidência encaminhava para o debate do Projeto de Lei nº 555...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ...que é o projeto das estatais, que estabelece a responsabilidade das estatais e que tem muitas críticas de nossa parte, não no projeto em si, porque o projeto é importante, mas quanto ao conteúdo do projeto, porque, pelo conteúdo do projeto, dificilmente empresas como Caixa Econômica Federal se manterão. Portanto, temos de mudar algumas questões principais, fundamentais, nesse projeto de lei.

Foi esse o acordo que se fez na sessão passada e espero que tenhamos todos a capacidade de tirarmos esses pontos de enfraquecimento das empresas públicas, no sentido de garantir que elas continuem sendo públicas, mas que tenham também um processo e um conjunto de medidas de regulamentação que não permitam que elas sejam alvo de assalto por aqueles inescrupulosos, assim como foi a Petrobras.

E o outro item é o item que tira da Petrobras a...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ...operadora exclusiva do petróleo. Não creio que esse deva ser um projeto de iniciativa de qualquer Parlamentar. Na minha opinião deveria ser um projeto de iniciativa da empresa, que sabe qual é a melhor forma e como tem de se conduzir para enfrentar este momento de dificuldade. Então, no meu entendimento, qualquer projeto agora que mexa com a Petrobras, que inicie daqui, pode enfraquecer essa empresa importante e piorar ainda mais a situação.

E, por fim, os projetos que deverão mover a pauta do Congresso: a tal da reforma da Previdência e a trabalhista, que quero crer que a Presidente está certa: "Vou largar a reforma trabalhista, porque não precisa." O que nós precisamos é de uma reforma tributária e não de uma reforma trabalhista. A reforma da Previdência topamos debater, contanto que não atinja direito das mulheres e direito dos trabalhadores brasileiros.

Srª Presidente, era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Muito obrigada, Senadora Vanessa Grazziotin, que oferta importante contribuição ao debate da economia e da política em nosso País, neste momento.

Peço a V. Exª que reassuma a Presidência dos trabalhos, para que eu possa me dirigir à tribuna. Logo após, V. Exª chamará o Senador Alvaro Dias, do PV.

(A Srª Lídice da Mata deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª Vanessa Grazziotin.)

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu convido para fazer uso da palavra a Senadora Lídice, que já estava acertada previamente e, na sequência, o Senador Alvaro Dias.

Senadora Lídice, com a palavra V. Exª.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Saudando a V. Exª, a todos os que nos ouvem e ao Senador Alvaro Dias, que inaugura um novo momento da sua atividade política nesta Casa, agora liderando o Partido Verde e aparecendo em rede nacional de televisão, nos comerciais deste Partido, quero desejar um novo momento profícuo de atividade que já caracteriza a atuação de V. Exª aqui tão bem, no Senado Federal.

Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vou usar a tribuna inicialmente para registrar dois fatos lamentáveis, mas que são indispensáveis de registro.

O primeiro é que hoje, na cidade de Feira de Santana, agora, às 11h da manhã, aconteceu o enterro de um grande companheiro de luta, o nosso querido Hosannah. Hosannah Leite era um militante político de extremo valor do nosso Partido, e eu, que não tive a possibilidade de ontem estar presente no seu velório, à noite, por já ter compromissos e, hoje, ter a necessidade de estar aqui em Brasília para participar de reuniões, no sentido da reabertura dos nossos trabalhos, quero lamentar profundamente a morte desse ex-Vereador e nosso grande companheiro de luta política e democrática do Estado da Bahia.

Hosannah foi um grande defensor da democracia e um grande expoente da esquerda brasileira e baiana. Hosannah integrava o Partido Comunista Brasileiro, integrou-o durante muitos anos, e a sua atuação sempre foi uma atuação marcada pela militância comunista. Recentemente se filiou ao PSB. Ele representa todo esse esforço de uma geração de militantes políticos de Feira de Santana, que é a segunda cidade maior do nosso Estado e que, durante todo o período da ditadura militar, marcou a sua participação na luta política do nosso Estado como uma cidade vanguardista da luta pela democracia, tendo como principal líder desse processo político o Deputado Francisco Pinto, um grande brasileiro, que deu uma contribuição tão grande à luta democrática em nosso País.

Hosannah, juntamente com Colbert Martins, com Galeão e com tantos outros amigos de sua geração, fazia parte desse grupo de políticos idealistas, corajosos que enfrentaram a ditadura militar, criaram um movimento de responsabilidade social naquela cidade, com administrações, com contribuições à administração de Feira de Santana, sempre no caminho do fortalecimento democrático.

Por isso, quero, como Presidente Regional do PSB da Bahia, lamentar profundamente a morte desse companheiro, que participou, de forma destacada, em 2014, da minha campanha, do início da campanha de Eduardo Campos, naquela cidade e na nossa região.

Estive em Feira, pouco antes do Carnaval, e Hosannah já estava internado no hospital. Nesses últimos dias, teve de fazer uma cirurgia; enfrentou, lutou para sobreviver contra um câncer, que infelizmente o venceu. Mas a Bahia democrática e Feira de Santana são profundamente gratas pela contribuição dada por Hosannah à nossa luta.

Recebam, portanto, os seus familiares e toda a sociedade de Feira de Santana o nosso abraço de pesar neste momento.

Também, Sr. Presidente, quero expressar o meu mais profundo pesar pelo brutal assassinato, ocorrido no último dia 4 de fevereiro, em pleno Carnaval, do professor aposentado do curso de Psicologia da Universidade Federal da Bahia, Marcus Vinicius de Oliveira Silva.

O lamentável fato ocorreu no povoado de Pirajuía, Município de Jaguaripe, no Recôncavo Baiano, entorno da Baía de Todos os Santos. Marcus Vinicius tinha 57 anos, nasceu em Minas, era Mestre em Saúde Pública, pela Universidade Federal da Bahia, e também Doutor, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi um pioneiro e grande liderança nacional na luta pela reforma antimanicomial e pela criação dos CAPS (Centros de Atenção Psicossocial), no Brasil.

Marcus também participou ativamente da consolidação da carreira de Psicologia no Brasil, integrando o Conselho Federal de Psicologia nas gestões de 1988 a 1989, de 1992 a 1995, de 1997 a 1998, de 1998 a 2001, de 2004 a 2007. Esteve, também, à frente das gestões dos Conselhos Regionais de Minas Gerais e da Bahia. Foi Coordenador do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop), entre os anos 2004 e 2007.

No Conselho Nacional de Saúde, participou da Comissão Nacional de Saúde Mental como representante do Fentas (Fórum das Entidades Nacionais dos Trabalhadores da Área de Saúde). Foi, ainda, integrante da Comissão Nacional de Reforma Psiquiátrica de 1994 a 1997.

Do seu assassinato, suspeita-se de crime de mando. Ele atualmente estava morando nesta pequena cidade do interior da Bahia, um distrito, onde apoiava a luta de uma comunidade indígena pelo direito à terra. As características que cercaram o seu assassinato ensejam a necessidade de que o movimento de direitos humanos, o movimento de fortalecimento da participação da cidadania na sociedade brasileira, se pronuncie firmemente no sentido de que tudo que diz respeito a esse assassinato possa ser investigado e que, o mais breve possível, a sociedade baiana e o Brasil possam tomar conhecimento dos culpados, dos responsáveis e, consequentemente, da sua punição.

Quero enviar o meu registro, que já foi feito também aqui pelo Senador Paulo Paim, e as minhas condolências aos familiares, mas também àqueles que foram a sua família estendida – todos os militantes dos movimentos em defesa da saúde mental no nosso País.

Hoje, pela tarde, na Bahia, às 17h, na reitoria da Universidade Federal da Bahia, haverá um movimento unindo diversas entidades e a própria Universidade, prestando homenagens ao Prof. Marcus Vinicius, exigindo a apuração dos fatos que levaram à sua morte. Eu quero me incorporar a esse movimento.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu gostaria também de dizer da importância dos trabalhos legislativos deste ano, da importância da reabertura dos nossos trabalhos para a discussão deste momento singular da vida nacional. O Brasil vive uma crise econômica e precisa do Congresso, para que possamos dar uma contribuição à sua superação, principalmente uma contribuição no sentido de que essa crise possa ser superada com a participação e o sacrifício de toda a sociedade, e não apenas dos trabalhadores.

É nessa direção que eu creio que é preciso também criar novos caminhos, apresentar novas ideias, sair da visão apenas do ajuste fiscal, necessário, indispensável para sinalizar um caminho, mas é preciso ir mais adiante. É o momento de repensar movimentos e de buscar, principalmente, saídas que possam voltar a estimular o emprego e o desenvolvimento, caro Presidente.

É nessa direção que eu quero, usando desta tribuna mais uma vez, defender a aprovação do projeto de minha autoria que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação, as chamadas ZPEs, o PLS 764/2011, que se encontra na Câmara dos Deputados.

Agora, essa proposta, que já foi aprovada aqui no Senado, em 2013, por todas as Comissões, está em fase final de votação na CCJ da Câmara dos Deputados, com parecer favorável do Relator, Deputado Paes Landim – a quem quero agradecer o esforço, o empenho na relatoria desse projeto –, do PTB, do Piauí, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e pela aprovação da matéria.

Outros quatro PLs foram apensados à nossa proposta (PL 1.048/2011, PL 3.026/2011, PL 8.172/2014 e PL 7.605/2010), e nela foram acolhidas emendas da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia; da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; e do substitutivo da Comissão de Finanças e Tributação, com subemenda substitutiva.

Eu queria lembrar que a legislação das ZPEs no Brasil existe desde o final dos anos 80, mas, até o momento, não foi implementada totalmente. De acordo com nossa proposta, será regulamentada a diminuição do percentual mínimo de exportação das empresas instaladas em ZPE de 80% para 60%, facultando ao Poder Executivo reduzi-lo para até 50% no caso de pessoa jurídica que exerça preponderantemente atividades de desenvolvimento de *software* ou de prestação de serviços de tecnologia da informação.

Atualmente, mais de 130 países utilizam ZPEs e empregam cerca de 70 milhões de pessoas, gerando US$500 bilhões em exportações líquidas anuais.

A função estratégica das Zonas de Processamento de Exportação é oferecer condições ideais à agregação de valor a todo tipo de bens, inclusive *commodities* e serviços.

Caro Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, temos hoje no Brasil 24 zonas de exportação, distribuídas em 20 Estados, sendo que a maior parte está prevista para as Regiões Nordeste e Norte, o que mostra que esta pode ser uma ferramenta importantíssima no combate às desigualdades regionais em nosso País, respeitando-se as vocações regionais. No meu Estado, a Bahia, a aprovação do projeto irá beneficiar diretamente a cidade de Ilhéus e a região do seu entorno, onde temos parcialmente instalada uma ZPE.

Quero ressaltar, ainda, que, nesses tempos que vivemos de crise econômica, o projeto pode representar uma oportunidade de alavancar o comércio externo brasileiro e fomentar divisas para o País. O objetivo da nossa proposta é promover a redução dos desequilíbrios regionais, além de fortalecer o balanço de pagamentos e promover a difusão tecnológica e o desenvolvimento econômico e social do País.

Quero lembrar que o Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), aprovou resolução que explicita que, para a criação de novas ZPEs, será preciso apresentar projeto industrial. Isso significa que, antes da implementação, o governo do Estado precisará viabilizar o interesse do setor privado em investir. A medida visa a auxiliar essas áreas na atração de investimentos. O próprio Governo já informou que estuda alterar a legislação relativa às ZPEs para que o regime realmente se desenvolva, inclusive na perspectiva de que seja avaliada a criação de ZPEs setoriais, de acordo com a vocação econômica de cada região brasileira.

Para finalizar minha defesa ao projeto, não posso deixar de destacar uma frase do Presidente da Associação Brasileira de Zonas de Processamento de Exportação, Helson Braga, entidade que colaborou nos debates sobre o aperfeiçoamento do nosso projeto tanto aqui no Senado quanto na Câmara, que diz que "as ZPEs são o instrumento concebido exatamente para operar como pontos de transformação industrial e de agregação de valor à produção exportável, o que pode viabilizar a industrialização de produtos como algodão, soja e até minério de ferro."

Portanto, Sr. Presidente, essa é uma proposta que, além das diversas propostas que temos debatido aqui, pode nos ajudar a abrir caminhos para o futuro na superação das dificuldades que vivemos.

Uma outra ideia que quero apresentar e debater no Senado Federal é justamente a ideia de nos voltarmos, em tempos de dificuldade, para a economia criativa. O Brasil tem uma enorme potencialidade para o desenvolvimento da economia criativa. Esse é um debate, uma discussão que eu vou voltar a apresentar aqui no Senado, porque acho que já está na hora de o Brasil ter o seu plano de desenvolvimento da economia criativa para fazer com que, num momento de dificuldade, nós possamos gerar riqueza e renda com a cultura, com a tecnologia de informação – e a tecnologia nos diversos sentidos –, com a inovação tecnológica e possamos gerar emprego com o turismo, com a gastronomia brasileira e com tantos setores que fazem uma cadeia pro-

dutiva de uma economia criativa. Diversos países do mundo já têm hoje, na economia criativa, um ponto fundamental do seu crescimento e do crescimento da sua economia.

É, portanto, indispensável que o Brasil, ao discutir novos caminhos para a sua economia, possa discutir caminhos realmente modernos do desenvolvimento de uma indústria nova, que, nos países mais desenvolvidos do mundo, já representam ponto significativo do PIB e que, em nosso País, não podem deixar de estar presentes, para dar oportunidade a toda juventude brasileira de se incorporar, de forma moderna, em um esforço de crescimento do nosso País.

Muito obrigada.

(Durante o discurso da Srª Lídice da Mata, a Srª Vanessa Grazziotin deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PV - PR) – Solicito à Senadora Lídice da Mata que reassuma a presidência desta sessão.

(O Sr. Alvaro Dias deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª Lídice da Mata.)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Convido à tribuna o Senador Alvaro Dias, do PV do Paraná.

O SR. ALVARO DIAS (PV - PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senadora Lídice da Mata.

Venho hoje à tribuna, aproveitando o vazio desta segunda-feira, para repercutir preocupações que assaltam o meu Estado, o Paraná.

Diante desse turbilhão provocado pela crise que se abateu sobre a Petrobras, do anúncio de cortes, a pretexto de salvar a empresa do seu desastre falimentar, o Paraná sofreria as consequências. A Usina do Xisto, de São Mateus do Sul, estaria sendo incluída entre as economias propostas pela direção da Petrobras. Isso seria lamentável.

Em que pesem eventuais desmentidos, o ritmo de redução de investimentos da estatal será acelerado neste ano de 2016, considerado pelo próprio Presidente, Bendine, como importante fator para redução do endividamento da companhia.

O plano de cortar R$15,1 bilhões, em 2015 e 2016, será intensificado ao longo deste ano. As nossas preocupações estão voltadas para o sul do Paraná, para São Mateus do Sul, a Usina de Industrialização do Xisto é vital para a economia local. É bom dizer que ela vive um problema de gerenciamento, sim, de gestão, sim, mas não é deficitária, ao contrário, ela pode se constituir em importante instrumento de superávit para a Petrobras.

A unidade tem mil funcionários, sem contar com os mais 3 mil empregos indiretos gerados na região. Inúmeras empresas se instalaram na região após a construção da usina. A unidade recolhe aproximadamente R$98 milhões em impostos e *royalties* por ano. Esse montante representa 48% da renda do Município, R$60 milhões são repassados ao Governo do Estado.

As atividades da usina têm impacto sobre a vida de 16 mil pessoas, mais de um terço da população de São Mateus do Sul, que tem 45 mil habitantes.

É importante ressaltar a dimensão estratégica dessa usina, sediada sobre as maiores reservas mundiais de xisto. Sua produção atende aos mercados do Paraná, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

A Petrobras extrai petróleo e gás do xisto betuminoso na formação Irati, em São Mateus do Sul, pela subsidiária Petrosix. A produção é de aproximadamente 8 mil barris de petróleo de xisto por dia, e é evidente que pode ser ampliada.

Na cadeia de problemas que o fechamento da usina provocaria, há ainda a questão da interrupção do fornecimento de calcário e o lixo urbano depositado nas cavas da usina.

Era eu governador do Paraná, e travamos uma batalha com a Petrobras, para que o projeto do xisto em São Mateus do Sul fosse implementado. Em determinado momento, a direção da Petrobras julgou ser dispensável aquele projeto, e aquele investimento seria, portanto, suspenso. Imediatamente, como governador, fomos não apenas à Petrobras, mas também ao Presidente da República, à época o Presidente José Sarney, demonstrar que o investimento renderia, certamente, frutos de natureza econômica e social. Isso realmente ocorreu. O Presidente Sarney autorizou o investimento, e nós tivemos a oportunidade de ver a usina do xisto de São Mateus do Sul produzindo e atraindo outros investimentos para a região.

Nós assistimos à revitalização da região sul do Paraná, que alavancou o seu processo de industrialização e continua gerando frutos e benefícios, como o aumento da receita pública dos Municípios da região e o desenvolvimento industrial. A primeira grande empresa que se instalou foi a Incepa, e outras vieram na sequência. Portanto, a usina do xisto foi a motivação para a geração de emprego, de renda e de receita pública.

Hoje estamos diante da possibilidade de que essa luz se apague. O fechamento da usina seria uma tragédia para toda a região sul do Paraná, com reflexos que transcendem as fronteiras estaduais. A produção atende São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

A sua extinção, na esteira dos descaminhos percorridos pela Petrobras, é inaceitável.

Ainda nesses dias, especificamente na última sexta-feira, tive a oportunidade de conversar com o Ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga, que assegurou a posição do Ministério contrária ao fechamento da Usina do Xisto de São Mateus do Sul. O Ministro nos autorizou, inclusive, a tornar pública essa sua posição e envidará todos os esforços para convencer a direção da Petrobras de que essa não é uma alternativa inteligente para resolver os problemas da companhia.

Aliás, eu diria que, diante do monumental problema da Petrobras, dessa gigantesca dívida acumulada pela empresa em razão, sobretudo, da incompetência e da corrupção, essa economia seria um grão de areia no deserto do Saara. Portanto, não é uma atitude inteligente. Essa economia de pronto, essa economia oportunista, essa economia eventual resultaria em enorme prejuízo permanente, um prejuízo de natureza econômica e, sobretudo, social, provocando desemprego no momento em que o País vive a tragédia da recessão, da inflação e do desemprego.

Eu, particularmente, não acredito que a Petrobras leve a cabo essa iniciativa e prefiro acreditar na palavra do Ministro Eduardo Braga, que é autoridade neste setor, de que não haverá interrupção das atividades dessa Usina do Xisto, em São Mateus do Sul.

É o apelo que estamos formulando. Há uma movimentação das autoridades paranaenses. Ainda hoje, a Bancada do Paraná se reúne com o Ministro de Minas e Energia, sob a liderança do coordenador, Deputado João Arruda. Essa audiência, certamente, levará ao ministro novas informações – por exemplo, que o IAP não cria mais dificuldades para o aproveitamento da borra. E isso é mais uma motivação de êxito, é mais uma certeza de lucro dessa Usina do Xisto.

Há uma movimentação do prefeito, do vice-prefeito, dos vereadores, das autoridades locais, das associações locais. Recebemos em nosso gabinete, nos últimos dias, essas lideranças políticas e da comunidade de São Mateus do Sul exatamente nesse pleito a favor da economia local e, sobretudo, a favor do bom senso, da inteligência.

O xisto é um produto da maior importância do setor energético, e nós temos lá, no Paraná, com essa usina de industrialização do xisto da Petrobras, em São Mateus do Sul, certamente um importante instrumento de desenvolvimento regional e um importante instrumento de fornecimento de energia.

Portanto, Srª Presidente Lídice da Mata, o nosso apelo para que as atividades desta usina do xisto de São Mateus do Sul, a Petrosix, não sejam interrompidas, que essa usina possa continuar promovendo o desenvolvimento daquela região.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – O pronunciamento de V. Exª é importante para o desenvolvimento da economia brasileira e para todo o seu Estado, e emprestamos o nosso apoio a essa luta.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*. **(vide item 1.1.2.2 do Sumário)**

O Senador José Agripino se inscreve, neste momento, para uma comunicação inadiável.

Pois não, V. Exª pode usar da palavra.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente Lídice da Mata e Srs. Senadores, nós estamos começando praticamente agora a sessão legislativa porque o recesso praticamente emendou com o Carnaval.

Estivemos aqui para a leitura que Sua Excelência, a Presidente da República, veio trazer pessoalmente ao Congresso Nacional, mas, em seguida, ocorreu o período de Carnaval e somente agora nós estamos retornando aos nossos trabalhos ordinários, normais.

Estou em Brasília desde a quinta-feira. Nas proximidades do final de semana, eu faço uma coisa que me agrada e que entendo ser minha obrigação fazer – acho que você, Senadora Lídice, faz isso também como dona de casa que também deve ser, que é: ir ao supermercado para comprar aquilo que se consome no dia a dia e para ver os preços e como anda a inflação, como andam as caras das pessoas, como anda o humor, como anda o abastecimento ou não, se está havendo remarcação ou não, se a maquininha voltou ou não, qual a atitude das pessoas diante das gôndolas, a comparação de preços de um mês para cá, de uma semana para outra. E, nesse final de semana, eu fui a três supermercados. Eu e minha mulher fomos a um de pequeno porte, a um de médio porte e a um grandão, de porte maior, comprar de verdura a queijo, a carne, comprar aquilo que era preciso comprar. Fazia um mês que estávamos ausentes de nossa casa em Brasília, e era preciso recompor os

estoques. Fui a três supermercados, porque o que foi comprado em um não foi o suficiente. Faltou um itenzinho, eu fui ao segundo; faltou um outro item, eu fui ao terceiro.

E, de compra em compra, de gôndola em gôndola, a gente vai acompanhando as pessoas, as famílias, observando as reações. Para mim, estar num supermercado é aprendizado de como anda o País, de como anda o humor das pessoas e do que é preciso fazer em função daquilo que se depreende, daquilo que se percebe.

Eu me lembro bem de uma senhora com uma filhinha. A filhinha meteu a mão num departamento de chocolates, pegou com a mãozinha dela o chocolate e o colocou no carrinho. A mãe olhou, disse: devolve. Ela devolveu os chocolates, claro que não satisfeita. Eu acompanhei, não que acompanhasse a senhora com a filha, mas acompanhei. Daqui a pouco, a senhora encontrou o marido, que lá para frente se depararam com o setor de queijos.

Aí, eu observei que o marido e a mulher, observando o preço de cada embalagem, tiravam da gôndola e botavam na gôndola uma embalagem e botavam outra embalagem, tudo buscando o menor preço.

Em outro momento, em outro mercado, eu pude observar, com outras pessoas, a preocupação, principalmente quando são casais, da compra em menor quantidade. Não dá para levar três, tem que ser dois.

Eu faço essas observações porque o dia a dia de um supermercado traduz o que está ocorrendo dentro da casa das pessoas. A criança não levou o chocolate porque a inflação ou os ganhos da família obrigaram a que elas restringissem o consumo daquilo que normalmente fariam ou fizeram.

A seleção do marido e da mulher sobre o que comprar em quantidade menor significa também a restrição. Em função de quê? De que aquilo que eles compravam não conseguem mais comprar. Evidentemente, isso transfere para o interior das residências a insatisfação com o que está ocorrendo em nosso País. Em decorrência de quê? De um dragão chamado inflação, que esteve domado. O Plano Real conseguiu o milagre de estabilizar a inflação em patamares civilizados, e a prática do Governo do PT fez com que o dragão lamentavelmente ressurgisse.

Eu não quero aqui fazer uma digressão sobre as razões da inflação, mas eu queria fazer uma observação muito clara, muito contemporânea dos produtos do supermercado. Por que encareceram? Por que a criança não pode mais levar o chocolate? Por que o pai discute ou debate com a mãe sobre se dá para levar dois ou três, quatro ou cinco? Por que ficam olhando o preço da embalagem de queijo? É por conta de dificuldade em comprar em função daquilo que compravam e do que não podem mais comprar. Em função de quê? Da inflação.

Onde é que está a inflação, dentro do mercado? Está em tudo, mas basicamente em cima de transporte. Tudo que estava ali foi transportado, nada nasceu ali. Nada! Em cima da energia elétrica. Tudo que estava ali teve energia elétrica para o seu processo de produção. E petróleo.

Vamos fazer uma observação. Nos transportes, o que ocorreu no Brasil nesses últimos anos do Governo do PT? A infraestrutura brasileira poderia ter evoluído em níveis de primeiro mundo? Poderia, sim.

O Brasil teve sobras de arrecadação, teve superávits decantados e vangloriados pelo Governo anos seguidos. Nós perdemos a oportunidade de fazer a melhoria das nossas rodovias, das nossas vias aquáticas, dos nossos portos e aeroportos, da infraestrutura como um todo. Não o fizemos.

Nós temos, hoje, uma infraestrutura que os meios de comunicação mostram. São estradas esburacadas, que fazem com que cada pacote de queijo que o comprador observava se poderia comprar ou não, e que era transportado por x, esteja sendo transportado por x mais alguma coisa, por conta da infraestrutura deficiente, por conta do não investimento quando tínhamos chance de investir, por conta de uma atitude de governo. Resultado: o produto chega mais caro na gôndola do supermercado.

E isso por quê? Por causa da energia elétrica? Será que a energia elétrica contribui para a inflação, o que faz com que as pessoas se restrinjam no consumo? Evidente que sim.

Mas o Governo tem culpa do preço da energia elétrica? É só quem tem. O que aconteceu? Diferentemente do que a Presidente há um ano prometeu, ou seja, baixar em 30% a tarifa da energia elétrica, de forma imprevidente, pelo fato de não ser honesta com a sociedade, porque ela sabia que os níveis das barragens que produzem a hidroeletricidade estavam baixos, ela anunciou a diminuição do preço da tarifa de energia elétrica em 30%, e, logo depois, pouco tempo depois, logo após a eleição, logo após, meses depois da eleição, o anúncio foi no período pré-eleitoral, e o aumento da energia foi logo depois da eleição.

E em função de quê? Daquilo que estava escrito. O nível de água das hidrelétricas baixo obrigou a que as termoelétricas, que consomem o combustível fóssil, que não temos, e que temos que importar, entrassem em operação, levando à tal da bandeira vermelha, da bandeira amarela nas contas de energia de cada um de nós, consumidores.

E essa energia elétrica que subiu num engodo monumental à sociedade brasileira afeta diretamente a capacidade de compra, porque, em tudo que estava ali, à venda, há um pedaço de energia elétrica que subiu. E subiu na base da enganação.

E aquilo que é transportado? É transportado como? É transportado ou com motor elétrico, de ferrovia, que não existe, ou em caminhão porta a porta, movido a gasolina ou a óleo diesel.

Há uma indignação nacional, Presidente Lídice. O petróleo caiu, no mercado internacional, de coisa de US$100 para US$30, e o preço do combustível no Brasil só fez aumentar. Não dá para entender.

Eu estive nos Estados Unidos agora, há pouco tempo. O preço da gasolina azul, que aqui é cobrada a R$4,99 o litro, lá é R$3, com a mesma octanagem. O nível de autossuficiência de petróleo, nos Estados Unidos, é talvez menor do que no Brasil; eles importam mais do que o Brasil, mas eles têm eficiência.

Aqui nós tivemos o pecado da Petrobras e o pecado da ineficiência da estatal, que fez com que, mesmo com o preço do petróleo em queda vertiginosa, o preço do combustível não caísse. Pelo contrário: fez com que subisse, evitando o consumo das pessoas nas gôndolas dos supermercados. Isso é a volta do dragão da inflação, por culpa de atitudes de um governo.

Ninguém engana os brasileiros de que a energia elétrica que se prometeu por um preço, e que é hoje fornecida por um preço muito maior, não é produto de enganação e de incompetência de governo. Ninguém consegue convencer o povo do Brasil de que, com o abaixamento do preço do petróleo, aqui a gasolina ou o óleo diesel não tendem à queda, mas, pelo contrário, tendem a subir. Não cabe na cabeça das pessoas que veem televisão que o transporte de mercadorias está mais caro por conta da buraqueira, por conta da falta da infraestrutura, por conta da falta de ferrovia, de rodovia de qualidade, de aeroporto que só se salvou em parte por conta do regime de concessões. Então, é por isso que a inflação está de volta.

Isso sem falar no pecado mortal, na minha opinião, de ter se trocado uma dívida externa de muito baixa remuneração, dívida em dólar, por uma dívida interna, que está beirando os R$2 trilhões, a uma taxa de juros de 12,45 pontos percentuais. Uma loucura. Não há país que se aguente, e, como não há país que se aguente – e aí é onde eu quero centrar, de forma objetiva, a minha fala, nessa retomada dos trabalhos legislativos –, Senador Raimundo Lira, está prevista uma reunião de líderes com o Presidente do Senado para se tratar da agenda legislativa, agenda de salvação nacional.

Senador Raimundo Lira, a crise que o Brasil atravessa não vem de fora, tem endereço; nasceu, se criou, foi gerada, foi gestada, no Palácio do Planalto, por um governo do PT com seus auxiliares, com os ministros, sob o comando de uma presidente que tem uma filosofia de pensamento, que levou o Brasil à situação a que acabei de me referir, com erros terríveis da condução da economia; no campo, na produção industrial, uma política desastrada que está fazendo com que a indústria brasileira volte a nível de dez anos atrás. Isso é um desastre, é inimaginável.

Somos brasileiros e temos que raciocinar que é preciso salvar o País. Não com enganação, não nos dizer que a crise brasileira é importada, que está vindo da China, dos Estados Unidos, da Alemanha, para dentro do Brasil. É gerada aqui dentro do Palácio do Planalto por um governo que não teve competência para entender o que se passava e tomar as atitudes que cada momento exigia.

Vamos à agenda. Presido um partido e, se convidado, participarei da reunião. E participarei de forma positiva, para que se monte uma agenda de salvação nacional, discutindo-se todos os pontos, Presidente Lídice.

Onde está o grande problema? Está nas contas públicas, no déficit fiscal. O que é preciso fazer para promover o reequilíbrio das contas públicas e eliminar o déficit fiscal? Está na Previdência; não, está na reforma tributária; não, está na reforma política; não, está na readequação da Petrobras aos 30% de não obrigatoriedade e participação no pré-sal. Onde estiver a agenda, estarei presente e darei a minha contribuição.

Mas, com o que não vou concordar, é que, estabelecida a agenda, a oposição se encarregue de votar os temas que não sejam consenso na Base do Governo. Não dá para se propor tema de salvação nacional, e uma banda do PT ou uma banda do partido A, B, C votar a favor, e a outra banda votar contra, e querer que a oposição dê o seu aval, para consertar os erros que são de um governo. Desse jeito, não!

Para montagem da agenda, podem contar com o meu Partido. Para a votação das matérias, vamos mostrar de forma franca e clara que erros foram cometidos e o que é preciso fazer, mas fazer de forma solidária, de forma brasileira, pensando no futuro do Brasil, entendendo que os erros foram praticados por quem está no Governo e que tem obrigação de consertar o errado pela unanimidade dos seus votos, e não querer o sacrifício da oposição, votando temas sobre os quais não tem culpa, para corrigir erros que não são da responsabilidade da oposição o seu cometimento.

É da responsabilidade da classe política salvar o Brasil. E isso nós faremos, e para isso daremos a nossa contribuição.

Obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – A fala de V. Exª, sem dúvida nenhuma, contribui muito para o debate político que o Senado se prepara para travar neste semestre. Parabéns!

Solicito a V. Exª, Senador Agripino Maia, que possa assumir a Presidência desta Mesa para que o Senador Raimundo Lira, do PMDB da Paraíba, possa usar da palavra.

Obrigada.

A Srª Lídice da Mata deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Agripino.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino. Bloco Oposição/DEM - RN) – Com a palavra o Senador Raimundo Lira.

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB - PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, meu dileto amigo e companheiro de outras jornadas aqui no Senado Federal, Senador pelo Rio Grande do Norte, Governador duas vezes, é uma honra tê-lo como Presidente da Mesa neste momento em que vou fazer esse singelo pronunciamento.

Quando se fala de falta de investimento em infraestrutura no País, nós verificamos que um dos pontos fundamentais é exatamente os investimentos no saneamento básico. E foi exatamente essa deficiência do Brasil, ao longo de muitos anos, nos investimentos maciços no saneamento básico, que trouxe aqui ao nosso conhecimento e ao conhecimento dos brasileiros um tema tão momentoso da Campanha da Fraternidade de 2016.

Hoje aconteceu aqui, pela manhã, uma sessão solene neste plenário do Senado Federal, para homenagear e discutir este tema tão importante abordado pela Campanha da Fraternidade de 2016.

Srªs e Srs. Senadores, estamos aqui, hoje, reunidos, para celebrar e apoiar uma vez mais a sempre bem-vinda iniciativa da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) de fazer da Quaresma um intervalo de reflexão e ação social voltada para a superação dos problemas que acometem o nosso País. Falo evidentemente da Campanha da Fraternidade realizada desde 1964, sob o impulso original do Concílio Vaticano II. E a Campanha da Fraternidade chega a 2016, com a sua 53ª edição.

Saliento, em primeiro lugar, que neste ano, pela quarta vez, em seu mais de meio século de história, a Campanha da Fraternidade reveste-se de caráter ecumênico, ao incluir não apenas a Igreja Católica Apostólica Romana, como de praxe, mas todas as igrejas que compõem o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic).

Trata-se, pois, de campanha que cruza fronteiras, que vai além do proselitismo, que transcende uma expressão religiosa específica e que constitui clara manifestação de que o diálogo inter-religioso é não apenas possível e desejável, mas necessário para que possamos promover a justiça e a paz social. E esta demonstração de harmonia e convivência entre as religiões já seria, Srªs e Srs. Senadores, digna de nosso profundo reconhecimento, mas a iniciativa é ainda mais louvável.

O apelo que todas essas igrejas e instituições fazem a todas as pessoas de boa vontade é para que, nestes 40 dias que precedem a Páscoa, contribuamos todos para a construção de uma "Casa comum", que seja justa, sustentável e habitável por todos os seres aqui do nosso País, pois o tema da Campanha da Fraternidade Ecumênica de 2016 é exatamente "Casa comum, nossa responsabilidade", inspirado em um versículo do Livro de Amós, "Quero ver o direito brotar como fonte e correr a justiça qual riacho que não seca".

E reconheçamos, senhoras e senhores: essa é uma convocação que não podemos ignorar. A mudança climática, a crise hídrica, a pandemia de dengue, zika, chikungunya – os males ambientais que afligem todos nós – têm no saneamento básico um denominador comum, um ponto de interseção, uma de suas principais causas e uma evidente solução.

E saneamento básico, sabemos todos, é algo que ainda falta a milhões de brasileiros. Embora tenhamos avançado, e muito, no abastecimento de água tratada, que hoje chega a 82,5% da população, a eficiência do sistema é um pouco precária, e a distribuição dos recursos é muito desigual. Segundo o Instituto Trata Brasil, 37% da água coletada no Brasil é desperdiçada com vazamentos, roubos e ligações clandestinas, falta de medição ou medições incorretas. Ou seja, jogamos fora mais de um terço da água que coletamos e que tratamos, da água que, agora, mais do que nunca, começa a nos faltar, não apenas no Nordeste, mas em outras regiões do País.

Do ponto de vista do esgotamento sanitário, os dados são ainda mais desalentadores, Presidente Senador José Agripino: apenas 48,6% da população tem acesso à coleta de esgoto, e somente 39% dos esgotos do País são tratados.

Esgotos não tratados, atirados a céu aberto, despejados nos leitos dos rios, lançados no subsolo são a receita certa para a degradação ambiental e para a proliferação de vetores de doenças que há muito deveriam ter sido erradicadas entre nós.

E esse quadro é ainda mais desafiador quando falamos do meu Estado, a Paraíba. Quase um quarto da população de meu Estado – um milhão de pessoas – ainda não tem acesso à água tratada, e apenas 24,54% dos domicílios paraibanos têm coleta de esgoto, do qual apenas um terço é tratado.

O abastecimento de água potável, o esgotamento sanitário, a limpeza urbana, o manejo dos resíduos sólidos, o controle dos meios transmissores de doenças, a drenagem das águas pluviais são desafios que temos de enfrentar – prioritariamente, urgentemente – se quisermos interromper de fato a ação destrutiva do

homem e alterar o modelo predatório e insustentável de desenvolvimento que ameaça a vida do Planeta, nossa Casa comum.

(Soa a campainha.)

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB - PB) – Não podemos ficar calados, e a Campanha da Fraternidade de 2016 nos lembra de que zelar pela criação é nossa responsabilidade comunitária e parte de nossa missão na Terra.

É mais que bem-vinda a temática da Campanha da Fraternidade Ecumênica de 2016. O poder de conscientização e de mobilização das igrejas é fundamental para incentivar o uso responsável dos recursos naturais e para exercer o controle social sobre a elaboração e a execução dos planos municipais de saneamento básico. Só assim – com a participação de todos e com a pressão da sociedade organizada – seremos capazes de encontrar saídas para que a água limpa e tratada se torne acessível a todos os brasileiros e para que seja implantada a justiça ambiental de que nos tem falado o Papa Francisco.

Parabéns à CNBB e a todas as igrejas participantes. E contem com o apoio e o reconhecimento desta Casa, que também é Casa comum de todos os brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino. Bloco Oposição/DEM - RN) – Cumprimento o Senador Raimundo Lira pela contemporaneidade do seu pronunciamento, pelo zelo que tem com os interesses da sua Paraíba e pela permanente presença neste plenário, em defesa dos interesses do seu partido e da Paraíba.

Quero cumprimentar V. Exª e informar ao Plenário que, nada mais havendo a tratar, encerro a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 5 minutos.)

PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS E EXPEDIENTES

EXPEDIENTE

Avisos de Ministros de Estado

- nº 148, de 18 de dezembro de 2015, do Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, em resposta ao Requerimento de Informações nº 1.088, de 2015, de autoria da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária;
- nº 41.650, de 23 de dezembro de 2015, do Ministro de Estado das Comunicações, em resposta ao Requerimento de Informações nº 1.291, de 2015, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin;

As informações foram encaminhadas, em cópia, aos requerentes.
Os Requerimentos vão ao Arquivo.

Comunicação

A Presidência do Senado Federal recebeu os seguintes Expedientes do Senador Jorge Viana, já disponibilizados no endereço eletrônico do Senado:

- Expediente relatando participação na inauguração da fábrica da Nissan no Brasil, realizada em Resende, Rio de Janeiro, no dia 15 de abril de 2015, nos termos do Requerimento nº 386, de 2014;
- Expediente relatando participação no XIV Congresso Mundial da Área Florestal, realizado em Durban, África do Sul, no período de 3 a 10 de setembro de 2015, nos termos do Requerimento nº 991, de 2015;
- Expediente relatando participação das atividades do Ciclo de Debates sobre a situação atual da indústria de defesa brasileira, realizado na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP, São Paulo, no dia 21 de setembro de 2015, nos termos do Requerimento nº 1.003, de 2015.

Os Requerimentos vão ao Arquivo.

Mensagens da Presidente da República

SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 8, de 2016

(Nº 37/2016, NA ORIGEM)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor OSWALDO BIATO JÚNIOR, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Ucrânia e, cumulativamente, na República da Moldova.

Os méritos do Oswaldo Biato Júnior a que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 11 de fevereiro de 2016.

DILMA ROUSSEFF

Presidente da República Federativa do Brasil

EM nº 00015/2016 MRE

Brasília, 12 de Janeiro de 2016

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **OSWALDO BIATO JÚNIOR**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Ucrânia e, cumulativamente, na República da Moldova.

2. Encaminho, anexos, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **OSWALDO BIATO JÚNIOR** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Iecker Vieira

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *OSWALDO BIATO JÚNIOR*
CPF.: 186.156.941-68
ID.: 7556 MRE

1957	Filho de Oswaldo Biato e Nea Fortuna Biato, nasce em 12 de setembro, em Buenos Aires/Argentina (brasileiro de acordo com o artigo 42, parágrafo 1 do Decreto 4.857, de 09 de novembro de 1939 e artigo 129, n° II da Constituição de 1946)
Dados Acadêmicos:	
1978	Economia pela Australian National University, Campus de Camberra, Austrália
2007	CAE - IRBr, A Parceria Estratégica Sino-Brasileira: Origens, Evolução e Perspectivas
Cargos:	
1980	CPCD - IRBr
1981	Terceiro-Secretário
1985	Segundo-Secretário
1994	Primeiro-Secretário
2003	Conselheiro
2007	Ministro de Segunda Classe
2014	Ministro de Primeira Classe
Funções:	
1982-85	Divisão da Ásia e Oceania II, assistente
1985	Divisão de Organismos Internacionais Especializados, assistente
1985-89	Embaixada no México, Terceiro e Segundo-Secretário
1989-92	Embaixada em Estocolmo, Segundo-Secretário
1992	Divisão de Política Comercial, assistente
1992-94	Divisão de Comércio Internacional, assistente
1994-96	Divisão de Transportes, Comunicações e Serviços, Subchefe e Chefe, substituto
1996-2000	Missão junto à CEE, Bruxelas, Primeiro-Secretário
1998	Conferência Intergovernamental sobre Telecomunicações de Urgência, Tampere, Chefe de delegação
2000-04	Divisão da Ásia e Oceania I, Chefe, substituto, e Chefe
2004-08	Embaixada em Pequim, Conselheiro e Ministro-Conselheiro
2005	Secretário-Geral Adjunto do Fórum de Cooperação Econômica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa-FOCALAL
2008-11	Embaixada em Moscou, Ministro-Conselheiro
2011-13	Embaixada em Astana, Embaixador
2013-	Departamento da Europa, Diretor
2015	Delegação brasileira à XVI Reunião da Comissão Mista Brasil-União Europeia, em Brasilia, Chefe de delegação
2015	Delegação brasileira à IX Comissão Mista Transfronteiriça Brasil-França (Amapá-Guiana Francesa), Macapá, Chefe de delegação

Condecorações:	
1994	Ordem da Estrela Polar, Suécia, Cavaleiro
2014	Ordem Nacional do Mérito, França, Comendador

PAULA ALVES DE SOUZA
Diretora do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

UCRÂNIA





INFORMAÇÃO OSTENSIVA
2015

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	Ucrânia
CAPITAL	Kiev (em ucraniano, Київ)
ÁREA	603.628 km^2
POPULAÇÃO	45.459.000 habitantes
LÍNGUA OFICIAL	ucraniano
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Cristianismo ortodoxo (76,5%)
SISTEMA DE GOVERNO	República semipresidencialista
PODER LEGISLATIVO	Parlamento unicameral (*Verkhovna Rada*), com 450 representantes eleitos para mandato de quatro anos
CHEFE DE ESTADO	Presidente Petro Poroshenko
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Arseniy Yatsenyuk
CHANCELER	Pavlo Klimkin
PIB NOMINAL	US$ 177,430 bilhões (Banco Mundial, 2013)
PIB PPP	US$ 407,849 bilhões (Banco Mundial, 2013)
PIB NOMINAL *per capita*	US$ 3.900,50 (Banco Mundial, 2013)
PIB PPP *per capita*	US$ 8.970,00 (Banco Mundial, 2013)
VARIAÇÃO DO PIB	0,2% (2012); 1,9% (2013); e -8,5% (2014) (Banco Mundial)
INDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO	0,734 – 83º lugar (PNUD, 2013)
EXPECTATIVA DE VIDA	68,5 anos (PNUD, 2013)
ALFABETIZAÇÃO	99,7% (PNUD, 2013)
ÍNDICE DE DESEMPREGO	9,7% (Serviço Estatal de Estatísticas da Ucrânia, 2015)
UNIDADE MONETÁRIA	Grívnia (*hryvnia*)
COMUNIDADE BRASILEIRA	Cerca de 90 pessoas
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Rostyslav Tronenko

INTERCÂMBIO BILATERAL (US$ milhões, FOB; MDIC, 2015)								
BRASIL → UCRÂNIA	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**
Intercâmbio	651,5	1.174,9	398,3	638,1	1.090,7	1.012,1	791,1	293,5
Exportações	273,5	464,5	242,1	294,3	425,0	623,8	483,1	151,2
Importações	378,0	710,4	156,2	343,8	665,7	388,2	308,0	142,3
Saldo	-104,5	-245,8	85,9	-49,5	-240,6	235,6	175,1	8,9

PERFIS BIOGRÁFICOS

PETRO POROSHENKO
Presidente da República



Nasceu em Bolhard, então República Socialista Soviética da Ucrânia, em 26/9/1965.

É Doutor em Economia pela Universidade Taras Shevchenko (2002).

Em 1993, fundou o Grupo Ucraniano de Indústrias e Investimentos, que atualmente reúne mais de 50 empresas. Na mesma época, iniciou negócio de importação e venda de cacau em grão e adquiriu controle de várias fábricas de confeitaria, associadas posteriormente a seu Grupo ROSHEN, uma das maiores empresas de chocolates da Europa do leste e base de sua fortuna pessoal.

Eleito Deputado em 1998, desempenhou papel central na criação do Partido das Regiões em 2001, mas aliou-se logo em seguida à oposição. Em 2004, tornou-se um dos promotores da Revolução Laranja, ao lado de Viktor Yushchenko e Yulia Tymoshenko.

Secretário do Conselho Nacional de Segurança e Defesa (2005), Ministro do Desenvolvimento Econômico e Comércio (2005), Presidente do Conselho do Banco Nacional (2007) e Ministro dos Negócios Estrangeiros (2009-2010).

Eleito Presidente da República em 25/5/2014, tomou posse em 7/6/2014.

ARSENIY YATSENYUK
Primeiro-Ministro



Nasceu em 22/5/1974 em Chernivtsi, então R. S. S. da Ucrânia.

Advogado e economista pela Universidade Nacional de Chernvitsi.

Trabalhou no setor financeiro a partir de 1992, e assumiu a vice-presidência do Banco Nacional da Ucrânia em 2005.

Foi Ministro da Economia da Crimeia (2001-2003), Vice-Governador de Odessa (2005), Ministro da Fazenda (2005-2006), Vice-Ministro da Casa Civil (2006-2007), Ministro dos Negócios Estrangeiros (2007) e Presidente do Parlamento (2007-2008). Concorreu à Presidência do país em 2009, derrotado por Viktor Yanukovych.

Com a deposição do Presidente Viktor Yanukovych e a renúncia do Premiê Mykola Azarov, em fevereiro de 2014, foi designado Primeiro-Ministro interino, em 27/2. Anunciou renúncia ao cargo em 24/7, negada pelo Parlamento.

Após as eleições legislativas de outubro de 2014, foi confirmado oficialmente no cargo de Primeiro-Ministro pelo Presidente Petro Poroshenko, em 27/11.

PAVLO KLIMKIN
Ministro dos Negócios Estrangeiros



Nasceu em Kursk, então R.S.S. da Ucrânia, em 25/12/1967.

Graduou-se em Física e Matemática pelo Instituto de Física e Tecnologia de Moscou, em 1991. Foi pesquisador na Academia Nacional de Ciências da Ucrânia entre 1991 e 1993.

Ingressou na carreira diplomática em 1993, no Departamento de Desarmamento e Controle de Armas da Chancelaria ucraniana. Serviu nas Embaixadas de seu país em Berlim (1997-2000) e Londres (2004-2008), onde foi Ministro-Conselheiro. Atuou também no Departamento de Integração Europeia entre 2002-2004 e 2008-2010.

Foi Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros em 2010 e Embaixador na Alemanha entre 2012-2014.

Foi designado Ministro dos Negócios Estrangeiros em 19/6/2014.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Governo brasileiro reconheceu a independência da Ucrânia em dezembro de 1991, e as relações diplomáticas foram estabelecidas em 11/2/1992.

Desde a consolidação de sua independência, a Ucrânia tem dado demonstrações concretas de interesse em aprofundar suas relações com o Brasil. Em reconhecimento à importância e potencialidade da relação, os Governos de ambos os países decidiram elevar o relacionamento bilateral ao nível de Parceria Estratégica durante a visita de Estado do então Presidente Lula da Silva a Kiev, em 2/12/2009.

A visita seria retribuída dois anos depois, quando o Presidente da Ucrânia, Viktor Yanukovych, esteve no Brasil, em 24 e 25/10/2011. Acompanhado por extensa comitiva, visitou São Paulo e Brasília, onde foi recebido pela Presidenta da República Dilma Rousseff no Palácio do Planalto.

A última visita de relevo foi a visita a Kiev do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Antonio Patriota, em julho de 2013. Na ocasião, o Embaixador Patriota foi recebido pelo Chanceler Leonid Kozhara para reunião de trabalho e manteve encontro de cortesia com o Primeiro-Ministro Mykola Azarov. Kozhara chegou a manifestar-lhe o interesse da Ucrânia em "associar-se ao Brasil", tanto em posicionamentos sobre aspectos de política internacional quanto em relação à conquista de novos mercados e ao desenvolvimento de novos produtos, fomentando parcerias entre grupos empresariais de ambas as partes.

Foi realizada em 8/11/2013 Reunião da Comissão Intergovernamental de Cooperação Econômica e Comercial Brasil-Ucrânia (CIC). A CIC é o principal órgão de diálogo e cooperação entre os dois países. Copresidida pelo então Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Eduardo dos Santos, e pelo Ministro do Desenvolvimento Econômico e Comércio da Ucrânia, Ihor Prassolov, a CIC contemplou

cinco Grupos de Trabalho, a saber, Cooperação Econômico-Comercial, Cooperação Agrícola, Cooperação Espacial, Cooperação Educacional e Cooperação em Saúde. A reunião permitiu avançar o diálogo bilateral em temas centrais que compõem a Parceria Estratégica brasileiro-ucraniana. Às margens da CIC, foram assinados (i) Memorando de Entendimento entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o Centro Estatal da Educação Internacional da Ucrânia sobre Cooperação nas Áreas de Educação, Ciência e Inovação no Âmbito do Programa Governamental Ciência sem Fronteiras; (ii) Memorando de Entendimento entre a Agência Espacial Brasileira e a Agência Espacial Estatal da Ucrânia para Formação de Recursos Humanos na Área Espacial; e (iii) Memorando de Entendimento entre a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e o Serviço Estatal de Produtos Medicinais da Ucrânia para Cooperação em Boas Práticas de Fabricação e Assuntos Regulatórios.

Relações econômico-comerciais

A corrente de comércio entre o Brasil e a Ucrânia, no período de janeiro a dezembro de 2014, somou US$ 293 milhões. Esse valor é o pior resultado do comércio bilateral dos últimos onze anos, quando em 2003 o intercâmbio atingira US$ 256,2 milhões. Representa, igualmente, acentuada queda em relação a 2014, quando o intercâmbio somou US$ 791 milhões.

No acumulado do ano de 2014, as exportações do Brasil para a Ucrânia alcançaram a cifra de US$ 151 milhões, o que significa declínio de mais de três vezes em relação a 2013 (US$ 483 milhões). É o segundo ano de queda de nossas vendas após crescimento contínuo desde o ano de 2009. Em 2012 as exportações atingiram o pico de US$ 624 milhões.

Em 2014, as importações brasileiras da Ucrânia somaram US$ 142 milhões, queda de mais de duas vezes em relação a 2013 (US$ 308 milhões). O superávite para o

Brasil na balança comercial no período chegou a US$ 9 milhões. Embora o saldo seja positivo, houve forte retração em relação ao saldo do ano de 2013, cujo valor alcançou US$ 175 milhões.

Um dos fatores que impactaram as exportações brasileiras foi a redução geral das importações pela Ucrânia em relação a 2013. Para o Brasil, as vendas de carnes, o principal item de exportação, caiu em cerca de 90% em relação ao ano de 2013. Em 2012, a Ucrânia foi o terceiro maior destino de carne suína brasileira.

Quanto ao teor da pauta de exportação de 2014, persistiu a concentração em produtos primários, com destaque para a substituição de "carnes" por "fumo" como o principal item de exportação para a Ucrânia. Após o item "fumo", com exportações no valor de US$ 34,25 milhões (22,7%), figuraram a venda de "preparações alimentícias diversas" (22,6%); "carnes" (16%); "outros produtos de origem animal" (13,8%); e "minérios" (9,1%).

A pauta de importações em 2014 foi concentrada em produtos que sofreram pouca modificação em relação a 2013. "Adubos" foram os principais produtos importados, respondendo por US$ 33,03 milhões (23,2%); seguido de "ferro e aço" (18,7%); "produtos farmacêuticos" (17,3%); "combustíveis" (16,7%); e "máquinas elétricas" (7,5%).

Investimentos

Não há registros nos serviços de estatísticas oficiais ucranianos de investimentos brasileiros na Ucrânia. Tampouco se pode identificar qualquer atividade de triangulação de capitais de firmas brasileiras com presença no país.

Em setembro de 2013, a Ferrexpo, empresa ucraniana focada na produção de pelotas de ferro, adquiriu participação de US$ 80 milhões de dólares da mineradora brasileira Ferrous Resource, baseada em Minas Gerais. Trata-se da primeira

grande expansão da companhia fora do leste da Europa, que confere à Ferrexpo ponto de apoio para fazer frente a sua principal concorrente em pelotas de ferro, a Vale.

Tratando-se de país de economia emergente e em crise econômica, a Ucrânia busca atrair investimentos estrangeiros em diversos ramos, como infraestrutura, indústria mineira e agricultura.

Cooperação em saúde

Brasil e Ucrânia mantêm, desde 2007, parceria na área de saúde pela qual o País passou a importar insulina recombinante NPH da Ucrânia a preços vantajosos, o que deverá gerar uma economia ao Tesouro Nacional de R$ 1,2 bilhão até 2022, segundo estimativas do Ministério da Saúde. O projeto é administrado conjuntamente pelo instituto Farmanguinhos, da Fundação Osvaldo Cruz (FIOCRUZ), e pelo laboratório ucraniano INDAR. A iniciativa passou a contemplar, em junho de 2012, a transferência de tecnologia ucraniana para produção de insulina no Brasil, num volume previsto de 50 milhões de doses de insulina humana por ano, a preços inferiores aos praticados no mercado.

As partes estão em busca de terceiro parceiro, conforme previsto no acordo bilateral, para construção de planta industrial no Brasil para a fabricação de insulina. Nesse âmbito, já teriam sido iniciados entendimentos para o cultivo das cepas produtoras no Brasil e da transferência das novas tecnologias desenvolvidas pelo INDAR relacionadas à produção de insulina.

Cooperação espacial

O Tratado entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Ucrânia sobre Cooperação de Longo Prazo na Utilização do Veículo de Lançamento Cyclone-4 no Centro de Lançamento de Alcântara foi denunciado pelo Decreto nº 8.494, de 24 de julho de 2015.

A cooperação espacial entre os dois países foi instituída pelo Tratado sobre Cooperação de Longo Prazo na Utilização do Veículo de Lançamentos Cyclone-4 (2003), denunciado pelo Governo brasileiro em 24 de julho de 2015. O objetivo do Tratado era definir as condições para o desenvolvimento do Sítio de Lançamento do Cyclone-4 no Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), no Maranhão, e para a prestação de serviços de lançamentos para os programas espaciais das Partes, assim como para clientes comerciais.

O Tratado de 2003 estabeleceu obrigações para o Estado brasileiro, para o Estado ucraniano e para a Alcântara Cyclone Space (ACS), empresa binacional estabelecida em 2006 para dar cumprimento aos objetivos do acordo.

Ao Brasil, por meio da Agência Espacial Brasileira (AEB) – agência implementadora do Tratado, segundo seu artigo 4 – , competia desenvolver a infraestrutura física do CLA (excetuada a torre de lançamentos e instalações diretamente relacionadas) e de seus arredores. À Ucrânia, cabiad desenvolver o foguete propriamente dito – o Veículo Lançador Cyclone-4, basicamente um aperfeiçoamento de seu modelo Cyclone-3 (que, criado em 1977, deixou de operar em 2009). À ACS, caberia construir o sítio de lançamento do Cyclone-4 (a torre e as instalações diretamente relacionadas aos lançamentos, localizadas no interior do CLA).

O Governo brasileiro instituiu, em 2014, Comissão Interministerial para analisar o futuro do projeto bilateral, que chegou à conclusão de que ocorreu significativa alteração da equação tecnológico-comercial que justificara o início da parceria decorrente do Tratado entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Ucrânia sobre Cooperação de Longo Prazo na Utilização do Veículo de Lançamento Cyclone-4 no Centro de

Lançamento de Alcântara, e que esta não mais atendia ao interesse nacional. Assim, por meio do Decreto nº 8.494, de 24 de julho de 2015, assinado pela Senhora Presidenta da República e publicado no Diário Oficial da União em 27 de julho de 2015, tornou-se pública a denúncia, pela República Federativa do Brasil, do Tratado entre a República Federativa do Brasil e a Ucrânia sobre Cooperação de Longo Prazo na Utilização do Veículo de Lançamentos Cyclone-4 no Centro de Lançamento de Alcântara. Por força do referido Decreto, o Tratado em tela deixa de vigorar para a República Federativa do Brasil a partir de 16 de julho de 2016. A gestão e as atividades desenvolvidas pela Empresa Binacional ACS, bem como a liquidação da parceria espacial com a Ucrânia, serão conduzidas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e pela Agência Espacial Brasileira – subordinada àquele Ministério.

Cooperação multilateral

A Ucrânia defende a expansão do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) nas duas categorias de membros e apoia a pretensão brasileira de ocupar assento permanente em um Conselho reformado.

A Ucrânia, ademais, garantiu apoio, desde a primeira fase, à eleição do Embaixador Roberto Azevêdo à Direção-Geral da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Assuntos consulares

Elemento importante do relacionamento bilateral é a presença, no Brasil, de grande comunidade de descendentes de ucranianos, estimada em 600 mil pessoas

(concentrados em PR, SP e SC, conformam a terceira maior comunidade da América, atrás das existentes nos EUA e Canadá, e uma das maiores do mundo).

A Ucrânia mantém, no Brasil, consulados honorários em Blumenau (SC), Paranaguá (PR) e São Paulo (SP).

Na Ucrânia, estima-se que vivam 90 cidadãos brasileiros, aos quais é prestada assistência consular por meio da Embaixada em Kiev. O Brasil conta, ainda, com consulados honorários em Lviv, Odessa, Dnepropetrovski, Kharkiv e Donetsk. É significativa a presença de jogadores brasileiros nos principais clubes ucranianos.

Desde 2012, brasileiros e ucranianos estão dispensados de vistos em viagens de curta duração.

Relações parlamentares

A Câmara dos Deputados possui Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Ucrânia, presidido pelo Deputado Claudio Cajado (DEM/BA).

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registros de concessão de créditos oficiais do Governo brasileiro a tomador soberano na Ucrânia.

POLÍTICA INTERNA

A Ucrânia enfrenta atualmente grave crise política. Em novembro de 2013, inicia eclosão de protestos populares em razão da decisão do Presidente Viktor Yanukovych de não assinar o Acordo de Associação com a União Europeia (UE). O

chamado *Euromaïdan*, que chegou a reunir mais de um milhão de pessoas em várias cidades do país, assumiria como bandeiras a deposição de Yanukovych, a democratização do sistema político e a adesão à comunidade euro-atlântica, em detrimento das históricas relações com a Rússia.

A fuga de Yanukovych da capital, em 21/2/2014, precipitou a votação de seu *impeachment* e sua substituição por um governo de caráter abertamente ocidental e europeísta. Entendida em Moscou como um golpe orquestrado por elementos radicais e "neonazistas", com apoio dos EUA e da UE, a vitória do *Euromaïdan* despertou pronta reação da população russófona na Ucrânia.

Em 27/2/2014, os edifícios do Parlamento e do Governo da Crimeia foram ocupados. No mesmo dia, o novo Governo e o Parlamento aprovaram a incorporação da Crimeia à Rússia como república federada, *ad referendum* de consulta popular. Em 11/3, o Parlamento da Crimeia aprovou "declaração de independência" em relação à Ucrânia.

Em 16/3/2014, os eleitores da Crimeia foram convocados às urnas para "decidir" sobre a "reunificação da Crimeia com a Rússia". Segundo os resultados oficiais, 96,77% do eleitorado votou a favor da incorporação da região à Rússia. Em 20/3, tendo recebido o aval da Corte Constitucional e do Parlamento russo, o Presidente Putin assinou decreto oficializando a incorporação de Crimeia e da cidade portuária de Sebastopol (que gozava de *status* especial dentro da península) como novos entes federados da Rússia.

A partir do final de semana dos dias 5 e 6/4/2014, de "manifestantes" tomaram edifícios dos governos regionais e central nas cidades de Luhansk (onde os russos perfazem 39% da população), Donetsk (38,6%), Kharkiv (25,6%) e em localidades vizinhas.

Em 7/4/2014, os ocupantes da Administração Estatal de Donetsk declararam a "independência" da província e convocaram para 11/5/2014 "referendo" para decidir sobre a união da região à Rússia. Resultados oficiais indicariam que, em Donetsk, a independência recebeu apoio de 89% dos votantes e, em Luhansk, 96%. Em seguida aos

referendos, ambas autodeclararam-se independentes, autoproclamando-se "República Popular de Donetsk" e "República Popular de Luhansk". Nenhum país-membro da ONU reconheceu a independência das duas regiões separatistas.

Em reação, o Governo ucraniano lançou uma "Operação Antiterrorista" de larga escala contra os separatistas.

Em 5/9/2014, na tentativa de conter o conflito, representantes de Rússia e Ucrânia, mediados pela Organização para Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), reuniram-se em Minsk, capital da Belarus, e acordaram a implementação de um cessar-fogo.

Em 2/11/2014, em violação dos compromissos assumidos em Minsk, as autoproclamadas autoridades de Donetsk e Luhansk patrocinaram eleições "presidenciais" e "legislativas" em ambas as províncias, o que, na prática, anulou o regime de cessar-fogo.

Na tentativa de reviver o Acordo de Minsk I e alcançar uma solução de compromisso entre as partes, a Chanceler Federal alemã Angela Merkel e o Presidente francês François Hollande deslocaram-se a Kiev e a Moscou, no final de semana dos dias 5 e 6/2/2015, e lograram a convocação de cúpula entre os dois países, Rússia e Ucrânia.

Na reunião de cúpula, realizada em Minsk, em 11/2/2015, Grupo de Contato Trilateral que reúne a OSCE, Rússia, Ucrânia e representantes das "repúblicas populares" aprovou Protocolo ao Acordo de Minsk I e mapa do caminho para a implementação do regime de cessar-fogo, o chamado Acordo de Minsk II. São os seguintes os principais elementos contidos no mapa do caminho: *i*) cessar-fogo a partir da meia-noite do dia 15/2/2015; *ii*) retirada de armamentos pesados localizados até 50km da linha de separação no prazo de 14 dias após o cessar-fogo; *iii*) monitoramento pela OSCE; *iv*) atribuição de *status* especial para Donetsk e Luhansk e realização de eleições supervisionadas pela OSCE nas duas províncias; *v*) anistia; *vi*) retirada de combatentes e armas estrangeiros; *vii*) intercâmbio de prisioneiros; *viii*) assistência humanitária; *ix*) restabelecimento por

Kiev dos serviços bancários e do pagamento de pensões e salários; *x*) retomada do controle da fronteira com a Rússia por parte das autoridades ucranianas após as eleições locais; *xi*) reforma constitucional, até o final de 2015, que preveja formação de polícia local e proteção de idioma regional; e *xii*) intensificação das conversações no âmbito do Grupo de Contato.

O início do cessar-fogo, decretado pelo Governo ucraniano, foi marcado por recorrentes violações de parte a parte. A situação mais delicada produziu-se em torno de Debaltseve, entroncamento estratégico para a ligação por terra entre Donetsk e Luhansk. Cercados pelas forças separatistas, contingentes ucranianos foram instruídos por Poroshenko a se retirar da cidade, que passou a ser controlada pelos grupos separatistas.

O Conselho de Segurança das Nações Unidas adotou, em 17/2/2015, por unanimidade, a Resolução 2202 (2015). Apresentado pela Rússia, o documento reafirma a soberania, a independência e a integridade territorial da Ucrânia; expressa preocupação com a violência no leste do país; e dispõe que a crise somente poderá ser resolvida por meios pacíficos. Ademais, o Conselho endossou o pacote de medidas para a implementação dos acordos de Minsk. O texto não contém qualquer menção à Crimeia.

Segundo as Nações Unidas, os conflitos na Ucrânia já vitimaram, desde 6/4/2014, 6.090 civis ucranianos, 2.731 militares ucranianos, 1.481 combatentes separatistas, entre 400 e 500 militares russos e 71 combatentes estrangeiros, além dos 298 ocupantes do voo MH17, supostamente abatido por milicianos em Donetsk, em 17/7/2014. A Agência das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) registra 978 mil deslocados internos e mais de meio milhão de refugiados ucranianos na Rússia. Os conflitos destruíram 20% do potencial econômico ucraniano, e a produção industrial, amplamente concentrada na região leste, decresceu 10,7% (incluindo 31,5% em Donetsk e 42% em Luhansk).

Parlamento

O Parlamento ucraniano, ou *Verkhovna Rada*, é composto por 450 representantes, eleito pelo voto direto, em lista partidária, para mandato de quatro anos. Nas eleições parlamentares de outubro de 2014, 27 assentos deixaram de ser preenchidos pela não realização do pleito nas regiões de Donetsk e Luhansk.

POLÍTICA EXTERNA

A vitória do movimento *Euromaïdan* e a eleição de Poroshenko impuseram mudanças de rumo sensíveis na política externa ucraniana, conformando-a em contornos claramente europeístas e adotando como prioridades estratégicas a pacificação do país e a adesão à UE e à OTAN.

O relacionamento com a Rússia constitui imenso desafio. Desde a independência, a Ucrânia busca desenvolver política equilibrada entre a aproximação com a comunidade euro-atlântica e a manutenção de relações cordiais com a Rússia, com quem compartilha vínculos históricos, culturais, linguísticos e humanos e de quem depende no setor de energia. O vizinho ainda é um dos principais parceiros econômicos e energéticos da Ucrânia; não obstante, as relações entre Kiev e Moscou tendem a esfriar no contexto da vitória do *Euromaïdan*. A quebra de confiança é fato notório; a anexação da Crimeia, a presença militar na fronteira e o suposto apoio de Moscou aos insurgentes em Luhansk e Donetsk implicam fatos difíceis de serem contornados em qualquer cenário.

A aproximação com a Europa ocorre desde a assinatura do Acordo de Parceria e Cooperação com a União Europeia (1994), complementada pelas adesões à Organização

para a Segurança e Cooperação Europeia (1994), ao Conselho da Europa (1995) e à Comunidade Europeia de Energia (2011).

O desejo de relações mais densas com a União Europeia viu-se fortalecido a partir da Revolução Laranja (2004) e, agora, com o êxito do *Euromaïdan*. A Ucrânia assinou o Acordo de Associação e Livre Comércio com a UE em 21/3/2014 (parte política) e 27/6/2014 (parte econômica e comercial).

ECONOMIA

O Banco Mundial estima em -8,5% a queda do PIB da Ucrânia em 2014. Para a instituição, a expectativa é de que haja contração de -2,3%, em 2015, e recuperação a partir de então, com crescimento de 3,5%, em 2016, e de 3,8%, em 2017.

A taxa de inflação, em 2014, encerrou o ano em 24,9%, o que contrasta com os números de 2013, 0,5%, e 2012, quando houve deflação de -0,2%. Para este ano, o Gabinete de Ministros estima que a alta de preços anual será de 13,1%. Nesse contexto, a desvalorização da grívnia (*hryvnia*) chegou a cerca de 50%, a despeito dos esforços do Banco Nacional em manter a taxa de câmbio. No final de 2014, a taxa de juros interbancária foi elevada pelo Banco Nacional ucraniano de 12,5% para 14%, a maior desde o ano de 2001, numa tentativa de conter a inflação. No início de 2014, a taxa estava em 6,5%.

Ao encerrar o ano, as reservas internacionais da Ucrânia baixaram no último mês 24,4%, ou US$ 2,4 bilhões, e iniciaram o ano de 2015 em US$ 7,53 bilhões. A dinâmica das reservas no mês de dezembro foi condicionada pela necessidade de pagamentos da estatal Naftogaz pela importação de gás, sobretudo a segunda parcela do acordo alcançado com a estatal energética russa Gazprom de US$ 1,65 bilhão. Outros US$ 831 milhões foram empregados em intervenções no mercado cambial e US$ 783 milhões para pagamento de dívidas com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Ao

mesmo tempo, houve influxo de capitais na ordem de US$ 767 milhões, provenientes da Comissão Europeia e do Banco Europeu para Reconstrução e Desenvolvimento (BERD).

Ao todo, desde o início de 2014, as reservas internacionais do país reduziram-se em 63,1%, ou US$ 12,8 bilhões. Como a Ucrânia necessita saldar débitos externos na ordem de US$ 11 bilhões, há necessidade de auxílio de instituições internacionais. Tudo indica que os países e instituições ocidentais irão prover os fundos necessários para que a Ucrânia supere o momento difícil em sua economia. Os EUA anunciaram que pretendem conceder empréstimo de US$ 1 bilhão para a Ucrânia na primeira metade de 2015, se o país implementar as reformas acordadas com o FMI, e possivelmente outro bilhão adicional na segunda metade do ano. A UE desembolsou € 500 milhões, em dezembro passado para a Ucrânia, no âmbito do programa de assistência macrofinanceira ao país. Até 2020, a UE planeja assistir a Ucrânia com mais de € 11 bilhões – € 1,5 bilhão em assistência ao desenvolvimento (concessões), € 1,6 bilhão em assistência financeira (empréstimo) e até € 8 bilhões financiados pelo Banco Europeu de Investimento (BEI) e o BERD. No final de 2014, por fim, o G-7 acenou com a possibilidade de concessão de assistência financeira no montante de até US$ 4 bilhões.

Fundo Monetário Internacional (FMI)

A Diretoria Executiva do Fundo Monetário Internacional (FMI) aprovou, em 30/4/2014, acordo de crédito contingente (acordo "*stand-by*") com a Ucrânia para período de dois anos. O valor do acordo envolve US$ 10,976 bilhões em direitos especiais de saque (em torno de US$ 17,01 bilhões), ou 800% da quota ucraniana na organização, o máximo permitido pelo Fundo. Segundo as disposições do acordo, a Ucrânia teria acesso imediato a cerca de US$ 3,19 bilhões; a segunda e a terceira parcelas requerem avaliação de desempenho baseados nos relatórios bimensais da instituição.

Comércio exterior

O comércio exterior da Ucrânia sofreu forte contração em 2014. O Serviço Estatal de Estatísticas divulgou que o intercâmbio comercial no ano passado atingiu o montante de US$ 108,29 bilhões, ou 22,8% a menos que em 2013. O saldo comercial de 2014 foi o menor dos últimos quatro anos. O que se pode considerar positivo nos dados comerciais de 2014 é a redução expressiva do défice comercial, que atingiu o volume de US$ 468 milhões, contra US$ 13,65 bilhões em 2013 e 15,85 bilhões em 2012. Nesse contexto, a Ucrânia logrou interromper a repetição do pernicioso padrão de altíssimos défices comerciais, o que acentuava as vulnerabilidades externas do país e gerava implicações negativas nas contas públicas. Em 2014, as exportações ucranianas atingiram US$ 53,91 bilhões, redução de 14,8% em relação a 2013. Por sua vez, as importações fecharam o ano em US$ 54.38 bilhões, queda de 29,3% em comparação com o ano de 2013.

Quanto ao destino das exportações, no final de 2014, pela primeira vez os países da União Europeia foram o principal destino das mercadorias ucranianas, o que representou 32,1% do total (US$ 17,30 bilhões), em comparação com 27% em 2013. O segundo agrupamento de países para os quais foram direcionadas as exportações ucranianas foi a Comunidade dos Estados Independentes (CEI), com 27% do total das exportações (US$ 14,75 bilhões), contra 34,8% em 2013. O principal mercado individual segue sendo a Rússia, com 18,16% do total das exportações, ou US$ 9,79 bilhões.

Nos últimos quatro anos, não se verifica alteração substancial dos principais destinos das exportações ucranianas. Confirma-se, não obstante, a tendência de queda das exportações para a Rússia, que no período caíram pela metade (de US$ 19,8 bilhões para US$ 9,79 bilhões). O volume de exportações para a União Europeia, a despeito das preferências tarifárias, manteve-se praticamente o mesmo de 2013.

Em 2014, a pauta exportadora foi caracterizada principalmente por produtos siderúrgicos, setor agroindustrial, máquinas mecânicas e elétricas, minérios e indústria química (fertilizantes). Verifica-se, em comparação com 2013, queda percentual nas exportações de veículos, máquinas mecânicas e produtos químicos.

Do lado das importações, no final de 2014, a União Europeia respondeu por 39,7% (em 2013, 37,1%) do total, e os países da CEI por 31,6% (em 2013, 36,3%), e o restante das compras ucranianas foram provenientes, por ordem, da Ásia, Américas, África e Austrália e Oceania. Assim, a Europa consolidou o lugar de proveniência da maior parte dos bens importados pela Ucrânia, em detrimento dos países da CEI e das outras regiões do mundo.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

882	Príncipe Oleg, de origem víquingue, captura Kiev e a proclama "mãe das cidades do *Rus* (Principado) de Kiev".
988	Cristianização do Principado de Kiev.
1569	Ucrânia passa ao domínio do Reino da Polônia.
1649	Criação do *Hetmanato* Cossaco na Ucrânia.
1654	*Hetmanato* celebra acordo de proteção com a Rússia (Tratado de Pereyaslava); o Tzar russo passa a chamar-se *Soberano de Todas as Rus: a Grande Rus* [Rússia]*, a Pequena Rus* [Ucrânia] *e a Rus Branca* [Belarus].
Séc. XIX	Rússia tzarista impõe restrições às manifestações culturais e linguísticas na Ucrânia.
1918	Proclamação da independência da Ucrânia (22/1). Exército bolchevique captura Kiev (9/2).
1919	Kiev cai diante do Exército Vermelho (5/2).
1921	Estabelece-se a República Socialista Soviética da Ucrânia.
1930-1945	Milhões de ucranianos morrem de fome, são executados e deportados durante o governo de Stalin. A Ucrânia sofre uma terrível devastação em consequência da guerra durante a ocupação nazista.
1960	Aumenta a oposição ao domínio soviético, levando à repressão de dissidentes em 1972.
1986	Acidente nuclear de Chernobil.
1990	Declaração sobre a Soberania Estatal.
1991	Declaração de Independência.
1992	Ucrânia assina Protocolo comprometendo-se a desfazer-se de suas ogivas nucleares (processo que se completa em 1996).
1997	Tratado de Amizade com a Rússia.
2004	Revolução Laranja
2006	Rússia corta o abastecimento de gás à Ucrânia.
2010	Viktor Yanukovych é eleito presidente, derrotando Yulia Tymoshenko.
2011	Prisão de Yulia Tymoshenko.
2013	Assinatura de memorando que torna a Ucrânia observadora da União Econômica Eurasiática. Presidente Viktor Yanukovych volta atrás na decisão de assinar Acordo de Associação com a União Europeia; eclosão de movimento popular batizado de *Euromaïdan*.
2014	Deposição de Yanukovych. Petro Poroshenko é eleito Presidente da Ucrânia. Crimeia é anexada pela Rússia. Início da guerra civil. Assinatura do Acordo de Associação com a União Europeia.
2015	Assinados os Acordos de Minsk I e II para pôr fim à guerra civil na Ucrânia

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1991 Reconhecimento da independência da Ucrânia pelo Brasil (dezembro).

1992 Estabelecimento de relações diplomáticas (11/2).

1993 Abertura de Embaixada residente da Ucrânia em Brasília.

1995 Abertura de Embaixada residente do Brasil em Kiev (28/9). Visita do Presidente Leonid Kutchma ao Brasil (24-25/10). Assinado o Acordo de Cooperação Econômico-Comercial, que dispôs sobre a formação da Comissão Intergovernamental Brasil-Ucrânia de Cooperação (CIC).

1996 Visita do Chanceler ucraniano Guenadi Udovenko ao Brasil.

1999 Visita do Chanceler ucraniano Boris Tarassiuk ao Brasil (abril).

2001 I CIC, em Kiev (17-18/5).

2002 Visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso à Ucrânia (16-17/1).

2003 Visita do Presidente Leonid Kutchma ao Brasil (21-23/10). Assinatura do Tratado sobre Cooperação de Longo Prazo na Utilização do Veículo de Lançamento Cyclone-4 no Centro de Lançamentos de Alcântara (CLA) (21/10).

2004 II CIC, em Brasília (18-19/3). Em escala durante viagem à China, Presidente Luiz Inácio Lula da Silva encontra Presidente Leonid Kutchma em Kiev (22/5).

2005 Visita do Chanceler ucraniano, Boris Tarasyuk, ao Brasil. Visita a Kiev de Delegação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados (outubro).

2008 III CIC, em Kiev (5-6/6).

2009 Visita de Estado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Ucrânia (2/12).

2010 Visita do Ministro da Defesa Nelson Jobim à Ucrânia. IV CIC, em Brasília (26-27/8).

2011 V CIC, em Kiev (29-30/9). Visita de Estado do Presidente Viktor Yanukovych ao Brasil (23-25/10). Visita do Ministro da Defesa Mykhailo Yezhel ao Brasil (26/1).

2012 Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Ucrânia Konstantyn Gryshchenko ao Brasil (20/1).

2013 Visita do Ministro das Relações Exteriores Antonio Patriota à Ucrânia (3/7). VI CIC, em Brasília (8/12).

ATOS BILATERAIS

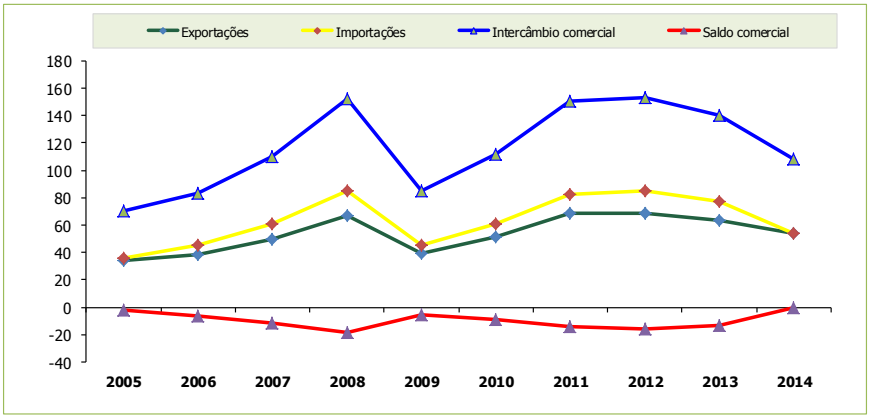
Título do Acordo	Celebração	Entrada em vigor	Publicação D.O.U.
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia sobre Cooperação Técnico-Militar	25/10/2011	Tramitação no Ministério da Defesa	
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia sobre Cooperação em Matéria de Defesa	16/09/2010	Tramitação no Ministério da Defesa	
Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Gabinete de Ministros da Ucrânia	02/12/2009	Tramitação no Congresso Nacional	
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia sobre Isenção Parcial de Vistos	02/12/2009	30/10/2011	22/11/2011
Tratado entre a República Federativa do Brasil e a Ucrânia sobre Transferência de Pessoas Condenadas	02/12/2009	28/09/2014	Em promulgação
Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Gabinete de Ministros da Ucrânia	02/12/2009	27/11/2013	24/09/2014
Tratado sobre Cooperação de Longo Prazo na Utilização do Veículo de Lançamentos Cyclone-4 no Centro de Lançamento de Alcântara	21/10/2003	22/09/2004	29/04/2005
Tratado de Extradição	21/10/2003	27/08/2006	20/10/2006
Acordo sobre Cooperação na Área da Indústria de Energia	16/01/2002	16/11/2005	04/04/2006
Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal de Impostos sobre a Renda	16/01/2002	25/04/2006	08/06/2006
Acordo de Assistência Judiciária em Matéria Penal	16/01/2002	24/10/2006	13/12/2006
Acordo sobre Salvaguardas Tecnológicas Relacionadas à Participação da Ucrânia em Lançamentos a partir do Centro de Lançamento de Alcântara	16/01/2002	20/11/2003	09/11/2004
Acordo-Quadro sobre Cooperação nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior	18/11/1999	11/07/2006	15/09/2006
Acordo sobre Cooperação Científica e Tecnológica	15/11/1999	27/05/2009	23/12/1999
Acordo sobre Cooperação de Turismo	28/04/1999	30/06/2000	12/09/2008
Acordo sobre a Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos e de Serviço	25/10/1995	24/10/1996	25/10/1996
Acordo sobre Cooperação Econômico-Comercial	25/10/1995	30/12/1996	13/03/1998
Tratado sobre as Relações de Amizade e Cooperação	25/10/1995	20/10/1997	21/12/1997

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Evolução do Comércio Exterior da Ucrânia
US$ bilhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2004	32,7	-95,9%	29,0	-97,9%	61,7	-97,2%	3,7
2005	34,2	4,8%	36,1	24,6%	70,3	14,1%	-1,9
2006	38,4	12,1%	45,0	24,6%	83,4	18,5%	-6,7
2007	49,3	28,5%	60,6	34,6%	109,9	31,8%	-11,3
2008	67,0	35,8%	85,4	41,0%	152,4	38,7%	-18,5
2009	39,7	-40,7%	45,4	-46,9%	85,1	-44,2%	-5,7
2010	51,4	57,4%	60,7	109,5%	112,2	81,9%	-9,3
2011	68,4	33,0%	82,6	36,0%	151,0	34,6%	-14,2
2012	68,7	0,4%	84,7	2,5%	153,4	1,6%	-16,0
2013	63,3	-7,8%	77,0	-9,1%	140,3	-8,5%	-13,7
2014	53,9	-14,9%	54,4	-29,4%	108,3	-22,8%	-0,5
Var. % 2005-2014	**57,5%**	**---**	**50,5%**	**---**	**53,9%**	**---**	**n.c.**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, April 2015.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.



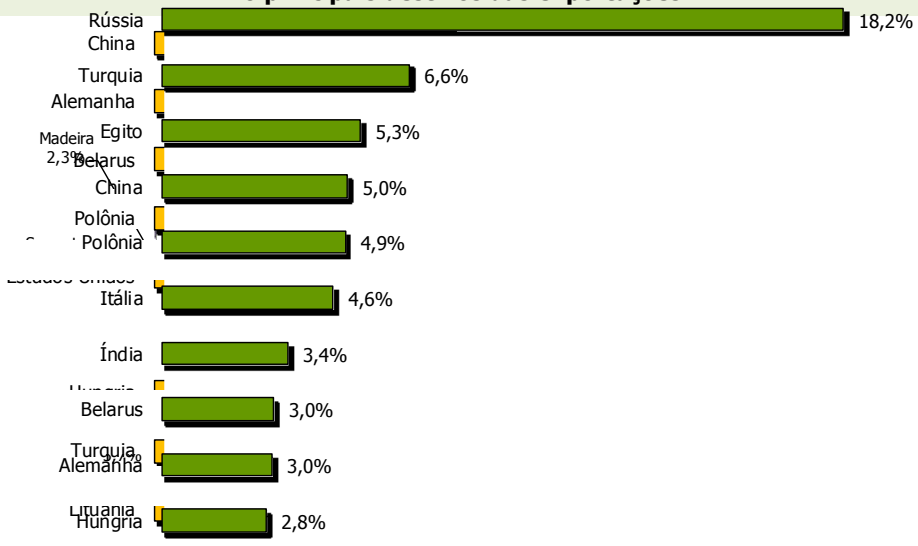
Origem das Importações da Ucrânia
Direção das Exportações da Ucrânia
US$ bilhões

Descrição	2014	Part.% no total
Rússia	12,7	23,3%
Rússia	9,8	18,2%
Turquia	3,6	6,6%
Egito	2,9	5,3%
China	2,7	5,0%
Polônia	2,6	4,9%
Itália	2,5	4,6%
Índia	1,8	3,4%
Belarus	1,6	3,0%
Alemanha	1,6	3,0%
Hungria	1,5	2,8%
...		
Brasil (62ª posição)	***0,1***	***0,2%***
Subtotal	**30,7**	**56,9%**
Outros países	**23,3**	**43,1%**
Total	**53,9**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, April 2015.

10 principais origens das importações

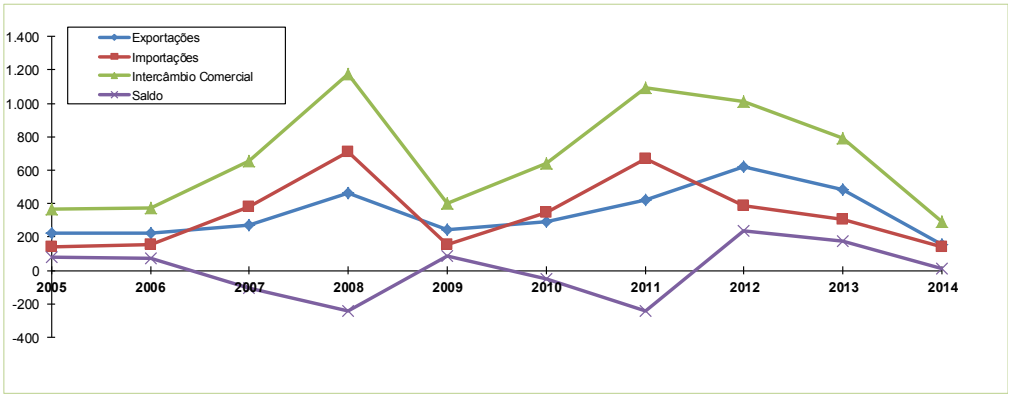
10 principais destinos das exportações



Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Ucrânia
US$ milhões, fob

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2005	221	20,3%	0,19%	143	-30,4%	0,19%	364	-6,5%	0,19%	77
2006	221	0,0%	0,16%	151	5,4%	0,17%	372	2,1%	0,16%	69
2007	274	24,0%	0,17%	378	150,3%	0,31%	652	75,4%	0,23%	-105
2008	465	69,8%	0,23%	710	87,9%	0,41%	1.175	80,3%	0,35%	-246
2009	242	-47,9%	0,16%	156	-78,0%	0,12%	398	-66,1%	0,14%	86
2010	294	21,5%	0,15%	344	120,1%	0,19%	638	60,2%	0,17%	-50
2011	425	44,4%	0,17%	666	93,6%	0,19%	1.091	70,9%	0,23%	-241
2012	624	46,8%	0,26%	388	-41,7%	0,17%	1.012	-7,2%	0,22%	236
2013	483	-22,6%	0,20%	308	-20,7%	0,13%	791	-21,8%	0,16%	175
2014	151	-68,7%	0,07%	142	-53,8%	0,06%	293	-62,9%	0,06%	9
2015 (jan-mar)	17	-59,4%	0,04%	22	-12,5%	0,05%	39	-41,9%	0,04%	-5
Var. % 2005-2014	**-31,5%**		**---**	**-0,7%**		**---**	**-19,4%**		**---**	**n.c.**

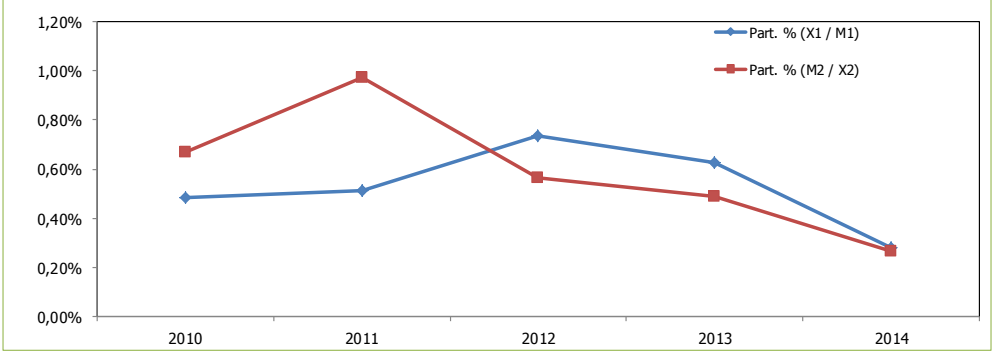
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.
(+) Variação superior a 1.000%.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.



Part. % do Brasil no Comércio da Ucrânia[1]
US$ milhões

Descrição	2010	2011	2012	2013	2014	Var. % 2010/2014
Exportações do Brasil para a Ucrânia (X1)	294	425	624	483	151	**-48,7%**
Importações totais da Ucrânia (M1)	60.737	82.608	84.657	76.986	54.381	**-10,5%**
Part. % (X1 / M1)	**0,48%**	**0,51%**	**0,74%**	**0,63%**	**0,28%**	**-42,7%**
Importações do Brasil originárias da Ucrânia (M2)	344	666	388	308	142	**-58,6%**
Exportações totais da Ucrânia (X2)	51.430	68.393	68.694	63.320	53.913	**4,8%**
Part. % (M2 / X2)	**0,67%**	**0,97%**	**0,57%**	**0,49%**	**0,26%**	**-60,5%**

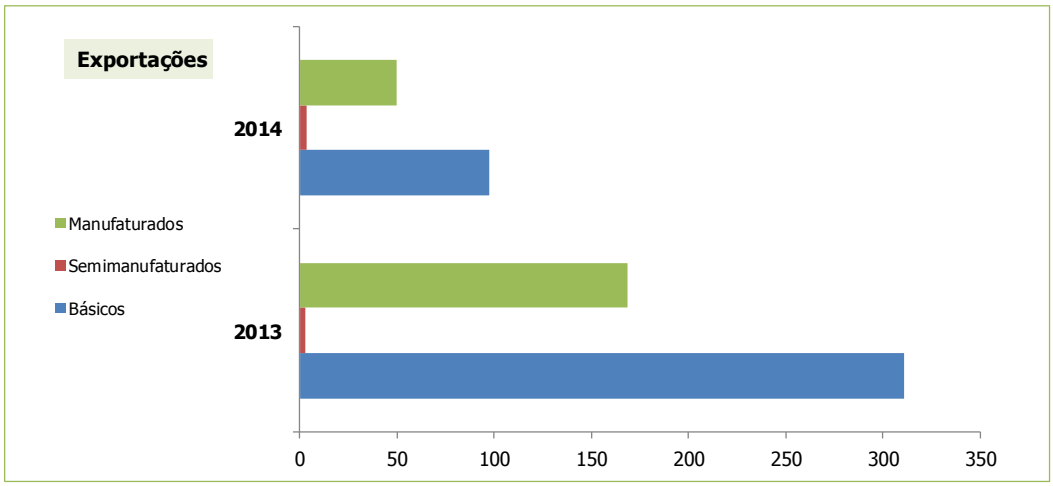
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril de 2015.
(1) As discrepâncias observadas nas estatísticos das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.

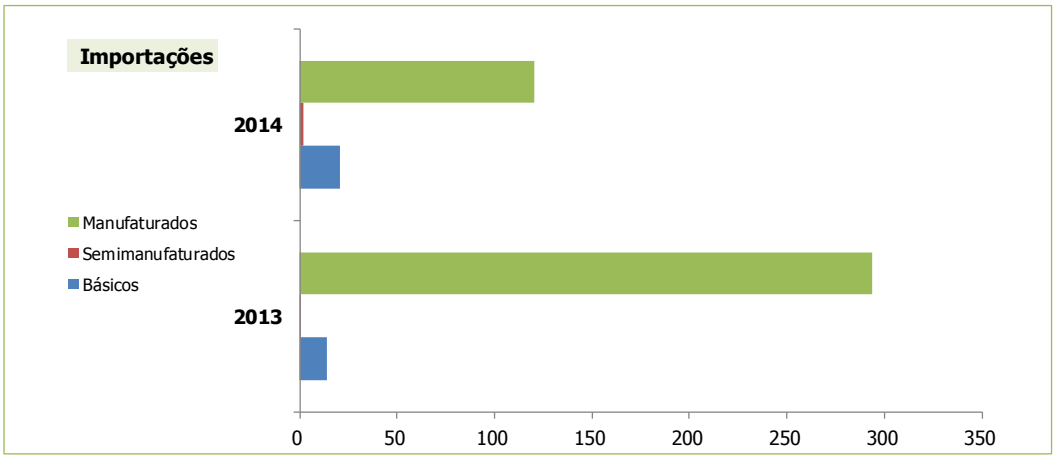


Exportações e importações brasileiras por fator agregado

US$ milhões

Comparativo 2014 com 2013





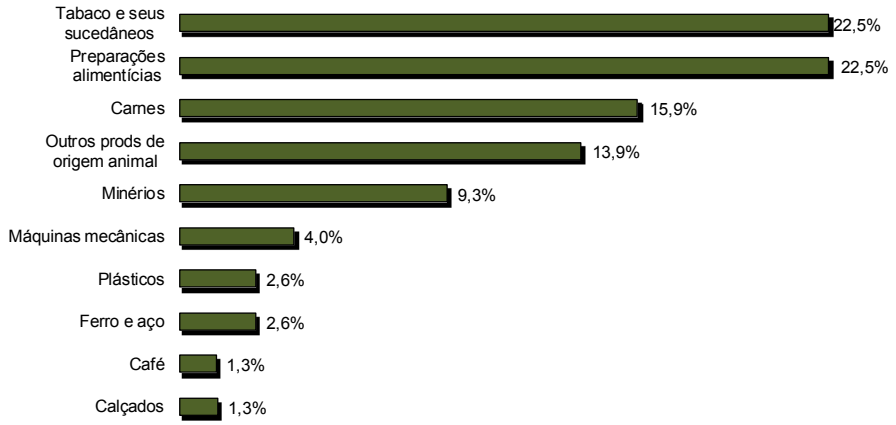
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.

Composição das exportações brasileiras para a Ucrânia
US$ milhões, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Tabaco e seus sucedâneos	47	7,5%	37	7,7%	34	22,5%
Preparações alimentícias	48	7,7%	42	8,7%	34	22,5%
Carnes	385	61,7%	228	47,2%	24	15,9%
Outros prods de origem animal	21	3,4%	34	7,0%	21	13,9%
Minérios	11	1,8%	7	1,4%	14	9,3%
Máquinas mecânicas	22	3,5%	12	2,5%	6	4,0%
Plásticos	3	0,5%	3	0,6%	4	2,6%
Ferro e aço	1	0,1%	1	0,2%	4	2,6%
Café	1	0,2%	2	0,4%	2	1,3%
Calçados	2	0,2%	3	0,6%	2	1,3%
Subtotal	**540**	**86,6%**	**369**	**76,4%**	**145**	**95,9%**
Outros produtos	**84**	**13,4%**	**114**	**23,6%**	**6**	**4,1%**
Total	**624**	**100,0%**	**483**	**100,0%**	**151**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2014

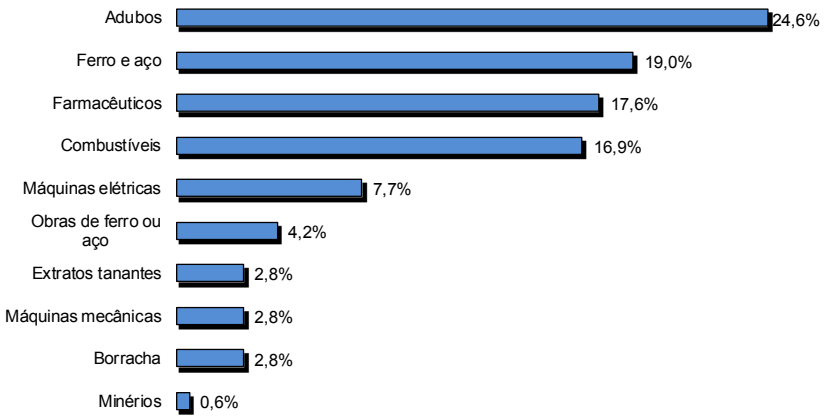


Composição das importações brasileiras originárias da Ucrânia
US$ milhões, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Adubos	230	59,3%	183	59,4%	35	24,6%
Ferro e aço	54	13,9%	27	8,8%	27	19,0%
Farmacêuticos	0	0,0%	7	2,3%	25	17,6%
Combustíveis	49	12,6%	34	11,0%	24	16,9%
Máquinas elétricas	21	5,4%	8	2,6%	11	7,7%
Obras de ferro ou aço	4	1,0%	12	3,9%	6	4,2%
Extratos tanantes	12	3,1%	6	1,9%	4	2,8%
Máquinas mecânicas	1	0,3%	7	2,3%	4	2,8%
Borracha	8	2,1%	21	6,8%	4	2,8%
Minérios	5	1,3%	0	0,1%	1	0,6%
Subtotal	**384**	**99,0%**	**305**	**99,1%**	**141**	**98,9%**
Outros produtos	**4**	**1,0%**	**3**	**0,9%**	**2**	**1,1%**
Total	**388**	**100,0%**	**308**	**100,0%**	**142**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.

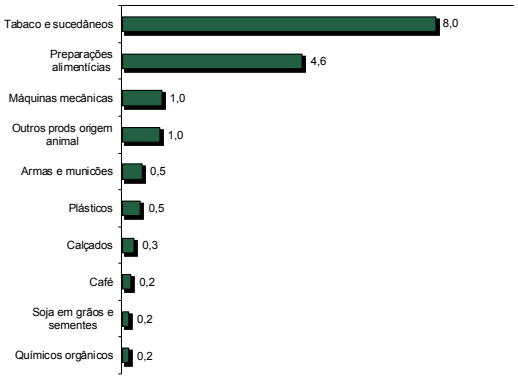
Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2014



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US$ milhões, fob

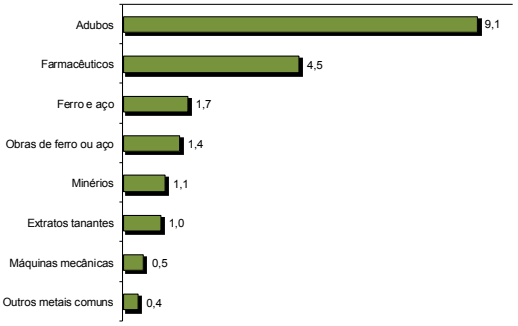
DESCRIÇÃO	2014 (jan-mar)	Part. % no total	2015 (jan-mar)	Part. % no total
Exportações				
Tabaco e sucedâneos	4,44	10,4%	8,00	46,3%
Preparações alimentícias	6,60	15,5%	4,60	26,6%
Máquinas mecânicas	2,10	4,9%	1,00	5,8%
Outros prods origem anima	3,70	8,7%	0,95	5,5%
Armas e municões	0,20	0,5%	0,50	2,9%
Plásticos	0,93	2,2%	0,46	2,7%
Calçados	1,49	3,5%	0,30	1,7%
Café	0,64	1,5%	0,22	1,3%
Soja em grãos e sementes	0,45	1,1%	0,17	1,0%
Químicos orgânicos	0,34	0,8%	0,17	1,0%
Subtotal	**20,89**	**49,1%**	**16,37**	**94,8%**
Outros produtos	**21,62**	**50,9%**	**0,90**	**5,2%**
Total	**42,51**	**100,0%**	**17,26**	**100,0%**

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2015



Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2015

Importações				
Adubos	0,0	0,0%	9,1	41,0%
Farmacêuticos	5,7	22,5%	4,5	20,3%
Ferro e aço	8,2	32,4%	1,7	7,5%
Obras de ferro ou aço	1,8	6,9%	1,4	6,5%
Minérios	0,0	0,0%	1,1	4,8%
Extratos tanantes	1,2	4,7%	1,0	4,3%
Máquinas mecânicas	1,0	4,1%	0,5	2,4%
Outros metais comuns	0,0	0,0%	0,4	1,7%
Subtotal	**17,9**	**70,7%**	**19,6**	**88,6%**
Outros produtos	**7,4**	**29,3%**	**2,5**	**11,4%**
Total	**25,3**	**100,0%**	**22,1**	**100,0%**



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

MOLDOVA





INFORMAÇÃO OSTENSIVA
2015

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República da Moldova
CAPITAL	Quixinau (em romeno, *Chişinău*)
ÁREA	33.851 km^2
POPULAÇÃO	3.169.925 habitantes
IDIOMA OFICIAL	Romeno
PRINCIPAL RELIGIÃO	Cristianismo ortodoxo (90%)
SISTEMA DE GOVERNO	República parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Parlamento (*Parlamentul*) unicameral, com 101 membros eleitos por voto direto proporcional
CHEFE DE ESTADO	Presidente Nicolae Timofti
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Chiril Gaburici
CHANCELER	Natalia Gherman
PIB NOMINAL	US$ 7,969 bilhões (Banco Mundial, 2013)
PIB PPP	US$ 18,450 bilhões (Banco Mundial, 2013)
PIB NOMINAL *per capita*	US$ 2.293,00 (Banco Mundial, 2013)
PIB PPP *per capita*	US$ 5.180,00 (Banco Mundial, 2013)
VARIAÇÃO DO PIB	-0,7% (2012); 8,9% (2013); e -2% (2014) (Banco Mundial)
IDH	0,663 – 114º lugar (PNUD, 2013)
EXPECTATIVA DE VIDA	68,9 anos (PNUD, 2013)
ALFABETIZAÇÃO	99% (PNUD, 2013)
ÍNDICE DE DESEMPREGO	3,2% (Escritório Nacional de Estatísticas, 2015)
UNIDADE MONETÁRIA	leu
COMUNIDADE BRASILEIRA	Cerca de 10 pessoas
EMBAIXADOR JUNTO AO BRASIL	Igor Munteanu (residente em Washington, EUA)

INTERCÂMBIO BILATERAL (US$ milhões, FOB; MDIC, 2015)								
BRASIL → MOLDOVA	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**
Intercâmbio	37,534	105,978	35,882	90,764	16,443	29,142	39,984	58,575
Exportações	34,645	91,562	19,534	49,446	13,946	20,681	37,777	56,800
Importações	2,889	14,415	16,347	41,318	2,497	8,461	2,206	1,775
Saldo	31,755	77,174	3,187	8,127	11,448	12,220	35,571	55,024

PERFIS BIOGRÁFICOS

NICOLAE TIMOFTI
Presidente da República



Nasceu em 22/12/1948, em Ciutuleşti, na então República Socialista Soviética da Moldávia (atual República da Moldova).

Trabalhou como operário entre 1964 e 1967. Em 1972, formou-se em Direito pela Universidade Estatal da Moldova. Entre 1972 e 1974, serviu no grupo das forças soviéticas na República Democrática Alemã (RDA). Entre 1974 e 1976, foi assessor sênior no Ministério da Justiça. Em 1976, ocupou cargo de juiz na capital da então Moldávia e, em 1980, foi nomeado juiz do Tribunal Supremo. Em 1990, assumiu o cargo de Vice-Presidente da Câmara Judicial Suprema da República da Moldova. Em 1992, concluiu programa de estudos no Instituto de Aperfeiçoamento de Juízes dos EUA, e participou, em 1996, do programa de estudo sobre a Corte Europeia dos Direitos Humanos, promovido pela ONU. Em 1996, foi nomeado juiz e Presidente do Tribunal de Apelação da República.

Em 2003, tornou-se juiz no Tribunal de Apelação de Chişinău. Entre 2005 e 2012, foi juiz do Supremo Tribunal de Justiça. Desde julho de 2003 até 2011, foi membro do Conselho Superior de Magistratura e, entre 2011 e 2012, ocupou o cargo de Presidente da instituição.

Foi eleito pelo Parlamento como Presidente da República da Moldova em 23/3/2012.

CHIRIL GABURICI
Primeiro-Ministro



Nasceu em 3/11/1976 em Logăneşti, na então República Socialista Soviética da Moldávia (atual República da Moldova).

Economista pela Universidade Eslava da Moldova.

Empresário, foi diretor da empresa de telefonia móvel MOLDCELL entre 2008 e 2012 e, a partir de 2014, da companhia Azercell, no Azerbaijão. É fundador de três empresas: Halat Auto Ltd., automobilística; M-Docs LLC, telecomunicações; e Propriedade Verde LLC, agricultura.

Sem filiação partidária, foi indicado pelo Partido Liberal Democrático para o posto de Primeiro-Ministro e nomeado oficialmente pelo Presidente Nicolae Timofti em 14/2/2015.

NATALIA GHERMAN
Vice-Primeira-Ministra e
Ministra dos Negócios Estrangeiros e da Integração Europeia



Nasceu em 20/3/1969, na capital, Quixinau (em romeno, *Chişinău*), capital da então República Socialista Soviética da Moldávia, atual Moldova. Filha de Mircea Snegur, Presidente da Moldova entre 1990 e 1997.

Formou-se em Letras (inglês e alemão) pela Universidade Estatal da Moldova, em 1991, e em Administração Pública pela Escola Nacional de Estudos Políticos e Administração Pública de Bucareste, Romênia. Possui Mestrado em Estudos da Guerra pelo King's College da Universidade de Londres.

Ingressou na carreira diplomática em 1991. Em 1994, como Conselheira, foi subchefe da Missão da Moldova junto à OSCE e demais Organizações Internacionais em Viena. Entre 1997 e 2001, foi vice-diretora do Departamento de Segurança Europeia e Assuntos Políticos e Militares da Chancelaria. De volta ao exterior, foi designada Ministra-Conselheira na Embaixada em Bruxelas e subchefe da Missão junto à OTAN.

Em 2002, foi promovida a Embaixadora, e assumiu a chefia da Missão junto à OSCE. Em 2006, foi designada Embaixadora em Estocolmo, cumulativamente com Oslo e Helsinque.

Em junho de 2009, foi designada Vice-Ministra dos Negócios Estrangeiros e da Integração Europeia. Em 31 de maio de 2013, assumiu o cargo de Ministra dos Negócios Estrangeiros e da Integração Europeia e de Vice-Primeira-Ministra.

RELAÇÕES BILATERAIS

Com a dissolução da União Soviética, a antiga República Socialista Soviética da Moldávia tornou-se independente, adotando o nome atual de República da Moldova e ingressando na Organização das Nações Unidas em 1992.

Embora o Brasil e a Moldova tenham estabelecido relações diplomáticas bilaterais em 11 de agosto de 1993, as relações bilaterais permanecem aquém de seu inteiro potencial.

Em dezembro de 2013, foi assinado na capital moldova, Quixinau (em romeno – língua oficial da Moldova – escrita *Chişinău*) um Acordo de Isenção de Vistos de Curta Duração, ainda não ratificado pelo Brasil.

No contexto das relações bilaterais, as trocas comerciais se destacam. Em 2014, o intercâmbio atingiu mais de US$ 58 milhões, o maior valor no último quadriênio. As vendas brasileiras de produtos cárneos para o país responderam por 57% da pauta; e 84,6% das importações brasileiras oriundas daquele país foram compostos por manufaturas de plástico. Em 2010, a Air Moldova comprou um jato Embraer 190, além de já operar um avião Turboélice EMB 120. Em março de 2013, o Governo da Moldova chegou a anunciar a intenção de realizar missão empresarial ao Brasil, o que não se concretizou.

Na área cultural, a Embaixada do Brasil na Ucrânia, que responde cumulativamente pelas relações com a Moldova, realizou em 2012 o I Festival de Cinema Brasileiro na Moldova.

No campo multilateral, a Moldova apoiou as candidaturas do Embaixador Roberto Azevêdo à Direção-Geral da Organização Mundial do Comércio (OMC) e do Professor José Graziano à Direção-Geral da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

Em agosto de 2013, o Embaixador do Brasil, não residente, junto à Moldova manteve encontro com o Presidente Nicolae Timofti. Na oportunidade, foram tratados o interesse do Brasil em inaugurar consulado honorário em Quixinau (*Chişinău*), a potencialidade da cooperação em agricultura e a assinatura de Acordo de Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Comuns, que seria firmado em dezembro seguinte.

Assuntos consulares

Não há registros oficiais da comunidade brasileira na Moldova. Sabe-se apenas que seis jogadores brasileiros atuam na equipe de futebol "Sheriff Tiraspol", na região da Transnístria.

A Embaixada em Kiev responde pela assistência a brasileiros na Moldova. Atualmente o Brasil está em vias de inaugurar Consulado Honorário em Quixinau (*Chişinău*), capital da Moldova.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registros de concessão de créditos oficiais do Governo brasileiro a tomador soberano na Moldova.

POLÍTICA INTERNA

O território da atual República da Moldova pertenceu à Rússia de 1812 a 1918, com o nome de Bessarábia. De 1918 até 1939, o território fez parte da Romênia. Em 1940, forças soviéticas invadiram a região e, em 1944, o território foi efetivamente anexado à União Soviética, sob o nome de República Socialista Soviética da Moldávia.

Com o início do processo de fragmentação da União Soviética, o Parlamento local declarou a independência do país em 27/8/1991, sob o nome de República da Moldova.

Os problemas-chave da política interna moldova continuam a ser a questão dos direitos das minorias étnicas e a manutenção da integridade do território nacional, ambas intrinsicamente vinculadas.

Povo de origem latina, os moldovos étnicos compõem 69,6% da população do país. As principais minorias são os ucranianos, com 11,2%; russos, 9,4%; gagaúzes, 3,8%; e búlgaros, 2,0%.

Nos primeiros anos da independência, os dirigentes da Moldova, chefiados pelo primeiro Presidente e antigo líder da anticomunista Frente Popular, Mircea Snegur (1990-1997), levaram a cabo uma política de desvinculação da Moldova em relação à Rússia e à Ucrânia, o que desagradou fortemente às minorias oriundas de ambos os países, que, à época, conformavam mais de um quarto da população moldova. As medidas, adotadas antes mesmo da independência da Moldova pelo Soviete Supremo do país, incluíam a introdução do alfabeto romano, em substituição ao cirílico; o ensino da história do povo romeno; e a suspensão do ensino do idioma russo nas escolas. A linha nacionalista, ademais, flertava com a possibilidade de união entre a Romênia e a Moldova, que compartilham profundos vínculos históricos, étnicos e linguísticos, o que foi recebido de forma alarmante pelas minorias.

Com a chegada ao poder em 2001, o Partido Comunista denunciou abertamente a política nacionalista dos Governos anteriores e adotou posição moderada no que tange ao tratamento das minorias, incluindo a reintrodução do ensino obrigatório do russo nas escolas primárias. Abraçou, no entanto, o princípio suprapartidário de assegurar a integridade nacional, com concessão de autonomia limitada às regiões da Transnístria e Gagaúzia, no marco de um Estado unitário.

A derrota dos comunistas nas eleições legislativas de 2008 levou ao poder a Aliança para a Integração Europeia, encabeçada pelo Primeiro-Ministro Vlad Filat. Desde então, a adesão à União Europeia (UE) e à OTAN tem constituído a principal bandeira de todos os governos, e conta com apoio da maioria da população. O pleito, realizado em 30/11/2014, consagrou a vitória do pró-russo Partido Socialista, com 20,51%, seguido pelo Partido Liberal Democrático (PLDM)(20,16%) e pelo Partido Comunista (17,46%). Apesar de derrotado, o PLDM logrou costurar coalizão com o Partido Democrático da Moldova (PDM), quarto colocado nas eleições (15,8%), e indicar o nome de Chiril Gaburici para o cargo de Premiê, à frente da Aliança Política para uma Moldova Europeia.

Parlamento

O Parlamento da Moldova, ou *Parlamentul*, é unicameral, composto por 101 membros eleitos por voto direto em lista partidária.

POLÍTICA EXTERNA

Os processos políticos contemporâneos na República da Moldova são caraterizados pelo acirramento do embate entre a União Europeia e a Rússia pela extensão de suas respectivas áreas de influência sobre a antiga república soviética. A tentativa de relativizar a influência russa – o que incluiria a retirada das tropas russas da região da Transnístria (estimada em 2,5 mil homens) – e de aderir à comunidade euro-atlântica tem escorado as três prioridades da política externa moldova, que se complementam entre si: a recuperação de sua plena integridade territorial, a acessão à União Europeia e a promoção de relações estratégicas com a Romênia.

Transnístria

A bandeira nacionalista empunhada pelos dirigentes da Moldova nos primeiros anos da independência esbarrou frontalmente com os interesses das populações majoritariamente eslavas da "Transnístria", região industrializada do país localizada além do rio Dniestre – de onde o nome da região –, na fronteira com a Ucrânia.

Anexada ao Império Russo em 1792, a Transnístria se tornou uma entidade autônoma em 1924, no interior da Ucrânia, sob o nome de República Socialista Soviética Autônoma Moldávia (RSSAM). Em 1940, o território da atual Moldova, que à época pertencia à Romênia sob a denominação de Bessarábia, foi incorporado à União Soviética e passou a fazer parte, juntamente com a Transnístria, da então República Socialista Soviética da Moldávia (RSSM).

A possibilidade de uma união entre as atuais Romênia e Moldova, instigada pela política nacionalista no pós-independência, foi recebido com rechaço na Transnístria. O governo regional proclamou, em 2/9/1990, a "independência" da região, sob o nome de

República Socialista Soviética Moldávia da Pridnestróvia (nome russo da região conhecida nos países ocidentais como Transnístria), na tentativa de assegurar autonomia dentro da URSS e cortar os vínculos com a Moldova. Em reação, forças policiais moldovas adentraram a região e abriram fogo contra a população revoltosa, matando 30 pessoas. Diversos protestos se seguiriam nos meses seguintes, levado a uma escalada que culminaria com a eclosão de um conflito militar entre as tropas moldovas e as forças da Transnístria, apoiadas pela Rússia. De proporções limitadas, o conflito começou oficialmente em 27/8/1991, mesmo dia em que a Moldova foi admitida nas Nações Unidas, e prolongou-se até 21/7/1992. Cerca de mil pessoas foram mortas e mais de 30 mil, feridas.

Com a declaração do cessar-fogo, em julho de 1992, por iniciativa russa, foi estabelecida uma Comissão Conjunta de Controle para supervisionar o fim das hostilidades, bem como uma "força de paz" composta por cinco batalhões russos, três do Governo central da Moldova e dois da Transnístria. A região é "*de facto*" independente da Moldova, com governo e parlamento próprios.

A Moldova atribui especial relevância à resolução do conflito no formato 5+2 (Moldova, Transnístria, EUA, Rússia, Ucrânia, UE e Organização para Segurança e Cooperação na Europa/OSCE). A Ucrânia tem desempenhado papel particularmente importante, ao ter dado início, em 2009, aos trabalhos de demarcação de sua fronteira com a Transnístria/Moldova, com o auxilio da Missão de Assistência Fronteiriça da UE (EUBAM).

Outra preocupação do Governo da Moldova são as inclinações separatistas na Gagaúzia. A província, localizada próximo à tríplice fronteira entre Moldova, Romênia e Ucrânia, majoritariamente habitada pela etnia túrquica gagauz (82,1%, contra apenas 4,1% de moldovos étnicos), declarou sua "independência" em relação à Moldova em 27/8/1991. A província, no entanto, continua sob controle efetivo de Quixinau. Em 2/2/2014, por meio de referendo organizado ao arrepio da legislação nacional, 98% do

eleitorado da Gagaúzia se declararam a favor da adesão da região à União Aduaneira Euroasiática, formada por Rússia, Belarus e Cazaquistão, caso a Moldova opte pela integração à União Europeia.

União Europeia

A sociedade civil da Moldova partilha, em sua maioria, das ideias de associação com a União Europeia. Em novembro de 2014, numa demonstração de força, mais de 100 mil pessoas reuniram-se no centro da capital da Moldova para manifestar apoio ao Acordo de Associação com a União Europeia.

Moldova e UE assinaram, em 27/6/2014, o Acordo de Associação e o Acordo Abrangente sobre Área de Livre Comércio, que, embora ainda submetidos à ratificação pela Moldova e pelos 28 Estados membros da UE, passaram a ter certos dispositivos provisoriamente aplicados a partir de 1/9/2014. Os Acordos culminam o processo de aproximação entre a Moldova e o bloco europeu, e abrem caminho para o país pleitear formalmente o *status* de candidato.

As condições e os critérios para a associação da Moldova com a União Europeia abrangem: *i*) aprofundamento das reformas democráticas no país (incluindo a aprovação das medidas que impossibilitariam a intervenção dos órgãos do poder executivo em conflitos entre as diferentes forças políticas); *ii*) implementação de medidas de combate à corrupção; e *iii*) reforço da segurança nas fronteiras do país, incluindo progressos na resolução pacífica do conflito na Transnístria.

Na avaliação da União Europeia, o governo moldovo tem implementado satisfatoriamente os requisitos para a eventual associação do país ao bloco. A União Europeia considera que o país avançou em temas como direitos humanos e liberdades fundamentais, liberdade de impressa, reforma do Judiciário, livre circulação de bens e regulação aduaneira – mas que permaneceriam ainda obstáculos, na avaliação europeia,

no combate à corrupção, supervisão bancária, reforma policial e com relação à situação da Transnístria.

A União Europeia tem sido fundamental para assegurar à Moldova recursos financeiros que ajudem a sustentar sua frágil economia. Em 2014, o bloco, por meio de seu Instrumento Europeu de Vizinhança (ENI), alocou € 131 milhões para apoiar a implementação do Acordo de Livre Comércio, a reforma do setor financeiro e projetos de desenvolvimento agrário. Até 2017, o país receberá € 410 milhões em apoio a áreas consideradas estratégicas pelas autoridades comunitárias, incluindo administração pública, desenvolvimento, reforma policial e segurança de fronteiras.

Autoridades em Bruxelas e Quixinau estimam que a adesão do país à UE deverá levar entre dez e doze anos.

Romênia

Povos de origem latina, moldovos e romenos compartilham profundos laços históricos, étnicos e linguísticos desde o século XIV. Parte importante da população da Moldova apoiava a união dos dois países.

A Romênia é particular entusiasta da adesão da Moldova à União Europeia. Os esforços da Moldova voltados à transformação da legislação e da economia do país com vistas a cumprir os critérios de admissão impostos pelo bloco contam com forte apoio em Bucareste.

Os dois países executam atualmente uma série de projetos conjuntos, voltados à conexão das redes de energia e de integração das infraestruturas de transporte. A construção da linha de transmissão elétrica de alta tensão Felchu-Hotesty e do gasoduto Chişinău-Iasi visa a reduzir significativamente a dependência da Moldova dos suprimentos da energia russa, enquanto a entrada em operação de duas novas pontes sobre

o rio Prut, que define a fronteira entre os dois países, contribui para o aumento da circulação ferroviária e rodoviária transfronteiriça e o incremento do comércio bilateral.

Simpatizantes das ideias do movimento unionista, que ganhou força com a independência da Moldova e que, hoje, conta com apoio restrito, em contraste com o endosso de parte substancial da sociedade romena, autoridades em Bucareste acalentam o desejo de que a Moldova venha a unir-se à Romênia. Em 27/11/2013, o Presidente romeno Traian Băsescu disse-se "convencido de que, se um dia houver na Moldova o desejo de se reunir à Romênia, nós diremos 'sim' sem hesitação".

ECONOMIA

Pequeno país de terras férteis, mas sem recursos naturais, a Moldova sofreu enormemente com o colapso da URSS e a consequente perda de grande parte de suas oportunidades de negócios. Apesar das reformas econômicas significativas desde a independência, continua a ser o país mais pobre da Europa (13% da população vivem abaixo da linha de pobreza). Além disso, o conflito "congelado" na Transnístria tem um alto custo econômico para o país, pelo fato da concentração das indústrias no território da região separatista. A economia moldova é fortemente dependente de remessas de trabalhadores emigrados (principalmente na Rússia e em países da UE), cujo valor é estimado em cerca de um quarto de seu PIB.

Mais de 40% do PIB moldovo está relacionado, direta ou indiretamente, à agricultura. O setor industrial e parte significativa do setor de serviços giram em torno das atividades primárias. O país tem um solo fértil, propício ao cultivo de trigo, milho, cevada, tabaco, beterraba, feijão, girassóis, nozes e maçãs. Vinho é o produto mais conhecido do país, que também produz outras bebidas alcoólicas, particularmente espumantes.

Fortemente apoiada pelas instituições financeiras internacionais e a UE, a Moldova tem realizado reformas estruturais para reforçar a estabilidade do setor financeiro, diversificar a estrutura das exportações e apoiar a atração de investimentos estrangeiros.

O país busca recuperar-se da crise econômica de 2008. Egressa de uma recessão de -6% em 2009, a economia moldova não conseguiu alcançar patamar estável de crescimento e embarcou numa trajetória errática. Com expansão de 7,1% em 2010 e 6,4% em 2011, entrou em recessão novamente em 2012 (-0,8%), voltou a expandir-se em ritmo acelerado em 2013 (8,9%) e contraiu-se, uma vez mais, em 2014 (-2%), em decorrência da crise na vizinha Ucrânia, que absorve grande parte de suas exportações, e

do embargo decretado pela Rússia sobre as exportações de produtos agropecuários em retaliação às sanções impostas pela União Europeia, às quais a Moldova se associou. Estima-se que o país tenha perdido US$ 145 milhões em exportações pelo fechamento do mercado russo, particularmente na venda de maçãs.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1359 Estabelecimento do Principado da Moldávia, nas regiões atuais de Romênia, Moldova e Ucrânia

1538 Moldávia submetida à suserania do Império Otomano

1774 Moldávia torna-se protetorado do Império Russo

1812 Tratado de Bucareste: Rússia anexa metade do território moldávio, sob o nome Bessarábia

1859 Moldova e Valáquia formam os Principados Romenos Unidos

1878 Independência da Romênia

1905 Início do movimento nacionalista romeno na Bessarábia

1917 Conselho Nacional proclama a República Democrática Moldávia na Bessarábia, como parte da República da Rússia

1918 Tropas romenas invadem a Bessarábia; Conselho Nacional declara independência da República Democrática Moldávia; aprovada a união entre a Moldova e a Romênia

1919 Proclamada em Tiraspol, com apoio russo, o Governo Provisório no Exílio dos Trabalhadores e Camponeses da República Socialista Soviética da Bessarábia

1924 Até então parte da República Socialista Soviética da Ucrânia, a Transnístria é declarada por Moscou como República Socialista Soviética Autônoma Moldávia

1940 Stalin emite ultimato ao Rei Karol II, da Romênia, para cessão da Bessarábia à URSS; invasão soviética; criação da República Socialista Soviética Moldávia

1941 Romênia recaptura a Bessarábia

1947 Tratado de Paris: Bessarábia volta ao controle soviético

1989 Formação da Frente Popular; o moldávio volta a ser o idioma nacional

1990 O país abandona a denominação Moldávia e passa a se chamar Moldova; dentro do território da Moldova, surgem movimentos separatistas na Gagaúzia ("República Socialista Soviética Autônoma da Gagaúzia") e na Transnístria ("República Socialista Soviética Moldávia da Pridnestróvia")

1991 A antiga "República Socialista Soviética da Moldávia" declara sua independência, sob o novo nome de Moldova

1992 A República da Moldova entra na Organização das Nações Unidas (ONU)

1991 e 1992 "Guerra da Transnístria" (movimento separatista dentro da Moldova)

2010 Aliança para a Integração Europeia assume o governo moldovo

2014 Assinatura do Acordo de Associação e Livre Comércio entre a Moldova e a União Europeia

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1993 Estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a Moldova (11/8)

2012 Realização do I Festival de Cinema Brasileiro na Moldova (7-12/11)

2013 Assinatura do Acordo de Isenção de Vistos de Curta Duração para Portadores de Passaporte Comum (9/12)

ATOS BILATERAIS

Título do Acordo	Celebração	Entrada em vigor	Publicação D.O.U.
Acordo de Isenção de Vistos de Curta Duração para Portadores de Passaportes Comuns	9/12/2013	Em tramitação no Poder Executivo; aguarda encaminhamento ao Congresso Nacional	

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

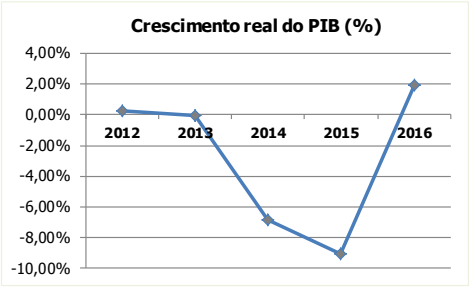
Tabela 1

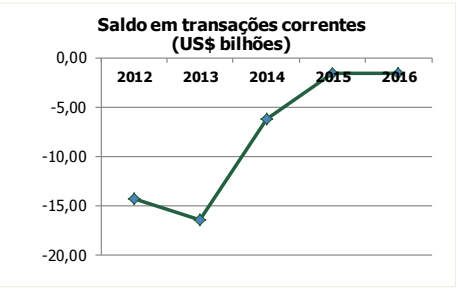
Principais Indicadores Socioeconômicos da Ucrânia

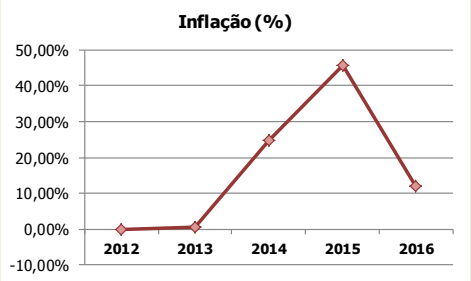
Indicador	2012	2013	2014[1]	2015[1]	2016[1]
Crescimento real do PIB (%)	0,24%	-0,03%	-6,83%	-9,05%	1,97%
PIB nominal (US$ bilhões)	175,71	179,57	130,66	90,14	93,81
PIB nominal "per capita" (US$)	3.883	4.435	3.051	2.109	2.199
PIB PPP (US$ bilhões)	386,43	392,62	371,81	341,49	352,34
PIB PPP "per capita" (US$)	8.541	9.697	8.681	7.990	8.261
População (milhões de habitantes)	45,25	40,49	42,83	42,74	42,65
Desemprego (%)	7,53%	7,25%	9,28%	11,47%	10,99%
Inflação (%)	-0,20%	0,50%	24,87%	45,76%	11,97%
Saldo em transações correntes (US$ bilhões)	-14,32	-16,48	-6,19	-1,52	-1,55
Dívida externa (US$ bilhões)	135,87	147,71	125,55	115,31	126,92
Câmbio (HRN / US$)	7,99	7,99	15,77	21,74	25,29
Origem do PIB (2014 Estimativa)					
Agricultura			12,1%		
Indústria			29,0%		
Serviços			58,8%		

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report October 2015 e IMF - World Economic Outlook Database, October 2015.

(1) Estimativas FMI e EIU.







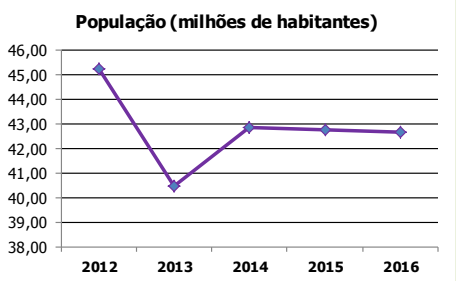


Tabela 2
Evolução do Comércio Exterior da Ucrânia
US$ bilhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2005	34,2	4,8%	36,1	24,6%	70,3	14,1%	-1,9
2006	38,4	12,1%	45,0	24,6%	83,4	18,5%	-6,7
2007	49,3	28,5%	60,6	34,6%	109,9	31,8%	-11,3
2008	67,0	35,8%	85,4	41,0%	152,4	38,7%	-18,5
2009	39,7	-40,7%	45,4	-46,9%	85,1	-44,2%	-5,7
2010	51,4	29,6%	60,7	33,7%	112,2	31,8%	-9,3
2011	68,4	33,0%	82,6	36,0%	151,0	34,6%	-14,2
2012	68,7	0,4%	84,7	2,5%	153,4	1,6%	-16,0
2013	63,3	-7,8%	77,0	-9,1%	140,3	-8,5%	-13,7
2014	53,9	-14,9%	54,4	-29,4%	108,3	-22,8%	-0,5
Var. % 2005-2014	**93,8%**	**--**	**165,5%**	**--**	**127,5%**	**--**	**n.c.**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, November 2015.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.

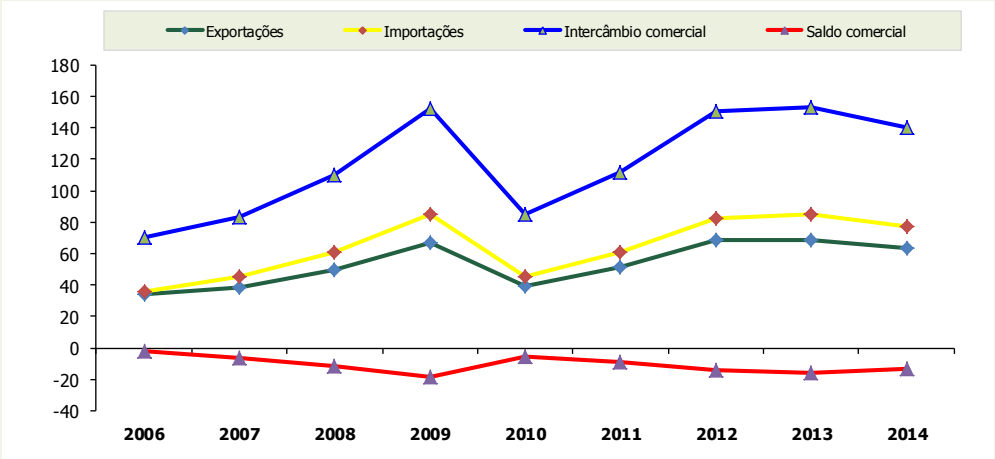


Tabela 3
Direção das Exportações da Ucrânia
US$ bilhões

Descrição	2014	Part.% no total
Rússia	9,8	18,2%
Turquia	3,6	6,6%
Egito	2,9	5,3%
China	2,7	5,0%
Polônia	2,6	4,9%
Itália	2,5	4,6%
Índia	1,8	3,4%
Belarus	1,6	3,0%
Alemanha	1,6	3,0%
Hungria	1,5	2,8%
...		
Brasil (62ª posição)	***0,1***	***0,2%***
Subtotal	**30,7**	**56,9%**
Outros países	**23,3**	**43,1%**
Total	**53,9**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, November 2015.

10 principais destinos das exportações

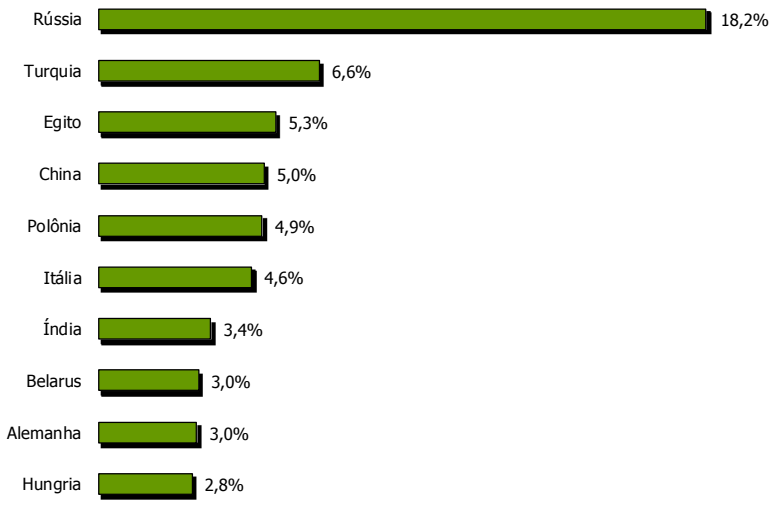


Tabela 4
Origem das Importações da Ucrânia
US$ bilhões

Descrição	2014	Part.% no total
China	12,7	23,3%
China	5,4	9,9%
Alemanha	5,4	9,9%
Belarus	4,0	7,3%
Polônia	3,1	5,6%
Estados Unidos	1,9	3,6%
Itália	1,5	2,8%
Hungria	1,5	2,7%
Turquia	1,3	2,4%
Lituânia	1,0	1,9%
...		
Brasil (32ª posição)	***0,3***	***0,5%***
Subtotal	**38,0**	**69,8%**
Outros países	**16,4**	**30,2%**
Total	**54,4**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, November 2015.

10 principais origens das importações

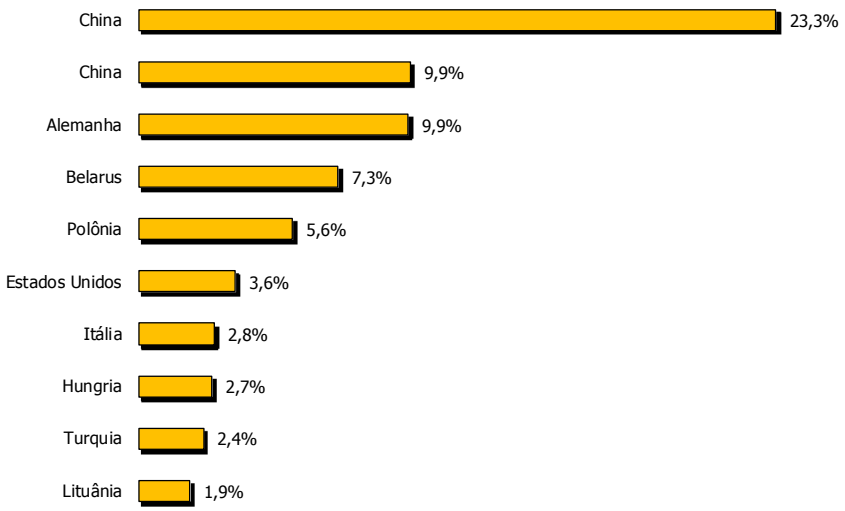


Tabela 5
Composição das exportações da Ucrânia
US$ bilhões

Descrição	2014	Part.% no total
Ferro e aço	12,9	23,9%
Cereais	6,5	12,1%
Gorduras e óleos	3,8	7,1%
Minérios	3,5	6,4%
Máquinas mecânicas	3,0	5,5%
Máquinas elétricas	2,7	5,0%
Combustíveis	2,0	3,7%
Obras de ferro ou aço	1,7	3,1%
Sementes	1,7	3,1%
Madeira	1,3	2,3%
Subtotal	**39,1**	**72,5%**
Outros	**14,8**	**27,5%**
Total	**53,9**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, November 2015.

10 principais grupos de produtos exportados

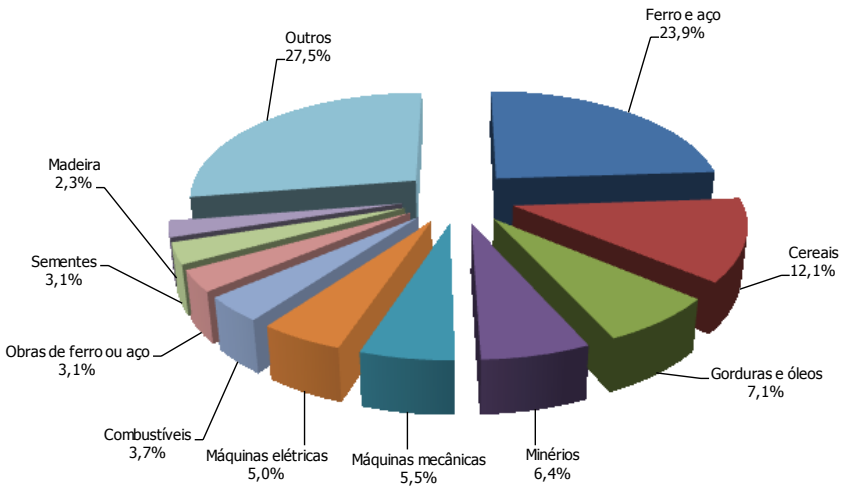


Tabela 6
Composição das importações da Ucrânia
US$ bilhões

Descrição	2014	Part.% no total
Combustíveis	15,1	27,8%
Máquinas mecânicas	4,9	9,0%
Máquinas elétricas	3,8	7,0%
Plásticos	2,9	5,4%
Farmacêuticos	2,5	4,5%
Automóveis	2,5	4,5%
Ferro e aço	1,3	2,4%
Papel	1,1	2,0%
Diversos inds químicas	1,0	1,9%
Plásticos	2,9	5,4%
Subtotal	**38,0**	**69,9%**
Outros	**16,3**	**30,1%**
Total	**54,4**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, November 2015.

10 principais grupos de produtos importados

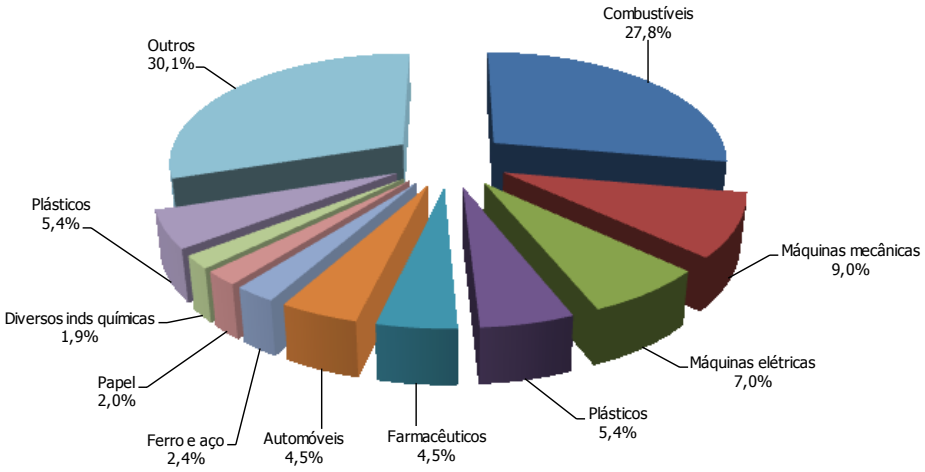


Tabela 7
Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Ucrânia
US$ milhões, fob

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2005	221	20,3%	0,19%	143	-30,4%	0,19%	364	-6,5%	0,19%	77
2006	221	0,0%	0,16%	151	5,4%	0,17%	372	2,1%	0,16%	69
2007	274	24,0%	0,17%	378	150,3%	0,31%	652	75,4%	0,23%	-105
2008	465	69,8%	0,23%	710	87,9%	0,41%	1.175	80,3%	0,35%	-246
2009	242	-47,9%	0,16%	156	-78,0%	0,12%	398	-66,1%	0,14%	86
2010	294	21,5%	0,15%	344	120,1%	0,19%	638	60,2%	0,17%	-50
2011	425	44,4%	0,17%	666	93,6%	0,19%	1.091	70,9%	0,23%	-241
2012	624	46,8%	0,26%	388	-41,7%	0,17%	1.012	-7,2%	0,22%	236
2013	483	-22,6%	0,20%	308	-20,7%	0,13%	791	-21,8%	0,16%	175
2014	151	-68,7%	0,07%	142	-53,8%	0,06%	293	-62,9%	0,06%	9
2015 (jan-out)	73	-46,4%	**0,00%**	60	-54,5%	**0,00%**	133	-50,3%	**0,00%**	14
Var. % 2005-2014	**-31,5%**		**--**	**-0,7%**		**--**	**-19,4%**		**--**	**n.c.**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Novembro de 2015.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.

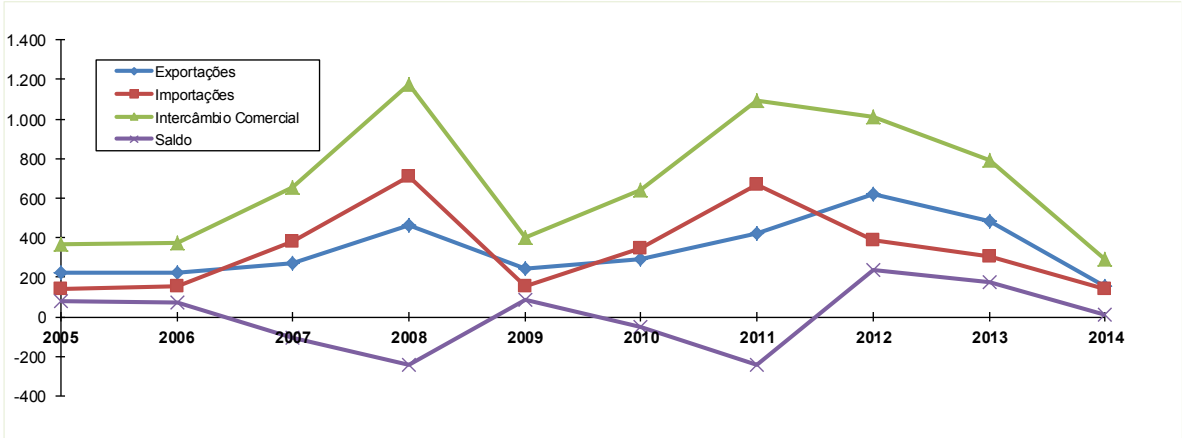
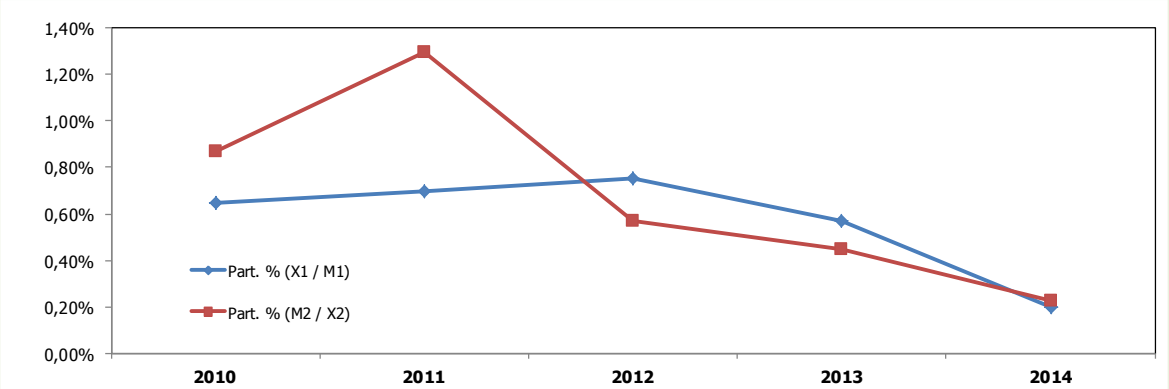


Tabela 8
Part. % do Brasil no Comércio da Ucrânia(1)
US$ milhões

Descrição	2010	2011	2012	2013	2014	Var. % 2010/2014
Exportações do Brasil para a Ucrânia (X1)	294	425	624	483	151	**-48,7%**
Importações totais da Ucrânia (M1)	45.413	60.737	82.608	84.657	76.986	**69,5%**
Part. % (X1 / M1)	**0,65%**	**0,70%**	**0,76%**	**0,57%**	**0,20%**	**-69,7%**
Importações do Brasil originárias da Ucrânia (M2)	344	666	388	308	142	**-58,6%**
Exportações totais da Ucrânia (X2)	39.696	51.430	68.393	68.694	63.320	**59,5%**
Part. % (M2 / X2)	**0,87%**	**1,29%**	**0,57%**	**0,45%**	**0,22%**	**-74,1%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap.
(1) As discrepâncias observadas nas estatísticos das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.



US$ milhões, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Tabaco e seus sucedâneos	47	7,5%	37	7,7%	34	22,5%
Preparações alimentícias	48	7,7%	42	8,7%	32	21,2%
Carnes	385	61,7%	228	47,2%	24	15,9%
Outros prods de origem animal	21	3,4%	34	7,0%	21	13,9%
Minérios	11	1,8%	7	1,4%	14	9,3%
Máquinas mecânicas	22	3,5%	12	2,5%	6	4,0%
Plásticos	3	0,5%	3	0,6%	4	2,6%
Ferro e aço	1	0,1%	1	0,2%	4	2,6%
Café	1	0,2%	2	0,4%	2	1,3%
Calçados	2	0,2%	3	0,6%	2	1,3%
Subtotal	**540**	**86,6%**	**369**	**76,4%**	**143**	**94,6%**
Outros produtos	**84**	**13,4%**	**114**	**23,6%**	**8**	**5,4%**
Total	**624**	**100,0%**	**483**	**100,0%**	**151**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Novembro de 2015.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2014

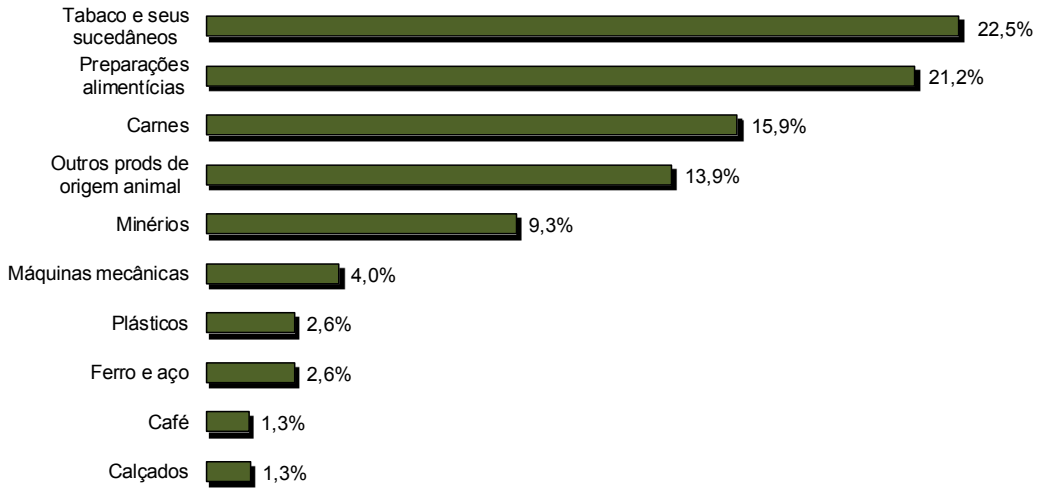
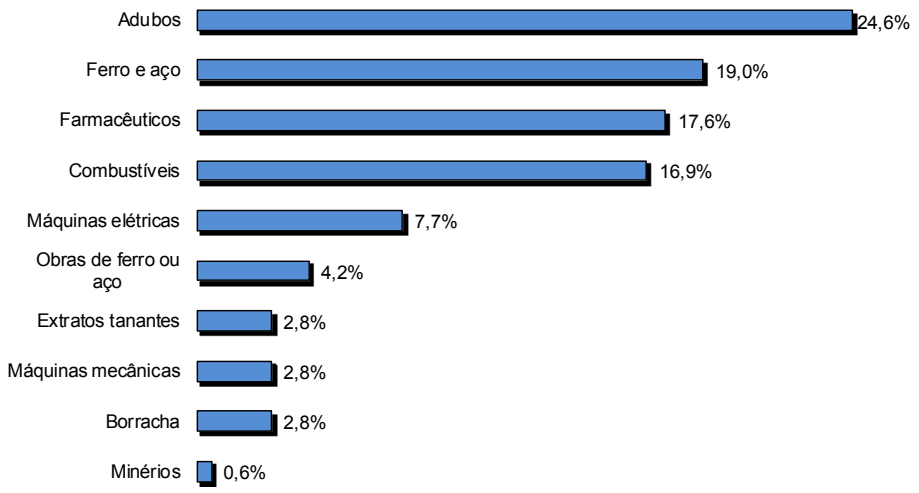


Tabela 10
Composição das importações brasileiras originárias da Ucrânia
US$ milhões, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Adubos	230	59,3%	183	59,4%	35	24,6%
Ferro e aço	54	13,9%	27	8,8%	27	19,0%
Farmacêuticos	0	0,0%	7	2,3%	25	17,6%
Combustíveis	49	12,6%	34	11,0%	24	16,9%
Máquinas elétricas	21	5,4%	8	2,6%	11	7,7%
Obras de ferro ou aço	4	1,0%	12	3,9%	6	4,2%
Extratos tanantes	12	3,1%	6	1,9%	4	2,8%
Máquinas mecânicas	1	0,3%	7	2,3%	4	2,8%
Borracha	8	2,1%	21	6,8%	4	2,8%
Minérios	5	1,3%	0	0,1%	1	0,6%
Subtotal	**384**	**99,0%**	**305**	**99,1%**	**141**	**98,9%**
Outros produtos	**4**	**1,0%**	**3**	**0,9%**	**2**	**1,1%**
Total	**388**	**100,0%**	**308**	**100,0%**	**142**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Novembro de 2015.

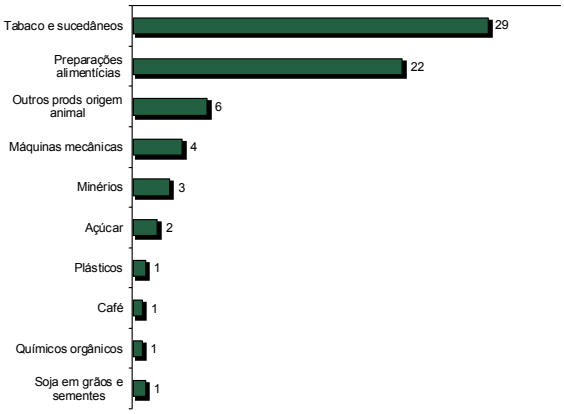
Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2014



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US$ milhões, fob

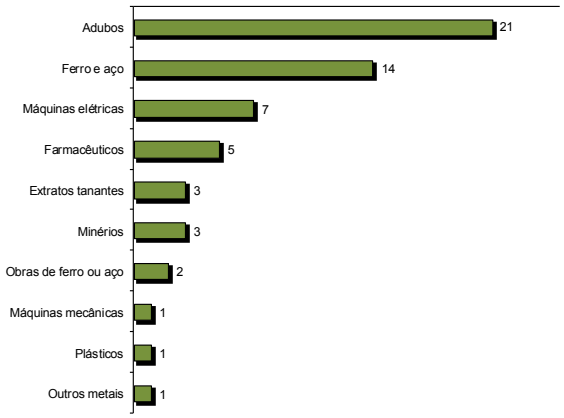
DESCRIÇÃO	2014 (jan-out)	Part. % no total	2015 (jan-out)	Part. % no total
Exportações				
Tabaco e sucedâneos	32	23,4%	29	39,5%
Preparações alimentícias	29	21,2%	22	29,9%
Outros prods origem anima	18	13,1%	6	8,2%
Máquinas mecânicas	5	3,9%	4	5,4%
Minérios	14	10,2%	3	4,1%
Açúcar	0	0,0%	2	2,7%
Plásticos	3	2,2%	1	1,4%
Café	1	0,7%	1	1,0%
Químicos orgânicos	0	0,4%	1	1,0%
Soja em grãos e sementes	2	1,5%	1	1,4%
Subtotal	**105**	**76,6%**	**69**	**94,6%**
Outros produtos	**32**	**23,4%**	**4**	**5,4%**
Total	**137**	**100,0%**	**73**	**100,0%**

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2015



Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2015

Importações				
Adubos	35	26,6%	21	35,0%
Ferro e aço	27	20,5%	14	23,4%
Máquinas elétricas	9	6,8%	7	11,7%
Farmacêuticos	20	15,2%	5	8,3%
Extratos tanantes	4	3,0%	3	5,0%
Minérios	1	0,4%	3	5,0%
Obras de ferro ou aço	4	3,0%	2	3,3%
Máquinas mecânicas	4	3,0%	1	1,7%
Plásticos	0	0,1%	1	1,7%
Outros metais	0	0,2%	1	1,7%
Subtotal	**104**	**79,0%**	**58**	**96,7%**
Outros produtos	**28**	**21,0%**	**2**	**3,3%**
Total	**132**	**100,0%**	**60**	**100,0%**



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Novembro de 2015.

Aviso nº 76 - C. Civil.

Em 11 de fevereiro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor OSWALDO BIATO JÚNIOR, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Ucrânia e, cumulativamente, na República da Moldova.

Atenciosamente,

JAQUES WAGNER
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

À COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL.

SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 9, de 2016

(Nº 38/2016, NA ORIGEM)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor LEONARDO CARVALHO MONTEIRO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Mauritânia.

Os méritos do Senhor Leonardo Carvalho Monteiro que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 11 de fevereiro de 2016.

DILMA ROUSSEFF

Presidente da República Federativa do Brasil

EM nº 00041/2016 MRE

Brasília, 2 de Fevereiro de 2016

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **LEONARDO CARVALHO MONTEIRO**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Mauritânia.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **LEONARDO CARVALHO MONTEIRO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Iecker Vieira

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE *LEONARDO CARVALHO MONTEIRO*
CPF.: 011.082.588-83
ID.: 4415150 SSP-SP

1958	Filho de Ivan Carvalho Monteiro e Zenaide Carvalho Monteiro, nasce em 22 de junho, em São Paulo/SP
Dados Acadêmicos:	
1979	Letras pela Universidade Mackenzie/SP
1982	CPCD - IRBr
Cargos:	
1983	Terceiro-Secretário
1987	Segundo-Secretário
1997	Primeiro-Secretário
2006	Conselheiro, por merecimento
2015	Ministro de Segunda Classe
Funções:	
1983-86	Inspetoria-Geral de Finanças, assistente
1986-88	Embaixada em Copenhague, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário
1988-91	Consulado-Geral em Ciudad del Este, Cônsul-Adjunto
1991-94	Consulado-Geral em Genebra, Cônsul-Adjunto
1994-97	Direção-Geral de Assuntos Consulares, Jurídicos e de Assistência a Brasileiros, assessor e Subchefe
1997-2000	Consulado-Geral em Barcelona, Cônsul-Adjunto
2000-03	Embaixada em Wellington, Primeiro-Secretário
2003-05	Embaixada em Varsóvia, Primeiro-Secretário
2005-06	Divisão do Pessoal, Subchefe
2006-07	Departamento do Serviço Exterior, assessor
2006-07	Embaixada em Islamabade, Encarregado de Negócios em missão transitória
2007-10	Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior, coordenador
2010-14	Consulado-Geral em Paris, Cônsul-Geral Adjunto
2014-	Embaixada em Jacarta, Conselheiro, Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios a.i.

PAULA ALVES DE SOUZA
Diretora do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Subsecretaria-Geral Política III
Departamento da África
Divisão da África I

MAURITÂNIA





INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Janeiro de 2016

DADOS BÁSICOS SOBRE A MAURITÂNIA

NOME OFICIAL:	República Islâmica da Mauritânia
GENTÍLICO:	Mauritano
CAPITAL:	Nouakchott
ÁREA:	1.025.000 km²
POPULAÇÃO (2013):	3,8 milhões
IDIOMA OFICIAL:	Árabe
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Islamismo (praticamente 100%)
SISTEMA DE GOVERNO:	República semipresidencialista
PODER LEGISLATIVO:	Bicameral: Assembleia Nacional (95 membros) e Senado (65 membros)
CHEFE DE ESTADO:	Mohamed Ould Abdel Aziz (desde 2008)
CHEFE DE GOVERNO:	Yahya Ould Hademine (agosto de 2014)
CHANCELER:	Hamadi Ould Meimou (setembro de 2015)
PIB NOMINAL (est. 2014):	US$ 4,3 bilhões
PIB PPP (est. 2014):	US$ 12,9 bilhões
PIB *PER CAPITA* (2014):	US$ 1.127
PIB PPP *PER CAPITA* (2014):	US$ 3.379
VARIAÇÃO DO PIB (FMI):	4% (est. 2015); 2,7% (2014); 5,8% (2013)
IDH (2014)	0,506 (156º entre 187 países avaliados)
EXPECTATIVA DE VIDA:	63,1 anos
ALFABETIZAÇÃO	45,5%
DESEMPREGO (2014):	31,2%
UNIDADE MONETÁRIA:	Ouguiya
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Abdoulaye Idrissa Wagne
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:	6

INTERCÂMBIO COMERCIAL (US$ mil, FOB)

Brasil – Mauritânia	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**
Intercâmbio	**96.541**	**79.438**	**104.669**	**105.853**	**160.265**	**198.021**	**180.215**	**106.232**	**141.767**
Exportações	96.532	79.434	104.667	105.848	160.262	198.020	180.196	106.095	141.696
Importações	9	3	2	5	3	1	19	138	71
Saldo	96.523	79.431	104.665	105.843	160.259	198.019	180.178	105.957	141.625

– Fonte: MRE/DPR/DIC

PERFIS BIOGRÁFICOS

Mohamed Ould Abdel Aziz
Presidente da República



Nascido em 20 de dezembro de 1956, em Akjoujt, cidade mineradora localizada no leste da Mauritânia. Entrou para as Forças Armadas, em 1977, e foi enviado para a Escola Militar em Meknès, Marrocos. Foi Chefe da Guarda Presidencial da Mauritânia entre 1983 e 2005.

Em 2005, participou do golpe organizado pelo Coronel Ely Ould Mohamed Vall, que depôs o Presidente Maaouya Ould Sid'Ahmed Taya. Em 2007, foi nomeado Chefe do Estado-Maior Particular do Presidente da República. Em agosto de 2008, após sua demissão do cargo, participou do golpe que depôs o Presidente Sidi Mohamed Ould Cheikh Abdallahi. Tornou-se, então, Presidente do Alto Conselho de Estado da Mauritânia, responsável pelo Governo do país até a organização de eleições presidenciais. Para concorrer às eleições, Abdel Aziz afastou-se do cargo em abril de 2009. Em julho do mesmo ano, foi eleito em primeiro turno, com 52,8% dos votos. Em janeiro de 2014, foi escolhido para ocupar a Presidência de turno da União Africana, função que exerceu até janeiro de 2015.

Em julho de 2014, foi reeleito para o segundo mandato como Presidente da República.

Yahya Ould Hademine
Primeiro-Ministro



Nasceu em 1953, em Timbedra, no sudeste da Mauritânia. Formou-se em Engenharia Metalúrgica e em Ciências Aplicadas. Iniciou sua carreira, em 1979, na Sociedade Nacional de Indústria e Mineração (SNIM). Entre 1989 e 2003, foi Diretor-Geral da Companhia Árabe do Ferro e do Aço (subsidiária da SNIM). De 2003 a 2010, ocupou o cargo de Diretor-Geral da Companhia de Saneamento, Obra, Transporte e Manutenção da Mauritânia.

Foi Ministro do Equipamento e Transportes entre 2011 e agosto de 2014, quando foi nomeado Primeiro-Ministro da Mauritânia.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil reconheceu a independência da Mauritânia em 28 de novembro de 1960, e os dois países estabeleceram relações diplomáticas em 1961. O relacionamento, que era incipiente até o início da década de 2000, registrou, nos últimos anos, notável fortalecimento: houve visitas de autoridades de alto nível, abertura recíproca de embaixadas residentes, assinatura de acordos – entre eles o de cooperação técnica – e incremento das relações comerciais.

A decisão de abrir Embaixadas residentes foi anunciada em 2007. No início do ano seguinte, o Governo mauritano inaugurou sua representação permanente em Brasília. A abertura da Embaixada do Brasil em Nouakchott concretizou-se em 2010, após a Mauritânia ter restabelecido a normalidade institucional que havia sido rompida com o golpe de Estado de agosto de 2008.

A abertura de Embaixadas residentes, entre outras consequências positivas, contribuiu para tornar mais fluida a negociação de acordos bilaterais. Em fevereiro de 2012, por exemplo, foi assinado acordo de cooperação técnica. Em abril do mesmo ano, o então Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, visitou Nouakchott. Na ocasião, três acordos foram assinados, entre eles, o Acordo Sobre Trabalho Remunerado por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico.

Em dezembro de 2012, o então Chanceler mauritano, Hamadi Ould Hamadi, veio ao Brasil. Na ocasião, visitou Brasília, onde se encontrou com o então Ministro Patriota, bem como São Paulo e Piracicaba, cidades em que manteve diálogos com operadores da área do etanol.

Cooperação técnica

O Acordo de Cooperação Técnica entre o Brasil e a Mauritânia foi celebrado em Brasília em 17 de fevereiro de 2012.

Em outubro de 2011, foi realizada missão de prospecção de projetos nas áreas de educação rural e de pesca e aquicultura, da qual participaram técnicos do Instituto Agronômico de Pernambuco (IPA) e da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), bem como do então Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA).

Além disso, em 2012, paramédicos do Instituto Nacional de Cardiologia (INC) realizaram duas missões à Mauritânia, em julho e em outubro, no âmbito de uma atividade isolada para capacitar paramédicos mauritanos do Centro Nacional de Cardiologia, em apoio a cirurgias cardíacas. A fim de dar seguimento às atividades do INC na Mauritânia, realizou-se, no dia 12 de abril de 2013, encontro entre o Diretor da ABC e o Diretor daquele Instituto. A última missão realizada no quadro da referida atividade ocorreu em dezembro de 2013, ocasião na qual se concluiu a formação em atendimento cardiológico.

Cooperação em defesa

Desde 2011, tem havido maior aproximação entre os Ministérios da Defesa do Brasil e da Mauritânia, com intensa troca de visitas de altas autoridades. Há, ainda, grande potencial de cooperação, especialmente nas áreas de indústria de defesa e aeronáutica militar.

Em dezembro de 2011, o Chefe da Força Aérea da Mauritânia, Coronel Mohamed Ould Hreïtani, realizou visita ao Brasil, no âmbito da qual participou de reuniões no Ministério da Defesa e no Comando da Aeronáutica. Na ocasião, afirmou que seu país desejaria não apenas comprar material militar do Brasil, mas também estabelecer cooperação mais ampla na área de defesa, principalmente no que diz respeito à formação de pilotos e técnicos aeronáuticos.

Em encontro com o Embaixador do Brasil em Nouakchott, em agosto de 2012, o Ministro da Defesa da Mauritânia reiterou o interesse em aprofundar os contatos entre as Forças Armadas de ambos os países, por meio, por exemplo, de escalas em Nouakchott de navios brasileiros. Ademais, manifestou desejo de assinar Memorando de Entendimento com o Ministério da Defesa brasileiro.

Em dezembro de 2012, foram entregues à Mauritânia duas aeronaves A-29 Super Tucano, adquiridas, em março, pela Força Aérea da Mauritânia. O valor aproximado da transação foi de US$ 40 milhões, incluindo pacote de suporte logístico, treinamento e peças de reposição. Segundo informações da parte mauritana, as aeronaves serão empregadas principalmente em missões de contra insurgência. A Embraer também vendeu ao Governo mauritano aeronave civil (ERJ-145XR), que foi entregue em julho de 2014, em cerimônia que contou com a participação do próprio Presidente Abdel Aziz.

Cooperação humanitária

A cooperação humanitária brasileira com a Mauritânia tem ocorrido por meio dos organismos especializados do sistema das Nações Unidas. Em abril de 2012, foram transferidos US$ 300.000 ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), para atender os refugiados malineses na Mauritânia. Em julho do mesmo ano, foi efetuada doação de US$ 100.000 ao Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), em apoio a programas de segurança alimentar e nutricional no país.

Comércio bilateral e investimentos

Desde 2003, o comércio bilateral cresceu cerca de 400%, e ainda há potencial para expansão das relações econômicas. O Brasil tem amplo superávit – em 2014, o

valor das vendas à Mauritânia somou US$ 106 milhões, enquanto as compras totalizaram apenas US$ 137 mil. Açúcares e carnes são, tradicionalmente, os principais bens exportados pelo Brasil.

Em visita ao Brasil, em 2012, o Chanceler da Mauritânia apresentou ao setor privado brasileiro oportunidades de investimento na área de energia, em especial, em projeto de desenvolvimento na área de açúcar e biocombustíveis, bem como oportunidades no setor de pesca e aquicultura.

O Diretor-Geral da Câmara de Comércio Árabe Brasileira (CCAB), Michel Alaby, realizou visita de trabalho à Mauritânia, em setembro de 2015. Foi assinado Acordo de Cooperação entre a Câmara de Comércio Árabe Brasileira e a Câmara de Comércio e Indústria da Mauritânia, com o objetivo de promover a relações entre o empresariado dos dois países. Ainda por ocasião da visita, identificou-se interesse de empresários mauritanos na importação de produtos alimentícios brasileiros. Os mesmos empresários registraram dificuldades pela falta de linha marítima direta entre os dois países, o que encarece o comércio bilateral.

Empréstimos e financiamentos oficiais

A Mauritânia possui uma dívida soberana com o Brasil de US$ 49,5 milhões. As negociações bilaterais para a futura assinatura de um Acordo de Reestruturação já estabeleceram que o montante abatido deverá corresponder a 98% desse valor. Impasse a respeito da data de consolidação da dívida foi recentemente superado, e a perspectiva atual é que a assinatura do Acordo possa ocorrer em breve.

Uma vez concluídas as negociações, o Acordo assinado será submetido à apreciação do Senado Federal.

Assuntos consulares

A comunidade brasileira residente na Mauritânia é estimada em seis pessoas. Em sua maioria, os brasileiros atuam em ONGs internacionais e realizam atividades de cunho humanitário e social, durante períodos determinados. É bastante pequeno, igualmente, o número de turistas brasileiros que visitam o país, que se encontra em região considerada de risco para cidadãos estrangeiros oriundos de países ocidentais. O setor consular da Embaixada em Nouakchott é responsável por prestar assistência aos brasileiros que vivem na Mauritânia.

Não há acordos bilaterais de cooperação jurídica entre Brasil e Mauritânia, o que não impede a tramitação de cartas rogatórias e de pedidos de cooperação jurídica em geral, com base em promessa de reciprocidade de tratamento para casos análogos.

POLÍTICA INTERNA

Panorama e instituições políticas

A Mauritânia é uma República semipresidencialista. À semelhança do que ocorre em outros países africanos de colonização francesa, existe o cargo de Primeiro-Ministro. Sua indicação, porém, não é feita pelo Parlamento, mas pelo Presidente, que concentra grande parte das funções do Poder Executivo. O país é um Estado unitário, dividido em 13 regiões, 56 departamentos e 208 comunas.

O Parlamento é bicameral. A Assembleia Nacional (*Assemblée Nationale*) é formada por 95 deputados, eleitos para mandatos de cinco anos, por meio do voto direto e do sistema de maioria simples. O Senado é composto por 65 membros, que cumprem mandatos de seis anos. Um terço do Senado é renovado a cada dois anos.

O atual presidente, Mohamed Ould Abdel Aziz, chegou ao poder em 2008 – por meio de um golpe de Estado –, foi eleito em 2009 e reeleito em 2014. O ambiente político do país é caracterizado pela existência de diversos partidos. O partido União pela República (UPR) é a principal agremiação da maioria presidencial. O Tawassoul, oposicionista, é partido de ideologia islâmica, próximo à Irmandade Muçulmana. Há, ainda, outros grupos, como o Sawab, de filiação "baathista". A Constituição em vigor data de 1991 e é influenciada pela *sharia* (lei islâmica).

Histórico

A Mauritânia tornou-se independente em 1960, depois de seis décadas de domínio francês. À frente do movimento de independência, Mokhtar Ould Daddah instalou um regime de partido único, o Partido do Povo Mauritano (PPM). Em 1978, o Presidente foi derrubado por golpe militar.

Certa abertura política foi observada a partir de meados da década de 1980, quando eleições municipais passaram a ser realizadas. No início da década seguinte, o processo de abertura – impulsionado pelo contexto internacional – foi intensificado com a aprovação de nova Constituição e a legalização dos partidos políticos. O Coronel Maaouiya Ould Taya, no poder desde 1984, venceu as eleições de 1992 e foi reeleito em 1997 e 2003. As eleições, no entanto, foram denunciadas como amplamente fraudulentas, e a permanência de Taya no poder tornou-se cada vez mais contestada.

Em 2005, o regime autoritário de Taya foi derrubado por golpe militar liderado pelo Coronel Ely Ould Mohamed Vall, que passou a presidir o Conselho Militar, responsável pela transição política que resultou na organização, em março de 2007, das primeiras eleições presidenciais consideradas livres e justas. Candidato independente, Sidi Mohamed Ould Cheikh Abdallahi foi eleito Presidente da

República, em segundo turno, com 52,8% dos votos, contra 47,1% de Ahmed Ould Daddah.

Contudo, o processo de democratização sofreu sério revés em agosto de 2008, quando o General Mohamed Ould Abdel Aziz liderou golpe que depôs o presidente Sidi Ould Cheikh Abdallahi. Com o golpe, a União Africana (UA) suspendeu a Mauritânia, e a União Europeia (UE) interrompeu todos os projetos de cooperação com o país. Eleições realizadas em 2009 – vencidas por Abdel Aziz – fizeram com que o país retornasse à normalidade institucional.

A dinâmica interna nos últimos anos (2011-2016)

Entre setembro e outubro de 2011, a maioria governista e quatro partidos da oposição reuniram-se em um "Diálogo Nacional" convocado pelo Governo. Como resultado, foi elaborado documento contendo uma série de importantes reformas, como a criação de Comissão Eleitoral Nacional Independente.

O "Diálogo Nacional" acabou por dividir os oposicionistas entre aqueles que aceitaram participar do diálogo e aqueles que, sublinhando uma suposta falta de comprometimento do Governo de Abdel Aziz com efetivas reformas, passaram a radicalizar, cada vez mais, seu discurso, denunciando as condições de vida e mesmo exigindo a renúncia de Abdel Aziz. O país, porém, não foi afetado de maneira significativa pelos eventos da chamada Primavera Árabe.

As eleições legislativas e municipais de 2013 acabaram por transcorrer em clima de tranquilidade. O partido governista fortaleceu-se, ao passo que o Tawassoul (de ideologia islâmica) e o El Wiam – que congrega elementos do período do regime militar do Coronel Taya, que governou o país entre 1984 e 2005 – passaram a ser as principais forças de oposição.

Em junho de 2014, Abdel Aziz foi reeleito. O Presidente obteve 81% dos votos, em pleito que contou com 56% de taxa de participação do eleitorado. Dessa forma, fracassou o boicote que havia sido defendido por partidos da oposição radical reunidos no Fórum Nacional para a Democracia e a Unidade (FNDU).

Indicadores demográficos e sociais

Segundo o relatório de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas de 2015 (dados de 2014), o IDH do país é de 0,506, o que o coloca na 156ª posição dentre 187 países avaliados. A expectativa de vida é de 63,1 anos, e o índice de alfabetização, de 45,5%. Quase a totalidade dos mauritanos professa a fé islâmica.

O principal problema social é a persistência do trabalho escravo. De acordo com ativistas de direitos humanos, 700 mil pessoas estariam sujeitas à escravidão – proibida, em teoria, desde 1981. Em agosto de 2015, a Assembleia Nacional aprovou, por unanimidade, nova legislação de combate à escravidão no país. O novo texto

legal, que substituiu legislação de 2007, tem por objetivo preencher lacunas da lei e ajustá-la às convenções internacionais ratificadas pela Mauritânia. Movimentos sociais, contudo, acusam o governo de ser leniente com as práticas escravistas. Nesse sentido, vale ressaltar que o militante abolicionista Biram Dah Abeid obteve a segunda colocação nas eleições presidenciais de 2014, com 8,7% dos votos.

Outro passivo humanitário refere-se à rivalidade entre os mauritanos de origem árabe e os de origem negra. O país tem sido dominado pelos mauritanos árabes – o problema da escravidão afeta, sobretudo, a população de origem negra. Conflitos étnicos que ocorreram em 1989 resultaram na expulsão ou fuga de milhares de cidadãos negros do país, que buscaram refúgio no Senegal. O governo tenta superar o passivo humanitário que remonta àquela época e, nos últimos anos, deu início, entre outras medidas, ao processo de pagamento de indenizações aos familiares das vítimas do referido conflito.

POLÍTICA EXTERNA

Em razão da heterogeneidade étnica de sua população – dividida entre os descendentes de povos nômades e seminômades árabes e berberes e os de pastores africanos soninke, tukulor, bambara e wolof –, a Mauritânia conduz, desde os anos 1970, sua política externa regional buscando equilibrar-se entre as Áfricas árabe e negra. O combate ao terrorismo é outro ponto central da política externa do país, que tem de lidar com a atuação da AQMI (Al-Qaeda do Magrebe Islâmico) em seu território.

Na arena diplomática, o Presidente Abdel Aziz tem sabido manter-se equidistante do impasse protagonizado pelos dois grandes vizinhos ao norte, Marrocos e Argélia, e logrado viabilizar a inserção da Mauritânia como parceiro imprescindível das grandes potências ocidentais em suas iniciativas contra a ação de grupos extremistas no Saara-Sahel. Testemunham seu êxito nessa área as constantes visitas de autoridades militares francesas e norte-americanas do mais alto nível a Nouakchott e a criação do chamado "G5-Sahel". O grupo congrega, além da Mauritânia, Burkina Faso, o Chade, o Mali e o Níger e tem como objetivo reforçar a cooperação em matéria de luta contra o terrorismo, o crime organizado transfronteiriço e a imigração ilegal. Em janeiro de 2014, o Presidente Abdel Aziz foi escolhido para exercer o cargo de Presidente de turno da União Africana, função que ocupou até o início de 2015.

Além disso, a gestão de Abdel Aziz tem procurado reforçar a inserção do país no mundo árabe, bem como buscar novas parcerias, de modo a diminuir sua dependência em relação aos parceiros tradicionais (Estados Unidos e União Europeia). A Mauritânia passou a disputar posições importantes em eleições em organismos internacionais (Conselho de Segurança da ONU, União Internacional das Telecomunicações entre outros).

Terrorismo

O combate à Al Qaeda do Magreb Islâmico (AQMI) é assunto que ocupa boa parte da política interna e externa da Mauritânia. Apoiado por EUA e França, o país já fez incursões no território do Mali, com a autorização desse país, para combater membros da AQMI. A luta contra o terrorismo tem sido também um fator de aproximação com a Argélia.

Um dos principais êxitos da administração do Presidente Abdel Aziz tem sido o de promover a segurança do território nacional, inclusive com a utilização de aeronaves Tucano, inicialmente adquiridas da França. Não se registram intervenções bem-sucedidas de grupos terroristas desde novembro e dezembro de 2009, quando, respectivamente, três nacionais espanhóis foram sequestrados nas cercanias de

Nouadhibou, no norte do país, e dois italianos, na parte sudeste, próxima à fronteira malinesa.

Liga Árabe

Desde 1973, o país é membro da Liga Árabe. Contudo, nem sempre partilha das posições comuns aos demais membros da organização. Em 1999, por exemplo, o país sofreu pressões da Liga por ter decidido estabelecer relações diplomáticas com Israel. Dez anos depois, em janeiro de 2009, o Presidente Abdel Aziz – então na função de Chefe do Alto Conselho de Estado – determinou o rompimento unilateral das relações diplomáticas com aquele país, por ocasião da operação militar israelense então em curso em Gaza.

Saara Ocidental

Após a saída da Espanha do Saara Ocidental, em 1975, a Mauritânia ocupou cerca de 1/3 do território saarauí, ao passo que o Marrocos ocupou os 2/3 restantes. A Mauritânia, em 1979, acabou por abdicar de sua parte no terreno e reconhecer a República Árabe Saarauí Democrática (RASD). Desde então, o país tem optado por uma posição de "neutralidade positiva e construtiva" a respeito da questão, sem envolver-se diretamente no conflito entre o Marrocos, que considera o Saara Ocidental como parte de seu território, e a Frente Polisário, que busca a independência para a região.

África subsaariana

Com a África negra, a Mauritânia também buscou fortalecer as relações, tendo sido um dos fundadores da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). O país teve, porém, diferendos fronteiriços com o Senegal, que levaram à ruptura das relações diplomáticas entre 1989 e 1992. Em 2002, decidiu abandonar a organização regional que ajudara a criar. Atualmente, suas relações são boas com a maioria dos países da África Ocidental. Mesmo com o Senegal, as relações evoluíram positivamente.

Mali

Em maio de 2014, o Presidente Abdel Aziz negociou cessar-fogo entre o Governo malinês e rebeldes tuaregues. O cessar-fogo, porém, não foi obedecido. Atualmente, a Argélia tem desempenhado papel protagônico na mediação do conflito entre as autoridades malinesas e os rebeldes do Norte do país.

De toda forma, a Mauritânia tem desempenhado papel importante no que diz respeito aos refugiados do conflito no país vizinho, pois adotou política de "portas abertas", a qual já permitiu que 70 mil malineses entrassem em seu território. Cabe lembrar que o relacionamento com o Mali é caracterizado por desconfianças mútuas, tendo em conta o tradicional apoio de Nouakchott às reivindicações das populações árabes e tuaregues que habitam o Norte malinês. A Mauritânia não enviou tropas à MINUSMA, missão da ONU estabelecida em 2013 com o intuito de estabilizar o Mali, cuja normalidade institucional foi rompida com o golpe de Estado de 2012.

França

Mauritânia e França mantêm estreitos laços de cooperação. Paris tem apoiado continuamente os esforços de Nouakchott para resguardar suas fronteiras. A cooperação bilateral envolve, igualmente, transferência de tecnologia de vigilância fronteiriça e equipamentos de escuta, ademais de assistência em matéria de formação técnica.

Espanha

O Chanceler mauritano visitou a Espanha no primeiro semestre de 2014. Além de manterem programas de cooperação bilateral, os dois países têm diálogo profícuo na área da imigração. Ações conjuntas praticamente eliminaram o desembarque de africanos nas ilhas Canárias.

Rússia

Em maio de 2014, o Chanceler mauritano visitou Moscou. O relacionamento bilateral tem duas áreas tradicionais, a da pesca e a da capacitação de quadros – a antiga União Soviética desempenhou papel importante de centro de formação universitária para jovens mauritanos.

China

A presença da China no país é tradicional e crescente. Ao longo dos últimos quarenta anos, empresas chinesas têm participado ativamente da construção da infraestrutura do país (Porto de Nouakchott, estradas, hospitais etc.). Ao amparo de créditos subsidiados ou de generosas doações, empresas chinesas construíram, recentemente, obras de grande visibilidade em Nouakchott, como a sede do Governo e o novo prédio do Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação.

Reforma do Conselho de Segurança da ONU

A Mauritânia tem defendido a necessidade de reforma do Conselho de Segurança e a criação de assentos permanentes para a África e o mundo árabe. Como membro da Organização para a Cooperação Islâmica (OCI), segue o posicionamento do grupo, o qual defende ser primordial que haja a expansão do Conselho de Segurança da ONU, com representação adequada do mundo islâmico. Os Estados-Membros da OCI também argumentam a favor do aumento da representação de países em desenvolvimento no Conselho, bem como do aperfeiçoamento dos seus métodos de trabalho.

A Mauritânia está comprometida com a proposta dos países africanos, consolidada no Consenso de Ezulwini, que prevê o estabelecimento de seis novos assentos permanentes com direito a veto, sendo dois para a África.

Em discurso no Debate Geral da 69ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em 2014, o Presidente Abdel Aziz defendeu a reforma do Conselho de Segurança, com aumento do número de membros permanentes e não permanentes. Destacou, também, que a importante posição da África no sistema internacional "a predispõe a uma representação permanente no órgão".

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Panorama econômico

País pobre, mesmo para o contexto africano – a renda per capita, segundo o FMI, é de cerca de US$ 1.100 –, a Mauritânia tem como principal atividade econômica a mineração, que é responsável por boa parte das receitas governamentais e por 50% das exportações. O país possui uma das maiores reservas de minério de ferro do mundo e, mais recentemente, vem também desenvolvendo a exploração de cobre e ouro. Apesar da importância do setor minerador para o equilíbrio macroeconômico, ele gera menos de 3% do emprego, por ser pouco intensivo na utilização de mão de obra.

Outro setor econômico importante é o da pesca, responsável por cerca de 27% das exportações. O principal desafio econômico do país é o de dar início a processo de diversificação da economia, o que lhe permitirá ser menos dependente dos ciclos de preços das *commodities* no cenário global.

Dependente desses ciclos, a economia mauritana foi seriamente afetada pela crise financeira de 2008. O contexto político instável, que se seguiu ao golpe daquele ano, também contribuiu para deteriorar o cenário econômico interno.

Em 2009, com a recuperação da economia global e a estabilização interna decorrente da eleição presidencial, o país iniciou processo de recuperação. As relações com a comunidade internacional – desgastadas desde o golpe de 2008 – foram normalizadas, e a Mauritânia obteve a concessão de créditos oficiais, a revalidação dos esquemas de redução da dívida externa e o apoio das agências multilaterais de crédito. Em março de 2010, o governo assinou com o FMI um empréstimo de US$ 118 milhões, com desembolso imediato de US$ 17 milhões.

Mineração

Em seu conjunto, as receitas de exportação do setor de mineração correspondem a 50% das divisas internacionais auferidas pelo país e a cerca de 30% do PIB. Há plano de se elevar a produção de minério de ferro para 25 milhões de toneladas anuais em 2019 e para 40 milhões de toneladas anuais em 2025. Caso esse cenário venha a se concretizar, a Mauritânia passará a integrar o grupo de cinco maiores exportadores mundiais desse minério.

Petróleo e gás natural

A descoberta de petróleo em 2001 trouxe a expectativa de que o país pudesse acelerar seu crescimento econômico. De fato, em 2006, quando a produção foi iniciada, o PIB mauritano cresceu quase 12%. Problemas técnicos para extração do

óleo, no entanto, resultaram em uma produção decrescente, o que, por sua vez, foi uma das principais causas da desaceleração do PIB nos dois anos seguintes.

Perspectivas

Segundo avaliação do FMI, que enviou missão à Mauritânia em 2014, as perspectivas econômicas do país são positivas, apesar da queda dos preços internacionais do minério de ferro, principal item da pauta de exportações da Mauritânia. Projeta-se crescimento do PIB nos próximos anos, alavancado pela retomada dos volumes de pesca e do aumento das correspondentes receitas auferidas pelas licenças acordadas pelo Governo às frotas pesqueiras estrangeiras.

O panorama positivo anunciado pelo Governo e pelo FMI, porém, não esconde certa fragilidade da economia mauritana, completamente dependente do setor extrativo e sujeita, portanto, à volatilidade dos preços internacionais. Tampouco altera o fato de que os benefícios do crescimento econômico alcançam apenas aquela parcela da população inserida nos circuitos produtivos voltados para a exportação. A ausência de um setor privado desenvolvido impede o crescimento do nível de emprego e condena significativos contingentes populacionais à informalidade ou ao subemprego.

Ademais, a política econômica adotada nos últimos anos – baseada na adoção de métodos ortodoxos de gestão, no controle da inflação e na geração de importantes reservas em divisas estrangeiras – tem levado à redução das despesas públicas e dos subsídios aos derivados de petróleo, o que tem efeitos sobre as condições de vida das parcelas mais vulneráveis da população.

Avanços regulatórios

De acordo com o relatório "Doing Business 2016", do Banco Mundial, a Mauritânia ficou em 5º lugar entre os dez países que mais apresentaram avanços com relação à regulamentação das atividades de negócios, devido a reformas que compreendem a eliminação da exigência de capital mínimo para a instalação de novos negócios, melhorias no acesso a informações de crédito e redução do tempo de processamento alfandegário, por meio da emissão de guia de importação eletrônica.

ANEXOS

Cronologia histórica da Mauritânia

Séculos III-VII	Migrantes árabes e berberes expulsam os primeiros habitantes da região.
Séculos IX-X	Capital do Império de Gana localiza-se na atual Mauritânia.
1076	Guerreiros almorávidas berberes derrotam o Império de Gana.
Século XVI	Marinheiros e comerciantes europeus estabelecem entrepostos na região.
1644 a 1674	Guerra de Trinta Anos da Mauritânia opõe os berberes (derrotados) aos árabes.
Década de 1860	Tropas francesas conquistam o Sul da Mauritânia.
1904	França transforma a Mauritânia em território colonial.
1920	A Mauritânia torna-se parte da África Ocidental Francesa.
1946	A Mauritânia vira território ultramarino francês.
1957	Nouakchott é estabelecida como a capital da Mauritânia.
1958	País passa a ter direito a autogoverno.
1960	Independência da Mauritânia em 28 de novembro, sob o Governo de Mokhtar Ould Daddah.
1961	Torna-se membro da ONU (outubro).
1976	A Mauritânia invade o Saara Ocidental, após a saída espanhola da região. Três anos depois, o Governo mauritano retirou suas tropas da região.
1978	Primeiro Golpe de Estado remove Ould Daddah do poder, substituindo-o por Mustafa Ould Salek (julho).
1979	Implantação do Comitê Militar para a Salvação Nacional (junho), junta que dirige o país até 1984.
1981	Abolição oficial da escravidão.
1984	Subida ao poder de Maaouya Ould Sid'Ahmed Taya (dezembro).
1992	Taya organiza eleições e é eleito Presidente por cinco anos (janeiro).
1997	O Presidente Taya é reeleito, em pleito contestado pela oposição (dezembro).
2003	Nova reeleição de Taya, com 67% dos votos em primeiro turno (novembro).
2005	Taya é retirado do poder pelo Exército, que anuncia a criação de um Conselho Militar e organiza eleições livres e multipartidárias (agosto).
2006	Sidi Ould Cheikh Abdallahi vence as primeiras eleições democráticas da Mauritânia (março).

2008	Militares liderados pelo General Mohamed Ould Abdel Aziz retiram Abdallahi do poder (agosto); a Mauritânia é suspensa da União Africana.
2009	Organizadas novas eleições, vencidas pelo General Abdel Aziz; país é readmitido na União Africana (julho).
2011	Em setembro, partidos governistas e setores da oposição iniciam "Diálogo Nacional" com o objetivo de promover reformas no país.
2014	O Presidente Abdel Aziz é reeleito.

Cronologia das relações bilaterais

1960	Reconhecimento da Independência da Mauritânia pelo Brasil (novembro).
1961	Estabelecimento de relações diplomáticas.
1976	Visita ao Brasil do então Ministro mauritano dos Transportes e da Indústria e Comércio, Hasni Ould Didi (março).
2005	Visita do Ministro da Ciência e Tecnologia, Eduardo Campos, a Nouakchott, como enviado do Presidente brasileiro (maio); vinda a Brasília do então Primeiro-Ministro mauritano, Sghair Ould Bareck, por ocasião da Cúpula América do Sul-Países Árabes, sendo recebido pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (também maio).
2007	Encontro do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, à margem da abertura da LXII Assembleia Geral da ONU, com o então Presidente da Mauritânia, Sidi Ould Cheikh Abdallahi (setembro); anúncio da abertura de Embaixadas residentes (outubro).
2008	Abertura da Embaixada da Mauritânia em Brasília.
2010	Abertura da Embaixada do Brasil em Nouakchott.
2011	Visita do Chefe da Força Aérea da Mauritânia, Mohamed Ould Hreïtani (dezembro).
2012	Assinatura do Acordo de Cooperação Técnica (fevereiro) – aguarda promulgação pela Presidenta da República.
2012	Encontro do Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, como seu homólogo mauritano, em Nouakchott (abril).
2012	Chanceler mauritano, Hamadi Ould Hamadi, visita o Brasil (dezembro).

Atos bilaterais

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação	
			D.O.U.	Data
Acordo de Cooperação Técnica entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República Islâmica da Mauritânia	17/02/2012	-	-	Aguarda promulgação pela Presidenta da República
Acordo Sobre Trabalho Remunerado por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico	26/04/2012	-	-	Em tramitação na Câmara dos Deputados
Acordo sobre Isenção de Vistos em Favor de Nacionais Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço	26/04/2012	07/10/2013	192	03/10/2013

Dados econômico-comerciais

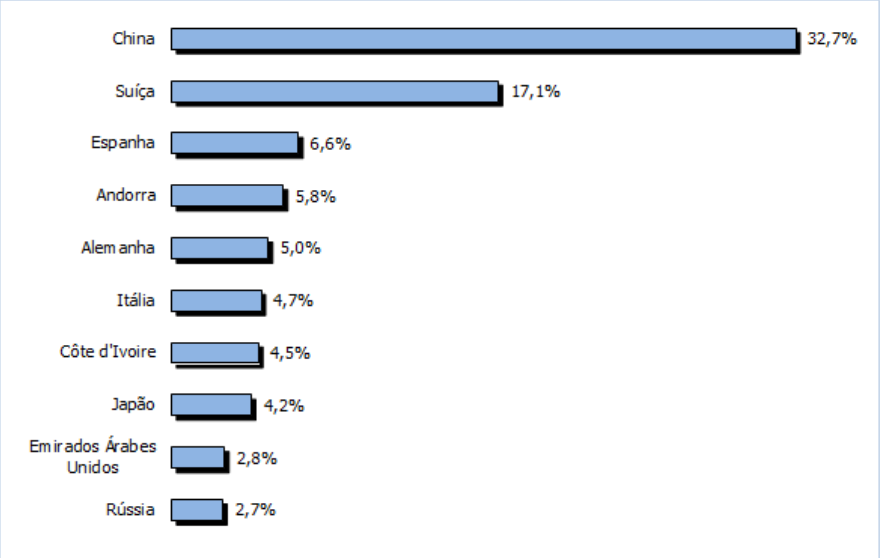
Direção das Exportações da Mauritânia

US$ milhões

Países	2014	Part.% no total
China	700	32,7%
Suíça	366	17,1%
Espanha	142	6,6%
Andorra	125	5,8%
Alemanha	108	5,0%
Itália	100	4,7%
Côte d'Ivoire	97	4,5%
Japão	89	4,2%
Emirados Árabes Unidos	59	2,8%
Rússia	57	2,7%
...		
Brasil	***0,00***	***0,0%***
Subtotal	**1.843**	**86,1%**
Outros países	**297**	**13,9%**
Total	**2.140**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNWUNCTAD/ITC/TradeMap, January 2016.

10 principais destinos das exportações

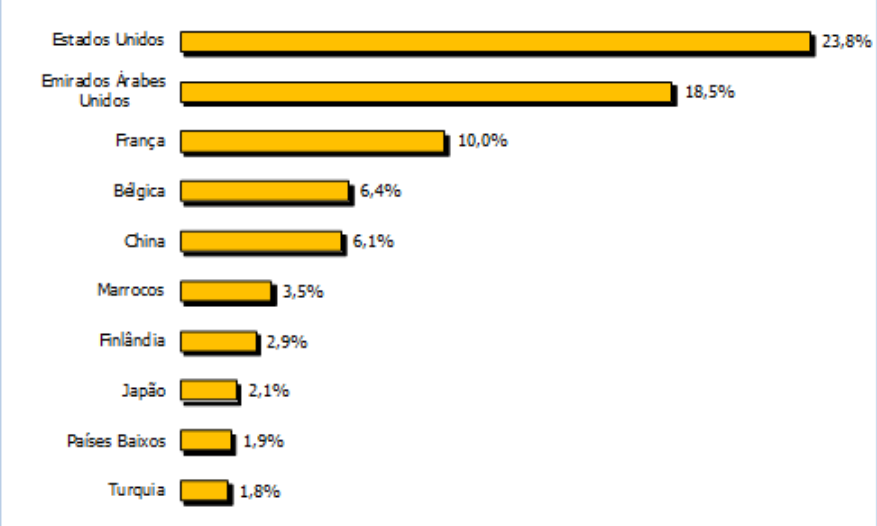


Origem das Importações da Mauritânia
US$ milhões

Países	2014	Part.% no total
Estados Unidos	865	23,8%
Emirados Árabes Unidos	675	18,5%
França	363	10,0%
Bélgica	232	6,4%
China	222	6,1%
Marrocos	126	3,5%
Finlândia	104	2,9%
Japão	77	2,1%
Países Baixos	70	1,9%
Turquia	66	1,8%
...		
Brasil (16ª posição)	*32*	*0,9%*
Subtotal	**2.832**	**77,8%**
Outros países	**810**	**22,2%**
Total	**3.642**	**100,0%**

Elaborado pela MRE/DPR/DNC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UNWUNCTADSTAT Trade Map, January 2016.

10 principais origens das importações

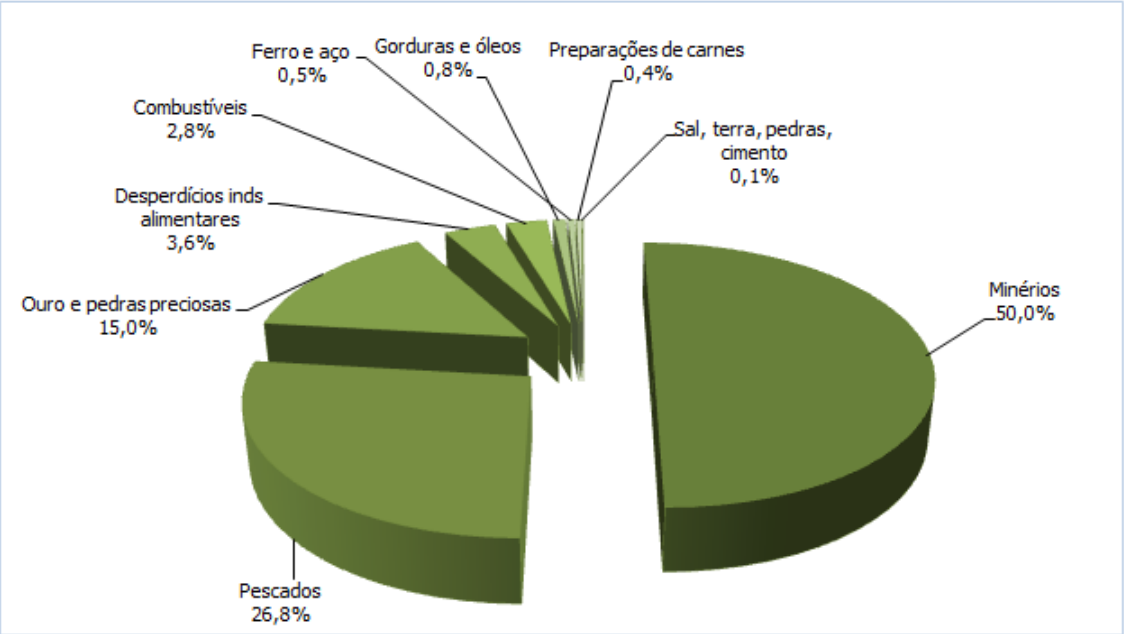


Composição das exportações da Mauritânia
US$ milhões

Grupos de Produtos	2014	Part.% no total
Minérios	1.071	50,1%
Pescados	573	26,8%
Ouro e pedras preciosas	322	15,0%
Desperdícios inds alimentares	76	3,6%
Combustíveis	60	2,8%
Gorduras e óleos	18	0,8%
Ferro e aço	10	0,5%
Preparações de carnes	8	0,4%
Sal, terra, pedras, cimento	2	0,1%
Subtotal	**2.140**	**100,0%**
Outros	**0**	**0,0%**
Total	**2.140**	**100,0%**

Elaborado pela MRE/DEPECOM - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNPUNCTADSTAT/Trade Map, January 2016.

Principais grupos de produtos exportados

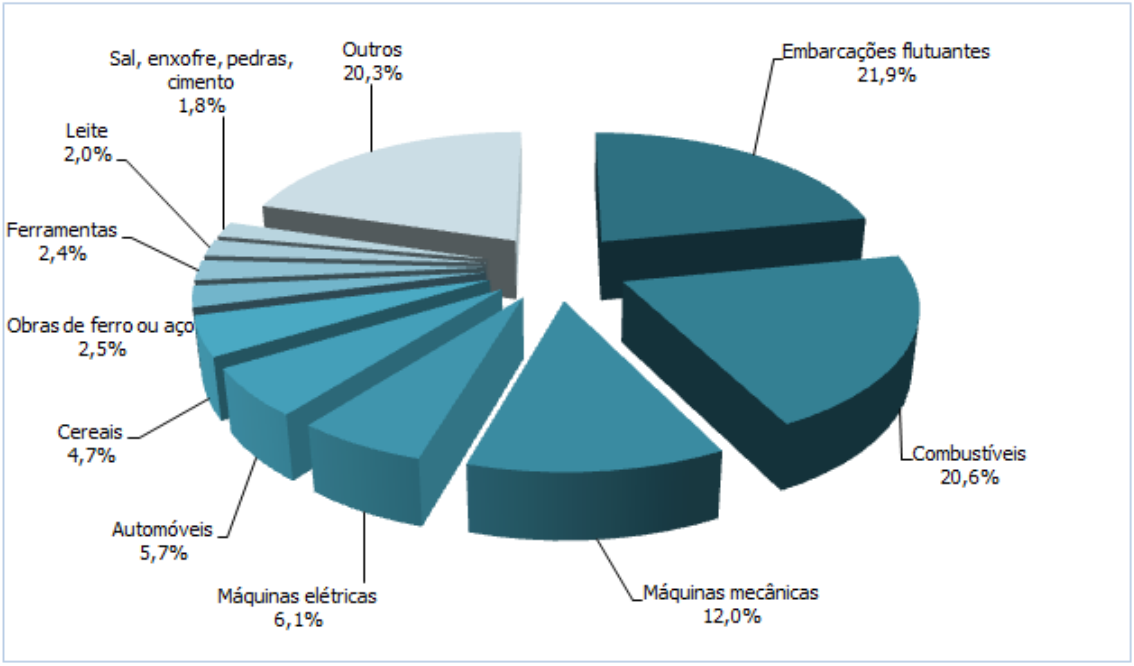


Composição das importações da Mauritânia
US$ milhões

Grupos de produtos	2014	Part.% no total
Embarcações flutuantes	798	21,9%
Combustíveis	751	20,6%
Máquinas mecânicas	437	12,0%
Máquinas elétricas	222	6,1%
Automóveis	207	5,7%
Cereais	170	4,7%
Obras de ferro ou aço	91	2,5%
Ferramentas	87	2,4%
Leite	72	2,0%
Sal, enxofre, pedras, cimento	67	1,8%
Subtotal	**2.902**	**79,7%**
Outros	**740**	**20,3%**
Total	**3.642**	**100,0%**

Elaborado pelo MDIC/SECEX/DEINC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNWTO/ITC/Trade Map, January 2016.

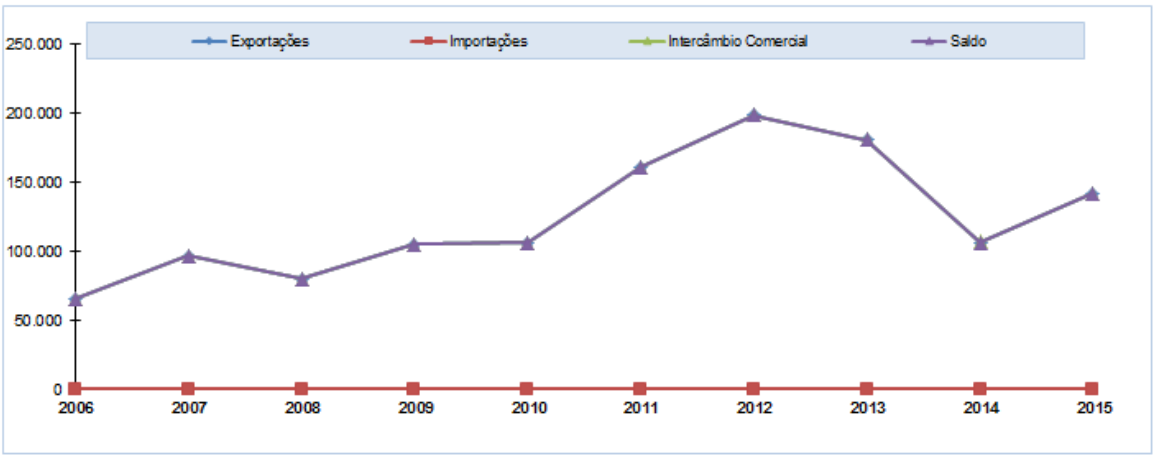
10 principais grupos de produtos importados



Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Mauritânia
US$ mil

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2006	65.222	49,3%	0,05%	91	(+)	0,00%	65.313	49,5%	0,03%	65.131
2007	96.532	48,0%	0,06%	9	-90,4%	0,00%	96.541	47,8%	0,03%	96.523
2008	79.434	-17,7%	0,04%	3	-60,3%	0,00%	79.438	-17,7%	0,02%	79.431
2009	104.667	31,8%	0,07%	2	-43,3%	0,00%	104.669	31,8%	0,04%	104.665
2010	105.848	1,1%	0,05%	5	149,8%	0,00%	105.853	1,1%	0,03%	105.843
2011	160.262	51,4%	0,06%	3	-43,1%	0,00%	160.265	51,4%	0,03%	160.259
2012	198.020	23,6%	0,08%	1	-67,5%	0,00%	198.021	23,6%	0,04%	198.019
2013	180.196	-9,0%	0,07%	19	(+)	0,00%	180.215	-9,0%	0,04%	180.178
2014	106.095	-41,1%	0,05%	138	641,7%	0,00%	106.232	-41,1%	0,02%	105.957
2015	141.696	33,6%	0,07%	71	-48,4%	0,00%	141.767	33,5%	0,04%	141.625
Var. % 2006-2015	**117,3%**		--	**-21,9%**		--	**117,1%**		--	**n.c.**

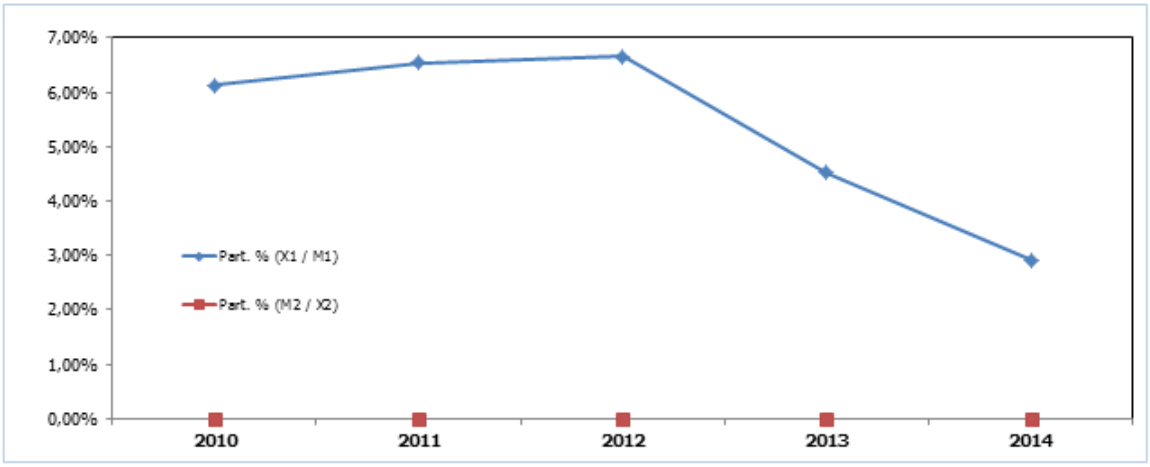
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Janeiro de 2016.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.



Part. % do Brasil no Comércio da Mauritânia
US$ mil

Descrição	2010	2011	2012	2013	2014	Var. % 2010/2014
Exportações do Brasil para a Mauritânia (X1)	105.848	160.262	198.020	180.196	106.095	0,2%
Importações totais da Mauritânia (M1)	1.726.532	2.452.706	2.970.620	3.978.492	3.641.758	110,9%
Part. % (X1 / M1)	6,13%	6,53%	6,67%	4,53%	2,91%	-52,5%
Importações do Brasil originárias da Mauritânia (M2	5	3	1	19	138	2697,5%
Exportações totais da Mauritânia (X2)	725.370	2.457.999	2.623.807	2.462.517	2.139.811	195,0%
Part. % (M2 / X2)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,01%	848,3%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alice Web e UNFUNCTAD/UNCTADstat/Trade Map.
As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações da Mauritânia se explicam, em parte, pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.

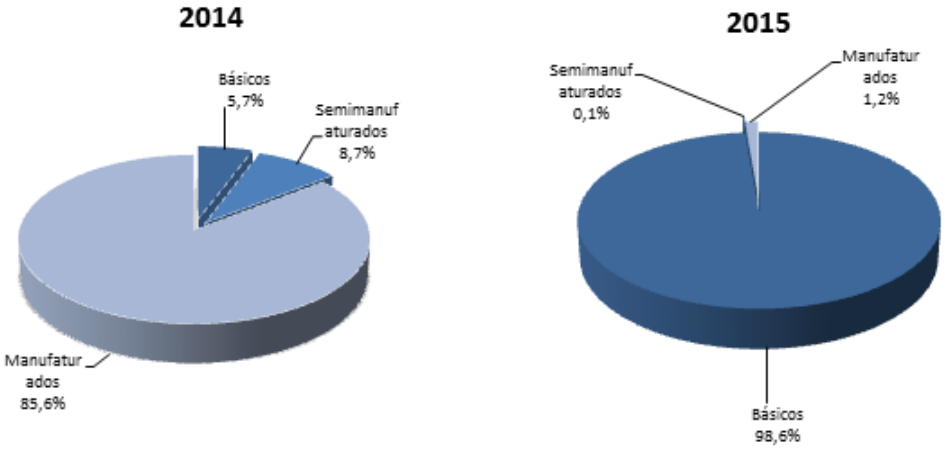


Exportações e importações brasileiras por fator agregado

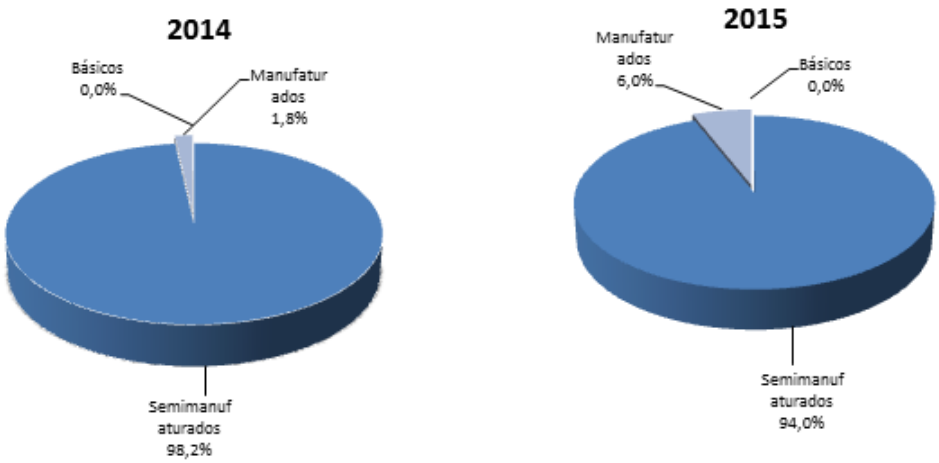
US$ mil

Comparativo 2015 com 2014

Exportações Brasileiras(1)



Importações Brasileiras (janeiro-novembro de 2015)



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicweb, Janeiro de 2016.

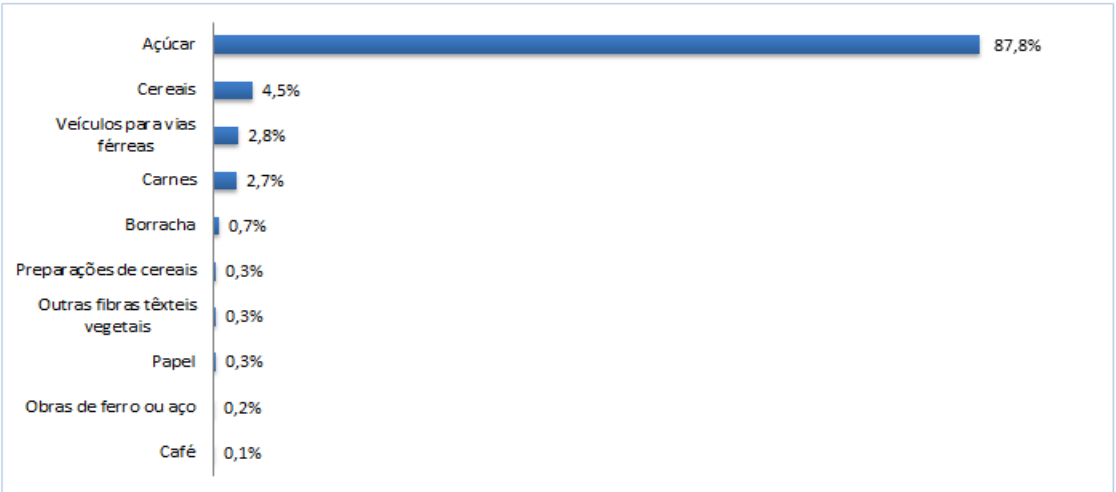
(1) Exclusive transações especiais.

Composição das exportações brasileiras para a Mauritânia
US$ mil

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Açúcar	157.943	87,7%	82.083	77,4%	124.392	87,8%
Cereais	0	0,0%	0	0,0%	6.340	4,5%
Veículos para vias férreas	10.964	6,1%	3.562	3,4%	3.982	2,8%
Carnes	4.836	2,7%	6.056	5,7%	3.802	2,7%
Borracha	223	0,1%	1.837	1,7%	935	0,7%
Preparações de cereais	848	0,5%	816	0,8%	367	0,3%
Outras fibras têxteis vegetais	98	0,1%	484	0,5%	365	0,3%
Papel	66	0,0%	392	0,4%	364	0,3%
Obras de ferro ou aço	109	0,1%	23	0,0%	213	0,2%
Café	0	0,0%	0	0,0%	210	0,1%
Subtotal	**175.087**	**97,2%**	**95.253**	**89,8%**	**140.970**	**99,5%**
Outros produtos	**5.109**	**2,8%**	**10.842**	**10,2%**	**726**	**0,5%**
Total	**180.196**	**100,0%**	**106.095**	**100,0%**	**141.696**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Janeiro de 2016

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2015

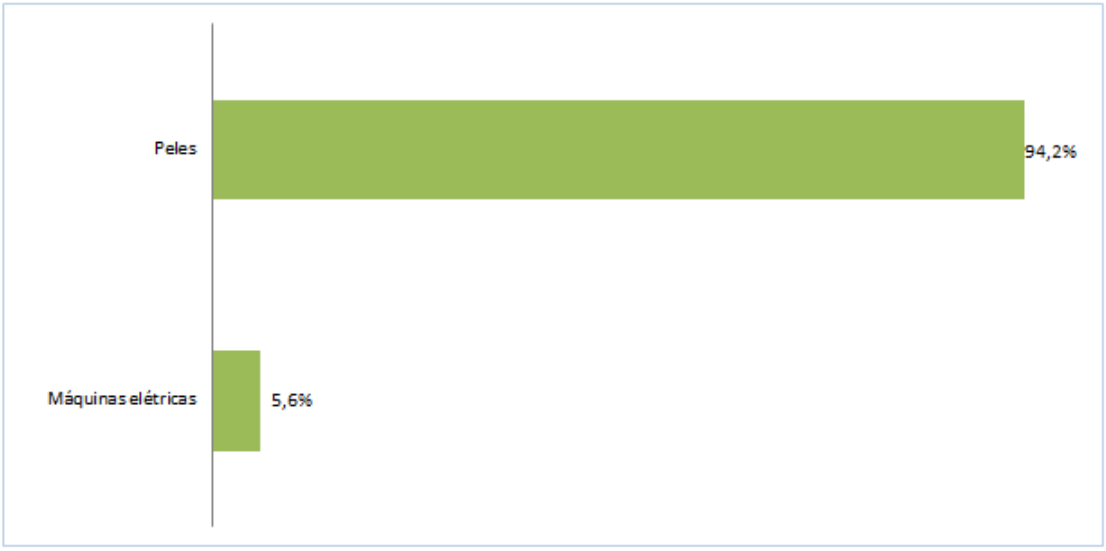


Composição das importações brasileiras originárias da Mauritânia
US$ mil

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Peles	0	0,0%	135	98,0%	67	94,2%
Máquinas elétricas	8	43,1%	2	1,5%	4	5,6%
Subtotal	**8**	**43,1%**	**137**	**99,5%**	**71**	**99,8%**
Outros produtos	**11**	**56,9%**	**1**	**0,5%**	**0**	**0,2%**
Total	**19**	**100,0%**	**138**	**100,0%**	**71**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicweb, Janeiro de 2016.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2015



Aviso nº 77 - C. Civil.

Em 11 de fevereiro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor LEONARDO CARVALHO MONTEIRO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Mauritânia.

Atenciosamente,

JAQUES WAGNER
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

À COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL.

MATÉRIAS DO CONGRESSO NACIONAL

Ofício da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste

- Ofício nº 1 de 2016-CN (Ofício nº 157/2016, na origem) que encaminha, em cumprimento à Lei 7.827/89, art. 14, II, IV e parágrafo único, três CDs contendo a Programação do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste, referente ao exercício de 2016.

É o seguinte o ofício:

CONGRESSO NACIONAL

OFÍCIO DO CONGRESSO NACIONAL Nº 1, DE 2016

Encaminha, em cumprimento à Lei nº 7.827/89, art. 14, II, IV e parágrafo único, a Programação do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste, referente ao exercício de 2016.

Ofício nº 157 de 2016, na origem

DOCUMENTOS:

- OFÍCIO Nº 157 DE 2016
- RESOLUÇÃO Nº 39/2015
- PARECER Nº 3/2015 – CONDEL/SUDECO
- PROGRAMAÇÃO PARA 2016

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE — SUDECO
Edifício Palácio da Agricultura, SBN, Quadra 1, Bloco F, 20° andar, CEP: 70.040-908 – Brasília – DF
Tel.: (61) 3251-8530/8528/8529

Ofício nº 157/2016/GABINETE /SUDECO

Brasília, 03 de fevereiro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
RENAN CALHEIROS
Senador da República
Presidente do Congresso Nacional
Palácio do Congresso Nacional
Praça dos Três Poderes
70.160-900 Brasília (DF)

Assunto: **Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)**
- Programação do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao exercício de 2016

Excelentíssimo Senhor Presidente,

1. Com os nossos cordiais cumprimentos, em atendimento ao art. 14, inciso IV, da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, encaminhamos a Vossa Excelência três CD's contendo a Programação do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) para o exercício de 2016, o Parecer n.º 03/2015–CONDEL/SUDECO, de 03.11.2015, e a Resolução Condel/Sudeco n.º 39, de 15.12.2015, publicada no DOU de 17.12.2015, Seção 1, p. 40.

2. Informamos que a referida Programação foi aprovada ad referendum do Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco), conforme Resolução Condel/Sudeco n.º 39, de 15.12.2015, publicada no DOU de 17.12.2015, Seção 1, p. 40.

Respeitosamente,

Cleber Ávila
Superintendente

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
PRESIDÊNCIA DO CONDEL/SUDECO

RESOLUÇÃO N.º 039/2015, de 15 de dezembro de 2015

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO CENTRO-OESTE (FCO).
- Programação do FCO para 2016.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE (CONDEL/SUDECO), no uso das atribuições que lhe conferem o art. 8º, § 2°, da Lei Complementar n.º 129, de 8 de janeiro de 2009, e o art. 9°, inciso XVII e parágrafo único, do Regimento Interno, torna público que, em cumprimento ao estabelecido no art. 10, § 1°, inciso I, da Lei Complementar n.º 129, de 8 de janeiro de 2009, no art. 14, inciso II, da Lei n.º 7.827, de 27 de setembro de 1989, e no art. 8°, inciso XII, alínea "b", do Regimento Interno, e considerando, ainda, a urgência e relevância do assunto, resolveu aprovar, *ad referendum* do Conselho, a Proposta de Aplicação dos Recursos do FCO para o exercício de 2016, formulada pelo Banco do Brasil S.A., com as recomendações constantes do Parecer n.º 03/2015-CONDEL/SUDECO, de 03.11.2015, ratificadas no Parecer n.º 160/2015/SFRI/DPNA/CGPA (SFRI), de 24.11.2015 e com ajustes sugeridos pelo Comitê Técnico em reunião ocorrida no dia 09.12.2015, a saber:

a) revisar as estimativas constantes dos Quadros "Recursos Previstos para 2016", "Recursos Previstos por UF e Setor", "Recursos Previstos por UF, Programa/Linha, Setor e Porte" e "Recursos Previstos por Espaço Prioritário da PNDR" do Título II – Programação Orçamentária da Programação do FCO para 2016, atualizando-os com base nos números que forem apurados em 31.12.2015;

b) revisar os encargos financeiros e o bônus de adimplência para as operações não rurais a serem contratadas a partir de 01.01.2016, tão logo sejam divulgados pelo CMN/Bacen, disponibilizando a nova versão da Programação do FCO para 2016 aos demais administradores do Fundo e também na página do Banco na Internet; e

c) efetuar os ajustes propostos pela Secretaria-Executiva do Condel no Anexo do Parecer n.º 03/2015-CONDEL/SUDECO, de 03.11.2015.

d) alterar a Nota (4) do Quadro do Subtítulo "Recursos Previstos por UF e Setor" do Título II – Programação Orçamentária, de modo a estabelecer que as instituições financeiras que atuam com recursos do FCO aplicarão nos municípios do Nordeste e do Oeste Goiano, no mínimo, 15% dos recursos previstos no exercício para o Estado de Goiás.

PROCURADORIA FEDERAL CONFERIDO 11/12/2015 SUDECO

2. O Banco do Brasil deverá encaminhar à Secretaria-Executiva do Condel/Sudeco, até 30.01.2016, impreterivelmente, nova versão da Programação, com a incorporação das alterações acima.

GILBERTO MAGALHÃES OCCHI
Presidente do CONDEL/SUDECO

PROCURADORIA FEDERAL
CONFERIDO
11/12/2015
SUDECO

Rodrigo Rommel de Melo Matos
Procurador-Chefe
Superintendencia do Desenvolvimento do Centro Oeste - SUDECO

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE
SECRETARIA-EXECUTIVA DO CONDEL/SUDECO

Parecer: n.º 03/2015-CONDEL/SUDECO

Data: 03.11.2015

Assunto: Proposta de Programação do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) para o exercício de 2016

Origem: Ofícios Diretoria de Governo/Genef/Dinef II – 2015/001.944, de 28.09.2015, e 2015/002.162, de 28.10.2015, do Banco do Brasil S.A. à Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste

==========

1. INTRODUÇÃO

1.1. Em cumprimento ao parágrafo único do art. 14 e ao § 2° do art. 15 da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, o Banco do Brasil S.A. apresenta a **Proposta de Programação do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) para o exercício de 2016**, por meio dos Ofícios Diretoria de Governo/Genef/Dinef II – 2015/001.944, de 28.09.2015, e 2015/002.161, de 28.10.2015.

1.2. Conforme competência atribuída pela legislação em vigor, a Secretaria-Executiva do Condel/Sudeco analisou a Proposta apresentada pelo Banco, considerando o que preveem a Portaria MI n.º 201, de 28.08.2015, publicada no DOU de 31.08.2015, e a Resolução Condel/Sudeco n.° 37, de 27.10.2015, publicada no DOU de 28.10.2015, que estabelecem as diretrizes, orientações gerais e prioridades do FCO para 2016, e apresenta, a seguir, considerações a respeito das alterações propostas, bem como sugere os ajustes julgados necessários.

2. RECURSOS PREVISTOS PARA 2016

2.1. Com base na estimativa de repasses do Tesouro Nacional para o exercício de 2016 e na previsão de recursos de outras fontes, o Banco do Brasil S.A. elaborou a Programação Orçamentária para o exercício de 2016, estimando recursos da ordem de R$ 5.176,2 milhões:

Quadro 1: Recursos previstos para o exercício de 2016 (RS Milhões)

Origem de Recursos	2015	2016	% de Incremento
Repasses do Tesouro Nacional	2.301,6	1.608,6	(30,1)
Retornos de Financiamentos	3.868,8	3.485,0	(9,9)
Resultado Operacional	165,0	31,0	(81,2)
Disponibilidades ao final do Exercício Anterior	255,0	568,9	123,1
Recursos comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores	(563,1)	(517,3)	(8,1)
Total	**6.027,3**	**5.176,2**	**(14,1)**

2.2. Considerando que essas estimativas podem sofrer alterações até o fim do exercício de 2015, sugerimos recomendar ao Banco do Brasil S.A. a revisão do Quadro "Recursos Previstos para 2016", considerando os números que forem apurados em 31.12.2015.

3. Recursos Previstos para 2016 por UF e Setor

3.1. Para o exercício de 2016, a Portaria MI n.º 201, de 28.08.2015, publicada no DOU de 31.08.2015, que definiu as diretrizes e orientações gerais para a definição das diretrizes e prioridades pelo Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco) e a formulação da proposta de programação do FCO pelo Banco do Brasil S.A., estabeleceu que a proposta deveria apresentar estimativas de aplicação por Unidade da Federação, calculadas com base na distribuição histórica das aplicações e na expectativa de demanda por crédito na Região, respeitado o mínimo de 15% (quinze por cento) dos recursos disponíveis para aplicação em cada UF (art. 5º, inciso IV, alínea "c", item 1).

3.2. Ademais, vedou a distribuição dos recursos do Fundo, por Unidade da Federação, com base em cotas percentuais pré-definidas (art. 5º, § 1º). Considerou Unidade Federativa, no caso do Distrito Federal, o próprio DF e os municípios do Estado de Goiás que compõem a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), excluindo-se, no caso de Goiás, os referidos municípios (art. 5º, § 2º).

3.3. Alternativamente, permitiu que a estimativa inicial de aplicação por UF observe os seguintes percentuais: DF – 19%; GO – 29%; MS – 23%; e MT – 29% (art. 5º, § 3º). Nesse caso, a estimativa de aplicação por UF deverá ser reprogramada até 31 de outubro de 2016, levando em consideração as contratações realizadas em cada UF até 30 de setembro de 2016, bem como as operações em fase final de contratação nesta data. Além disso, os Governos Estaduais e do Distrito Federal, em articulação com os administradores do FCO, definidos na Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, deverão envidar esforços para o cumprimento do percentual mínimo de 15% de aplicação por UF (art. 5º, § 4º).

3.4. O quadro abaixo apresenta as estimativas de aplicações dos recursos do FCO, no exercício de 2016, por UF e Setor, feitas pelo Banco com base nessas diretrizes e orientações gerais, observados o mínimo de 15% dos recursos previstos para o exercício

para aplicação em cada UF e os percentuais por setor (empresarial e rural) definidos por cada UF:

Quadro 2: Recursos previstos para o exercício por UF e Setor (RS)

Setor	DF	GO	MS	MT	Região
Empresarial	786.784.233,76	750.550.749,31	595.264.387,38	750.550.749,31	2.883.150.119,77
%	80,0%	50,0%	50,0%	50,0%	55,7%
Rural	196.696.058,44	750.550.749,31	595.264.387,38	750.550.749,31	2.293.061.944,45
%	20,0%	50,0%	50,0%	50,0%	44,3%
Total	**983.480.292,20**	**1.501.101.498,62**	**1.190.528.774,77**	**1.501.101.498,62**	**5.176.212.064,21**
%	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

3.5. Na proposta apresentada, o Banco mantém a possibilidade de remanejamento, no âmbito de cada Unidade Federativa, dos recursos previstos para os setores empresarial e rural, de acordo com a demanda que efetivamente se verificar, dando-se ciência à Secretaria-Executiva do Condel/Sudeco, bem como de aplicação dos recursos distribuídos ao Distrito Federal na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), exceto nos municípios localizados no Estado de Minas Gerais, em conformidade com a Portaria MI n.º 201.

3.6. Considerando que essas estimativas podem sofrer alterações até o fim do exercício de 2015, sugerimos recomendar ao Banco do Brasil S.A. a revisão do Quadro "Recursos Previstos por UF e Setor", considerando os números que forem apurados em 31.12.2015.

4. Recursos Previstos para 2016 por UF, Porte, Setor e Linha

4.1. O quadro abaixo apresenta as estimativas de aplicações dos recursos do FCO em 2016, por UF, Programa/Linha, Setor e Porte, observadas as diretrizes e orientações gerais definidas pelo Ministério da Integração Nacional, as diretrizes e prioridades estabelecidas pelo Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco) e os percentuais por Programa/Linha definidos por cada UF:

Quadro 3: Recursos Previstos por UF, Programa/Linha, Setor e Porte (RS)

Programas/Linhas	DF	GO	MS	MT	Região	%
Empreendedores Individuais e Mini, Micro, Pequenos e Pequeno-Médios Tomadores (*)						
FCO Empresarial	**401.259.959,22**	**382.780.882,15**	**303.584.837,57**	**382.780.882,15**	**1.470.406.561,08**	**28,41**
Industrial	47.957.604,77	131.446.954,93	130.541.480,15	95.695.220,54	405.641.260,40	
Infraestrutura	47.957.604,77	29.971.743,07	19.429.429,60	31.885.647,48	129.244.424,93	
Turismo	47.957.604,77	29.971.743,07	29.144.144,41	63.809.573,05	170.883.065,31	
Comércio, Serviços, C,T&I	257.387.144,89	191.390.441,07	124.469.783,40	191.390.441,07	764.637.810,44	
FCO Rural	**100.314.989,80**	**382.780.882,15**	**303.584.837,57**	**382.780.882,15**	**1.169.461.591,67**	**22,59**
Pronaf-RA e Pronaf Demais	98.348.029,31	229.668.529,29	119.065.973,29	351.660.796,43	798.743.328,32	
Demais Rurais	1.966.960,50	153.112.352,86	184.518.864,27	31.120.085,72	370.718.263,35	
Total	**501.574.949,02**	**765.561.764,30**	**607.169.675,13**	**765.561.764,30**	**2.639.868.152,75**	**51,00**

Médios e Grandes Tomadores						
FCO Empresarial	**385.524.274,54**	**367.769.867,16**	**291.679.549,82**	**367.769.867,16**	**1.412.743.558,69**	**27,29**
Industrial	46.076.914,39	118.385.120,24	135.630.990,67	107.278.470,25	407.371.495,55	
Infraestrutura	46.076.914,39	32.768.295,16	20.417.568,49	30.635.229,93	129.898.007,98	
Turismo	46.076.914,39	32.731.518,18	21.875.966,24	45.971.233,40	146.655.632,20	
Comércio, Serviços, C,T&I	247.293.531,37	183.884.933,58	113.755.024,43	183.884.933,58	728.818.422,96	
FCO Rural	**96.381.068,64**	**367.769.867,16**	**291.679.549,82**	**367.769.867,16**	**1.123.600.352,78**	**21,71**
Total	**481.905.343,18**	**735.539.734,32**	**583.359.099,64**	**735.539.734,32**	**2.536.343.911,46**	**49,00**

Resumo Geral						
FCO Empresarial	**786.784.233,76**	**750.550.749,31**	**595.264.387,38**	**750.550.749,31**	**2.883.150.119,77**	**55,70**
Industrial	94.034.519,17	249.832.075,17	266.172.470,82	202.973.690,79	813.012.755,94	
Infraestrutura	94.034.519,17	62.740.038,24	39.846.998,09	62.520.877,42	259.142.432,91	
Turismo	94.034.519,17	62.703.261,25	51.020.110,64	109.780.806,45	317.538.697,51	
Comércio, Serviços, C,T&I	504.680.676,26	375.275.374,66	238.224.807,83	375.275.374,66	1.493.456.233,40	28,85
FCO Rural	**196.696.058,44**	**750.550.749,31**	**595.264.387,38**	**750.550.749,31**	**2.293.061.944,45**	**44,30**
Pronaf-RA e Pronaf Demais	98.348.029,31	229.668.529,29	119.065.973,29	351.660.796,43	798.743.328,32	
Demais Rurais	98.348.029,13	520.882.220,02	476.198.414,09	398.889.952,88	1.494.318.616,13	
Total	**983.480.292,20**	**1.501.101.498,62**	**1.190.528.774,77**	**1.501.101.498,62**	**5.176.212.064,21**	**100,00**

(*) Respeitando o limite mínimo de 30% para os beneficiários com faturamento de até R$ 3,6 milhões.

4.2. De se destacar que, do total de R$ 5.176,2 milhões, é estimada a aplicação de 55,7% (R$ 2.883,1 milhões) nas Linhas de Financiamento do Programa de FCO Empresarial e 44,30% (R$ 2.293,1 milhões) nas Linhas do Programa de FCO Rural.

4.3. De se destacar também que, desse total, R$ 2.639,9 milhões estão reservados para o atendimento de empreendedores individuais, mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores, o que corresponde ao percentual de 51,0% fixado para aplicação junto a esse segmento (Resolução Condel/Sudeco n.º 023/2014, de 25.03.2014, publicada no DOU de 28.04.2014).

4.4. Com a revogação do § 3º do art. 4º da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989 pela Lei n.º 12.716, de 21.09.2012, que limitava os financiamentos aos setores comercial e de serviços a 20% dos recursos previstos para o exercício, o Banco propõe que a assistência aos referidos setores fique, assim como em 2013, 2014 e 2015, limitada a 30% dos recursos previstos para o exercício, obedecidos os seguintes critérios: para cada UF, 25% de sua própria previsão orçamentária e, adicionalmente, para o DF, 5% dos recursos previstos para a Região.

4.5. Ademais, o Banco propõe que a assistência aos empreendedores individuais, mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores de financiamento de custeio, nas Linhas de Financiamento do Programa de FCO Rural, excetuados o Pronaf e a Linha de Financiamento para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agropecuária – Programa ABC (Modalidade 1 – Conservação da Natureza), e de aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoques para vendas, nas Linhas de Financiamento do Programa de FCO Empresarial para MPE, respeite o teto de 30% dos recursos previstos para o exercício, em cada UF.

4.6. Propõe manter vedada a assistência a médias e grandes empresas para o financiamento de aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoques para vendas, nas Linhas de Financiamento do Programa de FCO Empresarial para MGE, antes limitada a 5% dos recursos previstos para o exercício, bem como a assistência a médios e grandes produtores rurais para o financiamento de custeio, nas Linhas de Financiamento de Desenvolvimento Rural, de Financiamento à Agropecuária Irrigada, e de Financiamento de Desenvolvimento de Sistema de Integração Rural – Convir, antes limitada a 15% dos recursos previstos para o exercício.

4.7. Os recursos para o Pronaf – Reforma Agrária estão incluídos no orçamento do Programa de FCO Rural e serão aplicados de acordo com a demanda que efetivamente se verificar, até o percentual estabelecido no art. 7º da Lei n.º 9.126, de 10.11.1995, com a redação dada pela Lei n.º 12.249, de 11.06.2010.

4.8. Para o repasse de recursos a outras instituições, o Banco propõe que a estimativa seja de até 7% da previsão orçamentária do FCO para o exercício, assegurando-se a utilização desses recursos pelas instituições operadoras, respeitada a disponibilidade financeira do Fundo no exercício e o limite de crédito deferido pelo banco administrador a cada instituição operadora.

4.9. Buscando reforçar o estabelecido no inciso III do artigo 3º da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, acerca do tratamento preferencial a ser dado às atividades produtivas de tomadores de menor porte, propõe manter a condição pela qual "as instituições operadoras do repasse contratarão, no mínimo, 58,9% (30,0%/51,0%) junto a empreendedores individuais e mini, micro e pequenos tomadores (beneficiários com faturamento de até R$ 3,6 milhões), respeitando o limite de 41,2% (21,0%/51,0%) para contratações junto a pequeno-médios tomadores (beneficiários com faturamento acima de R$ 3,6 milhões até R$ 16 milhões)".

4.10. Por fim, em cumprimento ao disposto nos incisos VI e VII do art. 5º da Portaria MI n.º 201, o Banco propõe incluir, na Programação, as estimativas de aplicações dos recursos do FCO, no exercício de 2016, para o financiamento de projetos de (a) ciência, tecnologia e inovação, (b) agropecuária irrigada e (c) conservação e proteção do meio ambiente, recuperação de áreas degradadas ou alteradas, recuperação de vegetação nativa e desenvolvimento de atividades sustentáveis, a saber:

Quadro 4: Recursos Previstos para o financiamento de projetos de ciência, tecnologia e inovação, agropecuária irrigada e conservação e proteção do meio ambiente (R$ milhões)

Linha de Financiamento	Valor	% dos Recursos Previstos
Linhas de Financiamento de Ciência, Tecnologia e Inovação para MPE e para MGE	77,6	1,5
Linha de Financiamento à Agropecuária Irrigada	103,5	2,0
Linha de Financiamento para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agropecuária (Programa ABC) - Modalidades 1 (Conservação da Natureza) e 2 (Integração Lavoura-Pecuária-Floresta - ILPF)	258,8	5,0

4.11. Considerando que essas estimativas podem sofrer alterações até o fim do exercício de 2015, sugerimos recomendar ao Banco do Brasil S.A. a revisão do Quadro "Recursos Previstos por UF, Programa/Linha, Setor e Porte", considerando os números que forem apurados em 31.12.2015.

5. Recursos Previstos para 2016 por Espaço Prioritário

5.1. Em conformidade com os arts. 3° e 5º, inciso IV, alínea "c", item 5, da Portaria MI n.º 201, de 28.08.2015, publicada no DOU de 31.08.2015, a proposta contém, também, estimativas de aplicações por espaço prioritário da PNDR, a saber:

Quadro 5: Recursos Previstos por Espaço Prioritário da PNDR (R$ milhões)

Espaço Prioritário	Valor	% dos Recursos Previstos
Faixa de Fronteira	1.004,2	19,4
Mesorregião de Águas Emendadas	440,0	8,5
Municípios integrantes das microrregiões classificadas pela tipologia da PNDR como de renda estagnada ou dinâmica	2.950,4	57,0
Municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), exceto os localizados no Estado de Minas Gerais, que não são beneficiários do FCO	150,1	2,9

5.2. Considerando que essas estimativas podem sofrer alterações até o fim do exercício de 2015, sugerimos recomendar ao Banco do Brasil S.A. a revisão do Quadro "Recursos Previstos por Espaço Prioritário da PNDR", considerando os números que forem apurados em 31.12.2015.

6. Programas de Financiamento

6.1. Para o exercício de 2016, o Banco propõe a manutenção dos Programas de Financiamento constantes das Programações dos exercícios anteriores:

- Programa de FCO Empresarial de Apoio aos Empreendedores Individuais (EI) e às Micro, Pequenas e Pequeno-Médias Empresas (MPE);
- Programa de FCO Empresarial para Médias e Grandes Empresas (MGE);
- Programa de FCO Rural;
- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf);
- Programa de FCO Empresarial para Repasse; e
- Programa de FCO Rural para Repasse.

6.2. De um modo geral, os Programas de Financiamento guardam consonância com as diretrizes, orientações gerais e prioridades estabelecidas para o apoio às atividades produtivas da Região Centro-Oeste, bem como estabelecem, de forma clara e precisa, todas as condições a que se subordinarão as operações a serem realizadas, tais como: beneficiários; itens e atividades financiáveis; itens e atividades não financiáveis; limites financiáveis; assistência máxima ou teto permitido por cliente, grupo empresarial ou

grupo agropecuário; prazos das operações; encargos financeiros e concessão de bônus de adimplência; forma de apresentação das propostas etc.

7. ALTERAÇÕES PROPOSTAS

7.1. A Proposta mantém basicamente a mesma estrutura e o mesmo conteúdo da Programação de 2015, bem como incorpora as alterações ora propostas pelo Banco do Brasil S.A.

7.2. Como alterações mais significativas propostas pelo Banco, resultantes principalmente das contribuições dos Conselhos de Desenvolvimento dos Estados e do Distrito Federal (CDE), destacamos as seguintes:

a) alterar a Nota (4) do Quadro do Subtítulo "Recursos Previstos por UF e Setor" do Título II – Programação Orçamentária, de modo a estabelecer que as instituições financeiras que atuam com recursos do FCO aplicarão nos municípios do Nordeste e do Oeste Goiano, no mínimo, 10% dos recursos previstos no exercício para o Estado de Goiás;

b) alterar a Nota (3) do Quadro do Subtítulo "Recursos Previstos por UF, Programa/Linha, Setor e Porte" do Título II – Programação Orçamentária, de modo a estabelecer que a assistência aos tomadores de menor porte de financiamento de custeio, aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoques para vendas deve respeitar o teto de 30% dos recursos previstos para o exercício, em cada Unidade Federativa, e não mais o limite de 3 vezes o montante contratado de investimentos com esse segmento;

c) alterar a Nota (6) do Quadro do Subtítulo "Recursos Previstos por UF, Programa/Linha, Setor e Porte" do Título II – Programação Orçamentária, de modo a estabelecer que a estimativa de repasse de recursos pelo banco administrador a outras instituições será de até 7% da previsão orçamentária do FCO para o exercício, assegurando-se a utilização desses recursos pelas instituições operadoras, respeitada a disponibilidade financeira do Fundo no exercício e o limite de crédito deferido pelo banco administrador a cada instituição operadora;

d) alterar os itens 1, 2, 4 e 6 do inciso II da alínea "d" do subitem 2.1. Itens não financiáveis do item 2. Restrições do Título III – Condições Gerais de Financiamento, para estabelecer o seguinte: "para enquadramento do financiamento de bem(ns) usado(s), dentro do período de até 4 anos, considere o ano de fabricação do(s) bem(ns) e exclua o ano de apresentação da proposta de financiamento ao Agente Operador"; e "para o cálculo do limite de valor estabelecido, observe o somatório do saldo devedor total de operações de aquisição de veículos existente em nome do mutuário";

e) alterar o inciso IV da alínea "d" do subitem 2.1. Itens não financiáveis do item 2. Restrições do Título III – Condições Gerais de Financiamento, de modo a permitir o financiamento de matrizes ou reprodutores tão-somente se melhorados

geneticamente, mediante apresentação de certificados emitidos pelas associações de criadores das respectivas raças;

f) alterar a alínea "i" do subitem 2.1. Itens não financiáveis do item 2. Restrições do Título III – Condições Gerais de Financiamento, para permitir o financiamento de animais de serviços para pequeno-médios, médios e grandes produtores rurais enquadrados em Programas e Projetos Oficiais de controle sanitário, não apenas no caso de equídeos contaminados pela Anemia Infecciosa Equina – AIE, mas também pelo Mormo, em substituição aos animais abatidos e/ou sacrificados;

g) alterar a alínea "j" do subitem 2.1. Itens não financiáveis do item 2. Restrições do Título III – Condições Gerais de Financiamento, incluindo a observação V, de modo a permitir o financiamento de "infraestruturas e imóveis para a implantação de Condomínios Empresariais Tecnológicos[1] e Parques Tecnológicos[2] apoiados por programas do Governo do Estado, ainda que contemplem espaços destinados à comercialização ou locação, exclusivamente para micro, pequenas e pequeno-médias empresas, limitando-se esses financiamentos a até 5% dos recursos previstos para o FCO Empresarial em cada UF. Caberá aos Conselhos de Desenvolvimento dos Estados e do Distrito Federal – CDE identificar e comunicar aos agentes financeiros os condomínios empresariais tecnológicos e os parques tecnológicos, apoiados por programas estaduais, que poderão ser assistidos com recursos do FCO";

h) alterar a alínea "h" do subitem 2.2. Atividades não financiáveis do item 2. Restrições do Título III – Condições Gerais de Financiamento, de modo a permitir o financiamento de atividades ou empresas ligadas a comercialização de bebidas alcóolicas em se tratando de empresa cuja atividade principal seja industrialização/fabricação;

i) incluir uma alínea "e" no item 8. Condições Especiais do Título III – Condições Gerais de Financiamento para vedar "a transferência do empreendimento beneficiado com o crédito e dos bens móveis financiados para outro município não pertencente à Região Centro-Oeste, durante a vigência do financiamento. Caso o mutuário tenha essa necessidade, deverá formalizar pedido justificado ao Agente Operador que analisará o pleito, podendo ser exigida a liquidação antecipada da operação de crédito a critério do Agente Operador";

j) excluir a observação I da alínea "c" do item 3. Limite Financiável e incluir um item 4. Liberação de Recursos, de modo a estabelecer as normas e os procedimentos para liberação de recursos ao setor empresarial, por meio do Cartão FCO Empresarial, de pagamento direto ao fornecedor ou de apresentação pelo beneficiário de nota fiscal de compra;

k) alterar o inciso I da alínea "b" do item 5. Prazo do Capítulo 1 – Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural e do Capítulo 3 – Linha de Financiamento de Desenvolvimento de Sistema de Integração Rural – Convir, de modo a substituir a palavra "maquinaria" por "colheitadeiras, tratores e outros equipamentos motorizados e autopropelidos", de modo a especificar os

[1] Empreendimentos com foco em indústrias e prestadoras de serviços de valor agregado (mesmo que tradicionais), que possuem ativos voltados à promoção da inovação, com foco em negócios.

[2] Empreendimentos que objetivam atrair, criar, incentivar e manter empresas de base tecnológica e instituições de ensino, pesquisa e desenvolvimento, como meio para a concretização de projetos de pesquisa e inovação tecnológica.

investimentos semifixos enquadráveis no prazo de "até 10 anos, incluído o período de carência de até 3 anos, observada a vida útil do bem financiado", e, com isso, evitar interpretações divergentes; e

l) alterar o inciso IV da alínea "b" do item 5. Prazo do Capítulo 1 – Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural e o inciso III da alínea "b" do item 5. Prazo do Capítulo 3 – Linha de Financiamento de Desenvolvimento de Sistema de Integração Rural – Convir, de modo a substituir a palavra "demais" por "aquisição de matrizes e reprodutores bovinos, equipamentos e implementos agrícolas, caminhões e demais itens não especificados acima", de modo a especificar os investimentos semifixos enquadráveis no prazo de "até 6 anos, incluído o período de carência de até 2 anos", e, com isso, evitar interpretações divergentes.

7.3. Cabe mencionar que as contribuições dos CDE foram acolhidas em reuniões realizadas pelo Banco do Brasil S.A., em articulação com a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), com a participação de representantes dos Governos Estaduais e do Distrito Federal, das classes produtoras e trabalhadoras de cada UF e das instituições financeiras operadoras do repasse, em cumprimento ao inciso X do art. 5º da Portaria n.º 201, bem como as contribuições oferecidas pelas instituições financeiras operadoras do Fundo:

Quadro 6: Calendário de Encontros nas UF do Centro-Oeste

Data	Dia	Horário	UF
23.07.2015	Quinta-Feira	09h30 às 12h30	MT
05.08.2015	Quarta-Feira	09h30 às 12h30	MS
12.08.2015	Quarta-Feira	14h30 às 18h00	GO
19.08.2015	Quarta-Feira	10h00 às 12h30	DF

Fonte: Ofício Diretoria de Governo/Genef/Dinef II – 2015/001.304, de 08.07.2015.

7.4. Para a elaboração da proposta, foram consideradas também as discussões ocorridas em reunião com a participação de representantes da Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais do Ministério da Integração Nacional, da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) e das áreas comercial (gestora do FCO Empresarial), de agronegócios (gestora do FCO Rural) e de governo (gestora do passivo) do Banco do Brasil S.A. no dia 24.09.2015.

7.5. No Anexo I a este Parecer-Conjunto, estão registradas todas as alterações propostas, acompanhadas das justificativas do Banco do Brasil S.A. e das considerações da Secretaria-Executiva do Condel/Sudeco.

8. CONCLUSÕES

8.1. Ao elaborar a Proposta de Programação do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) para o exercício de 2016, o Banco do Brasil S.A., de um modo geral, observou as diretrizes definidas no art. 3° da Lei n.° 7.827, de 27.09.1989; as diretrizes e orientações gerais estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional, por meio da Portaria n.° 201, de 28.08.2015, publicada no DOU de 31.08.2015; as diretrizes e prioridades estabelecidas pelo Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco), por meio da Resolução Condel/Sudeco n.° 37, de 27.10.2015, publicada no DOU de 28.10.2015; bem como contemplou a maioria das contribuições dos Conselhos de Desenvolvimento dos Estados e do Distrito Federal – CDE.

8.2. A análise da Proposta indica que as alterações sugeridas promovem a simplificação e o aperfeiçoamento das normas atualmente em vigor, conforme considerações registradas no Anexo a este Parecer-Conjunto, e são complementadas por alterações sugeridas por esta Secretaria-Executiva.

9. RECOMENDAÇÕES

9.1. À vista do exposto e para cumprimento do previsto no art. 14, inciso II, da Lei n.° 7.827, de 27.09.1989, sugerimos encaminhar a Proposta de Programação do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) para o exercício de 2016 ao Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco), **com parecer favorável à sua aprovação**, com as alterações a seguir:

a) revisar as estimativas constantes dos Quadros "Recursos Previstos para 2016", "Recursos Previstos por UF e Setor", "Recursos Previstos por UF, Programa/Linha, Setor e Porte" e "Recursos Previstos por Espaço Prioritário da PNDR" do Título II – Programação Orçamentária da Programação do FCO para 2016, atualizando-os com base nos números que forem apurados em 31.12.2015;

b) revisar os encargos financeiros e o bônus de adimplência para as operações não rurais a serem contratadas a partir de 01.01.2016, tão logo sejam divulgados pelo CMN/Bacen, disponibilizando a nova versão da Programação do FCO para 2016 aos demais administradores do Fundo e também na página do Banco na Internet; e

c) efetuar os ajustes propostos pela Secretaria-Executiva do Condel/Sudeco no Anexo deste Parecer.

9.2. O Banco do Brasil deverá encaminhar à Secretaria-Executiva do Condel/Sudeco, até 30.01.2016, impreterivelmente, nova versão da Programação, com a incorporação dos ajustes recomendados acima.

LUCIANA DE SOUSA BARROS
Coordenadora – CGFCO/DIPGF/Sudeco/MI

HÉLEN CÁSSIA NUNES E SILVA
Coordenadora-Geral de Gestão do FCO e de Promoção de Investimentos – CGFCO/DIPGF/Sudeco/MI

EVERALDO FERNANDES BENEVIDES
Diretor de Implementação de Programas e de Gestão de Fundos – DIPGF/Sudeco/MI

De acordo.

CLEBER ÁVILA
Superintendente – Sudeco/MI

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO)
Diretoria de Implementação de Programas e de Gestão de Fundos
Coordenação-Geral de Gestão do FCO e de Promoção de Investimentos

ANEXO AO
PARECER N.º 03/2015-CONDEL/SUDECO, DE 03.11.2015

PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2015 (TEXTO VIGENTE)	PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2016 (TEXTO PROPOSTO)	JUSTIFICATIVAS DO BB E CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA-EXECUTIVA DO CONDEL/SUDECO
ANEXO		
TÍTULO I – INTRODUÇÃO		
Apresentação [...] A Programação do FCO para 2015 foi elaborada pelo Banco do Brasil e aprovada pelo Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste – Condel/Sudeco, em consonância com as diretrizes estabelecidas no art. 3° da Lei n.° 7.827; as diretrizes e as orientações gerais estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional (Portaria MI n.º 298, de 14.08.2014, publicada no DOU de 18.08.2014); as diretrizes e as prioridades estabelecidas pelo Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste – Condel/Sudeco (Resolução Condel/Sudeco n.° 30, de 08.09.2014, publicada no DOU de 11.09.2014); a Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR; o Plano de Desenvolvimento do Centro-Oeste – PDCO; e as contribuições dos Conselhos de Desenvolvimento dos Estados e do Distrito Federal – CDE. Com a Programação para 2015, o BB renova o propósito de apoiar os investimentos dos setores produtivos e, assim, contribuir para o crescimento econômico e o desenvolvimento social da Região Centro-Oeste.	**Apresentação** [...] A Programação do FCO para 2016 foi elaborada pelo Banco do Brasil e aprovada pelo Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste – Condel/Sudeco, em consonância com as diretrizes estabelecidas no art. 3° da Lei n.° 7.827; as diretrizes e as orientações gerais estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional (Portaria MI n.º 201, de 28.08.2015, publicada no DOU de 31.08.2015); as diretrizes e as prioridades estabelecidas pelo Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste – Condel/Sudeco (Resolução Condel/Sudeco n.° 37, de 27.10.2015, publicada no DOU de 28.10.2015); a Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR; o Plano de Desenvolvimento do Centro-Oeste – PDCO; e as contribuições dos Conselhos de Desenvolvimento dos Estados e do Distrito Federal – CDE. Com a Programação para 2016, o BB renova o propósito de apoiar os investimentos dos setores produtivos e, assim, contribuir para o crescimento econômico e o desenvolvimento social da Região Centro-Oeste.	**Justificativas do BB:** atualização. **Parecer da Secretaria-Executiva do Condel/Sudeco:** favorável, uma vez que, em conformidade com os arts. 1° e 2°, incisos I e II, da Portaria MI n.º 201, de 28.08.2015, publicada no DOU de 31.08.2015, a Programação do FCO para 2016 deve atender às diretrizes estabelecidas no art. 3° da Lei n.° 7.827, as diretrizes e orientações gerais estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional e as diretrizes e prioridades estabelecidas pelo Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste – Condel/Sudeco, bem como manter sintonia com as orientações da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR, das políticas setoriais e macroeconômicas do Governo Federal, e do Plano de Desenvolvimento do Centro-Oeste – PDCO.
Prioridades Gerais, Setoriais e Espaciais Para efeito da aplicação dos recursos do FCO, serão consideradas prioritárias as atividades assim propostas pela Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – Sudeco, com base nas sugestões das Unidades Federativas, e aprovadas pelo Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste – Condel/Sudeco (Resolução Condel/Sudeco n.° 30, de 08.09.2014, publicada no DOU de 11.09.2014), conforme relacionadas a seguir: a) projetos de apoio à agricultura familiar, incluídos os beneficiários da Política de Reforma Agrária, aos mini, pequenos e pequeno-médios produtores rurais, aos	**Prioridades Gerais, Setoriais e Espaciais** Para efeito da aplicação dos recursos do FCO, serão consideradas prioritárias as atividades assim propostas pela Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – Sudeco, com base nas sugestões das Unidades Federativas, e aprovadas pelo Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste – Condel/Sudeco (Resolução Condel/Sudeco n.° 37, de 27.10.2015, publicada no DOU de 28.10.2015), conforme relacionadas a seguir: a) projetos de apoio a mini, pequenos e pequeno-médios tomadores, inclusive de apoio a empreendedores individuais e à agricultura familiar;	**Justificativas do BB:** atualização. **Parecer da Secretaria-Executiva do Condel/Sudeco:** favorável, por se tratar das diretrizes e prioridades estabelecidas pelo Condel/Sudeco por meio da Resolução Condel/Sudeco n.° 37, de 27.10.2015, publicada no DOU de 28.10.2015, para a formulação da proposta de programação e a aplicação dos recursos do FCO no exercício de 2016.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO)
Diretoria de Implementação de Programas e de Gestão de Fundos
Coordenação-Geral de Gestão do FCO e de Promoção de Investimentos

ANEXO AO
PARECER N.º 03/2015-CONDEL/SUDECO, DE 03.11.2015

PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2015 (TEXTO VIGENTE)	PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2016 (TEXTO PROPOSTO)	JUSTIFICATIVAS DO BB E CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA-EXECUTIVA DO CONDEL/SUDECO
empreendedores individuais e às micro, pequenas e pequeno-médias empresas, suas cooperativas e associações;		
b) projetos com alto grau de geração de emprego e renda e/ou da economia solidária e/ou que possibilitem a estruturação e o fortalecimento de cadeias produtivas, contribuindo para a dinamização dos mercados local e regional e a redução das desigualdades intra e inter-regionais;	b) projetos com alto grau de geração de emprego e renda e/ou da economia solidária e/ou que possibilitem a estruturação e o fortalecimento de cadeias produtivas, de alianças mercadológicas e de arranjos produtivos locais, contribuindo para a dinamização dos mercados local e regional e a redução das desigualdades intra e inter-regionais;	
c) projetos voltados para a preservação e a recuperação do meio ambiente, em especial, para reflorestamento/recomposição de matas ciliares e recuperação de áreas degradadas;	c) projetos voltados para a conservação e a proteção do meio ambiente, a recuperação de áreas degradadas/alteradas, de reserva legal, de matas ciliares e/ou de preservação permanente, a recuperação de vegetação nativa e o desenvolvimento de atividades sustentáveis, bem como projetos de integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF);	
d) projetos que utilizem tecnologias inovadoras e/ou contribuam para a geração e difusão de novas tecnologias nos setores empresarial e agropecuário, inclusive projetos agropecuários de produção integrada;	d) projetos que utilizem tecnologias inovadoras e/ou contribuam para a geração e difusão de novas tecnologias nos setores empresarial e agropecuário, inclusive projetos agropecuários de produção integrada e projetos que viabilizem a introdução de inovações tecnológicas nos sistemas produtivos, contemplando o apoio ao desenvolvimento tecnológico, implantação de infraestrutura de pesquisa e desenvolvimento, aquisição de equipamentos, aquisição de licenças de uso de tecnologias e processos, assim como o suporte às atividades de proteção do conhecimento (registro de marcas e patentes);	
e) projetos do setor de turismo, especialmente para implantação, expansão e modernização de empreendimentos em pólos turísticos;	e) projetos do setor de turismo, especialmente para implantação, expansão e modernização de empreendimentos em pólos turísticos;	
f) projetos da indústria de alimentos;	f) projetos da indústria, prioritariamente: ▪ as atividades industriais voltadas para o adensamento, a complementaridade e a consolidação da cadeia produtiva da indústria de alimentos e bebidas, vestuário, mobiliário, metal-mecânico, editorial e gráfico, fármacos e químico, construção civil e tecnologia da informação e das áreas de desenvolvimento econômico; e ▪ as atividades industriais consideradas estratégicas	

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO)
Diretoria de Implementação de Programas e de Gestão de Fundos
Coordenação-Geral de Gestão do FCO e de Promoção de Investimentos

ANEXO AO
PARECER N.º 03/2015-CONDEL/SUDECO, DE 03.11.2015

PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2015 (TEXTO VIGENTE)	PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2016 (TEXTO PROPOSTO)	JUSTIFICATIVAS DO BB E CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA-EXECUTIVA DO CONDEL/SUDECO
	para a consolidação de parques industriais.	
g) projetos dos setores comercial e de serviços, prioritariamente: ▪ as atividades comerciais e de serviços voltadas para o adensamento, a complementaridade e a consolidação da cadeia agroalimentar e dos pólos agroindustriais; ▪ a distribuição de insumos e bens de capital essenciais ao desenvolvimento agroindustrial (corretivos, fertilizantes, máquinas, equipamentos agrícolas, rações etc.); ▪ a instalação, ampliação e modernização de empreendimentos médicos/hospitalares; ▪ a instalação, ampliação e modernização de estabelecimentos de ensino e de prática de esportes; e ▪ o atendimento a empreendimentos comerciais e de serviços deficientes tecnologicamente e que necessitem de modernização.	g) projetos dos setores comercial e de serviços, prioritariamente: ▪ as atividades comerciais e de serviços voltadas para o adensamento, a complementaridade e a consolidação da cadeia agroalimentar e dos pólos agroindustriais e industriais; ▪ a distribuição de insumos e bens de capital essenciais ao desenvolvimento agroindustrial (corretivos, fertilizantes, máquinas, equipamentos agrícolas, rações etc.); ▪ a instalação, ampliação e modernização de empreendimentos médicos/hospitalares; ▪ a instalação, ampliação e modernização de estabelecimentos de ensino, de aperfeiçoamento profissional e de prática de esportes; e ▪ o atendimento a empreendimentos comerciais e de serviços defasados tecnologicamente e que necessitem de modernização.	
	h) projetos de apoio a empreendimentos não-governamentais de infraestrutura em abastecimento de água;	
h) projetos que contribuam para o desenvolvimento da agropecuária irrigada;	i) projetos que contribuam para o desenvolvimento da agropecuária irrigada e para o armazenamento e a distribuição de água, bem como projetos de apoio ao desenvolvimento da pesca e da aquicultura;	
	j) projetos que apoiem a criação de novos centros, atividades e pólos dinâmicos, notadamente em áreas interioranas, que estimulem a redução das disparidades intra e inter-regionais de renda;	
i) projetos que contribuam para a redução das desigualdades regionais, nos seguintes espaços, considerados prioritários segundo a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR): ▪ municípios da Faixa de Fronteira; ▪ municípios da Mesorregião de Águas Emendadas; ▪ municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), exceto os municípios localizados no Estado de Minas Gerais, que não são beneficiários	k) projetos que contribuam para a redução das desigualdades regionais nos seguintes espaços, considerados prioritários segundo a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR): ▪ municípios da Faixa de Fronteira; ▪ municípios da Mesorregião de Águas Emendadas; ▪ municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), exceto os municípios localizados no Estado de Minas Gerais, que não são beneficiários	

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO)
Diretoria de Implementação de Programas e de Gestão de Fundos
Coordenação-Geral de Gestão do FCO e de Promoção de Investimentos

ANEXO AO
PARECER N.º 03/2015-CONDEL/SUDECO, DE 03.11.2015

PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2015 (TEXTO VIGENTE)	PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2016 (TEXTO PROPOSTO)	JUSTIFICATIVAS DO BB E CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA-EXECUTIVA DO CONDEL/SUDECO
do FCO; e ▪ municípios integrantes das microrregiões classificadas pela Tipologia da PNDR como de renda estagnada ou dinâmica, a exemplo dos municípios do Nordeste Goiano. [...]	do FCO; e ▪ municípios integrantes das microrregiões classificadas pela Tipologia da PNDR como de renda estagnada ou dinâmica, a exemplo dos municípios do Nordeste e do Oeste Goiano. l) projetos que utilizem fontes alternativas de energia, contribuindo para a diversificação da base energética, observada a vedação de que trata o inciso I do art. 6º da Portaria MI n.º 201, de 28.08.2015, publicada no DOU de 31.08.2015, Seção 1, pp. 82-83. [...]	

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO)
Diretoria de Implementação de Programas e de Gestão de Fundos
Coordenação-Geral de Gestão do FCO e de Promoção de Investimentos

ANEXO AO
PARECER N.º 03/2015-CONDEL/SUDECO, DE 03.11.2015

PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2015 (TEXTO VIGENTE)	PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2016 (TEXTO PROPOSTO)	JUSTIFICATIVAS DO BB E CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA-EXECUTIVA DO CONDEL/SUDECO
TÍTULO II – PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
Origem dos Recursos De acordo com o disposto no art. 6° da Lei n.° 7.827, de 27.09.1989, as principais fontes de recursos do FCO correspondem aos repasses do Tesouro Nacional, provenientes da arrecadação do IR e do IPI, aos retornos e resultados das suas aplicações e ao resultado da remuneração dos recursos momentaneamente não aplicados.	**Origem dos Recursos** De acordo com o disposto no art. 6° da Lei n.° 7.827, de 27.09.1989, as principais fontes de recursos do FCO correspondem aos repasses do Tesouro Nacional, provenientes da arrecadação do IR e do IPI, aos retornos e resultados das suas aplicações e ao resultado da remuneração dos recursos momentaneamente não aplicados.	
Para a execução orçamentária do exercício está previsto o montante de R$ 6.027,3 milhões, com origem nas fontes a seguir discriminadas: **Recursos previstos para 2015 (R$ milhões)** **Origem de Recursos** / **Valor** Repasses do Tesouro Nacional [1] / 2.301,6 Retornos de Financiamentos / 3.868,8 Resultado Operacional [2] / 165,0 Disponibilidades ao final do Exercício Anterior [3] / 255,0 Recursos comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores [4] / (563,1) **Total** / **6.027,3**	Para a execução orçamentária do exercício está previsto o montante de R$ 5.176,2 milhões, com origem nas fontes a seguir discriminadas: **Recursos previstos para 2016 (R$ milhões)** **Origem de Recursos** / **Valor** Repasses do Tesouro Nacional [1] / 1.608,6 Retornos de Financiamentos / 3.485,0 Resultado Operacional [2] / 31,0 Disponibilidades ao final do Exercício Anterior [3] / 568,9 Recursos comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores [4] / (517,3) **Total** / **5.176,2**	**Justificativas do BB:** atualização conforme a programação orçamentária do FCO para 2016. **Parecer da Secretaria-Executiva do Condel/Sudeco:** favorável, uma vez que, em conformidade com o art. 5°, inciso III, da Portaria MI n.º 201, de 28.08.2015, publicada no DOU de 31.08.2015, a Programação do FCO para 2016 deve conter quadro demonstrativo do orçamento previsto para o exercício de 2016, estimando a totalidade dos ingressos e das saídas de recursos previstos para o ano.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO)
Diretoria de Implementação de Programas e de Gestão de Fundos
Coordenação-Geral de Gestão do FCO e de Promoção de Investimentos

ANEXO AO
PARECER N.º 03/2015-CONDEL/SUDECO, DE 03.11.2015

<table>
<tr><th>PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2015
(TEXTO VIGENTE)</th><th>PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2016
(TEXTO PROPOSTO)</th><th>JUSTIFICATIVAS DO BB E CONSIDERAÇÕES
DA SECRETARIA-EXECUTIVA DO CONDEL/SUDECO</th></tr>
<tr><td>Notas:
(1) O valor dos repasses do Tesouro Nacional corresponde à projeção da Secretaria do Tesouro Nacional.
(2) O resultado operacional refere-se à previsão de receitas e despesas do Fundo para o exercício.
(3) Corresponde ao somatório das disponibilidades existentes nos orçamentos das Unidades Federativas em 31.12.2014.
(4) Os recursos comprometidos referem-se às parcelas de operações contratadas em exercícios anteriores, ainda pendentes de liberação.</td><td>Notas:
(1) O valor dos repasses do Tesouro Nacional corresponde à projeção da Secretaria do Tesouro Nacional.
(2) O resultado operacional refere-se à previsão de receitas e despesas do Fundo para o exercício.
(3) Corresponde ao somatório das disponibilidades existentes nos orçamentos das Unidades Federativas em 31.12.2015.
(4) Os recursos comprometidos referem-se às parcelas de operações contratadas em exercícios anteriores, ainda pendentes de liberação.</td><td><u>Justificativas do BB:</u> atualização.

<u>Parecer da Secretaria-Executiva do Condel/Sudeco:</u> favorável.</td></tr>
<tr><td>Recursos Previstos por UF e Setor

O quadro abaixo apresenta as estimativas de aplicações dos recursos do FCO, no exercício de 2015, por UF e Setor:</td><td>Recursos Previstos por UF e Setor

O quadro abaixo apresenta as estimativas de aplicações dos recursos do FCO, no exercício de 2016, por UF e Setor:</td><td>Justificativas do BB: atualização.

<u>Parecer da Secretaria-Executiva do Condel/Sudeco:</u> favorável.</td></tr>
<tr><td>Recursos Previstos por UF e Setor (R$)

<table><tr><th>UF / Setor</th><th>DF</th><th>GO</th><th>MS</th><th>MT</th><th>Região</th></tr><tr><td>Empresarial</td><td>916.156.035,78</td><td>873.964.639,39</td><td>693.144.369,17</td><td>873.964.639,39</td><td>3.357.229.683,74</td></tr><tr><td>%</td><td>80,0%</td><td>50,0%</td><td>50,0%</td><td>50,0%</td><td>55,7%</td></tr><tr><td>Rural</td><td>229.039.008,94</td><td>873.964.639,39</td><td>693.144.369,17</td><td>873.964.639,39</td><td>2.670.112.656,91</td></tr><tr><td>%</td><td>20,0%</td><td>50,0%</td><td>50,0%</td><td>50,0%</td><td>44,3%</td></tr><tr><td>Total</td><td>1.145.195.044,72</td><td>1.747.929.278,79</td><td>1.386.288.738,35</td><td>1.747.929.278,79</td><td>6.027.342.340,65</td></tr><tr><td>%</td><td>100,0%</td><td>100,0%</td><td>100,0%</td><td>100,0%</td><td>100,0%</td></tr></table></td><td>Recursos Previstos por UF e Setor (R$)

<table><tr><th>UF / Setor</th><th>DF</th><th>GO</th><th>MS</th><th>MT</th><th>Região</th></tr><tr><td>Empresarial</td><td>736.784.233,76</td><td>750.550.749,31</td><td>595.264.387,28</td><td>750.550.749,31</td><td>2.883.150.119,72</td></tr><tr><td>%</td><td>80,0%</td><td>50,0%</td><td>50,0%</td><td>50,0%</td><td>55,7%</td></tr><tr><td>Rural</td><td>190.696.058,44</td><td>750.550.749,31</td><td>595.264.387,28</td><td>750.550.749,31</td><td>2.293.061.944,45</td></tr><tr><td>%</td><td>20,0%</td><td>50,0%</td><td>50,0%</td><td>50,0%</td><td>44,3%</td></tr><tr><td>Total</td><td>965.480.292,20</td><td>1.501.101.498,62</td><td>1.190.528.774,77</td><td>1.501.101.498,62</td><td>5.176.212.064,21</td></tr><tr><td>%</td><td>100,0%</td><td>100,0%</td><td>100,0%</td><td>100,0%</td><td>100,0%</td></tr></table></td><td>Justificativas do BB: para elaborar a proposta de previsão de aplicação dos recursos em consonância com as diretrizes e orientações gerais estabelecidas na Portaria MI n.º 201, de 28.08.2015, publicada no DOU de 31.08.2015, o cálculo da previsão inicial de aplicação de recursos por UF foi realizado observando-se os seguintes percentuais: I – Distrito Federal (incluindo os municípios do Estado de Goiás pertencentes à RIDE): dezenove por cento (19%); II – Goiás: vinte e nove por cento (29%); III – Mato Grosso: vinte e nove por cento (29%); e IV – Mato Grosso do Sul: vinte e três por cento (23%).

<u>Parecer da Secretaria-Executiva do Condel/Sudeco:</u> favorável, uma vez que o art. 5º, § 3º, da Portaria MI n.º 201, de 28.08.2015, publicada no DOU de 31.08.2015, estabelece a faculdade de a previsão inicial de aplicação dos recursos por UF observar os referidos percentuais.</td></tr>
<tr><td>Notas:
(1) As estimativas de aplicações dos recursos do FCO, no exercício de 2015, por UF e Setor, foram feitas considerando-se as diretrizes e as orientações gerais estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional no § 3º do art. 5º da Portaria MI n.º 298, de 14.08.2014, publicada no DOU de 18.08.2014.</td><td>Notas:
(1) As estimativas de aplicações dos recursos do FCO, no exercício de 2016, por UF e Setor, foram feitas considerando-se as diretrizes e as orientações gerais estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional no § 3º do art. 5º da Portaria MI n.º 201, de 28.08.2015, publicada no DOU de 31.08.2015.</td><td><u>Justificativas do BB:</u> atualização.

<u>Parecer da Secretaria-Executiva do Condel/Sudeco:</u> favorável.</td></tr>
</table>

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO)
Diretoria de Implementação de Programas e de Gestão de Fundos
Coordenação-Geral de Gestão do FCO e de Promoção de Investimentos

ANEXO AO
PARECER N.º 03/2015-CONDEL/SUDECO, DE 03.11.2015

PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2015 (TEXTO VIGENTE)	PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2016 (TEXTO PROPOSTO)	JUSTIFICATIVAS DO BB E CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA-EXECUTIVA DO CONDEL/SUDECO
Observações: I. a previsão de aplicação de recursos por UF deverá ser reprogramada até 31 de outubro de 2015, levando em consideração as contratações realizadas em cada UF até 30 de setembro de 2015, bem como as operações em fase final de contratação nesta data; II. os Governos Estaduais e do Distrito Federal, em articulação com os administradores do FCO, definidos na Lei n.° 7.827, de 27.09.1989, deverão envidar esforços para o cumprimento do percentual mínimo de aplicação por UF de 15% dos recursos previstos para o exercício. [...]	Observações: I. a previsão de aplicação de recursos por UF deverá ser reprogramada até 31 de outubro de 2015, levando em consideração as contratações realizadas em cada UF até 30 de setembro de 2015, bem como as operações em fase final de contratação nesta data; II. os Governos Estaduais e do Distrito Federal, em articulação com os administradores do FCO, definidos na Lei n.° 7.827, de 27.09.1989, deverão envidar esforços para o cumprimento do percentual mínimo de aplicação por UF de 15% dos recursos previstos para o exercício. [...]	
(4) As instituições financeiras que atuam com recursos do FCO aplicarão nos municípios do Nordeste Goiano, no mínimo, 10% dos recursos previstos no exercício para o Estado de Goiás. Observações: I. os recursos não aplicados serão remanejados até 31 de outubro de 2015, levando em consideração as contratações realizadas até 30 de setembro de 2015, para os demais municípios do Estado, de acordo com a demanda que efetivamente se verificar, dando-se ciência à Secretaria-Executiva do Condel/Sudeco; II. de acordo com o parágrafo único do art. 2° da Lei Complementar n.° 97, de 10.12.2012, que regulamenta o art. 144-A da Constituição do Estado de Goiás e dá outras providências, o Nordeste Goiano compreende os Municípios de Alto Paraíso de Goiás, Alvorada do Norte, Buritinópolis, Campos Belos, Cavalcante, Colinas do Sul, Damianópolis, Divinópolis de Goiás, Flores de Goiás, Guarani de Goiás, Iaciara, Mambaí, Monte Alegre de Goiás, Nova Roma, Posse, São Domingos, São João D'Aliança, Simolândia, Sítio D'Abadia e Teresina de Goiás.	(4) As instituições financeiras que atuam com recursos do FCO aplicarão nos municípios do Nordeste e do Oeste Goiano, no mínimo, 10% dos recursos previstos no exercício para o Estado de Goiás. Observações: I. os recursos não aplicados serão remanejados até 31 de outubro de 2016, levando em consideração as contratações realizadas até 30 de setembro de 2016, para os demais municípios do Estado, de acordo com a demanda que efetivamente se verificar, dando-se ciência à Secretaria-Executiva do Condel/Sudeco; II. de acordo com o parágrafo único do art. 2° da Lei Complementar n.° 97, de 10.12.2012, que regulamenta o art. 144-A da Constituição do Estado de Goiás e dá outras providências, o Nordeste Goiano compreende os Municípios de Alto Paraíso de Goiás, Alvorada do Norte, Buritinópolis, Campos Belos, Cavalcante, Colinas do Sul, Damianópolis, Divinópolis de Goiás, Flores de Goiás, Guarani de Goiás, Iaciara, Mambaí, Monte Alegre de Goiás, Nova Roma, Posse, São Domingos, São João D'Aliança, Simolândia, Sítio D'Abadia e Teresina de Goiás.	**Justificativas do Governo do Estado de GO:** trata-se de proposta apresentada pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Científico, Tecnológico e da Agricultura, Pecuária e Irrigação (SED), com as seguintes justificativas: *A Região de Planejamento Oeste Goiano, com 17,5% dos municípios goianos (43) e 15,5% da área territorial do estado (52.687km²), vem perdendo participação no PIB e População sucessivamente há mais de 40 anos. Em 1970, sua participação no PIB de Goiás era de 10,0% (dez por cento), mas em 2012 já havia reduzido para apenas 4,3%.* *A menor geração de riqueza em mais de 4 décadas fez também a população diminuir em relação ao estado. Em 1970, 13,6% da nossa população residia nessa região, enquanto em 2012 não passava de 5,5%.* *De 1999 a 2009, a região perdeu participação em todos os setores da economia (Agropecuário: -1,10%; Indústria: -1,30%; e Serviços: -11,6%; PIB: -5,80%). A verificação de período mais recente indica que a região continua crescendo menos do que a média do estado. De 2010 a 2012, continuou perdendo participação em todos os setores (Agropecuário: -10,50%; Indústria: - 1,78%; Serviços: -3,70%; e PIB -5,20%).*

PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2015 (TEXTO VIGENTE)	PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2016 (TEXTO PROPOSTO)	JUSTIFICATIVAS DO BB E CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA-EXECUTIVA DO CONDEL/SUDECO
	III. compõem o Oeste Goiano os municípios de Adelândia, Americano do Brasil, Amorinopolis, Aniculns, Aragarças, Arenópolis, Aurilândia, Avelinópolis, Baliza, Bom Jardim de Goiás, Britânia, Buriti de Goiás, Cachoeira de Goiás, Caiapônia, Campestre de Goiás, Córrego do Ouro, Diorama, Doverlândia, Fazenda Nova, Firminópolis, Iporá, Israelândia, Itapirapuã, Ivolândia, Jandaia, Jaupaci, Jussara, Moiporá, Montes Claros de Goiás, Mossâmedes, Nazário, Novo Brasil, Palestina de Goiás, Palmeiras de Goiás, Palminópolis, Parauna, Piranhas, Sanclerlândia, Santa Bárbara de Goiás, Santa Fé de Goiás, São João da Paraúna, São Luis de Montes Belos e Turvânia.	*Os indicadores não são casuais. A realidade sistêmica pode ser vista em recente trabalho do Instituto Mauro Borges, classificou 62,8% dos municípios da região Oeste com Índice de Desempenho Municipal – IDM Economia como Baixo ou Médio Baixo.* *E para concluir, a relação emprego população é menor do que a média do estado. Apenas 3,5% dos empregos formais estão na região Oeste que tem 5,5% da população estadual. Ou seja, a população oestina é, em grande parte, uma população à procura de emprego com tendência a deslocamento em direção a outras regiões, o que piora o quadro sócio-econômico, pois ocasiona maior perda populacional na faixa etária produtiva.* **Justificativas do BB:** favorável. **Parecer da Secretaria-Executiva do Condel/Sudeco:** favorável.
Recursos Previstos por UF, Programa/Linha, Setor e Porte O quadro abaixo apresenta as estimativas de aplicações dos recursos do FCO, no exercício de 2015, por UF, Programa/Linha, Setor e Porte: **Recursos Previstos por UF, Programa/Linha, Setor e Porte (RS)** [...]	**Recursos Previstos por UF, Programa/Linha, Setor e Porte** O quadro abaixo apresenta as estimativas de aplicações dos recursos do FCO, no exercício de 2016, por UF, Programa/Linha, Setor e Porte: **Recursos Previstos por UF, Programa/Linha, Setor e Porte (RS)** [...]	**Justificativas do BB:** atualização. **Parecer da Secretaria-Executiva do Condel/Sudeco:** favorável.
Notas:	Notas:	
(1) A previsão de aplicação para o exercício foi elaborada considerando-se as diretrizes e as orientações gerais estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional (Portaria MI n.º 298, de 14.08.2014, publicada no DOU de 18.08.2014), as diretrizes e as prioridades estabelecidas pelo Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste – Condel/Sudeco (Resolução Condel/Sudeco n.º 30, de 08.09.2014, publicada no DOU de 11.09.2014) e os percentuais de distribuição por setor/linha definidos por cada Unidade Federativa.	(1) A previsão de aplicação para o exercício foi elaborada considerando-se as diretrizes e as orientações gerais estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional (Portaria MI n.º 201, de 28.08.2015, publicada no DOU de 31.08.2015), as diretrizes e as prioridades estabelecidas pelo Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste – Condel/Sudeco (Resolução Condel/Sudeco n.º 37, de 27.10.2015, publicada no DOU de 28.10.2015) e os percentuais de distribuição por setor/linha definidos por cada Unidade Federativa.	**Justificativas do BB:** atualização. **Parecer da Secretaria-Executiva do Condel/Sudeco:** favorável.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO)
Diretoria de Implementação de Programas e de Gestão de Fundos
Coordenação-Geral de Gestão do FCO e de Promoção de Investimentos

ANEXO AO
PARECER N.º 03/2015-CONDEL/SUDECO, DE 03.11.2015

PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2015 (TEXTO VIGENTE)	PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2016 (TEXTO PROPOSTO)	JUSTIFICATIVAS DO BB E CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA-EXECUTIVA DO CONDEL/SUDECO
(2) A assistência aos setores comercial e de serviços fica limitada a 30% dos recursos previstos para o exercício, obedecidos os seguintes critérios: para cada UF, 25% de sua própria previsão orçamentária e, adicionalmente, para o DF, 5% dos recursos previstos para a Região. Observações: I. a assistência ao setor de serviços de saúde será de, no mínimo, 20% dos recursos previstos em cada Unidade Federativa para os setores comercial e de serviços. Os valores não aplicados até 30 de junho de 2015, descontadas as operações em fase de contratação nesta data, poderão ser destinados, no âmbito da Unidade Federativa, a todos os setores comerciais e de serviços; II. no Programa de FCO Empresarial para Repasse, a assistência aos setores comercial e de serviços fica limitada a 30% da estimativa de repasse de recursos a outras instituições para o exercício, de acordo com o saldo disponível no limite de crédito deferido pelo Banco do Brasil S.A. para cada instituição, bem como obedecidos os recursos previstos para cada UF.	(2) A assistência aos setores comercial e de serviços fica limitada a 30% dos recursos previstos para o exercício, obedecidos os seguintes critérios: para cada UF, 25% de sua própria previsão orçamentária e, adicionalmente, para o DF, 5% dos recursos previstos para a Região. Observações: I. a assistência ao setor de serviços de saúde será de, no mínimo, 20% dos recursos previstos em cada Unidade Federativa para os setores comercial e de serviços. Os valores não aplicados até 30 de junho de 2016, descontadas as operações em fase de contratação nesta data, poderão ser destinados, no âmbito da Unidade Federativa, a todos os setores comerciais e de serviços; II. no Programa de FCO Empresarial para Repasse, a assistência aos setores comercial e de serviços fica limitada a 30% da estimativa de repasse de recursos a outras instituições para o exercício, de acordo com o saldo disponível no limite de crédito deferido pelo Banco do Brasil S.A. para cada instituição, bem como obedecidos os recursos previstos para cada UF.	**Justificativas do BB:** atualização. **Parecer da Secretaria-Executiva do Condel/Sudeco:** favorável.
(3) A assistência aos empreendedores individuais e mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores de financiamento de custeio, nas Linhas de Financiamento do Programa de FCO Rural, excetuados a Linha de Financiamento para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agropecuária (Programa ABC), Modalidade 1 – Conservação da Natureza, e o Pronaf, e de aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoques para vendas, nas Linhas de Financiamento do Programa de FCO Empresarial para MPE, fica limitada, em cada Unidade Federativa, a três vezes o montante contratado de financiamentos de investimentos com esse segmento de empreendedores individuais e mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores, respeitado o teto de 30% dos recursos previstos para o exercício, em cada Unidade Federativa.	(3) A assistência aos empreendedores individuais e mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores de financiamento de custeio, nas Linhas de Financiamento do Programa de FCO Rural, excetuados a Linha de Financiamento para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agropecuária (Programa ABC), Modalidade 1 – Conservação da Natureza, e o Pronaf, e de aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoques para vendas, nas Linhas de Financiamento do Programa de FCO Empresarial para MPE, deve respeitar o teto de 30% dos recursos previstos para o exercício, em cada Unidade Federativa.	**Justificativas do BB (Digov):** na forma atual ocorre uma grande distorção entre o Teto e o Limite. Se observarmos os Cadernos de Informações Gerenciais do FCO de 2015, verificaremos que o Teto de contratação é de R$ 1.808 milhões (30% da previsão anual) e que o limite de contratação nos meses de janeiro, abril e julho é de R$ 5.919 milhões, R$ 2.120 milhões e R$ 4.495 milhões, respectivamente. A sugestão é que o Limite represente 25% do teto anual no 1º trimestre, com ampliação de 25% em cada trimestre, até atingir 100% no fim do exercício. O objetivo é evitar essa grande discrepância entre o Teto e o Limite, de forma que as contratações de custeio e capital de giro dissociado sejam escalonadas ao longo do exercício, o que poderá evitar uma concentração nos primeiros meses do ano e o

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO)
Diretoria de Implementação de Programas e de Gestão de Fundos
Coordenação-Geral de Gestão do FCO e de Promoção de Investimentos

ANEXO AO
PARECER N.º 03/2015-CONDEL/SUDECO, DE 03.11.2015

PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2015 (TEXTO VIGENTE)	PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2016 (TEXTO PROPOSTO)	JUSTIFICATIVAS DO BB E CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA-EXECUTIVA DO CONDEL/SUDECO
Observações: I. Para o primeiro trimestre do ano, será observado como limite de contratação o valor calculado com base na média mensal das contratações de investimento observadas no período de junho a novembro do ano anterior, multiplicada por três. II. A partir do segundo trimestre, será observado como limite de contratação três vezes o valor acumulado dos investimentos contratados no exercício. III. Os percentuais de distribuição entre os setores empresarial e rural, definidos pelos Conselhos de Desenvolvimento dos Estados – CDE, são os seguintes: [...] IV. As informações de que tratam as observações I e II serão inseridas mensalmente no Caderno de Informações Gerenciais. [...]	Observações: I. Para o período de janeiro a março, será observado como limite de contratação até 25% do teto anual; II. Para o período de janeiro a junho, será observado como limite de contratação até 50% do teto anual; III. Para o período de janeiro a setembro, será observado como limite de contratação até 75% do teto anual; IV. Para o período de janeiro a dezembro, será observado como limite de contratação até 100% do teto anual; V. Os percentuais de distribuição entre os setores empresarial e rural, definidos pelos Conselhos de Desenvolvimento dos Estados – CDE, são os seguintes: [...] VI. As informações de que tratam as observações I a IV serão inseridas mensalmente no Caderno de Informações Gerenciais. [...]	comprometimento das disponibilidades financeiras do Fundo. **Parecer da Secretaria-Executiva do Condel/Sudeco:** favorável.
[...] (6) A estimativa de repasse de recursos a outras instituições (art. 9° da Lei n.° 7.827, de 27.09.1989) é de 7% dos recursos previstos para o exercício, respeitado o saldo disponível no limite de crédito deferido pelo Banco do Brasil S.A. para cada uma delas.	[...] (6) A estimativa de repasse de recursos pelo banco administrador a outras instituições será de até 7% da previsão orçamentária do FCO para o exercício, assegurando-se a utilização desses recursos pelas instituições operadoras, respeitada a disponibilidade financeira do Fundo no exercício e o limite de crédito deferido pelo banco administrador a cada instituição operadora.	**Justificativas do BB (Digov)**: a alteração proposta visa esclarecer que 7% dos recursos da Previsão Anual serão assegurados às instituições operadoras, a fim de garantir a aplicação de recursos por parte daqueles agentes. **Parecer da Secretaria-Executiva do Condel/Sudeco:** favorável.
[...] (8) As estimativas de aplicações dos recursos do FCO, no exercício de 2015, para o financiamento de projetos de (a) ciência, tecnologia e inovação, (b) agropecuária irrigada e (c) conservação e proteção do meio ambiente, recuperação de áreas degradadas ou alteradas, recuperação de vegetação nativa e desenvolvimento de atividades sustentáveis, de	[...] (8) As estimativas de aplicações dos recursos do FCO, no exercício de 2016, para o financiamento de projetos de (a) ciência, tecnologia e inovação, (b) agropecuária irrigada e (c) conservação e proteção do meio ambiente, recuperação de áreas degradadas ou alteradas, recuperação de vegetação nativa e desenvolvimento de atividades sustentáveis, de	**Justificativas do BB:** trata-se de nota contendo as estimativas de aplicações dos recursos do FCO, no exercício de 2016, para o financiamento de projetos de (a) ciência, tecnologia e inovação, (b) agropecuária irrigada e (c) conservação e proteção do meio ambiente, recuperação de áreas degradadas ou alteradas, recuperação de vegetação nativa e desenvolvimento de atividades sustentáveis.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO)
Diretoria de Implementação de Programas e de Gestão de Fundos
Coordenação-Geral de Gestão do FCO e de Promoção de Investimentos

ANEXO AO
PARECER N.º 03/2015-CONDEL/SUDECO, DE 03.11.2015

<table>
<tr><th>PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2015
(TEXTO VIGENTE)</th><th>PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2016
(TEXTO PROPOSTO)</th><th>JUSTIFICATIVAS DO BB E CONSIDERAÇÕES
DA SECRETARIA-EXECUTIVA DO CONDEL/SUDECO</th></tr>
<tr><td>que tratam os incisos V e VI do art. 5º da Portaria MI n.º 298, de 14.08.2014, publicada no DOU de 18.08.2014, são as seguintes:
(R$ milhões)
<table><tr><th>Linha de Financiamento</th><th>Valor</th><th>% dos Recursos Previstos</th></tr><tr><td>Linhas de Financiamento de Ciência, Tecnologia e Inovação para MPE e para MGE</td><td>90,4</td><td>1,5</td></tr><tr><td>Linha de Financiamento à Agropecuária Irrigada</td><td>120,5</td><td>2,0</td></tr><tr><td>Linha de Financiamento para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agropecuária (Programa ABC) - Modalidades 1 (Conservação da Natureza) e 2 (Integração Lavoura-Pecuária-Floresta - ILPF)</td><td>301,4</td><td>5,0</td></tr></table></td><td>que tratam os incisos V e VI do art. 5º da Portaria MI n.º 201, de 28.08.2015, publicada no DOU de 31.08.2015, são as seguintes:
(R$ milhões)
<table><tr><th>Linha de Financiamento</th><th>Valor</th><th>% dos Recursos Previstos</th></tr><tr><td>Linhas de Financiamento de Ciência, Tecnologia e Inovação para MPE e para MGE</td><td>77,6</td><td>1,5</td></tr><tr><td>Linha de Financiamento à Agropecuária Irrigada</td><td>103,5</td><td>2,0</td></tr><tr><td>Linha de Financiamento para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agropecuária (Programa ABC) - Modalidades 1 (Conservação da Natureza) e 2 (Integração Lavoura-Pecuária-Floresta - ILPF)</td><td>258,8</td><td>5,0</td></tr></table></td><td><u>Parecer da Secretaria-Executiva do Condel/Sudeco:</u> favorável, uma vez que de acordo com os incisos V e VI do art. 5º da Portaria MI n.º 201, de 28.08.2015, publicada no DOU de 31.08.2015, a proposta deve:
▪ conter programa ou linha de financiamento específico para o atendimento à agropecuária irrigada e às operações de crédito de que tratam os incisos I e II, do § 3º do art. 1º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001 (I – financiamento de projetos para conservação e proteção do meio ambiente, recuperação de áreas degradadas ou alteradas, recuperação de vegetação nativa e desenvolvimento de atividades sustentáveis; e II – financiamento de projetos de ciência, tecnologia e inovação); e
▪ apresentar previsão de aplicação de recursos do Fundo para as linhas ou programas de financiamento acima relacionadas.

Cabe registrar que os valores/percentuais propostos consideraram o histórico de contratações observados nos últimos anos (2010, 2011, 2012, 2013, 2014 e 1º Sem. de 2015).</td></tr>
<tr><td>Recursos Previstos por Espaço Prioritário da PNDR

As estimativas de aplicações dos recursos do FCO, no exercício de 2015, por espaços considerados prioritários pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR, são as seguintes:

Recursos Previstos por Espaço Prioritário da PNDR (R$ milhões)
<table><tr><th>Espaço Prioritário</th><th>Valor</th><th>% dos Recursos Previstos</th></tr><tr><td>Faixa de Fronteira</td><td>1.169,3</td><td>19,4</td></tr><tr><td>Mesorregião de Águas Emendadas</td><td>512,3</td><td>8,5</td></tr><tr><td>Municípios integrantes das microrregiões classificadas pela tipologia da PNDR como de renda estagnada ou dinâmica</td><td>3.435,6</td><td>57,0</td></tr><tr><td>Municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), exceto os localizados no Estado de Minas Gerais, que não são beneficiários do FCO</td><td>174,8</td><td>2,9</td></tr></table></td><td>Recursos Previstos por Espaço Prioritário da PNDR

As estimativas de aplicações dos recursos do FCO, no exercício de 2016, por espaços considerados prioritários pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR, são as seguintes:

Recursos Previstos por Espaço Prioritário da PNDR (R$ milhões)
<table><tr><th>Espaço Prioritário</th><th>Valor</th><th>% dos Recursos Previstos</th></tr><tr><td>Faixa de Fronteira</td><td>1.004,2</td><td>19,4</td></tr><tr><td>Mesorregião de Águas Emendadas</td><td>440,0</td><td>8,5</td></tr><tr><td>Municípios integrantes das microrregiões classificadas pela tipologia da PNDR como de renda estagnada ou dinâmica</td><td>2.950,4</td><td>57,0</td></tr><tr><td>Municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), exceto os localizados no Estado de Minas Gerais, que não são beneficiários do FCO</td><td>150,1</td><td>2,9</td></tr></table></td><td><u>Justificativas do BB:</u> atualização.

<u>Parecer da Secretaria-Executiva do Condel/Sudeco:</u> favorável, uma vez que, em conformidade com o art. 5º, inciso III, alínea "c", item 5, da Portaria MI n.º 201, de 28.08.2015, publicada no DOU de 31.08.2015, a Programação do FCO para 2016 deve conter quadro demonstrativo do orçamento previsto para o exercício de 2016, com estimativas de aplicação por espaço prioritário da PNDR. Cabe registrar que os valores/percentuais propostos consideraram o histórico de contratações observados nos últimos anos (2010, 2011, 2012, 2013, 2014 e 1º Sem. de 2015).</td></tr>
</table>

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO)
Diretoria de Implementação de Programas e de Gestão de Fundos
Coordenação-Geral de Gestão do FCO e de Promoção de Investimentos

ANEXO AO
PARECER N.º 03/2015-CONDEL/SUDECO, DE 03.11.2015

PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2015 (TEXTO VIGENTE)	PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2016 (TEXTO PROPOSTO)	JUSTIFICATIVAS DO BB E CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA-EXECUTIVA DO CONDEL/SUDECO
TÍTULO III – CONDIÇÕES GERAIS DE FINANCIAMENTO		
[...] 2. RESTRIÇÕES: 2.1. ITENS NÃO FINANCIÁVEIS: não constitui objetivo do FCO financiar: [...] d) aquisição de: [...] II. veículos automotores, exceto: 1) na Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional – ônibus, *vans* e outros veículos adequados ao transporte turístico, novos e usados com até 4 anos, até o limite de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) por tomador; Obs.: as empresas beneficiárias devem estar habilitadas perante os órgãos de turismo e/ou de regulação do transporte.	[...] 2. RESTRIÇÕES: 2.1. ITENS NÃO FINANCIÁVEIS: não constitui objetivo do FCO financiar: [...] d) aquisição de: [...] II. veículos automotores, exceto: 1) na Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional – ônibus, *vans* e outros veículos adequados ao transporte turístico, novos e usados com até 4 anos, contados da data de fabricação do bem, até o limite de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) por tomador; Obs.: 1.1. as empresas beneficiárias devem estar habilitadas perante os órgãos de turismo e/ou de regulação do transporte; 1.2. para enquadramento do financiamento de bem(ns) usado(s), dentro do período de até 4 anos, deve-se considerar o ano de fabricação do(s) bem(ns) e excluir o ano de apresentação da	**Justificativas do BB (Disat):** Para aquisição de bem usado não há regra definindo o modo do cálculo do enquadramento dentro dos 4 anos, tampouco do limite para o segmento empresarial. É necessária a regulamentação das questões apontadas, a fim de evitar interpretação errônea quando da aplicação da norma geral. **Parecer da Secretaria-Executiva do Condel/Sudeco:** favorável.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO)
Diretoria de Implementação de Programas e de Gestão de Fundos
Coordenação-Geral de Gestão do FCO e de Promoção de Investimentos

ANEXO AO
PARECER N.º 03/2015-CONDEL/SUDECO, DE 03.11.2015

PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2015 (TEXTO VIGENTE)	PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2016 (TEXTO PROPOSTO)	JUSTIFICATIVAS DO BB E CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA-EXECUTIVA DO CONDEL/SUDECO
	proposta de financiamento ao Agente Operador; 1.3. para o cálculo do limite de valor estabelecido, deve-se observar o somatório do saldo devedor total de operações de aquisição de veículos existente em nome do mutuário.	
2) na Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional – veículos destinados à locação para fins turísticos, até o limite de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) por tomador; Obs.: as empresas beneficiárias devem estar habilitadas perante os órgãos de turismo.	2) na Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional – veículos destinados à locação para fins turísticos, até o limite de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) por tomador; Obs.: 2.1. as empresas beneficiárias devem estar habilitadas perante os órgãos de turismo. 2.2. para o cálculo do limite de valor estabelecido, deve-se observar o somatório do saldo devedor total de operações de aquisição de veículos existente em nome do mutuário.	**Justificativas do BB (Disat):** Para aquisição de veículo destinado à locação para fins turísticos não há regra definindo o modo do cálculo do limite. É necessária a regulamentação da questão apontada, a fim de evitar interpretação errônea quando da aplicação da norma geral. **Parecer da Secretaria-Executiva do Condel/Sudeco:** favorável.
3) nas Linhas de Financiamento de Desenvolvimento Industrial, de Infraestrutura Econômica e de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços – pás carregadeiras, empilhadeiras, máquinas de escavar, motoniveladoras, tratores, rolos compactadores e vibro acabadoras;	3) nas Linhas de Financiamento de Desenvolvimento Industrial, de Infraestrutura Econômica e de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços – pás carregadeiras, empilhadeiras, máquinas de escavar, motoniveladoras, tratores, rolos compactadores e vibro acabadoras;	
4) caminhões e furgões, novos e	4) caminhões e furgões, novos e	

PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2015 (TEXTO VIGENTE)	PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2016 (TEXTO PROPOSTO)	JUSTIFICATIVAS DO BB E CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA-EXECUTIVA DO CONDEL/SUDECO
usados com até 4 anos, inclusive frigoríficos, isotérmicos ou graneleiros, até o limite por tomador de R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) no setor Rural e de R$ 2.200.000,00 (dois milhões e duzentos mil reais) no setor Empresarial. Ficam vedados financiamentos a empresas transportadoras, exceto às de micro, pequeno, pequeno-médio e médio portes, cuja matriz esteja sediada no Estado alvo do financiamento. No setor rural, o apoio financeiro está limitado a, no máximo, 3 (três) caminhões por produtor rural, sendo que, uma vez atingido o referido limite, somente poderá ser contratada nova operação após a liquidação de outra anterior, de modo que não seja financiada a aquisição simultânea em quantidade superior à estabelecida;	usados com até 4 anos, contados da data de fabricação do bem, inclusive frigoríficos, isotérmicos ou graneleiros, até o limite por tomador de R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) no setor Rural e de R$ 2.200.000,00 (dois milhões e duzentos mil reais) no setor Empresarial. Ficam vedados financiamentos a empresas transportadoras, exceto às de micro, pequeno, pequeno-médio e médio portes, cuja matriz esteja sediada no Estado alvo do financiamento. No setor rural, o apoio financeiro está limitado a, no máximo, 3 (três) caminhões por produtor rural, sendo que, uma vez atingido o referido limite, somente poderá ser contratada nova operação após a liquidação de outra anterior, de modo que não seja financiada a aquisição simultânea em quantidade superior à estabelecida;	
	Obs.: 4.1. para enquadramento do financiamento de bem(ns) usado(s), dentro do período de até 4 anos, deve-se considerar o ano de fabricação do(s) bem(ns) e excluir o ano de apresentação da proposta de financiamento ao Agente Operador; 4.2. para o cálculo do limite de valor	**Justificativas do BB (Disat):** Para aquisição de bem usado não há regra definindo o modo do cálculo do enquadramento dentro dos 4 anos, tampouco do limite para o segmento empresarial. É necessária a regulamentação das questões apontadas, a fim de evitar interpretação errônea quando da aplicação da norma geral. **Parecer da Secretaria-Executiva do Condel/Sudeco:** favorável.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO)
Diretoria de Implementação de Programas e de Gestão de Fundos
Coordenação-Geral de Gestão do FCO e de Promoção de Investimentos

ANEXO AO
PARECER N.º 03/2015-CONDEL/SUDECO, DE 03.11.2015

PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2015 (TEXTO VIGENTE)	PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2016 (TEXTO PROPOSTO)	JUSTIFICATIVAS DO BB E CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA-EXECUTIVA DO CONDEL/SUDECO
	estabelecido, deve-se observar o somatório do saldo devedor total de operações de aquisição de veículos existente em nome do mutuário.	
5) nas Linhas de Financiamento do FCO Rural, máquinas agrícolas, implementos e equipamentos associados;	5) nas Linhas de Financiamento do FCO Rural, máquinas agrícolas, implementos e equipamentos associados;	
6) na Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços para MPE – ônibus, *vans* e outros veículos adequados ao transporte escolar, novos e usados com até 4 anos, até o limite de R$ 250 mil por tomador, podendo ser elevado a até R$ 500 mil no caso de veículos movidos a biocombustível ou outra fonte renovável. Obs.: as empresas beneficiárias devem estar habilitadas perante os órgãos de regulação do transporte.	6) na Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços para MPE – ônibus, *vans* e outros veículos adequados ao transporte escolar, novos e usados com até 4 anos, contados da data de fabricação do bem, até o limite de R$ 250 mil por tomador, podendo ser elevado a até R$ 500 mil no caso de veículos movidos a biocombustível ou outra fonte renovável. Obs.: 6.1. as empresas beneficiárias devem estar habilitadas perante os órgãos de regulação do transporte; 6.2. para enquadramento do financiamento de bem(ns) usado(s), dentro do período de até 4 anos, deve-se considerar o ano de fabricação do(s) bem(ns) e excluir o ano de apresentação da proposta de financiamento ao	**Justificativas do BB (Disat):** Para aquisição de bem usado não há regra definindo o modo do cálculo do enquadramento dentro dos 4 anos, tampouco do limite para o segmento empresarial. É necessária a regulamentação das questões apontadas, a fim de evitar interpretação errônea quando da aplicação da norma geral. **Parecer da Secretaria-Executiva do Condel/Sudeco:** favorável.

PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2015 (TEXTO VIGENTE)	PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2016 (TEXTO PROPOSTO)	JUSTIFICATIVAS DO BB E CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA-EXECUTIVA DO CONDEL/SUDECO
	Agente Operador; 6.3. para o cálculo do limite de valor estabelecido, deve-se observar o somatório do saldo devedor total de operações de aquisição de veículos existente em nome do mutuário.	
[...] IV. de bovinos, exceto quando se tratar: 1) de animais, machos e fêmeas, de padrão novilho precoce; 2) de matrizes ou reprodutores; [...]	[...] IV. de bovinos, exceto quando se tratar: 1) de animais, machos e fêmeas, de padrão novilho precoce; 2) de matrizes; 3) de reprodutores, comprovadamente, melhorados geneticamente; [...]	**Justificativas do Governo do Estado de GO:** trata-se de proposta apresentada pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Científico, Tecnológico e da Agricultura, Pecuária e Irrigação (SED), com as seguintes justificativas: *A aquisição de animais sem especificações e insatisfatórios geneticamente, além do desconhecimento dos procedimentos e processos corretos para a melhoria genética são entraves do pecuarista que busca melhorar geneticamente o seu rebanho. Assim, o financiamento deve contemplar somente animais comprovadamente superiores geneticamente. Para tanto, sugerimos a comprovação dos reprodutores pela exigência de certificados emitidos pelas associações de criadores das diversas raças.* **Justificativas do BB:** favorável, com ajustes. Concordamos com a alteração proposta. No entanto, para que o ajuste atinja plenamente seu objetivo, propomos que a exigência alcance também as matrizes financiadas. Além disso, de forma a evitar dúvidas quanto à aplicação da medida, sugerimos a seguinte redação para a parte a ser alterada: [...] IV. de bovinos, exceto quando se tratar: 1) de animais, machos e fêmeas, de padrão novilho precoce; 2) de matrizes ou reprodutores melhorados geneticamente, mediante apresentação de

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO)
Diretoria de Implementação de Programas e de Gestão de Fundos
Coordenação-Geral de Gestão do FCO e de Promoção de Investimentos

ANEXO AO
PARECER N.º 03/2015-CONDEL/SUDECO, DE 03.11.2015

PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2015 (TEXTO VIGENTE)	PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2016 (TEXTO PROPOSTO)	JUSTIFICATIVAS DO BB E CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA-EXECUTIVA DO CONDEL/SUDECO
		certificados emitidos pelas associações de criadores das respectivas raças; [...] **Parecer da Secretaria-Executiva do Condel/Sudeco:** favorável à redação proposta pelo BB, pelas justificativas expostas.
i) animais de serviços, exceto os financiamentos destinados a: I. mini e pequenos produtores rurais; II. pequeno-médios, médios e grandes produtores rurais enquadrados em Programas e Projetos Oficiais de controle sanitário, em especial no caso de equídeos contaminados pela Anemia Infecciosa Equina - AIE, em substituição aos animais abatidos e/ou sacrificados;	i) animais de serviços, exceto os financiamentos destinados a: I. mini e pequenos produtores rurais; II. pequeno-médios, médios e grandes produtores rurais enquadrados em Programas e Projetos Oficiais de controle sanitário, em especial no caso de equídeos contaminados pela Anemia Infecciosa Equina – AIE e Mormo, em substituição aos animais abatidos e/ou sacrificados;	**Justificativas do Governo do Estado de GO:** trata-se de proposta apresentada pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Científico, Tecnológico e da Agricultura, Pecuária e Irrigação (SED), com as seguintes justificativas: *Na programação atual estão contempladas somente as necessidades provenientes de abate sanitário de animais com anemia infecciosa equina. Entretanto, em 2015, vários casos de Mormo foram identificados no Estado, prejudicando o status sanitário de Goiás. Nesse sentido, sugere-se inserir como necessidade proveniente de abate sanitário, os animais infeccionados com Mormo.* **Justificativas do BB:** favorável. **Parecer da Secretaria-Executiva do Condel/Sudeco:** favorável.
j) imóveis destinados à comercialização ou locação; Obs.: admite-se o financiamento de: I. empresas voltadas às atividades de compra, venda, loteamento, incorporação, construção e administração de imóveis, exclusivamente, quando contemplar itens relativos ao funcionamento da empresa, tais como: sede própria, instalações, máquinas e equipamentos; II. construção de estacionamento rotativo, desde que referente a projeto de investimento isolado (ou seja, que não constitua parte de projeto de investimento	j) imóveis destinados à comercialização ou locação; Obs.: admite-se o financiamento de: I. empresas voltadas às atividades de compra, venda, loteamento, incorporação, construção e administração de imóveis, exclusivamente, quando contemplar itens relativos ao funcionamento da empresa, tais como: sede própria, instalações, máquinas e equipamentos; II. construção de estacionamento rotativo, desde que referente a projeto de investimento isolado (ou seja, que não constitua parte de projeto de investimento	**Justificativas do Governo do Estado de GO:** trata-se de proposta apresentada pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e de Agricultura, Pecuária e Irrigação (SED), com as seguintes justificativas: *O Estado de Goiás, por meio da Superintendência Executiva de Ciência e Tecnologia da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e de Agricultura, Pecuária e Irrigação, promove a execução de políticas públicas de fortalecimento da intensidade tecnológica das cadeias produtivas do Estado por meio da promoção de ambientes inovadores que visam à geração e atração de empreendimentos. Neste sentido, dois mecanismos se destacam: os Parques Tecnológicos e os*

PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2015 (TEXTO VIGENTE)	PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2016 (TEXTO PROPOSTO)	JUSTIFICATIVAS DO BB E CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA-EXECUTIVA DO CONDEL/SUDECO
para construção de edificação em conjunto com centros comerciais, shoppings centers, hotéis, apart hotéis, dentre outros empreendimentos comerciais); III. imóveis destinados à locação em centros de logística, compreendendo a construção ou reforma de condomínios de galpões modulares ou outras edificações que sejam voltadas a oferecer estruturas e serviços relacionados ao fluxo e armazenamento de matérias-primas, materiais semiacabados e produtos acabados, bem como de informações a eles relativas; e IV. terminais rodoviários, ainda que contemplem espaços destinados à comercialização ou locação, preferencialmente em municípios integrantes das microrregiões classificadas pela Tipologia da PNDR como de renda estagnada ou dinâmica.	para construção de edificação em conjunto com centros comerciais, shoppings centers, hotéis, apart hotéis, dentre outros empreendimentos comerciais); III. imóveis destinados à locação em centros de logística, compreendendo a construção ou reforma de condomínios de galpões modulares ou outras edificações que sejam voltadas a oferecer estruturas e serviços relacionados ao fluxo e armazenamento de matérias-primas, materiais semiacabados e produtos acabados, bem como de informações a eles relativas; IV. terminais rodoviários, ainda que contemplem espaços destinados à comercialização ou locação, preferencialmente em municípios integrantes das microrregiões classificadas pela Tipologia da PNDR como de renda estagnada ou dinâmica; e V. infraestruturas e imóveis para a implantação de Condomínios Empresariais Tecnológicos e Parques Tecnológicos apoiados por programas do Governo do Estado, ainda que contemplem espaços destinados à comercialização ou locação, até o limite de 5% da destinação dos recursos do FCO Empresarial, e até R$ 15 milhões por projeto a ser financiado.	*Condomínios Empresariais Tecnológicos.* *Para catalisar o processo de implantação de tais mecanismos, tornam-se necessários financiamentos voltados à infraestrutura e imóveis, que contemplem espaços destinados à comercialização ou locação, para a atração de empresas de alto valor agregado.* *Parques Tecnológicos e Condomínios Empresariais Tecnológicos visam oferecer espaços qualificados para a geração, consolidação e atração de empresas de alto valor agregado.* *Os Parques Tecnológicos recebem somente empresas inovadoras, que devem desenvolver pesquisa e desenvolvimento em sua unidade instalada no parque. Os parques tecnológicos aparecem como instrumentos de desenvolvimento regional na Lei de Inovação Nacional, Lei n.º 19.973. No Estado de Goiás, são tratados na Lei de Inovação Estadual, Lei n.º 16.922, e no Programa Goiano de Parques Tecnológicos – PGTec, instituído por meio do Decreto n.º 7.371.* *Já os Condomínios Empresariais Tecnológicos são espaços dotados de serviços tecnológicos (ensaios, testes, certificações) e entidade ofertante de educação profissional de nível técnico superior, elementos atrativos de empresas de alto valor agregado, mas que podem receber empreendimentos de quaisquer naturezas. Os condomínios são alternativas mais flexíveis na atração de empresas inovadoras, especialmente destinados a áreas que ainda não possuem todas as condições de instalação de Parques Tecnológicos.* *Quanto aos itens a serem financiados destacamos:* *Infraestrutura:* *1- Serviços iniciais para urbanização da área, tais como levantamento topográfico, terraplanagem e sondagem, dentre outros;* *2- Cercamento do empreendimento;*

PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2015 (TEXTO VIGENTE)	PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2016 (TEXTO PROPOSTO)	JUSTIFICATIVAS DO BB E CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA-EXECUTIVA DO CONDEL/SUDECO
		3- Pavimentação, incluindo meio fio; *4- Redes de água pluvial e de esgoto;* *5- Estação de tratamento de esgoto, quando não financiada pelo poder público;* *6- Rede de fibra ótica;* *7- Rede elétrica e iluminação, privilegiando ações que visem à implantação de redes eficientes e fontes de energia alternativa, tais como energia solar, tecnologia LED entre outros;* *8- Subestação de energia;* *9. Implantação de paisagismo e arborização.* *Imóveis:* *1- Financiamento da construção e reforma de imóveis, incluindo projetos básicos e executivos, para o proprietário da área de parques tecnológicos ou condomínios empresariais tecnológicos, ainda que para comercialização ou locação, tais como sede administrativa, centro empresarial, laboratórios, guarita, entre outros.* **Justificativas do BB:** favorável. **Parecer da Secretaria-Executiva do Condel/Sudeco:** A norma proposta é similar à contida na letra "d", tópicos I e III, do subitem 2.1. Itens Não Financiáveis do item 2. Restrições do Título III – Condições Gerais de Financiamento da Programação do FCO para 2015, que autoriza o financiamento de terrenos e de unidades já construídas ou em construção, excepcionalmente para localização ou relocalização de empreendimentos de micro e pequenas empresas. Cabe lembrar que o financiamento desses itens está suspenso até dezembro de 2015 pelo Banco Administrador

PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2015 (TEXTO VIGENTE)	PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2016 (TEXTO PROPOSTO)	JUSTIFICATIVAS DO BB E CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA-EXECUTIVA DO CONDEL/SUDECO
		dada a necessidade de readequação das normas internas e dos processos de condução e de contratação das propostas, além da revisão do sistema operacional, conforme noticiado por meio do Ofício Diretoria Soluções de Atacado – 2015/00003, de 29.12.2014. Por outro lado, não há dúvida de que a implantação, a ampliação e a modernização de parques tecnológicos e de condomínios empresariais tecnológicos podem contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Centro-Oeste. Os parques tecnológicos reúnem empresas, instituições de ensino, incubadoras de negócios, investidores, centros de pesquisa e laboratórios, criando um ambiente favorável à inovação tecnológica e, por conseguinte, gerando benefícios econômicos e sociais para o espaço territorial onde se localiza. Já os condomínios empresariais tecnológicos reúnem diversas empresas voltadas à promoção da inovação, gerando emprego e renda. Salvo melhor juízo, o financiamento dos bens e dos serviços necessários a esses empreendimentos é aderente às diretrizes, às orientações gerais e às prioridades do FCO, à Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR e ao Plano de Desenvolvimento do Centro-Oeste – PDCO, senão vejamos: ▪ apoio à criação de novos centros, atividades e polos dinâmicos (Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, art. 3º, inciso IX); ▪ definição de encargos financeiros reduzidos no caso de operações de crédito destinadas ao financiamento de projetos de ciência, tecnologia e inovação (inciso II do § 3º do art. 1º da Lei n.º 10.177, de 12.01.2001); ▪ criação de linha de financiamento específica para o atendimento às operações de crédito de que trata o inciso II do § 3º do art. 1º da Lei nº 10.177 (art. 5º, inciso V, da Portaria MI n.º 298, de 14.08.2014, que define as diretrizes e as orientações gerais para 2015); e ▪ priorização de projetos que utilizem tecnologias inovadoras e/ou contribuam para a geração e difusão de novas tecnologias nos setores empresarial e agropecuário, inclusive projetos agropecuários de produção integrada (Resolução Condel/Sudeco n.º 30, de 08.09.2014, que define as diretrizes

PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2015 (TEXTO VIGENTE)	PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2016 (TEXTO PROPOSTO)	JUSTIFICATIVAS DO BB E CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA-EXECUTIVA DO CONDEL/SUDECO
		e as prioridades para 2015). Quanto ao conteúdo da proposta, poder-se-ia, conforme proposto pelo Governo do Estado de Goiás, incluir um tópico V na observação da letra "j" do subitem 2.1. Itens Não Financiáveis do item 2. Restrições do Título III – Condições Gerais de Financiamento da Programação do FCO para 2015, de forma a admitir o financiamento de "infraestruturas e imóveis para a implantação de Condomínios Empresariais Tecnológicos e Parques Tecnológicos apoiados por programas do Governo do Estado, ainda que contemplem espaços destinados à comercialização ou locação". Poder-se-ia, nesse mesmo item, incluir os conceitos de condomínios empresariais tecnológicos e de parques tecnológicos, fornecidos pelo autor da proposta, para evitar que a abrangência dos termos gere dúvidas por ocasião da formulação, do acolhimento, do deferimento e da formalização de propostas. Ademais, poder-se-ia atribuir a responsabilidade por identificar e comunicar aos agentes financeiros os condomínios empresariais tecnológicos e os parques tecnológicos, apoiados por programas estaduais, que poderão ser assistidos com recursos do Fundo. Recomenda-se, ainda, restringir o financiamento de parques tecnológicos e de condomínios empresariais tecnológicos a micro, pequenas e pequeno-médias empresas, por se tratar do público prioritário do Fundo, de modo similar à norma da Programação que autoriza o financiamento de terrenos e de unidades já construídas ou em construção, para localização ou relocalização de empreendimentos de micro e pequenas empresas. Consequentemente, deixar-se-ia de definir o teto de R$ 15 milhões por projeto, conforme proposto pelo Governo do Estado, até porque a Programação já estabelece o teto de R$ 20 milhões por cliente ou grupo, de forma a atender a um universo maior de beneficiários e pulverizar as aplicações. Quanto à sugestão de limitar o financiamento de "infraestruturas e imóveis para a implantação de condomínios empresariais

PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2015 (TEXTO VIGENTE)	PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2016 (TEXTO PROPOSTO)	JUSTIFICATIVAS DO BB E CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA-EXECUTIVA DO CONDEL/SUDECO
		tecnológicos e parques tecnológicos a até 5% dos recursos previstos para o FCO Empresarial, poder-se-ia estabelecer que essa regra deverá ser observada em cada UF, individualmente. Sugere-se, ademais, não promover qualquer alteração no item 1. Finalidade das Linhas de Financiamento de Infraestrutura Econômica para MPE e para MGE, conforme proposto pelo Governo do Estado de Goiás, uma vez que o enquadramento das propostas nas linhas do Fundo (C,T&I, Comércio e Serviços, Infraestrutura, Indústria etc.) é assunto da competência decisória das instituições financeiras[3] e leva em consideração a atividade principal da empresa. Considerando as políticas que fortalecem e promovem a integração entre a ciência, os governos e a iniciativa privada, bem como as diretrizes, as orientações gerais e as prioridades do FCO, sugerimos submeter à consideração e deliberação do Condel/Sudeco, com o parecer da Secretaria-Executiva **favorável** à sua aprovação, a proposta formulada pelo Conselheiro Representante do Estado de Goiás, no sentido de alterar a Programação do FCO para 2016 de modo a autorizar o financiamento de "infraestruturas e imóveis para a implantação de Condomínios Empresariais Tecnológicos e Parques Tecnológicos apoiados por programas do Governo do Estado, ainda que contemplem espaços destinados à comercialização ou locação", nos termos a seguir: **Título III – Condições Gerais de Financiamento** [...] 2. RESTRIÇÕES: 2.1. ITENS NÃO FINANCIÁVEIS: não constitui objetivo do FCO financiar: [...]

[3] De acordo com o art. 15 da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, que criou o FCO, é competência da IF definir normas, procedimentos e condições operacionais próprias da atividade bancária, analisar as propostas, enquadrar as propostas e deferir créditos.

PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2015 (TEXTO VIGENTE)	PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2016 (TEXTO PROPOSTO)	JUSTIFICATIVAS DO BB E CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA-EXECUTIVA DO CONDEL/SUDECO
		j) imóveis destinados à comercialização ou locação; Obs.: admite-se o financiamento de: [...] V. infraestruturas e imóveis para a implantação de Condomínios Empresariais Tecnológicos[4] e Parques Tecnológicos[5] apoiados por programas do Governo do Estado, ainda que contemplem espaços destinados à comercialização ou locação, exclusivamente para micro, pequenas e pequeno-médias empresas, limitando-se esses financiamentos a até 5% dos recursos previstos para o FCO Empresarial em cada UF. Caberá aos Conselhos de Desenvolvimento dos Estados e do Distrito Federal – CDE identificar e comunicar aos agentes financeiros os condomínios empresariais tecnológicos e os parques tecnológicos, apoiados por programas estaduais, que poderão ser assistidos com recursos do FCO. **Manifestação da SFRI/MI**: favorável à redação proposta pela Secretaria-Executiva do Condel/Sudeco, conforme Ofício n.º 453/SFRI/MI, de 15.07.2015, e Nota Técnica n.º 62/CGPA/DPNA/SFRI-MI, de 15.07.2015.
[...] n) aquisição de máquinas, veículos, aeronaves, embarcações ou equipamentos, novos ou usados, importados ou que apresentem índices de nacionalização, em valor, inferior a 60% (sessenta por cento), para beneficiários com faturamento bruto anual superior a R$ 16.000.000,00 (dezesseis milhões de reais), exceto nos casos em que, alternativamente: I. não haja produção nacional da máquina, veículo, aeronave, embarcação ou equipamento;	[...] n) aquisição de máquinas, veículos, aeronaves, embarcações ou equipamentos, novos ou usados, importados ou que apresentem índices de nacionalização, em valor, inferior a 60% (sessenta por cento), para beneficiários com faturamento bruto anual superior a R$ 16.000.000,00 (dezesseis milhões de reais), exceto nos casos em que, alternativamente: I. não haja produção nacional da máquina, veículo, aeronave, embarcação ou equipamento;	**Justificativas da SFRI/MI:** os mencionados Decreto e Portaria estão com prazos vencidos e, portanto, em nosso entendimento, os regramentos não possuem mais validade. Não obtivemos junto ao MDIC alternativa similar para a comprovação do índice mínimo de nacionalização nesses casos (e-mail de 29.10.2015). **Parecer da Secretaria-Executiva do Condel/Sudeco:** favorável.

[4] Empreendimentos com foco em indústrias e prestadoras de serviços de valor agregado (mesmo que tradicionais), que possuem ativos voltados à promoção da inovação, com foco em negócios.
[5] Empreendimentos que objetivam atuar, criar, incentivar e manter empresas de base tecnológica e instituições de ensino, pesquisa e desenvolvimento, como meio para a concretização de projetos de pesquisa e inovação tecnológica.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO)
Diretoria de Implementação de Programas e de Gestão de Fundos
Coordenação-Geral de Gestão do FCO e de Promoção de Investimentos

ANEXO AO
PARECER N.º 03/2015-CONDEL/SUDECO, DE 03.11.2015

PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2015 (TEXTO VIGENTE)	PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2016 (TEXTO PROPOSTO)	JUSTIFICATIVAS DO BB E CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA-EXECUTIVA DO CONDEL/SUDECO
II. a máquina, veículo, aeronave, embarcação ou equipamento cumpra o Processo Produtivo Básico (PPB); ou III. a Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM) da máquina, veículo, aeronave, embarcação ou equipamento importado tiver alíquota 0% do Imposto de Importação. Obs.: 1) as máquinas, veículos, aeronaves, embarcações ou equipamentos passíveis de financiamento deverão constar, com índice de nacionalização, em valor, igual ou superior a 60%, do Credenciamento de Fabricantes Informatizado (CFI) ou do Catálogo de Produtos do Portal de Operações do Cartão BNDES, criados e mantidos pelo BNDES. Não poderão ser financiados as máquinas, os veículos, as aeronaves, as embarcações ou os equipamentos que constarem no Credenciamento de Fabricantes Informatizado (CFI) ou no Catálogo de Produtos do Portal de Operações do Cartão BNDES com a ressalva de que dependem de algum tipo de comprovação quanto ao índice de nacionalização ou com o registro de que podem ser financiados pelo BNDES mediante consulta àquela Instituição, exceto para beneficiários com faturamento bruto anual de até R$ 16.000.000,00 (dezesseis milhões de reais); 2) a comprovação de que não há	II. a máquina, veículo, aeronave, embarcação ou equipamento cumpra o Processo Produtivo Básico (PPB); ou III. a Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM) da máquina, veículo, aeronave, embarcação ou equipamento importado tiver alíquota 0% do Imposto de Importação. Obs.: 1) as máquinas, veículos, aeronaves, embarcações ou equipamentos passíveis de financiamento deverão constar, com índice de nacionalização, em valor, igual ou superior a 60%, do Credenciamento de Fabricantes Informatizado (CFI) ou do Catálogo de Produtos do Portal de Operações do Cartão BNDES, criados e mantidos pelo BNDES. Não poderão ser financiados as máquinas, os veículos, as aeronaves, as embarcações ou os equipamentos que constarem no Credenciamento de Fabricantes Informatizado (CFI) ou no Catálogo de Produtos do Portal de Operações do Cartão BNDES com a ressalva de que dependem de algum tipo de comprovação quanto ao índice de nacionalização ou com o registro de que podem ser financiados pelo BNDES mediante consulta àquela Instituição, exceto para beneficiários com faturamento bruto anual de até R$ 16.000.000,00 (dezesseis milhões de reais); 2) a comprovação de que não há	

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO)
Diretoria de Implementação de Programas e de Gestão de Fundos
Coordenação-Geral de Gestão do FCO e de Promoção de Investimentos

ANEXO AO
PARECER N.º 03/2015-CONDEL/SUDECO, DE 03.11.2015

PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2015 (TEXTO VIGENTE)	PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2016 (TEXTO PROPOSTO)	JUSTIFICATIVAS DO BB E CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA-EXECUTIVA DO CONDEL/SUDECO
produção nacional será feita por consulta à lista dos bens contemplados pelo regime de Ex-tarifário, divulgada por Resolução da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX); ou por anotação nas respectivas licenças de importação, realizada pelo Departamento de Comércio Exterior (DECEX); ou por consulta à entidade representativa dos fabricantes nacionais de bens afins ao bem importado;	produção nacional será feita por consulta à lista dos bens contemplados pelo regime de Ex-tarifário, divulgada por Resolução da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX); ou por anotação nas respectivas licenças de importação, realizada pelo Departamento de Comércio Exterior (DECEX); ou por consulta à entidade representativa dos fabricantes nacionais de bens afins ao bem importado;	
3) a comprovação do índice mínimo de nacionalização, mediante consulta ao CFI ou ao Catálogo de Produtos do Portal de Operações do Cartão BNDES, será dispensada quando se tratar de veículo fabricado no País por empresa habilitada a usufruir da redução do IPI, nos termos do art. 2º do Decreto n.º 7.567, de 15.09.2011, com a redação do Decreto n.º 7.604, de 10.11.2011, e da Portaria SDP/MDIC n.º 1, de 30.01.2012, com as alterações posteriores;		
4) para comprovação de que a máquina, veículo, aeronave, embarcação ou equipamento cumpre o Processo Produtivo Básico (PPB), deverá ser apresentado laudo técnico emitido pela Secretaria de Política de Informática do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (SEPIN/MCTI), Secretaria do Desenvolvimento da Produção do Ministério do Desenvolvimento,	3) para comprovação de que a máquina, veículo, aeronave, embarcação ou equipamento cumpre o Processo Produtivo Básico (PPB), deverá ser apresentado laudo técnico emitido pela Secretaria de Política de Informática do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (SEPIN/MCTI), Secretaria do Desenvolvimento da Produção do Ministério do Desenvolvimento,	

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO)
Diretoria de Implementação de Programas e de Gestão de Fundos
Coordenação-Geral de Gestão do FCO e de Promoção de Investimentos

ANEXO AO
PARECER N.º 03/2015-CONDEL/SUDECO, DE 03.11.2015

PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2015 (TEXTO VIGENTE)	PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2016 (TEXTO PROPOSTO)	JUSTIFICATIVAS DO BB E CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA-EXECUTIVA DO CONDEL/SUDECO
Indústria e Comércio Exterior (SDP/MDIC) ou Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), quando a empresa estiver sediada no Pólo Industrial de Manaus, que ateste o cumprimento do PPB conforme estabelece a Portaria Interministerial correspondente ao produto, emitida pelos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), publicada no Diário Oficial da União; 5) deverão, ainda, ser observadas as alíneas "d-II", "h" e "k" dos "Itens Não Financiáveis" do FCO, no tocante ao financiamento de veículos, aviões, helicópteros e embarcações. [...]	Indústria e Comércio Exterior (SDP/MDIC) ou Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), quando a empresa estiver sediada no Pólo Industrial de Manaus, que ateste o cumprimento do PPB conforme estabelece a Portaria Interministerial correspondente ao produto, emitida pelos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), publicada no Diário Oficial da União; 5) deverão, ainda, ser observadas as alíneas "d-II", "h" e "k" dos "Itens Não Financiáveis" do FCO, no tocante ao financiamento de veículos, aviões, helicópteros e embarcações. [...]	
[...] 2.2. ATIVIDADES NÃO FINANCIÁVEIS: não constitui objetivo do FCO financiar atividades ou empresas ligadas a: a) produção de gusa a carvão vegetal oriundo de mata nativa; b) cerâmicas, serrarias e outros empreendimentos que utilizem madeiras oriundas de matas nativas, não contempladas em licenciamento e planos de manejo sustentável; c) intermediação financeira; d) jogos eletrônicos ou de azar de qualquer espécie; e) sauna, termas e boate; f) comercialização de madeiras nativas não contempladas em licenciamento e planos de manejo sustentável;	[...] 2.2. ATIVIDADES NÃO FINANCIÁVEIS: não constitui objetivo do FCO financiar atividades ou empresas ligadas a: a) produção de gusa a carvão vegetal oriundo de mata nativa; b) cerâmicas, serrarias e outros empreendimentos que utilizem madeiras oriundas de matas nativas, não contempladas em licenciamento e planos de manejo sustentável; c) intermediação financeira; d) jogos eletrônicos ou de azar de qualquer espécie; e) sauna, termas e boate; f) comercialização de madeiras nativas não contempladas em licenciamento e planos de manejo sustentável;	

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO)
Diretoria de Implementação de Programas e de Gestão de Fundos
Coordenação-Geral de Gestão do FCO e de Promoção de Investimentos

ANEXO AO
PARECER N.º 03/2015-CONDEL/SUDECO, DE 03.11.2015

PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2015 (TEXTO VIGENTE)	PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2016 (TEXTO PROPOSTO)	JUSTIFICATIVAS DO BB E CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA-EXECUTIVA DO CONDEL/SUDECO
g) produção e comercialização de armas;	g) produção e comercialização de armas;	
h) comercialização de bebidas alcoólicas; i) comercialização de fumo; j) comercialização de combustível; k) fabricação e comercialização de cimento em municípios de alta renda, conforme Tipologia definida pelo Ministério da Integração Nacional. Obs.: admite-se o financiamento de empresas que comercializem os produtos mencionados nas alíneas de "g" a "k", quando a venda destes itens não for a principal fonte de receita da empresa. Por exemplo, supermercados, casas de materiais de construção, restaurantes e lojas de materiais esportivos.	h) comercialização de bebidas alcoólicas, exceto empresa cuja atividade principal seja industrialização/fabricação; i) comercialização de fumo; j) comercialização de combustível; k) fabricação e comercialização de cimento em municípios de alta renda, conforme Tipologia definida pelo Ministério da Integração Nacional. Obs.: admite-se o financiamento de empresas que comercializem os produtos mencionados nas alíneas de "g" a "k", quando a venda destes itens não for a principal fonte de receita da empresa. Por exemplo, supermercados, casas de materiais de construção, restaurantes e lojas de materiais esportivos.	**Justificativas do BB (Disat):** Dúvida recorrente quanto à possibilidade de financiar empresas na atividade de fabricação de bebidas alcoólicas, pois a própria fábrica industrializa e comercializa o produto, gerando dúvida no momento da aplicação da norma. Sugerimos pacificar o entendimento sobre o tema, indicando a possibilidade de financiamento a empresas fabricantes de bebidas alcoólicas, sem entrar em conflito com a observação ao final do item 2.2. **Parecer da Secretaria-Executiva do Condel/Sudeco:** favorável.
[...] 8. CONDIÇÕES ESPECIAIS: a) os Programas Oficiais Específicos de Desenvolvimento, aprovados por Lei Estadual ou do Distrito Federal e/ou definidos em Resoluções dos Conselhos de Desenvolvimento Estaduais e do Distrito Federal, devem ser apresentados ao Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste – Condel/Sudeco, por intermédio de sua Secretaria-Executiva, para que sejam repassados ao Banco do Brasil, após análise de sua compatibilidade com as diretrizes do FCO; b) a concessão do crédito condiciona-se: I. no caso de produtores e empresas beneficiárias de fundos de incentivos regionais ou setoriais, à regularidade da situação junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM e aos citados fundos de incentivo;	[...] 8. CONDIÇÕES ESPECIAIS: a) os Programas Oficiais Específicos de Desenvolvimento, aprovados por Lei Estadual ou do Distrito Federal e/ou definidos em Resoluções dos Conselhos de Desenvolvimento Estaduais e do Distrito Federal, devem ser apresentados ao Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste – Condel/Sudeco, por intermédio de sua Secretaria-Executiva, para que sejam repassados ao Banco do Brasil, após análise de sua compatibilidade com as diretrizes do FCO; b) a concessão do crédito condiciona-se: I. no caso de produtores e empresas beneficiárias de fundos de incentivos regionais ou setoriais, à regularidade da situação junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM e aos citados fundos de incentivo;	

PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2015 (TEXTO VIGENTE)	PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2016 (TEXTO PROPOSTO)	JUSTIFICATIVAS DO BB E CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA-EXECUTIVA DO CONDEL/SUDECO
II. à existência de disponibilidade financeira do proponente, correspondente a sua participação nos gastos orçados – recursos próprios; III. ao atendimento, primeiramente, de beneficiários ainda não assistidos pelo Fundo, exceto quando se tratar de integração de projetos; c) o proponente deve cumprir a legislação ambiental em vigor e as condições estabelecidas pelo Banco do Brasil relativas ao meio ambiente, durante a vigência do financiamento; d) é vedado ao Agente Financeiro exigir, em qualquer hipótese, reciprocidades aos proponentes de financiamento com recursos do FCO, bem como cobrar quaisquer valores a título de rubricas, como "flat", nas contas vinculadas ao financiamento, como de lei. Excetuam-se dessa vedação as situações previstas na legislação aplicável às operações de crédito no âmbito do sistema financeiro nacional, aí incluídas as Resoluções do Conselho Monetário Nacional e o Manual de Crédito Rural do Banco Central do Brasil. [...]	II. à existência de disponibilidade financeira do proponente, correspondente a sua participação nos gastos orçados – recursos próprios; III. ao atendimento, primeiramente, de beneficiários ainda não assistidos pelo Fundo, exceto quando se tratar de integração de projetos; c) o proponente deve cumprir a legislação ambiental em vigor e as condições estabelecidas pelo Banco do Brasil relativas ao meio ambiente, durante a vigência do financiamento; d) é vedado ao Agente Financeiro exigir, em qualquer hipótese, reciprocidades aos proponentes de financiamento com recursos do FCO, bem como cobrar quaisquer valores a título de rubricas, como "flat", nas contas vinculadas ao financiamento, como de lei. Excetuam-se dessa vedação as situações previstas na legislação aplicável às operações de crédito no âmbito do sistema financeiro nacional, aí incluídas as Resoluções do Conselho Monetário Nacional e o Manual de Crédito Rural do Banco Central do Brasil. e) é vedada a transferência do empreendimento beneficiado com o crédito e dos bens móveis financiados para outro município não pertencente a Região Centro-Oeste, durante a vigência do financiamento. Caso o mutuário tenha essa necessidade, deverá formalizar pedido justificado ao Agente Operador que analisará o pleito, podendo ser exigida a liquidação antecipada da operação de crédito a critério do Agente Operador. [...]	**Justificativas do BB (Disat):** O FCO tem o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Centro-Oeste. A referida Região compreende os Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal. Tivemos 2 solicitações de Aditivo para alteração da localização dos bens financiados, por motivo de mudança da sede da empresa beneficiária com o crédito. Uma operação para mudança dentro da própria Região Centro-Oeste e outra para localidade não abrangida pelo FCO. Portanto, se faz necessário incluirmos a vedação de transferência do empreendimento beneficiado com o crédito para Região não abrangida pelo FCO, ou município com classificação de tipologia diferente daquela em que foi contratada a operação. Evitando, assim, desvio da aplicação do crédito em finalidade diversa da prevista pelo Fundo. **Parecer da Secretaria-Executiva do Condel/Sudeco:** favorável.
TÍTULO IV – PROGRAMA DE FCO EMPRESARIAL DE APOIO AOS EI E ÀS MPE SUBTÍTULO I – CONDIÇÕES DE FINANCIAMENTO		

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO)
Diretoria de Implementação de Programas e de Gestão de Fundos
Coordenação-Geral de Gestão do FCO e de Promoção de Investimentos

ANEXO AO
PARECER N.º 03/2015-CONDEL/SUDECO, DE 03.11.2015

<table>
<tr><th>PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2015
(TEXTO VIGENTE)</th><th>PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2016
(TEXTO PROPOSTO)</th><th>JUSTIFICATIVAS DO BB E CONSIDERAÇÕES
DA SECRETARIA-EXECUTIVA DO CONDEL/SUDECO</th></tr>
<tr><td>[...]

3. LIMITE FINANCIÁVEL:
a) investimento: sobre o valor total dos itens financiáveis serão aplicados os percentuais a seguir indicados:
<table><tr><th>Regiões / Porte</th><th colspan="3">Mesorregião de Águas Emendadas e Faixa de Fronteira (Anexos IV e V)</th><th colspan="3">Demais Municípios e DF</th></tr><tr><th></th><th>Estagnada Até</th><th>Dinâmica Até</th><th>Alta Renda Até</th><th>Estagnada Até</th><th>Dinâmica Até</th><th>Alta Renda Até</th></tr><tr><td>EI/Micro/Pequeno</td><td>100%</td><td>100%</td><td>100%</td><td>100%</td><td>100%</td><td>100%</td></tr><tr><td>Pequeno-Médio</td><td>100%</td><td>100%</td><td>100%</td><td>95%</td><td>95%</td><td>90%</td></tr></table>Notas:
1) para enquadramento no limite financiável, será considerado o município de localização do empreendimento, conforme Tipologia definida pelo Ministério da Integração Nacional (Anexo II);
2) para o financiamento de empreendimento desenvolvido em mais de um município, será aplicado o percentual correspondente ao município em que localizada a parte do empreendimento que receberá o maior volume de recursos, observada a Tipologia definida pelo Ministério da Integração Nacional (Anexo II);
3) para a Linha de Financiamento de Ciência, Tecnologia e Inovação para MPE, serão aplicados os limites financiáveis da Mesorregião de Águas Emendadas e Faixa de Fronteira, independentemente do município de localização do empreendimento.</td><td>[...]

3. LIMITE FINANCIÁVEL:
a) investimento: sobre o valor total dos itens financiáveis serão aplicados os percentuais a seguir indicados:
<table><tr><th>Regiões / Porte</th><th colspan="3">Mesorregião de Águas Emendadas e Faixa de Fronteira (Anexos IV e V)</th><th colspan="3">Demais Municípios e DF</th></tr><tr><th></th><th>Estagnada Até</th><th>Dinâmica Até</th><th>Alta Renda Até</th><th>Estagnada Até</th><th>Dinâmica Até</th><th>Alta Renda Até</th></tr><tr><td>EI/Micro/Pequeno</td><td>100%</td><td>100%</td><td>100%</td><td>100%</td><td>100%</td><td>100%</td></tr><tr><td>Pequeno-Médio</td><td>100%</td><td>100%</td><td>100%</td><td>95%</td><td>95%</td><td>90%</td></tr></table>Notas:
1) para enquadramento no limite financiável, será considerado o município de localização do empreendimento, conforme Tipologia definida pelo Ministério da Integração Nacional (Anexo II);
2) para o financiamento de empreendimento desenvolvido em mais de um município, será aplicado o percentual correspondente ao município em que localizada a parte do empreendimento que receberá o maior volume de recursos, observada a Tipologia definida pelo Ministério da Integração Nacional (Anexo II);
3) para a Linha de Financiamento de Ciência, Tecnologia e Inovação para MPE, serão aplicados os limites financiáveis da Mesorregião de Águas Emendadas e Faixa de Fronteira, independentemente do município de localização do empreendimento.</td><td></td></tr>
<tr><td>b) capital de giro associado: para empreendedores individuais, até 100% do valor financiado pelo FCO para investimento, e, para micro, pequenas e pequeno-médias empresas, até 30% do valor financiado pelo FCO para investimento;
c) aquisição de insumos e matéria-prima e formação de estoques para vendas, preferencialmente por meio do Cartão FCO, sendo também admitidas as aquisições mediante pagamento direto ao fornecedor ou apresentação pelo beneficiário de nota fiscal de compra: até R$ 5 mil para</td><td>b) capital de giro associado: para empreendedores individuais, até 100% do valor financiado pelo FCO para investimento, e, para micro, pequenas e pequeno-médias empresas, até 30% do valor financiado pelo FCO para investimento;
c) aquisição de insumos e matéria-prima e formação de estoques para vendas, preferencialmente por meio do Cartão FCO, sendo também admitidas as aquisições mediante pagamento direto ao fornecedor ou apresentação pelo beneficiário de nota fiscal de compra: até R$ 5 mil para</td><td></td></tr>
</table>

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO)
Diretoria de Implementação de Programas e de Gestão de Fundos
Coordenação-Geral de Gestão do FCO e de Promoção de Investimentos

ANEXO AO
PARECER N.º 03/2015-CONDEL/SUDECO, DE 03.11.2015

PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2015 (TEXTO VIGENTE)	PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2016 (TEXTO PROPOSTO)	JUSTIFICATIVAS DO BB E CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA-EXECUTIVA DO CONDEL/SUDECO
empreendedores individuais, até R$ 90 mil para microempresas, até R$ 270 mil para pequenas empresas e até R$ 400 mil para pequeno-médias empresas. Obs.: I. no caso de aquisição de insumos e matéria-prima e formação de estoques para vendas, de que trata a alínea "c", o financiamento dar-se-á mediante pagamento direto ao fornecedor ou apresentação pelo beneficiário de nota fiscal de compra nos casos em que o fornecedor não estiver afiliado e não desejar afiliar-se para efetuar a venda via Cartão FCO; II. sobre os parâmetros constantes das alíneas "b" e "c" não se aplicam os limites indicados na alínea "a" acima, obedecidos o teto de financiamento e a assistência máxima permitida pelo Fundo.	empreendedores individuais, até R$ 90 mil para microempresas, até R$ 270 mil para pequenas empresas e até R$ 400 mil para pequeno-médias empresas. Obs.: sobre os parâmetros constantes das alíneas "b" e "c" não se aplicam os limites indicados na alínea "a" acima, obedecidos o teto de financiamento e a assistência máxima permitida pelo Fundo.	**Justificativas do BB (Disat):** Definir de maneira completa e objetiva a forma de liberação de recursos para os tipos de financiamento existentes (Capital de giro dissociado, Investimento e Giro Associado ao Investimento). Entendemos que a Programação deve contemplar tal item, a fim de evitar interpretações ou definições em desacordo com o objetivo do Fundo. **Parecer da Secretaria-Executiva do Condel/Sudeco:** favorável.
	4. LIBERAÇÃO DE RECURSOS: a) Aquisição de insumos e/ou matéria-prima e/ou formação de estoques para vendas: 1) Preferencialmente via Cartão FCO, sem necessidade de apresentação de nota(s) fiscal(is); e/ou 2) Pagamento direto ao fornecedor mediante apresentação da(s) nota(s) fiscal(is); e/ou 3) Crédito em conta corrente do mutuário, a título de reembolso/ressarcimento, mediante apresentação da(s) nota(s) fiscal(is) e respectivo(s) comprovante(s) de quitação. b) FCO Investimento: 1) Preferencialmente Via Cartão FCO; e/ou 2) Pagamento direto ao fornecedor	

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO)
Diretoria de Implementação de Programas e de Gestão de Fundos
Coordenação-Geral de Gestão do FCO e de Promoção de Investimentos

ANEXO AO
PARECER N.º 03/2015-CONDEL/SUDECO, DE 03.11.2015

PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2015 (TEXTO VIGENTE)	PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2016 (TEXTO PROPOSTO)	JUSTIFICATIVAS DO BB E CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA-EXECUTIVA DO CONDEL/SUDECO
	mediante apresentação da(s) nota(s) fiscal(is); e/ou 3) Crédito em conta corrente do mutuário a título de reembolso/ressarcimento, mediante apresentação da(s) nota(s) fiscal(is) e respectivo(s) comprovante(s) de quitação; Observações: (1) Para o financiamento de investimento em obra civil admite-se a liberação diretamente ao mutuário, a título de adiantamento, referente à parcela prevista do cronograma de utilização do crédito; (2) No caso de aquisição de máquinas e/ou equipamentos, nacionais e/ou importados, admite-se a liberação diretamente ao mutuário a título de adiantamento, exclusivamente para eventos de produção (bens fabricados sob encomenda), conforme estabelecido no Contrato Comercial e/ou Fatura Proforma (Proforma Invoice). c) Capital de Giro Associado: 1) Repasse diretamente ao mutuário, mediante crédito em conta corrente vinculada à operação. Obs.: item aplicável às Instituições Financeiras Operadoras que disponibilizam o Cartão FCO.	
4. REPROGRAMAÇÃO DE DÍVIDAS: o Agente Financeiro poderá aplicar, caso a caso, a prerrogativa de reprogramação de dívida no âmbito do FCO Empresarial, com os mesmos encargos financeiros antes pactuados no instrumento de crédito, desde que se comprove a incapacidade de pagamento do mutuário em consequência de dificuldade de produção e/ou comercialização dos seus produtos e/ou serviços, decorrente de fatores alheios à sua gestão, observadas, ainda, as seguintes condições:	5. REPROGRAMAÇÃO DE DÍVIDAS: o Agente Financeiro poderá aplicar, caso a caso, a prerrogativa de reprogramação de dívida no âmbito do FCO Empresarial, com os mesmos encargos financeiros antes pactuados no instrumento de crédito, desde que se comprove a incapacidade de pagamento do mutuário em consequência de dificuldade de produção e/ou comercialização dos seus produtos e/ou serviços, decorrente de fatores alheios à sua gestão, observadas, ainda, as seguintes condições:	

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO)
Diretoria de Implementação de Programas e de Gestão de Fundos
Coordenação-Geral de Gestão do FCO e de Promoção de Investimentos

ANEXO AO
PARECER N.º 03/2015-CONDEL/SUDECO, DE 03.11.2015

PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2015 (TEXTO VIGENTE)	PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2016 (TEXTO PROPOSTO)	JUSTIFICATIVAS DO BB E CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA-EXECUTIVA DO CONDEL/SUDECO
a) o cronograma de reembolso deverá ser readequado à nova capacidade de pagamento; b) os prazos de carência e de reposição da operação original poderão ser ampliados respeitados os prazos máximos definidos em cada Programa. Excepcionalmente, nos casos em que a medida for imprescindível à recuperação do crédito, o prazo de reposição poderá, a partir de 05.07.2007 (data da publicação da Resolução n.° 310, de 29.06.2007) e por uma única vez, ser ampliado em até 50% do prazo máximo definido em cada Programa, contado a partir da data da reprogramação; Obs.: os números relacionados às operações reprogramadas com base na presente autorização deverão ser incluídos nos relatórios de Informações Gerenciais e de Prestação de Contas (semestral e anual), bem como deverá constar dos Relatórios de Prestação de Contas Semestral e Anual a avaliação dos efeitos dessas reprogramações nas disponibilidades do Fundo. 5. OUTRAS CONDIÇÕES: o Agente Financeiro poderá suspender novas contratações junto aos empreendedores individuais nos municípios em que o índice de inadimplência atingir 5,0%. [...]	a) o cronograma de reembolso deverá ser readequado à nova capacidade de pagamento; b) os prazos de carência e de reposição da operação original poderão ser ampliados respeitados os prazos máximos definidos em cada Programa. Excepcionalmente, nos casos em que a medida for imprescindível à recuperação do crédito, o prazo de reposição poderá, a partir de 05.07.2007 (data da publicação da Resolução n.° 310, de 29.06.2007) e por uma única vez, ser ampliado em até 50% do prazo máximo definido em cada Programa, contado a partir da data da reprogramação; Obs.: os números relacionados às operações reprogramadas com base na presente autorização deverão ser incluídos nos relatórios de Informações Gerenciais e de Prestação de Contas (semestral e anual), bem como deverá constar dos Relatórios de Prestação de Contas Semestral e Anual a avaliação dos efeitos dessas reprogramações nas disponibilidades do Fundo. 6. OUTRAS CONDIÇÕES: o Agente Financeiro poderá suspender novas contratações junto aos empreendedores individuais nos municípios em que o índice de inadimplência atingir 5,0%. [...]	
TÍTULO VI – PROGRAMA DE FCO RURAL **SUBTÍTULO II – LINHAS DE FINANCIAMENTO**		
CAPÍTULO 1 – LINHA DE FINANCIAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL [...] 5. PRAZO: a) investimento fixo: até 12 anos, incluído o período de carência de até 3 anos. Obs.: quando o investimento se destinar à implantação de pomares de frutíferas	**CAPÍTULO 1 – LINHA DE FINANCIAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL** [...] 5. PRAZO: a) investimento fixo: até 12 anos, incluído o período de carência de até 3 anos. Obs.: quando o investimento se destinar à implantação de pomares de frutíferas	

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO)
Diretoria de Implementação de Programas e de Gestão de Fundos
Coordenação-Geral de Gestão do FCO e de Promoção de Investimentos

ANEXO AO
PARECER N.º 03/2015-CONDEL/SUDECO, DE 03.11.2015

PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2015 (TEXTO VIGENTE)	PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2016 (TEXTO PROPOSTO)	JUSTIFICATIVAS DO BB E CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA-EXECUTIVA DO CONDEL/SUDECO
cítricas e goiaba, os prazos de carência dos financiamentos para adubação e correção do solo e para os demais investimentos poderão ser, a critério do projeto técnico, de até 4 anos.	cítricas e goiaba, os prazos de carência dos financiamentos para adubação e correção do solo e para os demais investimentos poderão ser, a critério do projeto técnico, de até 4 anos.	
b) investimento semifixo: I. maquinaria: até 10 anos, incluído o período de carência de até 3 anos, observada a vida útil do bem financiado; II. aquisição de bovinos, machos e fêmeas, padrão precoce a serem terminados: até 24 meses, incluído o período de carência de até 12 meses; III. aquisição de equipamentos, utensílios, hormônios, sêmen e outros insumos, bem como a contratação de serviços especializados de assistência técnica nos processos de melhoramento genético, como inseminação artificial, inclusive por tempo fixo: até 3 anos, incluído o período de carência de até 1 ano; IV. demais: até 6 anos, incluído o período de carência de até 2 anos.	b) investimento semifixo: I. colheitadeiras, tratores e outros equipamentos motorizados e autopropelidos: até 10 anos, incluído o período de carência de até 3 anos, observada a vida útil do bem financiado; II. aquisição de bovinos, machos e fêmeas, padrão precoce a serem terminados: até 24 meses, incluído o período de carência de até 12 meses; III. aquisição de equipamentos, utensílios, hormônios, sêmen e outros insumos, bem como a contratação de serviços especializados de assistência técnica nos processos de melhoramento genético, como inseminação artificial, inclusive por tempo fixo: até 3 anos, incluído o período de carência de até 1 ano; IV. aquisição de matrizes e reprodutores bovinos, equipamentos e implementos agrícolas, caminhões e demais itens não especificados acima: até 6 anos, incluído o período de carência de até 2 anos.	**Justificativas do BB (Dirag):** O termo maquinaria gera diversas interpretações sobre quais itens seriam enquadrados no prazo de reposição de até 10 anos. De forma a evitar esse conflito de entendimentos, apresentamos proposta de redação com o objetivo de clarificar o correto enquadramento, levando em consideração que determinados itens demandam prazos diferentes para o devido reembolso. Aproveitamos, também, para propor clarificação do enquadramento de prazo de reposição para financiamentos destinados à aquisição de matrizes e reprodutores bovinos e para clarificar e alinhar o prazo de reposição referente à aquisição de caminhões ao prazo definido para as linhas empresariais. **Parecer da Secretaria-Executiva do Condel/Sudeco:** favorável.
c) custeio associado a projeto de investimento: até 3 anos, incluído o período de carência de até 1 ano; d) custeio: de acordo com o fluxo de receitas do empreendimento, limitado a: I. custeio agrícola: até 2 anos; II. custeio pecuário: até 1 ano; III. quando a operação de crédito destinar-se ao custeio das lavouras de algodão, arroz, aveia, café, canola, cevada, milho, soja, sorgo, trigo e triticale, mediante solicitação do mutuário até a data fixada para o	c) custeio associado a projeto de investimento: até 3 anos, incluído o período de carência de até 1 ano; d) custeio: de acordo com o fluxo de receitas do empreendimento, limitado a: I. custeio agrícola: até 2 anos; II. custeio pecuário: até 1 ano; III. quando a operação de crédito destinar-se ao custeio das lavouras de algodão, arroz, aveia, café, canola, cevada, milho, soja, sorgo, trigo e triticale, mediante solicitação do mutuário até a data fixada para o	

PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2015 (TEXTO VIGENTE)	PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2016 (TEXTO PROPOSTO)	JUSTIFICATIVAS DO BB E CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA-EXECUTIVA DO CONDEL/SUDECO
vencimento, o reembolso poderá ser alongado e reprogramado para até 4 (quatro) parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo a primeira até 60 (sessenta) dias após a data prevista para a colheita (Manual de Crédito Rural do Bacen, capítulo 3, seção 2); IV. quando a operação se destinar ao custeio pecuário para confinamento de bovinos e bubalinos, o prazo de reembolso será de até 180 (cento e oitenta) dias. e) investimento fixo e semifixo em infraestrutura de armazenagem: até 15 anos para todos os itens incluídos no projeto, plano simples ou proposta de financiamento, observadas as condições constantes do orçamento de aplicação do crédito, inclusive eventual necessidade de prazo de carência. [...]	vencimento, o reembolso poderá ser alongado e reprogramado para até 4 (quatro) parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo a primeira até 60 (sessenta) dias após a data prevista para a colheita (Manual de Crédito Rural do Bacen, capítulo 3, seção 2); IV. quando a operação se destinar ao custeio pecuário para confinamento de bovinos e bubalinos, o prazo de reembolso será de até 180 (cento e oitenta) dias. e) investimento fixo e semifixo em infraestrutura de armazenagem: até 15 anos para todos os itens incluídos no projeto, plano simples ou proposta de financiamento, observadas as condições constantes do orçamento de aplicação do crédito, inclusive eventual necessidade de prazo de carência. [...]	
[...] **CAPÍTULO 3 – LINHA DE FINANCIAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMA DE INTEGRAÇÃO RURAL – CONVIR** [...] 5. PRAZO: a) investimento fixo: até 12 anos, incluído o período de carência de até 3 anos; b) investimento semifixo: I. maquinaria: até 10 anos, incluído o período de carência de até 3 anos, observada a vida útil do bem financiado; II. aquisição de bovinos, machos e fêmeas, padrão precoce a serem terminados: até 24 meses, incluído o período de carência de	[...] **CAPÍTULO 3 – LINHA DE FINANCIAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMA DE INTEGRAÇÃO RURAL – CONVIR** [...] 5. PRAZO: a) investimento fixo: até 12 anos, incluído o período de carência de até 3 anos; b) investimento semifixo: I. colheitadeiras, tratores e outros equipamentos motorizados e autopropelidos: até 10 anos, incluído o período de carência de até 3 anos, observada a vida útil do bem financiado; II. aquisição de bovinos, machos e fêmeas, padrão precoce a serem terminados: até 24 meses, incluído o período de carência de	**Justificativas do BB (Dirag):** O termo maquinaria gera diversas interpretações sobre quais itens seriam enquadrados no prazo de reposição de até 10 anos. De forma a evitar esse conflito de entendimentos, apresentamos proposta de redação com o objetivo de clarificar o correto enquadramento, levando em consideração que determinados itens

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO)
Diretoria de Implementação de Programas e de Gestão de Fundos
Coordenação-Geral de Gestão do FCO e de Promoção de Investimentos

ANEXO AO
PARECER N.º 03/2015-CONDEL/SUDECO, DE 03.11.2015

PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2015 (TEXTO VIGENTE)	PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2016 (TEXTO PROPOSTO)	JUSTIFICATIVAS DO BB E CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA-EXECUTIVA DO CONDEL/SUDECO
até 12 meses; III. demais: até 6 anos, incluído o período de carência de até 2 anos; c) custeio associado a projeto de investimento: até 3 anos, incluído o período de carência de até 1 ano; d) custeio: de acordo com o fluxo de receitas do empreendimento, limitado a: I. custeio agrícola: até 2 anos; II. custeio pecuário: até 1 ano; III. quando a operação de crédito destinar-se ao custeio das lavouras de algodão, arroz, aveia, café, canola, cevada, milho, soja, sorgo, trigo e triticale, mediante solicitação do mutuário até a data fixada para o vencimento, o reembolso poderá ser alongado e reprogramado para até 4 (quatro) parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo a primeira até 60 (sessenta) dias após a data prevista para a colheita (Manual de Crédito Rural do Bacen, capítulo 3, seção 2). [...]	até 12 meses; III. aquisição de matrizes e reprodutores bovinos, equipamentos e implementos agrícolas, caminhões e demais itens não especificados acima: até 6 anos, incluído o período de carência de até 2 anos; c) custeio associado a projeto de investimento: até 3 anos, incluído o período de carência de até 1 ano; d) custeio: de acordo com o fluxo de receitas do empreendimento, limitado a: I. custeio agrícola: até 2 anos; II. custeio pecuário: até 1 ano; III. quando a operação de crédito destinar-se ao custeio das lavouras de algodão, arroz, aveia, café, canola, cevada, milho, soja, sorgo, trigo e triticale, mediante solicitação do mutuário até a data fixada para o vencimento, o reembolso poderá ser alongado e reprogramado para até 4 (quatro) parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo a primeira até 60 (sessenta) dias após a data prevista para a colheita (Manual de Crédito Rural do Bacen, capítulo 3, seção 2). [...]	demandam prazos diferentes para o devido reembolso. Aproveitamos, também, para propor clarificação do enquadramento de prazo de reposição para financiamentos destinados à aquisição de matrizes e reprodutores bovinos e para clarificar e alinhar o prazo de reposição referente à aquisição de caminhões ao prazo definido para as linhas empresariais. **Parecer da Secretaria-Executiva do Condel/Sudeco:** favorável.
[...] **CAPÍTULO 4 – LINHA DE FINANCIAMENTO PARA REDUÇÃO DA EMISSÃO DE GASES DE EFEITO ESTUFA NA AGROPECUÁRIA (PROGRAMA ABC)** [...]	[...] **CAPÍTULO 4 – LINHA DE FINANCIAMENTO DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DE INTEGRAÇÃO LAVOURA-PECUÁRIA-FLORESTA (FCO VERDE)** [...]	**Justificativas**: Propõe-se alterar o nome da Linha para atender demanda do Ministério da Fazenda acerca do cadastramento das operações de crédito rural com recursos do Fundo no SICOR/BACEN e compatibilização da nomenclatura e/ou dos itens passíveis de financiamento pelo FCO aos programas de financiamento de cunho nacional (Ofício n.º 10.021/SPE-MF, de 15.10.2015, e Ofício n.º 718/SFRI/DPNA/CGPA, de 28.10.2015). **Parecer da Secretaria-Executiva do Condel/Sudeco:** favorável.

F C O

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste

Programação para 2016

1ª Edição – Janeiro de 2016 – Atualizada até 29.01.2016

Aprovada pela Resolução Condel/Sudeco n.° 039, de 15.12.2015, e atualizada com os encargos financeiros estabelecidos pela Resolução CMN n.° 4.395, de 30.12.2014, alterada pela Resolução CMN n.° 4.452, de 17.12.2015.

Administradores

Ministério da Integração Nacional

Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste – Condel/Sudeco

Banco do Brasil S.A.

Índice

Título I – Introdução	3
Título II – Programação Orçamentária	5
Título III – Condições Gerais de Financiamento	10
Título IV – Programa de FCO Empresarial de Apoio aos Empreendedores Individuais – EI e às Micro, Pequenas e Pequeno-Médias Empresas – MPE	18
Subtítulo I – Condições de Financiamento	*18*
Subtítulo II – Linhas de Financiamento	*21*
Título V – Programa de FCO Empresarial para Médias e Grandes Empresas – MGE	25
Subtítulo I – Condições de Financiamento	*25*
Subtítulo II – Linhas de Financiamento	*27*
Título VI – Programa de FCO Rural	31
Subtítulo I – Condições de Financiamento	*31*
Subtítulo II – Linhas de Financiamento	*36*
Título VII – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf	47
Título VIII – Programas de FCO para Repasse	48
Subtítulo I – Programa de FCO Empresarial para Repasse	*48*
Subtítulo II – Programa de FCO Rural para Repasse	*49*
Anexo I – Modelo de Carta-Consulta	50
Anexo II – Tipologia dos Municípios definida pelo Ministério da Integração Nacional	53
Anexo III – Municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno – RIDE	61
Anexo IV – Municípios da Mesorregião de Águas Emendadas	62
Anexo V – Municípios da Faixa de Fronteira	63

Título I – Introdução

Apresentação

O Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO foi criado pela Lei n.° 7.827, de 27.09.1989, que regulamentou o art. 159, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos.

A Programação do FCO para 2016 foi elaborada pelo Banco do Brasil e aprovada pelo Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste – Condel/Sudeco, em consonância com as diretrizes estabelecidas no art. 3° da Lei n.° 7.827; as diretrizes e as orientações gerais estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional (Portaria MI n.º 201, de 28.08.2015, publicada no DOU de 31.08.2015); as diretrizes e as prioridades estabelecidas pelo Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste – Condel/Sudeco (Resolução Condel/Sudeco n.° 37, de 27.10.2015, publicada no DOU de 28.10.2015); a Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR; o Plano de Desenvolvimento do Centro-Oeste – PDCO; e as contribuições dos Conselhos de Desenvolvimento dos Estados e do Distrito Federal – CDE.

Com a Programação para 2016, o BB renova o propósito de apoiar os investimentos dos setores produtivos e, assim, contribuir para o crescimento econômico e o desenvolvimento social da Região Centro-Oeste.

Prioridades Gerais, Setoriais e Espaciais

Para efeito da aplicação dos recursos do FCO, serão consideradas prioritárias as atividades assim propostas pela Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – Sudeco, com base nas sugestões das Unidades Federativas, e aprovadas pelo Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste – Condel/Sudeco (Resolução Condel/Sudeco n.° 37, de 27.10.2015, publicada no DOU de 28.10.2015), conforme relacionadas a seguir:

a) projetos de apoio a mini, pequenos e pequeno-médios tomadores, inclusive de apoio a empreendedores individuais e à agricultura familiar;

b) projetos com alto grau de geração de emprego e renda e/ou da economia solidária e/ou que possibilitem a estruturação e o fortalecimento de cadeias produtivas, de alianças mercadológicas e de arranjos produtivos locais, contribuindo para a dinamização dos mercados local e regional e a redução das desigualdades intra e inter-regionais;

c) projetos voltados para a conservação e a proteção do meio ambiente, a recuperação de áreas degradadas/alteradas, de reserva legal, de matas ciliares e/ou de preservação permanente, a recuperação de vegetação nativa e o desenvolvimento de atividades sustentáveis, bem como projetos de integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF);

d) projetos que utilizem tecnologias inovadoras e/ou contribuam para a geração e difusão de novas tecnologias nos setores empresarial e agropecuário, inclusive projetos agropecuários de produção integrada e projetos que viabilizem a introdução de inovações tecnológicas nos sistemas produtivos, contemplando o apoio ao desenvolvimento tecnológico, implantação de infraestrutura de pesquisa e desenvolvimento, aquisição de equipamentos, aquisição de licenças de uso de tecnologias e processos, assim como o suporte às atividades de proteção do conhecimento (registro de marcas e patentes);

e) projetos do setor de turismo, especialmente para implantação, expansão e modernização de empreendimentos em pólos turísticos;

f) projetos da indústria, prioritariamente:
   - as atividades industriais voltadas para o adensamento, a complementaridade e a consolidação da cadeia produtiva da indústria de alimentos e bebidas, vestuário, mobiliário, metal-mecânico, editorial e gráfico, fármacos e químico, construção civil e tecnologia da informação e das áreas de desenvolvimento econômico; e
   - as atividades industriais consideradas estratégicas para a consolidação de parques industriais.

g) projetos dos setores comercial e de serviços, prioritariamente:

- as atividades comerciais e de serviços voltadas para o adensamento, a complementaridade e a consolidação da cadeia agroalimentar e dos pólos agroindustriais e industriais;
- a distribuição de insumos e bens de capital essenciais ao desenvolvimento agroindustrial (corretivos, fertilizantes, máquinas, equipamentos agrícolas, rações etc.);
- a instalação, ampliação e modernização de empreendimentos médicos/hospitalares;
- a instalação, ampliação e modernização de estabelecimentos de ensino, de aperfeiçoamento profissional e de prática de esportes; e
- o atendimento a empreendimentos comerciais e de serviços defasados tecnologicamente e que necessitem de modernização.

h) projetos de apoio a empreendimentos não-governamentais de infraestrutura em abastecimento de água;

i) projetos que contribuam para o desenvolvimento da agropecuária irrigada e para o armazenamento e a distribuição de água, bem como projetos de apoio ao desenvolvimento da pesca e da aquicultura;

j) projetos que apoiem a criação de novos centros, atividades e pólos dinâmicos, notadamente em áreas interioranas, que estimulem a redução das disparidades intra e inter-regionais de renda;

k) projetos que contribuam para a redução das desigualdades regionais nos seguintes espaços, considerados prioritários segundo a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR):
   - municípios da Faixa de Fronteira;
   - municípios da Mesorregião de Águas Emendadas;
   - municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), exceto os municípios localizados no Estado de Minas Gerais, que não são beneficiários do FCO; e
   - municípios integrantes das microrregiões classificadas pela Tipologia da PNDR como de renda estagnada ou dinâmica, a exemplo dos municípios do Nordeste e do Oeste Goiano.

l) projetos que utilizem fontes alternativas de energia, contribuindo para a diversificação da base energética, observada a vedação de que trata o inciso I do art. 6º da Portaria MI n.º 201, de 28.08.2015, publicada no DOU de 31.08.2015, Seção 1, pp. 82-83.

Programas de Financiamento

A Programação está segmentada por setores produtivos (empresarial e rural), sendo os recursos aplicados no âmbito dos seguintes programas:

a) Programa de FCO Empresarial de Apoio aos Empreendedores Individuais – EI e às Micro, Pequenas e Pequeno-Médias Empresas – MPE;

b) Programa de FCO Empresarial para Médias e Grandes Empresas – MGE;

c) Programa de FCO Rural;

d) Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf;

e) Programa de FCO Empresarial para Repasse; e

f) Programa de FCO Rural para Repasse.

O Banco do Brasil está à disposição dos interessados para quaisquer informações sobre os programas de financiamento do FCO. Os endereços e os telefones de suas agências podem ser obtidos no site www.bb.com.br.

O Ministério da Integração Nacional, a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste e o Banco do Brasil manterão atualizada em seus sites (www.integracao.gov.br, www.sudeco.gov.br e www.bb.com.br) a presente Programação.

Título II – Programação Orçamentária

Origem dos Recursos

De acordo com o disposto no art. 6° da Lei n.° 7.827, de 27.09.1989, as principais fontes de recursos do FCO correspondem aos repasses do Tesouro Nacional, provenientes da arrecadação do IR e do IPI, aos retornos e resultados das suas aplicações e ao resultado da remuneração dos recursos momentaneamente não aplicados.

Para a execução orçamentária do exercício está previsto o montante de R$ 5.795,8 milhões, com origem nas fontes a seguir discriminadas:

Recursos previstos para 2016 (R$ milhões)

Origem de Recursos	Valor
Repasses do Tesouro Nacional (1)	1.708,1
Retornos de Financiamentos	3.886,4
Resultado Operacional (2)	36,9
Disponibilidades ao final do Exercício Anterior (3)	582,2
Recursos comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores (4)	417,8
Total	**5.795,8**

Notas:

(1) O valor dos repasses do Tesouro Nacional corresponde à projeção da Secretaria do Tesouro Nacional.

(2) O resultado operacional refere-se à previsão de receitas e despesas do Fundo para o exercício.

(3) Corresponde ao somatório das disponibilidades existentes nos orçamentos das Unidades Federativas em 31.12.2015.

(4) Os recursos comprometidos referem-se às parcelas de operações contratadas em exercícios anteriores, ainda pendentes de liberação.

Título II – Programação Orçamentária

Recursos Previstos por UF e Setor

O quadro abaixo apresenta as estimativas de aplicações dos recursos do FCO, no exercício de 2016, por UF e Setor:

Recursos Previstos por UF e Setor (R$)

UF / Setor	DF	GO	MS	MT	Região
Empresarial	880.966.795,76	840.395.956,48	666.520.931,00	840.395.956,48	3.228.279.639,73
%	80,0%	50,0%	50,0%	50,0%	55,7%
Rural	220.241.698,94	840.395.956,48	666.520.931,00	840.395.956,48	2.567.554.542,91
%	20,0%	50,0%	50,0%	50,0%	44,3%
Total	1.101.208.494,70	1.680.791.912,97	1.333.041.862,01	1.680.791.912,97	5.795.834.182,64
%	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

Notas:

(1) As estimativas de aplicações dos recursos do FCO, no exercício de 2016, por UF e Setor, foram feitas considerando-se as diretrizes e as orientações gerais estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional § 3° do art. 5° da Portaria MI n.º 201, de 28.08.2015, publicada no DOU de 31.08.2015.

Observações:

I. a previsão de aplicação de recursos por UF deverá ser reprogramada até 31 de outubro de 2016, levando em consideração as contratações realizadas em cada UF até 30 de setembro de 2016, bem como as operações em fase final de contratação nesta data;

II. os Governos Estaduais e do Distrito Federal, em articulação com os administradores do FCO, definidos na Lei n.° 7.827, de 27.09.1989, deverão envidar esforços para o cumprimento do percentual mínimo de aplicação por UF de 15% dos recursos previstos para o exercício.

(2) Os recursos previstos para os setores empresarial e rural poderão ser remanejados no âmbito da Unidade Federativa, de acordo com a demanda que efetivamente se verificar, dando-se ciência à Secretaria-Executiva do Condel/Sudeco.

(3) Os recursos previstos para o Distrito Federal serão aplicados na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE (exceto nos municípios localizados no Estado de Minas Gerais).

(4) As instituições financeiras que atuam com recursos do FCO aplicarão nos municípios do Nordeste e do Oeste Goiano, no mínimo, 15% dos recursos previstos no exercício para o Estado de Goiás.

Observações:

I. os recursos não aplicados serão remanejados até 31 de outubro de 2016, levando em consideração as contratações realizadas até 30 de setembro de 2016, para os demais municípios do Estado, de acordo com a demanda que efetivamente se verificar, dando-se ciência à Secretaria-Executiva do Condel/Sudeco;

II. de acordo com o parágrafo único do art. 2° da Lei Complementar n.° 97, de 10.12.2012, que regulamenta o art. 144-A da Constituição do Estado de Goiás e dá outras providências, o Nordeste Goiano compreende os Municípios de Alto Paraíso de Goiás, Alvorada do Norte, Buritinópolis, Campos Belos, Cavalcante, Colinas do Sul, Damianópolis, Divinópolis de Goiás, Flores de Goiás, Guarani de Goiás, Iaciara, Mambaí, Monte Alegre de Goiás, Nova Roma, Posse, São Domingos, São João D'Aliança, Simolândia, Sítio D'Abadia e Teresina de Goiás;

III. compõem o Oeste Goiano os municípios de Adelândia, Americano do Brasil, Amorinópolis, Anicuns, Aragarças, Arenópolis, Aurilândia, Avelinópolis, Baliza, Bom Jardim de Goiás, Britânia, Buriti de Goiás, Cachoeira de Goiás, Caiapônia, Campestre de Goiás, Córrego do Ouro, Diorama, Doverlândia, Fazenda Nova, Firminópolis, Iporá, Israelândia, Itapirapuã, Ivolândia, Jandaia, Jaupaci, Jussara, Moiporá, Montes Claros de Goiás, Mossâmedes, Nazário, Novo Brasil, Palestina de Goiás, Palmeiras de Goiás, Palminópolis, Paraúna, Piranhas, Sanclerlândia, Santa Bárbara de Goiás, Santa Fé de Goiás, São João da Paraúna, São Luís de Montes Belos e Turvânia.

Título II – Programação Orçamentária

Recursos Previstos por UF, Programa/Linha, Setor e Porte

O quadro abaixo apresenta as estimativas de aplicações dos recursos do FCO, no exercício de 2016, por UF, Programa/Linha, Setor e Porte:

Recursos Previstos por UF, Programa/Linha, Setor e Porte (R$)

Programas/Linhas	DF	GO	MS	MT	Região	%
Empreendedores Individuais e Mini, Micro, Pequenos e Pequeno-Médios Tomadores (*)						
FCO Empresarial	**449.293.065,84**	**428.601.937,81**	**339.925.674,81**	**428.601.937,81**	**1.646.422.616,26**	**28,41**
Industrial	53.698.403,70	147.181.905,44	146.168.040,17	107.150.484,45	454.198.833,77	
Infraestrutura	53.698.403,70	33.559.531,73	21.755.243,19	35.702.541,42	144.715.720,04	
Turismo	53.698.403,70	33.559.531,73	32.632.864,78	71.447.943,03	191.338.743,25	
Comércio, Serviços e C,T&I	288.197.854,73	214.300.968,90	139.369.526,67	214.300.968,90	856.169.319,21	
FCO Rural	**112.323.266,46**	**428.601.937,81**	**339.925.674,81**	**428.601.937,81**	**1.309.452.816,88**	**22,59**
Pronaf-RA e Pronaf Demais	110.120.849,57	257.161.162,68	133.318.849,66	393.756.600,26	894.357.462,18	
Demais Rurais	2.202.416,89	171.440.775,12	206.606.825,15	34.845.337,54	415.095.354,71	
Total	**561.616.332,30**	**857.203.875,61**	**679.851.349,62**	**857.203.875,61**	**2.955.875.433,15**	**51,00**
Médios e Grandes Tomadores						
FCO Empresarial	**431.673.729,92**	**411.794.018,68**	**326.595.256,19**	**411.794.018,68**	**1.581.857.023,47**	**27,29**
Industrial	51.592.583,95	132.556.494,61	151.866.794,13	120.120.315,25	456.136.187,94	
Infraestrutura	51.592.583,95	36.690.847,06	22.861.667,93	34.302.441,76	145.447.540,70	
Turismo	51.592.583,95	36.649.667,66	24.494.644,21	51.474.252,33	164.211.148,16	
Comércio, Serviços e C,T&I	276.895.978,08	205.897.009,34	127.372.149,91	205.897.009,34	816.062.146,67	
FCO Rural	**107.918.432,48**	**411.794.018,68**	**326.595.256,19**	**411.794.018,68**	**1.258.101.726,03**	**21,71**
Total	**539.592.162,40**	**823.588.037,35**	**653.190.512,38**	**823.588.037,35**	**2.839.958.749,49**	**49,00**
Resumo Geral						
FCO Empresarial	**880.966.795,76**	**840.395.956,48**	**666.520.931,00**	**840.395.956,48**	**3.228.279.639,73**	**55,70**
Industrial	105.290.987,65	279.738.400,05	298.034.834,30	227.270.799,70	910.335.021,70	
Infraestrutura	105.290.987,65	70.250.378,79	44.616.911,12	70.004.983,18	290.163.260,74	
Turismo	105.290.987,65	70.209.199,39	57.127.509,00	122.922.195,37	355.549.891,41	
Comércio, Serviços e C,T&I	565.093.832,81	420.197.978,24	266.741.676,59	420.197.978,24	1.672.231.465,88	
FCO Rural	**220.241.698,94**	**840.395.956,48**	**666.520.931,00**	**840.395.956,48**	**2.567.554.542,91**	**44,30**
Pronaf-RA e Pronaf Demais	110.120.849,57	257.161.162,68	133.318.849,66	393.756.600,26	894.357.462,18	
Demais Rurais	110.120.849,37	583.234.793,80	533.202.081,34	446.639.356,22	1.673.197.080,73	
Total	**1.101.208.494,70**	**1.680.791.912,97**	**1.333.041.862,01**	**1.680.791.912,97**	**5.795.834.182,64**	**100,00**

(*) Respeitando o limite mínimo de 30% para os beneficiários com faturamento de até R$ 3,6 milhões.

Notas:

(1) A previsão de aplicação para o exercício foi elaborada considerando-se as diretrizes e as orientações gerais estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional (Portaria MI n.º 201, de 28.08.2015, publicada no DOU de 31.08.2015), as diretrizes e as prioridades estabelecidas pelo Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste – Condel/Sudeco (Resolução Condel/Sudeco n.° 37, de 27.10.2015, publicada no DOU de 28.10.2015) e os percentuais de distribuição por setor/linha definidos por cada Unidade Federativa.

(2) A assistência aos setores comercial e de serviços fica limitada a 30% dos recursos previstos para o exercício, obedecidos os seguintes critérios: para cada UF, 25% de sua própria previsão orçamentária e, adicionalmente, para o DF, 5% dos recursos previstos para a Região.

Observações:

I. a assistência ao setor de serviços de saúde será de, no mínimo, 20% dos recursos previstos em cada Unidade Federativa para os setores comercial e de serviços. Os valores não aplicados até 30 de junho

de 2016, descontadas as operações em fase de contratação nesta data, poderão ser destinados, no âmbito da Unidade Federativa, a todos os setores comerciais e de serviços;

II. no Programa de FCO Empresarial para Repasse, a assistência aos setores comercial e de serviços fica limitada a 30% da estimativa de repasse de recursos a outras instituições para o exercício, de acordo com o saldo disponível no limite de crédito deferido pelo Banco do Brasil S.A. para cada instituição, bem como obedecidos os recursos previstos para cada UF.

(3) A assistência aos empreendedores individuais e mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores de financiamento de custeio, nas Linhas de Financiamento do Programa de FCO Rural, excetuados a Linha de Financiamento de Conservação da Natureza e de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (FCO Verde), Modalidade 1 – Conservação da Natureza, e o Pronaf, e de aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoques para vendas, nas Linhas de Financiamento do Programa de FCO Empresarial para MPE, fica limitada, em cada Unidade Federativa, a três vezes o montante contratado de financiamentos de investimentos com esse segmento de empreendedores individuais e mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores, respeitado o teto de 30% dos recursos previstos para o exercício, em cada Unidade Federativa.

Observações:

I. Para o período de janeiro a março, será observado como limite de contratação até 25% do teto anual;
II. Para o período de janeiro a junho, será observado como limite de contratação até 50% do teto anual;
III. Para o período de janeiro a setembro, será observado como limite de contratação até 75% do teto anual;
IV. Para o período de janeiro a dezembro, será observado como limite de contratação até 100% do teto anual;
V. Os percentuais de distribuição entre os setores empresarial e rural, definidos pelos Conselhos de Desenvolvimento dos Estados – CDE, são os seguintes:

UF / Setor	DF	GO	MS	MT	Região
Empresarial	80,0%	50,0%	50,0%	50,0%	55,7%
Rural	20,0%	50,0%	50,0%	50,0%	44,3%
Total	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

VI. As informações de que tratam as observações I a IV serão inseridas mensalmente no Caderno de Informações Gerenciais.

(4) Os valores previstos em cada Unidade Federativa para o Pronaf – Reforma Agrária serão aplicados de acordo com a demanda apresentada no Programa, até o percentual estabelecido pelo art. 7º da Lei n.° 9.126, de 10.11.1995.

(5) Observados os percentuais definidos nas Notas 2 a 4 acima, os recursos serão direcionados às linhas de financiamento, em cada Unidade Federativa, de acordo com a demanda que efetivamente se verificar.

(6) A estimativa de repasse de recursos pelo banco administrador a outras instituições será de 7% da previsão orçamentária do FCO para o exercício, assegurando-se a utilização desses recursos pelas instituições operadoras, respeitada a disponibilidade financeira do Fundo no exercício e o limite de crédito deferido pelo banco administrador a cada instituição operadora.

(7) As instituições operadoras do repasse contratarão, no mínimo, 58,9% (30,0%/51,0%) junto a empreendedores individuais e mini, micro e pequenos tomadores (beneficiários com faturamento de até R$ 3,6 milhões), respeitando o limite de 41,2% (21,0%/51,0%) para contratações junto a pequeno-médios tomadores (beneficiários com faturamento acima de R$ 3,6 milhões até R$ 16 milhões).

(8) As estimativas de aplicações dos recursos do FCO, no exercício de 2016, para o financiamento de projetos de (a) ciência, tecnologia e inovação, (b) agropecuária irrigada e (c) conservação e proteção do meio ambiente, recuperação de áreas degradadas ou alteradas, recuperação de vegetação nativa e desenvolvimento de atividades sustentáveis, de que tratam os incisos V e VI do art. 5° da Portaria MI n.º 201, de 28.08.2015, publicada no DOU de 31.08.2015, são as seguintes:

(R$ milhões)

Linha de Financiamento	Valor	% dos Recursos Previstos
Linhas de Financiamento de Ciência, Tecnologia e Inovação para MPE e para MGE	86,9	1,5
Linha de Financiamento à Agropecuária Irrigada	115,9	2,0
Linha de Financiamento de Conservação da Natureza e de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (FCO Verde) - Modalidades 1 (Conservação da Natureza) e 2 (Integração Lavoura-Pecuária-Floresta - ILPF)	289,8	5,0

Título II – Programação Orçamentária

Recursos Previstos por Espaço Prioritário da PNDR

As estimativas de aplicações dos recursos do FCO, no exercício de 2016, por espaços considerados prioritários pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR, são as seguintes:

Recursos Previstos por Espaço Prioritário da PNDR (R$ milhões)

Espaço Prioritário	Valor	% dos Recursos Previstos
Faixa de Fronteira	1.124,4	19,4
Mesorregião de Águas Emendadas	492,6	8,5
Municípios integrantes das microrregiões classificadas pela tipologia da PNDR como de renda estagnada ou dinâmica	3.303,6	57,0
Municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), exceto os localizados no Estado de Minas Gerais, que não são beneficiários do FCO	168,1	2,9

Título III – Condições Gerais de Financiamento

1. ÁREA DE ATUAÇÃO: Região Centro-Oeste, compreendendo o Distrito Federal e os Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

2. RESTRIÇÕES:

2.1. ITENS NÃO FINANCIÁVEIS: não constitui objetivo do FCO financiar:

a) encargos financeiros;

b) gastos gerais de administração de forma isolada, exceto consultoria em inovação e tecnologia;

c) recuperação de capitais já investidos ou pagamento de dívidas efetivadas antes da apresentação da proposta de financiamento ao Banco. Admite-se considerar, exclusivamente para efeito de contrapartida de recursos próprios, os gastos ou compromissos que:

I. se referirem a itens financiáveis integrantes do orçamento vinculado ao projeto; e

II. tiverem sido efetuados e pagos, comprovadamente, até o sexto mês anterior à entrada da proposta no Banco;

d) aquisição de:

I. terras e terrenos, exceto terrenos para localização ou relocalização de empreendimentos de micro e pequenas empresas, a critério dos CDE;

II. veículos automotores, exceto:

1) na Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional – ônibus, *vans* e outros veículos adequados ao transporte turístico, novos e usados com até 4 anos, contados da data de fabricação do bem, até o limite de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) por tomador;

Obs.: 1.1. as empresas beneficiárias devem estar habilitadas perante os órgãos de turismo e/ou de regulação do transporte;
1.2. para enquadramento do financiamento de bem(ns) usado(s), dentro do período de até 4 anos, deve-se considerar o ano de fabricação do(s) bem(ns) e excluir o ano de apresentação da proposta de financiamento ao Agente Operador;
1.3. para o cálculo do limite de valor estabelecido, deve-se observar o somatório do saldo devedor total de operações de aquisição de veículos existente em nome do mutuário.

2) na Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional – veículos destinados à locação para fins turísticos, até o limite de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) por tomador;

Obs.: 2.1. as empresas beneficiárias devem estar habilitadas perante os órgãos de turismo;
2.2. para o cálculo do limite de valor estabelecido, deve-se observar o somatório do saldo devedor total de operações de aquisição de veículos existente em nome do mutuário.

3) nas Linhas de Financiamento de Desenvolvimento Industrial, de Infraestrutura Econômica e de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços – pás carregadeiras, empilhadeiras, máquinas de escavar, motoniveladoras, tratores, rolos compactadores e vibro acabadoras;

4) caminhões e furgões, novos e usados com até 4 anos, contados da data de fabricação do bem, inclusive frigoríficos, isotérmicos ou graneleiros, até o limite por tomador de R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) no setor Rural e de R$ 2.200.000,00 (dois milhões e duzentos mil reais) no setor Empresarial. Ficam vedados financiamentos a empresas transportadoras, exceto às de micro, pequeno, pequeno-médio e médio portes, cuja matriz esteja sediada no Estado alvo do financiamento. No setor rural, o apoio financeiro está limitado a, no máximo, 3 (três)

caminhões por produtor rural, sendo que, uma vez atingido o referido limite, somente poderá ser contratada nova operação após a liquidação de outra anterior, de modo que não seja financiada a aquisição simultânea em quantidade superior à estabelecida;

Obs.: 4.1. para enquadramento do financiamento de bem(ns) usado(s), dentro do período de até 4 anos, deve-se considerar o ano de fabricação do(s) bem(ns) e excluir o ano de apresentação da proposta de financiamento ao Agente Operador;
4.2. para o cálculo do limite de valor estabelecido, deve-se observar o somatório do saldo devedor total de operações de aquisição de veículos existente em nome do mutuário.

5) nas Linhas de Financiamento do FCO Rural, máquinas agrícolas, implementos e equipamentos associados;

6) na Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços para MPE – ônibus, *vans* e outros veículos adequados ao transporte escolar, novos e usados com até 4 anos, contados da data de fabricação do bem, até o limite de R$ 250 mil por tomador, podendo ser elevado a até R$ 500 mil no caso de veículos movidos a biocombustível ou outra fonte renovável.

Obs.: 6.1. as empresas beneficiárias devem estar habilitadas perante os órgãos de regulação do transporte;
6.2. para enquadramento do financiamento de bem(ns) usado(s), dentro do período de até 4 anos, deve-se considerar o ano de fabricação do(s) bem(ns) e excluir o ano de apresentação da proposta de financiamento ao Agente Operador;
6.3. para o cálculo do limite de valor estabelecido, deve-se observar o somatório do saldo devedor total de operações de aquisição de veículos existente em nome do mutuário.

III. unidades já construídas ou em construção, exceto:

1) para localização ou relocalização de empreendimentos de micro e pequenas empresas;

2) nos segmentos industrial e de turismo (meio de hospedagem), para pequeno-médias, médias e grandes empresas, desde que:

2.1) o empreendimento esteja desativado há mais de 180 dias;

2.2) o projeto não tenha sido financiado anteriormente;

2.3) o financiamento não se caracterize como recuperação de capital;

2.4) seja o projeto considerado prioritário e de relevante interesse para o desenvolvimento da região em que está localizado; e

2.5) seja subtraído do preço final dos bens a serem adquiridos o valor relativo ao terreno onde se localiza o empreendimento.

IV. de bovinos, exceto quando se tratar:

1) de animais, machos e fêmeas, de padrão novilho precoce;

2) de matrizes ou reprodutores, melhorados geneticamente, mediante apresentação de certificados emitidos pelas associações de criadores das respectivas raças;

e) pivô central, exceto nos casos em que o produtor rural detiver a outorga da Agência Nacional de Águas ou da autoridade competente, objetivando o uso de recursos hídricos para captação de água;

f) construção e/ou reforma de casa sede e de administrador, com área superior a 100m^2;

g) motel, hotel-residência (*apart-hotel*) e boate;

h) helicópteros e aviões, exceto aviões para pulverização agrícola, aviões para empresa aérea regional de transporte regular de passageiros e aviões e helicópteros para

empresa de táxi aéreo homologada pela ANAC para transporte de passageiros enfermos, limitado a uma operação por beneficiário;

i) animais de serviços, exceto os financiamentos destinados a:

I. mini e pequenos produtores rurais;

II. pequeno-médios, médios e grandes produtores rurais enquadrados em Programas e Projetos Oficiais de controle sanitário, em especial no caso de equídeos contaminados pela Anemia Infecciosa Equina – AIE e Mormo, em substituição aos animais abatidos e/ou sacrificados;

j) imóveis destinados à comercialização ou locação;

Obs.: admite-se o financiamento de:

I. empresas voltadas às atividades de compra, venda, loteamento, incorporação, construção e administração de imóveis, exclusivamente, quando contemplar itens relativos ao funcionamento da empresa, tais como: sede própria, instalações, máquinas e equipamentos;

II. construção de estacionamento rotativo, desde que referente a projeto de investimento isolado (ou seja, que não constitua parte de projeto de investimento para construção de edificação em conjunto com centros comerciais, shoppings centers, hotéis, apart hotéis, dentre outros empreendimentos comerciais);

III. imóveis destinados à locação em centros de logística, compreendendo a construção ou reforma de condomínios de galpões modulares ou outras edificações que sejam voltadas a oferecer estruturas e serviços relacionados ao fluxo e armazenamento de matérias-primas, materiais semiacabados e produtos acabados, bem como de informações a eles relativas;

IV. terminais rodoviários, ainda que contemplem espaços destinados à comercialização ou locação, preferencialmente em municípios integrantes das microrregiões classificadas pela Tipologia da PNDR como de renda estagnada ou dinâmica; e

V. infraestruturas e imóveis para a implantação de Condomínios Empresariais Tecnológicos[1] e Parques Tecnológicos[2] apoiados por programas do Governo do Estado, ainda que contemplem espaços destinados à comercialização ou locação, exclusivamente para micro, pequenas e pequeno-médias empresas, limitando-se esses financiamentos a até 5% dos recursos previstos para o FCO Empresarial em cada UF. Caberá aos Conselhos de Desenvolvimento dos Estados e do Distrito Federal – CDE identificar e comunicar aos agentes financeiros os condomínios empresariais tecnológicos e os parques tecnológicos, apoiados por programas estaduais, que poderão ser assistidos com recursos do FCO.

k) jet-ski, motocross, ultraleve, asa delta, pista de pouso, barcos de lazer, lanchas e similares, salvo se incorporados a empreendimentos turísticos já existentes ou a novos projetos turísticos;

l) a aquisição de bens e serviços de empresa constituída exatamente pelos mesmos sócios da empresa tomadora do financiamento. Tais bens e serviços poderão ser admitidos como contrapartida de recursos próprios;

m) projetos de geração, transmissão e distribuição de energia, exceto:

I. nos casos de geração de energia para consumo próprio do empreendimento, admitindo-se a comercialização da energia excedente, desde que limitada a 50% da capacidade de geração prevista no projeto;

II. nos casos de empresas de distribuição de energia elétrica sob intervenção do poder concedente, nos termos da Lei n.° 12.767, de 27.12.2012.

[1] Empreendimentos com foco em indústrias e prestadoras de serviços de valor agregado (mesmo que tradicionais), que possuem ativos voltados à promoção da inovação, com foco em negócios

[2] Empreendimentos que objetivam atrair, criar, incentivar e manter empresas de base tecnológica e instituições de ensino, pesquisa e desenvolvimento, como meio para a concretização de projetos de pesquisa e inovação tecnológica.

n) aquisição de máquinas, veículos, aeronaves, embarcações ou equipamentos, novos ou usados, importados ou que apresentem índices de nacionalização, em valor, inferior a 60% (sessenta por cento), para beneficiários com faturamento bruto anual superior a R$ 16.000.000,00 (dezesseis milhões de reais), exceto nos casos em que, alternativamente:

I. não haja produção nacional da máquina, veículo, aeronave, embarcação ou equipamento;

II. a máquina, veículo, aeronave, embarcação ou equipamento cumpra o Processo Produtivo Básico (PPB); ou

III. a Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM) da máquina, veículo, aeronave, embarcação ou equipamento importado tiver alíquota 0% do Imposto de Importação.

Obs.:

1) as máquinas, veículos, aeronaves, embarcações ou equipamentos passíveis de financiamento deverão constar, com índice de nacionalização, em valor, igual ou superior a 60%, do Credenciamento de Fabricantes Informatizado (CFI) ou do Catálogo de Produtos do Portal de Operações do Cartão BNDES, criados e mantidos pelo BNDES. Não poderão ser financiados as máquinas, os veículos, as aeronaves, as embarcações ou os equipamentos que constarem no Credenciamento de Fabricantes Informatizado (CFI) ou no Catálogo de Produtos do Portal de Operações do Cartão BNDES com a ressalva de que dependem de algum tipo de comprovação quanto ao índice de nacionalização ou com o registro de que podem ser financiados pelo BNDES mediante consulta àquela Instituição, exceto para beneficiários com faturamento bruto anual de até R$ 16.000.000,00 (dezesseis milhões de reais);

2) a comprovação de que não há produção nacional será feita por consulta à lista dos bens contemplados pelo regime de Ex-tarifário, divulgada por Resolução da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX); ou por anotação nas respectivas licenças de importação, realizada pelo Departamento de Comércio Exterior (DECEX); ou por consulta à entidade representativa dos fabricantes nacionais de bens afins ao bem importado;

3) para comprovação de que a máquina, veículo, aeronave, embarcação ou equipamento cumpre o Processo Produtivo Básico (PPB), deverá ser apresentado laudo técnico emitido pela Secretaria de Política de Informática do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (SEPIN/MCTI), Secretaria do Desenvolvimento da Produção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (SDP/MDIC) ou Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), quando a empresa estiver sediada no Pólo Industrial de Manaus, que ateste o cumprimento do PPB conforme estabelece a Portaria Interministerial correspondente ao produto, emitida pelos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), publicada no Diário Oficial da União;

4) deverão, ainda, ser observadas as alíneas “d-II”, “h” e “k” dos “Itens Não Financiáveis” do FCO, no tocante ao financiamento de veículos, aviões, helicópteros e embarcações.

o) tributos federais, estaduais e municipais como item específico de orçamento para financiamento.

Obs.: não estão incluídos nesta restrição, portanto, os tributos que compõem o preço dos produtos, bens e serviços financiados.

2.2. ATIVIDADES NÃO FINANCIÁVEIS: não constitui objetivo do FCO financiar atividades ou empresas ligadas a:

Título III – Condições Gerais de Financiamento

a) produção de gusa a carvão vegetal oriundo de mata nativa;

b) cerâmicas, serrarias e outros empreendimentos que utilizem madeiras oriundas de matas nativas, não contempladas em licenciamento e planos de manejo sustentável;

c) intermediação financeira;

d) jogos eletrônicos ou de azar de qualquer espécie;

e) sauna, termas e boate;

f) comercialização de madeiras nativas não contempladas em licenciamento e planos de manejo sustentável;

g) produção e comercialização de armas;

h) comercialização de bebidas alcoólicas, exceto para os beneficiários que possuem faturamento bruto anual de até R$ 16 milhões e cuja atividade principal seja industrialização/fabricação;

i) comercialização de fumo;

j) comercialização de combustível;

k) fabricação e comercialização de cimento em municípios de alta renda, conforme Tipologia definida pelo Ministério da Integração Nacional.

Obs.: admite-se o financiamento de empresas que comercializem os produtos mencionados nas alíneas de “g” a “k”, quando a venda destes itens não for a principal fonte de receita da empresa. Por exemplo, supermercados, casas de materiais de construção, restaurantes e lojas de materiais esportivos.

2.3. É vedada a contratação de financiamento com pessoas físicas ou jurídicas que mantenham ou tenham mantido trabalhadores em condições degradantes de trabalho ou análogas ao trabalho escravo, inscritas no Cadastro de Empregadores instituído pela Portaria n.° 540, de 15.10.2004, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, observada a Portaria n.° 1.150, de 18.11.2003, do Ministério da Integração Nacional – MI.

3. FORMA DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS:

a) mediante proposta simplificada, nos moldes sugeridos pelos Conselhos de Desenvolvimento dos Estados e do Distrito Federal – CDE e acordados com o Banco do Brasil, no caso de financiamento de valor inferior a R$ 100 mil nos Programas do FCO Rural e a R$ 200 mil nos Programas do FCO Empresarial.

Obs.: esses parâmetros são aplicáveis a todos os Programas do FCO, exceto Pronaf.

b) mediante carta-consulta a ser entregue na agência operadora – concomitante à apresentação da proposta –, quando se tratar de financiamento de valor igual ou superior aos indicados na alínea “a” acima, observado que:

I. as cartas-consultas devem ser submetidas previamente à anuência dos CDE;

II. fica dispensado o encaminhamento ao referido Conselho, quando se tratar de empreendimento amparado por Programa Oficial Específico de Desenvolvimento dos Governos Estaduais ou do Distrito Federal aprovado pelo Condel/Sudeco;

III. os CDE podem elevar os parâmetros acima indicados ou dispensar a anuência prévia de carta-consulta em sua área de abrangência;

IV. a Instituição Financeira, em consonância com os Conselhos de Desenvolvimento dos Estados e do Distrito Federal – CDE, poderá considerar canceladas as cartas-consultas cujos documentos necessários à análise da operação não forem apresentados pelos interessados no prazo máximo de 150 (cento e cinquenta) dias, contados da data da aprovação da carta-consulta pelos CDE;

Obs.: a anuência do CDE não implica obrigatoriedade na concessão do crédito pelo Agente Financeiro, que fica condicionada à análise da viabilidade técnica e econômica do projeto e à disponibilidade de recursos.

Título III – Condições Gerais de Financiamento

c) os Conselhos de Desenvolvimento dos Estados e do Distrito Federal – CDE poderão identificar e priorizar às instituições operadoras do FCO, observadas a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), as diretrizes, orientações gerais e prioridades estabelecidas pelo MI e Condel/Sudeco e as normas constantes desta Programação, os setores e os espaços que devam ser assistidos preferencialmente nos casos de propostas dispensadas de anuência prévia, observado o disposto na alínea seguinte;

d) as deliberações ou restrições tomadas pelos CDE, julgadas compatíveis com as diretrizes do FCO pela Secretaria Executiva do Condel/Sudeco, deverão ser seguidas pelo Agente Financeiro;

e) o Ministério da Integração Nacional, a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – Sudeco, o Conselho de Desenvolvimento do Centro-Oeste – Condel/Sudeco, a Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União da Presidência da República – SFC/CGU/PR e as Secretarias dos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás e do Distrito Federal, com representação nos CDE, por intermédio de seus prepostos formalmente qualificados junto ao Agente Financeiro, poderão acompanhar o andamento de propostas simplificadas e de cartas-consultas e/ou da execução de projetos financiados pelo FCO, inclusive daqueles que envolvam o sigilo bancário, mediante autorização expressa do proponente. Tal autorização deverá constar na proposta simplificada, na carta-consulta, no instrumento de crédito e/ou nos documentos a serem assinados por ocasião da entrega da proposta de financiamento.

4. PROJETO TÉCNICO: o projeto, quando exigido, deve abranger aspectos técnicos, econômicos, financeiros, organizacionais, administrativos, de capacidade gerencial, de mercado e de comercialização, além dos relativos ao cumprimento de exigências legais, especialmente aquelas de controle e preservação do meio ambiente e equilíbrio ecológico, estabelecendo, ao final, os indicadores relativos à viabilidade econômica e financeira do empreendimento.

5. ASSISTÊNCIA TÉCNICA: durante a vigência dos financiamentos, os empreendimentos devem contar com assistência técnica – gerencial, tecnológica, contábil, de planejamento ou de qualquer outra natureza –, desde que considerada necessária pelo Banco por ocasião da análise dos projetos/planos/propostas de financiamento.

6. TETO: R$ 20 milhões por tomador, inclusive quando se tratar de grupo empresarial, grupo agropecuário, cooperativa de produção ou associação de produtores rurais, respeitada a assistência máxima global permitida com recursos do Fundo.
Obs.:
I. os tetos do Pronaf, dos Programas para Repasse e das Linhas Especiais e Emergenciais estão definidos em cada um deles;
II. o teto por empreendedor individual é de R$ 20 mil.

7. ASSISTÊNCIA MÁXIMA PERMITIDA PELO FUNDO: a assistência máxima global com recursos do Fundo está limitada a R$ 20 milhões, por cliente, grupo empresarial ou grupo agropecuário.
Obs.:
I. respeitados o teto máximo de R$ 100 milhões, por cliente, grupo empresarial ou grupo agropecuário, o percentual de 51% fixado para aplicação junto ao segmento de menor porte (empreendedores individuais e mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores), e a previsão de disponibilidade de recursos orçamentários de cada Unidade Federativa, os Conselhos de Desenvolvimento dos Estados e do Distrito Federal poderão, em caráter de excepcionalidade, conceder anuência prévia em cartas-consultas de valores superiores a R$ 20 milhões, para projetos considerados de alta relevância ou estruturantes, preferencialmente localizados em

Título III – Condições Gerais de Financiamento

regiões de economia estagnada definidas pelos CDE, com base nos termos de acordos celebrados pelos Governos do Distrito Federal e dos Estados;

II. financiamentos na modalidade de *Project Finance* a serem concedidos a Sociedades de Propósito Específico (SPE) ficam limitados ao teto máximo de até R$ 100 milhões, em caráter de excepcionalidade, para projetos considerados de alta relevância e estruturantes, preferencialmente localizados em regiões de economia estagnada definidas pelos CDE. Esses financiamentos não impactam o teto de excepcionalidade de R$ 100 milhões de que trata o inciso anterior;

III. a assistência máxima global com recursos do Fundo está limitada a R$ 20 mil, por empreendedor individual.

8. CONDIÇÕES ESPECIAIS:

a) os Programas Oficiais Específicos de Desenvolvimento, aprovados por Lei Estadual ou do Distrito Federal e/ou definidos em Resoluções dos Conselhos de Desenvolvimento Estaduais e do Distrito Federal, devem ser apresentados ao Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste – Condel/Sudeco, por intermédio de sua Secretaria-Executiva, para que sejam repassados ao Banco do Brasil, após análise de sua compatibilidade com as diretrizes do FCO;

b) a concessão do crédito condiciona-se:

I. no caso de produtores e empresas beneficiárias de fundos de incentivos regionais ou setoriais, à regularidade da situação junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM e aos citados fundos de incentivo;

II. à existência de disponibilidade financeira do proponente, correspondente a sua participação nos gastos orçados – recursos próprios;

III. ao atendimento, primeiramente, de beneficiários ainda não assistidos pelo Fundo, exceto quando se tratar de integração de projetos;

c) o proponente deve cumprir a legislação ambiental em vigor e as condições estabelecidas pelo Banco do Brasil relativas ao meio ambiente, durante a vigência do financiamento;

d) é vedado ao Agente Financeiro exigir, em qualquer hipótese, reciprocidades aos proponentes de financiamento com recursos do FCO, bem como cobrar quaisquer valores a título de rubricas, como “flat”, nas contas vinculadas ao financiamento, como de lei. Excetuam-se dessa vedação as situações previstas na legislação aplicável às operações de crédito no âmbito do sistema financeiro nacional, aí incluídas as Resoluções do Conselho Monetário Nacional e o Manual de Crédito Rural do Banco Central do Brasil;

e) é vedada a transferência do empreendimento beneficiado com o crédito e dos bens móveis financiados para outro município não pertencente à Região Centro-Oeste, durante a vigência do financiamento. Caso o mutuário tenha essa necessidade, deverá formalizar pedido justificado ao Agente Operador que analisará o pleito, podendo ser exigida a liquidação antecipada da operação de crédito a critério do Agente Operador.

9. Os aspectos operacionais, tais como garantias, fiscalização, projeto técnico, assistência técnica, forma de pagamento e encargos de inadimplemento, serão estabelecidos pela Instituição Financeira.

10. O Banco do Brasil deverá incluir, nos instrumentos de crédito, as seguintes obrigações do tomador:

a) de confecção e manutenção de placa, no local do projeto, conforme modelo desenvolvido pela Secretaria-Executiva do Condel consoante as orientações contidas no “Manual de Uso da Marca do Governo Federal – Obras” da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República – Secom/PR e disponibilizado nos sites do Ministério da Integração Nacional, da Superintendência do Desenvolvimento

Título III – Condições Gerais de Financiamento

do Centro-Oeste e do Banco do Brasil (www.integracao.gov.br, www.sudeco.gov.br e www.bb.com.br);

b) de afixar plaqueta ou adesivo em veículos, caminhões, tratores, máquinas e equipamentos, conforme modelo desenvolvido pela Secretaria-Executiva do Condel consoante as orientações contidas no "Manual de Uso da Marca do Governo Federal – Obras" da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República – Secom/PR e disponibilizado nos sites do Ministério da Integração Nacional, da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste e do Banco do Brasil (www.integracao.gov.br, www.sudeco.gov.br e www.bb.com.br).

Obs.: não será exigida a colocação de placas, plaquetas ou adesivos:

1) no caso da alínea "a", quando o financiamento for de valor inferior a R$ 110 mil;
2) quando o financiamento for destinado a empreendedores individuais e a mini, micro e pequenos tomadores para aquisição de insumos e/ou matéria-prima ou para formação de estoques para vendas, nas Linhas de Financiamento do FCO Empresarial, ou para custeio agropecuário nas Linhas de Financiamento do FCO Rural.

11. Se constatado que um comprovante de despesa não é idôneo, o Agente Financeiro deverá dar conhecimento do fato aos órgãos fazendários competentes.

12. À exceção dos itens 10 e 11, as presentes condições não se aplicam ao Pronaf e ao Pronaf – Reforma Agrária, que seguem regras específicas, estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.

13. Os encargos financeiros e o bônus de adimplência estabelecidos nesta Programação não se aplicam aos beneficiários das linhas de crédito de que tratam o art. 8º-A da Lei n.º 10.177, de 12 de janeiro de 2001, e os arts. 9º e 9º-A da Lei n.º 12.844, de 19 de julho de 2013, nem aos agricultores familiares enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), definidos na legislação e no regulamento daquele Programa.

Título IV – Programa de FCO Empresarial de Apoio aos EI e às MPE
Subtítulo I – Condições de Financiamento

1. CLASSIFICAÇÃO QUANTO AO PORTE: com base no faturamento bruto apurado no último exercício fiscal das empresas/grupos, observados os parâmetros a seguir:
   a) empreendedor individual (EI), classificado conforme a Lei Complementar n.° 128, de 19.12.2008, c/c a Lei Complementar n.° 139, de 10.11.2011: até R$ 60 mil;
   b) microempresa: até R$ 360 mil;
   c) pequena empresa: acima de R$ 360 mil até R$ 3,6 milhões;
   d) pequeno-média empresa: acima de R$ 3,6 milhões até R$ 16 milhões.

   Obs.:
   I. no caso de empresas em instalação, será considerada a previsão de faturamento no primeiro ano de produção efetiva do projeto;
   II. quando a proponente fizer parte de grupo empresarial, a definição do porte acompanhará a classificação do grupo empresarial a que pertença;
   III. considera-se grupo empresarial o conjunto de empresas com personalidades jurídicas distintas submetidas a controle único ou com interdependência econômica, financeira ou administrativa entre si.

2. ENCARGOS FINANCEIROS:
   a) taxa fixa de juros estabelecida de acordo com a finalidade do financiamento e o porte do financiado, sendo[3]:

   a.1) investimento, inclusive com capital de giro associado:

Porte	Encargos Financeiros (% ao ano)	
	Sem bônus de adimplência de 15% referente à alínea "b"	Com bônus de adimplência de 15% referente à alínea "b"
EI	14,1200	12,0020
Micro		
Pequeno		
Pequeno-Médio		

   a.2) aquisição de insumos e matéria-prima e formação de estoques para vendas:

Porte	Encargos Financeiros (% ao ano)	
	Sem bônus de adimplência de 15% referente à alínea "b"	Com bônus de adimplência de 15% referente à alínea "b"
EI	18,2000	15,4700
Micro		
Pequeno		
Pequeno-Médio		

   a.3) operações de financiamento a projetos de ciência, tecnologia e inovação:

Porte	Encargos Financeiros (% ao ano)	
	Sem bônus de adimplência de 15% referente à alínea "b"	Com bônus de adimplência de 15% referente à alínea "b"
EI	11,8000	10,0300
Micro		
Pequeno		
Pequeno-Médio		

   Obs.: no caso de mutuário integrante de grupo empresarial, será atribuída a taxa de juros correspondente ao porte do grupo empresarial a que pertença, mesmo que a empresa, isoladamente, seja de porte inferior.

[3] Encargos financeiros e bônus de adimplência definidos pela Resolução CMN n° 4.395, de 30.12.2014, alterada pela Resolução CMN n.º 4.452, de 17.12.2015, para operações contratadas no período de 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro 2016.

Título IV – Programa de FCO Empresarial de Apoio aos EI e às MPE
Subtítulo I – Condições de Financiamento

b) bônus de adimplência: aos mutuários que efetuarem o pagamento de parcela de dívida, inclusive de juros no período de carência, de forma parcial ou integral, ou do saldo devedor do financiamento, até a data do respectivo vencimento, será concedido desconto correspondente a 15% sobre os juros, relativo ao bônus de adimplência, proporcional ao valor amortizado ou liquidado;

c) inadimplemento: os adotados pelo Banco. Sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis, inclusive de natureza executória, o mutuário fica sujeito, no caso de desvio na aplicação dos recursos, à perda de todo e qualquer benefício financeiro.

3. LIMITE FINANCIÁVEL:

a) investimento: sobre o valor total dos itens financiáveis serão aplicados os percentuais a seguir indicados:

Regiões / Porte	Mesorregião de Águas Emendadas e Faixa de Fronteira (Anexos IV e V)			Demais Municípios e DF		
	Estagnada Até	Dinâmica Até	Alta Renda Até	Estagnada Até	Dinâmica Até	Alta Renda Até
EI/Micro/Pequeno	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Pequeno-Médio	100%	100%	100%	95%	95%	90%

Notas:

1) para enquadramento no limite financiável, será considerado o município de localização do empreendimento, conforme Tipologia definida pelo Ministério da Integração Nacional (Anexo II);
2) para o financiamento de empreendimento desenvolvido em mais de um município, será aplicado o percentual correspondente ao município em que localizada a parte do empreendimento que receberá o maior volume de recursos, observada a Tipologia definida pelo Ministério da Integração Nacional (Anexo II);
3) para a Linha de Financiamento de Ciência, Tecnologia e Inovação para MPE, serão aplicados os limites financiáveis da Mesorregião de Águas Emendadas e Faixa de Fronteira, independentemente do município de localização do empreendimento.

b) capital de giro associado: para empreendedores individuais, até 100% do valor financiado pelo FCO para investimento, e, para micro, pequenas e pequeno-médias empresas, até 30% do valor financiado pelo FCO para investimento;

c) aquisição de insumos e matéria-prima e formação de estoques para vendas, preferencialmente por meio do Cartão FCO, sendo também admitidas as aquisições mediante pagamento direto ao fornecedor ou apresentação pelo beneficiário de nota fiscal de compra: até R$ 5 mil para empreendedores individuais, até R$ 90 mil para microempresas, até R$ 270 mil para pequenas empresas e até R$ 400 mil para pequeno-médias empresas.

Obs.: sobre os parâmetros constantes das alíneas “b” e “c” não se aplicam os limites indicados na alínea “a” acima, obedecidos o teto de financiamento e a assistência máxima permitida pelo Fundo.

4. LIBERAÇÃO DE RECURSOS:

a) Aquisição de insumos e/ou matéria-prima e/ou formação de estoques para vendas:
   1) Preferencialmente via Cartão FCO, sem necessidade de apresentação de nota(s) fiscal(is); e/ou
   2) Pagamento direto ao fornecedor mediante apresentação da(s) nota(s) fiscal(is); e/ou
   3) Crédito em conta corrente do mutuário, a título de reembolso/ressarcimento, mediante apresentação da(s) nota(s) fiscal(is) e respectivo(s) comprovante(s) de quitação.

b) FCO Investimento:
   1) Preferencialmente Via Cartão FCO; e/ou
   2) Pagamento direto ao fornecedor mediante apresentação da(s) nota(s) fiscal(is); e/ou
   3) Crédito em conta corrente do mutuário a título de reembolso/ressarcimento, mediante apresentação da(s) nota(s) fiscal(is) e respectivo(s) comprovante(s) de quitação;

Título IV – Programa de FCO Empresarial de Apoio aos EI e às MPE
Subtítulo I – Condições de Financiamento

Observações:

(1) Para o financiamento de investimento em obra civil admite-se a liberação diretamente ao mutuário, a título de adiantamento, referente à parcela prevista do cronograma de utilização do crédito;

(2) No caso de aquisição de máquinas e/ou equipamentos, nacionais e/ou importados, admite-se a liberação diretamente ao mutuário a título de adiantamento, exclusivamente para eventos de produção (bens fabricados sob encomenda), conforme estabelecido no Contrato Comercial e/ou Fatura Proforma (Proforma Invoice).

c) Capital de Giro Associado:

1) Repasse diretamente ao mutuário, mediante crédito em conta corrente vinculada à operação.

Obs.: item aplicável às Instituições Financeiras Operadoras que disponibilizam o Cartão FCO.

5. REPROGRAMAÇÃO DE DÍVIDAS: o Agente Financeiro poderá aplicar, caso a caso, a prerrogativa de reprogramação de dívida no âmbito do FCO Empresarial, com os mesmos encargos financeiros antes pactuados no instrumento de crédito, desde que se comprove a incapacidade de pagamento do mutuário em consequência de dificuldade de produção e/ou comercialização dos seus produtos e/ou serviços, decorrente de fatores alheios à sua gestão, observadas, ainda, as seguintes condições:

a) o cronograma de reembolso deverá ser readequado à nova capacidade de pagamento;

b) os prazos de carência e de reposição da operação original poderão ser ampliados respeitados os prazos máximos definidos em cada Programa. Excepcionalmente, nos casos em que a medida for imprescindível à recuperação do crédito, o prazo de reposição poderá, a partir de 05.07.2007 (data da publicação da Resolução n.° 310, de 29.06.2007) e por uma única vez, ser ampliado em até 50% do prazo máximo definido em cada Programa, contado a partir da data da reprogramação;

Obs.: os números relacionados às operações reprogramadas com base na presente autorização deverão ser incluídos nos relatórios de Informações Gerenciais e de Prestação de Contas (semestral e anual), bem como deverá constar dos Relatórios de Prestação de Contas Semestral e Anual a avaliação dos efeitos dessas reprogramações nas disponibilidades do Fundo.

6. OUTRAS CONDIÇÕES: o Agente Financeiro poderá suspender novas contratações junto aos empreendedores individuais nos municípios em que o índice de inadimplência atingir 5,0%.

Título IV – Programa de FCO Empresarial de Apoio aos EI e às MPE

Subtítulo II – Linhas de Financiamento

CAPÍTULO 1 – LINHA DE FINANCIAMENTO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL PARA MPE

1. FINALIDADE: financiar todos os bens e serviços necessários à implantação, ampliação, modernização, adequação ambiental e sanitária ou relocalização de empreendimentos industriais e agroindustriais, capital de giro associado e aquisição de insumos e matéria-prima.

2. BENEFICIÁRIOS: pessoas jurídicas de direito privado, desde que se dediquem à atividade produtiva nos setores industrial, agroindustrial e mineral.

3. ITENS FINANCIÁVEIS: o que for necessário à implementação do projeto, exceto os listados no subitem 2.1 das Condições Gerais de Financiamento.

   Obs.: no caso de produção de álcool e fabricação e refinamento de açúcar, admite-se o financiamento desde que o projeto seja de micro ou pequena empresa ou:

   a) seja autossuficiente na geração de energia elétrica demandada por seu programa de produção; e

   b) esteja inserido em Programa de Desenvolvimento dos Governos Estaduais ou do Distrito Federal.

4. PRAZO:

   a) investimento: até 36 meses, incluído o período de carência de até 3 meses, para EI; e até 12 anos, incluído o período de carência de até 3 anos e, no caso de aquisição de imóveis para localização ou relocalização de empreendimentos, até 20 anos, incluído o período de carência de até 5 anos, para demais portes;

   b) capital de giro associado: até 36 meses, incluído o período de carência de até 3 meses, para EI; e até 3 anos, incluído o período de carência de até 1 ano, para demais portes;

   c) aquisição de insumos e matéria-prima: até 18 meses, incluído o período de carência de até 3 meses, para EI; e até 24 meses, incluído o período de carência de até 6 meses, para demais portes;

   d) caminhões: até 6 anos, incluído o período de carência de até 2 anos.

CAPÍTULO 2 – LINHA DE FINANCIAMENTO DE INFRAESTRUTURA ECONÔMICA PARA MPE

1. FINALIDADE: financiar todos os bens e serviços necessários à implantação, ampliação, modernização e reforma de infraestrutura econômica, capital de giro associado e aquisição de insumos, nos setores de:

   a) transporte rodoviário – estradas vicinais e coletoras;

   b) armazenagem – unidades de armazenagem coletora, intermediária e terminal;

   c) abastecimento de água;

   d) esgotamento sanitário;

   e) usinas de compostagem/aterros sanitários;

   f) atividades de logística nos segmentos de: armazenagem, centros de distribuição, transporte e comunicação.

2. BENEFICIÁRIOS: pessoas jurídicas de direito privado e empresas públicas não dependentes de transferências financeiras do Poder Público.

3. ITENS FINANCIÁVEIS: o que for necessário à implementação do projeto, exceto os listados no subitem 2.1 das Condições Gerais de Financiamento.

Título IV – Programa de FCO Empresarial de Apoio aos EI e às MPE
Subtítulo II – Linhas de Financiamento

4. PRAZO:
   a) investimento: até 15 anos, incluído o período de carência de até 5 anos e, no caso de aquisição de imóveis para localização ou relocalização de empreendimentos, até 20 anos, incluído o período de carência de até 5 anos;
   b) capital de giro associado: até 3 anos, incluído o período de carência de até 1 ano;
   c) aquisição de insumos: até 24 meses, incluído o período de carência de até 6 meses;
   d) caminhões: até 6 anos, incluído o período de carência de até 2 anos.

CAPÍTULO 3 – LINHA DE FINANCIAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO REGIONAL PARA MPE

1. FINALIDADE: financiar todos os bens e serviços necessários à implantação, ampliação e modernização de empreendimentos turísticos, capital de giro associado e aquisição de insumos.

2. BENEFICIÁRIOS: pessoas jurídicas de direito privado, cadastradas no Ministério do Turismo, desde que prestem serviços turísticos remunerados e exerçam atividades econômicas na cadeia produtiva do turismo, tais como:
   a) meios de hospedagem;
   b) agências de turismo;
   c) organizadoras de eventos;
   d) parques temáticos;
   e) acampamentos turísticos;
   f) restaurantes, cafeterias, bares e similares;
   g) centros de convenções;
   h) parques aquáticos;
   i) empreendimentos dotados de equipamentos de entretenimento e lazer;
   j) estruturas de apoio ao turismo náutico;
   k) casas de espetáculos/equipamentos de animação turística;
   l) prestadoras de serviços de infraestrutura para eventos;
   m) prestadoras especializadas em segmentos turísticos; e
   n) locadoras de veículos.

3. ITENS FINANCIÁVEIS: o que for necessário à implementação do projeto, exceto os listados no subitem 2.1 das Condições Gerais de Financiamento.

4. PRAZO:
   a) investimento: até 36 meses, incluído o período de carência de até 3 meses, para EI; e até 12 anos, incluído o período de carência de até 3 anos e, no caso de meios de hospedagem e de aquisição de imóveis para localização ou relocalização de empreendimentos, até 20 anos, incluído o período de carência de até 5 anos, para demais portes;
   b) capital de giro associado: até 36 meses, incluído o período de carência de até 3 meses, para EI; e até 3 anos, incluído o período de carência de até 1 ano, para demais portes;
   c) aquisição de insumos: até 18 meses, incluído o período de carência de até 3 meses, para EI; e até 24 meses, incluído o período de carência de até 6 meses, para demais portes;
   d) caminhões: até 6 anos, incluído o período de carência de até 2 anos.

Título IV – Programa de FCO Empresarial de Apoio aos EI e às MPE
Subtítulo II – Linhas de Financiamento

CAPÍTULO 4 – LINHA DE FINANCIAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DOS SETORES COMERCIAL E DE SERVIÇOS PARA MPE

1. FINALIDADE: financiar todos os bens e serviços necessários à implantação, ampliação, modernização ou relocalização de empreendimentos dos setores comercial e de serviços, capital de giro associado, aquisição de insumos e formação de estoques para vendas.

2. BENEFICIÁRIOS: pessoas jurídicas de direito privado, desde que se dediquem a atividades nos setores comercial e de serviços.

3. ITENS FINANCIÁVEIS: o que for necessário à implementação do projeto, exceto os listados no subitem 2.1 das Condições Gerais de Financiamento.

4. PRAZO:
   a) investimento: até 36 meses, incluído o período de carência de até 3 meses, para EI; e até 12 anos, incluído o período de carência de até 3 anos e, no caso de aquisição de imóveis para localização ou relocalização de empreendimentos, até 20 anos, incluído o período de carência de até 5 anos, para demais portes;
   b) capital de giro associado: até 36 meses, incluído o período de carência de até 3 meses, para EI; e até 3 anos, incluído o período de carência de até 1 ano, para demais portes;
   c) aquisição de insumos e formação de estoques para vendas: até 18 meses, incluído o período de carência de até 3 meses, para EI; e até 24 meses, incluído o período de carência de até 6 meses, para demais portes;
   d) caminhões: até 6 anos, incluído o período de carência de até 2 anos.

CAPÍTULO 5 – LINHA DE FINANCIAMENTO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA MPE

1. OBJETIVOS:
   a) contribuir para a construção de um ambiente favorável à inovação no segmento empresarial visando à expansão do emprego e do valor agregado nas diversas etapas da produção;
   b) difundir a cultura da absorção do conhecimento técnico e científico e estimular a cooperação entre empresas e Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs);
   c) incentivar a criação e consolidação de empresas intensivas em tecnologia, apoiando parques tecnológicos e incentivando a criação e expansão de capitais empreendedores;
   d) propiciar condições para expansão de Processo de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P, D & I) em áreas de Biotecnologia; Agricultura Orgânica; Nanotecnologia; Geotecnologia; Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC); Tecnologia Assistiva, Insumos e Equipamentos para Saúde; Biofármacos, Farmoquímicos e Medicamentos; Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos; Biocombustíveis; Energia Elétrica, Hidrogênio e Energia Renováveis; Petróleo, Gás e Carvão Mineral; Agronegócio; Biodiversidade e Recursos Naturais; Meteorologia e mudanças climáticas; Programa Aeronáutico e Espacial; Programa Nuclear; e Defesa Nacional e Segurança Pública, preferencialmente na Faixa de Fronteira;
   e) apoiar o desenvolvimento de técnicas de prevenção e mitigação de desastres, voltadas à defesa civil;
   f) estimular a melhoria da qualidade, do valor agregado e competitividade dos produtos, serviços e processos tecnológicos que busquem, preferencialmente, a redução de custos e de consumo de energia e recursos naturais no setor produtivo, com foco nos mercados regional, nacional e internacional, e a geração de emprego e renda;

Título IV – Programa de FCO Empresarial de Apoio aos EI e às MPE
Subtítulo II – Linhas de Financiamento

g) apoiar a Pesquisa e Desenvolvimento aplicados à segurança alimentar e nutricional com vistas ao desenvolvimento;

h) financiar a realização de atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica por pesquisadores, titulados como mestres ou doutores;

i) promover a difusão, a informação e a extensão tecnológicas na forma de acesso a máquinas e equipamentos para P&D;

j) financiar empreendimentos inovadores, tanto na ampliação da sua capacidade de desenvolver inovações, incluindo o apoio a iniciativas de pesquisa e desenvolvimento, quanto na incorporação de tecnologias já disponíveis para o aprimoramento significativo de produtos, serviços e/ou processos;

k) financiar a implantação, expansão, modernização, reforma e relocalização de empresas desenvolvedoras de software e prestadoras de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) nas seguintes áreas: transferência e absorção de tecnologias, desenvolvimento de software; pesquisa, desenvolvimento e inovação (P, D & I); avaliação e certificação; treinamento e consultoria; propriedade intelectual; infraestrutura e apoio;

l) apoiar a estruturação de parques tecnológicos por meio do financiamento de infraestruturas de apoio ao desenvolvimento tecnológico, incubadoras de empresas, aceleradoras de empresas, espaços de socialização, infraestruturas e equipamentos multiuso; e

m) apoiar o fortalecimento da rede de serviços tecnológicos por meio do financiamento da implantação e atualização de infraestruturas e equipamentos de laboratórios de uso comum, laboratórios de ensaio, testes e certificação de produtos e processos.

2. FINALIDADE: financiar todos os bens e serviços necessários à implantação, ampliação e modernização de empreendimentos, capital de giro associado e aquisição de insumos e matéria-prima.

3. BENEFICIÁRIOS: pessoas jurídicas de direito privado que se dediquem a atividades produtivas.

4. ITENS FINANCIÁVEIS: o que for necessário à implementação do projeto, exceto os listados no subitem 2.1 das Condições Gerais de Financiamento.

5. PRAZO:

a) investimento: até 15 anos, incluído o período de carência de até 5 anos, podendo ser elevado a até 20 anos no caso de empreendimentos considerados de alta relevância em setores estratégicos para o desenvolvimento econômico e social da Região Centro-Oeste, desde que devidamente justificado no projeto;

b) capital de giro associado: até 3 anos, incluído o período de carência de até 1 ano;

c) aquisição de insumos e matéria-prima: até 24 meses, incluído o período de carência de até 6 meses.

Título V – Programa de FCO Empresarial para MGE
Subtítulo I – Condições de Financiamento

1. CLASSIFICAÇÃO QUANTO AO PORTE: com base no faturamento bruto apurado no último exercício fiscal das empresas/grupos, observados os parâmetros a seguir:

a) média empresa: acima de R$ 16 milhões até R$ 90 milhões;

b) grande empresa: acima de R$ 90 milhões;

Obs.:

I. no caso de empresas em instalação, será considerada a previsão de faturamento no primeiro ano de produção efetiva do projeto;

II. quando a proponente fizer parte de grupo empresarial, a definição do porte acompanhará a classificação do grupo empresarial a que pertença;

III. considera-se grupo empresarial o conjunto de empresas com personalidades jurídicas distintas submetidas a controle único ou com interdependência econômica, financeira ou administrativa entre si.

2. ENCARGOS FINANCEIROS:

a) taxa fixa de juros estabelecida de acordo com a finalidade do financiamento e o porte do financiado, sendo[4]:

a.1) investimento, inclusive com capital de giro associado:

Porte	Encargos Financeiros (% ao ano)	
	Sem bônus de adimplência de 15% referente à alínea "b"	Com bônus de adimplência de 15% referente à alínea "b"
Médio	14,1200	12,0020
Grande	15,2900	12,9965

a.2) operações de financiamento a projetos de ciência, tecnologia e inovação:

Porte	Encargos Financeiros (% ao ano)	
	Sem bônus de adimplência de 15% referente à alínea "b"	Com bônus de adimplência de 15% referente à alínea "b"
Médio	11,8000	10,0300
Grande		

Obs.: no caso de mutuário integrante de grupo empresarial, será atribuída a taxa de juros correspondente ao porte do grupo empresarial a que pertença, mesmo que a empresa, isoladamente, seja de porte inferior.

b) bônus de adimplência: aos mutuários que efetuarem o pagamento de parcela de dívida, inclusive de juros no período de carência, de forma parcial ou integral, ou do saldo devedor do financiamento, até a data do respectivo vencimento, será concedido desconto correspondente a 15% sobre os juros, relativo ao bônus de adimplência, proporcional ao valor amortizado ou liquidado;

c) inadimplemento: os adotados pelo Banco. Sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis, inclusive de natureza executória, o mutuário fica sujeito, no caso de desvio na aplicação dos recursos, à perda de todo e qualquer benefício financeiro.

[4] Encargos financeiros e bônus de adimplência definidos pela Resolução CMN n° 4.395, de 30.12.2014, alterada pela Resolução CMN n.º 4.452, de 17.12.2015, para operações contratadas no período de 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro 2016.

Título V – Programa de FCO Empresarial para MGE
Subtítulo I – Condições de Financiamento

3. LIMITE FINANCIÁVEL:

a) investimento: sobre o valor total dos itens financiáveis serão aplicados os percentuais a seguir indicados:

Regiões / Porte	Mesorregião de Águas Emendadas e Faixa de Fronteira (Anexos IV e V)			Demais Municípios e DF		
	Estagnada Até	Dinâmica Até	Alta Renda Até	Estagnada Até	Dinâmica Até	Alta Renda Até
Médio	95%	95%	95%	90%	90%	85%
Grande	90%	90%	90%	80%	80%	70%

Notas:

1) para enquadramento no limite financiável, será considerado o município de localização do empreendimento, conforme Tipologia definida pelo Ministério da Integração Nacional (Anexo II);
2) para o financiamento de empreendimento desenvolvido em mais de um município, será aplicado o percentual correspondente ao município em que localizada a parte do empreendimento que receberá o maior volume de recursos, observada a Tipologia definida pelo Ministério da Integração Nacional (Anexo II);
3) para a Linha de Financiamento de Ciência, Tecnologia e Inovação para MGE, serão aplicados os limites financiáveis da Mesorregião de Águas Emendadas e Faixa de Fronteira, independentemente do município de localização do empreendimento.

b) capital de giro associado: até 30% do valor financiado pelo FCO para investimento.

Obs.: sobre o parâmetro constante da alínea “b” não se aplicam os limites indicados na alínea “a” acima, obedecidos o teto de financiamento e a assistência máxima permitida pelo Fundo.

4. REPROGRAMAÇÃO DE DÍVIDAS: o Agente Financeiro poderá aplicar, caso a caso, a prerrogativa de reprogramação de dívida no âmbito do FCO Empresarial, com os mesmos encargos financeiros antes pactuados no instrumento de crédito, desde que se comprove a incapacidade de pagamento do mutuário em consequência de dificuldade de produção e/ou comercialização dos seus produtos e/ou serviços, decorrente de fatores alheios à sua gestão, observadas, ainda, as seguintes condições:

a) o cronograma de reembolso deverá ser readequado à nova capacidade de pagamento;

b) os prazos de carência e de reposição da operação original poderão ser ampliados respeitados os prazos máximos definidos em cada Programa. Excepcionalmente, nos casos em que a medida for imprescindível à recuperação do crédito, o prazo de reposição poderá, a partir de 05.07.2007 (data da publicação da Resolução n.° 310, de 29.06.2007) e por uma única vez, ser ampliado em até 50% do prazo máximo definido em cada Programa, contado a partir da data da reprogramação;

Obs.: os números relacionados às operações reprogramadas com base na presente autorização deverão ser incluídos nos relatórios de Informações Gerenciais e de Prestação de Contas (semestral e anual), bem como deverá constar dos Relatórios de Prestação de Contas Semestral e Anual a avaliação dos efeitos dessas reprogramações nas disponibilidades do Fundo.

Título V – Programa de FCO Empresarial para MGE

Subtítulo II – Linhas de Financiamento

CAPÍTULO 1 – LINHA DE FINANCIAMENTO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL PARA MGE

1. FINALIDADE: financiar todos os bens e serviços necessários à implantação, ampliação, modernização, adequação ambiental e sanitária ou relocalização de empreendimentos industriais e agroindustriais, com ou sem capital de giro associado.

2. BENEFICIÁRIOS: pessoas jurídicas de direito privado, desde que se dediquem à atividade produtiva nos setores industrial, agroindustrial e mineral.

3. ITENS FINANCIÁVEIS: o que for necessário à implementação do projeto, exceto os listados no subitem 2.1 das Condições Gerais de Financiamento.

   Obs.: no caso de produção de álcool e fabricação e refinamento de açúcar, admite-se o financiamento desde que o projeto:

   a) seja autossuficiente na geração de energia elétrica demandada por seu programa de produção; e

   b) esteja inserido em Programa de Desenvolvimento dos Governos Estaduais ou do Distrito Federal.

4. PRAZO:

   a) investimento: até 12 anos, incluído o período de carência de até 3 anos;

   b) capital de giro associado: até 3 anos, incluído o período de carência de até 1 ano;

   c) caminhões: até 6 anos, incluído o período de carência de até 2 anos.

CAPÍTULO 2 – LINHA DE FINANCIAMENTO DE INFRAESTRUTURA ECONÔMICA PARA MGE

1. FINALIDADE: financiar todos os bens e serviços necessários à implantação, ampliação, modernização e reforma de infraestrutura econômica, com ou sem capital de giro associado, nos setores de:

   a) transporte:

      I. rodoviário – estradas vicinais e coletoras;

      II. hidroviário – instalações portuárias e equipamentos de navegação fluvial;

      III. ferroviário;

      IV. aeroviário;

   b) armazenagem – unidades de armazenagem coletora, intermediária e terminal;

   c) abastecimento de água;

   d) esgotamento sanitário;

   e) usinas de compostagem/aterros sanitários;

   f) instalação de gasoduto;

   g) produção de gás;

   h) distribuição de gás canalizado;

   i) atividades de logística nos segmentos de: armazenagem, centros de distribuição, transporte e comunicação;

   j) telecomunicações.

   Obs.: fica admitido o financiamento de empreendimentos no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC nos setores acima.

2. BENEFICIÁRIOS: pessoas jurídicas de direito privado, empresas públicas não dependentes de transferências financeiras do Poder Público e Parcerias Público-Privadas.

Título V – Programa de FCO Empresarial para MGE
Subtítulo II – Linhas de Financiamento

3. ITENS FINANCIÁVEIS: o que for necessário à implementação do projeto, exceto os listados no subitem 2.1 das Condições Gerais de Financiamento.

4. PRAZO:
   a) investimento: até 15 anos, incluído o período de carência de até 5 anos, podendo ser elevado a até 20 anos no caso de empreendimentos estruturantes de grande vulto considerados de alta relevância em setores considerados estratégicos para o desenvolvimento econômico e social da Região Centro-Oeste, desde que devidamente justificado no projeto;
   b) capital de giro associado: até 3 anos, incluído o período de carência de até 1 ano;
   c) caminhões: até 6 anos, incluído o período de carência de até 2 anos.

CAPÍTULO 3 – LINHA DE FINANCIAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO REGIONAL PARA MGE

1. FINALIDADE: financiar todos os bens e serviços necessários à implantação, ampliação e modernização de empreendimentos turísticos, com ou sem capital de giro associado.

2. BENEFICIÁRIOS: pessoas jurídicas de direito privado, cadastradas no Ministério do Turismo, desde que prestem serviços turísticos remunerados e exerçam atividades econômicas na cadeia produtiva do turismo, tais como:
   a) meios de hospedagem;
   b) agências de turismo;
   c) organizadoras de eventos;
   d) parques temáticos;
   e) acampamentos turísticos;
   f) restaurantes, cafeterias, bares e similares;
   g) centros de convenções;
   h) parques aquáticos;
   i) empreendimentos dotados de equipamentos de entretenimento e lazer;
   j) estruturas de apoio ao turismo náutico;
   k) casas de espetáculos/equipamentos de animação turística;
   l) prestadoras de serviços de infraestrutura para eventos;
   m) prestadoras especializadas em segmentos turísticos; e
   n) locadoras de veículos.

3. ITENS FINANCIÁVEIS: o que for necessário à implementação do projeto, exceto os listados no subitem 2.1 das Condições Gerais de Financiamento.

4. PRAZO:
   a) investimento: até 12 anos, incluído o período de carência de até 3 anos e, no caso de meios de hospedagem, até 20 anos, incluído o período de carência de até 5 anos;
   b) capital de giro associado: até 3 anos, incluído o período de carência de até 1 ano;
   c) caminhões: até 6 anos, incluído o período de carência de até 2 anos.

Título V – Programa de FCO Empresarial para MGE
Subtítulo II – Linhas de Financiamento

CAPÍTULO 4 – LINHA DE FINANCIAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DOS SETORES COMERCIAL E DE SERVIÇOS PARA MGE

1. FINALIDADE: financiar todos os bens e serviços necessários à implantação, ampliação, modernização ou relocalização de empreendimentos dos setores comercial e de serviços, com ou sem capital de giro associado.

2. BENEFICIÁRIOS: pessoas jurídicas de direito privado, desde que se dediquem a atividades nos setores comercial e de serviços.

3. ITENS FINANCIÁVEIS: o que for necessário à implementação do projeto, exceto os listados no subitem 2.1 das Condições Gerais de Financiamento.

4. PRAZO:
   a) investimento: até 12 anos, incluído o período de carência de até 3 anos;
   b) capital de giro associado: até 3 anos, incluído o período de carência de até 1 ano;
   c) caminhões: até 6 anos, incluído o período de carência de até 2 anos.

CAPÍTULO 5 – LINHA DE FINANCIAMENTO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA MGE

1. OBJETIVOS:
   a) contribuir para a construção de um ambiente favorável à inovação no segmento empresarial visando à expansão do emprego e do valor agregado nas diversas etapas da produção;
   b) difundir a cultura da absorção do conhecimento técnico e científico e estimular a cooperação entre empresas e Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs);
   c) incentivar a criação e consolidação de empresas intensivas em tecnologia, apoiando parques tecnológicos e incentivando a criação e expansão de capitais empreendedores;
   d) propiciar condições para expansão de Processo de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P, D & I) em áreas de Biotecnologia; Agricultura Orgânica; Nanotecnologia; Geotecnologia; Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC); Tecnologia Assistiva, Insumos e Equipamentos para Saúde; Biofármacos, Farmoquímicos e Medicamentos; Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos; Biocombustíveis; Energia Elétrica, Hidrogênio e Energia Renováveis; Petróleo, Gás e Carvão Mineral; Agronegócio; Biodiversidade e Recursos Naturais; Meteorologia e mudanças climáticas; Programa Aeronáutico e Espacial; Programa Nuclear; e Defesa Nacional e Segurança Pública, preferencialmente na Faixa de Fronteira;
   e) apoiar o desenvolvimento de técnicas de prevenção e mitigação de desastres, voltadas à defesa civil;
   f) estimular a melhoria da qualidade, do valor agregado e competitividade dos produtos, serviços e processos tecnológicos que busquem, preferencialmente, a redução de custos e de consumo de energia e recursos naturais no setor produtivo, com foco nos mercados regional, nacional e internacional, e a geração de emprego e renda;
   g) apoiar a Pesquisa e Desenvolvimento aplicados à segurança alimentar e nutricional com vistas ao desenvolvimento;
   h) financiar a realização de atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica por pesquisadores, titulados como mestres ou doutores;
   i) promover a difusão, a informação e a extensão tecnológicas na forma de acesso a máquinas e equipamentos para P&D;
   j) financiar empreendimentos inovadores, tanto na ampliação da sua capacidade de desenvolver inovações, incluindo o apoio a iniciativas de pesquisa e desenvolvimento,

Título V – Programa de FCO Empresarial para MGE
Subtítulo II – Linhas de Financiamento

quanto na incorporação de tecnologias já disponíveis para o aprimoramento significativo de produtos, serviços e/ou processos;

k) financiar a implantação, expansão, modernização, reforma e relocalização de empresas desenvolvedoras de software e prestadoras de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) nas seguintes áreas: transferência e absorção de tecnologias, desenvolvimento de software; pesquisa, desenvolvimento e inovação (P, D & I); avaliação e certificação; treinamento e consultoria; propriedade intelectual; infraestrutura e apoio;

l) apoiar a estruturação de parques tecnológicos por meio do financiamento de infraestruturas de apoio ao desenvolvimento tecnológico, incubadoras de empresas, aceleradoras de empresas, espaços de socialização, infraestruturas e equipamentos multiuso; e

m) apoiar o fortalecimento da rede de serviços tecnológicos por meio do financiamento da implantação e atualização de infraestruturas e equipamentos de laboratórios de uso comum, laboratórios de ensaio, testes e certificação de produtos e processos.

2. FINALIDADE: financiar todos os bens e serviços necessários à implantação, ampliação e modernização de empreendimentos, com ou sem capital de giro associado.

3. BENEFICIÁRIOS: pessoas jurídicas de direito privado que se dediquem a atividades produtivas e Parcerias Público-Privadas.

4. ITENS FINANCIÁVEIS: o que for necessário à implementação do projeto, exceto os listados no subitem 2.1 das Condições Gerais de Financiamento.

5. PRAZO:

a) investimento: até 15 anos, incluído o período de carência de até 5 anos, podendo ser elevado a até 20 anos no caso de empreendimentos estruturantes de grande vulto considerados de alta relevância em setores estratégicos para o desenvolvimento econômico e social da Região Centro-Oeste, desde que devidamente justificado no projeto;

b) capital de giro associado: até 3 anos, incluído o período de carência de até 1 ano.

Título VI – Programa de FCO Rural
Subtítulo I – Condições de Financiamento

1. CLASSIFICAÇÃO QUANTO AO PORTE:

a) produtores rurais e extrativistas, considerada a renda bruta agropecuária anual proveniente da venda dos produtos oriundos de todas as atividades agropecuárias exploradas pelo produtor:

I. mini: até R$ 360 mil;

II. pequeno: acima de R$ 360 mil até R$ 3,6 milhões;

III. pequeno-médio: acima de R$ 3,6 milhões até R$ 16 milhões;

IV. médio: acima de R$ 16 milhões até R$ 90 milhões;

V. grande: acima de R$ 90 milhões.

b) associações e cooperativas:

I. de miniprodutores rurais: aquelas com pelo menos 70% do quadro social ativo constituído de miniprodutores. No caso de associações, os 30% restantes do quadro devem ser compostos exclusivamente por pequenos produtores;

II. de pequenos produtores rurais: aquelas que, não sendo cooperativas ou associações de miniprodutores, tenham seu quadro social ativo constituído por pelo menos 70% de mini e pequenos produtores. No caso de associações, os 30% restantes do quadro devem ser compostos exclusivamente por pequeno-médios produtores;

III. de pequeno-médios produtores rurais: aquelas que, não sendo cooperativas ou associações de mini ou pequenos produtores rurais, tenham seu quadro social ativo constituído por pelo menos 70% de mini, pequenos e pequeno-médios produtores. No caso de associações, os 30% restantes do quadro devem ser compostos exclusivamente por médios produtores;

IV. de médios produtores rurais: aquelas que, não sendo cooperativas ou associações de mini, pequenos ou pequeno-médios produtores, tenham seu quadro social ativo constituído por pelo menos 70% de mini, pequenos pequeno-médios e médios produtores. No caso de associações, é vedada a concessão de crédito à entidade de cujo quadro social participe associado classificado como grande produtor;

c) critérios a serem observados na classificação do porte do produtor rural:

I. considera-se como renda agropecuária bruta anual a prevista para o próximo período de 1 (um) ano de produção normal, englobando todas as atividades agropecuárias exploradas pelo produtor, apurada pela Instituição Financeira. Tratando-se de produção florestal, considera-se como renda agropecuária bruta anual prevista o valor resultante da divisão da receita estimada pelo número de anos previstos até a sua efetivação;

II. a renda bruta proveniente da avicultura e suinocultura não integradas, e da olericultura, pecuária leiteira, piscicultura e sericicultura deve ser rebatida em 50%, previamente à aplicação dos parâmetros mencionados na alínea “a” retro;

III. no caso dos produtores integrados em avicultura e suinocultura, a renda bruta será apurada mediante a aplicação de rebate de 30% e 20%, respectivamente, sobre o preço corrente pago pela integradora em função do contrato de integração;

IV. a classificação como mini e pequeno produtor fica condicionada a que, no mínimo, 80% de sua renda bruta anual seja proveniente da atividade rural, excetuando-se os rendimentos provenientes de atividade assalariada;

V. a apuração da renda bruta terá por base o preço de mercado, englobando todas as atividades agropecuárias exploradas pelo produtor;

Título VI – Programa de FCO Rural
Subtítulo I – Condições de Financiamento

VI. quando o proponente fizer parte de grupo empresarial ou agropecuário, a definição do porte acompanhará a classificação do grupo empresarial ou agropecuário a que pertença:

1) considera-se grupo empresarial o conjunto de empresas com personalidades jurídicas distintas submetidas a controle único ou com interdependência econômica, financeira ou administrativa entre si;

2) considera-se grupo agropecuário o conjunto de produtores rurais, pessoas físicas e/ou jurídicas, que operam em regime de condomínio ou que desenvolvem suas atividades em conjunto, submetidas a controle único ou com interdependência econômica, financeira ou administrativa. A existência de relacionamento entre produtores rurais caracteriza-se pela ocorrência de uma ou mais das seguintes situações:

- compartilhamento de fatores de produção (imóveis, máquinas, equipamentos, estrutura de transporte e armazenamento) onde a maior parte dos bens pertença a uma pessoa física ou jurídica ou a um grupo delas;
- existência de interesses comuns por parentesco, ou outros vínculos entre os componentes de mesma família, ainda que em caráter informal;
- realização de operações de crédito, coletivo ou grupal, em conjunto com outros mutuários;
- constituição formal como grupo.

2. ENCARGOS FINANCEIROS:

a) taxa fixa de juros estabelecida de acordo com a finalidade do financiamento e o porte do produtor, cooperativa ou associação, conforme abaixo[5]:

a.1) investimento, inclusive com custeio associado:

Porte	Encargos Financeiros (% ao ano)	
	Sem bônus de adimplência de 15% referente à alínea "b"	Com bônus de adimplência de 15% referente à alínea "b"
Mini	7,6500	6,5025
Pequeno		
Pequeno-Médio		
Médio	8,5300	7,2505
Grande	10,0000	8,5000

a.2) custeio:

Porte	Encargos Financeiros (% ao ano)	
	Sem bônus de adimplência de 15% referente à alínea "b"	Com bônus de adimplência de 15% referente à alínea "b"
Mini	8,8200	7,4970
Pequeno		
Pequeno-Médio		

[5] Encargos financeiros e bônus de adimplência definidos pela Resolução CMN n° 4.395, de 30.12.2014, alterada pela Resolução CMN n.º 4.423, de 25.06.2015, para operações contratadas no período de 1º de julho de 2015 a 30 de junho de 2016.

Título VI – Programa de FCO Rural
Subtítulo I – Condições de Financiamento

a.3) operações florestais destinadas ao financiamento de projetos de conservação e proteção do meio ambiente, recuperação de áreas degradadas ou alteradas e desenvolvimento de atividades sustentáveis:

Porte	Encargos Financeiros (% ao ano)	
	Sem bônus de adimplência de 15% referente à alínea "b"	Com bônus de adimplência de 15% referente à alínea "b"
Mini	8,5300	7,2505
Pequeno		
Pequeno-Médio		
Médio		
Grande		

b) bônus de adimplência: aos mutuários que efetuarem o pagamento de parcela de dívida, inclusive de juros no período de carência, de forma parcial ou integral, ou do saldo devedor do financiamento, até a data do respectivo vencimento, será concedido desconto correspondente a 15% sobre os juros, relativo ao bônus de adimplência, proporcional ao valor amortizado ou liquidado;

c) inadimplemento: os adotados pelo Banco. Sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis, inclusive de natureza executória, o mutuário fica sujeito, no caso de desvio na aplicação dos recursos, à perda de todo e qualquer benefício financeiro.

Obs.: na Linha de Financiamento de Conservação da Natureza e de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (FCO Verde), Modalidade 1 – Conservação da Natureza, poderá ser pactuado o pagamento no período de carência dos juros capitalizados nesse período, dependendo da análise, pelo Banco do Brasil, da capacidade de pagamento do empreendimento, ou por ocasião das amortizações de capital, proporcionalmente ao valor amortizado, e da liquidação do financiamento.

3. LIMITE FINANCIÁVEL:

a) investimento fixo e semifixo: sobre o valor total dos itens financiáveis serão aplicados os percentuais a seguir indicados:

Regiões / Porte	Mesorregião de Águas Emendadas e Faixa de Fronteira (Anexos IV e V)			Demais Municípios e DF		
	Estagnada Até	Dinâmica Até	Alta Renda Até	Estagnada Até	Dinâmica Até	Alta Renda Até
Mini/Pequeno	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Pequeno-Médio	100%	100%	100%	95%	95%	90%
Médio	95%	95%	95%	90%	90%	85%
Grande	90%	90%	90%	80%	80%	70%

Notas:

1) para enquadramento no limite financiável, será considerado o município de localização do empreendimento, conforme Tipologia definida pelo Ministério da Integração Nacional (Anexo II);
2) para o financiamento de empreendimento desenvolvido em mais de um município, será aplicado o percentual correspondente ao município em que localizada a parte do empreendimento que receberá o maior volume de recursos, observada a Tipologia definida pelo Ministério da Integração Nacional (Anexo II);
3) para operações florestais destinadas ao financiamento de projetos para conservação e proteção do meio ambiente, recuperação de áreas degradadas ou alteradas e desenvolvimento de atividades sustentáveis, no âmbito da Linha de Financiamento de Conservação da Natureza e de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (FCO Verde), serão aplicados os limites financiáveis da Mesorregião de Águas Emendadas e Faixa de Fronteira, independentemente do município de localização do empreendimento;
4) quando se tratar de financiamento de infraestrutura de armazenagem, serão aplicados os limites financiáveis da Mesorregião de Águas Emendadas e Faixa de Fronteira, independentemente do município de localização do empreendimento.

b) aquisição de matrizes bovinas, ao amparo da Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural: até 1.000 (mil) cabeças por beneficiário;

Título VI – Programa de FCO Rural
Subtítulo I – Condições de Financiamento

c) aquisição de bovinos, machos e fêmeas, padrão precoce a serem terminados, ao amparo das Linhas de Financiamento de Desenvolvimento Rural e de Desenvolvimento de Sistema de Integração Rural – Convir: até R$ 1 milhão por beneficiário;

d) aquisição de bovinos, machos e fêmeas, padrão precoce a serem terminados, ao amparo da Linha de Financiamento de Conservação da Natureza e de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (FCO Verde), Modalidade 2 – Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF): permitida somente durante a fase de maturação do projeto, limitada a 1.000 (mil) cabeças por beneficiário e respeitada a capacidade de suporte da área objeto do financiamento do investimento;

e) aquisição de matrizes bovinas e ovinas, ao amparo da Linha de Financiamento de Conservação da Natureza e de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (FCO Verde), Modalidade 2 – Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF): até 1.000 (mil) cabeças por beneficiário;

f) retenção de fêmeas bovinas, ao amparo da Linha de Financiamento de Retenção de Matrizes na Planície Pantaneira: até 100% do valor estimado para manutenção dos animais, alvo do financiamento de até 1.500 fêmeas por beneficiário, valor este a ser definido pelos CDE;

g) investimento, ao amparo da Linha de Financiamento de Apoio ao Desenvolvimento da Pesca: até 100% do projeto técnico, plano simples ou proposta de financiamento;

h) custeio associado a projeto de investimento: até 30% do valor financiado pelo FCO para investimento;

i) custeio:

I. agrícola e pecuário, ao amparo das Linhas de Financiamento de Desenvolvimento Rural (exceto o disposto no inciso V), de Financiamento à Agropecuária Irrigada e de Financiamento de Desenvolvimento de Sistema de Integração Rural – Convir: os limites são os estabelecidos pelo Manual de Crédito Rural do Banco Central do Brasil, Capítulo 3, Seção 2, para operações de custeio ao amparo de recursos controlados do crédito rural (MCR 6.2);

II. isolado, ao amparo das Linhas de Financiamento de Conservação da Natureza e Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (FCO Verde), Modalidade 1 – Conservação da Natureza, e de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura: aplicam-se os limites indicados na alínea “a” retro;

III. isolado, ao amparo da Linha de Financiamento de Apoio ao Desenvolvimento da Pesca: até 100%, desde que devidamente justificado no projeto técnico, plano simples ou proposta de financiamento;

IV. isolado, ao amparo da Linha Especial de Financiamento para Adequação do Sistema de Produção Pecuário na Região de Fronteira: limites definidos, em forma conjunta, pela Embrapa – Gado de Corte, pelas Agências Estaduais de Defesa Sanitária Animal e Vegetal de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, pelo Banco do Brasil e pelos Governos dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul;

V. pecuário, para confinamento de bovinos e bubalinos: até 5.000 animais, respeitado o teto de R$ 5 milhões por tomador, inclusive no caso de terceirização da atividade.

Obs.:

I. sobre os parâmetros constantes das alíneas “b” a “i”, incisos I, III, IV e V, não se aplicam os limites indicados na alínea “a” acima, obedecidos o teto de financiamento e a assistência máxima permitida pelo Fundo;

II. consideram-se, para efeito do limite de até 1.000 cabeças (alíneas “b”, “d” e “e”), as operações “em ser” de responsabilidade do beneficiário, inclusive quando se tratar de grupo empresarial, grupo agropecuário, cooperativa de produção ou associação de produtores rurais, para a mesma finalidade, ao amparo do Fundo.

Título VI – Programa de FCO Rural
Subtítulo I – Condições de Financiamento

4. PRORROGAÇÃO DE DÍVIDAS: nos termos do Manual de Crédito Rural – MCR, capítulo 2, sessão 6, o Banco do Brasil poderá aplicar a prerrogativa de prorrogação de dívida no âmbito do FCO Rural, com os mesmos encargos financeiros antes pactuados no instrumento de crédito, desde que se comprove incapacidade de pagamento do mutuário em consequência de dificuldade de comercialização dos produtos; de frustração de safras por fatores adversos; ou de eventuais ocorrências prejudiciais ao desenvolvimento das explorações.

   Obs.: os números relacionados às operações prorrogadas com base na presente autorização deverão ser incluídos nos relatórios de Informações Gerenciais e de Prestação de Contas (semestral e anual), bem como deverá constar dos Relatórios de Prestação de Contas Semestral e Anual a avaliação dos efeitos dessas prorrogações nas disponibilidades do Fundo.

5. À exceção do item 4, as presentes condições não se aplicam ao Pronaf e ao Pronaf – Reforma Agrária, que seguem regras específicas, estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN.

Título VI – Programa de FCO Rural
Subtítulo II – Linhas de Financiamento

CAPÍTULO 1 – LINHA DE FINANCIAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL

1. OBJETIVO: incentivar a interiorização do desenvolvimento e ampliar as oportunidades de emprego, com a utilização de tecnologias mais avançadas, de forma a proporcionar melhoria de renda e de produtividade.

2. FINALIDADE:
   a) financiamento de investimentos fixo e semifixo e de custeio associado a projeto de investimento. Admite-se, ainda, financiar empreendimentos destinados ao beneficiamento e transformação de matéria-prima regional *in natura*, de origem agropecuária de produção preponderantemente própria, compreendendo:
      I. implantação, ampliação e modernização de agroindústria conduzida por produtores rurais de forma isolada ou reunidos em cooperativas ou associações;
      II. produção artesanal de produtos desenvolvidos por mini e pequenos produtores rurais, de forma isolada ou em grupo, tais como doces, biscoitos, pães, geléias, queijos, iogurtes, cestas e artigos de couro;
   b) financiamento de custeio. Admite-se financiar os itens pós-colheita destinados à destruição de soqueiras do algodoeiro, tais como destruição química da soqueira, arranquio de soqueiras e incorporação de restos culturais.

3. BENEFICIÁRIOS: produtores rurais, na condição de pessoas físicas e jurídicas, suas cooperativas de produção e associações, desde que se dediquem à atividade produtiva no setor rural.

4. ITENS FINANCIÁVEIS: todos os bens e serviços necessários ao empreendimento, exceto os listados no subitem 2.1 das Condições Gerais de Financiamento.

5. PRAZO:
   a) investimento fixo: até 12 anos, incluído o período de carência de até 3 anos.
      Obs.: quando o investimento se destinar à implantação de pomares de frutíferas cítricas e goiaba, os prazos de carência dos financiamentos para adubação e correção do solo e para os demais investimentos poderão ser, a critério do projeto técnico, de até 4 anos.
   b) investimento semifixo:
      I. colheitadeiras, tratores e outros equipamentos motorizados e autopropelidos: até 10 anos, incluído o período de carência de até 3 anos, observada a vida útil do bem financiado;
      II. aquisição de bovinos, machos e fêmeas, padrão precoce a serem terminados: até 24 meses, incluído o período de carência de até 12 meses;
      III. aquisição de equipamentos, utensílios, hormônios, sêmen e outros insumos, bem como a contratação de serviços especializados de assistência técnica nos processos de melhoramento genético, como inseminação artificial, inclusive por tempo fixo: até 3 anos, incluído o período de carência de até 1 ano;
      IV. aquisição de matrizes e reprodutores bovinos, equipamentos e implementos agrícolas, caminhões e demais itens não especificados acima: até 6 anos, incluído o período de carência de até 2 anos.
   c) custeio associado a projeto de investimento: até 3 anos, incluído o período de carência de até 1 ano;
   d) custeio: de acordo com o fluxo de receitas do empreendimento, limitado a:
      I. custeio agrícola: até 2 anos;
      II. custeio pecuário: até 1 ano;

III. quando a operação de crédito destinar-se ao custeio das lavouras de algodão, arroz, aveia, café, canola, cevada, milho, soja, sorgo, trigo e triticale, mediante solicitação do mutuário até a data fixada para o vencimento, o reembolso poderá ser alongado e reprogramado para até 4 (quatro) parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo a primeira até 60 (sessenta) dias após a data prevista para a colheita (Manual de Crédito Rural do Bacen, capítulo 3, seção 2);

IV. quando a operação se destinar ao custeio pecuário para confinamento de bovinos e bubalinos, o prazo de reembolso será de até 180 (cento e oitenta) dias.

e) investimento fixo e semifixo em infraestrutura de armazenagem: até 15 anos para todos os itens incluídos no projeto, plano simples ou proposta de financiamento, observadas as condições constantes do orçamento de aplicação do crédito, inclusive eventual necessidade de prazo de carência.

6. OUTRAS CONDIÇÕES:

a) no caso de crédito à armazenagem para construção e ampliação, admite-se o estabelecimento do complexo de armazenagem em imóvel distinto daquele onde se realiza a produção, seja rural ou urbano, desde que beneficie a logística de transporte e armazenagem do produtor rural; e

b) a fim de prevenir rodízio (passeio) de animais entre criadores da mesma região, deve-se estimular a aquisição de matrizes bovinas procedentes de outras regiões do País.

CAPÍTULO 2 – LINHA DE FINANCIAMENTO À AGROPECUÁRIA IRRIGADA

1. OBJETIVO: desenvolver a agropecuária irrigada no Centro-Oeste, financiando a irrigação e a drenagem agrícolas de forma a garantir produção nos períodos de safra e entressafra, obtenção de produtos de qualidade, comercialização oportuna e sustentabilidade ambiental dos empreendimentos financiados pelo Fundo.

2. FINALIDADE: financiamento de:

a) serviços e projetos de irrigação e drenagem, empreendimentos em infraestrutura hídrica como barragens, obras civis e hidráulicas, energia, equipamentos de irrigação novos e usados, bem como reformas e remodelagem de equipamentos destinados à implantação, ampliação e modernização de atividades conduzidas no processo produtivo e que estejam direcionados às necessidades da agropecuária irrigada; e

b) despesas normais de custeio e de investimento da produção agrícola e pecuária irrigadas.

3. BENEFICIÁRIOS: produtores rurais, na condição de pessoas físicas e jurídicas, inclusive Sociedades de Propósito Específico (SPE), suas cooperativas de produção e associações.

4. ITENS FINANCIÁVEIS: todos os bens e serviços necessários aos empreendimentos relativos à irrigação e à drenagem agropecuárias, exceto os listados no subitem 2.1 das Condições Gerais de Financiamento.

5. PRAZO:

a) investimento fixo:

I. adubação e correção do solo e formação e reforma de pastagens: até 6 anos, incluído o período de carência de até 2 anos;

II. implantação de lavouras permanentes: até 12 anos, incluído o período de carência de até 3 anos;

Obs.: quando o investimento se destinar à implantação de pomares de frutíferas cítricas e goiaba, os prazos de carência dos financiamentos para adubação e

correção do solo e para os demais investimentos poderão ser, a critério do projeto técnico, de até 4 anos.

III. demais: até 15 anos, incluído o período de carência de até 3 anos.

b) investimento semifixo:

I. maquinaria: até 10 anos, incluído o período de carência de até 3 anos, observada a vida útil do bem financiado;

II. demais: até 6 anos, incluído o período de carência de até 2 anos.

c) custeio associado a projeto de investimento: até 3 anos, incluído o período de carência de até 1 ano;

d) custeio: as operações de custeio terão os prazos fixados de acordo com o ciclo de cada atividade ou lavoura financiada, obedecidos os seguintes prazos máximos:

I. custeio agrícola: até 2 anos;

II. custeio pecuário: até 1 ano;

Obs.: quando a operação de crédito destinar-se ao custeio das lavouras de algodão, arroz, aveia, café, canola, cevada, milho, soja, sorgo, trigo e triticale, mediante solicitação do mutuário até a data fixada para o vencimento, o reembolso poderá ser alongado e reprogramado para até 4 (quatro) parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo a primeira até 60 (sessenta) dias após a data prevista para a colheita (Manual de Crédito Rural do Bacen, capítulo 3, seção 2).

6. ASSISTÊNCIA TÉCNICA: obrigatória em todas as operações até a implantação do empreendimento, podendo ser estendida, a critério do agente financeiro. Quando com ônus para o produtor rural, a assistência técnica poderá ser financiada.

7. OUTRAS CONDIÇÕES: o método de irrigação a ser adotado pelo beneficiário deve obedecer ao critério de ecoeficiência, ou seja, a melhor forma de irrigar sem desperdícios de energia ou água.

CAPÍTULO 3 – LINHA DE FINANCIAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMA DE INTEGRAÇÃO RURAL – CONVIR

1. OBJETIVO: estimular a parceria entre produtores e unidades integradoras, de forma a garantir a comercialização da produção oriunda dos empreendimentos integrados financiados pelo FCO.

2. FINALIDADE: financiamento de empreendimentos destinados à implantação, ampliação e modernização de atividades conduzidas em regime de integração, cujo processo produtivo esteja direcionado às necessidades de unidade integradora, e financiamento de custeio. Admite-se financiar, como custeio rural, os itens pós-colheita destinados à destruição de soqueiras do algodoeiro, tais como destruição química da soqueira, arranquio de soqueiras e incorporação de restos culturais.

3. BENEFICIÁRIOS: produtores rurais, na condição de pessoas físicas e jurídicas, desde que se dediquem à atividade produtiva no sistema de integração rural.

4. ITENS FINANCIÁVEIS: todos os bens e serviços necessários ao empreendimento, exceto os listados no subitem 2.1 das Condições Gerais de Financiamento.

5. PRAZO:

a) investimento fixo: até 12 anos, incluído o período de carência de até 3 anos;

b) investimento semifixo:

I. colheitadeiras, tratores e outros equipamentos motorizados e autopropelidos: até 10 anos, incluído o período de carência de até 3 anos, observada a vida útil do bem financiado;

II. aquisição de bovinos, machos e fêmeas, padrão precoce a serem terminados: até 24 meses, incluído o período de carência de até 12 meses;

III. aquisição de matrizes e reprodutores bovinos, equipamentos e implementos agrícolas, caminhões e demais itens não especificados acima: até 6 anos, incluído o período de carência de até 2 anos.

c) custeio associado a projeto de investimento: até 3 anos, incluído o período de carência de até 1 ano;

d) custeio: de acordo com o fluxo de receitas do empreendimento, limitado a:

I. custeio agrícola: até 2 anos;

II. custeio pecuário: até 1 ano;

III. quando a operação de crédito destinar-se ao custeio das lavouras de algodão, arroz, aveia, café, canola, cevada, milho, soja, sorgo, trigo e triticale, mediante solicitação do mutuário até a data fixada para o vencimento, o reembolso poderá ser alongado e reprogramado para até 4 (quatro) parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo a primeira até 60 (sessenta) dias após a data prevista para a colheita (Manual de Crédito Rural do Bacen, capítulo 3, seção 2).

6. ASSISTÊNCIA TÉCNICA: obrigatória em todas as operações, sem ônus para os tomadores e para o Banco.

7. OUTRAS CONDIÇÕES: a integradora deve garantir a aquisição da produção dos integrados durante a vigência dos financiamentos.

CAPÍTULO 4 – LINHA DE FINANCIAMENTO DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DE INTEGRAÇÃO LAVOURA-PECUÁRIA-FLORESTA (FCO VERDE)

1. FINALIDADE: financiamento de investimentos, de custeio agrícola (apenas no caso da Modalidade 1 – Conservação da Natureza), de custeio associado a projeto de investimento e de serviços e custos relacionados à regularização ambiental e fundiária dos imóveis rurais e à implantação de sistemas produtivos e tecnologias voltadas à mitigação da emissão de gases causadores de efeito estufa.

2. BENEFICIÁRIOS: produtores rurais, na condição de pessoas físicas e jurídicas, suas cooperativas de produção e associações de produtores, desde que se dediquem à atividade produtiva no setor rural.

Obs.: para efeito de enquadramento, equipara-se a produtor rural a pessoa jurídica que se dedique a atividades florestais e que conste em seu contrato social a descrição dessa atividade.

MODALIDADE 1 – CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

1. OBJETIVOS:

a) incentivar projetos que visem à conservação e à proteção do meio ambiente, à recuperação de áreas degradadas ou alteradas e ao desenvolvimento de atividades sustentáveis;

b) apoiar a adaptação dos processos produtivos a tecnologias apropriadas às condições ambientais da região;

c) incentivar a recuperação da área de reserva legal, matas ciliares e de preservação permanente;

d) propiciar condições para expansão da atividade orgânica;

e) incentivar a implantação de empreendimentos florestais, com foco na geração de empregos e renda;

f) apoiar, também, a viabilização de projetos que contemplem sequestro de carbono e redução de emissão de gases de efeito estufa.

2. ITENS FINANCIÁVEIS: exceto os listados no subitem 2.1 das Condições Gerais de Financiamento, todos os bens e serviços necessários ao empreendimento, compreendendo as seguintes finalidades:

a) possibilitar o aproveitamento de áreas degradadas ou alteradas, com a utilização de culturas, pastagens, espécies nativas ou exóticas adaptadas, mediante:

I. implantação de sistemas agroflorestais[6];

II. florestamento e reflorestamento, para fins energéticos e madeireiros e de celulose;

III. implantação de viveiros regionais para fornecimento de mudas;

IV. recuperação de áreas e de pastagens degradadas;

V. implantação de culturas permanentes de seringueira, erva-mate, pequi e castanha do Brasil;

VI. implantação de culturas permanentes de espécies vegetais nativas, tais como: mangaba (*Hancornia speciosa*), baru (*Dypterix alata*), araticum (*Anonna crassiflora*), cagaita (*Eugenia desynterica*), faveiro (*Dimorphandra mollis*), cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*), açaí (*Euterpe oleracea*), dentre outras, para aproveitamento fitoterápico, alimentar e energético;

b) conservação e recuperação de microbacias, nascentes e mananciais;

c) implantação de sistemas agroflorestais e florestais, integrados ou não;

d) tratamento de efluentes oriundos de atividades agropecuárias;

e) produção de alimentos associados a práticas ecologicamente sustentáveis;

f) produção de insumos orgânicos, tais como biodefensivos, biofertilizantes, compostos orgânicos, mudas e sementes;

g) serviços e insumos inerentes à fase de transição da agricultura convencional para a orgânica, inclusive as relativas à certificação;

h) inscrição, certificação, inspeção e manutenção de projetos de sequestro de carbono, de redução de emissão de gases de efeito estufa e projetos florestais;

i) implantação de manejo florestal sustentado de baixo impacto;

j) implantação e certificação de sistemas de gestão ambiental;

k) implantação de culturas oleaginosas alternativas para produção de biodiesel;

l) regularização e recuperação de áreas de reserva legal e de preservação permanente degradadas (art. 44 da Lei n.° 11.775, de 17.09.2008) e respectivas despesas com a regularização ambiental;

m) despesas com regularização fundiária;

n) assistência técnica necessária até a fase de maturação do projeto.

3. PRAZOS:

[6] Sistema agroflorestal é uma forma de uso da terra na qual se combinam espécies arbóreas lenhosas (frutíferas e/ou madeireiras) com cultivos agrícolas e/ou animais, de forma simultânea ou em sequência temporal e que interagem econômica e ecologicamente. Um aspecto que determina a sustentabilidade desses sistemas é a presença das árvores, que têm a capacidade de capturar nutrientes de camadas mais profundas do solo, reciclando-os eficientemente e proporcionando maior cobertura e conservação dos recursos edáficos. O Sistema Agroflorestal objetiva otimizar a produção por unidade de área, com o uso mais eficiente dos recursos (solo, água, luz etc.), da diversificação de produção e da interação positiva entre os componentes. Os tipos de sistemas agroflorestais são: Sistemas agrossilviculturais – combinam árvores com cultivos agrícolas anuais; Sistemas agrossilvipastoris – combinam árvores com cultivos agrícolas e animais; Sistemas silvipastoris – combinam árvores e pastagem (animais) e Sistemas de enriquecimento de capoeiras com espécies de importância econômica e pousio melhorado.

a) florestamento e reflorestamento:

I. essências para serraria e laminação: até 20 anos, incluído o período de carência de até 10 anos. O prazo de carência pode ser estendido quando a espécie florestal assim o justificar, desde que devidamente comprovado no projeto técnico e estritamente pelo prazo necessário à obtenção de receitas;

II. essências para fins energéticos: até 15 anos, incluído o período de carência de até 8 anos;

III. essências para fins de celulose: até 15 anos, incluído o período de carência de até 8 anos;

IV. projetos de regularização e recuperação de áreas de reserva legal e de preservação permanente degradadas, por meio de exploração florestal madeireira ou não-madeireira: até 20 anos, incluído o período de carência de até 12 anos;

b) implantação de sistemas agroflorestais e de culturas permanentes de seringueira, erva-mate, pequi, castanha do Brasil, mangaba (*Hancornia speciosa*), baru (*Dypterix alata*), araticum (*Anonna crassiflora*), cagaita (*Eugenia desynterica*), faveiro (*Dimorphandra mollis*), cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*), açaí (*Euterpe oleracea*), dentre outras, para aproveitamento fitoterápico, alimentar e energético: até 15 anos, incluído o período de carência de até 8 anos;

c) adubação, correção do solo e formação e reforma de pastagens: até 12 anos, incluído o período de carência de até 3 anos;

d) máquinas e equipamentos: até 10 anos, incluído o período de carência de até 3 anos;

e) demais investimentos: até 12 anos, incluído o período de carência de até 3 anos;

f) custeio associado a projeto de investimento: até 3 anos, incluído o período de carência de até 1 ano;

Obs.: nos casos de florestamento e reflorestamento, admite-se que os prazos de que trata esta alínea sejam considerados a partir da data prevista para liberação/utilização, no empreendimento, das verbas inerentes ao custeio associado, limitado o lapso ao prazo do financiamento e da linha de crédito.

g) custeio agrícola:

I. até 2 anos;

II. quando a operação de crédito destinar-se ao custeio das lavouras orgânicas de algodão, arroz, aveia, café, canola, cevada, milho, soja, sorgo, trigo, triticale e cambre, mediante solicitação do mutuário até a data fixada para o vencimento, o reembolso poderá ser alongado e reprogramado para até 4 (quatro) parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo a primeira até 60 (sessenta) dias após a data prevista para a colheita (Manual de Crédito Rural do Bacen, capítulo 3, seção 2);

III. quando se tratar de primeiro custeio em projeto de transição da agricultura convencional para a agroecológica, o financiamento para custeio pode ser incluído como verba de investimento, observado o prazo máximo de até 6 anos.

MODALIDADE 2 – INTEGRAÇÃO LAVOURA-PECUÁRIA-FLORESTA (ILPF)

1. OBJETIVOS:

a) intensificar o uso da terra em áreas já desmatadas, por meio da disseminação de sistemas de produção sustentáveis e que integrem agricultura, pecuária e floresta;

b) disponibilizar recursos para investimentos necessários à implantação de sistemas de integração de lavoura-pecuária, lavoura-floresta, pecuária-floresta ou lavoura-pecuária-floresta;

Título VI – Programa de FCO Rural
Subtítulo II – Linhas de Financiamento

c) aumentar a produção agropecuária em áreas já desmatadas, a oferta interna e a exportação de carnes, produtos lácteos, grãos, produtos florestais, fibras e oleaginosas;

d) estimular a adoção do plantio direto;

e) diversificar a renda do produtor rural;

f) estimular a adoção de sistemas de produção sustentáveis do ponto de vista econômico e ambiental;

g) assegurar condições para o uso racional e sustentável das áreas agrícolas, de florestas e de pastagens, reduzindo problemas ambientais causados pela utilização da prática de queimadas, pela erosão, pela monocultura, pela redução do teor da matéria orgânica do solo e outros;

h) diminuir a pressão por desmatamento de novas áreas.

2. ITENS FINANCIÁVEIS: exceto os listados no subitem 2.1 das Condições Gerais de Financiamento, todos os bens e serviços necessários ao empreendimento, tais como:

a) preparo do solo, aquisição, transporte, aplicação e incorporação de corretivos agrícolas (calcário e outros), construção de terraços e realocação de estradas;

b) aquisição de sementes e mudas;

c) plantio de lavouras, pastagens, florestas e de culturas de cobertura do solo;

d) construção e modernização de benfeitorias e instalações destinadas à produção no sistema de integração;

e) aquisição de máquinas e equipamentos, associados ao projeto de integração objeto do financiamento;

f) aquisição de matrizes bovinas e ovinas para reprodução;

g) aquisição de reprodutores, sêmen e embriões de bovinos e ovinos;

h) aquisição de bovinos, machos e fêmeas, padrão precoce a serem terminados;

i) custeio associado ao investimento;

j) despesas relacionadas à elaboração de projeto técnico e ao georreferenciamento;

k) despesas com regularização fundiária e adequação ambiental da propriedade rural à legislação vigente;

l) assistência técnica necessária até a fase de maturação do projeto.

3. PRAZOS:

a) adubação, correção do solo e formação e reforma de pastagens: até 12 anos, incluído o período de carência de até 3 anos;

b) máquinas e equipamentos: até 10 anos, incluído o período de carência de até 3 anos, observada a vida útil do bem financiado;

c) aquisição de bovinos, machos e fêmeas, padrão precoce a serem terminados: até 18 meses, incluído o período de carência de até 6 meses, com fixação do cronograma de reembolso às épocas de obtenção das respectivas receitas;

d) demais investimentos: até 12 anos, incluído o período de carência de até 3 anos;

e) custeio associado ao projeto de investimento: até 3 anos, incluído o período de carência de até 1 ano.

OUTRAS CONDIÇÕES:

a) os sistemas financiados devem estar validados, na Região, por Instituições Oficiais dos Governos Federal e/ou das Unidades Federativas da Região Centro-Oeste; e

b) a conversão da agricultura convencional para a orgânica somente poderá ser financiada se obedecidas as disposições da Lei n.º 10.831, de 23.12.2003, do Decreto n.º 6.323, de 27.12.2007, e da regulamentação complementar.

Observações:

I. a comprovação da condição de produtor orgânico será efetuada mediante a consulta no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos;

II. para produtores em conversão o interessado deverá apresentar uma declaração do Organismo de Avaliação da Conformidade credenciado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) ou da Organização de Controle Social cadastrada no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA);

c) no caso de projetos de regularização e recuperação de áreas de reserva legal e de preservação permanente degradadas, por meio de exploração florestal, o plano de manejo deve ser aprovado pelo órgão competente;

d) o proponente deverá apresentar plano técnico detalhado e específico para a finalidade de integração, indicando a(s) característica(s) da(s) área(s) e do sistema de integração lavoura-pecuária-floresta que se pretende implantar, bem como dados para subsidiar a análise da capacidade de pagamento; apresentação de comprovantes de análise de solo e da respectiva recomendação agronômica em caso de correção de acidez e fertilidade de solos e ponto georreferenciado;

e) a assistência técnica ao empreendimento será obrigatória, no mínimo, até a maturação do projeto;

f) o proponente deverá comprovar a existência física das reservas legais e áreas de preservação permanente previstas na legislação ou apresentar plano de adequação à legislação ambiental;

g) não serão financiadas as parcelas das propriedades rurais que tenham sido desmatadas após 28.10.2005, data de entrada em vigor da Linha de Financiamento de Integração Lavoura-Pecuária, ou que venham a ser desmatadas após a entrada em vigor desta Linha;

h) o proponente deverá comprovar o cumprimento das exigências relacionadas à defesa sanitária do rebanho, conforme legislação em vigor.

CAPÍTULO 5 – LINHA DE FINANCIAMENTO DE RETENÇÃO DE MATRIZES NA PLANÍCIE PANTANEIRA

1. OBJETIVO: incentivar, viabilizar e/ou consolidar o desenvolvimento da bovinocultura de corte na Planície Pantaneira.

2. FINALIDADE: financiamento para a retenção de fêmeas bovinas.

3. BENEFICIÁRIOS: produtores rurais cujas propriedades preencham as seguintes condições básicas:

a) estejam localizadas na planície pantaneira, sazonalmente inundável;

b) no mínimo, 50% de suas áreas utilizáveis sejam constituídas de pastagens nativas, conforme disposto na legislação vigente;

c) estejam integradas a projetos de capacitação técnica e gerencial, que assegurem compromissos com a melhoria do manejo e dos índices zootécnicos dos imóveis beneficiados; e

d) detenham áreas de pastagens, com potencial que permita a evolução da atividade.

4. ITENS FINANCIÁVEIS: fêmeas bovinas com idade de 12 a 72 meses.

5. PRAZO: até 8 anos, incluído o período de carência de até 4 anos.

Título VI – Programa de FCO Rural
Subtítulo II – Linhas de Financiamento

CAPÍTULO 6 – LINHA DE FINANCIAMENTO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA AQUICULTURA

1. OBJETIVOS:
   a) fomentar o desenvolvimento da aquicultura na Região Centro-Oeste, por meio do fortalecimento e da modernização da infraestrutura produtiva dos empreendimentos aquícolas, estimulando a competitividade e sustentabilidade de toda cadeia produtiva;
   b) induzir a articulação dos diversos elos da cadeia produtiva da aquicultura.
2. FINALIDADE:
   a) financiamento de investimentos fixos, semifixos e de custeio compreendendo, em especial:
      I. implantação, ampliação, modernização e reforma de empreendimentos aquícolas, bem como financiamento da cadeia produtiva da aquicultura;
      II. implantação, ampliação, modernização e reforma de empreendimentos destinados à produção de insumos, beneficiamento, comercialização e armazenamento da produção;
   b) financiamento de custeio associado de itens necessários à atividade aquícola.

3. BENEFICIÁRIOS:
   a) aquicultores, na condição de pessoas físicas ou jurídicas, diretamente ou por intermédio de suas cooperativas de produção, desde que se dediquem ao cultivo de organismos que tenham na água seu normal ou mais frequente meio de vida;
   b) cooperativas e associações de aquicultores.
   Obs.: os beneficiários enquadrados no Pronaf serão atendidos nas condições daquele Programa.

4. ITENS FINANCIÁVEIS: todos os bens e serviços necessários ao empreendimento, exceto os listados no subitem 2.1 das Condições Gerais de Financiamento.

5. PRAZO:
   a) investimento fixo: até 12 anos, incluído o período de carência de até 3 anos;
   b) investimento semifixo: até 8 anos, incluído o período de carência de até 2 anos;
   c) custeio pecuário da aquicultura: até 2 anos, conforme ciclo produtivo de cada espécie contida no plano proposta/projeto.

6. ASSISTÊNCIA TÉCNICA: quando necessária, a critério do Banco do Brasil, a assistência técnica deve ser prestada por entidades credenciadas pelo Banco e pelo Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA, cujo custo poderá ser financiado pelo FCO.

7. OUTRAS CONDIÇÕES: as mesmas previstas na Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural, bem como apresentação do comprovante de inscrição no Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP).

CAPÍTULO 7 – LINHA DE FINANCIAMENTO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA PESCA

1. OBJETIVO GERAL: promover a inclusão social e o desenvolvimento da atividade dos pescadores artesanais do Centro-Oeste, gerando ocupação e renda com base na sustentabilidade econômica, social e ambiental da atividade.

2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

a) apoiar o fortalecimento e a modernização da pesca artesanal da Região Centro-Oeste, associando compromisso do uso sustentável dos recursos pesqueiros, estimulando a organização da produção e comercialização com vistas a maior competitividade, sustentabilidade, geração de emprego e inserção social;

b) induzir a articulação dos diversos elos da cadeia produtiva da pesca.

3. FINALIDADE:

a) financiamento de investimento a pescadores artesanais, isoladamente ou por meio de suas cooperativas, bem como associações de pescadores artesanais, para investimento na melhoria das condições de produção, armazenamento, beneficiamento e comercialização do pescado;

b) financiamento a pescadores artesanais, beneficiários do financiamento acima descrito, para custeio da atividade de pesca.

4. BENEFICIÁRIOS:

a) pescadores artesanais, diretamente ou por intermédio de suas cooperativas, entendido como aqueles que, com meios de produção próprios, exercem sua atividade de forma autônoma, individualmente ou em regime de economia familiar ou, ainda, com auxílio eventual de outros parceiros, sem vínculo empregatício;

b) cooperativas ou associações de pescadores artesanais.

Obs.: os beneficiários enquadrados no Pronaf serão atendidos nas condições daquele Programa.

5. ITENS FINANCIÁVEIS: todos os bens e serviços necessários ao empreendimento, exceto os listados no subitem 2.1 das Condições Gerais de Financiamento.

6. PRAZO:

a) investimento fixo: até 12 anos, incluído o período de carência de até 3 anos;

b) investimento semifixo: até 8 anos, incluído o período de carência de até 2 anos;

c) custeio pecuário da pesca: até 1 ano, acrescido o prazo de até 185 (cento e oitenta e cinco) dias, após o fim do período do defeso da espécie-alvo, conforme disposto na Lei n° 11.959, de 29.06.2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, e dá outras providências.

7. MODALIDADES:

a) incremento e modernização da produção extrativa, com agregação de valor, nas áreas com possibilidades de expansão sustentável da atividade;

b) reconversão da atividade extrativa, para a pesca, com agregação de valor, nas áreas em saturação dos estoques pesqueiros. Esta modalidade será estreitamente vinculada à política de ordenamento e gestão dos recursos pesqueiros do Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA, sendo o financiamento direcionado, prioritariamente, às comunidades que atuam em áreas ribeirinhas com potencial ou efetiva saturação de recursos pesqueiros.

8. ASSISTÊNCIA TÉCNICA: quando necessária, a critério do Banco do Brasil, a assistência técnica deve ser prestada por entidades credenciadas pelo Banco e pelo Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA, cujo custo poderá ser financiado pelo FCO. A assistência técnica deverá ser executada preferencialmente de forma grupal.

9. OUTRAS CONDIÇÕES: as mesmas previstas na Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural, bem como:

a) apresentação do comprovante de inscrição no Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP);

b) apresentação da Permissão Prévia de Pesca (PPP), conforme as normas específicas do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA); e

c) no caso de aquisição, modernização, reforma, substituição e obras de construção das embarcações de pesca comercial artesanal, o tomador do crédito deverá apresentar a anuência emitida pelo Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), conforme disposto na Instrução Normativa MPA n° 07, de 19.05.2010.

CAPÍTULO 8 – LINHA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO PARA ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO PECUÁRIO NA REGIÃO DE FRONTEIRA

1. OBJETIVO: assegurar sustentabilidade à exploração da pecuária e renda aos produtores rurais nos municípios abrangidos pela Zona de Alta Vigilância Sanitária com o Paraguai e a Bolívia, em fase de implantação.

2. FINALIDADE: financiamento de investimentos semifixos e de custeio, compreendendo basicamente a retenção de bovinos, para a adequação das propriedades à adoção das medidas sanitárias preconizadas pelos órgãos oficiais.

3. BENEFICIÁRIOS: produtores rurais, na condição de pessoas física ou jurídica, suas cooperativas de produção e associação de produtores, desde que se dediquem à atividade produtiva rural na Zona de Alta Vigilância Sanitária com o Paraguai e a Bolívia.

4. ITENS FINANCIÁVEIS: os bens e serviços necessários ao empreendimento, tais como:
   a) aquisição de máquinas, equipamentos, implementos a serem utilizados no processo de alimentação do rebanho;
   b) custeio para retenção de bezerros/as desmamados e novilhos/as para recria e/ou terminação.

5. PRAZO:
   a) investimentos semifixos: até 4 anos, incluído o período de carência de até 3 anos;
   b) custeio para retenção de animais para a recria e a terminação:
      I. bezerros/as desmamados: até 3 anos;
      II. novilhos e novilhas: até 2 anos.

6. LIMITE FINANCIÁVEL E TETO POR BENEFICIÁRIO: as atividades e os valores dos itens a serem financiados deverão ser definidos, em forma conjunta, pela Embrapa – Gado de Corte, pelas Agências Estaduais de Defesa Sanitária Animal e Vegetal de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, pelo Banco do Brasil e pelos Governos dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

7. TETO: o necessário à manutenção de até 1.500 animais para recria e/ou terminação por beneficiário.

8. OUTRAS CONDIÇÕES:
   a) o proponente deverá comprovar o cumprimento das exigências relacionadas à defesa sanitária do rebanho, conforme legislação vigente e a ser definida, inclusive no que se refere à identificação individual dos animais;
   b) a assistência técnica ao empreendimento é obrigatória;
   c) o produtor poderá assegurar sua contrapartida no projeto também em forma de investimentos fixos, a exemplo do abastecimento de água, distribuição de energia e outros, desde que contemplados no projeto técnico.

Título VII – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf

CAPÍTULO 1 – PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR – PRONAF

1. Este Programa será operacionalizado de acordo com as normas disciplinadas no Manual de Crédito Rural – MCR 10, estabelecidas por Resoluções do Conselho Monetário Nacional – CMN e demais normativos do Banco Central do Brasil.

2. O Agente Financeiro colocará as instruções deste Programa à disposição dos beneficiários.

CAPÍTULO 2 – PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR – PRONAF – REFORMA AGRÁRIA (PLANTA BRASIL)

1. Este Programa será operacionalizado de acordo com as normas disciplinadas no Manual de Crédito Rural – MCR 10, estabelecidas por Resoluções do Conselho Monetário Nacional – CMN e demais normativos do Banco Central do Brasil.

2. O Agente Financeiro colocará as instruções deste Programa à disposição dos beneficiários.

Título VIII – Programas de FCO para Repasse

Subtítulo I – Programa de FCO Empresarial para Repasse

1. BENEFICIÁRIOS: empreendedores individuais e micro, pequenas e pequeno-médias empresas.

2. TETO: R$ 5 milhões por tomador, inclusive quando se tratar de grupo empresarial.

3. OUTRAS CONDIÇÕES DE FINANCIAMENTO: as previstas no Subtítulo I – Condições de Financiamento do Título IV – Programa de FCO Empresarial de Apoio aos Empreendedores Individuais – EI e às Micro, Pequenas e Pequeno-Médias Empresas – MPE.

4. LINHAS DE FINANCIAMENTO:
   a) Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial para MPE;
   b) Linha de Financiamento de Infraestrutura Econômica para MPE;
   c) Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional para MPE;
   d) Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços para MPE; e
   e) Linha de Financiamento de Ciência, Tecnologia e Inovação para MPE.

   Obs.: devem ser observadas as condições constantes do Subtítulo II – Linhas de Financiamento do Título IV – Programa de FCO Empresarial de Apoio aos Empreendedores Individuais – EI e às Micro, Pequenas e Pequeno-Médias Empresas – MPE.

Título VIII – Programas de FCO para Repasse
Subtítulo II – Programa de FCO Rural para Repasse

1. BENEFICIÁRIOS: mini, pequenos e pequeno-médios produtores rurais, na condição de pessoas físicas e jurídicas, suas associações e cooperativas.

2. TETO: R$ 5 milhões por tomador, inclusive quando se tratar de associação, cooperativa, grupo empresarial ou grupo agropecuário.

3. OUTRAS CONDIÇÕES DE FINANCIAMENTO: as previstas no Subtítulo I – Condições de Financiamento do Título VI – Programa de FCO Rural, exclusivamente para mini, pequenos e pequeno-médios tomadores.

4. LINHAS DE FINANCIAMENTO:
   a) Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural;
   b) Linha de Financiamento à Agropecuária Irrigada;
   c) Linha de Financiamento de Desenvolvimento de Sistema de Integração Rural – Convir;
   d) Linha de Financiamento de Conservação da Natureza e de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (FCO Verde);
   e) Linha de Financiamento de Retenção de Matrizes na Planície Pantaneira;
   f) Linha de Financiamento de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura; e
   g) Linha de Financiamento de Apoio ao Desenvolvimento da Pesca.

   Obs.: devem ser observadas as condições constantes do Subtítulo II – Linhas de Financiamento do Título VI – Programa de FCO Rural, exclusivamente para mini, pequenos e pequeno-médios tomadores.

Anexo I – Modelo de Carta-Consulta

PARTE I
(a ser preenchida pelo proponente)

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE (nome, CNPJ/CPF, endereço e telefone, composição societária).

2. LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO (endereço).

3. OBJETIVO(S) DO EMPREENDIMENTO PROPOSTO.

4. ENQUADRAMENTO EM PROGRAMA OFICIAL (Informar se o empreendimento está amparado em Programa Oficial Específico de Desenvolvimento aprovado por lei estadual ou do Distrito Federal e/ou definido em resoluções dos Conselhos de Desenvolvimento Estaduais ou do Distrito Federal, identificando o programa em caso afirmativo).

5. VALOR TOTAL DO PROJETO - Apresentar síntese dos investimentos totais necessários à implantação do projeto, a saber:
   a) aquisição de terreno;
   b) construções civis;
   c) máquinas e equipamentos nacionais;
   d) máquinas e equipamentos importados;
   e) custeio/capital de giro;
   f) outros (especificar).

6. VALOR DO FINANCIAMENTO SOLICITADO (Discriminar FCO e outras fontes, inclusive capital próprio, separando por finalidade do crédito: investimento fixo, semifixo, custeio ou capital de giro dissociado, capital de giro ou custeio associado a projeto de investimento).

7. ITENS A FINANCIAR (Informar o valor de cada item, agrupando-os em: investimento fixo, investimento semifixo, custeio e capital de giro dissociado, capital de giro e custeio associado a projeto de investimento).

8. JUSTIFICATIVAS:
   a) considerações sobre a prioridade e a importância do projeto para o desenvolvimento do município e da Região;
   b) benefícios sociais e econômicos a serem alcançados com a implantação do projeto (quantificar 5 anos);
   c) capacidade de estimular o desenvolvimento de outros setores da economia.

9. MATÉRIA-PRIMA:
   a) esclarecer se existe a possibilidade local ou regional de fornecimento da matéria-prima em nível requerido pelo empreendimento financiado;
   b) informar a distância média (km) dos principais fornecedores para o empreendimento.

10. ESTIMATIVA DE CRIAÇÃO DE EMPREGOS EM NÍVEL LOCAL E REGIONAL E TIPO DE ESPECIALIZAÇÃO (diretos e indiretos, separadamente).

11. MERCADO A ATINGIR (interno e/ou externo) - Indicar:
   a) os principais locais onde serão comercializados os produtos (indicar percentual);
   b) os principais concorrentes já instalados na área de atuação do projeto a ser financiado e percentual do mercado a ser coberto pelo proponente;
   c) vantagens competitivas do projeto em relação aos concorrentes (preço da matéria-prima, proximidade do centro fornecedor de matéria-prima e do mercado consumidor etc.).

Anexo I – Modelo de Carta-Consulta

12. PRODUÇÃO E RECEITA TOTAL DO EMPREENDIMENTO (5 anos):
    a) Produção e Receita atuais;
    b) Produção e Receita estimadas.

13. VALOR ESTIMADO DOS PRINCIPAIS IMPOSTOS E TAXAS A SEREM GERADOS (5 anos).

14. OUTRAS INFORMAÇÕES.

15. AGÊNCIA DO BANCO DO BRASIL PARA CONTATO.

16. AUTORIZAÇÃO:

    Autorizo(amos) o Agente Financeiro a fornecer, ao Ministério da Integração Nacional, à Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – Sudeco, ao Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste – Condel/Sudeco, à Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria Geral da União da Presidência da República – SFC/CGU/PR e às Secretarias dos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás e do Distrito Federal, as informações pertinentes ao acompanhamento da presente proposta de financiamento, inclusive aquelas que envolvam o sigilo bancário.

    Assinatura do proponente

PARTE II
(a ser preenchida pelo Banco do Brasil)

17. PROGRAMA.

18. PORTE DO PROPONENTE.

19. TETO DO PROGRAMA:
    a) teto;
    b) créditos já concedidos no Programa (Informar o ano, valor nominal, saldo devedor atualizado, a situação do financiamento e a UF onde localizado o empreendimento);
    c) margem;
    d) financiamento proposto com recursos do FCO.

20. ASSISTÊNCIA GLOBAL DO FCO (Informar a assistência prestada em todos os Programas, indicando o nome do Programa, o ano, valor nominal, saldo devedor atualizado, a situação do financiamento e a UF onde localizado o empreendimento).

21. PARECER DA SUPERINTENDÊNCIA - Apresentar análise sobre a atividade objeto do financiamento e comentários sucintos sobre as perspectivas de êxito do empreendimento.

PARTE III
(a ser preenchida pelos Conselhos de Desenvolvimento)

22. INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOB A ÓTICA ESTADUAL – Assinalar, conforme o caso, a(s) ação(ões) do Governo Federal abaixo a que o empreendimento tenha aderência:
    ( ) Projeto considerado estruturante pelo Conselho de Desenvolvimento;
    ( ) Programa de Aceleração do Crescimento (PAC);
    ( ) Programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC);
    ( ) Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Bioma Cerrado (PPCerrado);

Anexo I – Modelo de Carta-Consulta

( ) Projeto de Ciência, Tecnologia e Inovação.

23. PARECER DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO - Apresentar parecer fundamentado e conclusivo, com considerações sobre os aspectos que, sob a ótica do desenvolvimento regional, recomendem a aprovação da Carta-Consulta.

Anexo II – Tipologia dos Municípios definida pelo Ministério da Integração Nacional

1. Para efeito de enquadramento de proposta no Limite Financiável, nas situações previstas nesta Programação, será considerada a Tipologia do município de localização do empreendimento, conforme definições do Ministério da Integração Nacional constantes do quadro abaixo.

Observação:

I. tipologias:

- Alta Renda
- Dinâmica inclui baixa e média rendas dinâmicas;
- Estagnada inclui apenas a média renda estagnada;
- Baixa Renda inclui apenas a baixa renda estagnada (na Região Centro-Oeste não existe município com esta classificação).

UF	Microrregião	Município	Tipologia
DF	Brasília	Brasília	Alta Renda
GO	Anápolis	Anápolis	Alta Renda
GO	Anápolis	Araçu	Alta Renda
GO	Anápolis	Brazabrantes	Alta Renda
GO	Anápolis	Campo Limpo de Goiás	Alta Renda
GO	Anápolis	Caturaí	Alta Renda
GO	Anápolis	Damolândia	Alta Renda
GO	Anápolis	Heitoraí	Alta Renda
GO	Anápolis	Inhumas	Alta Renda
GO	Anápolis	Itaberaí	Alta Renda
GO	Anápolis	Itaguari	Alta Renda
GO	Anápolis	Itaguaru	Alta Renda
GO	Anápolis	Itauçu	Alta Renda
GO	Anápolis	Jaraguá	Alta Renda
GO	Anápolis	Jesúpolis	Alta Renda
GO	Anápolis	Nova Veneza	Alta Renda
GO	Anápolis	Ouro Verde de Goiás	Alta Renda
GO	Anápolis	Petrolina de Goiás	Alta Renda
GO	Anápolis	Santa Rosa de Goiás	Alta Renda
GO	Anápolis	São Francisco de Goiás	Alta Renda
GO	Anápolis	Taquaral de Goiás	Alta Renda
GO	Anicuns	Adelândia	Estagnada
GO	Anicuns	Americano do Brasil	Estagnada
GO	Anicuns	Anicuns	Estagnada
GO	Anicuns	Aurilândia	Estagnada
GO	Anicuns	Avelinópolis	Estagnada
GO	Anicuns	Buriti de Goiás	Estagnada
GO	Anicuns	Firminópolis	Estagnada
GO	Anicuns	Mossâmedes	Estagnada
GO	Anicuns	Nazário	Estagnada
GO	Anicuns	Sanclerlândia	Estagnada
GO	Anicuns	Santa Bárbara de Goiás	Estagnada
GO	Anicuns	São Luís de Montes Belos	Estagnada
GO	Anicuns	Turvânia	Estagnada
GO	Aragarças	Aragarças	Dinâmica
GO	Aragarças	Arenópolis	Dinâmica
GO	Aragarças	Baliza	Dinâmica
GO	Aragarças	Bom Jardim de Goiás	Dinâmica
GO	Aragarças	Diorama	Dinâmica
GO	Aragarças	Montes Claros de Goiás	Dinâmica
GO	Aragarças	Piranhas	Dinâmica
GO	Catalão	Anhanguera	Alta Renda
GO	Catalão	Campo Alegre de Goiás	Alta Renda
GO	Catalão	Catalão	Alta Renda
GO	Catalão	Corumbaíba	Alta Renda
GO	Catalão	Cumari	Alta Renda
GO	Catalão	Davinópolis	Alta Renda

Anexo II – Tipologia dos Municípios definida pelo Ministério da Integração Nacional

GO	Catalão	Goiandira	Alta Renda
GO	Catalão	Ipameri	Alta Renda
GO	Catalão	Nova Aurora	Alta Renda
GO	Catalão	Ouvidor	Alta Renda
GO	Catalão	Três Ranchos	Alta Renda
GO	Ceres	Barro Alto	Estagnada
GO	Ceres	Carmo do Rio Verde	Estagnada
GO	Ceres	Ceres	Estagnada
GO	Ceres	Goianésia	Estagnada
GO	Ceres	Guaraíta	Estagnada
GO	Ceres	Guarinos	Estagnada
GO	Ceres	Hidrolina	Estagnada
GO	Ceres	Ipiranga de Goiás	Estagnada
GO	Ceres	Itapaci	Estagnada
GO	Ceres	Itapuranga	Estagnada
GO	Ceres	Morro Agudo de Goiás	Estagnada
GO	Ceres	Nova América	Estagnada
GO	Ceres	Nova Glória	Estagnada
GO	Ceres	Pilar de Goiás	Estagnada
GO	Ceres	Rialma	Estagnada
GO	Ceres	Rianápolis	Estagnada
GO	Ceres	Rubiataba	Estagnada
GO	Ceres	Santa Isabel	Estagnada
GO	Ceres	Santa Rita do Novo Destino	Estagnada
GO	Ceres	São Luiz do Norte	Estagnada
GO	Ceres	São Patrício	Estagnada
GO	Ceres	Uruana	Estagnada
GO	Chapada dos Veadeiros	Alto Paraíso de Goiás	Dinâmica
GO	Chapada dos Veadeiros	Campos Belos	Dinâmica
GO	Chapada dos Veadeiros	Cavalcante	Dinâmica
GO	Chapada dos Veadeiros	Colinas do Sul	Dinâmica
GO	Chapada dos Veadeiros	Monte Alegre de Goiás	Dinâmica
GO	Chapada dos Veadeiros	Nova Roma	Dinâmica
GO	Chapada dos Veadeiros	São João d'Aliança	Dinâmica
GO	Chapada dos Veadeiros	Teresina de Goiás	Dinâmica
GO	Entorno de Brasília	Abadiânia	Estagnada
GO	Entorno de Brasília	Água Fria de Goiás	Estagnada
GO	Entorno de Brasília	Águas Lindas de Goiás	Estagnada
GO	Entorno de Brasília	Alexânia	Estagnada
GO	Entorno de Brasília	Cabeceiras	Estagnada
GO	Entorno de Brasília	Cidade Ocidental	Estagnada
GO	Entorno de Brasília	Cocalzinho de Goiás	Estagnada
GO	Entorno de Brasília	Corumbá de Goiás	Estagnada
GO	Entorno de Brasília	Cristalina	Estagnada
GO	Entorno de Brasília	Formosa	Estagnada
GO	Entorno de Brasília	Luziânia	Estagnada
GO	Entorno de Brasília	Mimoso de Goiás	Estagnada
GO	Entorno de Brasília	Novo Gama	Estagnada
GO	Entorno de Brasília	Padre Bernardo	Estagnada
GO	Entorno de Brasília	Pirenópolis	Estagnada
GO	Entorno de Brasília	Planaltina	Estagnada
GO	Entorno de Brasília	Santo Antônio do Descoberto	Estagnada
GO	Entorno de Brasília	Valparaíso de Goiás	Estagnada
GO	Entorno de Brasília	Vila Boa	Estagnada
GO	Entorno de Brasília	Vila Propício	Estagnada
GO	Goiânia	Abadia de Goiás	Alta Renda
GO	Goiânia	Aparecida de Goiânia	Alta Renda
GO	Goiânia	Aragoiânia	Alta Renda
GO	Goiânia	Bela Vista de Goiás	Alta Renda
GO	Goiânia	Bonfinópolis	Alta Renda
GO	Goiânia	Caldazinha	Alta Renda
GO	Goiânia	Goianápolis	Alta Renda
GO	Goiânia	Goiânia	Alta Renda
GO	Goiânia	Goianira	Alta Renda
GO	Goiânia	Guapó	Alta Renda

Anexo II – Tipologia dos Municípios definida pelo Ministério da Integração Nacional

GO	Goiânia	Hidrolândia	Alta Renda
GO	Goiânia	Leopoldo de Bulhões	Alta Renda
GO	Goiânia	Nerópolis	Alta Renda
GO	Goiânia	Santo Antônio de Goiás	Alta Renda
GO	Goiânia	Senador Canedo	Alta Renda
GO	Goiânia	Terezópolis de Goiás	Alta Renda
GO	Goiânia	Trindade	Alta Renda
GO	Iporá	Amorinópolis	Estagnada
GO	Iporá	Cachoeira de Goiás	Estagnada
GO	Iporá	Córrego do Ouro	Estagnada
GO	Iporá	Fazenda Nova	Estagnada
GO	Iporá	Iporá	Estagnada
GO	Iporá	Israelândia	Estagnada
GO	Iporá	Ivolândia	Estagnada
GO	Iporá	Jaupaci	Estagnada
GO	Iporá	Moiporá	Estagnada
GO	Iporá	Novo Brasil	Estagnada
GO	Meia Ponte	Água Limpa	Alta Renda
GO	Meia Ponte	Aloândia	Alta Renda
GO	Meia Ponte	Bom Jesus de Goiás	Alta Renda
GO	Meia Ponte	Buriti Alegre	Alta Renda
GO	Meia Ponte	Cachoeira Dourada	Alta Renda
GO	Meia Ponte	Caldas Novas	Alta Renda
GO	Meia Ponte	Cromínia	Alta Renda
GO	Meia Ponte	Goiatuba	Alta Renda
GO	Meia Ponte	Inaciolândia	Alta Renda
GO	Meia Ponte	Itumbiara	Alta Renda
GO	Meia Ponte	Joviânia	Alta Renda
GO	Meia Ponte	Mairipotaba	Alta Renda
GO	Meia Ponte	Marzagão	Alta Renda
GO	Meia Ponte	Morrinhos	Alta Renda
GO	Meia Ponte	Panamá	Alta Renda
GO	Meia Ponte	Piracanjuba	Alta Renda
GO	Meia Ponte	Pontalina	Alta Renda
GO	Meia Ponte	Porteirão	Alta Renda
GO	Meia Ponte	Professor Jamil	Alta Renda
GO	Meia Ponte	Rio Quente	Alta Renda
GO	Meia Ponte	Vicentinópolis	Alta Renda
GO	Pires do Rio	Cristianópolis	Alta Renda
GO	Pires do Rio	Gameleira de Goiás	Alta Renda
GO	Pires do Rio	Orizona	Alta Renda
GO	Pires do Rio	Palmelo	Alta Renda
GO	Pires do Rio	Pires do Rio	Alta Renda
GO	Pires do Rio	Santa Cruz de Goiás	Alta Renda
GO	Pires do Rio	São Miguel do Passa Quatro	Alta Renda
GO	Pires do Rio	Silvânia	Alta Renda
GO	Pires do Rio	Urutaí	Alta Renda
GO	Pires do Rio	Vianópolis	Alta Renda
GO	Porangatu	Alto Horizonte	Estagnada
GO	Porangatu	Amaralina	Estagnada
GO	Porangatu	Bonópolis	Estagnada
GO	Porangatu	Campinaçu	Estagnada
GO	Porangatu	Campinorte	Estagnada
GO	Porangatu	Campos Verdes	Estagnada
GO	Porangatu	Estrela do Norte	Estagnada
GO	Porangatu	Formoso	Estagnada
GO	Porangatu	Mara Rosa	Estagnada
GO	Porangatu	Minaçu	Estagnada
GO	Porangatu	Montividiu do Norte	Estagnada
GO	Porangatu	Mutunópolis	Estagnada
GO	Porangatu	Niquelândia	Estagnada
GO	Porangatu	Nova Iguaçu de Goiás	Estagnada
GO	Porangatu	Porangatu	Estagnada
GO	Porangatu	Santa Tereza de Goiás	Estagnada
GO	Porangatu	Santa Terezinha de Goiás	Estagnada

Anexo II – Tipologia dos Municípios definida pelo Ministério da Integração Nacional

GO	Porangatu	Trombas	Estagnada
GO	Porangatu	Uruaçu	Estagnada
GO	Quirinópolis	Cachoeira Alta	Alta Renda
GO	Quirinópolis	Caçu	Alta Renda
GO	Quirinópolis	Gouvelândia	Alta Renda
GO	Quirinópolis	Itajá	Alta Renda
GO	Quirinópolis	Itarumã	Alta Renda
GO	Quirinópolis	Lagoa Santa	Alta Renda
GO	Quirinópolis	Paranaiguara	Alta Renda
GO	Quirinópolis	Quirinópolis	Alta Renda
GO	Quirinópolis	São Simão	Alta Renda
GO	Rio Vermelho	Araguapaz	Dinâmica
GO	Rio Vermelho	Aruanã	Dinâmica
GO	Rio Vermelho	Britânia	Dinâmica
GO	Rio Vermelho	Faina	Dinâmica
GO	Rio Vermelho	Goiás	Dinâmica
GO	Rio Vermelho	Itapirapuã	Dinâmica
GO	Rio Vermelho	Jussara	Dinâmica
GO	Rio Vermelho	Matrinchã	Dinâmica
GO	Rio Vermelho	Santa Fé de Goiás	Dinâmica
GO	São Miguel do Araguaia	Crixás	Dinâmica
GO	São Miguel do Araguaia	Mozarlândia	Dinâmica
GO	São Miguel do Araguaia	Mundo Novo	Dinâmica
GO	São Miguel do Araguaia	Nova Crixás	Dinâmica
GO	São Miguel do Araguaia	Novo Planalto	Dinâmica
GO	São Miguel do Araguaia	São Miguel do Araguaia	Dinâmica
GO	São Miguel do Araguaia	Uirapuru	Dinâmica
GO	Sudoeste de Goiás	Aparecida do Rio Doce	Alta Renda
GO	Sudoeste de Goiás	Aporé	Alta Renda
GO	Sudoeste de Goiás	Caiapônia	Alta Renda
GO	Sudoeste de Goiás	Castelândia	Alta Renda
GO	Sudoeste de Goiás	Chapadão do Céu	Alta Renda
GO	Sudoeste de Goiás	Doverlândia	Alta Renda
GO	Sudoeste de Goiás	Jataí	Alta Renda
GO	Sudoeste de Goiás	Maurilândia	Alta Renda
GO	Sudoeste de Goiás	Mineiros	Alta Renda
GO	Sudoeste de Goiás	Montividiu	Alta Renda
GO	Sudoeste de Goiás	Palestina de Goiás	Alta Renda
GO	Sudoeste de Goiás	Perolândia	Alta Renda
GO	Sudoeste de Goiás	Portelândia	Alta Renda
GO	Sudoeste de Goiás	Rio Verde	Alta Renda
GO	Sudoeste de Goiás	Santa Helena de Goiás	Alta Renda
GO	Sudoeste de Goiás	Santa Rita do Araguaia	Alta Renda
GO	Sudoeste de Goiás	Santo Antônio da Barra	Alta Renda
GO	Sudoeste de Goiás	Serranópolis	Alta Renda
GO	Vale do Rio dos Bois	Acreúna	Estagnada
GO	Vale do Rio dos Bois	Campestre de Goiás	Estagnada
GO	Vale do Rio dos Bois	Cezarina	Estagnada
GO	Vale do Rio dos Bois	Edealina	Estagnada
GO	Vale do Rio dos Bois	Edéia	Estagnada
GO	Vale do Rio dos Bois	Indiara	Estagnada
GO	Vale do Rio dos Bois	Jandaia	Estagnada
GO	Vale do Rio dos Bois	Palmeiras de Goiás	Estagnada
GO	Vale do Rio dos Bois	Palminópolis	Estagnada
GO	Vale do Rio dos Bois	Paraúna	Estagnada
GO	Vale do Rio dos Bois	São João da Paraúna	Estagnada
GO	Vale do Rio dos Bois	Turvelândia	Estagnada
GO	Vale do Rio dos Bois	Varjão	Estagnada
GO	Vão do Paranã	Alvorada do Norte	Dinâmica
GO	Vão do Paranã	Buritinópolis	Dinâmica
GO	Vão do Paranã	Damianópolis	Dinâmica
GO	Vão do Paranã	Divinópolis de Goiás	Dinâmica
GO	Vão do Paranã	Flores de Goiás	Dinâmica
GO	Vão do Paranã	Guarani de Goiás	Dinâmica
GO	Vão do Paranã	Iaciara	Dinâmica

Anexo II – Tipologia dos Municípios definida pelo Ministério da Integração Nacional

GO	Vão do Paranã	Mambaí	Dinâmica
GO	Vão do Paranã	Posse	Dinâmica
GO	Vão do Paranã	São Domingos	Dinâmica
GO	Vão do Paranã	Simolândia	Dinâmica
GO	Vão do Paranã	Sítio d'Abadia	Dinâmica
MS	Alto Taquari	Alcinópolis	Estagnada
MS	Alto Taquari	Camapuã	Estagnada
MS	Alto Taquari	Coxim	Estagnada
MS	Alto Taquari	Figueirão	Estagnada
MS	Alto Taquari	Pedro Gomes	Estagnada
MS	Alto Taquari	Rio Verde de Mato Grosso	Estagnada
MS	Alto Taquari	São Gabriel do Oeste	Estagnada
MS	Alto Taquari	Sonora	Estagnada
MS	Aquidauana	Anastácio	Estagnada
MS	Aquidauana	Aquidauana	Estagnada
MS	Aquidauana	Dois Irmãos do Buriti	Estagnada
MS	Aquidauana	Miranda	Estagnada
MS	Baixo Pantanal	Corumbá	Estagnada
MS	Baixo Pantanal	Ladário	Estagnada
MS	Baixo Pantanal	Porto Murtinho	Estagnada
MS	Bodoquena	Bela Vista	Estagnada
MS	Bodoquena	Bodoquena	Estagnada
MS	Bodoquena	Bonito	Estagnada
MS	Bodoquena	Caracol	Estagnada
MS	Bodoquena	Guia Lopes da Laguna	Estagnada
MS	Bodoquena	Jardim	Estagnada
MS	Bodoquena	Nioaque	Estagnada
MS	Campo Grande	Bandeirantes	Alta Renda
MS	Campo Grande	Campo Grande	Alta Renda
MS	Campo Grande	Corguinho	Alta Renda
MS	Campo Grande	Jaraguari	Alta Renda
MS	Campo Grande	Rio Negro	Alta Renda
MS	Campo Grande	Rochedo	Alta Renda
MS	Campo Grande	Sidrolândia	Alta Renda
MS	Campo Grande	Terenos	Alta Renda
MS	Cassilândia	Cassilândia	Alta Renda
MS	Cassilândia	Chapadão do Sul	Alta Renda
MS	Cassilândia	Costa Rica	Alta Renda
MS	Dourados	Amambaí	Estagnada
MS	Dourados	Antônio João	Estagnada
MS	Dourados	Aral Moreira	Estagnada
MS	Dourados	Caarapó	Estagnada
MS	Dourados	Douradina	Estagnada
MS	Dourados	Dourados	Estagnada
MS	Dourados	Fátima do Sul	Estagnada
MS	Dourados	Itaporã	Estagnada
MS	Dourados	Juti	Estagnada
MS	Dourados	Laguna Carapã	Estagnada
MS	Dourados	Maracaju	Estagnada
MS	Dourados	Nova Alvorada do Sul	Estagnada
MS	Dourados	Ponta Porã	Estagnada
MS	Dourados	Rio Brilhante	Estagnada
MS	Dourados	Vicentina	Estagnada
MS	Iguatemi	Angélica	Dinâmica
MS	Iguatemi	Coronel Sapucaia	Dinâmica
MS	Iguatemi	Deodápolis	Dinâmica
MS	Iguatemi	Eldorado	Dinâmica
MS	Iguatemi	Glória de Dourados	Dinâmica
MS	Iguatemi	Iguatemi	Dinâmica
MS	Iguatemi	Itaquiraí	Dinâmica
MS	Iguatemi	Ivinhema	Dinâmica
MS	Iguatemi	Japorã	Dinâmica
MS	Iguatemi	Jateí	Dinâmica
MS	Iguatemi	Mundo Novo	Dinâmica
MS	Iguatemi	Naviraí	Dinâmica

Anexo II – Tipologia dos Municípios definida pelo Ministério da Integração Nacional

MS	Iguatemi	Novo Horizonte do Sul	Dinâmica
MS	Iguatemi	Paranhos	Dinâmica
MS	Iguatemi	Sete Quedas	Dinâmica
MS	Iguatemi	Tacuru	Dinâmica
MS	Nova Andradina	Anaurilândia	Dinâmica
MS	Nova Andradina	Bataguassu	Dinâmica
MS	Nova Andradina	Batayporã	Dinâmica
MS	Nova Andradina	Nova Andradina	Dinâmica
MS	Nova Andradina	Taquarussu	Dinâmica
MS	Paranaíba	Aparecida do Taboado	Estagnada
MS	Paranaíba	Inocência	Estagnada
MS	Paranaíba	Paranaíba	Estagnada
MS	Paranaíba	Selvíria	Estagnada
MS	Três Lagoas	Água Clara	Estagnada
MS	Três Lagoas	Brasilândia	Estagnada
MS	Três Lagoas	Paraíso das Águas (*)	Estagnada
MS	Três Lagoas	Ribas do Rio Pardo	Estagnada
MS	Três Lagoas	Santa Rita do Pardo	Estagnada
MS	Três Lagoas	Três Lagoas	Estagnada
MT	Alta Floresta	Alta Floresta	Dinâmica
MT	Alta Floresta	Apiacás	Dinâmica
MT	Alta Floresta	Carlinda	Dinâmica
MT	Alta Floresta	Nova Bandeirantes	Dinâmica
MT	Alta Floresta	Nova Monte Verde	Dinâmica
MT	Alta Floresta	Paranaíta	Dinâmica
MT	Alto Araguaia	Alto Araguaia	Dinâmica
MT	Alto Araguaia	Alto Garças	Dinâmica
MT	Alto Araguaia	Alto Taquari	Dinâmica
MT	Alto Guaporé	Conquista D'Oeste	Dinâmica
MT	Alto Guaporé	Nova Lacerda	Dinâmica
MT	Alto Guaporé	Pontes e Lacerda	Dinâmica
MT	Alto Guaporé	Vale de São Domingos	Dinâmica
MT	Alto Guaporé	Vila Bela da Santíssima Trindade	Dinâmica
MT	Alto Pantanal	Barão de Melgaço	Estagnada
MT	Alto Pantanal	Cáceres	Estagnada
MT	Alto Pantanal	Curvelândia	Estagnada
MT	Alto Pantanal	Poconé	Estagnada
MT	Alto Paraguai	Alto Paraguai	Dinâmica
MT	Alto Paraguai	Arenápolis	Dinâmica
MT	Alto Paraguai	Nortelândia	Dinâmica
MT	Alto Paraguai	Nova Marilândia	Dinâmica
MT	Alto Paraguai	Santo Afonso	Dinâmica
MT	Alto Teles Pires	Ipiranga do Norte	Alta Renda
MT	Alto Teles Pires	Itanhangá	Alta Renda
MT	Alto Teles Pires	Lucas do Rio Verde	Alta Renda
MT	Alto Teles Pires	Nobres	Alta Renda
MT	Alto Teles Pires	Nova Mutum	Alta Renda
MT	Alto Teles Pires	Nova Ubiratã	Alta Renda
MT	Alto Teles Pires	Santa Rita do Trivelato	Alta Renda
MT	Alto Teles Pires	Sorriso	Alta Renda
MT	Alto Teles Pires	Tapurah	Alta Renda
MT	Arinos	Juara	Dinâmica
MT	Arinos	Nova Maringá	Dinâmica
MT	Arinos	Novo Horizonte do Norte	Dinâmica
MT	Arinos	Porto dos Gaúchos	Dinâmica
MT	Arinos	São José do Rio Claro	Dinâmica
MT	Arinos	Tabaporã	Dinâmica
MT	Aripuanã	Aripuanã	Estagnada
MT	Aripuanã	Brasnorte	Estagnada
MT	Aripuanã	Castanheira	Estagnada
MT	Aripuanã	Colniza	Estagnada
MT	Aripuanã	Cotriguaçu	Estagnada
MT	Aripuanã	Juína	Estagnada
MT	Aripuanã	Juruena	Estagnada
MT	Aripuanã	Rondolândia	Estagnada

Anexo II – Tipologia dos Municípios definida pelo Ministério da Integração Nacional

MT	Canarana	Água Boa	Dinâmica
MT	Canarana	Campinápolis	Dinâmica
MT	Canarana	Canarana	Dinâmica
MT	Canarana	Nova Nazaré	Dinâmica
MT	Canarana	Nova Xavantina	Dinâmica
MT	Canarana	Novo São Joaquim	Dinâmica
MT	Canarana	Querência	Dinâmica
MT	Canarana	Santo Antônio do Leste	Dinâmica
MT	Colíder	Colíder	Dinâmica
MT	Colíder	Guarantã do Norte	Dinâmica
MT	Colíder	Matupá	Dinâmica
MT	Colíder	Nova Canaã do Norte	Dinâmica
MT	Colíder	Nova Guarita	Dinâmica
MT	Colíder	Novo Mundo	Dinâmica
MT	Colíder	Peixoto de Azevedo	Dinâmica
MT	Colíder	Terra Nova do Norte	Dinâmica
MT	Cuiabá	Chapada dos Guimarães	Alta Renda
MT	Cuiabá	Cuiabá	Alta Renda
MT	Cuiabá	Nossa Senhora do Livramento	Alta Renda
MT	Cuiabá	Santo Antônio do Leverger	Alta Renda
MT	Cuiabá	Várzea Grande	Alta Renda
MT	Jauru	Araputanga	Dinâmica
MT	Jauru	Figueirópolis D'Oeste	Dinâmica
MT	Jauru	Glória D'Oeste	Dinâmica
MT	Jauru	Indiavaí	Dinâmica
MT	Jauru	Jauru	Dinâmica
MT	Jauru	Lambari D'Oeste	Dinâmica
MT	Jauru	Mirassol d'Oeste	Dinâmica
MT	Jauru	Porto Esperidião	Dinâmica
MT	Jauru	Reserva do Cabaçal	Dinâmica
MT	Jauru	Rio Branco	Dinâmica
MT	Jauru	Salto do Céu	Dinâmica
MT	Jauru	São José dos Quatro Marcos	Dinâmica
MT	Médio Araguaia	Araguaiana	Estagnada
MT	Médio Araguaia	Barra do Garças	Estagnada
MT	Médio Araguaia	Cocalinho	Estagnada
MT	Norte Araguaia	Alto Boa Vista	Estagnada
MT	Norte Araguaia	Bom Jesus do Araguaia	Estagnada
MT	Norte Araguaia	Canabrava do Norte	Estagnada
MT	Norte Araguaia	Confresa	Estagnada
MT	Norte Araguaia	Luciára	Estagnada
MT	Norte Araguaia	Novo Santo Antônio	Estagnada
MT	Norte Araguaia	Porto Alegre do Norte	Estagnada
MT	Norte Araguaia	Ribeirão Cascalheira	Estagnada
MT	Norte Araguaia	Santa Cruz do Xingu	Estagnada
MT	Norte Araguaia	Santa Terezinha	Estagnada
MT	Norte Araguaia	São Félix do Araguaia	Estagnada
MT	Norte Araguaia	São José do Xingu	Estagnada
MT	Norte Araguaia	Serra Nova Dourada	Estagnada
MT	Norte Araguaia	Vila Rica	Estagnada
MT	Paranatinga	Gaúcha do Norte	Dinâmica
MT	Paranatinga	Nova Brasilândia	Dinâmica
MT	Paranatinga	Paranatinga	Dinâmica
MT	Paranatinga	Planalto da Serra	Dinâmica
MT	Parecis	Campo Novo do Parecis	Alta Renda
MT	Parecis	Campos de Júlio	Alta Renda
MT	Parecis	Comodoro	Alta Renda
MT	Parecis	Diamantino	Alta Renda
MT	Parecis	Sapezal	Alta Renda
MT	Primavera do Leste	Campo Verde	Alta Renda
MT	Primavera do Leste	Primavera do Leste	Alta Renda
MT	Rondonópolis	Dom Aquino	Estagnada
MT	Rondonópolis	Itiquira	Estagnada
MT	Rondonópolis	Jaciara	Estagnada
MT	Rondonópolis	Juscimeira	Estagnada

Anexo II – Tipologia dos Municípios definida pelo Ministério da Integração Nacional

MT	Rondonópolis	Pedra Preta	Estagnada
MT	Rondonópolis	Rondonópolis	Estagnada
MT	Rondonópolis	São José do Povo	Estagnada
MT	Rondonópolis	São Pedro da Cipa	Estagnada
MT	Rosário Oeste	Acorizal	Dinâmica
MT	Rosário Oeste	Jangada	Dinâmica
MT	Rosário Oeste	Rosário Oeste	Dinâmica
MT	Sinop	Cláudia	Alta Renda
MT	Sinop	Feliz Natal	Alta Renda
MT	Sinop	Itaúba	Alta Renda
MT	Sinop	Marcelândia	Alta Renda
MT	Sinop	Nova Santa Helena	Alta Renda
MT	Sinop	Santa Carmem	Alta Renda
MT	Sinop	Sinop	Alta Renda
MT	Sinop	União do Sul	Alta Renda
MT	Sinop	Vera	Alta Renda
MT	Tangará da Serra	Barra do Bugres	Estagnada
MT	Tangará da Serra	Denise	Estagnada
MT	Tangará da Serra	Nova Olímpia	Estagnada
MT	Tangará da Serra	Porto Estrela	Estagnada
MT	Tangará da Serra	Tangará da Serra	Estagnada
MT	Tesouro	Araguainha	Dinâmica
MT	Tesouro	General Carneiro	Dinâmica
MT	Tesouro	Guiratinga	Dinâmica
MT	Tesouro	Pontal do Araguaia	Dinâmica
MT	Tesouro	Ponte Branca	Dinâmica
MT	Tesouro	Poxoréo	Dinâmica
MT	Tesouro	Ribeirãozinho	Dinâmica
MT	Tesouro	Tesouro	Dinâmica
MT	Tesouro	Torixoréu	Dinâmica

(*) O Município de Paraíso das Águas (MS) foi recentemente criado e deverá ser considerado como de “economia estagnada”, até sua inclusão na Tipologia dos Municípios, no âmbito da revisão da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) pelo Ministério da Integração Nacional.

Anexo III – Municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno – RIDE

A Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno – RIDE é constituída pelo Distrito Federal e pelos seguintes municípios (exceto os municípios do Estado de Minas Gerais):

Nr.	UF	Municípios
1	GO	Abadiânia
2	GO	Água Fria de Goiás
3	GO	Águas Lindas de Goiás
4	GO	Alexânia
5	GO	Cabeceiras
6	GO	Cidade Ocidental
7	GO	Cocalzinho de Goiás
8	GO	Corumbá de Goiás
9	GO	Cristalina
10	GO	Formosa
11	GO	Luziânia
12	GO	Mimoso de Goiás
13	GO	Novo Gama
14	GO	Padre Bernardo
15	GO	Pirenópolis
16	GO	Planaltina
17	GO	Santo Antônio do Descoberto
18	GO	Valparaíso de Goiás
19	GO	Vila Boa

Anexo IV – Municípios da Mesorregião de Águas Emendadas

A Mesorregião de Águas Emendadas da Região Centro-Oeste é constituída pelos seguintes municípios:

Nr.	UF	Município
1	GO	Abadiânia
2	GO	Água Fria de Goiás
3	GO	Águas Lindas de Goiás
4	GO	Alexânia
5	GO	Alto Paraíso de Goiás
6	GO	Alvorada do Norte
7	GO	Barro Alto
8	GO	Buritinópolis
9	GO	Cabeceiras
10	GO	Campinaçu
11	GO	Campinorte
12	GO	Campo Alegre de Goiás
13	GO	Campos Belos
14	GO	Carmo do Rio Verde
15	GO	Catalão
16	GO	Cavalcante
17	GO	Ceres
18	GO	Cidade Ocidental
19	GO	Cocalzinho de Goiás
20	GO	Colinas do Sul
21	GO	Corumbá de Goiás
22	GO	Cristalina
23	GO	Damianópolis
24	GO	Davinópolis
25	GO	Divinópolis de Goiás
26	GO	Flores de Goiás
27	GO	Formosa
28	GO	Goianésia
29	GO	Guaraíta
30	GO	Guarani de Goiás
31	GO	Heitoraí
32	GO	Hidrolina
33	GO	Iaciara
34	GO	Ipiranga de Goiás
35	GO	Itaberaí
36	GO	Itaguari
37	GO	Itaguaru
38	GO	Itapaci
39	GO	Itapuranga
40	GO	Jaraguá
41	GO	Jesúpolis
42	GO	Luziânia
43	GO	Mambaí
44	GO	Mimoso de Goiás
45	GO	Minaçu
46	GO	Monte Alegre de Goiás
47	GO	Morro Agudo de Goiás
48	GO	Niquelândia
49	GO	Nova América
50	GO	Nova Glória
51	GO	Nova Roma
52	GO	Novo Gama
53	GO	Ouvidor
54	GO	Padre Bernardo
55	GO	Pirenópolis
56	GO	Planaltina
57	GO	Posse
58	GO	Rialma
59	GO	Rianápolis
60	GO	Rubiataba
61	GO	Santa Isabel
62	GO	Santa Rita do Novo Destino
63	GO	Santo Antônio do Descoberto
64	GO	São Domingos
65	GO	São Francisco de Goiás
66	GO	São João d'Aliança
67	GO	São Luiz do Norte
68	GO	São Patrício
69	GO	Simolândia
70	GO	Sítio d'Abadia
71	GO	Teresina de Goiás
72	GO	Três Ranchos
73	GO	Uruaçu
74	GO	Uruana
75	GO	Valparaíso de Goiás
76	GO	Vila Boa
77	GO	Vila Propício

Anexo V – Municípios da Faixa de Fronteira

A Faixa de Fronteira da Região Centro-Oeste é constituída pelos seguintes municípios:

Nr.	UF	Municípios
1	MS	Amambaí
2	MS	Anastácio
3	MS	Antônio João
4	MS	Aquidauana
5	MS	Aral Moreira
6	MS	Bela Vista
7	MS	Bodoquena
8	MS	Bonito
9	MS	Caarapó
10	MS	Caracol
11	MS	Coronel Sapucaia
12	MS	Corumbá
13	MS	Deodápolis
14	MS	Dois Irmãos do Buriti
15	MS	Douradina
16	MS	Dourados
17	MS	Eldorado
18	MS	Fátima do Sul
19	MS	Glória de Dourados
20	MS	Guia Lopes da Laguna
21	MS	Iguatemi
22	MS	Itaporã
23	MS	Itaquiraí
24	MS	Japorã
25	MS	Jardim
26	MS	Jateí
27	MS	Juti
28	MS	Ladário
29	MS	Laguna Carapã
30	MS	Maracaju
31	MS	Miranda
32	MS	Mundo Novo
33	MS	Naviraí
34	MS	Nioaque
35	MS	Novo Horizonte do Sul
36	MS	Paranhos
37	MS	Ponta Porã
38	MS	Porto Murtinho
39	MS	Rio Brilhante
40	MS	Sete Quedas
41	MS	Sidrolândia
42	MS	Tacuru
43	MS	Taquarussu
44	MS	Vicentina
45	MT	Araputanga
46	MT	Barão de Melgaço
47	MT	Barra do Bugres
48	MT	Cáceres
49	MT	Campos de Júlio
50	MT	Comodoro
51	MT	Conquista D'Oeste
52	MT	Curvelândia
53	MT	Figueirópolis D'Oeste
54	MT	Glória D'Oeste
55	MT	Indiavaí
56	MT	Jauru
57	MT	Lambari D'Oeste
58	MT	Mirassol d'Oeste
59	MT	Nossa Senhora do Livramento
60	MT	Nova Lacerda
61	MT	Poconé
62	MT	Pontes e Lacerda
63	MT	Porto Esperidião
64	MT	Porto Estrela
65	MT	Reserva do Cabaçal
66	MT	Rio Branco
67	MT	Salto do Céu
68	MT	São José dos Quatro Marcos
69	MT	Sapezal
70	MT	Tangará da Serra
71	MT	Vale de São Domingos
72	MT	Vila Bela da Santíssima Trindade

A matéria vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

Calendário de tramitação do OFN 1/2016 (art. 120, Res 1 de 2006-CN

Leitura: 15-2
até 20/2 prazo para publicação da matéria;
até 6/3 prazo para apresentação de relatório e, se for o caso, de projeto de decreto legislativo;
até 11/3 prazo para apresentação de emendas a eventual projeto de decreto legislativo; e

até 18/3 prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional.

Ofício do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

- Ofício nº 2 de 2016-CN (Ofício nº 23/2016, na origem) que encaminha, em cumprimento à Lei 11.948/09, art. 1º, § 6º, e à Lei nº 12.096/09 art. 1º, §8º (Lei 12.453/11), Relatório Gerencial Trimestral do BNDES, referente ao 4º trimestre de 2015.

É o seguinte o ofício:

CONGRESSO NACIONAL

OFÍCIO DO CONGRESSO NACIONAL Nº 2, DE 2016

Encaminha, em cumprimento à Lei nº 11.948/09, art. 1, §6º e à Lei nº 12.096/09, art. 1º, §8º, o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES, referente ao 4º trimestre de 2015.

Ofício nº 23 de 2016, na origem

DOCUMENTOS:

- OFÍCIO Nº 23 DE 2016

- RELATÓRIO GERENCIAL TRIMESTRAL DOS RECURSOS DO TESOURO NACIONAL

Ofício nº 04870/2016 - 63
Presid

BNDES **Classificação:** Documento Ostensivo
Unidades gestoras: AF/DECAP e GP

Ofício 023/2016 – BNDES GP Rio de Janeiro, 03 de fevereiro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional
SENADO FEDERAL
Edifício Principal, Praça dos Três Poderes
70165-900 Brasília – DF

05 FEV 2016

Assunto: **Recursos das Leis nº 11.948/09 (alterada pela Lei nº 12.249/10), nº 12.096/09 (alterada pelas Leis nº 12.385/11, nº 12.453/11 e nº 12.712/12), nº 12.397/11, nº 12.453/11 (alterada pela Lei nº 12.712/12), nº 12.872/13, nº 12.979/14, nº 13.000/14 e nº 13.126/15**

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

1. Ao cumprimentá-lo, encaminho, nos termos do artigo 1º, § 6º, da Lei nº 11.948, de 16/06/2009, e do artigo 1º, § 8º da Lei nº 12.453, de 21/07/2011, o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao quarto trimestre de 2015.

2. Adicionalmente, informo a Vossa Excelência que foi disponibilizado no Relatório o endereço eletrônico abaixo, com arquivo no formato PDF contendo a lista das empresas beneficiárias dos créditos concedidos com os recursos oriundos das mencionadas Leis:

http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/BNDES_Transparente/Aplicacao_dos_Recursos_Financeiros/

Respeitosamente,

LUCIANO COUTINHO
Presidente

SGE 10000053585

Classificação conforme Lei de Acesso à informação (OS PRESI 01/2015-BNDES): Ostensivo
Unidade Gestora: BNDES/Área Financeira/Departamento de Captação Interna

BNDES O banco nacional do desenvolvimento

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

RELATÓRIO GERENCIAL TRIMESTRAL DOS RECURSOS DO TESOURO NACIONAL

Incluídos os repasses de recursos autorizados pelas leis:
nº 11.948/09 (alterada pela Lei nº12.249/10);
nº 12.096/09 (alterada pelas Leis nº 12.385/11, nº 12.453/11 e nº 12.712/12);
nº 12.397/11;
nº 12.453/11 (alterada pela Lei 12.712/12);
nº 12.872/13;
nº 12.979/14;
nº 13.000/14 e
nº 13.126/15.

4º trimestre de 2015
Rio de Janeiro - janeiro de 2016

http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/BNDES_Transparente

Classificação conforme Lei de acesso à informação (OS PRESI 01/2015-BNDES): Ostensivo
Unidade Gestora: BNDES/Área Financeira/Departamento de Captação Interna



Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

RELATÓRIO GERENCIAL TRIMESTRAL DOS RECURSOS DO TESOURO NACIONAL

Relatório elaborado em atendimento ao §6º do Art.1º da Lei nº 11.948 de 16 de junho de 2009, §8º do Art.1º da Lei nº 12.096 de 24 de novembro de 2009 e ao §3º do Art.2º da Lei nº 12.453 de 21 de julho de 2011.

4º trimestre de 2015

Rio de Janeiro - janeiro de 2016

Classificação conforme Lei de acesso à informação (OS PRESI 01/2015-BNDES): Ostensivo
Unidade Gestora: BNDES/Área Financeira/Departamento de Captação Interna

JANEIRO DE 2016

RELATÓRIO GERENCIAL TRIMESTRAL
DOS RECURSOS DO TESOURO NACIONAL

INCLUÍDOS OS REPASSES DE RECURSOS AUTORIZADOS PELAS LEIS:
nº 11.948/09 (alterada pela Lei nº12.249/10);
nº 12.096/09 (alterada pelas Leis nº 12.385/11, nº 12.453/11 e nº 12.712/12);
nº 12.397/11;
nº 12.453/11 (alterada pela Lei 12.712/12);
nº 12.872/13;
nº 12.979/14;
nº 13.000/14 e
nº 13.126/15.

4º Trimestre de 2015

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Endereço: Av. República do Chile, 100
CEP: 20031-917 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: (021) 2172-7447/6938
Fax: (021) 2172-6227
Home Page: www.bndes.gov.br
E-mail: afdecap@bndes.gov.br

Introdução e Capítulo 4 elaborados pela Área de Pesquisa
e Acompanhamento Econômico do BNDES.
Departamento de Acompanhamento Econômico e Operações

Capítulo 3 elaborado pela Área de Planejamento
Departamento de Estratégia Corporativa e Gestão Orçamentária

Demais capítulos elaborados pela Área Financeira do BNDES.
Departamento de Captação Interna

Colaboradores:
Thiago Rabelo Pereira - AF/DECAP
Altino Guilherme Bastos Joia - AF/DECAP/GFAT2
Evandro Fernandes Costa - AF/DECAP/GFAT2
Sergio da Cruz Waddington - APE/DAE
Marcelo Machado Nascimento - APE/DAE
Humberto Jose Mingotti Gabrielli - AP/DEORC/GINFO
Andre Luna de Morais - AP/DEORC/GINFO
Leonardo de Oliveira Santos - AP/DEINCO/GERAV
Luciano Machado - AP/DEINCO/GERAV

Classificação conforme Lei de acesso à informação (OS PRESI 01/2015-BNDES): Ostensivo
Unidade Gestora: BNDES/Área Financeira/Departamento de Captação Interna

Informações detalhadas sobre os projetos apoiados pelo BNDES, incluindo a descrição dos projetos, o valor contratado, taxa de juros, prazos de carência e amortização, tipo de garantia e outras, podem ser encontradas através do link do BNDES Transparente:

http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/BNDES_Transparente/

Consulta a financiamentos de projetos no Brasil

Painéis interativos - Agora com taxas de juros, prazos e garantias



Informações detalhadas: veja taxas de juros, prazos e garantias dos financiamentos.

Acesse mapas e gráficos para encontrar operações por região, setor, nome do cliente e outros critérios.

Dados disponíveis para operações diretas e indiretas não automáticas contratadas desde 2012.

NAVEGUE

Outras consultas

OPERAÇÕES INDIRETAS AUTOMÁTICAS

- **Novas informações detalhadas:** taxas de juros e prazos dos financiamentos.
- Consulte por CPF ou CNPJ do cliente.
- Dados disponíveis para operações contratadas desde 2002.

OPERAÇÕES COM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA

- Pesquise as operações com a União, estados e municípios.
- Informações resumidas, mas incluem valores já liberados aos beneficiários.
- Resultados oferecem operações ainda não contratadas.
- Dados disponíveis desde 1994 .

Classificação conforme Lei de acesso à informação (OS PRESI 01/2015-BNDES): Ostensivo
Unidade Gestora: BNDES/Área Financeira/Departamento de Captação Interna

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Excesso de Estoques, Ociosidade e Confiança Industrial..... 11
Gráfico 2 - Evolução do PMI (MM3m) e do IBC-Br (var. % MM3M) 12
Gráfico 3 - Crescimento da População Ocupada 13
Gráfico 4 - Concessões de Crédito..... 14
Gráfico 5 - Setor Habitacional..... 15
Gráfico 6 - Captações com o Tesouro Nacional – 2008/2015 23
Gráfico 7 - Desembolsos por Região Geográfica 28
Gráfico 8 - Desembolsos por Unidade Federativa 30
Gráfico 9 - Desembolsos por Ramo de Atividade 31
Gráfico 10 - Desembolsos por Gêneros de Atividade 32
Gráfico 11 - Desembolsos por Porte das Empresas..... 33
Gráfico 12 - Prazos de Carência e Amortização. 37
Gráfico 13 - Participação do BNDES no Investimento Total..... 38
Gráfico 14 - Projetos incluídos no PAC..... 39
Gráfico 15 - Desembolsos por Porte das Empresas..... 56
Gráfico 16 - Participação do BNDES no Investimento Total..... 57
Gráfico 17 - Componentes da Variação no Custo Líquido 2013 - 2014 68

Classificação conforme Lei de acesso à informação (OS PRESI 01/2015-BNDES): Ostensivo
Unidade Gestora: BNDES/Área Financeira/Departamento de Captação Interna

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Movimentação Financeira – Recursos do Tesouro Nacional. 26
Tabela 2 – Modalidade Operacional BNDES 27
Tabela 3 – Comparativo Carteira x Participação no PIB 29
Tabela 4 – Quantidade de Projetos por Porte das Empresas 33
Tabela 5 – Média da taxa líquida após equalização por porte da empresa.. 34
Tabela 6 – Média do custo total pago pelo tomador final 35
Tabela 7 – Média dos índices para Micro Empresa 35
Tabela 8 – Sistema de Contas Nacionais (Investimentos) 41
Tabela 9 – Geração e Manutenção de Empregos 42
Tabela 10 – Desembolsos por Modalidade Operacional BNDES 52
Tabela 11 – Desembolso por Localização Geográfica 53
Tabela 12 – Desembolso por Ramo e Gênero de Atividade..... 55
Tabela 13 – Quantidade de Operações por Porte das Empresas 57
Tabela 14 – Taxa Média para o Cliente Final 58
Tabela 15 – Estimativa de geração de emprego..... 60
Tabela 16 – Custo Líquido dos Aportes do TN..... 66
Tabela 17 – Variação no Custo Líquido 2013 - 2014..... 67

Classificação conforme Lei de acesso à informação (OS PRESI 01/2015-BNDES): Ostensivo
Unidade Gestora: BNDES/Área Financeira/Departamento de Captação Interna

LISTA DE SIGLAS

ABCR	Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias
ABECIP	Associação Brasileira de Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança
ABPO	Associação Brasileira de Papelão Ondulado
ACC	Adiantamento de Contrato de Câmbio
AF	Área Financeira do BNDES
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
ANFAVEA	Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores
ANP	Agência Nacional do Petróleo
APE	Área de Pesquisa e Acompanhamento Econômico
BACEN	Banco Central do Brasil
BCE	Banco Central Europeu
BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
BRDE	Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
CAF	Coordenação de Assuntos Financeiros
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
E&P	Exploração e Produção
EUA	Estados Unidos da América
FBKF	Formação Bruta de Capital Fixo
FED	Federal Reserve (Banco Central dos Estados Unidos)
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FMI	Fundo Monetário Internacional
FMM	Fundo da Marinha Mercante
FOMC	*Federal Open Market Committee*
GLP	Gás Liquefeito de Petróleo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICI	Índice de Confiança da Indústria
IDE	Investimentos Diretos Externos
IMF	*International Monetary Fund*
IPA	Índice de Preços ao Produtor Amplo
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

Classificação conforme Lei de acesso à informação (OS PRESI 01/2015-BNDES): Ostensivo
Unidade Gestora: BNDES/Área Financeira/Departamento de Captação Interna

IPP	Índice de Preços ao Produtor
M&E	Máquinas e Equipamentos
MGE	Modelo de Geração de Empregos
MP	Medida Provisória
MPME	Micro, Pequena e Média Empresa
MW	Megawatt
NUCI	Nível de Utilização da Capacidade Instalada
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONS	Operador Nacional do Sistema Elétrico
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PER	Programa Emergencial de Reconstrução de Municípios Afetados por Desastres Naturais
PGFN	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
PIB	Produto Interno Bruto
PIM	Produção Industrial Mensal
PMI	*Purchasing Managers Index*
PSI	Programa de Sustentação do Investimento
RBPC	Refinaria Presidente Bernardes
RECAP	Refinaria de Capuava
REDUC	Refinaria de Duque de Caxias
REFAP	Refinaria Alberto Pasqualini
REGAP	Refinaria Gabriel Passo
REPAR	Refinaria Presidente Getúlio Vargas
REPLAN	Refinaria do Planalto
RLAM	Refinaria Landulpho Alves
SFN	Sistema Financeiro Nacional
SICOOB	Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil
TAG	Transportadora Associada de Gás
TJLP	Taxa de Juros de Longo Prazo
TLTRO	*Targeted Longer-Term Refinancing Operations*
TN	Tesouro Nacional
TRBA	Terminal de Regaiseficação da Bahia
WEO	*World Economic Outlook*

Classificação conforme Lei de acesso à informação (OS PRESI 01/2015-BNDES): Ostensivo
Unidade Gestora: BNDES/Área Financeira/Departamento de Captação Interna

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 9

1. EVOLUÇÃO DAS CAPTAÇÕES EFETUADAS JUNTO AO TESOURO NACIONAL. 19

2. APLICAÇÃO DOS RECURSOS CONCEDIDOS AO BNDES 27

2. 1 Análise da aplicação dos recursos 27
2.1.1. Modalidade de Investimento 27
2.1.2. Análise Geográfica 28
2.1.3. Análise Setorial 31
2.1.4. Análise Econômico Financeira 32
2.1.5. Estimativa de Geração de Emprego 40
2. 2 Maiores projetos apoiados no período de 2009 a 2015 44
2. 3 Maiores projetos apoiados no quarto trimestre de 2015. 47

3. APLICAÇÃO DOS RECURSOS CONCEDIDOS AO BNDES NOS PROGRAMAS PSI, PER, PROCAMINHONEIRO, FINAME COMPONENTES E CEREALISTAS 50

3.1. Análise da aplicação dos recursos 50
3.1.1. Modalidade de Investimento 51
3.1.2. Análise Geográfica 53
3.1.3. Análise Setorial 54
3.1.4. Análise Econômico Financeira 56
3.1.5. Estimativa de Geração de Emprego 59

4. CUSTO LÍQUIDO DOS APORTES DO TESOURO NO BNDES 62

4.1. Custo Líquido das Operações Relacionadas neste Relatório 65
4.2. Decomposição do Crescimento do Custo Líquido dos Aportes 67
4.3. Metodologia para o cálculo da adicionalidade dos desembolsos 68

GLOSSÁRIO 71

INTRODUÇÃO

Economia Internacional

O Fundo Monetário Internacional, em seu relatório de janeiro de 2016 (World Economic Outlook Update - WEO), reduziu as expectativas de crescimento da economia mundial em 0,2 p.p em 2016 e 2017. Os novos números para o PIB mundial são de 3,1% em 2015, 3,4% para 2016 e 3,6% em 2017.

Este ajuste para baixo nas expectativas se deu tanto no grupo das economias avançadas (-0,1 p.p), com expansão de 2,1% em 2016 e 2017, quanto nas economias emergentes (-0,2 p.p), com 4,3% em 2016 e 4,7% 2017.

O desempenho da economia mundial continua grandemente influenciado pela interação de trajetórias divergentes entre os países desenvolvidos e os emergentes. O primeiro grupo mantem seu curso de recuperação pós-crise financeira, ainda que a um ritmo moderado. O segundo grupo passa por um período de desaceleração do crescimento – em alguns casos, como Brasil e Rússia, com queda dos níveis de renda. Em relação à política monetária americana, nos últimos meses de 2015, ocorreu uma redução nas incertezas em boa medida devido a tão esperada elevação dos juros americanos, divulgação de dados no mercado de trabalho e da atividade econômica mais consistente com um crescimento mais robusto. Em sentido contrário, na Europa, o Banco Central Europeu flexibilizou a política monetária, reduzindo mais uma vez a taxa de remuneração dos depósitos bancários no BCE (para níveis ainda mais negativos do que o prevalecente) e estendendo o prazo em que a aquisição de ativos (política de afrouxamento quantitativo) deve vigorar.

Na China, a perspectiva ainda é de uma desaceleração à frente, porém aumentou a percepção de que o processo tende a ocorrer de forma gradual. A perspectiva de que a moeda chinesa, o Renminbi, venha a fazer parte da cesta de moedas que compõem o SDR do FMI – decisão tomada no final de novembro para valer a partir do final de 2016 – contribuiu para reduzir a volatilidade cambial.

Os preços de commodities mantiveram a trajetória de queda observada desde o segundo semestre de 2014, apenas brevemente interrompida no início deste ano. O dólar norte-americano, por seu turno, continuou se valorizando em relação às demais moedas.

Recentemente, ocorreram dois eventos de impacto na economia mundial, aguardados já há algum tempo: i) início do processo de normalização da política monetária norte-americana, com a elevação da taxa de juros para o intervalo entre 0,25% e 0,50%; ii) inclusão do Yuan, a moeda chinesa, nos Direitos Especiais de Saque – SDR, a moeda escritural do FMI.

O aumento dos juros americano marca a normalização da política monetária dos EUA (a despeito do crescimento moderado e da inflação baixa). Tal processo está ligado ao desempenho do mercado de trabalho americano e a maturação do ciclo de desalavancagem das famílias e empresas. No entanto, essa elevação dos juros deve criar alguma contenção para a dinâmica da liquidez internacional e tornar menos elástica a capacidade de endividamento externo de alguns emergentes.

A inclusão do Yuan como moeda de negociação internacional chancela o estabelecimento de um mundo economicamente mais plural, com a inclusão de um país em desenvolvimento entre as economias líderes mundiais. Este fato deverá facilitar, por exemplo, a aquisição pela China de ativos externos na própria moeda.

Economia doméstica

No cenário doméstico, o ambiente recessivo ainda persiste. O baixo dinamismo da indústria é acompanhado por contrações expressivas nos indicadores de varejo e de serviços, seguida de rápida deterioração do mercado de trabalho. Esse panorama da economia real foi agravado pelas condições adversas nos planos monetários e creditícios. Além disso, o ambiente político continua conturbado, gerando incertezas na economia, com impactos negativos sobre o investimento.

Mesmo com a atividade fraca, a inércia inflacionária, a deterioração das expectativas de inflação e a depreciação cambial ao longo de 2015 devem manter a política monetária em terreno contracionista.

As expectativas de mercado apontam para a queda na atividade econômica em 2015 em torno de 3,5% e em 2016 em torno de 3%. Caso as projeções se realizem, será a primeira vez, desde a década de 1930, que o Brasil terá dois anos consecutivos de retração do PIB.

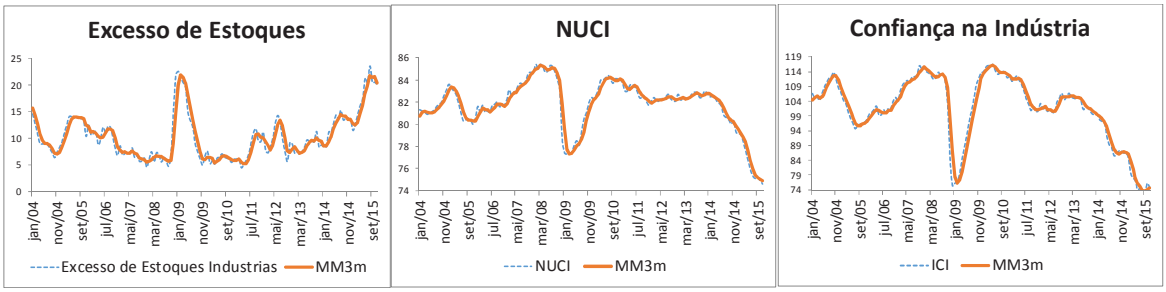
Nível de Atividade

Após a divulgação do resultado do PIB do 3T/2015 (com contração de 1,7% frente ao 2T/2015 livre de influências sazonais), as perspectivas para o crescimento em 2015 e 2016 tiveram forte deterioração. Os indicadores já disponíveis para os últimos 3 meses de 2015 mostram que a recuperação ainda não começou.

O comércio varejista teve contração de 3,6% no acumulado de 2015 até outubro, vis-à-vis o mesmo período do ano anterior. Comportamento pior teve o varejo ampliado (que inclui veículos e materiais de construção), com retração de 7,9%. As condições mais restritivas do mercado de crédito impactaram diretamente a demanda por bens duráveis (retração de 14,4% em 2015), ao passo que a deterioração do mercado de trabalho afetou a dinâmica do consumo de bens semi e não duráveis (queda de 3,8%).

A conjugação de queda das vendas, retração da confiança, com elevação dos estoques e da ociosidade (Gráfico 1) dificulta, pelo menos no curto prazo, a recuperação da produção. A produção industrial mostra queda de 7,8%, no acumulado de 2015 até outubro, com retração de 9,6% na indústria de transformação.

Gráfico 1 - Excesso de Estoques, Ociosidade e Confiança Industrial



Fonte: FGV. Elaboração APE/BNDES

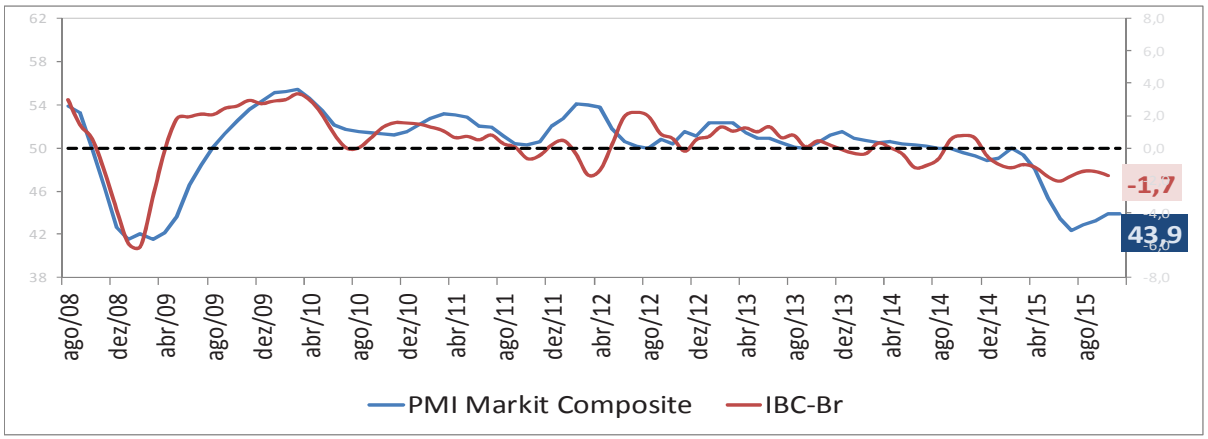
A produção de bens de capital acumula queda de 24,4% em 2015 (até outubro), frente ao mesmo período de 2014, liderada pela retração de 30,1% em equipamentos de transporte. Os desembolsos do BNDES atingiram R$ 136 bilhões em 2015, uma queda nominal de 28,0%, em relação a 2014 e uma queda real de 33,6% quando deflacionado pelo IPCA.

A construção civil, medida pela produção de insumos típicos (ITCC), apresentou queda de 12,3%, no acumulado de 2015. A dependência das condições de crédito coloca o setor em perspectiva negativa para o próximo ano. A FGV e o Sinduscon-SP projetam contração de 5% para o setor, em 2016.

A Pesquisa Mensal de Serviços mostra queda de 3,1% do volume de serviços, no acumulado até outubro de 2015. Destacam-se a retração de 5,8% nos serviços de transportes ligados à indústria e a queda de 4,9% nos serviços ligados às famílias.

A conjugação de indicadores fracos da atividade fica evidente no Gráfico 2, que mostra quedas no PMI Markit Composite do Brasil (que engloba Serviços e Manufatura) e no IBC-BR (proxy mensal do PIB divulgada pelo Banco Central).

Gráfico 2 - Evolução do PMI (MM3m) e do IBC-Br (var. % MM3M)



Fonte: HSBC e BCB. Elaboração APE/BNDES

Mercado de Trabalho

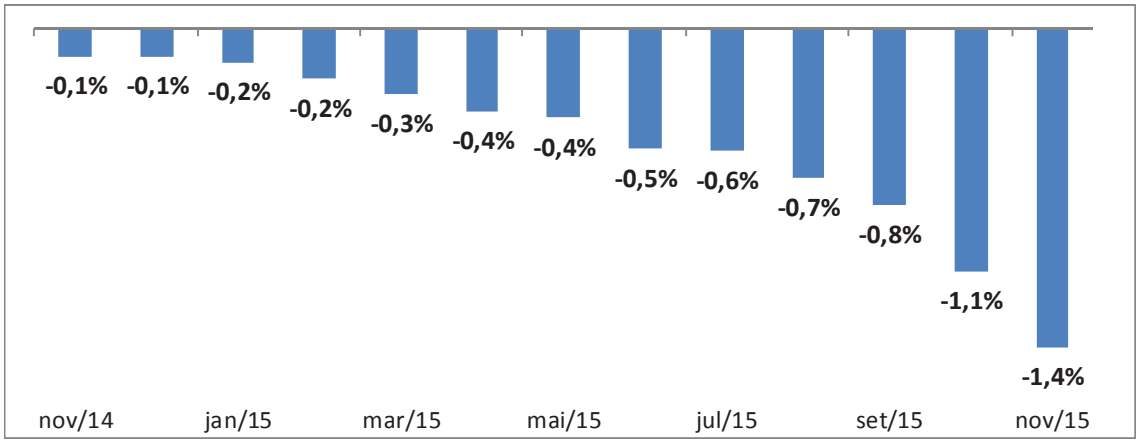
O mercado de trabalho continua em deterioração. A taxa de desemprego da PME, com ajuste sazonal, subiu para 8,0% em novembro, ante 7,9% em outubro e 5,3% em nov/14. A piora da taxa de desemprego só não foi mais acentuada devido à queda na taxa de participação (-1,9% YoY), o que amenizou o impacto da queda da taxa de ocupação (-4,7% YoY).

A retração da população ocupada se agravou, passando de queda, no acumulado em 12 meses, de 1,1% em outubro para 1,4% em novembro (Gráfico 3), com diminuição de 5,2% nas ocupações na indústria em novembro. O salário

nominal cresceu 1,3% (YoY), com queda real de 8,8% (YoY). A massa salarial real ("salário real" X "população ocupada") caiu 12,2% em novembro, o que terá impactos recessivos sobre o nível de atividade, particularmente sobre o consumo.

Gráfico 3 - Crescimento da População Ocupada

(var. % acumulada em 12 meses)



Fonte: IBGE. Elaboração APE/BNDES

Política Monetária e Inflação

Desde setembro de 2015, as expectativas de mercado para inflação de 2016 pioraram de 5,5% para 6,86% e para 2017, de 4,6% para 5,17%. As expectativas do próprio BCB, reportadas no Relatório Trimestral de Inflação de Dezembro e baseadas no modelo de pequeno porte, indicam que a convergência para a meta de 4,5% não ocorrerá até o último trimestre de 2017. A falta de convergência da inflação coloca pressão adicional sobre a política monetária ao longo de 2016.

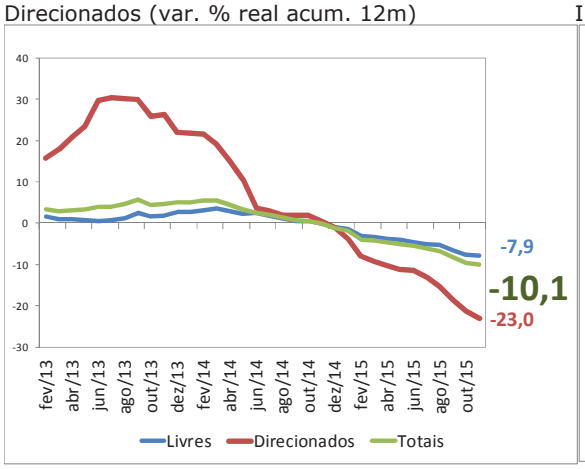
Contudo, há fatores adicionais que devem contribuir para a postergação de movimentos na política monetária: o elevado hiato do produto, deverá se tornar mais intenso ao longo de 2016. Além disso, a elevada incerteza quanto ao cenário externo pode tornar mais incertos os movimentos de preços e a probabilidade de choques deflacionários.

Crédito Bancário

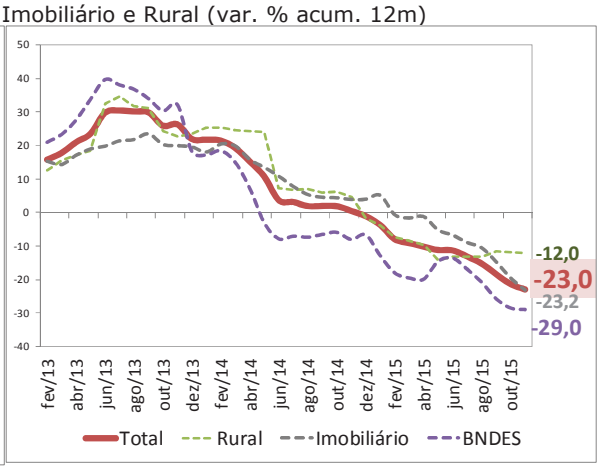
De acordo com o Gráfico 4, nos últimos 12 meses encerrados em nov/2015, nota-se uma queda real de 10,1% no fluxo de novas concessões de crédito à economia, com destaque para a redução de 23,0% nos financiamentos com recursos direcionados. Os desembolsos, tanto do BNDES, como os do setor habitacional, mostram queda real de, respectivamente, 29,0% e 23,2%. Os desembolsos ao setor rural também recuam 12% em bases reais.

Gráfico 4 - Concessões de Crédito

A: Concessões Totais: Rec. Livres vs Rec. Direcionados (var. % real acum. 12m)



B: Concessões de Rec. Direcionados: BNDES, Imobiliário e Rural (var. % acum. 12m)

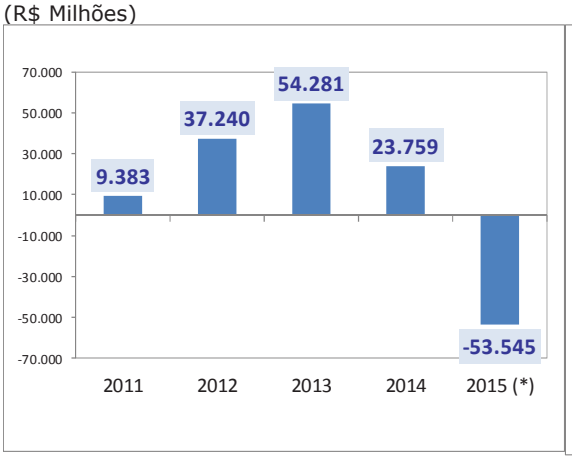


Fonte: BCB. Elaboração APE/BNDES

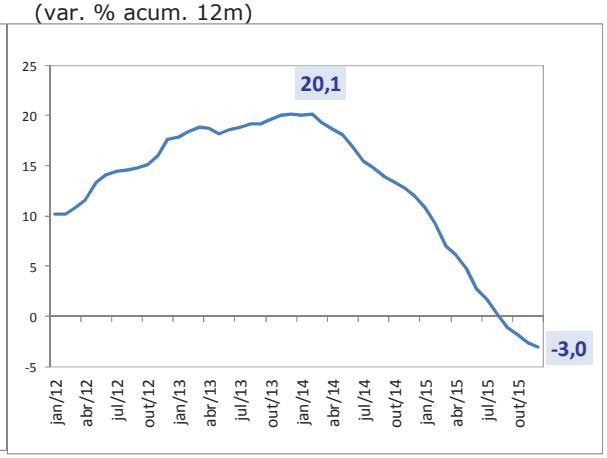
No que tange especificamente o setor habitacional, os resgates líquidos da caderneta de poupança atingiram mais de R$ 53 bilhões em 2015 (dados até o dia 14 de dezembro), com o saldo da carteira total mostrando contração nominal de 3% frente a 2014. Esse cenário impõe uma restrição de funding adicional ao SBPE (Sistema Brasileira de Poupança e Empréstimos) e, consequentemente, aos financiamentos imobiliários.

Gráfico 5 - Setor Habitacional

A: Captações líquidas da Caderneta de Poupança (R$ Milhões)



B: Carteira dos Recursos do SBPE (var. % acum. 12m)



(*) dados até 15/12/2015.

Fonte: BCB. Elaboração APE/BNDES

Nesse sentido, desde mai/2015, os bancos passaram a ter a possibilidade de abaterem 18% do recolhimento compulsório dos depósitos da caderneta de poupança para elevar a disponibilidade de financiamentos para aquisição de imóveis residenciais – novos e usados – no âmbito do Sistema Financiamento de Habitação, SFH, contratados entre jun/2015 e jun/2017. O potencial de recursos dessa medida atingiu, segundo estimativas de mercado, algo em torno de R$ 22 bilhões.

As novidades no que tange ao crédito bancário no mês de dez/2015 ficaram por conta de algumas alterações nas regras de recolhimento compulsório feitas pelo BCB:

i) Permissão para que os bancos apliquem uma parte do recolhimento compulsório dos depósitos de poupança em créditos para investimento no âmbito do PAC, o que geraria um potencial de recursos de cerca de R$ 3 bilhões para o financiamento da infraestrutura;

ii) Elevação do valor da dedução do saldo dos depósitos à vista antes da incidência da alíquota de 45% de recolhimento compulsório, medida que favorece os bancos de pequeno e médio porte, com potencial de liberação de R$ 1 bilhão de recursos para novas linhas de crédito;

iii) Permissão do BCB para que bancos e cooperativas que receberem recursos do FGC e do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) possam excluir essa assistência da base de cálculos do

recolhimento compulsório sobre depósitos à prazo, fato que reduziria o montante necessário das linhas de liquidez e daria mais eficiência ao instrumento;

iv) Limitação do prazo para a dedução de 20% do recolhimento compulsório sobre depósitos à vista para os bancos que realizarem empréstimos, a partir de dez/2015, no âmbito do PSI (Programa de Sustentação do Investimento) somente até jul/2019.

A desaceleração da economia começa a impactar, de forma mais visível, a inadimplência da carteira do segmento livre. Na modalidade livre PF, apenas as linhas ligadas à renegociação de dívidas mostram crescimento real positivo em 2015. No segmento PJ, os atrasos nas linhas de giro respondem por quase metade da inadimplência da carteira livre destinada às empresas. Esses fatores tendem a elevar a aversão ao risco dos bancos.

Outra fonte de preocupação são as condições de *funding* futuras do SBPE. O resgate anual líquido que atingiu a caderneta de poupança em 2015 levou a carteira global a registrar sua primeira contração em termos nominais desde 1995. Outra fonte de risco ao comportamento do crédito bancário nos próximos anos é a difícil situação fiscal de Estados e Municípios, que pode afetar a relação de risco-retorno das operações de crédito consignado.

Política Fiscal

Em novembro de 2015 o resultado nominal do setor público encerrou 12 meses com déficit de R$ 549,3 bilhões, o equivalente a 9,3% do PIB. A nível federal o resultado foi um déficit de R$ 450,9 bilhões (7,8%), enquanto os entes subnacionais, apresentaram também déficit de R$ 98,4 bilhões.

O Déficit nominal foi resultado de despesas líquidas com juros (juros pagos menos recebidos) de R$ 496,9 bilhões (8,4% do PIB) e déficit primário de R$ 52,4 bilhões (0,9% do PIB).

As contas do Governo Geral, disponíveis até Dez/2015, informam um crescimento de 2,1% nas receitas brutas nominais no ano de 2015 frente ao ano anterior, com valor total de R$ 1.250,2 bilhões, frente a R$ 1.224,0 bilhões do ano anterior. Corrigidas pelo IPCA as receitas apresentaram retração de 6,3% no mesmo período.

Da receita bruta, foram transferidos a Estados e Municípios, R$ 215,8 bilhões, valor 2,7% superior ao transferido em 2014. Deduzidas as transferências, a receita líquida do Governo Central apresentou contração de 6,4%, em termos reais, em 2015.

A dinâmica da receita do GC foi fortemente influenciada pelo ritmo de atividade e pelo comportamento do preço do petróleo. Apresentaram expressivas retrações no valor nominal arrecadado as receitas com o IRPJ (queda de R$ 7,8 bilhões), o recebimento de dividendos (R$ 6,9 bilhões a menos) e a arrecadação com a cota parte de compensações financeiras, que incluem os Royaties do petróleo (R$ 11,2 bilhões de queda). As receitas de Dividendos e Cota Parte, apresentaram retração real de 42,8% e 34,8%, respectivamente. As receitas com impostos e contribuições (inclusive Previdência Social) apresentaram retração bem mais moderada, de 4,3%.

Por outro lado, as despesas totais apresentaram crescimento nominal de 11,6%, muito influenciadas pelo aumento de R$ 49,9 bilhões na rubrica de Subsídios e Subvenções Econômicas e R$ 41,9 bilhões em despesas previdenciárias. Os dispêndios relativos ao primeiro item têm origem em fatos relacionados a eventos passados e desaparecem em exercícios futuros. Contudo, a dinâmica das despesas com custeio, previdência e pessoal, deverá continuar comprometendo o resultado do GC, que encerrou 2015 com déficit primário de R$ 115 bilhões – resultado substancialmente pior que o déficit de R$ 17,2 bilhões do ano anterior.

Setor Externo

O ajuste externo da economia brasileira segue em curso acelerado. Em novembro, o déficit em transações correntes foi de 3,7% do PIB, contra 3,9% em outubro. Cabe destacar que, ainda em 2015, este indicador chegou a atingir 4,5% em abril. O câmbio depreciado e a fraca atividade econômica têm contribuído fortemente para o ajuste, seja pela queda das importações e dos gastos com transportes, como pela forte redução dos gastos com viagens internacionais.

O saldo comercial em 2015 apresentou um avanço ao longo do ano e entre os dois últimos meses o resultado em 12 meses subiu de forma significativa, passando de US$ 15,4 bilhões para US$ 19,8 bilhões. Novamente, a queda dos preços do petróleo e a continuidade da desaceleração econômica, contribuíram para esta melhoria. Para 2016, o ainda fraco desempenho da economia deverá contribuir para uma melhoria no saldo comercial. Em que pese as limitações impostas pelos preços das commodities, espera-se alguma reação das exportações de manufaturados e uma nova contração nas importações de insumos.

1. EVOLUÇÃO DAS CAPTAÇÕES EFETUADAS JUNTO AO TESOURO NACIONAL

Visando aumentar a transparência na apresentação das captações efetuadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) junto ao Tesouro Nacional (TN), o presente relatório vem apresentar, em ordem cronológica, todas as captações realizadas a partir da emissão da Medida Provisória (MP) nº 453, de 22 de janeiro de 2009, além das renegociações autorizadas, no ano de 2014, que contemplam algumas captações efetuadas anteriormente à MP nº 453/09.

O valor total do Passivo do BNDES com o Tesouro Nacional, R$ 523,7 bilhões, pode ser encontrado nas Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras nos itens 16.1.c – Repasses no País – Tesouro Nacional, acrescido da nota 25 - Instrumento Híbrido de Capital e Dívida, disponível no site do BNDES.

Cabe ressaltar que nem todas as captações serão objeto do capítulo 2, apresentado a seguir neste relatório gerencial. Isso se deve ao fato de nem todas as MP's solicitarem a prestação de contas via relatório gerencial ou dos valores terem sido captados antes da emissão da MP nº 453/09.

Partindo da emissão da MP nº 453, de 22 de janeiro de 2009, o BNDES contou com os empréstimos de recursos do Tesouro Nacional em títulos públicos federais, no montante de até R$ 100 bilhões, com custo financeiro equivalente à Taxa de juros de longo prazo (TJLP) + 2,5% ao ano. Posteriormente a MP nº 453/09 foi alterada pela MP nº 462, de 14 de maio de 2009, estabelecendo um custo financeiro equivalente à TJLP + 1% ao ano. Em 16 de junho de 2009, ocorreu a conversão da MP nº 453/09, alterada pela MP nº 462/09, na Lei nº 11.948/09. Logo em seguida, em 29 de junho, foi emitida a MP nº 465/09, alterando o art. 1º da Lei nº 11.948/09, estabelecendo um custo financeiro equivalente à TJLP e definindo em seu Art. 1º que o valor total dos financiamentos, a serem subvencionados pela União, ficaria limitado ao montante de até R$ 44 bilhões. Em 13 de outubro de 2009 a MP nº 462/09 foi convertida na Lei nº 12.058/09 e em 24 de novembro de 2009, ocorreu a conversão da MP nº 465/09, na Lei nº 12.096/09.

Em 15 de dezembro de 2009, foi emitida a MP nº 472, que em seu art. 45. alterou o caput do art. 1º da Lei nº 11.948/09, autorizando a União a conceder crédito ao BNDES, no montante de até R$ 180 bilhões. Em 11 de junho

de 2010 a MP nº 472/09 foi convertida na Lei nº 12.249/10.

Em 21 de junho de 2010, o Tesouro Nacional repassou o valor de R$ 1,4 bilhão, referente aos valores captados junto ao Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), no âmbito da MP nº 450/08, convertida na Lei nº 11.943 de 28 de maio de 2009. Uma segunda tranche foi captada em 15 de dezembro de 2010 no valor de R$ 852 milhões.

Posteriormente foi emitida a MP nº 487/10 que alterou a Lei nº 12.096/09, permitindo à União conceder subvenção econômica ao BNDES, sob a modalidade de equalização de taxas de juros, limitado ao montante de até R$ 124 bilhões de reais. Em 5 de setembro de 2010, a MP nº 487/10 teve seu prazo de vigência encerrado, voltando o valor da subvenção econômica a ficar limitado em até R$ 44 bilhões de reais. Logo em seguida, em 8 de setembro de 2010, foi emitida a MP nº 501, convertida na Lei nº 12.385 de 3 de março de 2011, que estendeu o período de contratação das operações equalizáveis até 31 de março de 2011 e aumentou o limite de financiamentos subvencionados pela União para R$ 134 bilhões.

A emissão da MP nº 505, de 24 de setembro de 2010, constituiu fonte de recursos adicionais ao BNDES, na forma de autorização à União de concessão de crédito no montante de até R$ 30 bilhões de reais com custo equivalente à TJLP. A MP nº 505/10 foi convertida na Lei n° 12.397, de 23 de março de 2011. Desse valor, R$ 24,75 bilhões foram direcionados ao processo de capitalização da Petrobrás. O restante R$ 5,25 bilhões foram incorporados ao passivo do BNDES para aplicações em operações de crédito.

Em 4 de março de 2011, foi emitida a MP n° 526, depois convertida na Lei n° 12.453 de 21 de julho de 2011, que permite ao BNDES conceder subvenção econômica, sob a modalidade de equalização de taxas de juros nas operações contratadas até 30 de junho de 2012, na aquisição e produção de bens de capital, incluídos componentes e serviços tecnológicos relacionados à produção de bens de consumo para exportação, ao setor de energia elétrica, a projetos de engenharia e à inovação tecnológica. O valor total dos financiamentos subvencionados pela União ficou limitado ao montante de até R$ 208 bilhões de reais. A mesma MP autorizou a União a conceder crédito ao BNDES no montante de até R$ 55 bilhões, dos quais, R$ 30 bilhões foram liberados em 14 de junho de 2011, R$ 15 bilhões em 15 de dezembro de 2011 e R$ 10 bilhões em 19 de janeiro de 2012.

Em 4 de abril de 2012, foi emitida a MP n° 564 que modificou a Lei n° 12.096/09 alterando o limite do valor total dos financiamentos subvencionados

pela União para R$ 227 bilhões e o prazo do programa para 31 de dezembro de 2013. Além disso, a MP n° 564/12 alterou o Art. 2° da Lei n° 12.453/11 aumentando o valor da autorização para concessão de crédito ao BNDES em mais até R$ 45 bilhões, tendo o BNDES captado o valor de R$ 10 bilhões em junho de 2012. Em 30 de agosto de 2012 a MP n° 564/12 foi convertida na Lei n° 12.712/12.

Em 6 de dezembro de 2012, foi emitida a MP n° 594 que alterou a Lei n° 12.096/09 alterando o limite do valor total dos financiamentos subvencionados pela União para R$ 312 bilhões. Ainda no 4° trimestre de 2012, ocorreram novas captações de recursos do Tesouro Nacional em 16 de outubro e em 28 de dezembro de 2012 nos valores de R$ 20 bilhões e R$ 15 bilhões, respectivamente, completando o autorizado na Lei n° 12.712/12.

Em 10 de maio de 2013, o BNDES efetuou a captação do valor de R$ 2 bilhões no âmbito do Art.35 da MP nº 472/09, convertida na Lei nº 12.249/10, para aplicação em projetos aprovados pelo Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante (FMM).

O artigo 7° da MP n° 618, de 5 de junho de 2013, autorizou a União a conceder crédito ao BNDES no montante de R$ 15 bilhões, em condições financeiras e contratuais que permitam o seu enquadramento como instrumento híbrido de capital e dívida conforme as normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), captação essa realizada em 30 de junho de 2013.

Em 1° de agosto de 2013 o Banco Central do Brasil (BACEN) considerou o montante do referido contrato como elegível ao capital principal, passando assim a compor o Patrimônio de Referência (PR) do BNDES, conforme as regras estabelecidas pela Resolução do CMN n.° 4.192/2013, com efeito retroativo a 30 de junho de 2013.

A mesma MP n° 618/13, autorizou a União a renegociar as condições financeiras e contratuais de operações de crédito com o BNDES, entre elas aquelas firmadas com fundamento na Lei n° 11.948, de 16 de junho de 2009. Assim, em 17 de setembro de 2013, foi renegociado o contrato n° 484/PGFN/CAF (originado pela MP n° 465/09) onde o custo original de US$ + 5,98% a.a. foi alterado para o custo de captação externa do Tesouro Nacional vigente à época, equivalente à taxa de US$ + 4,47% a.a.

Na mesma data, foi celebrado contrato de renegociação alterando as condições financeiras do contrato nº 486/PGFN/CAF (originado pela MP n°

439/08), onde do contrato original R$ 5 bilhões foram convertidos do custo US$ + 6,77% a.a. para o custo de US$ + 4,47% a.a. O montante complementar foi convertido para TJLP. Cabe lembrar que essas operações não são apresentadas no capítulo 3 deste relatório, pois foram captadas através da MP nº 439, de 29 de agosto de 2008, convertida na Lei nº 11.808, de 6 de novembro de 2008. Em 24 de outubro de 2013 a MP n° 618/13 foi convertida na Lei n° 12.872/13.

Em 28 de novembro de 2013, foi emitida a MP n° 628 que constituiu fonte adicional de recursos no valor de R$ 24 bilhões.

Em 14 de março de 2014, com base na Lei n° 12.872/13, vários contratos realizados pelo BNDES e o Tesouro Nacional, no valor total de R$ 194 bilhões, foram renegociados com o objetivo de adequar as condições financeiras previamente estabelecidas às características das operações de crédito firmadas pelo BNDES. A redução de custos incidiu sobre o saldo de R$ 48,78 bilhões, dos quais R$ 34,84 bilhões possuíam um spread entre 1% e 2,5% ao ano acima da TJLP captados através das MP's 453/09 e 462/09; R$ 2,08 bilhões possuíam um custo de US$ + 4,82%a.a. e R$ 8,21 bilhões possuíam um custo de US$ + 5,46%a.a., ambos captados através da MP n° 414/08; R$ 2,5 bilhões possuíam um custo de IPCA+6%a.a., captados através da MP 315/06 e R$ 1,15 bilhão com custo de TR+6%a.a. referente a valores captados em 2000. Todos os valores resultantes dessa renegociação estão incluídos no montante desembolsado apresentado no capítulo 2 deste relatório.

Em 27 de maio de 2014, a MP nº 628/13 foi convertida na Lei nº 12.979/14.

Em 18 de junho de 2014, a MP n° 633, de 26 de dezembro de 2013, foi convertida na Lei n° 13.000/14, a qual autoriza a União a conceder crédito ao BNDES no montante de até R$ 30 bilhões. Tais recursos, em títulos do Tesouro, foram recebidos pelo BNDES em 24 de junho de 2014. A Lei n° 13.000/14 também estendeu o período de contratação das operações equalizáveis até 31 de dezembro de 2014 e aumentou o limite de financiamentos subvencionados pela União para R$ 402 bilhões.

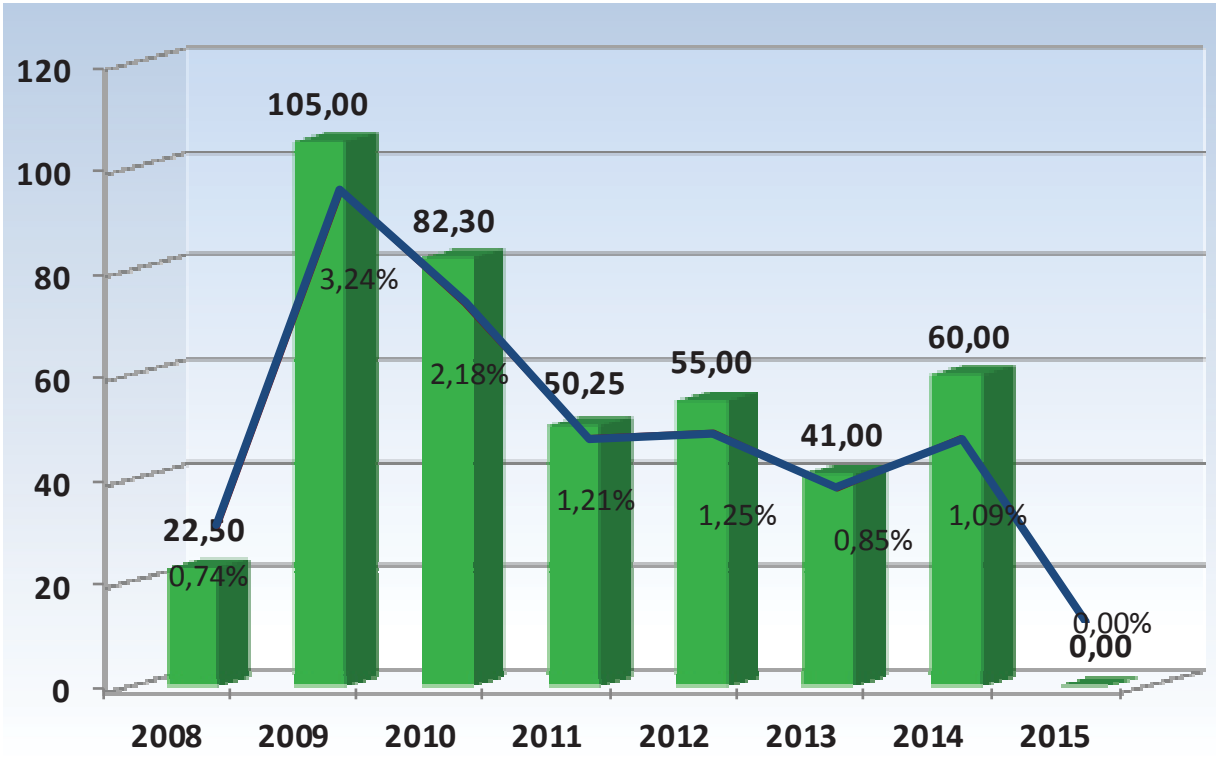
Em 2 de dezembro de 2014, foi emitida a MP n° 661/14, convertida na Lei Nº 13.126 de 21 de maio de 2015, que autorizou a União a conceder empréstimo ao BNDES no valor de R$ 30 bilhões. Tais recursos, em títulos do Tesouro, foram recebidos pelo BNDES em 17 de dezembro de 2014.

Em 22 de dezembro de 2014, nos termos da Lei n° 13.043 de novembro de

2014, a União renegociou o contrato N°1018/PGFN/CAF com o BNDES, desmembrando o valor de R$ 5 bilhões para conversão em instrumento elegível ao capital principal do BNDES.

No gráfico a seguir estão incluídas todas as captações realizadas desde o ano de 2008 até dezembro de 2014, com exceção do repasse realizado pelo BNDES para operação de Capitalização da Petrobrás, conforme a MP n° 505/10.

Gráfico 6 - Captações com o Tesouro Nacional – 2008/2015



Fonte: BNDES/IBGE/BACEN, RJ, 2015
Autoria: BNDES/AF/DECAP, RJ, 2015

Podemos observar a diminuição das captações realizadas pelo BNDES em R$ bilhões e a consequente redução da emissão de títulos públicos, como também, na linha azul a redução das captações como proporção do Produto Interno Bruto (PIB) em percentual.

O aumento das captações em 2014 se deve às captações de títulos efetuadas em 17 de dezembro de 2014. Estes títulos foram parcialmente monetizados dentro do ano, contribuindo para os desembolsos realizados em 2014 e em 2015.

Em dezembro de 2015 o BNDES antecipou o pagamento de três contratos firmados com o Tesouro Nacional, apresentados a seguir na posição de 30/11/2015:

Contrato	**Moeda**	**Taxa** (% a.a.)	**Vencimento**	**Saldos** (R$)
895/PGFN/CAF	Dólar EUA	4,46627	15/03/2029	17.825.686.692,92
897/PGFN/CAF	Dólar EUA	4,46627	16/03/2029	8.580.746.406,73
390/PGFN/CAF	Selic	-	15/12/2017	1.892.528.596,27
				28.298.961.695,92

Em dezembro de 2015 o BNDES pagou:

Contrato	**Moeda**	**Taxa** (% a.a.)	**Vencimento**	**Pagamentos** (R$)
895/PGFN/CAF	Dólar EUA	4,46627	15/03/2029	14.068.320.000,00
897/PGFN/CAF	Dólar EUA	4,46627	16/03/2029	-
390/PGFN/CAF	Selic	-	15/12/2017	1.698.225.524,19
				15.766.545.524,19

Em janeiro de 2016, o BNDES pagou o valor residual, liquidando os referidos contratos:

Contrato	**Moeda**	**Taxa** (% a.a.)	**Vencimento**	**Pagamentos** (R$)
895/PGFN/CAF	Dólar EUA	4,46627	15/03/2029	**4.215.575.487,94**
897/PGFN/CAF	Dólar EUA	4,46627	16/03/2029	**9.005.140.120,64**
390/PGFN/CAF	Selic	-	15/12/2017	-
				13.220.715.608,58

O primeiro contrato apresenta obrigatoriedade de envio de informações ao Congresso Nacional e sua aplicação faz parte do escopo desse relatório. Os outros dois contratos não possuem obrigatoriedade de envio de informações, porém, constam do quadro disponibilizado no link: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/download/2015_captacoes_tesouro.pdf

Além disso, os recursos aplicados na carteira de contratos do BNDES propiciaram novas entradas de recursos provenientes do retorno da carteira de contratos vinculada aos recursos do Tesouro Nacional.

Sendo assim, estão apresentadas na tabela a seguir as captações realizadas desde a emissão da MP n° 453/09 até o mês de dezembro de 2015, que foram utilizadas como base para elaboração do capítulo 2 deste relatório, incluídos o valor nominal captado de R$ 385,79 bilhões, mais a capitalização dos juros, menos os pagamentos efetuados menos a liquidação antecipada, totalizando em 31 de dezembro de 2015 o valor de R$ 438,49 bilhões.

O Capítulo 2 irá detalhar os desembolsos realizados no total de R$ 619,7 bilhões em atendimento ao §6º do Art.1º da Lei n° 11.948/09, composto de a)R$ 180 bilhões; do §3º do Art.2º da Lei n° 12.453/11, b) R$ 100 bilhões; acrescido de R$ 5,25 bilhões remanescentes da Lei n° 12.397/11; c) R$ 24 bilhões captados em títulos e R$ 16,54 bilhões produto da renegociação de dívidas antigas no âmbito da Lei n° 12.979/14; d) R$ 30 bilhões da Lei nº 13.000/14, R$ 30 bilhões da Lei 13.126/15; que somam R$ 385,79 bilhões, além de R$ 233,92 bilhões referentes ao retorno da carteira de contratos.

Já o Capítulo 3 irá detalhar os desembolsos referentes aos programas equalizáveis em atendimento ao §8º do Art.1º da Lei n° 12.453/11, limitados a R$ 402 bilhões.

Outras operações com o Tesouro Nacional citadas nesse capítulo e que não são apresentadas na tabela a seguir deste relatório, constam do Balanço do BNDES. Estas operações ocorreram antes da MP n° 453/09 ou não apresentam a obrigatoriedade de emissão de relatório específico de aplicação dos recursos. Os valores são apresentados em notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do BNDES, em 31 de dezembro de 2014, nos itens "Repasses no País – Tesouro Nacional"; "Instrumento Híbrido de Capital e Dívida" e "Patrimônio Líquido" ou no site do BNDES através do link http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/BNDES_Transparente/Aplicacao_dos_Recursos_Financeiros/ – acessando o arquivo "Captações realizadas com recursos do Tesouro Nacional".

Classificação conforme Lei de acesso à informação (OS PRESI 01/2015-BNDES): Ostensivo
Unidade Gestora: BNDES/Área Financeira/Departamento de Captação Interna

Tabela 1 – Movimentação Financeira – Recursos do Tesouro Nacional.

CAPTAÇÕES REALIZADAS COM RECURSOS DO TESOURO NACIONAL INCLUÍDAS NO RELATÓRIO - POSIÇÃO DOS SALDOS CONTÁBEIS EM 31/12/2015

Em R$ milhões

SEQ	MP nº	LEI nº	DATA DE CAPTAÇÃO	CONTRATO	TRANCHES	CUSTO ORIGINAL	CARÊNCIA DE PRINCIPAL E JUROS	ÚLTIMO VENCIMENTO	VALOR ORIGINAL (a)	JUROS E CORREÇÕES (b)	TRANSFE-RENCIAS (c)	VALORES PAGOS (d)	SALDO DEVEDOR BNDES (e=a+b+c-d)	OBSERVAÇÕES
45	661*	13.126/15	16/12/2014	1017/PGFN/CAF	ÚNICA	TJLP	Integral de juros até dez/2020 e principal até dez/2034	dez-54	30.000,00	1.961,79	0,00	0,00	31.961,79	
44	600	12.833/13	24/06/2014	PGFN 964/2014	RENEGOCIAÇÃO	Conf. Resolução 4192/2013 do CMN	Sem carência	Perpetuidade	0,00	205,70	6.807,22	0,00	7.012,92	Instrumento Elegível a Capital Principal Transf.Seq.(20) Origem MP453
42	633*	13.000/14	24/06/2014	PGFN 962/2014	ÚNICA	TJLP	Integral de juros até jun/2020 e principal até jun/2034	jun-54	30.000,00	2.733,34	0,00	0,00	32.733,34	
41	618*	12.872/13	14/03/2014	PGFN 923/2014	RENEGOCIAÇÃO	TJLP	Integral de juros até mar/2020 e principal até 03/2040	mar-60	0,00	1.451,44	13.826,33	0,00	15.277,77	Renegociação dos contratos 389, 408, 412 e s/nº. Transf.Seq.(2,5,7,8) Origem MP's 414 e 315.
40	618	12.872/13	14/03/2014	PGFN 922/2014	RENEGOCIAÇÃO	TJLP	Integral de juros até mar/2020 e principal até 03/2040	mar-60	0,00	19.168,06	180.321,78	0,00	199.489,84	Renegociação dos contratos 477, 485, 488 e 530. Transf.Seq.(12,13,15,17,18,19,21 e 22) Origem MP's 453,462,465,472.
39	628*	12.979/14	06/12/2013	PGFN 904/2013	ÚNICA	TJLP	Integral de juros até dez/2019 e principal até 12/2033	dez-53	24.000,00	2.906,18	0,00	0,00	26.906,18	
36	618	12.872/13	17/09/2013	PGFN 895/2013	RENEGOCIAÇÃO	US$ + 4,46627% a.a.	Sem carência de juros e principal até mar/2016	mar-29	0,00	8.985,66	10.387,03	15.289,39	4.083,30	Renegociação do contrato 484, Transf.Seq. (14) Origem MP465
32	564	12.712/12	28/12/2012	PGFN 807/2012	ÚNICA	TJLP	Parcial de juros até jan/2028 e principal até jan/2033	jan-53	15.000,00	2.451,90	0,00	753,06	16.698,84	
31	564	12.712/12	16/10/2012	PGFN 755/2012	ÚNICA	TJLP	Parcial de juros até nov/2027 e principal até nov/2032	nov-52	20.000,00	3.510,90	0,00	1.085,50	22.425,40	
30	564	12.712/12	21/06/2012	PGFN 738/2012	ÚNICA	TJLP	Parcial de juros até jul/2027 e principal até jul/2032	jul-52	10.000,00	1.952,36	0,00	609,04	11.343,32	
29	526	12.453/11	13/01/2012	PGFN 703/2011	2ª TRANCHE	TJLP	Parcial de juros até dez/2026 e principal até dez/2031	dez-51	10.000,00	2.275,34	0,00	717,90	11.557,44	
28	526	12.453/11	15/12/2011	PGFN 703/2011	1ª TRANCHE	TJLP	Parcial de juros até dez/2026 e principal até dez/2031	dez-51	15.000,00	3.413,01	0,00	1.076,84	17.336,17	
27	526	12.453/11	14/06/2011	PGFN 652/2011	ÚNICA	TJLP	Parcial de juros até jun/2026 e principal até jun/2031	jun-51	30.000,00	7.944,39	0,00	2.530,76	35.413,63	
26	505*	12.397/11	15/03/2011	PGFN 619/2011	ÚNICA	TJLP	Parcial de juros até mar/2026 e principal até mar/2031	mar-51	5.246,46	1.480,62	0,00	473,36	6.253,72	
22	472	12.249/10	04/05/2010	PGFN 530/2010	2ª TRANCHE	TJLP	Parcial de juros até abr/2025 e principal até abr/2030	abr-50	5.800,00	1.350,27	-6.699,49	450,78	0,00	Transf.Seq.(40)
21	472	12.249/10	20/04/2010	PGFN 530/2010	1ª TRANCHE	TJLP	Parcial de juros até abr/2025 e principal até abr/2030	abr-50	74.200,00	17.274,16	-85.707,24	5.766,92	0,00	Transf.Seq.(40)
20	453	11.948/09	13/10/2009	PGFN 500/2009	RENEGOCIAÇÃO	SELIC	Integral de juros até dez/2009 e principal indeterminado	Perpetuidade	0,00	2.768,46	-807,22	1.961,24	0,00	Inst.Híbrido Capital e Dívida. Transf.Seq.(12) Origem MP453 R$ 6 bilhões Renegociação do contrato 500. Transf.Seq.(44) R$ 6.807,22 milhões
19	465	12.096/09	27/08/2009	PGFN 488/2009	3ª TRANCHE	TJLP	Integral de juros até dez/2009 e principal até ago/2014	ago-39	6.238,80	1.623,79	-6.376,84	1.485,75	0,00	Transf.Seq.(40)
18	465	12.096/09	25/08/2009	PGFN 488/2009	2ª TRANCHE	TJLP	Integral de juros até dez/2009 e principal até ago/2014	ago-39	21.225,60	5.524,46	-21.695,24	5.054,82	0,00	Transf.Seq.(40)
17	465	12.096/09	21/08/2009	PGFN 488/2009	1ª TRANCHE	TJLP	Integral de juros até dez/2009 e principal até ago/2014	ago-39	8.535,60	2.221,59	-8.724,46	2.032,73	0,00	Transf.Seq.(40)
15	465	12.096/09	30/07/2009	PGFN 485/2009	ÚNICA	TJLP	Sem carência de juros e principal até jul/2016	jul-29	16.297,58	4.235,76	-16.357,33	4.176,01	0,00	Transf.Seq.(40)
14	465	12.096/09	30/07/2009	PGFN 484/2009	ÚNICA	US$ + 5,978137% a.a.	Sem carência de juros e principal até mar/2016	mar-29	8.702,42	3.827,14	-10.387,03	2.142,53	0,00	Transf.Seq.(36)
13	462	12.058/09	15/06/2009	PGFN 477/2009	2ª TRANCHE	TJLP + 1,0% a.a.	Sem carência de juros e principal até abr/2014	abr-39	26.000,00	8.297,02	-26.888,63	7.408,39	0,00	Transf.Seq.(40)
12	453	11.948/09	31/03/2009	PGFN 477/2009	1ª TRANCHE	TJLP + 2,5% a.a.	Sem carência de juros e principal até abr/2014	abr-39	13.000,00	3.248,61	-13.872,55	2.376,06	0,00	Transferência para Instrumento Híbrido, Transf.Seq.(20) R$ 6 bilhões Renegociação do contrato 477, Transf.Seq.(40) R$ 7.872,55 milhões
8	414*	11.668/08	03/06/2008	PGFN 412/2008	ÚNICA	US$ + 4,8261% a.a.	Total até dez/2009	dez-24	2.500,00	1.530,74	-2.087,38	1.943,36	0,00	Transf.Seq.(41)
7	414*	11.668/08	20/03/2008	PGFN 408/2008	ÚNICA	US$ + 5,4633% a.a.	Total até dez/2008	dez-30	10.000,00	5.685,40	-8.216,81	7.468,59	0,00	Transf.Seq.(41)
5	315*	11.371/06	13/12/2007	PGFN 389/2007	ÚNICA	IPCA + 6% a.a.	Total até maio/2013	dez-17	1.446,75	1.487,28	-2.373,87	560,15	0,00	Transf.Seq.(41)
2	*	9.491/97	01/12/2000	Assunção de Dívida	1ª TRANCHE	URTR	Integral de juros até dez/2004 e principal até dez/2008	jan-27	2.593,47	2.380,03	-1.148,27	3.825,23	0,00	Ver Nota Explicativa às Demonstrações Financeiras do BNDES nº 25 - Inst.Híbrido de Capital e Dívida. Transf.Seq.(41)
TOTAIS									**385.786,68**	**121.895,39**	**0,00**	**69.188,41**	**438.493,66**	

Obs (1): A coluna "SEQ" demonstra apenas a ordem cronológica em que as operações foram realizadas pelo BNDES.
Obs (2): Na coluna "Carência de Principal e Juros" são informados períodos parciais. Nesses períodos, parte dos juros é capitalizado ao saldo devedor e outra parte é recolhida ao Tesouro.
Obs (3): Nem todas as operações listadas apresentam o saldo informado na coluna "Valor Original". Essas operações são originadas de transferências realizadas conforme autorizações das MP's citadas.
Obs (4): Na coluna "Juros e Correções" são informados os valores dos juros capitalizados, dos juros exigíveis e os valores de correção referentes às variações das moedas indicadas nas operações em US$, TR, IGP-DI e IPCA.
Obs (5): Os valores constantes da coluna "Saldo Devedor BNDES" podem ser verificados nas Notas Explicavas às Demonstrações Financeiras do BNDES, nºs 16.1.c-Repasses no País - Tesouro Nacional e 25-Instrumento Híbrido de Capital e Dívida.
Obs (6): Na coluna "MP" os repasses que contém o sinal "*" não possuem obrigatoriedade de envio das informações de aplicação de recursos.
Obs (7): A tabela completa com todas as operações realizadas pelo BNDES com o Tesouro Nacional pode ser visualizada no link: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/BNDES_Transparente/Aplicacao_dos_Recursos_Financeiros/
Fonte: BNDES/AF - DEFIN - DEPOL - DECAP - DEPCO, RJ, 2015 - Revisado em 19/1/2016.
Autoria: BNDES/AF, RJ, 2016

2. APLICAÇÃO DOS RECURSOS CONCEDIDOS AO BNDES

2. 1 Análise da aplicação dos recursos

No período de janeiro de 2009 a dezembro de 2015 foram selecionados vários projetos, formando uma carteira vinculada a essas captações. Foram utilizados R$ 385,79 bilhões dos recursos captados, acrescidos de R$ 233,92 bilhões provenientes do retorno da carteira de contratos, totalizando um valor aplicado de R$ 619,71 bilhões e beneficiando mais de um milhão e seiscentas mil operações de financiamento (1.652.533) em todo o Brasil.

A seguir, em atendimento ao §6º do Art.1º da Lei nº 11.948/09 e do §3º do Art.2º da Lei nº 12.453/11, apresentam-se os dados pormenorizados das operações realizadas:

2.1.1. Modalidade de Investimento

A tabela a seguir apresenta os desembolsos da carteira de projetos, divididos por Modalidade Operacional do BNDES.

Tabela 2 – Modalidade Operacional BNDES
acumulado de 2009 a 2015

Em reais milhões

Modalidade	Valor da Liberação	Percentual
FINAME	307.717,00	49,7%
FINEM	129.412,80	20,9%
PRÉ-EMBARQUE	47.253,81	7,6%
BNDES AUTOMATICO	42.346,11	6,8%
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	28.650,34	4,6%
LIMITE DE CRÉDITO	22.028,49	3,6%
PROJECT FINANCE	22.013,05	3,6%
DEMAIS MODALIDADES	20.290,07	3,3%
Total	**619.711,66**	**100%**

Fonte: BNDES, RJ, 2016
Autoria: BNDES/AF/DECAP, RJ, 2016

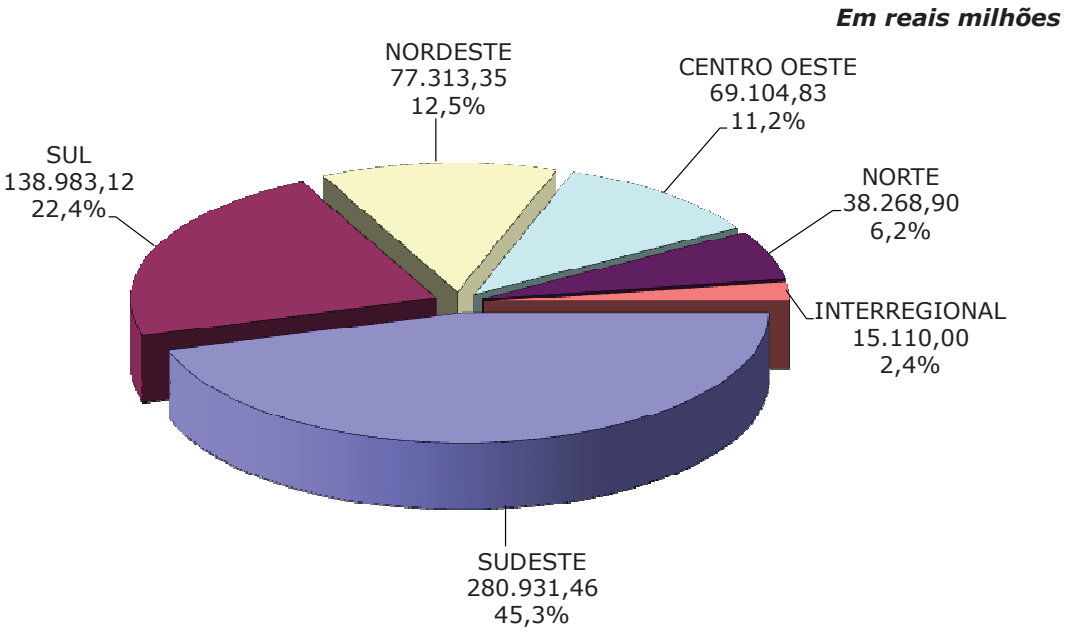
A maior parte dos financiamentos, 49,7% concentra-se na modalidade FINAME, onde estão agrupadas as operações de produção e comercialização de máquinas e equipamentos novos de fabricação nacional. Esta modalidade se caracteriza pelo apoio indireto através das instituições financeiras credenciadas.

Outra fatia importante, 20,9%, concentra-se no FINEM, onde estão agrupados os grandes projetos de investimento. Esta modalidade se caracteriza pelo apoio direto do BNDES aos projetos com valor de financiamento superior a R$ 20 milhões, para empreendimentos de implantação, expansão e modernização, incluída a aquisição de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional e capital de giro associado.

2.1.2. Análise Geográfica

O gráfico abaixo apresenta os desembolsos efetuados com recursos repassados pelo Tesouro Nacional no período compreendido entre os anos de 2009 e 2015.

Gráfico 7 - Desembolsos por Região Geográfica



Fonte: BNDES, RJ, 2016
Autoria: BNDES/AF/DECAP, RJ, 2016

Os desembolsos foram destinados, em grande medida, às regiões Sudeste (45,3%) e Sul (22,4%). Na região Sudeste merece destaque o apoio prestado às empresas Petróleo Brasileiro S/A - Petrobrás e para projetos de mobilidade urbana no Estado de São Paulo. Já na região Sul as principais operações foram do Estado de Santa Catarina, com objetivo de financiar projetos de infraestrutura urbana e social, e da empresa Renault do Brasil S/A, além de financiamentos concedidos a Weg Equipamentos Elétricos S/A.

Destaca-se no gráfico acima a classificação de dois projetos como operações inter-regionais. A empresa Petróleo Brasileiro S/A - Petrobrás e Transportadora Associada de Gás S/A (TAG) que compõem os investimentos selecionados no montante de R$ 15,1 bilhões, visando ao aumento da produção de óleo e gás, da capacidade de refino e da malha de gasodutos do país.

Cabe ressaltar ainda, que o BNDES tem trabalhado para melhorar a distribuição dos desembolsos entre as regiões geográficas, visando a beneficiar as regiões com menor participação no PIB, dinamizar a atividade econômica dessas regiões e minimizar as disparidades regionais.

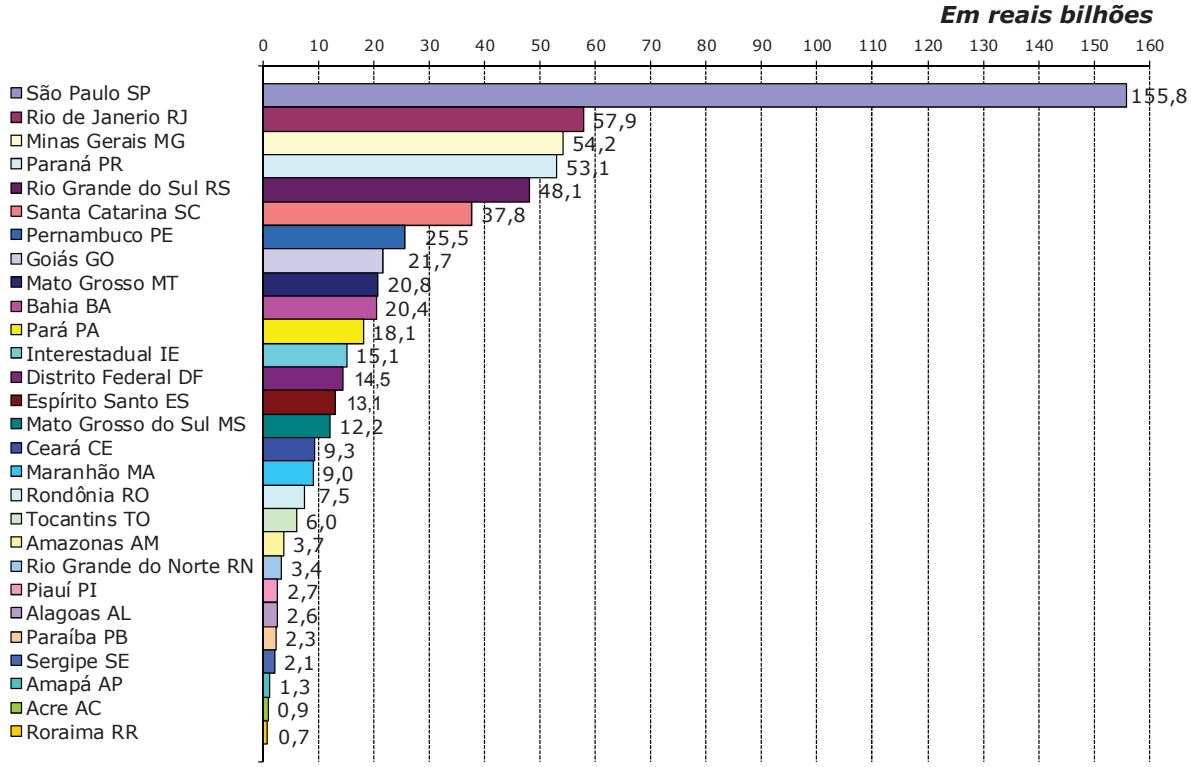
Tabela 3 – Comparativo Carteira x Participação no PIB acumulado de 2009 a 2015

Região Geográfica	Part.na carteira %	Part.no PIB %*
SUDESTE	45,3%	55,2%
SUL	22,4%	16,2%
NORDESTE	12,5%	13,5%
CENTRO-OESTE	11,2%	9,8%
NORTE	6,2%	5,3%
INTER-REGIONAL	2,4%	0,0%
Total	**100%**	**100%**

Fonte: BNDES, IBGE, RJ, 2016 (Participação no PIB em 2012)
Autoria: BNDES/AF/DECAP, RJ, 2016

No gráfico a seguir são apresentados os desembolsos por unidade federativa:

Gráfico 8 - Desembolsos por Unidade Federativa



Fonte: BNDES, RJ, 2016
Autoria: BNDES/AF/DECAP, RJ, 2016

Observa-se 346.146 operações realizadas no estado de São Paulo, no total de R$ 155,8 bilhões desembolsados, com destaque para os projetos do próprio Estado de São Paulo, na área de mobilidade urbana, da Embraer S/A, da Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos e da Companhia de Gás do Estado de São Paulo. Em relação à quantidade total de projetos, no Estado de São Paulo, verificou-se o percentual de 67,2% referente às Micros, Pequenas Empresas e Pessoa Física. Já em relação à classificação por Modalidade Operacional, 48% foi aplicado em operações da FINAME e 17% em operações de FINEM.

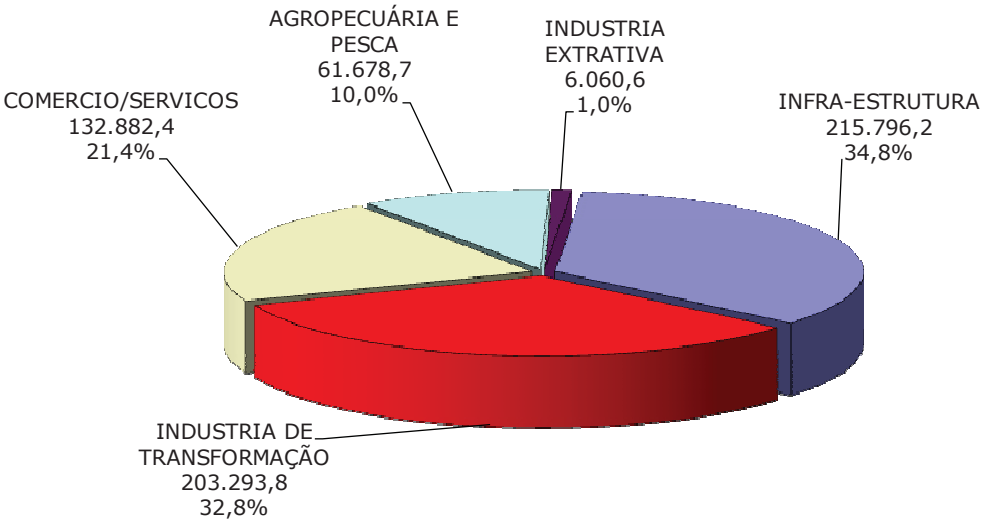
No Estado do Rio de Janeiro, foram realizadas 61.950 operações, onde as maiores são da Petrobras e do Estado do Rio de Janeiro, direcionado à linha 4 do metrô. Em Minas Gerais, foram realizadas 202.258 operações, com destaque para os projetos do Estado de Minas Gerais, da FIAT Automóveis e da CNH Latin América Ltda.

Os valores classificados como "Interestadual IE" referem-se ao Projeto de apoio à Petrobras e ao projeto da Transportadora Associada de Gás – TAG, ambos contemplam mais de uma unidade federativa na aplicação dos recursos.

2.1.3. Análise Setorial

Gráfico 9 - Desembolsos por Ramo de Atividade

Em reais milhões

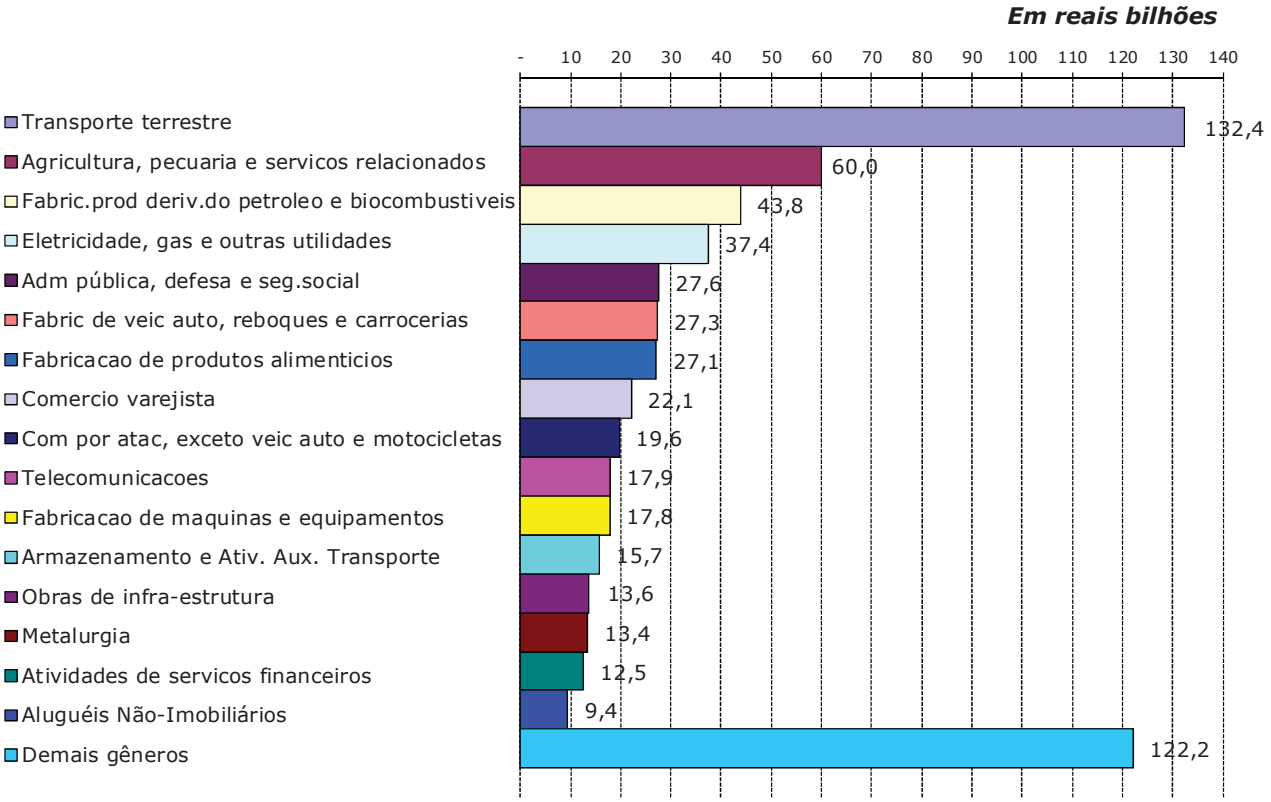


Fonte: BNDES, RJ, 2016
Autoria: BNDES/AF/DECAP, RJ, 2016

O ramo de infraestrutura teve uma participação de 34,8% das operações realizadas com R$ 215,8 bilhões em desembolsos, frente ao ramo da indústria de transformação com uma participação de 32,8% nas operações realizadas, totalizando R$ 203,3 bilhões de desembolsos.

Dentro do ramo da indústria de transformação, merece destaque o gênero de atividade de fabricação de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis que absorveu R$ 43,8 bilhões. Já no ramo de infraestrutura, o mais beneficiado foi o de transporte terrestre com desembolsos de R$ 132,4 bilhões, destaque para os subsetores: transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos, transporte rodoviário de passageiros - municipal e transporte ferroviário de carga. Outro gênero de destaque foi o de agricultura, pecuária e serviços relacionados, com participação de R$ 59,9 bilhões.

Gráfico 10 - Desembolsos por Gêneros de Atividade



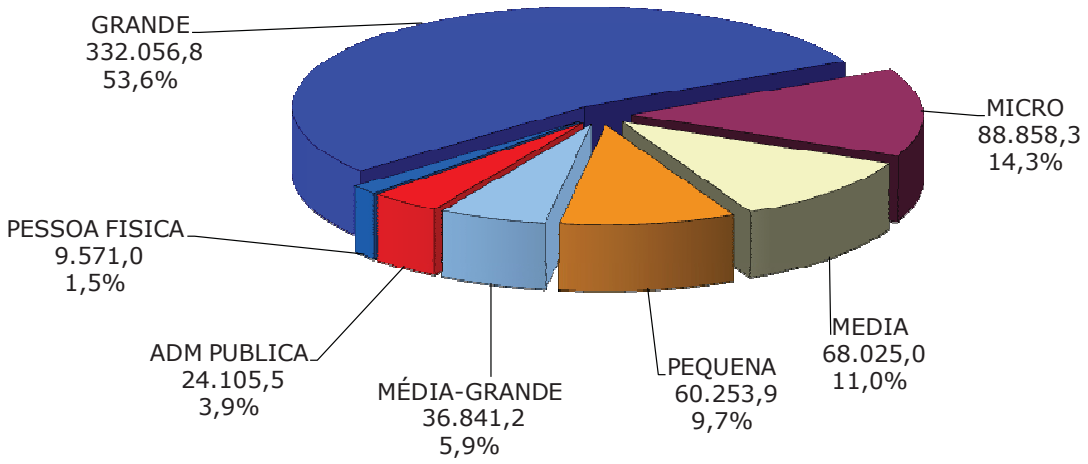
Fonte: BNDES, RJ, 2016
Autoria: BNDES/AF/DECAP, RJ, 2016

2.1.4. Análise Econômico Financeira

Os desembolsos destinados a empresas de grande porte, alcançaram 53,6% dos recursos, decorrência da predominância das grandes empresas nos setores de infraestrutura, insumos básicos e bens de capital sob encomenda. Se retirarmos a transferência de recursos no valor de R$ 25 bilhões, efetuada para a Petrobrás, passamos a ter o percentual de 51,6% da carteira aplicados em empresas classificadas como grande porte. As empresas com faturamento anual entre R$ 90 milhões e R$ 300 milhões são classificadas como Média-Grande empresa e receberam 5,9% dos recursos desembolsados.

Gráfico 11 - Desembolsos por Porte das Empresas

Em reais milhões



Fonte: BNDES, RJ, 2016
Autoria: BNDES/AF/DECAP, RJ, 2016

Cabe lembrar que as demandas de micros, pequenas e médias empresas, além das pessoas físicas, também são atendidas, apresentando juntas 1.439.041 operações, o que corresponde a 87,1% do total da carteira em quantidade de projetos, sendo o valor aplicado acumulado no montante de R$ 226,7 bilhões.

Tabela 4 – Quantidade de Projetos por Porte das Empresas acumulado de 2009 a 2015

Porte do Cliente	Quantidade	Percentual
MICRO	848.188	51,3%
PEQUENA	317.477	19,2%
MEDIA	197.094	11,9%
GRANDE	139.570	8,4%
PESSOA FISICA	76.282	4,6%
MÉDIA-GRANDE	73.571	4,5%
ADM PUBLICA	351	0,0%
Total	**1.652.533**	**100%**

Fonte: BNDES, RJ, 2016
Autoria: BNDES/AF/DECAP, RJ, 2016

Quanto ao custo financeiro, a carteira de projetos apresentou uma média ponderada da taxa líquida após equalização do BNDES de 1,51% a.a.

Tabela 5 – Média da taxa líquida após equalização por porte da empresa acumulado de 2009 a 2015

Em reais milhões

Porte do Cliente Final	Valor da Liberação	Taxa Líquida após Equalização
GRANDE	332.056,79	1,84%
MICRO	88.858,29	1,04%
MEDIA	68.024,98	1,13%
PEQUENA	60.253,89	1,05%
MÉDIA-GRANDE	36.841,20	1,46%
ADM PUBLICA	24.105,47	1,18%
PESSOA FISICA	9.571,05	1,00%
Total	**619.711,66**	**1,51%**

Fonte: BNDES, RJ, 2016
Autoria: BNDES/AF/DECAP, RJ, 2016

Esse índice corresponde à soma dos campos: Remuneração Básica do BNDES, Taxa de Risco de Crédito, Taxa de Intermediação Financeira, Fatores de Alteração, Remuneração BNDES e Custos Financeiro Adicional, acrescida da taxa de equalização, nas operações equalizáveis, ou de TJLP para as demais operações, reduzida do custo da moeda (TJLP, TJLP+1% a.a. ou TJLP+2,5% a.a.).

O custo total ao tomador final foi apurado no percentual de 6,65% ao ano, na média. Essa taxa corresponde à soma dos campos: Remuneração Básica do BNDES, Taxa de Risco de Crédito, Taxa de Intermediação Financeira, Fatores de Alteração, Remuneração BNDES e Custos Financeiro Adicional, acrescida da Remuneração da Instituição Financeira Credenciada e pelo Custo Financeiro da moeda (Equivalente a TJLP nas operações onde não são cobrados juros fixos).

Tabela 6 – Média do custo total pago pelo tomador final acumulado de 2009 a 2015

Em reais milhões

Porte do Cliente Final	Valor da Liberação	Custo Total
GRANDE	332.056,79	7,08%
MICRO	88.858,29	5,66%
MEDIA	68.024,98	6,53%
PEQUENA	60.253,89	5,99%
MÉDIA-GRANDE	36.841,20	6,50%
ADM PUBLICA	24.105,47	7,27%
PESSOA FISICA	9.571,05	4,92%
Total	**619.711,66**	**6,65%**

Fonte: BNDES, RJ, 2016
Autoria: BNDES/AF/DECAP, RJ, 2016

Na tabela a seguir são apresentadas as médias das taxas cobradas nos programas utilizados pelas Micros e Pequenas Empresas:

Tabela 7 – Média dos índices para Micro Empresa acumulado de 2009 a 2015

Em reais milhões

Modalidades	Valor da Liberação	Taxa Líquida após Equalização
FINAME	79.960,54	1,01%
BNDES AUTOMATICO	6.391,60	1,03%
CARTÃO BNDES	2.241,78	2,05%
FINAME LEASING	210,34	1,52%
FINEM	48,25	2,13%
MAQ/EQUIP	5,78	0,94%
Total	**88.858,29**	**1,04%**

Fonte: BNDES, RJ, 2016
Autoria: BNDES/AF/DECAP, RJ, 2016

O produto BNDES FINAME divide-se em linhas de financiamento, com objetivos e condições financeiras específicas, para melhor atender às demandas dos clientes, de acordo com a empresa beneficiária e os itens financiáveis.

A modalidade "BNDES Automático" apoia projetos de implantação, ampliação, recuperação e modernização de empresas, incluindo obras civis, montagens e instalações; aquisição de equipamentos novos, de fabricação nacional, credenciados pelo BNDES; capital de giro associado ao projeto; entre outros itens.

O financiamento se dá por intermédio de instituições financeiras credenciadas, para realização de projetos cujo valor total seja menor que R$ 20 milhões, no período de 12 meses, respeitado esse limite também por beneficiária.

O Cartão BNDES é um produto que, baseado no conceito de cartão de crédito, visa financiar os investimentos das MPMEs de forma simplificada. O produto consiste em uma linha de crédito rotativo e pré-aprovada, concedida ao beneficiário do cartão, pelo agente financeiro, com limite de até R$ 1 milhão por banco emissor, taxa de juros atrativa, de 1,32% ao mês em dezembro de 2015, e pagamento em até 48 prestações mensais fixas.

Atualmente o cartão possui os seguintes agentes financeiros: Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Banrisul, Bradesco, BRDE, Caixa Econômica Federal, Itaú, Santander, Sicoob e Sicredi.

Até final de dezembro de 2015, tínhamos 709 mil cartões habilitados, somando R$ 57,8 bilhões em créditos já concedidos para investimentos. Existiam 71,7 mil Fornecedores credenciados e cerca de 274,1 mil produtos disponíveis para compra.

Ao fim do mês de dezembro, 15 estados já possuíam Cartão BNDES em todos os municípios (Acre, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Minas Gerais, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina e São Paulo) sendo que no Distrito Federal, no Rio de Janeiro e no Mato Grosso do Sul já havia pelo menos uma transação em todos os municípios. Haviam empresas com limites de crédito aprovados e Cartão BNDES emitido em 98,0% de todos os municípios brasileiros. As taxas médias encontradas no mercado referentes às operações com cartão de crédito para pessoa física aumentaram para 14,35% a.m. em dezembro de 2015.

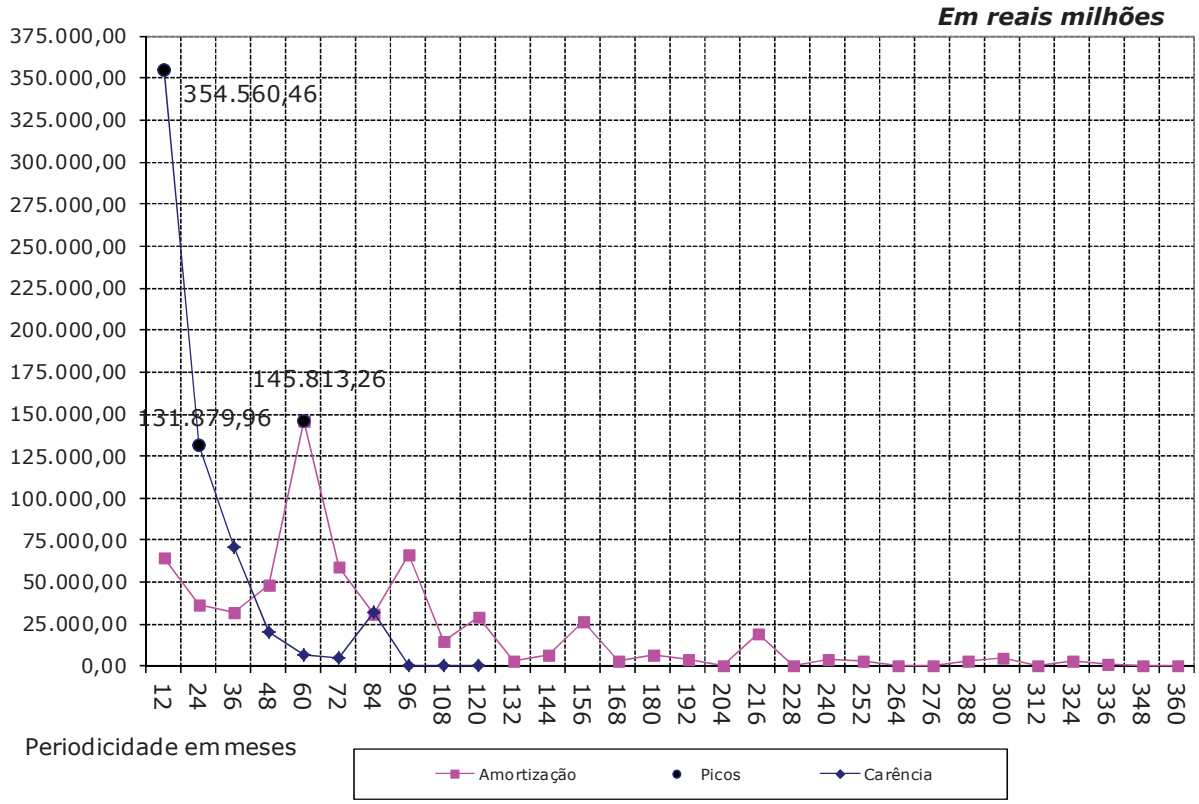
Esta taxa média implica em taxa anual equivalente de 399,8% a.a., muito superior à taxa anual equivalente do Cartão BNDES de 17,04% a.a.

O Produto FINAME Leasing tem por objetivo financiar a aquisição de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional, credenciados no BNDES, destinados a operações de arrendamento mercantil. O financiamento é concedido à empresa arrendadora para a aquisição de máquinas e equipamentos, os quais serão, simultaneamente, arrendados à empresa usuária (arrendatária).

Na modalidade FINEM, onde ocorre o apoio direto do BNDES, foram observados os programas de apoio à cadeia produtiva do audiovisual e de desenvolvimento da indústria nacional de software.

Outro ponto abordado em nossa análise econômico financeira é a posição acumulada dos períodos de carência e amortização, o quadro a seguir demonstra a o perfil da carteira:

Gráfico 12 - Prazos de Carência e Amortização.



Fonte: BNDES, RJ, 2015
Autoria: BNDES/AF/DECAP, RJ, 2015

A carteira apresenta um maior número de projetos com prazo de amortização de 60 meses, no valor de R$ 145,8 bilhões, dos quais 83,7% referem-se às operações da FINAME. O próximo índice relevante aparece aos 12

meses, com desembolsos na ordem de R$ 64,7 bilhões, com destaque para as operações da modalidade Pré-embarque.

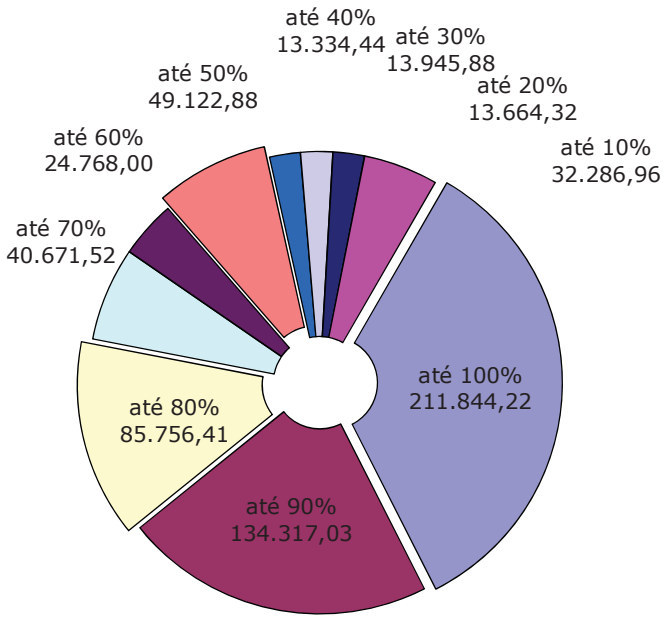
Já em relação ao período de carência, foi observado um período representativo nos doze primeiros meses, com destaque para os programas: Linha Bk Aquisição; Bens de capital para ônibus e caminhão; Bens de Capital – Rural e para o Programa de apoio e fortalecimento da capacidade de geração de emprego e renda no volume total de R$ 354,6 bilhões. As operações se concentram, principalmente, nos seis primeiros meses, somando R$ 269,5 bilhões nesse período.

O histórico dos perfis de prazo de carência e de prazo de amortização se encontra disponível no link: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/BNDES_Transparente/Aplicacao_dos_Recursos_Financeiros/ – acessando o arquivo "Perfis dos prazos de Carência e Amortização dos desembolsos realizados com recursos do Tesouro Nacional".

Dos projetos beneficiados, o BNDES financiou entre 91% e 100% do investimento total em 34,2% das operações, representando cerca de R$ 211,8 bilhões. Nesse grupo foi observado financiamento de 100% para mais de 570 mil operações no valor total acumulado de R$ 204 bilhões.

Gráfico 13 - Participação do BNDES no Investimento Total

Em reais milhões

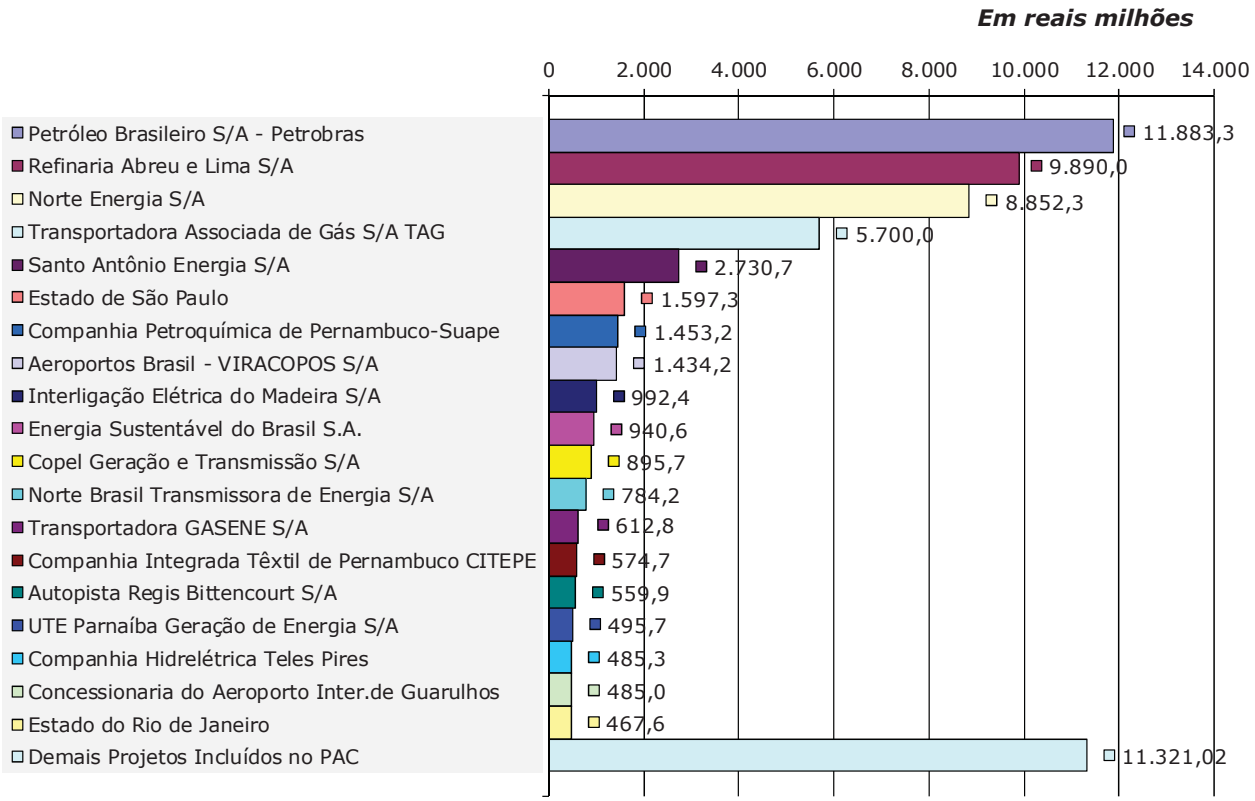


Fonte: BNDES, RJ, 2016
Autoria: BNDES/AF/DECAP, RJ, 2016

Outro percentual relevante foi encontrado na faixa de financiamento entre 81% e 90% do investimento total do projeto, com percentual equivalente a 21,7% das operações, totalizando R$ 134,3 bilhões. O terceiro percentual mais praticado foi na faixa de 71% a 80%, no montante de R$ 85,8 bilhões.

Uma contribuição importante dos recursos do Tesouro Nacional foi o financiamento de parte dos projetos que compõe o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O gráfico a seguir apresenta alguns projetos selecionados para a carteira correspondente à aplicação dos recursos captados. No total de R$ 619,71 bilhões desembolsados, R$ 62,2 bilhões foram aplicados em projetos vinculados ao Programa de Aceleração do Crescimento.

Gráfico 14 - Projetos incluídos no PAC



Fonte: BNDES, RJ, 2016
Autoria: BNDES/AF/DECAP, RJ, 2016

2.1.5. Estimativa de Geração de Emprego

O Modelo de Geração de Empregos do BNDES (MGE) fornece estimativas da quantidade de postos de trabalho na economia necessários para viabilizar os investimentos apoiados financeiramente pelo Banco. Essas estimativas devem ser interpretadas como a quantidade de postos de trabalho (empregos ou ocupações) gerados ou mantidos na economia, que podem ser associados ao apoio financeiro do Banco, medido, neste caso, pelo volume de seus desembolsos.

O MGE consiste em um modelo Insumo-Produto para a economia brasileira e utiliza dados oficiais do Sistema de Contas Nacionais do IBGE (SCN), como a Matriz Insumo-Produto (MIP). Os resultados obtidos pelo modelo, nas estimativas do BNDES, devem ser analisados como postos de trabalhos gerados ou mantidos na fase de implantação dos investimentos apoiados pelo Banco. Isso ocorre pelo fato de o modelo estimar o volume do fator trabalho necessário para viabilizar um dado aumento de produção nos setores impactados pelos desembolsos do BNDES, ou seja, aqueles que fornecem produtos para o empreendimento financiado pelo Banco, como, por exemplo, nos setores fabricantes de máquinas e equipamentos.

O volume de emprego total estimado pelo MGE e apresentado na tabela abaixo pode ser decomposto em dois tipos:

(i) emprego direto – aquele que ocorre no setor que fornece produtos para o investimento apoiado pelo Banco, ou seja, principalmente na construção civil, na fabricação de máquinas e equipamentos e nos serviços prestados às empresas; e

(ii) emprego indireto – corresponde aos postos de trabalho das cadeias produtivas que atendem aos setores afetados diretamente pelos investimentos apoiados.

O MGE será a metodologia utilizada para estimar o impacto dos investimentos apoiados pelo BNDES com recursos do Tesouro Nacional no emprego gerado ou mantido na economia. Para proceder à simulação no modelo, é necessário inicialmente alocar o valor dos desembolsos com recursos equalizados, associados aos investimentos apoiados, nos setores da economia que terão sua demanda elevada para viabilizá-los. Essa alocação setorial consiste no vetor de alimentação do MGE, que serve como base para a obtenção das estimativas. As simulações de impacto no emprego associadas aos recursos equalizados, com base no MGE, são feitas por trimestre e os resultados são também apresentados em valores acumulados no ano.

Na tabela a seguir, observa-se a alocação dos desembolsos realizados pelo BNDES, com recursos do Tesouro Nacional, acumulados por setor do SCN do IBGE.

Tabela 8 – Sistema de Contas Nacionais (Investimentos)

Em reais mil

Cód.	Descrição da Atividade	Valor
0101	Agricultura, silvicultura, exploração florestal	54.125.732
0102	Pecuária e pesca	7.552.939
0201	Petróleo e gás natural	30.287
0202	Minério de ferro	1.654.596
0203	Outros da indústria extrativa	4.375.730
0301	Alimentos e bebidas	32.677.073
0302	Produtos do fumo	31.545
0303	Têxteis	4.624.114
0304	Artigos do vestuário e acessórios	2.531.320
0305	Artefatos de couro e calçados	2.230.683
0306	Produtos de madeira - exclusive móveis	2.031.994
0307	Celulose e produtos de papel	7.277.530
0308	Jornais, revistas, discos	873.729
0309	Refino de petróleo e coque	34.371.284
0310	Álcool	9.464.667
0311	Produtos químicos	5.429.457
0312	Fabricação de resina e elastômeros	712.736
0313	Produtos farmacêuticos	1.582.806
0314	Defensivos agrícolas	197.000
0315	Perfumaria, higiene e limpeza	1.423.126
0316	Tintas, vernizes, esmaltes e lacas	305.733
0317	Produtos e preparados químicos diversos	825.097
0318	Artigos de borracha e plástico	8.470.629
0319	Cimento	1.858.138
0320	Outros produtos de minerais não-metálicos	5.976.030
0321	Fabricação de aço e derivados	7.112.601
0322	Metalurgia de metais não-ferrosos	5.426.614
0323	Produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos	5.814.634
0324	Máquinas e equipamentos, inclusive manutenção e reparos	16.207.359
0325	Eletrodomésticos	422.256
0326	Máquinas para escritório e equipamentos de informática	947.534
0327	Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	5.948.186
0328	Material eletrônico e equipamentos de comunicações	1.899.094
0329	Aparelhos/instrumentos médico-hospitalar, medida e óptico	352.188
0330	Automóveis, camionetas e utilitários	8.319.097
0331	Caminhões e ônibus	3.905.763
0332	Peças e acessórios para veículos automotores	15.050.192
0333	Outros equipamentos de transporte	5.441.523
0334	Móveis e produtos das indústrias diversas	3.929.843
0401	Eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	40.493.974
0501	Construção	26.395.642
0601	Comércio	44.570.644
0701	Transporte, armazenagem e correio	153.552.043
0801	Serviços de informação	19.552.649
0901	Intermediação financeira e seguros	13.775.434
1001	Serviços imobiliários e aluguel	12.046.019
1101	Serviços de manutenção e reparação	53.054
1102	Serviços de alojamento e alimentação	1.310.067
1103	Serviços prestados às empresas	3.204.021
1104	Educação mercantil	711.819
1105	Saúde mercantil	2.332.749
1106	Outros serviços	3.202.855
1201	Administração Pública	27.099.831
Total		**619.711.661**

Fonte: BNDES, RJ, 2016
Autoria: BNDES/AF/DECAP, RJ, 2016

O BNDES desembolsou R$ 619,71 bilhões, acumulados até dezembro de 2015, referentes à alocação de recursos pelo Tesouro Nacional, que possibilitou a manutenção/geração de mais de 13 milhões de empregos.

Tabela 9 – Geração e Manutenção de Empregos

Em número de empregos (mil)

Cód.	Descrição da Atividade - Nivel 80	Efeito Direto	Efeito Indireto	Efeito Total
0101	Agricultura, silvicultura, exploração florestal	659	372	1.031
0102	Pecuária e pesca	250	72	322
0201	Petróleo e gás natural	0	6	6
0202	Minério de ferro	0	4	4
0203	Outros da indústria extrativa	0	53	53
0301	Alimentos e bebidas	1	25	26
0302	Produtos do fumo	0	0	0
0303	Têxteis	1	54	55
0304	Artigos do vestuário e acessórios	2	25	28
0305	Artefatos de couro e calçados	0	6	6
0306	Produtos de madeira - exclusive móveis	15	125	140
0307	Celulose e produtos de papel	1	23	24
0308	Jornais, revistas, discos	0	39	39
0309	Refino de petróleo e coque	0	3	3
0310	Álcool	0	7	7
0311	Produtos químicos	0	24	24
0312	Fabricação de resina e elastômeros	0	9	9
0313	Produtos farmacêuticos	0	1	2
0314	Defensivos agrícolas	0	2	2
0315	Perfumaria, higiene e limpeza	0	5	5
0316	Tintas, vernizes, esmaltes e lacas	0	10	11
0317	Produtos e preparados químicos diversos	0	20	20
0318	Artigos de borracha e plástico	2	145	147
0319	Cimento	0	5	5
0320	Outros produtos de minerais não-metálicos	1	179	180
0321	Fabricação de aço e derivados	0	57	58
0322	Metalurgia de metais não-ferrosos	4	46	50
0323	Produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos	203	319	521
0324	Máquinas e equipamentos, inclusive manutenção e reparos	560	55	615
0325	Eletrodomésticos	2	1	4
0326	Máquinas para escritório e equipamentos de informática	77	0	77
0327	Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	28	110	138
0328	Material eletrônico e equipamentos de comunicações	160	22	183
0329	Aparelhos/instrumentos médico-hospitalar, medida e óptico	305	27	332
0330	Automóveis, camionetas e utilitários	35	2	38
0331	Caminhões e ônibus	52	4	56
0332	Peças e acessórios para veículos automotores	11	114	125
0333	Outros equipamentos de transporte	89	23	112
0334	Móveis e produtos das indústrias diversas	290	33	323
0401	Eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	0	64	64
0501	Construção	2.552	114	2.666
0601	Comércio	1.410	1.860	3.270
0701	Transporte, armazenagem e correio	106	588	694
0801	Serviços de informação	0	211	212
0901	Intermediação financeira e seguros	0	95	95
1001	Serviços imobiliários e aluguel	8	12	20
1101	Serviços de manutenção e reparação	1	111	111
1102	Serviços de alojamento e alimentação	2	69	71
1103	Serviços prestados às empresas	38	620	659
1104	Educação mercantil	5	9	13
1105	Saúde mercantil	7	10	17
1106	Outros serviços	149	303	452
1201	Administração pública	4	30	34
	Total	**7.033**	**6.124**	**13.156**

Fonte: BNDES, RJ, 2016
Autoria: BNDES/AF/DECAP, RJ, 2016

Classificação conforme Lei de acesso à informação (OS PRESI 01/2015-BNDES): Ostensivo
Unidade Gestora: BNDES/Área Financeira/Departamento de Captação Interna

O setor de Comércio foi o que mais contribuiu para a manutenção / geração de emprego, viabilizando mais de 3.270 mil postos de trabalho (24,9%). Em segundo, temos o setor de Construção, com 2.666 mil postos (20,3%). Em terceiro, tem-se o setor de Agricultura com 1.031 mil empregos gerados / mantidos (7,8%), logo em seguida, tem-se o setor de Transporte que contribuiu com 5,3% do total com mais de 694 mil empregos gerados / mantidos.

Também merecem destaque os setores de Serviços prestados às empresas (5%), o setor de Máquinas e Equipamentos (4,7%) e o setor de Produtos de Metal (4%), que em conjunto viabilizaram mais de 1.795 mil postos de trabalho.

2. 2 Maiores projetos apoiados no período de 2009 a 2015

Refinaria Abreu e Lima S/A

A Refinaria Abreu e Lima S.A. está implantada no Complexo Industrial Portuário de Suape, no município de Ipojuca (PE). A refinaria terá capacidade para processamento de 240 mil barris de petróleo por dia. A unidade estará preparada para processar 100% de petróleo pesado, produzindo derivados de baixo teor de enxofre. Seu mix de produtos será concentrado na produção de diesel, além de gás de cozinha (GLP), nafta petroquímica e coque.

Petróleo Brasileiro S/A Petrobrás

O Plano de Negócios e Gestão 2015-2019 prioriza projetos de exploração e produção (E&P – U$ 130,3 bilhões) de petróleo no Brasil, com ênfase no pré-sal. Nas demais áreas de negócios, os investimentos destinam-se, basicamente, à manutenção das operações e a projetos relacionados ao escoamento da produção de petróleo e gás natural.

Norte Energia S/A

Implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, com 11.233MW, com garantia física de 4.571MW, no rio Xingu, objeto do leilão ANEEL nº 006/2009, de 20/04/2009, entre os municípios de volta do Xingu e Altamira (PA).

Estado do Rio de Janeiro

Implantação da infraestrutura da linha 4 do metrô do Rio de Janeiro, incluindo a expansão da estação General Osório e o trecho de interligação das linhas 1 e 4.

Santo Antônio Energia S/A (UHE Santo Antônio)

Construção da UHE Santo Antônio, com capacidade instalada de geração de 3.150 MW, no Rio Madeira, no município de Porto Velho - RO, bem como das instalações de transmissão de interesse restrito a central geradora. Projeto incluído no PAC.

Estado de Santa Catarina

Viabilizar a execução de ações do programa "Acelera Santa Catarina" constantes do plano plurianual e leis orçamentarias anuais do postulante.

TIM Celular

O Plano de Investimentos do Grupo inclui a expansão, modernização e atualização tecnológica das plantas das empresas TIM Celular e Intelig, com investimentos em rede e TI (tecnologia da informação) nos anos de 2012 e 2013, além dos investimentos sociais realizados pela TIM Celular no mesmo período.

TELEMAR Norte Leste S/A (OI Fixo)

O Plano de Investimentos do Grupo Oi, (telecomunicações) para o triênio 2012-2014.

Estado de São Paulo

Ampliação de 4,3 km da linha 2 do metrô de São Paulo, no trecho Alto do Ipiranga - Vila Prudente, construção de pátio para manutenção e estacionamento dos trens, bem como aquisição de 16 composições de trens.

Estado do Espírito Santo

Apoio ao programa estadual de desenvolvimento sustentável -PROEDES, por meio de investimentos produtivos e melhoria de infraestrutura constantes do plano plurianual (2012-2015).

Concessionaria do Aeroporto Internacional de Guarulhos

Ampliação, modernização e exploração do Aeroporto Internacional de Guarulhos (Aeroporto Internacional Governador André Franco Montoro), no Estado de São Paulo, objeto do edital do leilão nº 02/2011 da ANAC realizado em 06 de fevereiro de 2012.

TELEMAR Norte Leste 2009/2011

Implantação do Programa de Investimento relativo ao triênio 2009/2011.

A lista completa com todas as empresas apoiadas com recursos do Tesouno Nacional encontra-se disponível no link:

http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/BNDES_Transparente/Aplicacao_dos_Recursos_Financeiros/

Informações detalhadas sobre os projetos apoiados pelo BNDES, incluindo a descrição dos projetos, o valor contratado, taxa de juros, prazos de carência e amortização, tipo de garantia e outras, podem ser encontradas através do link do BNDES Transparente:

http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/BNDES_Transparente/



2. 3 Maiores projetos apoiados no quarto trimestre de 2015.

TIM Celular

O financiamento apoia o plano de investimentos do grupo que inclui a expansão, modernização e atualização tecnológica das plantas das empresas TIM Celular e Intelig, com investimentos em rede e TI (tecnologia da informação).

O Plano de Investimentos da Intelig compreende a modernização dos elementos de rede da empresa e a expansão de sua rede óptica, com objetivo de elevação da velocidade e capacidade de serviços de transmissão de voz e dados, além do aumento da capilaridade.

Embraer e Jatos E-2

O crédito visa o apoio ao desenvolvimento da nova família de jatos comerciais e projetos sociais no âmbito da comunidade na área de São José dos Campos -SP.

Estado do Rio de Janeiro

Implantação da infraestrutura da linha 4 do metrô do Rio de Janeiro, incluindo a expansão da estação General Osório e o trecho de interligação entre as linhas 1 e 4.

A Linha 4 do metrô do Rio de Janeiro (Barra da Tijuca — Ipanema) vai transportar, a partir de 2016, mais de 300 mil pessoas por dia e retirar das ruas cerca de 2 mil veículos por hora/pico. Com a nova linha, o passageiro poderá utilizar todo o sistema metroviário da cidade com uma única tarifa. Serão seis estações (Jardim Oceânico, São Conrado, Gávea, Antero de Quental, Jardim de Alah e Nossa Senhora da Paz) e aproximadamente 16 quilômetros de extensão.

FIAT

O financiamento consiste na suplementação de recursos destinados a construção de uma fábrica de automóveis, com capacidade para 250 mil unidades/ano em Goiana (PE), ao desenvolvimento de novos veículos em Betim (MG) e a um projeto social no âmbito da comunidade, em Goiana (PE).

VLI – Multimodal - Valor da Logística Integrada.

O crédito concedido destina-se ao financiamento da aquisição de 16 locomotivas e 2.149 vagões para aumentar os volumes transportados nas ferrovias: Centro Atlântica e Norte SUL.

Terminal VLI TIPLAM.

O crédito concedido visa a expansão das instalações do terminal integrador portuário Luiz Antônio Mesquita "TIPLAM", visando aumentar a capacidade de importação de fertilizantes e enxofre e iniciar as exportações de grãos (soja, milho e farelo) e açúcar.

Norte Energia S/A

Implantação da usina hidrelétrica de Belo Monte, com 11.233MW, com garantia física de 4.571MW, no rio Xingu, objeto do leilão ANEEL nº 006/2009, de 20/04/2009, entre os municípios de volta do Xingu e Altamira (PA).

Estado de São Paulo

O crédito financiará a expansão da rede metroviária da cidade de São Paulo pela extensão da linha 5 do metrô por 11,5 km ligando a estação largo treze da linha 5 à estação Chácara Klabin da linha 2.

A linha 5 - lilás do metrô de São Paulo é constituída pelo trecho compreendido entre as estações Capão Redondo e Adolfo Pinheiro. Prevê-se para 2017 a integração com a linha 1 - azul, na estação Santa Cruz, e com a linha 2-verde, na estação Chácara Klabin. Quando concluída, a linha formará, em conjunto com as linhas 1 - azul, 2 - verde (do Metrô) e 9 - esmeralda (da CPTM), uma malha de alta capacidade ligando o bairro de Santo Amaro a importantes polos de atividades terciárias, como Moema, Vila Mariana e Brooklin.

Linhas de Transmissão - CHESF

O crédito permitirá obras de reforço, melhoria e modernização da rede básica do Sistema Interligado Nacional – SIN, sob responsabilidade da CHESF.

Classificação conforme Lei de acesso à informação (OS PRESI 01/2015-BNDES): Ostensivo 49
Unidade Gestora: BNDES/Área Financeira/Departamento de Captação Interna

Hidrovia Tietê-Paraná

O crédito financiará a implantação de melhorias no sistema hidroviário do Estado de São Paulo.

As obras permitirão aumentar a carga transportada na hidrovia Tietê-Paraná para até 11 milhões de toneladas em 2020. Em 2011, foram transportadas 5,8 milhões de toneladas de carga pela hidrovia.

Durante a fase de implantação, serão gerados mais de 17 mil empregos diretos e indiretos. Nas fases de operação e manutenção, serão 1.271 novos empregos, sendo 1.145 indiretos.

O projeto – O projeto do Departamento Hidroviário da Secretaria de Logística e Transportes do Estado de São Paulo prevê a implantação da eclusa da Penha, ampliação e retificação dos canais de Botucatu e Conchas, a implantação do Terminal Portuário de Araçatuba e das barragens e eclusas de Anhembi, Conchas e Santa Maria da Serra, todas na hidrovia Tietê-Paraná.

Essa hidrovia tem sob sua área de influência os Estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul, Goiás e Minas Gerais, numa região de 76 milhões de hectares. Ela integra um sistema de transporte intermodal (hidro-rodo-ferroviário), funcionando como alternativa de corredor de exportação até o Porto de Santos.

Os principais rios da hidrovia são os interestaduais Paraná, Grande e Paranaíba, além de Tietê e Piracicaba, localizados no interior de São Paulo.

3. APLICAÇÃO DOS RECURSOS CONCEDIDOS AO BNDES NOS PROGRAMAS PSI, PER, PROCAMINHONEIRO, FINAME COMPONENTES E CEREALISTAS

3.1. Análise da aplicação dos recursos

Em atendimento ao §8º do Art.1º da Lei nº 12.453/11, este capítulo visa detalhar os desembolsos referentes aos programas BNDES PSI, BNDES Procaminhoneiro, BNDES FINAME Componentes, BNDES PER e BNDES Cerealistas, que são objetos de equalização pela Secretaria do Tesouro Nacional.

O BNDES PSI – Programa de Sustentação do Investimento - foi lançado em julho de 2009 como parte das medidas do governo para mitigar os efeitos da crise financeira internacional sobre a economia brasileira. Com o objetivo de estimular a produção, aquisição e exportação de bens de capital e a inovação, o programa, aliado a outras medidas, permitiu que as empresas brasileiras mantivessem seus planos de investimento, preservando, criando empregos e colocando o Brasil em uma posição relativamente confortável na comparação com outras economias, que sentiram os efeitos da crise com muito mais intensidade.

Em relação a seus subprogramas, o BNDES PSI, em dezembro de 2015, encontra-se subdividido em Bens de Capital, Exportação Pré-Embarque, Projetos Transformadores e Inovação e Máquinas e Equipamentos Eficientes. Este programa apresenta, até dezembro de 2015, uma carteira de 1.029.132 operações, com desembolsos de R$ 356.980 milhões. Este valor representa 96,37 % do total desembolsado para os programas equalizáveis destacados nesse capítulo.

Também no ano de 2009, o Programa BNDES de Financiamento a Caminhoneiros – BNDES Procaminhoneiro passou a ser objeto de equalização da Secretaria do Tesouro Nacional. Seu objetivo é financiar a aquisição de caminhões, chassis, caminhões-tratores, carretas, cavalos-mecânicos, reboques, semirreboques e carrocerias para caminhões, novos ou usados, de fabricação nacional. Este programa apresentava, até dezembro de 2015, um total de 58.358 operações com R$ 9.953 milhões de desembolsos.

No ano de 2010, visando apoiar a retomada da atividade econômica em municípios afetados por desastres naturais, foi criado o Programa BNDES Emergencial de Reconstrução de Municípios Afetados por Desastres Naturais, o

BNDES PER. Este programa conta com uma carteira de 17.181 operações e desembolsos que totalizaram R$ 1.777 milhões[1] até dezembro de 2015

Em 2011, foi o Programa BNDES FINAME de Aquisição de Peças, Partes e Componentes de Fabricação Nacional - BNDES FINAME Componentes que se tornou objeto de equalização da Secretaria do Tesouro Nacional. O objetivo deste programa é a aquisição de peças, partes e componentes de fabricação nacional para incorporação em máquinas e equipamentos em fase de produção ou desenvolvimento e serviços tecnológicos relacionados à produção ou desenvolvimento de máquinas e equipamentos. O BNDES FINAME Componentes acumulou até dezembro de 2015, 1.188 operações e R$ 895 milhões de desembolsos.

Em julho de 2013, com os objetivos de ampliar a capacidade de armazenamento nacional e apoiar o desenvolvimento e a modernização deste setor, parte do Programa BNDES Cerealistas também se tornou objeto de equalização da Secretaria do Tesouro Nacional. Este programa conta com uma carteira de 149 operações e R$ 811 milhões de desembolsos.

Por fim, os desembolsos acumulados somam R$ 370.417 milhões na data base dezembro de 2015 e o saldo acumulado dos contratos objeto de equalização somam R$ 162,7 milhões.

O Programa BNDES de Sustentação do Investimento teve vigência até o dia 31 de dezembro de 2015.

3.1.1. Modalidade de Investimento

A tabela 10 apresenta os desembolsos dos programas equalizáveis, divididos por Modalidade Operacional do BNDES.

[1]As informações relativas ao BNDES PER foram ajustadas desde a emissão do último relatório, tendo em vista correção implementada na consulta de banco de dados utilizada. A distorção corrigida é relativamente pequena - o relatório anterior informava que a carteira do PER era composta por 17.408 operações, totalizando R$ 1.812 milhões até setembro de 2015.

Tabela 10 –Desembolsos por Modalidade Operacional BNDES
(acumulado de 2009 a dezembro de 2015)

Em R$ milhões

Programa	Modalidade	Desembolsos	Percentual
	BNDES AUTOMÁTICO	320	0,1%
	BNDES FINEM	31.964	8,6%
	FINAME	230.877	62,3%
	FINAME AGRÍCOLA	44.283	12,0%
	FINAME LEASING	1.264	0,3%
	LIMITE DE CRÉDITO	5.554	1,5%
	PRÉ-EMBARQUE	42.719	11,5%
BNDES PSI		**356.980**	**96,4%**
	FINAME	9.944	2,7%
	FINAME LEASING	10	0,0%
BNDES Procaminhoneiro		**9.953**	**2,7%**
	FINAME	895	0,2%
BNDES Finame Componentes		**895**	**0,2%**
	BNDES AUTOMÁTICO	1.777	0,5%
BNDES PER		**1.777**	**0,5%**
	BNDES AUTOMÁTICO	550	0,1%
	BNDES FINEM	245	0,1%
	FINAME AGRÍCOLA	16	0,0%
BNDES Cerealistas		**811**	**0,2%**
TOTAL		**370.417**	**100%**

Fonte: BNDES, RJ, 2015
Autoria: BNDES/AP/DEPPO, RJ, 2015

Devido as principais características dos programas, a maior parte dos financiamentos, 77,6% concentra-se na modalidade FINAME (incluindo as modalidades: Agrícola e Leasing), onde estão agrupadas as operações de produção e comercialização de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional. Esta modalidade se caracteriza pelo apoio indireto através das instituições financeiras credenciadas, especialmente Bancos Múltiplos (69,4%) e Bancos Comerciais (17,7%).

Outra fatia importante, 11,5%, concentra-se no Pré-Embarque. Esta modalidade se caracteriza pelo financiamento, na fase pré-embarque, à produção para exportação de bens e/ou serviços aprovados pelo BNDES.

3.1.2. Análise Geográfica

A tabela 11 apresenta os desembolsos efetuados por esses programas, desde 2009 até dezembro de 2015, separados por Região e por Unidade Federativa (UF).

Tabela 11 –Desembolso por Localização Geográfica

(acumulado de 2009 a dezembro de 2015)

Em R$ milhões

Região	UF	Desembolsos	Percentual
	ACRE	378	0,1%
	AMAPA	418	0,1%
	AMAZONAS	2.034	0,5%
	PARA	9.699	2,6%
	RONDONIA	1.957	0,5%
	RORAIMA	223	0,1%
	TOCANTINS	3.357	0,9%
NORTE		**18.067**	**4,9%**
	ALAGOAS	1.443	0,4%
	BAHIA	12.308	3,3%
	CEARA	5.056	1,4%
	MARANHAO	4.144	1,1%
	PARAIBA	1.595	0,4%
	PERNAMBUCO	8.751	2,4%
	PIAUI	1.565	0,4%
	RIO GRANDE DO NORTE	1.687	0,5%
	SERGIPE	1.337	0,4%
NORDESTE		**37.886**	**10,2%**
	ESPIRITO SANTO	8.238	2,2%
	MINAS GERAIS	37.964	10,2%
	RIO DE JANEIRO	22.854	6,2%
	SAO PAULO	100.303	27,1%
SUDESTE		**169.359**	**45,7%**
	PARANA	40.150	10,8%
	RIO GRANDE DO SUL	35.762	9,7%
	SANTA CATARINA	25.216	6,8%
SUL		**101.128**	**27,3%**
	DISTRITO FEDERAL	2.452	0,7%
	GOIAS	13.073	3,5%
	MATO GROSSO	15.121	4,1%
	MATO GROSSO DO SUL	7.073	1,9%
CENTRO OESTE		**37.718**	**10,2%**
	INTERESTADUAL	6.259	1,7%
INTERREGIONAL		**6.259**	**1,7%**
TOTAL		**370.417**	**100,0%**

Fonte: BNDES, RJ, 2015
Autoria: BNDES/AP/DEPPO, RJ, 2015

Os desembolsos foram destinados, principalmente, ao Sudeste (45,7%) e ao Sul (27,3%), regiões onde o Programa BNDES PSI responde por mais de 90% dos desembolsos dos programas equalizados.

Na região Norte, os ramos de Infraestrutura e Comércio e Serviços foram os que receberam o maior volume de desembolsos com R$ 8.537 milhões e R$ 4.499 milhões, respectivamente. O Estado do Pará, que representou 53,7 % dos desembolsos totais da Região, também teve uma participação importante nos ramos destacados. Foram R$ 5.369 milhões desembolsados para o ramo de Infraestrutura e R$ 1.977 milhões para Comércio e Serviços. Além do Pará, os Estados de Tocantins e Amazonas também tiveram uma participação importante no ramo de Infraestrutura, com R$ 1.151 milhões e R$ 886 milhões de desembolsos, respectivamente.

Em relação à região Nordeste, merece destaque o fato de que 32,8% das operações no âmbito do Programa BNDES PER encontram-se nesta região, principalmente no Estado de Pernambuco.

Cabe ressaltar que 64,8 % dos desembolsos para a Região Centro Oeste destinam-se às empresas de micro, pequeno e médio porte (MPMEs). O volume de desembolsos acumulado até dezembro de 2015 para esse segmento apresenta um crescimento de 45% em relação ao desembolso acumulado até dezembro de 2013.

3.1.3. Análise Setorial

A tabela 12 apresenta os desembolsos efetuados pelos programas em análise, desde 2009 até dezembro de 2015, separados por Ramo e Gênero de Atividade CNAE.

Classificação conforme Lei de acesso à informação (OS PRESI 01/2015-BNDES): Ostensivo 55
Unidade Gestora: BNDES/Área Financeira/Departamento de Captação Interna

Tabela 12 –Desembolso por Ramo e Gênero de Atividade

(acumulado de 2009 a dezembro de 2015)

Em R$ milhões

Ramo/Gênero	Desembolsos	Percentual
Transporte terrestre	102.240	27,6%
Eletricidade, gás e outras utilidades	12.536	3,4%
Outros	13.273	3,6%
INFRAESTRUTURA	**128.048**	**34,6%**
Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	23.228	6,3%
Fabricação de produtos alimentícios	18.342	5,0%
Fabricação de máquinas e equipamentos	12.484	3,4%
Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	9.676	2,6%
Metalurgia	8.296	2,2%
Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	6.357	1,7%
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	5.490	1,5%
Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	5.341	1,4%
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	5.135	1,4%
Outros	26.720	7,2%
INDUSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	**121.070**	**32,7%**
Comércio varejista	14.123	3,8%
Comércio por atacado, exceto veículos automotores e motocicletas	12.682	3,4%
Serviços especializados para construção	8.880	2,4%
Aluguéis não-imobiliários e gestão de ativos intangíveis não-financeiros	8.690	2,3%
Obras de infra-estrutura	8.453	2,3%
Outros	13.019	3,5%
COMÉRCIO E SERVIÇOS	**65.847**	**17,8%**
AGROPECUÁRIA E PESCA	**50.779**	**13,7%**
INDUSTRIA EXTRATIVA	**4.672**	**1,3%**
TOTAL	**370.417**	**100%**

Fonte: BNDES, RJ, 2015
Autoria: BNDES/AP/DEPPO, RJ, 2015

Os dois ramos com maior volume de desembolsos foram o de infraestrutura e o da indústria de transformação, com R$ 128.048 milhões e R$ 121.070 milhões, respectivamente.

No ramo de infraestrutura, o destaque foi para transportes terrestres, que atingiu R$ 102.240 milhões, principalmente o setor transporte rodoviário de carga, que representou 75,2 % desse total. Já na indústria de transformação, os gêneros de atividade mais beneficiados foram o de fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias com desembolsos de R$ 23.228 milhões, fabricação de produtos alimentícios com R$ 18.342 milhões (principalmente fabricação e refino de açúcar), e fabricação de máquinas e equipamentos, com R$ 12.484 milhões (com destaque para fabricação de tratores e de máquinas e equipamentos para agricultura e pecuária).

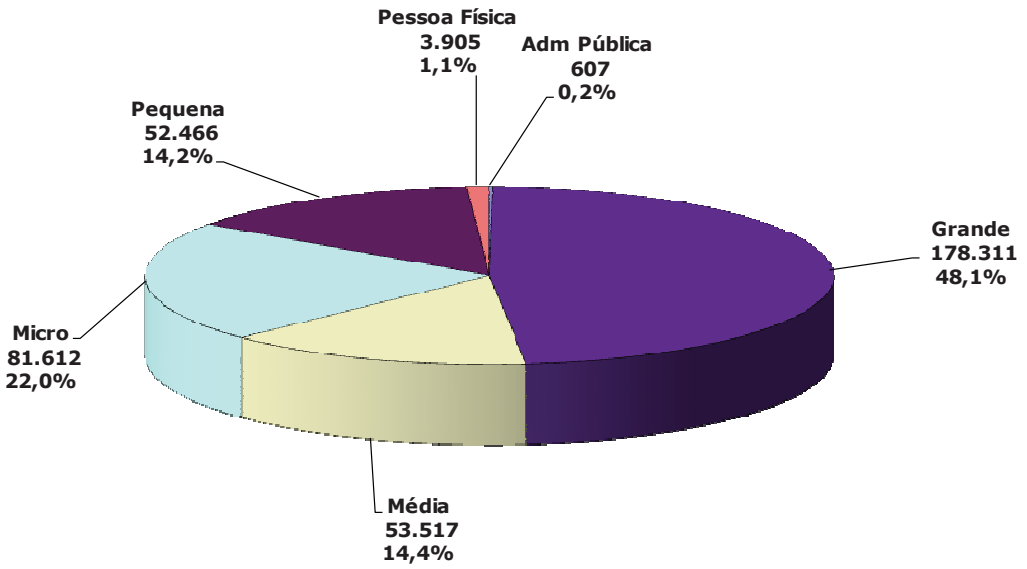
3.1.4. Análise Econômico Financeira

O gráfico abaixo demonstra os desembolsos realizados no âmbito dos programas BNDES PSI, BNDES Procaminhoneiro, BNDES FINAME Componentes, BNDES PER e BNDES Cerealistas, desde 2009 até dezembro de 2015.

Gráfico 15 - Desembolsos por Porte das Empresas

(acumulado de 2009 a dezembro de 2015)

Em Reais milhões



Fonte: BNDES, RJ, 2015
Autoria: BNDES/AP/DEPPO, RJ, 2015

Os desembolsos beneficiaram tanto as empresas de grande porte, com 48,1% dos recursos, fato pode ser explicado em decorrência da predominância das grandes empresas nos setores de infraestrutura e na indústria de transformação, quanto as micro, pequenas e médias empresas (MPMEs). Juntas essas empresas receberam R$ 187.594 milhões, o que representa 50,6% do total desembolsado.

Além disso, conforme pode ser observado na tabela 13, as MPMEs também merecem destaque em relação ao número de operações financiadas pelos programas em análise. Juntas elas somam 925.989 das 1.106.008 operações, o que representa uma participação de 83,7%.

Tabela 13 –Quantidade de Operações por Porte das Empresas

(acumulado de 2009 a dezembro de 2015)

Porte do Cliente	Quantidade	Percentual
Adm Pública	180	0,0%
Grande	149.806	13,5%
Média	149.880	13,6%
Micro	552.689	50,0%
Pequena	223.420	20,2%
Pessoa Física	30.033	2,7%
TOTAL	**1.106.008**	**100%**

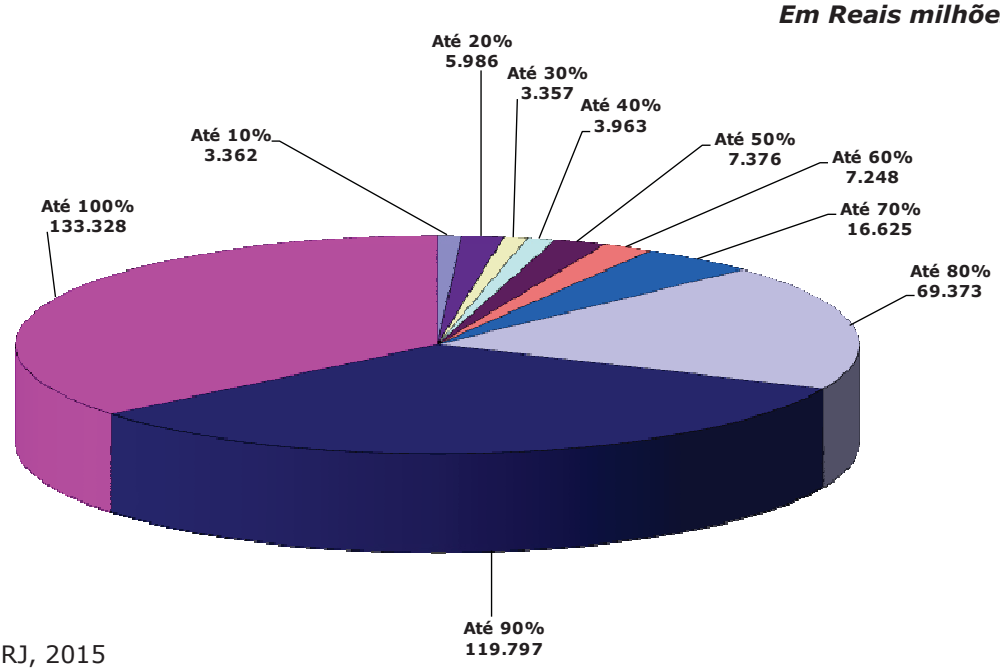
Fonte: BNDES, RJ, 2015
Autoria: BNDES/AP/DEPPO, RJ, 2015

Analisando a taxa de investimentos dos projetos beneficiados pelos Programas BNDES PSI, BNDES Procaminhoneiro, BNDES FINAME Componentes, BNDES PER e BNDES Cerealistas, verifica-se no gráfico 16 que, do total desembolsado no período, 87,1% foi destinado a operações nas quais o BNDES financiou mais que 70% do investimento total.

Gráfico 16 - Participação do BNDES no Investimento Total

(acumulado de 2009 a dezembro de 2015)

Em Reais milhões



Fonte: BNDES, RJ, 2015
Autoria: BNDES/AP/DEPPO, RJ, 2015

Em relação ao custo total ao tomador final, a média, como pode ser verificado na tabela 14, foi de 5,1% a.a..

O BNDES PSI sofreu uma redução significativa em suas taxas no quarto trimestre de 2012, e continuou, em 2013, bem como em 2014, apresentando taxas bastante atraentes para seus clientes. A partir de janeiro de 2015, as taxas fixas praticadas no PSI passaram ao patamar entre 6,5% e 11% aa (dependendo do subprograma, do porte do tomador, e dos itens financiados), enquanto o programa BNDES FINAME Componentes, passou a apresentar taxa fixa entre 6,5%a.a. e 7%a.a. (dependendo do porte do beneficiário do crédito), e o programa BNDES Cerealistas passou a adotar taxa fixa entre 9% e 10% aa (dependendo do porte do beneficiário). Da mesma forma, no programa BNDES Procaminhoneiro a taxa fixa, a partir de fevereiro de 2015 passou a 9% a.a. Cabe comentar que a Taxa do BNDES PER manteve-se, desde o início, em 5,5% a.a., até que deixou de ser um programa equalizado em janeiro de 2015.

Tabela 14 –Taxa Média para o Cliente Final
(acumulado de 2009 a dezembro de 2015)

Em R$ milhões

Programa	Desembolsos	Taxa Média
BNDES PSI	356.980	5,2%
BNDES Procaminhoneiro	9.953	4,8%
BNDES Finame Componentes	895	4,8%
BNDES PER	1.777	5,5%
BNDES Cerealistas	811	4,8%
TOTAL	**370.417**	**5,1%**

Fonte: BNDES, RJ, 2015
Autoria: BNDES/AP/DEPPO, RJ, 2015

3.1.5. Estimativa de Geração de Emprego

O Modelo de Geração de Empregos do BNDES (MGE) fornece estimativas da quantidade de postos de trabalho na economia necessários para viabilizar os investimentos apoiados financeiramente pelo Banco. Essas estimativas devem ser interpretadas como a quantidade de postos de trabalho (empregos ou ocupações) gerados ou mantidos na economia, que podem ser associados ao apoio financeiro do Banco, medido, neste caso, pelo volume de seus desembolsos.

O MGE consiste em um modelo Insumo-Produto para a economia brasileira e utiliza dados oficiais do Sistema de Contas Nacionais do IBGE (SCN), como a Matriz Insumo-Produto (MIP).[2] Os resultados obtidos pelo modelo, nas estimativas do BNDES, devem ser analisados como postos de trabalhos gerados ou mantidos na fase de implantação dos investimentos apoiados pelo Banco. Isso ocorre pelo fato de o modelo estimar o volume do fator trabalho necessário para viabilizar um dado aumento de produção nos setores impactados pelos desembolsos do BNDES, ou seja, aqueles que fornecem produtos para o empreendimento financiado pelo Banco, como, por exemplo, nos setores fabricantes de máquinas e equipamentos.

O volume de emprego total estimado pelo MGE e apresentado na tabela abaixo pode ser decomposto em dois tipos[3]:

(i) emprego direto – aquele que ocorre no setor que fornece produtos para o investimento apoiado pelo Banco, ou seja, principalmente na construção civil, na fabricação de máquinas e equipamentos e nos serviços prestados às empresas; e

(ii) emprego indireto – corresponde aos postos de trabalho das cadeias produtivas que atendem aos setores afetados diretamente pelos investimentos apoiados.

O MGE será a metodologia utilizada para estimar o impacto dos investimentos apoiados pelo BNDES com recursos equalizados do Tesouro Nacional no emprego gerado ou mantido na economia. Para proceder à simulação no modelo, é necessário inicialmente alocar o valor dos desembolsos com recursos

[2] Estamos usando uma nova versão do MGE para estimar o impacto sobre o emprego gerado ou mantido pelos desembolsos do BNDES. Essa nova versão incorpora dados mais atuais do SCN do IBGE (MIP de 2005) e considera sua nova classificação de atividades em 55 setores.

[3] As estimativas reportadas de emprego total com base nesta nova versão do MGE passam a considerar apenas a soma dos empregos diretos e indiretos gerados ou mantidos pelos desembolsos, não mais incluindo o emprego efeito-renda, como era feito nas estimativas com base na versão anterior do modelo. Essa mudança visa à produção de estimativas como foco nos impactos de primeira ordem sobre o emprego na economia.

equalizados, associados aos investimentos apoiados, nos setores da economia que terão sua demanda elevada para viabilizá-los. Essa alocação setorial consiste no vetor de alimentação do MGE, que serve como base para a obtenção das estimativas. As simulações de impacto no emprego associadas aos recursos equalizados, com base no MGE, são feitas por trimestre e os resultados são também apresentados em valores acumulados no ano.

Tabela 15 –Estimativa de geração de emprego

Estimativas trimestrais do emprego gerado ou mantido por investimentos apoiados pelo BNDES com recursos equalizados do Tesouro Nacional

		Emprego		
Período	**Desembolso**	**Direto**	**Indireto**	**Total**
2015 1º Trim.	12.387	134,9	111,7	246,7
2015 2º Trim.	6.749	67,3	62,8	130,1
2015 3º Trim.	5.500	55,2	51,5	106,7
2015 4º Trim.	9.488	94,1	82,2	176,3
Acumulado no ano	**34.124**	**351,6**	**308,2**	**659,8**

Nota: Valores do desembolso em R$ milhões e do emprego em milhares.
Fonte: BNDES/AP/DEPLAN.

A tabela 15 mostra que os desembolsos do BNDES que tiveram como fonte os recursos equalizados do Tesouro Nacional atingiram no quarto trimestre aproximadamente R$ 9,5 bilhões, bem acima do observado no terceiro trimestre de 2015. No acumulado do ano até o quarto trimestre de 2015, os desembolsos com esses recursos alcançaram aproximadamente R$ 34,1 bilhões.

As estimativas de geração ou manutenção de empregos associados aos desembolsos com recursos equalizados do Tesouro foram de aproximadamente 176 mil postos de trabalho no quarto trimestre do ano, o que representa uma relação de aproximadamente 20 empregos por milhão de reais desembolsado. Observa-se da tabela que, desse total, aproximadamente 94 mil postos de trabalho são empregos diretos, isto é, nos setores que tiveram sua demanda aumentada em razão dos investimentos realizados, e 82 mil postos são empregos indiretos, gerados ou mantidos nos setores encadeados àqueles afetados diretamente. No acumulado do ano, as estimativas de geração ou manutenção de empregos chegaram a quase 660 mil postos de trabalho.

Classificação conforme Lei de acesso à informação (OS PRESI 01/2015-BNDES): Ostensivo 61
Unidade Gestora: BNDES/Área Financeira/Departamento de Captação Interna

Cabe explicitar que os desembolsos realizados com recursos equalizados se concentram majoritariamente no apoio financeiro a aquisições de bens de capital, devido ao perfil dos programas do Banco que utilizam esses recursos (alta participação do produto Finame nos programas BNDES PSI). Isso significa que os empregos diretos gerados ou mantidos em virtude desse apoio ocorrem principalmente nos setores fabricantes de máquinas e equipamentos e de ônibus e caminhões e, por sua vez, os empregos indiretos ocorrem na cadeia produtiva desses setores. Portanto, os resultados obtidos, com base no MGE, sugerem que a atuação do BNDES, via utilização dos recursos equalizados, tem impactado positivamente o setor de bens de capital nacional e sua cadeia produtiva, por meio do aumento de compras de bens produzidos nesses setores.

4. CUSTO LÍQUIDO DOS APORTES DO TESOURO NO BNDES[4]

O Ministério da Fazenda (MF) informa o impacto fiscal do Programa (PSI) e do conjunto total dos aportes do TN no BNDES efetivamente realizado a cada ano[5].

Esse impacto se dá de duas formas:

i. Custo financeiro explícito ou a equalização de taxas do PSI – remuneração que o Tesouro Nacional (TN) paga diretamente ao intermediário financeiro a fim de reduzir a taxa tomada pelo mutuário final -, que representa um gasto primário e é registrado pelo critério de caixa[6];

ii. Custo financeiro implícito no diferencial de juros entre os contratos do TN com o BNDES e o custo da dívida pública, que é registrado pelo critério de competência[7].

A contabilidade pública privilegia o conceito de liquidez (caixa) em vez de solvência (custos) e, por excluir as estatais financeiras, não incorpora as informações de variação patrimonial do BNDES. As receitas públicas associadas ao resultado do BNDES que aparecem na contabilidade pública, na forma de receita primária, são os dividendos distribuídos à União e os tributos pagos.

O objetivo desta seção, no entanto, é apresentar o custo líquido dos aportes do TN ao BNDES, referenciados neste relatório, para o ano de 2014, sob a ótica do custo econômico líquido para a sociedade, diferente da ótica da contabilidade pública como descrita acima. Todos os fluxos serão apropriados por competência, inclusive equalizações e lucros retidos no BNDES. As receitas tributárias também serão descontadas, tanto a arrecadação tributária direta do BNDES, quanto a receita estimada de tributos incidentes sobre o investimento

[4] Este capítulo é o mesmo apresentado nos relatórios anteriores atualizado até o ano de 2014.

[5] Outra forma de medir o impacto fiscal é trazer a valor presente todos os fluxos ao longo do prazo dos contratos entre TN e BNDES. No entanto, como se trata de prazos muito longos, a medida é muito sensível à projeção da taxa de desconto. Portanto, o MF informa o custo efetivamente realizado no ano anterior.

[6] Quando é efetivamente pago.

Classificação conforme Lei de acesso à informação (OS PRESI 01/2015-BNDES): Ostensivo
Unidade Gestora: BNDES/Área Financeira/Departamento de Captação Interna

adicionado na economia a cada rodada de desembolso – impostos diretos e indiretos. A arrecadação tributária se restringe aos efeitos da primeira rodada de demanda adicionada pelos desembolsos do banco, desconsiderando a associada ao efeito multiplicador, por tratar-se de uma estimativa sujeita a discussão técnica, não sendo objeto desse relatório. Portanto, essa é uma estimativa conservadora dos benefícios econômicos.

No presente texto, os benefícios descontados são apenas os de natureza financeira - rentabilidade do Patrimônio Líquido e arrecadação tributária -, não contemplando os benefícios associados à missão do BNDES, a saber: adição de capacidade produtiva, competitividade, sustentabilidade ambiental, desenvolvimento regional, inovação tecnológica.

[7] No momento do fato gerador, independente de pagamento.

Box 1 – Fórmula do Custo Líquido
Custo Líquido =

Custo Financeiro Implícito Bruto (critério MF)

+ Equalização (por competência)

– Rentabilidade Relativa do Patrimônio Líquido (PL)

– Receita Tributária junto ao BNDES

– Receita Tributária sobre o Investimento Adicionado.

1) Custo Financeiro Implícito (Critério MF): diferença entre a evolução do saldo do ativo e a evolução dos saldos capitalizados pelo custo de oportunidade – Custo Médio de Emissão[8] da Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMFi) em uma janela móvel de 12 meses.
2) Equalização por Competência: valor que o TN remunera o intermediário financeiro a fim de reduzir a taxa ao mutuário final. Diferente da contabilidade pública, será apropriada por competência, ou seja, no momento do fato gerador independente se efetivamente pago.
3) Rentabilidade Relativa do Patrimônio Líquido (PL): mesmo critério usado para o item (1), mas considerando a evolução do PL de acordo com o lucro líquido, capitalizações e dividendos pagos, *vis a vis* o custo de oportunidade. Considera-se o PL Ajustado, que se restringe ao capital social e à reserva de lucro e exclui instrumentos híbridos de capital e dívida[9]. A carteira de ações a preços de mercado pode ser muito volátil e implicar variações do patrimônio momentâneas que não serão realizadas.
4) Receita Tributária junto ao BNDES: IRPJ, CSLL, PASEP, COFINS, ISS e IOF.
5) Receita Tributária sobre o Investimento Adicionado: desembolsos específicos para FBKF x Coeficiente de Adicionalidade x Alíquota Tributária.
    5.1) Desembolsos específicos para FBKF: excluem Fusões e Aquisições, Capital de Giro e Exim. O último destina-se ao financiamento da produção de bens a serem exportados e à comercialização de bens e serviços no exterior.
    5.2) Coeficiente de Adicionalidade: 23,6% = para cada R$ 100,00 desembolsados, R$ 23,6 se traduzem em investimentos que não ocorreriam na ausência do BNDES.[10]
    5.3) Alíquota Tributária: calculada com base na transformação dos investimentos realizados pelos diferentes setores demandantes em produtos[11] para o cálculo dos impostos indiretos[12] e, depois, em setores produtivos[13] para o cálculo dos impostos diretos incidentes sobre as rendas na produção[14].

[8] Taxa Interna de Retorno (TIR) dos títulos do TN no mercado doméstico, mais as variações de seus indexadores. A série recente desta taxa está disponível no relatório da dívida pública, no sítio da Secretaria do Tesouro Nacional.

[9] Tais instrumentos estão incluídos no estoque de aportes do TN.

[10] Estimativa baseada no modelo semi-estrutural do Banco Central.

[11] Usando a Matriz de Absorção do Investimento (MAI) atualizada para 2009, desenvolvida no escopo da pesquisa Perspectivas do Investimento no Brasil, apoiada no âmbito do FEP/BNDES.

[12] De acordo com a Tabela 1 de Recursos de Bens e Serviços das Contas Nacionais de 2009.

[13] Usando a Matriz de Market Share atualizada para 2009, também desenvolvida no escopo da pesquisa Perspectivas do Investimento no Brasil, apoiada no âmbito do FEP/BNDES.

[14] De acordo com a Tabela 2 de Usos de Bens e Serviços das Contas Nacionais de 2009.

4.1. Custo Líquido das Operações Relacionadas neste Relatório

Embora as condições dos aportes de 2008 sejam diferentes, considerou-se que o custo bruto dos tranches aportados a partir de 2009 pode ser aproximado pela média do total de aportes do TN. Logo, para apropriar o custo financeiro implícito e a equalização, apurados segundo a metodologia descrita no box, considera-se a proporção média dos aportes aqui referenciados sobre o total de aportes do TN ao longo de 2014 (82,1%).

Os benefícios associados à rentabilidade do PL, por sua vez, são apropriados a partir da margem bruta de juros (resultado bruto da intermediação financeira / carteira média de renda fixa) (1,88%) aplicada sobre o estoque médio dos aportes e descontados 10% de custos operacionais. Essa rentabilidade é comparada à capitalização de parte do PL - na proporção dos aportes no total do passivo (47,69%)[15] - pelo custo de oportunidade do Tesouro descrito no box.

Como os principais tributos pagos pelo BNDES estão relacionados ao resultado, consideramos como já contabilizados na rentabilidade bruta com base no spread das operações.

Os tributos associados ao investimento adicionado serão apropriados de acordo com os desembolsos para FBKF associados às operações relacionadas neste relatório – R$ 110,83 bilhões a preços de mercado ou R$ 91,468 bilhões a preços básicos[16], supondo o coeficiente de adicionalidade geral (23,6%), e o mesmo perfil de produtos demandados a partir dos desembolsos, de forma que a alíquota tributária média é mantida.

[15] A fim de manter a taxa de alavancagem fixa. Em dezembro de 2013, o passivo era de R$ 721,4 bilhões, enquanto o saldo devedor dos contratos referenciados neste relatório era de R$ 344,0 bilhões (proporção de 47,7%). O PL em dezembro de 2012 era de R$ 52,2 bilhões, de forma que o PL apropriado para a conta da rentabilidade é de R$ 23,12 bilhões.

[16] Os valores foram transformados para preços básicos de acordo com as contas nacionais de 2009.

Tabela 16 – Custo Líquido dos Aportes do TN

(segundo fluxos das operações – exercício de 2014)

	Em R$ bilhões	Em % do PIB
Equalização PSI*	**5,850**	**0,11%**
Custo Financeiro Implícito (Aportes TN)	**17,471**	**0,32%**
Rentabilidade Relativa do PL	**-3,319**	**-0,06%**
Desembolso para FBKF a preços básicos**	91,468	1,66%
FBKF adicionada (23,6%)	21,587	0,39%
Imposto (Alíquota 25,4%)	**-5,483**	**-0,10%**
Custo Líquido	**14,518**	**0,26%**

* As equalizações do PSI também foram consideradas por competência, na proporção dos aportes referenciados neste relatório sobre o estoque total de aportes do TN (82,1%).

** O desembolso para FBKF com *funding* do TN foi de R$ 110,8 bilhões a preços de mercado e exclui o desembolso para Fusões e Aquisições, Capital de Giro e Exim. Em seguida, os valores foram transformados para preços básicos de acordo com as contas nacionais de 2009, chegando a R$ 91,468 bilhões. A transformação se faz necessária porque a alíquota tributária foi calculada sobre valores a preços básicos.

Fonte: BNDES, RJ, 2015
Autoria: BNDES/APE, RJ, 2015

Portanto, o custo líquido dos aportes do TN referenciados neste Relatório foi de R$ 14,518 bilhões ou 0,26% do PIB em 2014. Cabe lembrar que a ótica não é a da contabilidade pública mas a do custo econômico para a sociedade e os benefícios descontados são apenas os de natureza financeira, não contemplando os benefícios associados à missão do BNDES. A arrecadação tributária se restringe aos efeitos da primeira rodada de demanda adicionada pelos desembolsos do banco, desconsiderando a associada ao efeito multiplicador, por tratar-se de uma estimativa sujeita a discussão técnica, não sendo objeto desse relatório. Portanto, essa é uma estimativa conservadora dos benefícios econômicos.

4.2. Decomposição do Crescimento do Custo Líquido dos Aportes

Entre 2013 e 2014, o Custo Líquido dos aportes cresceu de R$ 4,462 bilhões para R$ 14,519 bilhões, principalmente pelo maior Custo Médio de Emissão da Dívida Pública Interna – taxa de 9,4% em 2013 para 11,0% em 2014 -, contribuindo com 64,5% de crescimento. O maior estoque de aportes, tanto em função da capitalização quanto da entrada de outros R$ 60 bilhões, vieram em segundo lugar, com custo adicional de R$ 2,6 bilhões ou 26,1% do crescimento. O custo associado às equalizações geradas pelo PSI, por sua vez, cresceram R$ 1,5 bilhão, principalmente pelo crescimento do estoque da carteira de crédito, que atingiu seu pico no ano passado, enquanto a TJLP ainda se manteve constante. Por fim, a lucratividade do banco associada aos aportes cresceu R$ 0,48 bilhões, contribuindo para reduzir o custo líquido e a receita de impostos pela formação bruta adicionada foi praticamente a mesma nos dois anos.

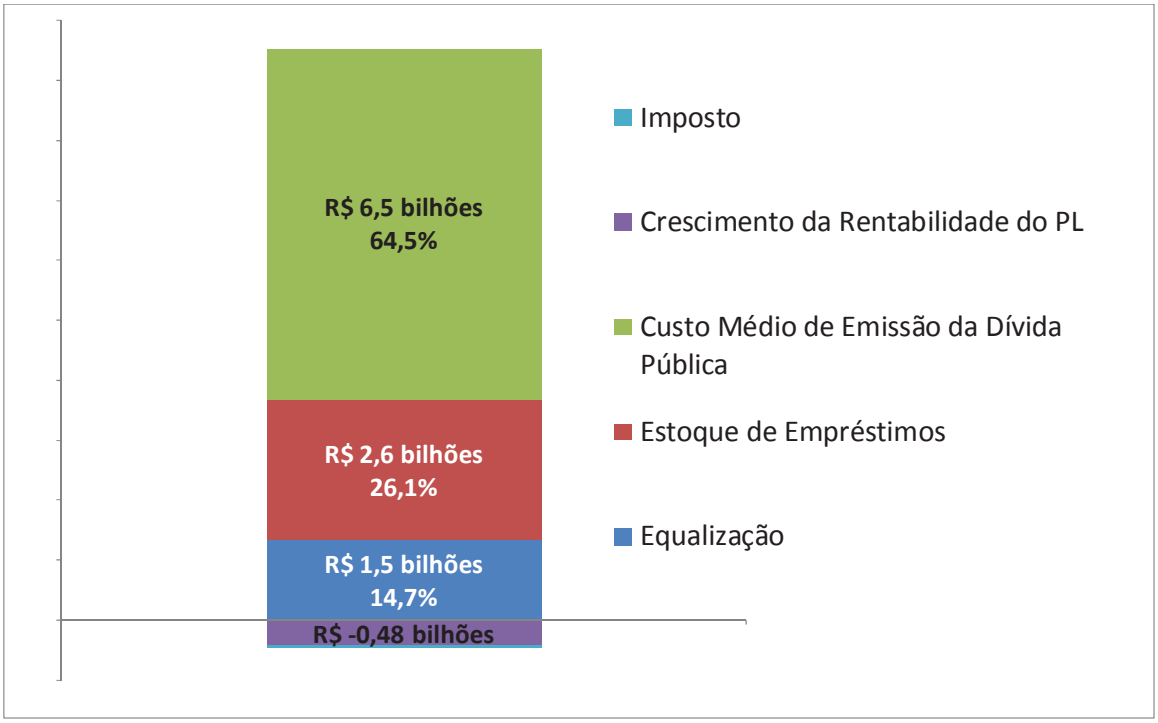
Tabela 17 – Variação no Custo Líquido 2013 - 2014

Em reais bilhões

	2013	2014	2013-2014	Composição
Equalização PSI*	**4,374**	**5,850**	**1,476**	**14,7%**
Custo Financeiro Implícito (Aportes TN)	**8,364**	**17,471**	**9,107**	**90,6%**
Efeito Estoque de Empréstimos			2,622	26,1%
Efeito Custo da Dívida Pública			6,485	64,5%
Rentabilidade Relativa do PL	**-2,839**	**-3,319**	**-0,480**	**-4,8%**
Imposto (Alíquota 25,4%)	**-5,437**	**-5,483**	**-0,046**	**-0,5%**
Custo Líquido	**4,462**	**14,519**	**10,057**	**100%**

Fonte: BNDES, RJ, 2015
Autoria: BNDES/APE, RJ, 2015

Gráfico 17 - Componentes da Variação no Custo Líquido 2013 - 2014



Fonte: BNDES, RJ, 2015
Autoria: BNDES/APE, RJ, 2015

4.3. Metodologia para o cálculo da adicionalidade dos desembolsos

Para mensurar o impacto da adicionalidade dos desembolsos do BNDES utilizamos modelo semi-estrutural de médio porte, baseado no trabalho de Minellae Souza e Sobrinho (2009) que possibilita estudar os mecanismos de transmissão macroeconômica (choques) sobre as variáveis de interesse. Dividimos o modelo em cinco blocos:

i) Demanda Agregada - compreende o consumo das famílias e do governo, além do investimento, importações e exportações;

ii) Oferta Agregada - envolve a dinâmica do desemprego, população economicamente ativa, salários e custo unitário do trabalho;

iii) Setor Financeiro - trata do câmbio real, TJLP;

iv) Política Monetária - modela a resposta do Banco Central aos desvios das expectativas de inflação à meta, através de uma regra de Taylor; e

v) Resto do Mundo - compreende a evolução da taxa de juros e inflação norte-americana e importações mundiais.

Classificação conforme Lei de acesso à informação (OS PRESI 01/2015-BNDES): Ostensivo 69
Unidade Gestora: BNDES/Área Financeira/Departamento de Captação Interna

O modelo é composto de 19 equações, sendo que os coeficientes são estimados por mínimos quadrados lineares (OLS) ou dois estágios de mínimos quadrados (2SLS) caso haja relação simultânea entre as variáveis.

Os dados utilizados são trimestrais e compreendem o período pós implementação do regime de metas de inflação (1999-2013). As variáveis passaram por transformação logarítmica. Além disso, foi aplicado em todas as séries o filtro de Hodrik-Prescot (HP). Portanto, as séries serão avaliadas em termos do seu componente cíclico, ou seja, os desvios em relação à evolução de longo prazo.

Para análise da influência do BNDES sobre a formação bruta de capital fixo, dividimos o investimento i_t em duas equações, uma que envolve o investimento que é resultado dos desembolsos do BNDES. Ou seja, o total de desembolsos no trimestre, excetuando-se capital de giro, financiamento às exportações, financiamentos sociais e governamentais e outros que não estejam relacionados à formação bruta de capital, denominados i_t^{BNDES}. A segunda equação é o que restou do total investido, ou seja, o total de investimento no trimestre menos os desembolsos do BNDES, ou seja, $i_t^{Outros} = i_t - i_t^{BNDES}$. A participação média dos últimos dois anos dos desembolsos do BNDES na formação bruta de capital foi de 17%.

O i_t^{BNDES} possui componente autorregressivo e depende basicamente das variáveis financeiras, a diferença entre SWAP-DI e TJLP e do preço do investimento que é dado pela relação entre o deflator da formação bruta de capital e o deflator do PIB. No caso, i_t^{Outros} possui estrutura semelhante à equação do investimento descrita em Minella e Souza e Sobrinho (2009), ou seja, possui componente autorregressivo e depende da taxa SWAP-DI real, do hiato do produto e do preço do investimento. Em nosso modelo, adicionamos como componente os desembolsos do BNDES, para observar se há algum efeito contemporâneo e imediato de *crowding out*.

A partir daí é possível avaliar a resposta do componente cíclico da formação bruta de capital i_t em decorrência de choques sobre os desembolsos do BNDES i_t^{BNDES}. Para o cálculo do coeficiente de adicionalidade, foi necessário estabelecer

os valores iniciais, em reais, a preços constantes, para a FBKF e desembolsos.

Assumimos também que a tendência de longo prazo dessas mesmas variáveis evolui, ao longo do tempo, a taxas de crescimento constantes, respectivamente de 1,0% e 1,5% a.a., tomando como base o crescimento médio do período em destaque. Sendo assim, é possível calcular o quanto a mais de FBKF os desembolsos do BNDES adicionaram em relação à tendência de longo prazo, que aqui é usado como contra factual.

Portanto, mesmo que haja mecanismo de *crowding out* no momento do impacto de desembolsos, a adicionalidade obtida em um ano foi de 23,6% considerando um período de 1 ano, ou seja, um aumento de 10 bilhões nos desembolsos do BNDES resulta no ano em 2,36 bilhões extras de investimentos na economia[17], ou seja, investimento adicional acima daquele observado na tendência de longo prazo.

17 Em geral, as mudanças na taxa de crescimento da tendência de longo prazo não alteram.

GLOSSÁRIO

ÁREA DO EURO	Também conhecida como Zona do Euro, refere-se a uma união monetária dentro da União Europeia, na qual alguns Estados-membros adotaram oficialmente o euro como moeda comum.[7]
BACIA DE SANTOS	A Bacia de Santos constitui-se na mais extensa dentre as bacias costeiras do Brasil. Localiza-se na porção sudeste da margem continental brasileira, em frente aos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina. Limita-se ao sul pelo Alto de Florianópolis, que a separa da Bacia de Pelotas; enquanto que ao norte é limitada pelo Alto de Cabo Frio, que a separa da Bacia de Campos. Com área total de 352.260 km² até a lâmina d'água de 3.000 m[1]
BAÍA DE TODOS OS SANTOS	É uma reentrância da costa litorânea brasileira localizada no estado da Bahia. É a segunda maior Bahia do mundo (depois do Golfo de Bengala).[7]
BANCOS COMERCIAIS	Os bancos comerciais são instituições financeiras privadas ou públicas que têm como objetivo principal proporcionar suprimento de recursos necessários para financiar, a curto e a médio prazo, o comércio, a indústria, as empresas prestadoras de serviços, as pessoas físicas e terceiros em geral.[3]
BANCOS MÚLTIPLOS	Os bancos múltiplos são instituições financeiras privadas ou públicas que realizam as operações ativas, passivas e acessórias das diversas instituições financeiras, por intermédio das seguintes carteiras: comercial, de investimento e/ou de desenvolvimento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil e de crédito,

	financiamento e investimento.[3]
BEIGE BOOK	O Livro Bege é um relatório publicado pelo Federal Reserve Board (FED) dos Estados Unidos oito vezes por ano. O relatório é publicado antes das reuniões do Comitê de Mercado Aberto do FED. Cada relatório é uma reunião de "informações concretas sobre a conjuntura econômica" e entrevistas com contatos de negócios, economistas, especialistas de mercado e outros.[7]
BNDES AUTOMÁTICO	Financiamento a projeto de investimento de valor inferior a R$ 20 milhões.[3]
BNDES CEREALISTAS	Programa de Incentivo à Armazenagem para Empresas e Cooperativas Cerealistas Nacionais.[3]
BNDES COMPONENTES	Programa BNDES FINAME de Aquisição de Peças, Partes e Componentes de Fabricação Nacional, por Fabricantes de Bens de Capital.[3]
BNDES PER	Programa BNDES Emergencial de Reconstrução de Municípios Afetados por Desastres Naturais.[3]
BNDES PROCAMINHONEIRO	Programa BNDES de Financiamento a Caminhoneiros. Financia equipamentos novos, usados, sistema de rastreamento e seguro.[3]
BNDES PSI	Programa BNDES de Sustentação do Investimento. O Programa financia Bens de Capital, Inovação, Máquinas e Equipamentos Eficientes, Exportação Pré-embarque e Projetos transformadores.[3]
CABIÚNAS	O terminal terrestre de Cabiúnas tem como principais atividades o recebimento e o armazenamento do petróleo originado da Bacia de Campos pelo oleoduto Cabiúnas-Barra do Furado e envia para o terminal de Campos Elíseos pelo oleoduto Cabiúnas - Duque de Caxias.[4]

CAMPO DE LIBRA	Com mais de 1,5 mil quilômetros quadrados, a área de Libra é a maior descoberta de petróleo do País. Estima-se que poderá ter pico de produção de 1,4 milhão de barris por dia. Para efeito de comparação, a produção total do Brasil soma hoje cerca 2 milhões de barris/dia.[9]
CARTÃO BNDES	Crédito rotativo pré-aprovado, destinado a micro, pequenas e médias empresas e pessoas físicas. Utilizado para a aquisição de bens e insumos.[3]
CESTA DE MOEDAS	Os Encargos da Cesta de Moedas (ECM) referem-se às condições financeiras para a concessão de financiamento com equivalência em dólares americanos mediante a utilização de recursos captados pelo BNDES em moeda estrangeira.[3]
CROWDING OUT	É uma redução do investimento que ocorre devido a um aumento no endividamento do governo. Num cenário de déficit que é financiado pelo aumento do endividamento, as taxas de juros podem aumentar, levando a uma redução do investimento privado.[7]
EMPRÉSTIMO PONTE	Trata-se da concessão de recursos no período de estruturação de operações de longo prazo, de modo a agilizar a realização de investimentos.[3]
EXIM	Operações de crédito para o financiamento de produção para Exportação e/ou de Importação de produtos brasileiros no exterior.[3]
FINAME	Financiamentos para a produção e comercialização de Máquinas e Equipamentos.[3]
FINEM	Financiamentos a projetos de investimento de valor superior a R$ 20 milhões.[3]

LIMITE DE CRÉDITO	Trata-se de um crédito rotativo para sociedades empresariais clientes do BNDES, adimplentes por prazo igual ou superior a 5 (cinco) anos- e que, portanto, apresentam baixo risco de crédito -, cujo objetivo é acelerar a realização de investimentos no País, mediante simplificação dos procedimentos de apoio financeiro.[3]
OPERAÇÕES INTERREGIONAIS	Operações de crédito que beneficiam mais de uma unidade da federação.[3]
PRÉ-EMBARQUE	Modalidade de operação de crédito que financia a produção para exportação.[3]
PRÉ-SAL	Reservatório de petróleo e gás natural, localizado nas Bacias de Santos, Campos e Espírito Santo. Estas reservas estão localizadas abaixo da camada de sal (que podem ter até 2 km de espessura). Portanto, se localizam de 5 a 7 mil metros abaixo do nível do mar.[4]
PROCONVE	Programa de controle da poluição do ar por veículos automotores.[4]
PROJECT FINANCE	Engenharia financeira suportada contratualmente pelo fluxo de caixa de um projeto, servindo como garantia os ativos e recebíveis desse mesmo empreendimento.[3]
REFIS	O Programa de Recuperação Fiscal – Refis consiste em um regime opcional de parcelamento de débitos fiscais proposto às pessoas jurídicas com dívidas perante à Secretaria da Receita Federal – SRF, à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN ou ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.[8]

Classificação conforme Lei de acesso à informação (OS PRESI 01/2015-BNDES): Ostensivo 75
Unidade Gestora: BNDES/Área Financeira/Departamento de Captação Interna

SPREAD	Diferença entre taxas de juros de aplicação e de captação, compreendendo o lucro e o risco relativos às operações de crédito. Representa também a diferença entre o preço de compra e de venda de título ou moeda. [2]
SUAPE	O Complexo Industrial e Portuário de Suape é o mais completo pólo para a localização de negócios industriais e portuários da Região Nordeste. Dispondo de uma infraestrutura completa para atender às necessidades dos mais diversos empreendimentos.[5]
TESOURO NACIONAL	A Secretaria do Tesouro Nacional pertence ao Ministério da Fazenda e é o órgão central da administração financeira federal e do sistema de contabilidade federal.[6]
TRANCHE	Divisão de um contrato. Separam as peculiaridades de cada contrato como, por exemplo, taxas de juros diferentes para cada montante desembolsado em um determinado período.[2]
TUPI	O campo petrolífero de Tupi está localizado a 250 quilômetros da costa do Rio de Janeiro, com reservas estimadas entre 5 e 8 bilhões de barris de petróleo de alta qualidade, ou seja, petróleo leve, além de gás natural.[7]

1. Disponível em: <http://www.anp.gov.br >. Acesso em 31 out 2014.
2. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br>. Acesso em 31 out 2014.
3. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br>. Acesso em 31 out 2014.
4. Disponível em: <http://www.petrobras.com.br>. Acesso em 31 out 2014.
5. Disponível em: <http://www.suape.pe.gov.br >. Acesso em 31 out 2014.
6. Disponível em: <http://www3.tesouro.fazenda.gov.br>. Acesso em 31 out 2014.
7. Disponível em: <http://www.wikipedia.org >. Acesso em 31 out 2014.
8. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br>. Acesso em 31 out 2014.
9. Disponível em: <http://www.estadao.com.br> Acesso em 31 out 2014.

Classificação conforme Lei de acesso à informação (OS PRESI 01/2015-BNDES): Ostensivo
Unidade Gestora: BNDES/Área Financeira/Departamento de Captação Interna

Anexo I - Detalhamento dos Municípios Beneficiados

Em Reais

Município-UF	Valor da Liberação
ABADIA DE GOIAS-GO	15.675.853,47
ABADIA DOS DOURADOS-MG	34.463.949,83
ABADIANIA-GO	24.402.891,90
ABAETE-MG	41.217.969,26
ABAETETUBA-PA	21.416.931,29
ABAIARA-CE	1.153.470,00
ABAIRA-BA	14.251.854,12
ABARE-BA	4.728.058,02
ABATIA-PR	33.463.143,53
ABDON BATISTA-SC	15.839.381,91
ABEL FIGUEIREDO-PA	3.745.297,80
ABELARDO LUZ-PR	42.325,18
ABELARDO LUZ-SC	149.930.539,50
ABRE CAMPO-MG	15.087.220,18
ABREU E LIMA-PE	118.180.075,96
ABREULANDIA-TO	10.679.616,77
ACAIACA-MG	524.772,31
ACAILANDIA-MA	142.519.491,00
ACAJUTIBA-BA	1.440.523,64
ACARA-PA	4.349.352,74
ACARAPE-CE	32.678.232,48
ACARAU-CE	136.490.058,64
ACARI-RN	2.588.190,11
ACAUA-PI	1.169.371,79
ACEGUA-RS	88.945.175,63
ACOPIARA-CE	9.874.752,61
ACORIZAL-MT	8.700.136,48
ACRELANDIA-AC	3.705.085,15
ACREUNA-GO	66.547.334,38
ACUCENA-MG	67.404.829,00
ACU-RN	41.430.124,56
ADAMANTINA-SP	155.713.149,19
ADELANDIA-GO	1.044.990,24
ADOLFO-SP	11.471.952,01
ADRIANOPOLIS-PR	78.432.923,57
ADUSTINA-BA	5.262.886,18
AFOGADOS DA INGAZEIRA-PE	20.111.997,91
AFONSO BEZERRA-RN	786.638,14
AFONSO CLAUDIO-ES	42.610.304,25
AFONSO CUNHA-MA	4.501.490,40
AFRANIO-PE	7.128.546,74
AFUA-PA	429.349,03
AGRESTINA-PE	5.570.385,30
AGRICOLANDIA-PI	98.000,00
AGROLANDIA-SC	30.355.320,24
AGRONOMICA-SC	26.672.890,11
AGUA AZUL DO NORTE-PA	16.525.909,78
AGUA BOA-MG	8.535.371,65
AGUA BOA-MT	229.905.774,46
AGUA BRANCA-AL	1.225.982,30
AGUA BRANCA-PB	1.181.729,05
AGUA BRANCA-PI	5.618.252,71
AGUA CLARA-MS	80.779.090,56
AGUA COMPRIDA-MG	11.150.243,79
AGUA DOCE DO MARANHAO-MA	178.920,00
AGUA DOCE DO NORTE-ES	16.643.838,25
AGUA DOCE-SC	525.802.905,86
AGUA FRIA DE GOIAS-GO	61.996.193,41
AGUA FRIA-BA	350.037,74
AGUA LIMPA-GO	1.399.946,39
AGUA NOVA-RN	139.311,74
AGUA PRETA-PE	4.939.532,54
AGUA SANTA-RS	30.818.917,05
AGUAI-SP	38.495.818,27
AGUANIL-MG	8.480.796,70
AGUAS BELAS-PE	6.443.993,49
AGUAS DA PRATA-SP	12.510.070,55
AGUAS DE CHAPECO-SC	19.359.458,66
AGUAS DE LINDOIA-SP	15.226.482,49
AGUAS DE SANTA BARBARA-SP	17.005.095,76
AGUAS DE SAO PEDRO-SP	1.582.002,16
AGUAS FORMOSAS-MG	13.724.934,70
AGUAS FRIAS-SC	61.879.526,69
AGUAS LINDAS DE GOIAS-GO	26.732.616,64
AGUAS MORNAS-SC	9.856.151,23
AGUAS VERMELHAS-MG	7.253.176,09
AGUDO-RS	47.675.757,26
AGUDOS DO SUL-PR	20.398.500,73
AGUDOS-SP	60.309.194,07
AGUIA BRANCA-ES	9.474.456,74

Em Reais

Município-UF	Valor da Liberação
AGUIARNOPOLIS-TO	1.235.963.536,71
AGUIAR-PB	85.588,88
AIMORES-MG	18.851.629,35
AIQUARA-BA	561.576,45
AIUABA-CE	2.969.272,08
AIURUOCA-MG	6.638.172,27
AJURICABA-RS	42.985.379,62
ALAGOA GRANDE-PB	1.813.515,07
ALAGOA NOVA-PB	4.527.278,46
ALAGOA-MG	1.760.178,00
ALAGOINHA-PB	2.503.001,30
ALAGOINHA-PE	864.388,52
ALAGOINHAS-BA	228.709.515,15
ALAMBARI-SP	4.309.561,01
ALBERTINA-MG	3.536.804,94
ALCANTARA-MA	207.000,00
ALCANTARAS-CE	1.412.350,00
ALCANTIL-PB	697.124,63
ALCINOPOLIS-MS	10.492.234,07
ALCOBACA-BA	5.801.695,64
ALDEIAS ALTAS-MA	2.258.326,25
ALECRIM-RS	1.863.467,16
ALEGRE-ES	73.695.314,88
ALEGRETE DO PIAUI-PI	37.760,65
ALEGRETE-RS	219.184.798,45
ALEGRIA-RS	7.749.255,86
ALEM PARAIBA-MG	62.775.393,22
ALENQUER-PA	3.353.242,50
ALEXANDRIA-RN	1.624.614,34
ALEXANIA-GO	163.599.769,55
ALFENAS-MG	172.590.029,96
ALFREDO CHAVES-ES	72.080.679,01
ALFREDO MARCONDES-SP	2.874.354,25
ALFREDO VASCONCELOS-MG	5.550.358,43
ALFREDO WAGNER-SC	14.517.000,19
ALGODAO DE JANDAIRA-PB	248.850,00
ALHANDRA-PB	20.442.043,08
ALIANCA DO TOCANTINS-TO	9.358.629,48
ALIANCA-PE	6.463.830,54
ALMADINA-BA	847.630,00
ALMAS-TO	7.785.377,60
ALMEIRIM-PA	328.542.506,08
ALMENARA-MG	20.169.190,54
ALMINO AFONSO-RN	1.300.333,16
ALMIRANTE TAMANDARE DO SUL-RS	21.088.804,04
ALMIRANTE TAMANDARE-PR	178.968.414,55
ALOANDIA-GO	1.812.532,60
ALPERCATA-MG	8.611.621,38
ALPESTRE-RS	15.683.175,84
ALPINOPOLIS-MG	38.933.918,70
ALTA FLORESTA D'OESTE-RO	41.792.070,43
ALTA FLORESTA-MT	108.862.499,75
ALTAIR-SP	22.792.645,72
ALTAMIRA DO MARANHAO-MA	1.469.509,90
ALTAMIRA DO PARANA-PR	3.693.785,46
ALTAMIRA-PA	474.880.226,83
ALTANEIRA-CE	547.995,19
ALTEROSA-MG	10.000.346,46
ALTINHO-PE	3.143.499,44
ALTINOPOLIS-SP	59.266.938,88
ALTO ALEGRE DO MARANHAO-MA	2.416.180,32
ALTO ALEGRE DO PARECIS-RO	9.099.264,62
ALTO ALEGRE DO PINDARE-MA	2.303.595,91
ALTO ALEGRE-RR	12.333.561,27
ALTO ALEGRE-RS	8.761.031,58
ALTO ALEGRE-SP	15.753.076,18
ALTO ARAGUAIA-MT	25.755.523,32
ALTO BELA VISTA-SC	5.973.308,84
ALTO BOA VISTA-MT	29.736.557,77
ALTO CAPARAO-MG	1.788.176,51
ALTO DO RODRIGUES-RN	5.537.396,67
ALTO FELIZ-RS	5.874.768,14
ALTO GARCAS-MT	120.702.500,19
ALTO HORIZONTE-GO	10.638.423,67
ALTO JEQUITIBA-MG	2.073.183,39
ALTO LONGA-PI	1.507.559,58
ALTO PARAGUAI-MT	7.138.111,26
ALTO PARAISO DE GOIAS-GO	13.186.200,39
ALTO PARAISO-PR	13.397.624,93
ALTO PARAISO-RO	17.261.349,99

Classificação conforme Lei de acesso à informação (OS PRESI 01/2015-BNDES): Ostensivo 77
Unidade Gestora: BNDES/Área Financeira/Departamento de Captação Interna

Em Reais

Município-UF	Valor da Liberação
ALTO PARANA-PR	40.758.711,62
ALTO PARNAIBA-MA	57.840.389,49
ALTO PIQUIRI-PR	43.968.293,83
ALTO RIO DOCE-MG	4.467.237,97
ALTO RIO NOVO-ES	3.949.570,06
ALTO SANTO-CE	6.005.944,93
ALTO TAQUARI-MT	291.852.018,07
ALTONIA-PR	26.593.420,32
ALTOS-PI	8.918.891,34
ALUMINIO-SP	162.502.898,28
ALVARAES-AM	889.914,90
ALVARENGA-MG	191.579,35
ALVARES FLORENCE-SP	16.316.101,72
ALVARES MACHADO-SP	37.490.306,65
ALVARO DE CARVALHO-SP	2.695.383,30
ALVINLANDIA-SP	3.250.573,19
ALVINOPOLIS-MG	15.072.224,87
ALVORADA DE MINAS-MG	336.600,00
ALVORADA DO GURGUEIA-PI	1.192.300,00
ALVORADA DO NORTE-GO	29.715.797,84
ALVORADA DO SUL-PR	35.680.130,04
ALVORADA D'OESTE-RO	10.603.422,43
ALVORADA-RS	176.356.693,67
ALVORADA-TO	56.742.556,31
AMAJARI-RR	2.366.005,21
AMAMBAI-MS	80.058.991,99
AMAPA DO MARANHAO-MA	110.925,92
AMAPA-AP	293.721,90
AMAPORA-PR	9.767.839,02
AMARAJI-PE	2.319.824,00
AMARAL FERRADOR-RS	2.878.533,95
AMARALINA-GO	4.603.702,10
AMARANTE DO MARANHAO-MA	9.522.220,21
AMARANTE-PI	3.818.466,99
AMARGOSA-BA	8.115.479,70
AMELIA RODRIGUES-BA	19.067.351,04
AMERICA DOURADA-BA	1.192.572,34
AMERICANA-SP	704.205.718,13
AMERICANO DO BRASIL-GO	5.083.443,56
AMERICO BRASILIENSE-SP	205.822.517,04
AMERICO DE CAMPOS-SP	3.833.394,15
AMETISTA DO SUL-RS	21.809.545,35
AMONTADA-CE	69.453.359,03
AMORINOPOLIS-GO	5.303.963,07
AMPARO DE SAO FRANCISCO-SE	1.037.648,11
AMPARO DO SERRA-MG	1.439.266,26
AMPARO-PB	647.879,56
AMPARO-SP	145.192.107,05
AMPERE-PR	84.174.618,10
ANADIA-AL	1.302.079,75
ANAGE-BA	1.571.211,91
ANAHY-PR	12.793.579,73
ANAJAS-PA	14.953,90
ANAJATUBA-MA	2.019.619,42
ANALANDIA-SP	17.498.699,55
ANAMA-AM	11.093,49
ANANAS-TO	14.130.067,35
ANANINDEUA-PA	331.887.230,73
ANAPOLIS-GO	1.055.077.207,62
ANAPU-PA	6.783.875,08
ANAPURUS-MA	10.265.539,21
ANASTACIO-MS	21.294.246,71
ANAURILANDIA-MS	22.072.214,72
ANCHIETA-ES	21.483.262,22
ANCHIETA-SC	25.812.744,73
ANDARAI-BA	603.845,48
ANDIRA-PR	94.673.712,75
ANDORINHA-BA	1.091.557,76
ANDRADAS-MG	58.035.482,33
ANDRADINA-SP	371.213.916,03
ANDRE DA ROCHA-RS	22.641.747,11
ANDRELANDIA-MG	12.947.685,67
ANGATUBA-SP	70.876.598,80
ANGELANDIA-MG	6.674.320,43
ANGELICA-MS	149.267.073,73
ANGELIM-PE	872.745,28
ANGELINA-SC	26.526.790,51
ANGICAL DO PIAUI-PI	878.088,15
ANGICAL-BA	4.808.460,90
ANGICOS-RN	2.255.046,21

Em Reais

Município-UF	Valor da Liberação
ANGICO-TO	537.535,35
ANGRA DOS REIS-RJ	258.124.551,99
ANGULO-PR	8.927.538,01
ANHANGUERA-GO	148.400,00
ANHEMBI-SP	14.297.739,72
ANHUMAS-SP	2.692.078,74
ANICUNS-GO	13.888.699,71
ANISIO DE ABREU-PI	1.694.617,95
ANITA GARIBALDI-SC	5.131.753,96
ANITAPOLIS-SC	2.449.505,51
ANORI-AM	664.239,62
ANTA GORDA-RS	42.604.953,57
ANTAS-BA	2.082.300,51
ANTONINA DO NORTE-CE	2.237.559,05
ANTONINA-PR	12.335.886,28
ANTONIO ALMEIDA-PI	8.537.812,06
ANTONIO CARDOSO-BA	3.141.472,20
ANTONIO CARLOS-MG	11.397.285,21
ANTONIO CARLOS-SC	36.262.430,07
ANTONIO DIAS-MG	34.849.851,34
ANTONIO GONCALVES-BA	1.078.530,00
ANTONIO JOAO-MS	32.872.651,63
ANTONIO MARTINS-RN	201.470,01
ANTONIO OLINTO-PR	20.017.594,71
ANTONIO PRADO DE MINAS-MG	26.112,00
ANTONIO PRADO-RS	117.037.488,24
APARECIDA DE GOIANIA-GO	867.966.180,17
APARECIDA DO RIO DOCE-GO	4.851.472,77
APARECIDA DO RIO NEGRO-TO	18.825.246,46
APARECIDA DO TABOADO-MS	46.757.902,66
APARECIDA D'OESTE-SP	2.989.182,40
APARECIDA-PB	265.230,00
APARECIDA-SP	91.236.662,19
APERIBE-RJ	5.471.004,48
APIACA-ES	1.816.227,36
APIACAS-MT	16.839.663,42
APIAI-SP	43.221.149,44
APICUM-ACU-MA	440.046,73
APIUNA-SC	75.324.694,61
APODI-RN	5.590.371,09
APORA-BA	1.559.859,35
APORE-GO	11.701.041,81
APUAREMA-BA	252.696,28
APUCARANA-PR	281.587.605,18
APUI-AM	3.867.399,19
APUIARES-CE	1.178.234,06
AQUIDABA-SE	2.627.226,72
AQUIDAUANA-MS	26.544.323,69
AQUIRAZ-CE	69.247.036,65
ARABUTA-SC	17.002.776,61
ARACAGI-PB	763.168,49
ARACAI-MG	2.349.497,40
ARACAJU-SE	527.757.556,99
ARACARIGUAMA-SP	64.795.563,45
ARACAS-BA	4.853.504,73
ARACATI-CE	50.683.793,66
ARACATU-BA	3.177.163,16
ARACATUBA-SP	509.594.720,18
ARACI-BA	7.083.485,53
ARACITABA-MG	449.000,00
ARACOIABA DA SERRA-SP	31.937.673,94
ARACOIABA-CE	2.935.901,35
ARACOIABA-PE	779.070,00
ARACRUZ-ES	411.519.061,55
ARACUAI-MG	43.543.458,64
ARACU-GO	966.883,90
ARAGARCAS-GO	5.452.929,41
ARAGOIANIA-GO	3.993.858,92
ARAGOMINAS-TO	4.118.949,08
ARAGUACEMA-TO	9.097.712,52
ARAGUACU-TO	16.587.897,83
ARAGUAIANA-MT	8.212.884,39
ARAGUAINA-TO	375.964.030,95
ARAGUAINHA-MT	619.033,13
ARAGUANA-MA	2.106.747,65
ARAGUANA-TO	4.982.165,60
ARAGUAPAZ-GO	15.126.739,50
ARAGUARI-MG	360.097.831,85
ARAGUATINS-TO	16.494.033,69
ARAIOSES-MA	2.278.319,90

78 Classificação conforme Lei de acesso à informação (OS PRESI 01/2015-BNDES): Ostensivo
Unidade Gestora: BNDES/Área Financeira/Departamento de Captação Interna

Em Reais *Em Reais*

Município-UF	Valor da Liberação	Município-UF	Valor da Liberação
ARAL MOREIRA-MS	88.618.360,68	ARVOREZINHA-RS	31.070.428,17
ARAMARI-BA	1.967.934,46	ASCURRA-SC	14.295.936,36
ARAMBARE-RS	11.658.413,10	ASPASIA-SP	991.902,49
ARAME-MA	4.184.779,86	ASSAI-PR	51.647.236,37
ARAMINA-SP	10.228.716,69	ASSARE-CE	4.827.551,56
ARANDU-SP	7.452.279,70	ASSIS BRASIL-AC	368.602,92
ARANTINA-MG	1.569.248,55	ASSIS CHATEAUBRIAND-PR	193.318.677,28
ARAPEI-SP	530.590,00	ASSIS-SP	183.247.353,21
ARAPIRACA-AL	179.773.427,38	ASSUNCAO DO PIAUI-PI	180.000,00
ARAPOEMA-TO	11.768.665,76	ASSUNCAO-PB	655.973,33
ARAPONGA-MG	3.869.589,66	ASTOLFO DUTRA-MG	41.562.316,15
ARAPONGAS-PR	437.787.798,39	ASTORGA-PR	182.537.554,69
ARAPORA-MG	98.493.439,92	ATALAIA-AL	19.865.683,37
ARAPOTI-PR	189.332.739,87	ATALAIA-PR	11.335.378,43
ARAPUA-MG	12.660.701,27	ATALANTA-SC	7.920.089,02
ARAPUA-PR	32.343.299,07	ATALEIA-MG	8.963.231,17
ARAPUTANGA-MT	17.764.957,35	ATIBAIA-SP	392.655.161,83
ARAQUARI-SC	261.313.978,54	ATILIO VIVACQUA-ES	24.823.325,60
ARARANGUA-SC	204.727.504,77	AUGUSTINOPOLIS-TO	8.742.234,09
ARARA-PB	2.063.894,86	AUGUSTO CORREA-PA	1.661.995,09
ARARAQUARA-SP	541.810.766,03	AUGUSTO DE LIMA-MG	2.832.051,60
ARARAS-SP	327.362.330,47	AUGUSTO PESTANA-RS	30.534.872,27
ARARENDA-CE	256.808,70	AUGUSTO SEVERO-RN	387.100,00
ARARICA-RS	15.408.497,22	AUREA-RS	13.233.361,86
ARARI-MA	4.333.723,62	AURELINO LEAL-BA	1.563.915,65
ARARIPE-CE	2.294.624,70	AURIFLAMA-SP	21.894.790,59
ARARIPINA-PE	48.131.950,51	AURILANDIA-GO	1.390.647,56
ARARUAMA-RJ	132.434.522,64	AURORA DO PARA-PA	2.743.241,06
ARARUNA-PB	985.224,46	AURORA DO TOCANTINS-TO	471.167,50
ARARUNA-PR	69.131.196,36	AURORA-CE	5.349.468,81
ARATACA-BA	1.497.427,35	AURORA-SC	57.083.041,84
ARATIBA-RS	20.311.643,34	AUTAZES-AM	714.920,85
ARATUBA-CE	878.280,00	AVAI-SP	9.869.566,95
ARATUIPE-BA	222.292,60	AVANHANDAVA-SP	31.767.948,29
ARAUA-SE	3.105.473,60	AVARE-SP	167.465.983,69
ARAUCARIA-PR	680.727.840,17	AVEIRO-PA	79.840,00
ARAUJOS-MG	10.048.376,98	AVELINO LOPES-PI	41.372,40
ARAXA-MG	322.712.400,16	AVELINOPOLIS-GO	8.378.448,77
ARCEBURGO-MG	7.855.836,11	AXIXA DO TOCANTINS-TO	831.128,40
ARCO-IRIS-SP	2.989.054,60	AXIXA-MA	633.900,00
ARCOS-MG	238.490.223,26	BABACULANDIA-TO	31.486.387,83
ARCOVERDE-PE	45.489.287,19	BACABAL-MA	57.205.822,67
AREADO-MG	8.938.380,74	BACABEIRA-MA	36.222.776,11
AREAL-RJ	22.047.635,00	BACURI-MA	649.790,09
AREALVA-SP	11.194.604,69	BADY BASSITT-SP	52.487.116,05
AREIA BRANCA-RN	27.876.227,76	BAEPENDI-MG	17.981.120,02
AREIA BRANCA-SE	5.218.885,16	BAGE-RS	217.197.603,18
AREIAL-PB	1.251.033,00	BAGRE-PA	70.595,71
AREIA-PB	3.133.969,90	BAIA DA TRAICAO-PB	112.350,00
AREIAS-SP	660.494,09	BAIA FORMOSA-RN	102.134.101,25
AREIOPOLIS-SP	13.550.869,68	BAIANOPOLIS-BA	24.343.115,64
ARENAPOLIS-MT	17.414.186,66	BAIAO-PA	1.560.637,33
ARENOPOLIS-GO	8.155.105,01	BAIXA GRANDE DO RIBEIRO-PI	179.609.143,79
ARES-RN	2.517.139,63	BAIXA GRANDE-BA	1.009.332,65
ARGIRITA-MG	1.418.559,44	BAIXIO-CE	209.250,00
ARICANDUVA-MG	247.874,00	BAIXO GUANDU-ES	51.657.287,34
ARINOS-MG	30.265.511,12	BALBINOS-SP	747.264,97
ARIPUANA-MT	143.502.650,06	BALDIM-MG	18.626.340,72
ARIQUEMES-RO	158.844.046,14	BALIZA-GO	3.130.040,74
ARIRANHA DO IVAI-PR	12.580.935,68	BALNEARIO ARROIO DO SILVA-SC	6.377.669,83
ARIRANHA-SP	129.052.673,66	BALNEARIO BARRA DO SUL-SC	12.849.326,12
ARMACAO DE BUZIOS-RJ	12.308.499,62	BALNEARIO CAMBORIU-SC	117.348.474,71
ARMAZEM-SC	47.723.561,29	BALNEARIO GAIVOTA-SC	6.086.536,46
ARNEIROZ-CE	490.982,20	BALNEARIO PICARRAS-SC	55.851.062,67
AROAZES-PI	415.320,30	BALNEARIO PINHAL-RS	2.969.886,41
AROEIRAS-PB	1.114.634,93	BALNEARIO RINCAO-SC	955.438,65
ARRAIAL DO CABO-RJ	5.472.130,44	BALSA NOVA-PR	171.261.717,11
ARRAIAL-PI	725.700,00	BALSAMO-SP	14.063.929,06
ARRAIAS-TO	74.530.481,71	BALSAS-MA	340.759.233,76
ARROIO DO MEIO-RS	114.792.973,29	BAMBUI-MG	161.108.728,03
ARROIO DO PADRE-RS	4.561.875,79	BANABUIU-CE	1.663.174,19
ARROIO DO SAL-RS	4.898.997,17	BANANAL-SP	3.092.863,70
ARROIO DO TIGRE-RS	28.781.835,66	BANANEIRAS-PB	1.943.301,48
ARROIO DOS RATOS-RS	11.289.810,21	BANDEIRA DO SUL-MG	2.841.088,35
ARROIO GRANDE-RS	81.585.822,96	BANDEIRA-MG	1.474.424,43
ARROIO TRINTA-SC	44.252.951,10	BANDEIRANTES DO TOCANTINS-TO	14.422.678,55
ARTUR NOGUEIRA-SP	53.473.601,24	BANDEIRANTE-SC	19.355.538,26
ARUANA-GO	25.255.518,27	BANDEIRANTES-MS	38.140.562,21
ARUJA-SP	370.433.221,05	BANDEIRANTES-PR	29.604.511,52
ARVOREDO-SC	4.217.871,76	BANNACH-PA	4.453.579,60

Classificação conforme Lei de acesso à informação (OS PRESI 01/2015-BNDES): Ostensivo 79
Unidade Gestora: BNDES/Área Financeira/Departamento de Captação Interna

Em Reais

Município-UF	Valor da Liberação
BANZAE-BA	827.498,89
BARAO DE ANTONINA-SP	1.180.189,09
BARAO DE COCAIS-MG	24.492.073,56
BARAO DE COTEGIPE-RS	34.095.721,39
BARAO DE GRAJAU-MA	8.333.955,12
BARAO DE MELGACO-MT	965.827,42
BARAO DE MONTE ALTO-MG	934.075,46
BARAO DO TRIUNFO-RS	6.115.563,30
BARAO-RS	31.973.826,62
BARAUNA-PB	378.829,62
BARAUNA-RN	139.173.412,93
BARBACENA-MG	99.583.108,81
BARBALHA-CE	19.688.387,94
BARBOSA FERRAZ-PR	20.451.634,06
BARBOSA-SP	2.445.984,40
BARCARENA-PA	134.809.176,49
BARCELOS-AM	699.674,82
BARIRI-SP	88.646.007,34
BARRA BONITA-SC	4.882.602,37
BARRA BONITA-SP	157.360.892,34
BARRA DA ESTIVA-BA	10.091.347,62
BARRA D'ALCANTARA-PI	289.954,00
BARRA DE GUABIRABA-PE	3.395.638,07
BARRA DE SANTA ROSA-PB	4.874.594,57
BARRA DE SANTANA-PB	372.785,50
BARRA DE SANTO ANTONIO-AL	789.432,17
BARRA DE SAO FRANCISCO-ES	74.952.886,05
BARRA DE SAO MIGUEL-AL	2.183.537,37
BARRA DE SAO MIGUEL-PB	168.100,00
BARRA DO BUGRES-MT	103.038.779,84
BARRA DO CHAPEU-SP	3.565.504,70
BARRA DO CHOCA-BA	11.558.907,06
BARRA DO CORDA-MA	30.819.254,08
BARRA DO GARCAS-MT	119.249.914,94
BARRA DO GUARITA-RS	1.610.433,05
BARRA DO JACARE-PR	7.412.375,11
BARRA DO MENDES-BA	2.075.247,96
BARRA DO OURO-TO	5.978.698,79
BARRA DO PIRAI-RJ	93.546.583,45
BARRA DO QUARAI-RS	22.262.963,46
BARRA DO RIBEIRO-RS	27.349.107,57
BARRA DO RIO AZUL-RS	4.877.825,59
BARRA DO ROCHA-BA	334.890,40
BARRA DO TURVO-SP	679.252,00
BARRA DOS COQUEIROS-SE	4.631.946,56
BARRA FUNDA-RS	30.265.119,63
BARRA LONGA-MG	1.398.917,92
BARRA MANSA-RJ	248.642.553,26
BARRA VELHA-SC	46.225.515,08
BARRA-BA	4.949.234,83
BARRACAO-PR	87.557.195,33
BARRACAO-RS	28.505.345,53
BARRAS-PI	5.642.249,44
BARREIRA-CE	2.626.548,53
BARREIRAS DO PIAUI-PI	27.976.211,36
BARREIRAS-BA	503.607.994,59
BARREIRINHA-AM	173.337,77
BARREIRINHAS-MA	7.980.886,61
BARREIROS-PE	21.668.061,67
BARRETOS-SP	312.630.685,10
BARRINHA-SP	27.158.335,98
BARRO ALTO-BA	1.829.523,09
BARRO ALTO-GO	389.604.296,35
BARRO DURO-PI	778.733,64
BARRO PRETO-BA	9.538,49
BARROCAS-BA	1.144.652,14
BARRO-CE	2.248.120,71
BARROLANDIA-TO	3.954.073,29
BARROQUINHA-CE	1.475.369,21
BARROS CASSAL-RS	19.122.242,14
BARROSO-MG	141.829.336,96
BARUERI-SP	3.720.495.277,17
BASTOS-SP	69.657.385,86
BATAGUASSU-MS	14.341.822,58
BATALHA-AL	1.291.252,44
BATALHA-PI	451.748,24
BATATAIS-SP	309.589.097,45
BATAYPORA-MS	51.544.928,07
BATURITE-CE	6.115.051,78
BAURU-SP	624.857.122,44

Em Reais

Município-UF	Valor da Liberação
BAYEUX-PB	48.044.661,09
BEBEDOURO-SP	292.230.094,36
BEBERIBE-CE	25.382.200,86
BELA CRUZ-CE	6.679.224,25
BELA VISTA DA CAROBA-PR	4.782.162,22
BELA VISTA DE GOIAS-GO	82.369.684,67
BELA VISTA DE MINAS-MG	13.834.357,72
BELA VISTA DO MARANHAO-MA	2.975.644,37
BELA VISTA DO PARAISO-PR	60.196.075,71
BELA VISTA DO PIAUI-PI	381.200,00
BELA VISTA DO TOLDO-SC	15.189.640,80
BELA VISTA-MS	34.102.465,18
BELEM DE MARIA-PE	833.700,00
BELEM DE SAO FRANCISCO-PE	4.731.793,73
BELEM DO BREJO DO CRUZ-PB	666.220,00
BELEM-AL	7.763.815,00
BELEM-PA	1.306.473.845,70
BELEM-PB	4.094.163,98
BELFORD ROXO-RJ	142.037.985,93
BELMIRO BRAGA-MG	2.909.530,00
BELMONTE-BA	3.588.716,69
BELMONTE-SC	15.120.979,37
BELO CAMPO-BA	3.441.324,50
BELO HORIZONTE-MG	7.393.557.363,58
BELO JARDIM-PE	146.825.342,82
BELO MONTE-AL	572.500,00
BELO ORIENTE-MG	11.219.534,68
BELO VALE-MG	14.052.358,82
BELTERRA-PA	3.526.357,71
BENEDITINOS-PI	863.300,00
BENEDITO LEITE-MA	3.648.082,28
BENEDITO NOVO-SC	37.544.964,75
BENEVIDES-PA	139.451.719,77
BENJAMIN CONSTANT DO SUL-RS	1.539.107,00
BENJAMIN CONSTANT-AM	38.470,11
BENTO DE ABREU-SP	5.751.632,47
BENTO FERNANDES-RN	94.191,75
BENTO GONCALVES-RS	798.802.626,24
BEQUIMAO-MA	3.832.849,91
BERILO-MG	3.700.706,32
BERIZAL-MG	1.600.305,94
BERNARDINO DE CAMPOS-SP	27.082.871,22
BERNARDO DO MEARIM-MA	1.041.694,91
BERNARDO SAYAO-TO	3.476.011,33
BERTIOGA-SP	20.069.842,61
BERTOLINIA-PI	1.750.632,78
BERTOPOLIS-MG	469.910,00
BERURI-AM	354.282,80
BETANIA DO PIAUI-PI	352.000,00
BETANIA-PE	319.492,91
BETIM-MG	2.468.480.019,20
BEZERROS-PE	30.151.844,90
BIAS FORTES-MG	756.070,00
BICAS-MG	6.903.900,22
BIGUACU-SC	187.098.842,86
BILAC-SP	15.289.858,26
BIQUINHAS-MG	2.448.493,05
BIRIGUI-SP	209.537.498,32
BIRITIBA-MIRIM-SP	13.068.970,90
BIRITINGA-BA	472.858,33
BITURUNA-PR	65.099.085,99
BLUMENAU-SC	1.050.491.602,02
BOA ESPERANCA DO IGUACU-PR	15.429.007,84
BOA ESPERANCA DO SUL-SP	15.988.373,93
BOA ESPERANCA-ES	11.714.396,67
BOA ESPERANCA-MG	90.341.958,93
BOA ESPERANCA-PR	43.321.024,46
BOA NOVA-BA	1.831.729,72
BOA VENTURA DE SAO ROQUE-PR	61.453.344,51
BOA VENTURA-PB	96.000,00
BOA VIAGEM-CE	22.752.601,16
BOA VISTA DA APARECIDA-PR	12.863.976,46
BOA VISTA DAS MISSOES-RS	24.627.608,60
BOA VISTA DO BURICA-RS	24.150.514,16
BOA VISTA DO CADEADO-RS	69.683.789,77
BOA VISTA DO GURUPI-MA	294.858,99
BOA VISTA DO INCRA-RS	51.528.742,35
BOA VISTA DO RAMOS-AM	129.811,30
BOA VISTA DO SUL-RS	17.105.635,68
BOA VISTA DO TUPIM-BA	2.159.166,78

80 Classificação conforme Lei de acesso à informação (OS PRESI 01/2015-BNDES): Ostensivo
Unidade Gestora: BNDES/Área Financeira/Departamento de Captação Interna

Em Reais

Município-UF	Valor da Liberação
BOA VISTA-PB	2.523.121,49
BOA VISTA-RR	197.152.511,44
BOCA DA MATA-AL	8.258.880,29
BOCA DO ACRE-AM	3.961.624,54
BOCAINA DE MINAS-MG	581.785,31
BOCAINA DO SUL-SC	1.179.950,00
BOCAINA-PI	244.800,00
BOCAINA-SP	35.151.448,78
BOCAIUVA DO SUL-PR	39.546.167,70
BOCAIUVA-MG	116.055.048,61
BODOCO-PE	5.460.524,18
BODOQUENA-MS	7.984.426,35
BODO-RN	1.664.556,28
BOFETE-SP	14.114.416,88
BOITUVA-SP	278.755.957,20
BOM CONSELHO-PE	19.099.719,86
BOM DESPACHO-MG	103.783.548,07
BOM JARDIM DA SERRA-SC	329.330.498,17
BOM JARDIM DE GOIAS-GO	8.499.362,22
BOM JARDIM DE MINAS-MG	1.568.616,77
BOM JARDIM-MA	13.965.590,72
BOM JARDIM-PE	6.003.880,85
BOM JARDIM-RJ	81.484.392,63
BOM JESUS DA LAPA-BA	31.416.356,54
BOM JESUS DA PENHA-MG	13.018.880,23
BOM JESUS DA SERRA-BA	41.543,00
BOM JESUS DAS SELVAS-MA	8.813.628,47
BOM JESUS DE GOIAS-GO	98.645.331,53
BOM JESUS DO AMPARO-MG	6.097.728,81
BOM JESUS DO ARAGUAIA-MT	56.300.881,10
BOM JESUS DO GALHO-MG	9.890.102,07
BOM JESUS DO ITABAPOANA-RJ	15.659.263,12
BOM JESUS DO NORTE-ES	4.340.961,03
BOM JESUS DO OESTE-SC	51.874.286,44
BOM JESUS DO SUL-PR	3.780.875,27
BOM JESUS DO TOCANTINS-PA	40.757.338,34
BOM JESUS DO TOCANTINS-TO	4.752.214,31
BOM JESUS DOS PERDOES-SP	35.840.304,95
BOM JESUS-PB	43.171,50
BOM JESUS-PI	46.771.943,08
BOM JESUS-RN	310.888,45
BOM JESUS-RS	64.338.491,61
BOM JESUS-SC	17.345.215,38
BOM LUGAR-MA	1.206.888,20
BOM PRINCIPIO DO PIAUI-PI	1.347.542,48
BOM PRINCIPIO-RS	80.688.399,53
BOM PROGRESSO-RS	3.810.582,25
BOM REPOUSO-MG	6.135.021,76
BOM RETIRO DO SUL-RS	22.317.830,34
BOM RETIRO-SC	21.674.323,20
BOM SUCESSO DE ITARARE-SP	10.154.284,55
BOM SUCESSO DO SUL-PR	60.742.755,60
BOM SUCESSO-MG	13.403.379,96
BOM SUCESSO-PB	38.488,03
BOM SUCESSO-PR	9.631.348,04
BOMBINHAS-SC	7.260.294,56
BONFIM DO PIAUI-PI	54.501,77
BONFIM-MG	8.130.227,69
BONFIM-RR	7.265.629,24
BONFINOPOLIS DE MINAS-MG	58.500.834,90
BONFINOPOLIS-GO	3.037.415,75
BONINAL-BA	2.508.833,30
BONITO DE MINAS-MG	1.151.498,33
BONITO DE SANTA FE-PB	1.033.401,13
BONITO-BA	3.054.667,12
BONITO-MS	37.757.809,33
BONITO-PA	16.074.274,29
BONITO-PE	11.837.711,94
BONOPOLIS-GO	10.171.495,20
BOQUEIRAO DO LEAO-RS	8.291.466,23
BOQUEIRAO-PB	10.535.251,79
BOQUIM-SE	9.436.753,98
BOQUIRA-BA	1.298.977,11
BORACEIA-SP	25.392.849,43
BORA-SP	8.114.356,38
BORBA-AM	1.187.662,71
BORBOREMA-PB	1.736.633,42
BORBOREMA-SP	34.839.345,80
BORDA DA MATA-MG	20.450.321,93
BOREBI-SP	4.093.219,16

Em Reais

Município-UF	Valor da Liberação
BORRAZOPOLIS-PR	32.564.158,61
BOSSOROCA-RS	52.202.809,05
BOTELHOS-MG	6.565.685,86
BOTUCATU-SP	610.339.582,49
BOTUMIRIM-MG	2.804.683,79
BOTUPORA-BA	3.151.514,18
BOTUVERA-SC	84.699.248,59
BOZANO-RS	16.464.518,17
BRACO DO NORTE-SC	158.036.514,34
BRACO DO TROMBUDO-SC	35.755.988,92
BRAGANCA PAULISTA-SP	306.899.434,56
BRAGANCA-PA	15.536.385,38
BRAGANEY-PR	56.721.214,62
BRAGA-RS	22.584.739,10
BRANQUINHA-AL	516.680,00
BRAS PIRES-MG	2.576.345,94
BRASIL NOVO-PA	5.693.996,20
BRASILANDIA DE MINAS-MG	34.045.925,39
BRASILANDIA DO SUL-PR	39.095.813,20
BRASILANDIA DO TOCANTINS-TO	4.741.824,43
BRASILANDIA-MS	19.303.326,13
BRASILEIA-AC	13.375.034,28
BRASILEIRA-PI	767.523,37
BRASILIA DE MINAS-MG	29.342.698,81
BRASILIA-DF	9.781.303.723,75
BRASNORTE-MT	192.857.636,08
BRASOPOLIS-MG	5.370.714,78
BRAUNAS-MG	1.681.911,78
BRAUNA-SP	7.901.563,07
BRAZABRANTES-GO	10.974.438,04
BREJAO-PE	2.719.820,76
BREJETUBA-ES	4.830.852,66
BREJINHO DE NAZARE-TO	18.686.432,60
BREJINHO-PE	458.215,59
BREJINHO-RN	814.972,32
BREJO ALEGRE-SP	66.283.978,71
BREJO DA MADRE DE DEUS-PE	2.695.412,42
BREJO DE AREIA-MA	372.965,65
BREJO DO CRUZ-PB	2.305.171,38
BREJO DO PIAUI-PI	82.286,61
BREJO GRANDE DO ARAGUAIA-PA	9.985.786,18
BREJO GRANDE-SE	381.668,25
BREJO SANTO-CE	12.693.844,16
BREJOES-BA	2.139.122,53
BREJOLANDIA-BA	1.188.008,92
BREJO-MA	11.219.464,29
BREU BRANCO-PA	18.734.341,06
BREVES-PA	1.206.850,99
BRITANIA-GO	7.565.785,92
BROCHIER-RS	19.783.506,91
BRODOWSKI-SP	29.965.839,36
BROTAS DE MACAUBAS-BA	1.123.427,37
BROTAS-SP	170.668.349,46
BRUMADINHO-MG	101.844.113,96
BRUMADO-BA	102.428.991,45
BRUNOPOLIS-SC	11.534.358,92
BRUSQUE-SC	1.020.234.212,39
BUENO BRANDAO-MG	10.830.765,28
BUENOPOLIS-MG	4.206.703,23
BUENOS AIRES-PE	3.301.737,13
BUERAREMA-BA	1.913.030,95
BUGRE-MG	235.680,00
BUIQUE-PE	10.255.718,77
BUJARI-AC	1.166.441,29
BUJARU-PA	1.600.411,29
BURI-SP	74.682.215,00
BURITAMA-SP	21.865.335,66
BURITI ALEGRE-GO	16.792.793,69
BURITI BRAVO-MA	2.944.865,15
BURITI DE GOIAS-GO	1.649.278,43
BURITI DO TOCANTINS-TO	1.573.380,14
BURITI DOS LOPES-PI	1.363.126,42
BURITI DOS MONTES-PI	140.400,00
BURITICUPU-MA	25.256.100,82
BURITI-MA	4.930.366,25
BURITINOPOLIS-GO	649.159,00
BURITIRAMA-BA	626.649,30
BURITIRANA-MA	2.650.433,00
BURITIS-MG	173.005.841,82
BURITIS-RO	22.942.482,68

Classificação conforme Lei de acesso à informação (OS PRESI 01/2015-BNDES): Ostensivo 81
Unidade Gestora: BNDES/Área Financeira/Departamento de Captação Interna

Em Reais

Município-UF	Valor da Liberação
BURITIZAL-SP	170.403.169,56
BURITIZEIRO-MG	44.375.779,97
BUTIA-RS	35.403.683,99
CAAPORA-PB	6.747.982,37
CAARAPO-MS	469.378.252,35
CAATIBA-BA	1.279.922,70
CABACEIRAS DO PARAGUACU-BA	3.402.142,49
CABACEIRAS-PB	178.000,00
CABECEIRA GRANDE-MG	46.955.491,00
CABECEIRAS DO PIAUI-PI	249.640,16
CABECEIRAS-GO	34.990.531,41
CABEDELO-PB	133.322.295,35
CABIXI-RO	17.845.560,29
CABO DE SANTO AGOSTINHO-PE	323.206.882,27
CABO FRIO-RJ	55.474.847,49
CABO VERDE-MG	8.465.160,19
CABRALIA PAULISTA-SP	6.682.432,47
CABREUVA-SP	147.826.083,30
CABROBO-PE	5.721.970,52
CACADOR-SC	412.867.434,22
CACAPAVA DO SUL-RS	116.593.814,57
CACAPAVA-SP	111.409.410,93
CACAULANDIA-RO	8.491.838,53
CACEQUI-RS	54.960.809,04
CACERES-MT	230.329.474,97
CACHOEIRA ALTA-GO	7.793.798,43
CACHOEIRA DA PRATA-MG	2.901.041,84
CACHOEIRA DE GOIAS-GO	1.510.737,65
CACHOEIRA DE MINAS-MG	14.726.849,83
CACHOEIRA DE PAJEU-MG	1.204.518,93
CACHOEIRA DO ARARI-PA	98.400,00
CACHOEIRA DO PIRIA-PA	512.424,02
CACHOEIRA DO SUL-RS	289.275.582,89
CACHOEIRA DOS INDIOS-PB	3.276.140,24
CACHOEIRA DOURADA-GO	51.158.513,96
CACHOEIRA DOURADA-MG	3.200.982,92
CACHOEIRA GRANDE-MA	129.600,00
CACHOEIRA PAULISTA-SP	56.889.084,73
CACHOEIRA-BA	3.460.107,44
CACHOEIRAS DE MACACU-RJ	37.162.770,13
CACHOEIRINHA-PE	3.371.223,49
CACHOEIRINHA-RS	349.818.285,76
CACHOEIRINHA-TO	1.755.200,00
CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM-ES	565.316.581,23
CACIMBA DE AREIA-PB	116.100,00
CACIMBA DE DENTRO-PB	664.441,03
CACIMBINHAS-AL	858.156,00
CACIQUE DOBLE-RS	26.269.490,70
CACOAL-RO	109.415.618,11
CACONDE-SP	17.986.929,69
CACU-GO	150.869.746,29
CACULE-BA	22.721.897,94
CAEM-BA	245.301,29
CAETANOPOLIS-MG	9.697.558,78
CAETANOS-BA	3.274.180,97
CAETE-MG	22.896.566,94
CAETES-PE	2.218.729,85
CAETITE-BA	127.776.758,13
CAFARNAUM-BA	2.900.754,11
CAFEARA-PR	8.044.710,77
CAFELANDIA-PR	254.740.414,26
CAFELANDIA-SP	33.562.342,82
CAFEZAL DO SUL-PR	7.466.175,20
CAIABU-SP	1.813.775,83
CAIANA-MG	3.987.766,73
CAIAPONIA-GO	85.203.861,50
CAIBATE-RS	22.420.868,16
CAIBI-SC	83.832.285,98
CAICARA DO NORTE-RN	173.968,76
CAICARA DO RIO DO VENTO-RN	13.551,54
CAICARA-PB	517.732,83
CAICARA-RS	13.473.586,62
CAICO-RN	56.855.400,52
CAIEIRAS-SP	233.443.824,80
CAIRU-BA	2.656.360,44
CAIUA-SP	5.232.268,15
CAJAMAR-SP	472.656.723,14
CAJARI-MA	798.735,70
CAJATI-SP	67.416.767,51
CAJAZEIRAS DO PIAUI-PI	107.000,00
CAJAZEIRAS-PB	31.644.466,86
CAJAZEIRINHAS-PB	373.912,00
CAJOBI-SP	11.391.433,18
CAJUEIRO DA PRAIA-PI	400.000,00
CAJUEIRO-AL	1.015.779,83
CAJURI-MG	3.729.372,30
CAJURU-SP	66.806.040,23
CALCADO-PE	420.514,48
CALCOENE-AP	262.830,14
CALDAS BRANDAO-PB	4.195.694,50
CALDAS NOVAS-GO	53.327.033,00
CALDAS-MG	11.710.579,63
CALDAZINHA-GO	935.422,73
CALDEIRAO GRANDE DO PIAUI-PI	232.000,00
CALDEIRAO GRANDE-BA	481.377,20
CALIFORNIA-PR	15.564.739,67
CALMON-SC	4.286.882,93
CALUMBI-PE	692.977,78
CAMACAN-BA	11.343.237,16
CAMACARI-BA	1.794.279.941,47
CAMACHO-MG	2.546.118,76
CAMALAU-PB	969.745,00
CAMAMU-BA	1.195.665,18
CAMANDUCAIA-MG	60.531.143,34
CAMAPUA-MS	54.539.814,81
CAMAQUA-RS	188.095.918,66
CAMARAGIBE-PE	43.615.331,15
CAMARGO-RS	43.566.651,14
CAMBARA DO SUL-RS	12.270.242,20
CAMBARA-PR	70.313.268,86
CAMBE-PR	288.409.922,17
CAMBIRA-PR	20.113.231,10
CAMBORIU-SC	84.698.393,50
CAMBUCI-RJ	5.949.626,39
CAMBUI-MG	51.092.873,53
CAMBUQUIRA-MG	10.811.397,90
CAMETA-PA	5.667.411,67
CAMOCIM DE SAO FELIX-PE	1.393.145,90
CAMOCIM-CE	11.359.813,43
CAMPANARIO-MG	1.593.148,97
CAMPANHA-MG	32.069.826,24
CAMPESTRE DA SERRA-RS	22.760.815,29
CAMPESTRE DE GOIAS-GO	3.838.252,68
CAMPESTRE DO MARANHAO-MA	4.537.705,86
CAMPESTRE-AL	879.210,00
CAMPESTRE-MG	25.070.965,80
CAMPINA DA LAGOA-PR	98.509.891,06
CAMPINA DAS MISSOES-RS	12.778.671,67
CAMPINA DO MONTE ALEGRE-SP	11.335.493,34
CAMPINA DO SIMAO-PR	20.811.000,33
CAMPINA GRANDE DO SUL-PR	95.527.408,49
CAMPINA GRANDE-PB	517.580.428,63
CAMPINA VERDE-MG	39.420.075,11
CAMPINACU-GO	1.581.484,39
CAMPINAPOLIS-MT	13.490.356,98
CAMPINAS DO PIAUI-PI	418.360,00
CAMPINAS DO SUL-RS	35.334.405,76
CAMPINAS-SP	4.954.058.663,51
CAMPINORTE-GO	30.441.012,88
CAMPO ALEGRE DE GOIAS-GO	64.295.081,47
CAMPO ALEGRE DE LOURDES-BA	2.814.440,71
CAMPO ALEGRE-AL	5.949.511,62
CAMPO ALEGRE-SC	42.749.546,19
CAMPO AZUL-MG	644.674,06
CAMPO BELO DO SUL-SC	17.709.359,31
CAMPO BELO-MG	82.330.281,08
CAMPO BOM-RS	204.745.427,52
CAMPO BONITO-PR	19.207.568,01
CAMPO DE SANTANA-PB	29.217,81
CAMPO DO BRITO-SE	8.776.296,76
CAMPO DO MEIO-MG	20.573.605,45
CAMPO DO TENENTE-PR	26.581.893,02
CAMPO ERE-SC	67.182.110,63
CAMPO FLORIDO-MG	77.109.404,00
CAMPO FORMOSO-BA	11.559.107,03
CAMPO GRANDE DO PIAUI-PI	542.879,17
CAMPO GRANDE-AL	4.853.278,74
CAMPO GRANDE-MS	1.570.123.849,06
CAMPO LARGO DO PIAUI-PI	144.700,00
CAMPO LARGO-PR	280.513.518,38

82 Classificação conforme Lei de acesso à informação (OS PRESI 01/2015-BNDES): Ostensivo
Unidade Gestora: BNDES/Área Financeira/Departamento de Captação Interna

Em Reais *Em Reais*

Município-UF	Valor da Liberação	Município-UF	Valor da Liberação
CAMPO LIMPO DE GOIAS-GO	7.295.689,12	CAPELA DE SANTANA-RS	28.735.015,04
CAMPO LIMPO PAULISTA-SP	1.089.467.154,75	CAPELA DO ALTO ALEGRE-BA	3.254.237,13
CAMPO MAGRO-PR	20.891.124,02	CAPELA DO ALTO-SP	16.979.970,81
CAMPO MAIOR-PI	11.125.620,66	CAPELA NOVA-MG	1.421.900,00
CAMPO MOURAO-PR	459.373.361,70	CAPELA-AL	4.339.637,28
CAMPO NOVO DE RONDONIA-RO	3.346.182,28	CAPELA-SE	22.550.508,92
CAMPO NOVO DO PARECIS-MT	519.353.600,52	CAPELINHA-MG	53.575.863,23
CAMPO NOVO-RS	52.725.514,40	CAPETINGA-MG	11.941.638,97
CAMPO REDONDO-RN	1.500.000,00	CAPIM BRANCO-MG	2.264.406,74
CAMPO VERDE-MT	604.162.279,86	CAPIM GROSSO-BA	20.348.811,50
CAMPOS ALTOS-MG	36.927.510,63	CAPIM-PB	160.952,00
CAMPOS BELOS-GO	8.355.011,65	CAPINOPOLIS-MG	58.090.291,92
CAMPOS BORGES-RS	13.467.028,14	CAPINZAL DO NORTE-MA	1.204.712,00
CAMPOS DE JULIO-MT	139.971.332,34	CAPINZAL-SC	75.558.669,88
CAMPOS DO JORDAO-SP	16.220.073,64	CAPISTRANO-CE	518.988,98
CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ	359.638.265,48	CAPITAO ANDRADE-MG	1.702.766,37
CAMPOS GERAIS-MG	44.012.350,74	CAPITAO DE CAMPOS-PI	962.350,00
CAMPOS LINDOS-TO	60.669.245,55	CAPITAO ENEAS-MG	76.570.286,52
CAMPOS NOVOS PAULISTA-SP	16.101.525,88	CAPITAO GERVASIO DE OLIVEIRA-PI	153.984,60
CAMPOS NOVOS-SC	814.992.357,73	CAPITAO LEONIDAS MARQUES-PR	34.199.523,88
CAMPOS SALES-CE	5.112.797,28	CAPITAO POCO-PA	27.618.508,24
CAMPOS VERDES-GO	1.295.913,34	CAPITAO-RS	5.649.088,21
CAMUTANGA-PE	22.745.543,12	CAPITOLIO-MG	14.055.657,44
CANA VERDE-MG	2.466.587,40	CAPIVARI DE BAIXO-SC	59.237.022,36
CANAA DOS CARAJAS-PA	74.566.085,50	CAPIVARI DO SUL-RS	32.125.997,84
CANAA-MG	1.077.752,91	CAPIVARI-SP	137.071.539,54
CANABRAVA DO NORTE-MT	8.452.656,29	CAPIXABA-AC	953.111,78
CANANEIA-SP	4.045.186,23	CAPOEIRAS-PE	3.159.751,92
CANAPI-AL	675.968,25	CAPUTIRA-MG	3.485.903,49
CANAPOLIS-BA	1.128.483,12	CARAA-RS	3.378.689,42
CANAPOLIS-MG	45.926.312,30	CARACARAI-RR	6.184.788,03
CANARANA-BA	7.003.654,08	CARACOL-MS	7.239.437,01
CANARANA-MT	259.647.668,66	CARACOL-PI	960.500,00
CANAS-SP	10.391.639,99	CARAGUATATUBA-SP	53.146.948,91
CANAVIEIRA-PI	150.000,00	CARAIBAS-BA	1.815.447,37
CANAVIEIRAS-BA	3.406.404,42	CARAI-MG	6.738.909,30
CANDEAL-BA	277.563,63	CARAMBEI-PR	224.536.756,64
CANDEIAS DO JAMARI-RO	9.468.645,19	CARANAIBA-MG	401.050,00
CANDEIAS-BA	439.876.731,57	CARANDAI-MG	79.414.057,62
CANDEIAS-MG	43.727.292,59	CARANGOLA-MG	15.453.602,96
CANDELARIA-RS	52.660.148,26	CARAPEBUS-RJ	3.148.542,76
CANDIBA-BA	3.347.307,28	CARAPICUIBA-SP	293.089.934,08
CANDIDO DE ABREU-PR	37.754.083,75	CARATINGA-MG	122.006.316,96
CANDIDO GODOI-RS	16.551.923,94	CARAUARI-AM	178.648,39
CANDIDO MENDES-MA	526.511,88	CARAUBAS DO PIAUI-PI	298.115,43
CANDIDO MOTA-SP	109.086.172,90	CARAUBAS-RN	4.209.868,64
CANDIDO RODRIGUES-SP	3.249.294,22	CARAVELAS-BA	16.843.239,52
CANDIDO SALES-BA	5.463.889,46	CARAZINHO-RS	232.782.547,49
CANDIOTA-RS	28.969.740,92	CARBONITA-MG	4.811.926,55
CANDOI-PR	111.160.749,41	CARDEAL DA SILVA-BA	1.353.815,61
CANELA-RS	37.585.582,42	CARDOSO MOREIRA-RJ	4.453.209,71
CANELINHA-SC	42.739.022,49	CARDOSO-SP	15.668.612,70
CANGUARETAMA-RN	6.752.595,05	CAREACU-MG	6.957.230,30
CANGUCU-RS	117.579.948,11	CAREIRO DA VARZEA-AM	268.770,00
CANHOBA-SE	341.100,00	CAREIRO-AM	1.964.678,72
CANHOTINHO-PE	1.931.320,45	CARIACICA-ES	953.001.856,45
CANINDE DE SAO FRANCISCO-SE	4.323.457,39	CARIDADE DO PIAUI-PI	139.103,04
CANINDE-CE	18.615.022,80	CARIDADE-CE	1.076.183,20
CANITAR-SP	1.758.912,00	CARINHANHA-BA	2.978.455,28
CANOAS-RS	1.880.937.677,35	CARIRA-SE	19.066.077,28
CANOINHAS-SC	191.068.657,97	CARIRE-CE	1.330.490,93
CANSANCAO-BA	7.612.216,20	CARIRI DO TOCANTINS-TO	21.602.861,69
CANTAGALO-MG	1.462.960,57	CARIRIACU-CE	2.905.064,19
CANTAGALO-PR	38.378.250,77	CARIUS-CE	7.312.276,38
CANTAGALO-RJ	13.906.427,74	CARLINDA-MT	22.153.691,79
CANTANHEDE-MA	1.147.948,69	CARLOPOLIS-PR	17.280.283,70
CANTA-RR	521.044,44	CARLOS BARBOSA-RS	217.695.223,92
CANTO DO BURITI-PI	4.344.021,10	CARLOS CHAGAS-MG	22.908.226,74
CANUDOS DO VALE-RS	2.146.329,32	CARLOS GOMES-RS	3.926.969,24
CANUDOS-BA	1.539.591,68	CARMESIA-MG	120.525.129,96
CANUTAMA-AM	33.212,61	CARMO DA CACHOEIRA-MG	27.237.767,55
CAPANEMA-PA	74.142.099,54	CARMO DA MATA-MG	19.167.755,51
CAPANEMA-PR	72.313.437,62	CARMO DE MINAS-MG	13.948.393,96
CAPAO ALTO-SC	9.964.686,29	CARMO DO CAJURU-MG	14.273.699,71
CAPAO BONITO DO SUL-RS	35.148.691,64	CARMO DO PARANAIBA-MG	93.364.152,15
CAPAO BONITO-SP	94.515.434,71	CARMO DO RIO CLARO-MG	55.763.681,42
CAPAO DA CANOA-RS	27.125.282,13	CARMO DO RIO VERDE-GO	9.838.388,41
CAPAO DO CIPO-RS	81.983.789,44	CARMOLANDIA-TO	2.141.495,80
CAPAO DO LEAO-RS	118.299.831,45	CARMOPOLIS DE MINAS-MG	16.316.589,72
CAPARAO-MG	1.902.388,34	CARMOPOLIS-SE	6.687.037,31

Classificação conforme Lei de acesso à informação (OS PRESI 01/2015-BNDES): Ostensivo 83
Unidade Gestora: BNDES/Área Financeira/Departamento de Captação Interna

Em Reais

Município-UF	Valor da Liberação
CARMO-RJ	8.979.408,76
CARNAIBA-PE	2.279.237,03
CARNAUBA DOS DANTAS-RN	13.182.594,49
CARNAUBAIS-RN	138.050,00
CARNAUBAL-CE	1.410.897,35
CARNEIRINHO-MG	48.565.173,89
CARNEIROS-AL	1.405.842,72
CAROEBE-RR	657.347,91
CAROLINA-MA	26.382.712,49
CARPINA-PE	59.395.221,22
CARRANCAS-MG	9.538.601,02
CARRAPATEIRA-PB	112.107,65
CARRASCO BONITO-TO	950.670,00
CARUARU-PE	255.772.026,34
CARUTAPERA-MA	5.097.872,83
CARVALHOPOLIS-MG	1.952.590,80
CARVALHOS-MG	5.319.631,65
CASA BRANCA-SP	63.087.051,14
CASA GRANDE-MG	6.769.220,00
CASA NOVA-BA	9.876.546,29
CASCALHO RICO-MG	9.113.773,70
CASCA-RS	115.817.977,10
CASCAVEL-CE	35.025.023,46
CASCAVEL-PR	1.432.739.436,50
CASEARA-TO	30.521.429,42
CASEIROS-RS	27.673.882,01
CASIMIRO DE ABREU-RJ	22.261.665,82
CASINHAS-PE	556.963,57
CASSERENGUE-PB	27.469,53
CASSIA DOS COQUEIROS-SP	5.293.610,10
CASSIA-MG	38.720.337,09
CASSILANDIA-MS	42.100.191,57
CASTANHAL-PA	178.449.405,70
CASTANHEIRA-MT	16.880.474,67
CASTANHEIRAS-RO	4.585.314,53
CASTELANDIA-GO	2.053.041,47
CASTELO DO PIAUI-PI	2.542.666,14
CASTELO-ES	104.096.209,69
CASTILHO-SP	16.278.923,76
CASTRO ALVES-BA	14.930.012,71
CASTRO-PR	759.027.023,00
CATAGUASES-MG	157.582.344,08
CATALAO-GO	413.871.022,71
CATANDUVA-SP	413.668.157,37
CATANDUVAS-PR	31.231.520,31
CATANDUVAS-SC	102.578.491,93
CATARINA-CE	1.668.858,49
CATAS ALTAS DA NORUEGA-MG	5.111.264,00
CATAS ALTAS-MG	15.249.704,88
CATENDE-PE	9.862.822,01
CATIGUA-SP	22.527.760,47
CATINGUEIRA-PB	544.000,00
CATOLANDIA-BA	827.911,16
CATOLE DO ROCHA-PB	9.310.506,90
CATU-BA	639.702.461,20
CATUIPE-RS	48.606.001,70
CATUJI-MG	4.288.781,66
CATUNDA-CE	1.427.598,08
CATURAI-GO	2.633.473,04
CATURAMA-BA	604.040,77
CATURITE-PB	3.649.757,50
CATUTI-MG	684.013,55
CAUCAIA-CE	159.468.999,62
CAVALCANTE-GO	3.179.581,33
CAXAMBU DO SUL-RS	4.971,48
CAXAMBU DO SUL-SC	9.248.444,82
CAXAMBU-MG	11.702.792,40
CAXIAS DO SUL-RS	4.785.574.400,63
CAXIAS-MA	41.217.401,19
CAXINGO-PI	156.535,73
CEARA-MIRIM-RN	22.154.829,77
CEDRAL-MA	148.234,51
CEDRAL-SP	13.716.943,65
CEDRO DE SAO JOAO-SE	481.999,40
CEDRO DO ABAETE-MG	408.263,00
CEDRO-CE	2.740.388,26
CEDRO-PE	814.418,97
CELSO RAMOS-SC	25.194.237,20
CENTENARIO DO SUL-PR	13.952.407,78
CENTENARIO-RS	8.577.792,60
CENTENARIO-TO	3.826.676,50
CENTRAL DE MINAS-MG	1.942.792,67
CENTRAL DO MARANHAO-MA	92.750,00
CENTRAL-BA	1.554.148,64
CENTRALINA-MG	7.411.088,70
CENTRO DO GUILHERME-MA	747.900,00
CENTRO NOVO DO MARANHAO-MA	4.301.925,85
CEREJEIRAS-RO	39.846.620,76
CERES-GO	31.106.598,33
CERQUEIRA CESAR-SP	35.186.491,55
CERQUILHO-SP	258.887.581,77
CERRITO-RS	10.670.104,79
CERRO AZUL-PR	19.411.370,75
CERRO BRANCO-RS	4.852.567,55
CERRO CORA-RN	254.286,07
CERRO GRANDE DO SUL-RS	12.014.343,21
CERRO GRANDE-RS	5.781.610,96
CERRO LARGO-RS	53.114.809,77
CERRO NEGRO-SC	6.554.354,92
CESARIO LANGE-SP	53.010.373,67
CEU AZUL-PR	88.135.481,41
CEZARINA-GO	30.590.301,68
CHA DE ALEGRIA-PE	215.100,00
CHA GRANDE-PE	7.271.630,10
CHA PRETA-AL	456.651,63
CHACARA-MG	1.128.643,78
CHALE-MG	17.750.973,44
CHAPADA DA NATIVIDADE-TO	11.929.708,82
CHAPADA DE AREIA-TO	2.411.052,55
CHAPADA DO NORTE-MG	4.331.209,73
CHAPADA DOS GUIMARAES-MT	57.200.759,78
CHAPADA GAUCHA-MG	41.587.185,43
CHAPADAO DO CEU-GO	506.581.355,33
CHAPADAO DO LAGEADO-SC	4.647.737,05
CHAPADAO DO SUL-MS	650.478.568,15
CHAPADA-RS	94.615.873,44
CHAPADINHA-MA	26.020.765,30
CHAPECO-SC	1.186.726.071,34
CHARQUEADA-SP	39.794.124,27
CHARQUEADAS-RS	37.294.154,81
CHARRUA-RS	7.466.731,54
CHAVAL-CE	516.389,38
CHAVANTES-SP	4.483.390,82
CHIADOR-MG	433.670,28
CHIAPETA-RS	52.956.478,20
CHOPINZINHO-PR	130.168.320,55
CHORO-CE	66.000,00
CHOROZINHO-CE	11.543.103,07
CHORROCHO-BA	746.477,94
CHUI-RS	21.673.048,20
CHUPINGUAIA-RO	32.314.836,80
CHUVISCA-RS	5.987.065,21
CIANORTE-PR	310.538.185,18
CICERO DANTAS-BA	5.442.918,75
CIDADE GAUCHA-PR	83.540.892,25
CIDADE OCIDENTAL-GO	7.832.952,43
CIDELANDIA-MA	5.824.863,59
CIDREIRA-RS	6.174.610,46
CIPO-BA	1.318.981,19
CIPOTANEA-MG	2.258.177,82
CIRIACO-RS	13.555.689,18
CLARAVAL-MG	6.062.386,00
CLARO DOS POCOES-MG	2.196.035,80
CLAUDIA-MT	94.069.786,50
CLAUDIO-MG	126.885.636,67
CLEMENTINA-SP	283.919.948,99
CLEVELANDIA-PR	87.341.021,07
COARACI-BA	1.629.803,07
COARI-AM	4.319.891,01
COCAL DE TELHA-PI	553.958,84
COCAL DO SUL-SC	44.074.407,55
COCALINHO-MT	23.218.790,51
COCAL-PI	1.623.242,50
COCALZINHO DE GOIAS-GO	16.558.459,05
COCOS-BA	27.659.440,41
CODAJAS-AM	289.786,28
CODO-MA	29.037.667,62
COELHO NETO-MA	1.299.861,16
COIMBRA-MG	9.170.575,68
COITE DO NOIA-AL	300.598,98

84 Classificação conforme Lei de acesso à informação (OS PRESI 01/2015-BNDES): Ostensivo
Unidade Gestora: BNDES/Área Financeira/Departamento de Captação Interna

Em Reais

Município-UF	Valor da Liberação
COIVARAS-PI	227.700,00
COLATINA-ES	335.513.383,13
COLIDER-MT	57.859.788,24
COLINAS DO SUL-GO	2.018.718,11
COLINAS DO TOCANTINS-TO	52.104.413,78
COLINAS-MA	7.955.322,08
COLINA-SP	185.685.874,41
COLINAS-RS	7.937.702,05
COLMEIA-TO	6.480.479,78
COLNIZA-MT	10.727.846,01
COLOMBIA-SP	30.261.023,55
COLOMBO-PR	541.987.593,67
COLONIA DO GURGUEIA-PI	641.745,28
COLONIA LEOPOLDINA-AL	704.618,69
COLORADO DO OESTE-RO	28.037.977,96
COLORADO-PR	171.788.543,32
COLORADO-RS	32.558.020,54
COLUNA-MG	1.855.256,06
COMBINADO-TO	557.906,62
COMENDADOR GOMES-MG	5.251.115,14
COMENDADOR LEVY GASPARIAN-RJ	32.385.053,83
COMERCINHO-MG	1.492.218,60
COMODORO-MT	73.156.037,70
CONCEICAO DA APARECIDA-MG	10.686.503,86
CONCEICAO DA BARRA DE MINAS-MG	3.627.670,32
CONCEICAO DA BARRA-ES	40.534.395,66
CONCEICAO DA FEIRA-BA	12.861.637,48
CONCEICAO DAS ALAGOAS-MG	120.648.282,59
CONCEICAO DAS PEDRAS-MG	1.119.435,00
CONCEICAO DE IPANEMA-MG	591.720,00
CONCEICAO DE MACABU-RJ	6.381.487,42
CONCEICAO DO ALMEIDA-BA	2.221.447,20
CONCEICAO DO ARAGUAIA-PA	11.977.520,15
CONCEICAO DO CANINDE-PI	1.119.354,81
CONCEICAO DO CASTELO-ES	22.161.229,48
CONCEICAO DO COITE-BA	20.557.518,73
CONCEICAO DO JACUIPE-BA	77.641.844,60
CONCEICAO DO LAGO-ACU-MA	259.650,00
CONCEICAO DO MATO DENTRO-MG	22.958.419,30
CONCEICAO DO PARA-MG	16.787.742,75
CONCEICAO DO RIO VERDE-MG	19.408.563,80
CONCEICAO DO TOCANTINS-TO	649.094,46
CONCEICAO DOS OUROS-MG	14.577.694,53
CONCEICAO-PB	4.039.441,97
CONCHAL-SP	30.779.446,98
CONCHAS-SP	28.847.900,73
CONCORDIA DO PARA-PA	385.071,93
CONCORDIA-SC	1.232.799.655,07
CONDADO-PB	2.057.517,24
CONDADO-PE	6.951.315,08
CONDE-BA	8.745.723,62
CONDE-PB	17.688.214,46
CONDEUBA-BA	9.046.519,62
CONDOR-RS	57.416.584,00
CONEGO MARINHO-MG	351.770,00
CONFINS-MG	14.635.191,04
CONFRESA-MT	65.248.309,27
CONGONHAL-MG	13.605.085,74
CONGONHAS DO NORTE-MG	3.369.458,85
CONGONHAS-MG	279.580.825,38
CONGONHINHAS-PR	32.479.328,49
CONGO-PB	857.556,38
CONQUISTA D'OESTE-MT	5.167.441,03
CONQUISTA-MG	28.862.085,15
CONSELHEIRO LAFAIETE-MG	184.189.927,56
CONSELHEIRO MAIRINCK-PR	4.863.760,14
CONSELHEIRO PENA-MG	4.527.538,47
CONSOLACAO-MG	760.500,00
CONSTANTINA-RS	25.734.732,51
CONTAGEM-MG	3.674.845.673,35
CONTENDA-PR	40.879.157,09
CONTENDAS DO SINCORA-BA	723.678,40
COQUEIRAL-MG	15.369.672,53
COQUEIRO BAIXO-RS	947.558,05
COQUEIRO SECO-AL	43.497,90
COQUEIROS DO SUL-RS	11.109.345,62
CORACAO DE JESUS-MG	8.439.187,15
CORACAO DE MARIA-BA	3.270.578,10
CORBELIA-PR	120.651.688,19
CORDEIROPOLIS-SP	271.682.174,93

Em Reais

Município-UF	Valor da Liberação
CORDEIRO-RJ	9.685.077,28
CORDEIROS-BA	1.739.830,89
CORDILHEIRA ALTA-SC	32.527.937,01
CORDISBURGO-MG	5.690.159,36
CORDISLANDIA-MG	6.041.227,00
COREAU-CE	2.812.579,26
COREMAS-PB	2.365.745,17
CORGUINHO-MS	7.059.866,10
CORIBE-BA	860.263,00
CORINTO-MG	11.296.667,82
CORNELIO PROCOPIO-PR	181.527.441,49
COROACI-MG	2.750.861,30
COROADOS-SP	22.106.730,05
COROATA-MA	8.612.507,68
COROMANDEL-MG	163.716.069,50
CORONEL BARROS-RS	7.544.616,17
CORONEL BICACO-RS	50.843.316,63
CORONEL DOMINGOS SOARES-PR	29.862.432,99
CORONEL EZEQUIEL-RN	40.800,00
CORONEL FABRICIANO-MG	151.576.960,30
CORONEL FREITAS-SC	44.581.622,33
CORONEL JOAO PESSOA-RN	460.100,00
CORONEL JOAO SA-BA	2.936.632,42
CORONEL MACEDO-SP	16.371.637,09
CORONEL MARTINS-SC	2.618.735,57
CORONEL MURTA-MG	1.146.064,22
CORONEL PACHECO-MG	3.214.570,90
CORONEL PILAR-RS	5.871.380,99
CORONEL SAPUCAIA-MS	9.615.766,27
CORONEL VIVIDA-PR	109.798.412,52
CORONEL XAVIER CHAVES-MG	4.445.853,90
CORREGO DANTA-MG	4.972.846,95
CORREGO DO BOM JESUS-MG	758.857,19
CORREGO DO OURO-GO	1.105.906,71
CORREGO FUNDO-MG	22.436.748,80
CORREGO NOVO-MG	599.655,58
CORREIA PINTO-SC	66.683.777,63
CORRENTE-PI	10.710.069,78
CORRENTES-PE	2.396.010,00
CORRENTINA-BA	190.853.599,15
CORTES-PE	1.224.884,07
CORUMBA DE GOIAS-GO	14.260.136,78
CORUMBAIBA-GO	38.267.265,32
CORUMBA-MS	75.806.403,20
CORUMBATAI DO SUL-PR	4.765.940,43
CORUMBATAI-SP	24.885.281,69
CORUMBIARA-RO	20.087.887,58
CORUPA-SC	48.562.513,40
CORURIPE-AL	59.819.301,48
COSMOPOLIS-SP	155.824.557,14
COSMORAMA-SP	50.526.106,65
COSTA MARQUES-RO	3.683.868,29
COSTA RICA-MS	291.867.847,45
COTEGIPE-BA	5.225.424,99
COTIA-SP	336.001.434,19
COTIPORA-RS	3.690.850,43
COTRIGUACU-MT	15.417.031,03
COUTO DE MAGALHAES DE MINAS-MG	3.958.039,88
COUTO DE MAGALHAES-TO	14.936.645,01
COXILHA-RS	44.076.892,15
COXIM-MS	71.561.077,65
CRAIBAS-AL	3.002.462,35
CRATEUS-CE	20.295.807,62
CRATO-CE	56.693.784,61
CRAVINHOS-SP	186.374.809,56
CRAVOLANDIA-BA	113.250,68
CRICIUMA-SC	715.469.844,30
CRISOLITA-MG	2.011.790,60
CRISOPOLIS-BA	1.299.566,70
CRISSIUMAL-RS	16.502.841,16
CRISTAIS PAULISTA-SP	32.107.792,78
CRISTAIS-MG	21.156.770,19
CRISTAL DO SUL-RS	7.032.010,46
CRISTALANDIA DO PIAUI-PI	2.094.094,00
CRISTALANDIA-TO	16.775.003,43
CRISTALIA-MG	384.723,26
CRISTALINA-GO	280.860.103,42
CRISTAL-RS	21.304.433,70
CRISTIANO OTONI-MG	7.451.023,11
CRISTIANOPOLIS-GO	7.512.205,52

Classificação conforme Lei de acesso à informação (OS PRESI 01/2015-BNDES): Ostensivo 85
Unidade Gestora: BNDES/Área Financeira/Departamento de Captação Interna

Em Reais

Município-UF	Valor da Liberação
CRISTINA-MG	10.214.394,63
CRISTINAPOLIS-SE	2.947.628,53
CRISTINO CASTRO-PI	5.624.089,35
CRISTOPOLIS-BA	1.285.857,26
CRIXAS DO TOCANTINS-TO	7.200.333,20
CRIXAS-GO	35.549.908,35
CROATA-CE	678.484,34
CROMINIA-GO	2.905.666,94
CRUCILANDIA-MG	2.130.814,62
CRUZ ALTA-RS	395.317.671,03
CRUZ DAS ALMAS-BA	41.627.629,13
CRUZ DO ESPIRITO SANTO-PB	1.840.970,14
CRUZ MACHADO-PI	4.998,00
CRUZ MACHADO-PR	21.306.642,27
CRUZ MACHADO-SP	15.627,00
CRUZALIA-SP	11.499.675,45
CRUZALTENSE-RS	6.660.208,08
CRUZ-CE	9.130.131,27
CRUZEIRO DA FORTALEZA-MG	10.088.353,62
CRUZEIRO DO IGUACU-PR	13.487.439,24
CRUZEIRO DO OESTE-PR	37.528.188,47
CRUZEIRO DO SUL-AC	48.309.108,13
CRUZEIRO DO SUL-PR	12.295.765,12
CRUZEIRO DO SUL-RS	29.810.104,61
CRUZEIRO-SP	1.399.186.148,03
CRUZETA-RN	2.599.662,29
CRUZILIA-MG	12.763.337,45
CRUZMALTINA-PR	30.534.848,82
CUBATAO-SP	1.032.717.098,32
CUBATI-PB	67.901,35
CUIABA-MT	2.498.359.456,65
CUITE DE MAMANGUAPE-PB	29.217,81
CUITEGI-PB	792.281,42
CUITE-PB	3.582.780,54
CUJUBIM-RO	17.055.097,96
CUMARI-GO	3.504.762,70
CUMARU DO NORTE-PA	27.834.167,01
CUMARU-PE	1.042.455,77
CUMBE-SE	3.781.662,11
CUNHA PORA-SC	104.683.040,78
CUNHA-SP	7.732.157,13
CUNHATAI-SC	2.981.265,89
CUPARAQUE-MG	446.120,97
CUPIRA-PE	4.848.978,02
CURACA-BA	2.922.938,78
CURIMATA-PI	341.841,42
CURIONOPOLIS-PA	10.400.478,62
CURITIBANOS-SC	263.091.819,28
CURITIBA-PR	8.141.287.838,54
CURIUVA-PR	11.577.313,79
CURRAIS NOVOS-RN	40.336.475,27
CURRAIS-PI	29.881.180,07
CURRAL DE CIMA-PB	21.399,65
CURRAL DE DENTRO-MG	7.538.614,40
CURRAL VELHO-PB	123.000,00
CURRALINHO-PA	99.446,90
CURUA-PA	116.991,06
CURUCA-PA	1.289.582,93
CURURUPU-MA	2.328.141,75
CURVELANDIA-MT	6.082.906,23
CURVELO-MG	79.231.568,83
CUSTODIA-PE	17.406.957,74
DAMIANOPOLIS-GO	861.190,72
DAMOLANDIA-GO	573.694,53
DARCINOPOLIS-TO	7.972.720,32
DARIO MEIRA-BA	995.915,89
DATAS-MG	358.900,00
DAVID CANABARRO-RS	19.510.862,34
DAVINOPOLIS-GO	3.971.910,00
DAVINOPOLIS-MA	7.422.543,28
DELFIM MOREIRA-MG	2.364.251,00
DELFINOPOLIS-MG	16.639.324,59
DELMIRO GOUVEIA-AL	4.277.967,23
DELTA-MG	66.431.440,96
DEMERVAL LOBAO-PI	1.312.477,76
DENISE-MT	11.503.911,60
DEODAPOLIS-MS	16.051.986,72
DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO-CE	531.100,00
DERRUBADAS-RS	8.505.444,94
DESCALVADO-SP	144.409.653,23

Em Reais

Município-UF	Valor da Liberação
DESCANSO-SC	33.880.993,10
DESCOBERTO-MG	2.269.739,30
DESTERRO DE ENTRE RIOS-MG	3.001.003,56
DESTERRO DO MELO-MG	1.489.846,00
DESTERRO-PB	1.529.617,57
DEZESSEIS DE NOVEMBRO-RS	2.085.387,69
DIADEMA-SP	1.663.057.987,21
DIAMANTE DO NORTE-PR	7.545.349,00
DIAMANTE DO SUL-PR	3.532.497,51
DIAMANTE D'OESTE-PR	7.216.987,84
DIAMANTE-PB	122.000,00
DIAMANTINA-MG	47.033.165,82
DIAMANTINO-MT	229.750.646,46
DIANOPOLIS-TO	43.067.542,99
DIAS D'AVILA-BA	153.985.223,67
DILERMANDO DE AGUIAR-RS	29.878.880,70
DIOGO DE VASCONCELOS-MG	900.072,20
DIONISIO CERQUEIRA-SC	56.554.567,29
DIONISIO-MG	2.489.277,40
DIORAMA-GO	2.402.248,73
DIRCE REIS-SP	2.272.839,01
DIRCEU ARCOVERDE-PI	275.425,36
DIVERSOS-AC	502.099.763,22
DIVERSOS-AL	745.747.473,86
DIVERSOS-AM	481.098.969,37
DIVERSOS-AP	796.290.238,57
DIVERSOS-BA	4.334.734.633,07
DIVERSOS-CE	1.938.533.383,57
DIVERSOS-DF	4.685.691.311,25
DIVERSOS-ES	3.179.663.886,48
DIVERSOS-GO	4.182.097.181,00
DIVERSOS-IE	15.109.995.740,63
DIVERSOS-MA	3.836.639.697,27
DIVERSOS-MG	6.608.430.260,00
DIVERSOS-MS	2.332.748.163,43
DIVERSOS-MT	2.157.274.478,09
DIVERSOS-PA	11.492.279.333,27
DIVERSOS-PB	284.097.185,86
DIVERSOS-PE	2.843.874.541,81
DIVERSOS-PI	830.395.647,15
DIVERSOS-PR	3.909.525.184,99
DIVERSOS-RJ	9.602.328.470,52
DIVERSOS-RN	848.241.066,02
DIVERSOS-RO	965.629.232,10
DIVERSOS-RR	444.087.409,09
DIVERSOS-RS	2.828.638.049,79
DIVERSOS-SC	4.497.045.211,48
DIVERSOS-SE	539.091.555,44
DIVERSOS-SP	19.251.849.384,06
DIVERSOS-TO	794.558.790,15
DIVINA PASTORA-SE	103.600,00
DIVINESIA-MG	3.595.490,47
DIVINO DAS LARANJEIRAS-MG	3.746.492,07
DIVINO DE SAO LOURENCO-ES	2.741.397,24
DIVINOLANDIA DE MINAS-MG	1.245.918,89
DIVINOLANDIA-SP	22.539.494,15
DIVINO-MG	5.930.623,12
DIVINOPOLIS DE GOIAS-GO	6.975.411,36
DIVINOPOLIS DO TOCANTINS-TO	23.248.902,45
DIVINOPOLIS-MG	400.591.668,70
DIVISA ALEGRE-MG	3.082.966,60
DIVISA NOVA-MG	5.396.304,43
DIVISOPOLIS-MG	2.064.520,86
DOBRADA-SP	7.325.264,59
DOIS CORREGOS-SP	112.963.943,56
DOIS IRMAOS DAS MISSOES-RS	31.146.926,64
DOIS IRMAOS DO BURITI-MS	11.984.672,41
DOIS IRMAOS DO TOCANTINS-TO	8.048.447,50
DOIS IRMAOS-RS	171.977.688,36
DOIS LAJEADOS-RS	9.880.127,24
DOIS RIACHOS-AL	850.152,85
DOIS VIZINHOS-PR	218.564.205,12
DOLCINOPOLIS-SP	1.811.106,04
DOM AQUINO-MT	63.218.245,57
DOM BASILIO-BA	17.312.103,85
DOM BOSCO-MG	4.081.204,76
DOM CAVATI-MG	2.040.780,42
DOM ELISEU-PA	38.313.110,84
DOM EXPEDITO LOPES-PI	1.401.959,08
DOM FELICIANO-RS	12.149.089,69

86 Classificação conforme Lei de acesso à informação (OS PRESI 01/2015-BNDES): Ostensivo
Unidade Gestora: BNDES/Área Financeira/Departamento de Captação Interna

Em Reais *Em Reais*

Município-UF	Valor da Liberação	Município-UF	Valor da Liberação
DOM INOCENCIO-PI	286.750,00	ENTRE-IJUIS-RS	81.699.747,12
DOM JOAQUIM-MG	881.235,00	ENVIRA-AM	27.595,69
DOM MACEDO COSTA-BA	159.120,00	EPITACIOLANDIA-AC	21.449.531,07
DOM PEDRITO-RS	285.515.908,37	EQUADOR-RN	2.977.224,18
DOM PEDRO DE ALCANTARA-RS	3.700.969,95	EREBANGO-RS	12.150.669,83
DOM PEDRO-MA	26.656.087,99	ERECHIM-RS	1.196.697.388,61
DOM SILVERIO-MG	4.395.773,69	ERERE-CE	672.949,25
DOM VICOSO-MG	874.468,21	ERICO CARDOSO-BA	234.437,67
DOMINGOS MARTINS-ES	39.421.310,78	ERMO-SC	12.665.642,24
DOMINGOS MOURAO-PI	220.704,69	ERNESTINA-RS	24.689.305,84
DONA EMMA-SC	14.604.250,24	ERVAL GRANDE-RS	16.812.491,54
DONA EUZEBIA-MG	10.776.446,27	ERVAL SECO-RS	26.086.265,53
DONA FRANCISCA-RS	5.594.933,86	ERVAL VELHO-SC	15.123.306,59
DONA INES-PB	533.050,00	ERVALIA-MG	11.006.942,94
DORES DE CAMPOS-MG	21.751.075,79	ESCADA-PE	48.720.824,80
DORES DE GUANHAES-MG	6.401.181,73	ESMERALDA-RS	43.353.851,02
DORES DO INDAIA-MG	10.805.940,52	ESMERALDAS-MG	80.881.678,81
DORES DO RIO PRETO-ES	9.670.134,68	ESPERA FELIZ-MG	15.283.378,27
DORES DO RIO PRETO-MG	24.480,00	ESPERANCA DO SUL-RS	2.108.583,94
DORES DO TURVO-MG	2.410.191,28	ESPERANCA NOVA-PR	3.449.144,51
DORESOPOLIS-MG	1.544.753,60	ESPERANCA-PB	24.607.216,36
DORMENTES-PE	9.290.677,84	ESPERANTINA-PI	2.808.430,59
DOURADINA-MS	10.676.865,13	ESPERANTINA-TO	226.846,00
DOURADINA-PR	55.702.975,37	ESPERANTINOPOLIS-MA	11.800.525,01
DOURADOQUARA-MG	635.297,24	ESPIGAO ALTO DO IGUACU-PR	11.735.794,34
DOURADOS-MS	455.543.455,73	ESPIGAO D'OESTE-RO	33.588.896,55
DOURADO-SP	30.366.788,93	ESPINOSA-MG	14.003.343,16
DOUTOR CAMARGO-PR	17.308.290,93	ESPIRITO SANTO DO DOURADO-MG	7.541.302,14
DOUTOR MAURICIO CARDOSO-RS	13.956.689,96	ESPIRITO SANTO DO PINHAL-SP	79.606.683,34
DOUTOR PEDRINHO-SC	7.538.205,95	ESPIRITO SANTO DO TURVO-SP	4.162.688,95
DOUTOR RICARDO-RS	10.438.094,51	ESPIRITO SANTO-RN	596.700,00
DOUTOR SEVERIANO-RN	703.567,51	ESPLANADA-BA	14.001.805,65
DOUTOR ULYSSES-PR	1.178.716,40	ESPUMOSO-RS	89.613.965,50
DOVERLANDIA-GO	15.482.733,98	ESTACAO-RS	42.982.721,00
DRACENA-SP	91.794.216,33	ESTANCIA VELHA-RS	76.098.157,31
DUARTINA-SP	21.214.434,07	ESTANCIA-SE	80.335.502,55
DUAS BARRAS-RJ	3.732.679,42	ESTEIO-RS	186.648.901,13
DUAS ESTRADAS-PB	158.392,26	ESTIVA GERBI-SP	30.939.839,86
DUERE-TO	28.371.733,66	ESTIVA-MG	14.430.416,55
DUMONT-SP	30.099.814,76	ESTREITO-MA	17.658.248,32
DUQUE BACELAR-MA	637.309,45	ESTRELA DALVA-MG	796.677,27
DUQUE DE CAXIAS-RJ	1.410.813.701,67	ESTRELA DE ALAGOAS-AL	181.788,80
DURANDE-MG	7.691.528,22	ESTRELA DO INDAIA-MG	4.072.310,00
ECHAPORA-SP	15.681.546,59	ESTRELA DO NORTE-GO	4.802.424,00
ECOPORANGA-ES	16.200.660,96	ESTRELA DO NORTE-SP	3.324.924,00
EDEALINA-GO	85.302.194,50	ESTRELA DO SUL-MG	21.036.698,40
EDEIA-GO	78.429.300,44	ESTRELA D'OESTE-SP	12.449.301,01
EIRUNEPE-AM	11.938,62	ESTRELA VELHA-RS	24.124.442,25
ELDORADO DO SUL-RS	176.122.393,75	ESTRELA-RS	239.978.519,36
ELDORADO DOS CARAJAS-PA	7.562.605,60	EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA-SP	11.240.890,77
ELDORADO-MS	36.411.121,60	EUCLIDES DA CUNHA-BA	15.673.050,42
ELDORADO-SP	9.591.982,42	EUGENIO DE CASTRO-RS	48.910.065,24
ELESBAO VELOSO-PI	1.414.270,21	EUGENOPOLIS-MG	4.472.164,85
ELIAS FAUSTO-SP	181.758.218,30	EUNAPOLIS-BA	163.957.413,21
ELISEU MARTINS-PI	2.142.793,04	EUSEBIO-CE	253.404.767,43
ELISIARIO-SP	12.033.604,56	EWBANK DA CAMARA-MG	2.125.571,50
ELISIO MEDRADO-BA	317.135,29	EXTREMA-MG	249.290.361,99
ELOI MENDES-MG	38.443.704,61	EXTREMOZ-RN	1.031.384,79
EMBAUBA-SP	5.143.399,18	EXU-PE	3.402.993,65
EMBU DAS ARTES-SP	528.439.100,67	FAGUNDES VARELA-RS	13.938.610,94
EMBU-GUACU-SP	41.366.756,85	FAGUNDES-PB	198.667,44
EMBU-SP	137.629.065,24	FAINA-GO	6.660.222,44
EMILIANOPOLIS-SP	1.772.650,82	FAMA-MG	2.605.414,23
ENCANTADO-RS	147.605.040,29	FARIA LEMOS-MG	4.510.078,87
ENCANTO-RN	45.181,59	FARIAS BRITO-CE	4.022.757,68
ENCRUZILHADA DO SUL-RS	54.645.966,29	FAROL-PR	38.756.508,05
ENCRUZILHADA-BA	13.919.736,41	FARROUPILHA-RS	364.143.392,21
ENEAS MARQUES-PR	48.989.091,64	FARTURA-SP	21.890.429,44
ENGENHEIRO BELTRAO-PR	54.917.017,87	FATIMA DO SUL-MS	19.667.254,40
ENGENHEIRO CALDAS-MG	6.826.457,07	FATIMA-BA	3.265.623,59
ENGENHEIRO COELHO-SP	20.020.144,24	FATIMA-TO	4.517.242,27
ENGENHEIRO NAVARRO-MG	2.834.108,83	FAXINAL DO SOTURNO-RS	12.918.510,73
ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN-RJ	2.814.548,18	FAXINAL DOS GUEDES-SC	103.301.883,63
ENGENHO VELHO-RS	1.594.226,82	FAXINAL-PR	65.238.580,98
ENTRE FOLHAS-MG	1.473.263,13	FAXINALZINHO-RS	55.290.348,08
ENTRE RIOS DE MINAS-MG	13.566.004,24	FAZENDA NOVA-GO	3.410.610,00
ENTRE RIOS DO OESTE-PR	41.409.121,33	FAZENDA RIO GRANDE-PR	177.496.707,69
ENTRE RIOS DO SUL-RS	4.738.192,33	FAZENDA VILANOVA-RS	12.540.852,88
ENTRE RIOS-BA	13.047.560,54	FEIJO-AC	3.169.159,22
ENTRE RIOS-SC	1.992.877,93	FEIRA DA MATA-BA	1.465.621,09

Classificação conforme Lei de acesso à informação (OS PRESI 01/2015-BNDES): Ostensivo 87
Unidade Gestora: BNDES/Área Financeira/Departamento de Captação Interna

Em Reais

Município-UF	Valor da Liberação
FEIRA DE SANTANA-BA	897.152.367,67
FEIRA GRANDE-AL	1.152.583,06
FEIRA NOVA DO MARANHAO-MA	2.689.035,20
FEIRA NOVA-PE	4.991.041,19
FEIRA NOVA-SE	2.134.500,00
FELICIO DOS SANTOS-MG	1.636.925,00
FELIPE GUERRA-RN	359.714,72
FELISBURGO-MG	647.396,00
FELIXLANDIA-MG	11.299.319,32
FELIZ DESERTO-AL	1.018.260,00
FELIZ NATAL-MT	125.066.961,43
FELIZ-RS	75.358.877,38
FENIX-PR	19.483.977,07
FERNANDES PINHEIRO-PR	21.464.055,95
FERNANDES TOURINHO-MG	1.116.300,00
FERNANDO DE NORONHA-PE	7.798.431,00
FERNANDO FALCAO-MA	8.565.232,47
FERNANDO PEDROZA-RN	255.350,00
FERNANDO PRESTES-SP	12.373.596,30
FERNANDOPOLIS-SP	175.152.488,36
FERNAO-SP	3.808.920,05
FERRAZ DE VASCONCELOS-SP	87.014.941,45
FERREIRA GOMES-AP	182.274.851,56
FERREIROS-PE	4.139.995,63
FERROS-MG	4.463.177,98
FERVEDOURO-MG	4.290.111,94
FIGUEIRAO-MS	5.999.935,65
FIGUEIRA-PR	12.100.489,59
FIGUEIROPOLIS D'OESTE-MT	3.630.340,49
FIGUEIROPOLIS-TO	16.837.932,17
FILADELFIA-BA	2.015.113,53
FILADELFIA-TO	5.444.119,22
FIRMINO ALVES-BA	777.254,96
FIRMINOPOLIS-GO	6.283.637,69
FLEXEIRAS-AL	1.904.006,24
FLOR DA SERRA DO SUL-PR	33.781.314,89
FLOR DO SERTAO-SC	1.432.855,00
FLORA RICA-SP	2.566.004,00
FLORAI-PR	34.658.470,42
FLORANIA-RN	541.074,66
FLOREAL-SP	2.977.013,59
FLORES DA CUNHA-RS	298.181.035,97
FLORES DE GOIAS-GO	17.051.000,26
FLORES DO PIAUI-PI	16.699,62
FLORES-PE	1.203.918,10
FLORESTA AZUL-BA	2.420.952,47
FLORESTA DO ARAGUAIA-PA	5.679.075,56
FLORESTA DO PIAUI-PI	11.366,16
FLORESTAL-MG	3.505.193,62
FLORESTA-PE	15.863.493,19
FLORESTA-PR	29.670.500,58
FLORESTOPOLIS-PR	225.501.686,18
FLORIANO PEIXOTO-RS	6.809.329,25
FLORIANO-PI	62.718.813,46
FLORIANOPOLIS-SC	588.054.284,92
FLORIDA PAULISTA-SP	21.788.478,33
FLORIDA-PR	8.122.830,79
FLORINIA-SP	9.556.738,95
FONTE BOA-AM	1.824,90
FONTOURA XAVIER-RS	17.162.554,83
FORMIGA-MG	141.180.484,33
FORMIGUEIRO-RS	23.100.826,48
FORMOSA DA SERRA NEGRA-MA	7.284.807,45
FORMOSA DO OESTE-PR	49.879.410,67
FORMOSA DO RIO PRETO-BA	275.070.755,21
FORMOSA DO SUL-SC	11.494.967,69
FORMOSA-GO	101.611.861,38
FORMOSO DO ARAGUAIA-TO	57.651.029,00
FORMOSO-GO	4.418.484,33
FORMOSO-MG	44.579.796,66
FORQUETINHA-RS	3.405.281,99
FORQUILHA-CE	5.447.387,33
FORQUILHINHA-SC	70.322.590,02
FORTALEZA DE MINAS-MG	2.594.735,09
FORTALEZA DO TABOCAO-TO	4.881.018,60
FORTALEZA DOS NOGUEIRAS-MA	18.311.543,62
FORTALEZA DOS VALOS-RS	61.684.334,07
FORTALEZA-CE	3.118.466.213,47
FORTIM-CE	1.788.195,89
FORTUNA DE MINAS-MG	1.633.318,99
FORTUNA-MA	1.625.694,49
FOZ DO IGUACU-PR	439.946.102,88
FOZ DO JORDAO-PR	9.706.337,37
FRAIBURGO-SC	118.913.036,87
FRANCA-SP	499.821.876,36
FRANCINOPOLIS-PI	523.163,68
FRANCISCO ALVES-PR	18.945.184,59
FRANCISCO AYRES-PI	478.067,41
FRANCISCO BADARO-MG	2.947.701,04
FRANCISCO BELTRAO-PR	369.905.525,78
FRANCISCO DANTAS-RN	209.300,00
FRANCISCO DUMONT-MG	5.652.756,10
FRANCISCO MORATO-SP	24.623.552,29
FRANCISCO SA-MG	30.953.544,70
FRANCISCO SANTOS-PI	1.634.312,12
FRANCISCOPOLIS-MG	2.933.706,75
FRANCO DA ROCHA-SP	99.027.381,56
FRECHEIRINHA-CE	1.882.377,94
FREDERICO WESTPHALEN-RS	95.252.864,07
FREI GASPAR-MG	1.515.002,94
FREI INOCENCIO-MG	5.274.741,45
FREI LAGONEGRO-MG	230.000,00
FREI MARTINHO-PB	536.269,07
FREI MIGUELINHO-PE	725.203,06
FREI PAULO-SE	31.528.463,49
FREI ROGERIO-SC	4.849.210,69
FRONTEIRA DOS VALES-MG	324.801,00
FRONTEIRA-MG	4.638.922,13
FRONTEIRAS-PI	1.909.611,58
FRUTA DE LEITE-MG	397.885,00
FRUTAL-MG	311.370.100,61
FRUTUOSO GOMES-RN	227.847,90
FUNDAO-ES	38.260.988,25
FUNILANDIA-MG	2.071.900,00
GABRIEL MONTEIRO-SP	10.986.551,06
GADO BRAVO-PB	229.090,00
GALIA-SP	14.932.529,35
GALILEIA-MG	5.053.570,94
GALVAO-SC	11.131.970,91
GAMELEIRA DE GOIAS-GO	31.922.326,67
GAMELEIRA-PE	2.299.296,18
GAMELEIRAS-MG	696.276,33
GANDU-BA	5.507.119,33
GARANHUNS-PE	98.647.227,77
GARARU-SE	3.388.836,09
GARCA-SP	96.589.570,87
GARIBALDI-RS	373.184.380,80
GAROPABA-SC	25.844.499,17
GARRAFAO DO NORTE-PA	5.483.546,96
GARRUCHOS-RS	14.279.497,63
GARUVA-SC	194.395.763,28
GASPAR-SC	257.798.551,40
GASTAO VIDIGAL-SP	4.482.256,38
GAUCHA DO NORTE-MT	112.349.995,38
GAURAMA-RS	27.014.753,31
GAVIAO PEIXOTO-SP	9.892.648,26
GAVIAO-BA	693.210,00
GEMINIANO-PI	435.271,07
GENERAL CAMARA-RS	25.726.967,41
GENERAL CARNEIRO-MT	43.204.829,48
GENERAL CARNEIRO-PR	15.126.961,52
GENERAL SALGADO-SP	30.408.067,78
GENERAL SAMPAIO-CE	197.250,11
GENTIL-RS	7.454.174,51
GENTIO DO OURO-BA	298.192,41
GETULINA-SP	22.680.517,02
GETULIO VARGAS-RS	95.686.842,54
GILBUES-PI	32.149.315,24
GIRAU DO PONCIANO-AL	6.186.287,69
GIRUA-RS	74.331.428,41
GLICERIO-SP	13.671.954,36
GLORIA DE DOURADOS-MS	13.520.958,77
GLORIA DO GOITA-PE	6.784.779,60
GLORIA D'OESTE-MT	3.333.723,10
GLORIA-BA	2.256.621,76
GLORINHA-RS	27.756.221,62
GODOFREDO VIANA-MA	1.422.442,07
GODOY MOREIRA-PR	1.259.053,57
GOIABEIRA-MG	508.472,50
GOIANA-MG	1.376.034,84

88 Classificação conforme Lei de acesso à informação (OS PRESI 01/2015-BNDES): Ostensivo
Unidade Gestora: BNDES/Área Financeira/Departamento de Captação Interna

Em Reais *Em Reais*

Município-UF	Valor da Liberação	Município-UF	Valor da Liberação
GOIANA-PE	2.281.985.491,64	GUARACIABA-MG	2.107.311,88
GOIANAPOLIS-GO	18.376.392,57	GUARACIABA-SC	49.766.605,55
GOIANDIRA-GO	4.529.560,01	GUARACIAMA-MG	1.269.094,72
GOIANESIA DO PARA-PA	14.351.816,67	GUARACI-PR	10.232.963,56
GOIANESIA-GO	401.946.989,74	GUARACI-SP	117.777.905,25
GOIANIA-GO	2.533.256.423,27	GUARAITA-GO	618.083,30
GOIANINHA-RN	8.876.766,89	GUARAI-TO	37.311.400,74
GOIANIRA-GO	24.256.536,37	GUARAMIRANGA-CE	960.352,70
GOIANORTE-TO	6.916.933,25	GUARAMIRIM-SC	194.245.535,62
GOIAS-GO	55.574.258,87	GUARANESIA-MG	32.220.246,14
GOIATINS-TO	17.266.103,83	GUARANI DAS MISSOES-RS	20.165.570,31
GOIATUBA-GO	335.959.703,29	GUARANI DE GOIAS-GO	2.005.316,80
GOIOERE-PR	94.753.896,39	GUARANI D'OESTE-SP	887.817,41
GOIOXIM-PR	23.743.839,25	GUARANIACU-PR	52.323.264,54
GONCALVES DIAS-MA	1.729.288,38	GUARANI-MG	18.403.276,74
GONCALVES-MG	1.247.181,09	GUARANTA DO NORTE-MT	43.060.929,31
GONGOGI-BA	1.419.409,79	GUARANTA-SP	13.573.963,33
GONZAGA-MG	2.689.315,91	GUARAPARI-ES	91.126.497,31
GOUVEA-MG	2.482.683,79	GUARAPUAVA-PR	1.024.592.331,07
GOUVELANDIA-GO	5.337.843,87	GUARAQUECABA-PR	2.154.572,00
GOVERNADOR ARCHER-MA	351.686,53	GUARARA-MG	2.120.218,51
GOVERNADOR CELSO RAMOS-SC	13.982.011,15	GUARARAPES-SP	111.553.187,61
GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO-RN	5.604.045,33	GUARAREMA-SP	68.867.955,36
GOVERNADOR EDISON LOBAO-MA	4.823.010,38	GUARA-SP	41.899.341,27
GOVERNADOR EUGENIO BARROS-MA	2.043.554,80	GUARATINGA-BA	7.619.350,34
GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA-RO	5.804.293,68	GUARATINGUETA-SP	213.433.688,87
GOVERNADOR LINDENBERG-ES	10.959.573,55	GUARATUBA-PR	15.205.308,23
GOVERNADOR LUIZ ROCHA-MA	20.000,00	GUARDA-MOR-MG	99.827.393,18
GOVERNADOR MANGABEIRA-BA	5.850.093,66	GUAREI-SP	13.518.665,63
GOVERNADOR NEWTON BELLO-MA	612.900,00	GUARIBA-SP	206.418.930,81
GOVERNADOR NUNES FREIRE-MA	6.026.522,66	GUARINOS-GO	676.190,00
GOVERNADOR VALADARES-MG	321.201.188,31	GUARUJA DO SUL-SC	27.059.651,93
GRACA ARANHA-MA	1.059.227,98	GUARUJA-SP	83.299.448,00
GRACA-CE	893.440,02	GUARULHOS-SP	5.635.783.609,36
GRACHO CARDOSO-SE	1.259.546,59	GUATAMBU-SC	17.768.429,40
GRAJAU-MA	43.172.002,61	GUATAPARA-SP	35.420.813,42
GRAMADO DOS LOUREIROS-RS	4.192.147,01	GUAXUPE-MG	103.326.674,32
GRAMADO XAVIER-RS	4.952.397,76	GUIA LOPES DA LAGUNA-MS	14.725.928,20
GRAMADO-RS	152.667.593,77	GUIDOVAL-MG	15.286.074,00
GRANDES RIOS-PR	15.940.910,89	GUIMARAES-MA	117.145,48
GRANITO-PE	28.800,00	GUIMARANIA-MG	16.114.796,86
GRANJA-CE	4.855.880,07	GUIRATINGA-MT	38.631.312,39
GRANJEIRO-CE	527.144,08	GUIRICEMA-MG	11.729.433,24
GRAO MOGOL-MG	9.110.893,67	GURINHATA-MG	7.946.808,28
GRAO PARA-SC	20.475.295,48	GURINHEM-PB	4.665.333,78
GRAVATAI-RS	742.881.261,72	GURJAO-PB	467.496,99
GRAVATAL-SC	22.728.035,78	GURUPA-PA	193.796,88
GRAVATA-PE	37.765.466,37	GURUPI-TO	191.666.410,72
GROAIRAS-CE	4.152.020,05	GUZOLANDIA-SP	8.036.764,15
GROSSOS-RN	2.475.141,30	HARMONIA-RS	11.865.807,73
GRUPIARA-MG	770.406,00	HEITORAI-GO	1.468.162,03
GUABIJU-RS	11.130.944,78	HELIODORA-MG	3.457.362,75
GUABIRUBA-SC	120.929.195,93	HELIOPOLIS-BA	1.887.640,00
GUACUI-ES	21.997.161,79	HERCULANDIA-SP	35.268.375,18
GUACUI-MG	12.240,00	HERVAL D'OESTE-SC	27.985.571,38
GUADALUPE-PI	2.034.352,94	HERVAL-RS	18.708.357,48
GUAIBA-RS	1.096.559.603,77	HERVEIRAS-RS	2.931.234,90
GUAICARA-SP	17.758.283,61	HIDROLANDIA-CE	10.337.107,86
GUAIMBE-SP	3.640.517,17	HIDROLANDIA-GO	81.040.010,49
GUAIRACA-PR	16.747.596,22	HIDROLINA-GO	8.681.643,33
GUAIRA-PR	100.320.247,69	HOLAMBRA-SP	42.380.910,78
GUAIRA-SP	514.741.412,30	HONORIO SERPA-PR	31.711.583,83
GUAIUBA-CE	2.446.049,48	HORIZONTE-CE	208.497.825,01
GUAJARA-MIRIM-RO	149.870.337,74	HORIZONTINA-RS	1.269.390.955,94
GUAJERU-BA	1.305.400,21	HORTOLANDIA-SP	307.088.726,83
GUAMARE-RN	135.878.772,58	HUGO NAPOLEAO-PI	191.745,00
GUAMIRANGA-PR	29.509.410,87	HULHA NEGRA-RS	19.956.769,50
GUANAMBI-BA	144.353.143,34	HUMAITA-AM	4.490.975,10
GUANHAES-MG	39.357.949,95	HUMAITA-RS	12.578.951,09
GUAPE-MG	15.300.214,16	HUMBERTO DE CAMPOS-MA	750.561,79
GUAPIACU-SP	38.543.191,41	IACANGA-SP	249.531.376,02
GUAPIARA-SP	11.264.432,55	IACIARA-GO	13.634.998,73
GUAPIMIRIM-RJ	16.257.870,70	IACRI-SP	21.743.145,06
GUAPIRAMA-PR	11.650.133,52	IACU-BA	7.239.643,62
GUAPO-GO	13.435.760,91	IAPU-MG	7.559.379,30
GUAPOREMA-PR	7.142.644,38	IARAS-SP	3.292.994,06
GUAPORE-RS	81.946.107,55	IATI-PE	2.151.976,70
GUARABIRA-PB	44.500.636,04	IBAITI-PR	34.437.418,97
GUARACAI-SP	11.524.941,13	IBARAMA-RS	7.078.829,88
GUARACIABA DO NORTE-CE	5.989.081,20	IBARETAMA-CE	464.389,99

Classificação conforme Lei de acesso à informação (OS PRESI 01/2015-BNDES): Ostensivo 89
Unidade Gestora: BNDES/Área Financeira/Departamento de Captação Interna

Em Reais

Município-UF	Valor da Liberação
IBATEGUARA-AL	420.215,14
IBATE-SP	53.416.572,11
IBATIBA-ES	12.690.323,34
IBEMA-PR	19.163.028,14
IBERTIOGA-MG	2.957.223,96
IBIACA-RS	49.117.955,99
IBIAI-MG	4.040.857,06
IBIA-MG	141.814.686,46
IBIAM-SC	6.521.554,44
IBIAPINA-CE	2.740.001,97
IBIARA-PB	523.778,23
IBIASSUCE-BA	8.125.501,26
IBICARAI-BA	3.550.354,32
IBICARE-SC	56.007.084,33
IBICOARA-BA	34.142.863,26
IBICUI-BA	3.117.858,29
IBICUITINGA-CE	1.164.015,25
IBIMIRIM-PE	359.670,75
IBIPEBA-BA	912.174,34
IBIPITANGA-BA	3.045.868,01
IBIPORA-PR	125.135.086,39
IBIRACATU-MG	341.503,69
IBIRACI-MG	37.879.248,26
IBIRACU-ES	73.955.685,62
IBIRAIARAS-RS	56.575.180,87
IBIRAJUBA-PE	928.969,41
IBIRAMA-SC	87.262.596,76
IBIRAPITANGA-BA	2.100.076,17
IBIRAPUA-BA	44.338.228,17
IBIRAPUITA-RS	15.472.622,00
IBIRAREMA-SP	14.046.865,79
IBIRA-SP	25.607.531,86
IBIRATAIA-BA	4.399.681,28
IBIRITE-MG	94.849.927,36
IBIRUBA-RS	262.277.372,02
IBITIARA-BA	1.021.128,69
IBITINGA-SP	87.663.061,07
IBITIRAMA-ES	2.681.211,81
IBITITA-BA	1.616.292,97
IBITIURA DE MINAS-MG	4.291.860,54
IBITURUNA-MG	1.202.427,44
IBIUNA-SP	44.955.272,92
IBOTIRAMA-BA	6.885.686,00
ICAPUI-CE	26.094.730,34
ICARAI DE MINAS-MG	781.383,30
ICARAIMA-PR	20.744.958,52
ICARA-SC	260.397.007,43
ICATU-MA	648.260,00
ICEM-SP	19.555.507,41
ICHU-BA	335.825,91
ICO-CE	5.835.658,43
ICONHA-ES	215.411.231,75
IELMO MARINHO-RN	869.396,62
IEPE-SP	18.195.733,04
IGACI-AL	2.199.628,86
IGAPORA-BA	21.467.097,72
IGARACU DO TIETE-SP	34.122.990,39
IGARACY-PB	365.596,73
IGARAPAVA-SP	75.911.571,54
IGARAPE DO MEIO-MA	750.305,82
IGARAPE GRANDE-MA	4.615.703,05
IGARAPE-ACU-PA	10.211.904,78
IGARAPE-MG	79.083.387,24
IGARAPE-MIRI-PA	1.812.724,71
IGARASSU-PE	171.143.461,48
IGARATA-SP	4.698.738,95
IGARATINGA-MG	50.717.712,80
IGRAPIUNA-BA	949.025,03
IGREJA NOVA-AL	1.338.261,21
IGREJINHA-RS	197.385.121,33
IGUABA GRANDE-RJ	2.313.662,25
IGUAI-BA	2.561.524,81
IGUAPE-SP	5.834.926,92
IGUARACI-PE	261.455,94
IGUARACU-PR	20.070.111,19
IGUATAMA-MG	11.902.536,13
IGUATEMI-MS	20.914.285,06
IGUATU-CE	85.477.210,54
IGUATU-PR	4.676.503,94
IJACI-MG	39.823.081,31
IJUI-RS	293.314.765,07
ILHA COMPRIDA-SP	1.807.274,82
ILHA DAS FLORES-SE	432.175,99
ILHA SOLTEIRA-SP	19.533.607,16
ILHABELA-SP	12.062.706,37
ILHEUS-BA	105.869.507,31
ILHOTA-SC	45.997.703,93
ILICINEA-MG	14.989.880,92
ILOPOLIS-RS	9.666.531,73
IMACULADA-PB	471.000,00
IMARUI-SC	8.984.407,44
IMBAU-PR	23.008.312,66
IMBE DE MINAS-MG	1.291.590,96
IMBE-RS	12.664.251,21
IMBITUBA-SC	95.246.135,84
IMBITUVA-PR	122.790.841,66
IMBUIA-SC	29.487.509,98
IMIGRANTE-RS	18.655.288,87
IMPERATRIZ-MA	463.920.996,14
INACIO MARTINS-PR	8.064.031,94
INACIOLANDIA-GO	14.931.129,90
INAJA-PE	1.273.071,64
INAJA-PR	11.203.582,00
INCONFIDENTES-MG	5.696.265,65
INDAIABIRA-MG	3.569.152,60
INDAIAL-SC	262.419.612,08
INDAIATUBA-SP	493.230.166,31
INDEPENDENCIA-CE	8.257.738,80
INDEPENDENCIA-RS	40.158.360,43
INDIANA-SP	8.124.352,52
INDIANOPOLIS-MG	40.376.067,77
INDIANOPOLIS-PR	61.248.477,45
INDIAPORA-SP	6.506.769,06
INDIARA-GO	56.008.185,09
INDIAROBA-SE	1.146.425,61
INDIAVAI-MT	1.833.568,62
INGAI-MG	9.236.768,59
INGA-PB	2.561.797,44
INGAZEIRA-PE	319.200,11
INHACORA-RS	14.000.119,94
INHAMBUPE-BA	10.457.282,26
INHANGAPI-PA	5.700.860,00
INHAPI-AL	781.244,03
INHAPIM-MG	19.832.658,36
INHAUMA-MG	18.731.718,92
INHUMA-PI	2.115.843,61
INHUMAS-GO	60.291.895,13
INIMUTABA-MG	3.328.135,00
INOCENCIA-MS	15.879.012,57
INUBIA PAULISTA-SP	24.974.702,84
IOMERE-SC	35.297.729,04
IPABA-MG	6.301.997,51
IPAMERI-GO	185.834.092,34
IPANEMA-MG	23.018.306,19
IPANGUACU-RN	2.664.559,00
IPAPORANGA-CE	757.452,72
IPATINGA-MG	419.561.669,94
IPAUMIRIM-CE	1.932.711,25
IPAUSSU-SP	135.482.561,06
IPECAETA-BA	469.780,50
IPERO-SP	16.590.370,78
IPE-RS	28.431.102,37
IPEUNA-SP	21.699.734,77
IPIACU-MG	5.747.180,46
IPIAU-BA	14.185.029,90
IPIGUA-SP	5.522.389,40
IPIRA-BA	25.445.697,47
IPIRANGA DE GOIAS-GO	1.078.710,00
IPIRANGA DO NORTE-MT	161.852.486,37
IPIRANGA DO PIAUI-PI	696.922,36
IPIRANGA DO SUL-RS	17.871.422,39
IPIRANGA-PR	70.596.006,10
IPIRA-SC	13.235.784,01
IPIXUNA DO PARA-PA	3.324.544,75
IPIXUNA-AM	684.573,75
IPOJUCA-PE	12.472.606.194,63
IPORA DO OESTE-SC	60.760.393,40
IPORA-GO	13.899.296,71
IPORANGA-SP	2.192.379,93
IPORA-PR	33.552.544,35

90 Classificação conforme Lei de acesso à informação (OS PRESI 01/2015-BNDES): Ostensivo
Unidade Gestora: BNDES/Área Financeira/Departamento de Captação Interna

Em Reais *Em Reais*

Município-UF	Valor da Liberação	Município-UF	Valor da Liberação
IPUACU-SC	36.315.846,97	ITAJA-RN	7.106.290,39
IPUA-SP	24.154.579,28	ITAJOBI-SP	26.175.995,27
IPUBI-PE	11.395.082,96	ITAJU DO COLONIA-BA	3.577.689,27
IPU-CE	4.948.776,34	ITAJUBA-MG	296.505.763,29
IPUEIRA-RN	252.937,11	ITAJUIPE-BA	2.178.630,02
IPUEIRAS-CE	1.537.757,71	ITAJU-SP	5.796.296,57
IPUEIRAS-TO	1.986.600,00	ITALVA-RJ	11.885.677,04
IPUIUNA-MG	12.375.851,32	ITAMARACA-PE	1.620.752,89
IPUMIRIM-SC	97.773.842,87	ITAMARAJU-BA	24.133.358,72
IPUPIARA-BA	3.851.127,02	ITAMARANDIBA-MG	50.348.596,25
IRACEMA DO OESTE-PR	13.903.657,07	ITAMARATI DE MINAS-MG	10.439.451,37
IRACEMA-CE	3.087.411,62	ITAMARI-BA	302.720,00
IRACEMAPOLIS-SP	109.156.918,14	ITAMBACURI-MG	17.056.558,49
IRACEMA-RR	824.672,00	ITAMBARACA-PR	24.865.448,36
IRACEMINHA-SC	12.440.880,94	ITAMBE DO MATO DENTRO-MG	841.900,00
IRAI DE MINAS-MG	31.194.763,97	ITAMBE-BA	9.885.232,34
IRAI-RS	12.995.148,97	ITAMBE-PE	5.305.632,91
IRAJUBA-BA	14.290,16	ITAMBE-PR	40.178.062,38
IRAMAIA-BA	1.265.587,71	ITAMOGI-MG	13.186.929,22
IRANDUBA-AM	17.501.431,18	ITAMONTE-MG	14.592.207,85
IRANI-SC	38.352.562,37	ITANAGRA-BA	349.143,40
IRAPUA-SP	7.848.922,37	ITANHAEM-SP	50.907.924,39
IRAPURU-SP	5.509.544,44	ITANHANDU-MG	54.187.792,96
IRAQUARA-BA	16.004.290,60	ITANHANGA-MT	56.507.616,06
IRARA-BA	6.662.753,21	ITANHEM-BA	6.824.878,10
IRATI-PR	154.910.963,53	ITANHOMI-MG	4.378.326,19
IRATI-SC	4.446.244,48	ITAOBIM-MG	10.240.450,22
IRAUCUBA-CE	1.504.221,87	ITAOCARA-RJ	23.322.272,74
IRECE-BA	33.405.531,54	ITAOCA-SP	3.425.560,30
IRETAMA-PR	27.364.780,59	ITAPACI-GO	12.014.469,23
IRINEOPOLIS-SC	34.011.286,19	ITAPAGE-CE	57.463.196,88
IRITUIA-PA	2.335.006,96	ITAPAGIPE-MG	34.373.208,20
IRUPI-ES	7.080.058,24	ITAPARICA-BA	9.488.738,71
ISAIAS COELHO-PI	398.161,05	ITAPE-BA	2.430.834,73
ISRAELANDIA-GO	3.094.094,72	ITAPEBI-BA	6.702.370,86
ITAARA-RS	16.958.084,22	ITAPECERICA DA SERRA-SP	171.259.381,43
ITABAIANA-PB	4.028.322,30	ITAPECERICA-MG	20.050.879,24
ITABAIANA-SE	96.745.357,74	ITAPECURU MIRIM-MA	38.114.993,30
ITABAIANINHA-SE	24.387.712,60	ITAPEJARA D'OESTE-PR	83.793.174,03
ITABELA-BA	18.335.806,18	ITAPEMA-SC	62.920.936,20
ITABERABA-BA	18.937.113,00	ITAPEMIRIM-ES	34.787.507,71
ITABERAI-GO	126.335.548,61	ITAPERUCU-PR	30.697.710,52
ITABERA-SP	96.503.704,52	ITAPERUNA-RJ	91.679.689,38
ITABIRA-MG	284.521.318,31	ITAPETIM-PE	576.453,43
ITABIRINHA DE MANTENA-MG	6.119.247,57	ITAPETINGA-BA	53.119.728,62
ITABIRITO-MG	229.738.234,47	ITAPETININGA-SP	331.164.016,78
ITABI-SE	866.990,53	ITAPEVA-MG	21.479.253,99
ITABORAI-RJ	312.097.681,29	ITAPEVA-SP	218.322.798,50
ITABUNA-BA	203.209.727,29	ITAPEVI-SP	456.346.833,61
ITACAJA-TO	7.495.394,30	ITAPICURU-BA	5.076.838,78
ITACAMBIRA-MG	316.871,63	ITAPIPOCA-CE	112.692.569,14
ITACARAMBI-MG	13.332.553,87	ITAPIRANGA-AM	780.522,00
ITACARE-BA	1.138.632,11	ITAPIRANGA-SC	75.088.202,44
ITACOATIARA-AM	31.651.242,22	ITAPIRAPUA PAULISTA-SP	1.748.356,89
ITACURUBA-PE	296.000,00	ITAPIRAPUA-GO	8.581.427,95
ITACURUBI-RS	16.496.892,96	ITAPIRA-SP	253.953.173,58
ITAETE-BA	1.750.120,62	ITAPIRATINS-TO	15.095.263,32
ITAGI-BA	308.783,61	ITAPISSUMA-PE	28.487.299,64
ITAGIBA-BA	3.222.178,40	ITAPITANGA-BA	635.108,25
ITAGIMIRIM-BA	9.650.826,43	ITAPIUNA-CE	2.076.888,67
ITAGUACU DA BAHIA-BA	776.136,10	ITAPOA-SC	57.487.401,68
ITAGUACU-ES	8.092.150,85	ITAPOLIS-SP	73.269.173,57
ITAGUAI-RJ	210.330.610,37	ITAPORA DO TOCANTINS-TO	3.334.202,00
ITAGUAJE-PR	6.148.585,05	ITAPORA-MS	80.675.954,66
ITAGUARA-MG	25.913.094,29	ITAPORANGA D'AJUDA-SE	34.814.936,53
ITAGUARI-GO	1.591.140,19	ITAPORANGA-PB	9.886.492,60
ITAGUARU-GO	6.281.346,94	ITAPORANGA-SP	26.736.028,75
ITAGUATINS-TO	1.588.020,00	ITAPOROROCA-PB	994.483,40
ITAIBA-PE	855.541,84	ITAPUA DO OESTE-RO	11.755.501,00
ITAICABA-CE	609.266,14	ITAPUCA-RS	4.382.204,79
ITAINOPOLIS-PI	625.620,00	ITAPUI-SP	30.826.643,93
ITAIOPOLIS-SC	76.393.769,48	ITAPURANGA-GO	15.302.882,55
ITAIPAVA DO GRAJAU-MA	677.305,00	ITAPURA-SP	4.002.540,43
ITAIPE-MG	4.424.627,90	ITAQUAQUECETUBA-SP	377.107.446,93
ITAIPULANDIA-PR	42.402.682,10	ITAQUARA-BA	208.397,90
ITAI-SP	122.686.072,19	ITAQUIRAI-MS	65.444.716,45
ITAITINGA-CE	29.623.789,38	ITAQUI-RS	229.266.423,61
ITAITUBA-PA	82.227.660,08	ITAQUITINGA-PE	144.900,69
ITAJA-GO	3.090.399,85	ITARANA-ES	11.004.173,57
ITAJAI-SC	1.419.764.000,73	ITARANTIM-BA	4.994.727,40

Classificação conforme Lei de acesso à informação (OS PRESI 01/2015-BNDES): Ostensivo 91
Unidade Gestora: BNDES/Área Financeira/Departamento de Captação Interna

Em Reais

Município-UF	Valor da Liberação
ITARARE-SP	81.573.454,70
ITAREMA-CE	57.033.731,78
ITARIRI-SP	15.257.053,08
ITARUMA-GO	7.597.264,77
ITA-SC	25.890.817,65
ITATIAIA-RJ	80.959.217,74
ITATIAIUCU-MG	61.904.873,61
ITATIBA DO SUL-RS	6.738.759,68
ITATIBA-SP	452.516.021,29
ITATIM-BA	6.095.013,22
ITATINGA-SP	20.853.713,17
ITATIRA-CE	954.927,72
ITATI-RS	3.348.443,65
ITATUBA-PB	5.630.452,30
ITAU DE MINAS-MG	138.457.020,46
ITAUBAL-AP	3.590.310,05
ITAUBA-MT	22.434.456,62
ITAUCU-GO	5.390.774,58
ITAUEIRA-PI	8.091.540,85
ITAUNA DO SUL-PR	7.489.187,19
ITAUNA-MG	276.207.516,97
ITAVERAVA-MG	12.959.461,42
ITINGA DO MARANHAO-MA	32.870.029,33
ITINGA-MG	21.724.610,01
ITIQUIRA-MT	186.359.136,39
ITIRAPINA-SP	36.258.846,22
ITIRAPUA-SP	8.098.989,03
ITIRUCU-BA	2.145.624,11
ITIUBA-BA	1.868.576,14
ITOBI-SP	13.513.304,91
ITORORO-BA	2.359.478,90
ITUACU-BA	6.470.611,01
ITUBERA-BA	9.491.482,29
ITUETA-MG	3.162.745,97
ITUIUTABA-MG	103.182.633,00
ITUMBIARA-GO	479.843.851,92
ITUMIRIM-MG	1.759.034,17
ITUPEVA-SP	284.967.628,65
ITUPIRANGA-PA	24.290.315,67
ITUPORANGA-SC	164.716.849,21
ITURAMA-MG	272.543.480,94
ITU-SP	518.315.815,23
ITUTINGA-MG	4.195.751,20
ITUVERAVA-SP	63.508.318,54
IUIU-BA	2.605.711,91
IUNA-ES	19.674.914,57
IVAIPORA-PR	101.969.027,50
IVAI-PR	48.523.400,87
IVATE-PR	58.344.127,72
IVATUBA-PR	22.423.210,05
IVINHEMA-MS	437.268.299,80
IVOLANDIA-GO	17.080.304,01
IVORA-RS	5.546.010,00
IVOTI-RS	188.351.181,46
JABOATAO DOS GUARARAPES-PE	1.225.372.440,24
JABORANDI-BA	159.729.552,78
JABORANDI-SP	23.518.422,72
JABORA-SC	13.245.815,48
JABOTICABAL-SP	287.362.463,03
JABOTICABA-RS	11.086.369,47
JABOTICATUBAS-MG	15.917.179,81
JABOTI-PR	7.020.899,75
JACANA-RN	4.885.650,00
JACARACI-BA	1.637.556,70
JACARAU-PB	1.124.883,44
JACARE DOS HOMENS-AL	7.547,43
JACAREACANGA-PA	9.956.318,91
JACAREI-SP	380.192.679,39
JACAREZINHO-PR	101.530.263,23
JACIARA-MT	381.204.664,16
JACINTO MACHADO-SC	48.004.668,70
JACINTO-MG	4.633.964,05
JACI-SP	39.482.048,89
JACOBINA DO PIAUI-PI	328.733,76
JACOBINA-BA	28.838.849,75
JACUI-MG	8.862.996,88
JACUIPE-AL	1.498.802,52
JACUIZINHO-RS	21.144.518,64
JACUNDA-PA	28.968.862,12
JACUPIRANGA-SP	31.793.780,05

Em Reais

Município-UF	Valor da Liberação
JACUTINGA-MG	29.937.146,95
JACUTINGA-RS	22.192.475,26
JAGUAPITA-PR	64.129.771,18
JAGUAQUARA-BA	13.018.654,38
JAGUARACU-MG	1.207.326,35
JAGUARAO-RS	70.505.159,51
JAGUARARI-BA	14.038.517,16
JAGUARE-ES	44.209.419,45
JAGUARETAMA-CE	3.191.815,45
JAGUARIAIVA-PR	132.360.867,08
JAGUARIBARA-CE	2.172.511,17
JAGUARIBE-CE	15.178.201,31
JAGUARIPE-BA	1.401.872,80
JAGUARI-RS	20.268.604,42
JAGUARIUNA-SP	178.130.704,68
JAGUARUANA-CE	28.454.199,60
JAGUARUNA-SC	35.623.975,56
JAIBA-MG	40.318.902,81
JAICOS-PI	1.810.207,56
JALES-SP	86.238.536,47
JAMBEIRO-SP	23.797.318,01
JAMPRUCA-MG	2.639.329,80
JANAUBA-MG	76.482.276,73
JANDAIA DO SUL-PR	74.511.586,40
JANDAIA-GO	8.790.180,77
JANDAIRA-BA	988.202,43
JANDAIRA-RN	393.000,32
JANDIRA-SP	89.847.504,63
JANDUIS-RN	476.115,96
JANGADA-MT	4.651.734,28
JANIOPOLIS-PR	27.173.364,45
JANUARIA-MG	19.334.320,19
JANUARIO CICCO-RN	51.646,48
JAPARAIBA-MG	4.435.825,23
JAPARATINGA-AL	16.842,39
JAPARATUBA-SE	1.335.891,35
JAPERI-RJ	42.861.896,53
JAPIRA-PR	2.584.827,19
JAPOATA-SE	4.273.405,00
JAPONVAR-MG	2.188.132,18
JAPORA-MS	1.627.284,00
JAPURA-AM	342.992,82
JAPURA-PR	36.468.010,74
JAQUEIRA-PE	1.844.909,69
JAQUIRANA-RS	4.325.163,09
JARAGUA DO SUL-SC	3.043.956.710,10
JARAGUA-GO	32.953.863,72
JARAGUARI-MS	15.446.971,67
JARAMATAIA-AL	2.789.800,00
JARDIM ALEGRE-PR	52.214.779,29
JARDIM DE PIRANHAS-RN	4.190.120,17
JARDIM DO MULATO-PI	109.800,00
JARDIM DO SERIDO-RN	1.367.007,07
JARDIM OLINDA-PR	9.242.542,06
JARDIM-CE	1.571.831,00
JARDIM-MS	15.281.662,44
JARDINOPOLIS-SC	6.142.390,50
JARDINOPOLIS-SP	109.871.580,32
JARINU-SP	100.483.679,71
JARI-RS	53.359.462,79
JARU-RO	55.955.218,77
JATAI-GO	1.003.712.058,38
JATAIZINHO-PR	27.798.759,07
JATAUBA-PE	1.896.945,07
JATEI-MS	23.627.093,83
JATI-CE	561.832,38
JATOBA DO PIAUI-PI	192.110,00
JATOBA-MA	265.123,81
JATOBA-PE	1.603.767,32
JAU DO TOCANTINS-TO	6.281.870,00
JAUPACI-GO	4.053.045,11
JAURU-MT	6.184.914,73
JAU-SP	271.203.873,56
JECEABA-MG	463.302.964,28
JENIPAPO DE MINAS-MG	1.593.988,21
JENIPAPO DOS VIEIRAS-MA	1.474.705,17
JEQUERI-MG	12.808.213,13
JEQUIA DA PRAIA-AL	1.461.601,86
JEQUIE-BA	174.581.511,78
JEQUITAI-MG	8.363.323,51

92 Classificação conforme Lei de acesso à informação (OS PRESI 01/2015-BNDES): Ostensivo
Unidade Gestora: BNDES/Área Financeira/Departamento de Captação Interna

Em Reais *Em Reais*

Município-UF	Valor da Liberação	Município-UF	Valor da Liberação
JEQUITIBA-MG	11.171.028,89	JURUA-AM	27.439,57
JEQUITINHONHA-MG	5.672.948,69	JURUAIA-MG	7.355.049,22
JEREMOABO-BA	9.237.774,98	JURUENA-MT	17.735.055,90
JERICO-PB	134.014,94	JURU-PB	91.035,43
JERIQUARA-SP	18.612.477,75	JURUTI-PA	89.925.951,80
JERONIMO MONTEIRO-ES	2.422.557,43	JUSCIMEIRA-MT	21.575.600,02
JERUMENHA-PI	1.887.768,00	JUSSARA-BA	2.519.241,19
JESUANIA-MG	2.203.584,00	JUSSARA-GO	41.702.838,15
JESUITAS-PR	56.572.548,97	JUSSARA-PR	79.783.667,03
JESUPOLIS-GO	1.314.840,80	JUSSARI-BA	452.401,00
JIJOCA DE JERICOACOARA-CE	4.550.541,68	JUSSIAPE-BA	1.971.090,81
JI-PARANA-RO	217.591.565,68	JUTAI-AM	778.444,78
JIQUIRICA-BA	889.112,18	JUTI-MS	12.943.149,43
JITAUNA-BA	1.023.611,56	JUVENILIA-MG	1.777.294,35
JOACABA-SC	192.003.352,49	KALORE-PR	14.596.480,14
JOAIMA-MG	5.528.216,28	LABREA-AM	3.703.749,54
JOANESIA-MG	382.104,02	LACERDOPOLIS-SC	22.346.857,37
JOANOPOLIS-SP	7.388.511,49	LADAINHA-MG	2.855.888,37
JOAO ALFREDO-PE	6.278.822,42	LADARIO-MS	3.890.196,09
JOAO CAMARA-RN	23.756.788,32	LAFAIETE COUTINHO-BA	1.157.100,00
JOAO COSTA-PI	68.507,78	LAGAMAR-MG	24.317.955,21
JOAO DIAS-RN	10.152,13	LAGARTO-SE	68.280.203,90
JOAO DOURADO-BA	3.095.766,12	LAGES-SC	316.090.418,95
JOAO LISBOA-MA	13.561.289,25	LAGO DA PEDRA-MA	24.660.822,13
JOAO MONLEVADE-MG	321.691.281,34	LAGO DO JUNCO-MA	557.542,66
JOAO NEIVA-ES	38.117.911,72	LAGO VERDE-MA	1.276.400,00
JOAO PESSOA-PB	586.947.116,35	LAGOA ALEGRE-PI	653.914,87
JOAO PINHEIRO-MG	257.083.724,24	LAGOA BONITA DO SUL-RS	4.154.656,88
JOAO RAMALHO-SP	3.420.397,82	LAGOA DA CANOA-AL	1.717.346,87
JOAQUIM FELICIO-MG	1.210.660,00	LAGOA DA CONFUSAO-TO	95.249.754,57
JOAQUIM GOMES-AL	1.036.026,14	LAGOA DA PRATA-MG	113.148.682,26
JOAQUIM NABUCO-PE	707.470,00	LAGOA D'ANTA-RN	247.531,50
JOAQUIM PIRES-PI	338.322,12	LAGOA DE DENTRO-PB	610.170,93
JOAQUIM TAVORA-PR	76.653.458,50	LAGOA DE VELHOS-RN	80.750,00
JOIA-RS	134.392.732,26	LAGOA DO BARRO DO PIAUI-PI	83.150,00
JOINVILLE-SC	2.679.358.714,78	LAGOA DO CARRO-PE	3.600.868,43
JORDANIA-MG	2.014.144,10	LAGOA DO ITAENGA-PE	42.702.968,59
JORDAO-AC	121.457,45	LAGOA DO MATO-MA	2.101.545,07
JOSE BOITEUX-SC	7.327.595,09	LAGOA DO OURO-PE	723.860,96
JOSE BONIFACIO-SP	114.402.604,07	LAGOA DO PIAUI-PI	2.650.569,90
JOSE DA PENHA-RN	509.175,00	LAGOA DO TOCANTINS-TO	4.642.580,00
JOSE DE FREITAS-PI	2.860.193,02	LAGOA DOS GATOS-PE	501.759,19
JOSE GONCALVES DE MINAS-MG	789.071,30	LAGOA DOS PATOS-MG	1.412.950,00
JOSE RAYDAN-MG	2.367.027,04	LAGOA DOS RODRIGUES-MA	1.119.827,05
JOSELANDIA-MA	335.767,99	LAGOA DOS TRES CANTOS-RS	8.812.865,21
JOSENOPOLIS-MG	177.650,00	LAGOA DOURADA-MG	47.399.249,00
JOVIANIA-GO	37.555.304,73	LAGOA FORMOSA-MG	57.397.844,23
JUARA-MT	136.987.067,80	LAGOA GRANDE DO MARANHAO-MA	1.115.173,17
JUAREZ TAVORA-PB	117.000,00	LAGOA GRANDE-MG	27.481.257,85
JUARINA-TO	1.196.284,05	LAGOA GRANDE-PE	3.479.902,23
JUATUBA-MG	36.884.133,08	LAGOA NOVA-RN	1.896.896,69
JUAZEIRINHO-PB	6.101.853,97	LAGOA REAL-BA	1.883.953,22
JUAZEIRO DO NORTE-CE	89.148.745,86	LAGOA SALGADA-RN	4.257.100,00
JUAZEIRO DO PIAUI-PI	1.135.500,00	LAGOA SANTA-GO	920.943,42
JUAZEIRO-BA	172.458.043,32	LAGOA SANTA-MG	93.618.434,54
JUCAS-CE	12.040.469,31	LAGOA SECA-PB	8.537.944,72
JUCATI-PE	1.515.665,00	LAGOA VERMELHA-RS	173.369.563,20
JUCURUCU-BA	1.846.034,00	LAGOAO-RS	3.622.551,96
JUCURUTU-RN	2.940.449,49	LAGOA-PB	40.099,40
JUINA-MT	90.241.687,85	LAGOINHA-SP	4.074.801,93
JUIZ DE FORA-MG	1.159.525.028,28	LAGUNA CARAPA-MS	59.977.001,95
JULIO DE CASTILHOS-RS	192.241.630,23	LAGUNA-SC	41.814.645,88
JULIO MESQUITA-SP	2.449.766,31	LAJE DO MURIAE-RJ	2.444.925,02
JUMIRIM-SP	13.116.801,26	LAJEADO DO BUGRE-RS	5.672.713,23
JUNCO DO SERIDO-PB	344.729,51	LAJEADO GRANDE-SC	6.985.936,48
JUNDIA-AL	864.400,00	LAJEADO NOVO-MA	1.458.133,41
JUNDIAI DO SUL-PR	3.974.836,63	LAJEADO-RS	381.150.123,93
JUNDIAI-SP	1.681.319.517,09	LAJEADO-TO	5.385.056,35
JUNDIA-RN	74.360,00	LAJE-BA	2.911.206,83
JUNQUEIRO-AL	11.510.820,80	LAJEDAO-BA	2.768.496,08
JUNQUEIROPOLIS-SP	138.471.801,90	LAJEDINHO-BA	342.909,40
JUPIA-SC	5.883.404,66	LAJEDO DO TABOCAL-BA	64.157,84
JUPI-PE	2.572.178,54	LAJEDO-PE	13.770.730,24
JUQUIA-SP	8.339.703,64	LAJES PINTADAS-RN	207.160,00
JUQUITIBA-SP	10.703.345,49	LAJES-RN	4.065.444,07
JURAMENTO-MG	518.667,00	LAJINHA-MG	13.184.484,41
JURANDA-PR	69.223.918,64	LAMARAO-BA	70.090,52
JUREMA-PE	1.807.069,21	LAMBARI D'OESTE-MT	35.330.235,96
JUREMA-PI	149.066,66	LAMBARI-MG	15.743.215,14
JURIPIRANGA-PB	1.514.372,76	LAMIM-MG	3.082.987,71

Classificação conforme Lei de acesso à informação (OS PRESI 01/2015-BNDES): Ostensivo 93
Unidade Gestora: BNDES/Área Financeira/Departamento de Captação Interna

Em Reais

Município-UF	Valor da Liberação
LAPAO-BA	5.116.025,23
LAPA-PR	228.454.601,28
LARANJA DA TERRA-ES	7.997.797,06
LARANJAL DO JARI-AP	2.538.515,58
LARANJAL PAULISTA-SP	82.124.558,80
LARANJAL-MG	34.994.922,34
LARANJAL-PR	7.566.691,47
LARANJEIRAS DO SUL-PR	81.081.812,36
LARANJEIRAS-SE	53.730.941,04
LASSANCE-MG	17.255.186,21
LAURENTINO-SC	53.068.303,40
LAURO DE FREITAS-BA	307.405.141,12
LAURO MULLER-SC	127.431.638,65
LAVANDEIRA-TO	593.341,10
LAVINIA-SP	7.640.549,83
LAVRAS DA MANGABEIRA-CE	2.490.051,38
LAVRAS DO SUL-RS	30.098.134,38
LAVRAS-MG	227.694.899,79
LAVRINHAS-SP	96.526.813,97
LEANDRO FERREIRA-MG	3.623.917,25
LEBON REGIS-SC	23.703.843,62
LEME DO PRADO-MG	2.370.365,20
LEME-SP	227.309.201,98
LENCOIS PAULISTA-SP	391.482.967,09
LENCOIS-BA	1.474.092,85
LEOBERTO LEAL-SC	6.107.990,77
LEOPOLDINA-MG	59.075.297,74
LEOPOLDO DE BULHOES-GO	31.613.644,33
LEOPOLIS-PR	14.651.053,50
LIBERATO SALZANO-RS	9.366.724,91
LIBERDADE-MG	2.384.013,61
LICINIO DE ALMEIDA-BA	5.534.493,08
LIDIANOPOLIS-PR	11.337.833,48
LIMA CAMPOS-MA	2.583.119,81
LIMA DUARTE-MG	12.984.427,88
LIMEIRA DO OESTE-MG	58.109.910,90
LIMEIRA-SP	958.508.115,94
LIMOEIRO DE ANADIA-AL	4.607.337,52
LIMOEIRO DO AJURU-PA	2.990,86
LIMOEIRO DO NORTE-CE	30.950.347,03
LIMOEIRO-PE	20.203.331,03
LINDOESTE-PR	24.186.143,60
LINDOIA DO SUL-SC	19.985.152,71
LINDOIA-SP	17.269.797,34
LINDOLFO COLLOR-RS	41.851.767,45
LINHA NOVA-RS	1.614.516,74
LINHARES-ES	586.203.873,99
LINS-SP	888.846.192,51
LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA-BA	29.000.818,40
LIVRAMENTO-PB	563.751,02
LIZARDA-TO	3.261.770,04
LOANDA-PR	63.821.394,18
LOBATO-PR	7.772.448,95
LOGRADOURO-PB	101.860,00
LONDRINA-PR	1.739.466.422,54
LONTRA-MG	1.090.527,10
LONTRAS-SC	55.688.454,63
LORENA-SP	95.416.739,53
LORETO-MA	55.987.240,85
LOURDES-SP	4.318.730,00
LOUVEIRA-SP	432.072.079,08
LUCAS DO RIO VERDE-MT	545.174.594,89
LUCELIA-SP	56.551.335,65
LUCENA-PB	5.979.505,75
LUCIANOPOLIS-SP	7.771.742,69
LUCIARA-MT	4.222.491,12
LUCRECIA-RN	1.710.058,63
LUIS ANTONIO-SP	97.240.232,84
LUIS CORREIA-PI	1.878.904,04
LUIS EDUARDO MAGALHAES-BA	467.013.011,63
LUIS GOMES-RN	115.223,70
LUISBURGO-MG	606.404,61
LUISLANDIA-MG	2.447.248,54
LUIZ ALVES-SC	61.796.446,62
LUIZIANA-PR	120.030.303,29
LUIZIANIA-SP	10.892.677,92
LUMINARIAS-MG	9.928.028,59
LUNARDELLI-PR	5.909.571,30
LUPERCIO-SP	3.453.202,87
LUPIONOPOLIS-PR	13.501.048,53

Em Reais

Município-UF	Valor da Liberação
LUTECIA-SP	8.198.255,90
LUZERNA-SC	52.180.478,54
LUZIANIA-GO	291.516.509,62
LUZILANDIA-PI	799.987,37
LUZINOPOLIS-TO	531.360,00
LUZ-MG	38.593.213,21
MACAE-RJ	2.733.656.797,69
MACAIBA-RN	92.571.027,62
MACAJUBA-BA	503.740,26
MACAMBARA-RS	50.951.553,04
MACAMBIRA-SE	2.140.552,13
MACAPA-AP	207.549.760,90
MACAPARANA-PE	5.163.896,16
MACARANI-BA	3.990.696,76
MACATUBA-SP	84.445.691,34
MACAUBAL-SP	13.748.017,55
MACAUBAS-BA	8.074.189,00
MACAU-RN	12.360.179,89
MACEDONIA-SP	5.548.588,41
MACEIO-AL	832.150.381,47
MACHACALIS-MG	1.783.870,85
MACHADINHO D'OESTE-RO	20.228.325,92
MACHADINHO-RS	15.040.280,25
MACHADO-MG	122.926.178,30
MACHADOS-PE	1.754.670,29
MACIEIRA-SC	6.165.254,43
MACUCO-RJ	4.669.290,36
MACURURE-BA	594.073,53
MADALENA-CE	510.000,00
MADEIRO-PI	208.800,00
MADRE DE DEUS DE MINAS-MG	18.813.612,61
MADRE DE DEUS-BA	11.465.701,77
MAE DO RIO-PA	8.479.874,86
MAETINGA-BA	1.099.208,44
MAFRA-SC	181.263.177,16
MAGALHAES DE ALMEIDA-MA	1.461.705,05
MAGDA-SP	3.861.163,81
MAGE-RJ	93.042.073,69
MAIQUINIQUE-BA	2.276.319,12
MAIRI-BA	708.402,00
MAIRINQUE-SP	46.292.883,82
MAIRIPORA-SP	108.558.002,32
MAIRIPOTABA-GO	3.024.850,30
MAJOR GERCINO-SC	95.786.388,19
MAJOR ISIDORO-AL	3.561.264,24
MAJOR SALES-RN	516.300,00
MAJOR VIEIRA-SC	31.146.758,92
MALACACHETA-MG	8.730.299,04
MALHADA DE PEDRAS-BA	4.155.172,16
MALHADA DOS BOIS-SE	1.047.728,57
MALHADA-BA	6.287.541,18
MALHADOR-SE	3.414.383,35
MALLET-PR	217.311.882,18
MALTA-PB	639.717,10
MAMANGUAPE-PB	33.834.751,27
MAMBAI-GO	6.243.484,94
MAMBORE-PR	159.736.603,57
MAMONAS-MG	547.370,00
MAMPITUBA-RS	1.220.262,00
MANACAPURU-AM	14.810.158,41
MANAIRA-PB	439.748,17
MANAQUIRI-AM	553.670,97
MANARI-PE	349.244,81
MANAUS-AM	3.082.099.370,99
MANCIO LIMA-AC	3.296.211,66
MANDAGUACU-PR	85.880.554,13
MANDAGUARI-PR	516.738.655,72
MANDIRITUBA-PR	147.935.522,01
MANDURI-SP	19.070.275,81
MANFRINOPOLIS-PR	2.992.902,75
MANGA-MG	8.877.454,66
MANGARATIBA-RJ	67.400.079,60
MANGUEIRINHA-PR	129.473.081,29
MANHUACU-MG	109.925.789,77
MANHUMIRIM-MG	21.278.706,85
MANICORE-AM	6.358.266,31
MANOEL EMIDIO-PI	616.600,00
MANOEL RIBAS-PR	91.632.693,93
MANOEL URBANO-AC	442.350,00
MANOEL VIANA-RS	34.475.804,23

94 Classificação conforme Lei de acesso à informação (OS PRESI 01/2015-BNDES): Ostensivo
Unidade Gestora: BNDES/Área Financeira/Departamento de Captação Interna

Em Reais *Em Reais*

Município-UF	Valor da Liberação	Município-UF	Valor da Liberação
MANOEL VITORINO-BA	1.160.664,97	MARUIM-SE	6.506.199,69
MANSIDAO-BA	704.368,00	MARUMBI-PR	7.077.915,58
MANTENA-MG	6.897.940,77	MARZAGAO-GO	1.939.002,32
MANTENOPOLIS-ES	2.668.327,85	MASCOTE-BA	3.702.552,22
MAQUINE-RS	5.732.996,56	MASSAPE-CE	6.057.425,65
MAR DE ESPANHA-MG	7.832.831,80	MASSARANDUBA-PB	1.539.463,60
MAR VERMELHO-AL	361.090,00	MASSARANDUBA-SC	74.474.503,97
MARA ROSA-GO	11.569.306,55	MATA DE SAO JOAO-BA	22.080.245,13
MARAA-AM	189.707,38	MATA GRANDE-AL	556.645,39
MARABA PAULISTA-SP	5.302.844,32	MATA ROMA-MA	4.283.994,46
MARABA-PA	628.924.401,07	MATA VERDE-MG	1.374.892,45
MARACACUME-MA	4.170.948,09	MATAO-SP	270.491.427,49
MARACAI-SP	55.375.444,95	MATARACA-PB	1.587.445,23
MARACAJA-SC	29.476.114,40	MATA-RS	21.654.336,42
MARACAJU-MS	380.258.228,26	MATEIROS-TO	21.725.259,98
MARACANA-PA	557.155,80	MATELANDIA-PR	131.264.404,21
MARACANAU-CE	668.039.941,87	MATERLANDIA-MG	375.115,50
MARACAS-BA	50.948.776,01	MATEUS LEME-MG	29.448.966,01
MARAGOGI-AL	2.929.692,44	MATHIAS LOBATO-MG	329.020,00
MARAGOGIPE-BA	3.116.012,71	MATIAS BARBOSA-MG	117.630.244,24
MARAIAL-PE	2.368.254,55	MATIAS CARDOSO-MG	8.920.607,78
MARAJA DO SENA-MA	901.050,00	MATIAS OLIMPIO-PI	1.547.541,75
MARANGUAPE-CE	47.910.187,81	MATINA-BA	247.839,67
MARANHAOZINHO-MA	565.320,00	MATINHA-MA	3.259.962,09
MARAPANIM-PA	1.211.362,25	MATINHOS-PR	15.659.759,61
MARAPOAMA-SP	40.091.449,08	MATIPO-MG	15.719.997,76
MARATAIZES-ES	26.117.356,03	MATO CASTELHANO-RS	20.005.635,69
MARATA-RS	8.449.353,01	MATO GROSSO-PB	557.995,00
MARAU-BA	1.233.074,47	MATO LEITAO-RS	33.306.749,80
MARAU-RS	233.508.331,33	MATO QUEIMADO-RS	4.452.724,32
MARAVILHA-AL	1.077.180,03	MATO RICO-PR	13.457.396,99
MARAVILHA-SC	243.837.496,87	MATO VERDE-MG	4.937.251,65
MARAVILHAS-MG	11.088.292,34	MATOES DO NORTE-MA	1.112.719,50
MARCACAO-PB	278.920,00	MATOES-MA	1.434.575,07
MARCELANDIA-MT	48.671.065,45	MATOS COSTA-SC	687.492,37
MARCELINO RAMOS-RS	10.644.760,31	MATOZINHOS-MG	112.446.948,09
MARCELINO VIEIRA-RN	305.634,30	MATRINCHA-GO	8.074.152,10
MARCIONILIO SOUZA-BA	972.447,50	MATRIZ DE CAMARAGIBE-AL	3.515.318,96
MARCO-CE	13.856.745,95	MATUPA-MT	56.794.415,21
MARCOLANDIA-PI	860.000,00	MATUTINA-MG	5.201.849,28
MARCOS PARENTE-PI	6.390,59	MAUA DA SERRA-PR	25.732.923,43
MARECHAL CANDIDO RONDON-PR	369.750.017,68	MAUA-SP	542.858.943,69
MARECHAL DEODORO-AL	210.675.319,30	MAUES-AM	1.505.330,71
MARECHAL FLORIANO-ES	49.925.719,59	MAURILANDIA DO TOCANTINS-TO	83.700,00
MAREMA-SC	1.506.648,65	MAURILANDIA-GO	18.152.327,67
MARIA DA FE-MG	10.676.434,17	MAURITI-CE	8.678.148,90
MARIA HELENA-PR	14.042.340,47	MAXARANGUAPE-RN	1.108.557,79
MARIALVA-PR	219.720.250,24	MAXIMILIANO DE ALMEIDA-RS	19.180.636,51
MARIANA PIMENTEL-RS	3.743.568,50	MAZAGAO-AP	52.254,99
MARIANA-MG	209.141.154,42	MEDEIROS NETO-BA	11.163.516,95
MARIANO MORO-RS	16.673.177,12	MEDEIROS-MG	22.002.502,80
MARIANOPOLIS DO TOCANTINS-TO	23.360.859,50	MEDIANEIRA-PR	554.077.019,02
MARIAPOLIS-SP	6.411.748,22	MEDICILANDIA-PA	3.051.618,40
MARIBONDO-AL	1.565.561,53	MEDINA-MG	15.960.817,82
MARICA-RJ	31.111.199,93	MELEIRO-SC	63.173.900,73
MARILAC-MG	2.820.876,00	MENDES PIMENTEL-MG	2.140.627,17
MARILANDIA DO SUL-PR	57.185.755,22	MENDES-RJ	6.464.639,97
MARILANDIA-ES	16.928.354,83	MENDONCA-SP	45.235.580,16
MARILENA-PR	20.727.839,28	MERCEDES-PR	29.006.831,89
MARILIA-SP	435.707.843,58	MERCES-MG	8.374.992,14
MARILUZ-PR	25.180.965,70	MERIDIANO-SP	211.497.613,16
MARINGA-PR	2.410.485.330,82	MERUOCA-CE	447.558,69
MARINOPOLIS-SP	3.270.294,74	MESOPOLIS-SP	1.138.815,21
MARIO CAMPOS-MG	21.380.732,02	MESQUITA-MG	1.097.500,00
MARIOPOLIS-PR	39.774.962,15	MESQUITA-RJ	73.485.182,85
MARIPA DE MINAS-MG	1.190.169,40	MESSIAS TARGINO-RN	478.925,86
MARIPA-PR	45.818.204,27	MESSIAS-AL	2.645.424,66
MARI-PB	2.298.609,40	MIGUEL ALVES-PI	959.610,55
MARITUBA-PA	142.302.599,84	MIGUEL CALMON-BA	2.448.934,80
MARIZOPOLIS-PB	476.842,40	MIGUEL LEAO-PI	374.470,00
MARLIERIA-MG	1.471.380,00	MIGUEL PEREIRA-RJ	8.283.728,67
MARMELEIRO-PR	108.824.010,53	MIGUELOPOLIS-SP	29.537.214,03
MARMELOPOLIS-MG	164.000,00	MILAGRES DO MARANHAO-MA	697.000,00
MARQUES DE SOUZA-RS	12.031.415,64	MILAGRES-BA	2.504.783,65
MARQUINHO-PR	7.482.912,95	MILAGRES-CE	2.633.238,16
MARTINHO CAMPOS-MG	118.020.689,20	MILHA-CE	3.559.463,84
MARTINOPOLE-CE	616.926,18	MILTON BRANDAO-PI	323.371,00
MARTINOPOLIS-SP	48.886.450,86	MIMOSO DE GOIAS-GO	8.716.291,08
MARTINS SOARES-MG	3.672.402,73	MIMOSO DO SUL-ES	32.135.317,98
MARTINS-RN	1.693.626,49	MINACU-GO	47.958.811,45

Classificação conforme Lei de acesso à informação (OS PRESI 01/2015-BNDES): Ostensivo 95
Unidade Gestora: BNDES/Área Financeira/Departamento de Captação Interna

Em Reais

Município-UF	Valor da Liberação
MINADOR DO NEGRAO-AL	448.414,76
MINAS DO LEAO-RS	23.922.353,03
MINAS NOVAS-MG	17.516.456,33
MINDURI-MG	3.822.608,45
MINEIROS DO TIETE-SP	23.333.726,15
MINEIROS-GO	713.662.490,26
MINISTRO ANDREAZZA-RO	10.863.096,79
MIRA ESTRELA-SP	654.118,69
MIRABELA-MG	3.281.844,30
MIRACATU-SP	13.290.743,59
MIRACEMA DO TOCANTINS-TO	32.135.542,33
MIRACEMA-RJ	14.725.383,75
MIRADOR-MA	9.280.860,01
MIRADOR-PR	6.836.504,02
MIRADOURO-MG	10.160.249,62
MIRAGUAI-RS	29.515.452,45
MIRAIMA-CE	99.800,00
MIRAI-MG	21.501.154,05
MIRANDA DO NORTE-MA	4.904.388,49
MIRANDA-MS	48.955.778,54
MIRANDIBA-PE	2.014.923,61
MIRANDOPOLIS-SP	104.219.033,26
MIRANGABA-BA	1.760.401,19
MIRANORTE-TO	10.357.332,15
MIRANTE DA SERRA-RO	8.844.847,26
MIRANTE DO PARANAPANEMA-SP	404.485.425,58
MIRANTE-BA	2.576.070,31
MIRASELVA-PR	1.832.267,04
MIRASSOL D'OESTE-MT	51.447.395,87
MIRASSOLANDIA-SP	969.441,23
MIRASSOL-SP	190.851.256,20
MIRAVANIA-MG	1.354.385,53
MIRIM DOCE-SC	5.451.443,52
MIRINZAL-MA	935.859,10
MISSAL-PR	79.031.590,86
MISSAO VELHA-CE	11.198.675,37
MOCAJUBA-PA	1.446.603,36
MOCOCA-SP	172.434.038,80
MODELO-SC	16.421.618,53
MOEDA-MG	10.820.753,30
MOEMA-MG	4.967.925,26
MOGEIRO-PB	350.904,76
MOGI DAS CRUZES-SP	1.420.434.103,20
MOGI-GUACU-SP	1.511.824.642,42
MOGI-MIRIM-SP	311.353.220,90
MOIPORA-GO	2.565.400,30
MOITA BONITA-SE	11.639.767,19
MOJUI DOS CAMPOS-PA	410.000,00
MOJU-PA	42.198.095,15
MOMBACA-CE	5.870.962,48
MOMBUCA-SP	5.875.525,00
MONCAO-MA	2.596.876,83
MONCOES-SP	37.332.954,44
MONDAI-SC	68.834.483,04
MONGAGUA-SP	12.876.708,92
MONJOLOS-MG	1.216.322,00
MONSENHOR GIL-PI	3.529.992,50
MONSENHOR PAULO-MG	14.939.615,05
MONSENHOR TABOSA-CE	1.025.490,00
MONTADAS-PB	2.475.500,00
MONTALVANIA-MG	8.930.122,47
MONTANHA-ES	23.529.329,51
MONTANHAS-RN	206.030,00
MONTAURI-RS	11.005.128,24
MONTE ALEGRE DE GOIAS-GO	3.645.764,35
MONTE ALEGRE DE MINAS-MG	59.210.082,47
MONTE ALEGRE DE SERGIPE-SE	10.135.381,38
MONTE ALEGRE DO PIAUI-PI	65.234.349,15
MONTE ALEGRE DO SUL-SP	7.053.945,52
MONTE ALEGRE DOS CAMPOS-RS	7.037.199,35
MONTE ALEGRE-PA	7.827.463,96
MONTE ALEGRE-RN	3.020.340,66
MONTE ALTO-SP	88.777.868,58
MONTE APRAZIVEL-SP	65.968.316,31
MONTE AZUL PAULISTA-SP	34.164.163,81
MONTE AZUL-MG	4.453.910,69
MONTE BELO DO SUL-RS	16.688.940,64
MONTE BELO-MG	42.153.988,61
MONTE CARLO-SC	20.518.073,76
MONTE CARMELO-MG	158.384.596,55
MONTE CASTELO-SC	13.925.421,51
MONTE CASTELO-SP	7.366.767,82
MONTE DAS GAMELEIRAS-RN	128.100,00
MONTE DO CARMO-TO	27.281.880,40
MONTE FORMOSO-MG	338.940,00
MONTE HOREBE-PB	289.837,58
MONTE MOR-SP	85.203.330,55
MONTE NEGRO-RO	7.374.806,11
MONTE SANTO DE MINAS-MG	33.529.909,81
MONTE SANTO DO TOCANTINS-TO	3.560.079,42
MONTE SANTO-BA	3.853.900,00
MONTE SIAO-MG	14.832.577,94
MONTEIRO LOBATO-SP	7.904.840,93
MONTEIRO-PB	7.124.184,76
MONTENEGRO-RS	218.346.831,73
MONTES ALTOS-MA	2.819.303,02
MONTES CLAROS DE GOIAS-GO	30.143.666,20
MONTES CLAROS-MG	598.272.276,35
MONTEZUMA-MG	614.670,00
MONTIVIDIU DO NORTE-GO	2.586.887,20
MONTIVIDIU-GO	137.233.659,73
MORADA NOVA DE MINAS-MG	10.813.763,52
MORADA NOVA-CE	25.881.288,31
MORAUJO-CE	50.640,00
MOREILANDIA-PE	1.378.241,74
MOREIRA SALES-PR	96.382.568,24
MORENO-PE	72.106.653,12
MORMACO-RS	11.722.423,93
MORPARA-BA	1.191.253,00
MORRETES-PR	15.110.168,01
MORRINHOS DO SUL-RS	7.756.675,10
MORRINHOS-CE	2.514.618,65
MORRINHOS-GO	155.847.709,44
MORRO AGUDO DE GOIAS-GO	1.057.014,00
MORRO AGUDO-SP	295.829.431,95
MORRO CABECA NO TEMPO-PI	560.000,00
MORRO DA FUMACA-SC	140.650.780,45
MORRO DA GARCA-MG	1.553.380,00
MORRO DO CHAPEU DO PIAUI-PI	98.700,00
MORRO DO CHAPEU-BA	17.474.262,19
MORRO DO PILAR-MG	2.319.945,76
MORRO GRANDE-SC	20.132.136,74
MORRO REDONDO-RS	11.250.062,99
MORRO REUTER-RS	13.447.266,74
MORROS-MA	423.251,38
MORTUGABA-BA	5.089.605,05
MORUNGABA-SP	67.143.572,26
MOSSAMEDES-GO	2.635.569,05
MOSSORO-RN	276.133.844,13
MOSTARDAS-RS	57.875.189,29
MOTUCA-SP	8.264.944,12
MOZARLANDIA-GO	14.568.564,89
MUANA-PA	98.400,00
MUCAJAI-RR	6.290.362,78
MUCAMBO-CE	412.444,53
MUCUGE-BA	7.023.439,93
MUCUM-RS	9.523.002,56
MUCURI-BA	133.146.896,19
MUCURICI-ES	3.876.154,24
MUITOS CAPOES-RS	104.516.473,30
MULITERNO-RS	12.602.822,75
MULUNGU DO MORRO-BA	1.246.414,97
MULUNGU-CE	1.880.154,69
MULUNGU-PB	1.736.182,70
MUNDO NOVO-BA	3.067.156,31
MUNDO NOVO-GO	12.906.757,41
MUNDO NOVO-MS	19.829.836,41
MUNHOZ DE MELO-PR	13.310.815,37
MUNHOZ-MG	2.979.929,33
MUNIZ FERREIRA-BA	330.492,60
MUNIZ FREIRE-ES	4.921.636,57
MUQUEM DO SAO FRANCISCO-BA	10.016.240,38
MUQUI-ES	6.072.044,32
MURIAE-MG	126.047.368,23
MURIBECA-SE	10.237.236,47
MURICI-AL	6.290.876,52
MURICILANDIA-TO	4.080.272,21
MURITIBA-BA	7.247.104,14
MURUTINGA DO SUL-SP	2.531.421,46
MUTUIPE-BA	2.226.368,04

96 Classificação conforme Lei de acesso à informação (OS PRESI 01/2015-BNDES): Ostensivo
Unidade Gestora: BNDES/Área Financeira/Departamento de Captação Interna

Em Reais *Em Reais*

Município-UF	Valor da Liberação	Município-UF	Valor da Liberação
MUTUM-MG	19.705.322,48	NOVA ERECHIM-SC	26.171.637,06
MUTUNOPOLIS-GO	4.483.076,92	NOVA ESPERANCA DO PIRIA-PA	2.500.926,50
MUZAMBINHO-MG	30.255.362,69	NOVA ESPERANCA DO SUDOESTE-PR	18.348.156,52
NACIP RAYDAN-MG	512.800,00	NOVA ESPERANCA DO SUL-RS	9.208.909,43
NANTES-SP	7.844.439,18	NOVA ESPERANCA-PR	76.841.575,13
NANUQUE-MG	19.579.499,14	NOVA EUROPA-SP	165.041.389,84
NAO-ME-TOQUE-RS	520.066.370,49	NOVA FATIMA-BA	1.063.164,20
NAQUE-MG	718.224,00	NOVA FATIMA-PR	21.521.242,40
NARANDIBA-SP	15.944.944,58	NOVA FLORESTA-PB	1.308.323,87
NATALANDIA-MG	1.124.368,00	NOVA FRIBURGO-RJ	391.526.778,16
NATAL-RN	722.968.314,95	NOVA GLORIA-GO	5.294.146,99
NATERCIA-MG	2.300.786,16	NOVA GRANADA-SP	33.639.307,64
NATIVIDADE DA SERRA-SP	4.738.526,23	NOVA GUARITA-MT	19.742.057,70
NATIVIDADE-RJ	3.220.777,22	NOVA GUATAPORANGA-SP	208.621,38
NATIVIDADE-TO	7.134.993,26	NOVA HARTZ-RS	39.600.174,03
NAVEGANTES-SC	92.785.503,25	NOVA IGUACU DE GOIAS-GO	937.774,52
NAVIRAI-MS	209.450.653,16	NOVA IGUACU-RJ	532.160.041,68
NAZARE DA MATA-PE	34.452.544,88	NOVA INDEPENDENCIA-SP	34.026.488,18
NAZARE PAULISTA-SP	12.853.626,13	NOVA IORQUE-MA	3.469.836,74
NAZARE-BA	7.681.759,77	NOVA IPIXUNA-PA	8.550.353,82
NAZARENO-MG	10.142.972,87	NOVA ITABERABA-SC	7.828.288,40
NAZARE-TO	833.260,00	NOVA ITARANA-BA	2.566.200,00
NAZAREZINHO-PB	172.800,00	NOVA LACERDA-MT	29.119.175,18
NAZARIA-PI	2.341.000,00	NOVA LARANJEIRAS-PR	15.620.736,65
NAZARIO-GO	16.796.804,09	NOVA LIMA-MG	865.477.548,82
NEOPOLIS-SE	9.507.469,24	NOVA LONDRINA-PR	86.095.797,62
NEPOMUCENO-MG	32.373.046,05	NOVA LUZITANIA-SP	407.000,00
NEROPOLIS-GO	36.450.369,28	NOVA MAMORE-RO	16.656.059,86
NEVES PAULISTA-SP	18.585.248,80	NOVA MARILANDIA-MT	19.443.175,12
NHAMUNDA-AM	2.004,63	NOVA MARINGA-MT	101.874.964,25
NHANDEARA-SP	11.408.292,91	NOVA MODICA-MG	1.570.814,05
NICOLAU VERGUEIRO-RS	14.290.254,95	NOVA MONTE VERDE-MT	29.601.108,08
NILO PECANHA-BA	1.312.806,03	NOVA MUTUM-MT	597.836.549,12
NILOPOLIS-RJ	65.285.575,41	NOVA NAZARE-MT	3.989.418,60
NINHEIRA-MG	8.344.305,57	NOVA ODESSA-SP	183.918.561,69
NIOAQUE-MS	13.531.140,88	NOVA OLIMPIA-MT	11.454.790,33
NIPOA-SP	24.924.222,41	NOVA OLIMPIA-PR	5.566.212,94
NIQUELANDIA-GO	287.642.289,40	NOVA OLINDA DO MARANHAO-MA	3.365.080,65
NISIA FLORESTA-RN	3.201.868,40	NOVA OLINDA DO NORTE-AM	181.038,92
NITEROI-RJ	786.338.781,48	NOVA OLINDA-CE	11.719.765,94
NOBRES-MT	96.274.475,45	NOVA OLINDA-PB	1.013.059,61
NONOAI-RS	57.279.735,19	NOVA OLINDA-TO	27.630.559,32
NORDESTINA-BA	1.054.988,29	NOVA PADUA-RS	9.395.689,34
NORMANDIA-RR	1.016.126,60	NOVA PALMA-RS	28.780.433,76
NORTELANDIA-MT	25.844.984,68	NOVA PALMEIRA-PB	555.400,00
NOSSA SENHORA APARECIDA-SE	9.976.263,97	NOVA PETROPOLIS-RS	95.861.542,36
NOSSA SENHORA DA GLORIA-SE	51.335.219,15	NOVA PONTE-MG	56.262.415,77
NOSSA SENHORA DAS DORES-SE	11.800.024,19	NOVA PORTEIRINHA-MG	3.829.012,06
NOSSA SENHORA DAS GRACAS-PR	4.359.422,02	NOVA PRATA DO IGUACU-PR	59.230.173,33
NOSSA SENHORA DE LOURDES-SE	2.232.161,63	NOVA PRATA-RS	133.350.206,15
NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO-MT	11.191.581,13	NOVA RAMADA-RS	16.464.312,11
NOSSA SENHORA DO SOCORRO-SE	96.854.891,06	NOVA REDENCAO-BA	511.144,08
NOVA ALIANCA DO IVAI-PR	4.414.759,07	NOVA RESENDE-MG	16.292.223,50
NOVA ALIANCA-SP	5.773.338,65	NOVA ROMA DO SUL-RS	14.204.584,64
NOVA ALVORADA DO SUL-MS	231.749.510,41	NOVA ROMA-GO	8.697.506,85
NOVA ALVORADA-RS	28.571.779,21	NOVA ROSALANDIA-TO	1.654.985,71
NOVA AMERICA DA COLINA-PR	1.966.432,67	NOVA RUSSAS-CE	8.209.505,47
NOVA AMERICA-GO	72.800,00	NOVA SANTA BARBARA-PR	6.044.924,30
NOVA ANDRADINA-MS	114.567.234,58	NOVA SANTA HELENA-MT	40.776.858,93
NOVA ANDRADINA-PR	104.510,54	NOVA SANTA RITA-RS	177.096.610,48
NOVA ARACA-RS	23.090.139,31	NOVA SANTA ROSA-PR	89.932.781,58
NOVA AURORA-GO	2.333.844,76	NOVA SERRANA-MG	82.102.007,45
NOVA AURORA-PR	95.539.905,98	NOVA SOURE-BA	3.132.062,63
NOVA BANDEIRANTES-MT	22.171.507,63	NOVA TEBAS-PR	12.847.330,03
NOVA BASSANO-RS	103.259.827,63	NOVA TIMBOTEUA-PA	4.055.749,73
NOVA BOA VISTA-RS	6.762.121,07	NOVA TRENTO-SC	52.791.161,90
NOVA BRASILANDIA D'OESTE-RO	10.390.553,80	NOVA UBIRATA-MT	322.659.152,73
NOVA BRASILANDIA-MT	12.648.843,42	NOVA UNIAO-MG	4.311.868,08
NOVA BRESCIA-RS	9.680.822,36	NOVA UNIAO-RO	625.306,87
NOVA CAMPINA-SP	10.691.562,71	NOVA VENECIA-ES	85.976.303,21
NOVA CANAA DO NORTE-MT	879.358.809,00	NOVA VENEZA-GO	23.135.772,73
NOVA CANAA PAULISTA-SP	1.222.384,30	NOVA VENEZA-SC	138.354.902,59
NOVA CANAA-BA	1.765.947,42	NOVA VICOSA-BA	39.821.470,41
NOVA CANDELARIA-RS	8.919.243,15	NOVA XAVANTINA-MT	75.037.614,52
NOVA CANTU-PR	40.543.687,48	NOVAIS-SP	9.188.321,33
NOVA CASTILHO-SP	7.207.550,13	NOVO ACORDO-TO	4.423.359,23
NOVA COLINAS-MA	5.119.427,48	NOVO AIRAO-AM	390.542,75
NOVA CRIXAS-GO	42.681.080,42	NOVO ALEGRE-TO	360.698,24
NOVA CRUZ-RN	6.930.430,62	NOVO ARIPUANA-AM	5.834.522,32
NOVA ERA-MG	69.272.262,91	NOVO BARREIRO-RS	13.701.491,98

Classificação conforme Lei de acesso à informação (OS PRESI 01/2015-BNDES): Ostensivo 97
Unidade Gestora: BNDES/Área Financeira/Departamento de Captação Interna

Em Reais

Município-UF	Valor da Liberação
NOVO BRASIL-GO	2.432.693,03
NOVO CABRAIS-RS	10.947.833,07
NOVO CRUZEIRO-MG	13.644.703,18
NOVO GAMA-GO	5.245.736,96
NOVO HAMBURGO-RS	490.288.698,67
NOVO HORIZONTE DO NORTE-MT	6.712.648,89
NOVO HORIZONTE DO OESTE-RO	2.822.875,89
NOVO HORIZONTE DO SUL-MS	7.477.972,05
NOVO HORIZONTE-BA	671.574,80
NOVO HORIZONTE-SC	11.049.755,13
NOVO HORIZONTE-SP	331.444.659,45
NOVO ITACOLOMI-PR	5.496.907,65
NOVO JARDIM-TO	1.308.280,35
NOVO LINO-AL	1.512.941,66
NOVO MACHADO-RS	10.244.831,85
NOVO MUNDO-MT	28.967.295,06
NOVO ORIENTE DE MINAS-MG	1.111.574,67
NOVO ORIENTE DO PIAUI-PI	511.790,14
NOVO ORIENTE-CE	3.863.586,70
NOVO PLANALTO-GO	4.670.680,44
NOVO PROGRESSO-PA	22.999.096,48
NOVO REPARTIMENTO-PA	41.337.938,44
NOVO SANTO ANTONIO-MT	252.650,00
NOVO SANTO ANTONIO-PI	761.000,00
NOVO SAO JOAQUIM-MT	88.828.552,45
NOVO TIRADENTES-RS	8.303.459,34
NOVO TRIUNFO-BA	521.749,05
NOVO XINGU-RS	1.803.961,30
NOVORIZONTE-MG	854.637,53
NUPORANGA-SP	27.170.937,48
OBIDOS-PA	2.519.772,85
OCARA-CE	7.264.994,43
OCAUCU-SP	11.784.003,95
OEIRAS DO PARA-PA	454.600,00
OEIRAS-PI	22.895.144,39
OIAPOQUE-AP	2.198.204,23
OLARIA-MG	734.706,71
OLEO-SP	3.240.712,10
OLHO D'AGUA DAS CUNHAS-MA	4.274.549,37
OLHO D'AGUA DAS FLORES-AL	4.986.743,54
OLHO D'AGUA DO CASADO-AL	532.741,79
OLHO D'AGUA-PB	250.000,00
OLHO-D'AGUA DO BORGES-RN	73.000,00
OLHOS-D'AGUA-MG	8.367.190,10
OLIMPIA-SP	124.111.343,94
OLIMPIO NORONHA-MG	448.520,00
OLINDA NOVA DO MARANHAO-MA	1.139.337,56
OLINDA-PE	413.449.720,29
OLINDINA-BA	2.899.326,63
OLIVEDOS-PB	112.394,52
OLIVEIRA DE FATIMA-TO	2.170.838,96
OLIVEIRA DOS BREJINHOS-BA	4.092.176,99
OLIVEIRA FORTES-MG	354.038,22
OLIVEIRA-MG	50.666.419,49
OLIVENCA-AL	3.329.957,79
ONCA DE PITANGUI-MG	1.649.086,01
ONDA VERDE-SP	12.108.772,30
ORATORIOS-MG	3.654.652,58
ORIENTE-SP	8.893.207,83
ORINDIUVA-SP	244.140.530,13
ORIXIMINA-PA	103.187.339,68
ORIZANIA-MG	636.902,04
ORIZONA-GO	58.855.731,72
ORLANDIA-SP	183.145.224,08
ORLEANS-SC	320.796.232,31
OROBO-PE	6.884.559,99
OROCO-PE	1.679.913,56
OROS-CE	5.712.095,45
ORTIGUEIRA-PR	799.859.862,03
OSASCO-SP	1.366.577.839,52
OSCAR BRESSANE-SP	6.935.598,24
OSORIO-RS	74.322.462,55
OSVALDO CRUZ-SP	233.184.060,62
OTACILIO COSTA-SC	58.574.498,80
OUREM-PA	15.853.397,40
OURICANGAS-BA	621.796,13
OURICURI-PE	22.126.693,91
OURILANDIA DO NORTE-PA	10.526.466,32
OURINHOS-SP	246.969.282,65
OURIZONA-PR	22.867.041,63

Em Reais

Município-UF	Valor da Liberação
OURO BRANCO-AL	386.945,28
OURO BRANCO-MG	500.389.352,08
OURO BRANCO-RN	118.000,00
OURO FINO-MG	22.327.690,56
OURO PRETO DO OESTE-RO	23.165.360,15
OURO PRETO-MG	112.023.402,32
OURO VERDE DE GOIAS-GO	2.321.960,04
OURO VERDE DE MINAS-MG	783.999,79
OURO VERDE DO OESTE-PR	27.163.118,27
OURO VERDE-SC	24.966.473,59
OURO VERDE-SP	9.524.339,06
OUROESTE-SP	21.850.474,18
OUROLANDIA-BA	8.131.119,34
OURO-SC	31.486.136,36
OUVIDOR-GO	6.174.378,10
PACAEMBU-SP	24.043.929,77
PACAJA-PA	24.693.075,34
PACAJUS-CE	56.606.230,21
PACARAIMA-RR	575.934,29
PACATUBA-CE	53.085.575,04
PACATUBA-SE	52.494.058,33
PACO DO LUMIAR-MA	17.491.564,47
PACOTI-CE	1.485.752,35
PACUJA-CE	279.440,31
PADRE BERNARDO-GO	52.463.931,24
PADRE CARVALHO-MG	195.936,80
PADRE MARCOS-PI	349.240,00
PADRE PARAISO-MG	8.518.930,62
PAI PEDRO-MG	714.840,00
PAIAL-SC	2.688.246,65
PAICANDU-PR	34.469.237,78
PAIM FILHO-RS	14.674.326,45
PAINEIRAS-MG	1.625.180,00
PAINEL-SC	1.984.314,30
PAINS-MG	75.504.565,23
PAIVA-MG	386.650,00
PAJEU DO PIAUI-PI	47.504,82
PALESTINA DE GOIAS-GO	21.277.161,25
PALESTINA DO PARA-PA	5.643.157,80
PALESTINA-AL	46.000,00
PALESTINA-SP	40.637.846,56
PALHANO-CE	984.006,34
PALHOCA-SC	236.130.370,85
PALMA SOLA-SC	34.030.662,28
PALMACIA-CE	1.301.866,72
PALMA-MG	2.896.225,84
PALMARES DO SUL-RS	46.146.662,51
PALMARES PAULISTA-SP	10.514.662,30
PALMARES-PE	60.584.005,81
PALMAS DE MONTE ALTO-BA	4.518.802,49
PALMAS-PR	169.863.018,31
PALMAS-SC	99.990,00
PALMAS-TO	1.408.412.434,12
PALMEIRA DAS MISSOES-RS	253.299.818,30
PALMEIRA DO PIAUI-PI	9.158.991,37
PALMEIRA D'OESTE-SP	12.975.216,46
PALMEIRA DOS INDIOS-AL	11.266.639,65
PALMEIRAIS-PI	142.483,50
PALMEIRANDIA-MA	1.319.015,42
PALMEIRANTE-TO	99.894.979,68
PALMEIRA-PR	244.035.631,75
PALMEIRAS DE GOIAS-GO	84.268.197,76
PALMEIRAS DO TOCANTINS-TO	4.213.412,66
PALMEIRAS-BA	2.388.186,82
PALMEIRA-SC	16.398.177,65
PALMEIRINA-PE	480.900,00
PALMEIROPOLIS-TO	12.690.698,53
PALMELO-GO	532.208,06
PALMINOPOLIS-GO	10.143.044,86
PALMITAL-PR	17.907.447,75
PALMITAL-SP	119.129.967,77
PALMITINHO-RS	22.032.636,42
PALMITOS-SC	176.532.038,19
PALMOPOLIS-MG	584.557,28
PALOTINA-PR	488.096.068,31
PANAMA-GO	19.872.958,10
PANAMBI-RS	537.776.893,04
PANCAS-ES	18.422.740,49
PANELAS-PE	2.544.523,95
PANORAMA-SP	38.000.253,32

98 Classificação conforme Lei de acesso à informação (OS PRESI 01/2015-BNDES): Ostensivo
Unidade Gestora: BNDES/Área Financeira/Departamento de Captação Interna

Em Reais *Em Reais*

Município-UF	Valor da Liberação	Município-UF	Valor da Liberação
PANTANO GRANDE-RS	55.322.557,72	PATO BRAGADO-PR	22.727.542,31
PAO DE ACUCAR-AL	600.527,44	PATO BRANCO-PR	498.667.296,13
PAPAGAIOS-MG	39.392.525,11	PATOS DE MINAS-MG	520.918.067,34
PAPANDUVA-SC	51.292.649,54	PATOS DO PIAUI-PI	135.138,93
PARA DE MINAS-MG	164.517.468,44	PATOS-PB	29.317.032,77
PARACAMBI-RJ	13.117.258,46	PATROCINIO DO MURIAE-MG	7.091.386,44
PARACATU-MG	514.440.051,93	PATROCINIO PAULISTA-SP	198.311.795,92
PARACURU-CE	5.036.406,85	PATROCINIO-MG	396.772.756,36
PARAGOMINAS-PA	226.304.979,28	PATU-RN	342.319,14
PARAGUACU PAULISTA-SP	557.448.848,04	PATY DO ALFERES-RJ	12.295.842,93
PARAGUACU-MG	33.633.149,09	PAU BRASIL-BA	1.726.864,45
PARAIBA DO SUL-RJ	35.266.469,65	PAU D'ARCO-PA	2.801.829,92
PARAIBANO-MA	3.441.235,84	PAU D'ARCO-TO	1.896.203,19
PARAIBUNA-SP	8.482.658,08	PAU DOS FERROS-RN	7.031.304,34
PARAIPABA-CE	17.424.221,36	PAUDALHO-PE	28.459.232,03
PARAI-RS	117.327.069,80	PAUINI-AM	27.880,70
PARAISO DAS AGUAS-MS	24.772.907,71	PAULA CANDIDO-MG	4.313.698,82
PARAISO DO NORTE-PR	70.298.346,89	PAULA FREITAS-PR	40.824.010,96
PARAISO DO SUL-RS	11.349.074,05	PAULICEIA-SP	28.104.639,93
PARAISO DO TOCANTINS-TO	113.352.986,63	PAULINIA-SP	1.279.111.973,13
PARAISOPOLIS-MG	6.806.508,90	PAULINO NEVES-MA	631.738,36
PARAISO-SC	9.406.987,18	PAULISTANA-PI	3.200.980,21
PARAISO-SP	45.114.584,88	PAULISTANIA-SP	1.480.008,59
PARAMBU-CE	9.000.393,10	PAULISTA-PB	2.553.687,50
PARAMIRIM-BA	15.142.712,59	PAULISTA-PE	133.891.060,35
PARAMOTI-CE	906.268,52	PAULISTAS-MG	1.946.680,81
PARANACITY-PR	93.572.435,82	PAULO AFONSO-BA	59.199.338,24
PARANAGUA-PR	649.137.640,10	PAULO BENTO-RS	33.965.281,35
PARANAIBA-MS	66.521.579,13	PAULO DE FARIA-SP	9.235.388,41
PARANAIGUARA-GO	5.593.037,01	PAULO FRONTIN-PR	14.193.731,54
PARANAITA-MT	38.836.706,07	PAULO JACINTO-AL	522.200,00
PARANAPANEMA-SP	142.206.914,77	PAULO LOPES-SC	30.863.935,11
PARANAPOEMA-PR	6.846.171,24	PAULO RAMOS-MA	6.398.319,40
PARANAPUA-SP	6.024.991,91	PAVAO-MG	3.050.333,31
PARANA-RN	205.000,00	PAVERAMA-RS	22.974.925,62
PARANATAMA-PE	1.530.226,93	PE DE SERRA-BA	3.544.663,32
PARANATINGA-MT	126.489.595,58	PEABIRU-PR	55.255.788,39
PARANA-TO	5.873.435,60	PECANHA-MG	7.036.931,38
PARANAVAI-PR	273.602.463,14	PEDERNEIRAS-SP	162.445.145,47
PARANHOS-MS	7.758.151,75	PEDRA AZUL-MG	13.999.541,69
PARAOPEBA-MG	72.176.942,70	PEDRA BELA-SP	4.565.781,55
PARAPUA-SP	39.276.992,22	PEDRA BONITA-MG	1.814.587,51
PARATINGA-BA	3.977.440,20	PEDRA BRANCA DO AMAPARI-AP	1.564.005,55
PARATI-RJ	12.262.994,86	PEDRA BRANCA-CE	7.065.377,31
PARAUAPEBAS-PA	676.353.416,33	PEDRA BRANCA-PB	712.100,00
PARAUNA-GO	135.671.682,33	PEDRA DO ANTA-MG	869.532,08
PARAZINHO-RN	180.153.999,99	PEDRA DO INDAIA-MG	2.872.124,99
PARDINHO-SP	47.930.356,10	PEDRA DOURADA-MG	411.931,62
PARECI NOVO-RS	23.808.702,46	PEDRA GRANDE-RN	134.602.999,96
PARECIS-RO	3.098.290,28	PEDRA LAVRADA-PB	1.266.400,00
PARELHAS-RN	13.568.399,53	PEDRA MOLE-SE	1.363.156,88
PARICONHA-AL	894.620,85	PEDRA PRETA-MT	233.133.641,92
PARINTINS-AM	3.309.667,37	PEDRALVA-MG	7.350.835,49
PARIPIRANGA-BA	27.248.375,42	PEDRANOPOLIS-SP	1.978.935,16
PARIPUEIRA-AL	1.686.987,43	PEDRAO-BA	68.800,00
PARIQUERA-ACU-SP	41.590.370,12	PEDRA-PE	3.866.704,36
PARISI-SP	1.825.152,00	PEDRAS ALTAS-RS	12.027.483,55
PARNAGUA-PI	1.133.990,06	PEDRAS DE FOGO-PB	4.582.835,24
PARNAIBA-PI	50.523.036,03	PEDRAS DE MARIA DA CRUZ-MG	2.228.346,49
PARNAMIRIM-PE	7.090.992,77	PEDRAS GRANDES-SC	13.037.507,55
PARNAMIRIM-RN	154.189.283,40	PEDREGULHO-SP	43.693.968,92
PARNARAMA-MA	9.495.084,90	PEDREIRAS-MA	18.215.271,30
PAROBE-RS	91.664.944,29	PEDREIRA-SP	62.392.688,11
PASSA E FICA-RN	2.520.798,47	PEDRINHAS PAULISTA-SP	6.874.748,72
PASSA QUATRO-MG	14.493.960,09	PEDRINHAS-SE	635.315,30
PASSA SETE-RS	7.755.282,02	PEDRINOPOLIS-MG	14.617.026,15
PASSA TEMPO-MG	20.056.433,07	PEDRO AFONSO-TO	36.223.890,24
PASSA VINTE-MG	635.400,00	PEDRO ALEXANDRE-BA	4.602.572,07
PASSABEM-MG	187.200,00	PEDRO AVELINO-RN	31.318,89
PASSAGEM FRANCA-MA	3.373.199,38	PEDRO CANARIO-ES	22.456.920,10
PASSAGEM-PB	61.500,00	PEDRO DE TOLEDO-SP	1.015.064,26
PASSIRA-PE	3.178.959,52	PEDRO DO ROSARIO-MA	1.297.910,00
PASSO DE CAMARAGIBE-AL	1.471.213,27	PEDRO GOMES-MS	14.952.151,12
PASSO DE TORRES-SC	3.017.500,42	PEDRO II-PI	3.891.958,51
PASSO DO SOBRADO-RS	19.490.809,49	PEDRO LEOPOLDO-MG	209.512.369,93
PASSO FUNDO-RS	561.355.532,50	PEDRO OSORIO-RS	27.236.904,91
PASSOS MAIA-SC	46.230.031,23	PEDRO REGIS-PB	5.976,82
PASSOS-MG	152.772.974,63	PEDRO TEIXEIRA-MG	262.550,00
PASTOS BONS-MA	19.018.298,37	PEDRO VELHO-RN	762.948,84
PATIS-MG	1.464.310,00	PEIXE-TO	36.051.378,15

Classificação conforme Lei de acesso à informação (OS PRESI 01/2015-BNDES): Ostensivo 99
Unidade Gestora: BNDES/Área Financeira/Departamento de Captação Interna

Em Reais

Município-UF	Valor da Liberação
PEIXOTO DE AZEVEDO-MT	31.825.528,39
PEJUCARA-RS	50.369.301,43
PELOTAS-RS	640.605.995,65
PENAFORTE-CE	150.000,00
PENALVA-MA	2.807.087,25
PENAPOLIS-SP	85.716.556,45
PENDENCIAS-RN	27.004.559,10
PENEDO-AL	5.742.683,70
PENHA-SC	46.074.981,37
PENTECOSTE-CE	5.464.222,93
PEQUERI-MG	6.874.940,50
PEQUI-MG	3.391.082,13
PEQUIZEIRO-TO	7.743.160,45
PERDIGAO-MG	4.367.304,23
PERDIZES-MG	110.933.316,08
PERDOES-MG	37.914.576,88
PEREIRA BARRETO-SP	87.359.339,27
PEREIRAS-SP	16.434.885,67
PEREIRO-CE	5.941.149,50
PERI MIRIM-MA	463.772,66
PERIQUITO-MG	4.978.426,60
PERITIBA-SC	9.823.658,60
PERITORO-MA	2.980.665,77
PEROBAL-PR	15.600.847,76
PEROLA D'OESTE-PR	31.397.514,02
PEROLANDIA-GO	84.760.086,12
PEROLA-PR	13.036.812,90
PERUIBE-SP	20.232.728,11
PESCADOR-MG	1.868.451,70
PESCARIA BRAVA-SC	516.700,00
PESQUEIRA-PE	25.330.655,28
PETROLANDIA-PE	6.538.421,14
PETROLANDIA-SC	21.994.526,68
PETROLINA DE GOIAS-GO	12.039.516,87
PETROLINA-PE	240.943.954,39
PETRONIO PORTELA-PI	175.500,00
PETROPOLIS-RJ	541.978.551,39
PIACABUCU-AL	1.574.634,49
PIACATU-SP	14.466.558,97
PIANCO-PB	2.117.412,32
PIATA-BA	3.855.866,19
PIAU-MG	487.540,00
PICADA CAFE-RS	28.610.999,46
PICARRA-PA	19.341.650,77
PICOS-PI	70.174.778,96
PICUI-PB	7.338.154,62
PIEDADE DE CARATINGA-MG	4.439.159,66
PIEDADE DE PONTE NOVA-MG	3.610.602,93
PIEDADE DO RIO GRANDE-MG	6.469.843,26
PIEDADE DOS GERAIS-MG	2.042.500,77
PIEDADE-SP	58.348.092,55
PIEN-PR	28.788.285,96
PILAO ARCADO-BA	2.088.931,79
PILAR DE GOIAS-GO	2.646.566,86
PILAR DO SUL-SP	92.901.106,91
PILAR-AL	5.419.360,86
PILAR-PB	1.226.805,20
PILOES-PB	1.361.883,48
PILOES-RN	196.884,77
PIMENTA BUENO-RO	145.645.206,12
PIMENTA-MG	20.537.405,84
PIMENTEIRAS DO OESTE-RO	14.044.585,30
PIMENTEIRAS-PI	1.266.047,25
PINDAI-BA	45.180.924,92
PINDAMONHANGABA-SP	312.192.955,46
PINDARE MIRIM-MA	8.534.618,63
PINDOBACU-BA	1.167.700,97
PINDORAMA DO TOCANTINS-TO	2.213.696,00
PINDORAMA-SP	40.809.119,76
PINDORETAMA-CE	8.699.799,50
PINGO D'AGUA-MG	1.187.857,64
PINHAIS-PR	395.218.528,02
PINHAL DA SERRA-RS	5.365.966,54
PINHAL DE SAO BENTO-PR	4.658.406,78
PINHAL GRANDE-RS	21.980.109,75
PINHALAO-PR	6.122.893,49
PINHAL-RS	15.016.073,48
PINHALZINHO-SC	132.527.732,66
PINHALZINHO-SP	20.785.326,54
PINHAO-PR	91.219.666,17
PINHAO-SE	6.451.865,39
PINHEIRAL-RJ	17.024.520,44
PINHEIRINHO DO VALE-RS	4.722.668,00
PINHEIRO MACHADO-RS	17.364.804,85
PINHEIRO PRETO-SC	48.518.798,84
PINHEIRO-MA	17.084.991,32
PINHEIROS-ES	43.007.376,16
PINTADAS-BA	1.084.750,00
PINTO BANDEIRA-RS	2.216.335,27
PINTOPOLIS-MG	1.554.809,65
PIO IX-PI	622.941,65
PIO XII-MA	4.027.909,00
PIQUEROBI-SP	5.208.276,67
PIQUET CARNEIRO-CE	2.877.289,13
PIQUETE-SP	3.607.302,94
PIRACAIA-SP	23.455.136,72
PIRACANJUBA-GO	78.806.045,71
PIRACEMA-MG	3.150.998,20
PIRACICABA-SP	1.678.566.736,30
PIRACURUCA-PI	18.554.105,70
PIRAI DO NORTE-BA	718.471,62
PIRAI DO SUL-PR	191.458.709,58
PIRAI-RJ	21.625.969,94
PIRAJUBA-MG	121.178.837,09
PIRAJUI-SP	23.586.016,49
PIRAJU-SP	37.272.911,06
PIRAMBU-SE	3.749.953,01
PIRANGA-MG	8.326.570,03
PIRANGI-SP	57.644.216,65
PIRANGUCU-MG	1.710.553,66
PIRANGUINHO-MG	13.929.065,31
PIRANHAS-AL	1.510.566,00
PIRANHAS-GO	36.520.909,55
PIRAPEMAS-MA	517.244,97
PIRAPETINGA-MG	21.752.825,13
PIRAPORA DO BOM JESUS-SP	10.294.152,46
PIRAPORA-MG	156.615.309,83
PIRAPO-RS	4.382.597,87
PIRAPOZINHO-SP	37.632.366,15
PIRAQUARA-PR	60.704.847,01
PIRAQUE-TO	28.679.129,04
PIRASSUNUNGA-SP	268.094.306,48
PIRATININGA-SP	11.805.499,69
PIRATINI-RS	50.572.414,77
PIRATUBA-SC	6.542.841,11
PIRAUBA-MG	5.358.803,05
PIRENOPOLIS-GO	7.271.044,78
PIRES DO RIO-GO	76.082.101,82
PIRIPA-BA	1.155.753,90
PIRIPIRI-PI	12.867.419,33
PIRITIBA-BA	2.222.534,04
PIRPIRITUBA-PB	751.853,35
PITANGA-PR	196.737.629,43
PITANGUEIRAS-PR	11.395.769,15
PITANGUEIRAS-SP	331.636.860,68
PITANGUI-MG	34.565.555,78
PITIMBU-PB	13.648.409,13
PIUMA-ES	15.219.730,98
PIUMHI-MG	116.253.963,34
PIUM-TO	18.261.044,82
PLACAS-PA	3.923.844,73
PLACIDO DE CASTRO-AC	4.704.523,15
PLANALTINA DO PARANA-PR	19.297.962,71
PLANALTINA-GO	34.138.578,24
PLANALTINO-BA	324.900,00
PLANALTO ALEGRE-SC	3.214.912,93
PLANALTO DA SERRA-MT	11.071.022,53
PLANALTO-BA	5.064.362,26
PLANALTO-PR	41.777.774,80
PLANALTO-RS	27.595.954,70
PLANALTO-SP	46.561.599,73
PLANURA-MG	18.220.337,24
PLATINA-SP	15.645.377,14
POA-SP	134.018.308,93
POCAO DE PEDRAS-MA	3.085.845,05
POCAO-PE	2.204.149,09
POCINHOS-PB	2.286.347,62
POCO BRANCO-RN	399.900,00
POCO DANTAS-PB	27.135,19
POCO DAS ANTAS-RS	11.036.680,81

100 Classificação conforme Lei de acesso à informação (OS PRESI 01/2015-BNDES): Ostensivo
Unidade Gestora: BNDES/Área Financeira/Departamento de Captação Interna

Em Reais

Município-UF	Valor da Liberação
POCO DAS TRINCHEIRAS-AL	384.435,98
POCO DE JOSE DE MOURA-PB	31.500,00
POCO FUNDO-MG	11.014.451,58
POCO REDONDO-SE	3.744.295,94
POCO VERDE-SE	19.424.776,13
POCOES-BA	28.720.992,93
POCONE-MT	62.150.246,94
POCOS DE CALDAS-MG	361.841.087,84
POCRANE-MG	3.668.459,15
POJUCA-BA	67.039.278,55
POLONI-SP	24.572.285,69
POMBAL-PB	8.858.376,11
POMBOS-PE	38.902.307,63
POMERODE-SC	228.090.332,87
POMPEIA-SP	529.695.385,93
POMPEU-MG	79.670.482,54
PONGAI-SP	4.845.135,10
PONTA DE PEDRAS-PA	730.152,26
PONTA GROSSA-PR	1.481.202.140,95
PONTA PORA-MS	214.610.031,48
PONTAL DO ARAGUAIA-MT	7.102.581,57
PONTAL DO PARANA-PR	11.678.913,01
PONTALINA-GO	36.821.830,85
PONTALINDA-SP	3.125.368,50
PONTAL-SP	209.031.221,65
PONTAO-RS	43.505.244,33
PONTE ALTA DO BOM JESUS-TO	5.056.441,41
PONTE ALTA DO NORTE-SC	13.073.023,97
PONTE ALTA DO TOCANTINS-TO	3.049.491,65
PONTE ALTA-SC	10.061.371,15
PONTE BRANCA-MT	1.065.576,32
PONTE NOVA-MG	119.559.552,29
PONTE PRETA-RS	8.659.861,28
PONTE SERRADA-SC	54.080.495,78
PONTES E LACERDA-MT	88.104.024,47
PONTES GESTAL-SP	13.539.317,73
PONTO BELO-ES	4.378.941,01
PONTO CHIQUE-MG	809.990,00
PONTO DOS VOLANTES-MG	1.600.530,00
PONTO NOVO-BA	1.221.792,20
POPULINA-SP	2.190.538,11
PORANGABA-SP	5.816.238,98
PORANGA-CE	1.113.125,89
PORANGATU-GO	106.075.164,62
PORCIUNCULA-RJ	2.179.795,29
PORECATU-PR	22.111.039,71
PORTALEGRE-RN	1.384.643,38
PORTAO-RS	288.709.529,26
PORTEIRAO-GO	9.957.448,83
PORTEIRAS-CE	263.662,56
PORTEIRINHA-MG	13.722.197,28
PORTELANDIA-GO	26.106.270,72
PORTEL-PA	3.244.891,98
PORTO ACRE-AC	2.300.078,91
PORTO ALEGRE DO NORTE-MT	29.421.084,11
PORTO ALEGRE DO PIAUI-PI	345.500,00
PORTO ALEGRE DO TOCANTINS-TO	1.915.844,28
PORTO ALEGRE-RS	3.636.092.207,69
PORTO AMAZONAS-PR	9.773.853,55
PORTO BARREIRO-PR	12.749.641,51
PORTO BELO-SC	44.722.034,87
PORTO CALVO-AL	1.609.746,12
PORTO DA FOLHA-SE	6.258.910,05
PORTO DE MOZ-PA	668.749,00
PORTO DE PEDRAS-AL	627.626,48
PORTO DO MANGUE-RN	5.911,98
PORTO DOS GAUCHOS-MT	155.418.005,41
PORTO ESPERIDIAO-MT	23.416.911,08
PORTO ESTRELA-MT	3.262.658,07
PORTO FELIZ-SP	100.203.342,68
PORTO FERREIRA-SP	171.676.984,71
PORTO FIRME-MG	4.249.619,00
PORTO FRANCO-MA	65.706.943,49
PORTO GRANDE-AP	4.147.211,78
PORTO LUCENA-RS	8.668.175,22
PORTO MAUA-RS	1.880.903,82
PORTO MURTINHO-MS	13.554.219,14
PORTO NACIONAL-TO	123.444.636,81
PORTO REAL DO COLEGIO-AL	677.230,61
PORTO REAL-RJ	991.352.623,59
PORTO RICO-PR	3.688.963,24
PORTO SEGURO-BA	60.283.038,10
PORTO UNIAO-SC	86.830.463,69
PORTO VELHO-RO	4.641.263.637,78
PORTO VERA CRUZ-RS	613.986,86
PORTO VITORIA-PR	7.385.557,30
PORTO WALTER-AC	62.100,00
PORTO XAVIER-RS	15.164.121,83
PORTO-PI	17.975,06
POSSE-GO	35.312.405,90
POTE-MG	5.265.081,10
POTENGI-CE	5.447.982,30
POTIM-SP	5.604.989,49
POTIRAGUA-BA	3.254.201,09
POTIRENDABA-SP	119.949.950,36
POTIRETAMA-CE	138.760,00
POUSO ALEGRE-MG	598.587.194,98
POUSO ALTO-MG	19.758.259,10
POUSO NOVO-RS	5.315.224,89
POUSO REDONDO-SC	89.570.691,25
POXOREO-MT	117.267.540,47
PRACINHA-SP	627.731,50
PRADO FERREIRA-PR	17.110.099,81
PRADO-BA	13.012.674,77
PRADOPOLIS-SP	524.521.641,02
PRADOS-MG	9.503.510,81
PRAIA GRANDE-SC	20.249.592,92
PRAIA GRANDE-SP	136.006.062,49
PRAIA NORTE-TO	808.582,00
PRAINHA-PA	833.390,31
PRANCHITA-PR	50.093.883,34
PRATA-MG	68.632.368,49
PRATANIA-SP	34.887.018,29
PRATA-PB	461.854,03
PRATAPOLIS-MG	20.004.213,16
PRATINHA-MG	11.657.325,79
PRESIDENTE ALVES-SP	5.151.941,54
PRESIDENTE BERNARDES-MG	1.999.193,39
PRESIDENTE BERNARDES-SP	27.408.859,27
PRESIDENTE CASTELO BRANCO-PR	11.167.691,72
PRESIDENTE CASTELO BRANCO-SC	6.336.271,76
PRESIDENTE DUTRA-BA	3.310.775,15
PRESIDENTE DUTRA-MA	34.385.462,66
PRESIDENTE EPITACIO-SP	24.003.561,66
PRESIDENTE FIGUEIREDO-AM	31.189.508,74
PRESIDENTE GETULIO-SC	82.735.139,49
PRESIDENTE JANIO QUADROS-BA	2.794.295,07
PRESIDENTE JUSCELINO-MG	3.499.640,80
PRESIDENTE JUSCELINO-RN	159.207,59
PRESIDENTE KENNEDY-ES	4.401.192,51
PRESIDENTE KENNEDY-TO	2.581.090,83
PRESIDENTE KUBITSCHEK-MG	83.700,00
PRESIDENTE LUCENA-RS	14.000.614,38
PRESIDENTE MEDICI-MA	1.327.220,00
PRESIDENTE MEDICI-RO	37.918.712,84
PRESIDENTE NEREU-SC	2.766.665,76
PRESIDENTE OLEGARIO-MG	65.508.311,06
PRESIDENTE PRUDENTE-SP	505.578.024,03
PRESIDENTE SARNEY-MA	1.394.596,61
PRESIDENTE TANCREDO NEVES-BA	5.014.901,51
PRESIDENTE VARGAS-MA	516.430,00
PRESIDENTE VENCESLAU-SP	45.540.493,61
PRIMAVERA DE RONDONIA-RO	2.122.620,70
PRIMAVERA DO LESTE-MT	723.995.116,23
PRIMAVERA-PA	9.519.682,27
PRIMAVERA-PE	13.871.543,72
PRIMEIRO DE MAIO-PR	43.196.957,91
PRINCESA ISABEL-PB	6.085.903,41
PRINCESA-SC	8.730.989,30
PROFESSOR JAMIL-GO	3.430.874,00
PROGRESSO-RS	13.236.732,09
PROMISSAO-SP	40.413.085,10
PROPRIA-SE	13.221.691,97
PROTASIO ALVES-RS	6.210.245,76
PRUDENTE DE MORAIS-MG	10.150.122,88
PRUDENTOPOLIS-PR	148.938.653,82
PUGMIL-TO	4.903.342,00
PUREZA-RN	825.587,09
PUTINGA-RS	13.661.464,40
PUXINANA-PB	6.931.388,59

Classificação conforme Lei de acesso à informação (OS PRESI 01/2015-BNDES): Ostensivo 101
Unidade Gestora: BNDES/Área Financeira/Departamento de Captação Interna

Em Reais

Município-UF	Valor da Liberação
QUADRA-SP	5.319.691,83
QUARAI-RS	28.789.227,73
QUARTEL GERAL-MG	2.456.112,83
QUARTO CENTENARIO-PR	74.323.447,03
QUATA-SP	156.018.833,94
QUATIGUA-PR	30.404.318,97
QUATIPURU-PA	274.144,38
QUATIS-RJ	5.055.491,68
QUATRO BARRAS-PR	213.140.621,96
QUATRO IRMAOS-RS	17.768.335,86
QUATRO PONTES-PR	46.829.627,80
QUEBRANGULO-AL	3.338.861,25
QUEDAS DO IGUACU-PR	82.403.388,81
QUEIMADA NOVA-PI	1.394.000,00
QUEIMADAS-BA	9.320.399,29
QUEIMADAS-PB	27.691.575,25
QUEIMADOS-RJ	110.174.750,65
QUEIROZ-SP	67.872.003,94
QUELUZITA-MG	57.850,00
QUELUZITO-MG	1.772.146,98
QUELUZ-SP	112.591.584,85
QUERENCIA DO NORTE-PR	21.664.093,46
QUERENCIA-MT	367.348.330,22
QUEVEDOS-RS	27.276.072,83
QUIJINGUE-BA	1.022.004,55
QUILOMBO-SC	46.347.373,43
QUINTA DO SOL-PR	30.266.852,22
QUINTANA-SP	15.792.051,40
QUINZE DE NOVEMBRO-RS	21.954.822,10
QUIPAPA-PE	2.988.479,58
QUIRINOPOLIS-GO	438.791.905,46
QUISSAMA-RJ	6.223.185,85
QUITANDINHA-PR	21.801.365,60
QUITERIANOPOLIS-CE	1.637.788,69
QUIXABA-PB	1.912.240,20
QUIXABA-PE	10.130.288,00
QUIXABEIRA-BA	2.274.482,40
QUIXADA-CE	21.541.966,57
QUIXELO-CE	2.945.708,47
QUIXERAMOBIM-CE	68.765.597,94
QUIXERE-CE	27.554.965,53
RAFAEL FERNANDES-RN	97.000,00
RAFAEL GODEIRO-RN	12.633,91
RAFAEL JAMBEIRO-BA	2.769.388,78
RAFARD-SP	40.356.063,47
RAMILANDIA-PR	5.095.325,88
RANCHARIA-SP	91.806.446,08
RANCHO ALEGRE D'OESTE-PR	60.531.616,75
RANCHO ALEGRE-PR	20.005.878,12
RANCHO QUEIMADO-SC	10.961.559,78
RAPOSA-MA	7.092.875,63
RAPOSOS-MG	1.377.663,34
RAUL SOARES-MG	15.325.214,24
REALEZA-PR	102.164.216,35
REBOUCAS-PR	40.620.476,67
RECIFE-PE	2.956.234.750,96
RECREIO-MG	2.394.156,02
RECURSOLANDIA-TO	1.152.910,00
REDENCAO DA SERRA-SP	4.862.706,50
REDENCAO DO GURGUEIA-PI	1.501.041,68
REDENCAO-CE	6.423.944,99
REDENCAO-PA	122.108.274,99
REDENTORA-RS	8.254.735,84
REDUTO-MG	4.850.055,61
REGENERACAO-PI	10.520.098,15
REGENTE FEIJO-SP	75.602.290,57
REGINOPOLIS-SP	6.838.751,60
REGISTRO-SP	611.038.980,14
RELVADO-RS	4.058.517,92
REMANSO-BA	7.014.983,71
REMIGIO-PB	3.299.314,70
RENASCENCA-PR	72.465.248,24
RERIUTABA-CE	5.350.752,85
RESENDE COSTA-MG	4.530.534,85
RESENDE-RJ	914.765.624,27
RESERVA DO CABACAL-MT	1.818.068,10
RESERVA DO IGUACU-PR	20.298.111,22
RESERVA-PR	96.990.316,29
RESPLENDOR-MG	9.199.998,38
RESSAQUINHA-MG	7.024.171,87

Em Reais

Município-UF	Valor da Liberação
RESTINGA SECA-RS	77.764.048,91
RESTINGA-SP	16.672.455,46
RETIROLANDIA-BA	3.634.400,31
RIACHAO DAS NEVES-BA	106.011.928,59
RIACHAO DO BACAMARTE-PB	668.173,20
RIACHAO DO DANTAS-SE	1.906.857,23
RIACHAO DO JACUIPE-BA	17.120.550,17
RIACHAO DO POCO-PB	60.000,00
RIACHAO-MA	59.790.304,52
RIACHAO-PB	178.200,00
RIACHINHO-MG	8.389.739,82
RIACHINHO-TO	2.310.305,86
RIACHO DA CRUZ-RN	140.377,93
RIACHO DAS ALMAS-PE	2.932.800,98
RIACHO DE SANTANA-BA	8.494.258,18
RIACHO DE SANTANA-RN	174.150,00
RIACHO DOS CAVALOS-PB	961.854,27
RIACHO DOS MACHADOS-MG	1.995.689,79
RIACHO FRIO-PI	280.350,00
RIACHUELO-RN	527.400,00
RIACHUELO-SE	5.071.714,48
RIALMA-GO	12.961.923,58
RIANAPOLIS-GO	46.757.629,61
RIBAMAR FIQUENE-MA	2.414.020,00
RIBAS DO RIO PARDO-MS	93.489.593,14
RIBEIRA DO AMPARO-BA	805.146,20
RIBEIRA DO PIAUI-PI	13.742,73
RIBEIRA DO POMBAL-BA	14.335.682,36
RIBEIRAO BONITO-SP	26.836.034,69
RIBEIRAO BRANCO-SP	16.145.679,63
RIBEIRAO CASCALHEIRA-MT	84.008.335,02
RIBEIRAO CLARO-PR	21.479.521,41
RIBEIRAO CORRENTE-SP	13.048.036,63
RIBEIRAO DAS NEVES-MG	336.440.908,52
RIBEIRAO DO LARGO-BA	5.091.848,46
RIBEIRAO DO PINHAL-PR	15.568.614,16
RIBEIRAO DO SUL-SP	17.682.061,18
RIBEIRAO DOS INDIOS-SP	1.490.643,62
RIBEIRAO GRANDE-SP	3.726.327,26
RIBEIRAO PIRES-SP	177.813.834,69
RIBEIRAO PRETO-SP	1.584.647.320,01
RIBEIRAO VERMELHO-MG	10.685.516,88
RIBEIRAO-PE	10.436.631,13
RIBEIRAOZINHO-MT	5.699.791,36
RIBEIRA-SP	1.807.661,02
RIBEIRO GONCALVES-PI	51.394.264,26
RIBEIROPOLIS-SE	30.713.118,68
RIFAINA-SP	11.862.246,18
RINCAO-SP	13.577.382,09
RINOPOLIS-SP	64.804.503,21
RIO ACIMA-MG	8.431.339,88
RIO AZUL-PR	48.493.044,30
RIO BANANAL-ES	22.462.881,93
RIO BOM-PR	9.092.508,09
RIO BONITO DO IGUACU-PR	15.053.952,24
RIO BONITO-RJ	388.375.377,59
RIO BRANCO DO IVAI-PR	13.521.224,45
RIO BRANCO DO SUL-PR	153.209.605,79
RIO BRANCO-AC	301.058.061,71
RIO BRANCO-MT	5.053.114,36
RIO BRILHANTE-MS	298.314.584,57
RIO CASCA-MG	18.193.504,48
RIO CLARO-RJ	8.297.221,89
RIO CLARO-SP	420.064.111,86
RIO CRESPO-RO	6.383.529,55
RIO DA CONCEICAO-TO	5.506.279,00
RIO DAS ANTAS-SC	27.363.678,00
RIO DAS FLORES-RJ	2.887.500,48
RIO DAS OSTRAS-RJ	65.320.346,29
RIO DAS PEDRAS-SP	224.259.192,44
RIO DE CONTAS-BA	2.294.615,43
RIO DE JANEIRO-RJ	33.957.581.359,28
RIO DO ANTONIO-BA	5.323.333,28
RIO DO CAMPO-SC	14.180.338,77
RIO DO FOGO-RN	349.552,88
RIO DO OESTE-SC	30.314.522,62
RIO DO PIRES-BA	1.757.579,89
RIO DO PRADO-MG	1.036.240,00
RIO DO SUL-SC	393.315.742,04
RIO DOCE-MG	49.500,00

102 Classificação conforme Lei de acesso à informação (OS PRESI 01/2015-BNDES): Ostensivo
Unidade Gestora: BNDES/Área Financeira/Departamento de Captação Interna

Em Reais

Município-UF	Valor da Liberação
RIO DOS BOIS-TO	8.707.782,02
RIO DOS CEDROS-SC	37.365.223,86
RIO DOS INDIOS-RS	7.837.348,80
RIO ESPERA-MG	741.350,00
RIO FORMOSO-PE	1.213.930,02
RIO FORTUNA-SC	41.208.111,20
RIO GRANDE DA SERRA-SP	25.630.105,76
RIO GRANDE DO PIAUI-PI	494.253,44
RIO GRANDE-RS	390.727.356,20
RIO LARGO-AL	42.346.740,83
RIO MANSO-MG	6.238.852,47
RIO MARIA-PA	25.603.680,76
RIO NEGRINHO-SC	149.737.796,48
RIO NEGRO-MS	4.554.481,50
RIO NEGRO-PR	191.421.862,29
RIO NOVO DO SUL-ES	21.461.474,06
RIO NOVO-MG	5.596.807,64
RIO PARANAIBA-MG	100.860.110,80
RIO PARDO DE MINAS-MG	16.943.574,52
RIO PARDO-RS	98.476.583,26
RIO PIRACICABA-MG	15.499.897,47
RIO POMBA-MG	22.085.264,34
RIO PRETO DA EVA-AM	3.366.257,59
RIO PRETO-MG	5.048.301,19
RIO QUENTE-GO	26.766.809,09
RIO REAL-BA	11.775.124,00
RIO RUFINO-SC	1.003.162,40
RIO SONO-TO	4.553.158,01
RIO TINTO-PB	4.526.405,52
RIO VERDE DE MATO GROSSO-MS	42.072.395,74
RIO VERDE-GO	1.277.426.288,56
RIO VERMELHO-MG	2.129.192,83
RIOLANDIA-SP	12.611.526,60
RIOZINHO-RS	15.759.185,40
RIQUEZA-SC	12.375.479,21
RITAPOLIS-MG	3.404.255,54
RIVERSUL-SP	7.252.604,92
ROCA SALES-RS	19.199.809,08
ROCHEDO DE MINAS-MG	372.552,76
ROCHEDO-MS	13.345.505,56
RODEIO BONITO-RS	33.428.528,36
RODEIO-SC	25.095.998,73
RODEIRO-MG	24.413.295,24
RODELAS-BA	803.957,85
RODOLFO FERNANDES-RN	805.660,42
RODRIGUES ALVES-AC	445.500,00
ROLADOR-RS	9.559.617,61
ROLANDIA-PR	246.114.154,77
ROLANTE-RS	26.181.428,00
ROLIM DE MOURA-RO	69.236.009,16
ROMARIA-MG	23.514.130,66
ROMELANDIA-SC	5.728.934,84
RONCADOR-PR	69.686.085,02
RONDA ALTA-RS	50.166.510,54
RONDINHA-RS	12.609.723,38
RONDOLANDIA-MT	1.339.692,90
RONDON DO PARA-PA	45.376.425,70
RONDONOPOLIS-MT	1.229.351.684,76
RONDON-PR	110.561.860,14
ROQUE GONZALES-RS	13.323.013,59
RORAINOPOLIS-RR	14.724.906,16
ROSANA-SP	8.798.844,10
ROSARIO DA LIMEIRA-MG	2.451.315,42
ROSARIO DO CATETE-SE	2.515.836,71
ROSARIO DO IVAI-PR	13.133.880,68
ROSARIO DO SUL-RS	128.318.319,15
ROSARIO OESTE-MT	18.430.159,80
ROSARIO-MA	20.052.165,66
ROSEIRA-SP	39.288.078,95
RUBELITA-MG	1.484.998,36
RUBIACEA-SP	4.872.559,98
RUBIATABA-GO	73.886.430,92
RUBIM-MG	1.935.758,86
RUBINEIA-SP	3.547.167,13
RUROPOLIS-PA	12.607.088,18
RUSSAS-CE	60.959.203,96
RUY BARBOSA-BA	4.561.383,83
RUY BARBOSA-RN	86.400,00
SABARA-MG	200.380.988,51
SABAUDIA-PR	39.830.450,51
SABINOPOLIS-MG	4.141.517,54
SABINO-SP	6.292.693,60
SABOEIRO-CE	1.976.135,80
SACRAMENTO-MG	97.589.860,72
SAGRADA FAMILIA-RS	16.814.885,10
SAGRES-SP	903.596,00
SAIRE-PE	2.980.549,73
SALDANHA MARINHO-RS	21.540.497,91
SALES OLIVEIRA-SP	45.737.344,45
SALESOPOLIS-SP	15.294.236,17
SALES-SP	3.128.577,51
SALETE-SC	14.358.372,89
SALGADINHO-PE	1.439.635,00
SALGADO DE SAO FELIX-PB	142.624,99
SALGADO FILHO-PR	13.358.947,42
SALGADO-SE	8.487.316,32
SALGUEIRO-PE	62.052.842,16
SALINAS DA MARGARIDA-BA	375.448,49
SALINAS-MG	33.687.978,54
SALINOPOLIS-PA	5.322.168,59
SALITRE-CE	864.465,90
SALMOURAO-SP	1.530.211,11
SALOA-PE	4.803.290,75
SALTINHO-SC	5.764.405,09
SALTINHO-SP	27.300.949,70
SALTO DA DIVISA-MG	2.717.712,53
SALTO DE PIRAPORA-SP	141.065.603,14
SALTO DO CEU-MT	8.377.249,55
SALTO DO ITARARE-PR	2.134.216,54
SALTO DO JACUI-RS	56.828.315,09
SALTO DO LONTRA-PR	40.280.727,96
SALTO GRANDE-SP	27.669.365,24
SALTO VELOSO-SC	34.137.409,29
SALTO-SP	194.148.358,80
SALVADOR DAS MISSOES-RS	10.757.066,57
SALVADOR DO SUL-RS	79.948.739,77
SALVADOR-BA	4.036.388.739,94
SALVATERRA-PA	111.294,96
SAMBAIBA-MA	37.163.873,99
SAMPAIO-TO	441.304,71
SANANDUVA-RS	86.797.498,09
SANCLERLANDIA-GO	8.916.612,42
SANDOLANDIA-TO	8.193.936,25
SANDOVALINA-SP	131.636.767,29
SANGAO-SC	75.124.751,16
SANHARO-PE	3.787.581,21
SANTA ADELIA-SP	156.556.713,43
SANTA ALBERTINA-SP	37.933.033,10
SANTA AMELIA-PR	2.415.897,42
SANTA BARBARA DE GOIAS-GO	9.634.080,60
SANTA BARBARA DO LESTE-MG	2.668.855,40
SANTA BARBARA DO MONTE VERDE-MG	1.826.163,00
SANTA BARBARA DO PARA-PA	16.073.859,95
SANTA BARBARA DO SUL-RS	189.582.902,45
SANTA BARBARA DO TUGURIO-MG	9.016.246,56
SANTA BARBARA D'OESTE-SP	655.809.701,57
SANTA BARBARA-BA	1.133.554,83
SANTA BARBARA-MG	60.268.448,39
SANTA BRANCA-SP	5.375.312,29
SANTA BRIGIDA-BA	886.899,63
SANTA CARMEM-MT	153.502.356,23
SANTA CECILIA DO PAVAO-PR	9.522.319,14
SANTA CECILIA DO SUL-RS	14.396.451,76
SANTA CECILIA-PB	526.248,35
SANTA CECILIA-SC	67.124.538,07
SANTA CLARA DO SUL-RS	14.277.387,35
SANTA CLARA D'OESTE-SP	6.491.392,50
SANTA CRUZ CABRALIA-BA	5.459.191,49
SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE-PE	6.028.174,52
SANTA CRUZ DA CONCEICAO-SP	17.021.644,00
SANTA CRUZ DA ESPERANCA-SP	4.102.922,94
SANTA CRUZ DA VITORIA-BA	1.303.398,86
SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS-SP	57.199.006,62
SANTA CRUZ DE GOIAS-GO	13.050.735,39
SANTA CRUZ DE MINAS-MG	2.460.526,26
SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO-PR	20.402.501,92
SANTA CRUZ DE SALINAS-MG	731.664,22
SANTA CRUZ DO ARARI-PA	193.500,00
SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE-PE	28.350.693,46
SANTA CRUZ DO ESCALVADO-MG	2.496.991,01

Classificação conforme Lei de acesso à informação (OS PRESI 01/2015-BNDES): Ostensivo 103
Unidade Gestora: BNDES/Área Financeira/Departamento de Captação Interna

Em Reais

Município-UF	Valor da Liberação
SANTA CRUZ DO PIAUI-PI	200.000,00
SANTA CRUZ DO RIO PARDO-SP	221.270.541,20
SANTA CRUZ DO SUL-RS	531.341.455,28
SANTA CRUZ DO XINGU-MT	29.755.688,90
SANTA CRUZ DOS MILAGRES-PI	211.000,00
SANTA CRUZ-PB	85.300,00
SANTA CRUZ-PE	2.106.505,75
SANTA CRUZ-RN	5.015.741,78
SANTA EFIGENIA DE MINAS-MG	2.332.465,38
SANTA ERNESTINA-SP	3.225.534,45
SANTA FE DE GOIAS-GO	15.485.016,93
SANTA FE DE MINAS-MG	3.425.220,80
SANTA FE DO ARAGUAIA-TO	8.010.676,76
SANTA FE DO SUL-SP	60.490.546,85
SANTA FE-PR	27.115.223,79
SANTA FILOMENA DO MARANHAO-MA	365.078,27
SANTA FILOMENA-PE	1.842.710,00
SANTA FILOMENA-PI	22.530.396,10
SANTA GERTRUDES-SP	203.182.176,66
SANTA HELENA DE GOIAS-GO	163.355.321,84
SANTA HELENA DE MINAS-MG	770.580,00
SANTA HELENA-MA	4.345.825,74
SANTA HELENA-PB	290.789,62
SANTA HELENA-PR	105.205.184,27
SANTA HELENA-SC	9.325.216,97
SANTA INES-BA	388.590,44
SANTA INES-MA	47.512.440,81
SANTA INES-PB	6.467,64
SANTA INES-PR	1.945.600,00
SANTA ISABEL DO IVAI-PR	20.823.726,47
SANTA ISABEL DO PARA-PA	15.179.901,36
SANTA ISABEL DO RIO NEGRO-AM	5.455,18
SANTA ISABEL-GO	5.876.201,56
SANTA ISABEL-SP	136.726.222,27
SANTA IZABEL DO OESTE-PR	47.008.429,18
SANTA JULIANA-MG	45.310.698,15
SANTA LEOPOLDINA-ES	8.331.562,17
SANTA LUCIA-PR	24.286.710,86
SANTA LUCIA-SP	6.622.540,93
SANTA LUZIA DO ITANHY-SE	520.706,20
SANTA LUZIA DO NORTE-AL	3.136.463,73
SANTA LUZIA DO PARA-PA	7.631.608,06
SANTA LUZIA DO PARUA-MA	11.248.273,20
SANTA LUZIA D'OESTE-RO	57.780.950,93
SANTA LUZIA-BA	4.031.564,51
SANTA LUZIA-MA	13.387.435,02
SANTA LUZIA-MG	299.588.300,16
SANTA LUZIA-PB	3.201.770,18
SANTA LUZ-PI	756.837,41
SANTA MARGARIDA DO SUL-RS	38.076.364,53
SANTA MARGARIDA-MG	7.367.422,75
SANTA MARIA DA BOA VISTA-PE	6.253.829,03
SANTA MARIA DA SERRA-SP	31.368.416,91
SANTA MARIA DA VITORIA-BA	30.583.002,17
SANTA MARIA DAS BARREIRAS-PA	16.264.222,49
SANTA MARIA DE ITABIRA-MG	14.090.500,91
SANTA MARIA DE JETIBA-ES	121.843.275,91
SANTA MARIA DO CAMBUCA-PE	1.712.174,14
SANTA MARIA DO HERVAL-RS	18.961.049,39
SANTA MARIA DO OESTE-PR	34.102.499,16
SANTA MARIA DO PARA-PA	7.123.982,33
SANTA MARIA DO SALTO-MG	90.000,00
SANTA MARIA DO SUACUI-MG	1.860.797,04
SANTA MARIA DO TOCANTINS-TO	3.859.534,00
SANTA MARIA MADALENA-RJ	10.592.328,87
SANTA MARIANA-PR	46.928.876,74
SANTA MARIA-RN	1.798.045,33
SANTA MARIA-RS	563.948.222,42
SANTA MERCEDES-SP	9.951.544,43
SANTA MONICA-PR	13.676.188,77
SANTA QUITERIA DO MARANHAO-MA	4.636.252,81
SANTA QUITERIA-CE	11.510.499,39
SANTA RITA DE CALDAS-MG	10.429.929,91
SANTA RITA DE CASSIA-BA	5.567.101,20
SANTA RITA DE JACUTINGA-MG	680.023,53
SANTA RITA DE MINAS-MG	9.594.410,31
SANTA RITA DO ARAGUAIA-GO	13.619.540,18
SANTA RITA DO IBITIPOCA-MG	1.292.385,21
SANTA RITA DO ITUETO-MG	5.034.592,20
SANTA RITA DO NOVO DESTINO-GO	7.153.269,13
SANTA RITA DO PARDO-MS	11.562.507,65
SANTA RITA DO PASSA QUATRO-SP	46.837.936,27
SANTA RITA DO SAPUCAI-MG	69.231.293,56
SANTA RITA DO TOCANTINS-TO	10.056.131,72
SANTA RITA DO TRIVELATO-MT	113.021.166,16
SANTA RITA D'OESTE-SP	2.559.939,25
SANTA RITA-MA	4.492.598,34
SANTA RITA-PB	84.338.834,02
SANTA ROSA DA SERRA-MG	5.975.438,15
SANTA ROSA DE GOIAS-GO	2.346.404,34
SANTA ROSA DE LIMA-SC	8.368.708,39
SANTA ROSA DE LIMA-SE	517.000,00
SANTA ROSA DE VITERBO-SP	70.878.675,61
SANTA ROSA DO SUL-SC	20.805.243,60
SANTA ROSA DO TOCANTINS-TO	19.230.628,89
SANTA ROSA-RS	315.869.655,57
SANTA SALETE-SP	1.757.817,94
SANTA TERESA-ES	40.120.237,66
SANTA TERESINHA-BA	3.109.576,00
SANTA TERESINHA-PB	340.920,00
SANTA TEREZA DE GOIAS-GO	6.674.665,94
SANTA TEREZA DO OESTE-PR	86.643.357,87
SANTA TEREZA DO TOCANTINS-TO	1.302.562,17
SANTA TEREZA-RS	3.272.596,72
SANTA TEREZINHA DE GOIAS-GO	11.376.744,61
SANTA TEREZINHA DE ITAIPU-PR	88.824.591,83
SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO-SC	2.103.357,00
SANTA TEREZINHA DO TOCANTINS-TO	217.350,00
SANTA TEREZINHA-MT	42.879.090,73
SANTA TEREZINHA-PE	1.468.602,35
SANTA TEREZINHA-SC	15.306.897,96
SANTA VITORIA DO PALMAR-RS	140.595.502,90
SANTA VITORIA-MG	408.014.006,28
SANTALUZ-BA	8.785.004,61
SANTANA DA BOA VISTA-RS	15.400.566,99
SANTANA DA PONTE PENSA-SP	9.594.825,99
SANTANA DA VARGEM-MG	18.915.828,53
SANTANA DE CATAGUASES-MG	2.551.251,94
SANTANA DE PARNAIBA-SP	364.944.401,46
SANTANA DE PIRAPAMA-MG	5.335.146,05
SANTANA DO ACARAU-CE	1.753.658,00
SANTANA DO ARAGUAIA-PA	63.436.124,65
SANTANA DO CARIRI-CE	3.281.438,91
SANTANA DO DESERTO-MG	248.599,22
SANTANA DO GARAMBEU-MG	568.440,00
SANTANA DO IPANEMA-AL	5.977.190,40
SANTANA DO ITARARE-PR	14.297.415,15
SANTANA DO JACARE-MG	4.232.901,83
SANTANA DO LIVRAMENTO-RS	339.559.609,51
SANTANA DO MANHUACU-MG	7.184.131,14
SANTANA DO MARANHAO-MA	485.120,00
SANTANA DO MATOS-RN	2.495.076,98
SANTANA DO MUNDAU-AL	2.348.800,00
SANTANA DO PARAISO-MG	31.562.704,54
SANTANA DO RIACHO-MG	540.822,77
SANTANA DO SAO FRANCISCO-SE	25.000,00
SANTANA DO SERIDO-RN	390.676,18
SANTANA DOS GARROTES-PB	387.500,00
SANTANA DOS MONTES-MG	2.715.210,00
SANTANA-AP	56.507.112,55
SANTANA-BA	12.552.062,58
SANTANOPOLIS-BA	269.875,30
SANTAREM NOVO-PA	2.231.600,00
SANTAREM-PA	127.967.638,65
SANTIAGO DO SUL-SC	7.448.729,69
SANTIAGO-RS	111.091.755,99
SANTO AFONSO-MT	28.961.473,94
SANTO AMARO DA IMPERATRIZ-SC	48.591.401,90
SANTO AMARO DAS BROTAS-SE	1.544.994,77
SANTO AMARO-BA	59.068.558,05
SANTO ANASTACIO-SP	44.912.479,03
SANTO ANDRE-PB	1.172.790,10
SANTO ANDRE-SP	1.402.164.790,98
SANTO ANGELO-RS	225.466.416,07
SANTO ANTONIO DA ALEGRIA-SP	9.046.100,53
SANTO ANTONIO DA BARRA-GO	35.954.385,37
SANTO ANTONIO DA PATRULHA-RS	153.679.799,97
SANTO ANTONIO DA PLATINA-PR	87.726.023,43
SANTO ANTONIO DAS MISSOES-RS	55.294.699,89
SANTO ANTONIO DE GOIAS-GO	7.562.582,81

104 Classificação conforme Lei de acesso à informação (OS PRESI 01/2015-BNDES): Ostensivo
Unidade Gestora: BNDES/Área Financeira/Departamento de Captação Interna

Em Reais

Município-UF	Valor da Liberação
SANTO ANTONIO DE JESUS-BA	109.012.638,80
SANTO ANTONIO DE LISBOA-PI	1.879.568,37
SANTO ANTONIO DE PADUA-RJ	90.719.296,24
SANTO ANTONIO DE POSSE-SP	46.066.558,22
SANTO ANTONIO DO AMPARO-MG	23.922.067,87
SANTO ANTONIO DO ARACANGUA-SP	31.452.792,79
SANTO ANTONIO DO AVENTUREIRO-MG	1.894.562,50
SANTO ANTONIO DO CAIUA-PR	2.618.203,80
SANTO ANTONIO DO DESCOBERTO-GO	17.439.113,46
SANTO ANTONIO DO GRAMA-MG	1.999.732,15
SANTO ANTONIO DO ICA-AM	66.018,27
SANTO ANTONIO DO ITAMBE-MG	596.570,00
SANTO ANTONIO DO JACINTO-MG	4.049.331,52
SANTO ANTONIO DO JARDIM-SP	11.582.056,38
SANTO ANTONIO DO LESTE-MT	88.295.107,34
SANTO ANTONIO DO LEVERGER-MT	29.695.302,61
SANTO ANTONIO DO MONTE-MG	29.039.458,83
SANTO ANTONIO DO PALMA-RS	8.514.533,83
SANTO ANTONIO DO PARAISO-PR	11.626.960,99
SANTO ANTONIO DO PINHAL-SP	1.972.781,00
SANTO ANTONIO DO PLANALTO-RS	18.804.122,85
SANTO ANTONIO DO RETIRO-MG	175.528,27
SANTO ANTONIO DO RIO ABAIXO-MG	1.150.768,90
SANTO ANTONIO DO SUDOESTE-PR	49.740.797,51
SANTO ANTONIO DO TAUA-PA	3.899.322,49
SANTO ANTONIO DOS LOPES-MA	500.602.469,33
SANTO ANTONIO-RN	1.940.276,63
SANTO AUGUSTO-RS	80.993.558,02
SANTO CRISTO-RS	31.716.685,12
SANTO ESTEVAO-BA	16.547.726,55
SANTO EXPEDITO DO SUL-RS	7.194.430,48
SANTO EXPEDITO-SP	1.073.600,00
SANTO HIPOLITO-MG	1.349.146,16
SANTO INACIO-PR	111.447.118,82
SANTOPOLIS DO AGUAPEI-SP	8.313.338,18
SANTOS DUMONT-MG	28.342.970,22
SANTOS-SP	1.479.366.213,65
SAO BENEDITO DO RIO PRETO-MA	2.165.968,15
SAO BENEDITO DO SUL-PE	1.852.790,69
SAO BENEDITO-CE	13.384.022,69
SAO BENTINHO-PB	301.000,00
SAO BENTO ABADE-MG	3.930.375,04
SAO BENTO DO NORTE-RN	138.699,13
SAO BENTO DO SAPUCAI-SP	5.561.329,36
SAO BENTO DO SUL-SC	451.736.261,70
SAO BENTO DO TOCANTINS-TO	5.492.267,39
SAO BENTO DO UNA-PE	71.588.229,99
SAO BENTO-MA	5.271.490,70
SAO BENTO-PB	25.346.624,45
SAO BERNARDINO-SC	5.793.494,36
SAO BERNARDO DO CAMPO-SP	6.441.055.784,69
SAO BERNARDO-MA	4.313.292,45
SAO BONIFACIO-SC	11.939.711,16
SAO BORJA-RS	233.819.093,97
SAO BRAS DO SUACUI-MG	1.841.277,33
SAO BRAS-AL	227.000,00
SAO BRAZ DO PIAUI-PI	1.195,00
SAO CAETANO DE ODIVELAS-PA	844.290,00
SAO CAETANO DO SUL-SP	1.039.079.236,50
SAO CAITANO-PE	10.881.907,07
SAO CARLOS DO IVAI-PR	137.660.956,59
SAO CARLOS-SC	56.336.213,44
SAO CARLOS-SP	594.966.090,33
SAO CRISTOVAO DO SUL-SC	19.826.253,64
SAO CRISTOVAO-SE	49.915.851,81
SAO DESIDERIO-BA	678.028.025,44
SAO DOMINGOS DAS DORES-MG	2.690.074,58
SAO DOMINGOS DO ARAGUAIA-PA	8.600.241,26
SAO DOMINGOS DO AZEITAO-MA	19.788.934,97
SAO DOMINGOS DO CAPIM-PA	1.807.884,10
SAO DOMINGOS DO MARANHAO-MA	10.937.687,63
SAO DOMINGOS DO NORTE-ES	24.654.169,28
SAO DOMINGOS DO PRATA-MG	12.180.396,79
SAO DOMINGOS DO SUL-RS	15.562.346,09
SAO DOMINGOS-BA	1.536.436,75
SAO DOMINGOS-GO	12.076.320,44
SAO DOMINGOS-PR	25.009,38
SAO DOMINGOS-SC	65.585.321,87
SAO DOMINGOS-SE	574.760,63
SAO FELIPE D'OESTE-RO	4.293.827,67
SAO FELIPE-BA	4.064.122,53
SAO FELIX DE BALSAS-MA	29.581.964,50
SAO FELIX DE MINAS-MG	943.473,88
SAO FELIX DO ARAGUAIA-MT	189.319.756,12
SAO FELIX DO CORIBE-BA	12.612.298,11
SAO FELIX DO TOCANTINS-TO	122.640,00
SAO FELIX DO XINGU-PA	50.470.365,16
SAO FELIX-BA	3.735.130,84
SAO FERNANDO-RN	1.569.230,33
SAO FIDELIS-RJ	16.629.377,86
SAO FRANCISCO DE ASSIS DO PIAUI-PI	87.274,65
SAO FRANCISCO DE ASSIS-RS	70.786.551,89
SAO FRANCISCO DE GOIAS-GO	3.203.291,61
SAO FRANCISCO DE ITABAPOANA-RJ	20.619.983,69
SAO FRANCISCO DE PAULA-MG	7.837.040,20
SAO FRANCISCO DE PAULA-RS	76.161.491,13
SAO FRANCISCO DE SALES-MG	12.620.110,26
SAO FRANCISCO DO BREJAO-MA	3.321.104,54
SAO FRANCISCO DO CONDE-BA	8.026.578,92
SAO FRANCISCO DO GLORIA-MG	1.538.595,94
SAO FRANCISCO DO GUAPORE-RO	5.817.084,20
SAO FRANCISCO DO MARANHAO-MA	273.369,46
SAO FRANCISCO DO OESTE-RN	983.325,22
SAO FRANCISCO DO PARA-PA	1.873.987,29
SAO FRANCISCO DO PIAUI-PI	433.700,00
SAO FRANCISCO DO SUL-SC	104.585.264,89
SAO FRANCISCO-MG	18.749.725,74
SAO FRANCISCO-SE	495.649,82
SAO FRANCISCO-SP	961.308,57
SAO GABRIEL DA CACHOEIRA-AM	1.437.340,47
SAO GABRIEL DA PALHA-ES	41.773.748,56
SAO GABRIEL DO OESTE-MS	366.070.516,63
SAO GABRIEL-BA	1.931.449,00
SAO GABRIEL-RS	192.800.208,17
SAO GERALDO DA PIEDADE-MG	1.024.000,00
SAO GERALDO DO ARAGUAIA-PA	28.588.086,21
SAO GERALDO DO BAIXIO-MG	683.742,99
SAO GERALDO-MG	9.456.551,75
SAO GONCALO DO ABAETE-MG	29.413.868,71
SAO GONCALO DO AMARANTE-CE	650.372.810,86
SAO GONCALO DO AMARANTE-RN	81.603.304,83
SAO GONCALO DO GURGUEIA-PI	1.222.910,00
SAO GONCALO DO PARA-MG	9.329.305,45
SAO GONCALO DO PIAUI-PI	491.182,44
SAO GONCALO DO RIO ABAIXO-MG	36.540.308,99
SAO GONCALO DO RIO PRETO-MG	668.610,00
SAO GONCALO DO SAPUCAI-MG	57.918.973,56
SAO GONCALO DOS CAMPOS-BA	91.746.226,21
SAO GONCALO-RJ	682.738.256,10
SAO GOTARDO-MG	107.849.351,41
SAO JERONIMO DA SERRA-PR	15.602.540,71
SAO JERONIMO-RS	25.669.946,43
SAO JOAO BATISTA DO GLORIA-MG	19.082.254,33
SAO JOAO BATISTA-MA	1.020.131,78
SAO JOAO BATISTA-SC	85.134.558,15
SAO JOAO DA BALIZA-RR	1.109.505,82
SAO JOAO DA BARRA-RJ	321.430.283,79
SAO JOAO DA BOA VISTA-SP	163.742.519,31
SAO JOAO DA CANABRAVA-PI	181.150,71
SAO JOAO DA FRONTEIRA-PI	251.000,00
SAO JOAO DA LAGOA-MG	413.970,00
SAO JOAO DA MATA-MG	1.900.404,40
SAO JOAO DA PARAUNA-GO	3.783.796,21
SAO JOAO DA PONTA-PA	18.298,57
SAO JOAO DA PONTE-MG	5.035.226,62
SAO JOAO DA SERRA-PI	665.600,00
SAO JOAO DA URTIGA-RS	8.903.556,25
SAO JOAO D'ALIANCA-GO	34.522.702,93
SAO JOAO DAS DUAS PONTES-SP	1.549.990,98
SAO JOAO DAS MISSOES-MG	399.522,04
SAO JOAO DE IRACEMA-SP	2.568.759,12
SAO JOAO DE MERITI-RJ	391.976.854,44
SAO JOAO DE PIRABAS-PA	654.063,23
SAO JOAO DEL REI-MG	87.453.501,94
SAO JOAO DO ARAGUAIA-PA	4.578.797,19
SAO JOAO DO ARRAIAL-PI	184.258,89
SAO JOAO DO CAIUA-PR	9.077.934,52
SAO JOAO DO CARU-MA	1.690.316,91
SAO JOAO DO ITAPERIU-SC	17.403.273,86
SAO JOAO DO IVAI-PR	28.395.757,70

Classificação conforme Lei de acesso à informação (OS PRESI 01/2015-BNDES): Ostensivo 105
Unidade Gestora: BNDES/Área Financeira/Departamento de Captação Interna

Em Reais

Município-UF	Valor da Liberação
SAO JOAO DO JAGUARIBE-CE	1.328.185,68
SAO JOAO DO MANHUACU-MG	5.138.361,70
SAO JOAO DO MANTENINHA-MG	2.628.586,05
SAO JOAO DO OESTE-SC	57.961.331,61
SAO JOAO DO ORIENTE-MG	1.426.558,43
SAO JOAO DO PACUI-MG	713.600,18
SAO JOAO DO PARAISO-MA	3.678.690,26
SAO JOAO DO PARAISO-MG	18.917.485,57
SAO JOAO DO PAU D'ALHO-SP	1.156.494,13
SAO JOAO DO PIAUI-PI	2.794.609,64
SAO JOAO DO POLESINE-RS	11.361.549,17
SAO JOAO DO RIO DO PEIXE-PB	4.713.358,46
SAO JOAO DO SABUGI-RN	1.424.641,64
SAO JOAO DO SOTER-MA	1.293.200,00
SAO JOAO DO SUL-SC	12.875.969,99
SAO JOAO DO TRIUNFO-PR	41.539.572,58
SAO JOAO DOS PATOS-MA	10.350.599,25
SAO JOAO EVANGELISTA-MG	3.897.605,75
SAO JOAO NEPOMUCENO-MG	14.908.290,97
SAO JOAO-PE	3.295.037,30
SAO JOAO-PR	104.566.089,15
SAO JOAQUIM DA BARRA-SP	317.232.994,48
SAO JOAQUIM DE BICAS-MG	54.587.704,78
SAO JOAQUIM DO MONTE-PE	1.218.098,41
SAO JOAQUIM-SC	112.675.534,93
SAO JORGE DO IVAI-PR	78.710.022,46
SAO JORGE DO PATROCINIO-PR	10.759.858,08
SAO JORGE D'OESTE-PR	47.213.835,25
SAO JORGE-RS	16.369.887,11
SAO JOSE DA BARRA-MG	19.283.668,38
SAO JOSE DA BELA VISTA-SP	10.473.980,80
SAO JOSE DA BOA VISTA-PR	29.235.562,11
SAO JOSE DA COROA GRANDE-PE	1.425.970,81
SAO JOSE DA LAGOA TAPADA-PB	737.443,00
SAO JOSE DA LAJE-AL	19.165.921,38
SAO JOSE DA LAPA-MG	54.820.404,21
SAO JOSE DA SAFIRA-MG	522.340,00
SAO JOSE DA TAPERA-AL	1.688.053,24
SAO JOSE DA VARGINHA-MG	3.617.476,00
SAO JOSE DA VITORIA-BA	414.994,86
SAO JOSE DAS MISSOES-RS	2.677.576,91
SAO JOSE DAS PALMEIRAS-PR	9.853.744,72
SAO JOSE DE ESPINHARAS-PB	585.000,00
SAO JOSE DE MIPIBU-RN	20.899.105,70
SAO JOSE DE PIRANHAS-PB	3.627.903,70
SAO JOSE DE RIBAMAR-MA	50.817.110,76
SAO JOSE DE UBA-RJ	1.440.082,31
SAO JOSE DO ALEGRE-MG	1.768.716,48
SAO JOSE DO BARREIRO-SP	1.175.463,09
SAO JOSE DO BELMONTE-PE	5.335.748,37
SAO JOSE DO BONFIM-PB	175.500,00
SAO JOSE DO BREJO DO CRUZ-PB	175.980,80
SAO JOSE DO CALCADO-ES	1.995.790,96
SAO JOSE DO CAMPESTRE-RN	548.895,61
SAO JOSE DO CEDRO-SC	79.193.737,15
SAO JOSE DO CERRITO-SC	6.481.879,06
SAO JOSE DO DIVINO-MG	724.886,09
SAO JOSE DO DIVINO-PI	538.081,52
SAO JOSE DO EGITO-PE	8.159.731,91
SAO JOSE DO GOIABAL-MG	684.461,28
SAO JOSE DO HERVAL-RS	29.194.570,57
SAO JOSE DO HORTENCIO-RS	6.014.373,55
SAO JOSE DO INHACORA-RS	5.584.039,41
SAO JOSE DO JACUIPE-BA	1.561.843,89
SAO JOSE DO JACURI-MG	1.764.272,77
SAO JOSE DO MANTIMENTO-MG	851.451,58
SAO JOSE DO NORTE-RS	7.152.259,74
SAO JOSE DO OURO-RS	82.173.224,02
SAO JOSE DO PEIXE-PI	189.909,27
SAO JOSE DO PIAUI-PI	1.053.108,00
SAO JOSE DO POVO-MT	1.623.324,17
SAO JOSE DO RIO CLARO-MT	67.909.906,55
SAO JOSE DO RIO PARDO-SP	191.934.882,75
SAO JOSE DO RIO PRETO-SP	1.424.296.984,82
SAO JOSE DO SABUGI-PB	328.500,00
SAO JOSE DO SERIDO-RN	1.460.408,11
SAO JOSE DO SUL-RS	8.349.896,86
SAO JOSE DO VALE DO RIO PRETO-RJ	40.144.602,79
SAO JOSE DO XINGU-MT	37.015.621,37
SAO JOSE DOS AUSENTES-RS	12.151.399,50

Em Reais

Município-UF	Valor da Liberação
SAO JOSE DOS BASILIOS-MA	532.750,00
SAO JOSE DOS CAMPOS-SP	2.158.743.997,31
SAO JOSE DOS PINHAIS-PR	3.016.143.373,85
SAO JOSE DOS QUATRO MARCOS-MT	33.608.731,80
SAO JOSE-SC	524.216.713,56
SAO JULIAO-PI	745.873,93
SAO LEOPOLDO-RS	590.213.257,59
SAO LOURENCO DA MATA-PE	81.467.511,28
SAO LOURENCO DA SERRA-SP	4.603.163,92
SAO LOURENCO DO OESTE-SC	177.641.174,24
SAO LOURENCO DO SUL-RS	192.384.413,72
SAO LOURENCO-MG	15.955.796,70
SAO LUDGERO-SC	98.830.794,25
SAO LUIS DE MONTES BELOS-GO	26.110.376,97
SAO LUIS DO CURU-CE	1.478.411,00
SAO LUIS DO QUITUNDE-AL	6.453.425,76
SAO LUIS GONZAGA DO MARANHAO-MA	6.372.472,85
SAO LUIS-MA	1.965.860.243,47
SAO LUIZ DO NORTE-GO	5.001.688,35
SAO LUIZ DO PARAITINGA-SP	7.873.364,28
SAO LUIZ GONZAGA-RS	158.069.513,05
SAO LUIZ-RR	550.126,83
SAO MAMEDE-PB	192.619,03
SAO MANOEL DO PARANA-PR	6.939.876,66
SAO MANUEL-SP	296.214.422,51
SAO MARCOS-RS	190.212.926,85
SAO MARTINHO DA SERRA-RS	44.447.501,75
SAO MARTINHO-RS	20.714.541,94
SAO MARTINHO-SC	26.938.045,94
SAO MATEUS DO MARANHAO-MA	11.772.887,70
SAO MATEUS DO SUL-PR	111.834.480,03
SAO MATEUS-ES	159.990.556,47
SAO MIGUEL ARCANJO-SP	49.358.486,44
SAO MIGUEL DA BOA VISTA-SC	3.331.731,55
SAO MIGUEL DAS MATAS-BA	4.165.207,39
SAO MIGUEL DAS MISSOES-RS	147.926.038,58
SAO MIGUEL DE TAIPU-PB	695.705,81
SAO MIGUEL DE TOUROS-RN	9.330,74
SAO MIGUEL DO ALEIXO-SE	5.916.520,03
SAO MIGUEL DO ANTA-MG	1.882.130,55
SAO MIGUEL DO ARAGUAIA-GO	43.486.720,58
SAO MIGUEL DO GOSTOSO-RN	356.934,55
SAO MIGUEL DO GUAMA-PA	28.010.666,90
SAO MIGUEL DO GUAPORE-RO	14.808.480,79
SAO MIGUEL DO IGUACU-PR	187.181.487,80
SAO MIGUEL DO PASSA QUATRO-GO	14.527.702,17
SAO MIGUEL DO TAPUIO-PI	1.502.142,42
SAO MIGUEL DO TOCANTINS-TO	1.254.771,12
SAO MIGUEL D'OESTE-SC	164.874.188,00
SAO MIGUEL DOS CAMPOS-AL	204.895.039,31
SAO MIGUEL DOS MILAGRES-AL	414.860,00
SAO MIGUEL-RN	43.600.801,83
SAO NICOLAU-RS	17.255.000,39
SAO PATRICIO-GO	5.007.943,72
SAO PAULO DAS MISSOES-RS	4.484.082,79
SAO PAULO DE OLIVENCA-AM	65.117,75
SAO PAULO DO POTENGI-RN	2.574.894,86
SAO PAULO-SP	33.770.827.927,58
SAO PEDRO DA AGUA BRANCA-MA	1.678.448,94
SAO PEDRO DA ALDEIA-RJ	57.388.726,74
SAO PEDRO DA CIPA-MT	1.897.590,61
SAO PEDRO DA SERRA-RS	7.959.473,56
SAO PEDRO DA UNIAO-MG	5.848.832,91
SAO PEDRO DAS MISSOES-RS	4.483.720,53
SAO PEDRO DE ALCANTARA-SC	9.541.911,15
SAO PEDRO DO BUTIA-RS	7.088.742,13
SAO PEDRO DO IGUACU-PR	28.590.583,95
SAO PEDRO DO IVAI-PR	31.522.734,17
SAO PEDRO DO PARANA-PR	12.912.560,82
SAO PEDRO DO PIAUI-PI	1.109.398,20
SAO PEDRO DO SUACUI-MG	1.639.635,23
SAO PEDRO DO SUL-RS	27.907.243,73
SAO PEDRO DO TURVO-SP	21.956.279,43
SAO PEDRO DOS CRENTES-MA	2.590.589,56
SAO PEDRO DOS FERROS-MG	4.936.660,22
SAO PEDRO-RN	1.331.025,00
SAO PEDRO-SP	36.596.580,06
SAO RAFAEL-RN	108.123,29
SAO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS-MA	36.751.309,88
SAO RAIMUNDO DO DOCA BEZERRA-MA	832.106,00

106 Classificação conforme Lei de acesso à informação (OS PRESI 01/2015-BNDES): Ostensivo
Unidade Gestora: BNDES/Área Financeira/Departamento de Captação Interna

Em Reais *Em Reais*

Município-UF	Valor da Liberação	Município-UF	Valor da Liberação
SAO RAIMUNDO NONATO-PI	12.521.914,88	SEM-PEIXE-MG	693.580,00
SAO ROBERTO-MA	331.499,20	SENA MADUREIRA-AC	2.988.392,35
SAO ROMAO-MG	16.908.851,66	SENADOR ALEXANDRE COSTA-MA	766.700,00
SAO ROQUE DE MINAS-MG	47.827.348,13	SENADOR AMARAL-MG	5.716.860,00
SAO ROQUE DO CANAA-ES	27.893.892,62	SENADOR CANEDO-GO	164.946.705,23
SAO ROQUE-SP	145.676.621,72	SENADOR CORTES-MG	672.064,10
SAO SALVADOR DO TOCANTINS-TO	1.906.040,00	SENADOR FIRMINO-MG	3.701.794,56
SAO SEBASTIAO DA AMOREIRA-PR	33.078.016,47	SENADOR GEORGINO AVELINO-RN	181.250,00
SAO SEBASTIAO DA BELA VISTA-MG	6.384.095,81	SENADOR GUIOMARD-AC	9.331.590,91
SAO SEBASTIAO DA BOA VISTA-PA	4.212,31	SENADOR JOSE BENTO-MG	1.284.130,00
SAO SEBASTIAO DA GRAMA-SP	11.986.618,88	SENADOR JOSE PORFIRIO-PA	1.548.027,65
SAO SEBASTIAO DA VARGEM ALEGRE-MG	1.170.707,31	SENADOR LA ROCQUE-MA	8.797.549,28
SAO SEBASTIAO DE LAGOA DE ROCA-PB	1.418.320,18	SENADOR MODESTINO GONCALVES-MG	2.303.069,25
SAO SEBASTIAO DO ALTO-RJ	21.399.052,40	SENADOR POMPEU-CE	8.785.938,87
SAO SEBASTIAO DO ANTA-MG	1.559.607,17	SENADOR RUI PALMEIRA-AL	311.500,00
SAO SEBASTIAO DO CAI-RS	130.464.694,46	SENADOR SA-CE	185.556,69
SAO SEBASTIAO DO MARANHAO-MG	1.026.340,00	SENADOR SALGADO FILHO-RS	5.607.093,97
SAO SEBASTIAO DO OESTE-MG	46.353.603,34	SENGES-PR	54.830.447,77
SAO SEBASTIAO DO PARAISO-MG	155.441.914,73	SENHOR DO BONFIM-BA	24.590.668,53
SAO SEBASTIAO DO PASSE-BA	13.946.963,61	SENHORA DE OLIVEIRA-MG	2.448.745,93
SAO SEBASTIAO DO RIO PRETO-MG	698.240,00	SENHORA DO PORTO-MG	1.044.998,85
SAO SEBASTIAO DO RIO VERDE-MG	1.299.250,00	SENHORA DOS REMEDIOS-MG	3.087.415,69
SAO SEBASTIAO DO TOCANTINS-TO	820.711,84	SENTINELA DO SUL-RS	7.115.124,51
SAO SEBASTIAO-AL	12.229.010,59	SENTO SE-BA	2.948.398,71
SAO SEBASTIAO-SP	59.000.379,60	SERAFINA CORREA-RS	65.215.247,50
SAO SEPE-RS	99.151.392,50	SERICITA-MG	5.019.813,78
SAO SIMAO-GO	105.432.890,44	SERIDO-PB	229.300,00
SAO SIMAO-SP	32.088.549,83	SERINGUEIRAS-RO	14.338.770,82
SAO TIAGO-MG	10.846.671,35	SERIO-RS	4.360.824,71
SAO TOMAS DE AQUINO-MG	10.681.810,64	SERITINGA-MG	336.020,32
SAO TOME DAS LETRAS-MG	3.946.158,95	SEROPEDICA-RJ	109.517.868,04
SAO TOME-PR	38.776.520,61	SERRA ALTA-SC	19.902.905,49
SAO TOME-RN	543.320,78	SERRA AZUL DE MINAS-MG	428.149,11
SAO VALENTIM DO SUL-RS	4.381.415,44	SERRA AZUL-SP	8.361.708,46
SAO VALENTIM-RS	10.511.661,85	SERRA BRANCA-PB	2.376.748,69
SAO VALERIO DA NATIVIDADE-TO	9.932.494,54	SERRA DA SAUDADE-MG	618.000,00
SAO VALERIO DO SUL-RS	3.434.510,40	SERRA DE SAO BENTO-RN	365.371,21
SAO VENDELINO-RS	9.962.693,14	SERRA DO MEL-RN	337.667,83
SAO VICENTE DE MINAS-MG	4.752.752,21	SERRA DO NAVIO-AP	128.009,20
SAO VICENTE DO SUL-RS	37.192.761,28	SERRA DO RAMALHO-BA	2.575.494,76
SAO VICENTE FERRER-MA	1.225.765,03	SERRA DO SALITRE-MG	85.600.453,29
SAO VICENTE FERRER-PE	3.217.553,20	SERRA DOS AIMORES-MG	19.010.766,57
SAO VICENTE-RN	388.525,85	SERRA DOURADA-BA	3.181.825,21
SAO VICENTE-SP	197.000.605,43	SERRA NEGRA DO NORTE-RN	3.218.904,45
SAPEACU-BA	22.499.290,58	SERRA NEGRA-SP	25.994.021,73
SAPE-PB	10.926.356,30	SERRA NOVA DOURADA-MT	5.880.549,56
SAPEZAL-MT	472.147.135,11	SERRA PRETA-BA	1.598.336,96
SAPIRANGA-RS	96.116.297,38	SERRA REDONDA-PB	346.990,66
SAPOPEMA-PR	13.102.996,53	SERRA TALHADA-PE	64.414.985,67
SAPUCAIA DO SUL-RS	129.342.909,29	SERRA-ES	1.478.475.074,99
SAPUCAIA-PA	2.061.073,28	SERRANA-SP	319.487.343,22
SAPUCAIA-RJ	16.151.473,39	SERRANIA-MG	7.172.917,14
SAPUCAI-MIRIM-MG	3.376.752,66	SERRANOPOLIS DE MINAS-MG	1.029.200,00
SAQUAREMA-RJ	64.151.879,84	SERRANOPOLIS DO IGUACU-PR	30.904.693,49
SARANDI-PR	160.094.945,86	SERRANOPOLIS-GO	77.551.588,52
SARANDI-RS	83.288.636,29	SERRANOS-MG	845.100,00
SARAPUI-SP	10.787.704,87	SERRARIA-PB	370.100,00
SARDOA-MG	1.137.002,53	SERRINHA DOS PINTOS-RN	168.600,00
SARUTAIA-SP	3.571.406,56	SERRINHA-BA	19.571.449,95
SARZEDO-MG	81.865.736,22	SERRINHA-RN	84.690,05
SATIRO DIAS-BA	1.243.649,95	SERRITA-PE	2.120.509,38
SATUBA-AL	2.161.827,45	SERROLANDIA-BA	1.315.686,94
SATUBINHA-MA	521.000,00	SERRO-MG	8.109.459,16
SAUBARA-BA	1.584.111,90	SERTANEJA-PR	61.509.972,70
SAUDADE DO IGUACU-PR	17.996.897,76	SERTANIA-PE	5.290.747,38
SAUDADES-SC	80.958.392,47	SERTANOPOLIS-PR	213.144.928,41
SAUDE-BA	3.111.010,97	SERTAO SANTANA-RS	14.603.900,11
SCHROEDER-SC	64.973.405,15	SERTAO-RS	50.323.274,00
SEABRA-BA	23.899.129,66	SERTAOZINHO-PB	2.338.300,00
SEARA-SC	130.120.162,65	SERTAOZINHO-SP	1.165.309.370,52
SEBASTIANOPOLIS DO SUL-SP	215.267.518,93	SETE BARRAS-SP	10.487.497,47
SEBASTIAO BARROS-PI	590.215,69	SETE DE SETEMBRO-RS	2.770.570,51
SEBASTIAO LARANJEIRAS-BA	1.505.709,60	SETE LAGOAS-MG	726.481.401,26
SEBASTIAO LEAL-PI	12.401.594,36	SETE QUEDAS-MS	12.850.944,77
SEBERI-RS	97.798.742,44	SETUBINHA-MG	1.670.530,00
SEDE NOVA-RS	11.237.734,47	SEVERIANO DE ALMEIDA-RS	10.833.951,70
SEGREDO-RS	10.636.568,71	SEVERIANO MELO-RN	222.004,36
SELBACH-RS	26.140.274,41	SEVERINIA-SP	28.981.360,22
SELVIRIA-MS	7.677.257,57	SIDEROPOLIS-SC	90.550.469,40
SEM MUNICIPIO-SC	79.326,52	SIDROLANDIA-MS	219.536.725,80

Classificação conforme Lei de acesso à informação (OS PRESI 01/2015-BNDES): Ostensivo 107
Unidade Gestora: BNDES/Área Financeira/Departamento de Captação Interna

Em Reais

Município-UF	Valor da Liberação
SIGEFREDO PACHECO-PI	85.710,47
SILVA JARDIM-RJ	9.183.837,69
SILVANIA-GO	218.568.934,78
SILVANOPOLIS-TO	20.441.249,68
SILVEIRA MARTINS-RS	15.562.329,84
SILVEIRANIA-MG	837.930,00
SILVEIRAS-SP	1.661.649,60
SILVIANOPOLIS-MG	7.538.288,45
SIMAO DIAS-SE	26.377.979,98
SIMAO PEREIRA-MG	1.512.309,47
SIMOES FILHO-BA	485.624.502,79
SIMOES-PI	544.126,28
SIMOLANDIA-GO	5.384.337,35
SIMONESIA-MG	9.997.570,41
SIMPLICIO MENDES-PI	4.373.930,86
SINIMBU-RS	4.910.733,68
SINOP-MT	479.064.826,91
SIQUEIRA CAMPOS-PR	38.280.813,19
SIRINHAEM-PE	24.758.692,04
SIRIRI-SE	1.534.560,00
SITIO D'ABADIA-GO	5.221.511,57
SITIO DO MATO-BA	503.757,70
SITIO DO QUINTO-BA	4.370.871,04
SITIO NOVO DO TOCANTINS-TO	1.674.849,28
SITIO NOVO-MA	5.356.773,36
SOBRADINHO-BA	4.090.676,79
SOBRADINHO-RS	34.843.937,27
SOBRADO-PB	1.065.779,63
SOBRAL-CE	274.442.558,50
SOBRALIA-MG	2.403.677,12
SOCORRO-SP	41.094.371,71
SOLANEA-PB	2.199.709,41
SOLEDADE DE MINAS-MG	1.854.112,66
SOLEDADE-PB	6.389.130,81
SOLEDADE-RS	109.047.404,73
SOLONOPOLE-CE	6.717.616,57
SOMBRIO-SC	46.102.748,52
SONORA-MS	117.094.222,41
SOORETAMA-ES	40.209.493,23
SOROCABA-SP	2.112.209.876,84
SORRISO-MT	1.057.441.241,06
SOSSEGO-PB	605.772,16
SOURE-PA	525.614,43
SOUSA-PB	63.478.207,78
SOUTO SOARES-BA	1.761.586,85
SUCUPIRA DO NORTE-MA	1.667.116,48
SUCUPIRA DO RIACHAO-MA	869.228,00
SUCUPIRA-TO	14.132.509,55
SUD MENNUCCI-SP	26.488.684,19
SUL BRASIL-SC	4.460.548,21
SULINA-PR	10.810.887,02
SUMARE-SP	1.185.636.301,65
SUME-PB	1.671.423,84
SUMIDOURO-RJ	19.286.063,68
SURUBIM-PE	31.537.193,90
SUSSUAPARA-PI	328.785,88
SUZANAPOLIS-SP	66.207.941,79
SUZANO-SP	300.937.874,24
TABAI-RS	3.347.831,08
TABAPORA-MT	84.448.097,88
TABAPUA-SP	111.466.332,98
TABATINGA-AM	1.815.086,07
TABATINGA-SP	12.848.689,22
TABIRA-PE	6.320.833,04
TABOAO DA SERRA-SP	279.205.861,38
TABOCAS DO BREJO VELHO-BA	5.712.419,34
TABOLEIRO GRANDE-RN	142.611,51
TABULEIRO DO NORTE-CE	16.717.817,30
TABULEIRO-MG	2.595.616,43
TACAIMBO-PE	2.293.173,59
TACARATU-PE	905.431,54
TACIBA-SP	10.895.233,69
TACIMA-PB	715.820,00
TACURU-MS	6.820.343,42
TAGUAI-SP	20.855.841,43
TAGUATINGA-TO	30.004.003,02
TAIACU-SP	4.871.409,74
TAILANDIA-PA	89.865.070,79
TAIOBEIRAS-MG	43.877.391,62
TAIO-SC	83.792.573,21

Em Reais

Município-UF	Valor da Liberação
TAIPAS DO TOCANTINS-TO	469.120,00
TAIPU-RN	2.832.134,44
TAIUVA-SP	12.569.744,98
TALISMA-TO	19.187.971,70
TAMANDARE-PE	3.224.014,02
TAMARANA-PR	41.265.422,18
TAMBAU-SP	36.077.080,26
TAMBOARA-PR	25.535.604,46
TAMBORIL-CE	1.162.911,08
TANABI-SP	72.422.433,02
TANGARA DA SERRA-MT	260.600.643,79
TANGARA-RN	5.106.559,01
TANGARA-SC	66.549.126,59
TANGUA-RJ	33.272.702,00
TANHACU-BA	9.285.571,54
TANQUE D'ARCA-AL	795.575,00
TANQUE NOVO-BA	6.298.485,70
TANQUINHO-BA	447.081,64
TAPARUBA-MG	3.204.209,00
TAPAUA-AM	11.324,62
TAPEJARA-PR	110.874.784,72
TAPEJARA-RS	142.935.363,78
TAPERA-RS	86.348.385,15
TAPEROA-BA	749.316,07
TAPEROA-PB	3.033.997,51
TAPES-RS	39.641.768,80
TAPIRAI-MG	2.125.260,00
TAPIRAI-SP	13.540.150,66
TAPIRA-MG	11.099.390,21
TAPIRAMUTA-BA	2.557.024,11
TAPIRA-PR	15.865.916,36
TAPIRATIBA-SP	7.406.134,34
TAPURAH-MT	179.585.150,71
TAQUARACU DE MINAS-MG	5.241.837,41
TAQUARAL DE GOIAS-GO	1.908.991,02
TAQUARAL-SP	7.654.005,42
TAQUARANA-AL	1.122.703,75
TAQUARA-RS	48.941.041,67
TAQUARI-RS	77.105.012,40
TAQUARITINGA DO NORTE-PE	5.314.620,57
TAQUARITINGA-SP	80.515.274,56
TAQUARITUBA-SP	122.269.749,45
TAQUARIVAI-SP	56.886.168,79
TAQUARUCU DO SUL-RS	13.673.711,07
TAQUARUSSU-MS	5.530.150,53
TARABAI-SP	7.798.162,97
TARAUACA-AC	7.832.809,70
TARRAFAS-CE	1.174.047,40
TARTARUGALZINHO-AP	3.795.562,68
TARUMA-SP	264.909.230,42
TARUMIRIM-MG	8.905.875,01
TASSO FRAGOSO-MA	82.408.560,91
TATUI-SP	351.047.979,72
TAUA-CE	14.957.989,36
TAUBATE-SP	638.760.441,26
TAVARES-PB	493.795,68
TAVARES-RS	10.388.076,53
TEFE-AM	6.454.537,38
TEIXEIRA DE FREITAS-BA	192.677.860,92
TEIXEIRA SOARES-PR	98.994.509,81
TEIXEIRA-PB	1.343.294,36
TEIXEIRAS-MG	6.085.239,72
TEIXEIROPOLIS-RO	2.010.045,03
TEJUCUOCA-CE	998.329,99
TEJUPA-SP	10.018.907,45
TELEMACO BORBA-PR	114.869.369,59
TELHA-SE	1.460.769,48
TENENTE ANANIAS-RN	1.944.920,58
TENENTE LAURENTINO CRUZ-RN	363.173,17
TENENTE PORTELA-RS	23.886.252,52
TENORIO-PB	956.692,18
TEODORO SAMPAIO-BA	471.275,45
TEODORO SAMPAIO-SP	59.970.195,13
TEOFILANDIA-BA	1.625.314,90
TEOFILO OTONI-MG	135.587.378,94
TEOLANDIA-BA	853.501,70
TEOTONIO VILELA-AL	27.540.706,18
TERENOS-MS	42.721.761,70
TERESINA DE GOIAS-GO	522.478,48
TERESINA-PI	792.256.140,71

108 Classificação conforme Lei de acesso à informação (OS PRESI 01/2015-BNDES): Ostensivo
Unidade Gestora: BNDES/Área Financeira/Departamento de Captação Interna

Em Reais *Em Reais*

Município-UF	Valor da Liberação	Município-UF	Valor da Liberação
TERESOPOLIS-RJ	256.856.030,90	TRES PASSOS-RS	47.010.879,55
TEREZINHA-PE	492.462,99	TRES PONTAS-MG	77.729.950,74
TEREZOPOLIS DE GOIAS-GO	3.430.637,66	TRES RANCHOS-GO	2.507.795,74
TERRA ALTA-PA	764.809,00	TRES RIOS-RJ	155.794.429,98
TERRA BOA-PR	82.795.790,16	TREVISO-SC	9.729.213,33
TERRA DE AREIA-RS	13.354.659,47	TREZE DE MAIO-SC	27.302.288,47
TERRA NOVA DO NORTE-MT	29.927.378,70	TREZE TILIAS-SC	113.462.084,24
TERRA NOVA-BA	377.247,12	TRINDADE DO SUL-RS	82.353.978,68
TERRA NOVA-PE	1.194.374,79	TRINDADE-GO	107.197.596,98
TERRA RICA-PR	70.870.972,37	TRINDADE-PE	39.758.996,21
TERRA ROXA-PR	126.767.256,67	TRIUNFO-PB	432.460,00
TERRA ROXA-SP	11.614.559,82	TRIUNFO-PE	8.045.503,91
TERRA SANTA-PA	623.139,28	TRIUNFO-RS	385.434.601,09
TESOURO-MT	39.980.052,89	TRIZIDELA DO VALE-MA	14.183.874,03
TEUTONIA-RS	157.412.148,32	TROMBAS-GO	2.184.704,00
THEOBROMA-RO	4.543.975,64	TROMBUDO CENTRAL-SC	19.330.764,77
TIANGUA-CE	33.830.942,91	TUBARAO-SC	457.769.635,95
TIBAGI-PR	173.844.306,02	TUCANO-BA	10.586.609,15
TIBAU DO SUL-RN	1.088.097,78	TUCUMA-PA	28.217.887,15
TIBAU-RN	814.788,49	TUCUNDUVA-RS	22.352.764,43
TIETE-SP	127.820.665,12	TUCURUI-PA	58.053.033,67
TIGRINHOS-SC	3.512.262,11	TUFILANDIA-MA	670.347,50
TIJUCAS DO SUL-PR	19.340.318,14	TUIUTI-SP	1.929.225,56
TIJUCAS-SC	265.361.805,60	TUMIRITINGA-MG	2.392.031,38
TIMBAUBA DOS BATISTAS-RN	84.238,37	TUNAPOLIS-SC	15.389.278,01
TIMBAUBA-PE	20.661.700,82	TUNAS DO PARANA-PR	23.333.810,03
TIMBE DO SUL-SC	6.751.361,58	TUNAS-RS	5.944.966,13
TIMBIRAS-MA	992.597,20	TUNEIRAS DO OESTE-PR	15.713.499,95
TIMBO GRANDE-SC	9.417.049,46	TUNTUM-MA	8.167.039,98
TIMBO-SC	317.661.128,68	TUPACIGUARA-MG	190.163.146,86
TIMBURI-SP	4.192.890,50	TUPANATINGA-PE	651.143,70
TIMON-MA	42.760.260,61	TUPANCI DO SUL-RS	7.723.391,86
TIMOTEO-MG	128.324.410,69	TUPANCIRETA-RS	305.549.635,57
TIO HUGO-RS	11.863.004,86	TUPANDI-RS	155.338.821,31
TIRADENTES DO SUL-RS	3.397.870,82	TUPARENDI-RS	21.739.861,38
TIRADENTES-MG	4.310.651,93	TUPARETAMA-PE	2.508.616,10
TIROS-MG	26.150.706,32	TUPA-SP	142.250.734,33
TOBIAS BARRETO-SE	13.197.041,52	TUPASSI-PR	86.610.941,53
TOCANTINIA-TO	2.320.255,08	TUPI PAULISTA-SP	13.803.589,96
TOCANTINOPOLIS-TO	24.297.789,73	TUPIRAMA-TO	14.537.615,97
TOCANTINS-MG	21.569.555,41	TUPIRATINS-TO	850.447,95
TOCOS DO MOJI-MG	2.208.421,23	TURIACU-MA	1.053.780,00
TOLEDO-MG	9.140.830,96	TURILANDIA-MA	5.035,58
TOLEDO-PR	644.567.794,96	TURIUBA-SP	1.199.579,74
TOMAR DO GERU-SE	1.566.606,64	TURMALINA-MG	44.746.837,37
TOMAZINA-PR	17.844.685,75	TURMALINA-SP	8.055.407,24
TOMBOS-MG	4.220.804,99	TURUCU-RS	11.485.081,52
TOME-ACU-PA	69.373.997,51	TURURU-CE	653.277,88
TONANTINS-AM	4.886,03	TURVANIA-GO	14.429.051,89
TORITAMA-PE	9.432.409,85	TURVELANDIA-GO	77.203.884,03
TORIXOREU-MT	2.417.673,54	TURVOLANDIA-MG	9.607.772,62
TOROPI-RS	2.582.690,98	TURVO-PR	62.932.571,95
TORRE DE PEDRA-SP	681.350,00	TURVO-SC	131.932.307,14
TORRES-RS	30.483.310,84	TUTOIA-MA	5.826.726,91
TORRES-SC	33.800,00	UARINI-AM	18.749,09
TORRINHA-SP	34.366.590,26	UAUA-BA	4.715.943,41
TOUROS-RN	4.003.066,11	UBAI-MG	3.302.290,05
TRABIJU-SP	2.572.728,52	UBAIRA-BA	4.088.573,96
TRACUATEUA-PA	230.736,39	UBAITABA-BA	3.520.954,74
TRACUNHAEM-PE	511.150,00	UBAJARA-CE	4.833.278,34
TRAIPU-AL	5.783.653,75	UBA-MG	267.360.209,42
TRAIRAO-PA	4.843.736,48	UBAPORANGA-MG	7.106.032,19
TRAIRI-CE	10.941.071,61	UBARANA-SP	13.083.960,94
TRAJANO DE MORAIS-RJ	2.708.109,02	UBATA-BA	4.665.832,31
TRAMANDAI-RS	192.629.804,81	UBATUBA-SP	19.234.667,16
TRAVESSEIRO-RS	1.764.292,53	UBERABA-MG	1.056.297.338,61
TREMEDAL-BA	1.117.956,02	UBERLANDIA-MG	1.926.120.913,44
TREMEMBE-SP	25.023.343,17	UBIRAJARA-SP	6.379.274,33
TRES ARROIOS-RS	7.742.796,28	UBIRATA-PR	283.626.400,25
TRES BARRAS DO PARANA-PR	59.734.348,74	UBIRETAMA-RS	1.729.048,99
TRES BARRAS-SC	601.721.452,41	UCHOA-SP	8.886.983,92
TRES CACHOEIRAS-RS	64.233.070,48	UIBAI-BA	1.314.436,32
TRES CORACOES-MG	156.242.685,59	UIRAPURU-GO	1.706.861,83
TRES COROAS-RS	80.593.317,21	UIRAUNA-PB	7.233.598,35
TRES DE MAIO-RS	88.517.491,90	ULIANOPOLIS-PA	31.435.253,23
TRES FORQUILHAS-RS	2.776.127,16	UMARI-CE	611.708,94
TRES FRONTEIRAS-SP	32.559.878,74	UMARIZAL-RN	1.994.526,30
TRES LAGOAS-MS	1.832.574.035,29	UMBAUBA-SE	18.130.845,45
TRES MARIAS-MG	288.826.752,65	UMBURANAS-BA	1.811.752,11
TRES PALMEIRAS-RS	12.198.106,52	UMBURATIBA-MG	1.924.732,14

Classificação conforme Lei de acesso à informação (OS PRESI 01/2015-BNDES): Ostensivo 109
Unidade Gestora: BNDES/Área Financeira/Departamento de Captação Interna

Em Reais

Município-UF	Valor da Liberação
UMBUZEIRO-PB	1.237.605,03
UMIRIM-CE	1.101.400,51
UMUARAMA-PR	303.864.547,67
UNA-BA	2.390.754,26
UNAI-MG	401.949.042,47
UNIAO DA SERRA-RS	11.579.407,87
UNIAO DA VITORIA-PR	172.924.627,47
UNIAO DE MINAS-MG	14.322.640,98
UNIAO DO OESTE-SC	5.855.556,94
UNIAO DO SUL-MT	24.337.896,44
UNIAO DOS PALMARES-AL	19.584.777,42
UNIAO PAULISTA-SP	5.732.542,30
UNIAO-PI	19.258.366,42
UNIFLOR-PR	4.444.289,17
UNISTALDA-RS	7.599.693,24
UPANEMA-RN	1.657.106,77
URAI-PR	35.869.165,63
URANDI-BA	3.128.539,92
URANIA-SP	27.365.025,20
URBANO SANTOS-MA	5.704.387,28
URUACU-GO	135.490.824,13
URUANA DE MINAS-MG	6.202.062,60
URUANA-GO	9.188.023,57
URUARA-PA	14.357.649,41
URUBICI-SC	12.721.424,05
URUBURETAMA-CE	1.701.505,12
URUCANIA-MG	4.178.317,04
URUCARA-AM	10.975,86
URUCUCA-BA	1.136.505,03
URUCUIA-MG	6.069.824,48
URUCUI-PI	111.619.037,52
URUCURITUBA-AM	85.000,00
URUGUAIANA-RS	316.424.860,16
URUOCA-CE	3.270.243,96
URUPA-RO	3.669.898,69
URUPEMA-SC	7.131.310,61
URUPES-SP	41.542.281,71
URU-SP	2.914.705,60
URUSSANGA-SC	111.703.950,67
URUTAI-GO	5.958.043,76
UTINGA-BA	1.556.019,44
VACARIA-RS	483.813.249,51
VALE DE SAO DOMINGOS-MT	645.691,47
VALE DO ANARI-RO	3.115.704,71
VALE DO PARAISO-RO	3.088.842,81
VALE DO SOL-RS	10.071.029,33
VALE REAL-RS	21.911.061,80
VALE VERDE-RS	6.908.914,76
VALENCA DO PIAUI-PI	5.974.746,14
VALENCA-BA	21.896.798,09
VALENCA-RJ	39.022.086,81
VALENTE-BA	5.739.706,74
VALENTIM GENTIL-SP	64.528.147,44
VALINHOS-SP	313.345.352,65
VALPARAISO DE GOIAS-GO	29.482.510,18
VALPARAISO-SP	343.375.159,98
VANINI-RS	9.435.167,60
VARGEAO-SC	42.216.064,06
VARGEM ALEGRE-MG	6.539.155,94
VARGEM ALTA-ES	43.742.868,74
VARGEM BONITA-MG	5.741.749,52
VARGEM BONITA-SC	36.833.089,97
VARGEM GRANDE DO RIO PARDO-MG	603.298,33
VARGEM GRANDE DO SUL-SP	101.389.664,00
VARGEM GRANDE PAULISTA-SP	44.685.594,09
VARGEM GRANDE-MA	8.273.201,48
VARGEM-SC	12.404.220,93
VARGEM-SP	6.740.815,73
VARGINHA-MG	240.291.418,62
VARJAO DE MINAS-MG	15.335.463,67
VARJAO-GO	1.517.917,41
VARJOTA-CE	5.888.897,77
VARRE-SAI-RJ	2.627.824,49
VARZEA ALEGRE-CE	11.689.055,30
VARZEA DA PALMA-MG	92.996.556,98
VARZEA DA ROCA-BA	626.471,07
VARZEA DO POCO-BA	571.186,26
VARZEA GRANDE-MT	410.541.893,71
VARZEA GRANDE-PI	2.507.960,00
VARZEA NOVA-BA	1.467.823,63
VARZEA PAULISTA-SP	251.813.207,47
VARZEA-PB	466.736,90
VARZEA-RN	311.500,00
VARZEDO-BA	7.220.947,64
VARZELANDIA-MG	3.532.445,13
VASSOURAS-RJ	22.834.401,52
VAZANTE-MG	73.935.311,16
VENANCIO AIRES-RS	184.158.517,66
VENDA NOVA DO IMIGRANTE-ES	63.044.738,90
VENHAR-VER-RN	7.242,83
VENTANIA-PR	51.371.555,27
VENTUROSA-PE	4.461.561,10
VERA CRUZ DO OESTE-PR	45.380.662,06
VERA CRUZ-BA	12.634.301,31
VERA CRUZ-RN	438.160,00
VERA CRUZ-RS	31.614.422,86
VERA CRUZ-SP	6.191.672,81
VERA MENDES-PI	240.000,00
VERA-MT	177.659.641,29
VERANOPOLIS-RS	172.011.653,69
VERDEJANTE-PE	612.087,75
VERDELANDIA-MG	2.334.710,88
VEREDA-BA	1.716.430,04
VEREDINHA-MG	4.533.430,40
VERE-PR	80.649.814,22
VERISSIMO-MG	4.254.123,01
VERMELHO NOVO-MG	578.623,97
VERTENTE DO LERIO-PE	1.890.620,00
VERTENTES-PE	1.782.589,00
VESPASIANO CORREA-RS	6.432.281,87
VESPASIANO-MG	268.359.226,63
VIADUTOS-RS	14.619.883,99
VIAMAO-RS	182.125.014,19
VIANA-ES	471.338.930,35
VIANA-MA	10.172.483,42
VIANOPOLIS-GO	70.886.672,83
VICENCIA-PE	6.092.345,97
VICENTE DUTRA-RS	5.232.867,01
VICENTINA-MS	27.663.003,63
VICENTINOPOLIS-GO	145.881.958,75
VICOSA DO CEARA-CE	6.790.721,36
VICOSA-AL	7.847.309,26
VICOSA-MG	50.663.207,83
VICOSA-RN	158.000,00
VICTOR GRAEFF-RS	34.300.691,24
VIDAL RAMOS-SC	162.611.380,45
VIDEIRA-SC	373.322.950,36
VIEIRAS-MG	731.817,22
VIGIA-PA	3.764.610,01
VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE-MT	63.904.790,66
VILA BOA-GO	5.318.744,47
VILA FLORES-RS	21.019.785,29
VILA LANGARO-RS	15.817.304,82
VILA MARIA-RS	49.579.240,40
VILA NOVA DO PIAUI-PI	916.573,82
VILA NOVA DO SUL-RS	9.720.862,75
VILA NOVA DOS MARTIRIOS-MA	8.063.265,94
VILA PAVAO-ES	6.282.416,93
VILA PROPICIO-GO	19.327.823,46
VILA RICA-MT	51.215.218,23
VILA VALERIO-ES	15.775.051,32
VILA VELHA-ES	504.465.195,74
VILHENA-RO	366.551.556,97
VINHEDO-SP	410.108.034,88
VIRADOURO-SP	15.978.728,21
VIRGEM DA LAPA-MG	4.371.551,80
VIRGINIA-MG	4.461.115,67
VIRGINOPOLIS-MG	3.230.275,00
VIRGOLANDIA-MG	1.285.209,54
VIRMOND-PR	12.949.862,16
VISCONDE DO RIO BRANCO-MG	79.392.545,25
VISEU-PA	5.236.994,51
VISTA ALEGRE DO ALTO-SP	160.429.977,38
VISTA ALEGRE DO PRATA-RS	2.768.665,16
VISTA ALEGRE-RS	9.197.709,86
VISTA GAUCHA-RS	10.367.578,60
VISTA SERRANA-PB	203.070,00
VITOR MEIRELES-SC	6.739.045,10
VITORIA BRASIL-SP	3.643.065,77
VITORIA DA CONQUISTA-BA	451.340.753,95

110 Classificação conforme Lei de acesso à informação (OS PRESI 01/2015-BNDES): Ostensivo
Unidade Gestora: BNDES/Área Financeira/Departamento de Captação Interna

Em Reais *Em Reais*

Município-UF	Valor da Liberação	Município-UF	Valor da Liberação
VITORIA DAS MISSOES-RS	13.356.275,19		
VITORIA DE SANTO ANTAO-PE	126.578.871,10		
VITORIA DO JARI-AP	48.792,87		
VITORIA DO MEARIM-MA	9.016.187,25		
VITORIA DO XINGU-PA	12.804.570,16		
VITORIA-ES	2.300.799.936,07		
VITORINO FREIRE-MA	4.573.864,93		
VITORINO-PR	85.691.967,17		
VOLTA GRANDE-MG	18.949.572,21		
VOLTA REDONDA-RJ	165.208.904,78		
VOTORANTIM-SP	240.580.515,23		
VOTUPORANGA-SP	224.109.182,99		
WAGNER-BA	1.210.688,06		
WALL FERRAZ-PI	307.007,86		
WANDERLANDIA-TO	11.398.245,01		
WANDERLEY-BA	11.576.986,91		
WENCESLAU BRAZ-MG	589.913,03		
WENCESLAU BRAZ-PR	56.082.249,23		
WENCESLAU GUIMARAES-BA	2.386.151,11		
WESTFALIA-RS	15.729.250,22		
WITMARSUM-SC	17.586.703,85		
XAMBIOA-TO	136.133.289,95		
XAMBRE-PR	30.544.897,96		
XANGRI-LA-RS	10.576.127,97		
XANXERE-SC	417.570.154,59		
XAPURI-AC	1.408.906,61		
XAVANTINA-SC	19.576.015,45		
XAXIM-SC	244.706.021,29		
XEXEU-PE	1.570.359,15		
XINGUARA-PA	42.198.220,62		
XIQUE-XIQUE-BA	9.288.547,61		
ZACARIAS-SP	6.066.019,03		
ZE DOCA-MA	18.158.298,45		
ZORTEA-SC	10.334.894,74		

A matéria vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

Calendário de tramitação do OFN 2/2016 (art. 120, Res 1 de 2006-CN

Leitura: 15-2
até 20/2 prazo para publicação da matéria;
até 6/3 prazo para apresentação de relatório e, se for o caso, de projeto de decreto legislativo;
até 11/3 prazo para apresentação de emendas a eventual projeto de decreto legislativo; e
até 18/3 prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional.

Relatórios

Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
TRT 23ª Região
Secretaria de Orçamento e Finanças

04 JAN 2016
A CMO.
Em 15/2/2016

Ofício n. 389/2015/TRT/SOF/DG 00100.000160/2016-04

Cuiabá-MT, 16 de dezembro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador José Renan Vasconcelos Calheiros
Presidente do Congresso Nacional
Senado Federal, Praça dos Três Poderes, Anexo I, 15º andar
CEP 70.165-900 - Brasília - DF

Assunto: Republicação do Relatório de Gestão Fiscal - Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região.

Senhor Presidente,

A par de cumprimentá-lo, em atendimento ao disposto no art. 59, da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal c/c art. 5º, I da Lei nº 10.028/2000, comunico a Vossa Excelência a republicação do Relatório de Gestão Fiscal deste Egrégio Tribunal, relativo ao período de setembro de 2014 a agosto de 2015, no Diário Oficial da União, Seção 1, página 246, em 15/12/2015, por intermédio da Portaria TRT/DG/GP nº 3146, de 16/11/2015.

A publicação original ocorreu em 28/09/2015, Seção 1, página 91 do Diário Oficial da União, por intermédio da Portaria TRT/DG/GP nº 2641, de 22/09/2015.

Ao ensejo, renovo protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Des. EDSON BUENO DE SOUZA
Presidente

A referida republicação está publicada no Diário Oficial da União.
O expediente vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

A CMO.
Em 15/2/2016

Mensagem nº 31

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, encaminho a Vossa Excelência o Relatório de Gestão Fiscal referente ao período de janeiro a dezembro do exercício de 2015.

Brasília, 28 de janeiro de 2016.

00001.000278/2016-42

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE
CONFERE COM O ORIGINAL
Carlos Henrique Teixeira Botelho
Brasília-DF 29/01/16 H 19:40

EMI nº 00007/2016 MF CGU

Brasília, 28 de Janeiro de 2016

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, exige, em seu art. 54, a emissão, ao final de cada quadrimestre, pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos no art. 20, do Relatório de Gestão Fiscal assinado pelo respectivo Chefe e pelas autoridades responsáveis pela administração financeira e pelo controle interno, bem como por outras autoridades que vierem a ser definidas por ato próprio de cada Poder ou órgão.

2. O Relatório de Gestão Fiscal, consoante determina a supracitada lei, deve conter informações relativas à despesa total com pessoal, dívida consolidada, concessão de garantias e operações de crédito, devendo, no último quadrimestre de cada exercício, ser acrescido de demonstrativos referentes ao montante das disponibilidades de caixa em 31 de dezembro e às inscrições em restos a pagar.

3. Os demonstrativos que compõem o mencionado documento são consolidados, no âmbito do Ministério da Fazenda, pela Secretaria do Tesouro Nacional e avaliados, quanto à consistência dos dados neles contidos, pela Secretaria Federal de Controle Interno, órgão integrante da Controladoria-Geral da União.

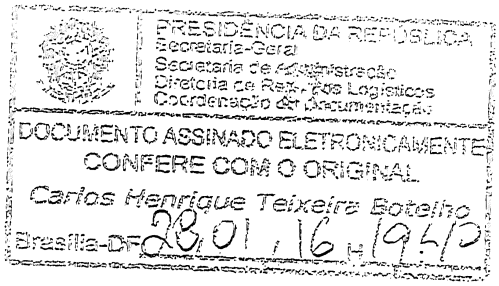
4. Determina a mesma Lei que o Relatório de que se trata deverá ser publicado e disponibilizado ao acesso público até trinta dias após o encerramento do período a que corresponder, prazo esse que, para o terceiro quadrimestre de 2015, se encerra em 30 de janeiro do corrente.

5. Assim, e com o objetivo de dar fiel cumprimento àquela determinação legal, cuja finalidade precípua consiste na preservação do princípio constitucional da publicidade, submetemos a Vossa Excelência o incluso Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal, referente ao período de janeiro a dezembro do exercício de 2015.

6. Além disso, o Anexo 4, relativo a Operações de Crédito, dos 1º e 2º quadrimestres, serão republicados por motivo de mudança de metodologia no cálculo das Operações Deduzidas do Limite, bem como a parte afetada do Anexo 6, Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal, substituindo os que foram publicados nos Diários Oficiais da União de 29 de maio de 2015, por meio da Exposição de Motivos Interministerial nº 69, e de 30 de setembro de 2015, por meio da Exposição de Motivos Interministerial nº 132.

7. O referido Relatório deverá ser objeto de encaminhamento ao Congresso Nacional e ao Tribunal de Contas da União, em cumprimento ao disposto no art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000.

Respeitosamente,



Assinado eletronicamente por: Nelson Henrique Barbosa Filho, Carlos Higino Ribeiro de Alencar

A CMO.
Em 12/2/2016

Supremo Tribunal Federal

04 FEV 2016

Mensagem nº 2

00100.013985/2016-81

Brasília, 28 de janeiro de 2016.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Encaminho a Vossa Excelência o Relatório de Gestão Fiscal do Supremo Tribunal Federal, referente ao terceiro quadrimestre de 2015, de que trata o artigo 54 da Lei Complementar nº 101/2000.

Aproveito o ensejo para externar meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI**
Presidente

CÂMARA DOS DEPUTADOS

À CMO.
Em 15/2/2016.

GP-O nº 35 /2016

Brasília, 28 de janeiro de 2016.

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional

Assunto: **Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados**

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no inciso I do art. 5º da Lei 10.028, de 19/10/2000, encaminho a Vossa Excelência o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados, referente ao período de janeiro a dezembro de 2015.

Atenciosamente,

EDUARDO CUNHA
Presidente

Recebi
Em 25/1/16 10h
Marcos Aurélio Pereira
Matr.2 443

2062 (AGO/06)

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PORTARIA nº , de /01/2016

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados, referente ao período de janeiro a dezembro de 2015.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que dispõe a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, especialmente nos arts. 18, 19, 54, 55 e 71, RESOLVE, *ad referendum* da Mesa:

Art. 1º Fica aprovado o RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL da Câmara dos Deputados, referente ao período de janeiro a dezembro de 2015, na forma dos anexos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Em de janeiro de 2016.

EDUARDO CUNHA
Presidente

PGR 00015298 / 2016
251 1 / 2016

A CMO.
Em 15/2/2016.

OFÍCIO Nº 73 /GAB/PGR

Brasília, 25 de janeiro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional
Senado Federal
Brasília–DF

Senhor Presidente,

Cumprindo determinação expressa no art. 118 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, encaminho a Vossa Excelência os demonstrativos que compõem os Relatórios de Gestão Fiscal do Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, referentes ao 3º quadrimestre de 2015.

Na oportunidade, cabe informar que, em razão do disposto na Portaria PGR nº 192, de 29 de abril de 2010, até a fixação, por lei, do percentual próprio, as despesas com pessoal concernentes ao Conselho Nacional do Ministério Público foram incluídas no Demonstrativo da Despesa com Pessoal do Ministério Público da União.

Atenciosamente,

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS
Procurador-Geral da República

PGR 00015218 / 2016
251 1 / 2016

PORTARIA PGR/MPU Nº 3, DE 25 DE JANEIRO DE 2016

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e tendo em vista o disposto no inciso IV do art. 54 e no § 2º do art. 55, ambos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar públicos os Relatórios de Gestão Fiscal do Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, referentes ao 3º quadrimestre de 2015, conforme Anexos I a IV desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

Presid 12/2016-12

Poder Judiciário
Conselho Nacional de Justiça

A CMO.
Em 15/2/2016.

Ofício 20/GP/2016 - SOF

02 FEV 2016

Brasília, 29 de janeiro de 2016.

Senhor Presidente,

Em atenção ao art. 5º da Lei 10.028, de 19 de outubro de 2000, encaminho a Vossa Excelência o Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2015 do Conselho Nacional de Justiça, de que trata o art. 54 da Lei Complementar 101/2000.

Aproveito o ensejo para renovar os votos de elevada estima e distinta consideração.

Ministro **Ricardo Lewandowski**
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional
Brasília – DF

Congresso

K 00827/2016

A CMO.
Em 12/2/2016.

Superior Tribunal de Justiça

05 FEV 2016

Ofício n.25 /GDG

00100.014137/2016-57

Brasília, 29 de janeiro de 2016

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional
Brasília - DF

Assunto: Relatório de Gestão Fiscal - 3º Quadrimestre de 2015.

Senhor Presidente,

Em conformidade com o inciso I, art. 5º da Lei n. 10.028, de 19 de outubro de 2000, encaminho a Vossa Excelência o Relatório de Gestão Fiscal do Superior Tribunal de Justiça inerente ao 3º Quadrimestre de 2015 (Portaria n. 37, de 22/01/2016), publicado no Diário Oficial da União, Seção I, Páginas 181 a 183, no dia 29 de janeiro de 2016.

Respeitosamente,

Miguel Augusto Fonseca de Campos
Diretor-Geral

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

A CMO.
Em 15/2/2016

OFÍCIO GDGSET.GP.Nº 035

00100.009702/2016-04

Brasília, 26 de janeiro de 2016.

27 JAN 2016

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional
Brasília – DF

Assunto: **Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior do Trabalho.**

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Em cumprimento ao artigo 5°, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, encaminho a Vossa Excelência, em anexo, cópia do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior do Trabalho, referente ao período de janeiro a dezembro de 2015.

Atenciosamente,

Ministro IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
Vice-Presidente no exercício da Presidência
do Tribunal Superior do Trabalho

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Tribunal Superior do Trabalho
Setor de Administração Federal Sul, Quadra 8, Lote 1, Bloco "B"
Brasília – DF CEP: 70070-600
Telefone: (61) 3043-4252

A CMO.
Em 15/2/2016

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Ofício nº 272 GAB-DG

00100.012082/2016-52

Brasília, 1º de fevereiro de 2016.

02 FEV 2016

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional
Brasília - DF

Assunto: **Relatório de Gestão Fiscal - 3º Quadrimestre 2015. Tribunal Superior Eleitoral.**

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, encaminho a Vossa Excelência o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior Eleitoral, referente ao terceiro quadrimestre de 2015, publicado no Diário Oficial da União do dia 26 de janeiro de 2016.

Atenciosamente,

Ministro DIAS TOFFOLI
Presidente

Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ ANTÔNIO DIAS TOFFOLI, PRESIDENTE**, em 01/02/2016, às 22:36, conforme art. 1º, §2º, III, b, da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida em https://sei.tse.jus.br/sei/controlador_externo.php?



acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=0069285&crc=6FB57EA0, informando, caso não preenchido, o código verificador **0069285** e o código CRC **6FB57EA0**.

2015.00.000002322-9 Documento nº 0069285 v3

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

PORTARIA TSE Nº 41, DE 22 DE JANEIRO DE 2016.

Torna público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior Eleitoral relativo ao terceiro quadrimestre de 2015.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 54, inciso III e parágrafo único, e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e ainda no Procedimento Administrativo nº 4.147/2015,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior Eleitoral relativo ao terceiro quadrimestre de 2015, nos termos dos anexos a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro DIAS TOFFOLI

A CMO.
Em 15/2/2016.

Aviso nº 40 -GP/TCU

Brasília, 29 de janeiro de 2016.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Em atendimento ao art. 59 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, c/c o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, encaminho a Vossa Excelência o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União referente ao 3º quadrimestre do exercício de 2015, publicado no Diário Oficial da União nº 20, de 29/1/2016, Seção I, páginas 159 e 160.

Respeitosamente,

AROLDO CEDRAZ DE OLIVEIRA
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional
Brasília - DF

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Gabinete do Presidente

PORTARIA-TCU Nº 16, DE 27 DE JANEIRO DE 2016

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal exigido pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso XLIII do art. 28 do Regimento Interno, e consoante previsto pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e, ainda, tendo em vista as informações constantes do processo nº TC-011.500/2015-8, resolve:

Art. 1º É aprovado o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 3º quadrimestre de 2015, na forma do Anexo Único desta Portaria.

Parágrafo único. O relatório a que se refere o **caput** será publicado no Diário Oficial da União e disponibilizado, para acesso ao público, na forma prevista no § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AROLDO CEDRAZ DE OLIVEIRA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

A CMO.
Em 15/2/2016

OFÍCIO Nº CJF-OFI-2016/00168

Brasília, 28 de janeiro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional
Brasília - DF

Assunto: Relato de Atividades

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, em conformidade com o inciso I do art. 5º da Lei n. 10.028/2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho da Justiça Federal, referente ao terceiro quadrimestre de 2015.

Atenciosamente,

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente

Classif. documental | 00.05.00.02

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

PORTARIA Nº CJF-POR-2016/00039 de 28 de janeiro de 2016

Dispõe sobre a aprovação do Relatório de Gestão Fiscal do Conselho da Justiça Federal - 3º quadrimestre de 2015.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, usando de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e no § 2º do art. 55, ambos da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho da Justiça Federal referente ao 3º quadrimestre de 2015, na forma do anexo, a ser publicado no Diário Oficial da União e disponibilizado ao público por meio da rede mundial de computadores.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO

Classif. documental | 00.05.00.01

I / TRF1 - 1724809 - Ofício Presi ::

https://sei.trf1.jus.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir

00100.013142/2016-84
mesd

03 FEV 2016

À CMO.
Em 15/2/2016.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

OFÍCIO PRESI 121

A Sua Excelência o Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Congresso Nacional
Brasília-DF

Ref.: Relatório de Gestão Fiscal - 3º Quadrimestre de 2015

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, conforme determina o inciso I do art. 5º da Lei 10.028/2000, a publicação do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, referente ao 3º Quadrimestre de 2015, no DOU1, de 28/1/2016, p. 99, elaborado nos termos dos arts. 54 e 55 da Lei Complementar 101/2000.

Atenciosamente,

CÂNDIDO RIBEIRO
Desembargador Federal Presidente do TRF 1ª Região

Documento assinado eletronicamente por **Cândido Ribeiro, Presidente do TRF - 1ª Região**, em 01/02/2016, às 16:47 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://portal.trf1.jus.br/portaltrf1/servicos/verifica-processo.htm informando o código verificador **1724809** e o código CRC **750392A9**.

Recebi
Em 3/2/16
Marcos Aurélio Pereira
Matr. 236443

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

04 FEV 2016

OFÍCIO Nº TRF2-OFI-2016/01778

00100.013870/2016-96

Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 2016.

Excelentíssimo Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional
Praça dos Três Poderes
Brasília - DF
CEP.: 70.160-900

Assunto: Demonstrativo - Balanço

Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência para encaminhar a Portaria nº TRF2-PTP-2016/00035, de 27/01/2016, que aprova o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 2ª Região, referente ao 3º quadrimestre de 2015, publicado no Diário Oficial da União, Seção 1, do dia 29/01/2016, às fls. 254 e 255, conforme determina o inciso I, do art. 5º, da Lei 10.028/2000.

No ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de elevada estima e consideração.

GUILHERME COUTO DE CASTRO
Corregedor-Regional da Justiça Federal da 2ª Região, no exercício da Presidência

TRF2OFI201601778A

Classif. documental | 10.06.01.02

Assinado digitalmente por GUILHERME COUTO DE CASTRO.
Documento Nº: 1630249-3386 - consulta à autenticidade em https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action

Justiça Federal 143 Tribunal Regional Federal - 2ª Região

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

PORTARIA Nº TRF2-PTP-2016/00035 de 27 de janeiro de 2016

O VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, no exercício da Presidência, no uso de suas atribuições e em atendimento ao disposto nos arts. 54 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, RESOLVE:

APROVAR o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 2ª Região, referente ao 3º quadrimestre de 2015, na forma dos anexos, bem como autorizar sua publicação e disponibilização por meio da *internet*, conforme previsto no art.55, § 2º, da referida lei.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

REIS FRIEDE
Vice-Presidente no exercício da Presidência

TRF2PTP201600035A

Classif. documental 10.05.00.10

TRF2ADM201500126V01

Autenticado digitalmente por MARCOS ALVES DE SIQUEIRA.
Documento Nº: 1492008.15388295-4679 - consulta à autenticidade em
https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action

A CMO.
Em 15/2/2016

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Av. Paulista, 1842 - Bairro Bela Vista - CEP 01310-936 - São Paulo - SP - www.trf3.jus.br

OFÍCIO - Nº 1 - PRESI/GABPRES/SCAJ

PO100. 011305/2016-9
01 FEV 2016

São Paulo, 26 de janeiro de 2016.

Assunto: Relatório de Gestão Fiscal.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 3ª Região, referente ao 3º quadrimestre de 2015, ante o disposto no art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000.

Sendo o que havia para o ensejo, aproveito para reiterar a Vossa Excelência os meus votos de respeito e consideração, subscrevendo-me, atenciosamente,

Desembargador Federal Fábio Prieto de Souza
Presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Ao
Excelentíssimo Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS.**
Digníssimo Presidente do Congresso Nacional.
Brasília - DF.

Documento assinado eletronicamente por **Fábio Prieto de Souza, Desembargador Federal Presidente**, em 27/01/2016, às 20:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br /sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1611584** e o código CRC **34B9F3B0**.

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

A CMO.
Em 12 / 2 / 2016

DIRETORIA-GERAL
Avenida Presidente Antônio Carlos, 251, 8º andar, Centro
Rio de Janeiro/RJ, CEP 20020-010
21-2380-6252 e 2380-6828 (fax) - dg@trtrio.gov.br

00100.013057/2016-16

Ofício nº 13/2016/TRT-DG

03 FEV 2016

Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 2016.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional
Senador José Renan Vasconcelos Calheiros
Senado Federal - Praça dos Três Poderes, Anexo I, 15º andar
Brasília – DF
Cep: 70.165-900

Assunto: Encaminhamento do RGF – 3º Quadrimestre de 2015
Anexo: Relatório de Gestão Fiscal

Senhor Presidente,

Em atendimento à mensagem CFIN/CSJT Nº 004/2016, encaminho a Vossa Excelência, em anexo, o Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2015.

Atenciosamente,

Flávio Pires Ferreira Clementino
Diretor-Geral

GRÁFICA TRT 1ª REG. MOD. 753078098

A CMO.
Em 15/2/2016

JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

05 FEV 2016
00100.014732/2016-24

Ofício GDG/SCOF nº 01/2016

São Paulo, 29 de janeiro de 2016

Senhor Senador

Em cumprimento ao artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000, bem como em observância ao disposto no artigo 5º, inciso I da Lei nº 10.028/2000, encaminhamos a Vossa Excelência os anexos Quadros Demonstrativos "Despesa com Pessoal", "Disponibilidade de Caixa", "Restos a Pagar" e "Demonstrativo Simplificado", em relação à Receita Corrente Líquida, que compõem o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, do período de janeiro a dezembro de 2015.

Esclarecemos que os referidos Demonstrativos foram publicados no Diário Oficial da União, Seção 1, páginas 268 e 269, em 29 de janeiro de 2016, conforme cópias anexas, e, igualmente, estão sendo enviados, nesta data, ao C. Tribunal de Contas da União.

Na oportunidade, apresentamos a Vossa Excelência nossos protestos de estima e elevado apreço.

DENIZE MOTA
Diretora Geral da Administração Substituta

Excelentíssimo Senhor
Senador JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS
DD. Presidente do
Congresso Nacional
BRASÍLIA-DF

A CMO.
Em 15/2/2016.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
Diretoria-Geral

03 FEV 2016

OFÍCIO nº DG/006/2016

00100.013074/2016-53

Belo Horizonte, 28 de janeiro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional

Excelentíssimo Senhor,

Em atendimento ao disposto no art. 59 da LRF, c/c art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028/2000, encaminho a Vossa Excelência o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça do Trabalho da Terceira Região anexo, referente ao 3º quadrimestre de 2015.

Ao ensejo, renovo-lhe protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

JÚLIO BERNARDO DO CARMO
Desembargador Presidente do TRT 3ª Região

0001033-43.2010.5.04.0000 / 1473512016-60
PROAD

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

12 FEV 2016

Ofício TRT4 DG nº 029/2016
PA nº 0001033-43.2010.5.04.0000

Porto Alegre, 29 de janeiro de 2016.

À CMO.
Em 15/2/2016

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador **José Renan Vasconcelos Calheiros**
Presidente do Congresso Nacional
Brasília - DF

Assunto: Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região

Senhor Presidente,

Ao cumprimentar Vossa Excelência, e tendo em vista o contido no art. 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal, combinado com o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028/2000 (Lei de Crimes Fiscais), encaminho-lhe cópia do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, publicado na Seção 1 do Diário Oficial da União de 28-01-2016.

Atenciosamente,

Beatriz Renck
Presidente do TRT da 4ª Região / RS

Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região
Av. Praia de Belas, 1100. CEP 90.110-903 – Porto Alegre – RS
Fone 51 3255 2053 | www.trt4.jus.br | presidencia@trt4.jus.br

Documento digitalmente assinado em 29/01/2016, nos termos da Lei 11.419/06. Processo 0001033-43.2010.5.04.0000-(PA)
Confira a autenticidade em www.trt4.jus.br. Identificador: ADME.90298.08949.04541.18169-5

Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região

Ofício GP Nº 0066/2016

00100.013068/2016-04

Salvador, 27 de janeiro de 2016

03 FEV 2016
A CMO.
Em 15/2/2016

A Sua Excelência o Senhor
SENADOR JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional
Senado Federal, Praça dos Três Poderes, Anexo I, 15º Andar. Brasília-DF
CEP: 70.165-900

Assunto: **encaminha Relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre/2015**

Senhor Senador:

Cumprimentando-o cordialmente, encaminho a cópia do Relatório de Gestão Fiscal do 3.º quadrimestre de 2015, demonstrativo da despesa com pessoal, orçamentos fiscais e da seguridade social, demonstrativo da disponibilidade de caixa e dos restos a pagar e demonstrativo simplificado, referente ao período de janeiro a dezembro/2015, ao tempo em que levo ao conhecimento de Vossa Excelência que o referido relatório foi publicado no DOU do dia 26/01/2016 - Seção I, págs. 48/49 -, e se encontra disponível no Portal deste Tribunal no endereço www.trt5.jus.br.

No ensejo, apresento protestos de consideração e apreço.

MARIA ADNA AGUIAR DO NASCIMENTO
Desembargadora do Trabalho
Presidente do TRT 5ª Região

À CMO.
Em 15/1/2016

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – SEXTA REGIÃO
Cais do Apolo, 739, Bairro do Recife, Recife/PE, Cep: 50.030-902
Fone: (81) 3225.3200 – *e-mail*: presidencia@trt6.jus.br

Ofício TRT6-GP nº 68 **/2016** 00100.012040/2016-41

Recife, 27 de janeiro de 2016.

02 FEV 2016

Exmo. Senhor Presidente do Congresso Nacional
Senador JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS
Senado Federal
Brasília - DF

Assunto: **Encaminhamento do Relatório de Gestão Fiscal relativo ao terceiro quadrimestre de 2015.**

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no art. 59 da LRF c/c o art. 5º, inciso I da Lei 10.028/2000 (Lei de Crimes Fiscais), encaminho a Vossa Excelência o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região, referente ao terceiro quadrimestre de 2015 (período de janeiro a dezembro de 2015).

O aludido relatório foi publicado no Diário Oficial da União do dia 26 de janeiro de 2016, seção 1, páginas 49 a 51.

Saliento, por fim, que o relatório foi encaminhado, eletronicamente, para o endereço cmo@camara.leg.br.

Respeitosamente,

GISANE BARBOSA DE ARAÚJO
Desembargadora Presidente do TRT da 6ª Região

À CMO.
Em 15/2/2016

12 FEV 2016

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Trav. D. Pedro I, 746 - Umarizal - 66050-100
(91)4008.7070 - segpre@trt8.jus.br

CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

OFÍCIO TRT-8ª – PRESI/SEADM nº 001/2016

Belém, 29 de janeiro de 2016

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional
Senado Federal, Praça dos Três Poderes, Anexo I, 15° Andar
CEP: 70.165-900
Brasília/DF

Assunto: Relatório de Gestão Fiscal – 3° Quadrimestre de 2015

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo, e em atendimento ao disposto no art. 59 da LRF c/c art. 5°, inciso I da Lei nº 10.028/2000 (Lei de Crimes Fiscais), encaminho a Vossa Excelência o Relatório de Gestão Fiscal deste Órgão relativo ao período de janeiro de 2015 a dezembro de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 29/01/2016, Seção 1, páginas 273/274.

Respeitosamente,

FRANCISCO SÉRGIO SILVA ROCHA
Presidente

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

ATO Nº 26, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, e

Tendo em vista o disposto nos artigos 54, inciso III e parágrafo único, e 55, inciso I, a), III, a) e b) e § 2º da Lei Complementar nº 101, de 04.5.2000, e na Portaria STN nº 553/2014;

RESOLVE:

TORNAR PÚBLICO o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, relativo ao 3º quadrimestre de 2015, conforme Anexos deste Ato, contendo o Demonstrativo da Despesa com Pessoal, Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar e Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal.

Publique-se e registre-se.

FRANCISCO SÉRGIO SILVA ROCHA
Desembargador Presidente

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

A CMO.
Em 15 / 1 / 2016

Ofício PRE/CDCOI n.º 001/2016

Brasília, 1.º de fevereiro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS**
Presidente do Congresso Nacional

Assunto: Relatório de Gestão Fiscal

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, em atendimento ao disposto no art. 59 da LRF c/c art. 5.º, inciso I da Lei n.º 10.028/2000, publicação do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, alusivo ao período de janeiro a dezembro de 2015.

Respeitosamente,

ANDRÉ R.P.V. DAMASCENO
Desembargador Presidente do TRT da 10.ª Região

16.07.022.01

mesa 124/2016-SF

TRT 13

12 FEV 2016

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO

À CMO.
Em 15/2/2016

OFÍCIO TRT GP/CGPRES Nº 024/2016

João Pessoa/PB, 01 de fevereiro de 2016.

Excelentíssimo Senhor
SENADOR JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional
Senado Federal
Praça dos Três Poderes, Anexo I, 15° Andar
Brasília/DF
CEP: 70.165-900

Assunto: Relatório de Gestão Fiscal – RGF, 3º quadrimestre do exercício de 2015.

PROTOCOLO TRT Nº 000.0958/2016

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no art. 59 da Lei Complementar nº 101/2000, c/c art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028/2000, bem como em atendimento à solicitação contida na Mensagem CFIN/CSJT 004/2016, oriunda da Coordenadoria de Orçamento e Finanças do Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CFIN/CSJT, encaminho a Vossa Excelência, em anexo, o Relatório de Gestão Fiscal – RGF, deste Regional, referente ao 3º quadrimestre do exercício 2015, publicado no D.O.U, Seção 01, pág. 277 e 278, do dia 29.01.2016.

Cordialmente,

TRT 13

Assinado de forma digital por UBIRATAN MOREIRA DELGADO:103003500
Localização: TRT 13ª - Gabinete da Presidência
Dados: 2016.02.01 10:52:41 -03'00'

UBIRATAN MOREIRA DELGADO
Desembargador Presidente

TRT 14
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
Rondônia / Acre

A CMO.
Em 15/2/2016

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 14ª REGIÃO

Ofício nº 041/2016-GP

00100.011155/2016-19

Porto Velho, 29 de Janeiro de 2016 (Sexta-feira).

Relatório de Gestão Fiscal – 3º quadrimestre de 2015 (ENCAMINHA)

Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Ao cumprimentar Vossa Excelência, encaminho cópia do Relatório de Gestão Fiscal – 3º quadrimestre de 2015, correspondente ao período de janeiro a dezembro de 2015, publicado mediante Portaria GP nº 110/2016, no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho da 14ª Região.

Ao ensejo, reitero votos de elevada estima e distinguida consideração.

Atenciosamente,

(assinado digitalmente)
Desembargador ILSON ALVES PEQUENO JUNIOR
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional
Senado Federal, Praça dos Três Poderes, Anexo I, 15º Andar
70.165-900 – BRASÍLIA/DF

AVENIDA ALMIRANTE BARROSO, Nº 600, CENTRO
PORTO VELHO/RO - CEP 76801-901
Telefone: (69) 3211-6361/6362 - FAX (69) 3211-6368

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

Portaria GP nº 0110, de 27 de janeiro de 2016.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 4-5-2000,

R E S O L V E:

TORNAR público o Relatório de Gestão Fiscal – 3º quadrimestre de 2015, correspondente ao período de janeiro a dezembro de 2015.

Publique-se.

(assinado digitalmente)
Desembargador ILSON ALVES PEQUENO JUNIOR
Vice-Presidente do TRT da 14ª Região, no exercício da Presidência

sofns

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

A CMO. Em 15/2/2016
Conselho Superior da Justiça do Trabalho

Ofício n.º 030/2016 – GP

Campinas, 28 de janeiro de 2016.

00100.014722/2016-99

A Sua Excelência o Senhor
SENADOR JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional

05 FEV 2016

Assunto: **Relatório de Gestão Fiscal**

Senhor Senador,

Ao tempo em que apresento meus cumprimentos, encaminho a Vossa Excelência, em atendimento ao disposto no artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 c/c o artigo 5º, inciso I, da Lei nº 10.028/2000, a anexa cópia do Relatório de Gestão Fiscal, relativo ao período de janeiro/2015 a dezembro/2015, deste Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região – Campinas, publicado no Diário Oficial da União – Seção 1 de hoje, 28/01/2016, às fls. 118/119, e que está sendo disponibilizado também na Internet, no site deste Regional: http://portal.trt15.jus.br.

Cordialmente,

LORIVAL FERREIRA DOS SANTOS
Desembargador Presidente do Tribunal

A CMO.
Em 15/2/2016

02 FEV 2016

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO

00100.012.050/2016-87

Ofício G.P. nº 27/2016 **São Luís – MA, 26 de janeiro de 2016**

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional
Senado Federal, Praça dos Três Poderes, Anexo I, 15º Andar.
Brasília – DF.
CEP: 70.165-900

Assunto: **Relatório de Gestão Fiscal referente ao 3º Quadrimestre de 2015**

Senhor Presidente,

Em atendimento ao disposto no Art. 59 da Lei nº 101/2000 c/c Art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028/2000 (Lei de Crimes Fiscais), encaminho o Anexo I - Demonstrativo de Despesa Com Pessoal, o Anexo V - Demonstrativo de Disponibilidade de Pessoal e o Anexo VI - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal de que tratam os artigos 48 e 55, inciso I, alínea "a" e inciso III, alíneas "a" e "b", da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, partes integrantes do Relatório de Gestão Fiscal relativo ao período de janeiro de 2015 a dezembro de 2015.

Atenciosamente,

JAMES MAGNO ARAÚJO FARIAS
DESEMBARGADOR PRESIDENTE

À CMO.
Em 16/2/2016

17 2 FEV 2016

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO
GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Avenida da Paz, 2076 - Edifício Sede - Centro, CEP: 57020-440, Maceió - AL.
Fone: (82) 2121-8283 - FAX (82) 2121-8230 - e-mail: presidência@trt19.gov.br

Ofício n. 07 /2016/GP

Maceió, 27 de janeiro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional
Senado Federal, Praça dos Três Poderes, Anexo I, 15° Andar
Brasília - DF
CEP 70.165-900

Assunto: **Relatório de Gestão Fiscal do TRT da 19ª Região.**

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao estabelecido na Lei Complementar n. 101/2000, encaminhamos a Vossa Excelência o Relatório de Gestão Fiscal - Terceiro Quadrimestre de 2015 deste Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, referente ao período de janeiro a dezembro de 2015, o qual foi publicado no Diário Oficial da União – Seção 1, em 27 de janeiro de 2016, p. 88 e 89, conforme cópia anexa.

Respeitosamente,

PEDRO INÁCIO DA SILVA
Desembargador Presidente
Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região

A CMO.
Em 15/2/2016

CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO
Avenida Dr. Carlos Rodrigues da Cruz, s/n
Centro Administrativo Governador Augusto Franco – Capucho
49081-015 – Aracaju-SE
(79)2105-8640 – dg@trt20.jus.br – www.trt20.jus.br

04 FEV 2016
00100-013863/2016-94

OFÍCIO DG.PR N.º 013/2016 **Aracaju, 29 de janeiro de 2016.**

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional
Senado Federal, Praça dos Três Poderes, Anexo I, 15º Andar. Brasília-DF
CEP: 70.165-900

Assunto: Cópia da publicação do Relatório de Gestão Fiscal

Senhor Presidente,

Em atendimento ao disposto no art. 59 da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF) c/c art 5º, inciso I, da Lei nº 10.028/2000 (Lei de Crimes Fiscais), encaminho a V. Exª. cópia da publicação do **RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**, relativo ao *3º quadrimestre do exercício 2015*, publicado no Diário Oficial da União nº 17 - Seção 1, edição de 26/1/2016, páginas 51/52.

Por oportuno, informo a V. Exª. que o presente relatório foi disponibilizado no *site www.trt20.jus.br*, no item "Contas Públicas".

Respeitosamente,

(assinado digitalmente)
CARLOS DE MENEZES FARO FILHO
Desembargador Vice-Presidente,
no exercício da Presidência

/OFPR_CN_RGF_3Q2015.odt

Assinado de forma digital por:
CARLOS DE MENEZES FARO FILHO:0307
Data: 29/01/2016 13:06:39
Local: http://www.trt20.jus.br, Id: 0118371

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª. REGIÃO

Missão: *Promover justiça com eficiência e celeridade, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania.*

OFÍCIO TRT21– GP Nº 033 /2016 00100.014716/2016-31

Natal/RN, 26 de janeiro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Presidente JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS
Senado Federal
Praça dos Três Poderes, Anexo I, 15º Andar. Brasília-DF.
70.165.900 - Brasília - DF

05 FEV 2016

Referência: Relatório de Gestão Fiscal (RGF) – 3º Quadrimestre 2015

Senhor Senador Presidente,

Ao cumprimentar Vossa Excelência, encaminho, em atenção ao disposto no art. 59 da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), c/c art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028/2000 (Lei de Crimes Fiscais), cópia do Relatório de Gestão Fiscal relativo ao período de janeiro a dezembro de 2015, elaborado por este Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região.

Informo, ainda, que a Administração deste Regional providenciará a publicação do mencionado Relatório, na forma prevista no § 2º do art. 55 da LRF, inclusive por meio eletrônico (site www.trt21.jus.br).

Respeitosamente,

JOSEANE DANTAS DOS SANTOS
Desembargadora Presidente

Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região
Gabinete da Presidência

À CMO.
Em 15/2/2016

00100.013881/2016-76

Ofício n. 033/2016/TRT/SOF/DG

Cuiabá-MT, 28 de janeiro de 2016.

04 FEV 2016

A Sua Excelência o Senhor
Senador José Renan Vasconcelos Calheiros
Presidente do Congresso Nacional
Senado Federal, Praça dos Três Poderes, Anexo I, 15° andar
CEP 70.165-900 - Brasília - DF

Assunto: Publicação do Relatório de Gestão Fiscal

Excelentíssimo Senhor Presidente,

A par de cumprimentá-lo, em atendimento ao disposto no art. 55, § 2°, da Lei Complementar n° 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), comunico a Vossa Excelência a publicação do Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, relativo ao período de janeiro a dezembro de 2015, no Diário Oficial da União, Seção 1, página 123/124, em 28 de janeiro de 2016, por intermédio da Portaria TRT/DG/GP n° 170, de 27 de janeiro de 2016.

Ao ensejo, renovo protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

MARIA BEATRIZ THEODORO GOMES
Desembargadora-Presidente

A CMO.
Em 15/2/2016

OF/TRT/GP/N. 9/2016

03 FEV 2016

00100.013063/2016-13

Campo Grande, 26 de janeiro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional

Assunto: **Relatório de Gestão Fiscal – janeiro a dezembro de 2015**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, em atendimento ao disposto no art. 59 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, c/c art. 5º, inciso I, da Lei n. 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, relativo ao período de janeiro a dezembro de 2015.

Colho o ensejo para manifestar votos de elevado apreço e distinta consideração.

NERY SÁ E SILVA DE AZAMBUJA
Desembargador Presidente do Tribunal Regional
do Trabalho da 24ª Região

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Rua Delegado Carlos Roberto Bastos, 208 – Jardim Veraneio - 5º andar
Campo Grande/MS – 79031-908
Telefones: (67) 3316-1800
presidencia@trt24.jus.br

A CMO.
Em 1/2/2016.
00100.012009/2016-19

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRESIDÊNCIA

Ofício nº. 53/2016-GP

Natal, 29 de janeiro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **Renan Calheiros**
Presidente do Congresso Nacional
Brasília/DF

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência cópia do Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, referente ao terceiro quadrimestre de 2015, publicado em 28 de janeiro de 2016 no Diário Oficial da União, à Seção 1, fls. 108/109, nos termos da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000.

Por oportuno, informo que o aludido Relatório encontra-se disponibilizado na página eletrônica deste Tribunal, cujo endereço é www.tre-rn.jus.br, bem como foi publicado no Diário da Justiça Eletrônico – DJE na data 28 de janeiro de 2016.

Atenciosamente,

Desembargadora **Maria Zeneide Bezerra**
Presidente

Praça André de Albuquerque, 534-Cidade Alta - CEP:59025-580 – Natal/RN
Fone/Fax: (84) 4006-5603/5604- gabpres@tre-rn.gov.br

Os respectivos relatórios de gestão fiscal já estão publicados no Diário Oficial da União.
Os expedientes vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Término de prazos

Encerrou-se em 14 de fevereiro do corrente o prazo estabelecido no § 2º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN, e § 11 do art. 62 da Constituição Federal, para edição de decreto legislativo destinado a regular as relações jurídicas decorrentes da Medida Provisória nº 676, de 2015, convertida no Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2015, e sancionada a Lei nº 13.183, de 04 de novembro de 2015 (DOU 05/11/2015). Não foi apresentado projeto de decreto legislativo.

Extinção da Comissão Mista destinada à apreciação da matéria, nos termos do § 3º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

A matéria vai ao Arquivo.

Encerrou-se em 13 de fevereiro do corrente o prazo estabelecido no § 2º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN, e § 11 do art. 62 da Constituição Federal, para edição de decreto legislativo destinado a regular as relações jurídicas decorrentes da Medida Provisória nº 677, de 2015, convertida no Projeto de Lei de Conversão nº 16, de 2015, e sancionada a Lei nº 13.182, de 03 de novembro de 2015 (DOU 04/11/2015). Não foi apresentado projeto de decreto legislativo.

Extinção da Comissão Mista destinada à apreciação da matéria, nos termos do § 3º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

A matéria vai ao Arquivo.

Encerrou-se em 13 de fevereiro do corrente o prazo estabelecido no § 2º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN, e § 11 do art. 62 da Constituição Federal, para edição de decreto legislativo destinado a disciplinar as relações jurídicas decorrentes da Medida Provisória nº 686, de 2015, convertida no Projeto de Lei de Conversão nº 14 de 2015, que foi sancionado como Lei nº 13.181, de 3 de novembro de 2015 (DOU 04/11/2015). Não foi apresentado projeto de decreto legislativo.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

A matéria vai ao Arquivo.

ATAS

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO CONGRESSO NACIONAL

Aprovada na 2ª reuniã
ordinária de 2016, em
de fevereiro de 2016.
Publique-se.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

ATA CIRCUNSTANCIADA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2015

DIA 09 DE NOVEMBRO DE 2015, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 14H, NO PLENÁRIO Nº 3 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA

Ata Circunstanciada da 5ª reunião ordinária de 2015 do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, realizada em 09 de novembro de 2015, segunda-feira, às 14h, no Plenário nº 3 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Conselheiro Miguel Ângelo Cançado, destinada à seguinte Ordem do Dia: ITEM 1 – Audiência com o Diretor-Presidente da Agência Nacional do Cinema (Ancine), Manoel Rangel; ITEM 2 – Debate com a Presidente do Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), Ana Luiza Fleck Saibro, e com a Professora Maria Helena Weber, Coordenadora do Projeto de Monitoramento e Análise de Conteúdo da Programação dos Veículos de Comunicação da Empresa Brasil de Comunicação – EBC – TV BRASIL; ITEM 3 – Proposta de complementação do Parecer nº 8/2014, sobre violência contra profissionais de comunicação, elaborada pelo Conselheiro Celso Augusto Schröder; ITEM 4 – Discussão sobre os efeitos da crise econômica sobre o setor da Comunicação Social; ITEM 5 – Discussão acerca de data e programação dos Seminários do Conselho de Comunicação Social sobre "Incentivos de Produção Cultural" e sobre "Restrições em Publicidade e Propaganda". Estiveram presentes os Srs. Conselheiros Titulares: MIGUEL ÂNGELO CANÇADO, Presidente; WALTER VIEIRA CENEVIVA, representante das empresas de rádio; JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA, representante das empresas de televisão; ROBERTO DIAS LIMA FRANCO, engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social; CELSO AUGUSTO SCHRÖDER, representante da categoria profissional dos jornalistas; JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO, representante da categoria profissional dos radialistas; PEDRO PABLO LAZZARINI, representante das categorias profissionais de cinema e vídeo; e MARCELO CORDEIRO, representante da sociedade civil. Estiveram presentes, também, os Conselheiros Suplentes: MÁRCIO NOVAES, representante das empresas de televisão; ANTÔNIO CORTIZO, representante da categoria profissional dos radialistas; PATRÍCIA BLANCO, representante da sociedade civil; e DAVI EMERICH, representante da sociedade civil.

SENADO FEDERAL CN - 2
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (5ª Reunião) 09/11/2015

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Boa tarde, Srs. Conselheiros, servidores do Senado e todos os presentes.

Havendo quórum legal – hoje, nosso quórum está, ao que me parece, significativamente reduzido, mas há quórum – para instalação dos trabalhos, boa tarde a todos.

Espero que todos tenham tido, desde a última reunião até aqui, um período muito saudável. Já estamos chegando ao final do ano.

Vamos hoje cumprir uma agenda com duas pautas específicas em relação a convidados que foram definidos na última reunião.

Há o expediente do dia.

O primeiro item é uma audiência com o Diretor-Presidente da Ancine, Dr. Manoel Rangel, que confirmou presença. Ainda há pouco, sua assessoria esteve aqui. Ele está em trânsito entre o Rio de Janeiro e Brasília e, daqui a pouco, deverá estar conosco, com certeza.

Em seguida, nós receberemos a Presidente do Conselho Curador da EBC (Empresa Brasil de Comunicação), a Srª Ana Luiza Fleck, e ainda a Profª Maria Helena Weber, Coordenadora do Projeto de Monitoramento e Análise de Conteúdo da Programação da EBC.

O terceiro item da pauta é a proposta de complementação do Parecer nº 8, de 2014, que versa sobre violência contra profissionais de comunicação. A proposta é de autoria do eminente Conselheiro Celso Schröder, que não está presente ainda, mas que confirmou que virá. Aliás, ele acabou de chegar – boa tarde, Conselheiro, eu acabei de me referir a V. Exª, ansiosos que estávamos pela sua presença.

Há ainda o item 4 da pauta, que é a discussão sobre os efeitos da crise econômica sobre o setor de comunicação. Essa proposta surgiu aqui também por ocasião da nossa última reunião, de autoria do Conselheiro Fernando César Mesquita.

Como último item da pauta, está a discussão acerca da data e programação dos eventos do Conselho, especialmente os seminários sobre incentivo à produção cultural, sobre restrições em publicidade e propaganda e sobre migração das rádios AM para FM.

Só para que fixemos a agenda – acho que é importante fazê-lo –, neste ponto aqui, acrescento nossas próximas reuniões. No dia 7 de dezembro, será a nossa última reunião do ano. Em janeiro, naturalmente, haverá recesso no Congresso, e para nós também não haverá reunião. Depois, voltamos no dia 15 de fevereiro e teremos pauta nos dias 7 de março, 4 de abril e 2 de maio.

Temos, em seguida, ainda o relatório de andamento das comissões temáticas, as comunicações e a participação da sociedade civil.

Comunicou, com justificativa, sua ausência o eminente Conselheiro Ronaldo Lemos. Está convocada a Conselheira suplente Patrícia Blanco, que está confirmada e que está chegando aqui. O Conselheiro Marcelo Rech também confirmou. Em razão da renúncia do Dr. Lourival Santos, ainda não temos suplente para a vaga do eminente Conselheiro Marcelo Rech.

Conselheiro Marcelo Cordeiro, boa tarde! Seja bem-vindo!

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA (*Fora do microfone.*) – Boa tarde, Presidente! Desculpe-me o atraso.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Hoje, pela manhã, recebemos *e-mail* justificando as ausências dos Srs. Conselheiros Sydney Sanches e Henrique Eduardo Alves. Em razão de terem comunicado isso ainda hoje, agora há pouco, não foi possível convocar os suplentes Jorge Coutinho e Aldo Rebelo, respectivamente.

Justificou ausência ainda, finalmente, o Conselheiro Fernando César Mesquita. Tendo sido convocado, está entre nós o eminente Conselheiro Davi Emerich.

A ata da reunião passada foi disponibilizada e está sobre a mesa à disposição de todos os Conselheiros.

Há alguma objeção, há alguma observação quanto ao conteúdo da ata, ou podemos considerá-la lida e aprovada? (*Pausa.*)

Fica dispensada a leitura? (*Pausa.*)

Não havendo objeção, considero-a lida e aprovada.

O SR. JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Sim, pois não! Voltando ao item? V. Exª use o microfone, por favor, eminente Conselheiro Nascimento Silva.

O SR. JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO – O Presidente disse que está sobre a bancada a...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – A ata da reunião passada.

O SR. JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO – O.k.! É que para mim ela não chegou.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Ah, sim, sim! Está aqui à mesa. Perdão! Mas ela foi enviada por *e-mail*.

O SR. JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO – Só a solicito. Eu a quero. Pronto!

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Por *e-mail*, ela já tinha sido encaminhada antes.

O SR. JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO – O.k.!

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – V. Exª quer fazer uma leitura antes de a considerarmos aprovada? Ou podemos considerá-la lida e aprovada?

O SR. JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO – Para mim, está tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Muito obrigado.

Tivemos dificuldade de agendamento. Tínhamos definido realizar, por proposta do eminente Conselheiro Ronaldo Lemos, nosso Vice-Presidente, o seminário "Transição do IPv4 para IPv6: Acesso, Privacidade e Coibição de Ilícitos". Inicialmente, ele aconteceria na manhã desta segunda-feira, mas o eminente Conselheiro Ronaldo Lemos justificou ausência em razão de compromissos que assumiu. Ele está hoje, se não me engano, em João Pessoa, acompanhando uma delegação da ONU para um evento cultural. Por isso, ele não pôde estar aqui.

Fui surpreendido por essa agenda e achei mais prudente adiarmos a discussão, já que a proposta é de S. Exª. Não podendo ele estar aqui, sugeri, decidi – tive de fazê-lo sem consultar o Colegiado, por uma questão de conveniência – transferi-lo para uma de nossas próximas reuniões. Desse modo, estamos aqui sugerindo que, na reunião do dia 7, às 9 horas da manhã, seja realizado o seminário, sob a coordenação do eminente Conselheiro Ronaldo Lemos. Podemos considerar aprovada essa data? (*Pausa.*)

Então, já fica definida essa agenda, para que seja realizado o seminário "Transição do IPv4 para IPv6: Acesso, Privacidade e Coibição de Ilícitos" no dia 7 de dezembro. Já ficam convocados todos os Srs. Conselheiros titulares e suplentes para essa reunião às 9h da

manhã. O.k.? A assessoria vai definir, naturalmente, o local e a logística de transporte, inclusive, para a Capital Federal.

Temos ainda de definir o seminário sobre "Incentivo de Produção Cultural", que é de autoria do eminente Conselheiro Marcelo Cordeiro. Vamos discutir isso, que está na frente da nossa pauta.

Comunico ter recebido um ofício do Conselho Curador da EBC no dia 8 de outubro próximo passado, o Ofício nº 82, de 2015, encaminhando a Ata da 57ª Reunião Ordinária, realizada em 13 de agosto. O documento foi encaminhado a todos.

Consulto se há alguma consideração ou alguma observação acerca do conteúdo dessa reunião deliberativa do Conselho Curador da EBC, cuja Presidente estará conosco daqui a pouco.

Conselheiro Nascimento.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Não sei se coloco – estou consultando os demais pares – a questão da greve que começa amanhã na EBC.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – V. Exª...

O SR. NASCIMENTO SILVA – Os trabalhadores já indicaram, como referência, a partir da meia-noite de amanhã, greve. Pergunto alguma coisa sobre isso?

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Não acho que entre nós possa haver, ainda mais nesta Casa, tema proibido. Eu não tenho objeção alguma a que V. Exª coloque o tema.

O SR. NASCIMENTO SILVA – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Não sei se alguém, entre os membros do Colegiado, tem objeção, tem alguma crítica a respeito. Não se pode estabelecer – ainda mais nós outros –, não poderíamos limitar um debate dessa natureza. V. Exª, a meu juízo, tem toda a liberdade para fazê-lo.

Eminente Conselheiro Celso Schröder.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Obrigado, Presidente.

Acho que, nessa linha que o Conselheiro Nascimento traz, talvez fosse mais abrangente e menos pontual e corporativo, embora me pareça extremamente relevante a entrada em greve dos trabalhadores da EBC, pedir um relatório ou algo do tipo, ou para a EBC nos comunicar as condições efetivas de trabalho, ou seja, condições de trabalho, condições técnicas, a transição para o digital; enfim, que a EBC pudesse trazer isso a público. Porque está embutida, obviamente, nessa greve, supostamente, a incapacidade da empresa de pagar os aumentos, pela informação que nós temos, inclusive abaixo da inflação.

Acho que talvez fosse interessante a vinda da EBC aqui, com esse escopo um pouco maior, que nos desse conta da situação econômica da empresa.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Desculpe, Conselheiro. Não sei se não consigo entender a sua sugestão.

Nós vamos receber, em seguida, a presidente do Conselho Curador. O eminente Conselheiro Nascimento Silva nos indaga se deve abordar esse tema com a convidada. Eu tenho, para mim, que não há objeção a que assim se faça. V. Exª está ampliando a sugestão para outro momento? Desculpe não ter captado bem.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Não. Acho que a presidência do Conselho Curador, obviamente, pode ser inquirida sobre isso, sem problema nenhum. O que estou sugerindo é que a presidente da empresa, em algum momento, pudesse nos dar

informações oficiais sobre o problema. Não sei se, pela organização da empresa, na nossa concepção, em que o Conselho Curador não está em uma estrutura de mando efetivo, ou seja, se ele está em uma situação diferente da de outras organizações, que têm conselhos mais deliberativos, não sei se a presidente terá informações sobre isso ou se serão impressões ou serão opiniões. Enfim, acho que tínhamos que ter uma radiografia um pouco mais formal da situação econômica da empresa.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Eu sugiro que V. Exª analise exatamente o que se deve pedir. De qualquer maneira – já lhe passo a palavra, Conselheiro –, penso que podemos ouvir a presidente, colher dela – delas, aliás – o que seja importante em termos de informação e, quem sabe, depois, voltamos ao tema ainda hoje.

Eu até queria dizer – já lhe passo a palavra, mas, pela ordem, fazendo aqui uma inversão – que há hoje um evento na Ordem dos Advogados do Brasil, às 17h, de que preciso, como Conselheiro, participar. Aliás, hoje é a minha última sessão na Ordem como Conselheiro depois de 21 anos de mandato. É uma sessão de que preciso participar às 17h. Se eu puder sair daqui um pouco antes das 17h, agradeço a todos – é claro, desde que não atropelemos os nossos trabalhos.

Pode ser assim, Conselheiro Schröder, como sugeri? Que nós a ouçamos e, depois, extraiamos deliberações a respeito.

Conselheiro Nascimento.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Em adendo ao que o Conselheiro Schröder está pensando alto – porque estou imaginando que ele está pensando alto –, nós vamos inquirir sobre essa questão da greve, de como está a situação, de qual o conhecimento que ela tem da situação.

E posterior a isso, Schröder, eu sugiro que a gente envie um documento, dentro da nossa legalidade aqui, pedindo essas explicações, inclusive por escrito, e que nos mande o mais rápido possível por *e-mail*, porque nós não teremos tempo hábil para poder ouvir o Presidente daqui a um mês, em dezembro, por exemplo. Então não justifica. Então, que a partir de hoje, após essa participação da Presidente do Conselho que a gente...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Que já está entre nós inclusive.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Que já está entre nós. Que posterior a isso, a gente faça esse pedido que o Conselheiro Schröder está propondo ao Presidente e que ele nos mande o mais rápido possível.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Eu pedi à assessoria que consultasse a Drª Ana Luiza Fleck, se ela já vem conosco. Aguardamos a...

Eu convido a Professora, Doutora, Presidente do Conselho Curador da EBC, Drª Ana Luiza Fleck Saibro, para estar conosco à Mesa.

A Profª Maria Helena não chegou ainda. Vou continuar as comunicações e ai, assim que a assessoria confirmar... A senhora pode ficar entre nós. É um prazer recebê-la aqui.

O eminente Conselheiro Davi Emerich sugeriu, na última ou penúltima reunião, acho que na última mesmo, uma ampla discussão no plenário do Senado Federal sobre comunicação social.

Eu pedi à assessoria que fizesse uma consulta e a conclusão a que se chegou, com as informações vindas da Mesa Diretora, eminente Conselheiro Davi Emerich, autor dessa proposta, é que o art. 154, §7º, do Regimento Interno prevê que para a discussão no plenário do Congresso será necessária a proposta vinda da Presidente, de um terço dos

Senadores ou por um dos líderes de partido, de modo que nós não temos atribuição, competência, como quer que seja, para uma provocação dessa natureza embora ela me pareça altamente saudável.

De modo que eu coloco o tema à discussão, sugerindo a V. Exª, infelizmente o eminente Conselheiro Fernando Cesar Mesquita por questões pessoais não pôde estar presente hoje, compromissos profissionais certamente, não pôde estar presente, mas eu os tenho como importantes colaboradores na interlocução, colaboradores no bom sentido sem nenhuma desconsideração à grandeza ou à importância de V. Exªs aqui, mas como importantes interlocutores nossos com a própria Mesa Diretora das duas Casas, em especial com o Presidente do Senado, Presidente do Congresso, Senador Renan Calheiros, para que pudesse fazê-lo.

Eu penso que, eu até pedi que viesse o Regimento, entre tantas atribuições a nós conferidas a partir do estabelecimento, da existência do Conselho, há quase 30 anos, pelo legislador constituinte da década de 80 e depois, já na década de 90 com a regulamentação e com o nosso Regimento aqui, com os nossos 15 incisos que elencam atribuições do Conselho, vê-se aqui a grandeza do Conselho de Comunicação Social. E penso que a discussão que V. Exª queria provocar é exatamente para dar – como dizia aqui já desde o nosso primeiro encontro, desde quando fui eleito pelos meus queridos pares para conduzir aqui os trabalhos – efetividade e visibilidade perante mesmo o próprio Congresso Nacional.

Eu tenho falado isso em todas as reuniões, em conversas por telefone ou pessoalmente com os eminentes Conselheiros. Eu tenho levantado esse debate, acho que o rol de temas a nós afetados aqui, como disse, pela legislação, pela lei que nos regulamenta e pelo Regimento Interno, é muito amplo. Então, essa discussão é importantíssima para nós, que nós déssemos essa visibilidade. Mas não temos como tecnicamente fazê-lo.

Então, eu consulto se há alguma sugestão. Se V. Exª, em especial, Conselheiro Davi Emerich, que é servidor da Casa, do Senado, servidor e integrante deste Colegiado, tem como contribuir conosco para que nós façamos efetivamente. Nós não podemos ter um mandato que passe sem que nós consigamos cumprir com essa tarefa.

E a vinda aqui da EBC – o Presidente já esteve conosco e, agora, vem a Presidente do Conselho Curador – enfim, essa nossa interlocução com entidades, com o setor de comunicação, vinculado a nós... Já recebemos, como disse, o Presidente da EBC; estamos recebendo hoje a Presidente do seu Conselho Curador e vamos receber daqui a pouco o Presidente da Ancine. E é mais fundamental a nossa interlocução com as Casas legislativas.

V. Exª tem alguma sugestão para dar efetividade a sua proposta?

O SR. DAVI EMERICH – Eu acho o seguinte: em virtude desse estudo, desse parecer rápido, vamos fazer algumas diligências, ver quais os formatos possíveis e, na reunião do dia 7... Parece-me que um encontro desse neste ano fica meio prejudicado, porque a pauta está pesada no Congresso. Mas, talvez, para o início do ano que vem, nós possamos fazer um grande evento, com uma dimensão maior do que o plenário onde estamos, embora o conteúdo de um evento nem sempre seja o local que define, é o que se debate.

Mas eu vou fazer algumas injunções, alguns contatos para vermos se é possível um outro formato que se encaixe nessa perspectiva.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Alguém sobre? (*Pausa.*)

Perfeito.

O eminente Conselheiro Walter Ceneviva havia proposto, por *e-mail* – no dia 23 de outubro encaminhou um *e-mail* ao nosso grupo –, que discutamos aqui a migração das rádios AM para FM, esse processo que é de grande complexidade e que tem tido pouca visibilidade. É importante a sua provocação e esse tema está na nossa pauta da Ordem do Dia.

Eminente Conselheiro Walter Ceneviva, V. Exª gostaria de fazer alguma pontuação específica?

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Boa tarde a todos. Presidente, saudações.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Boa tarde.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – A presença da Conselheira Ana Fleck talvez já sirva para dar concretude àquilo que se constitui na nossa sugestão.

A migração do AM para o FM é uma solução de contorno, não é uma solução verdadeira, para uma deterioração de 40 anos da qualidade da recepção do áudio em AM. O que me chamou a atenção e me levou a fazer essa proposição, como está no *e-mail* que eu compartilhei com os colegas, é o fato de que, eventualmente, a EBC não pleitearia a migração das suas rádios em AM para o FM, o que implica que a gente, ao longo dos próximos anos, veríamos calar todas as rádios da Empresa Brasileira de Comunicação.

As rádios da EBC seriam só a ponta do *iceberg* eu entendo. A sustentação e a viabilidade do meio rádio e, portando, a migração das rádios mais prestigiosas, que são justamente as rádios em AM, para frequência de FM, é um tema que diz respeito intrinsecamente à comunicação social e, portanto, interessa a todos os brasileiros, especialmente os brasileiros que estão fora dos grandes centros e que, certamente, não têm voz em um conselho como o nosso.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Bem agora nós podemos... Eu interrompo aqui as comunicações da Mesa, neste item, que é o nº 4, e depois retomamos.

Volto ao item 2 da Ordem do Dia. Estamos, como disse, tendo a satisfação de receber a eminente Presidente do Conselho Curador da EBC, a Drª Ana Luiza Fleck Saibro, e, ainda, a Profª Maria Helena Weber, Coordenadora do Projeto de Monitoramento e Análise de Conteúdo da Programação dos Veículos de Comunicação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) TV Brasil.

Eu agradeço, em nome do Conselho de Comunicação, a presença de ambas, é uma alegria recebê-las aqui.

A senhora precisa da mídia? (*Pausa.*)

A assessoria vai organizar, para que a professora apresente a nós a pesquisa que fez, que certamente...

Professoras, é um prazer enorme recebê-las aqui, ter a satisfação de – é possível fazer...?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) –

Pode ser? (*Pausa.*)

Prazer enorme recebê-las aqui. Como disse ao início, para fazer essa interlocução, essa aproximação entre o Conselho de Comunicação Social e a Empresa Brasil de Comunicação.

A professora vai organizar, ali, a mídia. (*Pausa.*)

Sim, então, vamos começar a apresentação. Eu passo a palavra, inicialmente, à Profª Maria Helena Weber, mais uma vez agradecendo pela presença entre nós, para apresentar o trabalho Projeto de Monitoramento e Análise de Conteúdo da Programação.

A SRª MARIA HELENA WEBER – Boa tarde a todos.

É com muita honra que eu estou aqui representando a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a Faculdade de Comunicação, o Programa de Pós-Graduação em Comunicação, que são as instituições que acolheram esta pesquisa, solicitada pela ouvidoria. Nós a realizamos durante o período de 2014-2015 – começou em março de 2014 a março de 2015.

Pode passar, por favor. Pode passar também.

As características do projeto: envolveu 15 pessoas – uma equipe de trabalho com professores da Pós-Graduação e da Graduação, estudantes de Comunicação da Pós-Graduação e Graduação da URGS. E nesse convênio de cooperação... Alguém está me vendo? Pode passar.

Eu vou rapidamente, pois é sempre um pouco desagradável apresentar resultados de pesquisa, que não tem como fugir a textos, números, mas vamos rapidamente.

Aqui tem, então, um histórico de pesquisa. Isso pode depois ser enviado a vocês. Nós tivemos um pedido de aditamento, tivemos a aprovação do projeto, a organização do espaço físico, o planejamento, realização de quatro reuniões na ouvidoria, realização de um seminário específico sobre a programação da TV Brasil.

Os objetivos do projeto, então, eram atender os próprios objetivos do projeto da EBC sobre desenvolvimento e monitoramento dessa análise; ampliar resultados de pesquisa vinculados à linha de pesquisa na qual eu trabalho, que eu sou pesquisadora do CNPq, eu trabalho em torno da relação entre a comunicação pública e a comunicação política. O objetivo também era construir um sistema de análise com quadros de indicadores vinculados aos conceitos de comunicação pública e aos princípios da radiodifusão. Esse sistema, então, foi criado, nós chamamos de Siclas, e, a partir disso, então, analisar, classificar a programação da TV Brasil.

Em termos de metodologia e procedimentos, nós recuperamos toda a bibliografia que havia sobre radiodifusão pública. Vali dizer que essa pesquisa tem um relatório de mil, duzentas e poucas páginas, mas tem uma síntese que é um pouco menor. Isso está disponível no *site* da EBC. Nós criamos, então, uma metodologia de análise de conteúdo, e esse procedimento de análise, o sistema tinha que dar conta, na verdade, de conceitos como democracia, cidadania, comunicação pública e radiodifusão pública, mas tinha também que ter uma relação com indicadores sobre a qualidade técnica da programação.

A abordagem dos temas, relação entre programas, temáticas e conteúdos. Definimos, então, o *corpus* da pesquisa, que teve que ser adaptado ao tipo de material que nós tínhamos em mãos. Classificamos as informações e, semanalmente, o grupo, integralmente, se reunia para analisar os resultados da classificação.

O primeiro movimento que nós fizemos, e isso já é... Já a organização da pesquisa nos dá ideia de algumas dificuldades. Então, na TV Brasil, todo o conteúdo é situado dentro de cinco denominações: informação, infantil, conhecimento, arte e esporte. A discussão, na universidade, é um pouco diferente, e há uma especificidade muito grande em relação ao jornalismo descolado um pouco, que engloba informação, mas não somente. E, então, nós criamos outros módulos de pesquisa, chamávamos de MAPs.

Então, em torno de jornalismo, a parte infantil ficou igual; a parte de conhecimento, nós dividimos entre o entretenimento e a própria informação; a arte também abrangeu entretenimento e informação; esporte, entretenimento e informação também. Incluímos um item chamado especiais, como foi, por exemplo, a cobertura das eleições, e a publicidade que não é analisada. Nós temos pouquíssimas informações sobre a publicidade em sistemas públicos.

Aqui, então, são sete módulos que foram analisados.

Aqui, como nós dividimos, dentro do jornalismo nós analisamos grandes reportagens, os telejornais e algumas entrevistas; o entretenimento abrangeu a dramaturgia, esportes, filmes, *shows*, espetáculos, informação, aulas, debates, documentários, entrevistas; no infantil, animação, dramaturgia, filmes, programas em estúdio e, nos especiais eventos de transmissão contínua, rituais, cerimônias, temas especiais, acontecimentos. No caso da publicidade, nós conseguimos fazer essa divisão em seis itens, que eram campanhas públicas veiculadas pela TV, chamadas, o *merchandising* da própria televisão, apoio, patrocínios, propaganda política e publicidade institucional.

Fomos escolhendo, então, programas agrupados e representativos de cada um desses módulos, disponíveis e acessíveis no *site* da TV Brasil. A impossibilidade de fazer uma gravação geral da programação acabou provocando uma decisão que era trabalhar, digamos, por grupo de conteúdos, e não trabalhar numa sequência, digamos, diária, x programas, de x conteúdos, em tantos dias.

Vocês já vão ver como é que nós fizemos isso. Esses programas eram agrupados, por exemplo, no que se refere à questão da programação infantil, durante uma semana nós víamos a programação infantil, mas também pegávamos a programação veiculada em outros meses. Então, todo o relatório sobre a programação infantil tem a qualidade de quando se esgota determinada temática. Escolhidos esses períodos e os programas, eles eram classificados pelos bolsistas, uma classificação *on-line*, tabulados e aí se fazia uma análise crítica e o debate sobre os resultados.

Pode passar, por favor.

Então, a aprendizagem desse trabalho que ocorre com os alunos, tanto de pós-graduação como de graduação, é a possibilidade, talvez de com um material técnico, de fazer um debate, uma discussão que abrangeria os próprios conceitos daquilo nós entendemos que seja comunicação pública, que seja qualidade na televisão.

Então, aqui uma síntese de como ela era construída, o registro do programa, a classificação e a análise dos programas. O cruzamento das informações, indicando aspectos favoráveis e desfavoráveis, era relacionado aos princípios da comunicação pública, da radiodifusão pública e da TV Brasil.

Pode passar, por favor.

Agora eu vou apresentar uma série, ou seja, com que indicadores nós trabalhamos, quais são os itens que nós buscávamos e todos os programas eram classificados dentro, por exemplo, de temáticas. Então, são indicadores de qualidade, conteúdos, temas de interesse público, temas gerais. Então, uma série de itens que eram indicadores desses aspectos. Depois questões técnicas e estéticas. Não é a perspectiva da comunicação pública que pode tirar a qualidade da emissão em televisão. E aí eram questões que envolviam edição de imagens, sons, cenário, produção, artes, grafismos, e, por último, aquilo que é essencial na relação de comunicação, que são os apresentadores e os

mediadores, que eram medidos quanto ao relacionamento, ao domínio de temas e à aparência.

Pode passar.

Aqui especificamente em relação aos temas, como tudo isso era um sistema, os... esses sistemas implicavam que as pessoas pudessem fazer enquadramentos dos programas que estavam assistindo. Por isso, tanta...

Então, os conteúdos foram classificados quanto aos temas. E esses temas valiam tanto para o jornalismo como para a área infantil, como para o entretenimento: arte, cultura, cidadania, cidade, ciência, tecnologia. Quando os temas escapavam a essa listagem, eram criadas outras observações paralelas.

Esses temas geraram muitos debates até serem constituídos em função de como é possível classificar um conteúdo. Quer dizer, a primeira listagem que nós fizemos tinha talvez três tamanhos a mais. O que há dentro das Ciências Sociais, da Sociologia, da Política, da Antropologia, da Filosofia. O comportamento – estamos falando de relações pessoais, de família. Uma nova pesquisa provavelmente poderia afinar, apurar melhor essas questões. Mas nós chegamos a esses termos, cada um justificado conceitualmente.

Pode passar, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Professora, permita-me uma pequena interrupção.

Eu convido para vir à mesa o Presidente da Ancine, Dr. Manoel Rangel, que vai participar do próximo debate.

Presidente, boa tarde. Bem-vindo.

A SRª MARIA HELENA WEBER – Além dos conteúdos, dos temas relacionados à comunicação pública e à sua função na democracia, na cidadania, nós tivemos uma outra dimensão dos indicadores de qualidade que se relacionavam a vozes e fontes. Então, isso, no plano conceitual da comunicação, é quem tem o poder da fala, quem tem o lugar de fala, a quem é dado falar.

Esse é um indicativo, digamos, que tem a ver com a função de determinado meio de comunicação.

Também as listas são imensas. Chegamos a esses itens como indicadores principais do que seriam essas vozes e fontes: os cidadãos, o Governo Federal, comentaristas, associações e federações, forças de segurança, Judiciário, organismos internacionais, celebridades, líderes de religiões e crenças, especialistas, Governo Estadual, governos internacionais, institutos de ensino e pesquisa, profissionais do esporte, entidades de classe, profissionais de comunicação. Nesse aspecto, quando se fazia a discussão final, a análise crítica, a relação entre quem abordava determinados temas e quem falava era muito interessante para a produção dos relatórios sobre se estaria sendo atingido ou privilegiado o interesse público.

Pode passa, por favor.

Nos aspectos, então, menos subjetivos, como temas e como a questão das vozes e fontes, a classificação da produção, a classificação da qualidade técnica e estética trabalhou com todos esses itens, alguns relacionados à edição de imagem. Entende-se que esses itens são indicadores de um tipo de qualidade que pode valorizar ou qualificar determinada temática ou um programa; ou o contrário: pode desqualificar. Portanto, na edição de imagem, questões como encadeamento de imagens, falhas técnicas, lentidão,

brilho adequado à rapidez, se era uma imagem conservadora, se era usada tecnicamente, contraste, etc..

Na questão do som também, efeitos especiais, falhas, ruídos, sonorização adequada, se é abafado ou não, cenário, principalmente questões como a boa execução, criatividade, sofisticação, simplicidade ou uma simplificação, no sentido de que é tão pobre um cenário que ele não valoriza nenhum tipo de abordagem; iluminação e outros.

Em artes e grafias, desde o modo como os caracteres são colocados para definir determinada entrevista até aspectos que vão sendo utilizados para complementação, para finalização de alguma matéria.

Os figurinos estão relacionados aos mediadores e apresentadores, se são adequados, se são sofisticados, se são simplórios, sóbrios, excessivos ou outros.

Pode passar, por favor.

Na classificação dos mediadores e dos apresentadores, a capacidade deles de atrair ou de afastar o telespectador, a postura, expressão facial, olhar, mobilidade, gestualidade, segurança, autocontrole, domínio sobre o assunto e temas abordados, qualidade da relação com os entrevistados, apresentação visual, de novo figurino e maquiagem.

Há uma diversidade muito grande nos tipos de apresentadores e mediadores. São superqualificados e quebram com o padrão de apresentação das ditas televisões comerciais. Isso é extremamente importante. Então, sim, se alguns programas não tinham importância, o que era valorizada era a capacidade de atrair ou de afastar o telespectador.

Pode passar, por favor.

Todos aqueles itens, os quais chamamos de índices de qualidade da programação, na análise, eram relacionados a essa discussão sobre as informações em relação ao interesse público e os princípios da TV Brasil.

Esta é meramente uma cópia dos itens que constam legalmente sobre os princípios da TV Brasil.

A discussão sobre se aquela qualidade oferecia mecanismos para o debate público, promovia a cidadania, buscava excelência em conteúdos, era feita semanalmente e gerava esses relatórios.

Adiante, por favor.

Os produtos da pesquisa: produzimos 73 relatórios, 1.273 páginas, 52 relatórios semanais, 12 mensais, 6 bimestrais, 2 semestrais e o relatório final, que é aquele de 1.273 páginas.

Esses relatórios, cada um tem uma média de 20 a 40 páginas, dependendo do material que está sendo analisado, e aprofundavam todas aquelas questões técnicas e questões que envolviam os princípios da TV Brasil, o que aqui não será possível claramente.

Pode passar, por favor.

Aqui o total, os resultados estatísticos gerais da pesquisa.

Nós analisamos, então, três tipos de programas de jornalismo. Nós já vamos ver. Mas, em relação a 86 edições, analisamos 15 programas da área da informação, 168 edições; da programação infantil, analisamos dois tipos, 29 edições, mas em alguns momentos nós fizemos uma análise contínua de toda a programação; do entretenimento, 47 edições; da publicidade, que gerou um texto bastante interessante, nós analisamos 394 peças em 15 edições, 89 intervalos, e os especiais, principalmente as matérias relacionadas às eleições.

Aqui vou mostrar para vocês já desdobrando a pesquisa.

Nós temos a quantidade do jornalismo, o que foi pesquisado, basicamente o Repórter Brasil, Caminhos da Reportagem e um trabalho das eleições de cunho jornalístico. Isso seria o que de jornalismo de fato, conceitualmente, teria a TV Brasil.

Vamos adiante.

Dos temas abordados pelo jornalismo, nós teríamos a cidadania em primeiro lugar. E quando se fala em cidadania estamos falando em questões que envolvem diretamente tanto aspectos políticos quanto de saúde, quanto educacionais que têm a ver com a qualidade de vida, com a qualificação da cidadania, a sustentação da cidadania.

Em segundo lugar é política, depois segurança, esportes, economia, saúde. E, em termos de esportes, temos que dar um peso um pouco maior a essa variável. Era um período que envolvia a Copa do Mundo quando se fez a pesquisa. Além de saúde, cidades...

Então, nós temos, de modo bastante saliente, cidadania, política, segurança e esportes.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª MARIA HELENA WEBER – Não, não. É a unidade. Então, é cidadania em todos os programas da TV Brasil. São os 100% na linha horizontal. Comportamento e tal.

Então, jornalismo é um dos únicos módulos em que todos os temas são preenchidos. Vocês vão ver que em alguns é zero.

Pode passar, por favor.

As vozes.

Aqui, de novo, nós vamos ver em primeiro lugar os cidadãos sendo ouvidos pelos jornais, com 92,5%, quase 100%. Em toda a programação jornalística da TV Brasil, essas pessoas diretamente atingidas por aquelas matérias que são realizadas, sejam de política, de economia ou de educação ou segurança, são ouvidas. Esse também é um aspecto de extrema qualidade e bastante raro de se encontrar no chamado jornalismo comercial.

Em segundo lugar, especialistas; em terceiro lugar, Governo Federal. Isso para nós foi um pouco surpreendente. Nós pensamos que outras vozes, outras fontes se sobreporiam ao Governo Federal, mas na conta final ficou assim.

Aqui nós temos Judiciário, movimentos sociais, profissionais de comunicação; ali, o Legislativo Federal, com 17%, entidades de classe, 13%. É claro que nós podemos fazer cruzamentos, pegar a questão da cidadania com entidades de classe, por exemplo, ou sindicatos e relacionar isso de outra maneira. São muitos cruzamentos que podem ser feitos e estão disponíveis para isso.

Nós ainda não começamos a produzir artigos a partir desse material.

Pode ir adiante, por favor.

Na programação e informação, nós analisamos o Sem Censura, optamos por programas que são mais fortes, que se entende que são mais diferenciados na televisão. Então, o Sem Censura é um dos programas mais antigos na tevê e o que absorveu, digamos, maior tempo de pesquisa. Tem três relatórios, o 5, o 21 e o 44, que vão se aprofundar sobre a questão do Sem Censura. O Ver TV também, Programa Especial, Espaço Público, Nova África, Estúdio Móvel, Papo de Mãe, Programa Visual, Brasilianas, Observatório de Imprensa, Espaço Público, Mais Direitos, Mais Humanos, Retratos da Fé.

Então, todos esses programas foram analisados, mais de 8 mil minutos, num total de 168 edições, gerando vinte relatórios.

Pode passar, por favor.

Vamos ver agora os temas, de novo, cidadania e comportamento, quase equivalentes, que também têm uma relação lógica com o material. Depois, arte e cultura, saúde e política.

Aqui o item comunicação surpreende, porque isso também é uma característica da TV Brasil, uma característica absolutamente positiva, no sentido de que a comunicação é matéria de estudo, é matéria de debate. Isso não existe também nas mídias ditas comerciais. Depois, a ciência e a tecnologia, as ciências humanas. Também há uma dedicação aos conteúdos que têm a ver com aprendizagem, com conhecimento. Por último, a Copa do Mundo, ali embaixo, onde ela foi colocada, que tem o menor índice. No tema tragédias não encontramos nada.

Pode ir para frente, por favor.

As eleições que aqui eram 7,7%, se nós cruzarmos aquele dado com essas vozes e fontes, de novo, vamos ter os cidadãos opinando sobre isso mais do que políticos, legislativos, etc..

Adiante, por favor.

Na programação de entretenimento, nós analisamos o programa Aglomerado, Samba na Gamboa, Para Todos, Windeck, Expedições, Arte do Artista. A telenovela Windeck é muito interessante, ela foi bem trabalhada no relatório, mostrando exatamente como se dá o reconhecimento de outras culturas, de outros estereótipos, de outros tipos de comportamento.

Os filmes foram analisados. Nós temos tabelas imensas, que analisamos durante duas ou três semanas, na categoria quais são os filmes que eram passados e classificamos esses filmes por origem, por títulos, por temáticas e também, digamos, pela relação que havia com o interesse público, o que havia de cinema brasileiro, o que havia de cinema internacional. É um relatório extremamente longo e bastante minucioso sobre isso.

Pode passar, por favor.

Os temas de entretenimento continuam. Assim como na informação, o comportamento fica em segundo lugar. Aqui, em entretenimento, a arte e a cultura, digamos, se sobrepõem. Isso tem uma certa lógica, pelo tipo de conteúdo que é trabalhado dentro disso.

Depois, temos outro grupo, que seria esse de comportamento e cidadania, programas que analisam, que fazem a análise de ordem psicológica, a análise comportamental, sobre temas sociais, temas familiares, etc. Quando, por exemplo, analisou-se o Papo de Mãe, a análise relacionada a esse público tenta privilegiar, digamos, vendo qual é a diferença, qual é a contribuição desse programa para as questões que envolvem cidadania. E aí há algumas críticas relacionadas a determinados padrões, por exemplo, de famílias que são abordadas.

Uma coisa que se refere às promessas dos programas e a relação que se estabelece com quem é entrevistado com esses conteúdos.

Então, temos um segundo bloco: meio ambiente, turismo, esportes e a comunicação de novo.

Pode passar, por favor.

Aqui, as vozes e fontes. Os que mais são ouvidos são artistas e escritores e o cidadão em segundo lugar, mas bastante abaixo, digamos, desses que têm a voz preferencial em todos os programas de entretenimento.

Esses outros que aparecem com 15% são pessoas diferentes, é um tipo de especialista que não se encaixava, digamos, em nenhuma dessas vozes que nós havíamos definido.

Só isso aí geraria outra pesquisa.

Aí nós temos instituições de ensino e pesquisa também opinando bastante, muitos universitários, muitos professores, pesquisadores, que fortalecem essa discussão principalmente no que se refere ao comportamento.

Pode passar.

Na programação infantil, analisamos profundamente Igarapé e Teco Teco. Igarapé, pela excelência, pelas características, pelo modo como inova. E fizemos duas analises gerais de programação, que fazem parte dos penúltimos relatórios.

Essa análise geral pega todos os programas infantis e classifica de novo, por temáticas, cada um dos programas, qual o foco, quem são personagens, qual a perspectiva principal. São relatórios imensos também.

Pode passar.

De maneira geral o que se encontra? Evidentemente, 100%, o que aparece em todos os programas, temos a questão exotérica, religiosa, porque esse era o termo que estava na definição, mas nós abrimos um parêntese, que isso era uma relação mágica com o mundo, com acesso a determinadas informações. Mas esse acesso, essa magia, parte disso também é encontrada em informações que têm a ver com ciência e tecnologia, com arte, com cultura. O modo como o programa é apresentado, como as temáticas são apresentadas, permitindo à criança fazer uma identificação. Então, muitos temas não têm nenhum tipo de referência. Óbvio, imagina tragédias numa programação infantil!

Pode passar.

Aqui as vozes, esses cidadãos, que nós chamamos de cidadãos, são as personagens que estão nessa programação infantil, e esses outros são as árvores, as pedras, que falam, as casinhas, enfim, todos os objetos que estabelecem uma relação entre a criança, entre os desenhos, e o que poderiam ser fatos reais.

Na programação, achamos um dado extremamente interessante, trata-se de artistas e escritores que aparecem, ou porque estão coordenando os programas, ou aparecem como alguém que tem opinião.

Outro dado que achamos interessante, embora muito pequeno, apontando associações ou federações, quer dizer, institutos que de alguma maneira estão relacionados ao programa ou que são chamados para falar no programa.

Pode passar, por favor.

Aqui na programação especial, nós analisamos o excelente Militares da Democracia, Resistir é Preciso, Sábados Azuis e os Caçadores da Alma. Como programas que poderíamos ter incluído, Sábados Azuis e Caçadores da alma no entretenimento, mas têm uma sequência, um tipo de produção que nós os colocamos como especiais.

Pode passar, por favor.

Aqui, embora a gente tenha trabalhado com temas e vozes, para continuar o que era o formato, que era da pesquisa, na verdade, cada um poderia ser analisado

independentemente disso porque o Programa Especial significa que inicia e é encerrado, não tem continuidade, não tem sequência.

Mesmo assim nós temos a cidadania e a arte e cultura, nesses programas que nós analisamos, e o comportamento e a política formando um outro bloco. De novo, a comunicação, a educação formando um outro bloco.

Pode passar.

Aqui, os artistas e escritores e os cidadãos, então, são as vozes e as fontes principais, e os profissionais de comunicação e especialistas. Então, isso é bastante diferente, digamos, daquilo que é apresentado em relação aos demais conteúdos.

Pode passar.

Na publicidade, porque havia um pressuposto na Comissão de Pesquisa que esse espaço, embora a TV Brasil use o espaço publicitário da mesma maneira que a TV comercial, quer dizer, com intervalos, e nós entendíamos, nós nos perguntávamos o tempo todo, mas por que isso? Porque ela não é um espaço dito comercial, mas, de qualquer maneira, tem esses intervalos que foram trabalhados.

E uma questão que se colocava para a Comissão de Pesquisa é a importância desse espaço entre os programas, no sentido, realmente, de publicizar intensamente aquilo que são campanhas de interesse público e que estão, na verdade, em inúmeras instituições do Estado brasileiro.

Então, esse é o material que nós analisamos, edições que estão entre os programas, intervalos e peças especificamente.

Pode passar, por favor.

Aí, nós achamos, nós definimos como sendo campanha pública temas que são de interesse público – saúde, prevenção de doenças, o voto; institucional – vinhetas da própria TV Brasil e da EBC; as chamadas de programa; e o *merchandising* – marcas e referências em personagens e conteúdos, porque nós não encontramos isso, mas há uma possibilidade; o apoio, o patrocínio – marcas e instituições vinculadas a conteúdo.

Então, aqui estão algumas descobertas de chamadas. A Vinheta TV Brasil foi o que mais apareceu, em 46%, em toda a pesquisa. Depois, diversos institucionais, que eram tanto da EBC, quanto sobre programas, em segundo lugar. TV Brasil apoiando, 8,33%, e, depois, nós temos campanha pública, propaganda política, por causa do período, e, ali, na campanha pública, então, chama a atenção o número muito ínfimo, digamos, considerando esse espaço privilegiado que seria a TV Brasil e o espaço entre a programação.

Pode passar.

Aqui, de novo, então, o que eu já havia mostrado.

O.k., estamos chegando ao final.

Então, de todas 1,2 mil páginas, as principais qualidades que nós encontramos são:

- a veiculação de temas de interesse público e de impacto, capazes de gerar debate público: temas sociais, políticos, econômicos;

- abordagem de temas sensíveis, temas complexos, como meio ambiente, gênero, saúde, educação, direitos humanos, mídias, comportamento;

- debate de temas que contribuem para a formação crítica sobre comunicação – mídias, conteúdos e, portanto, ocupam lugar diferenciado em relação a outras mídias;

- a valorização da história e da cultura brasileira;

- é relevante a produção infantil diferenciada e de caráter educativo. Isso chama a atenção na programação, porque já a programação das emissoras comerciais praticamente eliminou a programação infantil;

- a diversidade de programas, apresentadores e mediadores,que representam, digamos, a pluralidade das identidades brasileiras, pessoas com problemas de deficiência, as pessoas que podem, de alguma maneira, a função delas dentro do programa pode criar um debate extremamente de qualidade;

- a valorização da cidadania e uma programação diferenciada, focada na cultura e na política.

Adiante, por favor.

Os principais problemas:

- uma grade, nós temos um relatório só sobre isso, por exemplo, a construção da grade da programação tem problemas quanto à continuidade e à coerência dos programas. Então, por exemplo, a programação infantil atravessa manhã, tarde, chega até o princípio da noite.

Então, é como se faltasse um planejamento adequado à programação, à ordenação dessa programação;

- os problemas na denominação dos programas, alguns não são de fácil compreensão, ou seja, Papo de Mãe eu relaciono rapidamente, mas outros não tenho como saber que é um programa de fotografia, por exemplo;

– os conteúdos políticos e sociais que marcam a programação e, em segundo plano, as sistemáticas de cultura;

– pouco espaço para produção independente experimental. Em geral, a programação está enquadrada dentro de determinados padrões. Aí sabemos que existem inúmeros grupos de culturas sociais universitárias que tem esse tipo de programação;

– a programação infantil, sobre a qual eu já falei, chamo atenção que 50% é de origem estrangeira;

- não existem indicadores quantitativos e qualitativos sobre a audiência. Depois dessa pesquisa, absolutamente se entende que se deva correr atrás de uma audiência, mas quem são as pessoas, qual é o perfil das pessoas que assistem à TV Brasil?;

- ausência de indicadores sobre mudanças decorrentes de pesquisas anteriores e sobre o compartilhamento das análises com os profissionais.

- incongruência do *site* da emissora com pouca interatividade, quer dizer, vivemos, neste momento, uma época de conjunções e de interatividade entre todas as mídias. Uma das questões que vamos sugerir é a relação que a programação da TV Brasil poderia ter com o sistema educacional brasileiro. A quantidade de material absolutamente precioso – era esse o termo que usávamos – que poderia servir à escola, nos vários níveis. Isso poderia se dar pelo *site;*

- problemas técnicos graves de produção identificados em todos os módulos. Não há um relatório que não aponte isso, mas especialmente no telejornalismo e nos programas de debate.

Terminando. A próxima.

As nossas principais recomendações:

- que haja investimento em produção e tecnologia. Não significa só novos equipamentos, mas a qualidade da produção, dirigida à valorização de uma programação diferenciada;

- avaliação e planejamento visando a uma grade de programação funcional atrativa; qualificação técnica de equipes de produção e mediadores, considerando os padrões de qualidade específicos da TV Brasil;

- investimento em inovação e criatividade em relação a novos formatos;

- atualização dos existentes;

– valorização de espaços entre programas com planejamentos diferenciados sob inserção da publicidade, respeitando a lógica da programação, tipo campanha de prevenção contra Aids ou da dengue poderia estar organizada perto de programa sobre comportamento, saúde;

- valorização do cidadão como participante qualificado da programação;

– desenvolvimento de projetos integrados com o setor educacional;

- e atividade de análise crítica da pesquisa com os profissionais da própria TV Brasil.

Muito obrigada. Desculpem-me o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Nós é que temos que agradecer, professora, pela qualidade e densidade das informações que V. Exª traz neste trabalho, que tem tudo a ver com as atribuições, entre tantas, como há pouco falava, do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, já que essa pesquisa trata especificamente de conteúdo da programação dos veículos de comunicação da EBC. Entre nossas atribuições, temos aqui a programação e espetáculos públicos, programação das televisões. De modo que, é uma satisfação recebê-la aqui.

O Presidente Manoel Rangel, a quem convidei para vir à Mesa... Agradeço, Presidente, por estar conosco também.

Vamos ouvir a Presidente do Conselho Curador da EBC acerca naturalmente do trabalho do Conselho e acerca especificamente da pesquisa.

Profª Maria Luiza Fleck. Também reitero os agradecimentos do Conselho de Comunicação por estar conosco nos trazendo também a qualidade do trabalho agora apresentado.

Registro a presença entre nós da Diretora Executiva da Associação Nacional dos Editores de Revista, Drª Maria Célia Furtado, que, muito provavelmente, será uma de nós em breve.

Muito obrigado pela presença.

A SRª MARIA CÉLIA FURTADO – Muito obrigada. Cumprimento o Presidente do Conselho, componentes da Mesa e os participantes.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Obrigado.

Presidente Maria Luiza Fleck

A SRª ANA LUIZA FLECK SAIBRO – Só não fico brava com o senhor porque Maria Luiza é a minha mãe, eu sou a Ana Luiza.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Ana Luiza, desculpe, perdão.

A SRª ANA LUIZA FLECK SAIBRO – Muito me honra.

Boa tarde a todos, é uma honra estar aqui novamente. Eu gostaria de me apresentar, porque estou Presidente do Conselho, mas sou Consultora Legislativa desta Casa. Sou representante do Senado no Conselho e estou Presidente. Meu colega Davi aqui, conheço também o Nascimento. Muito obrigada pelo convite.

Minha participação aqui vai ser muito breve, porque, na verdade, o trabalho todo é da nossa querida Maria Helena Weber, que fez esse trabalho exaustivo.

O Conselho sempre, desde sua constituição, teve como preocupação embasar seus trabalhos de uma maneira mais acadêmica, porque o Conselho é muito diverso. Temos 15 representantes da sociedade civil, de várias representações, de movimentos sociais, então, a maioria não é da área de comunicação. A gente sempre baseou nossos trabalhos na encomenda de pesquisas, fizemos sobre programação infantil, logo no começo do Conselho, depois sobre o jornalismo da Agência Brasil, mais recentemente sobre a programação das rádios da EBC e, por último, essa extensa e importante pesquisa feita pela Universidade do Rio Grande do Sul.

A minha participação, foi muito importante para nós, porque o Conselho, a partir dessas pesquisas, pode recomendar, pode encaminhar, pode questionar a direção, com relação à programação. O Conselho não tem a função de ser programador, de pautar a programação, mas tem a missão de zelar pelo cumprimento dos princípios da radiodifusão pública, de independência, de imparcialidade.

Não sei nem se você se deu conta disso, mas, recentemente, há uns dez dias, a TV Brasil mudou a grade de programação, justamente com base nessa indicação que veio da sua pesquisa. Evidentemente, nós não recomendamos à direção... Essa discussão já era uma recorrência nossa, com relação à grade, que precisava, realmente, não é definitiva, mas é um começo, essa é a função do Conselho.

É importante essa pesquisa para nos certificar de que o Conselho está no caminho certo. Por exemplo, a questão da discussão do tema da comunicação, que está ausente das outras emissoras. Fica constatado, então, que temos o Observatório da Imprensa, com o Dines, temos o Ver TV, com o Lalo Leal, é importante termos essa constatação de que a comunicação é discutida na tela da TV Brasil.

Acho que ainda temos muitos problemas, evidentemente, de técnica, programa de debates, ainda falta muito, que é uma falha da TV Brasil, mas é uma construção. Fizemos oito anos há dez dias, mais ou menos, e é uma construção. O Conselho está sempre atento. Basicamente, a nossa função é zelar pelo cumprimento dos princípios e pela autonomia da TV, da EBC como um todo.

Autonomia do Governo, essa é a nossa grande luta, que é difícil. Todos sabem que a EBC tem origem na Radiobras, que era uma empresa de jornalismo e de comunicação estatal. Alguns dizem que não pode ser estatal, porque estatal é de Estado, mas é governamental, vamos dizer assim. Essa é outra discussão. Então, nossa grande luta é essa. A nossa preocupação é que a comunicação do Governo, estando a EBC ligada à Secom, não seja usada como extensão da comunicação do Governo. Essa é a nossa grande comunicação.

Mas também acho muito importantes essas constatações de que há, na programação, valorização da história da cultura brasileira – não é, Maria Helena –, produção e registros artísticos, promoção de valores, produtos nacionais, autonomia em relação às demais emissoras, na verdade.

Há muitos problemas, é evidente, mas, a partir dessas constatações, já encaminhamos à direção vários questionamentos, várias recomendações nesse sentido. Então, basicamente a minha contribuição é essa. Eu, quando fui convidada, eu disse: "Mas não sou eu que tenho que ser convidada, é ela que tem que ser convidada".

Então, eu acho que a gente pode também, depois, abrir para alguns questionamentos, Presidente.

Muito obrigada e estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Muito obrigado também, Presidente do Conselho Curador da EBC, Ana Luiza Fleck Saibro.

Bem, antes de abrir a palavra aos Conselheiros para a interlocução, vamos ouvir o Presidente da Ancine, que, como disse, vem conosco, o presidente, os dois presidentes, a professora. Nós estamos fazendo um trabalho de retomada. Tivemos recente a retomada de funcionamento do Conselho de Comunicação Social e é fundamental para nós essa interlocução, essa sinergia com a comunicação brasileira. E tanto a EBC quanto a Ancine certamente fazem parte dessa importante cultura de inter-relação com o Conselho de Comunicação.

Pois não.

A SRª ANA LUIZA FLECK SAIBRO – É que a lei que criou a EBC determina que todas as resoluções e as atas das reuniões do Conselho sejam encaminhadas para cá. E assim está sendo feito.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Está sendo feito, rigorosamente. Ainda pouco anunciava, antes de convidá-la, a senhora não tinha chegado ainda, anunciava que recebemos recentemente a última ata do Conselho Curador. Tem sido submetida em todas as nossas reuniões as atas que para cá são encaminhadas.

Presidente Manoel Rangel, obrigado pela presença de V. Exª aqui, com a palavra.

O SR. MANOEL RANGEL – Boa tarde. É um prazer poder estar aqui para conversar com os representantes do Conselho de Comunicação Social. Já tive a oportunidade de estar aqui em outras ocasiões.

Lembrava aqui com o Presidente de um outro momento muito importante em que eu tive a oportunidade de estar aqui conversando com o Conselho, que foi quando estávamos em processo de regulamentação da Lei nº 12.485, quando eu tive a oportunidade de vir a uma reunião do Conselho. Nós conversávamos aqui, naquele momento, sobre a regulamentação da lei, que tinha sido recentemente aprovada, estava em processo de implementação dos seus dispositivos.

Foi-me dito que a oportunidade aqui era um momento para uma troca de impressões sobre o quadro geral e mais no sentido de colocar à disposição a Ancine e as questões que nós conduzimos lá no dia a dia e de me colocar à disposição dos senhores para as questões que os senhores, porventura, queiram apresentar ou queiram trazer a debate.

De minha parte, o que eu talvez pudesse fazer é compor um rápido painel de quais são as questões que hoje estão ocupando de maneira mais premente a atenção da agência. Nós temos feito um esforço muito grande no decorrer deste ano de acompanhar com muita atenção, algo que a gente faz sempre, o desenvolvimento do mercado visual, haja vista esse ambiente que a gente está vivendo, que é um ambiente de crise econômica e de muita dificuldade de ordem política e econômica no País. Essas coisas, em geral, tendem a criar um ambiente difícil para a atividade produtiva e para o desenvolvimento da atividade setorial.

O que nós temos observado é que, no decorrer deste ano, nós conseguimos manter, como fizemos ao longo dos últimos anos... A atividade audiovisual no País mantém um patamar importante e relevante de desempenho no cotidiano das suas operações.

Nós continuamos no mercado de salas de cinema um ritmo de expansão equivalente ao que nós tivemos nos anos anteriores. Então, nós tivemos... No decorrer do

primeiro semestre deste ano, nós vendemos 10% a mais de ingressos do que foi vendido no ano anterior, no ano de 2014.

O mercado de televisão por assinatura, que teve um declínio, uma estagnação por volta de julho e agosto, sobretudo em função de uma depuração das bases de assinantes feita pelas operadores, hoje vive um quadro de estabilidade. Não há retrocesso na base de assinantes do mercado de televisão paga.

As questões soam com mais preocupação no território do faturamento publicitário, tanto da TV paga quanto das emissoras abertas, em decorrência da situação geral da economia do País, em que, aí, sim, na operação do mercado publicitário, há sempre uma sensibilidade maior ao desempenho geral da economia das empresas e das atividades econômicas de modo geral no País. Temos feito um esforço no decorrer desse processo, o Governo Federal tomou a decisão de manter patamares elevados de investimento no setor audiovisual, mantendo o patamar de investimento do Fundo Setorial do Audiovisual.

Lançamos, em julho do ano passado, o Programa Brasil de Todas as Telas, que condensava investimentos dos anos de 2013 e 2014 da ordem de R$1,2 bilhão, cujo foco principal era alavancar a produção de conteúdos audiovisuais, filmes, obras seriadas, alavancar parceria entre programadoras, produtoras independentes, distribuidoras de cinema e produtores independentes, mas também contribuir com o esforço de expansão do parque exibidor. O programa vem sendo executado dentro do seu cronograma, não houve interrupções ou dificuldades decorrentes do fluxo de caixa do Governo e foi inteiramente preservado nas suas operações de investimentos no decorrer de 2014 e também de 2015.

Este ano, tivemos uma renovação dos investimentos do Fundo Setorial do Audiovisual, o que nos permitiu lançar uma segunda etapa do Programa Brasil de Todas as Telas, que é o Brasil de Todas as Telas Ano 2, renovando o conjunto de ações que tivemos no decorrer do primeiro ano do programa: um forte investimento em produção de filmes e obras seriadas de televisão, um forte investimento em desenvolvimento de roteiros e formatos, algo que é um investimento na base do desenvolvimento da cadeia de produção de obras independentes no País, em dimensões que nunca havia sido feita na história do País, mantivemos a linha de apoio à expansão do parque exibidor.

Mantemos uma linha de crédito, através do BNDES, para a expansão de salas de cinema, com atenção especial para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil e para a periferia das grandes cidades, áreas de densidade relação habitante/sala de cinema menor, e vimos esses números melhorarem ao longo dos últimos anos, desde que foi criado o Programa Cinema Perto de Você.

Articulamos toda uma operação de parceria com Governos de Estado e Prefeituras de Capital. No ano passado, já fizemos isso, o que significou a mobilização de 25 Unidades Federativas do País, para investir em políticas públicas de apoio à produção de filmes e obras seriadas de televisão, apenas Roraima e Piauí não aderiram a esta ação em que o Fundo Setorial do Audiovisual, o Governo Federal, portanto, investe R$2,00 para cada R$1,00 nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, cada R$1,00 aportado pelo Governo do Estado ou pela Prefeitura de Capital, R$1,50 para os Estados do Sul, Minas e Espírito Santo, R$1,50 para cada R$1,00, e R$1,00 para cada um em São Paulo e no Estado do Rio de Janeiro.

Essa é uma ação em que o Governo Federal investiu cerca de R$96 milhões e que alavancou um investimento global de R$196 milhões, ou seja, os R$96 milhões investidos

pelo Fundo Setorial do Audiovisual alavancaram outros R$100 milhões de investimento dos Governos de Estado e das Prefeituras de capital em filmes e obras seriadas de televisão, que carregarão os sotaques e os olhares dos brasileiros em 25 Unidades da Federação.

Além disso, também desencadeamos uma ação, que foi o que chamamos de Prodav TVs Públicas, que foi uma ação de articulação com o campo público de comunicação, onde mobilizamos cerca de 200 canais comunitários, universitários e emissoras educativas de todo o País. Juntos, construímos uma estratégia de programação, uma grade de programação, uma encomenda de conteúdos a serem produzidos por produtores independentes. Fizemos editais, cinco editais espalhados nas cinco regiões do Brasil.

Acabamos por investir em 94 projetos de obras para a televisão de 83 produtoras de 22 Estados do Brasil, resultando em 250 horas de programação, que vão ao ar a partir de agosto do ano que vem, no campo público de comunicação, transmissão prioritária nos canais comunitários universitários, logo em seguida, na TV Brasil e na rede das emissoras educativas, viabilizando 250 horas de programação em que 20 dessas são de obras seriadas dedicadas à infância; animação dedicada à infância; 50 horas são de obras seriadas de ficção e outras 179 horas mais ou menos (estou fazendo as contas de cabeça) de documentários. Isso compõe as 250 horas já pactuadas nessa ação.

Nós mantivemos também, ao longo desse período, um forte investimento na expansão de salas de cinema, tanto através da desoneração fiscal quanto através de crédito oferecido pelo BNDES, com recursos do Fundo Setorial do Audiovisual, que é o que tem permitido continuar um ciclo de expansão do parque de salas de cinema.

Para vocês terem uma ideia, no ano passado, o Brasil tinha, no final do ano passado, cerca de 2.800 salas de cinema e nós fechamos, agora em outubro, 3 mil salas de cinema. Vamos bater, em dezembro deste ano, cerca de 3.020, 3.030 salas de cinema. Esse é o parque exibidor mais moderno que o Brasil já teve em toda sua história. Nós estamos muito próximos do momento em que o Brasil mais teve salas de cinema, que foi 1976, 1975-1976, em que o Brasil tinha aproximadamente 3.300 salas de cinema, mas, muitas dessas salas, eram salas com projetores de 16 milímetros, que tinham muito mais uma função de difusão cultural do que propriamente de circuito comercial de salas de cinema.

Nós já atingimos 92% de digitalização do parque exibidor. Essa digitalização só foi possível, porque o Governo Federal assumiu a desoneração da importação dos equipamentos e criou uma linha de crédito que permitiu a digitalização dos exibidores brasileiros. Isso é crucial, porque a digitalização ameaçava a permanência desse parque exibidor. A digitalização foi feita em outros países com crédito subsidiado e aqui no Brasil apenas as redes estrangeiras já tinham viabilizado seu caminho para digitalização, quando nós, então, desencadeamos essa ação, que permitiu que o parque exibidor chegasse, nesse momento, com mais de 91% digitalizado. Esse processo foi deflagrado em agosto/setembro do ano passado, quando que ele começou a ganhar velocidade. Nós vamos chegar no final do ano com, aproximadamente 95% do parque digitalizado, o que vai restar é um residual, que vai ser administrado por caminhos que nós já construímos no âmbito da Agência Nacional do Cinema.

Eu, com isso aqui, estou dando um panorama do que tem sido as ações do Programa Brasil de Todas as Telas que, neste primeiro ano de operação, como eu já disse, nós tivemos autorização do Governo Federal, do Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda, em uma decisão, evidentemente, da Presidenta Dilma, de investir novos R$646 milhões numa segunda etapa do Programa Brasil de Todas as Telas. Nós anunciamos o

programa no dia 1º de outubro, deste ano, na sede do BNDES. Ele vem acompanhado de uma decisão nossa de publicação de um calendário bianual de financiamento.

Então, nós passamos a contar com um espaçamento do que é o investimento do Governo Federal no desenvolvimento do setor. Esse calendário hoje é um calendário público, com ações programadas para acontecer no decorrer deste ano e do próximo ano, de tal forma que o conjunto das empresas no setor, os canais de televisão aberta, as programadoras de televisão por assinatura, as distribuidoras, os produtores independentes, os exibidores possam se organizar para aproveitar as oportunidades que estão ali disponíveis e, portanto, viabilizar o processo de investimento em produção de conteúdos.

Eu queria destacar que nós investimos, neste primeiro ano do Brasil de Todas as Telas, mais de 600 roteiros e formatos de novas obras audiovisuais. Isso são roteiros de filmes de longa-metragem, de obras seriadas, de ficção, documentário, animação, que virão e que serão projetos melhor estruturados ao entrarem em produção.

Essas obras, de modo geral, elas permitem a parceria entre as programadoras e as televisões abertas com os produtores independentes. E nós temos mecanismos, dentro do Fundo Setorial do Audiovisual, que estimulam essas parcerias e permitem também que distribuidoras e produtores articulem, desde o princípio, novos filmes que chegarão ao mercado de salas de cinema.

Investimos em mais de 300 filmes de longa-metragem e cerca de 400 obras seriadas e telefilmes, ao longo desse primeiro ano do programa Brasil de Todas as Telas, filmes e obras seriadas esses que têm chegado à grade de programação e ao mercado de salas de cinema e continuarão chegando ao longo do próximo período.

Outra iniciativa que eu destacaria é que nós lançamos também, no dia 17 de setembro deste ano, salvo engano, um programa chamado Ancine + Simples, cujo objetivo é desburocratizar as nossas operações e simplificá-las. Eu costumo dizer – e reafirmei isso no momento do lançamento desse programa – que a Ancine não é simples e que o lançamento desse programa não fará com que ela seja simples. Portanto, o que nós estamos dizendo é que ela será mais simples do que é hoje. E esse esforço nós estamos perseguindo de maneira sistemática.

Ele envolve um conjunto de medidas que procuraram reestruturar a forma como nós fazemos o acompanhamento dos projetos, o investimento em projetos. Ele estabeleceu prazos para todos os procedimentos que a agência adota. Nós tornamos esses prazos transparentes, de tal maneira que isso possa permitir o controle social, o controle dos interessados, o controle de quem mais quiser acompanhar o desempenho das operações da agência.

Isso deu condições para que nós pudéssemos construir internamente uma cultura de resultados, que é algo que perseguimos, há muito tempo, e que, neste momento, vai se transformando num eixo da política de gestão interna da agência, para que nós possamos cumprir os desafios estabelecidos nesse programa Ancine + Simples, além de um conjunto de outros dispositivos cujo foco é ser mais ágil, ser mais eficiente, ser mais transparente no conjunto das nossas operações.

Outra questão que sempre nos ocupa com muita atenção é o acompanhamento do cumprimento das obrigações regulatórias dos diversos agentes econômicos envolvidos nas diversas atividades administradas por nós. A agência passou a adotar, desde o início deste ano, um plano anual de fiscalização que integra operações da Superintendência de

Registro, da Superintendência de Análise de Mercado e da Superintendência de Fiscalização.

Nós sempre tivemos uma atuação da nossa área de fiscalização e das nossas áreas de registro e acompanhamento, que era uma atuação eficaz. A novidade é que, desde o início deste ano, isso foi transformado num plano tático da agência, integrando todas essas áreas e fazendo um rastreamento do conjunto, de 100% das obrigações legais, consignadas na Medida Provisória nº 2.228, na Lei nº 12.485 e nos normativos da agência, de tal forma que todos os pontos e todas as obrigações contidas no nosso marco legal têm rotinas de acompanhamento e de fiscalização estruturadas na integração dessas três áreas.

Esse plano anual de fiscalização é um dos três instrumentos táticos de acompanhamento da gestão da agência, ao lado do que eu já mencionei aqui, o Calendário Bianual de Financiamento, e um terceiro instrumento, que é a nossa Agenda Regulatória, em que nós comunicamos de maneira transparente e ouvimos o conjunto dos agentes econômicos sobre as principais questões que devem receber a atenção da agência nos seus procedimentos regulatórios.

No acompanhamento sistemático que nós fazemos da Lei nº 12.485, nós hoje damos à lei por plenamente implantada. A nossa percepção é que o conjunto dos distribuidores, o conjunto dos empacotadores e o conjunto dos programadores fizeram as adaptações que eram necessárias para cumprir as obrigações que a lei trouxe.

O quadro que nós encontramos foi benéfico para o conjunto da atividade. No nosso entender, a Lei nº 12.485 foi uma das razões importantes para que a base de assinantes do mercado de televisão por assinatura pudesse ter dado o salto que deu nos anos de 2011, 2012, 2013, junto, evidentemente, com a oferta do *triple play.*

O que nós consideramos também bastante relevante é a presença do conteúdo brasileiro nesse ambiente. O Brasil se aproxima de 20 milhões de assinantes no mercado de televisão por assinatura. Isso, se ainda é relativamente pouco em relação à penetração do serviço de televisão paga em outros países da América Latina, é um dado muito expressivo em relação ao mercado brasileiro. Corresponde aproximadamente a um terço dos domicílios com televisão no Brasil, e significa cerca de 70 milhões de brasileiros atendidos pelo serviço de televisão paga.

Mas há um outro dado, que é um dado que não fica visível nesse processo de expansão da base de assinantes da TV paga, que é a contribuição que ela dá ao processo de expansão da banda larga também pelo País, já que a oferta dos serviços de televisão paga vai combinada com a oferta dos serviços de banda larga, e um carrega o outro num esforço de viabilização da expansão e dos investimentos que as distribuidoras fazem na expansão das suas redes, na expansão do atendimento. Portanto, a nossa percepção é de que isso constitui avanços importantes.

Eu gostaria também de destacar que, no julgamento do STF sobre as ações de inconstitucionalidade da lei, eu tenho certeza de que todos os Conselheiros acompanham o processo, nós tivemos, no voto do Relator, o Ministro Luiz Fux, um voto de grande valor técnico, jurídico e de compreensão da realidade do mercado audiovisual e das transformações que a Lei nº 12.485 trouxe. Julgo-o de máxima importância, porque, a nosso entender, além de o Parlamento, de o Congresso Nacional ter sido a Casa que construiu esse marco regulatório, num esforço de síntese que mobilizou Parlamentares de todo o espectro político e que permitiu um amplo debate entre o conjunto dos agentes

econômicos, que veio a permitir as transformações e os resultados que se obteve, avalio que a maneira como esse julgamento das ações de inconstitucionalidade transcorre no STF, aponta, como apontou o voto do Ministro Fux, para uma consolidação do arranjo legal do setor de televisão paga. A gente não pode prever, evidentemente, como votarão os ministros que ainda estão por votar, mas os cinco ministros que votaram acompanharam na íntegra o voto do Ministro Fux, com a exceção de um deles, que, na verdade, opina pela permanência do único dispositivo que o Ministro Luiz Fux havia questionado na Lei nº 12.485.

Eu destaco isso porque considero importante, na medida em que, este ano, na primeira instância e na segunda instância do Judiciário, houve alguns revezes no julgamento de questões específicas com relação a obrigações que a lei estabeleceu. Onde juízes de primeira instância haviam evitado adentrar o território da análise de constitucionalidade, alguns juízes de primeira instância se sentiram à vontade, julgo eu, pelo ambiente em que o País está vivendo, para adentrarem o território dos julgamentos de constitucionalidade de dispositivos da Lei nº 12.485.

Portanto, o que eu quero com isso é reforçar o raciocínio de que o julgamento do STF vem em boa hora, pois pode conferir estabilidade a um ambiente que já consolidado de implementação da Lei nº 12.485, já com muitos frutos positivos presentes.

Apenas para compartilhar com vocês, são 96 os canais de espaço qualificado a carregarem conteúdos brasileiros hoje em dia. Esses 96 canais exibem, no mínimo, três horas e meia por semana. Nos estudos que nós fizemos, isso significa, porque nunca é apenas as três horas e meia, significa que os canais que exibem menos exibem aproximadamente sete horas de conteúdo brasileiro por semana, dadas as reprises daqueles conteúdos que são veiculados no horário nobre.

Portanto, é a presença do conteúdo brasileiro nesses 96 canais de televisão por assinatura, canais que contemplam a diversidade da programação da TV paga no Brasil, sendo que muitos desses canais são canais de três horas, os canais brasileiros. Hoje existem cerca de 20 canais brasileiros de espaço qualificado. Os canais brasileiros exibem no mínimo três horas por dia, como os senhores sabem, sendo que, quatro desses canais – são os chamados "canais superbrasileiros" –, são os canais de 12 horas de conteúdo brasileiro e de produção independente, que são carregados.

Nós não temos tido dificuldades na implementação desses comandos, na observância, pelas empacotadoras, do mínimo de canais brasileiros que precisam ser carregados, nem do mínimo de canal de 12 horas que precisam ser carregados. E também não temos tido, de modo geral, problemas no que diz respeito ao cumprimento das obrigações que o conjunto dos canais deve cumprir.

Há, aqui ou ali, pequenas infrações que a atuação de acompanhamento e de fiscalização corrige no tempo adequado, e cumpre a sua função pedagógica de alertar o programador de observar a obrigação fixada na lei. Portanto, esse é um dado também bastante relevante de compartilhar.

Uma outra questão que neste momento ocupa a nossa atenção é o serviço de vídeo por demanda. Nós, ao longo dos últimos anos, acompanhamos com muita atenção o desenvolvimento do serviço de vídeo por demanda no Brasil. Entendemos que não havia, há três ou quatro anos, maturidade suficiente no desenvolvimento desse serviço que permitisse uma ação do Estado sem causar um grave prejuízo – no sentido de não permitir

sua estruturação, seu desenvolvimento, na carga de inovação que tem. Então, a agência acompanhou o desenrolar da instalação desses provedores e da prestação desse serviço.

Hoje nós entendemos que ele atingiu um certo patamar de desenvolvimento – o serviço no Brasil – e uma relevância desse serviço no Brasil, que está a requerer uma ação do Estado brasileiro, no sentido de constituir marco regulatório para lidar com o serviço de vídeo por demanda. Isso tem sido objeto de debate frequente nos encontros setoriais. Ocupou de maneira central a pauta do congresso da ABTA deste ano. Tem sido tema de reflexão nos encontros de telecomunicações. Esteve presente no Painel Telebrasil. É tema frequente nas reflexões do conjunto dos agentes econômicos do setor a necessidade de lidar com a regulação do vídeo por demanda.

O Conselho Superior de Cinema já realizou, ao longo deste ano, três sessões para debater princípios, contorno, obrigações, ou seja, para discutir essa realidade do serviço de vídeo por demanda, procurando examinar possíveis caminhos para a construção do marco regulatório para o vídeo por demanda no Brasil.

A agência tem procurado estudar o tema. Tem procurado aportar aos debates do Conselho Superior de Cinema que, evidentemente, é liderado pelo Ministério da Cultura, pelo Ministro Juca Ferreira, na qualidade do Presidente do Conselho. E posso compartilhar com os senhores que o debate tem sido bastante rico, bastante proveitoso, pois, na reflexão realizada sobre regulação do vídeo por demanda, procura – e esforça-se para tal – colocar o Brasil no atual patamar da regulação desses serviços no mundo.

Nós tivemos, no caso europeu, uma primeira onda regulatória dos serviços de vídeo por demanda, que resultou em legislação em diversos países europeus – já fixada e já consolidada. E a União Europeia tem, neste momento, uma segunda onda regulatória no serviço de vídeo por demanda, cobrindo lacunas que haviam ficado na primeira onda regulatória.

No nosso caso aqui, a nossa percepção é que nós temos condições de avançar na construção de um desenho que pode, digamos assim, ser desde o princípio um desenho que lide com a complexidade desse serviço, já lidando com as suas várias facetas. Porque, evidentemente, ele é um serviço que desafia a capacidade regulatória, sobretudo quando se manifesta na forma de serviço *over the top*, quando não operado em rede dedicada, por todo o pioneirismo que há na regulação de serviços econômicos oferecidos no ambiente *web*, no ambiente da internet.

O princípio do qual nos partimos é o princípio de que o serviço de vídeo por demanda é uma fronteira da expansão dos serviços audiovisuais e que, como tal, requer atenção e requer que um conjunto de princípios que foram construídos ao longo de décadas sobre a regulação de serviços audiovisuais estejam, de uma maneira ou de outra, também refletidos nesse novo serviço.

Claro que feito de uma maneira leve e flexível o suficiente para permitir a inovação e para permitir que o mercado se desenvolva nas formas que a criatividade empresarial permitir ao longo dos próximos anos.

Há uma questão contida no debate sobre o serviço de vídeo por demanda, que é a questão da tributação, tanto da tributação das Fazendas estaduais e municipais quanto no que diz respeito à tributação específica do setor audiovisual, a Condecine – Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional. Essa é uma das questões que têm sido foco das preocupações quando se discute o marco regulatório do vídeo por demanda, sendo que sobre a questão relativa à cobrança dos Estados e dos Municípios, a

Câmara dos Deputados já enfrentou o tema – e o tema, agora, está no Senado Federal – estabelecendo a cobrança do serviço de vídeo por demanda, a cobrança de ISS sobre os serviços de vídeo por demanda. Portanto, contribuindo no esforço de dirimir uma dúvida de como lidar com essa matéria no âmbito da legislação do ICMS e do ISS.

Esses são alguns dos temas principais que estão em cima da mesa, nos dias de hoje, no âmbito da Ancine. Caso haja alguma questão especial de interesse dos Conselheiros, que julgarem que eu não comentei ou que eu possa acrescentar, estou à disposição para fazê-lo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Muito obrigado, Presidente Manuel Rangel.

Vou colher logo a inscrição dos Srs. Conselheiros. Já temos aqui o Nascimento Silva, Schröeder, Ceneviva, Francisco, Lazzarini, Davi.

Começo pelo eminente Conselheiro Nascimento Silva.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Presidente, há alguma sugestão de como é que a gente começa? Começo de lá para cá? Enfim...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Boa pergunta. Devemos, em regra, começar pelo começo. É que tivemos aqui, hoje, densas informações, um denso debate, e acabamos ficando em dois focos, ambos sem nenhuma preferência, ambos importantíssimos para os debates que devem ser travados no Conselho.

Não sei como está o tempo dos nossos convidados: das nossas duas convidadas da esquerda e do nosso convidado da direita, apenas topograficamente, aqui na mesa.

Então, vamos procurar ser o mais conciso possível, sem prejuízo de que depois os convidemos de novo, com uma agenda mais ampla.

Tem a palavra V. Exª, Conselheiro Nascimento Silva. Começando pelo começo.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Bom, vou começar pelo começo, que é em relação à EBC.

Acho que é a primeira vez que a gente consegue ouvir um trabalho realizado dessa forma, uma pesquisa objetiva que fala e que tenta expressar o que é comunicação pública, o que é comunicação estatal. Isso é de extrema importância.

Essa participação da sociedade civil em cobrar essa TV pública é de fundamental importância, não só para quem está cobrando, mas principalmente para a sociedade, de uma forma geral.

Eu gostaria de ter acesso ao que foi exposto aqui, evidentemente, para que eu possa, juntamente com os meus pares, fazer uma análise maior, porque aqui não dá tempo, pois são muitas informações. Evidentemente, que a gente tem que fazer algumas cobranças, vamos dizer assim, pontuar algumas coisas que eu achava que deveria, em função do debate que é feito lá fora, em função do que se está pensando em Minas Gerais, no interior de Minas, o que se está pensando em Belo Horizonte com relação à TV pública e essa questão do conteúdo, que é de fundamental importância.

Não vou fazê-lo, mas gostaria de, no caso, externar aqui a necessidade de termos acesso e de nos debruçarmos em cima desse relatório, para que a gente possa, numa outra oportunidade – e se não for por aqui que seja por outro meio de comunicação pelo qual a gente possa conversar, dialogar – para fortalecer aí esse campo público no tocante ao principal, que é o conteúdo regional, que está longe ainda de atender à população.

Antes de mais nada, eu quero dizer ao Sr. Manoel Rangel que é um prazer tê-lo aqui novamente. Normalmente, fazemos o convite e sempre vêm os assessores, que vêm com tudo pronto e acabamos por não poder entrar no mérito da questão porque é assessor e diz "Ah, eu não posso responder".

Da forma como o Sr. Manoel colocou a questão da Ancine, e tudo mais, não há problema no Brasil sobre a questão. Está perfeito. Se meu filho estiver agora nos assistindo, ele vai falar assim: "Pai, você é um 'mala', porque você cobra tantas coisas, mas está tudo perfeito no Brasil, principalmente nessa questão!" Digo isso porque eu e meu filho debatemos sobre isso. A Ancine teve a oportunidade de mandar, para nós Conselheiros, no mandato passado, vários filmes. Foi naquele momento que eu tive a oportunidade, inclusive com o meu filho de assisti-los. Os filmes foram enviados ao Sindicato, eu peguei esses filmes, assisti à maioria deles com meu filho e depois os devolvi para o Sindicato, porque nós fizemos uma biblioteca no Sindicato. O que eu percebi e o que percebo até hoje é que as produções que são beneficiadas são produções da Globo e que, na maioria das vezes, são água com açúcar, uma comédia, enfim, em que, efetivamente, de novo, a produção regional não está incluída, com raríssimas exceções.

Eu queria deixar registrado que, se tivéssemos acesso também à fala *ipsis litteris* do Presidente, seria legal, para que pudéssemos fazer uma análise mais profunda de tudo que ele disse e das dificuldades que temos em explicar, lá, no interior de Minas ou no interior deste Brasil, como representante dos trabalhadores em rádio e TV, que é a Fitert, explicar como é que funciona a questão da produção regional e das produções de modo geral, explicando como é que o dinheiro cai para um e não cai para outro.

Outra preocupação que eu tenho – ele diz que há fiscalização, e tudo o mais – é com relação aos trabalhadores que não recebem. As produtoras recebem dinheiro para fazer as produções e, efetivamente, não pagam seus trabalhadores. Existem inúmeras reclamações nesse aspecto. Como representante de Fitert, novamente, representando os radialistas, que estão juntinho com os representantes do cinema, porque acaba o cinegrafista... Essa produção é praticamente feita de forma conjunta. Existem reclamações, inclusive, de produções de fora que trazem trabalhadores de lá para cá, produzem, levam o dinheiro e, depois, levam o trabalhador para lá também.

Basicamente, é isso.

Desculpe-me por haver me alongado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Presidente Ana Luiza e Profª Maria Helena, é possível a disponibilização dessa pesquisa? Conteúdo total e resumo?

A SRª ANA LUIZA FLECK SAIBRO – Claro, claro. Já está de posse do Conselho Curador, e disponibilizamos, claro.

Eu queria até convidar o Conselheiro Nascimento – eu acho que eu já convidei – para acompanhar uma das nossas reuniões. Será muito bem-vindo.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Eu tenho certeza, Presidente, de que, se tivesse convidado, eu já estaria lá.

A SRª ANA LUIZA FLECK SAIBRO – Eu já o convidei...

O SR. NASCIMENTO SILVA – Na próxima reunião, estarei lá. Nem que seja a pé, eu estarei lá presente.

A SRª ANA LUIZA FLECK SAIBRO – Está bom, combinado.

Depois, combinamos como fazer, então, o envio.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Podemos condensar, ouvir os questionamentos todos, e depois, então, depois, eles respondem, particularmente, o Presidente Rangel.

Conselheiro Celso Schröder.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Obrigado, Presidente.

Antes de mais nada, eu queria agradecer a presença dos nossos palestrantes. Alguns, mais uma vez, estão presentes aqui, sempre prestigiando. É importante para nossa formulação deste Conselho. Presidente Manoel Rangel, Presidente Ana Luiza, minha querida amiga e companheira, professora e colega Maria Helena Weber, a Milena.

Primeiro, eu queria parabenizar, Ana Luiza, essa pesquisa. Concordo com o Conselheiro Nascimento. Raras vezes, vi uma pesquisa com tanta precisão metodológica. Não vou entrar no debate aqui. Tenho a certeza de que ela instrumentaliza não só o Conselho como a empresa a acertarem os ponteiros, embora eu sinta falta de uma coisa que vou pontuar aqui. Se eu errei, por favor, corrijam-me.

Acho que a pesquisa endossou uma tese do conceito do que é público da empresa e não questionou esse conceito. Ou seja, transformou esse conceito numa espécie de referência e checou toda a produção a partir do conceito da empresa. E me parece que isso pode causar uma espécie de tautologia, uma espécie de curto-circuito na análise, na medida em que não tenho uma comparação. Essa é a primeira questão. Os dados não me pareceram comparativos, eles me pareceram absolutos em si mesmos. Não sei se são muitos ou se são poucos, a não ser pela manifestação sua aqui. Provavelmente, isso vai aparecer nos artigos. Mas acho que eles poderiam já estar referidos em si mesmos, já dando um indicador se é muito, se é pouco, se é bom, se é ruim etc.. Essa é a primeira questão. Senti falta disso, então.

Portanto, a dimensão pública conceitual, parece-me, poderia ter aparecido – não sei se está na pesquisa –, porque é um debate que não está resolvido no Brasil. Isso não está resolvido. A diferença entre o público e o estatal só existe no Brasil a partir de um equívoco produzido na Constituição brasileira quando as empresas de comunicação comerciais, para retirarem a dimensão pública de suas atribuições, forçaram que o Brasil, de maneira completamente inédita e única no mundo, fizesse a diferença entre o público e o estatal. É óbvio que o público e o estatal são a mesma coisa em todo o mundo. O público, inclusive, deve estar presente dentro das produções comerciais, na medida em que são concessões públicas. E não é só por isso, mas porque se trata de comunicação.

Portanto, essa diferença nos atrapalha conceitualmente e politicamente em muitas coisas. Assim, acho que o debate sobre isso sempre é relevante. A Milena deve se lembrar do esforço que o Daniel Herz fazia para produzirmos uma reflexão sobre isso que fosse racional e que saísse desse interesses que produziram esse curto-circuito que nos atrapalha até hoje. Então, acho que poderia ter sido feito um esforço para se fazer esse debate.

Senti, por exemplo, uma falta na análise dos conteúdos. Por exemplo, qual é a presença do negro na televisão pública? Qual é a presença de gênero? Qual é a presença de índios? Digo isso transpassando toda a programação, toda a apresentação, o assunto, o conteúdo etc.. Esse é um problema sério na televisão brasileira. O branqueamento da televisão brasileira é um escândalo! Se assistimos à televisão brasileira na Europa – e ela tem qualidade para isso –, a sensação que temos é a de que não é o Brasil, mas outra

coisa. Ou os filmes são estereotipados, ou as produções são estereotipadas, ou elas não são representativas.

Então, isso poderia ter aparecido. Eu gostaria de saber por que não entrou, se isso foi intencional ou não.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Dou uma sugestão, Presidente, para o Conselho. Acho que o Conselho poderia estimular isso, poderia buscar recursos – inclusive, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, há *expertise* para isso, o que está provado aqui – para se produzir um estudo comparativo, por exemplo, para a televisão comercial brasileira. Não sei se isso é possível. Ou seja, poderia ser produzido um estudo não a partir dos interesses da televisão comercial brasileira, porque ela não tem esse interesse, mas a partir deste Conselho, que pretende saber como é que está a produção de conteúdo da televisão brasileira. Acho que isso seria extremamente rico, porque teríamos a possibilidade de comparar a maior empresa de televisão pública do Brasil, ou estatal – seja lá qual a definição que conseguimos estabelecer –, e uma grande empresa de conteúdo, para sairmos, inclusive, dos estereótipos negativistas e positivistas, ou seja, dos elogios exagerados e das críticas insustentáveis. Não há dúvida nenhuma de que a produção da televisão comercial brasileira tem qualidade em vários aspectos, mas, em outros, tem vários problemas. Talvez fosse possível, concretamente, deste Conselho, buscarmos recursos, buscarmos na Casa e produzir um estudo comparativo semelhante.

Se me permite, Presidente, isso seria sobre a questão.

Nós ficamos, Presidente, Ana Luiza, de fazer uma pergunta que, espero, o Nascimento faça, sobre uma questão da qual nós não estamos tratando aqui, mas que tem a ver com os recursos da EBC e com os trabalhadores que entram em greve agora. Talvez pudéssemos fazer uma referência a isso.

Ao nosso Presidente, Manoel Rangel, quero agradecer a presença de novo.

Eu não vou repetir as questões que coloquei da outra vez, mas compartilho um pouco da sensação do Conselheiro Nascimento de que à Ancine não incomoda nada o fato de ela não ter um marco regulatório que a ampare. Na verdade, ela compartilha de uma certa tendência que o Governo brasileiro adotou, infelizmente muito parecida com os governos anteriores, de construir um marco regulatório a partir das demandas empresariais das empresas. Então, estamos esperando como está o *On Demand* para ver o que fazer. Ou seja, o Governo brasileiro e as agências não têm um modelo de serviço; não sabem para que ela serve. "Vou esperar como as teles se debatem com a TV, e o resultado vai produzir uma lei", que não foi produzida até hoje, um marco regulatório. Eu já perguntei como o senhor se move, num espaço de agência regulatória, sem nenhum marco ou uma colcha de regulação que atenda àquele e a outro interesse. Pelo menos, eu não consigo identificar qual é o modelo de serviço brasileiro para isso.

Eu não consigo enxergar essa produção exuberante do cinema brasileiro, na medida em que, quando eu me mudei para Porto Alegre, em 1971, 1972, havia 40 cinemas, em todos os bairros da cidade. Eu ia todas as noites ao cinema. Eu deixava de almoçar para ir ao cinema à noite, porque eu era um cinéfilo. Hoje, nós não temos nenhum cinema de rua em Porto Alegre. Todos os cinemas estão em *shoppings* ou em algumas salas elitizadas, a ponto de não haver nenhuma assistência ou irrelevante assistência cinematográfica como produção cultural no Brasil. Portanto, eu não compartilho. Ao contrário, o que estou

vendo é um empobrecimento geral do cinema, se compararmos, por exemplo, com o cinema que está exuberante não a partir das políticas públicas, mas a partir de uma história, que é o cinema argentino, por exemplo. Eu não consigo ver isso, a não ser uma reprodução televisiva nos temas, nas direções, nos intérpretes, na produção, enfim, é uma espécie de mimetização da televisão que não produz um cinema vigoroso.

Não vou entrar no debate do PL 12.485. Acho que foi um PL que possibilitou a entrada das teles. A produção do regional não aconteceu como imaginávamos. Nós não estamos vendo essa produção regional estourando no Brasil, como poderia ter acontecido, por exemplo, se fosse um marco regulatório que atuasse na televisão aberta, como aconteceu nos Estados Unidos, na década de 40, e que efetivamente produziu uma indústria cinematográfica exuberante e uma produção televisiva exuberante. Não é o caso aqui. Estamos disputando perda de audiência na televisão, perda de audiência nos cinemas, cada vez menos, e, isto, sim, está havendo aumento desta política *On Demand*, que pode significar, se não for pensada como serviço, a morte da televisão. Ou nós vamos esperar os produtores de televisão dizer: "Eu acho que isso não é legal, eu acho que isso é legal."

O que pensa o Estado brasileiro, o que pensa o Governo brasileiro, o que pensam nossas agências sobre um serviço que pode, do ponto de vista não só de não dar retorno de imposto para o Estado, mas pode inviabilizar a cadeia produtiva, dependendo da maneira que for aplicada, da maneira que ocorrer? Porque os interesses não estão aqui dentro. É óbvio que não estão aqui dentro do País.

Desculpe-me a veemência, Presidente, e por haver me alongado no tempo.

Mais uma vez, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – O eminente Presidente Manoel Rangel pede para responder, para que não se acumulem as perguntas, até em razão do tempo de S. Sª.

Presidente Manoel Rangel.

O SR. MANOEL RANGEL – Pessoal, as questões que se colocam para nós são assim...

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Tem a palavra o Conselheiro Ceneviva.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – V. Exª é o próximo inscrito. Desculpe-me. É porque ele havia me pedido para responder a esses questionamentos imediatamente... Não é para poder ir embora, é porque as questões vão se tornando...

O SR. MANOEL RANGEL – Não, não, não. É só porque as questões vão se tornando muitas...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Para que não se percam.

O SR. MANOEL RANGEL – ...e vai se perdendo o foco das questões.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Eu tenho um bloquinho de notas aqui.

O SR. MANOEL RANGEL – Eu também tenho, já me foi dado; e caneta e tenho uma memória boa também.

Veja só, quando se debatem as questões que se colocam para o setor audiovisual, evidentemente eu posso partir de diversos parâmetros: posso partir do ideal, de onde eu gostaria de estar, e posso partir da realidade objetiva.

O esforço que nós temos feito na Agência Nacional de Cinema tem sido o de partir de uma análise da evolução histórica do nosso setor. Eu só posso discutir resultados se levar em conta o que eu tinha antes. E a realidade do que eu tinha antes é que em 2002 o Brasil tinha mil oitocentas e poucas salas de cinema. O Brasil hoje tem 3 mil salas de cinema. O Brasil tinha, por volta de 2002 – para ficar ainda nesse número –, 3,5 mil assinantes do mercado de televisão paga. O Brasil tem hoje 20 milhões no mercado de TV paga. O Brasil tinha, graças à Lei do Cabo, um canal brasileiro. Um canal brasileiro! Hoje tem cerca de 20 canais brasileiros na televisão paga, sendo quatro deles com regime de 12 horas de conteúdo brasileiro de produção independente.

Nós não tínhamos produção brasileira, conteúdo brasileiro e muito menos conteúdo brasileiro de produção independente nos canais de programação internacional, até que, em 2003, uma lei permitiu abrir mão de um imposto sobre as programadoras internacionais para que elas investissem um valor em obras de produção independente. Algumas obras de produção independente começaram a aparecer aqui ou ali, esporadicamente.

Hoje não é mais esporádico. Hoje nós temos cerca de 78 canais internacionais exibindo sete horas de conteúdo brasileiro por semana na sua grade. E mais do que isso muitas vezes. Se isso é pouco, contem comigo; eu também considero pouco. Mas deixem-me dizer? É mais do que o Brasil fez ao longo de toda a sua trajetória. E é mais do que se fez com toda a legislação de TV paga anterior: com a Lei do Cabo, com o Decreto dos Satélites, com a Portaria do MMDS. É muito mais do que foi feito com aqueles instrumentos.

Essa é uma realidade oriunda da Lei nº 12.485. É claro que ainda se pode dizer: "Ah, mas são 79 canais internacionais no Brasil e só 20 canais brasileiros!" É, pode-se dizer isso. "Ah, mas são só sete horas por semana!" E as outras cento e tantas horas?! Eu sou veemente tal qual, viu, Schröder, então não me impressiono com a veemência. O.k. Estamos juntos. Eu quero mais. Quero mais produção independente, quero mais conteúdo brasileiro, quero mais força das empresas brasileiras, quero o mercado audiovisual brasileiro como um grande ativo para o desenvolvimento econômico do Brasil, porque entendo que ele é relevante do ponto de vista econômico, ele é relevante do ponto de vista cultural e é relevante do ponto de vista social.

Agora, o critério de análise de qualquer coisa que se faça é trajetória! É onde estava e onde nós estamos. É por isso que gera essa sensação quando eu narro aqui onde nós estamos. E me cabe dizer onde nós estamos, porque não há mais ninguém dizendo isso. Não há jornais dizendo onde nós estamos, não há televisões dizendo onde nós estamos, não há Conselheiros dizendo onde nós estamos. Preciso dizer eu.

Por isso eu posso ter passado a sensação de que não há problemas. Ao contrário. Há muitos problemas. E esses problemas, nós temos tratado de enfrentá-los um atrás do outro. E é isso, é essa trajetória de avanços, é essa trajetória de identificar problemas e de buscar enfrentá-los que eu procurei expressar nas coisas que apresentei aqui.

É verdade. Eu não fiz um balanço sistemático de onde nós estávamos e onde nós estamos, como foi, que política nós implantamos, que outra política nós implantamos, que lei nós fizemos, que programas nós desencadeamos, porque pressuponho que vocês

conhecem isso como Conselheiros do Conselho de Comunicação Social. Não me estendi no detalhamento de qual é o modelo de voto que estamos propondo, porque parti do pressuposto de que vocês, como Conselheiros do Conselho de Comunicação Social, já acessaram os debates que estão sendo travados no Conselho Superior de Cinema e as transparências públicas que apresentam o modelo que imaginamos. Que pode não ser o ideal, mas lhe digo, se aquele caminho for trilhado, o caminho que estamos sugerindo, teremos no Brasil a regulação mais avançada do serviço de vídeo por demanda do mundo, equivalente à regulação de serviço de vídeo por demanda que existe na França, se se consumar a nova onda regulatória que apenas encerrou o debate geral na União Europeia agora em setembro.

Não posso dizer que será assim, porque haverá um teste da realidade e da disputa no Congresso Nacional, da disputa entre os agentes econômicos que é um outro dado que não posso abstrair. Não se faz política pública no laboratório. A política pública não é feita dentro do meu escritório e não é feita segundo a vontade do que vamos fazer. Nós analisamos os dados, levamos em conta o real, procuramos levar em conta os vários dados da equação e, depois disso, é preciso traduzir essa equação, é preciso ter a coragem de propor, mas é preciso também ouvir o que vem na contra onda.

E nós tivemos, ao longo desses quase 13 anos de política de audiovisual desde 2003, um conjunto de embates, alguns extremamente ambiciosos, onde houve derrotas do que se propunha e onde houve capacidade de se reorientar e buscar novos caminhos com um conjunto de frutos. Um dos frutos, por exemplo, é a Empresa Brasil de Comunicação, que é fruto de alguns desses embates que foram travados nos anos 2005, 2006, 2007, e que resultaram em uma aposta no campo público de comunicação como uma das possíveis respostas para um conjunto de questões relativas ao desenvolvimento do mercado audiovisual no Brasil.

Mas veja que mesmo isso não é simples. O próprio estudo aí, em algum momento eu vi que ele comenta da baixa presença da produção independente na TV Brasil na Empresa Brasil de Comunicação. Veja que a vida é muito mais complicada na hora em que se aplica, mesmo dentro do ambiente do Estado. No entanto, acreditávamos que a luta por construção de uma empresa Brasil de comunicação e da TV Brasil, como cabeça de uma rede do campo público, faria com que isso deslanchasse com mais velocidade.

Então, é preciso, no embate e no debate com os diversos agentes econômicos e no ambiente político geral que temos, ir buscando os caminhos.

Eu também não fico satisfeito com o que é a presença, o que é a audiência, o *market share* dos filmes brasileiros nas salas de cinema. Mas preciso dizer aos senhores que o Brasil, já no ano de 2015, já vendeu mais de 19 milhões de ingressos de filmes brasileiros. Eu preciso dizer aos senhores que, em 2002, o Brasil vendeu apenas cerca de 6 a 8 milhões de ingressos de filmes brasileiros. É assim que meço: se tem ou não resultado.

Outra ilusão muito frequente nossa é achar que o cinema argentino tem a fórmula do caminho. Adoro o cinema argentino tal e qual, mas o que vemos do cinema argentino é uma pequena fração. Vemos sete, oito, dez filmes, para quem é um cinéfilo, é o que vemos do cinema argentino. A Argentina produz 150 filmes em uma cinematografia que tem o mesmo gradiente de diversidade que tem a cinematografia brasileira. É que os filmes nos chegam de lá é uma parcela que atende a um certo gosto, a uma certa visão, a um certo modo de encaixe. Como são também os filmes brasileiros que viajam, que não são as nossas grandes comédias, sucesso de público no Brasil. Os que viajam são o Que

horas ela volta? São filmes menores, são filmes mais de arte, são filmes mais intelectualizados, são filmes com uma certa elaboração na linguagem cinematográfica que percorrem outro caminho. Nesse aspecto, diria que a cinematografia brasileira é tão bem-sucedida quanto a argentina ou mais bem-sucedida, porque, no mercado interno brasileiro, alcançamos participação de mercado nas salas de cinema superior ao que o cinema argentino alcança no mercado argentino. Estou falando em percentuais, não estou falando em números absolutos, porque, em número absolutos, seria uma irresponsabilidade minha comparar as dimensões dos dois mercados. Mas estou falando de percentuais. E do ponto de vista da circulação de prestígio, o nosso cinema também tem uma circulação de prestígio nos festivais, na programação internacional.

Então, eu também não compartilho dessa visão de que nós devemos decidir o que é bom e o que é ruim. Quando a gente faz a crítica a um determinado padrão de filmes, nós estamos tentando definir o que é e o que não é. Não cabe ao Estado tomar essa decisão, não cabe à Agência Nacional do Cinema, não cabe à política de estímulo. A política de estímulo deve estimular o conjunto da cinematografia.

Meus amigos, eu convido vocês a visitar o que são as relações de filmes brasileiros que estreiam todos os anos. Está lá. Nós temos uma cinematografia muito diversa, com produções oriundas de todas as regiões do Brasil. Não são de todos os Estados, e – me perdoem a franqueza – nunca serão de todos os Estados todos os anos, porque não é sequer no único mercado maduro do mundo, que é o mercado norte-americano. Não é e não será. Perdoem-me a franqueza.

Mas nós temos uma produção diversificada, com produção de filmes acontecendo no Brasil inteiro, produção de obras seriadas acontecendo no Brasil inteiro. Eu, infelizmente, não tenho aqui, neste momento, os dados organizados dessa maneira para apresentar.

Isso significa dizer que está tudo resolvido? Não, ao contrário. Significa apenas dizer que nós percorremos um caminho e que tem mais caminho para percorrer. Eu não subestimo o que vai ser o debate do vídeo por demanda. Talvez eu tenha me expressado mal, na ligeireza, quando eu comentei que nós observamos o desenvolvimento do serviço de vídeo por demanda, porque o Estado não deve se antecipar. Eu não tenho como sair com uma lei antes que o serviço exista. Se eu saio com uma lei antes que o serviço exista, algo que é uma inovação, algo que não está parametrizado, algo que ainda está tomando a sua forma, eu vou regular o quê? Eu vou construir um modelo de economia, vou aprovar um modelo de economia e dizer "venham prestar esse serviço que eu criei"? Eu duvido da capacidade de, dentro do Estado, nós termos a formulação e a velocidade de testes e adaptações necessárias da modelagem econômica de um determinado serviço. Foi a isso que eu quis me referir. Esses dois ou três anos em que nós observamos se trataram de ver que forma tomaria esse serviço. A União Europeia tanto falhou no seu primeiro desenho regulatório que hoje está obrigada a uma segunda onda regulatória. Não é porque surgiu um fato novo. Os fatos que eles vão enfrentar agora já existiam no momento em que eles construíram a primeira onda regulatória. A questão é que, aparentemente, se se adotassem regras sobre aqueles fatos naquele momento, se limitaria a expansão do serviço, e a decisão deles foi não enfrentar aquelas questões naquele momento.

Há três anos, o Brasil estava vivendo a implementação da Lei nº 12.485. Era terremoto suficiente no mercado audiovisual brasileiro para ver como é que essa acomodação se daria, como é que ela se conformaria, como é que aquilo que se propôs, a

partir do Parlamento, que é a experiência de regulação audiovisual mais incisiva que nós tivemos em décadas, se acomodaria no ambiente do mercado audiovisual. Eu diria que passou pelo teste e se acomodou. E diria mais: que neste momento do debate da regulação do vídeo por demanda, por incrível que pareça, há confrontos entre os diversos agentes econômicos sobre qual é o melhor caminho. Mas ninguém põe em xeque – pelo menos não de maneira aberta – a necessidade de um marco regulatório para lidar com o vídeo por demanda. Isso, por si, é uma novidade nesse arranjo de construção de políticas de desenvolvimento no mercado audiovisual.

É mais ou menos o meu ponto de vista sobre as questões que estão aí.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Conselheiro Walter Ceneviva.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Obrigado, Sr. Presidente.

Junto com meus pares, saúdo os convidados. É fundamental, não para nós, Conselheiros, mas para a história, registrar o estado atual do trabalho da EBC, com essa pesquisa genial, o estado atual do audiovisual, com a visão mais do que qualificada do Presidente Manoel Rangel. Eu vou fazer rápidos comentários e, no meio dos comentários, dirigir algumas perguntas aos nossos apresentadores desta tarde.

Primeiro, para os nossos colegas da EBC, considerando até o tema que eu mesmo propus, que se faça uma audiência para tratar do tema das rádios, não só da EBC, mas provocado pelo tema da EBC, e lembrar que o rádio é – eu sou representante do rádio no Conselho –, depois da televisão, o segundo veículo de mídia mais consumido pelo brasileiro em todos os cantos, especialmente pelos brasileiros dos cantos mais distantes do País.

Quero saudar a presença da Profª Weber aqui, porque sou um defensor do uso e consumo da Academia. Falar em uso e consumo pode dar um significado estranho, e eu gostaria de dar esse significado estranho. Nós, como País e como membros do Conselho de Comunicação Social, devíamos nos servir mais da ciência e do conhecimento produzido na Academia.

Eu queria comentar, como reflexão, que a circunstância de a EBC ser uma entidade pública, seja estatal ou pública – e registro a minha discordância, de ponta a ponta, do argumento do Conselheiro Celso Schröder, mas isso é para outra discussão –, pode-se constituir em uma vantagem. A transparência, eu suponho, seja um ônus gigantesco para a EBC, porque implica existência de mecanismos burocráticos para cobrir a Lei nº 8.666, para cumprir as regras do Ministério do Planejamento, as restrições orçamentárias e tudo mais. Seria útil, não sei exatamente como – talvez este debate possa ser um jeito –, que a EBC pudesse usar a transparência e o fato de que ela, diferentemente das TVs comerciais pode e deve falar sobre a sua estratégia, pode e deve falar sobre os seus objetivos, que isso se constitua, no fim das contas, em uma vantagem. É mais fácil falar do que fazer. Mas eu, que tenho uma atuação profissional em empresas comerciais, de mídia, percebo que o fato de que a gente ser obrigado a ser ensimesmado no ambiente da competição às vezes pode ser uma desvantagem que a EBC não tem.

Na apresentação que a Profª Weber nos fez, há uma referência menor a um aspecto que considero muito importante, que é o aspecto do financiamento. Lendo as atas do Conselho da EBC, percebo que esse é um tema presente o tempo inteiro, e o desafio de dar conta do orçamento da EBC é permanente.

Na legislatura anterior do Conselho de Comunicação, nós verificávamos uma coisa que, agora, tendo em vista a crise fiscal por que passa o Governo Federal estar na

discussão, que é a DRU (Desvinculação de Receita da União). Então, o dinheiro da EBC é arrecadado, ele sai do nosso bolso, nós brasileiros pagamos a nossa conta em benefício da EBC, mas o dinheiro não chega à EBC. O dinheiro vai ficando no meio do caminho. E eu, sem receio de ser grosseiro – peço a boa vontade dos senhores – considero isso uma tunga. O Governo Federal tunga a produção da Empresa Brasileira de Comunicação porque não entrega a ela, no dia em que recebe, o dinheiro a que ela tem direito para fazer e cumprir a sua missão. É um surrupiar.

Eu queria ouvir e dirijo essas perguntas para as pessoas da Ana Luiza e da Profª Weber – não para as representantes da universidade e do Conselho, mas para as pessoas. Na sua visão, o que é mais importante: que a EBC tenha audiência, que ela tenha qualidade, uma combinação de elementos, quem sabe um terceiro elemento; o que de verdade a EBC deve perseguir? Eu percebo nas pautas que muitas vezes surge essa discussão.

(*Soa a campainha.*)

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – E, se a TV pública for um sucesso de audiência, talvez ela não cumpra muitas das suas missões; se ela não tiver audiência nenhuma, certamente ela não está cumprindo missão nenhuma.

Nunca vi nos debates e não sei se teria sido o caso de discutir – faço essa provocação para a Profª Weber –: é o caso de a EBC considerar uma missão sua fazer educação para a mídia? Educação para a mídia é um negócio perigosíssimo, mas, em uma TV pública, é mais do que perigoso; é desafiador. Porque, se for para fazer educação para a mídia, é preciso que a TV pública ensine ao eleitor a ler criticamente o seu governante; não só a oposição, mas o próprio governante. Dá para fazer isso? Faz sentido pensar nisso?

Ainda lendo o tema da pesquisa, acho que seria importante saber identificar na pesquisa o quanto da programação da Empresa Brasileira de Comunicação segue a agenda do Governo e o quanto propicia alguma forma de avaliação crítica. Eu tenho dúvida se a EBC devia ser crítica do Governo. Isso não é o objetivo dela; é uma decorrência do cumprimento da sua missão de jornalismo. Mas acho importante que as pesquisas que se sucedam a essa tenham isso em mente.

Eu percebo, aqui na página 28 do relatório que está disponível efetivamente no *site*, uma referência à importância de fortalecer o jornalismo investigativo como linha editorial. Isto eu pergunto para a Conselheira Ana Fleck: é possível a TV do Estado fazer jornalismo investigativo, chamado de jornalismo? Fazer investigação é claro que pode, mas ela conseguiria fazer isso com padrão jornalístico?

Um comentário para a Profª Weber: se constata a baixa presença de minorias e, por outro lado, salvo engano, na página 26 da sua apresentação — na página 22, desculpa —, se refere que são fontes do jornalismo, com 92% campeões, os cidadãos. Eu queria ouvir da Profª: são fontes ou são apenas vozes? E a distinção é muito importante. Que a segunda fonte sejam especialistas, e a terceira sejam os governos me parece natural, ou seja, a cobertura jornalística busca, para ilustrar suas matérias, pessoas que têm ou autoridade técnica ou poder político. Dizer que os cidadãos pudessem ser fontes, parece uma "forçação de barra", se me permitirem, uma expressão que não se usa na Academia.

E, por fim, queria também ouvir a opinião pessoal das senhoras, e quem sabe o depoimento da Conselheira Ana Fleck, sobre se pensa em dramaturgia na empresa brasileira de comunicação? E eu colo essa pergunta numa pergunta para o Presidente

Manoel Rangel. O Brasil tem um acervo de dramaturgia maravilhoso. Esse acervo é um problema porque ele precisa ser digitalizado, ele precisa ser cuidado, ele precisa ser tratado e não tem muito onde exibir. E a legislação da Ancine pune a utilização de material antigo ou reprisado. Isso não implica numa destruição da história? Uma empresa como a EBC tem um acervo maravilhoso. Como fazer para que o fomento do audiovisual não trombe, como hoje ele tromba, com a restauração de acervo e com a exibição de acervo?

E aí, mudando a pauta então para o Presidente Manoel Rangel, a quem eu saúdo com uma ênfase especial, quando ele foi reeleito, que nem é a palavra certa, ele na verdade foi eleito, se questionava: "Puxa, mas mais um mandato para ele?" De verdade, este é o primeiro mandato do Presidente Manoel Rangel no novo ambiente regulatório do audiovisual do Brasil. E ele cumpre uma missão, que eu concordo com ele, é a melhor possível. Eu fui, sou um crítico da Lei nº 12.485. Acho que ela faz um mal para o Brasil tenebroso e indescritível, que só vai ficar muito claro daqui a uns 15 anos, mas, dentro dessa visão pragmática do Presidente Manoel Rangel, ela foi a melhor porcaria que a gente poderia ter naquele momento. Pensando assim, pessoalmente, eu pergunto: a tecnologia tem ajudado a disseminar as salas de cinema? Ela é uma barreira ou é um fator de auxílio?

Eu fiz uma conta rápida e suponho que essa cota de três horas e meia por semana nos 98 canais de conteúdo qualificado, possa gerar uma receita de produção da ordem de R$50 milhões por mês. Achei esse número muito grande. O Presidente tem uma ideia de quanto está havendo de investimento em produção brasileira, ou mensal ou anual?

E queria fazer um comentário, nem subscrevendo o que disseram o Nascimento e o Schröder, nem o Presidente Manoel Rangel, em relação à OTT. Eu discordo, com vigor, de que não exista regra para a OTT. A regra está na Lei nº 12.485. E felizmente, no entanto, a regra não é cumprida, porque se o Estado fosse interferir na disseminação da OTT provavelmente ia matar a OTT. Mas é estranho que, num tempo de crise fiscal, com Estados e União faltando dinheiro de montão, se assista o Netflix crescer do jeito que ele cresce sem pagar um centavo de imposto. Não falta lei. Falta cumprir a lei. E, no entanto, apesar desta minha convicção acho bom que a lei não esteja sendo cumprida porque o serviço se dissemina e, se a lei for cumprida, ele fica completamente inviável, porque os custos de montar uma plataforma de OTT no Brasil implicam que o serviço custaria R$150 por mês. Seria bom para os incumbentes, para os dominantes do mercado de distribuição de audiovisual, que hoje são todos estrangeiros, assim como os operadores de OTT. Paga-se sempre no cartão de crédito, o dinheiro vai para fora e pronto, acabou.

E ainda queria pedir um último comentário do Presidente Manoel Rangel sobre os canais infantis. Segundo eu me lembro, nós temos o canal Disney, o Discovery, o Cartoon, o Fox, Nickelodeon e só um canal brasileiro que eu considero um canal pequenininho, muito menor, muito aquém do que seria a nossa possibilidade. Como assegurar que o Brasil seja um *player* importante na área de conteúdo infantil?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Bom, temos inscritos ainda os Conselheiros José Francisco, Pedro Lazzarine e Davi.

Só para registrar: nós temos um riquíssimo debate, não é, Ancine, EBC, essa pesquisa maravilhosa, que traz aqui, descortinada toda a programação da EBC, dos canais de comunicação da EBC, e temos, regimentalmente, mais meia hora de reunião. Nesta

perspectiva de tempo e com as perguntas que têm os três, tenho a impressão de que seria possível ter uma palestra para cada um deles.

Conselheiro José Francisco

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Quanto à EBC, a minha referência é elogiar, registrar com bastante entusiasmo o mérito de um trabalho como esse que vocês desenvolveram para conhecer, de fato, o conteúdo que a EBC se propõe a disseminar no País. Eu acho isso de um mérito extraordinário. Não tenho perguntas, não tenho questionamentos, porque acho que já houve o suficiente. Mas esse registro eu não poderia deixar de fazer.

Quanto ao Presidente da Ancine, com quem tenho uma relação, há muitos anos muito próxima, pelo menos eu marco de 2007, quando começou a disputa do PL nº 29, e dificilmente passávamos uma semana sem nos vermos. Às vezes, havia semana em que eu não via a família, mas o Manoel, eu acho que nunca deixei de vê-lo durante as 42 versões do PL nº 29, até chegar ao 116 – esse pelo menos não foi maculado.

Então, eu acompanhei tudo isso, acompanhei o trabalho dificílimo que o Presidente teve de introduzir e de regular o assunto. Mais uma vez, nós, nessa fase da regulação, também estivemos em uma confrontação educada e construtiva, mas o resultado tem sido excelente. É o depoimento que eu dou como Conselheiro da ABTA, que reúne todos os grandes programadores brasileiros e estrangeiros, e o nosso resultado tem sido muito bom. As correções que se foram procedendo ao longo do tempo pela prática foram muito bem recebidas e equacionadas na agência.

Da agência, hoje, eu só espero, dentro desse plano de simplificação e transparência, um colegiado aberto, público, com o público assistindo, como a Anatel conseguiu primeiro – e elogiei aqui no Conselho há duas reuniões atrás, com a presença do nosso Presidente João Resende. Começou na internet, abriram as suas reuniões e, hoje, até direito à sustentação oral existe.

Agora, sobre o assunto central, porque quando o Presidente citou as premências, citou em primeiro lugar a crise da receita publicitária, que é muito grave e afeta muito a TV paga, porque grande parte da programação é bancada pela publicidade, não é a maior parte, e talvez não tenha a expressão que tem nos Estados Unidos, mas é uma parte importante.

Mas o segundo tema, e com esse, sim, eu concordo e convivo com ele no Conselho Superior de Cinema; convivo com esta discussão da qual participa, com muito destaque o Presidente da Ancine, que é caminho para se regular, para se dar uma moldura legislativa ao serviço que é, hoje, um serviço que é, eu poderia dizer, clandestino em se tratando dos provedores estrangeiros. Não os OTTs brasileiros, como esse exemplo do *Now*, que é um exemplo, até supera, provavelmente, em audiência o serviço Netflix, pelo menos no Brasil. Mas esse problema... Nos Estados Unidos eu sinto a dificuldade, pois participo há 22 anos das reuniões do serviço de TV por assinatura nos Estados Unidos, nas reuniões anuais, e me defrontei, neste ano, com esses números que dão conta de que toda a rede, reunindo todos os prestadores de TV por assinatura nos Estados Unidos chegam a 83 milhões de assinantes – 86 para ser mais preciso. E a Netflix está com 90 milhões de assinantes no mundo.

Os Estados Unidos estão preocupados? É, os operadores estão preocupados, mas não mexeram em legislação. Olha que como o Presidente Manuel Rangel citou, não é prudente entrar invasivamente em um serviço, regulando, estabelecendo os seus limites sem que ele se consolide. Foi o que aconteceu com a TV por assinatura. Só apareceu o Dish TV em 1989 porque as igrejas e prefeituras estavam criando o que se chamava de antena comunitária, para poder servir todos os sinais abertos com qualidade, por cabo.

Então, nasceu, em 1989, no governo Sarney, depois veio, em 1995, no Fernando Henrique Cardoso, a Lei do Cabo e, em 2011, o SeAC, que aí foi o objetivo inicial, e o projeto de lei só se limitava a fazer isso, abria para a participação estrangeira no controle e para as Telcos no exercício e na operação. Então, foi uma abertura importante. Hoje nós não temos mais nenhuma operadora de TV por assinatura que não pertença a uma Telco. E a única brasileira, "ainda" brasileira é a Oi; todas as outras, que dominam hoje o mercado dos 20 milhões de assinantes, são estrangeiras.

Portanto, eu acho que é preocupação nossa e que o Conselho de Comunicação Social já tem tocado no assunto, aqui nós temos caso de uma discussão permanente ou uma referência *en passant* do VOD ou de outros OTTs, como tivemos aqui, no caso da Anatel, mas eu gostaria de fazer uma pergunto ao Presidente: como é que o senhor acha que nós devemos evoluir nesse assunto?

O Conselho Superior de Cinema é o único Conselho instituído por lei que atribui ao Conselho a definição da política pública do setor. E acho que isso tem sido, assim, meio negligenciado. Quer dizer, nós não estamos lá dentro discutindo, propriamente, a política pública. Estamos discutindo a maneira pela qual nós vamos regular. Mas antes precisava haver uma definição.

Então, eu queria saber do presidente se existe, de uma forma simples: qual seria a trilha? Será que seria igual a... Por exemplo, a lei do marco civil da internet está há 20 meses pendente de uma regulamentação por decreto, e não é uma discussão fácil. A lei levou um tempão sendo discutida. Então, a minha pergunta é como é que o presidente sugere, já que exerce influência preponderante dentro do Conselho Superior de Cinema, a luta pela regulamentação desse serviço?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Conselheiro Pedro Pablo Lazzarini.

O SR. PEDRO PABLO LAZZARINI – Bom, abreviando o tempo, eu quero agradecer a todo mundo, a Ana Luiza, a Maria Helena e ao Manoel Rangel.

Eu diria para meu Presidente que a gente tem que prestar atenção nessa pesquisa, Manoel. A gente está precisando de uma pesquisa da cadeia produtiva de cinema. A gente não sabe, realmente, quantas pessoas trabalham, quantas pessoas fazem, quantas pessoas não fazem, como é que é, como é que não é. Eu, contrataria a Profª Maria Helena para fazer essa pesquisa, seria muito bom.

Respondendo um pouco ao Schröder, eu vou dizer o seguinte, Schröder: quando morava na Argentina, a gente fixava como o melhor cinema o cinema brasileiro. A gente tinha Glauber Rocha, Joaquim Pedro de Andrade, Cacá Diegues, e pensávamos: "Tenda dos Milagres!" A gente dizia: "Deus e o Diabo na Terra do Sol!" Então, a gente dizia assim: "Queremos uma câmera na mão e uma ideia na cabeça", que Glauber dizia. Aí, os produtores argentinos diziam: "Não, é uma... (*Expressão vedada pelo art. 19 do Regimento Interno do Senado Federal.*) na tela!". Porque achavam que a câmera estava suja, que não tinha aquela técnica que os americanos nos haviam inculcado na Argentina, com aquele

cinema latino-americano que nós dominávamos, na época do Perón. Se vocês querem saber, a Argentina dominava o mercado latino-americano.

Muito bem. Então digo assim: hoje a Argentina já fez estudos sobre Deus e o Diabo na Terra do Sol, sobre Tenda dos Milagres. Então, se você chega à Europa e pergunta: "Que diretor latino-americano...?" Todo mundo fala assim: "Glauber Rocha!", primeira coisa. Ninguém vai se lembrar como se chama o diretor que fez A História Oficial, que foi o primeiro Oscar da Argentina.

Então, eu digo assim: o que nós presenciamos na Ancine – eu tenho divergências, talvez, com a Ancine, às vezes, mas a gente trabalha junto, porque eu estou no Sindicato e eu preciso defendê-lo. Mas, o seguinte: o que é que me interessa um vídeo *On Demand*? O que me interessa é que se coloquem regras para ver se o vídeo *On Demand* americano não domina o vídeo *On Demand* brasileiro. Quero que o vídeo *On Demand* brasileiro comece a crescer, porque isso dá trabalho para meus técnicos e meus trabalhadores. Esse é o objetivo, e Manoel já sabe, me conhece há muitos anos e sabe que é assim.

Quero agradecer e dizer que é verdade, Manoel, a gente tem muitos problemas, mas eu concordo quando disse que "temos muitos problemas", mas temos que fazer mais. Está bom. Mas vamos fazer o que é possível ser feito nesse momento. Não temos que dizer que o cinema brasileiro levou a um... Aliás, não é o cinema brasileiro, o cinema americano é que domina, e, bom, domina os *shoppings centers*, a juventude quer ver isso, e não sei o quê, mas o cinema brasileiro ainda é muito importante. Manoel tem razão. Eu acho que... Quando cheguei ao Brasil, porque eu pensava que o cinema brasileiro era Deus e o Diabo na Terra do Sol e tal; chego ao Brasil e entro num cinema que passava Como é Boa nossa Empregada. Era uma comediazinha. Quando entrei no cinema para ver essa comediazinha, eu disse assim: "Agora estou no Brasil! Isto aqui é o Brasil." Mas era importante, porque era o cinema que funcionava nesse momento. Agora, o que era o cinema que a Argentina via? Deus e o Diabo na Terra do Sol. E qual é o cinema argentino que o brasileiro vê? O cinema que está um pouquinho... Mas vejam que 80% desse cinema argentino são comediazinhas iguais as daqui.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Obrigado, Conselheiro.

O último inscrito, entre os Conselheiros, o Conselheiro Davi Emerich.

O SR. DAVI EMERICH – Agradeço a presença dos debatedores. Não tenho muitas perguntas a se fazer, porque só as do Ceneviva são suas audiências que vamos precisar para responder todas as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Quase isso!

O SR. DAVI EMERICH – Em relação ao Manoel, só uma informação que eu gostaria de dizer: essas 3 mil salas que, inclusive o nosso companheiro do Sul levantou que estão nos *shoppings*, onde estão essas salas? Elas estão só nas capitais? Estão só em *shoppings*? Elas estão em cidades médias, de 100 mil, 50 mil habitantes? Obviamente, não vamos ter aqui ter aquele Brasil em que toda cidade de 10 mil habitantes tinha um cinema, obviamente, não vamos chegar a isso. Como que a Ancine está vendo essa questão das salas de cinema, não só como um instrumento de apresentar filmes de boa qualidade, mas um instrumento também de socialização das comunidades, que aí teríamos de colocar necessariamente, em qualquer planejamento, as ideias das pequenas e médias cidades, então, como que isso está sendo considerado pela Ancine?

Em relação à Ana Fleck e à Maria Helena, que parabenizo pelo trabalho, eu sou daqueles que acham que a EBC tem um papel fundamental na construção de um novo

Brasil, não só neste Brasil que nós temos, mas no Brasil que temos pelo futuro, porque não adianta discutir. Ou seja, a linha das mídias privadas vai numa determinada direção, que ela tem de viabilizar o lucro, e – sem entrar nesse debate do público e do estatal, que eu, de alguma forma, também tenho alguma sintonia com o nosso companheiro –, eu acho que tem um espaço enorme para as TVs públicas/estatais neste País.

E parece-me que, a despeito também das questões levantadas, o que me satisfaz muito é que a pesquisa que é feita sob o critério de análise de conteúdo que é muito quantitativo – quer dizer, em que o importante são as análises desses dados –, já indica que programação da EBC, de alguma forma, está sintonizada com aquilo que compreendemos como comunicação pública. Claro, vácuos inteiros. Então, seria uma empresa, uma TV e rádio que estaria já trilhando em um caminho bastante interessante, naquilo que entendemos como TV pública/estatal.

Dai a minha pergunta, porque o que mais me chamou a atenção são as orientações de final, que não estão nesse documento que nos foi entregue, ou seja as recomendações, um rol de recomendações, até porque esse documento tem 1.200 páginas –, porque isso implica realmente em estratégias. Quer dizer, quanto que isso vai custar? Parece–me que o orçamento da EBC, que é de R$600 milhões, R$700 milhões, menos do que isso hoje, R$500 milhões, eu não sei 10%, 15% ela gera através de serviços que ela presta e tal, mas há os recursos do Fust, perto de R$1,2 bilhão retidos na Justiça. Então, como que, à luz dessa pesquisa, está se discutindo as necessidades de investimento para que esses avanços possam ser executados?

Essas informações seriam interessantes.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Pois bem, eu vou passar a palavra aos três. Posso começar pelo Presidente Manuel Rangel; depois as senhoras, as duas terminam. Vamos ouvir os nossos convidados,

Conselheiro Nascimento.

O SR. NASCIMENTO SILVA – O.k., Presidente. Só uma questão de encaminhamento, de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Pois não.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Era a questão da EBC, dos empregados. Eu não sei em que momento eu poderei...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Eu vou passar a palavra a elas que, certamente, vão se manifestar.

O SR. NASCIMENTO SILVA – O senhor pode ser o porta-voz da nossa preocupação.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Certamente. Não apenas eu, mas todos nós.

Presidente Manoel Rangel, para suas considerações finais, tanto quanto possível. São tantos os questionamentos e não sei se teremos condições de ter resposta para todos.

O SR. MANOEL RANGEL – Vou tentar ser mais sintético com relação às questões.

O Ceneviva fez um comentário no sentido de que a legislação pune as obras antigas, as obras que precisam ser preservadas. Não consegui reconhecer nenhum dispositivo na Lei nº 12.485, na Medida Provisória nº 2.228 que o faça. Na verdade, o que há na Lei nº 12.485 não é isso. O que há na Lei nº 12.485 é um comando que obriga que para o cumprimento do carregamento do conteúdo brasileiro que a lei fixou, é que pelo menos 50% tenha sido produzido dos últimos sete anos para cá. Isso significa que outros 50% podem ser de qualquer época produzidos. A razão para isso é muito menos do que uma

ideia de punir o produto já realizado lá no passado ou qualquer outra coisa desse tipo. O amigo sabe bem, ou seja, é para que os canais, as programadoras não façam um cumprimento burocrático, rotineiro, um esforço de não despender recursos com investimentos em novas obras e que se mantenha um fluxo de produção de obras, o que é de interesse do País, que se gere emprego, que se gere riqueza, que se ative a economia do País.

Então, o dispositivo é muito equilibrado, porque ele, ao mesmo tempo em que garante a circulação de conteúdo produzido anteriormente, obriga que haja pelo menos 50% desse conteúdo, para o cumprimento dessas três horas e meia por semana, tenham sido produzido dos últimos sete anos para cá. Todo o outro pode se ocupar de todo o resto da grade de programação, além de 50% das cotas. Então, é a gente forçar muito na maneira de enunciar uma questão, querer transformar esse dispositivo num dispositivo que pune o conteúdo histórico. Não é o caso. E a experiência nossa tem mostrado que não é assim que se dá.

De fato, a digitalização das salas de cinema não representou uma transformação no sentido de expansão do mercado de salas. Ela é uma substituição de tecnologia que tem uma vantagem que é a vantagem de você poder transmitir outros conteúdos além de filmes. Há uma segunda vantagem que é facilitar a multiprogramação nas salas de cinema, mas não o suficiente para que isso constitua uma vantagem em si, já que os custos de reposição tecnológica são muito elevados e um equipamento que antes não entrava em obsolescência rapidamente, hoje em dia entra em obsolescência. A tecnologia digital tem aí um tempo de vida útil de cerca de cinco anos e depois exige um novo investimento, enquanto nós temos projetores de 35mm em operação há 40 anos, 50 anos no País apenas com reposição de pequenas peças.

Mas é um dado objetivo, ou seja, à medida que o mundo parou de produzir filmes em película, era preciso colocar o Brasil em sintonia com a situação geral do mercado de exibição cinematográfica, sob o risco de ver salas de cinema desaparecerem num esforço contraditório com o que o País está fazendo no sentido de expandir o parque de salas de cinema.

Eu aproveito para fazer um comentário que o Conselheiro Davi trouxe sobre a questão das salas de cinema e comentar também *en passant* uma questão que acabei deixando passar, do Schröder. Meus amigos, o problema do cinema de rua é de uma complexidade que extrapola a simples localização de uma sala de cinema. Isso tem a ver com violência urbana, tem a ver com falta de segurança, tem a ver com a fuga inclusive dos centros comerciais das cidades para dentro dos *shoppings*. Não é só o cinema que saiu da rua. Saiu da rua a loja de sapatos, saiu da rua a farmácia, saiu da rua a loja de roupas, saiu da rua o hábito de viver nas ruas.

Sem que haja uma renovação da política urbana, dos nossos grandes centros urbanos, sem que haja uma elevação geral do nível da qualidade da segurança ofertada nas grandes cidades, imaginar que são os cinemas que vão enfrentar essa batalha é perder de vista que não é assim que nos comportamos nós como cidadãos. Portanto, não há como imaginar que uma atividade econômica por si vá resolver a questão. Esse é um fenômeno que não é só brasileiro, é preciso dizer, esse fenômeno é um fenômeno europeu, ele é um fenômeno americano, ele é um fenômeno canadense. E mesmo na França, hoje, esse é um dilema. Eu digo mesmo na França porque a França é um templo

da cinefilia no mundo e lugar onde os cinemas de rua por mais tempo resistiram e resistem, mas que hoje vive uma situação de migração para os *shopping centers*.

Onde estão essas três mil salas de cinema? Elas estão nas grandes cidades, começaram a se expandir para a periferia das grandes cidades e começaram a ir para as cidades médias do interior do Brasil. É um ciclo de expansão econômica, como qualquer ciclo de expansão econômica. Ele vai se expandindo a partir de onde há mais poder aquisitivo para onde tem menos poder aquisitivo.

É preciso dizer que, no modelo de política pública que o Brasil tem para o setor audiovisual, por uma decisão da sociedade brasileira, ele é um modelo onde o Estado cumpre duas funções: ele regula e ele estimula o desenvolvimento, mas não exerce a atividade econômica. Então, o Estado não abre sala de cinema. O Estado não tem distribuidora de cinema. O Estado não produz filmes nem obras seriadas de televisão. O Estado estimula e regula. Portanto, quem é que faz a expansão do parque exibidor? Quem faz são os empresários. Qual é a lógica que eles seguem? Eles seguem um trilho de "onde tem maior poder aquisitivo para onde há menor poder aquisitivo".

Nós estamos hoje num círculo intermediário, onde começaram a entrar cidades médias, onde começaram a entrar cidades do interior do Brasil, onde começaram a entrar regiões do Brasil que têm menor poder aquisitivo, tanto é que o Brasil tem tido uma abertura. Onde o parque exibidor mais cresce no Brasil é no Norte e no Nordeste, em termos percentuais hoje.

Nós acreditamos que, continuando esse ciclo de expansão, nós iremos cada vez mais chegar nessas regiões, na periferia das grandes cidades e nas cidades do interior do Brasil.

Outra questão levantada, na questão do *over the top*, é preciso dizer que, no nosso entendimento, o único comando vigente relativo aos serviços de vídeo por demanda é a obrigação de se registrar, a obrigação de entregar algumas informações da empresa e a obrigação de recolher Condecine. Essas três obrigações estão vigentes, não tem nenhuma delas suspensa, todas elas estão vigentes, e sendo feito o *enforcement* sistemático sobre o assunto.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MANOEL RANGEL – Todo e qualquer provedor de vídeo por demanda, inclusive em relação a todas as empresas que prestam serviço de vídeo por demanda.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MANOEL RANGEL – Eu não vim aqui discutir uma ou outra empresa. Eu estou em uma condição diferente da sua. A pergunta está respondida: todos os provedores de vídeo por demanda. Todos eles estão obrigados a recolher Condecine. Essa é uma das questões centrais, hoje, no debate, que está posto pelos provedores de vídeo por demanda, eles questionam a obrigação, e eles têm uma enorme insegurança jurídica decorrente dessa questão que está sobre a mesa. Isso, inclusive, tem funcionado como um elemento que faz com que os provedores de vídeo por demanda, inclusive o que o amigo menciona, tenham a preocupação de sentarem-se à mesa e debater porque buscam segurança jurídica, como buscavam na tramitação desse projeto de lei, que definiu o serviço de vídeo por demanda, classificado na esfera do ISS, ainda que não tenham sido eles os agentes econômicos determinantes na aprovação desse marco regulatório na Câmara, como também o Conselheiro sabe.

Com relação aos canais infantis, há o Rá-Tim-Bum, que cumpre uma função honrosa nesse cenário. Nós gostaríamos que houvessem mais canais. Há o Gloob, que também cumpre essa função, é um segundo canal brasileiro. O Gloob surgiu às vésperas da Lei nº 12.485. Eu vejo que ele tem um forte vínculo com esse novo momento da lei da TV paga. Eu não posso afirmar categoricamente, porque cabem às empresas falar por elas mesmas, mas o momento em que ele surge no cenário é o momento da implementação da Lei nº 12.485. Então, saímos de um cenário em que não havia nenhum, em 2005 e 2006, para um cenário em que passamos a ter, primeiro, o Rá-Tim-Bum e depois o Gloob, que são canais brasileiros dedicados à programação infantil.

Nós gostaríamos que houvesse mais. Para isso é preciso haver um esforço da radiodifusão brasileira em investir em conteúdo brasileiro dirigido à infância, porque é preciso um esforço de todos os grandes produtores de conteúdo no Brasil para que nós possamos ter essa transformação no cenário da programação dirigida ao público infantil. É uma questão estratégica. Eu diria que todas as empresas de comunicação no Brasil, as empresas de TV aberta, a TV Brasil, as programadoras, deveriam ter aí uma questão central, porque é formação de público para o conjunto do mercado audiovisual brasileiro. É uma questão estratégica.

Com relação a que trilha seguir para o marco regulatório do vídeo por demanda, veja, deverá haver um projeto de lei no Congresso Nacional. Se ele vai ser um projeto de iniciativa Parlamentar, se vai ser um projeto de iniciativa do Governo Federal, essa é uma questão que ainda está em aberto.

O que eu diria dos debates travados no Conselho Superior do Cinema é que já há um esqueleto, já há princípios regulatórios suficientes para a composição de uma minuta de projeto de lei, que penso que deve ser simples, porque não há razão... Ela não tem a mesma complexidade que precisava ser enfrentada no tema da convergência digital, que a Lei do SeAC implicava. Portanto, eu vejo aqui um marco regulatório muito mais simples do que a Lei nº 12.485.

Acho importante compartilhar com os demais Conselheiros aqui do Conselho de Comunicação Social que o Conselho Superior do Cinema formulou um ambicioso plano de diretrizes e metas no ano de 2012 – o Chico Araújo ainda não era Conselheiro do Conselho Superior de Cinema –, mas esse documento, que é o Plano de Diretrizes e Metas para o Setor Audiovisual Brasileiro é a política pública. Ele é a política nacional de cinema e audiovisual, porque ele condensou aquilo que foi construído à quente nos anos anteriores, ele procurou visualizar o cenário da atividade audiovisual no Brasil, não apenas na sua dimensão econômica, como também na sua dimensão cultural e simbólica, e procurou estabelecer metas e indicadores pelos quais se pudessem aferir a evolução da ação do Poder Público.

Quero dizer a vocês que a Agência Nacional do Cinema seguia estritamente pelo que está fixado no Plano de Diretrizes e Metas. E se alguém quer conhecer o plano de voo da política do Governo Federal para o setor audiovisual, ele está todo consignado no Plano de Diretrizes e Metas para o Setor Audiovisual. E é ele que orienta o conjunto das ações da Agência Nacional de Cinema.

Eu diria que é um dos poucos conselhos setoriais a ter construído um documento tão ambicioso de política pública transparentemente, que foi posto em consulta pública e que foi aprovado por consenso, evidentemente um consenso construído nos debates e nas reflexões dentro do Conselho, mas que permitiu que ali se pactuasse agentes privados e

agentes públicos na construção desse documento que orienta as nossas ações e orienta o nosso cotidiano de trabalho.

Eu quero, mais uma vez, agradecer a oportunidade de estar aqui e de estar junto com vocês, de ouvi-los e receber as críticas. Tomo nota de todas elas, mesmo àquelas em que eu procurei trazer um outro ponto de vista, uma outra forma de enxergar o problema posto em cima da mesa, porque acredito firmemente que é nessa troca, e mesmo nos embates de ideias que se travam sobre as questões, que se enriquece o pensamento, que se enriquece a prática democrática. E acredito que é isso que faz com que a política pública possa ser mais eficiente. Não acredito em política pública construída em laboratório. Acho que, no máximo, é um ensaio, para que depois possa ser enriquecida pelo cotidiano e pelo embate das forças sociais e acredito que o Congresso Nacional é o lugar por excelência dessa reflexão.

Obrigado.

O SR. ROBERTO DIAS LIMA FRANCO – Presidente, eu só queria pedir desculpas, pois vou ter que me ausentar, tenho um voo e não poderei ficar.

Queria parabenizar pela iniciativa, agradecer os convidados.

Eu não me inscrevi para falar, mas teria algumas questões para aprofundar, mas acho que o debate foi muito rico, e vocês veem que o assunto é de extrema importância para o Conselho de Comunicação Social. Faço votos que possamos aprofundá-lo. Então, vou pedir licença para me ausentar.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Perfeitamente. V. Exª tem toda.

Muito obrigado, Conselheiro Roberto Franco e boa viagem, bom retorno a São Paulo.

Presidente Manoel Rangel, mais uma vez, muito obrigado pela sua presença aqui hoje.

Eu dizia aqui, *a latere,* à nossa querida Presidente Ana Luiza o quanto nós acabamos subestimando a dimensão, a importância do debate que faríamos nesta tarde, trazendo dois temas que, eu não diria que sejam tão diversos, mas com enfoques tão diversos, poderíamos ter explorado ainda mais os nossos convidados. Isso significa que ficamos com direito, quem sabe, de trazê-los aqui novamente para outros momentos de debate, outras questões, ainda mais amplas.

Presidente Manoel Rangel, muito obrigado pela sua presença aqui hoje.

Passo imediatamente a palavra à Profª Maria Helena Weber, para as suas considerações finais.

A SRª MARIA HELENA WEBER – Obrigada por todas as questões. Isso só demonstra que a universidade está cumprindo o seu papel.

Todas as questões trazem à tona aspectos de ordem conceitual e aspectos da ordem técnica funcional do modo de realização da pesquisa.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Professora, desculpe-me por lhe interromper. Só por uma questão técnica do Senado eu preciso fazer, especificamente nesse horário, a prorrogação da nossa reunião, por uma questão regimental. Ela tem vencimento agora.

Consulto se podemos prorrogá-la por mais 30 minutos. Está de bom tamanho assim? (*Pausa.*)

O.k..

Muito obrigado.

A SRª MARIA HELENA WEBER – Então, eu agrupei algumas respostas e, dentro do que é possível no tempo.

A primeira questão que se coloca é essa questão entre o público estatal e o privado, levantada pelo meu colega, amigo antigo, o Schröder.

Como é que se tem trabalhado com isso? Eu que trabalho com as questões relacionadas ao Poder e ao Estado desde sempre, são as minhas pesquisas na Universidade, das ditaduras à democracia, nós acabamos trabalhando com uma diferença que é fundamental quando se fala no público, que ele não é necessariamente relacionado a qualquer tipo de governo.

Então, essa ideia do público, essa ideia do interesse público é algo de domínio da República, das democracias. Por quê? Porque um governo autoritário, e nós temos exemplos no Brasil, nas ditaduras, de programas complexos, sofisticados de comunicação, de propaganda e de meios, o quanto isso se desenvolveu, é um outro debate, isso não é necessariamente uma comunicação pública, porque ela é uma comunicação naturalmente persuasiva, na medida em que esse Estado autoritário se comunica pelo silenciamento da sociedade e das suas instituições representativas. Esse é, em si, um assunto polêmico.

Quando se fala em comunicação pública, nós estamos falando na atualidade, na inclusão, como se nós trabalhássemos com um debate permanente, que envolve sociedade, Estado e meios de comunicação.

Nesse sentido, a definição que a EBC tem, os seus critérios, os seus objetivos, tanto a EBC, como a TV Brasil, estão explícitos na sua legislação, eles são muito claros e eles são muito interessantes do ponto de vista de um aprofundamento dessa discussão. E é incrível como isso não é usado quando se fala no público e no estatal.

E, ali, são indicadores, são critérios que estão sendo trabalhados, conceitos, que são extremamente relevantes para uma discussão de muitos séculos, que vem lá de 1789, sobre direitos humanos, sobre cidadania, sobre sociedade, sobre livre manifestação.

Então, existe isso, e isso aí geraria, enfim, trazendo algumas questões...

A mim não incomoda muito a diferença que a Constituição faz e, talvez, a gente tenha que pegar por esse aspecto, ou seja, que o estatal não é necessariamente público. Aí, vão dizer "não, a sociedade está para dentro do Estado, tem um outra discussão", mas essa discussão eu acho, essa diferença privilegia algo muito caro à democracia.

Bom, dentro desse aspecto, eu entraria logo numa resposta, já, para adiantar, que é a questão da identidade, que o Manoel perguntou, sobre a questão da identidade para que serviria a EBC ou a própria TV pública, o que é que deve perseguir a audiência, por exemplo?

Nessa pesquisa – e eu estou falando agora mais por um ponto de vista que eu defendi o tempo todo –, eu acho que existe uma armadilha conceitual e funcional quando se tenta fazer uma comparação, por exemplo, de qualidade entre a TV pública e a TV comercial. Essa armadilha é impeditiva.

Tem um material que a gente está construindo como artigo que é assim: existe uma tenção constitutiva da televisão pública e essa armadilha impede que as coisas avancem ou que se reconheça determinado tipo de avanço.

Então, o tal do padrão estético da Globo, por exemplo, e de outras emissoras, é um padrão como se fosse hollywoodiano. Nós temos nas TVs públicas um padrão Glauber. Qual é o melhor – digamos – se queremos entrar numa discussão, para usar a contribuição sobre Deus e o Diabo na Terra do Sol e o cinema sujo, um cinema que acaba virando

matéria, disciplina, curso, Paris, Londres, qualquer lugar que se estude dramaturgia e cinematografia?

Então, essa é uma outra armadilha. A questão não é comparar de que maneira a disputa pela audiência vai se dar entre as TVs. Acho que a questão é entender qual é a identidade da televisão, da TV pública, da TV Brasil, no caso, da própria EBC, porque acho que é um projeto único no mundo. Essa história de comparar a TV pública brasileira com a BBC... A BBC é paga diariamente. Isso é uma coisa que me deixa, a mim e a meus colegas... Enfim, não se trata disso. Acho que entender a identidade da TV Brasil ou da EBC como uma instituição pública de comunicação. O que é isso no Brasil? É diferente na França, na Inglaterra, na Argentina, por óbvio.

Então, esse aspecto é importante. A questão é: que tem que ter uma qualidade técnica? Claro que tem. O mediador, em uma entrevista, não pode ficar de costas para o entrevistado e a câmera focar isso, mais tempo que a fala do entrevistado. Isso acontece. Esse não é um problema de ter qualidade, ser pública ou ser comercial. Isso é um problema de qualidade profissional. São muitos os exemplos.

Então, acho que existe a questão comparativa é complicada, é uma armadilha, sim, conceitual. Acho que a questão é do que se trata, qual é a estatura, digamos, de uma TV pública, que é muito jovem? No público, no privado ou no estatal, temos a comparação da NBR e da TV Brasil que resolve os problemas entre o que é estatal e o que é público.

Por outro lado, acho que não é um investimento que vai determinar. Acho, por exemplo, que os governos tem obrigação de sustentar tudo o que é público, é da natureza das democracias, do Estado democrático. Então, não é porque dá dinheiro para a EBC, por exemplo, que ele tem que exigir um espaço de ser privilegiado nessa programação, mas isso é a autonomia da EBC que pode fazer essa delimitação.

Bom, essa discussão é longa, eu adoro, mas vou ficando por aqui.

O segundo aspecto dentro do público é a questão de uma TV educativa, se essa TV deveria fazer educação. Ora, era o que se pensava nos regimes passados, nas ditaduras, quando se começou a criar as TVs educativas. Então, a função de uma TV pública, de uma TV que vai lidar com cultura, com política, com criança, é outra.

Aí entra um outro debate interessante sobre o que é educação. Existe uma "pedagogia", entre aspas, que é trabalhada em todas as programações da televisão, da internet, em qualquer lugar. As pessoas estão sendo formadas. Então, a educação deixou de ser uma instituição privilegiada por espaços educacionais, de primeiro, segundo, terceiro e quarto grau.

Qual é a função da TV pública para educação? Essa, sim, acho que é uma pergunta relevante, que faço retoricamente, ou seja, é claro que tem uma função, porque onde é que se conhece a música que faz no Brasil hoje ou a cultura que se faz em todas as regiões brasileiras? Não vai ser nas emissoras comerciais ou nas rádios comerciais. Vamos conhecer isso em quem quer privilegiar a educação, quem quer privilegiar o que é público.

Então, essa questão, esse debate é interessante. Como colaborar para a cultura, para apreensão de conhecimento, para educação? Acho que programas educativos são suficientes, não precisa ter uma TV educativa. Bom, claro que pode uma TV educativa como as universidades têm, mas elas não educam, porque são cada vez mais parecidas com TVs culturais, que é a TV Cultura, e outras são os padrões para as TVs universitárias. O debate é longo, como disse, uma hora para cada tema, tranquilo.

Bom, e, aí entrando na questão da "forçação de barra" sobre vozes ou fontes. Quando se trabalha com a questão do discurso, da linguística, evidentemente que isso tem uma sutil diferença entre o espaço ocupado e o espaço ouvido. Optamos, na pesquisa, em fazer isso que o senhor diz, a "forçação de barra", ou seja, quais são as vozes que são ouvidas, e são ouvidas porque estão passando na rua ou porque têm um especialista, não se diferenciou, digamos, aquele que é ouvido, a intensidade ou padrão, digamos, hierárquico, quando ele respondesse. E, nesse sentido, então, entraram... Porque senão, não teríamos um padrão de comparação, teríamos que abrir cada uma dessas categorias. Como eu disse, já foi muito difícil fazer a síntese. Então, essas vozes, assim como os temas, poderiam ser abertos, poderiam ser relacionados, é uma pesquisa qualitativa imensa, isso poderia ser feito com profundidade a partir de um programa, por exemplo, pegar só o telejornalismo e trabalhar. Embora a TV já tenha outras pesquisas específicas sobre telejornalismo. Mas é, digamos, temporalmente, tecnicamente, quase impossível fazer isso com toda a programação num tempo viável.

E, por último, a questão colocada do que não foi visto no relatório, não sei que documento vocês têm, mas, como eu disse, Schröder, são 1.273 páginas, e sim a questão de nós não fizemos uma pesquisa para identificar gênero, nem negros, nem índios, nem questões de ordem racial, não havia essa categoria. Mostrei as categorias com as quais trabalhamos. Mas, dentro das análises, quando relacionamos isso aos princípios da TV Brasil, os relatórios fazem essa análise. Então, talvez tu não localizastes no modo que foi apresentado.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Se for o primeiro, não tem.

A SRª MARIA HELENA WEBER – No relatório final, nas 1.273 páginas?

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Inclusive a sua apresentação com as recomendações ,que acho que foram muito ricas também, não estão neste documento, pelo menos...

A SRª MARIA HELENA WEBER – Por isso que a nossa colega...

A SRª ANA LUIZA FLECK SAIBRO – Vamos encaminhar.

A SRª MARIA HELENA WEBER – Bom, deixe-me só terminar.

Por exemplo, quando se analisa Todos os Tons de Angola, a Windeck, a gente fala que a trama corre em Luanda, gira em torno de relações amorosas, com protagonistas negros. E, quando se fala nos programas infantis, vamos identificando na análise, o que significa atingir os princípios da cidadania. Então, isso existe na análise, não existe aqui na estatística, porque não era a categoria.

Vou terminando nesse sentido. Então, não fizemos, Schröder, comparações internas ou com outras mídias, ou com intensidade de indicação também por isso.

Mas eu disponível, posso vir de novo a este plenário, se quiserem continuar o debate, com muito prazer.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Mais uma vez, Profª. Maria Helena Weber, muito obrigado pela sua presença aqui, que engrandeceu, com certeza, o registro de trabalho do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional.

Presidente Ana Luiza Fleck.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Dizem que os primeiros serão os últimos.

A SRª ANA LUIZA FLECK SAIBRO – E os últimos serão os primeiros.

Basicamente, vou conversar um pouquinho com o Conselheiro Ceneviva, que é sempre polêmico, não é? Acompanho este Conselho há muitos anos, como Consultora Legislativa, sei que o senhor é polêmico. Depois dessa aula sobre público e estatal, acho que não preciso me alongar muito, mas as suas perguntas são sempre no sentido de questionar a própria existência da EBC, certo? Estou certa ou estou errada?

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Está certíssima.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª ANA LUIZA FLECK SAIBRO – Sim, desculpe-me, mas o senhor diz: "A TV do Governo". Não é TV do Governo. Se o senhor disser que a NBR é TV do Governo, eu concordo, mas não a TV Brasil. Esse é o nosso esforço todo. Tive arrepios quando o senhor disse – desculpa, eu vou usar uma expressão sua –: "Discordo com vigor".

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Sobre a confusão do público e do privado, tem razão, não sou contra a EBC.

A SRª ANA LUIZA FLECK SAIBRO – Não fale mais a TV do Governo, por favor!

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Combinado.

A SRª ANA LUIZA FLECK SAIBRO – Porque, se o senhor continuar falando assim, o senhor vai desmoralizar todo o esforço do Conselho Curador.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – E, nesse sentido, a senhora me permite um aparte?

A SRª ANA LUIZA FLECK SAIBRO – Pois não.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Uma coisa que eu combato muito é a imprecisão. Então, se eu errei, eu peço desculpa. Não é a TV do Governo. Eu estava me referindo, na verdade, à TV que está sob o comando do Governo.

A SRª ANA LUIZA FLECK SAIBRO – Se o senhor dissesse a NBR é a TV do Governo, eu concordo plenamente. Só a NBR. E vi também que o senhor fez a lição de casa. O senhor pegou alguns pontos de um relatório nosso, de um resultado de um seminário feito pelo Conselho Curador.

Então, essas questões, por exemplo, da educação para a mídia, do jornalismo investigativo, da dramaturgia estavam todas no documento. E são resultados de muitas posições dos próprios funcionários da EBC, que acham que a EBC tem apenas duas horas de programação produzida internamente e que não pode se transformar em uma empacotadora de conteúdos, mas tem que ser uma produtora também.

Então, essas reflexões... E, com isso, no momento em que for possível, evidentemente, um corte de 20% no orçamento, etc., etc., e depois o Fistel, que está preso, não é? E nós sabemos muito bem que o Governo realmente usa para superávit primário. Todas essas questões dificultam, mas essas preocupações vêm dos próprios funcionários.

Então, concordo plenamente com o senhor, mas...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª ANA LUIZA FLECK SAIBRO – Acho que agora acabou mesmo o tempo.

Conselheiro e amigo Nascimento, eu espero ter me manifestado assim de acordo.

Obrigada.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Claro, imagina. Claramente, muito obrigado.

A SRª ANA LUIZA FLECK SAIBRO – Não fale mais, por favor, TV do Governo. (*Risos.*)

O SR. NASCIMENTO SILVA – Ele é democrático, ele vai bater... Há uma discussão que nós temos que ter no futuro. Como é que eles conseguem fazer um jornal, um telejornal, emite opinião e não deixa a população nem pensar. É outra história. Não é só ele, não. São vários os canais hoje no Brasil que determinam o que a população tem que pensar.

A SRª ANA LUIZA FLECK SAIBRO – Esse diálogo aí já é antigo.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Essa discussão é outra história. Eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Conselheiro Nascimento, V. Exª tinha pedido inscrição para se manifestar?

O SR. NASCIMENTO SILVA – É. Eu tinha pedido. Achei que ela tinha me dado...

A SRª ANA LUIZA FLECK SAIBRO – Não...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – V. Exª tinha pedido, eu não tinha anotado aqui. Eu não tinha visto seu pedido.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Eu retiro tudo que eu falei, Presidente.

A SRª ANA LUIZA FLECK SAIBRO – Sobre a greve?

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Como a mesa não havia registrado aqui, eu não entendi a intervenção.

V. Exª tem a palavra, Conselheiro.

O SR. NASCIMENTO SILVA – O senhor conseguiu não me constranger.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Com a palavra V. Exª.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Vamos lá. Essa questão dos trabalhadores que efetivamente têm... Era 2,5% de aumento, dividido em duas vezes, e agora passou para 3,5%, menos que a inflação, enfim, tudo mais. Como é que fica essa questão da EBC no cenário nacional com essa greve, que é prejudicial inclusive para o próprio sistema de TV pública?

A SRª ANA LUIZA FLECK SAIBRO – Veja, Nascimento, não é a minha função...

O SR. NASCIMENTO SILVA – E eu sei.

A SRª ANA LUIZA FLECK SAIBRO – ...a negociação salarial ou de conquistas administrativas ou... Essa parte não cabe ao Conselho Curador. O que nós fazemos sempre é nos colocar à disposição para poder avançar em algumas coisas. E, paralelo à reivindicação salarial, os trabalhadores fazem reivindicações com relação ao conteúdo, com relação à programação. Aí sim, o Conselho entra.

Mas isso é depois de esgotada evidentemente essa decisão de greve. Aliás, hoje à tarde estava marcada, já deve ter ocorrido ou está ocorrendo... Já ocorreu? A última tentativa.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª ANA LUIZA FLECK SAIBRO – É? Eu tinha ouvido 5%, não?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª ANA LUIZA FLECK SAIBRO – Bom, mas assim o Conselho tem limite nesse sentido assim administrativo porque tem o Conselho de Administração, que é quem cuida dessa parte de... Mas estamos... Eu acho uma tragédia. Sinceramente, acho uma tragédia. E espero que possamos avançar um pouco ainda hoje, vamos ver.

Mas eu me coloco à disposição para levar a preocupação do Conselho de Comunicação Social, comunicarei ao Presidente da EBC, o Américo Martins, evidentemente.

Foi isso que você propôs, não é isso? O.k..

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª ANA LUIZA FLECK SAIBRO – Sim, sim. Muito obrigada. Obrigada, Maria Helena. Eu acho que o Conselho está querendo me roubar a Maria Helena.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Ela já saiu daqui até com recomendação de contratação para uma pesquisa... Mas eu...

A SRª ANA LUIZA FLECK SAIBRO – O Conselho Curador também já encomendou, não fechou ainda os detalhes, mas para fazer um monitoramento da programação. Porque o Conselho tem limites também, se encontra uma vez por mês e tal... Então, para que para que a Universidade faça uma espécie de monitoramento da programação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª ANA LUIZA FLECK SAIBRO – Receberá.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Presidente Ana Luiza Fleck, Presidente do Conselho Curador da EBC; Profª Maria Helena Weber, muitíssimo obrigado, mais uma vez, em nome do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, pela presença aqui, como disse antes e reitero, riquíssimo debate.

A SRª MARIA HELENA WEBER – Essa questão da comunicação pública – eu ia fechar minha fala e depois acabei misturando –, nós abrimos mais uma contribuição da Universidade, está funcionando já há um mês e meio o Observatório de Comunicação Pública, lá na Faculdade que eu estou coordenando, chama OBCOMP, que sintetiza o que teoricamente se pensa que é a comunicação pública.

Então, debates, a biografia que existe sobre isso, eventos, ele tem uma perspectiva de levar adiante, digamos, de condensar todas as questões e pesquisas e tudo o que se faz e tudo o que se pensa sobre comunicação pública e política. Então, OBCOMP, é fácil acessar. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Cumprimento e agradeço mais uma vez as nossas convidadas, mas cumprimento, especificamente e efusivamente, a nossa Conselheira e aos nossos Conselheiros pela grandeza e riqueza, não só da ideia de termos trazido aqui esses convidados, como disse acabamos subestimando a grandeza de a que ponto do debate iríamos chegar, mas foi produtivo, por isso, meus cumprimentos aos membros do Colegiado.

E dando seguimento aos nossos trabalhos, V. Sªs estão convidadas, temos ainda 10 minutos mais de trabalho, são convidadas a ficar conosco, mas fiquem à vontade. Será uma alegria tê-las conosco por esses dez minutos mais.

Nós temos três outros itens na Ordem do Dia: a proposta de complementação do Parecer nº 8, de 2014, sobre violência contra profissionais. O eminente Conselheiro Celso Schröder já comunicou à Assessoria que não traria esse tema pronto hoje. Fica adiado para a próxima.

Temos ainda a discussão sobre os efeitos da crise econômica sobre o setor de comunicação, proposta do eminente Conselheiro Fernando César Mesquita. Em face da ausência de S. Exª e também pela falta de tempo, adiamos para a próxima.

Discussão acerca de data e programação dos eventos do Conselho de Comunicação sobre incentivos e produção cultural e sobre restrições em publicidade e propaganda e ainda sobre migração das rádios AM para FM, eu consulto o Colegiado se há alguma sugestão para datas. Como eu disse hoje, nós temos mais uma reunião neste exercício, próximo dia 7 de dezembro, às 9 horas, já com programação definida para o debate sobre a migração da internet e, para esses temas, nós teríamos que marcar para o próximo ano.

Conselheiro Nascimento.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Presidente, eu vou sugerir que seja consultado os membros desta Comissão – eu sou um deles –, para que a gente possa já indicar uma data via *e-mail* e soluciona esse problema.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Eu penso que podemos discutir todas essas atas, a data para esses três debates, podemos discutir no nosso *chat* de Conselheiros no canal de *e-mails* e aí ajustamos nessas próximas reuniões.

O SR. JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO – O.k. Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Conselheiro Walter Ceneviva.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Eu não sei se a Conselheira Ana Fleck tem a informação, mas eu propus que a gente fizesse um debate sobre a migração da AM/FM, considerando o fato de que as emissoras da EBC não terão pleiteado a migração, e a minha proposta é de que a gente recebesse a EBC aqui pra debater esse assunto.

Eu não sei se a EBC tem uma posição, digamos, para dezembro e se esse assunto já está ingerido internamente. Se "sim", eu proporia aqui que a audiência fosse em dezembro, se "não", eu proporia que ela ficasse para o ano que vem.

Não sei se a Conselheira pode dar a informação, porque eventualmente a gente fala: "Ah, vamos fazer em dezembro" e a EBC não tem uma posição, seria inútil.

A SRª ANA LUIZA FLECK SAIBRO – Acho que ainda não tem, porque a administração anterior não aderiu ao programa. Então, isso está sendo estudado. O Américo Martins, o novo Presidente, tomou posse há dois meses.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª ANA LUIZA FLECK SAIBRO – Está em debate. Então, se puder ser em janeiro ou fevereiro.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – No caso, fevereiro então.

Ficamos com essa pauta então; suspensa para uma reunião futura em janeiro.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Esta é a minha proposta para o Conselho deliberar.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Perfeito. Pode ser assim? Eu acho que o Conselho pode deliberar já diante da informação, porque nós teríamos a tarde da reunião do próximo dia 7 de dezembro, com a possibilidade, mas é preciso outros debates também.

Conselheiro Marcelo Cordeiro.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Eu acho que teria que haver uma consulta prévia à própria EBC, porque precisaria já estar definido pela nova diretoria.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Claro.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Não. Não. Seguramente não, mas, em fevereiro, é preciso uma consulta prévia, porque janeiro é um mês complicado.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Nós faremos essa consulta prévia.

Conselheiro Marcelo Cordeiro.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA – Presidente, com relação aos temas de publicidade, propaganda e da cultura, eu já havia conversado com a Conselheira Patrícia sobre a possibilidade de fazer, no dia 15, o de publicidade e propaganda, que ela está coordenando, e, em março, o de cultura, porque daria mais tempo, teria o Ministro e outras pessoas envolvidas nesse seminário. E seria um seminário. Se não houver nenhuma oposição a essas dadas, eu sugeriria...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – V. Exª está sugerindo, então, o debate sobre incentivo à produção cultural, publicidade e propaganda no dia 15 de fevereiro?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA – No dia 15 de fevereiro.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Eu estou só colhendo a sugestão, como ele faz aqui...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA – Nascimento, é porque nós já tínhamos combinado isso e como você falou primeiro...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Eu também não sabia.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PATRÍCIA BLANCO – Na reunião passada, havia sido aventada essa data para discutirmos hoje. Então, podemos discutir depois.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Eu vou organizar com a Assessoria essas datas.

Conselheira Patrícia Blanco.

A SRª PATRÍCIA BLANCO – Na verdade, eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Era sobre isso.

A SRª PATRÍCIA BLANCO – ... até de cumprimentar os nossos convidados. Obrigada pela aula muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Foi aula mesmo. Tivemos aula aqui hoje.

A SRª PATRÍCIA BLANCO – E gostaria de dizer que o tema publicidade, propaganda e restrições, eu acho que é de bastante pertinência para que discutamos isso rapidamente. Por isso, deixar esse assunto para 15 de fevereiro seria bastante importante.

E até nós, na reunião passada, tínhamos nos comprometido a trazer, no dia 7 de dezembro, uma proposta de pauta na qual nós faríamos aquela discussão.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PATRÍCIA BLANCO – Exatamente.

Então, o que eu queria propor é, pensando no dia 15 de fevereiro, já trazer para a próxima reunião e nós da Comissão Temática discutirmos internamente quais seriam os nomes e, na reunião que vem, fazermos essa.

Só uma questão, Presidente, eu queria aproveitar a palavra para convidar todos os Conselheiros para participar, na sexta-feira, dia 13 de novembro. O Palavra Aberta estará realizando, dentro do âmbito da Cátedra do Insper, Palavra Aberta de Liberdade de Expressão, um debate com a presença do Ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal, para discutir democracia e liberdade de expressão. É um evento aberto, das 11h às 12h30, em São Paulo. Eu vou passar o convite a todos. Peço desculpa de não ter passado antes, eu estava fora. Então, gostaria muito de convidá-los para esse evento.

Dia 13 de novembro, das 11h às 12h30.

Muito obrigada

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Desde já agradeço o convite e justifico que não tenho como estar presente. Mais alguém... (*Pausa.*)

Conselheiro Cortizo.

A SRª PATRÍCIA BLANCO – O auditório do Insper é na Rua Quatá, 300, Vila Olímpia. Eu vou passar o convite.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Ela vai passar o convite.

Conselheiro.

O SR. ANTÔNIO MARIA THAUMATURGO CORTIZO – Desculpe-me por eu ter chegado bastante atrasado, quase no final da reunião, mas é porque eu estava participando da mesa de negociação com a EBC. Exatamente nesta tarde, nós ouvimos uma coisa que não entendi agora. A TV é pública, mas não é pública. Ela é Governo, mas não é Governo. Por quê? Porque ela é pública, mas o Governo é que dita as normas, inclusive do reajuste salarial dos seus empregados. Foi o que ocorreu, hoje à tarde, com a minha presença lá.

Eram 2,5% na reunião passada, na sexta-feira passada. Hoje aumentou-se 1%, 3% e nada mais. E o que diz a direção da empresa? Que essa determinação é do Dest, que é um órgão do Ministério do Planejamento. Então, é Governo. O Governo dita as normas para a empresa que não é do Governo. É o que eu estou vendo. E a senhora acabou de dizer que não é do Governo a empresa. A NBR é um departamento da empresa. A EBC é que é a empresa. A empresa é um todo. Ela vive no Tesouro Nacional. Por isso, ela é Governo ainda. Ela não vive de propaganda isolada, concorrendo com as outras emissoras de rádio e televisão. Infelizmente, é assim.

Bom, mas não era isso, eu queria complementar a informação. Por conta disso, os sindicatos – eu represento a confederação lá –, em assembleia geral, resolveram estar em estado de greve a partir da meia-noite de hoje, ou seja, a zero hora de amanhã entrarão em greve se a resposta não fosse satisfatória. Lamentavelmente, numa reposição salarial, reposição, não é reajuste, não é aumento, de 10%, que hoje, novembro, nós temos 10% de inflação a partir de novembro do ano passado para cá, se oferece 3,5%, é porque realmente não quer negociar. Isso vai resultar em quê? Em uma greve a partir da zero hora de amanhã, ou seja, meia-noite de hoje.

Por conta disso, a empresa já ajuizou o dissídio de greve junto ao Tribunal Superior do Trabalho. Portanto, acabaram-se, por enquanto, as negociações com a EBC. Vamos, agora, discutir o assunto na mesa do Tribunal Superior do Trabalho, lamentavelmente, porque foi intransigência da empresa, que não é Governo, mas que ouve o que o Governo diz: "Você não pode dar mais do que isso". Lamentável.

Se a senhora pudesse interferir como Conselho Curador junto ao Conselho de Administração, isso seria interessante, desvincular isso. Por quê? Porque a Conab é uma

empresa pública igualzinho à EBC. Ela também recebe recursos do Tesouro Nacional, e foi-lhe concedido 8,5%.

Só isso, Drª Ana.

Eu agradeço a sua presença também, embora tenha chegado atrasado, parabenizo a sua presença...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANTÔNIO MARIA THAUMATURGO CORTIZO – ... e a da Profª Maria Helena Weber também.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Muito obrigado, Conselheiro Antônio Cortizo.

Enfim, não havendo mais inscritos e tendo cumprido a nossa pauta quanto ao tempo possível, e acho que cumprimos muitíssimo bem, como já disse, com uma grandeza, uma riqueza fundamental de discussão, eu consulto os membros da sociedade civil presentes se tem alguma manifestação. (*Pausa.*)

Não havendo, e tendo cumprido integralmente o nosso objetivo, declaro encerrada a reunião, convocando outra para o próximo dia 7 de dezembro, com o início dos trabalhos às 9h, com seminário já designado.

SENADO FEDERAL CN - 55
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (5ª Reunião) 09/11/2015

DOCUMENTOS PERTINENTES À 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2015 DO CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, REALIZADA EM 09 DE NOVEMBRO DE 2015, A SER PUBLICADO JUNTAMENTE COM A ATA, NO DIÁRIO DO SENADO FEDERAL.

1. Lista de presença dos membros;
2. Ofício nº 82/2015 do Conselho Curador da EBC;
3. Apresentação da Professora Maria Helena Weber, Coordenadora do Projeto de Monitoramento e Análise de Conteúdo da Programação dos Veículos de Comunicação da Empresa Brasil de Comunicação – EBC – TV BRASIL.

CONGRESSO NACIONAL
Conselho de Comunicação Social

Reunião: 5ª Reunião do CCS
Data: 09 de novembro de 2015 (segunda-feira), às 14h
Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - CCS

TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	
Walter Vieira Ceneviva	1. Paulo Machado de Carvalho Neto
Representante das empresas de televisão (inciso II)	
José Francisco de Araújo Lima	1. Márcio Novaes
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	
Marcelo Antônio Rech	1. VAGO
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	
Roberto Dias Lima Franco	1. Liliana Nakonechnyj
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	
Celso Augusto Schröder	1. Maria José Braga
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	
José Catarino do Nascimento	1. Antônio Maria Thaumaturgo Cortizo
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	
Sydney Sanches	1. Jorge Coutinho
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	
Pedro Pablo Lazzarini	1. Luiz Antonio Gerace da Rocha e Silva
Representante da sociedade civil (inciso IX)	
Ronaldo Lemos	1. Patrícia Blanco
Miguel Ângelo Cançado	2. Ismar de Oliveira Soares
Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira	3. VAGO
Henrique Eduardo Alves	4. Aldo Rebelo
Fernando César Mesquita	5. Davi Emerich

Empresa Brasil de Comunicação - EBC
SCS Quadra 08, Bloco B 50 - 1º Subsolo
Edifício Super Center - Venâncio 2000
Caixa Postal 08240 Brasília - DF
CEP 70333-900
www.ebc.com.br

Ofício n.º. 082/2015
Conselho Curador

Brasília, 08 deoutubro de 2015

A Sua Senhoria a Senhora
SILVÂNIA ALVES DE AZEVEDO
Secretária do Conselho de Comunicação Social

Ref: Documentos do Conselho Curador - EBC

Prezado Secretário,

1. Em cumprimento ao disposto no inciso V do Artigo 17 da Lei 11.652/2008, segue ata com deliberações da 57ª Reunião Ordinária do Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação, realizada no dia 13 de agosto de 2015, na cidade de Brasília. A presente ata foi aprovada durante a 58ª Reunião Ordinária, realizada no último dia 07 de outubro de 2015, em Brasília.

2. Ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos ou solicitações.

Atenciosamente,

ANA LUIZA FLECK SAIBRO
Presidenta do Conselho Curador da EBC

Empresa Brasil de Comunicação

Empresa Brasil de Comunicação - EBC
SCS Quadra 08, Bloco B 50 - 1° subsolo
Edifício Super Center - Venâncio 2000
Caixa Postal 08840 Brasília - DF
CEP: 70333 900
www.ebc.com.br

ATA DA 57ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO CURADOR DA EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S/A – EBC, REALIZADA AOS DEZESSETE DIAS DO MÊS DE JUNHO DE DOIS MIL E QUINZE, NA SEDE DA EBC, EM BRASÍLIA/DF, NA FORMA ABAIXO

CNPJ Nº 09.168704/0001-42 NIRE Nº 53.5.0000348-7

Aos treze dias do mês de agosto do ano de dois mil e quinze, às dez horas, na sede da EBC, em Brasília-DF, reuniu-se o Conselho Curador da EBC, convocado na forma do artigo 28 do Decreto nº 6.689, de 11 de dezembro de 2008, publicado no DOU de 12 de dezembro de 2008, com a presença dos seguintes membros: **Ana Luiza Fleck Saibro** (Presidente), **Rita de Cássia Freire Rosa** (Vice-Presidente), **Adriano de Ângelis** (Assessor do Ministro da Cultura), **Ernesto Esteves Neto** (Representante do Ministro de Estado da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República), **Ana Maria da Conceição Veloso, Cláudio Salvador Lembo, Enderson Araújo de Jesus Santos, Eliane Pereira Gonçalves, Evelin Maciel, Ima Célia Guimarães Vieira, Isaías Dias, João Jorge Silva Rodrigues, José Antônio Fernandes Martins, Joelzito Almeida Araújo, Letícia Luiza Yawanawá, Mário Augusto Jakobskind, Murilo Ramos, Paulo Ramos Derengoski, Rosane Maria Bertotti, Venício Artur de Lima e Wagner Tiso Veiga, Américo Martins**, na qualidade de Diretor Presidente; além dos Diretores **Sylvio de Andrade** (Vice-Presidente de Gestão e Relacionamento), **Clóvis Curado**, (Diretor de Administração, Finanças e Pessoas), **Myriam Porto** (Diretora de Produção), **Nereide Beirão** (Diretora de Jornalismo), **Asdrúbal Figueiró Jr.** (Diretor de Programação e Conteúdo), **Regina Maria Silvério** (Secretária Executiva) e ainda **Tiago Severino** (Ouvidor Adjunto). Justificaram suas ausências os Conselheiros, Daniel Lembo, Takashi Tome, o Ministro Edson Antonio Edinho da Silva, Ministro José Aldo Rebelo Figueiredo, Ministro João José Silva Ferreira e o Ministro Renato Janine Ribeiro e as Conselheiras Heloísa Maria Murgel Starling. A reunião foi convocada para atender à seguinte pauta: 1) Abertura, Leitura e Aprovação da Pauta da 57ª Reunião Ordinária do Conselho Curador; 2) Leitura e Aprovação da Ata da 56ª Reunião Ordinária; 3) Lançamento da Revista; 4) Posse dos/as novos/as Conselheiros/as + Informe sobre eleição da nova representante dos Empregados para o Conselho; 5) Boas Vindas da Diretoria da EBC aos/as novos/as Conselheiros; 6) Avaliação do Seminário Modelo Institucional da EBC; 7) Apresentação do Monitoramento Semestral do Plano de Trabalho; 8) Relatório da Ouvidoria; 9) Informes Conselho Curador (Parabenizar equipe do "Caminhos da Reportagem" finalista do Prêmio MPT; 10) Informes Direção EBC; 11) Outros Assuntos. **1)** Ao abrir a reunião, a presidente **Ana Fleck** cumprimentou os internautas e concedeu a palavra aos conselheiros para apresentação de considerações sobre a pauta. A conselheira **Evelin Maciel** pediu o adiamento do item 7 da pauta para a próxima reunião para que os conselheiros tivessem tempo para ler o documento que acabaram de receber. Contudo, o secretário executivo **Guilherme Strozi** explicou que a intenção era apresentar o relatório e o Conselho estabeleceria um prazo para que os conselheiros possam contribuir com suas críticas, demandas e sugestões ao relatório, já apontando para o Plano de Trabalho de 2016, de forma que a apresentação foi mantida. **2)** A ata da reunião anterior foi aprovada. **3)** Lançamento da revista. **Priscila Crispi**, jornalista da Secretaria do Conselho, apresentou a 5ª edição da revista do Conselho Curador, que é eletrônica, com publicação semestral e trata de temas que são discutidos pelo Conselho. A última edição, lançada em julho, traz na reportagem principal a produção voltada para crianças na TV e nos demais veículos da EBC. A matéria abordou o que as crianças querem assistir e o que os pais acham

que elas devem assistir com o objetivo de evitar que os produtores de conteúdo tomem essa decisão sozinhos. Ela informou que os profissionais da EBC envolvidos na produção de conteúdos para crianças foram ouvidos, assim como crianças, pais, profissionais de educação e psicólogos, além da Ouvidoria, que tem registros sobre a programação feitos por crianças. Para mostrar a experiência internacional, foi entrevistado o coordenador da programação infantil da TV pública da Argentina, Paka Paka, que tem um canal específico para esse público. A edição traz ainda editorial da presidente Ana Fleck e, na coluna fixa dos trabalhadores, há um texto do repórter da TV Brasil Pedro Henrique Moreira sobre como as relações trabalhistas podem fazer uma revolução na produção de conteúdo. Há também um balanço das atividades do Conselho ao longo de todo o primeiro semestre de 2015, incluindo a nomeação de cinco novos conselheiros que tomam posse nesta reunião. Na editoria dedicada a produtores de conteúdo, a revista conversou com o artista Gog, referência do rap em Brasília. Artigo destinado à academia trata da faixa sobre diversidade religiosa e como o Conselho atua nesse tema. Na editoria da Ouvidoria há reflexão sobre o papel de ombudsman da Ouvidoria. Na coluna dos conselheiros, a conselheira Rosane Bertotti fala sobre a necessidade de democratização do sistema de comunicação. Na última página, dedicada à arte, há um poema de Walter Silveira, profissional da EBC, sobre criança e tecnologia. A jornalista finalizou a apresentação agradecendo a colaboração de todos os conselheiros e funcionários que participaram da revista e o trabalho dos profissionais diretamente envolvidos na sua produção. A presidente **Ana Fleck** elogiou a revista e recomendou a leitura aos novos conselheiros. **4)** Posse dos/as novos/as conselheiros/as. Antes de iniciar a cerimônia de posse dos novos conselheiros, a presidente **Ana Fleck** informou que dentro das pastas de cada um havia uma carta de despedida de Nelson Breve, ex-diretor-presidente da EBC, e a publicação no Diário Oficial da União do nome de Américo Martins como novo ocupante do cargo. Ela prestou uma homenagem aos conselheiros que deixam o Conselho: Maria da Penha, José Martins, Murilo Ramos, João Jorge e Daniel Aarão. O conselheiro **João Jorge dos Santos Rodrigues** agradeceu a convivência no Conselho e a oportunidade de, ao longo de cinco anos, discutir, na qualidade de militante da cultura e do movimento negro brasileiro, a prática de melhores políticas para promoção da igualdade racial, com destaque para as discussões sobre a programação religiosa, sobre música e sobre a cobertura de assuntos relacionados à África. Desejou boa sorte aos novos conselheiros. O conselheiro **Murilo Ramos** aproveitou a despedida para pontuar, às fls. 12 a 16 das notas taquigráficas, momentos e pessoas que marcaram sua passagem pelo Conselho. A conselheira **Rita de Cássia Freire**, vice-presidente do Conselho, agradeceu as contribuições inspiradoras de todos que deixam agora o Conselho. Ressaltou a importância que foi para várias pessoas do movimento negro a possibilidade do debate dentro do Conselho para transformação, não só das "carinhas" brancas do Conselho, mas o próprio conjunto da EBC, que é uma luta que continua e que João Jorge deixa como herança para os novos conselheiros. Lembrou que foi a partir desse trabalho que hoje existe a perspectiva de que 40% das vagas do Conselho tenham de respeitar a diversidade étnica, movimento negro e indígena. Destacou que o professor Murilo Ramos desenvolveu várias análises e reflexões que marcaram debates em grupos, plenárias e seminários, uma contribuição que continuará fazendo diferença mesmo após sua saída. Também homenageou o conselheiro Daniel Aarão, pela coragem em suas colocações, o empresário José Fernandes Martins, que deu valiosas lições de gestão democrática, com participação e decisão dos trabalhadores. Quanto à conselheira Maria da Penha, destacou sua enorme contribuição com luta pelos direitos das mulheres, e assegurou a continuidade desse compromisso. O conselheiro **Paulo Derengoski** saudou todos os colegas que deixam o grupo. Disse que Murilo Ramos trouxe a luz da academia e que guardará de João Jorge as notícias de felicidade. Destacou a competência e dedicação do Dr. José Fernandes Martins, a história de vida e luta de Maria da Penha e a produção intelectual e combate à ditadura realizados por Daniel Aarão. Disse se sentir agradecido e honrado por ter sido colega de todos eles. A presidente **Ana Fleck** registrou a presença da nova representante dos empregados da EBC no Conselho, Akemi Nitahara, eleita com 60% dos votos. Afirmou que ela não tomará posse hoje porque falta a publicação no Diário Oficial da União. A conselheira **Eliane Gonçalves** disse que o Conselho ganhará com a chegada de Akemi Nitahara, uma

pessoa ponderada, que conhece muito bem a EBC, onde trabalha há dez anos e cobrou agilidade do Governo Federal na designação da futura conselheira. A presidente **Ana Fleck** disse que já cobrou rapidez na publicação da nomeação e o fará novamente. Seguiu-se a posse formal dos novos conselheiros, representantes da sociedade civil, Venício Artur de Lima, Joel Zito Almeida de Araújo, Enderson Araújo de Jesus Santos, Letícia Luiza Yawanawá e Isaías Dias. Antes de empossar esses dois últimos conselheiros, a presidente Ana Fleck chamou o conselheiro José Martins para lhe homenagear e conceder a palavra. Integrante do Conselho desde a sua criação, **José Fernandes Martins** disse que o trabalho e as discussões realizadas pelo Conselho contribuíram muito com a EBC, que é uma empresa respeitada em todos os meios culturais. Disse que o país atravessa uma crise sem precedentes e que, em 56 anos na indústria automobilística, nunca viu uma situação como a de agora, quando o país começa a mostrar que perdeu o rumo. Afirmou que a EBC pode dar uma contribuição muito grande, mostrando à população que o país não vai terminar e ajudando a varrer o pessimismo. Ele agradeceu e se despediu carinhosamente do Conselho. Prosseguindo na posse dos novos conselheiros, o conselheiro **Venício Artur de Lima** agradeceu a presidente Ana Fleck e a amiga Rosane Bertotti, que lançaram sua candidatura e fizeram a campanha. Disse que participou de um grupo de trabalho no Ministério da Cultura, entre 2006 e 2007, quando se iniciava a discussão sobre a criação da EBC, e que foi palestrante no 1°. Fórum das TVs Públicas. Registrou ser amigo há cinco décadas de Murilo Ramos e disse não ter a pretensão de substituí-lo por não ter sua especialização em comunicação pública. Comprometeu-se a dar o seu melhor para contribuir com a consolidação e fortalecimento da EBC como alternativa ao quase monopólio da comunicação privada comercial que impera há décadas no Brasil. O conselheiro **Isaías Dias** contou que é bancário, oriundo do movimento sindical e que participou por quatro gestões do Conselho Nacional do Direito da Pessoa com Deficiência. Disse que também chegou ao Conselho com a missão de aprofundar o debate da questão da pessoa com deficiência, carente de acessibilidade aos meios de comunicação. Casado com uma deficiente auditiva, ele deu como exemplo seu caso pessoal. Relatou que no seminário realizada no dia anterior, sua esposa não entendeu nada porque não havia legenda. Ele quer que dentro do Conselho, nas transmissões pela internet, haja legenda, audio-transcrição e tradução em libras para viabilizar a participação de parte da população que atualmente está excluída dos debates do Conselho. O conselheiro **Joel Zito Almeida Araújo** disse que é uma honra integrar o Conselho e agradeceu aos colegas de Brasília e do Rio de Janeiro, que o convidaram a se candidatar e fizeram intensa campanha pela sua eleição. Afirmou que é um desafio substituir João Jorge, amigo de 20 anos e parceiro insubstituível. Disse que notou na reunião desta tarde certa ausência de debate sobre TV Pública, televisão e cinema no Brasil e que o setor de audiovisual registra níveis muito elevados de desigualdade racial. Citou que de 400 cineastas que produzem filmes no país, apenas 11 são negros. Entende que é um desafio do Conselho fazer da EBC um novo paradigma, um modelo de novo audiovisual que represente a diversidade brasileira, a diversidade racial, étnica e cultural. A conselheira **Letícia Luiza Yawanawá** disse que pretende ser na EBC a voz da mulher e do homem da floresta, da terra, que tanto contribui para o desenvolvimento do município, do estado e do país. Agradeceu o apoio da conselheira Rosane Bertotti e disse que vai atuar no combate ao discurso de que há muita terra para pouco índio e que os índios representam atraso para o progresso. O conselheiro **Enderson Araújo de Jesus Santos** iniciou sua fala recitando trecho da música Negro Drama que disse representar muito para jovens negros da periferia como ele. Agradeceu a ajuda da conselheira Evelin Brisolla, do professor João Jorge e de Pola Ribeiro, que lhe apresentou o Conselho, bem como as instituições que o indicaram e as que contribuíram no seu crescimento como jovem comunicador, entre elas, o Mídia Periférica, o Ruas e o Unicef. Agradeceu também o colegiado do Conselho Curador, a presidente Dilma Rousseff pela nomeação e a mãe e a avó, duas mulheres negras que como tantas outras lutam sozinhas para criarem seus filhos. Disse que assume vaga destinada à sociedade civil pelo segmento da juventude negra e que tem a sensação nada confortável de que não pode errar. Afirmou ser instrumento da luta pela democratização e acesso dessa juventude espalhada pelas periferias e favelas do Brasil que produzem conteúdo de comunicação, desde entretenimento, a notícias e denúncias de seus locais. Afirmou que a EBC é um importante instrumento

que precisa rejuvenescer e enegrecer, no conteúdo e no rosto de quem aparece na tela, pois hoje o jovem negro não se vê na TV Brasil nem se sente seduzido ou ouvir a programação das rádios da EBC. O conselheiro **Mário Jakobskind** saudou a presença dos novos conselheiros e disse que eles fortalecerão o Conselho. Citando a crise no país abordada por José Martins, ele chamou atenção para a grande responsabilidade da mídia de modo geral, pública e privada. Alertou que a população brasileira está sendo vítima de informações deturpadas, que não correspondem à realidade e ampliam a crise que é mundial do sistema capitalista. A conselheira **Rosane Bertotti** saudou a Marcha das Margaridas, que classificou como bela e emocionante. Agradeceu todo o aprendizado obtido com os colegas que deixam o Conselho. Desejou sucesso ao novo diretor-presidente da EBC Américo Martins. Disse que ficou lisonjeada com os agradecimentos que recebeu e que seu trabalho está dentro de um processo de luta de todo movimento social que atua nesse campo. A conselheira **Ana Maria Veloso** agradeceu a todos que deixam o Conselho pelos ensinamentos e acolhimento. Aos que chegam, disse que muitos já eram referência para ela e deu boas-vindas a todos. A presidente **Ana Fleck** encerrou a cerimônia de posse e comunicou o convite da direção da EBC para que os novos conselheiros conhecessem as instalações da empresa. **5)** A segunda parte da reunião começou com a análise do item VI a pauta, que é a avaliação do seminário do modelo institucional da EBC. A conselheira **Rita de Cássia Freire** disse que quem não pôde estar no seminário perdeu um dos grandes momentos e uma das grandes iniciativas conjuntas entre conselho, empresa, empregados, sociedade civil e universidade, num dos debates mais abrangentes sobre o modelo da EBC. Com a participação também de representantes do governo, como Ministério da Cultura e Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, ela explicou que o seminário tinha como objetivo reunir subsídios para o Conselho, e não criar uma carta de compromissos. As discussões concentraram-se em três eixos: autonomia, financeiro e conteúdo e participação social. Não houve consensos nem propostas. Um dos temas muito debatidos foi a vinculação da EBC a setores de governo e se isso interferia em sua autonomia e na qualidade dos serviços prestados. A busca de recursos também foi muito discutida, assim como os critérios para distribuição de verbas publicitárias entre os setores. Foi colocado com muita ênfase que as câmaras temáticas do conselho devem se fortalecer para enfrentar esses temas, para trazer para o pleno propostas que sejam de fato contribuições ao projeto. Foi informado que no próximo dia 24 haverá uma reunião da comissão organizadora do seminário para preparar a agenda que deverá ser encaminhada pelo Conselho. Surgiu num dos grupos, por conta da cartilha de participação social, a sugestão que seja feita uma audiência pública para debater os mecanismos de participação social na EBC, para que o público possa participar do conteúdo e dar opiniões. O conselheiro **Paulo Derengoski** disse que acompanhou o seminário pela internet e apresentou um texto escrito sobre emissoras educativas, abrigadas em estruturas estatais. Entende que não se pode prescindir das emissoras estatais de rádio e televisão, importantes instrumentos de difusão da cultura, da educação, do conhecimento e espaço privilegiado na divulgação de atos do governo. O conselheiro **Cláudio Lembo** pediu a palavra para elogiar o programa Caminhos da Reportagem e o Repórter Brasil Noite, da TV Brasil, pela cobertura que realizou do seminário. A conselheira **Evelin Maciel** parabenizou a organização do seminário e sugeriu que os resultados sejam enviados às Câmaras Temáticas para encaminhamento das discussões. O Sr.**Adriano de Ângelis,** representante do Ministério da Cultura, parabenizou o Conselho Curador e sua Secretaria pelo trabalho e a comissão organizadora do seminário. Ressaltou a intensidade e riqueza dos debates. A conselheira **Ima Vieira** também parabenizou a organização seminário e disse que foi um dos eventos mais importantes que o Conselho já fez. Contudo, avalia que o Conselho não tem trabalhado bem o resultado das audiências, consultas e seminários que tão bem organiza. Por isso, disse ser muito importante que se dê continuidade às discussões sobre o modelo que, em sua avaliação, não atende aos objetivos da comunicação pública no país, com necessidade de reformulação e avanço. Sugere que depois de tudo condensado e organizado, os temas sejam analisados pelas câmaras temáticas e levados para as reuniões das plenárias. A conselheira **Eliane Gonçalves** saudou os novos conselheiros. Disse que o seminário foi um momento bastante rico, com discussão de questões profundas e caras à EBC e que mudanças podem ser feitas imediatamente pelo

Conselho. Afirmou que o momento é oportuno para, junto com os trabalhadores, encontrar um novo rumo para a EBC que torne a empresa forte e relevante. O diretor-presidente da EBC, **Américo Martins**, disse que **Eliane Gonçalves** pode contar com ele e parabenizou a iniciativa de realizar o seminário, assim como seu formato e a riqueza dos debates. Concordou que a comunicação pública precisa ter mais protagonismo na mídia. A presidente **Ana Fleck** disse que, após a sistematização das propostas pelo comitê organizador do seminário, o Conselho irá se debruçar sobre o documento e dará os encaminhamentos cabíveis, que podem ser sugestões à Direção, resoluções do Conselho ou sugestão de alteração de lei. Propôs a criação de um grupo de trabalho do Conselho para tratar o documento final e encaminhá-lo às Câmaras Temáticas, que se reunirão em setembro. A sra. **Mariana Martins**, da secretaria-executiva, disse que a próxima reunião do Conselho está marcada para o dia 21 de outubro e sugeriu que a reunião das Câmaras Temáticas ocorresse no dia anterior. A presidente **Ana Fleck** disse temer um intervalo tão longo. Ficou decidido então que a reunião das câmaras temáticas será no dia 24 de setembro. O grupo de trabalho será composto pela presidente Ana Fleck e pelas/os conselheiras/os Evelin Maciel, Ima Vieira e Enderson Santos. A presidente **Ana Fleck** agradeceu a equipe da Secretaria Executiva do Conselho pelo trabalho incansável na preparação do seminário com uma salva de palmas. **6)** Monitoramento Semestral do Plano de Trabalho de 2015. O Diretor-Presidente, **Américo Martins,** informou que no primeiro semestre de 2015 a EBC contava com 172 projetos sendo que 121, ou seja, 70% deles, estão dentro do prazo, 17 estão atrasados e 8 foram cancelados por razões diversas. Ele explicou que esses projetos são programas e metas da Agência Brasil. A Diretoria de Produção é a que concentra o maior número de projetos. Os atrasos devem-se, especialmente, a problemas técnicos, como o ocorrido no Rio de Janeiro que teve problemas com o ar-condicionado, e problemas de ordem financeira por conta do atraso na liberação de verba orçamentária. O Sr. **Sylvio de Andrade**, vice-presidente de Gestão e Relacionamento, informou que na Rede Nacional de Comunicação Pública há destaque de conteúdos, como a veiculação da Copa América de futebol e que no aspecto técnico, conseguiram atualizar e obter o mapa de cobertura da TV Brasil, considerando o alcance também das emissoras parceiras da Rede. Disse que é o terceiro semestre que conseguem realizar as iniciativas de relacionamento e de intercâmbio. Citou como exemplo a realização da nona edição do comitê de rede que é um encontro periódico dos dirigentes das emissoras, e dos encontros setoriais, como o de jornalismo, rádio, TV e comunicação. O próximo encontro será o de gestão, no dia 27 de agosto. A presidente **Ana Fleck** comunicou que Conselho foi convidada para essa reunião de rede e que ela participará. O Diretor-Presidente, **Américo Martins,** manifestou preocupação em relação à audiência, informando que os gráficos mostram grandes oscilações em algumas áreas. Houve aumento da parceria no RS, grande queda em PE onde houve expressiva queda de investimento, e no DF ocorreu aumento da audiência. No RJ houve significativa queda devido a problemas de sinal. Por outro lado, disse que a banda do satélite foi ampliada, com expressiva melhoria na recepção dos canais digitais. Coube ao sr. **Asdrúbal Figueiró Júnior**, diretor de Conteúdo e Programação, responder ao questionamento sobre a brusca queda de audiência em Pernambuco. Ele disse que uma queda desse tipo é por problema com sinal e que é difícil explicar uma queda tão grande só por causa da programação. Afirmou que a parceria no estado passa por dificuldade financeira, o que afeta sinal e área de cobertura, e que houve também redução no jornalismo local. A conselheira **Ana Maria Veloso** disse que conversou com o reitor da Universidade Federal de Pernambuco, seu local de trabalho, sobre a importância da parceria da EBC com a universidade e os investimentos que a instituição de ensino tem tentado fazer para melhoria da qualidade dos programas, da TV e das rádios. Disse que a queda de audiência é uma surpresa para ela e que vai conversar com o pessoal no estado para saber exatamente o que houve, tendo em vista que Pernambuco costuma ter boa audiência. O sr. **Américo Martins** comprometeu-se a disponibilizar todos os dados de audiência do Estado. Ele chamou atenção para dificuldade financeira dos parceiros nos estados. Informou que em Tocantins, por problemas financeiros, o sinal de satélite teve que ser cortado, razão pela qual a cobertura que era em todo o estado agora se limita à capital Palmas. Entende que a EBC precisa ajudar. Sobre as rádios, disse que é preocupante a baixa audiência das rádios AM. Disse que as pessoas ouvem cada vez menos rádio AM e sugeriu que elas sejam

transmitidas através de aplicativos. Segundo ele, já existe um aplicativo "mal resolvido" para rádios criado na EBC que demanda investimento para ser aprimorado. A FM do RJ é a rádio do grupo com maior audiência. No universo de conteúdos na *web* os resultados de audiência são melhores, com destaque para a Agência Brasil, que é bastante replicada. **Américo Martins** informou que só é possível medir o acesso direto e que é preciso fazer parcerias com os grandes portais para mensurar o acesso das notícias replicadas, principalmente pelo fato de que a Agência Brasil é um grande produtor de conteúdo no país, o que revela uma grande oportunidade para negociar acordos desse tipo. Reiterou a preocupação com investimento no parque tecnológico e disse que é preciso investir muito, desde de servidores a transmissores. A conselheira **Eliane Gonçalves** apoiou as parcerias para mensurar quem acessa as notícias da EBC e sugeriu incluir também a Radioagência Nacional. O sr. **Américo Martins** disse que ao anunciar mudanças na Agência e no Portal, com a fusão dos dois, esclareceu que tinha o propósito maior de melhorar toda a transmissão multimídia. O conselheiro **Paulo Derengoski**, residindo no interior do Rio Grande do Sul, destacou que a Agência Brasil já teve grande penetração nos jornais do interior e que observa uma aparente dificuldade de expansão da Agência. Pediu que se facilite o acesso desses jornais à Agência o máximo possível. O sr. **Américo Martins** informou que o material da Agência já é disponível para todo o mundo, mas que tem o objetivo de ampliar muito a distribuição. Entre as boas notícias, Martins disse que no primeiro semestre de 2015 a EBC teve várias indicações para o Prêmio TAL, do Uruguai, que reconhece a qualidade e excelência da produção de conteúdos realizados por emissoras públicas da América Latina. O Brasil de Darcy Ribeiro venceu um dos prêmios, dentre vários outros conquistados. A sra. **Nereide Beirão**, diretora de Jornalismo, comunicou que o programa "Caminhos da Reportagem" venceu o Prêmio Petrobrás de Jornalismo na categoria Programa Cultural. Houve também a conquista do Prêmio Sebrae de Jornalismo, etapa DF, e vários programas foram finalistas em premiações. Neste segundo semestre já há mais vitórias. A sra. **Myrian Porto**, diretora de Produção, apresentou as inciativas de sua área que renderam bons resultados, entre elas, o acordo de cooperação com a instituição sul-americana Educar, que possibilita a troca de conteúdos. Destacou a programação ao vivo na Web, com grande audiência e participação de crianças e pais, e o sucesso do uso da segunda tela nas transmissões, recurso que deve ser mais utilizado. Falou também da boa repercussão de programas especiais como a Época de Ouro na Web e o programa especial no qual um jornalista com Síndrome de Down entrevistou Chico Buarque. Questionada pelo conselheiro **Paulo Derengoski** sobre a situação do banco de projetos, a sra. **Myrian Porto** disse que está em curso a fase de seleção de projetos inscritos no ano passado. Explicou que a demora se deve à carência de recursos e estima que até novembro serão anunciados os projetos selecionados de TV, rádio e Web. Também em novembro serão abertas as inscrições para novos projetos. O sr. **Américo Martins** informou que a programação inédita da TV Brasil cresceu 5.4% em relação ao primeiro semestre de 2014 e que a intenção é aumentar ainda mais. Comparado ao mesmo período, a programação ao vivo cresceu 20%, muito em função dos eventos esportivos transmitidos e o número de programas de rede aumentou 100%. A Rádio Nacional do Alto Solimões, única rádio que transmite em português em Tucuna, na região da tríplice fronteira com a Colômbia e o Peru, ampliou em 50% o conteúdo produzido na região. Foi notado o fortalecimento da rede pública de rádio com coberturas especiais, principalmente com a transmissão de eventos esportivos. Os direitos para transmissão no rádio das Olimpíadas de 2016 já estão assegurados. Está em andamento projeto de implantação da Rádio UFRJ FM, no RJ, que fará parte da rede da EBC, e foi concluída a reestruturação do Centro de Atendimento ao Ouvinte das emissoras no RJ. Quanto às Agências e o conteúdo digital que têm dado bom resultado do ponto de vista de audiência, com a nova estratégia para publicação em redes sociais, foi notada uma repercussão muito grande do conteúdo multimídia nas redes. Martins informou que a audiência da Radioagência teve crescimento de 73% em relação ao primeiro semestre do ano passado, e o Portal um aumento de 12%. O mês de junho foi o segundo melhor mês de audiência da história da web, com 3.267 usuários. A conselheira **Ana Maria Veloso** pediu explicações sobre o aproveitamento no Repórter Brasil de notícias produzidas pelas emissoras parceiras de fora do eixo RJ-SP-Brasília, que segundo o relatório é de apenas 10%. E perguntou se

Pernambuco tem conseguido cumprir o *deadline*, pois soube de matérias produzidas que não foram ao ar. A sra. **Nereide Beirão** explicou que apesar de 10% parecer pouco, não é, considerando o volume de conteúdo factual recebido das três praças citadas, além das notícias internacionais e de esporte. Exemplificou que no Recife há muita dificuldade com a produção de conteúdo factual. Afirmou que há a questão do *deadline*, que é fundamental dar retorno sobre a razão da matéria não ter sido usada e disse que sempre tentam aproveitar tudo o que recebem para atingir a meta de ser nacional. Sobre o balanço do primeiro semestre ela relatou que foram produzidos o Jornal Especial dos 450 anos da cidade do Rio de Janeiro, o Repórter São Paulo no aniversário da cidade, cobertura da Virada Cultura na capital paulista, o acompanhamento dos jogos de Toronto e dos 500 dias para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio de Janeiro. Falou da boa repercussão em julho com a Maria Lúcia Fatorelli e o Observatório de Imprensa, com a Viviane Moser e do grande retorno do espaço público na internet, com muita participação em que as pessoas fazem perguntas no momento do programa. O conselheiro **Venício Artur de Lima** questionou como é feita a divulgação dos programas da TV Brasil, alertando que se as chamadas forem feitas apenas na própria emissora não atrairá quantidade de gente que certamente teria interesse em assistir se soubessem do programa. Perguntou sobre a divulgação nas redes sociais. A sra. **Nereide Beirão** reconheceu que a divulgação é muito fraca e disse que chega a ser frustrante ver programas muito elogiados em premiações que quase não são assistidos porque a audiência da TV Brasil é baixa. Contou que já foi pior, porque antes nem havia chamada durante a programação. O conselheiro **Joel Zito Almeida Araújo** citou a experiência que se vê em outras emissoras de *crossmidia*, em que, para alavancar a audiência de um programa, ele é citado em outros programas e precedidos de matérias sobre ele. O sr. **Américo Martins** disse que há algumas ações com excelentes resultados, como o uso do Facebook, mas que é preciso fazer muito mais na divulgação. Ele reclamou que na junção entre a Agência e o Portal, o nome do produto, Portal EBC, ficou "horrível" e disse que é preciso encontrar outro nome fantasia. A conselheira **Ima Vieira** parabenizou a forma inovadora da apresentação do relatório semestral, que permite melhor avaliação e monitoramento das metas. Perguntou se os Jogos Indígenas previstos para agosto irão mesmo acontecer. Sobre outro assunto de interesse da Amazônia, disse que o Festival de Ópera do Amazonas estava com problemas na organização e que a EBC havia se comprometido a encontrar outro evento correlato para cobrir. Informou que está ocorrendo o Festival de Ópera do Pará, com cobertura da TV Cultura local. Questionou o treinamento dos empregados, que está com status positivo, mas tem zero por cento de realização no semestre. Indagou sobre a situação do plano de cobertura das Olimpíadas de 2016, sobre o qual houve apenas a apresentação de um esboço na última reunião e mesmo assim estava com status de 100%. Por fim, perguntou porque foram canceladas as duas últimas ações de participação em eventos para produção de conteúdo e eventos regionais. O sr. **Américo Martins** informou que os jogos estão atrasados por vários motivos, inclusive de ordem econômica na capital de Tocantins, onde eles ocorrerão. Há um projeto específico de transmissão do evento, mas o problema está na organização local. Sobre o Festival de Ópera do Pará, disse que checaria e procurar fazer um registro, pois não havia mais tempo hábil para transmissão. Ficou de checar a questão do treinamento de empregados. Quanto ao plano de cobertura das Olimpíadas, disse que foi apresentado apenas um esboço mesmo e que deve ter ocorrido erro na classificação do status, pois o tema ainda está sendo trabalhado. Informou que o cancelamento das ações voltadas para produção regional ocorreu por falta de orçamento. O conselheiro **Isaías Dias** disse os Jogos Paralímpicos evidenciou que a EBC não consegue fazer propaganda de seus produtos e que a maioria dos conselheiros do Conselho Nacional de Direito das Pessoas com Deficiência não sabia que a EBC estava transmitindo a competição. O conselheiro **Mário Jakobskind** sugeriu a divulgação com antecedência do programa Caminhos da Reportagem sobre regulação da mídia, que poderá atingir um bom pico de audiência. A conselheira **Eliane Gonçalves** elogiou o novo formato da apresentação do relatório semestral, mas apontou alguns problemas como o fato de várias atividades que estão com o percentual de execução abaixo de 50% estarem com o status de OK. Chamou atenção para o atraso na execução da reestruturação dos Acervos e catalogação do material. Também cobrou a execução do treinamento dos empregados e disse que a

empresa precisa rever a exigência de que os cursos sejam realizados fora do horário de trabalho porque a demanda por treinamento é da empresa e o empregado não pode ser obrigado a fazer hora extra para se capacitar. Destacou que a Rádioagência ultrapassou a meta ao conquistar 642% de usuários de rádio cadastrados. A sra. **Denise Boccacina**, da Superintendência de Agência e Conteúdos Digitais, explicou que a Radioagência conta agora com uma central de conteúdos e que houve um recadastramento de todos os e-mails, além de uma ação direta com os usuários. O conselheiro **Joel Zito Araújo** alertou que todas as pessoas negras com alguma influência nas redes sociais reclamam que a população negra não é representada na mídia e que há uma história no país de negação da presença da imagem e da cultura negra na mídia. Defende que a EBC e a TV Brasil conquistem esse seguimento. O sr. **Adriano de Ângelis**, representante do Ministério da Cultura, questionou o Eixo II do relatório, na página 25, que trata do eixo de conteúdo colaborativo. Disse que foi cobrado no seminário o fortalecimento desse campo de conteúdo da produção colaborativa, participativa e compartilhada. Como contribuição para melhor cobertura dos Jogos Paralímpicos, informou que está sendo desenvolvido pelo governo e por instituições da sociedade civil um trabalho semelhante ao realizado nas Olimpíadas de Londres, com programação cultural e atividades voltadas para o público com deficiência. Convidou a EBC e o Conselho para participarem da reunião que será realizado ainda no mês de agosto. O conselheiro **Isaías Dias** apontou falhas graves de acessibilidade aos produtos da EBC e perguntou se há projetos para inserção da linguagem de libras na programação e audiodescrição. Sugeriu que a EBC converse com o Conselho Nacional de Direito da Pessoa com Deficiência para ajudar nesses projetos. O sr. **Américo Martins** disse que o projeto existe e que há todo interesse em destinar os recursos necessários para ampliar a acessibilidade, servindo até de exemplo para as emissoras comerciais. A sra. **Myriam Porto**, diretora de Produção, informou ao conselheiro que de segunda à sexta-feira, às 8h, vai ao ar o programa Visual, apresentado em libras. A sra. **Denise Boccacina** lembrou que o programa foi indicado ao prêmio TAL e que a intenção é aumentar a acessibilidade na programação. A sra. **Regina Silvério**, secretária executiva, disse que os custos se elevarão e que é necessário desenvolver parcerias. Pediu auxilio do conselheiro Isaías Dias para isso. O sr. **Américo Martins** disse que já está sendo discutida a possibilidade de convênios com universidades que trabalham com acessibilidade. O sr. **Sylvio de Andrade**, vice-presidente de Gestão e Relacionamento, convidou os conselheiros para mais uma edição do Diálogos com a EBC, no dia 24 de agosto, na sede na EBC no Rio de Janeiro, evento destinado ao público interno da empresa que receberá convidados para discutir as Olimpíadas. O conselheiro **Enderson Araújo Santos** pediu para incluir no debate comunicadores que estão nas favelas e que farão a cobertura dos jogos, o que será combinado posteriormente com Sylvio Andrade. O conselheiro pediu mais informações sobre o programa Jovem Diário, que tem reprogramação prevista para 2016, e sobre o comitê de programação, que não teria autorizado o programa. Pediu para acompanhar e contribuir com o programa, que para ele precisa ser apresentado e produzido por jovens. O sr. **Américo Martins** disse que o Jovem Diário é um projeto reprogramado e não iniciado ainda na Rádio Web, mas que está na fila. Disse que o segundo semestre de 2015 será mais dedicado à rede de rádios. Brincou que o conselheiro Enderson será muito "importunado" para colaborar com a produção. O sr. **Asdrúbal Figueiró Júnior**, diretor de Conteúdo e Programação, disse que o programa Jovem Diário nem chegou a passar pelo Comitê de Programação e que ele foi reprogramado por restrições financeiras. Ele explicou que o comitê é um órgão interno, que reúne pessoas das várias áreas da emissora a cada 15 dias para discutir e aprovar os programas que entram ou saem da grade. A conselheira **Ana Maria da Conceição Veloso** indagou como está a cobertura dos Jogos Parapanamericanos e pediu que o conselheiro Isaías Dias acompanhe, na medida do possível, a discussão sobre acessibilidade nos programas da EBC para que no próximo plano de trabalho da empresa as políticas de acessibilidade já tenham metas para além do *close caption* e da audiodescrição. A sra. **Nereide Beirão** falou que a EBC sempre teve tradição de cobrir de forma muito mais intensa os jogos paralímpicos do que os olímpicos e que este ano foi negociado, inclusive, direito de transmissão da competição e produção de várias matérias, inclusive por uma repórter com deficiência. O sr. **Américo Martins** registrou seu agradecimento ao Comitê Paralímpico Brasileiro pelo apoio dado à

EBC para que conquistasse os direitos de transmissão. A conselheira **Evelin Maciel** disse que conheceu o conselheiro **Enderson Santos** no programa Câmera Ligada, da TV Câmara, que trata da democratização da comunicação, onde ele integrou-se ao Conselho Jovem do programa, numa metodologia de trabalho que pode ser adotada pela EBC. Explicou que é um conselho informal, que funciona a partir do voluntariado dos jovens, para participar e definir todas as pautas dos programas. Sobre o relatório semestral, pediu que os próximos apontem os investimentos da empresa na área de transmissão, que está relacionada à questão da audiência, para que o Conselho Curador defenda a ampliação desses investimentos junto ao Conselho de Administração. O conselheiro **Mário Jakobskind** lembrou que o grande telespectador da TV Brasil e de outros canais de televisão é o pessoal idoso e que a empresa também precisa investir em programação específica para esse grupo. A conselheira **Letícia Yawanawá** parabenizou a EBC por ter a intenção de cobrir os Jogos Mundiais Indígenas, que conta com encontro de mulheres pajé. A conselheira **Rita de Cássia Freire** falou sobre a Cartilha de Participação da Sociedade, e pediu um retorno da empresa a um projeto que foi muito discutido pelo Conselho. O sr. **Bráulio** informou que a cartilha está no ar, que foi feito material de divulgação para televisão, rádio e internet, apresentando os canais da EBC e convidando a população a participar com pautas, críticas, sugestões, vídeos e projetos. Disse que a cartilha, que está em constante processo de melhoria, ajudou a identificar lacunas, como a falta de um e-mail institucional para aquisição de conteúdos, que já foi criado. O conselheiro **Isaías Dias** criticou que a cartilha não é tão participativa assim porque uma parte da população brasileira não tem acesso a ela e apontou que deve melhorar a sua acessibilidade. A conselheira **Rita de Cássia Freire** agradeceu ao sr. Bráulio e disse que as sugestões apresentadas já foram aceitas porque a cartilha só passará a existir de fato quando todos/as os/as brasileiros/as tiverem acesso a ela e depois que ela for testada pela participação. Sugeriu uma audiência pública sobre participação social. A conselheira **Eliane Gonçalves** destacou que a cartilha traz o "Fale com a Redação", com um endereço de e-mail, e que, conforme discutido no seminário, o ideal seria especificar mais esse contato de forma menos centralizada, disponibilizando, por exemplo, um Fale com a Redação da TV Brasil, da Agência Brasil... Deixou o tema para reflexão. O conselheiro **Enderson Araújo Santos** também sugeriu a disponibilização de um número de WhatsApp, canal bastante utilizado para compartilhar informações e vídeos. A conselheira **Letícia Luiza Yawanawá** apoiou a sugestão do colega, mas destacou que nos lugares mais longínquos, como onde vivem os povos da floresta, o principal meio de informação continua sendo o rádio. Pediu informações sobre as rádios na Amazônia, que serão providenciadas. **7)** Relatório da Ouvidoria. A ouvidora Joseti Marques está de férias e o relatório de junho e julho foi apresentado pelo sr. **Tiago Severino**, seu substituto. Após saudar os novos conselheiros, ele disse que o destaque na TV Brasil foi, mais uma vez, o programa Caminhos da Reportagem, em especial a edição Independência e Morte, a África Portuguesa, que mereceu muitos elogios da Ouvidoria, pela qualidade da pesquisa e da produção do material. Há elogio também ao desenho animado Historietas Assombradas, na faixa infantil, que sempre recebe muitas manifestações na Ouvidoria, nem todas favoráveis. A edição elogiada tratou da representação gênero, de forma discreta e delicada. Também foi destaque na TV Brasil uma edição do Espírito Santo Rural, no qual uma entrevista com um deputado do estado que durou quase a metade de todo o programa foi considerada como promoção pessoal do político, o que foi criticado. A entrevista apresentou diversos problemas e a Ouvidoria questiona se houve verificação antes do programa ir ao ar. Foi analisada a cobertura da Operação Lava Jato, da Polícia Federal. Na Agência Brasil foi observado que falta mais densidade e contextualização em algumas matérias factuais. No sistema de rádios também foi avaliada a cobertura da Lava Jato, com 24 matérias, e do escândalo de corrupção na Fifa, com 13 matérias. A cobertura foi elogiada, mas há registro também de alguns problemas de contextualização e superficialidade de informações. Foi criticada a matéria do Repórter Brasil no rádio que deveria falar da discussão no Senado sobre a MP 672, mas a notícia fez apenas um histórico sobre o salário mínimo, sem tratar do factual. O relatório destacou de forma muito positiva que a Rádio Nacional do Alto Solimões agora está *on line*, conforme pedido de muitos ouvintes, o que também facilita o acompanhamento da Ouvidoria. Por outro lado, o documento aponta

aumento das reclamações sobre o sinal da Rádio Nacional da Amazônia, que está com o transmissor de uma das duas frequências danificado desde setembro de 2014. As peças foram solicitadas três meses antes do problema acontecer, mas até o momento o edital para compra não está pronto. O conselheiro **Paulo Derengoski** reforçou a importância da Rádio Nacional da Amazônia. A presidente **Ana Fleck** manifestou preocupação com as novas rádios, com o que se pretende fazer e os obstáculos e sugeriu pautar o tema para a reunião de outubro do Conselho. A conselheira **Eliane Gonçalves** chamou atenção para o ES Rural, programa de rede que entra na faixa da manhã. Disse que é muito positivo o preenchimento da grade com um programa rural nesse horário, mas ficou preocupada com o questionamento do relatório sobre a verificação do material antes de ir ao ar e o apontado proselitismo político. Explicou que o deputado federal foi escolhido para dar entrevista por ser especialista em degustação de café, foi presidente da Encafé que lida com questões rurais delicadas no estado, como a relação entre indígenas e a produção rural no ES. Disse que o material é endossado quando entra na grade. Elogiou as mudanças no Repórter Brasil Noite, mas criticou a cobertura dos assuntos de interesse do Governo Federal, com mera reprodução de releases. Acredita que essa postura prejudica a credibilidade da empresa, que deixa de ser uma voz importante até para mostrar o outro lado da crise. Alertou que um leitor observou um erro em matéria da Agência Brasil cometido após a notícia ter sido replicada por outro site de notícias. Sobre a cobertura da Lava Jato, entende que é preciso buscar cientistas políticos e economistas novos, com uma leitura diferente, mais ampla, mais contextualizada no cenário da América Latina e do mundo. A presidente **Ana Fleck** pediu informação sobre a preparação do programa da Ouvidoria na TV Brasil. O sr. **Tiago Severino**, ouvidor adjunto, disse que a suspensão do programa foi lamentada no seminário e que foi discutido dentro da Ouvidoria o realinhamento das atividades. Foi feito argumento e pré-roteiro do que virá a ser o programa. A ouvidora volta de férias na próxima segunda-feira e irá trabalhar para receber o quanto antes uma equipe para começar a produzir o programa. A Coluna da Ouvidoria voltará a ser publicada na internet. A presidente **Ana Fleck** agradeceu as informações e reiterou que a volta desse programa é prioridade para o Conselho. **8)** Informes EBC. O sr. **Laurindo Leal** avisou que vai ao ar amanhã, às 20h, o programa Ver TV sobre a criminalização das religiões de matriz africana na televisão brasileira. A presidente **Ana Fleck** comunicou que as entidades que compõem a Frente na Câmara, entre elas o Conselho Curador, aderiram a um mandado de segurança contra a forma de eleição do Conselho de Comunicação Social. A liminar foi negada e o mérito não foi analisado ainda. Explicou que não avisou antes porque soube tardiamente e achou cabível aderir. A conselheira **Rita de Cássia Freire** informou que o Portal EBC também fará um programa especial sobre a democratização da comunicação. O sr. **Américo Martins** comunicou que depois de transmitir a Série C, a EBC fechou a Séries B, C, D e o Campeonato Feminino. A pedido do Conselho, serão encontrados horários alternativos para as transmissões. Ainda no esporte, informou que conquistaram para a Rádio Nacional o comentarista Cláudio Carsugi, demitido depois de 60 anos da Rádio Jovem Pan. Existe a possibilidade de que ele também participe de programas de televisão. Disse que teve uma reunião com o presidente da TV Cultura, Márcio Mendonça, e que entre os diversos assuntos tratados levantou a necessidade de resgatar o programa "Viola, Minha Viola" em coprodução com a TV Brasil. A presidente **Ana Fleck** convocou o fechamento do calendário dos próximos encontros, começando pela reunião das câmaras temáticas no próximo dia 24. A conselheira **Rita de Cássia Freire** informou que houve uma reformulação no funcionamento das câmaras e que os novos conselheiros serão convidados a escolher uma delas, que não são deliberativas, mas discutem temas específicos para serem levados ao Conselho. O Secretário Executivo **Guilherme Strozi** tranquilizou os novos conselheiros quanto às informações e rotina operacional do Conselho. Explicou que a Secretaria Executiva estava muito concentrada no seminário do modelo institucional da EBC e na reunião de hoje, mas que nos próximos dias irá elaborar uma espécie de cartilha demonstrando todas as ações do Conselho Curador. Apresentou todos de sua equipe e disse que estão à disposição de todos para esclarecer dúvidas. A presidente **Ana Fleck** informou que a próxima reunião ordinária será no dia 21 de outubro e que falta definir a data da audiência pública em novembro. Já avisou que na reunião seguinte, em 9 de dezembro, ela concluirá

seu mandato na Presidência do Conselho, quando haverá eleição do/a novo/a presidente. O sr. **Bráulio** disse que foram procurados há alguns meses pela conselheira Ana Veloso com o interesse de fazer uma visita à TV Inis, no Rio de Janeiro, produzida pelo Instituto Nacional de Surdos. A visita foi agendada para o dia 2 de setembro e contará também com a participação da presidente Ana Fleck e do conselheiro Isaías Dias, além de outros que estiverem interessados. O grupo deverá apresentar um relatório para ser apresentado aos demais conselheiros. A presidente agradeceu a presença de todos dando por encerrada a Reunião. Para constar, eu, **Guilherme Strozi**, secretariei a reunião, lavrei a presente Ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos presentes na reunião.

ANA LUIZA FLECK SAIBRO
Presidente

RITA FREIRE
Vice-Presidente

ERNESTO ESTEVES NETO
Representante do Ministro de Estado da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da Republica

ADRIANO DE ÂNGELIS
Representante do Ministro da Cultura

ANA MARIA DA CONCEIÇÃO VELOSO
Conselheira

CLÁUDIO SALVADOR LEMBO
Conselheiro

ENDERSON ARAÚJO DE JESUS SANTOS
Conselheiro

ELIANE PEREIRA GONÇALVES
Conselheira

EVELIN MACIEL BRISOLLA
Conselheira

IMA CÉLIA GUIMARÃES VIEIRA
Conselheira

ISAIAS DIAS
Conselheiro

JOÃO JORGE SILVA RODRIGUES
Conselheiros

JOSÉ ANTÔNIO FERNANDES MARTINS
Conselheiro

JOELZITO ALMEIDA ARAÚJO
Conselheiro

LETICIA LUIZA YAWANAWÁ
Conselheira

MÁRIO AUGUSTO JAKOBSKIND
Conselheiro

MURILO RAMOS
Conselheiro

PAULO RAMOS DERENGOSKI
Conselheiro

ROSANE MARIA BERTOTTI
Conselheira

VENÍCIO ARTUR DE LIMA
Conselheiro

WAGNER TISO VIEGA
Conselheiro

AMÉRICO MARTINS
Diretor-Presidente da EBC

TIAGO SEVERINO
Ouvidor-Adjunto da EBC

GUILHERME STROZI
Secretário Executivo do Conselho Curador

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação
Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação
Núcleo de Pesquisa em Comunicação Política e Pública
Grupo de Pesquisa em Comunicação Organizacional, Cultura e Relações de Poder

Projeto de Monitoramento e Análise de Conteúdo da Programação dos Veículos de Comunicação da Empresa Brasil de Comunicação – EBC – TV BRASIL - OUVIDORIA

PESQUISA SOBRE A PROGRAMAÇÃO DA TV BRASIL

Relatório Final 2014-2015

RESPONSABILIDADES

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
- Reitor - Carlos Alexandre Netto
- Vice-Reitor – Rui Vicente Oppermann
- Pró-Reitora de Extensão – Sandra de Deus

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
- Diretora – Ana Maria Mielniczuk de Moura
- Vice-Diretor - André Iribure Rodrigues
- Coordenadora PPGCOM – Miriam Rossini

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO
- Núcleo de Pesquisa em Comunicação Política e Pública
- Grupo de Pesquisa em Comunicação Organizacional, Cultura e
- Relações de Poder

COMISSÃO COORDENADORA DA PESQUISA – FABICO/ PPGCOM
- Prof. Dra. Maria Helena Weber - coordenadora
- Prof. Dr. Rudimar Baldissera – vice-coordenador
- Prof. Dra. Maria Berenice da Costa Machado
- Prof. Dr. Sean Hagen

ALUNOS DE PÓS-GRADUAÇÃO - PPG Comunicação e Informação
- Basílio Sartor (doutorando)
- Jean Felipe Rossato (mestrando)
- Tiago Gautier Ferreira Borges (mestrando)

ALUNOS DE GRADUAÇÃO - Curso de Comunicação Social
- *Habilitação em Jornalismo:* Bruna Andrade. Jéssica Trisch.
- Júlia Burg. Juliano Antunes
- *Habilitação em Relações Públicas:* Cláudia Diniz.
- Lisiane Perfeito. Yago do Nascimento
- *Habilitação em Publicidade:* Flahane Roza

CARACTERÍSTICAS DO PROJETO

- Período de desenvolvimento
  1º. março 2014 a 28 fevereiro 2015
- Convenio de Cooperação
  Valor de R$ 291.360,00
- Processo UFRGS nº 23078.041128/2013-58
- Equipe de trabalho
  15 pessoas (professores e estudantes de pós-graduação e graduação)

HISTÓRICO DA PESQUISA

- *Formulação de proposta* em resposta ao ofício 210/2013/OUVIDORIA, de 4 de outubro de 2013.
- *Aprovação do projeto* enviado pela FABICO/UFRGS e celebração do Termo de Cooperação, em dezembro de 2013
- *Pedido de aditamento aprovado,* visando a alteração do período de pesquisa considerando, considerando problemas de "acesso aos conteúdos", aprovado em 31.12.2014.
- *Organização* de espaço físico com equipamentos, mobiliário e materiais, no prédio da FABICO.
- *Seleção de Bolsistas* obedecendo ao quadro de distribuição de bolsas para graduação e pós-graduação.
- *Planejamento* do desenvolvimento da Pesquisa
- Realização de 4 *reuniões* em Brasília e Porto Alegre, entre coordenadores, participantes da pesquisa e Ouvidoria.
- Realização de *Seminário* sobre a Programação da TV BRASIL, em dezembro de 2014, com a participação de analistas convidados, na FABICO.

OBJETIVOS DO PROJETO

- Atender aos **objetivos do Projeto da EBC** sobre o desenvolvimento do monitoramento e análise de conteúdo da programação dos seus veículos, em cooperação desenvolvida entre instituições de ensino e pesquisa visando a "produção da análise crítica da Ouvidoria", de acordo com a Lei 11.652, de 7/4/2008 que instituiu os serviços da Radiodifusão Pública e criou a Empresa Brasil de Comunicação.
- Ampliar os resultados de pesquisas e ampliar debates e produção intelectual no **campo da Comunicação Pública e Comunicação Política** .
- Construir **sistema de análise** com quadro de indicadores vinculados aos conceitos de Comunicação Pública e aos princípios da Radiodifusão Pública (Art. 3º da Lei 11.652/08).
- Operacionalização do Sistema de Classificação de Conteúdos (**SICLAS**)
- **Analisar a programação da TV BRASIL** a partir de **indicadores e métricas** definidas pelo sistema de análise sobre Comunicação Pública.
- Desenvolver atividades de **monitoramento da programação** da TV BRASIL.
- Desenvolver atividades de **análise da programação** da TV BRASIL, a partir do monitoramento.
- Elaborar e remeter à Ouvidoria EBC, **relatórios semanais, mensais e bimestrais** sobre a pesquisa da programação da TV BRASIL.
- Contribuir para a **qualificação dos conteúdos e respectivos formatos** veiculados pelos sistemas de radiodifusão pública.
- Contribuir para a **qualificação e atividades da Ouvidoria** da EBC.

METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS

- Recuperação da **bibliografia básica** sobre a radiodifusão pública, comunicação pública e televisão pública.
- Operacionalização da metodologia **Análise de Conteúdo**
- Criação de **Sistema informatizado** para captura, classificação e tabulação da programação
- Definição de **procedimentos de análise** para contemplar:
  - **conceitos** (democracia, cidadania, comunicação pública e radiodifusão pública)
  - qualidade **técnica** da programação
  - abordagem dos **temas**
  - relação entre **programas, temáticas e conceitos**
- Definição e adaptação do **corpus** de pesquisa
- **Classificação** das informações em tabelas específicas.
- **Análise e debate** sobre os resultados
- Formulação de **relatórios** semanais, mensais, bimestrais e semestrais.

DEFINIÇÃO DO *CORPUS* & MATERIAL DE PESQUISA

equivalência entre títulos da programação

Módulos da TV BRASIL	Módulos da PESQUISA
INFORMAÇÃO	JORNALISMO
INFANTIL	INFANTIL
CONHECIMENTO	ENTRETENIMENTO
	INFORMAÇÃO
ARTE	ENTRETENIMENTO
	INFORMAÇÃO
ESPORTE	ENTRETENIMENTO
	INFORMAÇÃO
-	ESPECIAIS
-	PUBLICIDADE

ANÁLISE DA PROGRAMAÇÃO POR *M A P*

M A P = Módulo de Análise da Programação

1 MAP JORNALISMO

2 MAP INFANTIL

3 MAP ENTRETENIMENTO

4 MAP INFORMAÇÃO

5 MAP ENTRETENIMENTO

6 MAP ESPECIAIS

7 MAP PUBLICIDADE

CONTEÚDOS DOS M A P – Módulos de Análise da Programação

JORNALISMO



- Telejornais
- Grande reportagens
- Entrevistas
- Outros

INFORMAÇÃO

- Aulas
- Debates
- Documentário s
- Entrevistas
- Outro

ENTRETENIMENTO

- Dramaturgia
- Esportes
- Filmes
- Shows/ espetáculos
- Outro

INFANTIL

- Animação
- Dramaturgia
- Filmes
- Programas em Estúdio
- Outro

ESPECIAIS

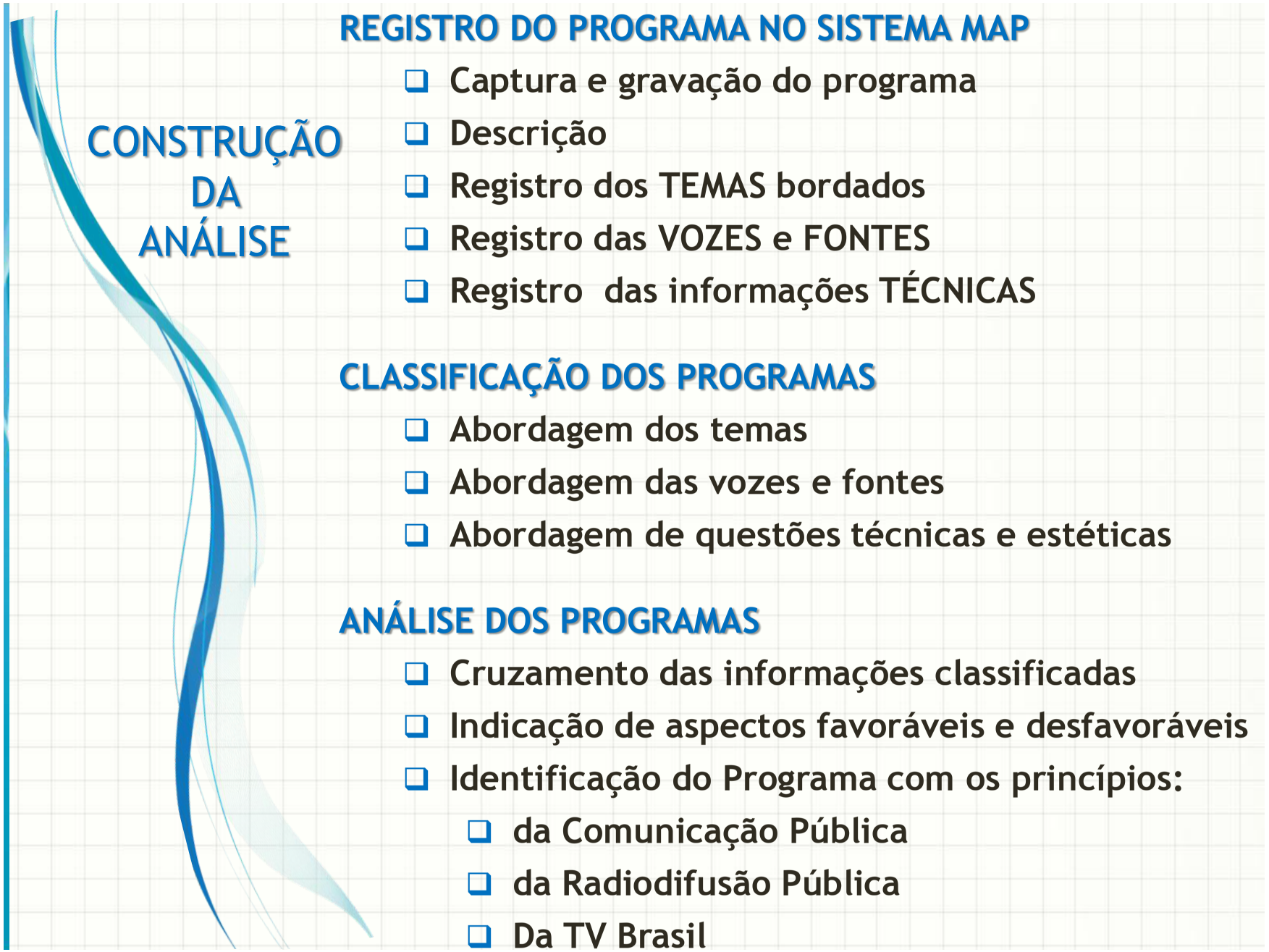
- Eventos de transmissão contínua
- Rituais/cerimônias
- Temas Especiais
- Acontecimentos
- Outro

PUBLICIDADE

- Campanhas Públicas
- Chamadas
- Merchandising
- Apoio/patrocínios
- Propaganda política
- Publicidade Institucional

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

- Escolha de programas agrupados e representativos dos MAP
- Escolha de programas disponíveis e acessíveis, no site da TV BRASIL
- Escolha de programas distribuídos num período de tempo e em quantidades para aprofundar da análise
- Período de análise abrangente e independente da semana correspondente
- Classificação do programa no Sistema de Classificação de Conteúdos (SICLAS)
- Tabulação das informações e análise geral
- Análise crítica e debate sobre os resultados
- Elaboração de relatórios


CONSTRUÇÃO DA ANÁLISE
REGISTRO DO PROGRAMA NO SISTEMA MAP
Captura e gravação do programa
Descrição
Registro dos TEMAS bordados
Registro das VOZES e FONTES
Registro das informações TÉCNICAS
CLASSIFICAÇÃO DOS PROGRAMAS
Abordagem dos temas
Abordagem das vozes e fontes
Abordagem de questões técnicas e estéticas
ANÁLISE DOS PROGRAMAS
Cruzamento das informações classificadas
Indicação de aspectos favoráveis e desfavoráveis
Identificação do Programa com os princípios:
da Comunicação Pública
da Radiodifusão Pública
Da TV Brasil

CLASSIFICAÇÃO DOS PROGRAMAS DE ACORDO COM *INDICADORES DE QUALIDADE DA TV PÚBLICA*

TEMAS

Conteúdos abordados

Temas de Interesse Público

Temas Gerais

TÉCNICAS E ESTÉTICA

Edição de Imagem

Edição de Som

Cenário

Produção

Artes

Grafismos

Figurinos

APRESENTADORES E MEDIADORES

Relacionamento

Domínio de temas

Aparência

INDICADORES DE QUALIDADE DA TV PÚBLICA

CLASSIFICAÇÃO DE CONTEÚDOS

TEMAS

- Arte e Cultura
- Cidadania
- Cidades
- Ciência & Tecnologia
- Ciências Sociais e Humanas
- Comportamento
- Comunicação
- Economia
- Educação
- Esoterismo / Religião
- Esportes
- Fatos Excepcionais
- Infraestrutura
- Meio Ambiente
- Política
- Saúde
- Segurança
- Tragédias
- Turismo
- Outros

INDICADORES DE QUALIDADE DA TV PÚBLICA

CLASSIFICAÇÃO DE VOZES E FONTES

- Cidadãos
- Governo Federal
- Comentaristas
- Associações e Federações
  - Autarquias
  - Ongs
  - Profissionais da Saúde
  - Artistas e Escritores
- Forças de Segurança
- Judiciário
- Organismos Internacionais
- Celebridades
- Líderes de Religiões e Crenças
- Outra
- Especialistas
- Governo Estadual
- Governos Internacionais
- Instituições de Ensino e Pesquisa
- Empresários/Executivos
- Profissionais da Educação
- Profissional do Esporte
- Entidades de Classe
- Governo Municipal
- Movimentos Sociais
- Profissionais da Comunicação
- Legislativo Federal

INDICADORES DE QUALIDADE DA TV PÚBLICA

CLASSIFICAÇÃO DA TÉCNICA & ESTÉTICA (produção)

EDIÇÃO DE IMAGEM	EDIÇÃO DE SOM	CENÁRIO	ARTES GRAFISMOS	FIGURINO
○ Brilho adequado ○ Conservadora ○ Contraste adequado ○ Cor adequada ○ Criatividade ○ Efeitos especiais ○ Encadeamento adequado ○ Falhas Técnica ○ Lentidão ○ Nitidez ○ Problemas ○ Rapidez ○ Outros	○ Abafado ○ Adequação ○ Agudo ○ Alto ○ Baixo ○ Efeitos especiais ○ Falhas técnicas ○ Ruídos ○ Sonorização adequada ○ Outros	○ Adequação ○ Boa execução ○ Criatividade ○ Sofisticação ○ Simplicidade ○ Simplificação ○ Iluminação adequada ○ Outros	○ Criatividade ○ Clareza ○ Gráficos adequados ○ Grafia correta ○ Sobriedade ○ Exageros ○ Outros	○ Adequado ○ Sofisticado ○ Simplório ○ Sóbrio ○ Excessivo ○ Outro

INDICADORES DE QUALIDADE DA TV PÚBLICA

CLASSIFICAÇÃO DOS MEDIADORES

- ❑ Capacidade de atrair ou afastar o telespectador
- ❑ Postura
- ❑ Expressão facial, olhar, voz
- ❑ Mobilidade e gestualidade
- ❑ Segurança
- ❑ Autocontrole
- ❑ Domínio sobre assuntos e temas abordados
- ❑ Qualidade da relação com os entrevistados e/ou participantes
- ❑ Apresentação visual: conservador, diferenciado, adequado
- ❑ Figurino e maquiagem
- ❑ Outro

ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES CLASSIFICADAS EM RELAÇÃO AO INTERESSE PÚBLICO (princípios da TV Brasil)

Abordar temas de de relevância nacional . Abordar temas de relevância Internacional. Oferecer mecanismos para debate público . Promover a Cidadania . Desenvolver a consciência crítica do cidadão. Desenvolver programação educativa promotora de cidadania. Desenvolver programação artística promotora de cidadania. Desenvolver programação cultural promotora de cidadania. Desenvolver programação informativa promotora de cidadania. Desenvolver programação científica promotora de cidadania. Fomentar a construção da cidadania. Fomentar a consolidação da democracia . Fomentar a a participação na sociedade. Garantir o direito à informação. Garantir o direito à livre expressão do pensamento . Garantir o direito à criação . Garantir o direito à comunicação. Cooperar com os processos educacionais . cooperar com os processos de formação do cidadão. Apoiar processos de inclusão social . Apoiar processos de socialização da produção de conhecimento. Garantir espaços para exibição de produções regionais . garantir espaços para exibição de produções independentes. Buscar excelência em conteúdos . Buscar excelência em linguagens. Desenvolver formatos criativos e inovadores. Constituir centro de inovação e formação de talentos. Competir pelo aumento da audiência sem alterar a programação. Promover parcerias e fomentar produção audiovisual nacional. Estimular a produção e garantir a veiculação. Inclusive na rede mundial de computadores, de conteúdos interativos . Estimular a produção e garantir a veiculação de conteúdos interativos, especialmente, aqueles voltados para serviços públicos.

PRODUTOS DA PESQUISA

- 73 relatórios = 1273 páginas
  - Relatórios Semanais (RS) - 52 relatórios
  - Relatórios Mensais (RM) - 12 relatórios
  - Relatórios Bimestrais (RB) - 6 relatórios
  - Relatórios Semestrais (RT) - 2 relatórios
  - Relatório Final: 1 relato anual

RESULTADOS ESTATÍSTICOS DA PESQUISA

JORNALISMO

- Programas - 03
- Edições - 86 edições
- Tempo - 4.120 minutos

INFORMAÇÃO

- Programas - 15
- Edições - 168 edições
- Tempo - 8.257 minutos

ENTRETENIMENTO

- Programas - 05
- Edições - 47 edições
- Tempo - 1.836 minutos
- Filmes - 85 unidades

INFANTIL

- Programas - 02
- Programação infantil
- Edições - 29 edições
- Tempo - 435 minutos

ESPECIAIS

- Programas - 04
- Edições - 29 edições
- Tempo - 868 minutos
- Matéria Especial - 55 matérias (Eleições)

PUBLICIDADE

- Peças Publicitárias - 394
- Edições - 15 edições
- Intervalos - 89 intervalos

RESULTADOS QUANTITATIVOS
PROGRAMAÇÃO - *JORNALISMO*

Relatório	Programas	Edições	Tempo
RS 4	Repórter Brasil (tarde + noite)	11	510
RS 6	Repórter Brasil (noite)	5	300
RS10	Repórter Brasil (tarde)	14	420
RS13	Caminhos da Reportagem	8	416
RS18	Repórter Brasil (noite)	9	260
RS 19-	Repórter Brasil (tarde)	6	180
RS 32-	Repórter Brasil (noite)	9	510
RS 35	Eleições	55 mat	138
RS 42	Caminhos da Reportagem	8	416
RS 46	Repórter Brasil (tarde + noite)	16	720
10 relatórios	**TOTAL**	**55 matérias 86 edições**	**4.120 minutos**

PROGRAMAÇÃO - *JORNALISMO*
TEMAS

TEMAS DO JORNALISMO	TOTAL	UNIDADES
CIDADANIA	74,6%	55
POLÍTICA	68,7%	51
SEGURANÇA	65,7%	49
ESPORTES	58,2%	43
ECONOMIA	49,3%	36
SAÚDE	47,8%	35
CIDADES	44,8%	33
ARTE E CULTURA	40,3%	30
INFRAESTRUTURA	37,3%	27
COMPORTAMENTO	35,8%	24
FATOS EXCEPCIONAIS	35,8%	24
EDUCAÇÃO	33,0%	24
CIÊNCIA & TECNOLOGIA	23,9%	17
MEIO AMBIENTE	23,9%	17
COMUNICAÇÃO	16,4%	12
COPA DO MUNDO	16,4%	12
OUTRO	16,4%	12
TURISMO	13,4%	10
ELEIÇÕES	13,4%	10
CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS	11,9%	8
TRAGÉDIAS	8,9%	6
ESOTERISMO / RELIGIÃO	7,5%	5

PROGRAMAÇÃO - *JORNALISMO*

VOZES

VOZES E FONTES DO JORNALISMO	TOTAL
CIDADÃOS	92,5%
ESPECIALISTAS	67,2%
GOVERNO FEDERAL	50,8%
COMENTARISTAS	47,8%
ARTISTAS E ESCRITORES	43,3%
FORÇAS DE SEGURANÇA	38,8%
PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	38,8%
GOVERNOS INTERNACIONAIS	35,8%
INSTITUIÇÕES DE ENSINO E PESQUISA	31,3%
ASSOCIAÇÕES E FEDERAÇÕES	29,9%
GOVERNO ESTADUAL	28,4%
ONGs	28,4%
PROFISSIONAIS DA SAÚDE	28,4%
AUTARQUIAS	26,9%
EMPRESÁRIOS/EXECUTIVOS	26,9%

VOZES E FONTES DO JORNALISMO	TOTAL
JUDICIÁRIO	23,9%
MOVIMENTOS SOCIAIS	23,9%
PROFISSIONAIS DA COMUNICAÇÃO	22,4%
OUTROS	22,4%
LEGISLATIVO FEDERAL	17,9%
ORGANISMOS INTERNACIONAIS	17,9%
GOVERNO MUNICIPAL	16,4%
CELEBRIDADES	14,9%
PROFISSIONAL DO ESPORTE	14,9%
ENTIDADES DE CLASSE	13,4%
PARTIDOS POLÍTICOS	10,5%
LÍDERES DE RELIGIÕES E CRENÇAS	7,5%
SINDICATOS	7,5%
CANDIDATOS POLÍTICOS	3,0%
LEGISLATIVO ESTADUAL	1,5%
LEGISLATIVO MUNICIPAL	1,5%

PROGRMAÇÃO - *INFORMAÇÃO*

Relatório	Programas	Edições	Minutos
RS 5, 21.44	Sem Censura (3 relatórios)	21	1.770
RS9, 47	VER TV (2 relatórios)	15	900
RS12, 45	Programa Especial (2 relatórios)	24	720
RS16	Espaço Público	6	540
R20	Nova África	8	200
RS23	Estúdio Móvel	8	208
RS24	Papo de Mãe	8	480
RS25	Programa Visual	15	225
RS28	Ser Saudável	8	240
RS29	Brasilianas.org	8	416
RS33	Observatório da Imprensa	8	480
RS36	Canções e exílio	8	188
RS37	Conhecendo Museus	8	208
RS39	Espaço Público	8	720
RS41	+ Direitos + Humanos	8	480
RS48	Retratos da Fé	7	182
20 relatórios	Total	168	**8.257 min**

PROGRMAÇÃO - *INFORMAÇAO*
TEMAS

TEMAS	TOTAL	UNIDADES
CIDADANIA	47,6%	80
COMPORTAMENTO	46,4%	78
ARTE E CULTURA	38,1%	64
SAÚDE	31,0%	52
POLÍTICA	23,8%	40
COMUNICAÇÃO	22,6%	38
EDUCAÇÃO	20,2%	34
CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS	17,3%	29
CIÊNCIA & TECNOLOGIA	15,5%	26
ESPORTES	13,1%	22
ECONOMIA	12,5%	21
INFRAESTRUTURA	11,3%	19
ESOTERISMO / RELIGIÃO	7,7%	13
MEIO AMBIENTE	7,7%	13
ELEIÇÕES	7,7%	13
OUTRO	7,7%	13
CIDADES	6,6%	11
SEGURANÇA	6,6%	11
TURISMO	4,2%	7
FATOS EXCEPCIONAIS	4,2%	7
COPA DO MUNDO	3,6%	6
TRAGÉDIAS	0	0

PROGRAMAÇÃO *INFORMAÇÃO*

VOZES

VOZES E FONTES	%
CIDADÃOS	60,7%
ARTISTAS E ESCRITORES	39,3%
ESPECIALISTAS	37,5%
PROFISSIONAIS DA SAÚDE	24,4%
PROFISSIONAIS DA COMUNICAÇÃO	23,8%
PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	23,2%
ONGs	22,0%
ASSOCIAÇÕES E FEDERAÇÕES	17,3%
INSTITUIÇÕES DE ENSINO E PESQUISA	13,1%
OUTROS	11,3%
EMPRESÁRIOS/EXECUTIVOS	10,7%
GOVERNO FEDERAL	10,1%
JUDICIÁRIO	7,1%
PROFISSIONAL DO ESPORTE	6,6%
AUTARQUIAS	6,0%
LÍDERES DE RELIGIÕES E CRENÇAS	6,0%
MOVIMENTOS SOCIAIS	6,0%
ORGANISMOS INTERNACIONAIS	4,8%
GOVERNO ESTADUAL	4,2%
ENTIDADES DE CLASSE	3,0%

VOZES E FONTES	%
CELEBRIDADES	2,4%
COMENTARISTAS	2,4%
GOVERNO MUNICIPAL	2,4%
LEGISLATIVO FEDERAL	2,4%
SINDICATOS	2,4%
GOVERNOS INTERNACIONAIS	1,2%
LEGISLATIVO ESTADUAL	1,2%
FORÇAS DE SEGURANÇA	0,6%
LEGISLATIVO MUNICIPAL	0,6%
PARTIDOS POLÍTICOS	0,6%
CANDIDATOS POLÍTICOS	0,0%

PROGRAMAÇÃO *ENTRETENIMENTO*

Relatório	Programas	Edições	Duração/ min
RS7	Aglomerado	7	420
RS14	Filmes	85	X
RS22	Samba na Gamboa	8	480
RS26	Paratodos	8	208
RS38	Windeck	8	320
RS40	Expedições	8	320
RS43	Arte do Artista	8	208
7 RELATÓRIOS	**TOTAL**	**85 filmes e 47 edições**	**1.836 min**

PROGRAMAÇÃO *ENTRETENIMENTO*
TEMAS

TEMAS	TOTAL	UNIDADES
ARTE E CULTURA	69,2%	27
COMPORTAMENTO	28,2%	11
CIDADANIA	20,5%	8
MEIO AMBIENTE	18,0%	7
TURISMO	18,0%	7
ESPORTES	10,3%	4
COMUNICAÇÃO	7,7%	3
CIDADES	7,7%	3
CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS	5,1%	2
ECONOMIA	5,1%	2
EDUCAÇÃO	5,1%	2
POLÍTICA	5,1%	2
CIÊNCIA & TECNOLOGIA	2,6%	1
INFRAESTRUTURA	2,6%	1
SEGURANÇA	2,6%	1
ESOTERISMO / RELIGIÃO	0	0
SAÚDE	0	0
TRAGÉDIAS	0	0
FATOS EXCEPCIONAIS	0	0
ELEIÇÕES	0	0
COPA DO MUNDO	0	0
OUTRO	0	0

PROGRAMAÇÃO
ENTRETENIMENTO

VOZES

VOZES E FONTES	TOTAL
ARTISTAS E ESCRITORES	79,5%
CIDADÃOS	48,7%
ESPECIALISTAS	28,2%
OUTROS	15,4%
ONGs	12,8%
INSTITUIÇÕES DE ENSINO E PESQUISA	10,3%
PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	7,7%
GOVERNO ESTADUAL	5,1%
ASSOCIAÇÕES E FEDERAÇÕES	2,6%
AUTARQUIAS	2,6%
CELEBRIDADES	2,6%
COMENTARISTAS	2,6%
GOVERNO FEDERAL	2,6%
PROFISSIONAIS DA COMUNICAÇÃO	2,6%
PROFISSIONAL DO ESPORTE	2,6%

VOZES E FONTES	TOTAL
EMPRESÁRIOS/EXECUTIVOS	0
ENTIDADES DE CLASSE	0
FORÇAS DE SEGURANÇA	0
GOVERNO MUNICIPAL	0
GOVERNOS INTERNACIONAIS	0
JUDICIÁRIO	0
LEGISLATIVO FEDERAL	0
LEGISLATIVO ESTADUAL	0
LEGISLATIVO MUNICIPAL	0
LÍDERES DE RELIGIÕES E CRENÇAS	0
MOVIMENTOS SOCIAIS	0
ORGANISMOS INTERNACIONAIS	0
PARTIDOS POLÍTICOS	0
PROFISSIONAIS DA SAÚDE	0
SINDICATOS	0
CANDIDATOS POLÍTICOS	0

RESULTADOS QUANTITATIVOS
PROGRAMAÇÃO *INFANTIL*

Relatório	Programas	Edições	Tempo
RS8	Igarapé Mágico	13	420
RS15	Teco Teco	16	240
RS49	Análise da programação	geral	x
RS50	Análise da programação	geral	x
4 relatórios	**TOTAL**	**29**	**435 min**

PROGRAMAÇÃO *INFANTIL*

TEMAS

TEMAS	TOTAL	UNIDADES
ESOTERISMO / RELIGIÃO (MAGIA)	100,0%	7
CIÊNCIA & TECNOLOGIA	51,7%	15
ARTE E CULTURA	48,3%	14
COMPORTAMENTO	44,8%	13
MEIO AMBIENTE	41,4%	12
EDUCAÇÃO	20,7%	6
CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS	13,8%	4
TURISMO	10,3%	3
OUTRO	10,3%	3
COMUNICAÇÃO	6,9%	2
CIDADANIA	6,9%	2
CIDADES	6,9%	2
ESPORTES	6,9%	2
ECONOMIA	0	0
INFRAESTRUTURA	0	0
POLÍTICA	0	0
SAÚDE	0	0
SEGURANÇA	0	0
TRAGÉDIAS	0	0
FATOS EXCEPCIONAIS	0	0
ELEIÇÕES	0	0
COPA DO MUNDO	0	0

PROGRAMAÇÃO *INFANTIL*
VOZES

VOZES E FONTES	PERCENTUAL
CIDADÃOS	48,3%
OUTROS	37,9%
ARTISTAS E ESCRITORES	34,5%
ESPECIALISTAS	13,8%
ASSOCIAÇÕES E FEDERAÇÕES	6,9%

VOZES E FONTES	TOTAL
AUTARQUIAS	0
CELEBRIDADES	0
COMENTARISTAS	0
EMPRESÁRIOS/EXECUTIVOS	0
ENTIDADES DE CLASSE	0
FORÇAS DE SEGURANÇA (Exército, Polícia)	0
GOVERNO FEDERAL	0
GOVERNO ESTADUAL	0
GOVERNO MUNICIPAL	0
GOVERNOS INTERNACIONAIS	0
INSTITUIÇÕES DE ENSINO E PESQUISA	0
JUDICIÁRIO	0
LEGISLATIVO FEDERAL	0
LEGISLATIVO ESTADUAL	0
LEGISLATIVO MUNICIPAL	0
LÍDERES DE RELIGIÕES E CRENÇAS	0
MOVIMENTOS SOCIAIS	0
ONGs	0
ORGANISMOS INTERNACIONAIS (Não Governam)	0
PARTIDOS POLÍTICOS	0
PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	0
PROFISSIONAIS DA COMUNICAÇÃO	0
PROFISSIONAIS DA SAÚDE	0
SINDICATOS	0
CANDIDATOS POLÍTICOS	0
PROFISSIONAL DO ESPORTE	0

RESULTADOS QUANTITATIVOS
PROGRMAÇÃO *ESPECIAL*

Relatório	Programas	Edições	Duração/min
RS17	Militares da democracia	5	260
RS27	Resistir é preciso	8	208
RS30	Sábados Azuis	8	192
RS31	Caçadores da Alma	8	208
4 Relatórios	**TOTAL**	**29**	**868 min**

PROGRAMAÇÃO - *ESPECIAL*
TEMAS

TEMAS	TOTAL	UNIDADES
CIDADANIA	55,2%	16
ARTE E CULTURA	51,7%	15
COMPORTAMENTO	34,5%	10
POLÍTICA	34,5%	10
COMUNICAÇÃO	27,6%	8
EDUCAÇÃO	20,7%	6
CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS	17,2%	5
ECONOMIA	17,2%	5
OUTRO	17,2%	5
CIÊNCIA & TECNOLOGIA	13,8%	4
INFRAESTRUTURA	10,3%	3
MEIO AMBIENTE	10,3%	3
FATOS EXCEPCIONAIS	10,3%	3
CIDADES	6,9%	2
SEGURANÇA	6,9%	2
ESOTERISMO / RELIGIÃO	3,5%	1
TURISMO	3,5%	1
ESPORTES	0	0
SAÚDE	0	0
TRAGÉDIAS	0	0
ELEIÇÕES	0	0
COPA DO MUNDO	0	0

PROGRAMAÇÃO *ESPECIAL*

VOZES E FONTES

VOZES E FONTES	TOTAL
ARTISTAS E ESCRITORES	51,7%
CIDADÃOS	48,3%
PROFISSIONAIS DA COMUNICAÇÃO	41,4%
ESPECIALISTAS	31,0%
OUTROS	24,1%
MOVIMENTOS SOCIAIS	13,8%
ONGs	13,8%
ASSOCIAÇÕES E FEDERAÇÕES	10,4%
FORÇAS DE SEGURANÇA	10,3%
AUTARQUIAS	6,9%
COMENTARISTAS	6,9%
INSTITUIÇÕES DE ENSINO E PESQUISA	6,9%
PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	6,9%
CELEBRIDADES	3,5%
EMPRESÁRIOS/EXECUTIVOS	3,5%
ENTIDADES DE CLASSE	3,5%
GOVERNO FEDERAL	3,5%
JUDICIÁRIO	3,5%
LEGISLATIVO FEDERAL	3,5%
PARTIDOS POLÍTICOS	3,5%
SINDICATOS	3,5%
CANDIDATOS POLÍTICOS	3,5%

VOZES E FONTES	TOTAL
GOVERNO ESTADUAL	0
GOVERNO MUNICIPAL	0
GOVERNOS INTERNACIONAIS	0
LEGISLATIVO ESTADUAL	0
LEGISLATIVO MUNICIPAL	0
LÍDERES DE RELIGIÕES E CRENÇAS	0
ORGANISMOS INTERNACIONAIS	0
PROFISSIONAIS DA SAÚDE	0
PROFISSIONAL DO ESPORTE	0

RESULTADOS QUANTITATIVOS
PROGRAMAÇÃO - *PUBLICIDADE*

Quadro 22 - MAP *Publicidade* e relatórios

Relatório	Relatório	Edições	Tempo
RS11	Publicidade	46 peças	
RS34	Publicidade - Intervalos	348 peças	89 intervalos
RS51	Interprogramas	15 edições	
3 relatórios	**TOTAL**	**15 edições 394 peças**	

PROGRAMAÇÃO - *PUBLICIDADE*

FORMATO	CARACTERÍSTICAS
CAMPANHA PÚBLICA	Temas de interesse público
INSTITUCIONAL	Vinhetas TV Brasil/ EBC
CHAMADAS	Chamadas de programas
MERCHANDISING	Marcas e referências em personagens e conteúdos
APOIO/ PATROCÍNIO	Marcas e instituições vinculados a conteúdos

FORMATO	ASSINATURA	TOTAL \ PEÇAS	PERCENTUAL
Chamadas	Vinheta TV Brasil	163	46,83
Institucional	Diversos	112	32,18
Campanha Pública + apoio	TV Brasil	29	8,33
Campanha Pública	Diversos	22	6,32
Propaganda política	Partido políticos	10	2,87
Outros	Diversos	07	2,01
Apoio/Patrocínio	Diversos	03	0,86%
Chamadas + apoio	TV Brasil + Caixa Econômica Federal	02	0,57%
Merchandising	-	-	0,0%

RESULTADOS ESTATÍSTICOS DA PESQUISA

JORNALISMO

- Programas - 03
- Edições - 86 edições
- Tempo - 4.120 minutos

INFORMAÇÃO

- Programas - 15
- Edições - 168 edições
- Tempo - 8.257 minutos

ENTRETENIMENTO

- Programas - 05
- Edições - 47 edições
- Tempo - 1.836 minutos
- Filmes - 85 unidades

INFANTIL

- Programas - 02
- Programação infantil
- Edições - 29 edições
- Tempo - 435 minutos

ESPECIAIS

- Programas - 04
- Edições - 29 edições
- Tempo - 868 minutos
- Matéria Especial - 55 matérias (Eleições)

PUBLICIDADE

- Peças Publicitárias - 394
- Edições - 15 edições
- Intervalos - 89 intervalos

CONSIDERAÇÕES FINAIS - PRINCIPAIS QUALIDADES

- Veiculação de temas de interesse público e de impacto, capazes de gerar debate público: temas sociais, políticos, econômicos, culturais e comportamentais
- Abordagem de temas sensíveis: meio ambiente, gênero, saúde, educação, direitos humanos, mídias, comportamento, outros.
- Debate de temas que contribuem para a formação crítica sobre comunicação (mídias, conteúdos e ética) e, portanto, ocupam um lugar diferenciado em relação a outras mídias.
- Valorização da história e da cultura brasileira:
  - Produção e registros artísticos
  - Promoção de valores, talentos e produtos nacionais e regionais
  - Abertura ao conhecimento de culturas internacionais
- Relevante produção infantil diferenciada e de caráter educativo .
  - 50% de produção nacional
  - Autonomia em relação às demais emissoras
- Diversidade de programas, apresentadores e mediadores
- Valorização da cidadania
- Programação diferenciada focada na cultura e política

CONSIDERAÇÕES FINAIS - PRINCIPAIS PROBLEMAS

- Construção da grade de programação quanto à continuidade e coerência
- Problemas na denominação dos programas, que não são de fácil compreensão
- Conteúdos políticos e sociais marcam a programação, em segundo plano, depois das temáticas da cultura
- Pouco espaço para a produção independente e experimental
- Programação infantil com repetições excessivos no preenchimento da grade, sendo 50% de origem estrangeira
- Ausência de indicadores quantitativos e qualitativos sobre audiência
- Ausência de indicadores sobre mudanças decorrentes de pesquisas anteriores e sobre compartilhamento das análises com os profissionais
- Incongruências no site da emissora, com pouca interatividade
- Ausência de promoção e divulgação da programação da TV Brasil.
- Problemas técnicos e de produção identificados em todos os MAPs especialmente no telejornalismo e programas de debates

RECOMENDAÇÕES PRINCIPAIS

- Investimento em produção e tecnologia dirigido à valorização da programação diferenciada
- Avaliação e planejamento visando uma grade de programação funcional e atrativa
- Qualificação técnica de equipes de produção e mediadores considerando os padrões de qualidade específicos da TV Brasil
- Investimento em inovação e criatividade em relação a novos formatos de programas e atualização dos existentes
- Valorização dos espaços entre programas com planejamento diferenciado sobre inserção da publicidade, respeitando a lógica da programação
- Planejamento de estratégias para valorização de sites, redes sociais e, consequentemente, a relação com a TV Brasil
- Valorização do cidadão como participante qualificado da programação
- Desenvolvimento de projetos integrados com o setor educacional
- Atividades de análise crítica desta pesquisa com os profissionais, visando mudanças.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Obrigado a todos.
Parabéns aos Conselheiros pelo debate!

Mais uma vez, muito obrigado, Presidente Ana Luiza Fleck, Profª Maria Helena Weber.

Obrigado aos servidores do Senado pela atenção de sempre.

(Iniciada às 14 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 32 minutos.)

Aprovada na 2ª reunião ordinária de 2016, realizada em 15 de fevereiro de 2016. Publique-se.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

6ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA)
DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2015, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 09H, NO PLENÁRIO Nº 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA

Ata Circunstanciada da 6ª reunião (extraordinária) de 2015 do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, realizada em 07 de dezembro de 2015, segunda-feira, às 09h, no Plenário nº 7 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Conselheiro Miguel Ângelo Cançado, destinada à realização do Seminário "Transição do IPv4 para IPv6: Acesso, Privacidade e Coibição de Ilícitos", com a presença do Dr. Rodrigo Zerbone Loureiro, Conselheiro da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), do Sr. Demi Getschko, Conselheiro do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), e do Sr. Alexander Castro, Diretor de Regulamentação do Sinditelebrasil. Estiveram presentes os Srs. Conselheiros Titulares: MIGUEL ÂNGELO CANÇADO, Presidente; RONALDO LEMOS, Vice-Presidente; WALTER VIEIRA CENEVIVA, representante das empresas de rádio; JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA, representante das empresas de televisão; CELSO AUGUSTO SCHRÖDER, representante da categoria profissional dos jornalistas; JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO, representante da categoria profissional dos radialistas; SYDNEY SANCHES, representante da categoria profissional dos artistas; e PEDRO PABLO LAZZARINI, representante das categorias profissionais de cinema e vídeo. Estiveram presentes, também, os Conselheiros Suplentes: PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO, representante das empresas de rádio; LILIANA NAKONECHNYJ, engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social; MARIA JOSÉ BRAGA, representante da categoria profissional dos jornalistas; ANTÔNIO CORTIZO, representante da categoria profissional dos radialistas; LUIZ ANTÔNIO GERACE DA ROCHA E SILVA, representante das categorias profissionais de cinema e vídeo; PATRÍCIA BLANCO, ISMAR DE OLIVEIRA SOARES e DAVI EMERICH, representantes da sociedade civil.

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Mais uma vez, bom dia, Srªs e Srs. Conselheiros e todos os presentes.

Agora sim, tendo chegado nosso querido Vice-Presidente Ronaldo Lemos – há pouco eu avisava que estávamos prorrogando por alguns minutos até sua chegada –, havendo número legal para a instalação dos nossos trabalhos e agradecendo a presença de todos, está aberta a nossa última reunião do ano de 2015. Ainda teremos uma na tarde de hoje, mas considero-a a última com início na manhã.

Muito obrigado a todos pela presença.

O objetivo desta primeira parte dos nossos trabalhos, desta sessão extraordinária, é a realização do seminário sobre a transição do IPv4 para o IPv6: acesso, privacidade e coibição de ilícitos. Esse evento é realizado por sugestão do nosso querido Vice-Presidente, Conselheiro Ronaldo Lemos.

Eu convido, inicialmente, para compor a Mesa conosco o Diretor de Regulamentação do Sinditelebrasil, Dr. Alexander Castro, representando o Presidente Executivo do Sinditelebrasil, o Sr. Eduardo Levy.

Eu vou transferir a condução dos trabalhos deste seminário – eu acho que é justo que o faça – ao Vice-Presidente Ronaldo Lemos, que é quem fez a proposta de realização deste importante evento. Por isso mesmo, transfiro a S. Exª a Presidência e a condução desses trabalhos, mantendo-me na mesa, se me permite. Transfiro a S. Exª a condução porque é autor da proposta e estudioso do assunto. Ronaldo Lemos, Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero só lembrar aos demais Conselheiros que este seminário surgiu a partir da discussão que nós tivemos no âmbito da Comissão de Tecnologia. Até houve uma provocação à Comissão de Tecnologia, nós recebemos uma notícia do Ministério Público com relação à questão da transição do IPv4 para o IPv6, e tivemos uma discussão no âmbito do Conselho – uma discussão muito boa –, falando sobre o tema, contextualizando, dizendo do que se tratava.

Antes de passar a palavra ao Dr. Alexander Castro, a quem eu agradeço pela presença, por estar conosco aqui discutindo esse importante tema, eu vou só lembrar, rapidamente, qual é o contexto do que a gente está discutindo aqui em termos bastante claros, porque a gente está tratando de uma questão técnica e, então, é bom a gente ser claro, simplificando aqui o que a gente está discutindo no âmbito deste seminário.

Como a gente se lembra, a internet precisa de endereçamento. E o endereçamento da internet é feito por uma série de números que, por sua vez, depois se transformam no que a gente chama de endereços da internet. Então, quando a gente digita um *site* www.senado.gov.br, esse nome é convertido numa designação numérica, e essa designação numérica – muitas vezes, 184.672 etc. – permite ao computador que a gente tem em casa acessar o conteúdo do computador do Senado. Então, esse é o sistema de endereçamento da internet.

O sistema com que a gente está trabalhando até hoje é o IPv4. O que significa isso? Ele é uma série limitada de números que permite distribuir esses endereçamentos para os diferentes computadores, para os diferentes *sites*.

A questão é que, com o crescimento da internet, com o crescimento do número de dispositivos como, por exemplo, celulares, do número de *sites*, do número de computadores que precisam ser indexados, esses endereços, basicamente, se

esgotaram. Então, é como a numeração de telefone: a numeração no Brasil estava prestes a se esgotar e acrescentou-se o dígito 9 para aumentar justamente o número de combinações, evitando que se esgotassem os números de telefones.

Então, na internet, a gente está vivendo, neste momento, um problema, que é o esgotamento dos endereços IPv4, que é esse sistema que eu mencionei, e a questão da transição para o chamado IPv6, que vai trazer um número, basicamente, quase ilimitado do ponto de vista teórico com relação aos endereços da internet. Ou seja, nunca mais a gente vai enfrentar esse problema do esgotamento dos endereços na rede.

Por que isso é um problema? E por que o Ministério Público está preocupado com relação a essa questão? É um problema por quê? Com o esgotamento do endereço atual e como ainda não houve uma transição do sistema de endereçamento em que a gente está para o próximo, então, estamos vivendo um momento intermediário, um momento em que já deveríamos estar em um outro sistema de endereçamento, mas ainda estamos usando o endereçamento antigo.

Com isso, o que está acontecendo? Muitas vezes mais de um usuário recebe o mesmo número de IP, então, quando alguém entra na internet, através do seu provedor, muitas vezes aquela pessoa está compartilhando o mesmo número de acesso à internet com vários outros usuários. Então, existe um monte de gente entrando ali com o mesmo número de IP.

E o Ministério Público está preocupado porque, quando alguém comete um ilícito na internet, e você vai atrás da pessoa justamente pelo endereço IP que acessou a rede, ao tentar achar a pessoa, muitas vezes, existe uma dificuldade, porque, afinal de contas, aquele número de IP estava sendo compartilhado com um grande número de pessoas. Então, muitas vezes, aquele número de IP está compartilhado com 10, 15, 20, 30 pessoas. E se alguém cometer um crime a partir daquele número, quem é o perpetrador do crime? Como é que se chega através dele? Essa é uma questão que a gente está vivendo hoje, neste momento em que a gente está fazendo essa transição do IPv4 para o IPv6. Então, esse é um dos pontos. Imagino que vamos discutir aqui.

Vamos discutir a questão de como é que está acontecendo essa transição, como é que ela está sendo gerenciada, quais são as perspectivas de que esse problema se encerre, esse problema que a gente está vivendo nesse momento de transição.

E a outra questão que nós discutimos no âmbito da Comissão é o tema da privacidade, no sentido de que, se no IPv4 temos essa situação, quando chegarmos ao IPv6, vai haver um momento em nossas vidas em que todos os aparelhos que a gente utilizar vão ter um endereçamento único, vão ter um IP para o resto da vida. Então, o nosso celular vai ter uma espécie de uma identidade digital e todo mundo vai saber para o resto da vida que o seu celular tem aquele número. Se você tiver um *tablet*, ele vai ter um número específico também, se você tiver uma TV conectada à internet vai ter um número, se você tiver um carro vai ter um número. E aí você cai em um outro problema que é o problema da privacidade, porque se cada aparelho que nós temos tem uma identidade digital única e para sempre, você vai ter uma situação em que o registro da sua vida vai estar sendo atribuído a você em qualquer momento em que você tiver utilizando aqueles aparelhos. E a gente até brincou aqui na Comissão que se um rolo de macarrão se conectar à internet vai ter uma identidade própria, você vai saber para sempre quantas vezes ele passou em cima de uma massa, você vai saber onde é que ele esteve, você vai saber quem usou, quem pegou aquele rolo de macarrão. Então, a gente até brincou com relação a isso.

E, só para terminar, antes de passar a palavra ao Dr. Alexander Castro, a gente tem hoje a questão do esgotamento e a dificuldade de achar os usuários. Com o IPv6 a gente vai ter a questão da privacidade, como é que se lida com a proteção da privacidade de cada usuário, na medida em que cada dispositivo vai ter uma identidade para sempre e a mesma identidade.

Hoje, a forma como é possível o IPv4 identificar os usuários que perpetram crimes é através da chamada guarda das portas lógicas. O que significa isso? Isso é uma espécie de, abre aspas, com o perdão do vernáculo simples, mas é uma espécie de "gambiarra" que está sendo feita hoje em que, ao compartilhar o mesmo IPv4 com um grande número de usuários, você vai distinguindo os usuários através dessas chamadas portas lógicas, que são endereços atribuíveis a cada usuário, mas que vão além da informação do IPv4.

Não é uma medida perfeita de identificação. Gera uma série de custos tanto para as empresas de telecomunicação quanto para as empresas de internet. Então, é por isso que chamo até de gambiarra, porque a questão é que, se houvesse a transição já para o IPv6, não se estaria incorrendo nesses custos nem pelas empresas de telecomunicações, nem pelas empresas de tecnologia.

Então, outro tema que vamos debater aqui hoje são as portas lógicas, em que medida essas portas lógicas são eficientes ou ineficientes, os custos com relação a elas e a perspectiva de quando essa situação vai se resolver com a transição para o IPv6.

Peço perdão por ter me alongado nessa...

(*Interrupção do som.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MIGUEL ÂNGELO CANÇADO – Francisco, só um minutinho, por gentileza. Eu peço licença. Convido para vir à mesa o Dr. Rodrigo Zerbone, Conselheiro da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), que já esteve conosco. É um prazer recebê-lo novamente. Bom dia.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – A preliminar, para a gente se situar...

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Pois não.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – ...é só a quem compete tocar o assunto. É só isso que quero saber, porque nós temos tantos protagonistas hoje. Queria saber a quem competiria desenvolver, ou implantar, ou impor, ou fazer o *enforcement* dessa evolução.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Conselheiro Chico, essa pergunta é essencial. Eu acho que ninguém melhor para responder esta questão de a quem compete lidar com essa transição do que os nossos palestrantes hoje. Eu não ousaria responder essa pergunta. Então, aproveitando, temos a Anatel e o SindiTelebrasil e teremos, daqui a alguns minutos, o Comitê Gestor da Internet. Eu acho que esse é um dos tópicos que poderão ser abordados aqui sobre a competência para a transição.

Bom, feitas essas considerações, eu gostaria de agradecer a chegada do Conselheiro da Anatel Rodrigo Zerbone.

Passo a palavra para o Dr. Alexander Castro, do SindiTelebrasil. Logo depois, haverá a manifestação do Dr. Rodrigo Zerbone. O Prof. Demi Getschko, do Comitê Gestor, disse que chegaria às 9h30min. Então, imagino que, a qualquer momento, ele deva estar aqui conosco. O tempo de exposição é entre 15 e 20 minutos.

Dr. Alexander, muito obrigado.

O SR. ALEXANDER CASTRO – Gostaria de fazer a apresentação em pé, mas, enquanto isso, vou fazendo a apresentação sentado. Bom dia a todos. É uma satisfação estar presente aqui hoje para trazer uma contribuição na discussão deste tema da migração do IPv4 para o IPv6.

Minha apresentação contextualiza bastante as coisas que foram mencionadas aqui no início e traz alguns detalhes. E a gente está sempre aberto aos questionamentos, dúvidas e esclarecimentos.

Pode passar a próxima.

O SindiTelebrasil representa as grandes operadoras de telecomunicações do País, as operadoras que ofertam tanto Serviço Telefônico Fixo Comutado como Serviço Móvel Pessoal (SMP) e Serviço de Comunicação Multimídia (SCM). Esses dois últimos são os dois serviços de telecomunicações que dão suporte à internet: o SCM, a internet fixa, e o SMP, a banda larga móvel.

Bom, para a gente falar um pouquinho da necessidade dessa migração do IPv4 para o IPv6, é importante que a gente contextualize algumas questões. A primeira parte é a questão da expansão da internet. A gente tem experimentado uma expansão acelerada do ecossistema da internet não só no Brasil, mas no mundo em geral. Temos percebido o desenvolvimento de inúmeras aplicações que visam à oferta de centenas de serviços – entre eles, comércio eletrônico, transações bancárias, partes de armazenagem, localização, jogos online, serviços governamentais, aplicativos educacionais, correio eletrônico, entretenimento em geral, internet das coisas, com sensores, medidores, monitoração etc.

Em breve, as previsões dão conta de que teremos algo na casa de 20 a 50 bilhões de dispositivos, todos eles usando a internet e usando numeração de internet.

Próximo.

Por outro lado, a conectividade, o acesso à internet oferecidos pelas operadoras de telecomunicações também vêm crescendo de forma acelerada para fazer frente a essa demanda da sociedade no Brasil e no mundo. Então, neste eslaide, a gente procura mostrar que hoje nós já chegamos – e são dados de setembro – a 225 milhões de acessos em banda larga, e, aproximadamente, 80%, 85% desses 225 milhões são da banda larga móvel; e, só no ano 2015, a gente já chegou a 32,7 milhões de novos acessos móveis, na banda larga móvel, e 1,2 milhão de acessos na banda larga fixa.

Esse número é importante que a gente explicite, porque, na verdade, hoje a banda larga móvel está tendo um crescimento. Quase 95% de qualquer nova ativação é uma banda larga móvel, usando o serviço móvel pessoal. E, por essa razão, conforme eu vou mencionar mais à frente, a estratégia de migração do IPv4 para o IPv6 focou mais a banda larga móvel.

Próximo.

Bom; 76% dos usuários da internet, hoje, da banda larga móvel acessam a internet pelo seu *smartphone* e 63% do tempo *on-line* do brasileiro é gasto através desses dispositivos móveis.

Próximo.

Além da demanda ser crescente, do interesse da sociedade e da própria atividade econômica do País demandar o uso de internet maciço, os preços desses acessos também têm caído e têm permitido uma maior massificação desse serviço. Hoje, num estudo que a Teleco realizou, agora para 2015, considerando todos esses países que representam aproximadamente 80% dos acessos disponibilizados no mundo, o Brasil tem hoje, no minuto do móvel celular, US$0,04. E, entre os países pesquisados, o Brasil

ocupa o quarto lugar, já com impostos e considerando a carga tributária brasileira, que é a maior carga tributária do mundo.

Também na banda larga móvel, o Brasil se situa bem em termos de preço da banda larga móvel. O preço está na faixa de US$6,00, considerando também esses países pesquisados. E isso inclui uma franquia de 500 megabits ou mais. Quer dizer, para que a gente pudesse comparar banana com banana e laranja com laranja, foram considerados planos pré-pagos, todos eles com 500 mega de franquia, também com impostos.

Então, com os preços vêm caindo; o interesse da sociedade, aumentando; a atividade econômica, demandando acesso à internet, o que se espera? Cada vez mais novas ativações; cada vez mais a busca por novos acessos móveis e fixos para a internet. Isso significa que, conforme a gente vai mostrar, nós vamos precisar de endereços, IPs, para poder identificar cada um dos novos usuários.

Assim, como foi explicado, fazendo um paralelo com o serviço telefônico fixo comutado, hoje, cada terminal, a cada aparelho telefônico do telefone fixo comutado corresponde um número de telefone, no móvel a mesma coisa. Na banda larga, esse número é o endereço IP.

Pode passar, por favor.

Então, finalizando a questão do desenvolvimento da internet, os investimentos que estão sendo feitos para acomodar o crescimento, o aumento da base e também o crescimento de tráfego, em função da variação do perfil de tráfego de cada usuário... Antigamente, há cinco anos, um usuário acessava muito menos a internet do que acessa hoje, principalmente através dos *smartphones*. Então, há a necessidade de se fazer um investimento significativo em infraestrutura de acesso e também na ampliação e modernização das redes tanto de transporte como de acesso – redes de telecomunicações que estou mencionando.

Pode voltar, por favor.

Também os provedores de aplicação e os provedores de acesso têm demandado esses recursos de endereçamento que eu mencionei, porque não são só os usuários que demandam os recursos de endereçamento IP. Claro, todos eles, eu, vocês, para acessar a internet, precisamos receber um endereço IP para nos identificar naquele instante em que estamos acessando a internet e nos conectando a ela. Os provedores de acesso, os provedores de aplicação, quer dizer, os provedores de conteúdo, os provedores de serviço de internet, de uma maneira geral, também precisam ter os seus endereços IP. Por quê? Porque, na verdade, como foi mencionado, quando eu acesso www.globo.com, esse endereço é transformado num número para eu poder acessar. Eu preciso identificar o provedor de aplicação, o serviço que eu vou acessar. Então, eles também precisam de endereços IP.

Pode passar.

A ideia é que cada dispositivo que utilize a internet e esteja conectado a ela seja identificado por um número IP. Esse número deveria e, em regime, deve ser único para que não exista, na internet, dois ou mais dispositivos com o mesmo endereço.

É importante que se diga também que os endereços IP identificam terminais e não pessoas. Na verdade, é diferente do SMP, em que, quando você tem um número, você associa aquele número a uma determinada pessoa, porque é um serviço móvel pessoal. Ele é móvel, mas é pessoal. No caso dos endereços IP da internet, principalmente na banda larga fixa, você está identificando um dispositivo, que pode ser um *tablet*, pode ser um computador. Quem está usando aquele computador, quem está usando aquele *tablet* não se sabe, mas a informação é que aquele dispositivo, aquela máquina usou e se

conectou, num determinado momento, à internet. Os dispositivos podem ser dos usuários, podem ser equipamentos de rede das operadoras de telecomunicações ou podem ser servidores e provedores de aplicação. Então, todos esses agentes que atuam, no ecossistema da internet, recebem e necessitam de endereços IP.

Para evitar a utilização de endereços IP duplicados, essa distribuição tem que ser controlada. Isso acontece tanto no Brasil, como no mundo, e existe um conjunto de entidades que dividem essa responsabilidade. Em nível mundial, a Iana é o grupo que executa a função de fazer a gestão de toda numeração IP. Na América Latina, o Lacnic é a entidade que faz a distribuição dos números entre os países da América Latina. Aqui, no Brasil, é o NIC.br. Quem é o NIC.br? Sobre o NIC.br, o Prof. Demi pode falar com muito mais propriedade do que eu, mas o NIC.br é o braço operacional do Comitê Gestor da Internet (CGI). Ele executa uma série de funções para avaliação da internet no Brasil e efetivamente tem a responsabilidade de controlar o estoque de endereços IP e distribuir esses estoques entre os diferentes sistemas autônomos. Sistema autônomo, a princípio, pode ser uma operadora de telecomunicações, pode ser um provedor de aplicação, podem ser todos aqueles que efetivamente recebem endereçamentos IP.

A versão 4 do protocolo IP, o chamado IPv4 – ele é IPv4, porque é a versão 4 do Protocolo IP –, possibilita 4,3 bilhões de endereços, através de 4 grupos de 8 bits totalizando 32 bits. Então, fazendo combinações desses 32 bits, chegávamos a 4,3 bilhões de endereços. Quando foi lançada a internet e com o uso da versão 4 do Protocolo IP, entendíamos: "Pronto, temos endereçamento suficiente para o resto da vida".

O SR. DAVI EMERICH (*Fora do microfone*.) – Isso em nível mundial, 4.3 bilhões?

O SR. ALEXANDER CASTRO – É, de 4,3 bilhões.

Entretanto, percebemos que, em função desse consumo e dessa demanda por numeração IP, os 4,3 bilhões se esgotaram em algumas regiões do mundo onde a banda larga está bem mais desenvolvida. No Brasil, havia a previsão de que esse esgotamento aconteceria em 2014.

Pode passar o próximo.

Isso realmente aconteceu em junho de 2014 e o NIC.br formalizou o esgotamento do estoque dos endereços IPv4. A solução seria a migração para nova versão do protocolo, que é a versão 6 do Protocolo IP. Essa versão 6, em vez de trabalhar com 4, trabalha com 8 conjuntos de 16 bits, totalizando 128 bits, que você vai combinar e chegar a 340 undecilhões. Eu não sei nem como mensurar um número desses, mas é um número enorme.

Para vocês terem ideia: são 48 x 10^{18} endereços por habitante do planeta Terra. Então, conforme o colega me ensinou, acreditamos que essa capacidade de endereçamento seja para o resto da vida mesmo – pelo menos da minha, com certeza, será!

Pode passar.

E aí existiam alguns desafios. Quais são esses desafios?

Primeiro: como fazer a migração do IPv4 para o IPv6? Não é uma coisa simples. Conforme vou mostrar aqui para vocês, é uma coisa que envolve muitos agentes, não dá para fazer essa coisa de forma sincronizada, e há necessidade de que, num espírito de colaboração, todos esses agentes que atuam na cadeia de ecossistema da internet possam fazer a sua parte e fazer essa migração. Então, como conciliar o crescimento e o interesse pela internet e a demanda por novos endereços IPv4 – tanto pelos usuários

como pelos provedores de acesso à internet como também pelos provedores de aplicação – com esse esgotamento?

A ameaça desse esgotamento levou o NIC a, desde 2011, montar um grupo de trabalho do qual participaram Anatel; Ministério das Comunicações; Polícia Federal; Ministério Público; diversas outras esferas do Governo Federal; nós, os provedores de acesso à internet; os provedores de aplicação; bancos; provedores de conteúdo etc. – a Febraban estava presente também nesse grupo de trabalho. E todos estavam discutindo já em 2011, então não é uma coisa nova para ninguém, ninguém foi pego de surpresa. Estavam dizendo: "Olha, o NIC.br assinou. Vai acabar, há previsão de acabarem os recursos de IPv4 em 2014". O que fazer? E aí começamos a analisar, de forma bastante técnica, os impactos desse esgotamento e como fazer a migração para o IPv6.

Pode passar o próximo.

E o que percebemos é que essa solução dependia de todos os agentes que atuam na internet. Por exemplo, os provedores de aplicação, tais como os provedores de hospedagem, os provedores de conteúdo, *sites* de *web* em geral, serviços de *e-mail*, comércio eletrônico, serviços bancários, governo, todos eles deviam disponibilizar seus serviços em IPv6, todos os provedores pegarem suas redes internas e transformarem de IPv4 para IPv6. Isso significava, também, a possibilidade de custos para esses agentes. Por quê? Porque se os seus equipamentos, dentro de suas redes internas, não tivessem capacidade para operar em IPv6, eles teriam que ser substituídos – ou têm que ser substituídos, porque esse processo ainda está acontecendo. Isso significaria custo.

Aqueles que tinham equipamentos que poderiam operar tanto em IPv4 como em IPv6 precisavam ser reprogramados para operar em IPv6. Os provedores de acesso à internet – são as operadoras – deveriam oferecer, então, a conectividade em IPv6 de forma nativa, ou seja, um endereço público em IPv6, juntamente com a conectividade IPv4 – e vou explicar por que há necessidade de se fazer a oferta conjunta, IPv4 e IPv6, mais à frente.

Os fabricantes de equipamentos usados na internet, incluindo *modems*, roteadores, roteadores em fio, também deveriam começar a oferecer no mercado brasileiro equipamentos compatíveis com IPv6. Temos ainda, no mercado de varejo, diversos equipamentos que só operam em IPv4 e continuam sendo comercializados. Ora, se o usuário vai ao mercado e compra um aparelho que só opera em IPv4, ele vai precisar de um recurso de numeração de IPv4 para poder se conectar à internet. As operadoras, como vão operar em IPv4 e em IPv6 – operadoras de telecomunicações – podem ofertar, mas, se o IPv4 está esgotado, como fazer? Esse era outro desafio.

Pode passar.

Mas os usuários também deveriam preparar seus equipamentos para a implantação do IPv6. Usuários maiores, usuários corporativos, precisariam alterar suas redes internas. Usuários comuns, que estão na base atual, em sua maioria hoje só operam em IPv4. Então, também para eles acessarem a internet em IPv6 seria preciso comprar um equipamento novo – às vezes não é só o terminal, às vezes é o roteador, é *wi-fi*, é o *modem* que eles têm – para poder operar em IPv6 também. O Governo, considerando os três Poderes e suas diversas instâncias, também deveria estabelecer normas internas com um cronograma para mudar os seus sistemas para o IPv6. Além disso, as universidades e os centros de pesquisa também deveriam fazer esse trabalho.

Então, vejam só quantos agentes estão envolvidos, e basta um não ter migrado que já gera o problema do compartilhamento de IPv4 e IPv6.

Próximo.

É importante que se diga aqui também algumas dificuldades da migração. Primeiro, é impossível imigrar todo o mundo simultaneamente, estabelecer uma data, dia tal todo o mundo vira a chave. Isso ficaria muito difícil porque são muitos agentes. Por exemplo, eu coloco num eslaide mais à frente, o Governo Federal já abriu um grupo de trabalho para discutir essa questão da migração das redes do Governo e estabeleceu um cronograma de 2018 para concluir isso. Ainda faltam três anos para 2018.

A definição de uma data deveria significar o seguinte: a partir daquela data, quem não estiver em IPv6 não vai mais navegar na internet. Esse é outro ponto, é onde temos muitos provedores de aplicação que são pequenos provedores – blogueiros etc –, que poderiam ser eventualmente cortados da sua navegação. Essa não foi a linha adotada. As empresas de telecomunicações tiveram que adotar algumas soluções para poder endereçar esse problema.

Outra coisa que é importante dizer é que o IPv4 e o IPv6 não são compatíveis. Nessa figura que eu estou apresentando para vocês – usuário, provedores de aplicação, pode ser um provedor de conteúdo –, o vermelho é o IPv6, o verde é o IPv4 e aqui é a rede das operadoras. Ora, então se o usuário tiver um equipamento que funcione em IPv6, ele não pode acessar o conteúdo em IPv4, mesmo que a operadora disponibilizasse um caminhozinho verde para ele, mas ele chega aqui e não acessa.

Então, a mesma coisa o contrário, ou seja, se o usuário só funciona em IPv4, o aparelho terminal dele, o móvel ou o computador dele ou *tablet* só funcionam em IPv4, ele não consegue acessar um conteúdo, um serviço que funcione em IPv6 apenas.

Vejam bem os senhores: enquanto eu tiver conteúdos em IPv4, as operadoras vão ter que oferecer aos usuários endereço IPv4 e IPv6, simultaneamente. Essa base vai crescendo, eu vou precisar oferecer cada vez mais endereço IPv4, não os tenho. Então, mesmo que todas as operadoras de telecomunicações já tenham seus sistemas em IPv6, ainda assim o problema permanece, porque há necessidade que os outros migrem também, para que, eventualmente, a conexão possa ser feita toda ou em IPv6 pura e simples, senão vamos ter essa questão do *dual stack*.

Por essa razão, as empresas precisam adaptar as suas redes para fazer o suporte simultâneo tanto de IPv4 como de IPv6, que chamamos de *dual stack*. Enquanto houver usuários, como eu mencionei, e provedores de aplicação operando apenas em IPv4, as prestadoras de telecomunicações têm que oferecer simultaneamente um endereço IPv4 ou IPv6. Naquele momento que a pessoa vai se conectar à internet, ela recebe os dois endereços. Grandes provedores de aplicação já estão operando em IPv6 também. Eles oferecem seus conteúdos em IPv4 e em IPv6. Então, o usuário pode priorizar a conexão em IPv6. Agora, se ela for acessar um provedor de aplicação que só funcione em IPv4, necessariamente ela precisa usar o endereço IPv4 que operadora está lhe oferecendo.

Próximo.

Isso eu já expliquei. Só pegando o caso do Governo, que é 2018, até o final de 2018 o Governo estará operando em IPv4. Então, os usuários só vão poder acessar os serviços governamentais etc, se fizerem esse acesso através de um endereço IPv4. Mesmo as operadoras oferecendo ao usuário um IPv6, mesmo o usuário tendo trocado o seu equipamento terminal e tendo adquirido no mercado de varejo um equipamento que funcione em IPv6, ainda assim, ele não vai poder acessar, até 2018, o conteúdo do Governo Federal, dos serviços e aplicativos disponibilizados pelo Governo, baseados em IPv6.

Pode passar o próximo.

Bom; foi, então, um consenso entre os técnicos, no âmbito do NIC.br, que envolve todos aqueles agentes que eu mencionei no eslaide do início, fruto de uma discussão bastante técnica, com engenheiros e o pessoal da área de informática, que se debruçou sobre as alternativas, e, em função disso que eu mencionei, a única solução que identificaram como viável para fazer a transição e evitar o colapso da Internet, uma vez que não dava para parar de vender acesso à Internet, foi adotar a solução do compartilhamento dos endereços IPv4.

E, aí, dentro da implementação dessa solução, a contratação, os testes, a implantação da plataforma CGNAT – Carrier Grade NAT que é a plataforma que permite o compartilhamento dos endereços IPv4, enfim, o custo e o risco ficaram por conta das operadoras de telecomunicações. Então, coube às operadoras de telecomunicações fazer as opções na sua rede para oferecer o IPv6 e, ainda assim, fazer investimentos na contratação dessas plataformas para poder fazer o compartilhamento dos endereços IPv4, que foi a solução identificada no âmbito do grupo de trabalho do NIC.br.

E é importante que se diga também que, mais tarde, por volta de 2013, a Anatel também criou um grupo de trabalho, e esse grupo trabalho da Anatel também identificou que essa solução de compartilhamento de IPv4 seria a solução a ser adotada de forma transitória.

O NAT44, que é a ferramenta que faz o uso do compartilhamento, permite então que diferentes usuários façam o uso, no mesmo instante de navegação na Internet, de um mesmo endereço IPv4; porém, em portas lógicas distintas. Na verdade, quando você navega na Internet, usa um endereço IP e usa uma porta lógica de origem. As portas lógicas são inúmeras, e, então, da combinação de um endereço IP, num determinado momento, com a porta lógica que você está usando, consegue-se identificar – e aí a porta lógica não é compartilhada –, univocamente, quem é que está usando aquele IP com aquela porta lógica.

Próximo, por favor.

Um pouquinho mais de detalhamento da solução transição: o compartilhamento é via NAT44, mas ele não se dá para qualquer endereço IP – isso é importante dizer. É qualquer endereço IP que vai ser compartilhado? Não. Foi estabelecido um *range* de endereço IPs privados inclusive. Esse padrão do IETF, o RFC 6598 já tinha reservado, há muito tempo, um grupo de endereços para poderem ser utilizados para um eventual compartilhamento. E não pode ser qualquer endereço privado, porque, senão, pode haver problema de conflito entre a rede pública das operadoras e a rede privada dos usuários, das redes. Pode ser um usuário corporativo, uma empresa etc., e não poderia haver conflito de endereço IP privado. Por isso, a Anatel definiu que as empresas deveriam usar esse *standard,* esse grupo de endereços privados.

A solução de transição terá de se prorrogar enquanto os demais agentes da Internet não migrarem para o IPv6, conforme expliquei, quer dizer, enquanto houver provedores de aplicação ofertando conteúdos em IPv4, essa solução do CGNAT do NAT44 vai continuar sendo utilizada. Na verdade, o que a gente vai perceber é que o tráfego em IPv6 vai crescer muito. Então, a expectativa é que, daqui a um tempo, 90% desse tráfego vai ocorrer em IPv6, e, daí, não haverá problema de compartilhamento. Contudo, 10%... E pode ser até menos, a gente espera que seja menos do que isso. Se a gente considerar que, hoje, o tráfego na Internet está concentrado em sete grandes empresas internacionais americanas, a gente entende que a expectativa – e essas empresas já estão com o IPv6 – é que esse tráfego seja predominantemente em IPv6; porém, ainda 5% do tráfego poderá se manter em IPv4. E, eventualmente, se uma pessoa que queira

fazer algum tipo de ilícito na Internet quiser entrar no anonimato, ela pode privilegiar o acesso à Internet via IPv4 e não por IPv6.

Quanto mais tempo demorar a solução de transição, maior é a razão de compartilhamento também. E essa foi outra coisa com que a gente teve uma preocupação junto aos grupos de trabalho tanto do NIC quanto da Anatel. A ideia era se trabalhar com uma razão do comprimento mínima possível, dois para um, cinco para um, e é o que a gente está implementando.

Então, a estratégia de migração procurou fazer com que a razão de compartilhamento fosse a mínima necessária. Mas, quanto mais tempo essa situação de paralelismo entre IPv4 e IPv6 permanecer, mais tempo a gente vai ter que usar o NAT44 e, provavelmente, a razão de compartilhamento deve aumentar. E, aí, a gente passa para números muito maiores do que esses que eu mencionei.

Pode passar a próxima.

Bom; o compartilhamento dos endereços IPv4 leva à necessidade, então, de os provedores de acesso e também de os provedores de aplicação guardarem as portas lógicas de origem. Porque, senão, por exemplo, se a Polícia Federal ou o Ministério Público for num provedor de aplicação, num provedor de conteúdo e perguntar: "Eu gostaria de saber quem foi que acessou aqui a tal hora?" Ele vai apresentar um endereço IP. Aí ele vai entregar esse endereço IP ao Ministério Público, e este vai à operadora e pergunta: "Quem é que estava usando este endereço IP nesse momento, nessa hora?" A operadora, se for esse endereço IP privado, conforme eu mencionei, que é passível de compartilhamento, a empresa vai ter que oferecer ao Ministério Público um grupo de usuários, pois não vai haver a possibilidade de se fazer a identificação unívoca desse usuário. No entanto, se a operadora receber o número do IP mais a porta lógica de origem, aí, sim, a gente informa quem é a pessoa que estava usando aquela porta e aquele IP, mesmo compartilhado, naquele determinado momento. Por isso, é importante e fundamental que os provedores de aplicação guardem também a informação da porta de origem. Caso contrário, não será possível essa identificação unívoca.

É importante dizer também que as operadoras de telecomunicações já fizeram os investimentos, já guardam também a porta lógica de origem. Então, se a gente receber uma demanda de IP e de porta lógica, a gente tem como dar informação ao Ministério Público, à Polícia Federal e às demais entidades responsáveis por apuração de ilícito na internet.

Próximo.

E qual o compromisso das operadoras? O primeiro compromisso atendido foi a disponibilização da oferta de IPv6 *peering* no trânsito. Ou seja, não adianta, também, uma empresa fazer todo um investimento para transformar a sua rede, ajustar em *dual stack*, ou seja, IPv6 e IPv4, se, na hora que ela vai fazer a conectividade com outras empresas, não lhe é oferecida a possibilidade de ela seguir com o tráfego em IPv6. Então, o trânsito era muito importante que fosse disponibilizado em IPV6, e isso, também, já está acontecendo desde o início do ano.

Também, até o final deste ano, todas as operadoras estão oferecendo IPv6 nativo aos novos usuários nos principais centros de todo o Brasil. Ou seja, com certeza, mais de 80% da população brasileira, hoje, terão acesso ao IPv6 até o final deste ano. Como é gradativo, não é uma coisa digital, quer dizer, não sei o percentual atual, mas está bem próximo – nós já estamos em dezembro – dos 80% da população.

A partir de 2016 – isso também é importante que se diga –, nas localidades onde ainda não houver oferta do IPv6, as operadoras de telecomunicação devem alocar o

usuário, de forma dinâmica ou fixa, num endereço IPv4 público não compartilhado. Então, onde não se possa ofertar o IPv6, a gente assume o compromisso de ofertar o IPv4 público não compartilhado. No entanto, onde se estiver oferecendo IPv6 nativo, e por uma questão de necessidade, porque outros provedores, outros agentes da internet estão usando ou só operam em IPv4, aí ter-se-á que fazer o compartilhamento. Não existe como escapar disso.

O atendimento à base legada dependerá da capacidade da rede IPv6 implantada na localidade. A ideia, também, não é trocar a base legada, até porque isso seria impor ao usuário um custo, e a gente não acha justo; não há, também, necessidade disso. A base legada vai migrando para o IPv6 gradativamente. O importante é que as novas bases, ou seja, as novas necessidades de endereçamento IPv4 não sejam objeto de compartilhamento.

Próximo.

Eu acho que esse é o último eslaide.

Eu já mencionei isto: basicamente, onde a conexão de internet não puder acontecer no novo protocolo em função de CPEs dos novos usuários ou da disponibilização de serviço pelos provedores de aplicação, o IPv4 compartilhado poderá continuar a ser ofertado, mesmo se as operadoras estiverem oferecendo o IPv6. Isso por uma necessidade que eu mencionei: as operadoras oferecem para o usuário dois endereços: um IPv4 e um IPv6, em paralelo.

Bom; era isso o que eu tinha a apresentar para vocês.

Coloco-me à disposição para qualquer dúvida.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Muito obrigado, Dr. Alexander, pela completa exposição. Acho que deu para aprofundar os detalhes técnicos do que a gente está discutindo aqui.

Gostaria de dizer que o Professor Demi Getschko já está aqui conosco.

Muito obrigado, Professor Demi, por estar aqui participando deste seminário.

Queria anotar que o Professor Demi Getschko é um dos pioneiros da internet aqui no Brasil, membro do Comitê Gestor da Internet e, certamente, vai dar sua visão sobre esta questão, o que vai ser muito importante.

Antes de passar a palavra para o Professor Demi, pela ordem teremos o Conselheiro da Anatel, Dr. Rodrigo Zerbone, a quem eu já passo a palavra para a exposição entre 15 e 20 minutos.

O SR. RODRIGO ZERBONE LOUREIRO – Bom dia a todos. Obrigado, Conselheiro Ronaldo.

Obviamente que a minha fala aqui vai ser muito facilitada pela apresentação do Alexander, que foi bem completa. Então, até para a gente conseguir ganhar tempo para tirar dúvidas dos senhores e fazer um debate, eu vou focar mais na participação da Anatel – Agência Nacional de Telecomunicações nesse processo, e trazer alguns elementos que considero importantes.

A Anatel é membro também do CGI. Eu sou o representante da Anatel no CGI, mas, aqui, falarei como representante da agência, deixando para que o meu companheiro aqui de CGI, Demi, dê o panorama sob um ponto de vista mais amplo do CGI.

A gente tem que contextualizar sempre essa questão com qualquer coisa relacionada à internet, ainda mais algo tão amplo e com tanto impacto como é a transição do IPv4 para o IPv6; enfim, a gente tem que contextualizar com a forma de organização da internet.

A internet é feita em conjunto por vários atores – atores de Governo, atores privados, academia, usuários finais –, e isso traz uma complexidade muito grande para o processo. Então, quando a gente tem as perguntas: "Quem é responsável? Como é que eu faço para obrigar?" É sempre algo muito complicado de se lidar em um âmbito da internet.

Então, como foi bem colocado aqui pelo Alex, a gente tem a necessidade de migração de todos esses atores, de preparação para o IPv6 de cada um desses atores, seja quem coloca o conteúdo na rede, seja quem é responsável pela transmissão desses dados – as empresas de telecomunicações –, seja o usuário final. Então, enquanto não houver a migração total de todos esses atores, a gente ainda tem que trabalhar com esse ambiente de transição.

Pode passar, por favor.

Antes de entrar um pouquinho nesse eslaide, eu queria ressaltar quais são os desafios que a gente observou em relação a esse processo. É exatamente a dificuldade que temos de coordenação e, principalmente, o que a gente chama de *enforcement*. Como fazer com que os atores, de fato, gastem dinheiro – pois é precisa de investimento –, enfim, façam o investimento necessário para se preparar para o processo? Então, de fato, colocar isso para rodar, para andar.

A gente viu que, ao longo desse período de tempo, como o Alex colocou – e desde 2011 existe o grupo no âmbito do CGI –, a evolução estava muito tímida, exatamente porque o modelo, sem *enforcement* nenhum, ou seja, sem nenhuma obrigação, acabava travando um pouquinho essa evolução e os diversos atores acabavam não saindo do lugar.

Foi aí que a Anatel, conversando também com o NIC e com as prestadoras, decidiu implementar um grupo de trabalho na agência, um grupo de trabalho diferente do grupo de trabalho do CGI, no qual o NIC participa e as operadoras de telecomunicações, e no qual a Anatel tinha a seguinte meta: "O.k., vocês têm diversos atores, inclusive atores não regulados pela Anatel, como, por exemplo, quem coloca conteúdo na rede... " Esse ator não é regulado pela agência – e também esse ator precisa se preparar –, mas, enfim, grande parte desses atores, que são as empresas de telecomunicação, são, sim, regulados e, obviamente, a Anatel também tem o poder de certificação de equipamentos de telecomunicações. Então, a partir disso, a Anatel falou: "Então, para esses atores que são, sim, regulados pela Anatel, nós vamos ter uma abordagem um pouco diferente".

A partir dessa portaria, a Anatel começou a fazer essa coordenação específica, direcionada tanto para equipamentos quanto serviços de telecomunicações, com o objetivo de, a partir dessa parte do ecossistema, se preparar efetivamente para a versão IPv6. Isso lidou tanto com a parte de serviços quanto com a parte de certificação de equipamentos.

Obviamente, na linha do que foi colocado, um primeiro aspecto é que precisamos garantir a transição. E a transição é baseada nesse sistema, ou seja, NAT, que é baseado no compartilhamento do IPv4. Isso é necessário, para que a internet continue acessível às pessoas neste momento em que há o esgotamento do IPv4.

Esse é um sistema em que, como disse o Alex na apresentação dele, você tem um compartilhamento lógico desse IPv4 colocado ao usuário, com diferentes portas lógicas. Então, quanto à disponibilização do IPv6, a partir das discussões desse grupo de trabalho, também ficaram algumas metas específicas em que as operadoras de telecomunicações deveriam ofertar, nos seus principais pontos de interligação, interconexão, desde dezembro de 2014, o IPv6.

Todas as prestadoras deverão ofertar o endereço IPv6 público, nos principais centros por todo o Brasil, a todos os novos usuários e aos usuários logados que solicitarem, respeitada, obviamente, a capacidade de rede, desde julho de 2015. Ademais, nas localidades em que não houver oferta de IPv6, a prestadora deve alocar ao usuário, de forma dinâmica ou fixa, endereço IPv4 público não compartilhado. Isso o Alex já tinha colocado.

Eu vou passar e depois volto a outro eslaide.

Neste grupo de trabalho, isso teve também uma consequência, que foi a divulgação, a edição de atos da Anatel obrigando a certificação de equipamentos compatíveis com o IPv6. Sempre que falamos equipamentos compatíveis com o IPv6, são compatíveis com os dois sistemas ao mesmo tempo. Então, a rede de TV por assinatura, que inclui a banda larga, obviamente, por *cable modem,* já desde janeiro de 2015 está apta a ter esse acesso IPv6. Nós estamos falando de quase um terço da nossa base de banda larga fixa.

Nas redes móveis – essa é uma das grandes entregas que nós temos –, a partir de janeiro de 2016, também devem obrigatoriamente ser capazes de operar nesse sistema IPv6. E o grupo ainda está discutindo a banda larga fixa, para a definição de uma data específica final para essa transição.

Na solução de transição, ainda nessa questão, como disse o Alex, quando for aplicado o compartilhamento de IPv4, só será possível a identificação unívoca do usuário por meio do endereço IP, desde que tenha também a identificação da porta lógica de conexão. Isso é algo que, de fato, se eu só tiver o endereço IP, caso esse for compartilhado, eu não consigo chegar de forma unívoca.

Eu consigo chegar a um grupo, mas não consigo chegar a um determinado terminal. Dentro dessa solução de transição também, se um cliente não quiser, não puder trabalhar com IPv4 compartilhado, caso haja essa disponibilidade, ele poderá optar por um IPv4 público, dinâmico, não oneroso ou por um IPv4 fixo de forma onerosa. Isso também está na parte da pactuação.

Na disponibilidade de conteúdo IPv6, a gente tem um legado. E, obviamente, a gente precisa fomentar esse acesso ao conteúdo. Quando a gente fala aqui em todo esse ecossistema, como já disse o Alex, a gente tem que colocar, por exemplo, serviços de governo. Toda rede de governo que coloca conteúdo na internet tem que está preparada, assim como qualquer conteúdo disponível na internet. Caso contrário, não teremos acesso a esse tipo de conteúdo. Então, é fundamental que todos os atores se preparem.

Aqui, acho que o Demi vai falar um pouco mais. É só para exemplificar que, nessa transição, a gente precisa aumentar também a nossa capacidade de informação e de educação do usuário para que ele saiba se está, de fato, preparado ou não para essa transição e, dentro das suas possibilidades, converse com suas operadoras e tome algumas providências para se preparar.

Então, o CGI e o NIC têm uma página, o IPv6.br, em que é feita uma verificação se aquele usuário que está acessando está preparado ou não para o IPv6.

Aqui, a posição do Brasil ao longo do mundo, no âmbito global. É importante sempre destacar que esse é um desafio para o mundo inteiro. A transição IPv4-IPv6 é algo muito complexo, que exige investimentos e que, obviamente, se torna um desafio em âmbito global. Quanto mais escuro estiver no gráfico, mais preparado está o País. Obviamente, a gente vê aqui, principalmente, os Estados Unidos e alguns países europeus. O Brasil está em uma posição intermediária, mas ainda, como os senhores podem ver, comparado à França, Reino Unido, Canadá, ou seja, vários países desenvolvidos do Hemisfério Norte. Então, comparando com o resto do mundo, o Brasil está bem com a transição.

Aqui são índices, o índice geral de migração Brasil hoje. Esse é um dado da Cisco de monitoramento, de evolução dos países. Hoje, o Brasil tem 26% de transição feita; no âmbito das redes, a gente tem quase 50%; conteúdo, 59%; e usuários, que é a parte mais baixa, com 7%, 6%. Quando a gente olha aqui para os dados, a gente pode ver que tem de usuários com IPv6 um crescimento muito grande a partir de 2015, que acaba coincidindo também com essas medidas do grupo de trabalho de implementação da Anatel, de certificação de equipamentos e de movimentação desses dispositivos para o usuário final.

Então, a nossa expectativa é que, mantida essa curva de crescimento, a gente possa ter, já em breve, um aumento substancial no índice de preparação, principalmente, dos usuários finais no Brasil.

Aqui, um gráfico parecido, mais detalhado, também com esse aumento substancial. A gente ainda tem um nível de preparação baixo, mas, quando a gente olha isso colocado ao longo do tempo, a gente pode observar que há um nível de crescimento muito alto ao longo deste ano. E a nossa expectativa é que isso se mantenha, e a gente possa ter um nível de crescimento mais elevado sob o ponto de vista de usuário, como a gente tinha visto antes. Estou falando desse percentual aqui debaixo de 6%. Hoje, está de 6%, mas, em 2014, ele era praticamente nulo. Então, a gente está tendo um crescimento muito acelerado nessa parte aqui de usuários, que obviamente é fundamental para a implementação do processo.

Como consideração final, para completar, eu só queria ressaltar essas considerações de que a transição IPv4/Pv6 é um desafio global. O Brasil está inserido nisso de uma forma relativamente boa. Nós esperamos melhorar esse posicionamento com essa migração mais acelerada das redes de telecomunicações aos usuários finais.

Há um esforço coordenado especificamente entre Anatel e NIC.br, para avançar na transição IPv4-IPv6 no Brasil. Isso tem mostrado um resultado significativo, como eu mostrei, a partir de 2015, que foi exatamente um ano em que essa implementação conjunta teve maior impacto. E obviamente, para que estejamos todos preparados, precisamos que todos os atores dessa cadeia estejam preparados, então, tanto as redes de telecomunicações quanto as plataformas de conteúdo que usam a internet, que colocam seus conteúdos na rede, e também os usuários finais tenham compatibilidade com IPv6.

É um grande desafio, mas, certamente, com essas implementações, esperamos que isso possa avançar mais rapidamente no Brasil.

Obrigado, Presidente. Obrigado, Conselheiro Ronaldo. Era isso que eu tinha para falar.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Muito obrigado, Conselheiro Zerbone, pela sua visão, especialmente do ponto de vista do regulador.

Com isso, eu passo a palavra ao Professor Demi Getschko, para a sua apresentação, agradecendo, mais uma vez, a sua presença.

Obrigado.

O SR. DEMI GETSCHKO – Bom dia a todos.

Eu agradeço o convite do Conselho de Comunicação Social para estar presente a esta discussão. Eu acho que este é um tema muito atual, muito pertinente, muito importante. Eu acho que ele, de alguma forma, mostra características da internet, características desse ambiente em que vivemos, que têm que ser levadas em conta quando discutimos esse assunto.

Deixe-me ver se consigo fazer aí uma apresentação. O primeiro ponto que eu diria é que, na internet, e essa Mesa mostrou isso muito bem até agora, com as apresentações tanto do Alexandre quanto do Zerbone, as coisas funcionam de uma forma colaborativa. Quer dizer, é fundamental que cooperemos para que se atinjam os resultados que se quer.

Essa é uma cooperação interinstitucional, interpaíses, intercomunidades, inter todo mundo, porque senão a internet não seria o que ela é. Quer dizer, o primeiro ponto importante é lembrar que, como foi muito bem destacado aqui na Mesa, as coisas avançam quando todos estão conscientizados de que aquilo é importante.

Só para dar um exemplo, que não tem a ver com o IPv6, o Brasil tinha uma posição bastante ruim na área de *spam* mundial, quer dizer era considerado um país gerador de *spam,* era o segundo país maior gerador de *spam* do mundo, chegou a ser o primeiro em pouco tempo. E nós nos preocupamos com isso: Mas por que diabos será que o Brasil está tão ruim nessa medição. Aí, foi feito um estudo interno, fizemos umas máquinas que atraíam *spams* para ver o que eram, chamam-se potes de mel, *honey pots.* E examinando os *spams*, vimos que a maioria dos *spams* gerados pelo Brasil para o mundo não era em português, era em línguas do extremo Oriente. Ficou claro que estávamos sendo só usados como espelho do *spam.* Na verdade, o *spam* não era gerado no Brasil, nós éramos só um refletor. Então, com uma ação conjunta das operadoras, dos provedores, com a ajuda da Anatel e tudo mais, nós sugerimos que os provedores fechassem a porta 25, que é uma porta que é explorável para o *spam.* E o fechamento da porta 25 nos colocou hoje por volta do vigésimo lugar de *spam,* o que é um número espetacular, porque nós somos, em geral, alguma coisa entre o oitavo e o nono nos números de internet e nos números em geral.

Eu vou mais próximo ao assunto. Primeiro, só para lembrar coisas importantes da internet. A internet é uma rede que gostaria de ser ponta a ponta. Eu vou dizer por que eu comento isso. Ela gostaria que as extremidades conversassem sem interferência de ninguém. Ela tem que ser mantida simples, para poder ser escalonável, as complexidades têm que ser levadas na borda da rede; tem que ser neutra; tem que ser, se possível, *stateless.* Em suma, são alguns detalhes técnicos que eu não vou perder tempo discutindo, mas que são importantes para a parte seguinte.

A parte de números compõe o que a gente chama de recursos coordenados. O que significa isso? Para a internet funcionar, nós temos de combinar algumas coisas e todos temos de jogar segundo a mesma regra do jogo, da mesma forma como, se você joga futebol, tem que ter 11 de cada lado, um campo retangular, a bola tem de ser redonda, etc. e tal. Então, existem coisas que não são... Não é quem é o dono da bola e quem é o dono do... É que se você não combinar qual é a regra do jogo, o jogo não vai rodar.

Então, o que é importante para a internet funcionar centralizadamente, como um todo, é essa coordenação pequena que precisa ser feita. Por exemplo, todos os equipamentos da internet, para rodarem, têm de ter um número; e esse número tem de ser único. Não posso ter duas máquinas com o mesmo número porque, se houver duas máquinas com o mesmo número, eu não sei como me dirijo a elas. Então, esse é um ponto de coordenação – eu não posso entregar números ao acaso, os números têm de ser distribuídos de forma coordenada, senão você não vai conseguir que a rede funcione.

O segundo ponto importante é que, evidentemente, o número é uma coisa intratável do ponto de vista humano. Então, você tem de ter um nome que seja traduzido para um número. Então, quando eu escrevo www.senado.gov.br, eu estou usando um nome; não

tenho a menor ideia de qual é o número daquilo, mas alguém vai traduzir esse nome para número.

Então, nomes, números e os protocolos que são usados são parte desse recurso de coordenação central. Ali tem uma frase do Postel que eu falei... Realmente é um sujeito genial. Na realidade é: o nome mostra o que estamos procurando, o endereço mostra como nós... Onde está isso que estamos procurando e a rota de como chegaremos lá.

Isso aqui é só para mostrar que o IPv6, a primeira discussão sobre protocolo para substituir o IPv4, é de 1995. Essa versão foi superada pela versão final. A versão final é de 1998, então estamos falando de um negócio que tem 18 anos – é isso? É, praticamente 18 anos. Tem maioridade, praticamente. Não, tem 17 anos. Então, primeiro, não é absolutamente nada novo. O IPv6, já no estado de *draft standard*, existe desde essa época. O Bob Hinden foi um dos autores, o Steve Deering, o outro, e esse é o protocolo que nós recebemos para substituir o IPv4 desde as priscas eras de 1998.

Por que isso aconteceu em 1998? Aqui tem uma curva de gasto do IPv4. Se vocês olharem a curva de gasto do IPv4, verão que, em 1995, soou um alarme, porque naquela derivada, naquela inclinação, nós íamos bater nos 100% antes de 2000. Então, em 1995, ficou claro que o tamanho do IPv4 não comportaria o crescimento da internet e alguma coisa deveria ser feita para impedir que isso explodisse. Foram feitas algumas coisas técnicas sobre as quais não vou entrar em detalhes, mas uma delas é o NAT, que agora está sendo duplicado, estamos falando de duplo NAT.

O que é o NAT? É o seguinte: eu não vou gastar endereço válido com todos os computadores de uma instituição. Vou dar um exemplo parecido com telefonia. Digamos que, aqui no Senado, você tenha dez mil telefones. Você precisa de dez mil números de telefone para esses dez mil telefones? Provavelmente, não. Se você tiver lá uns 100 números de telefone e você usar ramais internos para os telefones, você consegue, com 100 números, atender os dez mil, porque não vão ligar mais de 100 ao mesmo tempo.

Isso foi usado na internet também, de forma a economizar números. Então, você, na verdade, usa números repetidos internamente. Todo mundo tem o ramal 10. O ramal 10 se repete em todos os lugares do mundo. Só que, na hora em que você sai para a telefonia, você tem de sair com um número real – eu sou o 5509-3342... Quer dizer, você não pode sair com o ramal 10, porque ninguém vai te reconhecer lá fora como o ramal 10.

Então, o pessoal sacrificou alguns pedaços de números originais da internet. A rede 10, por exemplo, é uma delas; foi sacrificada em troca de se criar esse "PBX", em que os números seriam reutilizados. Então, a junção da ferramenta NAT com uma outra ferramenta chamada Seeder, que é a mesma coisa um pouco diferente, permitiu que a coisa se esticasse e a curva aguentou. Esse gráfico termina em 2008 ou 2009, mas, certamente, estamos no limite de novo.

Então, é para dizer o seguinte: a internet tentou se salvar, ela sempre tenta se salvar, mas existem limites para o que você consegue fazer, e tem hora em que você tem, de fato, que mudar o esquema de numeração. É como telefonia celular: em São Paulo a gente tem um 9 a mais porque não cabia na numeração anterior, e é assim que é, porque não tem outro jeito.

Eu comentei esse negócio do NAT só para dizer, em relação ao fim-a-fim: isso introduz um probleminha. Qual é o probleminha? Quando eu tenho dois telefones na telefonia, eles falam diretamente entre si, se um ligar para o outro. Todavia, se eu tiver um PBX, eu preciso passar por um porteiro. Quer dizer, eu preciso, primeiro, telefonar para um número "porteiro", que pode ser automático, pode ser uma pessoa, pode ser qualquer coisa, que vai me perguntar qual ramal eu quero, e, aí, eu vou dizer qual o ramal e, assim,

eu chego ao ramal. Então, quando você tem um porteiro, você perdeu a comunicação fim-a-fim. Algumas coisas não vão passar automaticamente, porque há alguém no meio do caminho. E o pessoal, digamos, mais purista da rede, o pessoal mais duro da rede não gosta disso, porque isso fere um princípio básico da Internet que é você ter um cara no meio do caminho que faz uma tradução de um lado para o outro. Se há alguém fazendo tradução de um lado para o outro, alguma coisa não passa, alguma coisa se perde etc. Mas essa foi a solução da época e nos permitiu sobreviver até agora.

Então, esses IPs que estão acabando... O IPv4 tem esses números de endereços. São quatro bilhões de endereços, e se esgotaram. O Brasil havia recebido um pedaço – quatro milhões de endereços – em 94, mas, também, evidentemente, todos eles se esgotaram. Não há mais... Nós temos mais equipamentos na Internet, hoje, do que quatro milhões.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. DEMI GETSCHKO – O IPv6 é um número que não é pronunciável. Eu acho que nem o cofre do Tio Patinhas saberia dizer qual é esse número aí, mas é esse número gigantesco. Na verdade, saímos de um número de 32 bits para um número de 128 bits. Então, é um número muito grande.

Só para se ter uma ideia, você vai entregar pedaços de IPv6 para instituições, para indivíduos... O menor pedaço de IPv6 que você entrega já é maior do que o IPv4 atual. Então, cada um de nós, se tiver um pedaço de IPv6, vai ter mais endereços do que todo o IPv4. Então, você vai poder dar endereço para todos os seus botões, todos os seus fios de cabelo, para tudo que você quiser. No meu caso, é fácil. (*Risos.*)

Bom; essa é a curva de esgotamento mundial do IPv4. Eu queria anotar o seguinte... Na verdade, deixem-me mostrar uma coisa anterior, que é isto aqui: quando você distribui números de IP, você distribui regionalmente. Então, você tem um órgão distribuidor na América do Norte – para toda a região da América do Norte, é o Arin que distribui endereços –, na região da América do Sul, Latina e Caribe, é o Lacnic; na Europa, é o Ripe NCC que distribui – evidentemente, a Rússia é um pedaço da Europa e a Groenlândia também –; o Apnic distribui na Ásia e no Pacífico; e o Afrinic distribui na África. Então, esses são os órgãos regionais que distribuem números.

Então, aqui estão as curvas de esgotamento de cada um deles. Tirando a África, que está com um esgotamento previsto para mais longo prazo – quer dizer, a África ainda está numa situação confortável –, os demais, todos, já praticamente desceram abaixo de 1/8. Um barra oito são oito milhões de endereços, um bloco específico que era entregue nos velhos tempos. Então, todos que desceram abaixo de 1/8 não têm mais endereços para entregar. E o primeiro que esgotou foi o Apnic – Ásia e Pacífico. Esse Apnic foi o primeiro que esgotou. Um ano depois, esgotou o Ripe NCC, na Europa. Depois, esgotou o Lacnic, que é o nosso. O Arin esgotou este ano, em agosto. E o Afrinic ainda tem uma certa folga. Então, para começar, isso é um fato internacional. Todo mundo sabe disso e tudo o mais.

Na América Latina e em alguns outros lugares do mundo, na Ásia e em outros lugares, nós temos os também chamados registros nacionais. O NIC é um registro nacional, porque ele é, inclusive, anterior ao Lacnic. Nós fomos fundadores do Lacnic. Então, nós recebemos agora endereços do Lacnic e distribuímos nacionalmente. Na América Latina, dois fazem isso nacionalmente: o Brasil e o México. Os demais recorrem sempre ao Lacnic, e o Lacnic não enxerga, então, as fronteiras. Ele entrega a quem pedir, a quem precisa de endereço. Então, nós recebemos o Lacnic e redistribuímos.

O órgão central, que distribui aos regionais, é a Iana. A Iana, atualmente, é uma função da Icann, que distribui os endereços para os RIRs – que são esses que eu mencionei, os regionais –, que distribuem eventualmente para os NIRs e que entregam para os demais. Eu não vou perder tempo com isso, mas, no estoque central, o alarme foi em fevereiro. O Apnic estourou em abril de 2011; o Ripe, em setembro de 2012; o Lacnic, em junho de 2014; e o Arin... Eu falei agosto, mas foi em setembro de 2015. E o Afrinic vai durar mais um pouquinho. Então, esse é um fenômeno internacional. Não há o que dizer a respeito.

Agora, deixem-me abrir um outro parêntese para discutir um pouco isso: quer dizer, IPv6 e IPv4 são duas numerações, como vocês viram, bem diferentes em tamanho e não são compatíveis entre si. Com o esgotamento de IPv4, os novos ingressantes na rede vão ter que ganhar números de IPv6, porque eu não tenho mais IPv4 para entregar. Mas, quem tem IPv4 e funciona bem com IPv4 vai continuar funcionando bem, com IPv4, por bastante tempo.

Então, o problema não é tanto a transição de quem tem IPv4 para IPv6; o problema é que os novos entrantes chegam falando a nova língua e eu tenho que ter um atendente bilíngue. Quer dizer, o pessoal que falava português continua se entendendo com o atendente que falava português, só que as novas camadas de entrantes da rede, os novos usuários que chegam, os novos serviços que chegam, a nova população, como não têm mais IPv4, vão chegar falando IPv6. Então, meu atendente que atendia na língua original tem que atender em duas línguas para atender os novos entrantes.

Um dia, talvez, a nova língua seja única, mas a nossa preocupação não é garantir que todo mundo fale só o IPv6. A nossa preocupação é que os novos entrantes não encontrem meia internet, que eles encontrem internet entendendo a linguagem deles. Vou dar um exemplo prático. Nós vamos ter Imposto de Renda no ano que vem. Eu vou entrar no *site* receita.fazenda.gov.br e fazer minha declaração. Se eu chegar usando IPv4, certamente vai funcionar como sempre funcionou. E se eu chegar usando IPv6? Se eu chegar usando IPv6, pode ser que a Receita não me reconheça. Isso é ruim, porque eu vou ser, digamos, um novo entrante da internet brasileira na expansão da banda larga, etc e tal. Pode ser que eu não tenha mais IPv4 para chegar lá. Então, se eles me atenderem também em IPv6, tudo funcionará bem. Se eles não me atenderam em IPv6, eu vou ter que dar um jeito para superar isso.

Na questão das políticas de como se usa no final do IPv4, eu não preciso entrar em detalhes. Cada um tem a sua política. Em geral, alocam-se coisas muito pequenas, para garantir que o sujeito consiga colocar um serviço novo em IPv4, mas a expansão sempre será em IPv6.

Aqui é a porcentagem dos que têm IPv4 e IPv6 em cada caso. A maioria do pessoal que é Sistema Autônomo no Brasil já alocou o IPv6. Não quer dizer que esteja usando. O IPv6, de fato, é a única solução, digamos, perene que nos permitirá continuar crescendo. E teremos que crescer dessa forma.

De novo, isso não quer dizer que você tem que imediatamente sair do IPv4 e ir para o IPv6, não. Você tem que prover serviço para quem vier falando IPv6. Quer dizer, quem vier falando IPv6 tem que encontrar o seu serviço usável. E os que são grandes e espertos já fizeram isso. Todos os grandes provedores de serviço – Yahoo, Google, YouTube – te atendem em IPv6. Se você chegar em IPv6, funciona tão bem quanto em IPv4. Eles não vão tirar do ar a linha IPv4 deles, mas vão te atender nas duas linguagens.

Isso aqui é o volume de alocações no Brasil, para dizer que estamos bem. Já foi mostrado também pelo Zerbone. Não precisamos perder tempo com isso. A mesma curva que ele mostrou está aqui também.

O nosso número de acessos tem crescido e se vê que isso vai indo razoavelmente bem. E aí vem o que o Alexander comentou e eu vou comentar rapidamente. Como você faz essa transição de IPv4 para IPv6? Eu mostrei aquele truque que foi usar o PBX para preservar a vida do IPv4 por algum tempo. Evidentemente, alguém inventou o duplo PBX. O que significa o duplo PBX? Além de a empresa ter um PBX, eu podia fazer um PBX na cidade, digamos assim, e daí pôr esse PBX na frente dos outros PBXs. É uma explicação grosseira, mas a ideia é a seguinte: eu podia tentar usar um duplo NAT. O que significa um duplo NAT? Eu não só traduzo IPs para IPs não extintos como ainda posso usar portas diferentes para IPs diferentes.

Grosso modo, o pessoal que quer, de alguma forma, continuar fornecendo IPv4 tem uma saída, que é o Carrier Grade NAT, que é o duplo NAT, em que além de reaproveitar o IPv4, você o reaproveita pelas portas. Existem 64 mil portas. Várias delas já estão usadas para coisas específicas, mas existem várias que estão disponíveis e você pode usar dessa forma. Isso, como transição, é uma solução. Isso, como permanente, seria péssimo, porque estaríamos, cada vez mais, longe do fim. Isso tem alguns efeitos colaterais. Quer dizer, se alguém me entrega um IPv4 com porta, eu estou navegando com IPv4 em porta e isso pode mexer em *logs* e coisas desse tipo.

Eu queria abrir um parêntese para fazer um comentário sobre essa história dos IPs. Eu acho que, às vezes, existe uma intelecção que não é a mais correta, na minha opinião. O IP é algo associado a um equipamento. Não é razoável imaginar que, ao saber o IP de alguém, você identificou o sujeito. Isso não é verdade e é bom que não seja assim. Eu, por exemplo, estou usando a rede e entrei pelo Senado. Eu estou usando o IP do Senado, não é o meu IP. Estou usando o IP do Senado. Se alguém logar aqui vai ver que alguém do Senado fez algo. Quando estou no NIC, estou usando o usando o IP do NIC. Quando eu estou dando aula na PUC, estou usando o IP da PUC. Na minha casa, estou usando o IP que o provedor me deu. Então, o IP é algo ligado ao equipamento em cada instante.

Precisamos lembrar que, quando você vai coibir ilícitos, você tem que ter uma porção de coisas, ao redor daquilo, que descobrem ou eventualmente ajudam a descobrir. Não é obrigação de alguém levantar o criminoso pela cordinha e dizer: "Eis aqui, o sujeito é esse". Na verdade, isso é uma colaboração de todas as áreas, para você chegar ao meliante. E é fundamental isso. Então, é difícil dizer que é culpa do provedor, que não indicou qual é o IP. Por quê? Porque, mesmo você sabendo o IP, o IP apenas indica o equipamento. Pode ser que seja a minha filha que esteja usando isso, pode ser que eu tenha emprestado a um amigo, pode ser que o cara esteja na minha casa e seja uma visita. Em suma, é claro que é bom você ter uma dica em relação a isso, mas eu só quero abrir esse parêntese para dizer que, às vezes, nós achamos que temos o conforto de dizer: "Temos o IP e a porta logados. Então, sabemos quem é". Não; não sabemos quem é. Sabemos que, eventualmente, um equipamento tal foi usado naquele momento. É o mais próximo disso etc.

Só para falar ainda no caso do IPv4: por que o CG, o Comitê Gestor, havia, há algum tempo, dito que tem que guardar o *log* do número de IP e a hora? Porque o IPv4, como exatamente estava acabando, era entregue dinamicamente. Quer dizer, é como alugar carro. Eu não tenho carro para todo mundo, mas eu alugo dez carros para mil pessoas. Então, um cara alugou um carro de manhã e o devolveu ao meio-dia. Esse

mesmo carro foi alugado para outro cara à tarde, que o devolveu às três. Então, eu preciso saber a que horas o carro saiu e a que horas ele voltou, porque, assim, eu sei quem é inocente no processo. Portanto, o *log* vem desse fato de que a locação dinâmica de IPs foi uma necessidade. A Internet não queria que fosse assim, ela não queria que a locação fosse dinâmica, mas ela teve que ser dinâmica, porque não tínhamos IPs para todo mundo. Então, um provedor que tem dez mil usuários não tem dez mil IPs; ele tem mil IPs e torce para que apenas mil usuários naveguem ao mesmo tempo. E aí ele vai reutilizando aquilo. Por isso é importante o *log* em cada caso.

Isso aqui é quando os usuários tiverem IPv6. Dá para ver que, de fato, como os gringos dizem, "quando a faca chega ao osso, aí todo mundo se mexe". Quer dizer, quando se chega ao final do prazo e você tem que fazer a declaração do Imposto de Renda, aí todo mundo está se mexendo. Estamos vendo que o prazo está se espremendo e estamos, digamos, vendo que o pessoal está se mexendo.

Então, há que migrar porque o IPv4 está esgotado e você não tem alternativa. Se você usar a CGNAT, que é uma alternativa de transição, você vai ter que investir em equipamentos, você vai ter essa dupla tradução que eu acabei de dizer, você vai ter que usar o IP e a porta, você pode ter um problema eventual de conectividade – alguns aplicativos podem não funcionar com dupla tradução. Há alguns que não funcionam nem com NAT; imaginem com duplo NAT – e você pode estar, de alguma forma, violando o fim-a-fim. Em suma, esse é um mal necessário, que nós esperamos que seja curto. Nós entendemos a necessidade, porque o IPv4, de fato, já se esgotou. E nós temos que notar que os maiores serviços já foram para o IPv6.

Por exemplo: se você entrar no *Top Sites* do Alexa e verificar quantos já têm IPv6, dá para ver que a curva vai seguindo linearmente e crescendo bem – 17,5% dos máximos, dos mais importantes sítios, já têm isso.

Aqui nós temos como está a situação, por exemplo, no Brasil, de quem já tem trânsito IPv6. Há várias e várias operadoras – GVT, CTBC, Level3 –, talvez a maioria delas, já se posicionando na área.

Essa é a curva da troca de tráfego no PTT de São Paulo, mostrando que já temos um tráfego que está chegando a 20 gigabytes de IPv6. E esse é o pessoal que já está trabalhando com IPv6. Nós vamos monitorando isso todo dia. Então, no Brasil, esse pessoal, por exemplo, já tem IPv6 funcionando etc. Nós imaginamos que essa colaboração entre Governo, Anatel, provedores e operadoras vá permitir que nós consigamos ter, de fato, o cronograma de boa parte dos *sites* importantes até março de 2016. Se der... Se não der, nós faremos o que for possível.

É isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Muito obrigado, Professor Demi Getschko.

Como deu para ver, essas apresentações foram completas, muito profundas, para tratar desse tema. Eu acho até que foi algo muito relevante para o Conselho de Comunicação Social.

Eu gostaria de saber, antes de passar aos comentários dos Conselheiros, se seria possível compartilhar as apresentações com os Conselheiros, para que nós possamos, depois, enviá-las a eles, a fim de que cada um possa analisá-las e obter o registro do que foi apresentado.

Eu vou abrir um espaço para perguntas. Já vi que o Conselheiro Francisco tem questionamentos.

Mais algum Conselheiro gostaria de se inscrever agora?

Ceneviva, Schröder...

Eu vou pegar essas três perguntas...

Conselheiro Davi...

Eu também estou cheio de perguntas, mas vou passar a palavra primeiro aos senhores. Depois eu faço as minhas perguntas.

Conselheiro Francisco.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Muito obrigado, Presidente em exercício.

A minha pergunta é dirigida ao nosso Zerbone, Conselheiro da Anatel, e que exerce uma função num órgão criado dentro da Anatel, que tem aí uma similitude quase total com o problema da migração para o IPv6, que é o Gired. O Zerbone preside – aliás, nós temos também uma colega conselheira que é titular, em nome da radiodifusão, a Liliana. Nós temos uma semelhança muito grande, mas a forma de conduzir bem diferente.

No caso do Gired, ele está disciplinando como fazer o *switch off* da televisão analógica, e há muitos recursos palpáveis à disposição para que essa migração seja facilitada, se atingidos 93% dos domicílios com algum tipo de acesso ou, se não tiver, que tenha sido financiado, ou dado, ou fornecido, um conversor. Mas é compreensível que haja dinheiro, porque no caso dessa frequência, dos 700MHz, que vai ampliar tremendamente a penetração da rede de celular, ou seja, do acesso móvel, foi feito um leilão e... Eu, se comprar um apartamento ocupado, vou ficar aflito para que se desocupe para que eu possa me mudar. Então, a mesma coisa está acontecendo em relação à TV e a pressa é grande.

Então, a minha pergunta vai ao Zerbone, e acho que é uma pergunta bastante simples para ser respondida. Falou-se, na apresentação, como também foi o caso do Prof. Demi, que só 7%, hoje, dos usuários finais estão preparados para enfrentar o desafio do IPv6. Qual é esse desafio? Se eu for um novo entrante, como o prof. Demi disse, esse já deve entrar com IPv6. Eu posso saber com algum selo, alguma coisa, no Brasil, se o equipamento que estou comprando – seja um *desktop*, seja um *smartphone*, seja um roteador – está habilitado?

É permitido ainda haver nas lojas, Zerbone, a venda de um equipamento que não esteja preparado para enfrentar essa evolução? Então, essa é a minha preocupação, porque eu, pelo menos, sou, como digo sempre, um advogado atrevido e metido a usar razoavelmente bem... Com alguma facilidade, acesso a tecnologia, mas nunca fui advertido sobre isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Obrigado, Conselheiro Francisco.

Eu vou pegar mais duas perguntas, e pedir para os nossos painelistas anotarem, a fim de otimizarmos o uso do tempo.

Conselheiro Ceneviva.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Obrigado, Presidente.

Tenho perguntas ao Dr. Alexander Castro, do SindiTelebrasil.

Primeiro, a substituição, no fim das contas – e acho que essa é uma pergunta que pode ser dirigida a todos –, diz respeito a todos os equipamentos, ou seja, os equipamentos de telecomunicações, os equipamentos dos usuários, os equipamentos dos provedores. Isso é uma substituição de equipamento ou é uma atualização de *software*? Eu me preocupo porque sou muito atento ao tema dos custos, e creio que ninguém melhor do que as operadoras de telecomunicações tem a noção dos custos do que estamos falando.

Uma curiosidade de consumidor, na linha do que falou o Conselheiro José Francisco: como o consumidor pode saber se o seu equipamento – seja ele um terminal ou o que for, um elemento de rede – já tem a funcionalidade IPv6 ou não?

Ainda nessa categoria do consumidor, já me dirigindo ao Conselheiro Rodrigo Zerbone, eu vi, na sua apresentação, que o *site* da Anatel indica um *link* onde o usuário pode saber se o seu equipamento já está compatível com o IPv6 ou não. Aquele *link* é funcional? Pelo terminal móvel eu tentei acessar e não consegui. Talvez seja útil, para os usuários que tenham interesse saber se efetivamente seu equipamento funciona, se aquele *link* realmente já tiver capacidade de prover essa informação.

Ainda para o Conselheiro Zerbone. Eu não sei como – e tenho a curiosidade de saber – a Anatel aborda esse tema, se ela trata como um recurso de numeração, que é aquilo que está previsto no art. 151 da Lei Geral de Telecomunicações, isto é, os números dos terminais são da União e são de gestão da Agência Nacional de Telecomunicações.

Os números da internet estão nessa categoria, na visão da agência?

E ao Professor Demi eu pediria, usando e abusando do brilho da sua apresentação e do seu conhecimento, indagaria o seguinte: qual a relação, se o senhor pudesse dar uma explicação mais ampla, um pouco mais desenvolvida, entre *spam* e IPv6. Eu tenho a preocupação de que nós estamos falando para o público leigo que pode até, talvez, não saber o que é *spam*, ou seja, essas mensagens invasivas, que podem, inclusive, bloquear o acesso no fim das contas à comunicação.

O senhor falou uma coisa que soou para mim muito importante, muito interessante. Assim, apreciaria, se o senhor pudesse desenvolver, a diferença entre coordenação e seu dono da bola. Parece que essa é a grande generalidade da internet. Há inúmeras propostas, mundo afora, de formas de domínio sobre a internet. Seria interessante se o senhor pudesse explicar isso, e, no âmbito específico da comunicação, além de tudo, de alguma maneira, se a existência ou a inexistência de um dono da bola tem a ver com a neutralidade da rede e a possibilidade de distribuição de conteúdos.

Por fim, usando, também, o comentário do Professor Demi, eu queria ter a noção mais clara sobre se cada terminal, cada máquina, quer seja um telefone móvel, um computador ou o que seja, pode ser até o sensor colocado numa árvore na floresta amazônica para monitorar o que está acontecendo lá; enfim, cada máquina tem um número ou esse número é, como o professor nos indicava, o número atribuído pelo provedor que esteja em uso naquele instante?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Bom, dado volume de perguntas, vou pedir ao Conselheiro Schröder para aguardar um pouco.

Eu vou fazer uma rodada, começando pelo Professor Demi; depois, seguimos aqui para o lado esquerdo. Isso porque o Professor Demi vai ter que sair às 11h20min, mais ou menos.

Antes, vou até complementar uma pergunta que o Conselheiro Ceneviva levantou, sobre a questão da neutralidade da rede e o uso dos NATs; há alguma implicação, por exemplo, o uso do duplo NAT com relação à neutralidade e em que medida isso se aproxima, ou se afasta dos padrões geralmente utilizados na internet?

É isso.

O SR. DEMI GETSCHKO – Eu agradeço as perguntas. Vou tentar ser breve. Se eu não for claro, depois, a gente volta o assunto.

Eu acho que a grande mudança que a internet traz, a ruptura que ela traz, envolve essa história de coordenação leve e voluntárias. As pessoas aceitam utilizar a língua da

internet, aceitam coordenar-se entre si para não repetir o endereço que já está usado em algum lugar, e isso faz a rede se expandir de uma forma bastante vibrante e sem percalços burocráticos, digamos assim.

Então, isso é importante ser mantido, na minha opinião. Pelo menos, acho isso muito importante de ser mantido, e, aproveitando a comparação entre IPv6 e *spam*, a comparação que eu fiz foi para mostrar que, em alguns casos, essa coordenação pode ser muito positiva e usada de uma forma muito ativa para eliminar problemas que são gerais, como o *spam*.

O *spam* é um abuso, digamos, da liberdade que cada um tem, na internet, de enviar mensagem a quem quer que seja, sobre os mais variados assuntos e com os mais variados objetivos, às vezes, inclusive, com objetivos torpes, de enfiar lá dentro algum vírus ou alguma coisa não adequada. Às vezes, os objetivos não são meramente de vender ou de fazer algo nessa área, mas, realmente, de infectar a máquina. Então, se a gente pudesse impedir a liberdade de expansão do *spam* de alguma forma... Não impedir de uma forma legislativa, ou seja, dizendo que é proibindo tal coisa, porque é difícil caracterizar o que é e o que não é isso. Mas, se os atores da cadeia se organizassem para tentar dificultar a vida de um *spammer*, talvez o *spam* diminuísse.

Então, uma das frases que eu digo: a tecnologia nos traz muitos problemas. Então, talvez, uma ideia seria dar à tecnologia a oportunidade de resolver parte dos problemas que ela própria nos traz. Então, se você tem um problema que a tecnologia trouxe, talvez ela própria consiga amenizar isso aí. Essa foi uma solução tecnológica em que a tecnologia ajudou a amenizar com um programa antispam. Evidentemente, não se resolve. Mesmo que nós fôssemos o país mais livre de *spam* no mundo, nós continuaríamos sendo vítimas do *spam* dos outros. Quer dizer, a internet não tem fronteiras. Todos os seus filhos serem muito bem comportados não significa dizer que os filhos do vizinho não estejam jogando pedra.

Então essas coisas não são complicadas. Contudo, se todos fizermos nossa parte, a rede será um ambiente mais saudável.

Uma última consideração nessa parte de números e máquinas, para que o pessoal não fique preocupado. A maioria das máquinas – acho que o Windows desde o 7, o meu aqui é um Mac – tem IPv6 há muito tempo, como suporte interno. A maioria dos grandes equipamentos de roteamento e tal vem com IPv6, há muito tempo também. Claro que, se se tiver um equipamento muito antigo, se tem de substituir. Talvez a base mais complexa seja a dos roteadores domésticos, porque estão, há algum tempo, nas casas, e talvez alguns deles não tenham o IPv6.

Eu não acredito que o grande problema da transição seja ter equipamentos compatíveis. A maioria dos equipamentos, há bastante tempo, são compatíveis.

É claro que equipamentos muito antigos, que estejam na casa dos indivíduos, talvez não estejam totalmente compatíveis, e certamente a coordenação dessa migração é complexa, por isso é importante que todos colaborem nesse sentido.

Então, eu diria o seguinte: o usuário não tem de se preocupar muito em como estará em IPv6. Acho que nós, que provemos serviços, temos de nos preocupar em prover serviços para quem vier com a etiqueta IPv6 na testa. Ele virá naturalmente, nós é que não saberemos como atendê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Obrigado, Professor Demi.

Passo a palavra, então, para o Dr. Alexander.

O SR. ALEXANDER CASTRO – O Conselheiro Ceneviva perguntou sobre a questão da substituição dos equipamentos.

Como mencionou o Demi, existe um pouquinho de cada coisa. Então, vou falar um pouquinho das operadoras.

Existem hoje algumas concessionárias que têm uma área de abrangência muito grande de atuação no País e que possuem muitos equipamentos antigos.

Uma parte desses equipamentos tem de ser substituída, não tem jeito, para colocar outro equipamento, outro roteador que esteja capacitado de operar em IPv6. Uma outra parte...

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Desculpe-me interromper, mas, ouvindo seu comentário, me ocorreu uma dúvida: há equipamento de antes da privatização? Só como curiosidade histórica.

O SR. ALEXANDER CASTRO – Sim, há.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Então, há equipamento que faz processamento de dados de antes da...

O SR. ALEXANDER CASTRO – Antes da privatização, já não sei dizer se ainda está... Existiam, principalmente em baixa velocidade, mas eles estão sendo descontinuados.

Mas existem equipamentos hoje que eram compatíveis com o IPv6, que foram contratados dessa forma, e as empresas, na hora de fazer a configuração deles para operarem em IPv6, encontraram uma série de problemas, de *bugs*, que tiveram de resolver com seus fornecedores. Isso, inclusive, atrasou um pouco o cronograma de implantação.

Por isso, conforme mostrei no compromisso das operadoras, não existe o compromisso de atender a 100% das localidades com IPv6, e sim aos grandes centros, porque a ideia era focar na maioria da população que vai fazer uso do IPv6 – onde a população está colocada. E a gente teria, então, a capacidade de deslocar equipamentos mais antigos, que ainda têm uma grande vida útil, para determinados rincões, que pudessem continuar operando normalmente com IPv4 não compartilhado. Vão continuar operando com IPv4.

Conforme o Demi mencionou, a maioria dos provedores, todos os provedores que disponibilizam conteúdo em IPv6, o serviço deles, também o fazem em IPv4. O problema são aqueles que só o fazem em IPv4. Aí esses têm de fazer também a disponibilização em IPv6.

Com relação aos equipamentos dos usuários, muitos podem ser... Alguns, vamos dizer assim, uma parte pode ser atualizada de forma até remota, por *firmware*; outra parte tem de ser substituída. E a base legal, a base legada, que é a das operadoras... Por isso não vamos fazer a substituição, vamos dizer, concomitante, dos novos usuários e da base legada.

A iniciativa tem de ser do próprio usuário. "Olha, eu já tenho um equipamento em IPv6, quero que esteja disponível também o acesso em IPv6.

Aí, nesse caso, as operadoras também atendem à base legada, dependendo também da capacidade, naquela localidade, da disponibilidade de acesso em IPv6.

Mas ainda existem equipamentos no mercado de varejo que são operados em IPv4, como mencionei na minha apresentação. O Zerbone vai ter a oportunidade de explicar isso com mais detalhe.

Estão sendo discutidos com as operadoras, com os fornecedores padrões, requisitos, especificações de IPv6, para que os novos equipamentos passem a ser testados e certificados, baseado nesse padrão IPv6.

Mas o que está no mercado ainda não existe... Não sei se o Zerbone tem alguma informação nova, mas não existe alguma decisão da agência de retirar do mercado esses equipamentos que eventualmente só operam em IPv4.

Vou fazer só um comentário: do ponto de vista das operadoras. A gente entende que a questão da neutralidade de rede não se confunde com a questão do IPv4 e do IPv6. São coisas distintas. Dentro do conceito que está aprovado na Lei do Marco Civil da Internet, a neutralidade de rede é a necessidade que as atividades de roteamento, comutação e transmissão de pacote proporcionem um tratamento isonômico a todos pacotes de dados. Isso continua prevalecendo. A questão do endereçamento, conforme já foi amplamente divulgado aqui, é uma questão de identificação de cada terminal.

Há mais uma última pergunta com relação à locação dinâmica e a locação fixa. Normalmente, no serviço móvel pessoal, a locação é dinâmica. Toda vez que um usuário vai fazer uma conexão na internet, ele acessa, no seu terminal, o aplicativo de acessar internet e, naquele momento, ele recebe um número IP para que ele possa fazer navegação. Então essa é uma locação dinâmica.

Isso permite uma otimização desse recurso, porque, se você tem um IP fixo e se você não está navegando na internet, você está consumindo aquele IP desnecessariamente. Com o IPv6, conforme já foi amplamente discutido por nós, a gente vai ter uma grande quantidade de endereços, então a locação dinâmica pode vir a ser substituída pela locação fixa. Não sei qual vai ser o posicionamento das operadoras com relação a essa questão, principalmente das móveis.

O SR. MIGUEL ÂNGELO CANÇADO – Antes de passar a palavra ao Dr. Rodrigo Zerbone, o Professor Demi pediu a palavra para complementar as respostas.

O SR. DEMI GETSCHKO – Eu não respondi a uma pergunta do Ronaldo. Eu queria só comentar muito rapidamente.

Sobre neutralidade, não há, certamente, nenhuma relação entre NAT ou CGNAT, ou duplo NAT e neutralidade. O que há é, potencialmente, um risco. Quer dizer, evidentemente, se eu tenho um PBX, se eu tenho um porteiro que controla, eu posso ser tentado dizer; "Não; esses caras passam e esses caras não passam". Isso porque eu tenho um porteiro. Quando eu não tiver um porteiro, todo mundo fala com todo mundo. Na hora em que eu tenho um porteiro, eu posso dizer: "Olha, esse pessoal é do lado de lá, então é melhor que não entre".

Se eu fizer isso aí, os meus usuários não acessarão um pedaço da internet e, certamente, estaria sendo violada a neutralidade. Ninguém faz isso, que eu saiba, no NAT. O Nat é usado para fins de alocação de endereço, melhoras, eventualmente, para impedirem algum tipo de ataque e tudo mais.

Então, não há nenhuma relação direta entre disco duplo NAT e o NAT com neutralidade. Porém, eu poderia usá-lo de uma forma, digamos, maliciosa e, às vezes, sem que eu tenha nenhuma malícia no processo, o duplo NAT pode atrapalhar alguma aplicação que não prevê esse duplo NAT. Aí eu não teria culpa, quer dizer, não seria uma quebra proposital de neutralidade, mas algumas coisas não passariam, porque estou usando o duplo NAT. É uma característica técnica do processo. Por isso que a gente gostaria de se livrar dessas traduções assim que possível.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Muito obrigado.

Conselheiro Zerbone.

O SR. RODRIGO ZERBONE LOUREIRO – Primeiro, em relação à questão do equipamento, hoje, a gente tem, sim, no mercado, sendo vendidos, equipamentos que, de fato, só operam em IPv4. É exatamente isso que a Anatel quer atacar ao formatar este

grupo de trabalho e, a partir daí, baixar normas específicas de certificação de equipamentos. A partir dessas normas de certificação, com os prazos de transição estabelecidos, aí só equipamentos compatíveis com o IPv6 poderão ser comercializados no País.

Obviamente que, a partir da implementação, de fato, dessa obrigatoriedade, bastará ao usuário, no momento da aquisição, como deve sempre proceder, saber se o equipamento, de fato, é certificado pela Anatel, ou não. É uma obrigação, que, hoje, já existe para qualquer equipamento de telecomunicações que trabalhe com radiofrequência e outros equipamentos de redes, também importantes para o processo.

Então, nessa abordagem, a gente tem, agora, um grande desafio, mais próximo, que são os equipamentos terminais da telefonia móvel. Isso tudo tem que ser visto com muita cautela, obviamente porque é um processo e, se a gente forçar demais antecipações de implementações que não são, hoje, maduras pela indústria, pelo mercado, a gente pode, na verdade, excluir uma parte importante da população brasileira, por exemplo, ao tirar do mercado equipamentos mais acessíveis em termos monetários.

Então, como você tem equipamentos terminais de telefonia móvel, celulares mais baratos, que só operam em IPv4, se a Anatel simplesmente não atentar para essas questões de disponibilidade, de fato, de equipamentos com preço acessível, só haveria equipamentos muito caros no mercado, e isso, obviamente, não é adequado para o interesse público, para o acesso da população àquele serviço.

Então, isso tudo tem de ser ponderado, está sendo ponderado com a indústria, com as empresas de telecomunicações, com o NIC, com todos os atores que fazem parte desse processo, para termos uma transição que não impacte negativamente o consumidor.

De fato, Ceneviva, é algo que precisa substituir o equipamento. Se o equipamento não tiver a capacidade, então não é a simples atualização de *software*.

De novo, a questão de saber ou não, para os equipamentos novos, a gente está trabalhando isso com a parte de certificação, com a base e com soluções do tipo *site*, que citei.

Tentei entrar aqui, e de fato entrou. É IPv6.br. É um *site* mantido pelo NIC, não é pela Anatel. E todos podem entrar lá e verificar se... Há, inclusive, um detalhamento em que há orientações para os usuários. Então, dá para saber se o equipamento de fato é capaz ou não de acessar.

Mas, de novo, queria ressaltar também o que foi colocado pelo Professor Demi: que essa é uma questão... O processo está sendo conduzido de uma forma que o usuário não precise se preocupar tanto com isso. Ele não vai ser afetado de forma direta, porque todas as precauções estão sendo tomadas, para que a transição seja benfeita e para aquelas pessoas que ainda tenham um equipamento só IPv4 não fiquem sem acessar a internet.

Como disse aqui o Alex, essas ponderações, migrações de grandes centros para o interior, diferenças da banda larga fixa para a banda larga móvel, esse é um processo complexo, mas essas questões estão sendo avaliadas, para que o consumidor final não seja prejudicado.

E no caso... Por último, a questão da numeração na internet é abordada de uma forma diferente, não como uma numeração de telecomunicações, mas como um processo à parte. Então, todo esse sistema de numeração e endereçamento na internet não entra na forma de regulação da LGT para endereçamentos de telecomunicações.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Bem, agora sim, Conselheiro Celso Schröder.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Obrigado, Presidente.

Primeiro, queria agradecer a presença dos painelistas. Acho que foi extremamente importante e informativo, pelo menos para mim, que tenho uma dificuldade tecnológica a respeito desse tema.

Eu queria primeiro precisar um pouco este seminário na relação estabelecida com o Conselho de Comunicação Social.

Ainda sou daqueles que acham que comunicação social é o conteúdo que transita de um emissor para o receptor a partir de mensagens em alguma plataforma, em alguma rede e que o Conselho de Comunicação Social se refere especificamente e quase exclusivamente aos conteúdos que transitam nessa rede.

Portanto, comunicação, exatamente, interpessoal é outro nível de regulação, é outro nível que não diz muito respeito a este Conselho, a não ser na medida em que essas relações interpessoais são em tal quantidade, que assumem quase características de comunicação social, como é o caso da internet. Mas ela continua sendo comunicação interpessoal.

É um IP contra o outro IP, ou seja, sabemos exatamente aonde está chegando a comunicação e sabemos exatamente, se quisermos saber, de onde ela parte.

Então, parece-me que esse trânsito e esse debate diz respeito a uma escolha que ao País parece que é inevitável do ponto de vista das características tecnológicas com que ela se apresenta, ou seja, não temos como... E todos os painelistas aqui foram muito firmes nessa posição: se quisermos ter novos números, teremos que transitar para esse novo segmento.

O nosso Vice-Presidente, na apresentação detalhada que fez, no início, colocou que há um preço a se pagar por isso. E esse preço é que saberemos todos os números. E, diferentemente da plataforma em que estamos agora, do nome a que chegamos, no próximo formato, este será todo ele mapeado, tudo terá nomes, teremos número para tudo, e isto é um problema.

A pergunta que faço é: estamos caminhando, inevitavelmente, para o *1984*? O debate é: quem fará o controle? Será o Grande Irmão, o Estado – e era assustador termos o Estado nos controlando –, ou teremos uma situação pior, pequenos irmãos privados, em que nem mesmo a dimensão pública do Estado é garantida? E isso, sim, nos diz respeito, porque eu prefiro ser controlado pelo Estado, pelo menos eu sei a quem me dirigir, e há uma tradição de luta maior contra a diminuição do Estado, do que por essas corporações privadas, das quais a gente não sabe nada – essa é uma questão.

Agora a questão é: o que isso nos diz respeito do ponto de vista da comunicação social, a não ser que isso também se refira à produção de conteúdos?

No Brasil, nós transitamos de um mundo analógico para um mundo digital sem regras, a não ser regras muito, muito, muito sutis, que foi o Marco Civil da internet, que diz que a única coisa que está garantida é a neutralidade de rede, mas não diz nada a respeito dessa interconexão entre comunicação interpessoal e comunicação social, quando deixa de ser de um para um e passa a equivaler a um para *n*; porém, não é um para *n*, é um para um na *n*.

E como é essa regra? O que diz respeito à comunicação social sobre essa transição, que parece inexorável, pelas escolhas que estão sendo feitas não a partir, de novo, de um modelo de serviço, mas de um modelo de negócio ou, pior que isso, de uma tecnologia que se apresenta e exige – e exige mesmo, está na cara que exige – essa

nova transição, cujo resultado, repito – e é essa a questão –, é um *1984*, pelo jeito, com características muito, muito piores do que a descrita pelo Orwell quando ele imaginou o Grande Irmão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Obrigado, Conselheiro Schröder.

Eu vou sugerir já passarmos para a resposta, porque o Professor Demi vai ter que sair às 11h20min.

Então, passo a palavra e, depois, passamos às perguntas remanescentes.

O SR. DEMI GETSCHKO – É uma pergunta apaixonante, é uma pergunta preocupante. Pensamos nisso seguidamente e é difícil saber para onde vamos. Podemos ser otimistas ou pessimistas.

Eu tentaria enquadrar isso, dentro da discussão que estamos fazendo hoje, da seguinte forma: o IPv6 vai permitir que todos os nossos equipamentos estejam conectados. Essa é a chamada internet das coisas. O problema principal das coisas estarem conectadas é, se eu sou o centro das coisas, das minhas coisas; eu uso aquilo para o meu benefício; eu acesso a minha televisão, acesso a geladeira, acesso o micro, acesso o equipamento de som. Em suma, eu sou o centro daquela conexão.

Na hora em que todos os dispositivos já têm capacidade de falar na rede, porque eles já vêm de forma nativa habilitados a isso, eles conseguem, para o meu conforto, se entenderem diretamente e providenciarem coisas que, teoricamente, dizem respeito ao meu bem-estar. E aí a coisa começa a escorregar, quer dizer, eu perco o centro do processo. Quer dizer, na hora em que os meus dispositivos falam entre si e falam com os demais dispositivos da rede, mesmo sob a égide de fazer para o meu conforto, eu perco o controle do que acontece. Então, nada impede que a minha balança do banheiro informe ao médico que o meu peso subiu ou desceu e que algum *hacker* saiba disso e queira me vender um dietético que eventualmente possa ser entregue por alguém à minha geladeira diretamente. Em suma, esse é o exemplo mais citado para fazer impacto na área, mas o preocupante é que nós teremos cada vez menos controle sobre as coisas que orbitam em torno de uma pessoa. Essas coisas terão autonomia para tomarem ações que eventualmente não são do conhecimento dos seus respectivos controladores – "proprietários", entre aspas.

Além de a nossa privacidade estar extremamente em risco com isso, nós teremos outros tipos de riscos piores, porque essas coisas são controláveis por indivíduos. Vimos automóveis serem controlados remotamente por *hackers;* sabemos, por exemplo, que todas as bombas de insulina que são usadas em hospitais hoje estão ligadas à internet. Então, alguém pode aumentar a dose de insulina de um paciente simplesmente para mostrar que consegue hackear o sistema.

Então, na medida em que todas as coisas estão ligadas à internet e todas as coisas são passíveis de serem controladas por alguém que não é o controlador original, e a segurança disso é vaga, nós teremos de fato um mundo complexo pela frente – eu concordo que existe um risco sério de Orwell se materializar nesse processo aí.

Em suma, como disse uma vez, tudo o que a tecnologia permite fazer acabará sendo feito, então precisamos saber como conseguiremos controlar o processo e tentar manter algum tipo de privacidade, algum tipo de independência. Não sei se é o tema de hoje, mas é um debate apaixonante, seria muito importante aprofundá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Obrigado, Professor Demi.

Passo, então, à mesa: mais algum comentário sobre essa pergunta?

O SR. ALEXANDER CASTRO – Quero fazer um comentário breve.

Falando em nome das operadoras de telecomunicações, e até pelo que o Zerbone expôs em sua apresentação, entendo que temos um trabalho direto e um *enforcement* da Anatel em relação às operadoras. Basicamente, dentro do setor essa migração do IPv4 para o IPv6 foi, e está sendo, bem acompanhada pela Agência, o que efetivamente provocou os investimentos, o empenho das operadoras para fazer o ajuste de suas redes do IPv4 para o IPv6.

Entretanto, nós temos também uma preocupação com relação à manutenção pelo menor período possível deste CGNAT. Não temos interesse em que o uso dessa ferramenta se prolongue por 10, 20 anos. A preocupação existe porque às vezes estamos falando de 2% de tráfego, mas esses 2% de tráfego correspondem a milhares de *sites*, são pequenos provedores, pequenos blogueiros, pequenos provedores de serviços e aplicações que, apesar de gerarem um tráfego pequeninho, são muitos e, efetivamente, a manutenção desses pequenos operando com IPv4 traz a necessidade desse prolongamento do uso da ferramenta CGNAT.

Como eu mencionei, o custo da implantação, todos os testes para evitar qualquer tipo de interrupção de serviços... Fizemos exaustivos testes com diferentes aplicativos, bancos etc. para poder verificar eventuais falhas na disponibilização de um serviço ou de uma aplicação de internet usando o CGNAT, mas o risco é grande e, efetivamente, a nossa intenção é que isso possa durar o menor prazo possível.

Então, há necessidade de que alguém... Não sei se seria o caso de ser o Comitê Gestor da Internet, o CGI, porque ele é um órgão que faz recomendações, e até o princípio da internet é colaborativo, mas o setor defende que alguém possa acompanhar, dentro do ecossistema da internet, como é que está essa migração nos outros setores, seja no setor de governo, seja entre os pequenos usuários, seja nos equipamentos.

A Anatel pode acompanhar isso, ou seja, os equipamentos que são vendidos no varejo, os pequenos provedores de conteúdo e, assim por diante. Há a necessidade de você ter um controle, vamos dizer, centralizado, por parte do Estado, com relação a esses provedores de aplicação, esses agentes da internet. Isso para que a gente possa, efetivamente, minimizar esse período de tempo de uso da ferramenta NAT.

O SR. MIGUEL ÂNGELO CANÇADO – Eu quero aproveitar, ainda, a presença do Professor Demi, que, como já dito pelo nosso condutor dos debates, o Vice-Presidente Ronaldo, tem que se ausentar daqui a pouco, e dizer que o Conselheiro Schröder fez um comentário, que, confesso, fez me assaltar um pouco a preocupação sobre se é esse debate próprio do Conselho. Eu falava isso ao Ronaldo ainda há pouco, no início dos nossos trabalhos: qual é o dia seguinte? Qual é o amanhã em relação ao Conselho quanto à realização desse evento. Não tenho a menor dúvida de que esse assunto é nosso, também é nosso.

Comunicação social cada vez mais se faz aqui, cada vez mais. A ponto – e não é absurdo dizer – de que o impresso vai diminuindo a sua presença, parece, consideravelmente, no contexto comunicação social. Eu tenho aqui todos os jornais que quero acessar, como por exemplo, o artigo do nosso querido Vice-Presidente, na *Folha de S.Paulo*. É um importante artigo, e eu não vou lê-lo no formato papel – "Comunicação social em formato papel –, mas vou lê-lo aqui e, portanto, preciso do IPv6. Eu vou assistir ao jornal e, enquanto estiver aguardando o voo no aeroporto, provavelmente, assista a um dos jornais aqui, da Band, da Globo e qualquer outro. E assim cada vez mais. Por isso, qual é o sentido de realizarmos e o que vamos fazer desse debate aqui? Assim, Schröder, para mim, a sua provocação é fundamental.

Eu dizia isso aqui: na visão da Anatel, do SindiTelebrasil, enfim, do Comitê Gestor, qual é o papel do Conselho? E aqui ouvi uma informação fundamental, se não me engano, do Dr. Alex de Castro. Para o usuário, não há nenhum reflexo imediato, nenhum prejuízo nessa migração de um modelo para o outro. Então, se é assim, como é que o Conselho deve, meu querido Schröder, já que este tema me parece, e me perdoe, efetivamente nosso mesmo – e, claro, lhe passo a palavra já –, qual é o sentido que damos a esse debate que nos consome com muita qualidade, sobretudo e especialmente pelos expositores que vêm atender ao nosso convite? Qual é o sentido que dará o Conselho em cumprir o seu papel de órgão auxiliar do Parlamento, auxiliar do Congresso Nacional e de formulador do debate na comunicação social do Brasil?

Schröder.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Presidente, não vou fazer debate, concordo. Foi uma apresentação muito, muito importante. Eu, pelo menos, me enriqueci. O problema é que o jornal que o senhor lê no celular, a tevê que o senhor vê no celular não são submetidas às mesmas regras de quando elas são impressas ou quando elas saem na televisão. Esse é o problema. Ou seja, o nexo entre o digital e o celular e a comunicação social não está feito no País. Esse é o problema! As regras, aparentemente, são as mesmas, mas, quando circulam no celular, é uma outra coisa, isto é, é um outro produto submetido a outras regras.

Nós não construímos, Presidente, no País, os nexos entre as regras da comunicação social quando estão nos seus aparatos originais e quando transitaram para o digital. Nós estamos submetidos, ainda, a um vácuo nesse caso. Esse é o problema. Por isso eu queria propor...

O SR. MIGUEL ÂNGELO CANÇADO – Rico aí o debate.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Isso; é um debate, ou seja, nós estamos precisando, ainda, dessa regra da convergência, que não foi feita.

Obrigado, Presidente.

O SR. MIGUEL ÂNGELO CANÇADO – Vamos inserir o Conselho, então, em uma ação proativa nesse contexto de provocação mesmo.

Muito obrigado.

Mais alguém inscrito?

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Sr. Presidente...

O SR. MIGUEL ÂNGELO CANÇADO – Devolvo-lhe a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Temos o Conselheiro Zerbone.

Antes, porém, de lhe passar a palavra, só queria dizer que essa questão das assimetrias regulatórias é um tema global hoje, e eu acho que o Conselho é um órgão importante para fazer essa discussão.

Dito isso, passo a palavra ao Conselheiro Rodrigo Zerbone.

O SR. RODRIGO ZERBONE LOUREIRO – Duas colocações rápidas, já começando pelo final nessa questão das assimetrias regulatórias.

De fato, a internet, como uma tecnologia disruptiva que é, traz uma mudança de conceitos muito importante na prestação de diversos serviços e na possibilidade de prestação de diversos serviços. Isso impacta em serviços tradicionais de telecomunicações, impacta em serviços tradicionais de comunicação social de forma mais ampla – radiodifusão, mídia impressa. Tudo isso traz elementos que geram diversos debates. Por exemplo, a questão de capital nacional para empresa jornalística, como isso é colocado? É possível isso ser colocado no âmbito da internet? Essa parte de territorialidade não é relevante? Sobre a questão da própria radiodifusão, regras de

radiodifusão, na medida em que as televisões estão cada vez mais interconectadas à internet, eu posso fazer transmissões até lineares pela internet? Como é que isso dialoga com todo um arcabouço regulatório de radiodifusão que temos, inclusive passa pelo próprio Congresso Nacional, ultracomplexo? Do outro lado não há nada. Obviamente, em telecomunicações também temos os nossos dilemas.

Há serviços de voz já como aplicações simplesmente, não como serviços de telecomunicações. Isso tem impacto tributário, impacto regulatório? Então, como todo esse ambiente vai ser visto, sob o ponto de vista das regras do setor público, que regulam essas atividades econômicas? Esse talvez seja um dos grandes desafios do debate não só nacional, mas internacional, como bem colocou o Vice-Presidente.

Por último, a privacidade é uma questão fundamental das regras regulatórias, que devem, necessariamente, presidir a implementação da internet das coisas. Acho que o Demi colocou muito bem os desafios e os riscos que temos pela frente. Obviamente, eu concordo com ele, se a tecnologia permite, isso vai ser implementado. E se isso tem utilidade para o usuário, isso vai ser implementado? O Estado precisa decidir como vai regular isso, quais são as regras para proteger aqueles valores que cada sociedade entende que precisam, de preservação, aqueles valores que estão na nossa Constituição, um deles a privacidade, a livre circulação de informações, como isso vai ser preservado pelo aparato regulador do Estado?

Eu diria que aqui temos uma série de desafios, tanto na questão das grandes corporações quanto no que se refere a Estados, no âmbito da internet, que tem uma visão diferente da nossa em termos de proteção, pelo menos, dos nossos cidadãos brasileiros, os dados daqui, a garantia de privacidade. Então, no âmbito da internet, com empresas muitas vezes sediadas fora do Brasil, mas que têm acesso a dados de brasileiros, como isso vai ser preservado pelo Estado brasileiro, pela Constituição Brasileira? Esse também é um grande desafio que temos pela frente.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Muito obrigado, Conselheiro.

Vou passar para as perguntas e dar uma informação de que a Secretária Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça, Juliana Pereira da Silva, estaria aqui conosco hoje, mas ela saiu de férias. Mas ela me procurou dizendo que está à disposição para debater o projeto de lei de proteção aos dados pessoais, que foi elaborado pelo Ministério da Justiça, como resultado de uma consulta pública. A minuta desse projeto já foi divulgada e tem impacto direto nisso que estamos discutindo aqui, que é a questão da privacidade, especialmente em vista da transição do IPv6. Então, quando ela retornar de férias, ela se colocou à disposição para debater conosco aqui no Conselho

Passo a palavra ao Conselheiro Davi, que havia feito pergunta, e depois ao Conselheiro Nascimento. Obrigado.

O SR. DAVI EMERICH – Agradeço aos conferencistas. Realmente, foi um ótimo evento. Acho que aprendemos muito. Todos eles nos trouxeram informações, algumas das quais eu nunca tinha ouvido falar.

Ao mesmo tempo, fico preocupado, pois se o Demi está perplexo e acha que este é um bom debate, imaginem o que realmente está por trás disso. Quer dizer, uma pessoa que está acompanhando de perto, vê essa perplexidade no futuro, mostra, obviamente, que o País tem que se debruçar sobre essa questão o mais rapidamente possível, porque ela vem, e ninguém segura.

Eu acho que desgraçadamente a questão da privacidade, com as tecnologias, que são inevitáveis, anda cada vez mais na corda bamba, cada vez mais na corda bamba. Por exemplo, eu acho que o IPv6, que é uma conquista tecnológica, é uma grande vitória,

muito mais da Internet das Coisas, do que propriamente dos usuários, quer dizer, do cidadão, porque vai viabilizar milhões de projetos nessa área da internet das coisas. Por exemplo, o fato de a pessoa pegar o carrinho de supermercado, com todos os produtos, e quando sai do caixa, já sai o preço na caixa. Então, ela vem atender muito mais essa demanda de mercado e, portanto, é muito mais um negócio do que propriamente uma conquista do ponto de vista da cidadania.

Aí eu pergunto uma coisa interessante: com o IPv6, com a internet das coisas, um cidadão que já está na internet, por meio do IPv4, vai a um mercadinho e compra – inclusive eu queria que me informassem isso melhor –, uma garrafa de cachaça, entra na Internet das Coisas, o seu atestado médico entra na Internet das Coisas, o exame de sangue dele entra na Internet das Coisas, ele vai a uma loja para comprar algum produto que ele gostaria que fosse absolutamente segura, vai para a Internet das Coisas. Eu quero saber o seguinte: em que pese que cada coisa dessa vai ter um IP, quero saber se esse IP estaria associado ao nome de um cidadão ou ao número de um cidadão, já que número não é nome? Todas as coisas poderiam estar associadas a uma pessoa ou não? Porque se essas coisas estiverem associadas a um cidadão, isso tem uma dramaticidade do ponto de vista da privacidade, que nem o Errol pensou. Nem ele pensou. Então gostaria que alguém falasse sobre esse tópico.

E, Presidente, acho que a coisa é tão grave, assim, do ponto de vista – grave sem alarme, não estou com alarmismo –, que, como órgão de assessoria do Congresso Nacional, eu sugeriria duas coisas: primeiro, que o Ronaldo pudesse fazer um relato circunstanciado dessa questão e desse debate e que pudéssemos enviá-lo a todos os Deputados e Senadores, alertando que este debate tem que ser feito em alto nível no Congresso Nacional, e o Conselho já se colocando para fazer seminários com os Deputados, porque o nosso público, vamos dizer, a nossa base são os Deputados e Senadores. Então cabe a nós alertá-los com força em relação a essa questão. O Ronaldo poderia fazer um relatório dessa questão toda, e talvez pudéssemos programar alguns seminários com os Deputados, com as comissões de ciência e tecnologia das duas Casas, reuniões conjuntas, para vermos aonde isso vai dar.

A outra questão é custo. Quando falamos em unidades que vão ter IPs isoladamente, há grande parte desses equipamentos que não vão conseguir operar o IPv6. Aí o Alexander falou que alguns podem por controle remoto, à distância, mas que outros equipamentos não conversam. Quero saber o seguinte: que é isso? É um celular? Só para ter a dimensão do impacto disso como cidadão. É um celular? É um *desktop*? É uma TV digital também ou não? Quais são os equipamentos que entrariam nesse rol de que poderiam ser impactados pelo IPv6?

E nós estamos vivendo um drama: a transição da TV analógica para a TV digital. Esses dias, eu acho que foi a Anatel que suspendeu a implantação em Rio Verde, porque uma pesquisa indicou que 40% da população não tinha comprado o equipamento. Portanto, pela lei, se não houvesse esse número de equipamentos... Então suspenderam o primeiro desligamento geral, que seria em Rio Verde. Então eu queria ter noção desses equipamentos, se esse mesmo fenômeno pode ocorrer com o IPv6 e o que implicaria custo para um cidadão hoje trocar os seus equipamentos, porque me parece que não é só o *smartphone*, nem o *desktop*, há outros equipamentos também.

E nessa questão, se há alguma dimensão, qual o valor que o IPv6 vai trazer em negócios para a economia brasileira, o impacto disso na indústria, investimentos, contratações, essa coisa quantificável. Já existem estudos sobre isso, ou não?

E, no caso do Zerbone, eu só queria uma informação rápida: se nesse grupo do Governo, que está estabelecendo o limite até 2018, se também estão os outros poderes, no caso, o Poder Executivo, o Legislativo, os tribunais, a Câmara, o Senado e também as unidades da Federação, os Estados, os Municípios. Quem é esse grupo que opera para implantar isso em nível de governo?

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – O Prof. Demi pediu para comentar e já tem que sair.

Eu abro e depois retornamos ao Conselheiro Nascimento.

O SR. DEMI GETSCHKO – Eu aproveito para agradecer mais uma vez o convite para estar aqui e dizer que foi muito interessante isso tudo. Estou à disposição. Sempre que quiserem, podemos voltar a conversar.

Só para pegar um ponto muito rápido do que foi comentado, não é o IPv6, especificamente, que é o risco de centrar as coisas em cima das pessoas. Claro que podemos ter IPs fixos e isso vai fazer com que as coisas que estão orbitando em torno da gente sejam mais facilmente identificáveis. Mas isso ultrapassa esse setor. Por exemplo, esta história do chamado *big data*, o grande dado, permite que se colham informações sobre um indivíduo que nem ele próprio sabe que existe sobre eles. Atualmente, o sistema sabe mais sobre mim do que eu mesmo sei de mim. Isso pode ser uma coisa bastante complicada.

De qualquer forma, temos que ser otimistas nessa área. Temos que tomar as precauções cabíveis. Acho nós temos uma excelente ferramenta Inicial, que é o marco civil, e, mais que isso, temos a conscientização de que isso vem pela frente e vamos tentar nos posicionar, para impedir que os danos sejam irreversíveis.

Mas eu concordo que há riscos no processo. Eu concordo que os riscos vêm de diversas áreas. O IPv6 não é fonte de risco, mas é característica do processo. Vamos ver como isso se desenvolve.

Mais uma vez agradeço. Desculpem por eu ter que me ausentar antes. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Muito obrigado, Prof. Demi.

Com isso, passo a palavra ao Dr. Alexander.

O SR. ALEXANDER CASTRO – Conselheiro Davi, eu anotei algumas perguntas aqui, que a princípio estão endereçadas e que eu posso responder.

Com relação à Internet das Coisas, o IPv6 vai possibilitar que exista endereçamento para todos esses dispositivos. Se você instala na sua casa uma rede de câmeras para monitorar remotamente, conectar o trabalho que está sendo feito pelos seus empregados na sua casa, como é que seu filho está lá andando, o que ele está fazendo, essas câmeras vão ser identificadas por um número IP. No caso do IPv4, eram IPs privados, como eram os ramais que o Demi mencionou. Você tinha o IP público, que é a saída, o PABX do Alexander Castro. Dentro do meu PABX, eu ponho vários ramais, coloco a minha impressora, as minhas câmeras, uma série de questões. Dentro da Internet das Coisas, você vai ter carros conectados, fornos elétricos industriais conectados, medidores de energia elétrica conectados. Todos eles estarão devidamente identificados, conectados em relação a uma determinada entidade, empresa ou pessoa física. Isso não muda.

Não é o IPv6 que traz atratividade a um determinado serviço. Por exemplo, quando a gente colocou o número 9 – estamos fazendo isso agora nós do Brasil inteiro – à frente do número do celular das pessoas, isso não trouxe maior atratividade ao serviço móvel pessoal. Trouxe a possibilidade de o serviço continuar crescendo e acessível a todos. É

isso que o IPv6 proporciona. Ele não tem um desempenho melhor do que o IPv4. Quem fala em IPv4 tem serviço mais degradado? Não. Na verdade, é apenas uma capacidade de endereçamento. Como foi colocado aqui, o IPv4 trabalhava com 32 bits combinados. O outro trabalha com 128. São muito mais endereços possíveis. Era isso que eu achava importante esclarecer.

Com relação aos equipamentos que podem ser afetados, do ponto de vista do usuário, são *modem*, roteadores, os dispositivos de *smartphones,* aqueles telefones convencionais que não são *smartphones*, os telefones móveis que, efetivamente, poderiam acessar a internet através de SMS. Coisas básicas são sempre feitas em IPv4.

Com relação aos equipamentos das operadoras, são os grandes roteadores – roteadores de acesso, roteadores de distribuição, roteadores de borda, roteadores de *core*, que têm grande capacidade de processamento.

Os outros provedores de aplicação são os servidores, uma rede de servidores onde estão disponibilizando o conteúdo, o serviço e aplicação.

Então, do ponto de vista do usuário, ainda hoje os equipamentos que operam em IPv6 são mais caros do que os equipamentos que só operam em IPv4. Mas isso é uma tendência mercadológica. A tendência é que eles vão ficar no mesmo patamar de preço dos atuais, se não diminuírem de preço.

Mas na verdade a contextualização da questão da migração é apenas pura e simplesmente para você ter capacidade de endereçar os novos e crescer com a internet. Endereçar os novos acessos, aumentando a base de clientes das operadoras e também a base de provedores de aplicação. etc.

O SR. DAVI EMERICH – .... a atratividade não alteraria em relação ao IPv4, mas o volume de serviço e o volume de informação que o IPv6 vai colocar é um negócio gigantesco, comparado com o IPv4. Esse é que é o problema. E isso acaba rebatendo no cidadão, com a informação que vai estar ali, porque não existe uma unidade sem haver um sujeito por trás, sem um cidadão por trás. Então, o que vai alterar é o volume de informação e risco para o cidadão do mundo inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Conselheiro Zerbone, se não houver nenhum comentário do Dr. Alexander. (*Pausa.*)

O SR. RODRIGO ZERBONE LOUREIRO – Primeiro em relação à ligação, abordando a relação do IPv6 e dos endereços IP nessa nova forma com nomes específicos, permanece a mesma coisa, como foi colocado, do IPv4. Isso vai estar ligado, obviamente se vai conseguir saber qual é o terminal, qual é o terminal, obviamente. Então, pode-se saber quem usou aquele terminal ou de quem é aquele terminal por meio de algumas empresas. Portanto, quem tem a aplicação, o conteúdo, tem parte da informação, e as empresas de telecomunicações têm a outra parte da informação. Isso normalmente é assim, e obviamente isso traz um pouco mais de tranquilidade em relação à identificação final de quem é aquele usuário. Isso é algo, ainda nesse cenário, um pouco complexo. E normalmente a forma normal de se tratar isso é por meio de ordem judicial. E aí, sim, envolvem-se todos esses atores para se chegar, por exemplo, ao autor de um crime que foi feito utilizando a internet.

De qualquer forma, em relação à parte do GT do Governo, esse GT é coordenado pelo Ministério do Planejamento, não é da Anatel. Estamos falando aqui de um GT que aborda o Governo não como regulador, mas como conteúdo, como aquele elaborador de conteúdos e colocador de conteúdos na rede. São serviços de governo que estão na rede, entra desde a Receita Federal, com o imposto de renda, serviços de saúde,

educação, qualquer conteúdo de governo dentro da internet é o foco desse GT, e não aqui o Governo como regulador, mas sim como provedor de conteúdo.

Eu não sei precisar com certeza se há um envolvimento de outros poderes, mas creio que sim. Acho que há o envolvimento do Legislativo e do Judiciário, mas eu não sei em que nível e também não poderia garantir isso para vocês, se há ou não. Posso até tentar buscar com o Planejamento, qual é o nível de envolvimento dos outros poderes, mas não saberia confirmar com certeza para vocês.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Muito obrigado.

Conselheiro Ceneviva.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Obrigado, Presidente.

Quero fazer um comentário geral, porque percebo, entre meus pares, uma justa preocupação em relação ao tema da intimidade e como o direito à intimidade pode ser degradado pela disseminação do IPv6. Seria um aperfeiçoamento do poder, de quem tenha poder, seja o Estado, sejam entes privados, de nos monitorarem para as mais variadas finalidades, que podem ser bélicas, podem ser comerciais e podem ser de outras ordens, piores ou melhores.

E percebendo essa preocupação, quero comentar uma coisa que me chamou a atenção.

Nunca poderia ter imaginado, mas, no início da telefonia, no fim do século XIX, houve a preocupação de que a disseminação do telefone pudesse ser uma violação da privacidade, porque permitir-se-ia, por meio da telefonia, saber se a pessoa se encontrava em casa ou não. E, como o direito à intimidade significa o direito de estar só, se as pessoas pudessem saber que eu estava só, só por isso já seria uma violação da intimidade. O telefone, certamente, não piorou a vida do ser humano nos cento e poucos anos em que ele existe, muito embora, sem sombra de dúvida, ele se preste para muitos malefícios.

O SR. DAVI EMERICH – Mas reduziu a intimidade.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Certamente. Reduziu a intimidade, e é interessante porque a discussão que existe sobre a intimidade evoluiu para o seguinte: primeiro, os terminais eram públicos. O sujeito ia ao armazém, e era aquele telefone ruim, em que ele gritava e que tanto o que ele dizia quanto o que os outros diziam era ouvido por todos. Então, a conversa era pública. Quando o telefone foi para casa, houve uma melhoria, mas também foi uma degradação. O fato é que...

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Ceneviva, permita-me? Imagine o *last seen* do WhatsApp. O sujeito diz: poxa, mas você está lendo aí e não me responde? É a completa...

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – É a completa invasão.

No entanto, há alguns dados objetivos que estão ligados com a disseminação da telecomunicação e para os quais, tenho certeza, a adoção de IPv6 é fundamental, como é o caso das aplicações de saúde, possibilidade de monitoramento remoto de pacientes que necessitem de assistência, o que vai implicar, por si só, a melhoria da qualidade de vida do paciente e o aumento da vida média de nós, seres humanos.

Reconhecendo, por um lado, que, muito pior do que o Orwell podia prever, nós não estamos na mão de um Estado, estamos na mão de alguns poucos agentes privados, o que eu considero muito mais grave e muito mais assustador – e eu sou bem antiestatizante –, por outro lado, o fato objetivo, o fato concreto que nós temos sobre a mesa hoje é o de que a vida, com a disseminação da tecnologia, melhorou. O nosso debate, nesse instante, é assistido por pessoas que podem acompanhar os trabalhos da

TV Câmara. Isso é um aumento de transparência e isso é positivo; traz consigo uma série de riscos.

Eu considero que há um erro de nós todos, porque o verdadeiro risco não é a possibilidade de transmissão, como é o que nós estamos falando agora, mas a possibilidade de guardar. O ser humano nunca pôde guardar os conteúdos, arquivar os conteúdos como pode hoje. Isso começou há uns 120 anos, gravando o áudio; depois, áudio e vídeo; depois, áudio, vídeo e texto. Esta é a grande revolução que a gente está vivendo: o fato de que a gente pode armazenar a informação em texto, áudio, vídeo e outros formatos, numa base tão frágil, numa base tão destrutível como é a base digital, ou seja, se os filmes de holocausto, de futurologia se concretizassem como a explosão nuclear que destruísse os circuitos, toda a maravilha da memória que nós temos hoje, inclusive a que viola a privacidade, podia ser destruída pela queima dos circuitos.

Enfim, somos, no fim das contas, verdadeiramente, talvez, como naquela metáfora, as formigas que vão andando num graveto e brigando para saber quem vai mandar no graveto. Só que, logo ali, há uma cachoeira onde o graveto vai cair e vai morrer todo mundo. Talvez sejamos as formigas, nesse graveto, querendo saber se a gente quer o IPv4 e o IPv6.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Obrigado, Conselheiro Ceneviva.

Passo a palavra ao Conselheiro Francisco.

Por favor.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Presidente, nós temos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Desculpe. Nossa!

Conselheiro Francisco.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Não tem problema nenhum. Dê a palavra ao Conselheiro Francisco, e, posteriormente, o senhor garante a minha...

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Conselheiro Nascimento, eu peço enormes desculpas. Foi um erro meu. Eu fiz a anotação, aqui, e, sem querer, mudei a página, e ficou o seu nome. Peço desculpas.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Não tem problema.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Presidente, eu faço questão...

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Conselheiro Nascimento, eu faço questão também e peço desculpas.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – ...que, por favor, o Conselheiro Nascimento assuma a palavra...

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Foi falha minha.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – ...porque o meu é um comentário final e não é uma pergunta.

Então, por favor...

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Conselheiro Francisco, muito obrigado pela sua compreensão.

Conselheiro Nascimento, peço mil desculpas. Foi um erro da minha parte. Assumo a total responsabilidade e passo a palavra para o senhor.

Muito obrigado.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Eu posso dizer que, se fosse em um outro momento, eu poderia dizer que estão me boicotando, mas a gente vai aprendendo e vai no caminho

certo. Acho que é por aí. Eu só me manifestei porque poderia correr o risco de terminar e eu não...

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Obrigado por ter se manifestado.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Normalmente, eu me manifesto logo no início porque já tenho na cabeça o que vou falar, mas confesso que hoje eu me senti, como em outros assuntos, com o Maternal incompleto. Não consegui trazer para este fórum contribuições de outros companheiros, porque eu nunca aqui emito a minha opinião só; emito a opinião também da sociedade civil e também dos trabalhadores em rádio e TV. E solicitei aos meus Pares contribuições, e elas não chegaram, talvez por vários motivos. Então, vou externar o meu pensamento.

Num primeiro momento – e foi unânime aqui –, dizer sobre a questão da privacidade. Num segundo momento, imaginando e ouvindo, ouvindo e imaginando, acho que estamos discutindo o que é o modo de negócio. E, pensando, pensando e pensando, não consegui enxergar onde está o povão que efetivamente não tem internet em vários locais. Mas isso não tem problema, porque também não vai ter IPv6. Mas ele é importante? Não, mas é onde haverá uma demanda maior, com grana e tudo o mais.

Se eu estiver equivocado, por favor, corrijam-me.

O Prof. Demi diz o seguinte: aos equipamentos IPv4 as pessoas conseguem ter acesso, se é isso que entendi. E o Rodrigo diz que não tem essa mobilidade, essa facilidade para interagir. Eu olhei no telão ali uma linha verde e uma linha vermelha que não se conectam. Com sinceridade, estou com dificuldade, por causa do maternal incompleto, como muitas pessoas neste fórum.

E o legal deste fórum, do Conselho de Comunicação Social, a importância que ele tem é que não é preciso estarem aqui só pessoas capazes porque só ela vai desenvolver aquilo em que ela já tem domínio. Não. É importante que nós também, que não temos esse domínio do assunto, busquemos, com a nossa ignorância e com a minha ignorância, entender melhor esse processo. Então, acho que não podemos fechar aqui. E eu, em um primeiro momento, pensei: "Isso é conversa da internet, não vai render muito, não, porque não tem muito a ver com o que eu estava imaginando da população. Mas tem muito a ver, sim, e, principalmente, para o campo dos trabalhadores.

Quando vejo o nosso Presidente dizer o seguinte: "Olha eu vejo o jornal na internet e tal", os que têm, não são todos. O.k. Como eu trabalho no meio de comunicação e sou radialista – não sou radiodifusor – fico imaginando como os radiodifusores estão neste momento, porque o pessoal da tele pega o conteúdo da televisão e coloca lá. E talvez eu esteja falando nada aqui. E quando vamos negociar as questões salariais, quando vamos ver a questão do SBT filiado à TV Alterosa, em Belo Horizonte, ou o contrário, a TV Alterosa filiada ao SBT, que está fechando as portas por conta dos Diários Associados, aí existe a preocupação maior, porque os Diários Associados têm o jornal, a TV, o teatro. E aí você fala assim: "Que loucura isso!"

E aí, como eu já havia conversado lá atrás, no grande evento que este Brasil fez, que foi a Conferência Nacional de Comunicação, o pessoal das teles dava risada. E que felicidade! Eu não me lembro muito bem do participante. Eu sei que era forte o rapaz que participava conosco. E ele dizia o seguinte: "Se depender da Telebrasil, vamos colocar grana para as rádios comunitárias dizerem que não se pode destruir orelhões." E isso naquela oportunidade.

Então, quem está ganhando dinheiro hoje são as teles. Eu não sei se cabe esse comentário aqui, mas, por favor, corrija-me e me dê chinelada.

E se os trabalhadores que não entendem muito bem, como eu, desse assunto estiverem nos ouvindo, que comecem a procurar entender melhor esse processo e o que cabe à sociedade civil não empresarial.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Algum comentário?

O SR. ALEXANDER CASTRO (*Fora do microfone*.) – Posso comentar?

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Pode sim.

Por favor.

O SR. ALEXANDER CASTRO – Bom, gostaria de comentar, Conselheiro Nascimento, duas coisas. Esse é o meu ponto de vista com relação à questão do IPv6. Assim como mencionei a questão da atratividade, com relação à privacidade, também não é o IPv6 que vai possibilitar uma menor privacidade ou maior privacidade aos usuários da sua navegação na internet.

Na verdade, a preocupação com a privacidade é decorrente dos inúmeros aplicativos que estão surgindo. Surgem tecnologias novas, tecnologias digitais, aplicativos e serviços digitais que permitem, por exemplo, que as companhias elétricas possam fazer a medição do consumo de energia na nossa casa remotamente, usando a internet; que você possa, hoje, ter aplicativos de localização, onde você tem um mapa digitalizado da cidade e você percebe como é que você vai se locomover naquela cidade, usando, inclusive, o GPS. E essas informações todas estão sendo transmitidas pela internet e chegando a milhões de pessoas.

Então, na verdade, são esses aplicativos, esses novos serviços digitais que possibilitam a muitos aplicativos – e temos experiência com relação a essa questão, como usuário mesmo –, que solicitem informações pessoais nossas, nossa localização. Os termos de adesão para o serviço trazem uma série de condicionantes para que você possa disponibilizar parte dos seus dados pessoais.

Então, o que se fala, hoje, é que *big data* é o novo petróleo do mundo moderno, ou seja, vários serviços, várias aplicações são gratuitas, mas não são gratuitas efetivamente; são gratuitas porque trabalham com os dados pessoais das operadoras e oferecem propaganda. E a propaganda na internet, hoje, é uma coisa fenomenal. Já ultrapassou hoje, em termos de recursos e receita, a mídia escrita, em revistas, etc.

O fato, a preocupação com relação a essa questão da privacidade – e por isso foi mencionado aqui que o Ministério da Justiça colocou em consulta pública um anteprojeto de lei de proteção de dados pessoais. O próprio marco civil já se preocupou com isso, já há alguns artigos lá que tratam da questão da guarda desses dados pessoais e da disponibilização de dados pessoais.

Para vocês terem uma ideia, o marco civil só liberou a disponibilização de dados sejam pessoais, comunicações privadas, registros de conexão... O que são os registros de conexão? É o momento em que você acessou a internet, qual o IP que você usou, qual o horário em que começou a conexão e quanto tempo durou essa conexão. Isso é guardado. Por lei, o marco civil obriga as operadoras a guardar por um ano. Então, o próprio marco civil diz que todas essas informações só podem ser disponibilizadas para terceiros mediante ordem judicial, por uma questão de privacidade e segurança dos dados. A única exceção é para os dados cadastrais, que podem ser solicitados por uma autoridade administrativa competente. E foi um grande problema para as operadoras definirem exatamente quem é a autoridade administrativa competente, até porque, no momento em que a gente coleta e guarda, mesmo que obrigado, passa a ser essa responsabilidade das operadoras e não pode ser terceirizada; quer dizer, a

responsabilidade pela privacidade e segurança das operadoras, com relação a esses dados, não pode ser delegada para ninguém.

Por isso há a nossa preocupação em, efetivamente, saber quem são as autoridades administrativas competentes. Tivemos uma ampla discussão, porque, como a regulamentação do marco civil não saiu até hoje – e há previsão sendo discutida intensamente neste ano de 2015, mas acredito que ela deva sair no início do ano que vem –, muitas autoridades administrativas nos solicitam os dados cadastrais, e a gente fica preocupado se vai disponibilizá-los, e vem discutindo, então, junto com o Ministério Público, junto com as autoridades do Poder Público, também com o Executivo e com o Judiciário, quem seriam essas autoridades administrativas para que tenhamos um conforto com relação à disponibilização dos dados.

Volto também a comentar que as operadoras hoje têm propriedade dos maiores *data center*s da América Latina. Os maiores *data centers* da América Latina pertencem às operadoras de telecomunicações, que têm investimentos pesados para poderem guardar esses dados com segurança e privacidade.

Eu também queria só comentar outra questão. Não são as operadoras que tomam a iniciativa de disponibilizar as informações dos conteúdos, sejam eles de vídeo, sejam eles de mensagem. Ou seja, essas informações são os provedores de aplicação, são os provedores de serviço de internet, que é considerado um serviço de valor adicionado, não é um serviço de telecomunicações. Então, essa receita, se houver, não vai para as operadoras, vai para quem está oferecendo o serviço. Se for um serviço gratuito, ele vai auferir receita indiretamente. Se for um serviço oneroso, são eles que recebem as receitas, não são as operadoras de telecomunicações.

Inclusive, estamos passando por uma fase atualmente em que temos a participação em uma competição bastante desleal em relação a algum desses provedores de serviço de acesso à internet, que oferecem serviços similares aos nossos, que se confundem com os nossos. Ora, nós somos transportadores de serviço. Então, por exemplo, alguém que oferece serviço de clima/tempo, de localização, de transação bancária, de livros, etc, esse não se confunde com o nosso serviço. Mas alguém que oferece serviço de voz e mensagem, que é exatamente o serviço que nós oferecemos, usando o nosso terminal, usando a nossa numeração e não nos remunerando em nada em relação ao uso da nossa rede, isso tem gerado uma assimetria enorme tanto do ponto de vista regulatório, como do ponto de vista tributário, sobre o qual nós temos solicitado uma discussão. E o Ministério das Comunicações abriu agora uma consulta pública para ouvir toda a sociedade brasileira para discutir o modelo de telecomunicações no País. O Ministério está coordenando isso junto com a Anatel, e vai até o dia 23 de dezembro para receber contribuições.

Então, basicamente, para finalizar, espero ter esclarecido que não é o IPv6 que proporciona uma menor privacidade. Pelo contrário, é transparente. Tal como o IPv4, o IPv6 só possibilita a identificação. É um número. O número do telefone é o número do acesso à internet também.

Eram esses os esclarecimentos que eu gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Bom, estamos chegando à reta final.

Agora, sim, manifestação do conselheiro Francisco e depois da conselheira Liliana.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Muito obrigado.

Antes de fazer minha colocação, que é muito rápida também, eu só queria lembrar que, quando quisermos dar um exemplo exuberante do problema do IPv6, parece-me que

é o do marcapasso cardíaco: é você poder desativá-lo remotamente; descobrindo-se o número da pessoa, matá-la; e isso é fogo.

O final da apresentação da resposta do Alex situou o meu problema. Presidente, nós recebemos uma mensagem do Ceneviva, parece-me que ontem ou na sexta-feira, nos alertando sobre a consulta pública. Desde o dia 23 de novembro está realmente no *site*, com pouquíssima divulgação. E ali está a resposta de muita coisa que estamos falando aqui. Como é que vai ser regulamentada essa banda larga se transformando em um serviço público em substituição ao serviço de telefonia fixa comutada? E nós não teremos tempo hábil para nos manifestar.

Então, eu não sei. Há muita gente encaminhando pedido para haver uma prorrogação de prazo. Trinta dias para um tema desse, para rever uma lei que há dezoito anos regula matéria no Brasil, é muito pouco tempo. Então, não sei se seria o caso de nós, talvez à tarde, discutirmos uma solicitação também dessa extensão do prazo, Presidente.

O SR. MIGUEL ÂNGELO CANÇADO – Eu até respondi ainda ontem ao *e-mail,* se não me engano. Eu o li ontem pela manhã e respondi que, com certeza, teremos tempo para a nossa reunião de hoje à tarde para discutirmos o assunto, sim, até pela urgência que ele encerra.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – De acordo, vamos levar isso para a discussão hoje à tarde.

Por fim, a conselheira Liliana, por favor.

A SRª LILIANA NAKONECHNYJ – Bom, primeiro, eu gostaria de agradecer todas as explicações.

Realmente foi muito bom esse seminário. Ronaldo, eu acho que você foi muito feliz em proporcionar este seminário aqui para o nosso Conselho.

Eu gostaria também de defender um pouquinho a tecnologia. Eu gostaria de dizer o seguinte: a evolução tecnológica sempre pode ser feita para o bem ou para o mal, vide, por exemplo, a tecnologia nuclear. Ao mesmo tempo que há a bomba atômica, há os tratamentos todos de câncer, que salvam tanta gente.

Então, vejo que qualquer tecnologia pode ser usada por nós – e o problema não é a tecnologia, são os homens – para o bem ou para o mal. Nós temos, por exemplo, a internet. Quanto à internet, ninguém pode dizer que não veio para trazer um enorme benefício à população do mundo inteiro, inclusive a nossa.

Nós ouvimos as explicações de que, se continuarmos nessa tecnologia IPv4, não conseguimos expandir o número de usuários, ou seja, não podemos imaginar uma situação em que a internet fique parada, quer dizer, não existem mais números. Então, na hora em que você tem que aumentar o número, vem a tecnologia IPv6 para lhe dar essa possibilidade, e essa tecnologia está padronizada mundialmente, não tem como eu dizer assim: "Eu não gostei muito dessa IPv6 que está aí no mundo, porque ela permite identificar as máquinas. Eu vou, então, usar uma tecnologia IPv59, que vou desenvolver aqui no Brasil, mas também não vou ter compatibilidade com o resto do mundo." Então, vou ter que usar IPv6, que me dá o aumento do número de terminais suficientes e é compatível com o mundo.

Eu entendi uma coisa que também não tinha entendido direito e que, para mim, foi muito esclarecedor: enquanto estivermos nesse momento de transição e estivermos que continuar usando o IPv4, o que vai acontecer? Vamos duplicar, de novo, o uso dos mesmos números ou compartilhar mais números. Então, nesse período todo de compartilhamento, nós, sim, vamos ter em entidades que vão ficar como guardiões desse

compartilhamento. Então, até pelo contrário, o período de compartilhamento vai ser o período em que o indivíduo está mais sujeito a cerceamento – é claro que talvez não seja tanto o problema da privacidade, mas o cerceamento do que ele quer comunicar.

Então, realmente o ideal é que não estejamos sujeitos a esse cerceamento, porque poderíamos usar, toda a vida, esse IPv4, compartilhando, compartilhando, compartilhando. Por hipótese, se não passássemos para o IPv6, o que ia acontecer? No futuro, poucas entidades iam controlar os indivíduos que querem passar a informação. Então, isso aí certamente não é algo que seja conveniente em termos de comunicação.

Então, temos que passar para o IPv6. E, aí, vamos passar para o IPv6, e, quando houver esse número enorme de endereços que puderem ser atribuídos a cada objeto, podem realmente surgir aplicativos que venham fazer-nos perder a privacidade. Mas acho que vai caber a nós – até este Conselho pode realmente encaminhar muitas questões ao Congresso, para que sejam tratadas de maneira adequada –, ao ser humano ver como é que isso vai ser feito de modo a que ele não perca totalmente a sua privacidade. Hoje em dia mesmo, vemos quanta gente está usando a internet que forma a expor completamente a sua privacidade. Muita gente faz isso. Não é obrigado a fazer, mas faz, e há outros que não fazem assim.

Então, acho que vai caber a nós, deste Conselho, passar o máximo possível da nossa experiência e da nossa reflexão, para ver o que pode ser feito, para que, nesse panorama futuro, o ser humano, o indivíduo não perca a sua privacidade, ou, pelo menos, perca o mínimo possível da sua privacidade.

Eu queria até fazer uma pequena sugestão. Pareceu-me tão ruim essa fase de transição, que talvez pudéssemos pensar em algo como um incentivo para as pessoas comprarem dispositivos em IPv6. Mas não é incentivo econômico, não. Estou falando em incentivo para as pessoas que podem comprar, porque, hoje, acho que não existe nada que identifique roteadores, terminais, telefones, com essa capacidade. E eu acho que deveria existir, porque, por exemplo: amanhã, vou comprar um dispositivo novo qualquer; tenho condição de comprar algum um pouco mais caro, que tenha o IPv6, mas eu não vou saber isso. Qualquer um de nós aqui poderia, e não vai saber disso – talvez a maior parte de nós.

Então, deveríamos ter talvez um selo, algo como: "esteja preparado para o futuro" ou "este dispositivo já é da próxima geração da internet", como aquele selinho que havia – não sei se ainda é usado – nos eletrodomésticos, sobre o consumo de energia. Acho que um selinho, de repente, poderia ajudar um pouco a população e até a ser divulgado, através de alguma comunicação pública que pudesse ajudar a população a ajudar o País a fazer passar logo esse período meio limitante que vai haver até chegar o IPv6.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Muito obrigado, Conselheira Liliana.

Passo, então, a palavra para considerações finais, já agradecendo, mais uma vez, tanto ao Dr. Alexander quanto ao Dr. Rodrigo Zerbone, a gentileza e a profundidade da discussão e das apresentações que foram feitas.

Dr. Alexander, para considerações finais.

O SR. ALEXANDER CASTRO – Eu queria agradecer o convite e colocar-me à disposição. Não só eu, mas o Sinditelebrasil está à disposição deste Conselho para que possamos discutir esse tema e outros afetos à área de telecomunicações.

Muito obrigado.

O SR. RODRIGO ZERBONE LOUREIRO – Eu queria também agradecer, mais uma vez, mais um convite deste Conselho.

Como palavras finais, eu queria também me filiar às palavras da Liliana, minha companheira de Gired. De fato, a tecnologia, a expansão que vai permitir essa evolução tecnológica IPv6 na internet é fundamental para diversas searas da vida, da nossa vida, do nosso cotidiano. Isso abre, sim, oportunidades de negócio, mas abre também possibilidades para a humanidade que nós nem conseguimos antever hoje. Então, obviamente, como todo grande salto tecnológico – essa questão é uma expressão menor, mas a internet como um todo é um grande salto tecnológico para a humanidade –, ela traz grandes desafios e também grandes preocupações para o seu uso não conforme aos valores que a sociedade preza e aos valores colocados na nossa Constituição, compartilhados por todos nós aqui.

Então, devemos, sim, ficar atentos e tentar antever quais são esses problemas que podem ser gerados – não pelo IPv6. Este é outro aspecto que eu queria colocar para os senhores: todas essas questões que estamos levantando não estão diretamente relacionadas ao IPv6, mas a algo maior, que é a Internet das Coisas, ou seja, a conexão de cada dispositivo que temos ao nosso redor, na nossa vida. O IPv6 é simplesmente uma questão tecnológica de transição. Ele não traz em si o mal ou o bem; é simplesmente uma evolução necessária, tecnológica, até porque, como vimos, a nossa internet hoje já está estrangulada. Isso, hoje! Sem falar na implementação de fato maciça da Internet das Coisas.

Então, para destravar a evolução da internet, para destravar os avanços tecnológicos que podem advir, todos os benefícios que podem advir para a sociedade mundial, para as pessoas do mundo inteiro, nós precisamos, de fato, implementar essa tecnologia. E estamos estudando todas as formas de melhorar a comunicação para o consumidor final, Liliana, na hora de comprar o equipamento.

E, às vezes, como esse é um assunto muito difícil, um assunto (tecnologia) muito difícil de explicar, o que é IPv6, IPv4, entendemos que a melhor forma de fazer isso é, de fato, garantindo todo o equipamento que estiver disponível no mercado, em algum momento – fazendo essa transição que garanta todos os direitos dos consumidores – sejam capazes, estejam compatíveis com essa nova tecnologia.

Acho que essa é a melhor forma de a gente endereçar isso.

Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Muito obrigado.

Eu queria que vocês me ajudassem a agradecer aos nossos palestrantes. Realmente foi muito bom. (*Palmas.*)

SENADO FEDERAL CN - 44
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (6ª Reunião) 07/12/2015

DOCUMENTOS PERTINENTES À 6ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DE 2015 DO CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, REALIZADA EM 07 DE DEZEMBRO DE 2015

1. Lista de presença dos membros;
2. Apresentações realizadas durante a reunião.

CONGRESSO NACIONAL
Conselho de Comunicação Social

Reunião: 6ª Reunião do CCS
Data: 07 de dezembro de 2015 (segunda-feira), às 09h
Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - CCS

TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	
Walter Vieira Ceneviva	1. Paulo Machado de Carvalho Neto
Representante das empresas de televisão (inciso II)	
José Francisco de Araújo Lima	1. Márcio Novaes
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	
Marcelo Antônio Rech	1. VAGO
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	
Roberto Dias Lima Franco	1. Liliana Nakonechnyj
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	
Celso Augusto Schröder	1. Maria José Braga
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	
José Catarino do Nascimento	1. Antônio Maria Thaumaturgo Cortizo
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	
Sydney Sanches	1. Jorge Coutinho
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	
Pedro Pablo Lazzarini	1. Luiz Antonio Gerace da Rocha e Silva
Representante da sociedade civil (inciso IX)	
Ronaldo Lemos	1. Patrícia Blanco
Miguel Ângelo Cançado	2. Ismar de Oliveira Soares
Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira	3. VAGO
Henrique Eduardo Alves	4. Aldo Rebelo
Fernando César Mesquita	5. Davi Emerich

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Transição do IPv4 para IPv6: Acesso, Privacidade e Coibição de Ilícitos



Conselheiro Rodrigo Zerbone Loureiro
Agência Nacional de Telecomunicações
Brasília, 07/12/2015

O papel da Anatel e ações recentes relacionadas ao tema:

- **GT-IPv6: Grupo de Trabalho para Implantação do Protocolo IPv6 nas redes das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações**
- **Origem do Grupo: Portaria Anatel nº 152/2014.**
  - **Coordenado pela Anatel, com participação das prestadoras e do NIC.br.**
  - **Baseado na competência da Agência em regular: a compatibilidade, a operação integrada e a interconexão entre as redes, abrangendo inclusive os equipamentos terminais (expedir ou reconhecer a certificação de produtos);**
- **Objetivos:**
  - **Fomentar a implantação do protocolo IP-Versão 6 nas redes das operadoras, frente à escassez de endereços IP-Versão 4 na região.**
  - **Definir uma solução de transição padronizada que garanta o menor impacto ao usuário.**

Ações do GT-IPv6:

Carrier Grade NAT (CGN)

CGN NAT
Network Address Translation

- **Solução de transição - CG-NAT44:**
  - Possibilita o compartilhamento de endereços IPv4 públicos. Vários usuários podem, num mesmo instante, acessar a internet por meio do mesmo endereço IP público.
  - As prestadoras devem implementar o uso do CGNAT-44, na medida de suas necessidades, a partir de Dezembro de 2014.
- **Disponibilização do IPv6:**
  - Interconexão : Ofertado nos seus principais pontos de Interligação e Interconexão → desde Dezembro/2014
  - Usuário Final: todas as prestadoras deverão ofertar endereços IPv6 públicos, nos principais centros por todo o Brasil, a todos os novos usuários e aos usuários legados que solicitarem (respeitada a capacidade da rede) → desde Julho/2015
  - Ademais, nas localidades onde não houver oferta de IPv6 a prestadora deverá alocar ao usuário, de forma dinâmica ou fixa, um endereço IPv4 público não compartilhado → desde Julho/2015

Acesso, Privacidade e Coibição de Ilícitos:

- **Solução de Transição x Quebra de Sigilo com ordem Judicial:**
  - Com o GC-NAT44 será possível identificar de forma unívoca o usuário por meio do endereço IP desde que informada a identificação da porta da conexão.
- **Solução de transição - Incompatibilidades com IPv4 Compartilhado (*Fallback*):**
  - Se um cliente não quiser ou não puder trabalhar com um IPv4 compartilhado, caso haja disponibilidade, ele poderá optar por um IPv4 público dinâmico não oneroso (*fallback*) ou por um IPv4 fixo de forma onerosa (oferta atual).
- **Disponibilidade de conteúdo IPv6 e garantia do acesso ao conteúdo legado:**
  - Necessidade de se fomentar a disponibilização de conteúdo IPv6.
  - Deve-se garantir o acesso ao conteúdo legado IPv4.



Certificação obrigatória de equipamentos compatíveis IPv4 e IPv6 (*dual stack*):



- **Cable Modem/Docsis (SCM):**

  desde Janeiro/2015 → Ato Anatel/SOR nº 7424/2014

- **Redes Móveis (SMP):**

  a partir de Janeiro/2016 → Ato Anatel/SOR nº 3276/2015

- **Banda Larga Fixa (ADSL) → em data a ser fixada**

Transição IPv4 - IPv6: informação

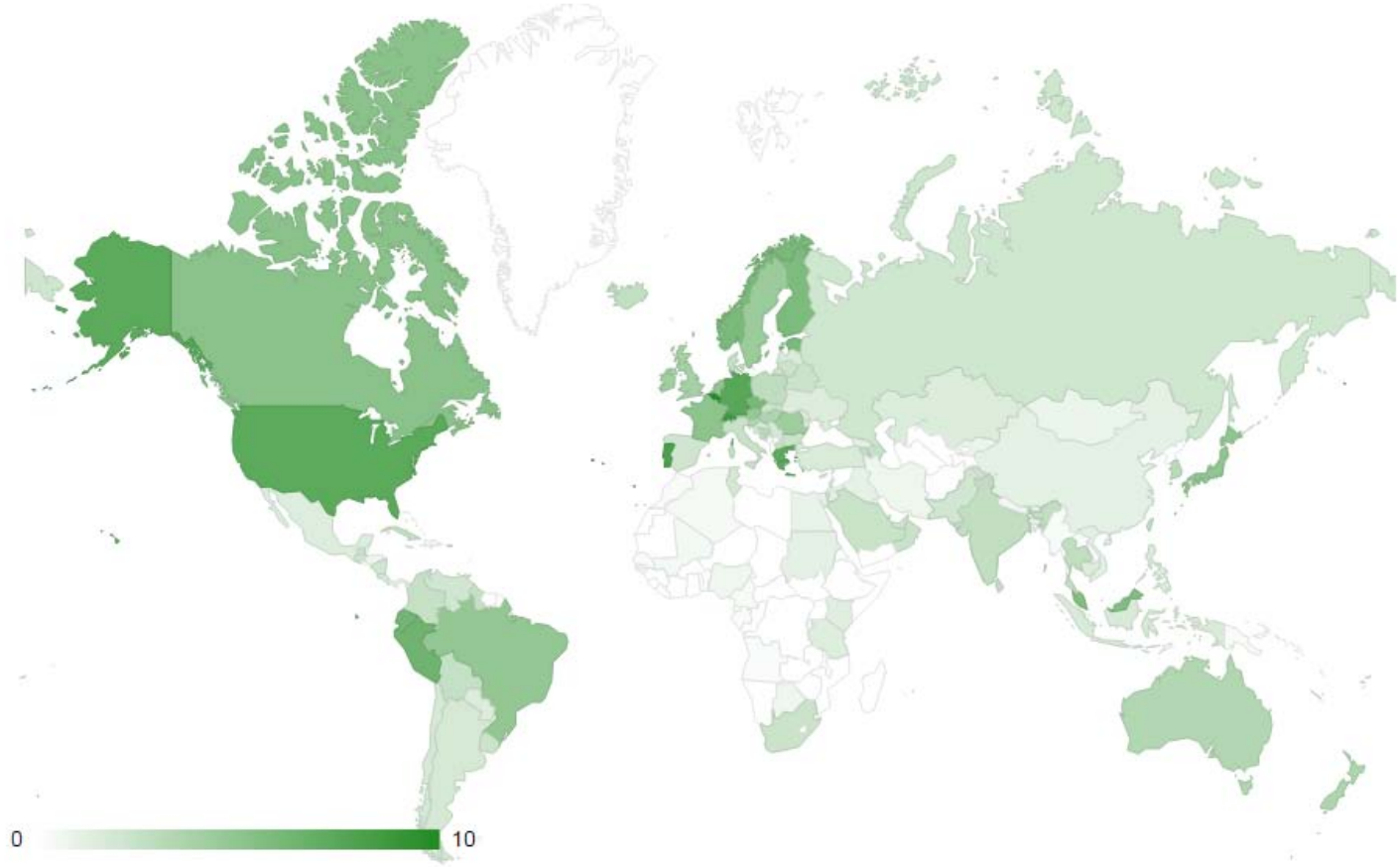


Fonte: ipv6.br

Transição IPv4 - IPv6: nível de prontidão nos países

Display global data

World | Africa | Asia | America | Europe | Oceania



Fonte: http://6lab.cisco.com/stats

Transição IPv4 - IPv6: dados atuais



Brazil

General Data

IPv6 Deployment : 27.76% (Prefixes : 26.79% | Transit AS : 52.31% | Content : 59.72% | Users : 6.42%)

Relative Index : 4.9 out of 10

Índice Geral

Ipv6 Prefixes

Ratio of routable IPv6 prefixes : 26.79%

Ratio of allocated IPv6 prefixes / ratio of alive allocated IPv6 prefixes : 52.82% / 11.92%

Redes

Transit AS

IPv6 transit AS : 49.52%

IPv6 enabled transit AS : 63.46%

Conteúdo

Content

% of WEB Pages Available over IPv6 : 59.72% | number of sites: 95 / 500

In development/test : 0.81% (3/500) | Failing : 0.11% (2/500) | Not V6 enabled : 39.4% (400/500)

Usuários

Users

Google Search / APNIC data : 6.42% / 7.66%

Estimation : 7258 K IPv6 users

Fonte: http://6lab.cisco.com/stats

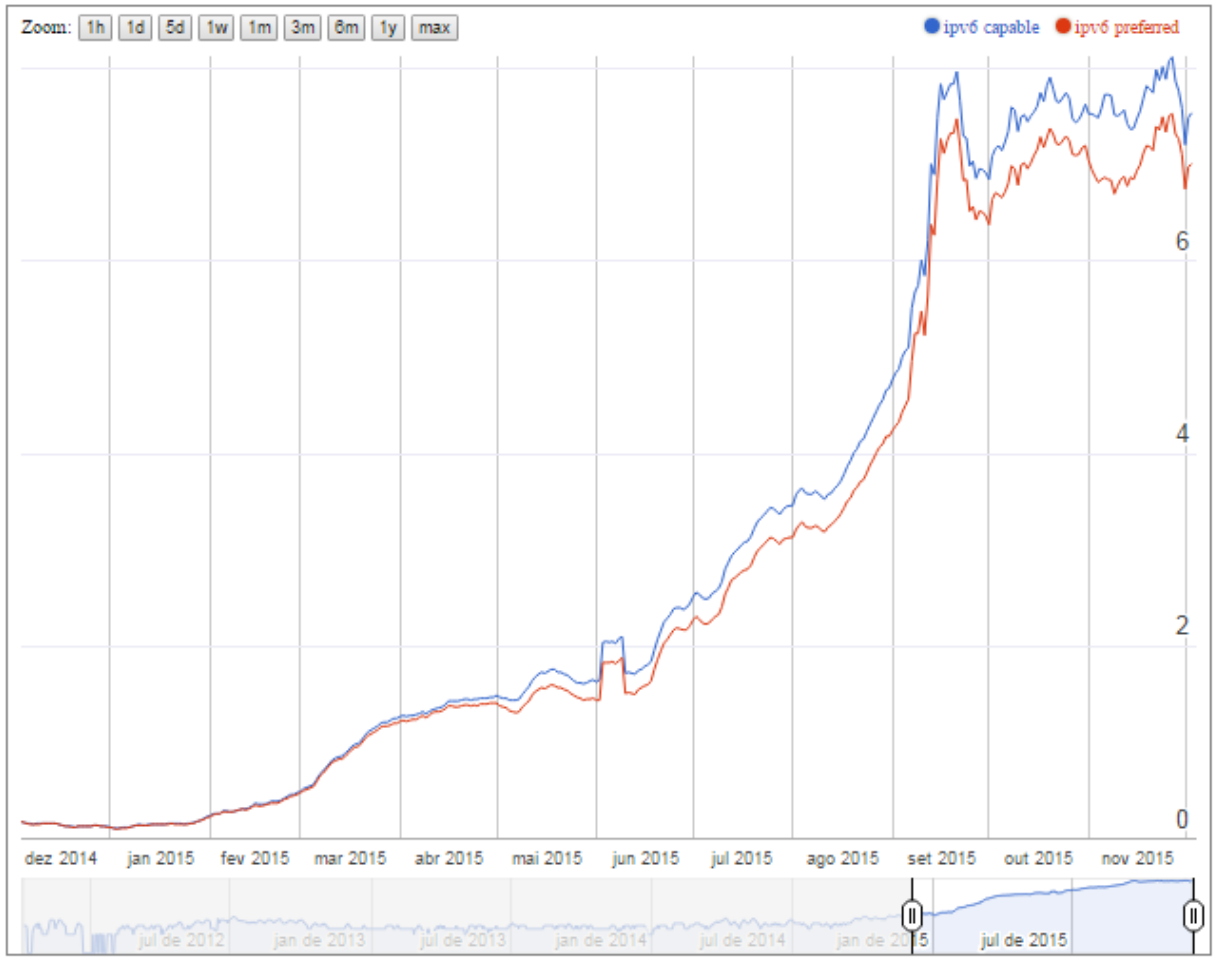
Transição IPv4 - IPv6: dados atuais



Fonte: http://6lab.cisco.com/stats

Transição IPv4 - IPv6: dados atuais

Porcentagem de utilização de endereços IPv6 no Brasil.



Fonte: ipv6.br

Considerações Finais:

- A transição IPv4 – IPv6 é um desafio em todos os países.
- Há um esforço coordenado entre Anatel e Nic.br para avançar na transição IPv4 – IPv6 no Brasil, que tem resultado em progresso significativo a partir de 2015.
- Para que estejamos prontos para a transição IPv4 – IPv6, é preciso que redes, plataformas de conteúdo e os usuários tenham compatibilidade com o IPv6.

Obrigado!

Cons. Rodrigo Zerbone Loureiro

Seminário Transição do IPv4 para o IPv6: Acesso, Privacidade e Coibição de Ilícitos



BRASÍLIA, 07 DE DEZEMBRO DE 2015

ALEXANDER CASTRO

Quem somos

Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal

- Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviços Móvel Celular e Pessoal foi criado em 2003
- Representa todas as empresas que operam serviços telefônicos fixos (STFC), Móveis (SMP) e Comunicação Multimídia (SCM).

Algar Telecom, Embratel, oi, Telefônica | vivo, Claro, GVT, Sercomtel, TIM

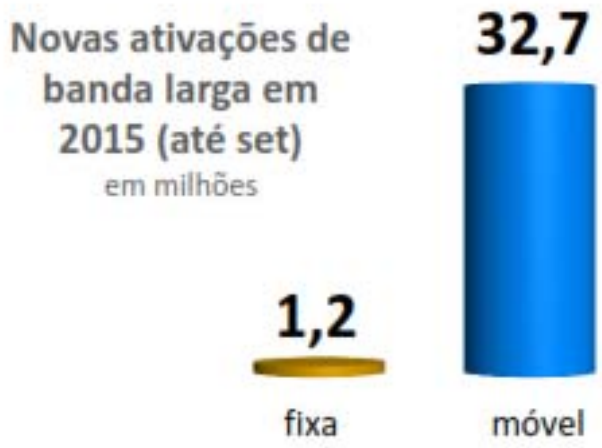
Desenvolvimento da Internet (1/2)

- Expansão acelerada do ecossistema da Internet no Brasil e no mundo;
- Desenvolvimento de inúmeras aplicações que viabilizam a oferta de centenas de serviços;
- Comércio eletrônico; transações bancárias, armazenagem, localização; jogos; serviços governamentais, aplicativos educacionais, correio eletrônico, entretenimento em geral, Internet das Coisas (sensores, medidores, monitoração, etc);



225

milhões de acessos em banda larga



Set/2015



Oferta de acesso à Internet em Banda Larga Móvel vem experimentando um crescimento a grandes taxas;

... e para acessar a internet

76%

dos usuários de internet acessam a rede pelo *smartphone*

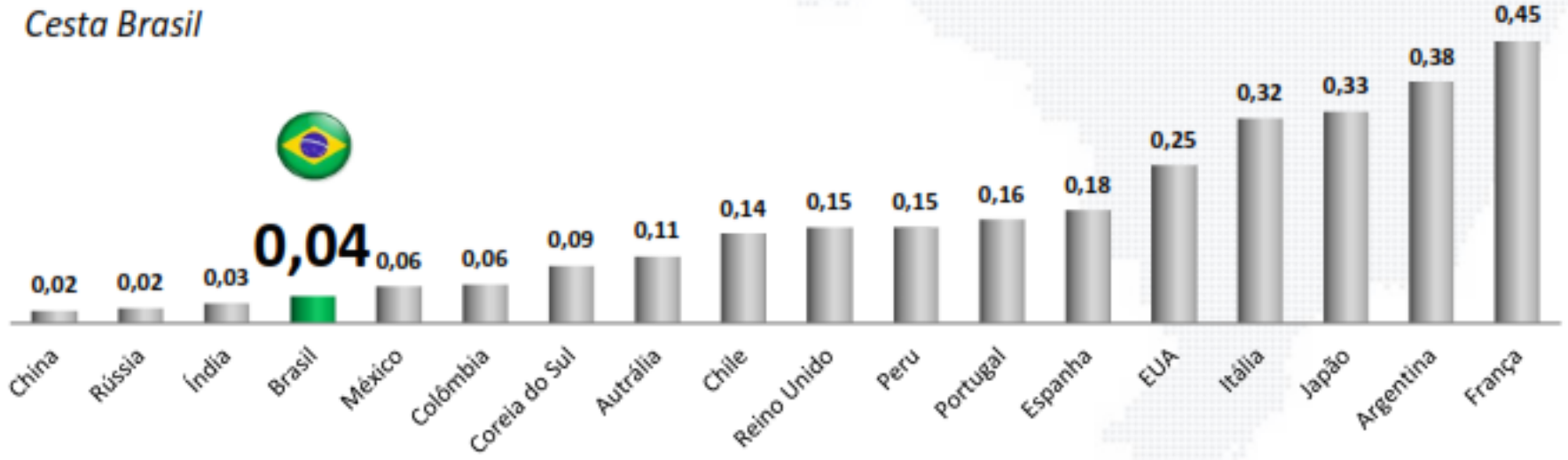


*Pesquisa TIC Domicílios 2014 e comScore

E o preço dos serviços continuam acessíveis

Minuto do celular no Brasil permanece entre os mais baratos do mundo

Preço do minuto no celular (US$)
com impostos
Cesta Brasil

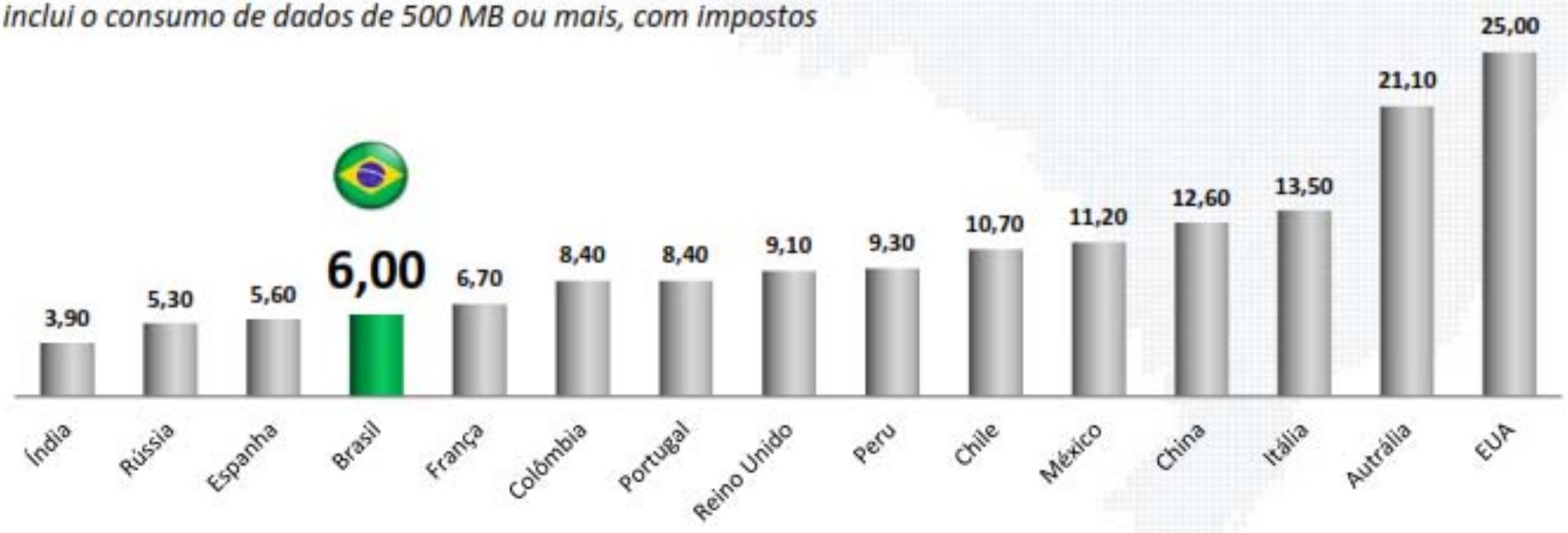


Fonte: Consultoria Teleco, relatório O Desempenho Comparado das Telecomunicações do Brasil Preços dos Serviços de Telecomunicações Serviço Móvel Pessoal Pré-Pago

O preço da banda larga móvel também está entre as mais baratas

Cesta da Banda Larga Móvel Pré-paga (US$)

inclui o consumo de dados de 500 MB ou mais, com impostos



Fonte: Consultoria Teleco, relatório O Desempenho Comparado das Telecomunicações do Brasil Preços dos Serviços de Telecomunicações Serviço Móvel Banda Larga Móvel

Desenvolvimento da Internet (2/2)

- **Investimentos significativos em infraestrutura de acesso e na ampliação e modernização das redes de transporte e acesso;**
- **Provedores de aplicação e provedores de acesso têm demandado grande quantidade de recursos de endereçamento de forma a identificar os inúmeros e diferentes tipos de dispositivos.**



Recursos de Endereçamento na Internet (1/3)

- Cada dispositivo que utiliza e está conectado à Internet é identificado por um número de endereço IP (Internet Protocol);
- Número deve ser único, para que não existam na Internet dois ou mais dispositivos com o mesmo endereço;
- Os endereços IP's identificam terminais (dispositivos) e não pessoas;
- Os dispositivos podem ser dos usuários ou equipamentos das redes das operadoras ou servidores de provedores de aplicação;



Recursos de Endereçamento na Internet (2/3)



- Para evitar a utilização de endereços IPs duplicados, sua distribuição tem que ser controlada.
- No mundo e no Brasil existe um conjunto de entidades que dividem esta responsabilidade em uma estrutura hierárquica.
- IANA (Mundo) -> LACNIC (América Latina) -> NIC.BR (Brasil)
- Versão 4 do protocolo IP (IPv4) possibilita 4,3 bilhões de endereços (4 grupos de 8 bits, totalizando 32 bits);

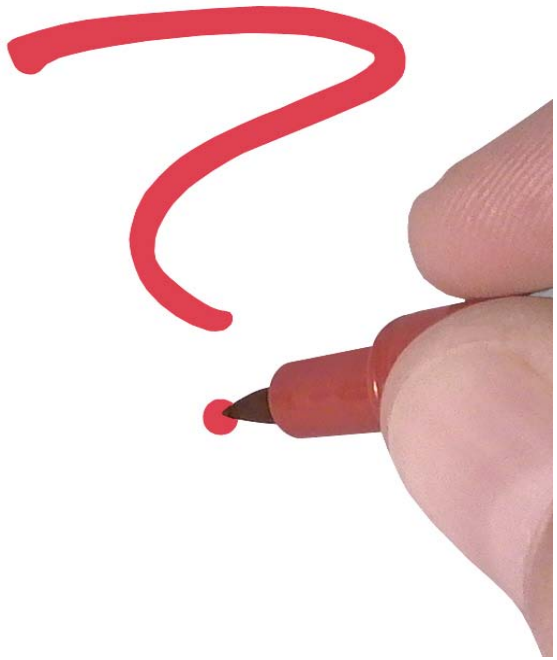
Recursos de Endereçamento na Internet (3/3)



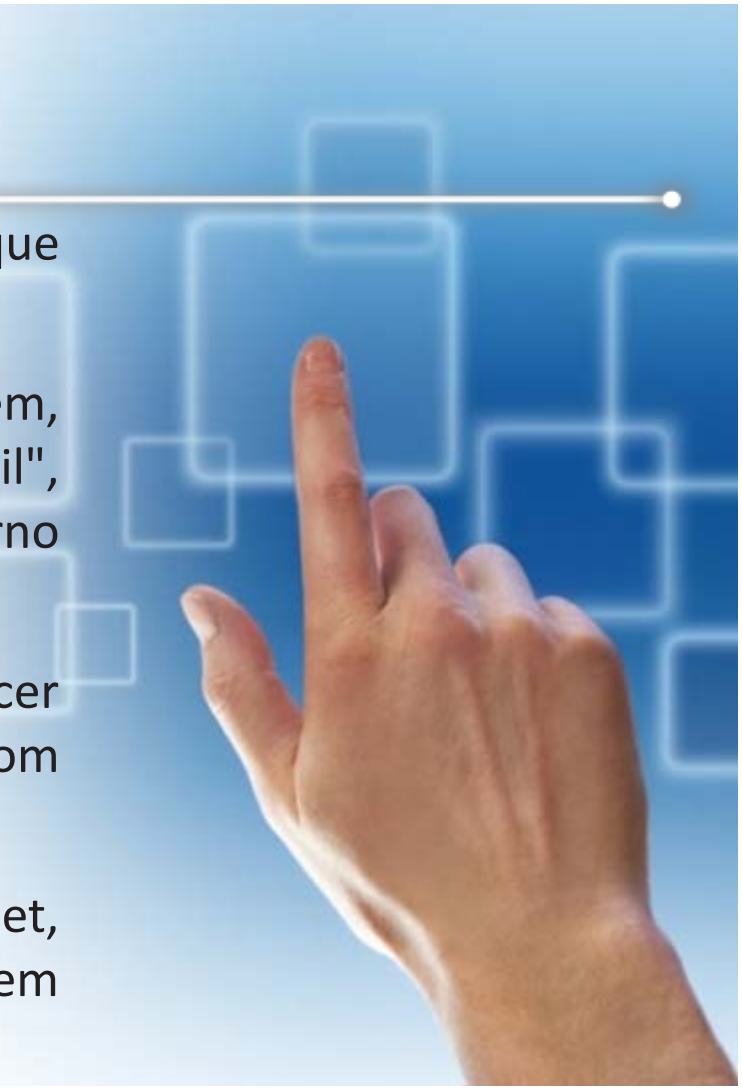
- Em meados de junho de 2014, NIC.br formaliza o esgotamento do estoque de endereços IPv4;
- Solução seria a migração para a nova versão do protocolo IP, o IPv6;
- O protocolo IPv6 trabalha com 8 conjuntos de 16 bits, o que totaliza 128 bits e por essa razão é possível alcançar 340 undecilhões de endereços, ou quase 48×10^{18} endereços por habitante do planeta terra.

Esgotamento do IPv4 e o Crescimento da Internet

- Desafio 1: como fazer a migração do IPv4 para o IPv6;
- Desafio 2: como conciliar o crescimento e interesse pela Internet e a demanda por novos endereços IPv4 por usuários e ISP's, provedores de aplicação em geral com o esgotamento do IPv4;
- Ameaça de esgotamento do IPv4 levou NIC.br a iniciar discussão sobre a migração (início de 2011);
- Participaram: Anatel, Ministério das Comunicações, Polícia Federal, Ministério Público, Demais Esferas do Governo Federal, ISP´s, Provedores de Aplicação (bancos, provedores de conteúdo, etc...);

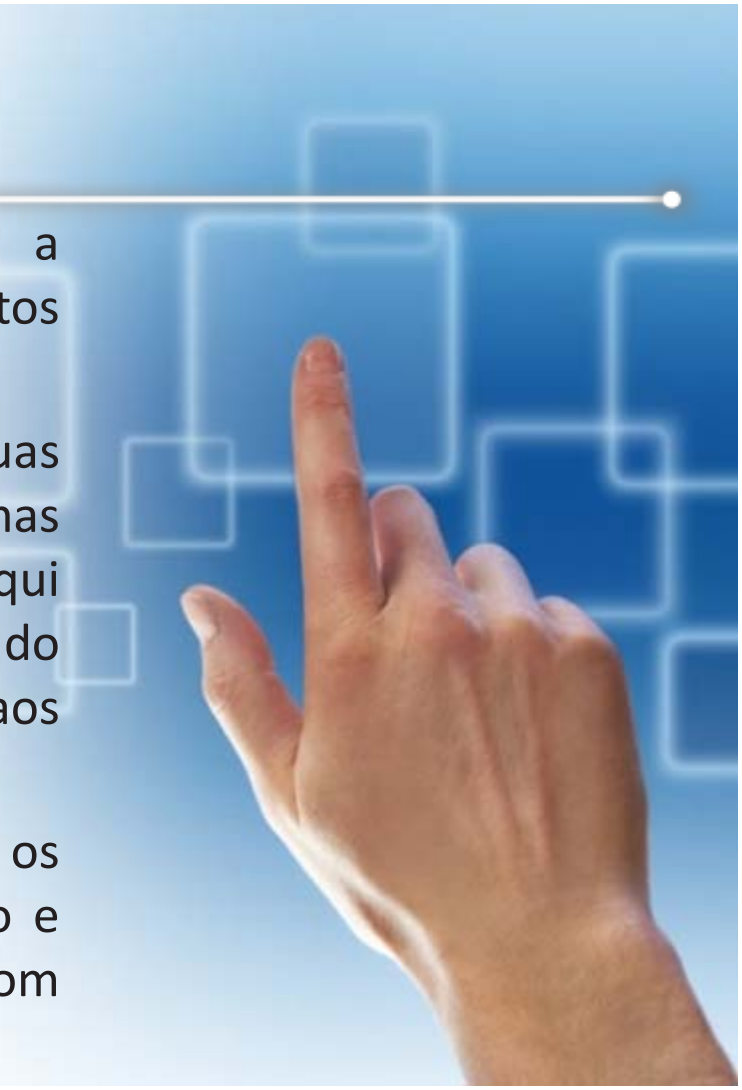


Migração do IPv4 para o IPv6 (1/2)



- Solução dependia de ação de todos os agentes que atuam na Internet:
- Provedores de Aplicação, tais como de Hospedagem, conteúdo, sítios Web em geral, serviços de "e-mail", comércio eletrônico, serviços bancários e de governo devem disponibilizar seus serviços em IPv6;
- Provedores de Acesso à Internet devem oferecer conectividade IPv6 de forma nativa, juntamente com conectividade IPv4;
- Fabricantes de equipamentos usados na Internet, incluindo-se, modems, roteadores e roteadores sem fio, devem oferecer eqptos compatíveis com IPv6;

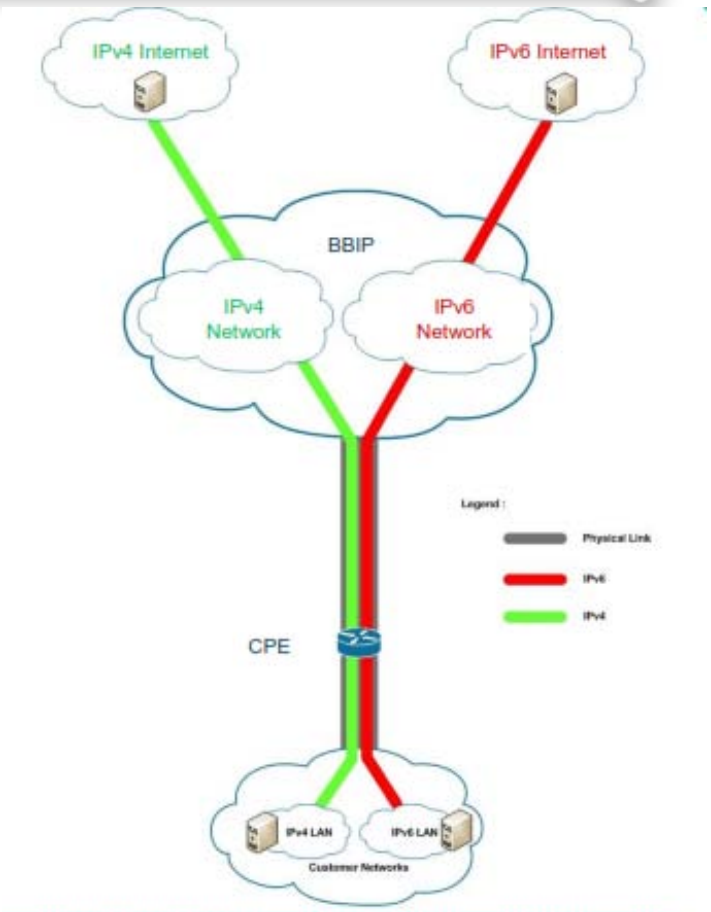
Migração do IPv4 para o IPv6 (2/2)



- Empresas usuárias da Internet devem realizar a implantação do IPv6 tanto em seus serviços expostos na Internet, como em sua rede interna;
- Governo, considerando os três poderes e suas diversas instâncias, deve estabelecer normas internas com cronograma conforme as datas aqui previstas e com metas claras para a implantação do IPv6, em especial nos serviços oferecidos aos cidadãos através da Internet;
- Universidades e centros de pesquisa, em especial os relacionados às disciplinas de redes, computação e Internet, devem implantar o IPv6 em suas redes com urgência.

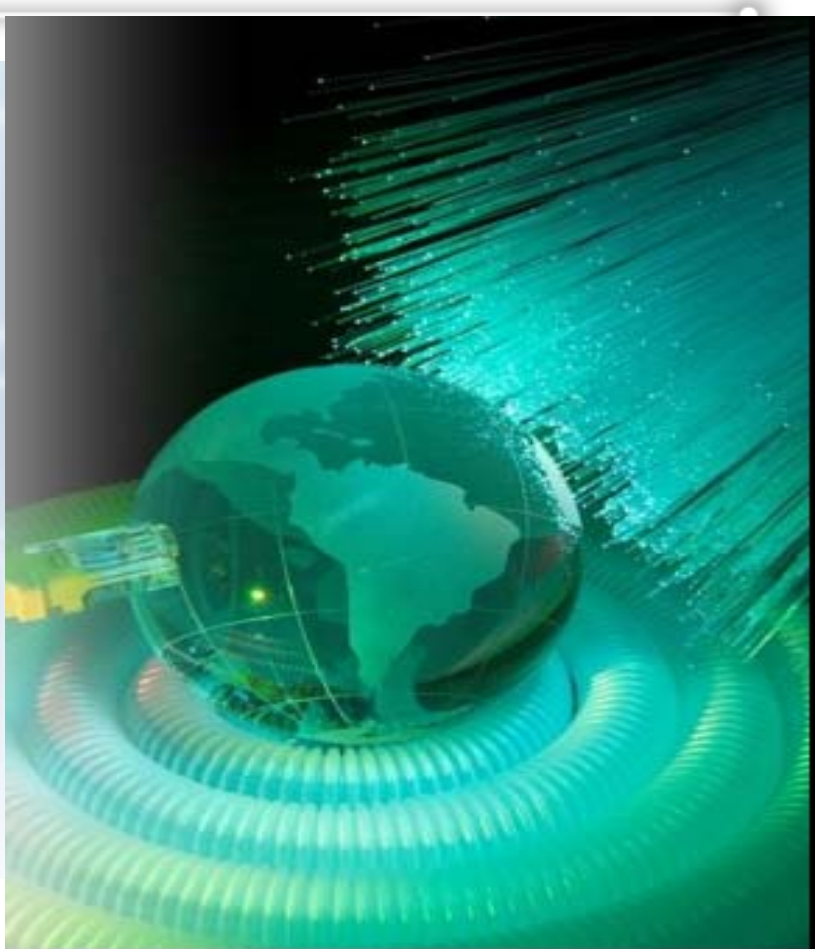
Mais Dificuldades para a Migração IPv4 -> IPv6

- Impossibilidade de migração simultânea de todos os usuários e provedores de aplicação;
- IPv4 e IPv6 não são compatíveis;
- Redes de Telecomunicações precisaram ser adaptadas para trabalhar com suporte simultâneo tanto em IPv4 como IPv6 -> “dual Stack”;
- Enquanto houver usuário e provedores de aplicação operando apenas em IPv4, prestadoras de Telecomunicações têm que oferecer simultaneamente um endereço IPv4 e outro IPv6;



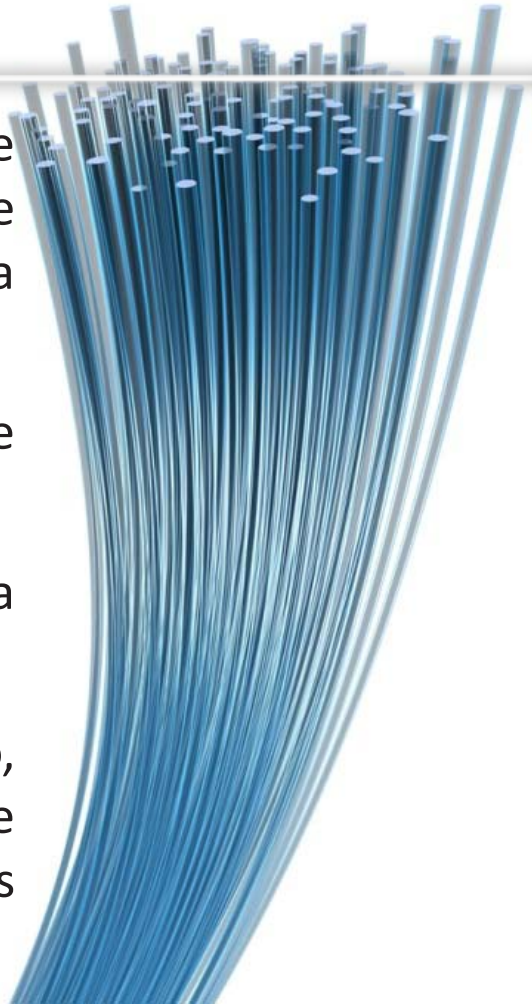
Mais Dificuldades para a Migração IPv4 -> IPv6

Se provedores de aplicações, incluindo governo (previsão de conclusão de migração para IPv6 é 2018), bancos, comércio eletrônico, provedores de conteúdo em geral, só disponibilizarem seus serviços em IPv4 e se mercado de varejo continuar vendendo CPE´s que só operam em IPv4, demanda por IPv4 continuará aumentando e operadoras poderão ter que estender uso do CGNAT



A solução de transição para a Migração

- Consenso entre os técnicos no âmbito do Nic.br e também na ANATEL que as Operadoras de Telecomunicações deveriam implementar uma solução paliativa para evitar o colapso da Internet;
- Solução de transição seria o compartilhamento de endereços IPv4;
- Contratação, Testes e Implantação de Plataforma CGNAT com Custo e Risco das Operadoras de Telecom;
- NAT 44 possibilita que diferentes usuários façam uso, em um mesmo instante de navegação na Internet de um mesmo endereço IPv4, mas em portas lógicas distintas;



Detalhes da Solução de Transição (1/2)

- Compartilhamento via NAT 44 se dá apenas para um determinado range de Endereços Privados de IPv4 (RFC 6598);
- Solução de Transição terá que se prolongar enquanto os demais agentes da Internet não migrarem para IPv6;
- Quanto mais tempo demorar a solução transição maior é a razão de compartilhamento dos endereços IPv4;
- Maioria das Operadoras priorizou o uso do NAT 44 nas redes móveis, mantendo as redes fixas apenas com IPv4 nativo;



Detalhes da Solução de Transição (2/2)

- Compartilhamento de endereços IPv4 leva a necessidade de provedores de acesso e também os provedores de aplicação guardarem as portas lógicas de origem;
- Operadoras de telecomunicações investiram e estão guardando a informação d a porta lógica de origem para viabilizar a identificação unívoca do dispositivo que fez uso de um determinado IP;
- Se provedor de aplicação não guardar a informação da porta lógica, dificultará ou inviabilizará a identificação do usuário de forma unívoca;



Oferta de IPv6 – Compromisso das Operadoras

- Disponibilizada a oferta de IPv6 – Peering – Trânsito em todos os principais pontos de troca de tráfego de Interligação e Interconexão;
- Até o final desse ano todas as operadoras estarão ofertando IPv6 nativo aos novos usuários nos principais centros por todo o Brasil;
- A partir de 2016, nas localidades onde não houver oferta de IPv6, as operadoras de telecomunicações devem alocar ao usuário, de forma dinâmica ou fixa, um endereço IPv4 público não compartilhado.
- O atendimento à base legada dependerá da capacidade da rede IPv6 implantada na localidade.



Deve ser registrado que nas regiões aonde há oferta do IPv6 nativo, mas a conexão à Internet não puder acontecer no novo protocolo em função dos CPE´s dos novos usuários ou da disponibilização do serviço pelos provedores de aplicação, o IPv4 compartilhado poderá continuar a ser ofertado



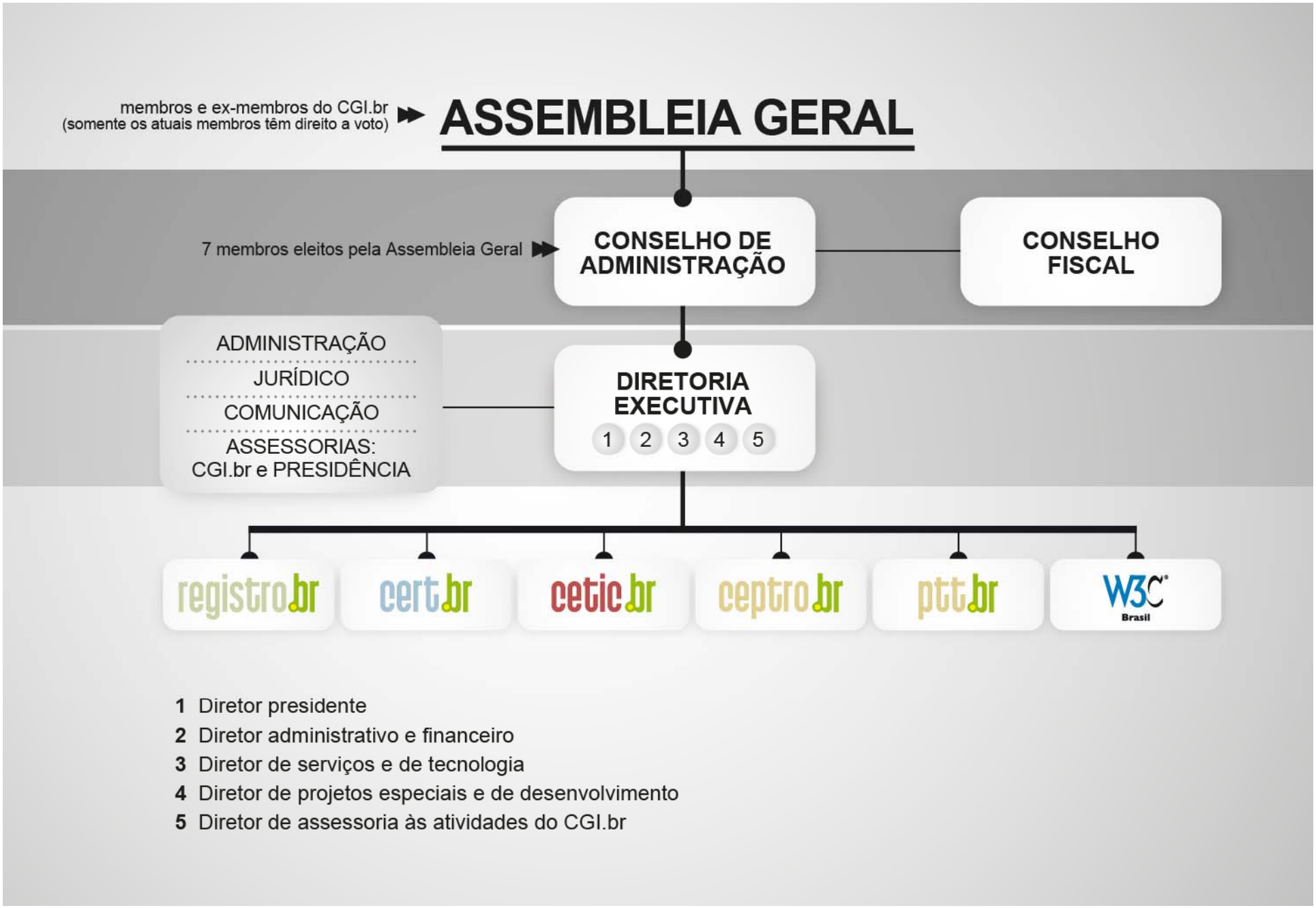
ALEXANDER CASTRO

alex@sinditelebrasil.org.br



IPv6
ceptro.br nic.br cgi.br


cgi.br
1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21
GOVERNO e SOCIEDADE CIVIL
Representantes do Governo:
1 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (coordenador)
2 Casa Civil da Presidência da República
3 Ministério das Comunicações
4 Ministério da Defesa
5 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
6 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
7 Agência Nacional de Telecomunicações
8 Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
9 Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de Ciência e Tecnologia
Representantes da Sociedade Civil:
10 Notório saber em assunto da Internet
11 a 14 Representantes do setor empresarial
• provedores de acesso e conteúdo da Internet
• provedores de infra-estrutura de telecomunicações
• indústria de bens de informática, de bens de telecomunicações e de software
• setor empresarial usuário
15 a 18 Representantes do terceiro setor
19 a 21 Representantes da comunidade científica e tecnológica



1 Diretor presidente
2 Diretor administrativo e financeiro
3 Diretor de serviços e de tecnologia
4 Diretor de projetos especiais e de desenvolvimento
5 Diretor de assessoria às atividades do CGI.br

nic.br cgi.br
ceptro.br
São Paulo, SP
03 de junho de 2015

Internet, características distintivas

- *A Internet é uma rede "**ponta-a-ponta**", ou seja, uma rede onde origem e destino conversam diretamente*
- *A função básica de um equipamento de rede (roteador) é **encaminhar** pacotes em direção a seu destino*
- *Para preservar sua capacidade de crescimento, o núcleo da rede deve ser **simples**, para que seja leve e escalável*
- *Quaisquer complexidades devem ser tratadas nas **bordas** da rede*
- ***Neutralidade** dos protocolos em relação ao conteúdo dos pacotes. - "permissionless inovation"*
- *Sempre que viável, trabalhar sem memorização do "estado das transações"- '**stateless**'*

Recursos com coordenação central

Identificadores alfanuméricos únicos (DNS)
(base de dados distribuída)
Servidores-raíz
Protocolos e definições técnicas (Portas usadas etc)
Números IP (versão 4 e versão 6)
(distribuição geográfica / roteamento)
Números de Sistemas Autônomos

*"A **name** indicates **what** we seek. An **address** indicates **where** it is. A **route** indicates **how** we get there"* *Jon Postel*

Internet, conceitos e padrões

IPv6

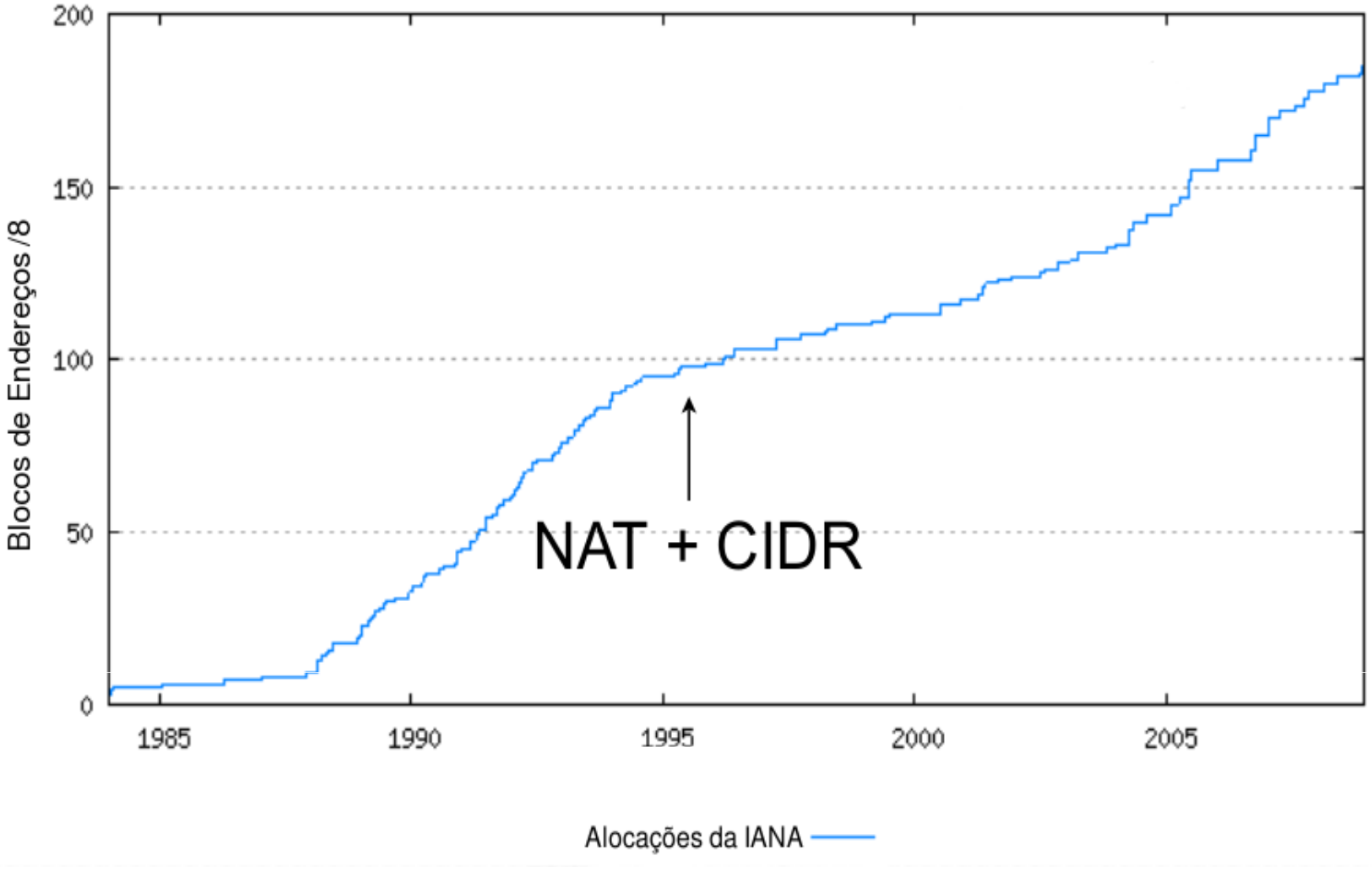
- ***RFC1883 - IP Internet Protocol, Version 6 (IPv6)***

  Specification - *S. Deering, R. Hinden [Dec 1995] (Obsoleted by: RFC2460)*

- ***RFC2460 – IP Internet Protocol, Version 6 (IPv6)***

  Specification *– S. Deering, R. Hinden [Dec 1998] Obsoletes RFC1883, Updated by RFC5095* ***Status: DRAFT STANDARD***

Situação IPv4 pós CIDR e NAT



IPv4 *vs.* IPv6

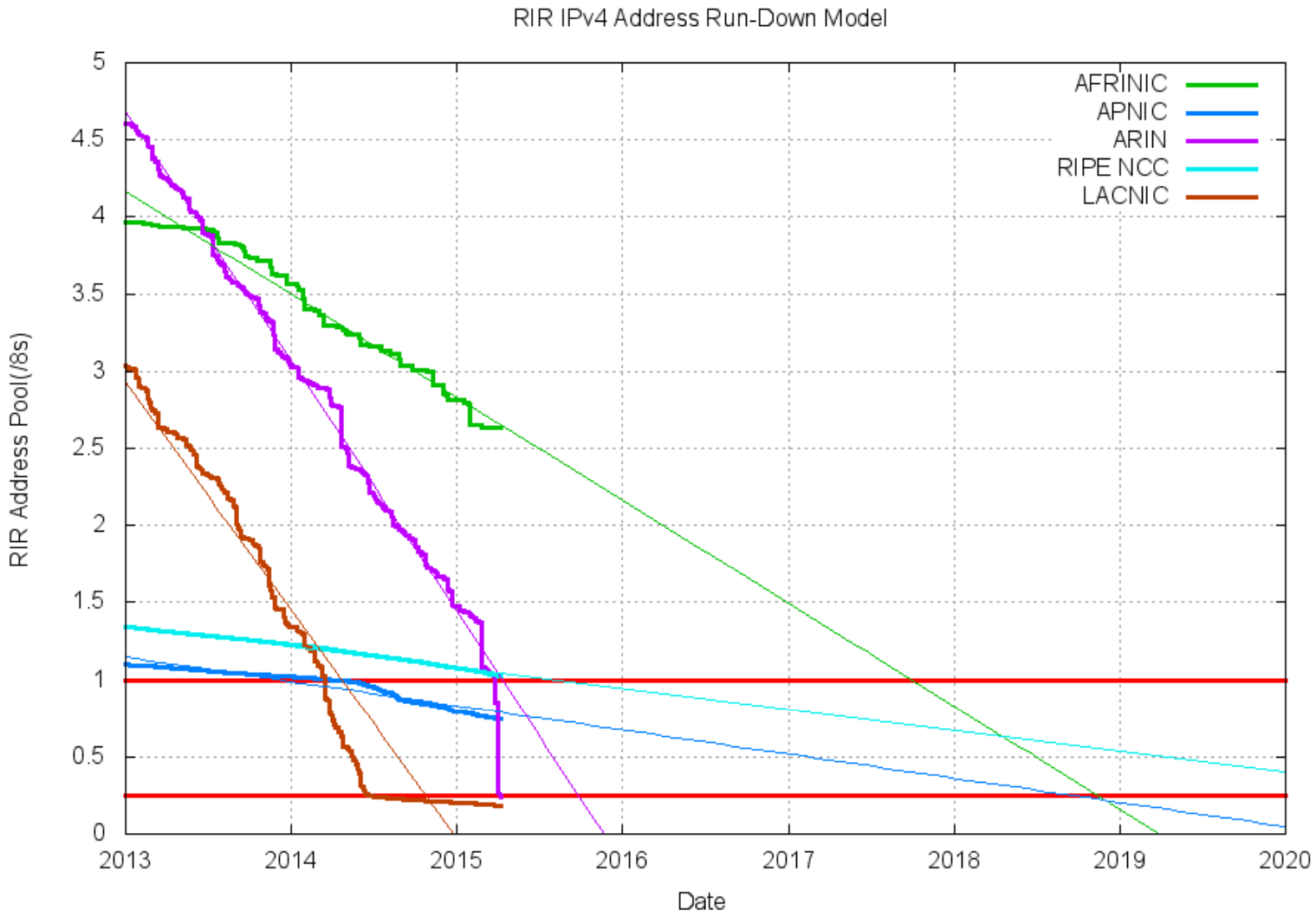
IPv4 - endereçamento de 32 bits, sendo possível obter **4.294.967.296** endereços (2^{32})

IPv6 - endereçamento de 128 bits, sendo possível obter

340.282.366.920.938.463.463.374.607.431.768.211.456 endereços (2^{128}).

http://www.ipv6forum.com/ipv6_enabled/approval_list.php

Esgotamento mundial do **IPv4**



NIC.BR

- Registro Internet Nacional
  (NIR - National Internet Registry)
- Membro fundador do LACNIC
  (Registro Internet Regional)
- Na América Latina há dois NIRs:
  o nic.br e o nic.mx (Brasil e México)

Registros Regionais

IANA - Internet Assigned Numbers Authority, desde 1998
uma função da ICANN



Esgotamento **IPv4**

- IANA – Fev/2011
- APNIC – Abr/2011
- RIPE/NCC – Set/2012
- LACNIC – Jun/2014
- ARIN – Set/2015
- AfriNIC – Jan/2019 (*projeções*)

Esgotamento **IPv4**

- Política redistribuição espaço recuperado IANA
  - Iniciada em Maio/2014, redistribuição de espaço recuperado pela IANA
  - Alocações em Março e Setembro cada ano
  - 1/5 espaço disponível para cada RIR
  - Já redistribuído mais de 4.9 milhões IPv4.
- Políticas de terminação “suave” ou de reserva para uso especial em alguns RIRs

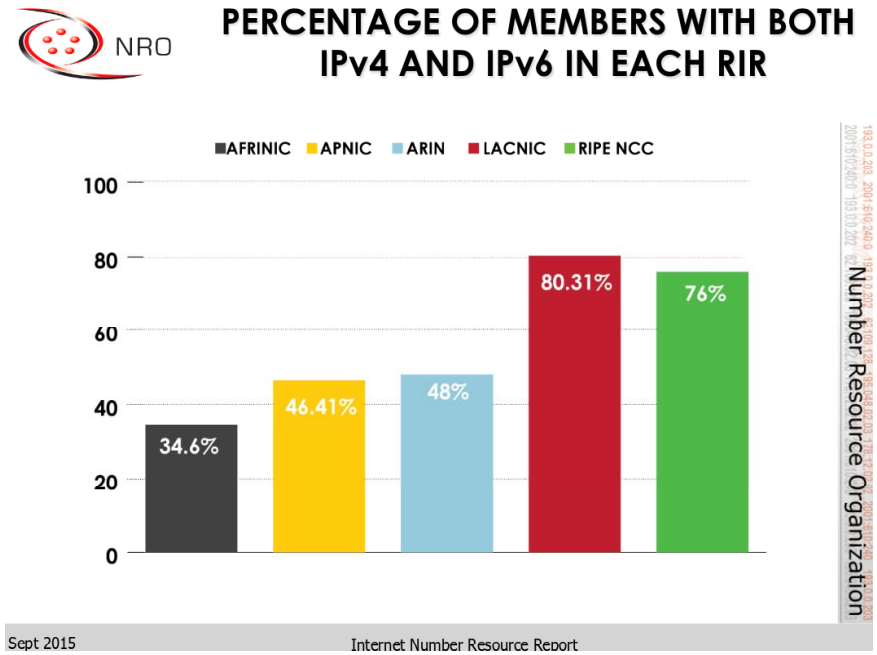
Esgotamento **IPv4**

- Terminação suave / espaço para uso especial
  - APNIC: último /8. Um único /22 equivalente para “membros/associados”
  - ARIN: /10 do último /8 para implementação IPv6. Entre /28 a /24
  - RIPE/NCC: último /8. Um único /22 equivalente para “membros/associados”
  - |LACNIC Reserva /10
    - *Fase 2* (atual) → qualquer um pode solicitar /22 (max) a cada 6 meses (min) - Atualmente ~ 2 milhões disponíveis
    - *Fase 3* → só quem nunca solicitou /22 (apenas 1 vez)

Alternativa: **IPv6**!

- Melhor e mais vantajosa a longo prazo.
- Políticas de alocação fomentadas em todos RIRs:
- terminação têm como requisito implementar IPv6.

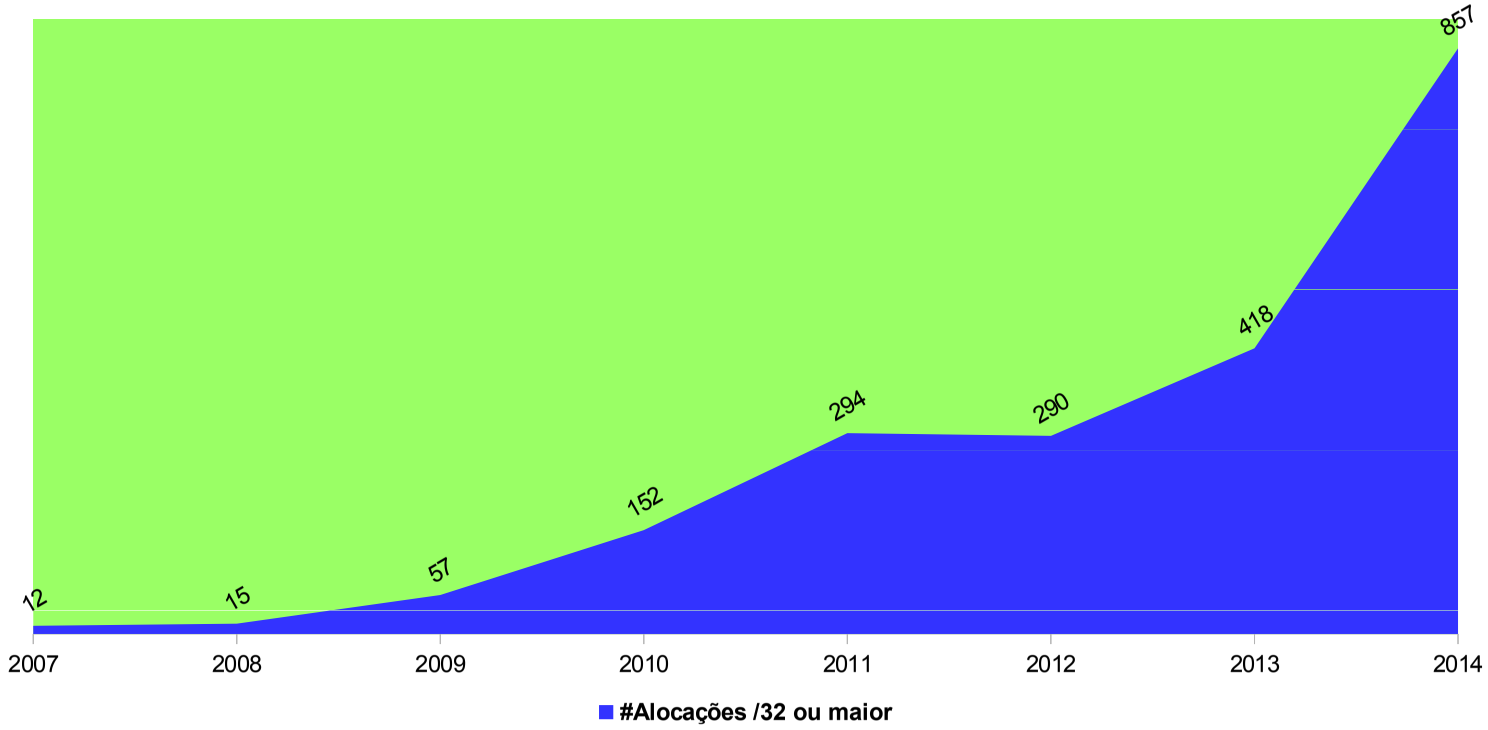
- No Brasil, mais de 85% dos detentores de ASN possuem alocação IPv6



https://www.nro.net/statistics

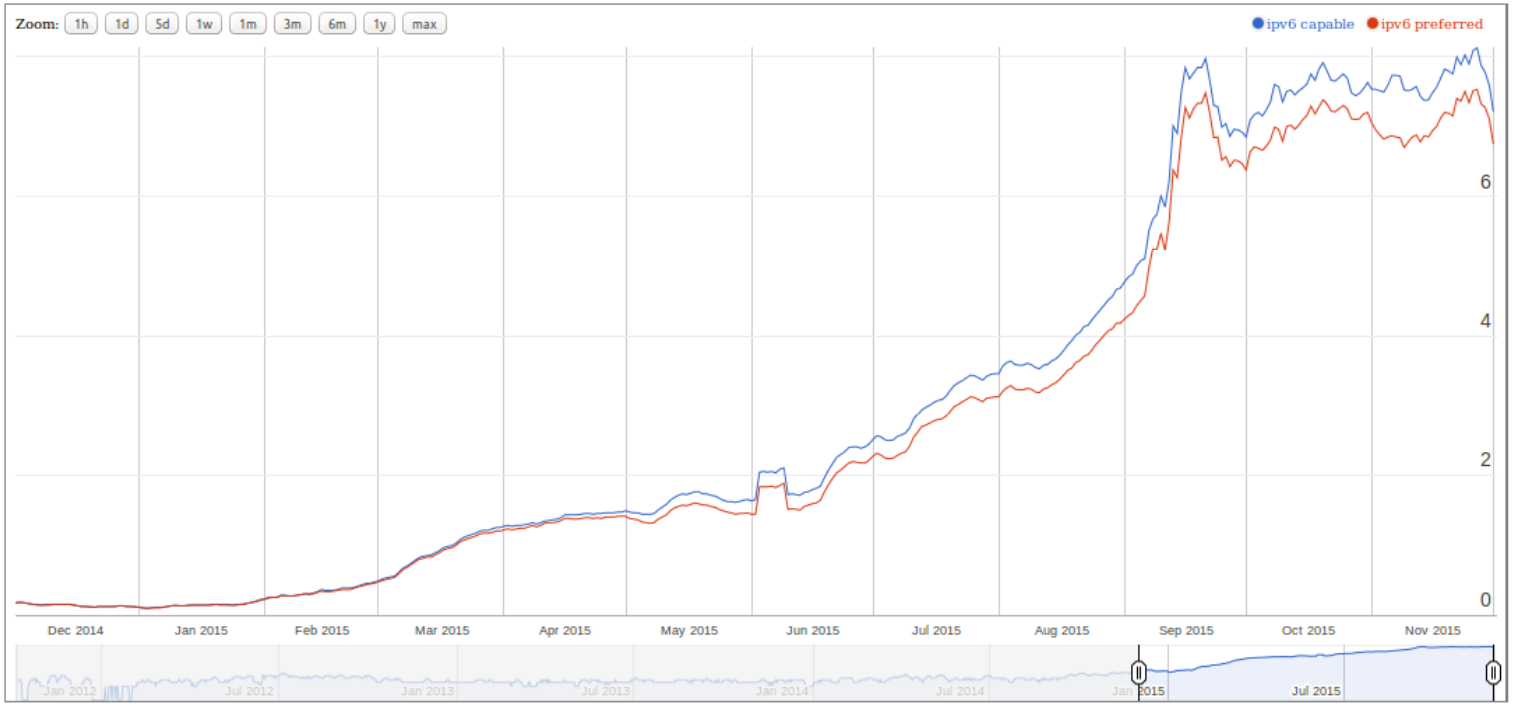
Alternativa: **IPv6**!

- Volume alocações BR



Alternativa: **IPv6**!

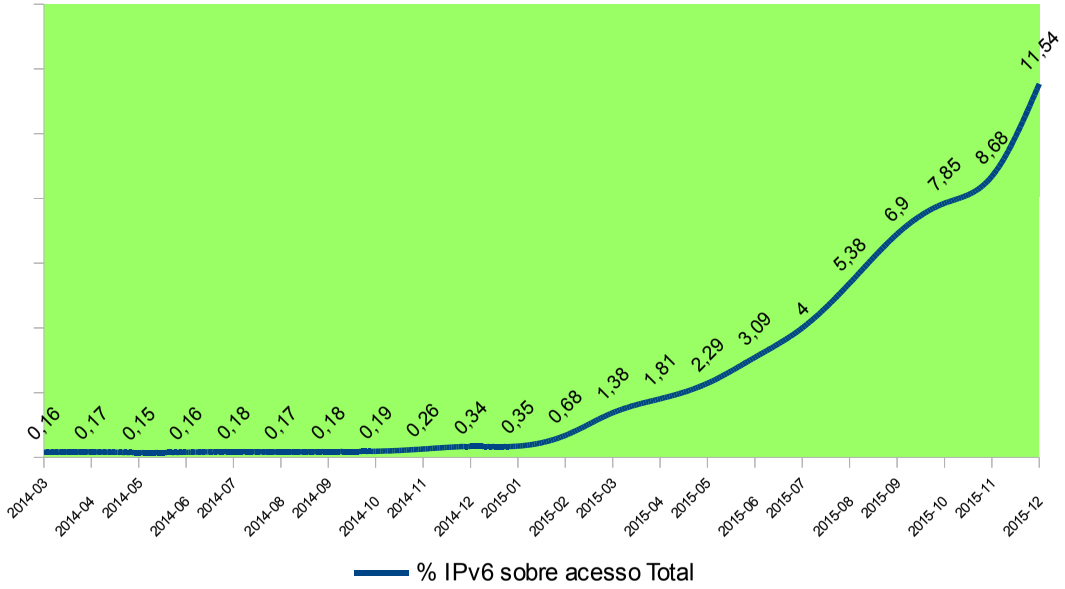
- Reflexo alocação / utilização (BR): *0,2 %* para ***7,5 %*** em um ano.



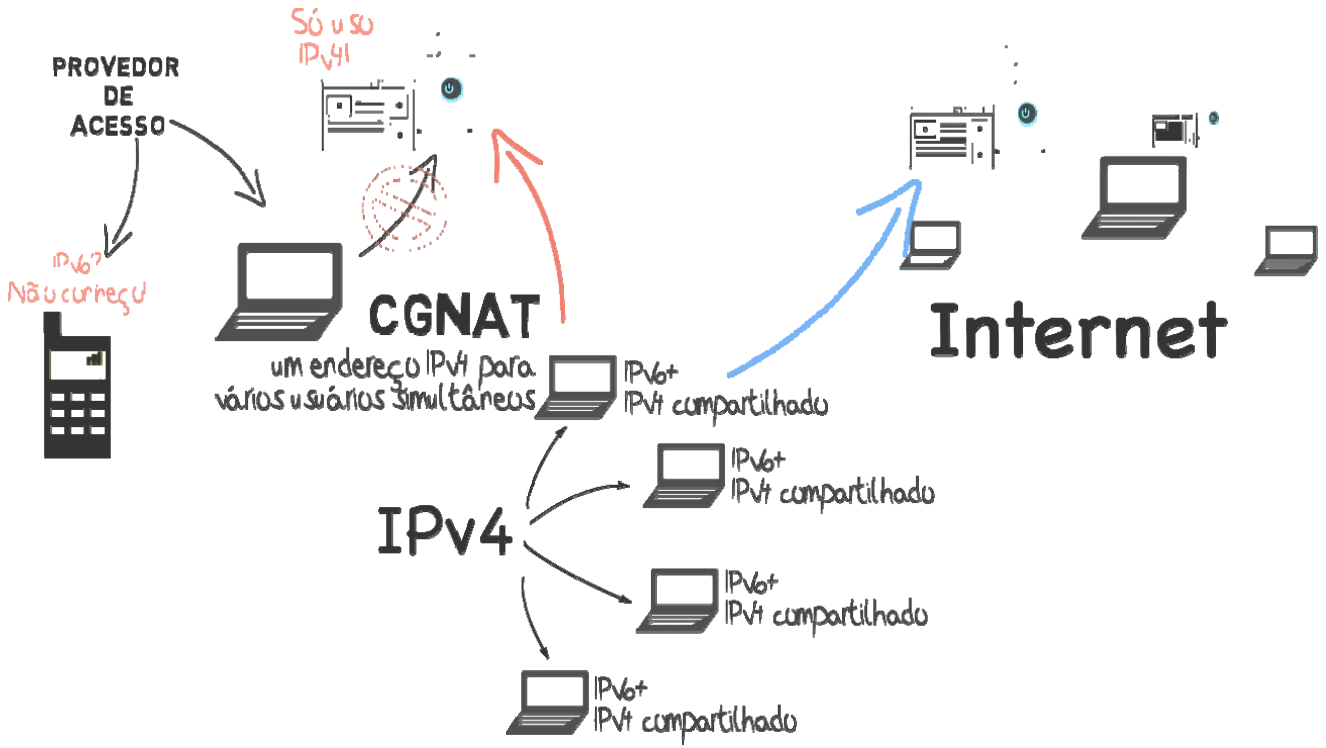
http://rosabaya.ceptro.br/ipv6-measurement-charts/

Alternativa: IPv6!

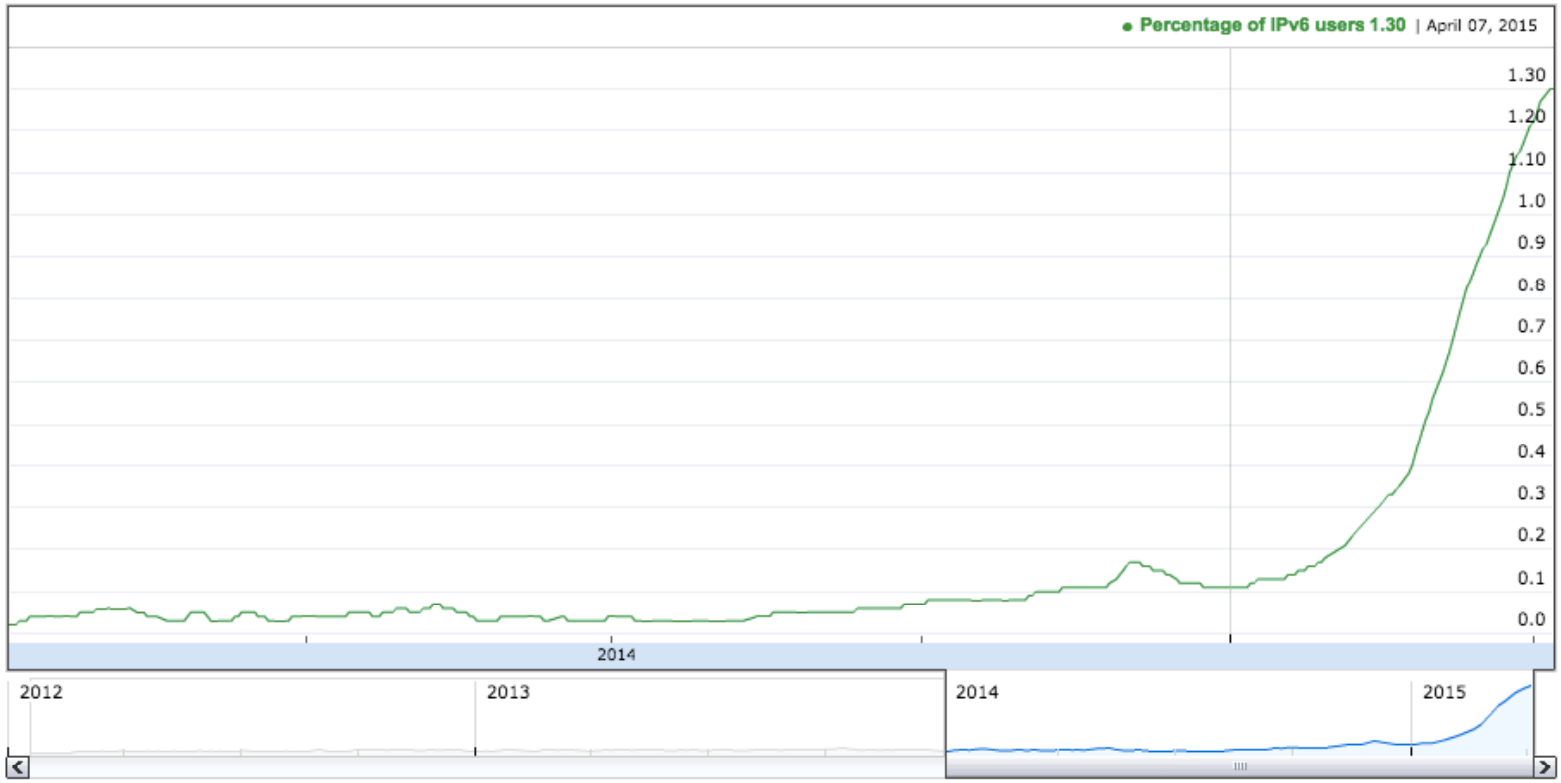
- Reflexo alocação / utilização (BR)
  - Acessos ao sistema do Registro.br: 0,34 para 11.54 % em um ano.



Como fazer **transição?**



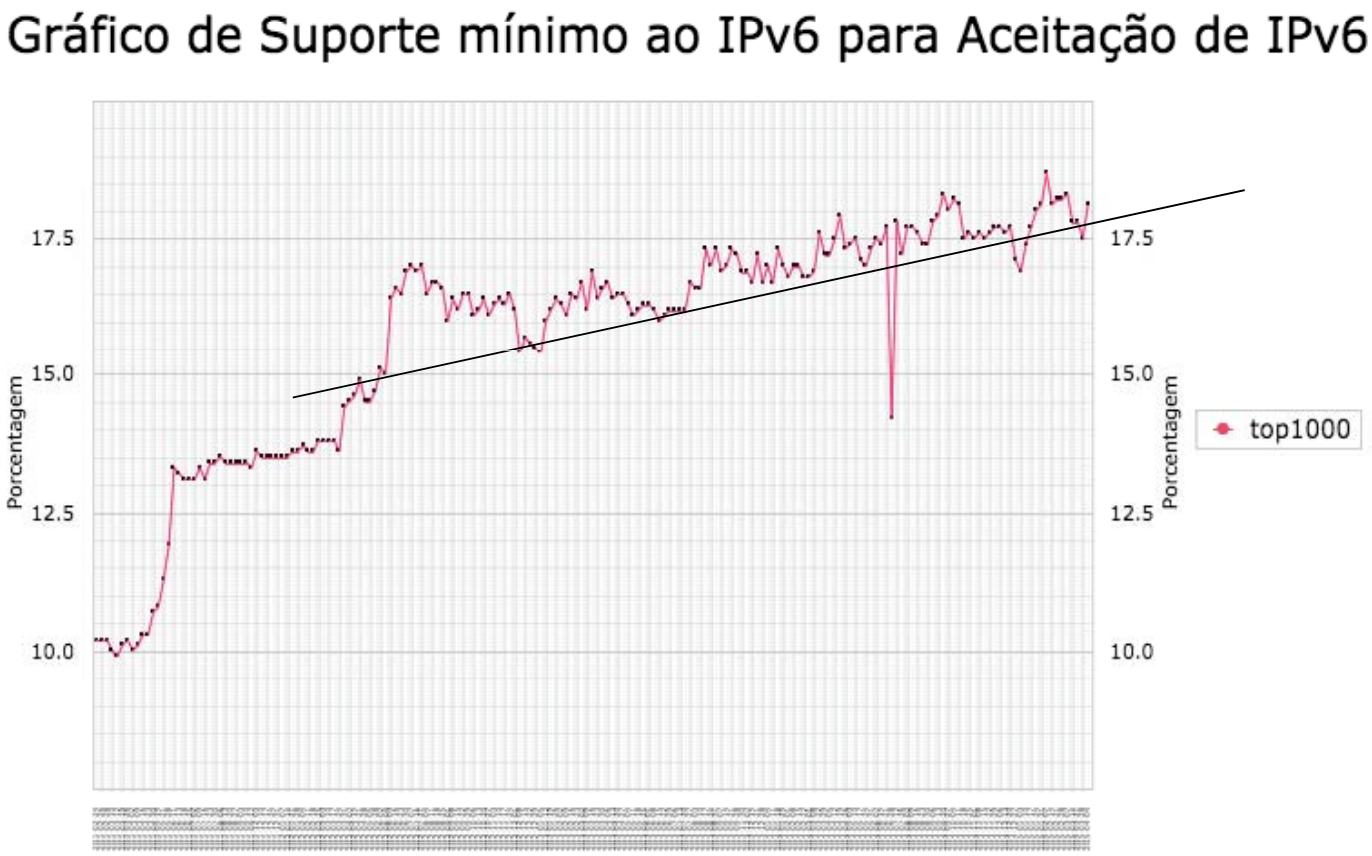
Quando os usuários terão **IPv6** em casa?



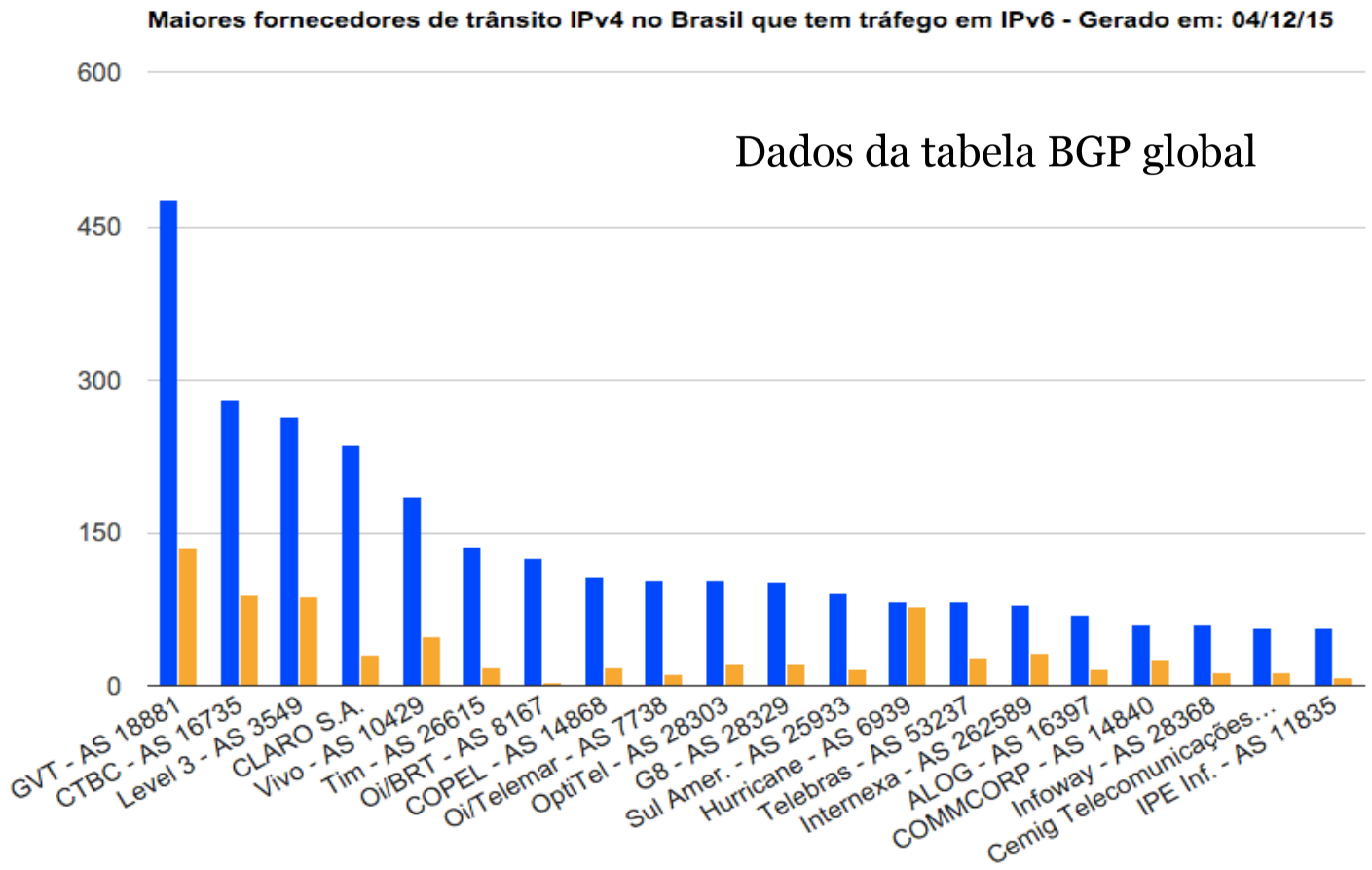
Porque migrar para **IPv6**

- O IPv4 está realmente esgotado!
- A Internet está MIGRANDO para o IPv6, no médio prazo não há alternativa
- A adoção do IPv6 evita os problemas do CGNAT
  - investimento em equipamentos
  - dupla tradução, usando o mesmo IPv4 e número de porta
  - possibilidade de lentidão e falta de conectividade
  - violação do princípio 'fim a fim'
- Os maiores serviços da Internet já ativaram o IPv6,

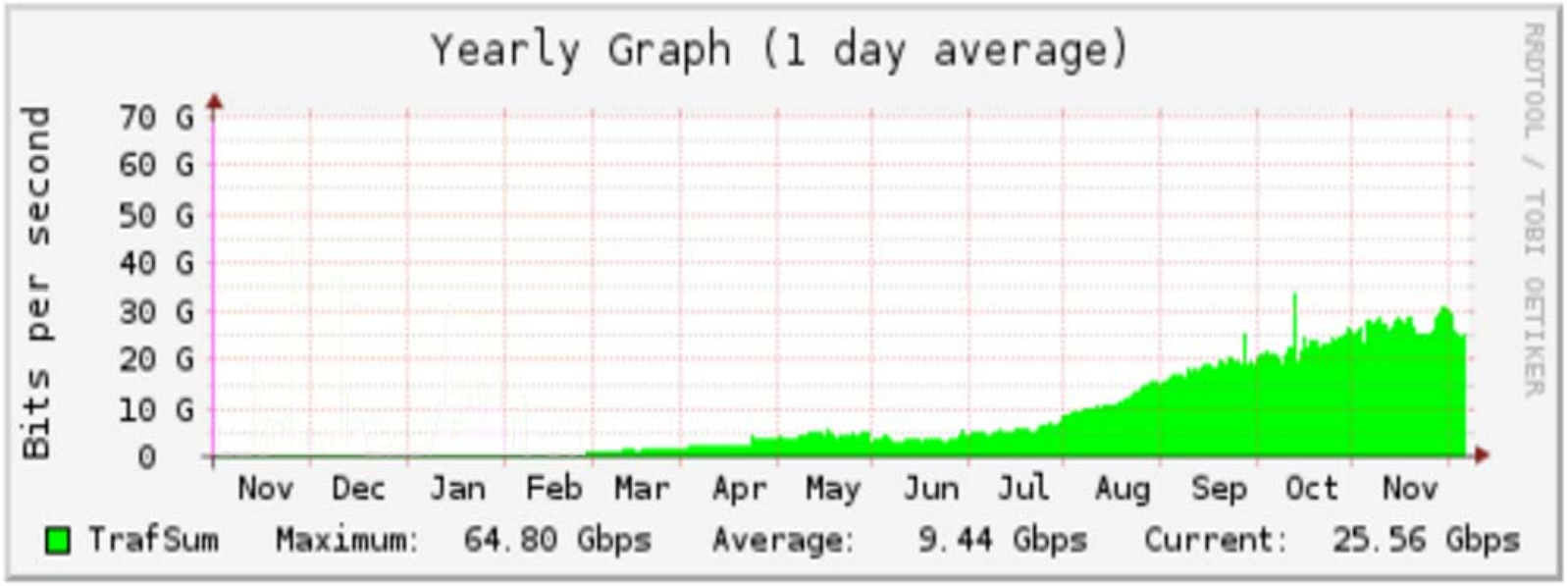
Sítios que já atendem IPv6, (“top sites”, Alexa)



Fornecedores de tráfego IPv6 em dez/2015



IPv6: Troca de trânsito no IX.br de SP



IX.br SP (PTT Metro)

Provedores: Hospedagem / Datacenters

- SERPRO
- Kinghost
- Cloudflare
- Amazon (EBL)
- ALOG
- UOL/Diveo
- Google (Blogger/Apps)
- Akamai
- Ovh
- Softlayer
- Digital Ocean



Resumo das mudanças e Cenário de Transição

- **Fim do IPv4** no Registro.br/NIC.br/LACNIC
- Grupo de trabalho sobre IPv6 na FEBRABAN e **teste piloto bem sucedido dos bancos**
- Planejamento do **Governo Federal**, com divulgação de cronograma: **35% dos sites com IPv6 até setembro/2015 e 100% dos sites até março/2016**
- GT-IPv6 na Anatel com o **cronograma das grandes telcos**: **IPv6 nos grandes centros para os novos usuários em Dez/2015**
- Aumento expressivo no número de usuários IPv6 e do trânsito IPv6 no Brasil em 2015

Obrigado!

www.ipv6.br

Moreiras/Patara/Demi

moreiras@nic.br, patara@nic.br, demi@nic.br

7 de dezembro de 2015

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Reiterando os agradecimentos, vejo que as palmas são um significado simbólico mas expressivo da nossa satisfação com o que foi discutido aqui hoje.

Agradeço aos dois, ao Conselheiro Rodrigo Zerbone e ao Dr. Alexander Castro, dizendo que, com certeza, em outras oportunidades poderemos estar juntos para discutir assuntos dessa magnitude.

Muito obrigado a todos.

Voltamos, então, com os nossos trabalhos às 14 horas.

(Iniciada às 9 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 10 minutos.)

Aprovada na 2ª reunião ordinária de 2016, realizada em 15 de fevereiro de 2016. Publique-se.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

7ª REUNIÃO (ORDINÁRIA)
DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2015, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 14H, NO PLENÁRIO Nº 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA

Ata Circunstanciada da 7ª reunião (ordinária) de 2015 do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, realizada em 07 de dezembro de 2015, segunda-feira, às 14h, no Plenário nº 7 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Conselheiro Miguel Ângelo Cançado, destinada à seguinte Ordem do Dia: ITEM 1 – Proposta de complementação do Parecer nº 8/2014, sobre violência contra profissionais de comunicação, elaborada pelo Conselheiro Celso Augusto Schoröder; ITEM 2 – Discussão sobre os efeitos da crise econômica sobre o setor da Comunicação Social; ITEM 3 – Discussão acerca de data e programação dos eventos do Conselho de Comunicação Social sobre "Incentivos de Produção Cultural"; "Restrições em Publicidade e Propaganda"; e "Migração das rádios AM para FM". Estiveram presentes os Srs. Conselheiros Titulares: MIGUEL ÂNGELO CANÇADO, Presidente; RONALDO LEMOS, Vice-Presidente; WALTER VIEIRA CENEVIVA, representante das empresas de rádio; JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA, representante das empresas de televisão; MARCELO ANTÔNO RECH, representante das empresas de imprensa escrita; CELSO AUGUSTO SCHRÖDER, representante da categoria profissional dos jornalistas; JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO, representante da categoria profissional dos radialistas; SYDNEY SANCHES, representante da categoria profissional dos artistas; PEDRO PABLO LAZZARINI, representante das categorias profissionais de cinema e vídeo; e MARCELO CORDEIRO, representante da sociedade civil. Estiveram presentes, também, os Conselheiros Suplentes: PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO, representante das empresas de rádio; MARIA CÉLIA FURTADO, representante das empresas de imprensa escrita; LILIANA NAKONECHNYJ, engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social; MARIA JOSÉ BRAGA, representante da categoria profissional dos jornalistas; ANTÔNIO CORTIZO, representante da categoria profissional dos radialistas; LUIZ ANTÔNIO GERACE DA ROCHA E SILVA, representante das categorias profissionais de cinema e vídeo; PATRÍCIA BLANCO, ISMAR DE OLIVEIRA SOARES, MURILLO DE ARAGÃO e DAVI EMERICH, representantes da sociedade civil.

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Boa tarde, Srªs e Srs. Conselheiros, Srªs e Srs. presentes, telespectadores, enfim, a todos os servidores do Senado, que sempre nos servem, e servem bem.

Havendo número legal, estando completo o nosso quórum, declaro aberta a 7ª Sessão, Ordinária, do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, que tem a seguinte Ordem do Dia, conforme convocação distribuída às Srªs e Srs. Conselheiros.

O primeiro item da nossa pauta – vamos esperar os nossos Colegas se acomodarem – é a Proposta de Complementação do Parecer nº 8, de 2014, que versa sobre violência contra profissionais de comunicação. O parecer foi elaborado pelo eminente Conselheiro Celso Schröder, que fará, na sequência, a apresentação do seu trabalho.

O item 2 da nossa pauta é a discussão dos efeitos da crise econômica sobre o setor de comunicação social. Se não me trai a memória, essa proposta é também de autoria do eminente Conselheiro Celso Schröder.

O item 3 é uma discussão acerca da data da programação dos eventos do Conselho de Comunicação Social sobre Incentivos de Produção Cultural, Restrições em Publicidade e Propaganda e Migração das Rádios AM para FM. Teremos o relatório de andamento das Comissões. Em seguida, a comunicação dos Conselheiros e a participação da sociedade civil. Essa é a pauta que temos para hoje.

Recebemos comunicação justificando ausências, dirigidas pelos Srs. Conselheiros a esta Presidência:

– do Conselheiro Roberto Franco, comunicando, na manhã de hoje, a impossibilidade de estar presente;

– do Conselheiro Fernando César Mesquita, na sexta-feira, que me ligou para justificar a sua ausência.

Na ausência de ambos, ficam automaticamente convocados – já estão presentes, e os cumprimento – os Conselheiros Liliana Nakonechnyj e Davi Emerich.

Temos, sobre a mesa, a Ata da 5ª reunião ordinária, realizada no mês de novembro. Consulto as Srªs e Srs. Conselheiros se podemos considerar dispensada a leitura.

Vejo que o Conselheiro Walter Ceneviva pretende se manifestar. É sobre a ata?

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Sim, Sr. Presidente. Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Boa tarde. Por favor.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Sr. Presidente, verifiquei, na leitura de atas anteriores, um comentário do Conselheiro Nascimento sobre o fato de não termos recebido as atas, o que me chamou a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Seu microfone parece não estar ligado. Pode checar? É para efeito da gravação e posterior degravação.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Está. O senhor me ouve?

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Sim, te ouço bem.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Ótimo.

O Conselheiro Nascimento comentou, em sessão anterior, o fato de que não teríamos recebido as atas, o que me chamou a atenção.

As notas taquigráficas estão disponíveis no *site* do Conselho de Comunicação, mas não têm sido distribuídas. Pareceu-me importante enfatizar esse aspecto, de tal maneira que todos saibam disso e possam se organizar. Não tenho nenhuma ressalva sobre o tema da ata, apenas acho importante informar isso. Ou seja, não é que tenhamos

recebido, ela está posta, disponível para nós e para os brasileiros em geral, no portal do Conselho de Comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Mas, V. Exª se refere à ata da sessão passada?

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Sim, um arquivo em pdf, como em outros tempos se recebia, mas hoje não.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Ela não foi distribuída? Foi enviada por *e-mail* a todos os Conselheiros. Eu próprio recebi.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Eu tenho recebido várias correspondências do Conselho, mas nenhuma ata.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Verdade? Eu vou pedir à assessoria, que já me ouve, naturalmente, que faça a verificação de quem não recebeu, além dos Conselheiros Walter Ceneviva e Nascimento Silva. Somente os dois? Vou pedir que chequem os endereços. Então, já está solicitado. V. Exª tem algo a acrescer? Eu peço à assessoria que verifique.

V. Exªs estão recebendo as demais comunicações e *e-mails* originados daqui?

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Alguma falha, talvez, no IPv6, de que tanto falamos hoje. Peço desculpas por isso. (*Risos.*)

O SR. DAVI EMERICH – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Pois não, Conselheiro Davi Emerich.

O SR. DAVI EMERICH – Com relação à ata, qual é o procedimento? A ata normalmente é muito grande – são as notas taquigráficas. Se quisermos – nós falamos aqui no improviso – fazer algumas correções, é possível? Em que hora isso pode ser feito, do ponto de vista de vocês?

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Agora é o momento. Nós estamos aprovando o que consta da ata da reunião anterior. Por isso, a preocupação de que ela...

O SR. DAVI EMERICH – Sim, mas, normalmente, se aprova no mesmo dia.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Sim. Por isso, a preocupação de que ela tenha sido distribuída e recebida por todos, previamente.

O SR. DAVI EMERICH – Eu não preparei o material. Então, deixa para a próxima.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Quanto a esta, V. Exªs pretendem que eu postergue a aprovação desta especificamente, a da 5ª Reunião, em razão de não terem...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Conselheiro Nascimento, Conselheiro Davi.

Eu consulto o Colegiado, em especial os que provocaram o tema, se podemos postergar para a próxima reunião a aprovação desta Ata, se não houver concordância pelo fato de que não tiveram oportunidade de ter acesso a ela. Pretendem que assim se faça? Ou podemos considerar aprovada? (*Pausa.*)

Walter Ceneviva abre mão.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Presidente, diante da posição do Conselheiro Davi, acho melhor aprovarmos na próxima reunião, porque ele tem algumas observações a fazer. São pequenas, mas ele tem. Diante desse posicionamento, eu acho melhor que aprovemos na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Está bom. Faço constar especificamente a motivação do adiamento, que já está gravada.

Conselheiro Ceneviva.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Obrigado, Presidente.

Eu tenho mandado meus comentários por *e-mail*. Como tenho oportunidade de ler antes, encaminho para a assessoria. É uma coisa que facilita.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – É melhor que se faça assim.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Presidente, eu o consulto, porque eu tenho um comentário sobre a Ata da 4ª Reunião, que é uma reunião da qual não participei. Este é o momento de fazer o comentário?

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Quanto a essa que já foi aprovada, peço a V. Exª que venha com o assunto ao final, porque aí faremos a correção.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Comunico que, no último...

O SR. NASCIMENTO SILVA – Sr. Presidente, desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Sobre o tema?

O SR. NASCIMENTO SILVA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Sim.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Vai fazer correção da fala dele ou nossa, já que ele não esteve presente?

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Vamos esperar o capítulo chegar e não antecipemos o próximo capítulo, quando ele vai tratar do assunto.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Obrigado. Valeu. É uma preocupação.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Eu comunico que, no dia 18 de novembro, o Congresso Nacional procedeu à eleição dos eminentes Conselheiros Maria Célia Furtado, que está presente entre nós e a quem eu peço que se levante, por favor; e Murillo de Aragão. (*Palmas.*)

Recebi delegação do eminente Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros, para que eu os empossasse no CCS. Peço que venham à mesa para assinar o termo de posse, por favor.

(*Procede-se à assinatura do termo de posse.*)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Agora, sim, a Conselheira Maria Célia Furtado passa a integrar o Conselho na condição de suplente, na representação das empresas de imprensa escrita, em substituição ao eminente Conselheiro Marcelo Rech; e o Conselheiro Murillo de Aragão, agora empossado, na condição de suplente na representação da sociedade civil, em substituição ao Conselheiro Marcelo Cordeiro.

Eu declaro empossados ambos.

Conselheiro Murillo, V. Exª e a Conselheira Maria Célia ficam com direito de indicarem à nossa assessoria quais comissões temáticas pretendem integrar a partir desta data. Bem-vindos ambos a este nosso Colegiado. Tenham um bom trabalho, uma boa *performance* – tenho certeza de que o terão.

Conselheiro Nascimento, é sobre a posse?

O SR. NASCIMENTO SILVA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Pois não.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Presidente, sem demérito nenhum com os empossados, tenho um questionamento. Quero saber como eles foram indicados, que entidades os indicaram ou se foi indicação do Senador Presidente da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Eu não tenho essa informação. Posso indagar a eles próprios, nesta assentada.

O SR. NASCIMENTO SILVA – O grande problema que temos aqui é que a sociedade civil indica e não é reconhecida. Nada contra, mas tudo contra.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – A Conselheira Maria Célia não representa a sociedade civil, mas as empresas de imprensa escrita.

V. Exª tem a palavra. Inclusive. Em razão da posse, eu lhe concedo a palavra.

Conselheiro Ceneviva, eu lhe passarei a palavra depois que ambos se manifestarem.

A SRª MARIA CÉLIA FURTADO – A Aner (Associação Nacional de Editores de Revistas) participa do Conselho já há alguns anos como representante da mídia impressa. E foi a Aner que fez a indicação do meu nome, substituindo a indicação anterior, que era o Dr. Lourival Santos, que fazia parte do Conselho.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Perfeito. Seja bem-vinda mais uma vez.

Conselheiro Murillo de Aragão, V. Exª quer prestar a informação solicitada pelo Conselheiro Nascimento ou quer que eu a solicite ao Presidente do Congresso?

Indago ao eminente Conselheiro que entidade o indicou ao Congresso Nacional. Naturalmente, V. Exª aqui está por eleição do Congresso, claro que em sessão conjunta das duas Casas. Indago ao eminente Conselheiro se temos informação quanto à entidade que sugeriu o seu nome ao Congresso Nacional.

O SR. MURILLO DE ARAGÃO – Instituto Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Instituto Brasília.

V. Exª está satisfeito? V. Exª tem alguma manifestação, eminente Conselheiro? Só essa?

O SR. MURILLO DE ARAGÃO – Não. Eu queria apenas aproveitar a ocasião para agradecer a honra e a responsabilidade. Fico muito feliz de encontrar várias pessoas que cruzaram com a minha trajetória profissional nesses quase 35 anos de Brasília. Quero homenagear, nessa trajetória de lembrança, o Ministro Cortizo, grande lutador das causas dos radialistas. Tenho a honra de conhecê-lo há quase 30 anos. E tantos outros, como Maria Célia Furtado e Paulo Machado Carvalho. É uma honra estar presente aqui e dizer que me esforçarei para colocar a minha experiência ligada às comunicações, como jornalista e como radialista, e como cientista político e advogado a este Conselho. Recebo esta responsabilidade com muita humildade e consciente da imensa responsabilidade que este Conselho tem perante o País, perante a sociedade, perante a cidadania.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Muito obrigado a V. Exª. Mais uma vez desejo, em nome do Colegiado, se me permitem todos, sucesso. Seja bem-vindo.

Conselheiro Ceneviva, V. Exª pediu a palavra?

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Sim, Sr. Presidente, é sobre o tema.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Pois não.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Obrigado.

Colado ao comentário do Conselheiro Nascimento, eu queria aproveitar para lembrar o fato de que o mandado de segurança que foi interposto contra a eleição do Conselho foi julgado improcedente. E a isso se cola o fato de que a assessoria, quando

nos informou a nomeação de dois novos Conselheiros, teve o cuidado, mais uma vez qualificado, de encaminhar a deliberação. Ou seja, o que havia de informação, de debate que fosse atribuído a nós conhecer, consta da Ata que foi distribuída a nós.

Fazendo uma ligação entre ambas as coisas, ou seja, a eleição de novos Conselheiros com o fato da decisão no Supremo Tribunal Federal, eu queria ponderar a todos que, de tudo o que possa haver em relação ao Conselho de Comunicação Social, o mais importante certamente será que ele exista e funcione. Poderá haver melhores legislaturas, poderá haver piores legislaturas, mas o fato que ele, fechado, é o pior dos mundos. De maneira que, fazendo isso tudo, lamento que possa ter havido quem preferisse acabar com o Conselho de Comunicação Social. Saúdo o fato de que ele tenha sido operativo já nesta legislatura. E tenho certeza de que vai produzir ainda muito mais.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Muito obrigado.

Recebi, no último dia 2 de dezembro, comunicado com o pedido de renúncia, dirigido a mim, pelo eminente Conselheiro Henrique Eduardo Alves, atual Ministro do Turismo.

Eu estou comunicando o fato ao Presidente do Senado, Renan Calheiros, para que o novo indicado seja eleito pelo Congresso Nacional. De modo que o Ministro, que completaria nesta assentada seis sessões alternadas – no caso dele, acho que seguidas; justificadas todas, mas na regra regimental –, já perderia o mandato, mas S. Exª preferiu renunciar.

Estou comunicando o fato ao Presidente do Congresso Nacional.

Conforme adiantado pelo Conselheiro Walter Ceneviva, o Supremo Tribunal Federal julgou – o eminente Conselheiro Davi Emerich distribuiu para nós, recentemente, o andamento desse mandado de segurança – o mandado de segurança impetrado por alguns Parlamentares, sete ou oito, se não me trai a memória, em que questionava a eleição de alguns dos membros deste Colegiado. Eu havia encaminhado um convite à Deputada Luiza Erundina para que ela viesse ou nos recebesse para um diálogo, ainda que crítico. Sabemos que S. Exª tem uma opinião crítica quanto ao funcionamento do Conselho, quanto a diversas questões. Eu até disse aqui, na reunião em que sugeri essa visita, em que fui apoiado por todos os membros do Colegiado, que, se há algo que me instiga e que sempre me instigou muito nas minhas atividades todas, particularmente nas atividades que desenvolvi na Ordem dos Advogados do Brasil – até porque advogado, e advogado é talhado para isso –, é o contraditório, o enfrentamento, o bom debate.

A eminente Deputada nos respondeu que não tinha interesse na interlocução com esta Presidência nem com o Colegiado enquanto a matéria não fosse decidida pelo Supremo Tribunal Federal. A matéria já está por lá decidida. Vou avaliar se é o caso – colho, inclusive, opiniões – de renovar o convite, porque o assunto já está superado no Poder Judiciário. Pelo que verifiquei, já com trânsito em julgado da decisão.

Conselheiro Ceneviva.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Obrigado, Presidente.

Apenas um registro de fato: V. Exª mencionou que haveria uma divergência em relação à eleição de alguns Conselheiros. No entanto, eu leio aqui, na decisão do próprio Ministro Celso de Mello, que o pedido era "a suspensão cautelar da eficácia da votação para escolha dos integrantes do Conselho de Comunicação Social, objeto da sessão conjunta do Congresso Nacional, realizada no dia 8 de julho". Portanto, o objeto era a suspensão da eleição como um todo, e havia o efeito prático – que eu critico e lamento

que tenha sido adotada essa iniciativa – de fazer com que não existisse Conselho de Comunicação Social.

O registro, de fato, é importante, porque, insisto: a existência do Conselho de Comunicação Social é um valor para a democracia em si mesmo. Houve tempo em que não havia esse Conselho de Comunicação Social funcionando. O fato de que ele exista, apesar dessa minoria parlamentar derrotada ter insistido em judicializar esse assunto, deve ser enaltecido. É melhor um mau Conselho de Comunicação Social do que um conselho sumido, desaparecido e não operante.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Eu agradeço a V. Exª pela correção.

De fato, a discussão estabelecida no mandato de segurança é mesmo quanto à sessão do Congresso Nacional. Parece-me que questionavam quórum e a própria forma de convocação daquela sessão. De modo que vale, sim – muito bem posta –, a correção de V. Exª.

Penso até que os nossos críticos – e ainda bem que os há – podem mesmo vir debater conosco aqui.

Ainda hoje eu dizia, quando encerrávamos este debate acerca de um seminário que hoje realizamos, acerca da transição IPv4 para IPv6, em que hoje aprendemos tanto, que nada mais importante do que darmos efetividade e visibilidade aos nossos trabalhos, às nossas discussões, até como um debate dialético, um debate de ideias.

Há que ser respeitada, mas pena que a eminente Parlamentar não quis aceder ao convite que a ela fiz.

Comunico que a EBC encaminhou, por Ofício nº 84, a ata da 58ª reunião do seu Conselho Curador.

Alguma observação sobre essa ata? Já falamos aqui sobre a importância de darmos a devida atenção a essas atas.

O eminente Conselheiro Walter Ceneviva encaminhou, no último dia 4 de dezembro, *e-mail* a todos nós, que até já foi comentado aqui hoje, se não me engano, sobre a consulta pública do Ministério das Comunicações, que está aberta e, como dito aqui hoje, com prazo muito restrito, para a rediscussão do atual modelo de prestação de serviço de telecomunicação no Brasil.

S. Exª sugeriu que trouxéssemos esse tema para cá, porque, afinal de contas, trata do marco normativo setorial, um tema importantíssimo para as questões afetas ao Conselho de Comunicação Social.

Eu estou, como falei naquele *e-mail*, trazendo o tema a uma discussão prévia, mas consulto – temos uma pauta previamente definida – se voltamos, se devemos deliberar por voltar a esse tema ainda hoje, se o nosso tempo for adequado para isso.

Conselheiro Ceneviva, que é autor da consulta ou proposta.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Registro de fato, Presidente, que o prazo para manifestação é 23 de dezembro, de tal maneira que, se não tratarmos desse tema hoje, não trataremos mais.

Com isso, não quero desordenar a pauta, mas quero dividir com meus pares a preocupação de que, ainda que seja para pedirmos um adiamento do prazo, se não nos pronunciarmos agora, não nos pronunciaremos mais.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – V. Exª está sugerindo que façamos algum tipo de inversão na pauta ou superação dos temas? Porque temos três

temas previamente agendados. Tenho que todos eles poderão ser superados rapidamente, e podemos tratar desse assunto na sequência, como item extrapauta. Pode ser? Ficamos deliberados assim? (*Pausa.*)

Então, dou sequência aqui, até para otimizar os trabalhos.

Sobre os pontos até aqui abordados, alguma manifestação mais?

Na medida em que fui falando, os conselheiros já foram se manifestando.

Então, temos, como item 1 da Ordem do Dia, a complementação do Parecer nº 8 de 2014, que versa sobre violência contra profissionais de comunicação.

É de autoria do eminente Conselheiro Celso Schröder, a quem passo a palavra.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Obrigado, Presidente. Vamos ver como é que encaminhamos isso.

Na verdade, é um parecer sobre uma análise feita, em parte, na gestão anterior, pela nossa Conselheira Wrana Panizzi a partir de uma provocação feita pelo nosso Vice-Presidente, o Ronaldo Lemos, na questão da segurança. Houve um debate longo, os Conselheiros que fizeram parte da gestão passada devem se lembrar. Aos Conselheiros novos, quero só dar ênfase de que foi feito um debate bastante longo em que a Fenaj, a Federação Nacional dos Jornalistas, inclusive teve um papel importante, na medida em que tinha uma série de propostas e ações.

Esse parecer foi aprovado, Presidente, com uma análise que a Relatora fazia a partir, inclusive, de documentos da Federação Nacional dos Jornalistas, a Fenaj, com dados nossos, e encaminhava de uma maneira – no nosso ponto de vista e isso foi referido naquele momento, e por isso, parece-me que retomamos – com insuficiência na decisão.

O que ela encaminhava? Ela encaminhava: "a análise e adoção de políticas públicas e ações visualizando a realização e implementação das propostas acima, bem como estabelecimento de mecanismos de acompanhamento e monitoramento permanente e reiterar sua posição quanto à qualquer tipo de assunto". Ou seja, era uma posição genérica, porque, de alguma maneira, não incorporou as propostas que tínhamos feito.

Então, o relato que faço é que pegamos o parecer da nossa Conselheira Wrana e o mantivemos quase na íntegra, com algumas correções. Mantivemos na íntegra, com algumas referências que não estavam feitas à Fenaj, e modificamos a última parte da conclusão, que se transforma assim:

> O Conselho de Comunicação Social sugere a análise, elaboração e adoção de políticas públicas e ações visando à implementação das propostas acima [que era uma série de recomendações em que não mexemos] e aponta como primeira medida a criação do observatório.

Era isso que estava faltando, porque, naquele momento, já estava criado, do ponto de vista da indicação do Executivo, esse observatório da violência contra comunicadores no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Na verdade, isso aqui depois ficou, junto com grupos de trabalho, com o Ministério da Justiça. Esse observatório foi constituído, só não foi ainda implementado, pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. E a criação de um protocolo de atuação para as polícias no âmbito do Ministério da Justiça. Esse protocolo,

nós também o iniciamos com o Ministério da Justiça, tivemos uma diferença do ponto de vista do protocolo e agora ficou de ser encaminhado.

Então, na verdade, são duas ações, Presidente, que estão em andamento e que entrariam nesse nosso relatório como ações concretas a serem feitas, ou seja, não há novidade nenhuma, não há nada novo na decisão, apenas incorpora duas ações concretas que foram feitas a partir daquela preocupação que o Conselho manifestou naquele momento.

E, termino: o Conselho de Comunicação Social, a despeito dos limites das propostas apresentadas quanto à sua efetividade positiva, recomenda a sua aprovação. Ou seja, então recomendamos a aprovação do projeto de lei – e esse tinha sido aprovado na Comissão – e não pode ser contra a adoção de medidas de proteção. Portanto, o projeto de lei, embora insuficiente – essa era a nossa preocupação –, embora redundante em algumas questões, pode ser aprovado segundo o relatório, porque, enfim, trata de equipamentos de proteção, e traríamos esses dois elementos novos aqui, simplesmente isso, Presidente.

Coloco-me à disposição daqueles, principalmente dos Conselheiros que, porventura, não estão cientes do problema. Peço desculpas, na medida em que foi só distribuído hoje isso em função, primeiro, de um atraso nosso e, segundo, de um problema técnico: não baixou, por alguma razão, o anexo, então, tivemos que tirar cópia agora e agradeço, mais uma vez, à Secretaria que foi muito eficiente nisso.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Perfeito. Eu coloco a matéria em discussão previamente, consultando os integrantes do Colegiado se, mesmo não tendo recebido o texto e a vista de – eu não me lembro se foi distribuída, até consulto a assessoria se o parecer anterior foi distribuído?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Ambos foram distribuídos hoje.

Eu consulto se discutimos nessa sentada. (*Pausa.*)

A matéria está em discussão, com essa possibilidade de necessitar de mais um tempo para uma melhor análise, em razão da distribuição neste momento ou se podemos enfrentar o mérito da questão?

O SR. DAVI EMERICH – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Conselheiro Davi.

O SR. DAVI EMERICH – Eu já tinha lido esse parecer que foi de uma gestão de que não participei.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Gestão passada.

O SR. DAVI EMERICH – Da gestão passada. E vi aqui que o Conselheiro Schröder acresce três parágrafos apenas, ou seja, não altera o teor do parecer anterior, portanto, da minha parte não haveria nenhum problema em aprovar o parecer. No entanto, me parece também que, como ele foi distribuído hoje e, em se tratando de um assunto muito importante, se a gente desse mais um prazo próximo para que todo mundo tivesse acesso – temos conselheiros novos – faríamos uma discussão mais aprofundada dessa questão. Eu acho que isso não traria nenhum prejuízo ao documento. Então, eu proporia que realmente o documento formalmente fosse aprovado na próxima reunião.

Conversando com o Schröder sobre essa questão do observatório, eu acho que hoje, no Brasil, você praticamente não tem nenhum ônus...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Conselheiro, pela ordem, vamos só definir se vamos discutir hoje para entrarmos ou não no mérito, porque, senão, podemos iniciar uma discussão de mérito sem decidir...

O SR. DAVI EMERICH – O.k..

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Porque V. Exª acaba de sugerir que aguardemos a próxima sessão e já vem ao mérito.

Peço que aguarde um minuto e lhe devolvo a palavra.

Sobre essa questão de...

Conselheiro Nascimento.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Olha só, eu vou ficar com parte do encaminhamento do nobre Conselheiro, que é acrescentar aqui, Conselheiro, três parágrafos.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Já foi acrescido pelo Relator.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Não, o.k., vou só concluir o que é acrescentar os três parágrafos, o que já está posto.

Eu discordo do Conselheiro em discutir novamente uma coisa que já foi discutida, e – não vou dizer que infelizmente ele não estava, mas é que ele não estava – o processo já está avançado. Isso não quer dizer que não está sendo democrática a discussão, mas que isso é uma coisa que já foi conversada pela sociedade civil, pelos empresários e tal. Então, há um consenso de que é um relatório antigo. Então, acho que não cabe mais voltarmos, porque estamos...

Como trabalhadores da área de informação, é urgente fazermos essas observações que o Conselheiro Schröder fez. Se ele tirasse a proposta, eu ficaria feliz, mas...

O SR. DAVI EMERICH – Presidente, da minha parte, eu conheço todo o Relatório. Então, uma nova discussão não aportaria a mim nenhuma informação nova em relação ao que está aqui. Eu falo em relação aos demais, ou seja, se houver uma decisão de discutir na próxima reunião, eu também não me oporia, mas, da minha parte, eu conheço bem o assunto aqui.

Então se for o caso de eu retirar essa proposta, posso até retirar, mas deixar para a opinião de outros Conselheiros.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Conselheiro Ceneviva.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Presidente, eu tenho uma proposta de encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Sim.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Diferente das que estão sobre a mesa.

O tema da violência contra os profissionais da comunicação, inclusive jornalistas, mas não exclusivamente jornalistas, é muito importante e é grave, O ano de 2015 registra uma quantidade de agressões, de óbitos impressionante para um Estado democrático de direito, como é o nosso.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Por isso, a retomada do tema aqui.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Claro!

Por outro lado, tem ponderações importantes. Uma das propostas do Conselheiro Schröder é de que se revogue o Parecer nº 8, de 2014.

Então, diante daquilo que já se discutiu até aqui e daquilo que acabei de comentar, seria muito estranho se o Conselho não dissesse nada, simplesmente adiasse para a próxima sessão um tema dessa gravidade. Por outro lado, é preciso estudar o tema; nós não tivemos essa oportunidade.

Eu tenho uma terceira proposta, diferente das duas que estão sobre a mesa. Eu proponho que o Conselho aprove a proposta do Conselheiro Schröder, no sentido de reiterar sua posição contrária a todo o tipo de violência contra profissionais da comunicação e adiar a deliberação sobre o relatório propriamente dito para a nosso próxima sessão, ou seja, adiamos, mas fazendo uma afirmação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Perfeito.

Quanto à revogação do anterior, é porque a aprovação de um novo com o mesmo conteúdo, com o mesmo tema, revoga mesmo o anterior, mas ele está, na verdade, absorvendo o anterior. Fica a proposta de V. Exª, então, no sentido de que adiemos mesmo a discussão, mas afirmando a preocupação do Conselho quanto à violência que, em 2015, acabou se exacerbando.

Conselheiro Francisco Araújo Lima.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Obrigado, Presidente.

Eu queria só um esclarecimento. Mesmo que não se considere atualmente os parágrafos acrescidos, foi votado – isso é que eu não sei – já no Conselho?

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Esse Parecer nº 8, sim, esse está aprovado pela legislatura passada.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – O mandato passado.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Podíamos tentar superar essa discussão preliminar. Ou vamos ao mérito, ou postergamos.

Sobre o ponto, Conselheiro Nascimento, o Cordeiro também pediu a palavra? Senão, nós vamos ficar muito tempo discutindo o postergar.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Presidente, eu não havia formalizado uma proposta, mas, se for entendido dessa forma, eu retiro a proposta.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Está bom, retirada, então, a proposta.

Conselheiro Marcelo Cordeiro.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA – Presidente, eu só não entendi bem o Ceneviva, só para você me explicar, porque parece que revogar o anterior seria uma coisa normal porque...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Desde que aprovado o novo.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA – Desde que aprovado o novo. Então, também não vejo muito por que não aprovar logo, também, de uma vez. Se é que entendi, Ceneviva, desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Aprova hoje e abre a discussão do mérito.

Conselheiro Ceneviva.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – O parecer da Conselheira Wrana Panizzi foi produto de uma ampla discussão sobre esse tema, que é tão importante. Embora eu não tenha tido o privilégio de ler aquilo que propõe o Conselheiro Schröder, eu tendo a duvidar que possa ser um caso de revogação.

O Conselho pode até evoluir, o que estamos propondo aqui não é uma norma, uma regra que supera a anterior; não estamos superando, estamos evoluindo. A palavra revogar quer dizer aquilo que o Conselho, na legislatura anterior, aprovou, fica prejudicado. O Conselho de hoje não concorda com aquilo que está lá, por isso, o

Conselho revoga. Não quero ir tão longe. Para eu revogar o que a gente aprovou, e eu estava nessa votação, na sessão anterior, quero reler aquilo, quero avaliar aquilo que está proposto pelo Conselheiro Schröder. Tenho dúvida se é o caso de revogar. Honestamente, antecipo essa minha opinião para o Conselheiro Schröder aqui ao meu lado: acho que revogar está mal empregado aqui, mas preciso ler para saber se está bem empregado ou não, talvez o Conselheiro Marcelo tenha razão.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Sim, Conselheira Maria José Braga.

A SRª MARIA JOSÉ BRAGA – Obrigada, Presidente. A questão de propor a revogação não foi uma proposta da Federação Nacional dos Jornalistas. O que estava posto para a Federação Nacional dos Jornalistas era uma complementação ao relatório da Conselheira Wrana. Em toda a argumentação, praticamente não houve qualquer mudança. O Presidente fez um acréscimo e um esclarecimento em relação à conclusão do parecer. Nós chegamos a discutir com a assessoria qual seria esse encaminhamento. Então, no nosso próprio entendimento, não estamos revogando, porque o parecer, toda a justificativa, toda a argumentação é mantida praticamente na íntegra, só mesmo um esclarecimento e uma complementação em relação à conclusão final.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Na verdade, esse encaminhamento da revogação, o Ceneviva tem toda a razão quanto ao questionamento que faz, tecnicamente, foi da Secretaria, entendendo que, como a matéria é a mesma, um novo parecer revogava o anterior. Então, nessa linha, talvez pudéssemos ratificar tanto quanto consta no Parecer 2.014 e deixar sob análise, para a próxima reunião, a proposta hoje formulada pelo eminente Conselheiro Celso Schröder.

O que acham desse encaminhar? Pode ser assim? Ratificamos tanto quanto já aprovado por esse colegiado na legislatura passada, ratificamos hoje para que o assunto não fique sem... E podemos até, nessa ratificação, renovar a nossa preocupação com o tema, conforme há pouco sugerido pelo Conselheiro Walter Ceneviva. Pode ser assim? E deixamos a discussão, para a próxima reunião, dos itens de acréscimo propostos há pouco pelo Conselheiro Celso Schröder. Pode ser esse o encaminhamento? Alguém?

Conselheiro Ceneviva.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Com todo o respeito, Presidente, eu divirjo.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Sim.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Pode ser que eu esteja entendendo mal qual a proposta da Fenaj, da Conselheira Maria José, do Conselheiro Schröder. Eu entendo que o tema do parecer de 2014 é um, o tema desse aqui é outro. Não o tema, mas o desenvolvimento ou a abordagem, de tal maneira que, se ratificar o de 2014, talvez não seja exatamente o objetivo deles. Não é da minha conta, eu votei a favor do parecer de 2014, não tenho nada contra que se ratifique, mas entendo que, no fim das contas, o que estamos falando é: vamos ler isso aqui e deliberar na próxima? Proponho a V. Exª esse encaminhamento. Vamos avaliar isso na próxima, então?

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Todo ele na próxima?

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Sem ratificar ou revogar.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Apenas manifestando a preocupação do Conselho quanto à violência em relação aos jornalistas.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Acho crucial.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Jornalistas e profissionais da comunicação, em geral.

Fica assim, em termos. O autor da proposta aderindo a ela?

Alguma divergência?

Então, fica...

O SR. DAVI EMERICH – Não é divergência; eu queria só uma informação do Schröder, para que a gente possa pensar em torno desse projeto. O tal do Observatório da Imprensa, que acho que tem que ter um lócus muito visível, para a sociedade acompanhar esses elementos. Então, eu gostaria de perguntar ao Schröder, se ele tiver informação, até para que eu possa formar opinião maior sobre isso, se esse Observatório, por exemplo, que vai ser do âmbito do Executivo, poderia ter uma participação ou não do Conselho de Comunicação Social.

A segunda questão é se seria possível – provavelmente, quando se fala em observatório de violência, deve haver uma estatística –, se a gente também pudesse replicar essas informações no *site* do Conselho de Comunicação Social. Se ele não tiver essa informação, que possa nos trazer na próxima reunião, para que a gente possa deliberar sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – V. Exª pode tomar nota e trazer na próxima?

Então, a matéria fica deliberado assim.

Vamos postergar a discussão do parecer para a próxima sessão, reafirmando hoje – e peço a assessoria que dê ampla divulgação – a preocupação do Conselho com relação à matéria em discussão.

O próximo item é sobre os efeitos da crise econômica sobre o setor de comunicação social.

Havia dito ao eminente Conselheiro Ronaldo Lemos, Vice-Presidente, que precisaria, por alguns minutos, ausentar-me para retornar, por contra de uma emergência. Vou transmitir a Presidência a ele para que conduza os trabalhos nessa minha breve ausência. Peço licença a todos. Só me ausento pela qualidade de quem me substitui, no bom sentido, e pela necessidade de atender a um chamado urgente.

Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Obrigado, Presidente.

Verificando aqui o trabalho que foi feito pela nossa assessoria, essa é uma proposta que veio do Conselheiro Fernando César Mesquita que, na quarta reunião, propôs que o Conselho discutisse os efeitos da crise econômica sobre o setor da comunicação social. Então, cabe a mim consultar os conselheiros sobre a forma, o tema, a delimitação, os objetivos, para que a gente delibere a respeito de como proceder sobre essa discussão.

Então, já passo a palavra para o Conselheiro Nascimento.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Pois é, Presidente, normalmente, quando o Conselheiro faz uma proposta e não comparece, postergamos a discussão. Então, o que quero propor aqui neste momento, em consideração ao Conselheiro Mesquita, é que prorroguemos ou que alguém assuma essa conversa. O.k.?

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Obrigado, Conselheiro Nascimento.

A proposta, então, é para que deliberemos em outra sessão, no caso em que o Conselheiro Fernando César Mesquita esteja presente para defender a sua proposta. Perfeito. Sua proposta foi anotada. Passo a palavra ao Conselheiro Celso Schröder.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Obrigado, Presidente. Quero encaminhar um pouquinho diferente, mas tentando já prever como vai ser o nosso funcionamento o ano que vem. Acho que, de qualquer maneira, já estamos nos projetando para os assuntos do ano que vem.

Acho que temos três assuntos – e não sei em que momento dizer, mas estou dizendo agora, Sr. Presidente. Se não for agora o momento, obviamente, vamos para um outro momento em que isso possa aparecer. Acho que há três assuntos para o ano que vem, que podíamos prever como grandes assuntos. Um deles acho que é a questão da crise mesmo. Temos de analisar essa crise porque, sob esse argumento, estão sendo demitidos centenas, milhares de profissionais de comunicação no Brasil todo. Essa crise tem um quê de real, do nosso ponto de vista. Enfim, acho que tem de ser analisada, inclusive do ponto de vista do interesse das empresas.

Há um segundo elemento que me parece fundamental e sobre o qual este Conselho já se debruçou. Inclusive, há um relatório pronto, desde o primeiro Conselho, em 2002. Não me recordo. Enfim, é um relatório, aprovado por unanimidade pelo Conselho. Portanto, assinado por todos os membros, sejam do campo do trabalho, sejam do campo do capital, sejam do campo da sociedade civil, sobre a questão da concentração dos meios de comunicação no Brasil. Acho que temos de ter coragem de enfrentar esse tema. Esse tema tem sido meio que tabu. Isso provoca um acirramento, inclusive uma construção ideológica de um lado e de outro que me parece desnecessária se nós não enfrentarmos com parcimônia, com sabedoria, e principalmente democraticamente. Acho que esse é um tema que me parece fundamental.

Há um terceiro tema, Presidente, que eu queria sugerir aqui – sem saber se este é o momento e o local. Inclusive, a partir das novas tecnologias, a partir de uma compreensão visível no Parlamento brasileiro, denúncias aqui e acolá, ADINs, ou seja, uma série de ações, algumas infrutíferas outras nem tanto, que são os processos de concessões de serviço de radiodifusão.

Eu digo isso porque a tecnologia está superando esse debate. Esse debate, obviamente, tem um nexo com a questão da concentração, mas eu acho que esse Conselho também precisa manifestar-se sobre essa questão.

Então, eu sugeriria esses três temas, para fazermos pelo menos uma conversa antecipada deste Conselho e vermos se efetivamente eles podem transformar-se em temas estruturantes para o próximo ano.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Obrigado, Conselheiro Schröder.

Os dois temas foram anotados. Acredito que, ao final da reunião, é o lugar adequado para que façamos a proposição desses temas para que sejam eventualmente deliberados.

Dentro desta pauta específica, nosso objetivo é deliberar sobre o objetivo proposto pelo Conselheiro Fernando César Mesquita, que é esse tema da discussão da crise econômica. Mas, como eu disse, já fica anotado como proposição que pode ser referendada, depois, no momento adequado.

Pergunto se algum outro Conselheiro gostaria de se manifestar. (*Pausa.*)

Temos uma proposta do Conselheiro Nascimento para que seja deliberado quando da presença do Conselheiro Fernando César Mesquita.

Acho que o Conselheiro Schröder não fez nenhuma proposta específica com relação ao encaminhamento desse tema.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Jogamos para o ano que vem.

Então, entendo que está em sintonia.

Passo a palavra para o Conselheiro Francisco para se manifestar.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Obrigado, Sr. Presidente.

Só vou reiterar e enriquecer a decisão, porque eu estava aqui, atrás do Mesquita, quando ele levantou esse tema. Ele a mim se virou e disse: "Olha, precisamos contar com todos vocês: Abert, Abra, Abratel, porque esse diálogo tem que ser entre as duas partes. Não interessa discutir isso, se não houver um protagonismo também do empregador.

Então, eu acho que a volta dele para encaminhar isso é indispensável.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Perfeito.

Algum outro Conselheiro gostaria de se manifestar?

Conselheiro Schröder?

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Desculpe, Presidente, mas eu acho que são posições um pouco diferentes. Eu fiz questão de salientar, não sei se está preservada a diferença.

Ou seja, eu acho importante, certamente, a presença do Conselheiro Fernando César Mesquita, mas o meu encaminhamento é no sentido de que endossemos a proposta. Ou seja, que endossemos e encaminhemos a proposta, independente de o Conselheiro estar aqui ou não.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Está entendido.

Conselheiro Nascimento.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Comungo com esta visão do Conselheiro Schröder. A única coisa que eu gostaria é de um tempo maior para saber do companheiro Mesquita... Se ele propôs é porque há coisas importantes para serem ditas. Mas evidentemente é uma discussão que permeia a todos nós e que temos de fazê-la.

Não podemos fugir da responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Perfeito, só para organizar, pelo que estou entendendo aqui a nossa deliberação aqui é simplesmente dizer "sim", vamos dar início a esse tema.

Mas não vamos discutir o tema agora. Só não vamos fazer o início dessa discussão nesse momento, dada a ausência do Conselheiro Fernando César Mesquita e dada essa deliberação vamos tomar aqui hoje.

Então, pelo que estou entendendo, essa é a proposta.

O SR. DAVI EMERICH – Ao final da reunião, talvez já pudéssemos ter o encaminhamento de alguém apresentar uma proposta na próxima reunião, para que não comecemos a deliberar do zero na próxima reunião, que já viesse com a proposta pronta desse seminário.

Talvez fosse interessante fazermos esse encaminhamento ao final da reunião ou neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Só para organizar, Conselheiro Davi, pelo que entendo, o que podemos fazer agora é dizer: "Sim, vamos tratar do tema". Daí, o outro passo, seguinte a esse, seria nomear uma comissão com três integrantes para se elaborar um relatório que, depois, será submetido ao Conselho.

Então, esse seria um outro encaminhamento.

Pergunto se temos manifestações? (*Pausa.*)

Conselheiro Francisco e, depois, Conselheiro Schröder.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Presidente, eu acho que, se for esse o caminho, nós temos de aguardar a presença do Conselheiro, que propôs a discussão do assunto e que deveria coordenar esta Comissão.

Realmente, ele não definiu qual seria o conteúdo a discutir. Então, acho que, de qualquer maneira, temos de aguardar a volta dele.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – O Conselheiro propõe, então, que essa deliberação seja feita somente em havendo a presença do Conselheiro Fernando César Mesquita.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Então, temos duas propostas sobre esse encaminhamento.

Conselheiro Schröder.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Presidente, não vamos fazer cavalo de batalha disso, mas o nosso tempo é curto. Fizemos já o debate com o Conselheiro Fernando César Mesquita, entendemos qual é a natureza do problema, concordamos sobre a natureza do problema, inclusive, o que fazer. E eu queria fazer a seguinte proposta, Conselheiro Francisco: ao invés de fazer – a situação é tão grave, Presidente, e todos sabemos disso, ou seja, estamos enfrentando concorrências as mais desleais, das mais diversas naturezas, da tecnológica à entrada de capital sem nenhum tipo de regulamentação. Citei as demissões, porque é o que me cabe fazer aqui do ponto de vista dos trabalhadores, mas não tenho dúvida de que, do ponto de vista da democracia brasileira, do ponto de vista da cultura brasileira, estamos em xeque, não é de agora, não é de agora. Estamos fazendo este debate há alguns anos já, na questão, por exemplo, da TV digital, ou seja, o que temos aí é a avassaladora chegada de uma cultura que é bem-vinda, da diversidade etc., mas que, se não houver uma cultura nacional para fazermos a mediação e fazermos a síntese, seremos completamente engolidos como nação.

Então, acho que podemos já decidir qual é o tamanho da ação que vamos fazer e o que nos cabe fazer. Obviamente aqui também não vamos salvar o mundo. Acho que mais que um seminário, podíamos prever uma audiência pública, que tem uma dimensão obviamente pública e, portanto, uma reverberação maior, incide sobre outros atores que me parece que são fundamentais e, principalmente, dá a grandeza do problema. Aliás, esses três temas, e vamos falar dos dois depois, mas, para esse tema, eu já queria propor uma audiência pública em que a Presidência da Comissão fosse reservada ao Fernando César Mesquita. Acho que o Francisco tem razão, mas que já encaminhássemos porque não sabemos quando o Conselheiro virá, não sabemos nem as razões do seu afastamento e, portanto, podemos perder a possibilidade, vai atrasar esse debate, que me parece para lá de relevante.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Conselheiro Francisco.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Presidente, eu queria voltar ao tema e à proposta do Conselheiro Mesquita: discussão sobre os efeitos da crise econômica. Acho que ele está se referindo ao momento atual. Concordo inteiramente com o Conselheiro Schröder em que estamos enfrentando esse momento. Participo ativamente, tenho conhecimento pleno disso, porque atuo, também, no Conselho Superior de Cinema e Audiovisual, que está em vias de, no dia 16, aprovar uma proposta da Ancine para um marco legal dos serviços de distribuição de audiovisual por internet.

Presidente, isso é muito sério, e está no forno e anunciado que será dia 16 essa reunião, na semana que vem. Até Conselheiros do Conselho Superior de Cinema e Audiovisual, que pediram que não fosse tratado o assunto tão aceleradamente, querem encaminhar um projeto de lei até o final do ano. Então, acho que uma coisa é a crise, a outra é o que sofremos com esses concorrentes estrangeiros, Netflix, iTunes e Look, como há agora, isso é outro campo. Então, quero, talvez, distinguir. Acho que é um

encaminhamento, se o Conselheiro Schröder quiser encaminhar uma proposta nesse sentido, vai contar com o meu apoio. Agora, crise econômica, acho que precisamos saber melhor o que é o foco, porque ela está aí e está piorando.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Muito obrigado, Conselheiro Francisco.

Bom, meu papel como Presidente é pegar as propostas e submetê-las à deliberação do Pleno do Conselho. Só organizando, mais uma vez, temos, aqui, uma proposta nesse item que foi pautado como discussão sobre os efeitos da crise econômica sobre o setor da comunicação social. Temos alguns desdobramentos sugeridos pelo Conselheiro Schröder, sem nenhum prejuízo, podem ser deliberados ainda hoje, dando seguimento no momento adequado para as proposições dos Conselheiros. Cabe a nós, aqui, deliberarmos, então, um ponto muito simples, que é se vamos aguardar o proponente dessa questão, o Conselheiro Fernando César Mesquita – aguardar é uma das propostas – ; e a segunda proposta é se vamos encaminhar pela continuidade imediata, mesmo não sabendo o conteúdo específico.

Isso será feito também desde já, e se vai haver um encaminhamento. Então, pelo que eu estou entendendo, temos duas propostas aqui na mesa. Algum conselheiro gostaria de se manifestar, sugerir aditamentos a essas propostas, sugerir propostas adicionais? Se não, eu vou partir para o encaminhamento.

Bom, não havendo nenhuma...

O SR. DAVI EMERICH – Presidente, só sobre aguardar o Conselheiro Fernando César Mesquita. No momento em que um conselheiro apresentou uma proposta e ela praticamente foi encampada quase por consenso, há essa clivagem diferenciada aí. Ela já deixou de ser proposta dentro do Conselho, do Fernando, e passou a ser uma proposta do Conselho.

Então, acho que o próprio Fernando César ficaria muito contente se a gente desse esse encaminhamento. Então, acho que a gente não precisa aguardar a volta do conselheiro. Obviamente, se ele voltar, certamente vai presidir uma comissão que vier a ser trabalhada nesse sentido. E eu espero que, na próxima reunião, o nosso Conselheiro já esteja aqui presente.

Então, eu acho que essa questão de se aguardar ou não o Fernando César deve ser descartada. Acho que temos um problema se a gente se cinge à questão econômica, como o Francisco está colocando, ou com os adendos com os quais eu concordo, do Schröder, já de acrescentar. Porque a crise econômica acaba até... A vinda de capital externo e tal, tudo isso bate na crise econômica, ou seja, não tem um campo separado disso.

Então, não vejo realmente muita diferença entre o que o Schröder coloca e o Francisco. Eu acho que existe uma crise de demissão, crise no setor, que afeta as empresas, afeta o trabalhador e que não é só a crise econômica que derivou, por exemplo, de ações de governo essa crise que nós estamos discutindo aí.

É uma crise que vem sendo construída independentemente desse Governo, ou seja, é a conjuntura, é a modernidade, são as novas tecnologias, é o mundo globalizado. Então, eu acho que cabe realmente a postura do Schröder nessa perspectiva.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Perfeito, conselheiro. Bom, como eu disse, meu papel aqui é submeter ao Pleno do Conselho para que o Pleno delibere a respeito do encaminhamento. Em não havendo nenhuma proposta adicional, o que nós temos, então, que deliberar é uma questão específica, que é: para dar encaminhamento a esse item da pauta, devemos aguardar o Conselheiro Fernando César Mesquita?

Conselheiro Nascimento, por favor.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Antes de entrar em regime de votação, quero me manifestar no sentido de que retiro a proposta de aguardar porque quem fez a proposta fui eu, de aguardar o Conselheiro Mesquita. Diante da falação do Davi, estou dizendo que retiro a proposta. Mantenho a proposta do Conselheiro Schröder.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Perfeito, Conselheiro Nascimento. Pergunto ao Conselheiro Francisco...

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Não, eu mantenho, inspirado exatamente na posição do nosso Conselheiro Nascimento. Eu manterei essa proposta.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Perfeito. Bom, a proposta foi retirada, está anotada, mas... Exato, exato.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Vamos lá. Vamos partir para a deliberação. Bom, alguma outra manifestação dos senhores Conselheiros? Então, podemos seguir para encaminhamento. Está bom.

Então, a proposta é a seguinte, a formulação é: devemos aguardar o Conselheiro Fernando César Mesquita para dar encaminhamento ao item 2 da pauta do Conselho? Aqueles que acham que devemos aguardar o conselheiro se manifestem "sim"; aqueles...

Conselheiro Ceneviva, pois não.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Não, não, não. Aqueles que acham que não devemos aguardar deverão se manifestar pelo "não". Então, pelo item e pela... Só os titulares votam, lembrando, e os suplentes que estão substituindo os titulares.

Então, o primeiro é o Conselheiro Walter Ceneviva. Agora sim, Conselheiro Ceneviva.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Obrigado, Presidente. Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Conselheiro Araújo Lima.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Conselheiro Marcelo Rech.

O SR. MARCELO ANTÔNIO RECH – Eu voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Conselheira Liliana, que está substituindo o Conselheiro Roberto Franco.

O SR. LILIANA NAKONECHNYJ – Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Conselheiro Celso Schröder.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER (*Fora do microfone.*) – Voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Conselheiro Nascimento.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Já esperava o seu voto, Conselheiro Nascimento.

Conselheiro Sydney Sanches.

O SR. SYDNEY SANCHES – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Conselheiro Pedro Pablo Lazzarini.

O SR. PEDRO PABLO LAZZARINI – Voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Eu não voto. Conselheiro Ismar de Oliveira, que está substituindo o nosso Presidente Miguel Cançado. Se puder, fale no microfone, porque precisamos fazer o registro do voto, por favor.

O SR. ISMAR DE OLIVEIRA – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Conselheiro Marcelo Cordeiro.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA – Voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Nem o Eduardo Alves nem o Aldo Rebelo estão presentes.

Então, Davi Emerich, representando o Conselheiro Fernando César Mesquita.

O SR. DAVI EMERICH – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – O resultado é que tivemos 6 votos "não" e 5 votos "sim", de modo que prevaleceu o voto "não". Com isso, a proposta é no sentido de darmos encaminhamento desde já à discussão sobre os efeitos da crise econômica no o setor da comunicação social.

Uma vez feita essa deliberação, pergunto aos Srs. Conselheiros qual é a proposta para encaminhamento.

Conselheiro Nascimento, por favor.

O SR. NASCIMENTO SILVA – O encaminhamento agora é propor a comissão. E já declino o meu nome para estar nessa comissão, evidentemente garantindo a participação do Conselheiro Fernando Mesquita.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Perfeito. Então, você está sugerindo o seu nome para participar dessa comissão. É isso, Conselheiro Nascimento?

O SR. NASCIMENTO SILVA – É.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Perguntei porque você falou "declino"...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA – Eu também, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Conselheiro Marcelo Cordeiro.

Conselheiro Schröder gostaria de se manifestar?

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Eu quero me manifestar, Presidente. Eu não tenho nada contra a formação de uma comissão. Acho legal que a comissão ajude a Secretaria a montar... Mas eu acho que, antes de constituir a comissão, teríamos que votar a natureza da atividade. Isso porque uma atividade que estava sinalizada era a de um seminário. Eu propus uma audiência pública, que tem uma característica diferente, que tem uma formatação diferente. Mas não sei se regimentalmente isso é possível. Eu não tenho nada contra. Acho que constituir uma comissão é bom, é legal. Isso nos ajudaria a definir melhor os nossos painelistas, as características da audiência pública. Mas me parece que seria melhor a gente definir a natureza da atividade.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Obrigado, Conselheiro Schröder.

Nosso Presidente acabou de retornar.

O SR. MIGUEL ÂNGELO CANÇADO – Você pode concluir.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Sem nenhum problema.

Conselheiro Nascimento, por favor.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Eu só antecipei, mas na realidade, Presidente, o que nós fazemos aqui sempre, Schröder, é juntar uma comissãozinha. Tanto é que nós temos um seminário para acontecer e hoje vamos definir os nomes. Então, é para propor nomes, para não vir uma coisa de cima para baixo. Era só nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Perfeito.

Algum outro conselheiro gostaria de se manifestar?

O SR. DAVI EMERICH – Eu perguntaria à Mesa se há alguma diferença fundamental entre seminário e audiência pública. Se uma delas trabalha com a ideia da vinda compulsória ou não. Qual a diferença no nosso Regimento?

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – A audiência pública é regimental e tem uma série de regras para a composição da mesa, inclusive pressupondo o contraditório. O nosso Regimento fala que tem que haver dois manifestantes. Pode ser que eu me confunda, sim, mas o princípio é que tem que haver um número paritário de pessoas defendendo posições distintas. Não sei se é o caso de uma audiência pública, porque eu não vejo aqui uma questão adversarial. Só para responder a sua questão, o seminário tem o formato livre. A audiência pública tem um formato regimental predefinido. Então, essa é a diferença.

O SR. DAVI EMERICH – Eu acho que a gente tem de fugir de qualquer coisa dual. Ou seja, esse debate não pode ser um debate de um grupo contra o outro. .

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Sim.

O SR. DAVI EMERICH – Eu não sei como se resolve isso.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Parece correto.

Algum outro conselheiro gostaria de se manifestar sobre a questão do encaminhamento?

Conselheiro Schröder.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Eu acho que têm que estar presentes nessa comissão, nesse grupo organizador as empresas, porque isso diz respeito a elas.

Sobre a composição, ainda insistindo na audiência pública, porque ela me parece uma ferramenta mais potente. Mas eu acho que tem que haver a questão do trabalho, ou seja, o trabalho tem que estar representado.

As empresas obviamente têm que estar representadas na sua diversidade.

Agora – e isso poderíamos conversar, Francisco – não vejo diferença do debate econômico do debate.... O debate econômico não é uma crise me parece, ou seja, se resumirmos a crise... Não sei se é esse o parecer das empresas, tenho a impressão de que não, pelo menos pelas manifestações que tenho lido e ouvido – é uma crise estruturante do negócio. Essa crise tem que aparecer.

Desde a TV digital, estamos discutindo sobre ela e está escondida ainda, e aqui e acolá ela aparece, aqui e acolá, enfim, põe as suas antenas de fora, e me parece que não há nem sequer o contraditório, por exemplo, nesse negócio. Eu queria saber, por exemplo, onde vai acabar a publicidade com a chegada das empresas pela internet, produzindo conteúdo pela internet. Ou seja, onde é que vai acabar a radiodifusão com as suas características?

Não vamos discutir isso? Não é um debate de interesse nacional essa questão? O desaparecimento do jornal impresso – se porventura desaparecer, e acho que não vai desaparecer – mas o alentado desaparecimento da leitura como um elemento de conhecimento não é uma preocupação nacional da democracia? Ou seja, teremos, como os Estados Unidos estão chegando agora, analfabetos funcionais na universidade, cujo desafio é conseguir soletrar palavras? É uma questão que me parece muito grave, em que o papel da comunicação está muito além do entretenimento.

Então, eu gostaria que aparecessem nesse debate essas questões, porque esses elementos estão entrando como se fossem naturais. Por isso, fizemos um debate sobre a tecnologia, Presidente Cançado, onde essa tecnologia não é tão natural assim.

Falamos da bomba atômica, mas a bomba atômica foi jogada duas vezes e nunca mais. Poderia ter sido jogada muitas vezes. Não o foi por deliberação da humanidade, ou seja, a tecnologia nuclear foi aplicada no tratamento do câncer.

Então, as tecnologias precisam ser analisadas do ponto de vista da cidadania, dos negócios, ou seja, vai quebrar a radiodifusão brasileira ou não vai quebrar? Então, me

parece que, no contraditório, Presidente, seria interessante ouvir esses atores econômicos que estão chegando numa situação de vantagem econômica do ponto de vista concreto. O Ceneviva trouxe um dado que eu não sabia, ou seja, de que o Google no Brasil tem um lucro igual ao do faturamento das empresas de comunicação social no Brasil. Ou seja: isso é uma crise ou não é uma crise?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Discutimos isso ou não discutimos isso? Faz diferença ou não faz diferença? Parece que estou fazendo o papel de defensor das empresas. Faz diferença ou não faz diferença termos empresas nacionais ou empresas que nem transnacionais são? São empresas que estão no éter, estão na nuvem, sei lá onde é que estão. Parece-me que era nessa dimensão que tínhamos que promover o debate. Acho que nenhum outro local vai possibilitar fazermos o debate como aqui.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Obrigado, Conselheiro Schröder.

Lembro que nosso objetivo agora é deliberar como vai ser feito esse encaminhamento. A dificuldade de deliberar a respeito do tema sem a presença do Conselheiro Fernando Mesquita é justamente porque não temos como adivinhar ou pressupor o que havia sido proposto por ele.

De modo que, entendo que seria próprio para essa reunião justamente decidir qual é o encaminhamento, se é uma audiência pública, se é a formulação de uma comissão ou dos dois.

Passo a palavra para o Conselheiro Marcelo Rech.

O SR. MARCELO ANTÔNIO RECH – Não concordo com a análise que ele faz. Acho que o Conselho teria que deliberar, Presidente e Vice-Presidente, sobre a abrangência dessa discussão.

Nós claramente temos duas crises de natureza distintas e até interligadas.

Uma é conjuntural, que diz respeito basicamente à redução da atividade econômica e os impactos dessa redução da atividade econômica nos veículos de comunicação de uma forma geral. E a outra crise, como muito bem levantado pelo Conselheiro Schröder, é de natureza estrutural, que já é um espectro muito mais amplo, mais complexo, de enorme envergadura, para ser avaliado. Para essas duas discussões de extrema relevância, obviamente a crise de natureza estrutural terá impactos, já está tendo impactos, terá impactos ainda muito maiores em todos os aspectos da vida nacional. Só que me parece que são dois grupos de discussão com naturezas, embora interligadas, distintas.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Obrigado, Conselheiro.

Neste momento, retorno a palavra ao nosso Presidente Miguel Cançado, que passa a assumir a sua posição. Por favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Muito obrigado, Conselheiro Ronaldo. Peço, mais uma vez, desculpas por ter precisado me ausentar um instante, por emergência profissional em Goiás, que vem criando algumas dificuldades aqui no meu IPv4 ou IPv6. São três equipamentos a mão.

Mas, vejam, temos de dar um sentido prático às nossas atividades. Entendi e até pedi ao Ronaldo que continuasse na presidência até eu tentar apreender o que se estava passando para eu não atropelar as discussões. Vejo que, numa votação de 6 a 5, decidiu-se por marcar um evento para discutir o tema. E o ponto em que estamos é se é um seminário ou uma audiência pública. É esta a discussão? Entendi bem? Senão, perdoem-me.

O SR. RONALDO LEMOS – Sr. Presidente, fazendo a uma recapitulação, deliberamos se a presença do Conselheiro Fernando César Mesquita era necessária...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – O que significa adiar ou não o debate.

O SR. RONALDO LEMOS – Isso. E o Pleno do Conselho deliberou que não era necessário.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER (*Fora do microfone*.) – E tantas votações estranhas que nós fazemos, Presidente.

O SR. RONALDO LEMOS – Bom, eu deliberei no sentido das propostas feitas pelos conselheiros. Só lembrando ao Conselheiro Schröder que as propostas vieram dos integrantes, mas, de qualquer forma, o trabalho da Mesa é dar encaminhamento.

Então, houve a deliberação de que não é necessária a presença do Conselheiro Fernando César Mesquita. Agora, o que estamos deliberando é qual será o encaminhamento. Então, faremos uma audiência pública para tratar do tema? Constituiremos uma comissão? Os dois? E quais as delimitações do tema, uma vez que o Conselheiro Fernando César Mesquita não está presente para especificar a sua proposta. É isso que está em deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Quais propostas temos?

O SR. DAVI EMERICH – Presidente, uma questão de encaminhamento.

Acho o seguinte, já há uma decisão de que não precisa parar a coisa por causa da não presença do conselheiro e a proposta dele virou uma proposta do Conselho. O que está em debate é a clivagem, se é uma primeira crise ou uma segunda crise. Acho que não existe uma crise lá e uma crise...Existe uma crise só agora, mas tem uma clivagem aqui.

Questão de encaminhamento. Eu formaria uma comissão obrigatoriamente com a presença das empresas e obrigatoriamente com a representação do mundo do trabalho, também pediríamos ao Fernando, integraríamos o Fernando à comissão, se ele não puder participar, que ele mandasse por escrito um conjunto das formulações, de forma que esta comissão pudesse chegar...Por que estamos fazendo isso? Para não esperar uma reunião no ano que vem, para tirar uma comissão, para fazer um seminário só em junho, já com a crise nos comendo pela metade.

Então, essa comissão buscaria uma proposta de consenso. Se da comissão não sair uma proposta de consenso, essa diversidade de opiniões viria à aprovação na próxima reunião do Conselho. Acho que isso resolveria o problema. Se houver consenso na comissão, ótimo. Mas pode ser que a comissão não chegue ao consenso, uma parte, mesmo minoritária, não precisa nem ir à votação na comissão, falar "achamos que este seminário não pode ter esta característica", outra falaria "achamos que pode ser". E o Conselho votaria sobre as duas versões com documentos que nos seriam entregues com antecedência.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Alguma divergência quanto a essa proposta? É a proposta que tem até agora.

A SRª MARIA JOSÉ BRAGA – Presidente, não se trata de uma divergência, mas até de um pedido de esclarecimento. A proposta formal que tínhamos foi formulada pelo Conselheiro Schröder, que seria a realização de uma audiência pública, até porque é um instrumento regimental que temos. O Conselheiro Schröder, ao formular a proposta de realização de uma audiência pública, disse que não via nenhum empecilho em constituirmos uma comissão para auxiliar a construção dessa audiência pública junto com a equipe do Conselho.

Mas o Conselheiro Davi Emerich fala em seminário, que...

O SR. DAVI EMERICH – Não, pode ser audiência também. Para mim, seminário e audiência, não tem muita importância.

O que eu quero é uma coisa que organize para, na próxima reunião, a gente já ter concretamente um material para decidir.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Eu pedi que nós fizéssemos uma discussão só. O foco é o seguinte: o Conselheiro Davi fez uma sugestão: constitui-se a Comissão de Relatoria na forma regimental e, se ela vier com a proposta agregando a proposta de seminário, vamos fazer seminário. Se vier com a proposta de fazermos audiência pública, o faremos.

Alguém diverge?

Pois, então, vamos designar os membros da Comissão.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Presidente, por favor. Eu gostaria de saber qual é a proposta em termos de abrangência do conteúdo que essa comissão vai examinar.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – O tema fundamental e eu dizia aqui, ao meu companheiro de Mesa, Ronaldo Lemos, que nada, para mim, é mais improdutivo do que nós ficarmos muito tempo discutindo como e o que vamos discutir. Temos que passar à frente.

Me desculpem.

É o seguinte: o tema proposto é Crise Econômica no Setor de Comunicação. O que venha dessa comissão nesse tema, está dentro do tema, penso eu.

Vamos dar sequência, senão, nós vamos ficar discutindo como e o que discutir, e isso é pouco prático, está aí, na televisão, está aí, o pessoal assistindo...

Vamos fazer assim? Está decidido.

E vamos decidir agora quem são os três membros titulares. Já temos?

Dois nomes sugeridos: Nascimento, Marcelo Cordeiro, falta um nome, das empresas.

Rech.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone*.) – Lembrando que o Conselheiro Mesquita ficou de fora.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Alguma divergência quanto aos nomes?

O SR. MARCELO ANTÔNIO RECH – Eu acho que não precisam ser três. Acho que podem ter cinco nomes.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – É previsão regimental. Previsão regimental.

O SR. MARCELO ANTÔNIO RECH – Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Ela pode ser, excepcionalmente, constituída por seis membros.

Podem ser quatro, até seis.

Pode ser.

Então, eu vou aos nomes: Nascimento Silva, Marcelo Cordeiro, Marcelo Rech e o autor da proposta, Conselheiro Fernando César Mesquita.

Então, está aprovada a constituição da Comissão e a própria Comissão, e o tema está esgotado. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Esse item é a programação futura, nós ainda não o enfrentamos, é isso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Na minha ausência.

Está bom.

Então, nós temos aqui a proposta de organizarmos, o Conselheiro Marcelo Cordeiro foi, particularmente, autor de algumas delas, vindo das Comissões, Seminário sobre Produção Cultural. De autoria, perdão, dos Conselheiros Marcelo Cordeiro, Pedro Pablo Lazzarini e Walter Ceneviva.

Sugestão de data. A nossa próxima sessão será dia 15 de fevereiro, não é isso?

Eu já passo a palavra aos que se inscrevem.

Temos três temas: Incentivos de Produção Cultural – eu acho que deve ser à Produção Cultural, tenho para mim –; Restrições em Publicidade e Propaganda; e Audiência Pública sobre Migração de Rádios AM para FM.

O Conselho quer estabelecer ordem de prioridades?

Podemos fazer nessa mesma sequência.

Conselheiro Walter Ceneviva.

Só um minuto, porque o Conselheiro Marcelo Cordeiro tinha pedido a palavra e eu não concedi.

Pois não, Conselheiro.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA – Presidente, obrigado.

Eu tinha sugerido o Incentivo à Produção Cultural e, também, junto com a Conselheira Patrícia e o Conselheiro Nascimento, Restrições em Publicidade e Propaganda.

Eu vejo aqui, pelo menos é a minha opinião, que a questão da Migração das Rádios AM e FM, pelo menos é o assunto mais urgente que nós temos e deveríamos tratá-lo inicialmente, e acho até que a primeira proposta foi essa da Produção Cultural, e eu até mandei um documento antes, sugerindo nomes, como o Ministro da Cultura, o Presidente da Ancine, e não dá para fechar os olhos, porque, agora, a Câmara dos Deputados abriu um processo de *impeachment* contra a Presidente da República, a gente já não sabe mais quem vai estar em cargo daqui a pouco, eu acho que fazer essa daqui é pura bobagem.

Então, eu vou propor que ela fique no terceiro lugar dessa pauta, colocando a Migração de Rádio AM e FM em primeiro, a de Publicidade e Propaganda, na sequência, e a de Produção Cultural depois, assim que a gente puder saber quem são os personagens que estão à frente do Ministério da Cultura e da Ancine.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Conselheiro Pablo Lazzarini.

O SR. PEDRO PABLO LAZZARINI – Bom, Sr. Presidente, eu apoio o que o Conselheiro Cordeiro falou, apesar de vocês saberem que o cinema se ressente muito exatamente quando se começa a falar de incentivo fiscal, de produção cultural, porque nós vivemos, o cinema não é uma indústria que vive realmente de cinema nacional. Já tinha alguém que falava que o cinema é um dos melhores negócios, porque você paga, entra e não leva nada. Mas o nosso cinema não vive disso, vive de incentivos culturais, como vive o francês, como vive o italiano e os demais. Então, para a gente seria muito importante, mas tenho que concordar com ele porque realmente o que está acontecendo neste momento no País é uma coisa muito particular, e eu acho que a migração é muito mais importante de ser tratada neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Alguém diverge desta proposta, que é a única de encaminhamento que há? De maneira que nós ficamos com 15 de

fevereiro um seminário sobre Migração das Rádios AM para FM, o.k.? Peço à assessoria que anote. Dia 7 de março, Restrições em Publicidade e Propaganda; e 4 de abril, Incentivos à Produção Cultural, se o Brasil não acabar daqui até lá. Não é isso, Cordeiro, porque V. Exª disse que não sabe o que vai acontecer?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA – Também não cheguei a tanto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Figura de linguagem exagerada aqui da Presidência, desculpe-me, para descontrair.

E vamos dar efetividade.

Conselheiro Nascimento.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Eu queria dialogar com o Conselheiro Cordeiro que nós colocássemos a questão da publicidade primeiro do que essa da AM.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Isso já foi aprovado há pouco, V. Exª quer...

O SR. NASCIMENTO SILVA – Já foi aprovado?

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Foi.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Não, pois é, não me lembro.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Porque eu perguntei há pouco, alguém diverge dessa sequência?

O SR. NASCIMENTO SILVA – Não, estou cansado.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Estamos ambos, todos. Com cê-cedilha ou com esse? (*Risos.*)

O SR. PEDRO PABLO LAZZARINI – Sr. Presidente, agora eu tenho uma dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Conselheiro Celso Schröder.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Presidente, concordando com a sequência, eu só queria questionar as datas, porque essa discussão, e, inclusive, a aprovação que nós fizemos de incorporar o debate sobre a crise econômica, mesmo sem a presença do Conselheiro Fernando César Mesquita, era para apressá-la, pelo menos foi a minha intenção, senão nós esperaríamos a volta do Fernando. Ou seja, dada a situação, dada a gravidade, dado o prolongamento dessa crise, a mim me parece que o primeiro debate seria a questão da crise.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Não, desculpe-me se o interrompo.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Uma coisa não prejudica a outra. Aqui nós estamos tratando de seminários que faremos em sessão extraordinária pela manhã, e este outro tema é nossa primeira pauta, pelo que estou entendendo, para o dia 15 de fevereiro à tarde.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Perfeito, desculpe-me, Presidente, compreendi.

Obrigado, Presidente, desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Conselheiro Ceneviva. Está claro? É certo assim, Conselheiro Schröder, Conselheiro Lazzarini?

O SR. PEDRO PABLO LAZZARINI – Para mim não está claro uma coisa. Seria primeiro então migração AM/FM e logo seria Publicidade e Propaganda, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Exatamente.

O SR. PEDRO PABLO LAZZARINI – E Produção Cultural seria em terceiro lugar?

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Exatamente. Fevereiro, março e abril.

Conselheira Maria José Braga.

A SRª MARIA JOSÉ BRAGA – Só um esclarecimento, Sr. Presidente. A questão da discussão sobre a crise econômica, na próxima reunião a Comissão já vai trazer uma proposta?

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Eu espero que sim, está designado que sim.

A comissão já constituída? Não, isso aí é seminário, esse aí é seminário, eu vou chegar a esse ponto.

Já temos temas e datas. Sugestão de nomes – e hoje fixamos um parâmetro aqui, eu falava com o Ronaldo e com a assessoria – de no máximo três, como foi hoje, até por uma questão de espaço topográfico aqui à mesa e de tempo mesmo; acho que foi prático hoje um limite de três.

De modo que para o primeiro seminário, Migração das Rádios AM para FM, alguém tem sugestão de nomes?

Ceneviva.

Conselheira Maria Célia pediu também?

Conselheiro Ceneviva.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Obrigado, Presidente.

Eu tenho sugestão de nomes. Fico satisfeito em saber que o tema foi considerado prioritário, porque o fato é que as coisas estão se dando, estão se implementando na vida real, e nós não podemos chegar atrasados no assunto.

Eu proponho que, para esta audiência, nós convidemos um representante do Ministério das Comunicações, que é o poder concedente, regulador desse tema; um representante da Abert, que é a associação que congrega as emissoras de rádio e televisão do Brasil afora e que interagiu com o poder concedente; e um representante da EBC (Empresa Brasil de Comunicação), que foi, no fim das contas, o mote, a isca, a fisga para que a gente se debruçasse sobre o tema. A Empresa Brasil de Comunicação teria deliberado na sua gestão anterior não migrar, o que implica fechar as rádios AM, que são de importância não apenas histórica, mas de importância comunicacional para os brasileiros que se servem delas como fonte de informação.

De tal maneira que, embora a EBC seja apenas um ente regulado, mas contemplando a EBC as emissoras que ela contempla e a importância que elas têm, eu indicaria como terceiro elemento um representante da EBC (Empresa Brasil de Comunicação).

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Alguém tem as datas dessa migração?

Já colhi aqui, Nascimento e Cordeiro. Só um questionamento antes.

Quais são as datas limites, Conselheiro Ceneviva tem?

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Vamos lá, para que possa acontecer a migração, a emissora precisa pleitear. Os prazos de pleitear já se deram. Para que o pleito seja deferido, há uma avaliação técnica de compatibilidade. A avaliação vem sendo feita do Nordeste para o Sul do Brasil, porque, fora dos grandes centros, ela é muito mais factível. Nos grandes centros, esse trabalho nem sequer começou.

Além do aspecto tecnológico e formal de pedir e ser possível que o poder concedente atribuísse o canal, ainda há um aspecto econômico de que há um pagamento

para essa migração. O valor desse pagamento foi definido há duas semanas. A migração, especialmente a dos grandes centros, só poderá acontecer no dia em que as emissoras de rádio e televisão abandonarem o espectro que hoje ocupam na faixa de 700 MHz, o que eu, como telespectador, estimo que não vai acontecer antes de 2040.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Então, temos algum tempo.

O SR. MARCELO ANTÔNIO RECH – Eu só queria acrescentar um aspecto que acho importante, a Anatel deve estar presente neste debate, até porque, pelo que tudo indica, as emissoras das grandes cidades migrarem do AM para FM na chamada faixa estendida, não há receptor para isso. Então, nós teremos implicações também muito grandes. Não tem como captar rádio FM nessa faixa estendida, o que provavelmente será ocupado pelas emissoras FM no futuro nas principais cidades do País.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Inscrito o Conselheiro Nascimento.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Presidente, está anotada a indicação de nomes do Conselheiro Ceneviva, que o fez agora. E eu gostaria de um prazo maior, de uns dez dias ou menos, para eu consultar a base, porque, na formatação do Conselho passado, nós havíamos discutido isso e, inclusive, sugerido nomes naquela oportunidade para fazer esse debate.

Então, eu gostaria de ter esse prazo para ver se realmente as pessoas estão abertas para representar a visão da sociedade civil e dos trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Conselheiro Marcelo Cordeiro.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA – Presidente, endosso a sugestão do Conselheiro Marcelo Rech com relação a Anatel. Acho que a Anatel será até mais...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Ele sugeriu a Embratel... EBC.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA – Anatel. Acho até a Anatel mais importante que a EBC, se formos ficar só com três. E no caso da Abert, eu lembro que, em termos de emissoras de rádio, a Abratel também tem um monte e uma representa umas. Não sei como fazer, se vamos ter as duas entidades, porque ter uma só não vai adiantar. Trazer só a Abratel ou só a Abert.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Nós vamos colher os nomes todos. Depois vamos passar e resolver essa situação.

Conselheiro Araújo.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Em primeiro lugar, Presidente, acho que a proposta do Marcelo de incluir a Anatel é indispensável, é a gestora das frequências no País.

E sobre a representação associativa, eu acho que a gente deve considerar o número de empresas de radiodifusão que uma e outra representam – ou que uma e outra e outra –, se bem que hoje a Abra e a Abert estão mais ou menos na mesma linha. Mas eu concordo que deve ser escolhida uma de maior representação.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Conselheira Maria José Braga.

Mais alguém, sobre sugestão de nomes? Aí nós vamos, como eu disse, passar a peneira aqui, porque nós temos espaço para três e temos aqui seis ou sete.

Maria José Braga.

A SRª MARIA JOSÉ BRAGA – Sr. Presidente, gostaria de sugerir a participação da Sociedade Brasileira de Pesquisadores em Comunicação (Intercom), por meio do seu grupo de pesquisadores de radiodifusão.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – O.k.?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA – Presidente, eu não sugeri, como disse o Conselheiro Francisco, que fosse escolhida a associação com maior representação de rádio. Eu disse que ambas têm e que podem ser coisas divergentes, então que se chamassem as duas ou se fizesse alguma coisa para que elas trabalhassem em conjunto nisso.

Conselheiro Francisco, o que eu disse, na verdade, foi que achava que a Abratel tinha até mais do que a Abert.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Conselheiro Ceneviva, ainda é sobre esse ponto?

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Sim, só como esclarecimento em relação a duas das indicações que foram feitas.

Com relação às associações que representam as emissoras comerciais, eu estou convencido de que há uma uniformidade muito grande. O tema é indigesto para as emissoras e, todavia, a relação delas com o poder concedente para a migração se deu de maneira uniforme e alinhada. Por isso, eu estou convencido de que a Abert representaria todos, não por campeonato de maior representatividade, mas porque ela, até onde eu sei, terá sido a interlocutora. Mas é só uma visão dos fatos que eu divido com os Conselheiros Marcelo e José Francisco.

Com relação à Intercom, que a Conselheira Maria José bem lembrou, eu queria fazer o registro – acho merecido, do ponto de vista deles – de que quem suscitou esse tema foi o Intercom, foi esse grupo de pesquisa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Com relação às empresas, o Presidente da Abert, inclusive, no último congresso... Se eu não estou enganado, estávamos lá o Francisco Araújo Lima, eu, Patrícia, Liliana. O Presidente, inclusive, fez críticas duras dirigidas à Presidente da República sobre essa situação.

Tenho aqui propostas: Abert, Abra, Anatel, EBC, Ministério das Comunicações e Intercom; e o pedido de prazo formulado pelo eminente Conselheiro Nascimento. Eu tenho a opção de baixar aqui um centralismo democrático e escolher os nomes ou submeter, como eu disse, de uma forma prática. Nós temos que olhar para o universo do contexto de atribuições do Conselho, para colocar fogo no assunto, colocar pilha nessa discussão. O que queremos fazer?

Eu tenho aqui já, levantando as mãos pedindo inscrição... Cordeiro já pediu lá. Eu digo nessa sequência: Cordeiro, Ceneviva, Schröder.

Cordeiro.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA – Presidente, o senhor falou das entidades que o senhor tem inscritas aí. Eu falei da Abratel e vou insistir.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Desculpe.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA – Vou insistir com a Abratel porque a proposta...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Não precisa. Foi descuido aqui da assessoria.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA – A proposta de migração apresentada ao Ministério das Comunicações foi apresentada pela Abratel, e não pela Abert.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Não há sequer que fundamentar. Isso é o colegiado que vai decidir.

Conselheiro Ceneviva.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Obrigado, Presidente.

Quero saudar a ideia do centralismo democrático. Segundo me lembro – pode ser que esteja lembrando errado –, é prerrogativa mesmo do Presidente.

Mas queria fazer uma ênfase especial para o seguinte: hoje é dia 7 de dezembro, e nós estamos falando de um evento que acontece no dia 15 de fevereiro, em um período em que nós não temos nenhum encontro. Parecem ser 60 dias. Na verdade, é muito pouco tempo para convidar e fazer com que as pessoas efetivamente estejam aqui, de tal maneira que, se a gente não quer destruir mais uma sessão do Conselho de Comunicação com questiúnculas, eu entendo que a gente deve fechar a lista e marcar para o dia 15 de fevereiro, porque o debate é importante e factível.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Conselheiro Ceneviva... Schröder.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Obrigado, Presidente. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Vendo daqui, vocês dois são bem parecidos!

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Eu estava vendo que não só a nossa barba ficou parecida, e a careca. Eu fico satisfeito porque ele adotou o centralismo democrático entre seus conceitos, o que me parece bastante salutar e democrático.

Tentando ajudar, Presidente, sem interferir no centralismo democrático, que é prerrogativa do Presidente, eu acho que tem que haver três áreas representadas.

Não vou me ater a nomes e tal, enfim, acho que tem que haver, no mínimo, três áreas. Na verdade, três áreas mas com quatro representantes, vou tentar explicar. Acho que tem que haver uma área comercial, ou seja, a radiodifusão comercial – e aí eu concordo com o Ceneviva, ou seja, o ambiente tem que escolher quem é que representa melhor, quem é que traz melhor interlocução, suas preocupações, suas demandas e suas críticas ao processo. Acho que tem que vir alguém do setor público, que me parece pode ser a EBC. E acho que tem que vir alguém do setor acadêmico – eu endosso essa ideia apresentada, em um primeiro momento, pelo Ceneviva, inclusive o que demonstra nossa sintonia, já desde algum tempo, antes das barbas crescerem.

E parece-me que, embora possa parecer que não, há uma incidência sobre a questão do trabalho. Ou seja, embora possa parecer simplesmente uma escolha do modelo de transição tecnológica a partir do ponto de vista do modelo de negócio, eu acho que os trabalhadores da área de radiodifusão podem falar em nome da sociedade, do ponto de vista do modelo de serviço e, obviamente, também trazendo o seu ponto de vista do negócio.

Então, seriam três áreas – comercial, pública e acadêmico – e mais o setor do trabalho da área de radiodifusão.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – O gestor desta migração é o Ministério das Comunicações, estou correto?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone*.) – Amparado na Anatel, que vê o aspecto tecnológico.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone*.) – No caso, a EBC.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – A executora é a Anatel. Quer me parecer que discutir o assunto sem que ambos estejam, será algo absolutamente sem sentido, correto?

Conselheiro Murillo Aragão.

O SR. MURILLO DE ARAGÃO – Presidente, dada a seriedade do tema, acho que deveríamos ter, pelo menos, seis participantes no evento, com tempo limitado de 15 a 20 minutos para a exposição. Seria mais adequado, porque é um tema muito sério, com

ampla repercussão. O rádio é fundamental para o País. E, aí, teríamos cinco, seis ou oito convidados, enfim. O senhor perdoe aqui o meu lado calouro, mas cinco participantes atenderia pelo menos à boa parte.

Acho que, pela seriedade do tema, deveríamos ter mais convidados do que cinco. Mas temos que seguir o Regimento.

Obrigado.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Presidente, desculpe-me. Parece-me que tudo é importante – obviamente tudo é importante –, mas nós estamos decidindo o que é mais importante e o que é menos importante. Essa transição é importante, obviamente, mas ela é menos estruturante, digamos, para a comunicação social – até porque é um segmento e é uma coisa que já está em andamento – do que os outros temas.

Então, primeiro, acho que é um seminário mesmo, eu acho que não é uma audiência pública. Inclusive, eu fiz uma proposta – que eu quero retomar depois – de audiências públicas para o ano que vem. Uma delas, aliás, já foi proposta para que a comissão delibere sobre ela ou não. Se é seminário, tem um número X de palestrantes. Aqui nós vimos que há um grau de aproveitamento óbvio, ou seja, todos nós sabemos, todos nós aqui fazemos eventos, quando nós aumentamos o número de representação das mesas, nós damos conta dos nossos desejos políticos e frustramos as nossas intenções informativas, efetivamente.

Então, eu fiz uma sugestão de, a partir das áreas, a Presidência tem autonomia para escolher. Mas eu preferiria ouvir efetivamente quem decide sobre isso, a situação em que está e quais são os problemas daqueles que sofrem ou vão sofrer as mudanças, do que nós... Obviamente teremos muita gente a falar sobre isso.

Então, eu queria insistir para que nós deliberássemos as áreas que nós vamos ouvir e, a partir daí, o Presidente tivesse autonomia para...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Eu entendi sua ponderação. Alguém entre os presentes, objetivamente, sabe me dizer se há alguma matéria relacionada a este tema que nos consome agora submetida ao Parlamento neste momento? Ou isso já está superado? Já está superado!

Ceneviva, pediu a palavra? Eu quero encerrar esta discussão aqui.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Pois não, concordando com um segmento do que disse o Conselheiro Schröder, enfatizar o seguinte: eu gostaria sempre de concordar com tudo, mas o espírito crítico também existe, vive. (*Risos.*)

Mas o que eu queria afirmar, Presidente, é que nós vivemos, na última reunião, um evento de grande qualidade, de grande importância, com uma apresentação sensacional de uma professora, que fez um belo trabalho sobre a Empresa Brasileira de Comunicação. A Presidente do Conselho da EBC, presente aqui também, conduz o Conselho com grande vigor. O Presidente da Agência Nacional do Cinema contou para nós três anos de uma revolução no audiovisual do Brasil. Tudo isso feito a toque de caixa, apertando o tempo, "fala rápido, vou pegar meu avião".

Eu lamento que a gente faça assim – e digo isso não como crítica a quem fez –, mas a vida real tem feito com que a gente tolere ser rápidos nas coisas. Então, eu pondero que a importância de um assunto desse, como todos os demais, deve impor a nós que nós demos tempo a quem tiver que apresentar e que nós, como Conselheiros, tenhamos tempo de perguntar.

Eu não encheria de gente para falar dez minutos. Eu procuraria fazer com a menor quantidade possível, como fizemos hoje pela manhã.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Tivemos tempo hoje pela manhã.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – É verdade, hoje deu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Isso significa dizer que, naquele formato, nós teríamos que fazer nessa perspectiva aqui de espaço físico e com três palestrantes.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Está claro.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Entre sete instituições propostas, a Mesa fica encarregada de fazer a seleção e divulgar. Quanto a esse seminário, pode ser assim? Fica latente... Sem prejuízo de que o Nascimento apresente à Mesa alguma sugestão.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Vou sentar com a assessoria, vou convidar o Ronaldo Lemos para isso e ouviremos a todos. Com certeza será um bom evento.

Para o Seminário nº 2, de 2016, Restrições à Publicidade e Propaganda, sugestões? Conselheira Patrícia? Conselheiro Ceneviva? O Nascimento se inscreveu aqui? Está inscrito. Conselheiro Araújo Lima. Conselheira Patrícia, por favor.

A SRª PATRÍCIA BLANCO – Obrigada, Sr. Presidente. Eu só queria retomar a discussão que começamos na Comissão que formamos para já trazer uma proposta mais formatada.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Já tenho os nomes apresentados.

A SRª PATRÍCIA BLANCO – Na verdade, eu queria só resgatar um pouquinho a nossa conversa. A gente fez um grupo pequeno, formado por mim, pelo Conselheiro Nascimento, pelo Conselheiro Marcelo e pelo Conselheiro Paulo, para discutir alguns nomes propostos.

Eu levantei, nas duas últimas reuniões que tivemos, algumas sugestões, que foram colocadas inicialmente para compor esse painel. Como também acredito que, para dar maior efetividade à discussão e até maior aprofundamento, seguindo a linha do que foi colocado aqui de três ou quatro participantes por seminário, eu fiz uma proposta inicial, que foi tratar, neste primeiro momento, o tema Restrições à Publicidade e Propaganda num contexto mais genérico sobre o assunto, não entrando especificamente em discussão de projetos de lei específicos ou de setores específicos. Depois, em um segundo momento, entraremos na discussão de setores e projetos de lei.

Por quê? Qual foi a minha a minha intenção nesse sentido? Foi que nós conseguíssemos aprofundar, fazendo com que nós tivéssemos tempo para discutir questões, como a constitucionalidade de alguns projetos colocados, a efetividade desses projetos, o impacto, tanto na cadeia produtiva da comunicação como também na questão do impacto na sociedade.

Depois de passada essa primeira sugestão, o Conselheiro Nascimento a devolveu com vários nomes – todos muito pertinentes – de representantes da sociedade civil, que também corroboram com essa discussão.

A minha preocupação é que a gente faça uma discussão aprofundada desse assunto, para que a gente esclareça, até para todos os membros do Conselho, qual o impacto dessas restrições e se restrições colocadas em forma de projeto de lei são cabíveis, no sentido de que nós já temos, na Constituição Federal, setores que são proibidos.

Então, a gente passaria a adotar uma postura de aceitar restrições ou proibições de determinados setores em detrimento ao que já está sendo colocado ou que já foi posto pela Constituição.

A minha proposta está aí, foi circulada para todos e é fazer em duas etapas: a primeira, mais geral, conceitual, sobre os impactos; e a segunda, sobre temas específicos, em que abrimos para discussão setorial.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Os nomes propostos são Conar, Abap (Associação Brasileira de Agências de Publicidade), Associação Brasileira de Anunciantes, Associação dos Profissionais de Propaganda, Associações de Veículos de Comunicação, produtores de conteúdo – mais genéricos –, produtores, profissionais do setor. Esse vieram como sugestão da eminente Conselheira Patrícia Blanco.

A SRª PATRÍCIA BLANCO – Corrigindo, foi sugestão minha, mas também da discussão que nós tivemos anteriormente. Foram nomes que foram colocados anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Colhidos da discussão.

O Conselheiro Nascimento Silva sugeriu: Isabella Henriques, projeto Criança e Consumo; Pedro Affonso Hartung, do Conanda (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente); Mariana Sá, Movimento Infância Livre de Consumismo; Ekaterine Karageorgiadis, Instituto Alana; Ana Paula Bortoletto, do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor; e Fábio da Silva Gomes, Coordenação de Prevenção e Vigilância do Instituto Nacional de Câncer. Há aqui, desse modo, catorze nomes, entre nomes de pessoas físicas e de entidades.

Eu tenho inscritos aqui os Conselheiros Walter Ceneviva, Schröder e Murillo de Aragão. Mais alguém? (*Pausa.*)

Murillo de Aragão.

O SR. MURILLO DE ARAGÃO – Sr. Presidente, tendo em vista o número de sugestões, faremos isso em um dia? São 14 pessoas. Ou reduziremos o debate de questão tão essencial a três nomes, em nome da economia processual, como defendido aqui pelo meu colega?

Eu aproveito para dizer que não concordo que tenha sido limitado a três nomes tema tão importante quanto migração de rádios e volto a dizer que, num caso como esse, não é possível reduzir um debate dessa natureza a três participantes.

O que fica evidenciado é que a importância dos debates merece tempo maior para discussão. Então, tem de haver mais seminários, mais eventos que possam comportar a devida captura de impressões, informações e opiniões em análise de entidades relevantes.

Já finalizando, Sr. Presidente, não abusando da sua paciência, aproveito para dizer que a OAB e o Ministério Público também deveriam estar presentes nessa lista.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Depois, eu faço a minha ponderação.

Conselheiro Ceneviva.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu tenho uma proposta alternativa. Eu tinha gostado muito do que tinha lido aqui e, diante dos debates, me ocorre uma segunda proposta para a qual eu quero pedir atenção dos nossos pares.

Nós já tivemos oportunidade de avaliar os projetos de lei que tramitam na Casa nesta legislatura e, com mais detalhe e mais vigor, na legislatura anterior do Conselho de

Comunicação Social, e eles dizem respeito, não exclusiva mas preponderantemente, a garantir que, especialmente no rádio e na televisão, sejam veiculadas mensagens a favor de determinadas pautas ou contra determinadas pautas. A existência de tantas propostas que consumiriam horas e horas do dia de todos os destinatários dessas mensagens implica, segundo eu suponho, que os proponentes conhecem pouco de publicidade. Eu não sou um profissional da área de publicidade, mas sou um usuário e consumidor atingido pelas mensagens publicitárias e sei que há muitas que são eficientes e outras tantas completamente ineficientes.

Hoje, debatendo o tema mais cedo entre alguns de nós, ocorreu-me o seguinte: daqueles de nós que leem jornal, eu duvido que haja alguns, mesmo os advogados, que leiam os editais que vêm encartados nos jornais. O nosso cérebro trata a publicidade legal que é parte dos jornais como espaço em branco ou em preto ou, enfim, como um espaço de não leitura. Ninguém se detém em edital nenhum, e todo jornal de qualquer cidade vem coalhado de publicidade oficial.

Então, existem certas formas de publicidade grosseiras, monstruosamente ineficientes. E por que digo monstruosamente? Porque corresponde a jogar dinheiro no lixo. E um País pobre, ainda mais na crise que nós vivemos hoje, não pode se dar ao luxo de jogar dinheiro fora.

De tal maneira que, trazendo esse raciocínio para o nosso tema, se nós formos discutir as restrições à publicidade e propaganda do ponto de vista das coisas que queremos restringir ou das coisas que queremos fomentar – e quando eu digo nós eu estou dando voz àquilo que está nos projetos de lei que nós avaliamos –, no fim das contas, nós estaremos provavelmente jogando energia fora. É preciso entender o que é fazer propaganda e que propaganda funciona. Depois que estivermos minimamente educados sobre eficiência da propaganda, aí então vamos discutir a propaganda do cigarro, a propaganda da bebida, a propaganda infantil, a importância da propaganda para financiar a liberdade de expressão, a importância da propaganda para o Estado democrático de direito, e por aí vai.

Antes disso, precisamos entender um pouco de propaganda. Firme nessa convicção, ao invés de chamar um conjunto de profissionais, eu proporia que nós chamássemos um ou dois publicitários que falassem sobre eficiência de propaganda, tendo por objeto os projetos que estão catalogados pela Comissão – se não me engano, vinte –, para que eles digam se é possível fazer propaganda em cima disso ou se simplesmente fazer campanha é perda de tempo. De tal maneira que, aprendendo um pouco sobre eficiência de propaganda, possamos seguir debatendo o assunto.

Concordando com o Conselheiro Aragão, já que há tanta gente para falar sobre coisas tão importantes, é preciso que se pense em mais de um evento, porque, evidentemente, não há meio de fazer caber num evento só esse conjunto de assuntos.

Ainda no campo dos fatos...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Seu tempo.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Obrigado.

Ainda no campo dos fatos, quero dividir com todos a informação de que a regulamentação expedida pelo Conar (Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária) foi julgada pelo Supremo Tribunal Federal como regulamento, nos termos da Constituição da República, para efeito de publicidade de bebidas, o que aumenta a legitimidade e a projeção do Conar do ponto de vista de regulamentar a publicidade no Brasil.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Conselheiro Nascimento.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Eu passo a palavra ao Conselheiro Schröder.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Por favor, Conselheiro Schröder.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – O Presidente acha que eu hoje já falei demais.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Não, em absoluto. Eu lhe concederia a palavra, de qualquer maneira.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Obrigado, Presidente.

Eu também vou na mesma linha da questão anterior, de ver quais são as vozes que nos interessam para dar conta de um seminário sobre restrição em publicidade e propaganda. É isso. De novo, nós temos uma série de organizações, e certamente têm e terão outras tantas, que poderão dar conta disso. De novo, eu queria sugerir que, em que pese a importância de todas elas aqui, mais ou menos todas têm a mesma origem.

Eu concordo em parte também com o Conselheiro Ceneviva. Eu acho que a propaganda tem que falar sobre propaganda à propaganda. Ou seja, os produtores de propaganda. Então, eu acho que tem que vir alguém que represente a produção da publicidade no Brasil, a propaganda no Brasil. E temos que decidir quem será essa pessoa, não poderão ser quatro ou cinco pessoas a falar pela propaganda no Brasil. Ou seja, haverá alguém para falar sobre ela e para sintetizar quais são os problemas e qual é a sua natureza.

Acho que temos que ter alguém que fale pelos consumidores. O Conselheiro Nascimento elencou uma série de organizações. Nós temos que decidir que organização melhor representa os consumidores.

E acho que temos que ter alguém... E não vai ser alguém porque a propaganda não é regulamentada, a propaganda é autorregulamentada, sem nenhum conselho. É uma construção extremamente interessante, pois não há um conselho que a regulamente. Por exemplo, foi vetada aos jornalistas a possibilidade de ter um conselho de autorregulamentação, mas a propaganda, através de uma associação comercial, se autorregulamenta como estatuto de Estado, ou seja, de Constituição.

A mim me parece extremamente singular e exemplar a potência que tem esse segmento econômico no Brasil.

Portanto, acho que temos que falar dos reguladores. Quem são os reguladores? Bem, como não há um regulador, há um autorregulador aqui, que é o Conar, com o qual acho que se tem que conversar, mas há uma tendência de regular. Então, estamos nos debruçando sobre um projeto de lei, sobre algumas atividades.

Temos que decidir quem representa os reguladores no Brasil. Seria o Ministério Público? Seria o Ministério das Comunicações? Seria o Parlamento brasileiro? Algum Deputado que faça essa proposta? Ou seja, alguém que representa a lógica de que, sim, é importante regular a propaganda do Brasil.

Independentemente da manifestação do Ceneviva, a propaganda não é, em si mesma, uma maravilha e uma beleza para o Brasil. Ela é malfeita muitas vezes, ela é tendenciosa, ela é perniciosa em alguns momentos e ela é inaceitável em alguns outros países democráticos. Não estou nem falando da recém Venezuela entrar no mundo da democracia, segundo alguns analistas. Estou falando de países efetivamente democráticos.

Então, se pensássemos propaganda, alguém; reguladores, dois setores; e consumidores, pelo menos um. Nós já teríamos, Presidente – estou tentando ajudá-lo –, uma Mesa com quatro painelistas.

Eu nem falo aqui dos profissionais da propaganda, porque, infelizmente, os profissionais da propaganda não têm proposto se distinguir das agências de propaganda, ou seja, eles não têm organizações, pelo menos que eu identifique, como profissionais. Se houver uma organização, certamente os profissionais da propaganda também seriam importantes.

É nesse sentido, então: a propaganda, os seus reguladores e os consumidores, Presidente.

Obrigado.

O SR. DAVI EMERICH – Presidente, só uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – De ordem?

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – De ordem.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Eu ia mesmo levantar uma.

O SR. DAVI EMERICH – Nós estamos falando sobre nome, entidade, história, e não há nenhum preâmbulo para conceituar o que seria seminário.

Quando se fala em restrições em publicidade e propaganda, é uma discussão conceitual, se a propaganda merece ser feita no Brasil. É uma discussão sobre diplomas que foram aprovados, como, por exemplo, recentemente, o Código de Defesa do Consumidor, que foi atualizado para uma proposta de Ministros, inclusive, do STJ – passou por aí com uma comissão grande –, ou é a discussão de restrição em cima de projetos que estão tramitando no Congresso Nacional nesse momento.

Qual é o preâmbulo desse seminário, para eu poder também me situar melhor nisso?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA – Presidente, uma questão de ordem, só para esclarecer.

Esse tema saiu de um reunião da Comissão de Publicidade e Propaganda. E foi exatamente isso que nós fizemos. Junto com a Secretaria, nós elencamos os projetos que estavam tramitando na Casa e colocamos em temas: restrição, publicidade e propaganda, publicidade eleitoral e uma série de coisas. E esse foi o que foi visto primeiro. Por quê? Achamos que esse deveria ser o primeiro seminário.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Qual foi o escopo definido na Comissão, Conselheiro?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA – A Comissão estava estudando os projetos que proíbem determinados produtos: cigarro, bebida em horário de criança. Essas eram as restrições que estavam sendo, parece-me, elencadas – não me lembro se eram só essas –, e nós fomos pegar esses temas para estudar, primeiro, esses projetos e propor um seminário para estudar esse projeto. Aquilo que cabia e aquilo quem não cabia.

O SR. DAVI EMERICH – Em cima de matéria que está em tramitação.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA – Que está em tramitação!

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Concluindo, Conselheiro.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA – Não é necessariamente o caso, Conselheiro. O que nós estávamos procurando... E principalmente o que lembrou agora o Conselheiro Schröder: o consumidor. Basicamente, são propostas do Congresso em defesa do consumidor: em defesa de criança, em defesa de pessoas que estão sujeitas a produtos que podem fazer mal à saúde.

Isso foi o que se pensou inicialmente na Comissão de Publicidade e Propaganda, mas como o nome fica "restrição", aí cabe tudo.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Senhores, eu tenho inscritos ainda: o Conselheiro Nascimento; o Conselheiro Cordeiro não precisa mais, já falou; o Conselheiro Ceneviva já havia falado. Pretende falar de novo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – A Conselheira Patrícia e o Conselheiro Davi.

Vejam, quem levanta uma questão de ordem agora sou eu.

Eu tinha 13 ou 14 sugestões. Passo a ter agora, com a sugestão do Conselheiro Murillo Aragão, de inserção da OAB e do MP nesse debate, 15 entidades ou nomes absolutamente relevantes, todos. Não ouvi nenhum argumento que não seja importante, fundamental, que possa ser desconsiderado. Na sua fala certamente virão mais.

Quero chamar a atenção para o seguinte: esse seminário deverá acontecer em 7 de março, não é isso? Eu queria sugerir que eu colhesse esses nomes todos. Vou fazer uma tabela e distribuir no nosso canal de *e-mails* para todos. E nós faremos uma votação das prioridades.

Se continuarmos esse debate em torno de ideias, de formato num grupo de 20 pessoas, nós não vamos chegar ao consenso.

Há uma proposta de discussão de um tema, este sim – não que não seja fundamental o que estamos fazendo –, podemos fazer mais no privado, como a rediscussão do atual modelo de prestação de serviço de telecomunicações. Se tivermos 30 minutos para esse debate, o Ceneviva sequer terá condições de expor.

Vamos dar um sentido? Estou consultando o colegiado. O colegiado resiste à ideia?

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Eu encaminhei diferente, Presidente.

Percebi que o senhor não estava muito atento, talvez pela...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Estava, sim.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – ...pela redundância das minhas intervenções.

Estou propondo, Presidente, que sejam quatro palestrantes.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Eu entendi isso!

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Então eu acho que...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – E o Murillo Aragão sugeriu que fossem seis.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Não, não são seis; são quinze, porque são quatorze, não sei quantos...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – V. Exª sugere quatro, Murillo Aragão sugere seis, e eu tenho quinze ou dezesseis nomes.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – É exatamente desse. O que eu quero é dar sentido prático e decidir essa operacionalidade num ambiente mais reservado. Vamos discutir no público o tema...

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Presidente, estou tentando ajudá-lo.

O SR. MIGUEL ÂNGELO CANÇADO – Por favor.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Posso tentar?

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – E ainda tenho os inscritos. Não vou lhes cassar a palavra, mas quero que o colegiado me ajude.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Vou tentar ajudá-lo com um encaminhamento.

Se eu entendi, a nossa Conselheira Patrícia detectou e encaminhou o que deve ser feito em dois momentos, ou seja, um momento de... E depois vários Conselheiros trabalharam sobre isso.

Dois momentos: vamos discutir conceitualmente e depois, particularmente, os projetos de lei. Pelo menos eu entendi assim.

Compreendendo isso, eu estava propondo para esse primeiro – quanto a segundo, nós sequer vamos conversar sobre ele, porque não sabemos quando realizá-lo – debate de definição, conceituação e que, tangenciando esse cenário, fosse feito por esses quatro sistemas, essas três áreas. Era o que eu tinha sugerido aqui.

Qual é a proposta, Presidente, que eu posso fazer incorporando a sua proposta?

Em vez de trabalharmos com seis nomes, quinze nomes, seja lá quantos nomes, que o senhor, com a prerrogativa de Presidente do Conselho, junto com o nosso Vice-Presidente, nos encaminhe uma proposta...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Pois é. É exatamente isso que eu acabei de propor.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – ...de três nomes.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Três nomes? Está bom.

O colegiado está de acordo com isso?

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – O colegiado vai debater sobre isso. O colegiado vai dizer sim, não, muda, não muda, enfim.

Assim teremos alguns nomes para trabalhar.

Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Está bem.

Conselheiro Nascimento, V. Exª ainda pretende se manifestar sobre o ponto?

O SR. NASCIMENTO SILVA – Sem dúvida, Presidente.

O SR. MIGUEL ÂNGELO CANÇADO – Com a palavra.

Eu vou controlar o tempo a partir de agora. Três minutos.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Não tem problema. Serei rápido.

Quando nós discutimos na Comissão e foi levantada essa questão de se fazer um seminário, em nenhum momento eu entendi que a Conselheira Patrícia havia dito que eram dois temas. Ela simplesmente fez proposta de entidades. Nem de nomes; de entidades.

O que eu fiz e o que eu pedi nesta reunião foi que me dessem um tempo para eu consultar as bases.

O que eu fiz? Ao consultar as bases, eles me deram esse calhamaço de sugestões. Eu não estou impondo essas pessoas, que sejam as 10. Inclusive a Zezé me indicou outros nomes.

O que eu trouxe para contribuir é que não fossem só os nomes que a Conselheira Patrícia havia elencado.

É só isso!

Se são três, se são dois, se são quatro, eu quero que esteja no contexto essas que eu estou indicando, ou algumas dessas que estou indicando. Se indicar uma, já está bom demais.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Conselheira Patrícia.

A SRª PATRÍCIA BLANCO – Colocando novamente qual foi a proposta. Eu vou até ler o *e-mail* que eu mandei para o grupo:

> Minha sugestão é que, devido ao pouco tempo para um debate mais aprofundado sobre o assunto, minha proposta, minha sugestão é que, neste primeiro encontro, abordemos o tema de forma ampla e conceitual, sem entrar em questões pontuais que tratem de segmentos, setores ou públicos específicos.
> Acredito que, após termos uma primeira visão sobre o assunto, poderemos nos aprofundar em temas específicos.

Bom, voltando então: a ideia e a sugestão do Conselheiro Celso Schröder é pertinente. Temos que avaliar que, se chamarmos quatro participantes para compor a Mesa, que tenham representatividade no setor de produção, nos consumidores, na Academia e na sociedade civil como um todo.

Se nós conseguirmos avançar até na regulação – o Conar é um exemplo de autorregulamentação publicitária –, se nós tivermos um primeiro encontro que permita que tenhamos um seminário em que se possa colocar todos no mesmo patamar de informação, com esses representantes, partimos para um segundo momento em que poderemos aprofundar, sim, temas, e aí incluir, porque são n entidades que tratam desse assunto de todos os ângulos.

Então, a proposta de fazermos um primeiro encontro para que possamos avançar nesse assunto, seguindo o que o Conselheiro Schröder colocou, é pertinente a isso que eu estou colocando. Se pudermos avançar dessa forma e discutir os nomes não publicamente, mas internamente, será ótimo. Nós temos de avançar, e é essa a minha ideia.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – O último inscrito sobre este tema, Conselheiro Walter Ceneviva.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – O Davi pediu inscrição novamente.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Obrigado, Presidente.

Um esclarecimento na minha fala pode ter dado a impressão de que eu sou contra a publicação de editais, e não é o que eu quis dizer. Os editais são cruciais, são importantes para dar transparência, só que o cérebro não os lê.

A segunda coisa: quando eu mencionei a ideia de que nós aprendêssemos sobre propaganda, eu não estava dizendo que nós aprendêssemos a fazer propaganda, mas que trouxéssemos alguém com uma visão científica do efeito da propaganda.

Por fim, quando V. Exª propôs o encaminhamento de que fossem avaliados os nomes, as entidades e tudo o mais, eu discordei, e quero explicar minha discordância. Pode ser que nós estejamos criando – se não entendi mal – um problema desnecessário, um falso problema. Se for para caber os temas, as pessoas e as entidades num único evento, de fato, nós teremos um desafio muito grande, como já dizia o Conselheiro Aragão, indicando ali que nós temos de pôr todo mundo. Se nós concebermos – como, de fato, eu entendo que temos de conceber – mais de um evento, o problema, então, é muito mais simples. Não só nós temos tempo, como temos ampla condição de assegurar debates de alto nível.

Então, a minha discordância com o encaminhamento proposto por V. Exª não é quanto ao mérito do que está proposto, mas é quanto ao fato de que sua proposta parecia

querer se referir a um evento. Se a sua proposta quiser referir-se a mais de um evento, um número reputado necessário de eventos, ao seu critério, eu adiro a essa proposta.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Encerrando, então, efetivamente, concedo a palavra ao Conselheiro Davi.

O SR. DAVI EMERICH – Mais que um evento nessa questão, vai todo o mandato do Conselho só para decidir publicidade.

Então, eu acho que o centro tem de ser os projetos que estão tramitando na Casa. Não é nem discussão teórica da publicidade, que eu acho que nem cabe, em função do que é um conselho.

Eu estou com a proposta da Mesa, secundada pela proposta do Schröder de estabelecer um mínimo de três ou quatro, e a Mesa, através da internet, para resolvermos isso.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Encerrado esse intenso debate, consulto o Colegiado se o que eu posso colher... Eu não limitei. Efetivamente, Conselheiro Ceneviva, eu vim exprimir, apenas como auxiliar dos trabalhos aqui, a ideia que inicialmente veio: de um seminário. Tanto que fixamos datas. Se fixamos uma data, 7 de março, para esse evento, é um seminário.

De tanto debate, qualquer uma dessas propostas que temos no seminário, se colocarmos nesse contexto qualificadíssimo de pessoas, nomes e particularidades, nós vamos desdobrar todos ao final do mandato, todos os seminários. Isso é certo.

Então, a figura que usei há pouco, do centralismo democrático, fica conferida à Mesa no contexto do que aqui está proposto, a designação das entidades que se manifestarão, sem prejuízo de que, no desdobrar desse, nós façamos outro, porque já sairemos daqui hoje com dois debates importantes marcados, dois seminários ou audiências públicas, no dia 15 de fevereiro sobre migração, o segundo sobre restrições de publicidade e propaganda, e ainda com a perspectiva de um terceiro, que vou deixar para trazer à discussão numa próxima reunião.

Se desdobrarmos cada um desses, no ano de 2016 também já terá terminado. Esse tema está absolutamente inserido nas nossas atribuições – inciso II da Lei e do nosso Regimento. Então, em consulta, para ser objetivo, como eu disse, fixando o tempo até mesmo para mim ali, querem definir, votar nomes aqui ou a mesa fará a escolha e encaminhará aos senhores, para uma votação reservada? Ceneviva? Schröder, você tem alguma objeção? Vejo que tem.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Sim, Presidente, porque a proposta não está... Ou seja, onde estão, nos listados, os reguladores? A ideia, por exemplo, da participação de quem está propondo? Não estão aí. Ou seja, está o Conar, mas não está... Não sei quem nós decidiríamos como reguladores. Quem está propondo a regulação? São os Deputados? Esse debate tem de ser feito, alguém tem de fazer, senão, estamos fazendo o quê? Em cima do que estamos discutindo?

Então, está faltando a ideia pelo menos dos reguladores, e está sobrando, Sr. Presidente, para lá de sobrando, representantes de áreas que se confundem, anunciantes com publicidade, com empresa. Enfim, eu acho que estão sobrando siglas na proposta inicial. Consumidores. Ou seja, esses nomes sugeridos pelo Conselheiro Nascimento... É isso...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Reguladores... O Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, que é a Comissão afeta a esta matéria, inserindo

esse nome nessa listagem, contempla a sua perspectiva? O Presidente da Comissão de Comunicação...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Eu não posso chamar aqui todos os autores dos projetos. Eu falava há pouco à assessoria que, a partir de agora, em todos esses seminários, para todos esses seminários, sejam convidados todos os Parlamentares, 81 Senadores. Pelo menos que eles sejam comunicados. Quem quiser estar conosco... Até para que não falemos para nós mesmos. O que eu não quero é que falemos para nós mesmos. Convidá-los. Quem vier, será bem-vindo, bem recebido.

Então, objetivamente, consulto V. Exª: se, inserindo neste contexto os reguladores ou alguém mais para que avaliemos, senão temos de colocar em votação.... O Conar, deve ou não deve? A Abap, deve ou não deve? A ABA, deve ou não deve? Isso vai consumir hoje, amanhã e depois.

Está contemplando, assim, a sua perspectiva? Eu estou sujeito, inclusive, a pedradas, mas a elas me disponho, porque o Presidente tem de decidir alguma coisa.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Eu acho que se o Presidente da Comissão representar a proposta reguladora, Sr. Presidente, ou seja, representar a proposta dos Deputados, parece-me perfeito. O problema é se ele não representar, ou seja, se ele se somar à ideia desregulamentadora, por exemplo, defendida por 90% dessas entidades que...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Para a proposta, eminente Conselheiro, eu tenho de chamar o autor da proposta.

O SR. DAVI EMERICH – Não existe um regulador no Congresso. Tem-se várias propostas reguladoras com cabeças diferentes. Então, não dá para trazer um.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Sr. Presidente, eu peço a palavra. Se a gente considerar que o Poder Legislativo não é o regulador do assunto, então, nós estamos ficando doidos. Não há outro. No Estado democrático de direito, quem faz lei é o Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – A assessoria pode extrair, por favor, todos os projetos que digam respeito a essa matéria e encaminhar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Pois é, já estão no âmbito da Comissão, quero que mande para nós para a gente identificar quem são os relatores e formularemos a V. Exªs, todos, uma proposta via *e-mail,* sujeita a críticas e trovoadas.

Pode ser assim? Podemos encerrar este debate?

O SR. DAVI EMERICH – Presidente, regulador no Congresso, se for chamar, chama um presidente de comissão da Câmara e outro do Senado. No máximo.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – É o que está posto.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Uma pergunta apenas.

Eu outorgo, com a maior tranquilidade, esse mandato ao nosso Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – E ao Vice.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Mas eu queria saber a limitação à quantidade de pessoas, porque...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Vamos ver aqui: espaço físico temos, e, naturalmente, tempo porque também um seminário com oito pessoas, e, como disse há pouco alguém,...

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Não funciona.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – ...alguém falar cinco minutos, dez, você chama o sujeito vem lá, como veio aquela professora...

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Mas, então, pelo menos isso não poderia...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – ...veio lá do Rio Grande do Sul com uma expectativa, eu sentia nela uma expectativa enorme de falar para nós aqui, ela estava com satisfação de estar conosco, e vejo concordância em muitos do senhores aqui, e dizer que terá só 10 minutos...

Então, vamos tentar, nós vamos ter que ter discernimento para isso e mandar aos senhores.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – O mandato da quantidade também fica com o Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Eu agradeço muitíssimo pela confiança expressada tão espontaneamente.

Eu espero que nossa assessoria, Ronaldo Lemos, nós teremos, parece muito, mas pouco tempo para organizar isso, que nossa assessoria condense todas essas obrigações que acabamos de assumir, e que nós consigamos dar vazão a isso rapidamente.

O Conselheiro Walter Ceneviva sugeriu que discutamos aqui a respeito da consulta pública do Ministério das Comunicações, com prazo vencendo em 23 de dezembro próximo, sobre o modelo de prestação de serviços de telecomunicações.

Conselheiro Walter Ceneviva, e eu quero pedir a todos, peço a assessoria que me ajude lá no relógio, e a todos que observem o tempo, porque são 16h20, vamos cumprir o nosso calendário de tempo, dando oportunidade a todos, inclusive eu próprio.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Obrigado, Presidente.

Eu começo, então, pela minha proposta...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Três minutos.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – ... de tal maneira que a gente possa ter objetividade.

Minha proposta é de que a gente faça um pleito enfático, vigoroso – estou procurando uma palavra delicada, mas só me ocorreram palavras indelicadas –, um pleito vigoroso pelo adiamento desse prazo.

A consulta pública proposta pelo Ministério das Comunicações, que é o formulador de políticas no âmbito do Poder Executivo Federal em relação ao tema tão importante das telecomunicações, se propõe a avaliar a revisão do modelo de prestação do serviço de telecomunicações. Portanto, a revisão do modelo de prestação do serviço de internet, a revisão do modelo de prestação do serviço de TV paga, e por aí vai, além de todo o substrato que são as redes que permitem que exista comunicação.

Essa consulta pública traz consigo um documento chamado "Contextualização e Visão do Futuro", e trata de temas importantes, quais sejam, o exercício da cidadania, a promoção da cultura, o desenvolvimento tecnológico do Brasil, e isso tudo dentro de um cenário que, segundo consta do próprio documento, vai descrever o setor das telecomunicações pós 2025, daqui a 10 anos, portanto.

Sendo o tema de crucial importância para toda a comunicação pelo que ele tem substrato e pelo que ele tem de comunicações em si mesmo, sendo o tema de grande sofisticação, sendo que a proposta do Ministério das Comunicações implica uma verdadeira revolução, porque a proposta do Ministério implica tirar as comunicações de

voz, a telefonia, como a gente conhece, do foco da prioridade das políticas públicas sobre telecomunicações e introduzir a banda larga como sendo o foco e a prioridade do Poder Público em relação às telecomunicações, ou seja, uma grande mudança sair do serviço banal, que é a voz, para uma coisa tão sofisticada como é o acesso à internet...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – ... não é possível que se faça isso em 20 dias, sem nenhuma publicidade, como tem sido feito até aqui.

De tal maneira que, em primeiro lugar, afirmando que o tema é crucial para nós, está no escopo das decisões do Conselho, e, no entanto, em 20 dias, nem nós nem a sociedade vão poder se pronunciar, a proposta que eu encaminho é que se pleiteie com vigor, como eu disse, o adiamento do prazo da consulta pública.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – V. Exª sabe dizer qual é, exatamente, o escopo da consulta e qual é o regulamento que a estabelece? Há uma norma legal, uma portaria? V. Exª tem essas informações para que nós pudéssemos colocar o assunto?

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – A assessoria circulou o material para nós. Não há uma portaria. Há uma consulta pública. O nome jurídico da provocação que o Ministério das Comunicações faz à sociedade civil é consulta pública. Ela traz consigo o escopo, os prazos, as formas de contribuição dos interessados, faz a contextualização de que decorrem certas perguntas que o Ministério espera que a sociedade responda.

Não sei se respondi.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

O SR. DAVI EMERICH – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Eu vou colher inscrições: Schröder, Davi, Araújo Lima, Nascimento.

Schröder.

O SR. DAVI EMERICH (*Fora do microfone*.) – A minha é uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Questão de ordem tem prioridade.

O SR. DAVI EMERICH – Eu só queria saber o seguinte: esse caiu como se fosse um raio inicial azul ou já foram feitas outras audiências e esse seria um corolário de um processo? E, segundo, se o Conselheiro Ceneviva tem informações de como as entidades que, de alguma forma, seriam impactadas por essa questão, estão pensando em torno do tema? Há um consenso de que essa audiência deve ser prorrogada para um prazo ou há um grupo grande que quer fazer no dia 23?

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Conselheiro Ceneviva, na verdade são questionamentos, não exatamente questão de ordem, de encaminhamento, embora os questionamentos possam ter sentido para resposta futura.

Vou colher aqui a sequência e V. Exª responderá a todas ao final.

Conselheiro Schröder.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Sr. Presidente, eu queria endossar a proposta do Conselheiro Ceneviva como parte do argumento que ele traz e acrescer um...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – *Cum grano salis*.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Um grão. Efetivamente, nós estamos dizendo, há algum tempo, que é preciso legislar sobre a convergência, que precisamos

tratar disso, que isso indica parte da crise sobre a qual a radiodifusão está sofrendo. Parte dela, é em função desse, primeiro, sombreamento de funções, desregulamentação naquilo que é essencial, do modelo de negócio e, obviamente, o resultado não tem sido positivo.

Portanto, nós achamos que o encaminhamento que está sendo feito é da pior maneira possível, porque um encaminhamento que não leva em conta, nem de um lado – pelo menos que eu saiba e pela manifestação do Conselheiro Ceneviva me parece com razão –, nem mesmo o campo do negócio tem sido consultado na medida do necessário para que possa responder a isso, se posicionar a partir de seus interesses, que são absolutamente legítimos; nem mesmo a sociedade, a partir de um modelo de serviço, que pudesse dar a esse modelo de negócio uma função social e uma dimensão democrática maior.

Então, independentemente das razões e dos motivos e não conhecendo profundamente, até em função de uma intencional velocidade, que me parece contida nas decisões e uma falta de debate, inversamente proporcional a essa intensidade, eu também queria que nós nos manifestássemos com essa veemência que o Conselheiro Ceneviva se manifesta, levando em conta que nós não podemos legislar no País, mas a partir de situações de fato, de uma maneira desconexa, que produz legislações incompatíveis ou legislações que acabam ficando superadas num curto espaço de tempo, porque não são legislações que dialogam com essa complexa...

Hoje, nós tivemos uma amostra. Ou seja, com essa complexa, com essa inédita, com essa... Não tenho adjetivos aqui para colocar suficientemente para dar a dimensão dessa mudança que ocorre no mundo e sobre a qual nós temos que nos debruçar, olhando de frente a complexidade e enfrentando de frente os desafios. Significa acolher as vontades do ponto de vista e da relevância que essas vontades têm, por exemplo, as vontades comerciais, as vontades do ponto de vista do modelo de negócio, mas compreendendo que isso é, antes de tudo, um modelo de serviço e que, portanto, o País precisa definir o seu modelo de serviço. Nós temos insistido nisso...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Seu tempo, Conselheiro.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Obrigado, Presidente, encerrando.

Nós temos insistido nisso, e tanto o Presidente da Anatel, como os representantes do Governo insistem em criar um modelo de serviço. Na verdade, como apareceram hoje representantes do setor público nos revelam seus temores, as suas preocupações, a partir de, na verdade, uma ausência de um nexo entre as legislações e que precisam tratar da convergência como uma coisa só.

Obrigado, Presidente, pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – O Conselheiro Davi já se manifestou. O Conselheiro Nascimento abriu mão. O Conselheiro Francisco Araújo Lima.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Presidente, eu acho que a minha contribuição poder ser... Eu tenho que remeter a uma experiência da semana passada, em que a Associação Brasileira do Direito da Tecnologia da Informação e das Comunicações (ABDTIC), nós realizamos um seminário, um longo seminário, e um dos painéis que se destacou foi exatamente a discussão desse tema, conduzido por um representante do Ministério das Comunicações, que é o Secretário Executivo da área de telecom, do Ministério das Comunicações.

O debate foi riquíssimo. Havia outros interessados, representantes da Anatel. Foi um debate bastante longo, mas houve uma manifestação do público que era numeroso, sempre no sentido de que não é possível se produzir um comentário dessa natureza,

como no caso do projeto que surgiu, da concepção do princípio do Marco Civil da Internet, levou dois anos e meio só em discussão pública, antes de chegar a uma discussão organizada no Congresso e, no Congresso, estendeu-se também por um longo período.

Então, houve uma reação dessa natureza, e eu continuo dizendo que estranho a velocidade, mas identifico, até para que vocês tenham uma visão que eu vou compartilhar porque me parece que faz sentido e que é acatada por um grupo grande. O problema é resolver a irreversibilidade dos bens de concessões públicas de natureza pública. As telcos têm isso sobre o STFC, serviço de telefonia fixo comutada. E tudo o que ela está oferecendo hoje como banda larga está pendurado nessa rede. Se não dissociar uma coisa da outra, as telcos pararão...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – ...como eu acho que já procedem muito lentamente, com a disseminação das redes de banda larga, banda larga mesmo; não é 2 mega, como eles entregam com ADSL.

Então, eu acho que a discussão é em torno disso, e é uma discussão muito séria. É desembarcar do conceito de serviço público a banda larga, para que ela não fique sujeita a uma reversibilidade dos bens que compõem essa rede a ser instalada. Então, eu acho que é uma discussão que vai... Os Estados Unidos tomaram essa decisão, o Wheeler peitou mesmo as empresas de cabo.

Então, eu acho que é uma discussão que não sei como se resolve, mas o melhor caminho é o do Ceneviva. Vamos, pelo amor de Deus, tentar. Não sei se o Ministro cederá, mas tentar um adiamento dessa consulta pública.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Mais alguém?

Temos, então, objetivamente uma proposta do eminente Conselheiro Walter Ceneviva, de pedir o adiamento. É possível supor o prazo, o tempo em que sugerimos? Já que vamos pedir adiamento, vamos sugerir com prazo, eminente Conselheiro Ceneviva? V. Exª tem sugestão a respeito?

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Seguramente, março.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Março?

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Março.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – V. Exª pode se incumbir, desde que aprovada a sua proposta aqui, da elaboração desse documento, da minuta desse documento, falando inclusive da necessidade de que seja ouvido, chamando a atenção, quem sabe até para a necessidade de que seja ouvido o CCS?

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Seguramente sim. Submeto a minuta a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Alguma divergência quanto à proposta?

V. Exª, então, submete a minuta a mim. Encaminhamos e circulamos para todos. Pode ser assim?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – Mas já definida ou cada um vai dar opinião?

O SR. PRESIDENTE (Walter Vieira Ceneviva) – Se o Colegiado quiser assim, submeto a todos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – Estou fazendo uma consulta.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – E estou devolvendo ao Colegiado a consulta. Se o Colegiado pretende opinar, será exclusivamente um pedido de adiamento dizendo da necessidade de mais tempo para debate acerca do tema, inclusive da oitiva deste órgão colegiado. Mas mando a todos. Pode ser?

O SR. DAVI EMERICH – Só uma sugestão. Encaminhar para quem?

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – A quem fixou, ao Ministro.

O SR. DAVI EMERICH – Mas, nesse ponto, para dar força também, sugeriria que fosse encaminhado aos presidentes das duas Casas, aos Deputados e Senadores todos ou pelo menos aos membros da Comissão, a um público maior, até para fortalecer a proposta do Conselho.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Perfeitamente.

Acolhida a sugestão, a assessoria pode anotar, por favor?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Ele está me dizendo que tenho de assinar os 600 documentos. Virei à Casa para isso, no início da próxima semana.

Mais alguém sobre esse tema? Conselheiro Ceneviva, fica esgotada a discussão restrita a esse pedido de adiamento? E o nosso *deadline*, na hipótese de negativa ou de desconhecimento ao nosso pedido? Nós temos...É razoável pensar sobre. Podemos ser ouvidos e ter o nosso pleito negado. Estaremos satisfeitos? V. Exª tem a palavra.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Proponho ao Conselho que a gente volte ao tema, ou seja, se o Ministro de Estado das Comunicações, com 45 dias de mandato e sem nenhuma militância no setor, acha que pode formular alguma coisa, em 30 dias, para valer pelos próximos 30 anos, deve ser objeto da nossa atenção. Não responderia à pergunta de V. Exª neste instante, mas acho que a gente deve se debruçar sobre esse assunto. Seria de uma gravidade incomensurável.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Ainda que virtualmente, porque só nos reuniremos dia 15 de fevereiro.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Não há dúvida, vai haver Brasil – como a gente estava falando há pouco – pelos próximos 800 anos.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Conselheiro Araújo Lima.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Presidente, a nossa participação nessa discussão não tenho dúvidas de que ocorrerá, já que isso não se pode fazer senão por uma lei. Não se vai alterar a LGT num ano.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Sim, claro.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Então, da oportunidade de trabalhar, de discutir, de opinar, não seremos privado. Então, acho que o adiamento é para a gente tentar dar uma contribuição reativa. Mas, nós sempre...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Este é só um primeiro momento.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Bem observado por V. Exª.

Conselheiro Ronaldo Lemos.

O SR. RONALDO LEMOS – Só uma observação, Sr. Presidente. Acho que no caso da negativa, o Conselho pode chamar para si a discussão do tema, como estamos fazendo. Inclusive, organizar uma discussão e convocar o Ministro das Comunicações para que fale conosco em audiência do Conselho. Então, esta é a minha sugestão de encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Por isso que trago aqui, porque daqui vão sair sugestões positivas como essas. Ativas e positivas.

Encerrado esse tema, não temos mais nenhum tema na Ordem do Dia. O tema extrapauta que tínhamos já foi submetido. Consulta as Srªs e aos Srs. Conselheiros se têm alguma colocação, alguma inscrição?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Desde que relativo à atividade do Conselho.

Então, deixe-me organizar aqui. Conselheiro Cortizo.

O SR. ANTÔNIO MARIA THAUMATURGO CORTIZO (*Fora do microfone*.) – Eu não pensava em outra proposta aqui, mas... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Conselheiro Nascimento; Conselheiro Ceneviva; Schröder. Quem mais? Davi.

Vejam: Cortizo, Nascimento, Ceneviva, Schröder, Davi. Mais alguém pediu? (*Pausa.*)

Foi o primeiro o Conselheiro Ismar. Então, V. Exª já tem a palavra. Peço à assessoria que marque três minutos. Dois minutos serão suficientes para esta rodada? (*Pausa.*)

Dois minutos, assessoria, por favor. Disparado o ponteiro.

O SR. ISMAR DE OLIVEIRA SOARES – Eu gostaria que fosse possível marcar uma reunião da Comissão Temática de Liberdade de Expressão e Participação Social. Essa Comissão ainda não se reuniu.

Acredito que existam temas de interesse da sociedade que poderíamos introduzir na pauta do Conselho, mas seria interessante que isso passasse pelo crivo desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – V. Exª encerrou?

O SR. ISMAR DE OLIVEIRA SOARES – Sim. Sou membro desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Essa Comissão é presidia pelo eminente Conselheiro Fernando César Mesquita. Vou imediatamente provocá-lo quanto a isso. Ele, com problema pessoal, não pôde vir na última e nesta. Ele é muito frequente entre nós. Vou provocá-lo para que o faça o mais ligeiro possível.

O SR. ISMAR DE OLIVEIRA SOARES – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – As comissões, é preciso esclarecer, estão com o horário de funcionamento prejudicado. Hoje, por exemplo, não poderíamos reunir pela manhã nenhuma das comissões em razão do seminário que tivemos.

E nas duas próximas reuniões que temos já temos impedimento de reunião das Comissões. É que a nossa agenda é efetivamente – não digo infelizmente – limitada.

Conselheiro Antônio Cortizo.

O SR. ANTÔNIO MARIA THAUMATURGO CORTIZO – Muito obrigado, Presidente.

Eu pedia a palavra para dar as boas-vindas ao Dr. Murillo Aragão, novo Conselheiro deste Conselho, que conheço há mais de 30 anos. Labutamos nesta Casa durante muito tempo, quando aqui eu era jornalista político, repórter setorizado no Congresso Nacional e ele atuava como assessor parlamentar exatamente para as emissoras de rádio e de televisão do Brasil. Hoje é um cientista político de renome nacional que aqui está conosco a partir de agora.

E para a senhora também dou as boas-vindas ao nosso Conselho.

O segundo ponto, Presidente, é com relação à EBC. Na reunião passada eu dei um informe aqui de que participei de uma mesa redonda de negociação coletiva lá na EBC e até por isso cheguei atrasadíssimo, quase às 17h.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTÔNIO MARIA THAUMATURGO CORTIZO – A empresa relutou em conceder o reajuste dos funcionários, o que levou a uma greve para o dia seguinte a partir da zero hora.

Com isso, foi ajuizado um dissídio de greve, e lá no Tribunal Superior do Trabalho foi feito um acordo. O Governo oferecia, no máximo, só 3,5% e terminou concordando em conceder 7% mais 1% de todo o valor da folha para promoções e o IPCA, para todas as outras cláusulas econômicas e sociais. E, além do mais, para o *ticket* refeição – eu até desconhecia que existia um índice específico – foi concedido também esse índice que foi de 10,92%.

Era para complementar a informação que eu havia concedido aqui na reunião passada sobre EBC.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Obrigado a V. Exª.

Faço minhas as palavras de cumprimento, embora já o tenha feito no início, aos dois novos membros do Colegiado.

Conselheiro Nascimento Silva.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Dois minutos. Serei rápido.

Eu quero aproveitar este momento para solicitar a este Conselho uma atuação, não sei se mais efetiva, em relação ao que vem ocorrendo com a Rede Record.

Ou seja, a terceirização das atividades-fim e a demissão de dirigentes sindicais. Não só isso está acontecendo agora como também eles estão fazendo o absurdo de mandar mais de 700 trabalhadores embora e terceirizando esse trabalho com uma produtora.

Então, eu gostaria que fizesse eco a nossa cobrança à Rede Record. Não sei de que forma... Estou publicizando isso aqui para mostrar a indignação dos trabalhadores jornalistas, radialistas atores, todos que trabalham na Record.

(*Soa a campainha.*)

O SR. NASCIMENTO SILVA – O outro pedido, também nesse sentido, é com relação aos Diários Associados. A TV Alterosa está com uma proposta de reduzir em 40% o número de trabalhadores. Há mais de R$11 milhões em dívidas de Fundo de Garantia e INSS e está com o pagamento do décimo terceiro salário e de salários atrasado.

Eu só não quero que aconteça com os companheiros da TV Alterosa, dos Diários Associados e do próprio jornal *Estado de Minas*, o que ocorreu com a Rede Manchete. Então, pensando alto, ver de que forma podemos, como Conselho de Comunicação Social, responsável, inclusive, pela comunicação deste Brasil, já que é uma concessão a TV em Minas, que façamos alguma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Volto ao tema no final, para dizer em relação à Presidência.

Conselheiro Walter Ceneviva.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Obrigado, Presidente, no ritmo da falta de tempo.

Uma anotação: constou da ata da 4ª reunião, quando o Conselheiro Ronaldo apresentou o parecer sobre o tema do direito a esquecimento. Consta da ata que a

Comissão de Relatoria integrada pelo Conselheiro Ronaldo Lemos, Conselheiro Celso Schröder e eu mesmo, que teríamos aprovado o relatório. De verdade, debatemos, eletronicamente, e não se estabeleceu, propriamente, uma deliberação.

Faço este registro, aliviado e satisfeito, porque vejo que, tendo sido aprovado o relatório que era de excelente qualidade, o Conselheiro se reservou para voltar ao tema quando isso fosse importante.

Então, faço essa menção porque a ata tem uma informação que não é completamente precisa e saúdo o fato de que possamos voltar ao tema nas outras formas e nos outros formatos que ele possa contemplar.

Quero, também, por justiça, registrar que diferente do que constou nessa ata a proposta de convite ao Conselheiro Manoel Rangel não foi minha, mas foi genial, o que se verificou pela...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Conselheiro, pela ordem.

Essas correções da ata devem ser feitas na próxima sessão, porque postergamos para ela essa aprovação.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Não é uma correção.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Essa é da anterior. Perdão.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – E essa ata é antiga, não é uma correção.

E, por fim, aí sim, no tema da ata, a assessoria revelou para mim, o nosso colega Cagiano, que, de fato, a ata veio com o *e-mail* diferente do que informei na data de 3 de dezembro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Muito obrigado.

Conselheiro Celso Schröder.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Obrigado, Presidente.

Vou fazer duas propostas que acho estruturantes para o ano que vem. Fiz isso no início da sessão, Presidente, quando o senhor estava fazendo, provavelmente, uma atividade ali fora, vou repeti-la, até porque orientado pelo Vice-Presidente para deixar para este momento. Acho que temos para o ano que vem que fazer dois debates que me parecem são importantíssimos, porque estão sendo feitos na sociedade. E como sempre quando o debate é feito deslocado dos locais, ou, pelo menos, unilateralmente, produz distorções de lado a lado. Então, acho que tínhamos que produzir, através de audiências públicas, obviamente, estou propondo, podemos voltar a discutir ano que vem – eram três temas: um, a crise econômica, já encaminhamos. Sobraram dois temas: um, é sobre a questão das concessões públicas. Acho que temos que debater isso sob vários aspectos: sob aspectos legais, que estão sendo desrespeitados na Constituição...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – ...sob aspectos tecnológicos que estão sendo modificados, em que perde sentido, por exemplo, a definição clássica de concessão pública, e, portanto, diz respeito, inclusive, à sobrevivência e à manutenção da radiodifusão como tal.

Então, acho que concessão pública é uma questão que temos que trabalhar. E a segunda é um tema que este Conselho já aprovou por unanimidade, um relatório que é muito importante porque detecta, repito, aprovado, por unanimidade, na primeira gestão deste Conselho, sobre a questão da concentração dos meios, ou seja, temos dados também de lado a lado, alguns estapafúrdios, outros, minimizadores, e temos que nos

debruçar sobre isso porque isso está previsto na Constituição brasileira, está vetado, e acho que temos que ter coragem para nos debruçarmos sobre isso.

Então, proponho que debatamos, para encerrar, concessão pública e concentração do meio como dois eixos estruturantes para o ano que vem, através de audiências públicas a serem definidas, e, certamente, voltaremos a tocar neste tema.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Conselheiro Davi Emerich.

O SR. DAVI EMERICH – Presidente, uma lembrança e uma proposta.

A lembrança é que foi aprovada a Lei de Direito de Resposta, que foi à sanção presidencial, foi sancionada com veto parcial. Esse projeto mereceu amplo relatório desta Comissão, e seria importante que os Conselheiros tomassem conhecimento disso e lessem, porque haverá um veto em pauta logo, logo no Congresso Nacional, provavelmente no ano que vem, este ano não mais.

Então, seria importante a gente estar de olho nisso, se a gente vai fazer alguma manifestação ou não.

A outra era no sentido... Eu estou intrigado, sou cristão novo aqui, esse item Participação da Sociedade Civil. Aí, conversando com o senhor, me parece que está no Regimento a... Esse é um item que teria a participação da sociedade civil aqui em nosso plenário.

Então, eu proporia que a gente trabalhasse para dar vida a isso aqui. Eu proporia que a gente tivesse um projeto no sentido de que, neste item Participação da Sociedade Civil, sempre tivesse aqui uma ou outra entidade da sociedade civil, seja fazendo denúncia, seja...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DAVI EMERICH – ...agendando temas. Porque eu acho que isso é uma coisa importante para fortalecer o papel do nosso Conselho.

Eu já proporia que, na próxima reunião, fosse chamada a vir aqui a Frente que a Deputada Luiza Erundina representa. A gente poderia fazer um convite formal a ela para vir aqui falar nesse item. E alguém, talvez o próprio Presidente, já fizesse uma proposta de convites a uma série de entidades que pudessem preencher esse item da nossa pauta.

O SR. ISMAR DE OLIVEIRA SOARES – Uma questão de ordem. A proposta que eu havia feito é justamente para que a Comissão que trata desse assunto se reúna, porque há uma comissão voltada especificamente para discutir essas questões e fazer proposta ao Conselho.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Mais alguém? Conselheiro Ronaldo Lemos.

O SR. RONALDO LEMOS – Sr. Presidente, sobre a questão do parecer que o Conselho deu sobre direito de resposta, o Conselho se manifestou, existe um debate público nesse momento. Eu acho que valeria a pena nós retomarmos e darmos visibilidade àquele relatório que foi aprovado. Ele tem pontos ali que são importantes.

Então, acho que a melhor forma de fazer isso talvez seja uma interface com a sociedade em que nós enviássemos o relatório para as entidades de classe que se manifestaram com objeções, inclusive agora objeções judiciais, com relação à Lei de Direito de Resposta. Apenas dando ciência a essas entidades de que o Conselho tem um parecer escrito a esse respeito em que se manifestou sobre o tema.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Bom, então nós temos nesse encaminhar do final da nossa reunião, o Conselheiro Nascimento Silva sugerindo que o

Conselho dê efetividade à sua atuação quanto a episódios específicos de duas emissoras, Record e Diários Associados de Minas. Não é isso?

O SR. NASCIMENTO SILVA (*Fora do microfone*.) – TV Alterosa.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – TV Alterosa. Eu peço a V. Exª que encaminhe à Presidência exatamente que tipo de encaminhar posso dar, o que exatamente devo fazer. Porque eu não entendi que tipo de encaminhar V. Exª pretende.

O SR. NASCIMENTO SILVA (*Fora do microfone*.) – Uma manifestação deste Conselho com relação ao que vem acontecendo...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – V. Exª encaminha a mim a proposta, sugestão.

Conselheiro Schröder sugere duas audiências, não é? Dois temas centrais para audiências: concentração e concessão. É isso?

Eu peço à assessoria, nós já temos três seminários encaminhados e, na nossa primeira reunião, podemos deliberar sobre o agendamento desses outros dois. Fica assim?

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Presidente, só para lembrar à Secretaria, que eles obviamente devem ter, que existe esse relatório lá do primeiro sobre concentração. Eu acho que poderia ser uma base interessante de debate.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Eu peço à Secretaria que o resgate. O Conselheiro Davi faz uma proposta objetiva de chamamento da sociedade civil. Vou pedir que quem tiver entidades que possam ser relacionadas, que devem ser convidadas para as nossas próximas sessões, eu mando um expediente convidando. O.k.?

O Conselheiro Ronaldo sugere... Estou fazendo aqui a leitura da Presidência acerca das propostas, depois eu reabro o debate, embora nosso tempo esteja se esgotando. O Conselheiro Ronaldo sugere que nós façamos uma divulgação mais ampla do parecer sobre direito de resposta. Eu peço a V. Exª que encaminhe, via assessoria ou a mim diretamente com cópia para a assessoria, quais entidades sugere que sejam destinatárias desse material. O.k.?

Os temas provocados nesta rodada geral são esses. Pedem inscrição os Conselheiros Nascimento, novamente, Araújo Lima e Patrícia.

Conselheiro Araújo pediu primeiro lá.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Presidente, assim como o senhor pediu aos outros proponentes, eu acho que também seria o caso de o Conselheiro Schröder encaminhar uma proposta escrita fundamentando e dando exatamente destaque aos temas que norteariam essa audiência pública, porque ela está muito vasta.

E pedir, como já foi deliberado, que nos encaminhe essa decisão ou esse parecer de 2002, há 13 anos, para todos os Conselheiros atuais.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – O Conselheiro Schröder pode formular por escrito. Não vejo objeção.

Conselheiro Nascimento.

O SR. NASCIMENTO SILVA – É só uma observação, Presidente, com relação ao relatório de andamento das comissões temáticas. Tenho uma preocupação, como presidente de uma das comissões, que é a de conteúdo, sobre quando é que a gente vai se reunir. É só para pensar alto também.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Pensar alto. Falava há pouco das dificuldades que temos. Vejam, nós temos três seminários a serem realizados, dois temas novos altamente instigantes aqui propostos hoje, o tema Crise, que não é exatamente um

seminário, que haverá de consumir também um bom tempo. Eu acolho sugestões via *e-mail*. Tanto quanto pudermos evitar marcar agenda aqui, porque o nosso tempo é muito caro para virmos todos aqui e ficarmos discutindo a nossa agenda. Nós temos que discutir agenda nas ferramentas que temos de praticidade.

Conselheira Patrícia é a última inscrita, e aí sociedade civil.

A SRª PATRÍCIA BLANCO – Eu só queria informar que enviei para todos os Conselheiros um livro novo que nós fizemos em parceria com o Observatório da Comunicação da USP, *Os Limites da Liberdade de Expressão,* fruto dessa parceria e resultado de um seminário feito em maio e também com a apresentação de trabalhos acadêmicos e que trata do tema liberdade de expressão.

Então, os senhores estarão recebendo esse livro. Isso é só para informá-los. Deixei também com a Mesa dois exemplares para o Conselho. Depois gostaria de ouvir as críticas a respeito da publicação.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Muito obrigado.

Alguém da sociedade civil pretende se manifestar? (*Pausa.*)

Não havendo quem queira se manifestar e sendo este o último momento de reunião que temos neste ano, eu quero desejar a todos um Natal de muita paz, saúde, alegrias e que o ano de 2016... Eu fiz há pouco uma brincadeira que chega a ser grosseira, ou seja, se o Brasil ainda vai existir em 2016, tamanha é a perspectiva de crise que se anuncia e há pouco falávamos aqui mesmo de crise no setor de comunicação. Mas, a despeito de tudo isso, eu desejo que tenham todos muita paz, saúde, alegria e que nós saibamos dar efetividade à atividade. Eu acho que soubemos fazer isso. Salvas as minhas fraquezas e deficiências, eu acho que soubemos fazer isso nesse segundo semestre de 2015, primeiro semestre de atividades que tivemos aqui no Conselho.

Quero agradecer a todos pela paciência que tiveram comigo, de me ter escolhido, primeiro, para conduzir os trabalhos e depois por me tolerarem aqui na condução deles, eventualmente com alguma grosseria, não é, Nascimento?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Não, prefiro não.

Temas assim tão ruins, não. Mas o meu sentimento pessoal de agradecimento e de desejo de paz, sucesso e alegria a todos.

SENADO FEDERAL CN - 52
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (7ª Reunião) 07/12/2015

DOCUMENTOS PERTINENTES À 7ª REUNIÃO (ORDINÁRIA) DE 2015 DO CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO CONGRESSO NACIONAL, REALIZADA EM 07 DE DEZEMBRO DE 2015.

1. Lista de presença dos membros.

CONGRESSO NACIONAL
Conselho de Comunicação Social

Reunião: 7ª Reunião do CCS
Data: 07 de dezembro de 2015 (segunda-feira), às 14h
Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - CCS

TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	
Walter Vieira Ceneviva	1. Paulo Machado de Carvalho Neto
Representante das empresas de televisão (inciso II)	
José Francisco de Araújo Lima	1. Márcio Novaes
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	
Marcelo Antônio Rech	1. VAGO
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	
Roberto Dias Lima Franco	1. Liliana Nakonechnyj
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	
Celso Augusto Schröder	1. Maria José Braga
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	
José Catarino do Nascimento	1. Antônio Maria Thaumaturgo Cortizo
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	
Sydney Sanches	1. Jorge Coutinho
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	
Pedro Pablo Lazzarini	1. Luiz Antonio Gerace da Rocha e Silva
Representante da sociedade civil (inciso IX)	
Ronaldo Lemos	1. Patrícia Blanco
Miguel Ângelo Cançado	2. Ismar de Oliveira Soares
Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira	3. VAGO
Henrique Eduardo Alves	4. Aldo Rebelo
Fernando César Mesquita	5. Davi Emerich

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) **-** Desde já, convoco todos os suplentes para a reunião do dia 15 de fevereiro, às 9h, para a primeira reunião extraordinária de 2016, e, às 14h da tarde, uma reunião ordinária.

Muito obrigado a todos. Paz, saúde e alegria!

Muito obrigado aos servidores do Senado, que neste ano foram fundamentais para os nossos trabalhos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 14 horas, a reunião é encerrada às 16 horas e 58 minutos.*)

ATOS

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

CONGRESSO NACIONAL

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 2, DE 2016

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 699, de 10 de novembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União do dia 11 do mesmo mês e ano, que "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 15 de fevereiro de 2016. – Senador Renan Calheiros, Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATOS DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

ATO DO PRESIDENTE Nº 47, de 2015

Disciplina a convocação dos policiais legislativos do Senado Federal.

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, RESOLVE:

Art. 1 ° Ficam convocados, para atender às necessidades de policiamento em situações excepcionais e temporárias de risco ou de grave ameaça ou em razão de manifestações, os policiais legislativos do Senado Federal, inclusive seus diretores, coordenadores e chefes de serviço.

§ 1° A convocação recairá, inclusive, em dias não úteis ou durante o recesso parlamentar.

§ 2° O Diretor da Secretaria de Polícia Legislativa definirá o contingente policial necessário para cumprimento da convocação.

Art. 2° Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 22 de dezembro de 2015. Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

ATO DO PRESIDENTE Nº 1, de 2016

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal do Senado Federal, referente ao Terceiro Quadrimestre de 2015"

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 54, inciso II e Parágrafo Único, e, 55, inciso I, alínea "a", e III, alíneas "a" e "b", e § 1º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, RESOLVE:

Art. 1º - Fica aprovado o RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL do Senado Federal, referente ao terceiro quadrimestre do exercício financeiro de 2015, compreendendo a consolidação dos dados de janeiro a dezembro de 2015, na forma dos Anexos, nos termos dos artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXOS

Senado Federal, 25 de janeiro de 2016. Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

PORTARIAS DO 1° SECRETÁRIO

SENADO FEDERAL

PORTARIA DO 1º SECRETÁRIO Nº 22, de 2015

O PRIMEIRO-SECRETÁRIO DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares e em face do que consta no Processo nº 00200.014288/2015-38; RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar, nos termos do § 3º, do Art. 201, do apêndice do Ato da Diretoria-Geral nº 27, de 2014, aprovado pela Resolução nº 40, de 2014, c/c o Art. 148 da Lei nº 8.112/90, a instauração de Comissão de Sindicância Acusatória, para apurar as responsabilidades do servidor nomeado nos autos do processo supracitado.

Art. 2º - Redesignar os servidores do Senado Federal: **CIRO DE FREITAS NUNES**, matrícula nº 29431, Presidente; **JOÃO BATISTA SILVA CAMPOS**, matrícula nº 29972, Vogal-Relator e **NILTON WALDIR FERREIRA DA SILVA**, matrícula nº 53068, Vogal-Revisor, para integrarem a Comissão instituída pela presente portaria.

Art. 3º - Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos desta Comissão.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Senado Federal, 18 dezembro de 2015. Vicentinho Alves, Primeiro-Secretário.

PORTARIA DO 1º SECRETÁRIO Nº 1, de 2016

O PRIMEIRO-SECRETÁRIO DO SENADO FEDERAL, no desempenho de suas atribuições regimentais e regulamentares, e à vista do que consta nos Documentos nºs 00100.002129/2016-08 e 00100.007699/2016-86, RESOLVE:

Art. 1º Autorizar, nos termos do artigo 143, da Lei nº 8.112/90 c/c o artigo 201 do Regulamento Administrativo do Senado Federal, consolidado pelo Ato da Comissão Diretora nº 17/2015 e aprovado pela Resolução do Senado Federal nº 20/2015, a instauração de sindicância para apurar as responsabilidades dos fatos noticiados nos referidos documentos.

Art. 2º Designar os servidores **LEONARDO SOUZA DE OLIVEIRA**, mat. nº 52866, **JOSÉ ROBERTO CEOLIN**, mat. nº 102638, e **GUSTAVO ADOLFO NOGUEIRA RODRIGUES**, mat. nº 265345, para, sob a presidência do primeiro, integrarem a comissão instituída pela presente portaria.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Senado Federal, 22 de janeiro de 2016. Vicentinho Alves, Primeiro-Secretário.

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PT - Walter Pinheiro*
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

Bloco-PMDB - Edison Lobão*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
Bloco-PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Douglas Cintra* (S)
Bloco-PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira*
Bloco-PMDB - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Bloco-PDT - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
Bloco-PP - Wilder Morais* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Blairo Maggi*
Bloco-PPS - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PDT - Lasier Martins**

Ceará

Bloco-PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
Bloco-PMDB - Raimundo Lira* (S)
Bloco-PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
S/Partido - Ricardo Ferraço*
Bloco-PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PTB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
Bloco-PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
Bloco-PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSC - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Ricardo Franco** (S)

Amazonas

Bloco-PMDB - Sandra Braga* (S)
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
Bloco-PMDB - Roberto Requião*
PV - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio do Amaral*
Bloco-PMDB - Waldemir Moka*
Bloco-PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PDT - Cristovam Buarque*
Bloco-PMB - Hélio José* (S)
Bloco-PDT - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
Bloco-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
Bloco-PT - Donizeti Nogueira** (S)

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PT - Angela Portela*
Bloco-PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PDT - Telmário Mota**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco de Apoio ao Governo - 19
PT-13 / PDT-6

Acir Gurgacz. . . . . PDT / RO
Angela Portela. . . . . PT / RR
Cristovam Buarque. . . . . PDT / DF
Delcídio do Amaral. . . . . PT / MS
Donizeti Nogueira. . . . . PT / TO
Fátima Bezerra. . . . . PT / RN
Gleisi Hoffmann. . . . . PT / PR
Humberto Costa. . . . . PT / PE
Jorge Viana. . . . . PT / AC
José Pimentel. . . . . PT / CE
Lasier Martins. . . . . PDT / RS
Lindbergh Farias. . . . . PT / RJ
Paulo Paim. . . . . PT / RS
Paulo Rocha. . . . . PT / PA
Regina Sousa. . . . . PT / PI
Reguffe. . . . . PDT / DF
Telmário Mota. . . . . PDT / RR
Walter Pinheiro. . . . . PT / BA
Zeze Perrella. . . . . PDT / MG

Bloco da Maioria - 18
PMDB-17 / PMB-1

Dário Berger. . . . . PMDB / SC
Edison Lobão. . . . . PMDB / MA
Eunício Oliveira. . . . . PMDB / CE
Garibaldi Alves Filho. . . . . PMDB / RN
Hélio José. . . . . PMB / DF
Jader Barbalho. . . . . PMDB / PA
João Alberto Souza. . . . . PMDB / MA
José Maranhão. . . . . PMDB / PB
Marta Suplicy. . . . . PMDB / SP
Raimundo Lira. . . . . PMDB / PB
Renan Calheiros. . . . . PMDB / AL
Roberto Requião. . . . . PMDB / PR
Romero Jucá. . . . . PMDB / RR
Rose de Freitas. . . . . PMDB / ES
Sandra Braga. . . . . PMDB / AM
Simone Tebet. . . . . PMDB / MS
Valdir Raupp. . . . . PMDB / RO
Waldemir Moka. . . . . PMDB / MS

Bloco Parlamentar da Oposição - 14
PSDB-10 / DEM-4

Aécio Neves. . . . . PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira. . . . . PSDB / SP
Antonio Anastasia. . . . . PSDB / MG
Ataídes Oliveira. . . . . PSDB / TO
Cássio Cunha Lima. . . . . PSDB / PB
Dalirio Beber. . . . . PSDB / SC
Davi Alcolumbre. . . . . DEM / AP
Flexa Ribeiro. . . . . PSDB / PA
José Agripino. . . . . DEM / RN
José Serra. . . . . PSDB / SP
Paulo Bauer. . . . . PSDB / SC
Ricardo Franco. . . . . DEM / SE
Ronaldo Caiado. . . . . DEM / GO
Tasso Jereissati. . . . . PSDB / CE

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 10
PSB-7 / PPS-1 / PCdoB-1 / REDE-1

Antonio Carlos Valadares. . . . . PSB / SE
Fernando Bezerra Coelho. . . . . PSB / PE
João Capiberibe. . . . . PSB / AP
José Medeiros. . . . . PPS / MT
Lídice da Mata. . . . . PSB / BA
Lúcia Vânia. . . . . PSB / GO
Randolfe Rodrigues. . . . . REDE / AP
Roberto Rocha. . . . . PSB / MA
Romário. . . . . PSB / RJ
Vanessa Grazziotin. . . . . PCdoB / AM

Bloco Parlamentar União e Força - 9
PTB-3 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

Blairo Maggi. . . . . PR / MT
Douglas Cintra. . . . . PTB / PE
Eduardo Amorim. . . . . PSC / SE
Elmano Férrer. . . . . PTB / PI
Fernando Collor. . . . . PTB / AL
Magno Malta. . . . . PR / ES
Marcelo Crivella. . . . . PRB / RJ
Vicentinho Alves. . . . . PR / TO
Wellington Fagundes. . . . . PR / MT

Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 9
PP-6 / PSD-3

Ana Amélia. . . . . PP / RS
Benedito de Lira. . . . . PP / AL
Ciro Nogueira. . . . . PP / PI
Gladson Cameli. . . . . PP / AC
Ivo Cassol. . . . . PP / RO
Omar Aziz. . . . . PSD / AM
Otto Alencar. . . . . PSD / BA
Sérgio Petecão. . . . . PSD / AC
Wilder Morais. . . . . PP / GO

S/Partido - 1

Ricardo Ferraço. . . . . ES

PV - 1

Alvaro Dias. . . . . PR

Bloco de Apoio ao Governo.	19
Bloco da Maioria.	18
Bloco Parlamentar da Oposição.	14
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia.	10
Bloco Parlamentar União e Força.	9
Bloco Parlamentar Democracia Progressista.	9
PV.	1
S/Partido.	1
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)
Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP)
Alvaro Dias** (PV-PR)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)
Angela Portela* (Bloco-PT-RR)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)
Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)
Blairo Maggi* (Bloco-PR-MT)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)
Cristovam Buarque* (Bloco-PDT-DF)
Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)
Dário Berger** (Bloco-PMDB-SC)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)
Delcídio do Amaral* (Bloco-PT-MS)
Donizeti Nogueira** (Bloco-PT-TO)
Douglas Cintra* (Bloco-PTB-PE)
Edison Lobão* (Bloco-PMDB-MA)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSC-SE)
Elmano Férrer** (Bloco-PTB-PI)
Eunício Oliveira* (Bloco-PMDB-CE)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)
Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)
Fernando Collor** (Bloco-PTB-AL)
Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)
Garibaldi Alves Filho* (Bloco-PMDB-RN)
Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)
Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)
Hélio José* (Bloco-PMB-DF)
Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)
Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)
Jader Barbalho* (Bloco-PMDB-PA)
João Alberto Souza* (Bloco-PMDB-MA)
João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)
Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)
José Agripino* (Bloco-DEM-RN)
José Maranhão** (Bloco-PMDB-PB)
José Medeiros* (Bloco-PPS-MT)
José Pimentel* (Bloco-PT-CE)
José Serra** (Bloco-PSDB-SP)
Lasier Martins** (Bloco-PDT-RS)
Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)
Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)
Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)
Magno Malta* (Bloco-PR-ES)
Marcelo Crivella* (Bloco-PRB-RJ)
Marta Suplicy* (Bloco-PMDB-SP)
Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)
Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)
Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)
Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Raimundo Lira* (Bloco-PMDB-PB)
Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Reguffe** (Bloco-PDT-DF)
Renan Calheiros* (Bloco-PMDB-AL)
Ricardo Ferraço* (S/Partido-ES)
Ricardo Franco** (Bloco-DEM-SE)
Roberto Requião* (Bloco-PMDB-PR)
Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
Romário** (Bloco-PSB-RJ)
Romero Jucá* (Bloco-PMDB-RR)
Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Rose de Freitas** (Bloco-PMDB-ES)
Sandra Braga* (Bloco-PMDB-AM)
Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Simone Tebet** (Bloco-PMDB-MS)
Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Telmário Mota** (Bloco-PDT-RR)
Valdir Raupp* (Bloco-PMDB-RO)
Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Waldemir Moka* (Bloco-PMDB-MS)
Walter Pinheiro* (Bloco-PT-BA)
Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Wilder Morais* (Bloco-PP-GO)
Zeze Perrella* (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Vicentinho Alves - (PR-TO)

2º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

4ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)

3º Elmano Férrer - (PTB-PI)

4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

LIDERANÇAS

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT) - 19 **Líder** **Humberto Costa - PT** (20,25,63) Vice-Líderes Acir Gurgacz (3,37) Walter Pinheiro (31,33,42) Telmário Mota (4,34,44,52) Regina Sousa (41) ..... **Líder do PT - 13** **Humberto Costa** (20,25,63) Vice-Líderes do PT Paulo Rocha (32,50) Walter Pinheiro (31,33,42) Lindbergh Farias (30) Fátima Bezerra (38) **Líder do PDT - 6** **Acir Gurgacz** (3,37) Vice-Líder do PDT Telmário Mota (4,34,44,52)	**Bloco da Maioria (PMDB/PMB) - 18** **Líder** **Eunício Oliveira - PMDB** (60) ..... **Líder do PMDB - 17** **Líder do PMB - 1** **Hélio José** (49,59)	**Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 14** Vice-Líderes Ataídes Oliveira (35) Antonio Anastasia (46) ..... **Líder do PSDB - 10** **Cássio Cunha Lima** (17,58) Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer (23) Aloysio Nunes Ferreira (40) **Líder do DEM - 4** **Ronaldo Caiado** (6) Vice-Líder do DEM José Agripino (39)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PCdoB/REDE) - 10 **Líder** **Lídice da Mata - PSB** (11,24) Vice-Líderes José Medeiros (15,19,27) Vanessa Grazziotin (21,28) ..... **Líder do PSB - 7** **João Capiberibe** (1,14) Vice-Líder do PSB Roberto Rocha (45) **Líder do PPS - 1** **José Medeiros** (15,19,27) **Líder do PCdoB - 1** **Vanessa Grazziotin** (21,28) **Líder do REDE - 1** **Randolfe Rodrigues** (26,29)	**Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 9** **Líder** **Omar Aziz - PSD** (13,54) Vice-Líderes Benedito de Lira (16,18,43,53,57) Otto Alencar (61) ..... **Líder do PP - 6** **Benedito de Lira** (16,18,43,53,57) **Líder do PSD - 3** **Omar Aziz** (13,54) Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (12)	**Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9** **Líder** **Fernando Collor - PTB** (5,10) Vice-Líderes Blairo Maggi (9) Eduardo Amorim (8) Marcelo Crivella (2,7) ..... **Líder do PTB - 3** **Fernando Collor** (5,10) **Líder do PR - 4** **Wellington Fagundes** (51,55) Vice-Líder do PR Vicentinho Alves (56) **Líder do PSC - 1** **Eduardo Amorim** (8) **Líder do PRB - 1** **Marcelo Crivella** (2,7)
Governo **Líder** **Delcídio do Amaral - PT** (48,62) Vice-Líderes Hélio José (49,59) Paulo Rocha (32,50) Wellington Fagundes (51,55) Telmário Mota (4,34,44,52)		

Notas:
1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
4. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. s/n-2015/DEM).
7. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
http://www.senado.leg.br/ordiasf

8. Em 01.02.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
9. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
10. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
11. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
12. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
13. Em 03.02.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
14. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
15. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
16. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi desigando 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
17. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
18. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. s/n GSCN).,
19. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of.18/2015-GSJMEDEI).
20. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
21. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
22. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
23. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 12/15 GLPSDB).
24. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
25. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
26. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
27. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
28. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
29. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015/GSRROD).
30. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
33. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
34. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
35. Em 03.03.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
36. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
37. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
38. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
39. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
40. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
41. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi desiganda 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
42. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi desigando 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
43. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi desigando 2º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (Of. 32/2015-GLDBAG).
44. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi desigando 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
45. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB)
46. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
47. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Morais foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
48. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
49. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
50. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
51. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
52. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
53. Em 15.10.2015, o Senador Benedito de Lira deixou de exercer a função de segundo Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em virtude da criação do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. s/n/2015-GLPP).
54. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (of. 1/2015).
55. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
56. Em 19.11.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado vice-líder do PR (Ofício s/n-GABLIDPR).
57. Em 24.11.2015, o Senador Benedito de Lira foi desigando Vice-Líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 2/2015-GLDP).
58. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
59. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
60. Em 16.12.2015, o Senador Eunício Oliveira foi designado líder do Bloco da Maioria (Of. 290/2015-GLPMDB).
61. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
62. O senador Delcídio do Amaral está afastado do exercício pelo motivo "Privação de liberdade" no período de 29/01/2016 a 28/02/2016.
63. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Designação: 04/02/2014

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos
Telefone(s): 61 3303-3492
E-mail: coceti@senado.leg.br

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

Finalidade: Acompanhar, nos termos do Requerimento nº 976, de 2015, o Programa de habitação popular Minha Casa Minha Vida.

MEMBROS

3) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) (2)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2.
Senador Paulo Paim (PT-RS)	3.
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	4.
	5.
Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)	3. Senador Dário Berger (PMDB-SC) (1)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	4.
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	1.
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	2.
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Fernando Collor (PTB-AL)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)
Senador Vicentinho Alves (PR-TO)	2.

Notas:

*. Em 14.10.2015, os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Marta Suplicy, Waldemir Moka e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga e Valdir Raupp, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CTG (Of. 243/2015-GLPMDB).

**. Em 14.10.2015, os Senadores Fernando Collor e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e o Senador Wellington Fagundes, como membro suplentes, pelo Bloco União e Força, para compor a CTG (Of. 66/2015-BLUFOR).

***. Em 14.10.2015, os Senadores Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares, pelo Bloco da Oposição, para compor a CTG (Of. 165/2015-GLPSDB).

****. Em 14.10.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e o Senador Donizeti Nogueira, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CTG (Of. 125/2015-GLDBAG).

*****. Em 14.10.2015, os Senadores Joao Capiberibe e Lúcia Vânia foram designados membros titulares, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CTG (Of. 85/2015-BLSDEM).

1. Em 22.10.2015, foi designado o Senador Dário Berger como membro suplente pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Ofício nº 266/2015-GLPMDB)

2. Em 17.11.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Paulo Bauer e João Capiberibe, respectivamente, Presidente e Vice-presidente deste Colegiado (Of. 1/2015-CTG).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-Feiras 14h30 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: ctg@senado.leg.br

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DO ECA NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

Finalidade: Avaliar a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nos Estados e Municípios.

Requerimento nº 700, de 2015

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRAÇAR DIAGNÓSTICO DA CRISE HÍDRICA

Finalidade: Traçar diagnóstico da atual crise hídrica brasileira e de suas consequências e, assim, propor soluções eficazes, prazo de noventa dias.

Requerimento nº 44, de 2015

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES

6) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PROCEDER DILIGÊNCIAS NAS OBRAS DE RESTAURAÇÃO DA BR-364

Finalidade: Proceder diligências nas obras de restauração da BR-364, no dia 07 de maio de 2015, visando tratar da qualidade dos serviços executados sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNTI.

Requerimento nº 419, de 2015

MEMBROS

7) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS DA TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras da Transposição e do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Requerimento nº 40, de 2015

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) (1)
RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) (1)

Designação: 07/04/2015
Instalação: 15/04/2015
Prazo final: 15/04/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:
*. Em 07.04.2015, os Senadores Humberto Costa e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 55/2015-GLDBAG).
**. Em 07.04.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 27/2015-BLUFOR).
***. Em 07.04.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular e a Senadora Lídice da Mata, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 37/2015-GLBSD).
****. Em 07.04.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 91/2015-GLPSDB).
*****. Em 07.04.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 102/2015-GLPMDB).
1. Em 15.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Raimundo Lira e o Senador Humberto Costa, respectivamente, Presidente e Relator deste Colegiado (Memo. 1/2015 - CTBHSF).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos
Telefone(s): 61 33035492
Fax: 61 33031176
E-mail: coceti@senado.leg.br

8) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRATAR DAS AGÊNCIAS REGULADORAS PERTINENTES À COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

Finalidade: Visitar a Casa Civil e tratar sobre a situação atual das agências reguladoras pertinentes à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Requerimento nº 231, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS

9) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA VERIFICAR "IN LOCO" A SITUAÇÃO DO GARIMPO IRREGULAR NO MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA (MT)

Finalidade: Verificar "in loco" a situação do garimpo irregular no município de Pontes e Lacerda, no Estado de Mato Grosso.

Requerimento nº 1.208, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS

10) COMISSÃO TEMPORÁRIA DA POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA DE BARRAGENS

Finalidade: Avaliar toda a PNSB - Política Nacional de Segurança de Barragens, criada pela Lei 12.334/2010, bem como o SNISB - Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens, a partir do acidente ocorrido com o rompimento de duas barragens de rejeitos de minérios no município de Mariana/MG e, assim, propor soluções eficazes.

Requerimento nº 1.305, de 2015

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)
RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (S/Partido-ES)

Instalação: 01/12/2015

TITULARES	SUPLENTES
Senador Jorge Viana (PT-AC)	
Senador Ricardo Ferraço (S/Partido-ES)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	

Notas:
*. Em 19.11.2015, a Presidência designou os Senadores Antonio Anastasia e Ricardo Ferraço para ocupar, respectivamente, os cargos de Presidente e Relator da Comissão.
**. Em 19.11.2015, a Presidência designou os Senadores Jorge Viana, Ricardo Ferraço, Antonio Anastasia, Fernando Bezerra Coelho, Wilder Morais e Rose de Freitas para compor o Colegiado.

Secretário(a): Felipe Costa Geraldes
Telefone(s): 33034854
E-mail: coceti@senado.leg.br

11) COMISSÃO ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Finalidade: Destinada a propor soluções que promovam o desenvolvimento nacional.
Requerimento nº 935, de 2015

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) (1)
RELATOR: Senador Blairo Maggi (PR-MT) (1)

Instalação: 01/09/2015
Prazo final: 22/12/2015
Prazo final prorrogado: 22/12/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (8)	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2. Senador Paulo Paim (PT-RS)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	3. Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)
Senador Benedito de Lira (PP-AL) (2)	4. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (2)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (5)	5. Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) (5,13)
Maioria (PMDB)	
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (11)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	4. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM) (7)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (6)	5. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (7)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	1. Senador José Serra (PSDB-SP)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (12)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	3. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (14)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) (3)	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (4)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) (9)
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	2. Senador Walter Pinheiro (PT-BA) (10)

Notas:

*. Em 26.08.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular e o Senador Fernando Bezerra Coelho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (indicações feitas pela liderança em Plenário).

**. Em 26.08.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Simone Tebet, Romero Jucá e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Garibaldi Alves Filho e Waldemir Moka, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Of. 224/2015-GLPMDB).

***. Em 26.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Morais, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (indicações feitas pela liderança em Plenário).

****. Em 26.08.2015, os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim e Cristovam Buarque, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 105/2015-GLDBAG).

*****. Em 26.08.2015, os Senadores Antonio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e o Senador José Serra, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Ofs. 159 e 162/2015-GLPSDB).

******. Em 26.08.2015, os Senadores Douglas Cintra e Blairo Maggi foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 63/2015-BLUFOR).

*******. Em 27.08.2015, foi aprovado o Requerimento nº 982, de 2015, que amplia o número de vagas da comissão de 14 para 17.

********. Em 12.11.2015, foi aprovado o Requerimento nº 1.289, de 2015, que prorroga o prazo final de funcionamento da Comissão para 22.12.2016.

1. Em 1º.09.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar, Romero Jucá e Blairo Maggi, respectivamente, Presidente, Vice Presidente e Relator deste Colegiado (Mem. 1/2015-CDNE).

2. Em 01.09.2015, o Senador Benedito de Lira foi indicado membro titular, e o Senador Gladson Cameli, membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a comissão (Of. 106/2015-GLDBAG).
3. Em 01.09.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho passa a compor a Comissão como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, em sua substituição (Memo. 82/2015-BLSDEM).
4. Em 01.09.2015, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Memo. 82/2015-BLSDEM).
5. Em 01.09.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado membro titular e a Senadora Angela Portela membro suplente, para compor a Comissão, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofício nº 109/2015-GLDBAG).
6. Em 01.09.2015, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Ofício nº 234/2015-GLPMDB).
7. Em 03.09.2015, as Senadoras Sandra Braga e Lúcia Vânia foram designadas membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a comissão (Of. 238/2015-GLPMDB).
8. Em 29.09.2015, a Senadora Gleisi Hoffman foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao senador Humberto Costa, que deixa de compor a Comissão (Of. 122/2015-GLDBAG).
9. Em 30.09.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 69/2015-BLUFOR).
10. Em 06.10.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado membro suplente, para compor a Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 71/2015-BLUFOR).
11. Em 07.10.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição ao senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 255/2015-GLPMDB).
12. Em 28.10.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 193/2015-GLPSDB).
13. Em 19.11.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à senadora Angela Portela, que deixa de compor a Comissão (Of. 136/2015-GLDBAG).
14. Em 15.12.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco da Oposição em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixa de compor a Comissão (Of. nº 120/2015-GLDEM).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos
Telefone(s): 61 33033492
E-mail: coceti@senado.leg.br

12) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010
Prazo final prorrogado: 19/12/2014
Prazo final prorrogado: 19/06/2015
Prazo final prorrogado: 17/06/2016

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto
Arnaldo Versiani Leite Soares
Carlos Caputo Bastos
Carlos Mário da Silva Velloso
Edson de Resende Castro
Fernando Neves da Silva
Hamilton Carvalhido
Joelson Costa Dias
José Antonio Dias Toffoli
José Eliton de Figuerêdo Júnior
Luciana Müller Chaves
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Márcio Silva
Marcus Vinicius Furtado Coelho
Roberto Monteiro Gurgel Santos
Raimundo Cezar Britto
Torquato Lorena Jardim
Geraldo Agosti Filho
José Rollemberg Leite Neto
Walter de Almeida Guilherme
Roberto Carvalho Velloso
Henrique Neves da Silva
Ezikelly Silva Barros

Notas:
*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.
**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.
***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.
****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.
*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.
******. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.
*******. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.
********. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.
*********. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.
**********. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

**********. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.
**********. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.
**********. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.
**********. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.
**********. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.
**********. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.

Secretário(a): Reinilson Prado
Telefone(s): 61 33033492
Fax: 61 33021176
E-mail: coceti@senado.leg.br

13) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE LEI GERAL DO DESPORTO BRASILEIRO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de Lei Geral do Desporto Brasileiro, reunindo, sistematizando, e atualizando a legislação em vigor sobre o tema, e regulamentando as relações jurídicas oriundas da prática desportiva ainda pendentes de disciplina legal.

Ato do Presidente nº 39 de 2015

Número de membros: 13

PRESIDENTE: Caio Cesar Vieira Rocha
VICE-PRESIDENTE: Álvaro Melo Filho (1)
RELATOR: Wladimyr Vinycius de Moraes Camargos

Instalação: 29/10/2015
Prazo final: 06/06/2016

MEMBROS

Caio Cesar Vieira Rocha
Wladimyr Vinycius de Moraes Camargos
Marcos Motta (2)
Álvaro Melo Filho
Ana Paula Terra
Carlos Eugênio Lopes
Flávio Diz Zveiter
Luiz Felipe Bulus Alves Ferreira
Luiz Felipe Santoro
Pedro Trengrouse
Roberto de Acioli Roma
Marcos Santos Parente Filho
Mizael Conrado de Oliveira

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 39, de 27 de outubro de 2015, fixa em 11 o quantitativo de membros da Comissão de Juristas, indicando os Senhores Caio César Vieira Rocha, Wladimyr Vinycius de Moraes Camargos, Alexandre Sidnei Guimarães, Álvaro Melo Filho, Ana Paula Terra, Carlos Eugênio Lopes, Flávio Diz Zveiter, Luiz Felipe Bulos Alves Ferreira, Luiz Felipe Santoro, Pedro Trengrouse e Roberto de Acioli Roma, indicando também os Senhores Caio César Vieira Rocha e Waldimyr Vinycius de Moraes Camargos, para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relator do Colegiado.

**. O Ato do Presidente nº 40, de 11 de novembro de 2015, altera o Ato do Presidente nº 39, de 2015 para incluir os Senhores Marcos Santos Parente Filho e Mizael Conrado de Oliveira como membros integrantes deste Colegiado.

1. Em 29.10.2015, foi designado Vice-Presidente o Senhor Álvaro Melo Filho (Memorando nº 01/2015-CJDB)

2. O Ato do Presidente nº 44, de 16 de dezembro de 2015, substitui o senhor Alexandre Sidnei Guimarães pelo senhor Marcos Motta.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes
Telefone(s): (61) 3303-3514

14) COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE REFORMA DO CÓDIGO BRASILEIRO DE AERONÁUTICA

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica.

(Ato do Presidente nº 11, de 2015)

Número de membros: 24

PRESIDENTE: Georges de Moura Ferreira
VICE-PRESIDENTE: Dorieldo Luiz dos Prazeres
RELATORA: Maria Helena Fonseca de Souza Rolim

Designação: 16/06/2015
Instalação: 16/06/2015
Prazo final: 12/12/2015
Prazo final prorrogado: 15/03/2016

MEMBROS

Georges de Moura Ferreira
Donizeti de Andrade
Respício Antônio do Espírito Santo Júnior
Maria Helena Fonseca de Souza Rolim
Dorieldo Luiz dos Prazeres
Antônio Ivaldo Machado de Andrade
Celso Faria de Souza
Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira
Tercio Ivan de Barros
Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva
Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira
Kerlington Pimentel de Freitas
Ronei Saggioro Glanzmann
Ricardo Bisinotto Catanant
Thiago Pereira Pedroso
Roberto José Silveira Honorato
Claudio Jorge Pinto Alves
Geraldo Vieira (2)
Enio Paes de Oliveira (1,3)
Ricardo Nogueira da Silva
José Adriano Castanho Ferreira
Ricardo Bernardi
Fernando Silva Alves de Camargo
Carlos Ebner
Marcus Vinícius Ramalho de Oliveira

Notas:
*. O Ato do Presidente nº 11, de 16 de junho de 2015, fixa em 17 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Georges de Moura Ferreira, Donizeti de Andrade, Respício Antônio do Espírito Santo Júnior, Maria Helena Fonseca de Souza Rolim, Dorieldo Luiz dos Prazeres, Antônio Ivaldo, Celso Faria de Souza, Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira, Tercio Ivan de Barros, Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva, Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira, Kerlington Pimentel de Freitas, Ronei Saggioro Glanzmann, Ricardo Bisinotto Catanant, Thiago Pereira Pedroso, Roberto José Silveira Honorato, Claudio Jorge Pinto Alves para compor a Comissão, indicando também os Especialistas Georges de Moura Ferreira e Maria Helena Fonseca de Souza Rolim para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relatora do Colegiado.
**. O Ato do Presidente nº 16, de 25 de junho de 2015, fixa em 24 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Eduardo Sanovicz, Milton Arantes Costa, Ricardo Nogueira da Silva, José Adriano Castanho Ferreira, Ricardo Bernardi, Fernando Silva Alves de Camargo e Carlos Ebner para compor a Comissão.
***. O Ato do Presidente nº 30, de 14 de setembro de 2015, fixa em 25 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando o Especialista Marcus Vinícius Ramalho de Oliveira para compor o Colegiado.

****. O ato do Presidente nº 42, de 24 de novembro de 2015, prorroga o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão para o dia 15 de março de 2016.

1. Em 17.08.2015, o Sr. Milton Arantes Costa deixou de compor a comissão (Mem. 12/2015-CERCBA).

2. Em 21.08.2015, o Sr. Geraldo Vieira foi designado membro da comissão (Ato do Presidente nº 25, de 2015).

3. Em 1º.09.2015, o Sr. Enio Paes de Oliveira foi designado membro da comissão (Ato do Presidente nº 27, de 2015).

Secretário(a): Eduardo do Lago de Sá - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 3303 3511

E-mail: coceti@senado.leg.br

15) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojetos de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadãos e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

Número de membros: 17

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques
VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro
RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015
Instalação: 02/09/2015
Prazo final: 11/04/2016

MEMBROS

Mauro Campbell Marques
José Antonio Dias Toffoli
Paulo Rabello de Castro
João Geraldo Piquet Carneiro
Mauro Roberto Gomes de Mattos
Ives Gandra Martins
Otavio Luiz Rodrigues Junior
Aristóteles de Queiroz Camara
Mary Elbe Queiroz
Eumar Roberto Novacki
Gabriel Rizza Ferraz
Antonio Helder Medeiros Rebouças
Daniel Vieira Bogéa Soares
Luciana Leal Brayner
Marcello Augusto Diniz Cerqueira
Everardo de Almeida Maciel
Eduardo Maneira
Leandro Paulsen
Heleno Taveira Torres
Paulo Ricardo de Souza Cardoso

Notas:
*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.
**. O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.
***. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.
****. O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.
*****. O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Heleno Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.
******. O Ato do Presidente nº 46, de 15 de dezembro de 2015, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, indicando o Senhor Eduardo Maneira para compor o Colegiado.

Secretário(a): Donaldo Portela Rodrigues
Telefone(s): 33033501
E-mail: coceti@senado.gov.br

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DAS PRÓTESES

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar, no prazo de 180 dias, as irregularidades e os crimes relacionados aos procedimentos médicos de colocação de órteses e próteses no País, desde a indicação e execução dos procedimentos até a cobrança pelos produtos e serviços prestados.

Requerimento nº 93, de 2015

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) (3)
VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (3)
RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) (3)

Leitura: 02/03/2015
Designação: 25/03/2015
Instalação: 31/03/2015
Prazo final: 28/09/2015
Prazo final prorrogado: 15/08/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (1)	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Wilder Morais (PP-GO) (6,7)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) (6)	
Maioria (PMDB)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) (2)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO (4)	1. VAGO (5)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1.

Notas:
*. Em 25.03.2015, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 27/2015-GLBSD).
**. Em 25.03.2015, os Senadores Humberto Costa e Paulo Paim foram designados membros titulares, e o Senador Donizeti Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 28/2015-GLDBAG).
***. Em 25.03.2015, o Senador Magno Malta foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 16/2015-BLUFOR).
****. Em 25.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro titular, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 82/2015-GLPSDB).
*****. Em 25.03.2015, o Senador Marcello Crivella foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Of. 24/2015-BLUFOR).
******. Em 25.03.2015, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a CPI (Of. 77/2015-GLPMDB).
*******. Em 08.09.2015, foi lido o Requerimento nº 1.032, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão até o dia 22 de dezembro de 2015.
********. Em 03.12.2015, foi lido o Requerimento nº 1.394, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão em 180 dias.
1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
2. Em 25.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. 66/2015-GLPMDB).
3. Em 31.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Aloysio Nunes Ferreira e Humberto Costa, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIDPRO).
4. Em 28.04.2015, o Senador Romário deixa de integrar, como titular, a CPI das Próteses (Of. 50/2015-BLSDEM).
5. Em 13.05.2015, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter deixado de integrar a Comissão (Of. 56/2015-BLSDEM).

6. Em 15.10.2015, o Senador Donizeti Nogueira passa a ocupar como membro titular, pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Paim, que deixa de ocupar a Comissão (Ofício nº 131/2015-GLDBAG).
7. Em 15.10.2015, o Senador Wilder Morais é designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofício nº 132/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues
Telefone(s): 61 33033492/3501
Fax: 33031176
E-mail: coceti@senado.leg.br

2)CPI DO HSBC

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por onze senadores titulares e seis suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades praticadas pelo HSBC na abertura de contas na Suíça.

Requerimento nº 94, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) (3)
VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)
RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (S/Partido-ES) (3)

Leitura: 02/03/2015
Designação: 18/03/2015
Instalação: 24/03/2015
Prazo final: 21/09/2015
Prazo final prorrogado: 30/04/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (1)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (9)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (5,6,7)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (9)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
Maioria (PMDB)	
Senador Ricardo Ferraço (S/Partido-ES)	1.
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2,10)	2.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (8)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (4)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	1. Senador José Medeiros (PPS-MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 18.03.2015, os Senadores Ricardo Ferraço, Waldemir Moka e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 75/2015-GLPMDB).

**. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Rocha, Fátima Bezerra, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; os Senadores Ciro Nogueira e Paulo Paim, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Ofs. 29 e 37/2015-GLDBAG; e Mem. 51/2015-GLDPP).

***. Em 18.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular, e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente, pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Of. 15/2015-BLUFOR).

****. Em 18.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular, e o Senador Aloysio Nunes Ferreira, membro suplente, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Ofs. 60 e 61/2015-GLPSDB).

*****. Em 18.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 26/2015-BLSDEM).

******. Em 08.09.2015, foi lido o Requerimento nº 1.031, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão por 180 dias.

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)
2. Em 19.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 81/2015-GLPMDB).
3. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Rocha, o Senador Randolfe Rodrigues, e o Senador Ricardo Ferraço, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Memo nº 1/2015 - CPIHSBC).
4. Em 25.03.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. nº 24/2015-GLDEM).
5. Em 30.03.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Paim ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 45/2015-GLDBAG).
6. Em 31.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 46/2015-GLDBAG).
7. Em 31.03.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 43/2015-BLSDEM).

8. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Regina Sousa, que passou a compor a Comissão como membro suplente (Of. 67/2015-GLDBAG).
10. Em 20.05.2015, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 161/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Eduardo Bruno do Lago de Sá
Telefone(s): 61 33033511/10
Fax: 61 33031176
E-mail: coceti@senado.leg.br

3)CPI DO ASSASSINATO DE JOVENS

Finalidade: Investigar o assassinato de jovens no Brasil, no prazo de 180 dias.

Requerimento nº 115, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)
RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (1)

Leitura: 05/03/2015
Designação: 29/04/2015
Instalação: 06/05/2015
Prazo final: 03/11/2015
Prazo final prorrogado: 14/03/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	
Maioria (PMDB)	
VAGO (2)	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) (2)
Senador José Medeiros (PPS-MT) (3)	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (7)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (5)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (4)	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE) (6)

Notas:

*. Em 29.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Ofs. 129/2015-GLPMDB e 51/2015-GLBSD).

**. Em 29.04.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 35/2015-GLBSD).

***. Em 29.04.2015, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 128/2015-GLPMDB).

****. Em 29.04.2015, a Senadora Maria do Carmo foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 18/2015-GLDEM).

*****. Em 29.04.2015, o Senador Magno Malta é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força para compor a Comissão (Of. 17/2015-BLUFOR)

******. Em 29.04.2015, os Senadores Paulo Paim, Angela Portela, Telmário Mota e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Ofs. 42 e 52/2015-GLDBAG).

*******. Em 27.10.2015, lido o Requerimento nº 1.213, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão por 90 dias.

1. Em 06.05.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lídice da Mata, Paulo Paim e Lindbergh Farias, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIADJ).

2. Em 06.05.2015, vago em virtude de a Senadora Simone Tebet deixar de ser membro titular e passar a compor a Comissão na condição de membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 141/2015-GLPMDB).

3. Em 25.08.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia em vaga cedida pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que deixa de compor a comissão (of. 78/2015-BLSDEM).

4. Em 26.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular, pelo Bloco União e Força, no lugar do Senador Magno Malta, que deixa de compor a Comissão (Of. 62/2015-BLUFOR).

5. Em 02.09.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, que deixa de compor a Comissão (Of. 84/2015-BLSDEM).

6. Em 06.10.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente, pelo Bloco União e Força (Of. 70/2015-BLUFOR).
7. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes
Telefone(s): 33033508/3514
Fax: 33031176
E-mail: coceti@senado.leg.br

4)CPI DOS FUNDOS DE PENSÃO

Finalidade: Investigar irregularidades e prejuízos ocorridos a partir de 2003 na administração de recursos financeiros em entidades fechadas de previdência complementar (Fundos de Pensão) nas sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente pela União

Requerimento nº 478, de 2015

Número de membros: 13 titulares e 8 suplentes

Leitura: 06/05/2015
Designação: 16/07/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (1)	1. Senadora Angela Portela (PT-RR) (1)
Senador Telmário Mota (PDT-RR) (1)	2.
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (1)	
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (3)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (3)	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (2)	1. Senador Blairo Maggi (PR-MT)

Notas:
*. Em 16.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, e o Senador Blairo Maggi, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 53/2015-BLUFOR).
**. Em 16.07.2015, os Senadores João Alberto Souza, Sandra Braga, Otto Alencar e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 167/2015-GLPMDB)
***. Em 16.07.2015, os Senadores Humberto Costa, José Pimentel e Gleisi Hoffmann foram designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado)
****. Em 16.07.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular, e o Senador João Capiberibe, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado).
*****. Em 16.07.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Bauer, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CPI (Of. 119/2015-GLPSDB e 52/2015-GLDEM).
1. Em 17.07.2015, os Senadores Humberto Costa, Telmário Mota e Regina Sousa foram designados membros titulares e a Senadora Ângela Portela, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 93/2015-GLDBAG).
2. Em 05.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixa de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLUFOR).
3. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. 155/2015-GLPSDB).

5)CPI DO FUTEBOL - 2015

Finalidade: Investigar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL), no prazo de 180 dias.

Requerimento nº 616, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) (3)
RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) (3)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (6)

Leitura: 28/05/2015
Designação: 07/07/2015
Instalação: 14/07/2015
Prazo final: 22/12/2015
Prazo final prorrogado: 16/08/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (2)
Senador Zeze Perrella (PDT-MG)	2. VAGO (9,11)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (2)	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) (1)	
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (7)	1. Senador Hélio José (PMB-DF)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) (8)
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (5)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (10)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Romário (PSB-RJ)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) (4)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Fernando Collor (PTB-AL)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 07.07.2015, os Senadores Humberto Costa e Zezé Perrella foram designados membros titulares; e o Senador Ciro Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 76/2015-GLDBAG).

**. Em 07.07.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Romero Jucá e Omar Aziz foram designados membros titulares; e o Senador Hélio José, membro suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 180 e 191/2015-GLPMDB).

***. Em 07.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membros titular; e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Ofs. 39 e 40/2015/BLUFOR).

****. Em 07.07.2015, os Senadores Alvaro Dias e Davi Alcolumbre foram designados membros titulares pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 123/2015-GLPSDB e Of. 64/2015-GLDEM).

*****. Em 07.07.2015, o Senador Romário foi designado membros titular; e a Senadora Lídice da Mata, membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Mem. 58/2015-BLSDEM).

******. Em 11.11.2015, foi lido o Requerimento nº 1.288, de 2015., que prorroga o prazo da comissão por 180 dias.

1. Em 08.07.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 82/2015).

2. Em 08.07.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passou a compor a comissão como titular (Of. 82/2015).

3. Em 14.07.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Romero Jucá, respectivamente, Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICBF).

4. Em 14.07.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 68/2015-BLSDEM).

5. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias, que deixa de compor a Comissão (Of. 154/2015-GLPSDB).

6. Em 11.08.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2015-CPIDFDQ).

7. Em 01.09.2015, o Senador João Alberto Souza foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 233/2015-GLPMDB).

8. Em 02.09.2015, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 235/2015-GLPMDB).
9. Em 24.09.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 121/2015-GLDBAG).
10. Em 30.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 180/2015-GLDPSDB).
11. Em 15.10.2015, vago em virtude de o Senador Lasier Martins ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 133/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues
Telefone(s): 061 33033508/3501
E-mail: coceti@senado.leg.br

6)CPI DAS BARRAGENS

Finalidade: Apurar e analisar possíveis irregularidades na fiscalização e manutenção das barragens da Samarco Mineradora S.A., no Município de Marina/MG, bem como para investigar responsabilidades pelo desastre ambiental causado pelo rompimento dessas barragens, ocorrido no dia 5 de novembro de 2015, além de averiguar a situação atual de outros locais de mineração em que haja risco de desastres semelhantes.

Requerimento nº 1.343, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 24/11/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
	1.
	2.
Maioria (PMDB)	
	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
	1.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
	1.

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) (6)

VICE-PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) (6)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (3)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (10,16)
Senador Walter Pinheiro (PT-BA)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Reguffe (PDT-DF)	5. Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) (5)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	6. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	7. Senador Wilder Morais (PP-GO) (19)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI)	8. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Maioria (PMDB)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	3. Senador José Maranhão (PMDB-PB)
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	4. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (7)
Senador Ricardo Ferraço (S/Partido-ES)	5. Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (9)
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	6. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (11)
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	7. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) (13)
VAGO (12)	8. Senador Hélio José (PMB-DF)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) (8,14)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador José Serra (PSDB-SP)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (17)	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) (15)
Senador Alvaro Dias (PV-PR) (1)	4. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)	5. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (2,18,20)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	3. Senador José Medeiros (PPS-MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	3. Senador Blairo Maggi (PR-MT) (4)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Amorim e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAE (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, Roberto Rocha e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CAE (Of. 3/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Gleisi Hoffmannn, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Humberto Costa, Fátima Bezerra e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio de Apoio ao Governo, para compor a CAE (Of. 4/2015-GLDBAG).
****. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).
*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Of. 13/2015-GLPSDB).
******. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Camelli e Ivo Cassol membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CAE (Mem. 21 a 24/2015-GLDPP).
*******. Em 05.03.2015, os Senadores Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz e Luiz Henrique foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Eunicio Oliveira, José Maranhão e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria para compor a CAE (Of. 043/2015-GLPMDB).
1. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador José Serra (Of. 23/2015-GLPSDB)
2. Em 03.03.2015, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 42/2015-GLPSDB)
3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).
5. Em 06.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Fátima Bezerra (Of. 20/2015-GLDBAG).
6. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio do Amaral e Raimundo Lira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 17/2015-CAE).
7. Em 18.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Ofs. 51/2015-GLPMDB e 81/2015-GLPSDB)
8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Antonio Anastasia, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado e Davi Alcolumbre (Of. 89/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 121/2015-GLPMDB).
10. Em 05.05.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. 65/2015-GLDBAG).
11. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 142/2015-GLPMDB).
12. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
13. Em 18.05.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 159/2015-GLPMDB).
14. Em 19.05.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Ataídes Oliveira e Antonio Anastasia (Of. 112/2015-GLPSDB).
15. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que deixa de integrar a Comissão (Of. 112/2015-GLPSDB).
16. Em 02.07.2015, o Senador Acir Grugacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Donizeti Nogueira(Of. 90/2015-GLDBAG).
17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLDEM).
18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (of. 109/2015-GLDEM).
19. Em 07.10.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 130/2015-GLDBAG).
20. Em 08.12.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 121/2015-GLDEM).

Secretário(a): Camila Moraes Bittar
Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -
Telefone(s): 61 33033516
E-mail: cae@senado.leg.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar
Telefone(s): 61 33033516
Fax: 61 33034544
E-mail: cae@senado.leg.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (2)

Instalação: 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Maioria (PMDB)	
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	1. Senador Hélio José (PMB-DF) (1)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1.

Notas:
1. Em 1º.09.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 129/2015-CAE).
2. Em 16.09.2015, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste Colegiado (Of. 152/2015-CAE).
*. Em 18.08.2015, foi lido o ofício 110/2015-CAE, que indica os senadores Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Roberto Requião, Wilder Morais, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata e Marcelo Crivella para comporem o colegiado.

Secretário(a): Camila Moraes Bittar
Telefone(s): 61 33033516
Fax: 61 33034344
E-mail: cae@senado.leg.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar
Telefone(s): 61 33033516
Fax: 61 33034344
E-mail: cae@senado.leg.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar
Telefone(s): 61 33033516
Fax: 61 33034344
E-mail: cae@senado.leg.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) (7)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (7)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (4)	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. VAGO (11)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (11)	3. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	4. Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	5. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	6. Senador Benedito de Lira (PP-AL)
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (10)	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	3. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) (6,10)
Senador Edison Lobão (PMDB-MA) (6)	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (12)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	6.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (14,15)	1. Senador Wilder Morais (PP-GO)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	2. VAGO (5,8)
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) (13)	3.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (13)	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) (1)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA) (9)	2. Senador Romário (PSB-RJ) (9)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB) (1)	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (2,3)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	2. VAGO
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (3)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAS (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CAS (Of. 04/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Regina Sousa e Angela Portela como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Walter Pinheiro e Fátima Bezerra como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAS (Of. 7/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Wilder Morais, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Lúcia Vânia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Of. 15/2015-GLPSDB).

******. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Benedito de Lira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CAS (Mem. 25 e 26/2015-GLDPP).

*******. Em 04.03.2015, os Senadores João Alberto Souza, Rose de Freitas, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CAS (Of. 010/2015-GLPMDB).

1. A partir de 25.02.2015, o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e o Bloco Parlamentar União e Força compartilham as vagas de terceiro titular e terceiro suplente.

2. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 11/2015-BLUFOR).

3. Em 03.03.2015, o Senador Eduardo Amorim deixou a suplência e foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of.10/2015-BLUFOR).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 14/2015-GLDBAG).
5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 47/2015-GLPSDB).
6. Em 12.03.2015, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 53/2015-GLPMDB).
7. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Edison Lobão e Maria do Carmo Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CAS).
8. Em 18.03.2015, o Senador Tasso Jereissati deixou de integrar, como suplente, a CAS (Of. 80/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Romário, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 47/2015-GLBSD).
10. Em 14.04.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 119/2015-GLPMDB).
11. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 61/2015-GLDBAG).
12. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 143/2015-GLPMDB).
13. Em 19.05.2015, os Senadores Dalirio Beber e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).

Secretário(a): Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira
Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 33034608
E-mail: cas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Maranhão (PMDB-PB) (4)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) (5)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (3)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) (8)	1. Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR) (9,28)
Senador José Pimentel (PT-CE)	3. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	4. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	5. Senador Zeze Perrella (PDT-MG)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	6. Senador Paulo Paim (PT-RS)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	7. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (25,29)	8. Senadora Ana Amélia (PP-RS)
Maioria (PMDB)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)	1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
Senador Edison Lobão (PMDB-MA)	2. Senador Omar Aziz (PSD-AM)
Senador Ricardo Ferraço (S/Partido-ES)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) (6)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	4. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	5. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) (6)	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (11,15)	7. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senador José Maranhão (PMDB-PB)	8. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) (13)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) (7)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (10,16)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	2. Senador Alvaro Dias (PV-PR)
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) (10,16)	3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador José Serra (PSDB-SP) (1,12,17)	4. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (26,27)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (2,24)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) (14,22)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	3. Senador José Medeiros (PPS-MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE) (20,21)
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	2. Senador Blairo Maggi (PR-MT) (18,19)
Senador Magno Malta (PR-ES)	3. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (23)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Walter Pinheiro, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Angela Portela, Zezé Perrella e Paulo Paim como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCJ (Of. 3/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Morais, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Marcelo Crivella e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra, Blairo Maggi e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCJ (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, João Capiberibe e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Of. 05/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Antônio Anastasia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Of. 16/2015-GLPSDB).

******. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol e Ana Amélia membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CCJ (Mem. 27 a 29 e 44/2015-GLDPP).
*******. Em 04.03.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Luiz Henrique e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Omar Aziz, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Dário Berger, Rose de Freitas e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 011/2015-GLPMDB).
1. Em 27.02.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 25/2015-GLPSDB).
2. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. 23/2015-GLPSDB).
3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
4. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Maranhão Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CCJ).
5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Pimentel Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2015-CCJ).
6. Em 25.03.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Garibaldi Alves Filho, que passa à suplência (Of. 92/2015-GLPMDB).
7. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes de Oliveira, Maria do Carmo Alves e Wilder Morais (Of. 87/2015-GLPSDB).
8. Em 05.05.2015, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 62/2015-GLDBAG).
9. Em 05.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Jorge Viana (Of. 62/2015-GLDBAG).
10. Em 08.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador Aécio Neves, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLPSDB).
11. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
12. Em 11.05.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLPSDB).
13. Em 12.05.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 152/2015-GLPMDB).
14. Em 12.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador João Capiberibe, que deixou de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLSDEM).
15. Em 12.05.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 153/2015-GLPMDB).
16. Em 14.05.2015, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. 110/2015-GLPSDB).
17. Em 14.05.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 111/2015-GLPSDB).
18. Em 08.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Blairo Maggi, que deixou de compor a Comissão (Of. 037/2015-BLUFOR).
19. Em 16.06.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 038/2015-BLUFOR).
20. Em 18.08.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Douglas Cintra, que deixou de compor a Comissão (Of. 059/2015-BLUFOR).
21. Em 02.09.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 65/2015-BLUFOR).
22. Em 09.09.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixa de compor a Comissão (Of. 80/2015-BLSDEM).
23. Em 30.09.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que deixa de compor a Comissão (Of. 68/2015-BLUFOR).
24. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLDEM).
25. Em 20.10.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 8/2015-GLDPP).
26. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
27. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
28. Em 08.12.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Of. 140/2015-GLDBAG).
29. Torna-se sem efeito a indicação apresentada nos termos do Ofício nº 008/2015-GLDPP.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: ccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 61-3303-3972
Fax: 61-3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (1)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (2)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	1. VAGO (8)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	3. Senador Zeze Perrella (PDT-MG) (4)
Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)	4. Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	5. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senador Paulo Paim (PT-RS)	6. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senador Wilder Morais (PP-GO) (11)	7. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Senador Gladson Cameli (PP-AC) (5)	8. Senadora Ana Amélia (PP-RS)
Maioria (PMDB)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2. Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	3. Senador Ricardo Ferraço (S/Partido-ES)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	4. Senador Hélio José (PMB-DF)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (9)
Senador Dário Berger (PMDB-SC) (3)	6.
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (7)	7.
	8.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (14,15)	1. VAGO (13)
Senador José Agripino (DEM-RN) (12,13)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Alvaro Dias (PV-PR)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) (6,10)	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
Senador Romário (PSB-RJ)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	3. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	2.
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins e Paulo Paim como membros titulares; e os Senadores Marta Suplicy, Regina Sousa, José Pimentel, Walter Pinheiro, Telmário Mota e Lindbergh Farias como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CE (Of. 5/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata, Romário e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues e Fernando Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CE (Of. 06/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CE (Of. 13/2015-GLPMDB).

******. Em 26.02.2015, os Senadores Alvaro Dias, Antônio Anastasia e Lúcia Vânia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ataídes Oliveira, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Of. 17/2015-GLPSDB).
*******. Em 02.03.2015, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Ana Amélia, como membros suplentes, pelo PP, para compor a CE (Memorandos nos. 30, 31, 32 e 47/2015-GLDPP).
1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Fátima Bezerra, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CE).
2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
3. Em 04.03.2015, o Senador Dário Berger foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 34/2015-GLPMDB).
4. Em 06.03.2015, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 21/2015-GLDBAG).
5. Em 17.03.2015, o Senador Galdson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira(Of. 36/2015-GLDBAG).
6. Em 24.03.2015, vago em virtude de a Senadora Lúcia Vânia ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015 - GLPSDB).
7. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 120/2015-GLPMDB).
8. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de integrar a Comissão (Of. 64/2015-GLDBAG).
9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 145/2015-GLPMDB).
10. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 114/2015-GLPSDB).
11. Em 23.09.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. 117/2015-GLDBAG).
12. Em 23.09.2015, vago em virtude de o Senador Wilder Morais ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 117/2015-GLDBAG).
13. Em 30.09.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de ocupar a vaga de suplente na comissão (Of. 107/2015-GLDEM).
14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura
Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -
Telefone(s): 61 33033498
E-mail: ce@senado.leg.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 311-3498/4604/2
Fax: 311-3121/1319

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 311-3498/4604
Fax: 311-3121/1319

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (1)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (2)	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Reguffe (PDT-DF)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (7)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	4. Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) (5)
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	5. Senador Benedito de Lira (PP-AL) (3)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (9)	2. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3. VAGO (10)
	4. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM) (6)
	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) (8)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Alvaro Dias (PV-PR)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Blairo Maggi (PR-MT) (4)
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	2. Senador Fernando Collor (PTB-AL) (11)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Davi Alcolumbre como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Reguffe e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Regina Souza e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CMA (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerro, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLBSD).

*****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e João Capiberibe foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 08/2015-GLBSD).

******. Em 26.02.2015, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Of. 24/2015-GLPSDB).

*******. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, Sandra Braga e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CMA (Of. 16/2015-GLPMDB).

********. Em 26.02.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, pelo PP, para compor a CMA (Of. 37/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Ataídes Oliveira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CMA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015 o Senador Benedito de Lira foi indicado membro suplente pelo PP (Memo. nº 52/2015-GLDPP).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 17.03.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo(Of. 31/2015-GLDBAG).

6. Em 17.03.2015, a Senadora Sandra Braga foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 36/2015-GLPMDB).

7. Em 24.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of. 38/2015-GLDBAG).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira e Davi Alcolumbre (Of. 90/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 122/2015-GLPMDB).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 23.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 42/2015-BLUFOR).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -
Telefone(s): 61 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: cma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1.
Senador Reguffe (PDT-DF)	2.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) (1)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.

Notas:
1. Em 12.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia (Mem. 30/2015-CMA).
*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Jorge Viana e Reguffe, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp e Sandra Braga, pelo Bloco da Maioria; Aloysio Nunes Ferreira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 24/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	1. Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2.
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	3.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	2.
VAGO (1)	3.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.

Notas:

1. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, João Alberto Souza e Luiz Henrique, pelo Bloco da Maioria; Ronaldo Caiado, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foi designado ainda como suplente o Senador Delcídio Amaral, pelo Bloco de Apoio ao Governo, na Subcomissão (Mem. 23/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o obejtivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 20, de 2010)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) (2)
RELATOR: Senador Paulo Rocha (PT-PA) (2)

Designação: 15/04/2015

Instalação: 13/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) (5)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1,5)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) (4)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (3)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:
1. Em 12.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Mem. 30/2015-CMA).
2. Em 13.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro, Delcídio do Amaral e Paulo Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Of. 31/2015-CMA).
3. Em 19.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Mem. 33/2015-CMA).
4. Em 19.05.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Mem. 33/2015-CMA).
5. Em 19.05.2015, o Senador Delcídio Amaral foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha, que passou a compor a comissão como membro suplente (Mem. 33/2015-CMA).
*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Paulo Rocha, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria, Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, Vanessa Grazziotin, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Memo. 25/2015-CMA).
**. Em 15.04.2015, a CMA reunida aprovou o RMA nº 5, de 2015, que reativa esta Subcomissão, com cinco vagas para membros titulares e igual número de suplentes.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhamento e fiscalização de obras inacabadas.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 6, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) (1)
RELATOR: Senador Douglas Cintra (PTB-PE) (1)

Designação: 06/05/2015

Instalação: 20/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	1.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1.

Notas:
1. Em 20.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Valdir Raupp e Douglas Cintra, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Mem. 34/2015-CMA).
*. Em 06.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria; Ataídes Oliveira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Roberto Rocha, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 28/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -
Telefone(s): 61 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: cma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) (6)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (4)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) (8,10,14)
Senadora Angela Portela (PT-RR) (8)	3. Senador Telmário Mota (PDT-RR) (3)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	4. Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) (2)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	5. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Benedito de Lira (PP-AL) (14)	6.
Maioria (PMDB)	
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)
Senador Hélio José (PMB-DF)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) (7,12)	3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (9)
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (12)	4.
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) (13)	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (17,18)	1. VAGO (16)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (11)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (11)	3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (11)	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Romário (PSB-RJ)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	2. Senador José Medeiros (PPS-MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (5)
Senador Vicentinho Alves (PR-TO)	2. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) (15)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDH (Of. 11/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Marta Suplicy, Fátima Bezerra e Donizeti Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Lindbergh Farias, Angela Portela, Lasier Martins, Reguffe e Humberto Costa como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDH (Of. 9/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membros titular; e o Senador Davia Alcolumbre, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDH (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Dário Berger, Hélio José e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Simone Tebet e Sérgio Petecão como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 14/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2015-CDH).

2. Em 03.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Reguffe (Of.15/2015).

3. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of.16/2015).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

5. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 14/2015-BLUFOR).

6. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Capiberibe Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 24/2015-CDH).

7. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPMDB).

8. Em 05.05.2015, a Senadora Angela Portela foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 63/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 144/2015-GLPMDB).
10. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 72/2015-GLDBAG).
11. Em 28.05.2015, os Senadores Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro e Cássio Cunha Lima foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 116/2015-GLPSDB).
12. Em 29.05.2015, os Senadores Rose de Freitas e Omar Aziz foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria (Of. 165/2015-GLPMDB).
13. Em 03.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 174/2015-GLPMDB).
14. Em 14.07.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira, que passou a compor a comissão como membro titular (Of. 92/2015-GLDBAG).
15. Em 01.09.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro suplente pelo Bloco União e Força (Of.64/2015-BLUFOR).
16. Em 1º.10.2015, vago em razão do Senador Davi Alcolumbre ter deixado de compor a comissão(Of. 106/2015-GLDEM).
17. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
18. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -
Telefone(s): 61 3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: cdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)	1. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PMB-DF)	1. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) (1)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Notas:

1. Vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

*. Em 14.04.2015, os Senadores Cristovam Buarque e Regina Souza foram designados membros titulares; e as Senadoras Marta Suplicy e Fátima Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 34/2015 - CDH).

**. Em 14.04.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, em vaga compartilhada entre os Blocos Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

***. Em 14.04.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular; e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco da Maioria (Of. nº 34/2015 - CDH).

****. Em 14.04.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco da Oposição (Of. nº 34/2015 - CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -
Telefone(s): 61 3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: cdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (3)

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) (3,14)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (1)	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)	5. VAGO (9)
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	6. Senador Benedito de Lira (PP-AL) (6)
Maioria (PMDB)	
Senador Edison Lobão (PMDB-MA)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (10,11)	3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (13)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) (12)	4. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Ricardo Ferraço (S/Partido-ES)	5. Senador Hélio José (PMB-DF)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (2)	3. Senador José Serra (PSDB-SP)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (4,7)	4. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (2,5,8)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)
Senador Magno Malta (PR-ES)	2. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).

******. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).

*******. Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).

3. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).

4. Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).

5. Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).
6. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira(Of. 35/2015-GLDBAG).
7. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 106/2015-GLPSDB).
8. Em 05.05.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de compor a Comissão (Of. 66/2015-GLDBAG).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 07.07.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em vaga existente (Of. 186/2015-GLPMDB).
12. Em 30.09.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a comissão(Of. 252/2015-GLPMDB).
13. Em 30.09.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Valdir Raupp, que passa a titular (Of. 254/2015-GLPMDB).
14. Em 1º.10.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Valdir Raupp Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 44/2015-CRE).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: cre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) (6)
VICE-PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (S/Partido-ES) (6)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (2)	
Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)	1. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Walter Pinheiro (PT-BA)	2. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	4. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	5. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (10,13)
Senador Wilder Morais (PP-GO) (5,19)	6. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Maioria (PMDB)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	1. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	3. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) (7,8)	4. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)
Senador Ricardo Ferraço (S/Partido-ES) (4)	5. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Hélio José (PMB-DF)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4,9)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. VAGO (18)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (17)	2. Senador José Agripino (DEM-RN)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (15,16)	4.
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) (11)	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	2.
	3.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR-MT) (3)	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (1,12,14)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI) (12,14)	3. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (3)

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha e Cristovam Buarque como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CI (Of. 6/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Douglas Cintra pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CI (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CI (Of. 07/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Ronaldo Caiado e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e José Agripino, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Bauer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 21/2015-GLPSDB).

******. Em 26.02.2015, o Senador Gladson Camelli foi designado membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente, pelo PP, para compor a CI (Memorandos nos. 33 e 34/2015-GLDPP).

*******. Em 04.03.2015, os Senadores Garibaldi Alves Filho, Sandra Braga, Valdir Raupp, Fernando Ribeiro, Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares; e os Senadores Edison Lobão, Waldemir Moka, Dário Berger, Eunício Oliveira e Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CI (Of. 020/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 12/2015-BLUFOR).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 13 e 14/2015-BLUFOR).
4. Em 10.03.2015, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 52/2015-GLPMDB).
5. Em 17.03.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 34/2015-GLDBAG).
6. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Garibaldi Alves Filho e Ricardo Ferraço, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste Colegiado (Of. 01/2015-CI).
7. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Fernando Ribeiro não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jader Barbalho.
8. Em 14.04.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 118/2015-GLPMDB).
9. Em 04.05.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 137/2015-GLPMDB).
10. Em 05.05.2015, vago em virtude de o Senador Cristovam Buarque ter deixado de compor a Comissão (Of. 60/2015 - GLDBAG).
11. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 141/2015-GLPSDB).
12. Em 05.08.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 55 e 56/2015-BLUFOR).
13. Em 17.08.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 104/2015-GLDBAG).
14. Em 09.09.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Vicentinho Alves membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 67/2015-BLUFOR).
15. Em 17.09.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Bauer ter deixado de compor a Comissão (Of. 176/2015 - GLPSDB).
16. Em 22.09.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 177/2015-GLPSDB).
17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLDEM).
18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (of. 108/2015-GLDEM)
19. Em 02.10.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 123/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286
E-mail: ci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wilder Morais (PP-GO) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (1)

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	1. Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PMB-DF)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) (2)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Notas:
1. Em 10.06.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Wilder Morais e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste Colegiado (Of. 20/2015-CI).
2. Em 10.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado, nos termos do art. 89, IV, do RISF, membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 20/2015-CI).
*. Em 20.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Sérgio Peteção, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Hélio José, pelo Bloco da Maioria, Wilder Morais, pelo Bloco Parlamentar da Oposição. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Walter Pinheiro, pelo Bloco de Apoio ao Governo e Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 16/2015-CI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286
E-mail: ci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (8)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (3)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senador Walter Pinheiro (PT-BA) (18)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) (18)	4. VAGO (1,10)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	5. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Maioria (PMDB)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (11,12)	2. Senador Hélio José (PMB-DF) (7,15)
Senador Ricardo Ferraço (S/Partido-ES)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (7)	4. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
	5. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (19,20)
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) (5,16)	2. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (6,13,17)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (9)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PPS-MT)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (4)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	2. Senador Douglas Cintra (PTB-PE) (14)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e os Senadores Fernando Bezerra e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLBSD).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa e Walter Pinheiro foram designados membros titulares; e os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Fátima Bezerra e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 4/2015-BLUFOR).

*****. Em 26.02.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Of. 22/2015-GLPSDB).

******. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, José Maranhão e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, João Alberto Souza, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Dário Berger como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDR (Of. 15/2015-GLPMDB).

*******. Em 02.03.2015, o Senador Gladson Camelli foi designado membro titular, e o Senador Ciro Nogueira como membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CDR (Mem. 38 e 39/2015-GLDPP).

********. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 18/2015-GLBSD).

1. Em 03.03.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 17/2015-GLDBAG)

2. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Of. 115/2015-CDR).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 46/2015-GLPSDB).

6. Em 06.03.2015, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 50/2015-GLPSDB).

7. Em 12.03.2015, o Senador João Alberto Souza deixa a suplência e passa a ser membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 56/2015-GLPMDB)

8. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Alberto Souza Vice-Presidente deste colegiado (Of. 153/2015-CDR).
9. Em 19.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 83/2015-GLPSDB).
10. Em 26.03.2015, vago em virtude do Senador Lasier Martins ter deixado de compor a comissão (Of. 43/2015-GLDBAG).
11. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPMDB).
12. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 126/2015-GLPMDB).
13. Em 26.05.2015, vago em virtude de o Senador Antonio Anastasia ter deixado de compor a Comissão (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 30.06.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 44/2015-BLUFOR).
15. Em 09.07.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 192/2015-GLPMDB).
16. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 142/2015-GLPSDB).
17. Em 18.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em vaga cedida pelo PSDB ao Democratas (Ofs. 157/2015-GLPSDB e 78/2015-GLDEM).
18. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro, que passa à suplência (Of. 110/2015-GLDBAG).
19. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
20. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: cdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (1)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (2)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	2. Senador Lasier Martins (PDT-RS)
Senador Zeze Perrella (PDT-MG)	3.
Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)	4.
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	5. Senador Benedito de Lira (PP-AL)
Maioria (PMDB)	
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	1. Senador José Maranhão (PMDB-PB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	3. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	4. Senador Ricardo Ferraço (S/Partido-ES) (5,6)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (4)	5. Senador Hélio José (PMB-DF) (6)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Wilder Morais (PP-GO)
VAGO (3,7)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PPS-MT)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (7)	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE)
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Morais como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Blairo Maggi foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra e Elmano Férrer como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRA (Of. 4/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Zezé Perrella e Delcídio do Amaral foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Lasier Martins como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRA (Of. 11/2015-GLDBAG).

****. Em 26.02.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 18/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores José Maranhão, Valdir Raupp, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CRA (Of. 17/2015-GLPMDB).

******. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular; e o Senador Benedito de Lira, como membro suplente, pelo PP, para compor a CRA (Memorandos nos. 40 e 41/2015-GLDPP).

*******. Em 03.03.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Of. 14/2015-GLBSD).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ana Amélia e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 10/2015-CRA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 06.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 48/2015-GLPSDB).

4. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 127/2015-GLPMDB).

5. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

6. Em 24.06.2015, os Senadores Ricardo Ferraço e Hélio José foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (Of. 179/2015-GLPMDB).

7. Em 09.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão como membro titular pelo Bloco da Oposição e passa a integrar como membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 140/15-GLPSDB e Memo. 63/2015-GLBSD).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: cra@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3311-3506/3321
Fax: 3311-1017
E-mail: scomcra@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador Hélio José (PMB-DF) (7)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (3)	
Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)	1. Senador Zeze Perrella (PDT-MG)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	2. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Walter Pinheiro (PT-BA)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	4. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	5. Senador Gladson Cameli (PP-AC)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	2. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	3. VAGO (8)
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (5)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
Senador Hélio José (PMB-DF) (6)	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador José Agripino (DEM-RN)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PPS-MT)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) (9)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (4)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI) (10)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCT (Of. 4/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e o Senador José Agripino como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCT (Of. 10/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Walter Pinheiro e Angela Portela foram designados membros titulares; e os Senadores Zezé Perrella, Jorge Viana, Delcídio do Amaral e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCT (Of. 13/2015-GLDBAG).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Of. 19/2015-GLPSDB).

******. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, Edison Lobão, Luiz Henrique e Rose de Freitas, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCT (Of. 12/2015-GLPMDB).

*******. Em 02.03.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular e o Senador Gladson Camelli membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CCT (Mem. 42 e 43/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Presidente deste colegiado (Mem. 1/2015-CCT).
2. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia (Of. 18/2015-GLBSD)
3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 14/2015-BLUFOR).
5. Em 10.03.2015, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 40/2015- GLPMDB).
6. Em 24.03.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 87/2015-GLPMDB).
7. Em 07.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Hélio José Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 7/2015-CCT).
8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
9. Em 26.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Mem. 57/2015-BLSDEM).

10. Em 04.11.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, que deixa de compor a comissão (Of. 73/2015-BLUFOR).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-1120
E-mail: cct@senado.gov.br

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5)
VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) (11)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (1)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) (13)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)	3. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	4. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Maioria (PMDB)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (3,6,8,10)	1. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
VAGO (4)	3. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	1. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (14,15)
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PPS-MT) (7,9)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (9,12)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Blairo Maggi (PR-MT) (2)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CSF (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CSF (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 12.03.2015, os Senadores Hélio José, Sérgio Petecão e Waldemir Moka foram designados membros titulares; os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp e Edison Lobão, membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CSF (Of. 19/2015-GLPMDB).

****. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque e Gladson Cameli foram designados membros titulares; os Senadores Angela Portela, Paulo Rocha, Ivo Cassol e Gleisi Hoffmann, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CSF (Of. 30/2015-GLDBAG).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
2. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).
3. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Hélio José ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015-GLPMDB).
4. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldermir Moka ter deixado de integrar a Comissão (Of. 90/2015-GLPMDB).
5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CSF).
6. Em 25.03.2015, o Senador Juiz Henrique foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 091/2015-GLPMDB)
7. Em 22.04.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 47/2015-BLSDEM)
8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
9. Em 13.07.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Memo. 64/2015-GLBSD)
10. Em 15.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 197/2015-GLPMDB).
11. Em 15.07.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Vice-Presidente deste colegiado (Of. 3/2015-CSF).
12. Em 05.08.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à senadora Vanessa Graziotin (Mem. 71/2015-BLSDEM)
13. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à senadora Angela Portela (Of. 111/2015-GLDBAG)
14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda
Telefone(s): 61 33031095
E-mail: csf@senado.leg.br

CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	COORDENADOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) (2)

1ª Eleição Geral: 19/04/1995
2ª Eleição Geral: 30/06/1999
3ª Eleição Geral: 27/06/2001
4ª Eleição Geral: 13/03/2003
5ª Eleição Geral: 23/11/2005
6ª Eleição Geral: 06/03/2007
7ª Eleição Geral: 14/07/2009
8ª Eleição Geral: 26/04/2011
9ª Eleição Geral: 06/03/2013
10ª Eleição Geral: 02/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. VAGO (3)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (3)	4.
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	4.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (9,10)	1. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (4,5)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (1)	2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (5)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (5)	3. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) (6,7)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) (8)
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (8)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
VAGO (11)	1.
	2.
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
(/)	

Atualização: 17/12/2015

Notas:

*****. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 02/06/2015.

1. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 11/06/2015.

2. Eleitos na 1ª reunião do Conselho realizada em 16/06/2015.

3. Em 16/06/2015, o Senador Paulo Rocha deixa a suplência e é eleito membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 075/2015-GLDBAG).

4. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

5. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 01/12/2015.

6. O Senador Flexa Ribeiro comunica renúncia a suplência em vaga destinada ao PSDB, conforme ofício lido na sessão plenária de 1º.12.2015.

7. O Senador Dalírio Beber foi eleito para ocupar a suplência em vaga destinada ao PSDB, conforme Ofício nº 206/2015 GLPSDB, lido na sessão plenária de 1º.12.2015.

8. Eleitos na Sessão do Senado Federal do dia 09/12/2015.

9. Em 15.12.2015, foi lido em Plenário Ofício nº 323/2015 - GSWMOR, do Senador Wilder Morais, comunicando renúncia como titular do Conselho em vaga destinada ao Bloco da Parlamentar da Oposição.

10. O Senador Davi Alcolumbre foi eleito na sessão plenária de 16.12.2015, para ocupar vaga de titular do Bloco Parlamentar da Oposição, conforme Ofício nº 122/2015, do Líder do Democratas.

11. O Senador Elmano Férrer comunica renúncia como membro titular do Conselho, na vaga destinada ao PTB, conforme o MEMO nº 110/2015-GSEFERRE, datado e lido na sessão Plenária do dia 17.12.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) (1)

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007
4ª Designação: 12/02/2009
5ª Designação: 11/02/2011
6ª Designação: 11/03/2013
7ª Designação: 26/11/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senadora Fátima Bezerra (RN)
PSDB
Senador Antonio Anastasia (MG)
PSB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Lasier Martins (RS)
PR
Senador Wellington Fagundes (MT)
PSD
Senador Hélio José (PMB-DF)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Fernando Collor (AL)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 26/11/2015

Notas:
*. Designado pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.
1. Designada para ocupar o cargo de Presidente do Conselho pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS

(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL)

MEMBROS
PTB
Senador Fernando Collor (AL)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PMDB
Senador Romero Jucá (RR)
(1)

Notas:
1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.

5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Douglas Cintra (PTB-PE) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador José Agripino (DEM-RN) (1)

1ª Designação: 23/03/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 11/03/2013
4ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Eunício Oliveira (CE)
PT
Senador Delcídio do Amaral (MS)
PSDB
Senador Tasso Jereissati (CE)
PSB
Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)
PDT
Senador Acir Gurgacz (RO)
PR
Senador Blairo Maggi (MT)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PP
Senador Ciro Nogueira (PI)
PTB
Senador Douglas Cintra (PE)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 01/10/2015

Notas:
1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 18.03.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)

1ª Designação: 30/11/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 21/03/2012
4ª Designação: 11/03/2013
5ª Designação: 20/05/2014
6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
PT
Senador Paulo Paim (RS)
PSDB
Senador Flexa Ribeiro (PA)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Lasier Martins (RS)
PR
Senador Magno Malta (ES)
PSD
Senador Sérgio Petecão (AC)
DEM
VAGO (2)
PP
Senador Gladson Cameli (AC)
PTB
Senador Fernando Collor (AL)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 11/11/2015

Notas:
1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.
2. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL

(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

Número de membros: 18 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 12/09/2012
2ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO
Representante da sociedade civil organizada
VAGO
Pesquisador com produção científica relevante
VAGO
Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente
VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303.5258
Fax: 3303.5260
E-mail: saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL

(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) (2)

1ª Designação: 22/08/2013
2ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
PT
Senador Lindbergh Farias (RJ)
PSDB
Senador Cássio Cunha Lima (PB)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Cristovam Buarque (DF)
PR
Senador Magno Malta (ES)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Elmano Férrer (PI)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PSOL
Senador Romário (PSB-RJ) (1)

Atualização: 07/07/2015

Notas:
*. Designado pelo Ato do Presidente nº 19, de 2015, em 01/07/2015
1. O Senador Romário (PSB/RJ) ocupa a vaga por indicação do PSOL.
2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 07/07/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO

(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (1)

1ª Designação: 20/12/2013
2ª Designação: 16/09/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senador Paulo Paim (RS)
PSDB
Senador Cássio Cunha Lima (PB)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Cristovam Buarque (DF)
PR
Senador Vicentinho Alves (TO)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
VAGO (2)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Elmano Férrer (PI)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 11/11/2015

Notas:

*. Designados conforme Ato do Presidente nº 34, de 2015, publicado no DSF de 17.09.2015.

1. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, realizada em 07.10.2015.

2. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

COORDENADOR: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)

1ª Designação: 16/11/1995
2ª Designação: 30/06/1999
3ª Designação: 27/06/2001
4ª Designação: 25/09/2003
5ª Designação: 26/04/2011
6ª Designação: 21/02/2013
7ª Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE) (1)	PMDB
Senadora Simone Tebet (PMDB/MS)	PMDB
Senador Jorge Viana (PT/AC)	PT
Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)	PSDB
Senador Otto Alencar (PSD/BA)	PSD

Atualização: 06/05/2015

Notas:
*. Designados conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.
1. Designado Coordenador conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER

(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (1)	PROCURADORA

Atualização: 31/01/2015

Notas:
1. A Senadora Vanessa Grazziotin foi designada Procuradora Especial da Mulher, conforme ato do Presidente do Senado no. 02, de 2015, publicado no BASF em 12/02/2015.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): (61) 3303-5255
Fax: (61) 3303-5260
E-mail: scop@senado.leg.br

12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: scop@senado.leg.br

13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (1)

1ª Designação: 14/03/2011
2ª Designação: 21/03/2012
3ª Designação: 11/03/2013
4ª Designação: 26/03/2014
5ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senadora Fátima Bezerra (RN)
PSDB
Senador Antonio Anastasia (MG)
PSB
Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)
PDT
Senador Reguffe (DF)
PR
Senador Wellington Fagundes (MT)
PSD
Senador Sérgio Petecão (AC)
DEM
Senador Wilder Morais (PP-GO)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Douglas Cintra (PE)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 03/11/2015

Notas:
*. Designado pelo Ato do Presidente nº 18, de 2015, em 01/07/2015
1. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 28/10/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): (61)3303-5255
Fax: (61)3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL

(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
PRESIDENTE (art. 88, § 3º do RISF):

---

15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO

(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
PRESIDENTE (art. 88, § 3º do RISF):

16) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO

(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) (2)

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
DEM
Senador José Agripino (RN)
PCdoB
Senador Lasier Martins (PDT-RS) (1)
PDT
Senador Cristovam Buarque (DF)
PMDB
Senador Jader Barbalho (PA)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PR
Senador Blairo Maggi (MT)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PSB
Senador Roberto Rocha (MA)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PSD
Senador Omar Aziz (AM)
PSDB
Senador Tasso Jereissati (CE)
PT
Senador Jorge Viana (AC)
PTB
Senador Fernando Collor (AL)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 04/08/2015

Notas:
*. Designado pelo Ato do Presidente nº 17, de 2015, em 01/07/2015.
1. O Senador Lasier Martins (PDT/RS) ocupa a vaga por indicação do PCdoB.
2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, em 04.08.2015.

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Anexo II, térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN)

Finalidade: Apreciação das matérias orçamentárias e acompanhamento e fiscalização das respectivas execuções.

Número de membros: 10 Senadores e 30 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Jaime Martins (PSD-MG)
2ª VICE-PRESIDENTE: Deputado Giuseppe Vecci (PSDB-GO)
3º VICE-PRESIDENTE: Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
Rel. do Proj. de Lei de Diretrizes Orçamentárias: Deputado Ricardo Teobaldo (PMB-PE)
Relator do Projeto de Lei Orçamentária Anual: Deputado Ricardo Barros (PP-PR)
Relator da Receita: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Relator do Projeto de Plano Plurianual: Deputado Zeca Dirceu (PT-PR)

Instalação: 25/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
Rose de Freitas - PMDB/ES	1. Dário Berger - PMDB/SC (4)
Raimundo Lira - PMDB/PB	2. Hélio José - PMB/DF
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. Lúcia Vânia - PSB/GO (5)
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Acir Gurgacz - PDT/RO	1. Walter Pinheiro - PT/BA (10)
Gleisi Hoffmann - PT/PR (10)	2. Angela Portela - PT/RR
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. VAGO (8)
Davi Alcolumbre - DEM/AP (8)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Roberto Rocha - PSB/MA	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Eduardo Amorim - PSC/SE	1. Elmano Férrer - PTB/PI
PP	
Benedito de Lira - AL	1. Ivo Cassol - RO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PEN	
Edmar Arruda - PSC/PR	1. Danilo Forte - PSB/CE
Carlos Henrique Gaguim - PMB/TO	2. Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO
César Halum - PRB/TO	3. Expedito Netto - SD/RO
Genecias Noronha - SD/CE	4. Jhonatan de Jesus - PRB/RR
Hildo Rocha - PMDB/MA	5. Kaio Maniçoba - PHS/PE
João Arruda - PMDB/PR	6. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Lelo Coimbra - PMDB/ES	7. Mauro Lopes - PMDB/MG
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Nilton Capixaba - PTB/RO	9. Vitor Valim - PMDB/CE
Ricardo Teobaldo - PMB/PE	10. Washington Reis - PMDB/RJ
Lázaro Botelho - PP/TO	11. Cacá Leão - PP/BA
Ricardo Barros - PP/PR	12. Julio Lopes - PP/RJ (2)
Elmar Nascimento - DEM/BA	13. Pedro Fernandes - PTB/MA
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
José Rocha - PR/BA	1. Gorete Pereira - PR/CE
Nilto Tatto - PT/SP	2. João Carlos Bacelar - PR/BA
Paulo Pimenta - PT/RS	3. Jorge Solla - PT/BA
Hugo Leal - PROS/RJ	4. José Airton Cirilo - PT/CE
Wadson Ribeiro - PCdoB/MG	5. Leo de Brito - PT/AC
Wellington Roberto - PR/PB	6. Orlando Silva - PCdoB/SP
Zé Geraldo - PT/PA	7. Givaldo Carimbão - PROS/AL (11)
Zeca Dirceu - PT/PR	8. Leonardo Monteiro - PT/MG (6,7)
Jaime Martins - PSD/MG	9. Valtenir Pereira - PMB/MT (1,12)
José Nunes - PSD/BA (9)	10. Átila Lins - PSD/AM
PSDB, PSB	
Caio Narcio - PSDB/MG	1. César Messias - PSB/AC
Giuseppe Vecci - PSDB/GO	2. Leopoldo Meyer - PSB/PR
Gonzaga Patriota - PSB/PE	3. Evair de Melo - PV/ES (3)
Hissa Abrahão - PPS/AM	4. Domingos Sávio - PSDB/MG
João Fernando Coutinho - PSB/PE	5. Izalci - PSDB/DF
Samuel Moreira - PSDB/SP	6. Raimundo Gomes de Matos - PSDB/CE
PDT	
Flávia Morais - GO	1. Pompeo de Mattos - RS
PSOL	
Edmilson Rodrigues - PA	1. Cabo Daciolo - S/Partido/RJ

Notas:

1. Tornada sem efeito a indicação do Deputado Rômulo Gouveia (PSD/PB), em 7/5/2015, conforme Ofício nº 302, de 2015, da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados.
2. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em substituição ao Deputado Sandes Júnior, em 22-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 273, de 2015, da Liderança do PP.
3. Designado, como membro suplente, o Deputado Evair de Melo, em substituição ao Deputado William Woo, em 25-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 136, de 2015, da Liderança do PPS/PV.
4. Designado, como membro suplente, o Senador Dário Berger, em vaga existente, em 27-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 168, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.
5. Designada, como membro suplente, a Senadora Lúcia Vânia, em vaga existente, em 1-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 169, de 2015, da Liderança do Líder do PMDB e do Bloco da Maioria.

6. O Deputado Weliton Prado deixou de fazer parte da CMO, conforme Ofício nº 435/2015, da Liderança do PT.
7. Designado, como membro suplente, o Deputado Leonardo Monteiro - PT/MG, em vaga existente, em 09-07-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 451, de 2015, da Liderança PT.
8. Designado o Senador Davi Alcolumbre, que deixa a vaga de suplente, como membro titular, em substituição ao Senador Wilder Morais, em 30-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 110, de 2015, da Liderança do DEM.
9. Designado, como membro titular, o Deputado José Nunes (BA), em substituição ao Deputado Walter Ihoshi, em 28-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 598, de 2015, da Liderança do PSD.
10. Designada, como membro titular, a Senadora Gleisi Hoffmann, em substituição ao Senador Walter Pinheiro, e, como membro suplente, o Senador Walter Pinheiro, em substituição ao Senador Lindbergh Farias, em 10-11-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 134, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
11. Designado, como membro suplente, o Deputado Givaldo Carimbão, em substituição ao Deputado Valtenir Pereira, em 30-11-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 312, de 2015, da Liderança do PROS.
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Valtenir Pereira, em vaga existente, em 17-12-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 841, de 2015, da Liderança do PT.

Secretário: Walbinson Tavares de Araújo
Telefone(s): (61) 3216-6892
E-mail: cmo.decom@camara.leg.br
Local: Câmara dos Deputados, Plenário 2

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA - CMO

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I. Transporte	Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
II. Saúde	Deputado João Arruda (PMDB-PR)
III. Educação e Cultura	Deputado Wellington Roberto (PR-PB)
IV. Integração Nacional	Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)
V. Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Agrário	Deputado Carlos Henrique Gaguim (PMB-TO)
VI. Desenvolvimento Urbano	Deputado Caio Narcio (PSDB-MG)
VII. Turismo	Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
VIII. Ciência e Tecnologia e Comunicações	Deputado Wadson Ribeiro (PCdoB-MG)
IX. Minas e Energia	Deputado Edmar Arruda (PSC-PR)
X. Esporte	Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
XI. Meio Ambiente	Deputada Flávia Morais (PDT-GO)
XII. Fazenda e Planejamento	Deputado Hugo Leal (PROS-RJ)
XIII. Indústria, Comércio e Micro e Pequenas Empresas	Senador Hélio José (PMB-DF)
XIV. Trabalho, Previdência e Assistência Social	Deputado João Fernando Coutinho (PSB-PE)
XV. Defesa e Justiça	Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
XVI. Presidência, Poder Legislativo, Poder Judiciário, MPU, DPU e Relações Exteriores	Deputado Danilo Forte (PSB-CE)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

IV - Comitê de Admissibilidade de Emendas - CAEM

COORDENADOR: Deputado Genecias Noronha (SD-CE)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Vitor Valim (PMDB)
PR	Deputada Gorete Pereira (PR)
PSD	Deputado Átila Lins (PSD)
PTB	Deputado Nilton Capixaba (PTB)
PSB	Deputado Gonzaga Patriota (PSB)
PP	Deputado Cacá Leão (PP)
PT	Deputado Jorge Solla (PT)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

III - Comitê de Avaliação das Inform. sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - COI

COORDENADOR: Deputado Zé Geraldo (PT-PA)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PT	Senador Walter Pinheiro (PT / BA)
PSDB	Senador Paulo Bauer (PSDB / SC)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Mauro Lopes (PMDB)
PR	Deputado José Rocha (PR)
PP	Deputado Ricardo Barros (PP)
PT	Deputado Zé Geraldo (PT)
DEM	Deputado Elmar Nascimento (DEM)
PHS	Deputado Marcelo Aro (PHS)
PRB	Deputado César Halum (PRB)
PROS	Deputado Hugo Leal (PROS)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

II - Comitê de Avaliação da Receita - CAR

COORDENADOR: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PDT	Senador Acir Gurgacz (PDT / RO)
PSC	Senador Eduardo Amorim (PSC / SE)
PP	Senador Benedito de Lira (PP / AL)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Hildo Rocha (PMDB)
PT	Deputado Nilto Tatto (PT)
PSB	Deputado Leopoldo Meyer (PSB)
PSDB	Deputado Giuseppe Vecci (PSDB)
PV	Deputado Evair de Melo (PV)
PCdoB	Deputado Orlando Silva (PCdoB)
PSD	Deputado Jaime Martins (PSD)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

I - Comitê de Avaliação , Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária - CFIS

COORDENADOR: Deputado Izalci (PSDB-DF)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PDT	Senador Acir Gurgacz (PDT / RO)
PSD	Senador Hélio José (PMB / DF)
DEM	VAGO

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Washington Reis (PMDB)
PMDB	Deputado Lelo Coimbra (PMDB)
PTB	Deputado Luiz Carlos Busato (PTB)
PTB	Deputado Pedro Fernandes (PTB)
PT	Deputado Leo de Brito (PT)
PSDB	Deputado Izalci (PSDB)
DEM	Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM)

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
VICE-PRESIDENTE: Deputado Sarney Filho (PV-MA)
RELATOR: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

Designação: 19/03/2015
Instalação: 25/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
Otto Alencar - PSD/BA (4,16)	1. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	2. VAGO
Roberto Rocha - PSB/MA (9)	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Jorge Viana - PT/AC (2)	1. VAGO
Donizeti Nogueira - PT/TO (2)	2. VAGO
Cristovam Buarque - PDT/DF (2)	3. Ivo Cassol - PP/RO (2)
Gladson Cameli - PP/AC (2)	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	1. Aloysio Nunes Ferreira - PSDB/SP
Maria do Carmo Alves (5)	2. Ronaldo Caiado - DEM/GO (5)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Fernando Bezerra Coelho - PSB/PE	1. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Douglas Cintra - PTB/PE	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PEN	
Eros Biondini - PTB/MG	1. Carlos Henrique Gaguim - PMB/TO
Daniel Vilela - PMDB/GO (12,15)	2. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Roberto Balestra - PP/GO	3. Valdir Colatto - PMDB/SC (6)
Sergio Souza - PMDB/PR	4. Julio Lopes - PP/RJ (12,14,18)
Jony Marcos - PRB/SE (8)	5. Rômulo Gouveia - PSD/PB (13)
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Angelim - PT/AC	1. Alessandro Molon - REDE/RJ
Leônidas Cristino - PROS/CE	2. Átila Lins - PSD/AM (3)
Jaime Martins - PSD/MG (3)	3. Ivan Valente - PSOL/SP (11)
Leonardo Monteiro - PT/MG (10)	4. João Paulo Papa - PSDB/SP (17)
PSDB, PSB	
Ricardo Tripoli - PSDB/SP	1. Antonio Carlos Mendes Thame - PSDB/SP
Sarney Filho - PV/MA	2. Janete Capiberibe - PSB/AP
PDT (1)	
Giovani Cherini - RS	1. Daniel Coelho - PSDB/PE (7)

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designados, como membros titulares, os Senadores Jorge Viana ,Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, em vagas existentes, e o Senador Gladson Cameli, em substituição ao Senador Ivo Cassol; e, como membro suplente, o Senador Ivo Cassol, em substituição ao Senador Gladson Cameli, em 24-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 41, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
3. Designado, como membro titular, o Deputado Jaime Martins, em vaga existente, e, como membro suplente, o Deputado Átila Lins, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 181, de 2015, da Liderança do PSD.
4. O Senador Waldemir Moka declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2015, da Liderança do Bloco de Maioria,
5. Designada, como membro titular, a Senadora Maria do Carmo, em vaga existente, e, como membro suplente, o Senador Ronaldo Caiado, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 22, de 2015, da Liderança do DEM.
6. Designado, como membro suplente, o Deputado Valdir Colatto, em vaga existente, em 08-04-2015(Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 567, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
7. Designado, como membro suplente, o Deputado Daniel Coelho, em vaga existente, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 127, de 2015, da Liderança do Liderança do PDT.
8. Designado, como membro titular, o Deputado Jony Marcos, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2015, da Liderança do Bloco PRB/PTN/PMN/PRP/PSDC/PTC/PRTB/PSL e PTdoB.
9. Designado, como membro titular, em vaga cedida, o Senador Roberto Rocha, conforme Ofício nº 52, de 2015, da Bloco Socialismo e Democracia (Sessão do Senado Federal, de 29/04/2015).
10. Designado, como membro titular, o Deputado Leonardo Monteiro (PT/MG), em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 249, de 2015, da Liderança do PR.
11. Designado, como membro suplente, o Deputado Ivan Valente (PSOL/SP, em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 153, de 2015, da Liderança do PROS.
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Marcus Vicente, em vaga existente, em 1-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 318, de 2015, da Liderança do PP.
13. Designado, como membro suplente, o Deputado Rômulo Gouveia (PTB/PB), em vaga existente, em 2-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 257, de 2015, da Liderança do Democratas.
14. Ofício nº 335/2015, da Liderança do PP, comunicando o desligamento do Deputado Marcus Vicente da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas - CMMC
15. Designado, como membro titular, o Deputado Daniel Vilela, em vaga existente, em 15-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1029, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
16. Designado, como membro titular, o Senador Otto Alencar, em vaga existente, em 18-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 217, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.
17. Designado, como membro suplente, o Deputado João Paulo Papa, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 394, de 2015, da Liderança do PR.
18. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em vaga existente, em 16-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 435, de 2015, da Liderança do PP.

Secretário: Tiago Torres de Lima Brum
Telefone(s): (61) 3303-3534
E-mail: cocm@senado.gov.br

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Deputada Jô Moraes (PCdoB-MG)
VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	**Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional** Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Líder da Maioria Deputada Soraya Santos (PMDB/RJ) (6)	**Líder do Bloco Parlamentar da Maioria** Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	**Líder do Bloco Parlamentar Minoria** Senador Alvaro Dias (PV/PR)
Deputado indicado pela Liderança da Maioria Deputado Benito Gama (PTB/BA) (2)	**Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria** Senador Cristovam Buarque (PDT/DF) (7)
Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) (1)	**Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria** Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB) (4)
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Heráclito Fortes (PSB/PI) (3)	**Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional** Senadora Marta Suplicy (PMDB/SP) (5)

Notas:

1. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria, o Deputado Luiz Carlos Jorge Hauly para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 65/2015/GABMIN, despachado na sessão do Senado Federal de 05/03/2015.
2. Designado, em razão da indicação da Liderança da Maioria, o Deputado Benito Gama para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 452/2015/Líder do Bloco da Maioria, despachado na sessão do Senado Federal de 25/03/2015.
3. Designado, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, o Deputado Heráclito Fortes para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 17/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 30/03/2015.
4. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria no Senado Federal, o Senador Cásssio Cunha Lima, para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 88/2015, da Liderança do Bloco da Oposição, despachado na sessão do Senado Federal de 31/03/2015.
5. Designada, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, a Senadora Marta Suplicy para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 10/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 08/04/2015.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Soraya Santos, em substituição ao Deputado Leonardo Picciani, em 11-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1128, de 2015, da Liderança do BLOCO PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
7. Designado, como membro titular, o Senador Cristovam Buarque, em vaga existente, em 8-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 201, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.

Secretário: Thiago Nascimento C. Silva
Telefone(s): 61 3303-3502
E-mail: cocm@senado.leg.br

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Finalidade: Diagnosticar as lacunas existentes nas ações e serviços da Seguridade Social e na prestação de segurança pública e jurídica às mulheres vítimas de violência; e apresentar propostas para a consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)
VICE-PRESIDENTE: Deputada Keiko Ota (PSB-SP)
RELATOR: Deputada Luizianne Lins (PT-CE)

Designação: 05/03/2015
Instalação: 10/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
Simone Tebet - PMDB/MS	1. VAGO
Rose de Freitas - PMDB/ES	2. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Angela Portela - PT/RR	1. Fátima Bezerra - PT/RN
Marta Suplicy - PMDB/SP	2. Regina Sousa - PT/PI
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia - PSB/GO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Wellington Fagundes - PR/MT (19)	1. Eduardo Amorim - PSC/SE (14)
PP	
Ana Amélia - RS	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PEN	
Conceição Sampaio - PP/AM	1. Cristiane Brasil - PTB/RJ
Dulce Miranda - PMDB/TO	2. Josi Nunes - PMDB/TO
Elcione Barbalho - PMDB/PA	3. Raquel Muniz - PSC/MG
Laura Carneiro - PMDB/RJ (17,21)	4. Rosangela Gomes - PRB/RJ
Jozi Araújo - PTB/AP	5. Simone Morgado - PMDB/PA
Júlia Marinho - PSC/PA	6. Soraya Santos - PMDB/RJ
VAGO	7. Delegado Edson Moreira - PTN/MG (7)
Tia Eron - PRB/BA (11)	8. Dâmina Pereira - PMB/MG (16)
Ezequiel Teixeira (2)	9. VAGO
Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO (3)	10. VAGO
Christiane de Souza Yared - PTN/PR (7)	11. VAGO
Iracema Portella - PP/PI (8)	12. VAGO
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Clarissa Garotinho - PR/RJ	1. José Rocha - PR/BA
VAGO (12)	2. VAGO (12)
Erika Kokay - PT/DF (4)	3. Benedita da Silva - PT/RJ (15)
Luizianne Lins - PT/CE (4)	4. Margarida Salomão - PT/MG (15)
Moema Gramacho - PT/BA (4)	5. Maria do Rosário - PT/RS (15)
Rogério Rosso - PSD/DF (5)	6. Beto Salame - PROS/PA
Alice Portugal - PCdoB/BA (6)	7. VAGO
Givaldo Carimbão - PROS/AL	8. VAGO
PSDB, PSB	
Bruna Furlan - PSDB/SP	1. Eliziane Gama - REDE/MA (18)
Carmen Zanotto - PPS/SC	2. VAGO
Janete Capiberibe - PSB/AP	3. VAGO
Keiko Ota - PSB/SP	4. VAGO
VAGO (13)	5. VAGO
Mariana Carvalho - PSDB/RO (10)	6. VAGO
PDT	
Flávia Morais - GO (9)	1. Rosângela Curado - PSOL/RJ (20)
PSOL (1)	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designado, como membro titular, o Deputado Ezequiel Teixeira, em vaga existente, em 9-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do SD.
3. Designada, como membro titular, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do DEM.
4. Designadas, como membros titulares, as Deputadas Erika Kokay, Luzianne Lins e Moema Gramacho, em vagas existentes, em 10-03-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do PT.
5. Designado, como membro titular, o Deputado Rogério Rosso, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 70, de 2015, da Liderança do PSD.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Alice Portugal, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 75, de 2015, da Liderança do PSD.
7. Designada, como membro titular, a Deputada Christiane de Souza Yared, em vaga existente, e, como membro suplente, o Delegado Edson Moreira, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

8. Designada, como membro titular, a Deputada Iracema Portella, em vaga existente, em 11-3-2015 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 250, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
9. Designada, como membro titular, a Deputada Flávia Morais, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 17, de 2015, da Liderança do PDT.
10. Designada, como membro titular, a Deputada Mariana Carvalho, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 277, de 2015, da Liderança do PSDB.
11. A Deputada Marinha Raupp deixou de integrar a comissão, em 26/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 481, de 2015, da Liderança do Bloco de PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
12. Os Deputados Dr. Jorge Silva e Ronaldo Fonceca deixaram de integrar a comissão, em 01/04/2015 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 87, de 2015, da Liderança do PROS.
13. A Deputada Shéridan deixou de fazer parte da comissão em razão de seu desligamento, conforme Ofício nº 648, de 2015, da Liderança do PSDB.
14. Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Amorim, em vaga existente, em 1º-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.
15. Designadas, como membros suplentes, as Deputadas Benedita da Silva, Margarida Salomão e Maria do Rosário, em vaga existente, em 10-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 445, de 2015, da Liderança do PT.
16. Designada, como membro suplente, a Deputada Dâmina Pereira, em vaga existente, em 16-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
17. A deputada deixou de integrar a Comissão nos termos do Ofício 1072, de 2015, da liderança do Bloco PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN, em 05 de agosto de 2015 (Sessão do Senado Federal).
18. Designada, como membro suplente, a Deputada Eliziane Gama, em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, em 20-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 209, de 2015, da Liderança do PPS.
19. Designado, como membro titular, o Senador Wellington Fagundes, em substituição ao Senador Magno Malta, em 26-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 61, de 2015, da Liderança do Bloco União e Força.
20. Designada, como membro suplente, a Deputada Rosângela Curado, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 332, de 2015, da Liderança do PDT.
21. Designada, como membro titular, a Deputada Laura Carneiro, em vaga existente, em 29-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1472, de 2015, da Liderança do PMDB/PEN.

Secretário: Gigliola Ansiliero
Telefone(s): 61 3303-3504
E-mail: cocm@senado.leg.br

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

ATN nº 1, de 2015 - Consolidação da Legislação Federal

Finalidade: Comissão mista destinada à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, a modernização e o fortalecimento econômico e social do País.

Número de membros: 7 Senadores e 7 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Luiz Sérgio (PT-RJ)
VICE-PRESIDENTE: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)
RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Deputado Luiz Sérgio (PT/RJ)	Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
Deputado Sergio Souza (PMDB/PR)	Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Deputado Sergio Zveiter	Senadora Lídice da Mata (PSB/BA)
Deputado Miro Teixeira (REDE/RJ)	Senador Jorge Viana (PT/AC)
Deputado Sandro Alex (PPS/PR)	Senador Walter Pinheiro (PT/BA)
Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	Senador Blairo Maggi (PR/MT)
VAGO	VAGO

CONSELHOS E ÓRGÃOS

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Edio Lopes (PMDB-RR)
2ª VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

Designação: 07/04/2015

SENADO FEDERAL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo	
Humberto Costa - PT/PE	1. Acir Gurgacz - PDT/RO (2)
Fátima Bezerra - PT/RN	2. Angela Portela - PT/RR
Lindbergh Farias - PT/RJ (2)	3. Gladson Cameli - PP/AC
Maioria (PMDB)	
VAGO (8)	1. Waldemir Moka - PMDB/MS
Roberto Requião - PMDB/PR	2. Dário Berger - PMDB/SC
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. VAGO
Davi Alcolumbre - DEM/AP (7)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia	
Antonio Carlos Valadares - PSB/SE	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força	
Blairo Maggi - PR/MT	1. Eduardo Amorim - PSC/SE

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PEN	
Arthur Oliveira Maia - SD/BA	1. Afonso Hamm - PP/RS
Carlos Henrique Gaguim - PMB/TO	2. Carlos Andrade - PHS/RR
Celso Russomanno - PRB/SP	3. Carlos Gomes - PRB/RS
Dilceu Sperafico - PP/PR	4. Edmar Arruda - PSC/PR
Edio Lopes - PMDB/RR	5. Mainha - SD/PI (14)
José Fogaça - PMDB/RS	6. Fernando Monteiro - PP/PE
Paes Landim - PTB/PI (15)	7. Osmar Serraglio - PMDB/PR
Marcelo Aro - PHS/MG	8. VAGO (15)
Renato Molling - PP/RS	9. Ronaldo Benedet - PMDB/SC (4)
Takayama - PSC/PR	10. Wilson Filho - PTB/PB (10)
Mandetta - DEM/MS (5)	11. VAGO
PSD	
Arlindo Chinaglia - PT/SP	1. Givaldo Vieira - PT/ES
Benedita da Silva - PT/RJ	2. Pepe Vargas - PT/RS (3,13)
Danrlei de Deus Hinterholz - RS	3. Hugo Leal - PROS/RJ
Domingos Neto - PMB/CE	4. Jorginho Mello - PR/SC
Ságuas Moraes - PT/MT (11)	5. Remídio Monai - PR/RR
Rômulo Gouveia - PB (6)	6. Jaime Martins - MG (6)
Luiz Cláudio - PR/RO	7. VAGO (11)
Maurício Quintella Lessa - PR/AL	8. Zeca do Pt - PT/MS (9)
PSDB, PSB	
Eduardo Barbosa - PSDB/MG	1. Moses Rodrigues - PPS/CE
Geovania de Sá - PSDB/SC	2. Heitor Schuch - PSB/RS (1,12)
Roberto Freire - PPS/SP	3. Vicentinho Júnior - PSB/TO (1)
Rocha - PSDB/AC	4. VAGO
Jose Stédile - PSB/RS (1)	5. VAGO
Heráclito Fortes - PSB/PI (1)	6. VAGO
PDT	
Damião Feliciano - PB	1. Weverton Rocha - MA
PSOL	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

1. Designados, como membros titulares, os Deputados José Stédile e Heráclito Fortes, e, como membros suplentes, os Deputados Vicentinho Júnior e Tereza Cristina, conforme Ofício nº 87, da Liderança do PSB (Sessão do Senado Federal de 08/04/2015).
2. Designado, como membro titular, o Senador Lindbergh Farias, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, e, como membro suplente, o Senador Acir Gurgacz, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
3. O Deputado Herculano Passos declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 212, de 2015, da Liderança do PSD.
4. Designado, como membro suplente, o Deputado Ronaldo Benedet, em vaga existente, em 15-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 592, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
5. Designado, como membro titular, o Deputado Mandetta, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 154, de 2015, da Liderança do Democratas.
6. Designado, como membro titular, o Deputado Rômulo Gouveia, em substituição ao Deputado Jaime Martins, e, como membro suplente, o Deputado Jaime Martins, em substituição ao Deputado Rômulo Gouveia, em 28-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 261, de 2015, da Liderança do PSD.

7. Designado, como membro titular, o Senador Davi Alcolumbre, em vaga existente, em 29-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 29, de 2015, da Liderança do DEM.
8. Vago em razão do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10 de maio de 2015.
9. Designado, como membro suplente, o Deputado Zeca do PT, em vaga existente, em 12-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 340, de 2015, da Liderança do PT.
10. Designado, como membro suplente, o Deputado Wilson Filho, em vaga existente, em 20-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 164, de 2015, da Liderança do DEM, com aquiescência da Liderança do PTB.
11. Designado, como membro titular, o Deputado Ságuas Moraes, em substituição ao Deputado Fernando Marroni, em 8-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 668, de 2015, da Liderança do PT.
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Heitor Schuch, em substituição à Deputada Tereza Cristina, em 15-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 238, de 2015, da Liderança do PSB.
13. Designado, como membro suplente, o Deputado Pepe Vargas, em vaga existente, em 20-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 697, de 2015, da Liderança do PT.
14. Designado, como membro suplente, o Deputado Mainha, em substituição ao Deputado Elizeu Dionizio, em 24-11-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 343, de 2015, da Liderança do Solidariedade.
15. Designado, como membro titular, o Deputado Jovair Arantes, em substituição ao Deputado Luis Carlos Busato, em 4-2-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 19, de 2016, da Liderança do PTB.

Conselho da Ordem do Congresso Nacional

Decreto Legislativo nº 70, de 1972, regulamentado pelo Ato nº 1, de 1973-CN

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

Eleição Geral: 04/02/2015

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente Deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ)	**Presidente** Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
1º Vice-Presidente Deputado Waldir Maranhão (PP/MA)	**1º Vice-Presidente** Senador Jorge Viana (PT/AC)
2º Vice-Presidente Deputado Giacobo (PR/PR)	**2º Vice-Presidente** Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
1º Secretário Deputado Beto Mansur (PRB/SP)	**1º Secretário** Senador Vicentinho Alves (PR/TO)
2º Secretário Deputado Felipe Bornier (PSD/RJ)	**2º Secretário** Senador Zeze Perrella (PDT/MG)
3º Secretário Deputada Mara Gabrilli (PSDB/SP)	**3º Secretário** Senador Gladson Cameli (PP/AC)
4º Secretário Deputado Alex Canziani (PTB/PR)	**4º Secretário** Senadora Angela Portela (PT/RR)
Líder da Maioria VAGO	**Líder do Bloco Parlamentar da Maioria** VAGO
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	**Líder do Bloco Parlamentar Minoria** Senador Alvaro Dias (PV/PR)
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Deputado Arthur Lira (PP/AL)	**Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania** Senador José Maranhão (PMDB/PB)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	**Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional** Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)

Atualização: 08/04/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255/ 3303-5256
Fax: 3303-5260
saop@senado.leg.br

Conselho de Comunicação Social

Lei nº 8.389, de 1991,
Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

PRESIDENTE: Miguel Ângelo Cançado [1]
VICE-PRESIDENTE: Ronaldo Lemos [1]

Eleição Geral: 05/06/2002
Eleição Geral: 22/12/2004
Eleição Geral: 17/07/2012
Eleição Geral: 08/07/2015

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Walter Vieira Ceneviva	Paulo Machado de Carvalho Neto
Representante das empresas de televisão (inciso II)	José Francisco de Araújo Lima	Márcio Novaes
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	Marcelo Antônio Rech	Maria Célia Furtado [2,4]
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Roberto Dias Lima Franco	Liliana Nakonechnyj
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Celso Augusto Schröder	Maria José Braga
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	José Catarino do Nascimento	Antônio Maria Thaumaturgo Cortizo
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Sydney Sanches	Jorge Coutinho
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Pedro Pablo Lazzarini	Luiz Antonio Gerace da Rocha e Silva
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Ronaldo Lemos	Patrícia Blanco
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Miguel Ângelo Cançado	Ismar de Oliveira Soares
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira	Murillo de Aragão [5]

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO (3)	Aldo Rebelo
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Fernando César Mesquita	Davi Emerich

Atualização: 07/12/2015

Notas:
1. Eleitos na 1ª reunião do CCS, realizada em 15.07.2015
2. O Conselheiro Lourival Santos renunciou à vaga de suplente, representante de empresas da imprensa escrita, conforme Ofício nº 051/2015-CCS, da Presidência do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, em 04/08/2015 (Sessão do Senado Federal).
3. O Conselheiro Henrique Eduardo Alves renunciou à vaga de membro titular, representante da sociedade civil, nos termos da Carta s/n - HELA, datada de 1º.12.2015, lida na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.
4. A Conselheira Maria Célia Furtado foi eleita em Sessão do Congresso Nacional de 18.11.2015 e empossada na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.
5. O Conselheiro Murillo de Aragão foi eleito em Sessão do Congresso Nacional de 18.11.2015 e empossado na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
CCSCN@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

PRESIDENTE

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Deputado Waldir Maranhão (PP-MA)

2º VICE-PRESIDENTE

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Deputado Beto Mansur (PRB-SP)

2º SECRETÁRIO

Senador Zeze Perrella (PDT-MG)

3ª SECRETÁRIA

Deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP)

4ª SECRETÁRIA

Senadora Angela Portela (PT-RR)

LIDERANÇAS E VICE-LIDERANÇAS NO CONGRESSO NACIONAL

Líder do Governo	Líder da Minoria
Senador José Pimentel - PT / CE	Deputado Pauderney Avelino - DEM / AM
Vice-Líderes	**Vice-Líderes**
Senador Walter Pinheiro - PT / BA	Deputado Alberto Fraga - DEM / DF
Deputado Paulo Pimenta - PT / RS	Deputado Carlos Melles - DEM / MG
	Senador Ronaldo Caiado - DEM / GO
	Senador Ataídes Oliveira - PSDB / TO

Fale com o Senado
0800 61 2211